RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2003

Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana

Publicado
para o Programa das Nações Unidas
para o Desenvolvimento
(PNUD)

Lisboa
MENSAGEM - Serviço de Recursos Editoriais, Lda.
Rua Dr. Manuel de Arriaga, 68-D
2745-158 QUELUZ
PORTUGAL

AGRADECIMENTO

A tradução e a publicação da edição portuguesa
do Relatório do Desenvolvimento Humano 2003
só foram possíveis graças ao apoio do
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).

GRUPO DE TRABALHO PARA A PREPARAÇÃO DO *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003*

Directora e Redactora Chefe
Sakiko Fukuda-Parr

Conselheira Especial
Nancy Birdsall

Redactor Convidado
Jeffrey Sachs

Grupo de trabalho nuclear
Silva Bonacito, Emmanuel Boudard, Carla De Gregorio, Haishan Fu (Estatístico-Chefe), Claes Johansson, Christopher Kuonqui, Santosh Mehrotra, Tanni Mukhopadhyay, Omar Noman (Director-Adjunto), Stefano Pettinato, David Stewart, Aisha Talib, Nena Terrell e Emily White

Consultores principais
Nancy Birdsall, Fernando Calderón, Isidoro P. David, Angus Deaton, Diane Elson, Richard Jolly, James Manor, Ann Pettifor, Sanjay Reddy e Frances Stewart.

Conselheiro estatístico: Tom Griffin

Revisores: Charis Gresser e Bruce Ross-Larson

Design: Gerald Quinn

Este grupo de trabalho beneficiou da estreita colaoração dos participantes de O Projecto do Milénio
John McArthur (Manager), Chandrika Bahadur, Michael Faye, Margaret Kruk, Guido Schmidt-Traub e Thomas Snow

Coordenadores e Redactores do grupo de especialistas de O Projecto do Milénio
Jhoney Barcarolo, Nancy Birdsall, Kwesi Botchwey, Mushtaque Chowdhury, Prarthna Dayal, Lynn Freedman, Pietro Garau, Caren Grown, Amina Ibrahim, Calestous Juma, Yolanda Kakabadse Navarro, Alec Irwin, Zahia Khan, Jim Kim, Yee-Cheong Lee, Roberto Lenton, Ruth Levine, Don Melnick, Patrick Messerlin, Eva Ombaka, Joan Paluzzi, Mari Pangestu, Geeta Rao Gupta, Allan Rosenfield, Josh Ruxin, Pedro Sanchez, Sara Scherr, Elliott Sclar, Burton Singer, Smita Srinivas, M.S. Swaminathan, Paulo Teixeira, Awash Teklahaimanot, Ron Waldman, Paul Wilson, Meg Wirth, Albert Wright e Ernesto Zedillo

Prefácio

Este Relatório tem a ver com uma ideia simples: os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Nascidos da histórica Declaração do Milénio adoptada por 189 países na Cimeira do Milénio da ONU, em Setembro de 2000, estes oito Objectivos – que vão desde reduzir para metade a pobreza extrema até travar a propagação do HIV/SIDA e matricular todos os rapazes e raparigas na escola primária, até 2015 – estão a transformar o desenvolvimento. Governos, organismos de ajuda e organizações da sociedade civil estão, em toada a parte, a reorientar o seu trabalho em torno dos Objectivos.

Mas, apesar destes compromissos, bem-vindos, de em teoria reduzir a pobreza e avançar noutras áreas do desenvolvimento humano, na prática – como este Relatório torna muito claro – o mundo já está atrasado. Em relação a alguns dos Objectivos, grande parte do mundo está no caminho. Mas quando o progresso é desagregado por região e país e dentro dos países, é claro que resta uma enorme quantidade de trabalho. Mais de 50 nações tornaram-se mais pobres na última década. Muitas estão a ver a esperança de vida baixar devido ao HIV/SIDA. Algumas das que têm pior desempenho – muitas vezes dilaceradas por conflitos – estão a ver diminuir a escolarização e cair o acesso a cuidados básicos de saúde. E em quase toda a parte o ambiente está a deteriorar-se.

A parte central deste Relatório é dedicada à avaliação de onde se encontram os maiores problemas, analisando o que precisa de ser feito para reverter estes retrocessos e apresentando propostas concretas sobre a maneira de acelerar o progresso no sentido da realização de todos os Objectivos. Ao fazê-lo, fornece um argumento persuasivo da razão por que, mesmo nos países mais pobres, ainda há a esperança de que os Objectivos possam ser atingidos. Mas, embora dêem um novo enquadramento para o desenvolvimento, que exige resultados e aumenta a responsabilidade, os Objectivos não são um instrumento programático. A vontade política e as boas ideias políticas que sublinham qualquer tentativa de atingir os Objectivos só podem funcionar se forem transformadas em estratégias de desenvolvimento controladas e conduzidas a nível nacional, orientadas por uma ciência sã, boa economia e governação transparente e responsável.

É por isso que este Relatório também lança um Pacto de Desenvolvimento do Milénio. Construído sob o compromisso que os líderes mundiais assumiram na Conferência de Monterrey de 2002, sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, de forjar "uma nova parceria entre países desenvolvidos e em desenvolvimento" – uma parceria destinada a pôr directamente em prática a Declaração do Milénio – o Pacto proporciona um largo enquadramento da maneira como as estratégias de desenvolvimento nacional e o apoio internacional dos doadores, dos organismos internacionais e doutros podem ser melhor alinhados e compatibilizados com a dimensão do desafio dos Objectivos. E o Pacto atribui responsabilidades directamente a ambos os lados: exigindo reformas corajosas aos países pobres e obrigando os países doadores a avançar no apoio a esses esforços.

O propósito não é apresentar mais uma nova visão, ou uma solução universal para os problemas do mundo em desenvolvimento; os últimos 50 anos foram perdidos, juntamente com planos de desenvolvimento inviáveis. Em vez disso, o Pacto procura esclarecer as áreas fundamentais de intervenção – desde a governação democrática até à estabilidade económica e aos compromissos com a saúde e a educação – que devem orientar os esforços nacionais e o apoio internacional aos Objectivos. Nos países de rendimento médio, estas intervenções devem ser integradas com processos orçamentais regulares e estratégias de desenvolvimento de longo prazo. Nos países mais pobres, os Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza serão, provavelmente, o instrumento mais apropriado. A questão não é dar algo de novo, ou colocar mais fardos sobre governos já demasiado pressionados, mas apresentar ideias concretas sobre a maneira de assegurar que as belas palavras da Declaração do Milénio – elevando a pobreza ao topo da agenda mundial – se traduzam em planos de acção reais, controlados pelo país, que tornem essas palavras numa realidade.

Há boas razões tecnocráticas para adoptar esta abordagem. Tal como este Relatório torna claro, os Objectivos não só apoiam o desenvolvimento humano, mas também são atingíveis com políticas correctas e recursos suficientes. Mas o verdadeiro poder dos Objectivos é político. São a primeira visão mundial de desenvolvimento que conjuga um aval político global com um en-

foque claro nas populações mais pobres do mundo e os meios que sobre elas devem ser aplicados.

As pessoas pobres preocupam-se com o que acontece aos seus níveis de rendimento. As pessoas pobres preocupam-se com a ida dos seus filhos à escola. As pessoas pobres preocupam-se com a discriminação das suas filhas em termos de acesso ao ensino. As pessoas pobres preocupam-se enormemente com as pandemias e as doenças infecciosas, como o HIV/SIDA, que estão a devastar comunidades em África. E as pessoas pobres preocupam-se muito com o seu ambiente e com o acesso a água limpa e saneamento. Agora, com a democracia a espalhar-se pelo mundo em desenvolvimento, as pessoas pobres podem finalmente fazer mais do que preocupar-se.

Num sentido muito genuíno, os Objectivos são um manifesto do desenvolvimento para cidadãos comuns de todo o mundo: questões com prazo, mensuráveis, questões de bolso que as pessoas compreendem imediatamente – e, o que é mais importante, com dados adequados, permitindo-lhes responsabilizar os seus governos e a comunidade internacional mais ampla por atingir os Objectivos.

Isso é importante. Porque, enquanto o principal foco do Pacto de Desenvolvimento do Milénio são os primeiros sete Objectivos e a maneira como se aplicam aos países em desenvolvimento, não é exagero dizer que o êxito ou o fracasso da nova parceria global que o mundo está a tentar construir dependem de se atingir o oitavo Objectivo: aquele que especifica o compromisso dos países ricos de ajudar os países pobres que estão a empreender, com boas intenções, reformas económicas, políticas e sociais.

Uma conclusão fundamental deste Relatório é de que a redistribuição e a mobilização de mais recursos internos para atingir as metas relacionadas com os Objectivos, reforçando a governação e as instituições e adoptando políticas sociais e económicas sãs, são essenciais para cumprir os Objectivos, mas estão longe de ser suficientes. O Relatório está cheio de exemplos de países que são reformadores modelos – mas que não atingiram um crescimento pleno devido ao isolamento geográfico, ambientes hostis, ou outras deficiências, o que quer dizer que o apoio externo sustentado a níveis muito acima dos existentes é decisivo para fazer avançar o seu desenvolvimento.

As iniciativas de longo prazo para reduzir para metade a fome e a pobreza falharão sem a reestruturação fundamental do sistema mundial de comércio – particularmente na agricultura – que inclui o desmantelamento dos subsídios dos países ricos, a redução das tarifas aduaneiras e o nivelamento das regras do jogo. A luta contra o HIV/SIDA, a malária e outras doenças perder-se-á sem o fornecimento efectivo aos países pobres de medicamentos essenciais e a preços acessíveis. O planeamento fiscal estável e de longo prazo será impossível para alguns dos países mais pobres sem o alívio mais sistemático e sustentado da dívida. E por último mas não menos relevante, importa recordar que as estimativas de um adicional de 50 mil milhões de dólares de ajuda ao desenvolvimento para atingir os Objectivos são um mínimo – e pressupõem reafectações em grande escala e melhor acesso aos recursos internos e outras fontes de financiamento.

Para que seja concretizada a visão fundamental dos Objectivos como meio de gerir melhor a globalização, em nome das pessoas pobres, estes Objectivos devem ser vistos como um pacote indivisível. É um pacote portador de uma promessa sem precedentes de melhoria do desenvolvimento humano em todo o mundo – e uma promessa que todos os países se comprometeram a cumprir. O desafio é envolver os países nas suas promessas e ajudá-los a atingir os Objectivos.

Todo o *Relatório do Desenvolvimento Humano* é um esforço de colaboração que depende da ajuda e do saber, não só de um dedicado grupo nuclear, mas também de uma grande diversidade de amigos e conselheiros. Este ano, esse grupo é mais amplo do que é habitual, porque o PNUD conseguiu recorrer ao trabalho preliminar de O Projecto do Milénio – uma rede de mais de 300 decisores políticos, executantes e especialistas de todo o mundo, que estão a dar o seu tempo, saber e energia a um esforço de três anos para identificar novas estratégias estimulantes para ajudar os países a atingir os Objectivos.

Tal como aconteceu com os Relatórios anteriores, esta é uma análise independente que procura fazer avançar o debate sobre o desenvolvimento humano e não uma declaração formal de política da ONU ou do PNUD. Em todo o caso, como esboço dos obstáculos e das oportunidades centrais de desenvolvimento na próxima década, acreditamos que ajuda a enquadrar uma ambiciosa agenda para o PNUD e os nossos parceiros de desenvolvimento nos meses e anos vindouros.

Mark Malloch Brown

Mark Malloch Brown
Administrador, PNUD

A análise e as recomendações políticas deste Relatório não reflectem, necessariamente, as opiniões do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, da sua Comissão Executiva ou dos seus Estados membros. O Relatório é uma publicação independente, encomendada pelo PNUD. É o fruto de um esforço de colaboração de uma equipa de consultores e conselheiros eminentes e da equipa do *Relatório do Desenvolvimento Humano*. Sakiko Fukuda-Parr, Directora do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, conduziu esse esforço.

Agradecimentos

A preparação deste Relatório não teria sido possível sem as contribuições valiosas de um grande número de pessoas e de organizações.

O grupo de trabalho que preparou o Relatório está particularmente grato pelas colaborações estreitas com a Campanha do Milénio, dirigida por Eveline Herfkens; o Projecto do Milénio, dirigido por Jeffrey Sachs; e a Iniciativa para o Registo dos Objectivos de Desenvolvimento dos Países, liderada por Jan Vandemoortele.

Contribuições

A investigação de apoio comissionada para o Relatório teve a contribuição de Nancy Birdsall e Michael Clemens, Fernando Caldéron e Christopher Pinc, Isadoro P. David, Angus Deaton, Richard Jolly, James Manor, Ann Pettifor e Romilly Greenhill, Sanjay Reddy e Camelia Miniou, e Frances Stewart.

Os estudos de países sobre temas específicos comissionados para o Relatório tiveram a contribuição de Halis Akder, Gustavo Arriola, Prosper Backiny- Yetna, Nirupam Bajpay, Edgar Balsells, Shuming Bao, Siaka Coulibaly, Michael Faye, Juan Alberto Fuentes, Ricardo Fuentes, Carlos Alonso Malaver, John McArthur, Rosane Mendonça, Solita T. Monsod, Toby T. Monsod, Andrés Montes, Marc Raffinot, Lucía Mina Rosero, Jeffrey Sachs, Alfredo Sarmiento, Thomas Snow, Irena Topinska, Sandra Álvarez Toro, Wing Woo e Natalia Zubarevich.

O Relatório contou também com os contributos dos membros dos grupos de especialistas do Projecto do Milénio, listados em http://www.unmillenniumproject.org/html/task_force.shtm. O Grupo para o Desenvolvimento Ambientalmente Sustentável do Gabinete de Políticas de Desenvolvimento do PNUD, ofereceu a sua especial contribuição no capítulo deste Relatório que se refere ao ambiente e agradecemos particularmente a Peter Hazelwood, Susan McDade, Charles McNeill, Alvaro Umana e Jake Werksman e, como redactora, a Karen Holmes.

Muitas organizações partilharam generosamente as suas séries de dados e outros materiais de investigação: Centro de Análise e Informação sobre o Dióxido de Carbono, Centro para as Comparações Internacionais e Inter-Regionais (Universidade da Pensilvânia), Organização para a Alimentação e Agricultura, Instituto Internacional de Estudos Estratégicos, União Inter-Parlamentar, Organização Internacional do Trabalho, Programa Conjunto das Nações Unidas para o HIV/SIDA, União Internacional das Telecomunicações, Estudos de Rendimento do Luxemburgo, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, Estatísticas do Canada, Instituto Internacional de Estocolmo para a Investigação sobre a Paz, Secção de Tratados do Departamento de Assuntos Legais das Nações Unidas, Fundo das Nações Unidas para a Infância, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas, Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, Programa das Nações Unidas para o Ambiente, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, Centro das Nações Unidas para os Povoamentos Humanos (HABITAT), Instituto Inter-Regional de Investigação das Nações Unidas sobre a Criminalidade e a Justiça, Fundo das Nações Unidas para a População, Divisão de Estatística das Nações Unidas, Banco Mundial, Organização Mundial de Saúde, Organização Mundial para a Propriedade Intelectual e Organização Mundial do Comércio.

O Capítulo 2 beneficiou da utilização de mapas de vários países, criados pelo Centro para a Rede In-

ternacional de Informação sobre as Ciências da Terra, particularmente do trabalho de Deborah Balk, Gregory Booma, Melanie Brickman e Marc Levy.

Painel consultivo

O Relatório beneficiou significativamente do conselho intelectual e da orientação prestados por um painel consultivo externo de peritos eminentes como Sudhir Anand, Per Pinstrup-Anderson, Peggy Antrobus, Roberto Bissio, Shahid Javed Burki, Angus Deaton, Geoffrey Heal, Ellen t'Hoen, Danuta Hübner, Nicolas Imboden, Richard Jolly, K.S. Jomo, Stephen Lewis, Nora Lustig, James Manor, Solita Monsod, Emmanuel Tumisimi Mutebile, Ann Pettifor, Surin Pitsuwan, Jorge F. Quiroga, Steve Radelet, Gustav Ranis, Kate Raworth, Sanjay Reddy, Mary Robinson, Iyer Saradha, Arjun Sengupta, George Soros, Frances Stewart, Joseph Stiglitz, Paul Streeten, Miguel Szekely, Robert Wade e Ngaire Woods. Do painel consultivo sobre estatísticas fizeram parte Sudhir Anand, Paul Cheung, Willem DeVries, Lamine Diop, Carmen Feijo, Andrew Flatt, Paolo Garonna, Robert Johnston, Irena Krizman, Nora Lustig, Ian Macredie, Marion McEwin, Wolf Scott, Tim Smeeding e Michael Ward.

Consultas

Durante a preparação do relatório foram muitas as pessoas consultadas e que deram o seu valioso conselho, informações e materiais. O Grupo de Trabalho agradece a Carla Abouzahr, Masood Ahmed, Claude Akpabie, Diana Alkaron, Sahin Alpay, Philip Alston, Brian Ames, Shaida Badiee, Christian Barry, Grace Bediako, Misha Belkindas, Julia Benn, Anna Betran, Surjit Bhalla, Yonas Biru, Ties Boerma, Virginia Braunstein, Heinrich Brüngger, Edelisa Carandang, Gabriella Carolini, Marion Cheatle, Nicholas Chipperfield, David Cieslikowski, Patrick Cornu, Andrew Creese, Gloria Cuaycong, Sufian Daghra, Alberto Pedro D'Alotto, Shantayanan Devarajan, Volodymyr Demkine, Michael Doyle, Elizabeth Drake, Jean Drèze, Graham Eele, Simon Ellis, Kareen Fabre, Neil Fantom, Shahrokh Fardoust, Kayode Fayemi, Karen Fogg, Phillip Fox, Marta Gacic-Dobo, Gourishankar Ghosh, Alexandre Goubarev, Stefanie Grant, Isabelle Guillet, Emmanuel Guindon, Messaoud Hammouya, Sufian Abu Harb, Ines Havet, Eveline Herfkens, Harvey Herr, Nadia Hijab, John Hilary, Masako Hiraga, Karen Holmes, John Hough, Béla Hovy, José Augusto Hueb, Roslyn Jackson, Daniel Janzen, Jens Johansen, Lawrence Jeff Johnson, Robert Johnston, Karen Judd, Kei Kawabata, Taro Komatsu, Eline L. Korenromp, Aki Kuwahara, Olivier Labe, Mark Lattimer, Henri Laurencin, Sophia Lawrence, Haeduck Lee, Richard Leete, Corinne Lennox, Denise Lievesley, Rolf Luyendijk, Nyein Nyein Lwin, Doug Lynd, Esperanza C. Magpantay, Mary Mahy, Kamal Malhotra, Stephen Marks, Gordon McCord, Jeff McNeely, Pratibha Mehta, José Antonio Mejia, Clare Menozzi, Jorge Mernies, Camelia Minouiu, Franco Modigliani, Roland Monasch, Sufian Mushasha, Maryann Neill, Aimée Nichols, Ann Orr, Jude Padyachy, François Pelletier, Francesca Perucci, Rudolphe Petras, Marina Ponti, William Prince, Agnes Puymoyen, Tatiana Rosito, William Ryan, Sudhir Shetty, Antoine Simonpietri, Anuja Singh, Armin Sirco, Anatoly Smyshlyaev, Abigail Spring, Petter Stålenheim, Eric Swanson, Sirageldin Suliman, Minoru Takada, Gordon Telesford, Javier Teran, Benedicte Terryn, Nyi Nyi Thaung, Michel Thieren, Irene Tinker, Zineb Touimi-Benjelloun, Pierre Varly, Neff Walker, Tessa Wardlaw, Catherine Watt, Simon Wezemon, Caitlin Wiesen, Robertson Work, Nuri Yildirim, A. Sylvester Young, Zohra Yusuf, Elizabeth Zaniewski e Hania Zlotnik.

Foram efectuadas consultas com diversos grupos em reuniões de trabalho sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em Daca (Bangladeche) e em Bratislava (Eslováquia), com grupos da sociedade civil no Fórum Social Mundial que se realizou em Porto Alegre (Brasil) e durante os painéis de debate no Fórum Social em Hyderabad (Índia). O Grupo de Trabalho agradece particularmente a Roberto Bissio, Marina Ponti e Caitlin Wiesin por ter proporcionado estas consultas.

Foi realizada uma consulta estatística informal que prestou ajuda ao grupo de trabalho com comentários e sugestões. O grupo de estatística agradece a Simon Ellis, Brian Hammond, Robert Johnston, Gareth Jones, Denise Lievesley, Laila Manji, Robert Mayo, Abdelhay Mechbal, Sulekha Patel, Francesca Perucci, José Pessoa, Eric Swanson, Michel Thieren, Abiodun Williams e A. Sylvester Young.

O Grupo de Trabalho do Relatório realizou várias consultas informais com o conselho executivo do PNUD e com vários membros do Programa.

Leitores do PNUD

Um grupo de leitores, constituído por colegas do PNUD, ofereceu os seus valiosos comentários, sugestões e interpretações durante a fase de elaboração do Relatório. O Grupo de Trabalho está particularmente agradecido a Anne-Birgitte Albrectsen, Zéphrin Diabre, Djibril Diallo, Moez Doraid, Enrique Ganuza, Ameerah Haq, Nicola Harrington, Rima Khalaf Hunaidi, Selim Jahan, Zahir Jamal, Abdoulie Janneh, Bruce Jenks, Deborah Landey, Khalid Malik, Elena Martinez, Kalman Miszei, Shoji Nishimoto, Hafiz Pasha, Monica Sharma, Mark Suzman, Julia Taft, Álvaro Umana, Jan Vandemoortele, Gita Welch e Jake Werksman.

Apoio administrativo

Oscar Bernal, Renuka Corea-Lloyd, Mamaye Gebretsadik, Maria Leon, Myriame Montrose e Bhagirathi Savage deram apoio administrativo à preparação do Relatório. Outros colegas do Gabinete do Relatório deram o seu inestimável apoio: Sarah Burd-Sharps, Ana Cutter, Carolina Den Baas, Sharmila Kurukulasuriya, Juan Pablo Mejia, Mary Ann Mwangi, e Frédéric Teboul. O Relatório beneficiou ainda do trabalho e dedicação de estagiários: Nicola Baroncini, Bethany Donithorn, Abdoulie Abrar Janneh, Barcai M. Karim, Alia Malik, Julia Wanjiru Schwarz, Wilatluk Sinswat e Lara Weisstaub. Nebi Ayele, Gilberto de Jesus e Stephanie Meade deram o seu valioso contributo ao grupo de estatística.

Foi igualmente de extrema importância o apoio administrativo e organizativo prestado por Jennifer Copeland do Projecto de Desenvolvimento do Milénio, Debbie Creque, Dan Nienhauser and Martha Synnott do Instituto da Terra, da Universidade de Columbia, e Rana Barar, Lisa Dreier, Evelyn Luciano, Alissa Schmelz, Brian Torpy, Christie Walkuski e Haynie Wheeler do grupo de especialistas do Projecto do Milénio.

Liliana Izquierdo, Juan Luís Larrabure, Natália Palgova e Gerardo Nuñez do Gabinete das Nações Unidas para o Serviço de Projectos deram o seu valioso apoio administrativo e organizativo.

Edição, produção e tradução

Como em anos anteriores, o Relatório beneficiou do trabalho dos revisores da Communications Development Incorporated: Meta de Coquereaumont, Paul Holtz, Elizabeth McCrocklin, Bruce Ross-Larson e Alison Strong. A concepção gráfica do Relatório deve-se a Elaine Wilson e Wendy Guyette.

O Relatório beneficiou ainda da tradução, *design*, promoção e trabalho de distribuição do Gabinete de Comunicações do Administrador do PNUD, e agradecemos particularmente a Maureen Lynch, William Orme, Hilda Paqui, Pia Reunala e Erin Trowbridge. As traduções foram revistas por Alia Al-Dalli, Jean Barut, Ghaith Faliz, Enrique Ganuza, Yolaine Michaud, Cielo Morales e Vladimir Scherbov.

* * *

O Grupo de Trabalho expressa o seu sincero apreço pelos revisores especializados do Relatório—Richard Jolly, Solita Monsod e Jorge F. Quiroga—que reviram cuidadosamente os primeiros escritos do Relatório e partilharam os resultados das suas investigações mais recentes, dando também assim um contributo suplementar. O Grupo de Trabalho está igualmente muito agradecido a Ian Macredie, Lene Mikkelsen e Darryl Rhoades, os revisores estatísticos que escrutinaram o uso de dados no Relatório e emprestaram o seu conhecimento estatístico.

Finalmente, os autores estão particularmente agradecidos a Mark Malloch Brown, Administrador do PNUD pela sua liderança e visão. Apesar de gratos por todo o apoio recebido, os autores assumem a inteira responsabilidade pelas opiniões expressas no Relatório.

Sakiko Fukuda-Parr
Directora
Relatório do Desenvolvimento Humano 2003

Índice

QUADROS

FIGURAS

DESTAQUES

INDICADORES DOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Monitorizar o desenvolvimento humano: aumentar as escolhas das pessoas. . .

. . . Para levarem uma vida longa e saudavel. . .

. . . Adquirirem conhecimento . . .

. . . Terem acesso aos recursos necessarios para um nivel de vida digno. . .

. . . Enquanto o preservam para as gerações futuras . . .

. . . Protegendo a segurança pessoal . . .

. . . E alcançando a igualdade para todas as mulheres e homens

Instrumentos dos direitos humanos e do trabalho

Nota técnica

Objectivos de Desenvolvimento do Milénio: Um pacto entre nações para eliminar a pobreza humana

O novo século começou com uma declaração de solidariedade e uma determinação sem precedentes de livrar o mundo da pobreza. Em 2000, a Declaração do Milénio da ONU, adoptada na maior reunião de chefes de Estado de sempre, comprometeu países – ricos e pobres – a fazer tudo o que puderem para erradicar a pobreza, promover a dignidade e a igualdade humanas e alcançar a paz, a democracia e a sustentabilidade ambiental. Os líderes mundiais prometeram cooperar para atingir metas concretas de avanço do desenvolvimento e redução da pobreza, até 2015, ou antes.

Emanado da Declaração do Milénio, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio vinculam os países a fazer mais no ataque aos rendimentos inadequados, à fome generalizada, desigualdade de género, deterioração ambiental e à falta de instrução, cuidados de saúde e água potável (caixa 1). Também incluem acções para reduzir a dívida e aumentar a ajuda, comércio e transferências de tecnologia para os países pobres. O Consenso de Monterrey, de Março de 2002 — reafirmado na Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável, de Setembro de 2002, e no Plano de Execução de Joanesburgo — dá um enquadramento a esta parceria entre países ricos e pobres.

É difícil pensar numa altura mais propícia para mobilizar apoios para uma parceria mundial como esta. Em 2003, o mundo assiste a conflitos ainda mais violentos, acompanhados de maior tensão internacional e de medo do terrorismo. Alguns podem argumentar que a guerra contra a pobreza deve ficar para trás até que a guerra contra o terrorismo seja ganha. Mas não têm razão. A necessidade de erradicar a pobreza não concorre com a necessidade de tornar o mundo mais seguro. Pelo contrário, erradicar a pobreza devia contribuir para um mundo mais seguro – a visão da Declaração do Milénio.

Para tratar da pobreza é preciso compreender as suas causas. Este Relatório contribui para essa compreensão, analisando as causas radicais do fracasso do desenvolvimento. Durante a década de 1990, os debates sobre o desenvolvimento concentraram-se em três conjuntos de questões. O primeiro foi a necessidade de reformas económicas para criar estabilidade macroeconómica. O segundo foi a necessidade de instituições fortes e de boa governação — para impor o estado de direito e controlar a corrupção. O terceiro foi a necessidade de justiça social e de envolver as pessoas nas decisões que as afectam, a elas e às suas comunidades e países – uma questão que este Relatório continua a defender.

Estas questões são cruciais para o desenvolvimento humano sustentável e continuam a merecer uma atenção prioritária na decisão política. Mas passam ao lado de um quarto factor, aqui explorado: os constrangimentos estruturais que impedem o crescimento económico e o desenvolvimento humano. O Pacto de Desenvolvimento do Milénio apresentado neste Relatório propõe uma abordagem política para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que começam pelo tratamento desses constrangimentos.

O controlo nacional – pelos governos e pelas comunidades – é essencial para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Na verdade, os Objectivos podem estimular o debate democrático e é mais provável que os líderes tomem as medidas necessárias para os Objectivos quando houver pressão das populações envolvidas

Os Objectivos só terão êxito se significarem alguma coisa para os milhares de milhões de indivíduos a que se destinam. Os Objectivos têm que se tornar uma realidade nacional, abraçada pelos principais participantes – as pessoas e os governos. São um conjunto de pontos de referência para avaliar o progresso — e para proporcionar às pessoas a responsabilização dos políticos. Ajudam as pessoas a lutar pelo tipo de políticas e acções que hão-de criar empregos dignos, melhorar o acesso às escolas e erradicar a corrupção. Também são compromissos dos líderes nacionais,

CAIXA 1

Objectivos e metas de Desenvolvimento do Milénio

Objectivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome

Meta 1: Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas cujo rendimento é menor que 1 dólar por dia

Meta 2: Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas que sofrem de fome

Objectivo 2: Alcançar o ensino primário universal

Meta 3: Assegurar, até 2015, que as crianças em toda a parte, tanto rapazes como raparigas, conseguirão concluir um curso completo de ensino primário

Objectivo 3: Promover a igualdade de género e dar poder às mulheres

Meta 4: Eliminar a disparidade de género nos ensinos primário e secundário, de preferência até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015

Objectivo 4: Reduzir a mortalidade de crianças

Meta 5: Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos

continua na página seguinte

CAIXA 1 (continuação)

Objectivos e metas de Desenvolvimento do Milénio

Objectivo 5: Melhorar a saúde materna

Meta 6: Reduzir em três quartos, entre 1999 e 2015, a taxa de mortalidade materna

Objectivo 6: Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças

Meta 7: Parar e começar a inverter, até 2015, a propagação do HIV/SIDA

Meta 8: Parar e começar a inverter, até 2015, a incidência da malária e outras doenças principais

Objectivo 7: Assegurar a sustentabilidade ambiental

Meta 9: Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas dos países e inverter a perda de recursos ambientais

Meta 10: Reduzir para metade, até 2015, a proporção das pessoas sem acesso sustentável a água potável

Meta 11: Alcançar, até 2020, uma melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados

Objectivo 8: Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento

Meta 12: Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório (inclui um compromisso com a boa governação, o desenvolvimento e a redução da

continua na página seguinte

que têm de ser responsabilizados pelos seus eleitorados em função do seu desempenho.

Quando adoptados pelas comunidades, os Objectivos podem estimular debates democráticos acerca do desempenho do governo, especialmente quando são disponibilizados dados imparciais – afixados à porta de cada junta de freguesia. Também podem tornar-se plataformas de campanha para políticos, como a campanha da Fome Zero do presidente Luís Inácio "Lula" da Silva para eliminar a fome, incluída no manifesto do seu programa eleitoral.

Grupos da sociedade civil – desde organizações comunitárias a associações profissionais, passando por grupos de mulheres e redes de organizações não governamentais (ONG) – têm um papel importante na ajuda à execução e acompanhamento do progresso em direcção aos Objectivos. Mas estes também exigem estados capazes e eficientes, que cumpram os seus compromissos de desenvolvimento. E exigem mobilização popular para sustentar a vontade política de os atingir. Essa mobilização popular exige culturas políticas abertas e participativas.

As reformas políticas, como a descentralização dos orçamentos e das responsabilidades pelo fornecimento de serviços básicos, colocam a tomada de decisão mais perto das pessoas e reforçam a pressão popular para a realização dos Objectivos. Onde funcionou – como nalgumas zonas do Brasil, Jordânia, Moçambique e nos estados indianos de Kerala, Madia Pradexe e Bengala Ocidental – a descentralização trouxe melhorias significativas. Pode levar a serviços governamentais que respondem mais depressa às necessidades das pessoas, à denúncia da corrupção e à redução do absentismo.

Mas a descentralização é difícil. Para ter êxito, precisa de uma autoridade central capaz, de autoridades locais empenhadas e com poder financeiro e de cidadãos empenhados numa sociedade civil bem organizada. Em Moçambique, autoridades locais empenhadas e com capacidade financeira aumentaram a cobertura de vacinação e as consultas pré-natal em 80%, vencendo limitações de capacidade através da contratação de Organizações Não Governamentais (ONG) e de fornecedores privados a nível municipal.

Experiências recentes também mostraram como os movimentos sociais podem levar a uma tomada de decisão mais participativa, como na monitorização pública dos orçamentos locais. Em Porto Alegre, no Brasil, essa monitorização trouxe enormes melhorias aos serviços. Em 1989, pouco menos de metade dos habitantes da cidade tinha acesso a água potável. Sete anos mais tarde, quase todos tinham. A escolarização primária também duplicou durante esse período e os transportes expandiram-se a zonas afastadas.

Este tipo de acção colectiva melhora os serviços básicos e ajuda a estimular e sustentar a vontade política. Cidadãos comuns pressionam os seus líderes para cumprirem os seus compromissos políticos. E os Objectivos fornecem aos cidadãos um instrumento que lhes permite exigir a responsabilização dos seus governos.

Porque os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio não se concretizarão com uma abordagem normal, o ritmo do progresso tem que ser drasticamente acelerado

Os últimos 30 anos assistiram a melhorias significativas no mundo em desenvolvimento. A esperança de vida aumentou oito anos. O analfabetismo foi reduzido em quase metade, passando para 25%. E na Ásia Oriental, o número de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia foi reduzido para quase metade só nos anos de 1990.

Mesmo assim, o desenvolvimento humano está a avançar demasiado devagar. Para muitos países, os anos de 1990 foram uma década de desespero. Há 54 países que estão actualmente mais pobres do que em 1990. Em 21, há uma maior percentagem de pessoas com fome. Em 14, há mais crianças a morrer antes dos cinco anos. Em 12, a escolarização primária estão a diminuir. Em 34, a esperança de vida diminuiu. Antes, estas reversões da sobrevivência eram raras.

Outro sinal de uma crise de desenvolvimento é o facto de se verificar, em 21 países, um declínio do índice de desenvolvimento humano (IDH, uma medida sumária de três dimensões do desenvolvimento humano – ter uma vida longa e saudável, ser instruído e ter um nível de vida digno). Também isto era raro até ao fim dos anos de 1980, porque as capacidades captadas pelo IDH não se perdem facilmente.

Se o progresso mundial continuar ao mesmo ritmo dos anos de 1990, só o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio de reduzir para metade a privação de rendimento e a proporção da população sem acesso a água potável continuará a ter uma probabilidade realista de ser atingido, graças, principalmente, à China e à Índia. Regionalmente, ao ritmo actual, a África Subsariana só atingiria os Objec-

tivos da pobreza em 2147 e em relação à mortalidade de crianças, só em 2165. Quanto ao HIV/SIDA e à fome, as tendências na região estão a piorar – e não a melhorar.

O facto de, nos 12 anos que faltam para 2015, tantos países em todo o mundo ficarem muito longe dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio aponta para uma necessidade urgente de mudar de caminho. Mas os anteriores êxitos de desenvolvimento mostram o que é possível, mesmo em países muito pobres. O Sri Lanka conseguiu aumentar a esperança de vida em 12 anos, entre 1945 e 1953. O Botswana dá outro exemplo inspirador: a escolarização bruta no ensino primário saltou de 40% em 1960 para quase 91% em 1986.

O mundo de hoje tem mais recursos e saber-fazer do que nunca para enfrentar os desafios das doenças infecciosas, baixa produtividade, falta de energia limpa e transportes e da falta de serviços básicos como água potável, saneamento, escolas e cuidados de saúde. O problema é a melhor forma de aplicar os recursos e o saber-fazer para beneficiar as pessoas mais pobres.

Há dois grupos de países que precisam de mudanças de direcção urgentes. Primeiro, estão os países que conjugam desenvolvimento humano baixo e mau desempenho em relação aos Objectivos – os países de prioridade máxima e alta. Segundo, estão os países que progridem bem em direcção aos Objectivos mas têm bolsas profundas de pessoas pobres a ficarem para trás

Há 59 países de prioridade máxima e alta em que o fracasso do progresso e níveis de partida terrivelmente baixos minam muitos dos Objectivos. É nesses países que devem ser concentrados a atenção e os recursos mundiais.

Nos anos de 1990, estes países enfrentaram muitos tipos de crises:

- *Privação de rendimento:* as taxas de pobreza, já elevadas, aumentaram em 37 dos 67 países com dados.
- *Fome:* em 19 países, mais de uma em cada quatro pessoas está a ficar com fome e a situação não está a melhorar, ou está a piorar. Em 21 países, a taxa de fome aumentou.
- *Sobrevivência:* em 14 países, a mortalidade de menores de cinco anos aumentou nos anos de 1990 e em 7 países, quase uma de cada quatro crianças não verá o seu quinto aniversário.
- *Água:* em 9 países, mais de uma em cada quatro pessoas não tem acesso a água potável, e a situação não está a melhorar, ou está a piorar.
- *Saneamento:* em 15 países, mais de uma em cada quatro pessoas não tem acesso a saneamento adequado, e a situação não está a melhorar , ou está a piorar.

Subjacente a todas estas crises está uma crise económica. Não só estes países já são extremamente pobres, mas também as suas taxas de crescimento são terrivelmente baixas.

Nos anos de 1990, o crescimento do rendimento per capita médio foi inferior a 3% em 125 países em desenvolvimento e em transição, e em 54 destes países, o rendimento per capita desceu. Dos 54 países com rendimento em declínio, 20 são da África Subsariana, 17 da Europa do Leste e da Comunidade de Estados Independentes (CEI), 6 da América Latina e Caraíbas, 6 Ásia Oriental e Pacífico, e 5 dos Países Árabes. Estão incluídos aqui muitos países prioritários, mas também alguns países com desenvolvimento humano médio.

Os países que estão menos expostos ao público são os que progridem bem, mas excluem ou deixam para trás certos grupos e áreas. Todos os países devem tratar das disparidades significativas entre grupos – entre homens e mulheres, entre grupos étnicos, entre raças e entre áreas urbanas e rurais. Isso exige que se olhe para além das médias nacionais.

Muitos países com médias nacionais que indicam um progresso adequado em direcção aos Objectivos, e nos prazos fixados, têm profundas bolsas de pobreza enraizada. Durante a década de 1990, a China retirou 150 milhões de pessoas da privação de rendimentos. Mas esta realização espectacular concentrou-se nas regiões costeiras. Nas outras regiões, persistem profundas bolsas de pobreza. Nalgumas regiões do interior, o progresso económico é muito mais lento do que no resto do país.

Em vários países, os Objectivos podem ser atingidos com mais facilidade, apenas melhorando as circunstâncias das pessoas que já estão bem. Há provas que sugerem que isto está a acontecer na saúde. Mas se esta abordagem pode ajustar-se à letra dos Objectivos, não se ajusta ao seu espírito. Mulheres, populações rurais, minorias étnicas e outras pessoas pobres progridem normalmente mais devagar do que a média nacional – ou não mostram progressos –

CAIXA 1 (continuação)

Objectivos e metas de Desenvolvimento do Milénio

pobreza – tanto a nível nacional como internacional)

Meta 13: Enfrentar as necessidades especiais dos países menos desenvolvidos (inclui o acesso a exportações livres de tarifas e de quotas, um programa melhorado de alívio e cancelamento da dívida bilateral pública e uma ajuda pública ao desenvolvimento mais generosa para os países comprometidos com a redução da pobreza)

Meta 14: Enfrentar as necessidades especiais dos países interiores e dos pequenos estados insulares em desenvolvimento (através do Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e das deliberações da 22ª Assembleia Geral)

Meta 15: Tratar de maneira compreensiva os problemas da dívida dos países em desenvolvimento através de medidas nacionais e internacionais, a fim de tornar a dívida sustentável a longo prazo

Meta 16: Em cooperação com os países em desenvolvimento, promover e executar estratégias para um trabalho digno e produtivo para os jovens

Meta 17: Em cooperação com as empresas farmacêuticas, proporcionar o acesso a medicamentos essenciais e a preços comportáveis nos países em desenvolvimento

Meta 18: Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em particular as tecnologias da informação e comunicação

mesmo quando os países, como um todo, estão a caminhar em direcção aos Objectivos.

Dos 24 países em desenvolvimento com dados subnacionais sobre a mortalidade de crianças, entre meados dos anos 1980 e meados dos anos 1990, apenas 3 reduziram o hiato nas taxas de mortalidade de menores de cinco anos, entre os grupos mais ricos e os mais pobres. Podem encontrar-se padrões similares na cobertura da vacinação e escolarização e taxas de conclusão escolar, onde os hiatos urbano-rural e étnico parecem persistir ou estar a agravar-se. As mulheres das áreas pobres também tendem a ser excluídas do progresso global em direcção aos Objectivos.

A atenção da política mundial deve ser focada nos países que enfrentam os mais agudos desafios do desenvolvimento

O Pacto de Desenvolvimento do Milénio é um plano de acção destinado principalmente aos países de prioridade máxima e alta que, na sua maioria, precisam de apoio

A atenção da política mundial deve ser focada nos países que enfrentam os mais agudos desafios do desenvolvimento. Sem uma mudança de direcção imediata, não atingirão, certamente, os Objectivos. Com isto em mente, este Relatório apresenta um novo plano de acção destinado principalmente a esses países: o Pacto de Desenvolvimento do Milénio.

Para atingir o crescimento sustentável, os países têm que atingir limiares básicos em várias áreas fundamentais: governação, saúde, educação, infra-estruturas e acesso aos mercados. Se um país ficar abaixo do limiar em qualquer dessas áreas, pode cair na "armadilha da pobreza".

A maioria dos países de prioridade máxima e alta está a tentar atingir esses limiares básicos. Todavia, enfrentam obstáculos estruturais profundamente instalados, que terão dificuldade em vencer por si próprios. Os obstáculos incluem barreiras aos mercados internacionais e níveis elevados de dívida – muito acima do que podem pagar dada a sua limitada capacidade de exportação. Outro obstáculo importante é o tamanho e a localização de um país. Outros constrangimentos estruturais ligados à geografia de um país incluem baixa fertilidade dos solos, vulnerabilidade a choques climáticos, ou desastres naturais e doenças implacáveis como a malária. Mas a geografia não é um destino. Com políticas adequadas, esses desafios podem ser vencidos. Melhores estradas e comunicações e uma integração mais profunda com os países vizinhos pode aumentar o acesso aos mercados. Políticas de prevenção e tratamento podem mitigar significativamente o impacte de doenças pandémicas.

As mesmas condições estruturais que contribuem para a armadilha da pobreza de todo um país, também podem afectar grandes grupos populacionais em países que, sob outros aspectos, são relativamente prósperos. As regiões remotas do interior da China, por exemplo, enfrentam distâncias muito maiores dos portos, infra-estruturas muito piores e condições biofísicas muito mais duras do que as regiões costeiras do país – que nos últimos anos têm gozado do mais rápido crescimento económico da história. Reduzir a pobreza nas regiões mais pobres exige políticas nacionais que reafectem recursos para essas regiões. A máxima prioridade política, neste caso, é aumentar a equidade e não só o crescimento económico.

As respostas políticas aos constrangimentos estruturais exigem intervenções simultâneas em várias frentes – juntamente com maior apoio externo. Seis cachos de políticas podem ajudar os países a sair das suas armadilhas de pobreza:

- Investir cedo e ambiciosamente na educação básica e na saúde, estimulando ao mesmo tempo a igualdade de género. Estas são condições prévias do crescimento económico sustentado. O crescimento, por sua vez, pode gerar emprego e aumentar o rendimento – realimentando mais ganhos na educação e na saúde.
- Aumentar a produtividade dos pequenos agricultores em ambientes desfavoráveis – isto é, da maioria das pessoas com fome do mundo. Uma estimativa fiável diz que 70% das pessoas mais pobres do mundo vivem em áreas rurais e dependem da agricultura.
- Melhorar as infra-estruturas básicas – como portos, estradas, energia e comunicações – para reduzir os custos de fazer negócios e vencer barreiras geográficas.
- Intensificar uma política de desenvolvimento industrial que alimente a iniciativa empresarial e ajude a diversificar a economia, afastando-a da dependência das exportações de produtos primárias – com um papel activo para as pequenas e médias empresas.
- Promover a governação democrática e os direitos humanos para eliminar a discriminação, assegurar a justiça social e promover o bem-estar de todas as pessoas.
- Assegurar a sustentabilidade ambiental e uma gestão urbana sã, de modo que as melhorias do desenvolvimento sejam de longo prazo.

O pensamento que está por trás destas políticas afirma que para a economia funcionar melhor, outras coisas têm que ir ao lugar primeiro. É impossível reduzir a dependência das exportações de produtos primárias, por exemplo, se a força de trabalho não puder deslocar-se para a indústria por causa da sua baixa qualificação.

A tarefa que os países de prioridade máxima e alta enfrentam é demasiado grande para qualquer deles funcionar sozinho – especialmente os países mais pobres, que enfrentam barreiras invulgarmente altas com recursos muito limitados. Nesta matéria, o Pacto de Desenvolvimento do Milénio não é apologético. Os países mais pobres precisam de recursos externos significativos para atingirem níveis essenciais de desenvolvimento humano. Mas isto não é uma exigência de financiamento sem limites pelos países ricos – porque o Pacto também não é apologético quanto à necessidade de os países pobres mobilizarem recursos internos, reforçarem políticas e instituições, combaterem a corrupção e melhorarem a governação, passos essenciais no caminho do desenvolvimento sustentável.

Os países não atingirão os Objectivos, a menos que adoptem planos de desenvolvimento muito mais ambiciosos. Aqui, o Pacto argumenta que devia aplicar-se um novo princípio. Os governos dos países pobres e dos países ricos, bem como as instituições internacionais, deviam começar por perguntar que recursos são necessários para atingir os Objectivos, em vez de permitirem que o ritmo de desenvolvimento seja fixado pelos recursos limitados actualmente atribuídos.

Todos os países – especialmente os de prioridade máxima e alta – precisam de diagnosticar sistematicamente o que será necessário para atingir os Objectivos. Este diagnóstico devia incluir iniciativas que os governos de países pobres podem tomar, como a mobilização de recursos fiscais internos, a reorientação da despesa para serviços básicos, o recurso à experiência e financiamento privados e a introdução de reformas na governação económica. Tudo isto ainda deixará um grande hiato de recursos que os governos devem identificar. Vencer este hiato exigirá cooperação técnica e financeira adicional dos países ricos, incluindo o financiamento de custos recorrentes, alívio mais amplo da dívida, melhor acesso aos mercados e transferências crescentes de tecnologia.

Há um amplo consenso sobre a necessidade de um único enquadramento para coordenar os esforços de desenvolvimento, baseado em estratégias de desenvolvimento controladas nacionalmente e em programas de investimento público. Para os países de rendimento baixo, esse enquadramento ocorre através de Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza, em vigor em cerca de duas dezenas de países e em vias de estar em mais duas dezenas. Os Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza ao enfrentarem os desafios dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio de maneira mais sistemática, precisam de começar a perguntar o que é necessário para os alcançar – e a avaliar os hiatos de recursos e as reformas políticas necessárias que precisam de ser feitas.

Os países não atingirão os Objectivos, a menos que adoptem planos de desenvolvimento muito mais ambiciosos

Reduzir para metade a proporção de pessoas em pobreza extrema (Objectivo 1) exigirá um crescimento económico muito mais forte nos países de prioridade máxima e alta em que o crescimento tem fracassado. Mas só o crescimento não será suficiente. As políticas também precisam de fortalecer as ligações entre crescimento mais forte e rendimentos mais elevados das famílias mais pobres

Mais de 1,2 mil milhões de pessoas – uma em cada cinco na Terra – vivem com menos de um dólar por dia. Durante os anos de 1990, a proporção de pessoas com privação extrema de rendimentos caiu de 30% para 23%. Mas com uma população mundial a crescer, esse número apenas diminuiu 123 milhões – uma pequena parte do progresso necessário para eliminar a pobreza. E, excluindo a China, o número de pessoas extremamente pobres aumentou, na realidade, 28 milhões.

A Ásia do Sul e Oriental têm o maior número de pessoas com privação de rendimento, embora ambas as regiões tenham, recentemente, registado ganhos impressionantes. Como já se assinalou, nos anos de 1990, a China tirou 150 milhões de pessoas da pobreza – 12% da população – reduzindo para metade a sua incidência. Mas na América Latina e Caraíbas, Países Árabes, Europa Central e do Leste e na África Subsariana aumentou o número de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia.

A falta de um crescimento sustentado redutor da pobreza tem sido um grande obstáculo para a diminuição da pobreza. Nos anos de 1990, apenas 30 de 155 países em desenvolvimento e em transição, com dados – cerca de um em cada cinco – atingiu um crescimento do rendimento per capita de mais de 3% ao ano. Como se assinalou, o rendimento médio diminuiu realmente em 54 desses países.

As tarifas sobre a importação protegem os mercados de países ricos e reduzem os incentivos para os agricultores de países pobres investirem na agricultura, o que poderia contribuir para uma segurança alimentar mais sustentável

Mas só o crescimento económico não é suficiente. O crescimento pode ser desumano ou redutor da pobreza – dependendo do seu padrão, dos aspectos estruturais da economia e das políticas públicas. A pobreza aumentou mesmo nalguns países que registaram um crescimento económico global e, nas últimas duas décadas, a desigualdade de rendimento agravou-se em 33 de 66 países em desenvolvimento, com dados. Todos os países – especialmente os que apresentam um bom desempenho médio mas têm bolsas enraizadas de pobreza – devem executar políticas que reforcem as ligações entre crescimento económico e redução da pobreza.

É mais provável que o crescimento beneficie as pessoas pobres se tiver uma base ampla, em vez de se concentrar apenas nalguns sectores ou regiões, se for trabalho-intensivo (como na agricultura, ou no vestuário) em vez de capital-intensivo (como no petróleo) e se as receitas governamentais forem investidas em desenvolvimento humano (como saúde básica, educação, alimentação e serviços de água e saneamento). É menos provável que o crescimento beneficie pessoas pobres se tiver uma base estreita, se negligenciar o desenvolvimento humano, ou se discriminar áreas rurais, certas regiões, grupos étnicos ou mulheres na provisão de serviços públicos.

As políticas públicas que podem reforçar as ligações entre crescimento e redução da pobreza incluem:

- Aumentar o nível da eficiência e da equidade de investimentos em saúde básica, educação e água e saneamento.
- Aumentar o acesso dos pobres a terras, crédito, qualificações e outros activos económicos.
- Aumentar a produtividade e a diversificação dos pequenos agricultores.
- Promover o crescimento industrial intensivo em trabalho, envolvendo pequenas e médias empresas.

Reduzir para metade a proporção de pessoas com fome (Objectivo 1) apresenta dois desafios: garantir o acesso a alimentação, hoje abundante, e aumentar a produtividade de agricultores, hoje com fome – especialmente em África

O número de pessoas com fome baixou cerca de 20 milhões nos anos de 1990. Mas, excluindo a China, o número de pessoas com fome aumentou. A Ásia do Sul e a África Subsariana contêm as maiores concentrações de pessoas com fome. Na Ásia do Sul, o desafio é aumentar a distribuição de comida disponível em abundância. Na África Subsariana, o desafio também envolve o crescimento da produtividade agrícola.

Podem ser utilizadas muitas acções públicas para reduzir a fome. Os stocks de reserva para estabilizar preços, especialmente a nível local, podem libertar alimentos para o mercado durante emergências alimentares – reduzindo a volatilidade dos preços. Muitos países, como a China e a Índia, têm sistemas desses. Os stocks alimentares podem ser particularmente importantes para países interiores susceptíveis a secas.

Além disso, muitas pessoas com fome não têm terras ou carecem de posse segura. É necessária a reforma agrária para prover as pessoas rurais pobres com acesso seguro à terra. As mulheres produzem grande parte dos alimentos na África Subsariana e na Ásia do Sul, mas mesmo assim não têm acesso seguro à terra.

A baixa produtividade agrícola também precisa de ser enfrentada, particularmente em regiões ecológicas marginais, com solos pobres e alta variabilidade climática. Os ganhos significativos da revolução verde passaram ao lado dessas áreas. É necessária uma revolução duplamente verde – uma revolução que aumente a produtividade e melhore a sustentabilidade ambiental. São necessários maiores investimentos para investigar e desenvolver melhores tecnologias e disseminá-las através de serviços de extensão. O mesmo em relação a investimentos em infra-estruturas, como estradas e sistemas de armazenamento. Todavia, os investimentos públicos e o apoio dos doadores à agricultura têm caído nas últimas décadas.

As tarifas sobre a importação protegem os mercados de países ricos e reduzem os incentivos para os agricultores de países pobres investirem na agricultura, o que poderia contribuir para uma segurança alimentar mais sustentável. Os subsídios elevados nos países ricos também reduzem os incentivos para investir na segurança alimentar a longo prazo e deprimem os preços do mercado mundial – embora possam beneficiar os importadores líquidos de produtos alimentares.

Alcançar o ensino primário universal e eliminar as disparidades de género na educação primária e secundária (Objectivos 2-3) exige que se enfrente a eficiência, a equidade e os níveis de recursos como problemas interrelacionados

Nas regiões em desenvolvimento, mais de 80% das crianças estão matriculadas na escola primária. To-

davia, cerca de 115 milhões de crianças não frequentam a escola primária e a escolarização é extremamente baixa na África Subsariana (59%) e na Ásia do Sul (84%). Uma vez matriculada, há uma possibilidade em três de uma criança em África completar a escola primária. Além disso, um em cada seis adultos em todo o mundo é analfabeto. E mantêm-se escancarados os hiatos entre sexos: três quintos dos 115 milhões de crianças que estão fora das escolas são raparigas e dois terços dos 876 milhões de analfabetos adultos são mulheres.

A falta de instrução impossibilita qualquer pessoa de ter uma vida plena. Também retira à sociedade a possibilidade de ter uma base de desenvolvimento sustentável, porque a educação é decisiva para melhorar a saúde, a alimentação e a produtividade. O Objectivos da educação é, assim, fulcral para atingir os outros Objectivos.

Na maioria dos países pobres, a provisão da educação básica é altamente desigual, com os 20% mais pobres a receberem muito menos de 20% da despesa pública – enquanto os 20% mais ricos captam muito mais. Além disso, a educação primária recebe muito menos financiamento por estudante do que a educação secundária ou superior. Este modelo também discrimina as pessoas pobres, porque beneficiam muito mais com a educação básica.

As despesas da família com a educação, como propinas e uniformes, também desencorajam a matrícula – especialmente nas famílias pobres. A escolarização aumentou sensivelmente quando foram eliminados os uniformes e as propinas no Quénia, Malawi e Uganda. Um sistema equitativo também leva a melhores resultados: os países que têm um bom desempenho em matéria de educação tendem a gastar mais com as famílias mais pobres e com a educação primária.

Os países que eliminaram as disparidades de género na educação mostram como os pais podem ser encorajados a mandar as filhas à escola: localizando as escolas com proximidade, minimizando o desperdício de custos, programando horários escolares que contemplem as tarefas domésticas familiares e recrutando professoras (dando aos pais uma sensação de segurança). Os países com realização elevada que eliminaram as disparidades de género têm percentagens de professoras muito maiores do que as médias regionais.

Muitos sistemas escolares sofrem de ineficiências operacionais, com demasiadas crianças repetentes e a abandonar a escola. Em países onde se falam várias línguas, ensinar na língua materna nos primeiros anos aumenta significativamente a experiência de aprendizagem. Programas de alimentação escolar também ajudam a trazer e a manter as crianças na escola; crianças com fome não conseguem aprender. Programas de primeira infância ajudam a preparar crianças que vão para a escola, especialmente as da primeira geração de estudantes das respectivas famílias.

Um desafio assustador em países com escolarização baixa é gerir os custos recorrentes para atingir um maior equilíbrio entre os salários dos professores – que normalmente absorvem 90% ou mais da despesa recorrente – e outros custos, como os de manuais. O baixo investimento atinge em particular as pessoas pobres, porque as elites e os grupos poderosos tendem a captar percentagens desproporcionadas dos pequenos orçamentos. Os pequenos orçamentos também tornam difícil a execução de reformas. Melhorar a equidade, ou a eficiência, é mais fácil quando os recursos da educação estão a aumentar.

Normalmente, os países podem gastar mais em educação quando as suas economias crescem. Mas os países mais pobres precisam ` de gastar mais em educação para escaparem das suas armadilhas da pobreza

Juntamente com o problema dos recursos, há o declínio do apoio dos doadores para a educação. Nos anos de 1990, esse apoio diminuiu 30% em termos reais, para 4,7 mil milhões de dólares – com apenas 1,5 mil milhões para a educação básica. Normalmente, os doadores também financiam equipamento e outros custos de investimento, em vez de manuais, salários dos professores e outros custos operacionais. Mas é aí que está o verdadeiro estrangulamento.

Tanto na provisão como no financiamento, o sector privado tem que fazer mais na educação secundária e superior. Os governos precisam de encorajar as ONG e o sector privado a expandir a oferta, embora mantendo o controlo dos padrões e centralizando dados sobre o número e a qualidade das escolas privadas. Num ambiente constrangido por recursos, a equidade e a eficiência exigem que os subsídios públicos à escolaridade primária privada não sejam conseguidos à custa da educação básica para as pessoas pobres.

Normalmente, os países podem gastar mais em educação quando as suas economias crescem. Mas os países mais pobres precisam de gastar mais em educação para escaparem das suas armadilhas da pobreza – e não têm recursos suficientes para fazerem esses investimentos básicos.

Os governos dos países pobres têm que classificar a despesa de saúde numa categoria mais alta do que outros tipos de despesa, tais como a defesa

Promover a igualdade de género e dar poder às mulheres (Objectivo 3), objectivos válidos em si mesmos, também são fulcrais para atingir todos os outros Objectivos

Promover a igualdade de género e dar poder às mulheres é, na perspectiva mais ampla, um objectivo fundamental da Declaração do Milénio, embora a eliminação das disparidades na educação primária e secundária seja a única meta quantitativa fixada. A educação contribui para uma saúde melhor, e melhor educação e saúde aumentam a produtividade que conduz ao crescimento económico. O crescimento gera, então, recursos que financiam melhoramentos na saúde e na educação das pessoas, aumentando mais a produtividade. A igualdade de género é fulcral nestas sinergias, porque as mulheres são agentes do desenvolvimento.

As mulheres são as principais prestadoras de cuidados em todas as sociedades. Assim, a sua educação contribui mais para a saúde e a educação da próxima geração do que a dos homens – sobretudo quando as mulheres também têm uma voz forte nas decisões familiares. À medida que envelhecem, as raparigas instruídas têm menos filhos e mais saudáveis, apressando a transição para taxas de fertilidade mais baixas. Mulheres mais instruídas e mais saudáveis também contribuem para uma maior produtividade – por exemplo, adoptando inovações agrícolas – e, assim, para rendimentos familiares mais elevados. Além disso, essas mulheres trabalham muitas vezes fora de casa e obtêm rendimentos independentes, aumentando a sua autonomia. Estes processos benéficos têm mais força quando as mulheres têm autonomia e voz nas decisões familiares. E quando as mulheres podem agir colectivamente para exigir mais direitos – à educação, cuidados de saúde, empregos iguais – ainda são mais prováveis essas sinergias.

Reduzir a mortalidade de crianças, melhorar a saúde materna e combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças (Objectivos 4-6) exige um aumento significativo do acesso a cuidados de saúde

Todos os anos mais de 10 milhões de crianças morrem de doenças evitáveis – 30.000 por dia. Mais de 500.000 mulheres morrem por ano na gravidez e no parto, sendo essas mortes 100 vezes mais prováveis na África Subsariana do que nos países da OCDE de rendimento elevado. Em todo o mundo, 42 milhões de pessoas vivem com HIV/SIDA, 39 milhões das quais em países em desenvolvimento. A tuberculose continua a ser (juntamente com a SIDA) a principal assassina infecciosa de adultos, causando 2 milhões de mortes por ano. As mortes por malária, actualmente 1 milhão por ano, podem duplicar nos próximos 20 anos.

Sem um progresso muito mais rápido, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio nestas áreas (Objectivos 4-6) não serão atingidos. Mesmo em relação ao Objectivo da mortalidade de crianças, em que o progresso tem sido constante, ao ritmo actual, a África Subsariana só reduziria a mortalidade de crianças em dois terços 150 anos depois da data fixada pelo Objectivo.

Tais estatísticas são vergonhosas, dado que muitas dessas mortes podiam ser evitadas com o uso mais generalizado de mosquiteiros nas camas, parteiras, antibióticos a preços acessíveis, higiene básica e a abordagem de tratamento conhecida por TODB (terapia observada directamente, casos de tratamento breve) para combater a tuberculose – não são soluções de alta tecnologia, mas podem, em conjunto, salvar milhões de vidas. No entanto, continuam fora do alcance de muitos países. Porquê? Por razões claramente sistémicas. Tal como em relação à educação, há falta de recursos para sistemas de saúde (especialmente para a saúde básica), falta de igualdade no que os sistemas fornecem e falta de eficiência na maneira como os serviços são fornecidos.

Os sistemas de saúde dos países pobres estão gravemente subfinanciados para se atingirem os Objectivos. Nenhum país da OCDE de rendimento elevado gasta menos de 5% do PIB em serviços de saúde pública. Mas os países em desenvolvimento raramente excedem essa percentagem – a maioria gasta entre 2% a 3%. Em 1997, a despesa pública média com a saúde foi de apenas 6 dólares per capita nos países menos desenvolvidos e de 13 dólares nos outros países de rendimento baixo – em comparação com 125 dólares nos países de rendimento médio superior e 1.356 dólares nos países de rendimento elevado. A Organização Mundial da Saúde calcula que 35 a 40 dólares per capita é o mínimo dos mínimos para serviços básicos de saúde. Em países pobres é basicamente impossível pagar preços internacionais por medicamentos salvadores de vidas – e é quase criminoso esperar que os pobres dos países pobres o façam.

Com orçamentos pequenos e inadequados, os pobres ficam para trás. Na maioria dos países, os 20% de famílias mais pobres beneficiam de muito menos de 20% da despesa com a saúde. Todavia, uma despesa mais equitativa leva a melhores resultados: os países com maiores dotações para as famílias mais pobres têm taxas de mortalidade de crianças mais baixas. As disparidades rural-urbano são outro exemplo de despesa injusta. As áreas rurais obtêm geralmente muito menos. No Camboja, 85% das pessoas vivem em zonas rurais, mas apenas 13% dos trabalhadores governamentais da saúde estão localizados nessas áreas. Em Angola, 65% das pessoas vivem em zonas rurais, mas apenas 15% dos profissionais de saúde trabalham nessas zonas.

A falta de recursos tem um efeito corrosivo nos sistemas de saúde, porque os defeitos de uma área reflectem-se noutras. Quando as clínicas não têm medicamentos, os pacientes são desencorajados de lá irem à procura de tratamento. Isso leva a um elevado absentismo do pessoal, corroendo mais a eficiência. Porque é improvável que a comunidade encontre serviços de saúde que valham a pena, ela não monitoriza o sistema e, assim, os serviços tornam-se menos (em vez de mais) sensíveis às necessidades.

A política pública precisa de responder às questões dos níveis de recursos, da equidade e da eficiência:

- *Mobilizar recursos.* Os governos dos países pobres têm que classificar a despesa de saúde numa categoria mais alta do que outros tipos de despesa, tais como a defesa. E dentro dos orçamentos da saúde, deve ser dada prioridade à saúde básica. Mas em países de rendimento baixo é improvável que isso seja suficiente.
- *Aumentar os recursos externos.* Estes incluem a ajuda, mas o alívio da dívida, donativos de medicamentos e descontos nos preços feitos pelas companhias farmacêuticas também ajudariam.
- *Alcançar maior equidade.* Os governos devem corrigir desequilíbrios focando as áreas rurais, comunidades pobres, mulheres e crianças. Mas focar apenas os cuidados primários não ajuda; hospitais públicos esmagados por pacientes com SIDA, ou tuberculose, não podem atender outros doentes.
- *Fazer com que os sistemas de saúde funcionem melhor.* Os governos com restrições financeiras enfrentam um dilema ao estabelecer prioridades. A primeira prioridade é manter um sistema integrado. Os programas verticais concentrados em doenças específicas tornaram-se populares, mas não podem ser eficazes nem sustentáveis sem infra-estruturas básicas de saúde. Esses programas devem ser integrados com a estrutura global de saúde. Os cuidados de saúde materna e reprodutiva também reclamam a integração. Muitos países concentram-se no planeamento familiar para excluir a saúde infantil e materna. Focar intervenções essenciais não é suficiente; é preciso igual enfoque para garantir que todos os centros primários de saúde tenham medicamentos essenciais.

Porque os prestadores privados de cuidados de saúde são o primeiro refúgio para muitas pessoas pobres, os governos devem trazê-los para o domínio público através de melhor regulamentação. Há muitas medidas que podem ajudar: legislação de protecção do consumidor, acreditação para assinalar aos consumidores quais são os prestadores que estão registados, fazer com que os profissionais concordem em restringir as suas práticas aos medicamentos essenciais. Mas onde têm sido privatizados serviços de alto nível através da gestão de serviços de cuidados, como em muitos países da América Latina, a experiência tem sido menos do que positiva para as pessoas mais pobres.

Porque os prestadores privados de cuidados de saúde são o primeiro refúgio para muitas pessoas pobres, os governos devem trazê-los para o domínio público através de melhor regulamentação

Reduzir para metade a proporção de pessoas sem acesso a água potável e a saneamento adequado (Objectivo 7) exige uma abordagem integrada. Sem saneamento e higiene, a água potável é muito menos útil para a saúde

Mais de mil milhões de pessoas dos países em desenvolvimento – uma em cada cinco – carecem de acesso a água potável. E 2,4 mil milhões carecem de acesso a melhor saneamento. Ambas podem ser questões de vida ou de morte. A diarreia é uma grande assassina de crianças: nos anos de 1990, matou mais crianças do que o total de pessoas perdidas em conflitos armados desde a Segunda Guerra Mundial. As mais afectadas são as pessoas pobres das áreas rurais e as comunidades pobres dos bairros degradados.

E tal como em relação aos outros Objectivos da saúde, são bem conhecidas as soluções técnicas de baixo custo para acesso comunitário: poços protegidos, colunas de água públicas, nascentes protegidas, latrinas com descarga, latrinas simples de fossa, latrinas de fossa ventiladas e ligações a tanques sép-

As políticas que promovem a sustentabilidade ambiental deviam afirmar a importância do envolvimento das comunidades locais nas soluções

ticos ou a esgotos públicos cobertos. Todavia, há vários factores que minam a eficácia destas soluções. Além disso, não são totalmente adequadas:

Água sem saneamento. O acesso a água potável é de longe menos útil sem saneamento adequado e sem melhor higiene. Melhores cuidados de saúde são desperdiçados no tratamento de doenças provocadas pela água que podiam ter sido evitadas com água potável, saneamento adequado e melhor higiene. Mas se a procura de água potável é evidente, a procura de saneamento seguro depende muito mais da educação em matéria de higiene. Normalmente, as famílias pobres têm que tomar a iniciativa de instalar sistemas de saneamento nas respectivas casas e muitas vezes têm que financiar os custos. Se não estiverem convencidas de que esse investimento é necessário, é improvável que prossigam.

Falta de recursos para financiar infra-estruturas de custo elevado. Em áreas urbanas e peri-urbanas, o abastecimento de água exige a exploração de nascentes, transporte a granel para a comunidade a servir e uma rede de distribuição local. O saneamento exige sistemas públicos de recolha e tratamento de esgotos. Esses investimentos acarretam custos significativos que estão muito para além dos meios da maioria das autoridades locais. Mesmo em países de rendimento médio, esses elementos devem ser fornecidos pelos governos nacionais. A componente mais cara da infra-estrutura de água e saneamento é o tratamento das águas residuais, para evitar que as águas de esgotos em bruto entrem nos cursos de água e contaminem as águas subterrâneas. Isso também exige tecnologias melhoradas. Mas as autoridades municipais carecem de recursos para investir em saneamento básico.

Encargos elevados e má manutenção. Os governos devem assegurar que o acesso das pessoas pobres aos serviços de água e saneamento não seja minado por encargos injustos que subsidiam os não pobres. Os que estão melhor devem suportar uma parte maior dos custos financeiros de manutenção da infra-estrutura destes serviços. Investir em sistemas de custo elevado para a parte das cidades que vive melhor deixa poucos recursos para esquemas de baixo custo – e muitas vezes deixa os bairros de lata e as áreas peri-urbanas sem serviços. Além disso, a manutenção dos sistemas de água tende a ser pior nas áreas rurais e peri-urbanas. O envolvimento da comunidade tem-se revelado fundamental para melhorar os serviços nessas áreas.

As experiências com a participação privada multinacional na água e saneamento têm sido mistas. Tem havido alguns sucessos do sector privado com o crescimento dos serviços de água para comunidades pobres de grandes cidades (tais como Buenos Aires, na Argentina e a área metropolitana de Manila, nas Filipinas). Mas esses êxitos têm sido contrabalançados, por vezes, com corrupção em grande escala e recuos nos acordos com os governos. Deve ser promovida a iniciativa local no sector, com bancos nacionais de desenvolvimento a fornecerem os meios financeiros.

Assegurar a sustentabilidade ambiental (Objectivo 7) exigirá a gestão dos ecossistemas de maneira a poderem fornecer serviços que sustentem a subsistência humana. Isso também será importante para atingir os outros Objectivos

A degradação dos solos afecta cerca de 2 mil milhões de hectares, prejudicando a subsistência de mil milhões de pessoas que vivem em terras secas. Cerca de 70% das pescas comerciais estão totalmente exploradas, ou sobreexploradas, e 1,7 mil milhões de pessoas – um terço da população do mundo em desenvolvimento – vivem em países que enfrentam a pressão sobre a água.

Há uma geografia desigual do consumo, dos danos ambientais e do impacte humano. Os países ricos geram a maioria da poluição ambiental do mundo e esgotam muitos dos seus recursos naturais. Entre os exemplos fundamentais contam-se o esgotamento das pescas mundiais e as emissões de gases de estufa, que causam alterações climáticas, ambos ligados a padrões insustentáveis de consumo das pessoas e países ricos. Nos países ricos, as emissões de dióxido de carbono per capita são de 12,4 toneladas — enquanto nos países de rendimento médio são de 3,2 toneladas e nos países de rendimento baixo, de 1,0 tonelada. As pessoas pobres são as mais vulneráveis aos choques e tensões ambientais, tais como os impactes antecipados da mudança global do clima.

Inverter estas tendências negativas é um fim em si mesmo. Mas a inversão também contribuiria para os outros Objectivos, porque a saúde, os rendimentos e as oportunidades das pessoas pobres são fortemente influenciados pelo esgotamento dos recursos naturais. A subsistência de

cerca de 900 milhões de pessoas pobres que vivem em áreas rurais depende, em grande medida, de produtos naturais. Um quinto do fardo de doenças dos países pobres pode estar ligado a factores de risco ambientais. A mudança climática pode prejudicar a produtividade agrícola em países pobres e aumentar os riscos, expondo-os a choques como as cheias. Estes são apenas alguns exemplos das interacções entre o Objectivo ambiental e os outros Objectivos.

As políticas que promovem a sustentabilidade ambiental deviam afirmar a importância do envolvimento das comunidades locais nas soluções. Também deviam afirmar a importância das mudanças políticas em países ricos. As prioridades políticas são:

- *Melhorar as instituições e a governação.* Definir claramente os direitos de propriedade e do utilizador, melhorar a monitorização e o cumprimento dos padrões ambientais e envolver as comunidades na gestão dos seus recursos ambientais.
- *Tratar da protecção e gestão ambiental* nas políticas sectoriais e noutras estratégias de desenvolvimento de cada país.
- *Melhorar o funcionamento dos mercados.* Eliminar, em especial nos países ricos, os subsídios que prejudicam o ambiente (como os subsídios para combustíveis fósseis ou para grandes frotas pesqueiras comerciais) e reflectir os custos ambientais através de taxas sobre a poluição.
- *Reforçar os mecanismos internacionais.* Melhorar a gestão internacional de questões globais como a protecção das bacias hidrográficas internacionais e a inversão das alterações climáticas, juntamente com mecanismos para partilhar equitativamente esses fardos.
- *Investir em ciência e tecnologia.* Investir mais em tecnologias de energias renováveis e criar um observatório para controlar o funcionamento e o estado dos principais ecossistemas.
- *Conservar ecossistemas críticos.* Criar áreas protegidas com o envolvimento de pessoas locais.

É necessária uma nova parceria entre países ricos e pobres para estas políticas se enraizarem e darem frutos. Para uma divisão justa das responsabilidades, os grandes países precisam de contribuir mais para mitigar a degradação ambiental e aplicar mais recursos para invertê-la. Neste, como noutros Objectivos, há uma necessidade urgente de rectificar alguns desequilíbrios gritantes.

As mudanças de política nos países ricos em relação à ajuda, dívida, comércio e transferências de tecnologia (Objectivo 8) são essenciais para atingir os Objectivos

É difícil imaginar os países mais pobres a atingir os Objectivos 1 a 7 sem as mudanças de política necessárias nos países ricos para atingir o Objectivo 8. Os países pobres não podem, por si mesmos, vencer os constrangimentos estruturais que os mantêm presos em armadilhas de pobreza, incluindo as tarifas e subsídios dos países ricos que restringem o acesso das suas exportações aos mercados, as patentes que restringem o acesso à tecnologia que pode salvar vidas e a dívida insustentável para com os governos de países ricos e instituições multilaterais controladas por estes.

É difícil imaginar os países mais pobres a atingir os Objectivos 1 a 7 sem as mudanças de política necessárias nos países ricos para atingir o Objectivo 8

Os países mais pobres não têm os recursos para financiar os investimentos necessários para atingir limiares críticos em infra-estruturas, educação e saúde. Não têm recursos para investir na agricultura e na produção industrial em pequena escala para melhorar a produtividade dos operários. Estes investimentos criam as bases para romper as armadilhas da pobreza — e não podem esperar pelo crescimento económico para gerar recursos. As crianças não podem esperar que o crescimento gere recursos quando são confrontadas com a morte por causas evitáveis.

O enquadramento da parceria da Declaração do Milénio e do Consenso de Monterrey torna claro que a principal responsabilidade por atingir os Objectivos 1-7 é dos países em desenvolvimento. Compromete esses países a mobilizar recursos internos para financiar programas ambiciosos e a pôr em prática reformas políticas para reforçar a governação económica, para dar voz às pessoas pobres na tomada de decisão e para promover a democracia, os direitos humanos e a justiça social. Mas o consenso também é um pacto que compromete os países ricos a fazer mais – embora com base no desempenho e não com base em direitos. O Pacto de Desenvolvimento do Milénio torna claro o papel decisivo dos países ricos, como se reflecte no Objectivo 8.

Os países ricos prometeram acção em várias frentes, não só na Cimeira do Milénio, mas também na Conferência Internacional de Monterrey Sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, em Março de 2002, e na Cimeira Mundial de Joanesburgo sobre

As políticas comerciais dos países ricos continuam a ser altamente discriminatórias em relação às exportações dos países em desenvolvimento

Desenvolvimento Sustentável, em Setembro de 2002. E em Doha, Qatar, em Novembro de 2001, os ministros do Comércio prometeram tornar os interesses dos países pobres fulcrais no seu futuro trabalho sobre o sistema comercial multilateral. Agora é tempo de os países ricos cumprirem essas promessas.

Os países de prioridade máxima são os que precisam mais das acções dos países ricos. Tendo o mais longo caminho a percorrer para atingir os Objectivos, o crescimento económico estagnou durante uma década ou mais, levando a uma acumulação de níveis de dívida insustentáveis. Estes países dependem das exportações de produtos primários, cujos preços caíram substancialmente. A ajuda também diminuiu nos anos de 1990 – em quase um terço, numa base per capita, na África Subsariana – e está muito aquém do que é necessário para atingir os Objectivos.

Mais ajuda – e ajuda mais eficaz. A maré de declínio da ajuda foi transformada com as promessas feitas na conferência de Monterrey, prometendo-se cerca de 16 mil milhões de dólares por ano de ajuda adicional, até 2006. Todavia, esse aumento leva a ajuda pública ao desenvolvimento total para apenas 0,26% dos rendimentos nacionais brutos dos 22 membros da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento, da OCDE, ficando muito aquém dos 0,7%, meta em relação à qual os países ricos prometeram trabalhar em Monterrey e Joanesburgo. Também fica aquém da necessidade estimada, de cerca de 100 mil milhões de dólares por ano, numa ordem de grandeza baixa e conservadora – uma duplicação da ajuda, já que passaria para cerca de 0,5% do rendimento nacional bruto dos países da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento.

Mas mais ajuda não é suficiente: ela também tem que ser mais eficaz. O Consenso de Monterrey inclui um compromisso dos doadores de ajudar apenas se os países em desenvolvimento fizerem esforços concertados para melhorar a governação económica e democrática e puserem em prática políticas de efectiva redução da pobreza. O Consenso também exige que os doadores melhorem as suas práticas, especialmente de forma a respeitarem as prioridades de desenvolvimento dos países receptores, desligarem a ajuda, harmonizarem as suas práticas e reduzirem os fardos administrativos para os países receptores, e a descentralizarem a ajuda. Estes importantes compromissos foram reiterados na Declaração de Roma sobre a Harmonização, aprovada pelos dirigentes das instituições multilaterais e bilaterais de desenvolvimento que se reuniram em Roma, em Fevereiro de 2003.

Novas abordagens do alívio da dívida. Vinte e seis países beneficiaram do alívio da dívida ao abrigo da iniciativa para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE), tendo oito destes atingido o "ponto de conclusão" – o que significa que lhes foi cancelada parte da dívida. Mas é preciso fazer muito mais: não só para mais países beneficiarem, mas também para assegurar que os fardos da dívida dos países sejam realmente sustentáveis. O Uganda, por exemplo, sofreu recentemente o colapso dos preços do café e a redução dos rendimentos das exportações, pelo que os seus níveis de dívida voltaram a tornar-se insustentáveis.

Expandir o acesso aos mercados ajuda os países a diversificar e a alargar o comércio. As políticas comerciais dos países ricos continuam a ser altamente discriminatórias em relação às exportações dos países em desenvolvimento. As tarifas médias da OCDE sobre produtos manufacturados provenientes dos países em desenvolvimento são mais de quatro vezes as que incidem sobre bens manufacturados de outros países da OCDE. Além disso, os subsídios agrícolas nos países ricos levam à concorrência desleal. Os agricultores de algodão do Benim, Burkina Faso, Chade, Mali e Togo melhoraram a produtividade e atingiram custos de produção mais baixos do que os seus concorrentes dos países ricos. Mesmo assim, mal podem competir. Os subsídios agrícolas dos países ricos totalizam mais de 300 mil milhões de dólares por ano – cinco vezes a ajuda pública ao desenvolvimento.

Melhor acesso ao progresso técnico global. Os avanços tecnológicos das últimas décadas aumentaram extraordinariamente o potencial de inovação tecnológica capaz de melhorar a vida das pessoas. Há um campo enorme para os países ricos canalizarem os progressos tecnológicos, de modo a acelerar o desenvolvimento humano, invertendo a situação de negligência em relação às necessidades das pessoas pobres. Hoje, por exemplo, apenas 10% dos gastos mundiais em investigação e desenvolvimento médico são orientados para as doenças dos 90% mais pobres da população mundial.

Os países ricos também podem ajudar a assegurar que o acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPS), da Organização Mundial do Comércio (OMC), protege os direitos dos países em desenvolvimento. O acordo não protege adequa-

damente os direitos das comunidades indígenas ao conhecimento tradicional, algumas vezes patenteados por pessoas de fora. E ainda que o acordo contenha provisões para as transferências de tecnologia, a redacção é vaga – e não se verifica nenhuma forma de execução. A conferência ministerial da OMC de 2001, em Doha, Catar, reafirmou que o acordo TRIPS não deveria impedir os países pobres de produzirem medicamentos essenciais acessíveis às suas populações. A conferência decidiu chegar a um acordo, até Dezembro de 2002, sobre o modo como os países sem capacidade industrial adequada poderiam aceder aos medicamentos. Mas o prazo foi ultrapassado sem qualquer resolução em perspectiva.

Acompanhar os compromissos – e estabelecer novas metas. Os países ricos assumiram muitos compromissos, mas a maioria sem metas quantitativos ou delimitadas no tempo. Para os países em desenvolvimento atingirem os Objectivos 1 a 7, até 2015, os países ricos têm que realizar progressos nalgumas áreas críticas antes dessa data – com prazos, de modo que os progressos possam ser monitorizados. Este Relatório propõe que os países ricos fixem prioridades para:

- Aumentar a ajuda pública ao desenvolvimento para preencher hiatos de financiamento (calculados em, pelo menos, 50 mil milhões de dólares).
- Desenvolver medidas concretas para pôr em prática a Declaração de Roma sobre Harmonização.
- Eliminar tarifas e quotas para produtos agrícolas, têxteis e vestuário exportados por países em desenvolvimento.
- Eliminar subsídios agrícolas sobre produtos que concorrem com os de países em desenvolvimento.
- Chegar a acordo e financiar, aos PPAE, uma facilidade de financiamento compensatório aos choques externos – incluindo colapsos de preços de produtos primários.
- Chegar a acordo e financiar uma redução mais profunda da dívida dos PPAE que tenham chegado ao seu ponto de conclusão, para assegurar a sustentabilidade.
- Introduzir a protecção e remuneração do conhecimento tradicional no acordo TRIPS.
- Chegar a acordo sobre o que os países sem capacidade industrial suficiente podem fazer para proteger a saúde pública ao abrigo do acordo TRIPS.

Tal como as pessoas podem monitorizar os actos dos respectivos governos para cumprirem os seus compromissos, os países ricos também deveriam monitorizar os seus progressos no cumprimento dos respectivos compromissos. Deveriam preparar relatórios de progresso – contribuindo para uma estratégia global de redução da pobreza – que explicassem as suas prioridades de acção.

* * *

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio apresentam o mundo com desafios assustadores. A menos que haja uma melhoria radical, são demasiados os países que falharão os objectivos – com consequências desastrosas para os mais pobres e mais vulneráveis dos seus cidadãos. Todavia, o mundo tem hoje uma oportunidade sem precedentes de cumprir o compromisso de erradicar a pobreza. Pela primeira vez existe um verdadeiro consenso entre países ricos e pobres de que a pobreza é o problema do mundo. E é em conjunto que o mundo tem que combatê-la. Como este Relatório explica, muitas das soluções para a fome, doença, pobreza e falta de instrução são bem conhecidas. O que é preciso é que os esforços sejam dotados de recursos adequados e que os serviços sejam distribuídos com mais justiça e eficiência. Isto só acontecerá se todos os países, ricos e pobres, assumiremm as suas responsabilidades para com os milhares de milhões de pessoas pobres de todo o mundo.

O Pacto de Desenvolvimento do Milénio

Em Setembro de 2000, os líderes mundiais adoptaram a Declaração do Milénio das Nações Unidas, comprometendo as suas nações com esforços globais mais sólidos para reduzir a pobreza, melhorar a saúde e promover a paz, os direitos humanos e a sustentabilidade ambiental. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio que emergiram da Declaração são metas específicas mensuráveis, incluindo a da redução – até 2015 – da pobreza extrema, que ainda atinge mais de mil milhões de pessoas no mundo. Estes Objectivos, e os compromissos dos países ricos e pobres de os atingir, foram afirmados no Consenso de Monterrey que emergiu da Conferência das Nações Unidas sobre Financiamento para o Desenvolvimento, em Março de 2002, na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, de Setembro de 2002, e no lançamento da Ronda de Doha sobre comércio internacional.

Líderes mundiais de países ricos e pobres descreveram a conferência de Monterrey como assinalando um pacto entre eles de apoio a objectivos partilhados de desenvolvimento. Esse compromisso é a base do Pacto de Desenvolvimento do Milénio aqui proposto – um Pacto através do qual a comunidade mundial pode cooperar para ajudar os países pobres a atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Este Pacto apela a todos os envolvidos para orientarem os seus esforços no sentido de assegurar o êxito dos Objectivos, num sistema de responsabilidades partilhadas. Os países pobres podem insistir numa maior ajuda dos doadores e em ter mais fácil acesso aos mercados dos países ricos. As pessoas pobres podem responsabilizar os seus políticos por atingir as metas de redução da pobreza dentro do calendário especificado. E os doadores podem insistir em melhor governação nos países pobres e mais responsabilidade no uso da ajuda dos doadores.

Todavia, a despeito dos admiráveis compromissos assumidos na Assembleia do Milénio e em reuniões internacionais mais recentes, dezenas de países são considerados casos prioritários (diferenciados como de "prioridade máxima" e de "prioridade alta" neste Relatório) porque estão perigosamente fora da rota para atingir os Objectivos, tornando o Pacto mais crucial do que nunca. Forças globais para o desenvolvimento – expansão dos mercados, progresso tecnológico, difusão da democracia – estão a beneficiar grande parte do mundo. Mas também estão a passar ao lado de centenas de milhões das pessoas mais pobres do mundo. A meta para os Objectivos está apenas a uma dúzia de anos de distância. E boa governação e instituições eficientes nos países mais pobres, embora vitais para o êxito, não serão suficientes. Os países ricos precisam de fornecer mais financiamento e regras mais adequadas para o sistema internacional, como prometeram, para tornar os Objectivos atingíveis nos países mais pobres.

Atingir os Objectivos devia começar pelo reconhecimento de que cada país tem que prosseguir uma estratégia de desenvolvimento que satisfaça as suas necessidades específicas. As estratégias nacionais deviam basear-se em experiências sólidas, boa ciência e adequado controlo e avaliação. Dentro destes limites, os países pobres exigem liberdade de manobra com os doadores para projectarem políticas localmente apropriadas. Se não forem verdadeiramente assumidos, os programas nacionais não serão apropriados às condições locais nem politicamente sustentáveis. Os programas nacionais também têm que respeitar os direitos humanos, apoiar o estado de direito e comprometer-se com a sua honesta e eficaz aplicação. Quando estas condições estiverem satisfeitas, os países pobres devem poder contar com muito mais assistência dos países ricos, tanto em matéria financeira como na aplicação de regras mais justas aplicáveis ao comércio, às finanças e à ciência e tecnologia.

Dar prioridade a paises que ficaram para tras

O Pacto de Desenvolvimento do Milénio deve concentrar-se primeiro em países prioritários que enfrentam as maiores barreiras para atingir os Objectivos – países com menor desenvolvimento

O Pacto de Desenvolvimento do Milénio resultou da colaboração entre o grupo de trabalho do Relatório do Desenvolvimento Humano e os coordenadores do Grupo de Especialistas do Projecto do Milénio, com contribuições de outros colaboradores deste Projecto.

A globalização beneficiou algumas regiões do mundo, mas passou ao lado de outras, assim como de muitos grupos dentro de países

humano e que fizeram menos progressos na última década (ver capítulo 2). Para estes, as reformas políticas internas e muito mais ajuda ao desenvolvimento são vitais.

Nos anos de 1980 e em grande parte dos anos de 1990, muitos esforços das instituições financeiras internacionais e dos principais países doadores foram orientados pela convicção de que as forças de mercado colocariam todos os países pobres num caminho de crescimento económico auto-sustentado. A globalização era vista como o novo grande motor do progresso económico mundial. Presumia-se que os países pobres seriam capazes de atingir o crescimento económico desde que prosseguissem uma boa governação económica, baseada nos preceitos da estabilidade macroeconómica, liberalização dos mercados e privatização da actividade económica. Esperava-se que o crescimento económico, por sua vez, trouxesse melhorias generalizadas na saúde, na educação, na nutrição, no alojamento e no acesso às infra-estruturas básicas, como água e saneamento, permitindo que os países se libertassem da pobreza.

Embora se tenha revelado extremamente inadequada para centenas de milhões de pessoas pobres, esta visão optimista ainda tem muito mérito para grande parte do mundo. Apesar dos protestos contra a globalização nos últimos anos, as forças do mercado mundial contribuíram para o crescimento económico – e para a redução da pobreza – na China, na Índia e em dezenas de outros países em desenvolvimento. Milhares de milhões de pessoas estão a usufruir de padrões de vida mais altos e vidas mais longas, como resultado de forças globais de mercado e de políticas nacionais que ajudam a aproveitar essas forças.

A globalização beneficiou algumas regiões do mundo, mas passou ao lado de outras, assim como de muitos grupos dentro de países. Nos anos de 1990, a maior parte da Ásia Oriental e do Sul viu os padrões de vida melhorarem drasticamente. Contudo, uma grande parte da África Subsariana, certas zonas da Europa do Leste e da Comunidade de Estados Independentes (CEI) e muitos países da América Latina e do Médio Oriente não melhoraram. Além disso, doenças epidémicas, e de forma especialmente dramática o HIV/SIDA, afligem desproporcionalmente aqueles que ficaram para trás e empurram-nos ainda mais para trás – apanhando as pessoas pobres num círculo vicioso de pobreza e doença.

Mesmo economias grandes e em crescimento – Brasil, China, Índia, México – contêm regiões de intensa pobreza, pouco aliviada pelo crescimento nacional global. O progresso económico e social passa muitas vezes ao lado das minorias étnicas e raciais, e até de maiorias – especialmente das raparigas e das mulheres, que sofrem o preconceito sexual no acesso à escolarização, aos serviços públicos, às oportunidades de emprego e à propriedade privada.

Assim, a despeito de padrões de vida mais elevados que a globalização (apoiada por uma boa governação económica) proporcionou em vastas extensões do mundo, centenas de milhões de pessoas experimentaram reversões económicas em vez de avanços. E mais de mil milhões lutam pela sobrevivência diária aos tormentos da fome e da má saúde.

Há muitas razões para o desenvolvimento económico continuar a passar ao lado de muitas das pessoas e locais mais pobres do mundo. A razão mais comum é a má governação. Quando os governos são corruptos, incompetentes ou irresponsáveis perante os seus cidadãos, as economias nacionais vacilam. Quando a desigualdade de rendimentos é muito grande, as pessoas ricas controlam muitas vezes o sistema político e, pura e simplesmente, negligenciam as pessoas pobres, impedindo o desenvolvimento de base ampla. De igual modo, se os governos não investirem adequadamente na saúde e na educação dos seus povos, o crescimento económico acabará por se extinguir por causa do número insuficiente de operários saudáveis e qualificados. Sem uma governação sã – em termos de política económica, de direitos humanos, de instituições que funcionam bem e de participação política democrática – nenhum país com desenvolvimento humano baixo pode esperar êxitos a longo prazo nos seus esforços de desenvolvimento, nem maior apoio dos países doadores.

Embora muitos observadores se limitassem a ensinar às pessoas pobres a fazerem melhor por si próprias, a maioria dos países pobres enfrenta problemas estruturais muito fora de controlo. Esses problemas envolvem muitas vezes o sistema de comércio internacional – por exemplo, quando os países ricos bloqueiam as exportações agrícolas dos países pobres ou subsidiam fortemente os seus próprios agricultores, deprimindo os preços mundiais desses produtos. Os países pobres tam-

bém enfrentam barreiras comerciais quando exportam têxteis e vestuário, bebidas e alimentos transformados e outros produtos em que podiam ser competitivos. Além disso, muitos governos estão arruinados por dívidas externas insuperáveis herdadas de administrações anteriores – ao mesmo tempo que os esforços para o alívio da dívida têm sido demasiado pequenos e tardios.

A geografia dá outra importante explicação para o fracasso do desenvolvimento económico. Muitos países pobres são pura e simplesmente demasiado pequenos e estão geograficamente isolados para atrair investidores, nacionais ou estrangeiros. O Mali, país interior, com 11 milhões de pessoas e um rendimento per capita anual de 240 dólares (800 quando medido em termos de paridade de poder de compra), é de pouco interesse para a maioria dos potenciais investidores estrangeiros. Com um PNB de 2,6 mil milhões de dólares, a sua economia é mais ou menos como a de uma pequena cidade de um país rico onde, digamos, 85.000 pessoas vivem com uma média de 30.000 dólares por ano. Enfrentando custos de transporte muito elevados, e quase sem interesse das empresas internacionais em investir na produção para pequenos mercados internos, a globalização passa ao lado de tais países.

Países pobres e distantes como o Mali ligam-se geralmente à economia mundial produzindo algumas mercadorias primárias tradicionais. Mas o lento crescimento do mercado mundial, tecnologias inalteradas e muitas vezes preços mundiais voláteis e em declínio para essas mercadorias oferecem uma base demasiado estreita para o progresso económico. A continuação da forte dependência de um punhado de exportações de mercadorias primárias não dá hipóteses de êxito a longo prazo. Esta infeliz situação aflige grande parte da África Subsariana, da região andina e da Ásia Central.

Estes problemas estruturais são agravados pelo rápido crescimento populacional, que tende a ser mais rápido em países com desenvolvimento humano mais baixo. Estes desafios podem atrasar gravemente a disponibilidade de terra arável e aumentar a degradação ambiental (desflorestação, degradação dos solos, esgotamento das pescas, água potável reduzida).

Além disso, as barreiras geográficas, a dependência das mercadorias e as pressões geográficas misturam-se muitas vezes com um pesado fardo de doenças, como o HIV/SIDA, a tuberculose e a malária – ou com limitações biofísicas, como solos gastos e ecossistemas degradados. Os países ricos, e as instituições económicas que controlam, podem concentrar-se na boa governação ao determinarem as afectações para a ajuda. Mas é muito frequente que se esqueçam dos outros desafios que muitos dos países mais pobres enfrentam – principalmente porque os países mais ricos não experimentaram o ataque devastador de doenças tropicais endémicas como a malária. Há demasiados políticos nos países ricos que acham que os países pobres não estão, pura e simplesmente, a esforçar-se o suficiente para se desenvolverem, não compreendendo as forças estruturais mais profundas que estão presentes.

Limiares críticos para sair das armadilhas da pobreza

Estas dificuldades estruturais deixam os países presos nas armadilhas da pobreza. Mas mesmo em condições tão terríveis como estas, há razões de esperança. A doença generalizada, o isolamento geográfico, as ecologias frágeis, o excesso de dependência das exportações de mercadorias primárias e o rápido crescimento populacional estão ao alcance de soluções práticas comprovadas. Entre elas contam-se mudanças políticas dos países ricos e investimentos muito maiores em infra-estruturas, controlo da doença e sustentabilidade ambiental pelos países pobres, apoiados por mais ajuda financeira dos governos doadores. Daí a necessidade do Pacto de Desenvolvimento do Milénio: sem ele, os países pobres continuarão na armadilha da pobreza, com crescimento económico baixo ou negativo.

Daí a necessidade do Pacto de Desenvolvimento do Milénio: sem ele, os países pobres continuarão na armadilha da pobreza, com crescimento económico baixo ou negativo

O crescimento económico sustentado ajuda a quebrar as amarras da pobreza de duas maneiras. Primeiro, aumenta directamente o rendimento médio das famílias. Quando as famílias que estão abaixo do limiar da pobreza partilham a subida média do rendimento nacional, a extensão da privação de rendimento extrema (isto é, a parte da população que sobrevive com menos de 1 dólar por dia) é directamente reduzida. O crescimento económico tem uma importante história de elevação das pessoas pobres para cima da linha de privação de rendimento.

Mas esses ganhos não são automáticos. Podem ser dissipados se a desigualdade de rendimento se alargar e as pessoas pobres não partilharem ade-

Os investimentos públicos nas pessoas pobres estimulam o crescimento económico, enquanto o crescimento económico sustenta esses investimentos

quadamente o crescimento – um fenómeno observado em muitos países nos últimos anos. Portanto, o Pacto põe ênfase em acções para garantir que as pessoas pobres partilhem o crescimento global, com incidência na expansão do seu acesso a activos críticos – inclusive dando posse segura de terras, tornando mais fácil iniciar pequenos negócios, apoiando a exportação intensiva em trabalho e alargando o acesso à microfinança. Note-se que o crescimento económico reduz a privação de rendimento, principalmente quando a desigualdade de rendimento inicial é pequena.

O crescimento económico também funciona indirectamente, reduzindo outras formas de pobreza através do aumento das receitas governamentais e permitindo mais investimentos públicos na educação, nas infra-estruturas básicas, no controlo da doença e na saúde (particularmente saúde materna e infantil). Além de reduzir outras formas de pobreza, estes investimentos aceleram o crescimento económico com o aumento da qualificação dos trabalhadores e da produtividade – e, assim, os rendimentos de mercado das pessoas pobres.

Embora o crescimento económico não seja um remédio automático para outras formas da pobreza, dá uma poderosa contribuição – desde que as políticas públicas assegurem que os dividendos cheguem às pessoas pobres. Alguns países pobres atingiram ganhos impressionantes na educação e na saúde tornando-as prioridades altas. Mas só o crescimento pode sustentar esses ganhos, porque mais cedo ou mais tarde os défices orçamentais do governo apoderam-se de uma economia em estagnação. Em suma: os investimentos públicos nas pessoas pobres estimulam o crescimento económico, enquanto o crescimento económico sustenta esses investimentos.

A igualdade do género desempenha um papel central em todas essas áreas. As poderosas ligações entre produtividade e saúde feminina e materna – incluindo a saúde reprodutiva – e educação das raparigas são muitas vezes bloqueadas pela falta de poder de acção que têm as mulheres. Raparigas com mais instrução casam mais tarde. Têm menos filhos, mais instruídos e mais saudáveis. E ganham melhores salários na vida activa. Se as raparigas ficarem fora da escola ou as mulheres instruídas não forem autorizadas a participar plenamente no mercado de trabalho, esses ganhos potenciais são esbanjados. Se os investimentos públicos em infra-estruturas básicas (como água potável) ignorarem as necessidades das mulheres, estas podem ser condenadas a passar horas, todos os dias, a ir buscar água, quando podiam estar a participar mais produtivamente na sociedade. Quando as mulheres não têm voz na decisão familiar, as sinergias entre produtividade, saúde e educação ficam coxas. A igualdade de género é, assim, mais do que justiça social – promove desenvolvimento.

Para países presos em armadilhas da pobreza, o crescimento não virá por si e os investimentos domésticos em desenvolvimento humano serão inadequados. Para quebrar as armadilhas da pobreza, os países exigem financiamentos muito mais dilatados dos doadores para investirem muito mais fortemente em saúde, educação, agricultura, água e saneamento e noutras infra-estruturas fundamentais, mesmo antes de ocorrer o crescimento económico. Tais investimentos são vitais para criar as condições para o crescimento económico sustentado.

A mensagem é simples: escapar às armadilhas da pobreza exige que os países atinjam certos limiares críticos – de saúde, educação, infra-estruturas e governação – que lhes permitam atingir a descolagem para o crescimento económico sustentado. Dezenas de países pobres caem abaixo desses limiares, muitas vezes não por culpa própria e por razões que estão completamente fora do seu controlo. É aqui que o Pacto entre países ricos e pobres deve entrar. Se um país prossegue as políticas correctas e se compromete com a boa governação na aplicação dessas políticas, a comunidade mundial – organismos internacionais, doadores bilaterais, actores privados, organizações da sociedade civil – deve ajudar o país a alcançar os limiares críticos através de maior ajuda.

Cachos de políticas para escapar às armadilhas da pobreza

Escapar das armadilhas da pobreza exige uma abordagem multifacetada – uma abordagem que vá para além dos habituais mandamentos saudáveis da boa governação económica e política. Para os países apanhados nas malhas da pobreza, há seis cachos de políticas cruciais:

- Investir em desenvolvimento humano – nutrição, saúde (incluindo saúde reprodutiva), educação, água e saneamento – para estimular uma força de trabalho produtiva que possa participar efectivamente na economia mundial.

- Ajudar pequenos agricultores a aumentar a produtividade e a escapar da agricultura de subsistência e da fome crónica – especialmente em países com populações predominantemente rurais.
- Investir nas infra-estruturas – energia, estradas, portos, comunicações – para atrair novos investimentos em áreas não tradicionais.
- Promover políticas de desenvolvimento industrial que apoiem actividades não tradicionais do sector privado, com especial atenção às pequenas e médias empresas. Tais políticas devem incluir zonas de processamento das exportações, incentivos fiscais e outras iniciativas para promover investimento e despesa pública em investigação e desenvolvimento.
- Enfatizar os direitos humanos e a equidade social para promover o bem-estar de todas as pessoas e assegurar que as pessoas pobres e marginalizadas – incluindo raparigas e mulheres – tenham liberdade e voz para influenciar decisões que afectem a sua vida.
- Promover a sustentabilidade ambiental e melhorar a gestão urbana. Todos os países, particularmente os mais pobres, precisam de proteger a biodiversidade e os ecossistemas que apoiam a vida (água e ar limpos, nutrientes do solo, florestas, pesqueiros, outros ecossistemas chave) e assegurar que as suas cidades sejam bem geridas para fornecer meios de vida e ambientes seguros.

O primeiro cacho – investir em desenvolvimento humano – precisa de ser apoiado por contribuições muito maiores dos doadores, mesmo antes do crescimento económico ter influência. Na verdade, porque uma saúde e uma educação mais adequadas são objectivos do desenvolvimento humano e precursoras do crescimento sustentado, os investimentos nestas áreas são importantes para uma descolagem posterior das actividades privadas. Apoiados por recursos adicionais dos doadores, os investimentos públicos podem provocar grandes progressos na saúde, na população, na nutrição, na educação e na água e saneamento. As tecnologias necessárias são bem conhecidas e estão bem testadas. Assim, podem – e devem – atingir-se grandes ganhos em saúde e educação muito antes do rendimento per capita subir substancialmente.

O segundo cacho de políticas para escapar das armadilhas da pobreza envolve aumentar a produtividade dos pequenos agricultores pobres. A produtividade agrícola pode ser aumentada introduzindo tecnologias mais avançadas, incluindo melhores sementes, sistemas de rotação de culturas e colheitas e gestão de pragas e solos. Também pode ser aumentada melhorando infra-estruturas rurais como sistemas de irrigação, facilidades de armazenamento e transporte e estradas ligando as aldeias a centros de comércio maiores. Para aumentar a produtividade de longo prazo, a segurança da posse da terra pode proteger os direitos dos agricultores e dar-lhes incentivos para investirem em melhoramentos na terra. Estas medidas exigem parcerias público-privado para promover desenvolvimento rural, inclusive através de investimentos cruciais na ciência e na tecnologia agrícolas.

O terceiro cacho de políticas envolve atingir um limiar adequado de infra-estruturas fundamentais para apoiar a diversificação económica. Mais fácil nalguns locais, como as cidades portuárias costeiras. Mas será muito mais difícil noutros sítios, como países interiores ou montanhosos que enfrentam elevados custos de transportes. Mais uma vez, a ajuda dos doadores será fulcral para permitir que os países pobres atinjam o limiar da descolagem em matéria de infra-estruturas. Sem ajuda externa, os países ficarão presos na armadilha – demasiado pobres para investirem em infra-estruturas e demasiado carenciados em infra-estruturas para se tornarem internacionalmente competitivos em novas exportações.

O quatro cacho de políticas envolve a utilização de políticas especiais de desenvolvimento industrial – incluindo a promoção da ciência e da tecnologia – para criar um ambiente de investimento são para actividades empresariais não tradicionais. Muitas histórias de êxito do desenvolvimento, como as economias dos tigres da Ásia Oriental, apoiaram o desenvolvimento de actividades não tradicionais através de paraísos fiscais, zonas de processamento de exportações, zonas económicas especiais, parques de ciência, créditos fiscais ao investimento, financiamento dirigido para a investigação e desenvolvimento e concessões públicas de infra-estruturas e terra. Sem esses incentivos especiais, é difícil os pequenos países pobres entrarem em áreas não tradicionais da economia mundial. Como resultado, poucos tiveram êxito. Aqui, as instituições microfinanceiras podem ajudar, dando incentivos especiais a uma escala muito menor para promover o emprego e a geração de rendimentos em micro, pequenas e médias empresas. Tal como no caso das pro-

As estratégias nacionais para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio devem incluir um compromisso com o direito das mulheres à educação, serviços de saúde reprodutiva, propriedade, posse segura e participação na força de trabalho

O Pacto de Desenvolvimento do Milénio baseia-se em responsabilidades partilhadas entre os principais participantes

priedades rurais, a propriedade habitacional segura para residentes urbanos pobres pode aumentar os seus investimentos produtivos.

O quinto cacho de políticas envolve a promoção dos direitos humanos e a atribuição de poder às pessoas pobres através da governação democrática. Em dezenas de países, pessoas pobres, minorias étnicas, mulheres e outros grupos carecem, ainda, de acesso a serviços públicos e oportunidades privadas – e, assim, não beneficiarão mesmo quando o crescimento começar a descolar. As instituições políticas devem permitir que as pessoas pobres participem em decisões que afectam as suas vidas e devem protegê-las de decisões arbitrárias e irresponsáveis dos governos e doutras forças.

As estratégias nacionais para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio devem incluir um compromisso com o direito das mulheres à educação, serviços de saúde reprodutiva, propriedade, posse segura e participação na força de trabalho. Também devem tratar de outras formas de discriminação – por raça, etnia ou região – que podem marginalizar pessoas pobres dentro dos países. O aprofundamento da democracia através de reformas das estruturas de governação, como a descentralização, pode aumentar a voz das pessoas pobres na tomada de decisão.

O sexto cacho de políticas apela a uma melhor gestão ambiental e urbana, especialmente para proteger as pessoas pobres. Não é por coincidência que muitos dos locais mais pobres do mundo sofrem de enorme vulnerabilidade e variabilidade climática – exigindo uma gestão ecológica sã. Esses locais incluem regiões tropicais e subtropicais vulneráveis a flutuações da pluviosidade e temperatura provocadas pelo El Niño. Essas regiões também estão a sentir os efeitos da mudança climatérica a longo prazo. Além disso, o rápido crescimento da população e as actividades empresariais indiscriminadas pressionaram os ecossistemas de muitos países com rendimentos baixos e desenvolvimento humano baixo. Essas pressões estão a levar à perda de habitat através da desflorestação e da invasão por estradas, cidades e terra arável – e ao esgotamento de recursos escassos como aquíferos de água doce e pesqueiros costeiros. Um desafio relacionado com isso envolve a gestão da urbanização rápida para salvaguardar a saúde pública e o acesso a coisas básicas como terra, alojamento, transporte, água potável, saneamento e outras infra-estruturas. Tais esforços exigem um cuidadoso planeamento urbano e consideráveis investimentos públicos.

Em suma, para atingir os Objectivos, os países mais pobres têm que escapar às armadilhas da pobreza. Para isso, têm que atingir limiares mínimos na saúde, na educação, nas infra-estruturas e na governação. Também precisam de políticas agrícolas que aumentem a produtividade, bem como de políticas de desenvolvimento industrial que criem uma base de crescimento económico a longo prazo liderado pelo sector privado. Finalmente, estas políticas têm que ser postas em prática com respeito pela equidade social, pelos direitos humanos e pela sustentabilidade ambiental. Um maior financiamento dos doadores é crítico para os países mais pobres atingirem os seus limiares – financiamento que deve ser acompanhado por uma melhor governação e uma melhor utilização dos recursos. Em mais ou menos uma geração, o crescimento económico sustentado permitirá a esses países substituírem-se aos doadores no financiamento de serviços públicos básicos e de infra-estruturas.

Execução do pacto de desenvolvimento do milénio

O Pacto de Desenvolvimento do Milénio baseia-se em responsabilidades partilhadas entre os principais participantes. Exige muitos esforços conjugados e complementares dos países ricos e pobres, das agências internacionais, das autoridades locais, dos actores privados e das organizações da sociedade civil. Algumas acções ocorrerão ao nível dos governos e outras ao nível do sistema internacional – como acordos internacionais para alterar as regras do jogo no comércio, financiamento e desenvolvimento e na gestão da ciência e tecnologia.

Paises com desenvolvimento humano baixo – erradicar a pobreza e enfrentar as necessidades basicas

É inquestionável que os países com desenvolvimento humano baixo – particularmente os que estão presos em armadilhas da pobreza – têm as necessidades mais prementes. Esses países têm que construir estratégias coerentes para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, baseadas nos seis cachos de políticas descritos anteriormente.

Como parte dessas estratégias globais de desenvolvimento, o Consenso de Monterrey (ver acima)

salienta a importância de estratégias nacionais para reduzir a pobreza. Para esse fim, mais de duas dezenas de países pobres prepararam Documentos de Estratégia para a Redução da Pobreza (DERP), que fornecem quadros para o financiamento, execução e monitorização dessas estratégias. Os documentos descrevem políticas macroeconómicas, estruturais e sociais e programas de promoção do crescimento, de redução da pobreza e de progresso em áreas como a educação e a saúde, e indicam as necessidades de financiamento externo. Os DERP são preparados por governos, mas emergem de processos participativos envolvendo a sociedade civil e parceiros externos, incluindo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Embora longe de ser perfeitos, os DERP aproximam a redução da pobreza do centro das estratégias de desenvolvimento. Também proporcionam um quadro para a coordenação dos doadores baseada em prioridades nacionais. Mas ainda não apoiam adequadamente os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Ainda que mencionem cada vez mais os Objectivos, os DERP deveriam fornecer uma base para a avaliação mais sistemática das políticas do país – e indicar a dimensão da ajuda necessária dos doadores. Ao preparar os DERP, os governos são aconselhados a ser realistas. O que isso pretende significar é que devem aceitar os níveis existentes da ajuda dos doadores e assumir vários constrangimentos do crescimento económico (como a falta de acesso a mercados estrangeiros). Como resultado, os DERP não chegam a identificar os recursos necessários para satisfazer os Objectivos.

Por exemplo, as orientações do FMI e do Banco Mundial para a preparação dos documentos – o PRSP Sourcebook – recomendam um método de fixar objectivos face às limitações fiscais e técnicas. As orientações não afirmam que essas limitações podem e devem ser aliviadas (por exemplo, através de melhor ajuda dos doadores) para que os países possam atingir os Objectivos. Veja-se o DERP do Malawi, que não é suficientemente ambicioso para atingir os Objectivos. Na avaliação do documento por uma equipa conjunta, o FMI e o Banco Mundial disseram que "enquanto a maioria dos indicadores está na linha dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), os objectivos do DERP são menos ambiciosos. É necessário mais trabalho para desenvolver metas de longo prazo que se relacionam directamente com as que devem ser atingidas até de 2015. Porém, a extrapolação dos objectivos fixados no DERP para 2005 sugere que o Malawi não atingirá os [Objectivos] de 2015. A equipa acredita que estes objectivos do DERP são mais realistas e reflectem as actuais condições socio-económicas do Malawi" (pág. 3-4, 23 de Agosto de 2002, http://www.imf.org).

A avaliação do FMI e do Banco Mundial feita ao DERP do Malawi corre o risco de minar os Objectivos e os compromissos assumidos na conferência de Monterrey. O Malawi precisa de muito mais ajuda dos doadores – tal como muitos outros países em circunstâncias semelhantes. Em vez de aconselhados a baixarem as suas perspectivas, deveriam ter sido ajudados a atingir os Objectivos, com o FMI e o Banco Mundial a apoiarem na mobilização da ajuda adicional necessária. O Pacto de Desenvolvimento do Milénio fornece o enquadramento para esse tipo de ajuda internacional.

Todas as estratégias de desenvolvimento nacional, incluindo todos os DERP, deviam fazer duas perguntas. Primeiro, que políticas nacionais – incluindo a mobilização e reafectação dos recursos internos e a concentração do despesa em reformas que aumentem a eficiência e a equidade – são necessárias para atingir os Objectivos? Segundo, que políticas internacionais – incluindo maior ajuda dos doadores, maior acesso ao mercado, mais rápido alívio da dívida e maiores transferências de tecnologia – são necessárias?

O Pacto apela a todos os países em desenvolvimento para alinharem a sua estratégia de desenvolvimento (incluindo o seu DERP, se existir) com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, no contexto das suas prioridades e necessidades nacionais. Todas as estratégias nacionais devem definir claramente os esforços ao alcance do país – e os que exigem mais apoio internacional, como maior alívio da dívida, maior ajuda aos doadores e melhor acesso aos mercados externos. As estratégias nacionais também devem calcular as necessidades orçamentais de médio prazo para todos os sectores críticos – saúde, educação, infra-estruturas, gestão ambiental. E devem especificar as partes dos orçamentos que podem ser cobertas com recursos domésticos e as partes que devem ser cobertas por maior ajuda ao desenvolvimento.

Este processo salientará o hiato entre a ajuda pública ao desenvolvimento actual e os níveis necessários para atingir os Objectivos. Os países pobres e os seus parceiros do desenvolvimento

As instituições financeiras internacionais deviam pôr os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio no centro dos seus esforços analíticos, consultivos e financeiros para cada país em desenvolvimento

Porque a maioria dos doadores concordou em alinhar os seus programas com os Documentos de Estratégia para a Redução da Pobreza, ainda é mais importante que esses documentos destaquem o apoio necessário para atingir os Objectivos

poderão então cooperar, de boa fé, para garantir que as estratégias nacionais sejam apoiadas por políticas sãs e adequado financiamento.

Países com desenvolvimento humano médio – atacar bolsas de pobreza profunda

A maioria dos países com níveis médios de desenvolvimento humano deve ser capaz de financiar a maior parte, ou a totalidade das suas necessidades de desenvolvimento, através de recursos internos, ou de recursos externos não concessionais (incluindo fluxos privados e empréstimos públicos de bancos de desenvolvimento multilaterais e de agências bilaterais). Muitos estão a caminho de atingir a maioria ou a totalidade dos Objectivos. Mas há vários que ainda possuem bolsas de pobreza profunda. Assim, ainda precisam de formas fundamentais de apoio dos países ricos – especialmente melhor acesso ao mercado para as exportações e melhores regras de jogo internacionais para as transferências financeiras e de tecnologia. Também precisam de mitigar desigualdades estruturais internas – visando intervenções políticas junto de grupos mais vulneráveis ou marginalizados, seja devido ao género, etnia, religião ou à geografia.

Esses países também podem ajudar os países de prioridade máxima e alta a definir metas e a determinar os recursos necessários para atingir o Objectivos. Os países com níveis médios de desenvolvimento humano são diversos – desde o Brasil à Malásia, das Maurícias ao México – e fornecem lições importantes para os países que ainda estão presos na pobreza, porque lutaram com (e muitas vezes frente a) muitos dos mesmos desafios ecológicos, de saúde e outros. Muitos países de rendimento médio começaram recentemente a dar aconselhamento sobre desenvolvimento e até ajuda financeira, uma tendência animadora que deve ser fortemente encorajada.

Instituições financeiras internacionais – por os objectivos no centro de estratégias nacionais

As instituições financeiras internacionais deviam pôr os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio no centro dos seus esforços analíticos, consultivos e financeiros para cada país em desenvolvimento. Relativamente a cada DERP, por exemplo, as avaliações conjuntas do FMI e do Banco Mundial deviam indicar se é provável que a estratégia proposta atinja os Objectivos – e se não, quais as mudanças necessárias para isso. Os DERP dariam, então, uma oportunidade para essas instituições considerarem não só as reformas políticas internas necessárias para fortalecer as instituições, melhorar a governação económica e aumentar o apoio governamental, mas também os passos necessárias da comunidade internacional: maior ajuda dos doadores (incluindo um alívio mais extenso da dívida), melhor acesso aos mercados externos para as exportações do país, maiores transferências de tecnologia e acções relacionadas prosseguidas em parceria com o país.

O FMI e o Banco Mundial deviam trabalhar com os países para chegarem a acordo sobre os enquadramentos macroeconómicos consistentes com a realização dos Objectivos, incluindo financiamento externo adequado. Podem, então, ajudar os países a mobilizar os necessários aumentos da ajuda pública ao desenvolvimento – bem como ajudá-los a acomodar esses fluxos em termos macroeconómicos. Nalguns países, grandes aumentos da ajuda pública ao desenvolvimento causarão a apreciação da taxa de câmbio real. Mas o resultado líquido será benéfico – se a apreciação da moeda ocorrer no contexto de um quadro macroeconómico de médio prazo adequado e se a ajuda dos doadores for investida em capital humano, infra-estruturas físicas e outras necessidades do desenvolvimento. Assim, o FMI e o Banco Mundial devem ajudar os países – e os seus doadores – a usar uma maior ajuda pública ao desenvolvimento, com o máximo de eficiência, no apoio aos Objectivos.

Os bancos de desenvolvimento regional também têm um papel de grande importância na colocação dos Objectivos no centro das estratégias dos seus países e na optimização das suas operações de empréstimo e dos seus esforços de cooperação técnica. Estão numa posição única para financiar bens públicos regionais e para encorajar a integração e a cooperação regional. O Banco Inter-Americano de Desenvolvimento começou a andar nessa direcção, mas tanto este como outros bancos regionais precisam de fazer mais.

Doadores bilaterais – rever abordagens e fixar novas metas

A ajuda bilateral ao desenvolvimento deve adoptar uma nova abordagem. A questão orientadora já não

deve ser "Que progresso pode ser feito em direcção aos Objectivos dentro dos limites da actual ajuda bilateral?". Em vez disso, deve ser "Que níveis e tipos de ajuda dos doadores são necessários para atingir os Objectivos? Os países farão um uso eficiente dessa ajuda?"

Os doadores bilaterais sabem que precisam de melhorar a maneira de prestar ajuda ao desenvolvimento – especialmente à medida que os montantes da ajuda aumentam. Estas melhorias deviam basear-se nos seguintes princípios:

- Os países deviam planificar e dominar as suas estratégias para atingir os Objectivos.
- A ajuda devia ser orientada para os resultados, baseada em revisões especializadas das propostas dos países e cuidadoso controlo, avaliação e auditoria dos programas.
- Os doadores bilaterais deviam coordenar o seu apoio às estratégias nacionais – por exemplo, através de abordagens largamente sectoriais que destaquem o financiamento do orçamento em vez do projecto.
- Os doadores bilaterais deviam, finalmente, eliminar a distinção defeituosa entre ajuda para custos de capital e para custos recorrentes. Ambos os gastos precisam de amplo apoio.

Porque a maioria dos doadores concordou, em princípio, em alinhar os seus programas com os DERP, ainda é mais importante que esses documentos destaquem o apoio necessário para atingir os Objectivos –aumento dos recursos dos doadores e do alívio da dívida, maior acesso aos mercados e à tecnologia, etc.

Todos os países ricos devem fixar objectivos para os seus repetidos compromissos de aumentar a ajuda, o comércio e o alívio da dívida para os países pobres. Também deviam ser encorajados a preparar as suas próprias avaliações e estratégias de redução da pobreza, fixando metas corajosas na linha desses compromissos.

Organismos da ONU – fornecer assistência especializada

Os organismos da ONU têm um papel vital na ajuda aos países para atingirem os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, especialmente através da assistência especializada na concepção e execução de programas de desenvolvimento. As Nações Unidas têm grande experiência em todas as áreas focadas pelos Objectivos, incluindo a educação, saúde, planeamento do desenvolvimento, desenvolvimento tecnológico, estado de direito, agricultura e muitos outros. Cada um dos principais organismos da ONU devia desenvolver uma estratégia para ajudar os países de rendimento baixo e desenvolvimento humano baixo – especialmente os prioritários – a pôr em prática as respectivas estratégias nacionais.

O sistema da ONU também tem um papel global a desempenhar. Está a mobilizar para:

- Monitorizar os progressos a nível mundial.
- Fazer o rastreio dos progressos a nível nacional.
- Identificar obstáculos fundamentais aos Objectivos – e soluções.
- Envolver amplos segmentos da sociedade em todo o mundo através da Campanha do Milénio.

Organizações regionais e instituições de desenvolvimento – estimular a integração e a cooperação regional

Para os países pobres com mercados pequenos – seja por terem pouca população ou por impedimentos geográficos de acesso aos mercados globais – a integração regional deve ser uma prioridade política. A cooperação regional, incluindo os investimentos partilhados em infra-estruturas críticas, pode aumentar as oportunidades de comércio das pequenas economias e proporcionar, assim, uma plataforma central para o crescimento económico sustentado. A integração regional é particularmente necessária em África, onde muitos países têm pequenas populações ou populações interiores. Tal como as principais iniciativas de cooperação intergovernamental em África, a Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano e a União Africana têm importantes papéis na promoção da integração económica e das parcerias políticas.

A ronda de Doha e outras negociações comerciais internacionais – abrir mercados e reduzir subsídios

Mesmo que as políticas nacionais sejam adequadas e que aumente o financiamento dos doadores, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio não serão necessariamente atingidos se as exportações não tradicionais dos países pobres continuarem a ser bloqueadas, ou perderem valor nos mercados mundiais

Mesmo assim, embora a Ronda de Doha tenha sido apelidada de "ronda do desenvolvimento", as primeiras tentativas para pôr o desenvolvimento na vanguarda produziram impasses e frustração

Muitas tecnologias actuais precisam, urgentemente, de ser completadas com desenvolvimentos tecnológicos, como as vacinas ou os novos medicamentos para o HIV/SIDA, tuberculose e malária

devido ao proteccionismo dos países ricos. Os países pobres também precisam de muito mais apoio internacional às transferências de tecnologia.

O Consenso de Monterrey e o Plano de Execução de Joanesburgo (da Cimeira Mundial de 2002 sobre o Desenvolvimento Sustentável) reiteraram os compromissos de facilitação do comércio assumidos pelos países ricos na Cimeira do Milénio da ONU. Os países ricos prometeram ajudar os países pobres a atingir os Objectivos – especialmente os países menos desenvolvidos, os países interiores e os pequenos estados insulares em desenvolvimento – concedendo-lhes pleno acesso aos seus mercados. Mesmo assim, embora a Ronda de Doha – a ronda seguinte de negociações comerciais internacionais – tenha sido apelidada de "ronda do desenvolvimento", as primeiras tentativas para pôr o desenvolvimento na vanguarda produziram impasses e frustração.

Sociedade civil – desempenhar um papel mais importante nas políticas e na redução da pobreza

Uma área de progresso significativa na última década foi a crescente influência das organizações e redes locais, nacionais e mundiais da sociedade civil na condução da mudança de política, bem como no alívio da dívida. As organizações não governamentais (ONG), as organizações comunitárias, as associações profissionais e outros grupos da sociedade civil são chamados regularmente para ajudar a projectar e executar estratégias de redução da pobreza. A sua participação também assenta nos esforços do Fundo Mundial para o Combate à SIDA, Tuberculose e Malária.

Estas novas abordagens reflectem os três papéis da sociedade civil: como participante na concepção de estratégias, como fornecedora de serviços através de organizações comunitárias e ONG nacionais e como guardiã encarregada de assegurar o cumprimento dos compromissos pelo governo. Mas em muitos países esses papéis só gradualmente estão a enraizar-se, com os governos a manterem o domínio sobre a tomada de decisão e a respectiva execução. Insistindo em processos transparentes para desenvolver as estratégias nacionais para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, as instituições bilaterais e multilaterais podem ajudar a sociedade civil a reforçar a sua posição na elaboração das políticas e na respectiva execução.

Sector privado – participar em planos de acção mundiais

O sector privado desempenha um papel crítico no crescimento conduzido pelo mercado, particularmente na criação de postos de trabalho e no aumento dos rendimentos. As empresas privadas, além de apoiarem medidas contra a corrupção, deviam apoiar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio de várias outras maneiras: através da filantropia das empresas, transferências de tecnologia, maior investimento estrangeiro em países à margem do sistema internacional e da cotação diferencial de bens e serviços para países de rendimento baixo e desenvolvimento humano baixo.

As empresas podem ser mais eficientes quando funcionam de acordo com planos mundiais de acção – como é o caso da crescente disponibilidade das empresas farmacêuticas para reduzirem os preços dos medicamentos essenciais para a SIDA, perante o apelo das Nações Unidas para que o façam. Devia haver uma cooperação semelhante noutras áreas cruciais, incluindo a agricultura, a gestão ambiental e a tecnologia de informação e comunicações. Além disso, as empresas devem mostrar comportamento ético: respeitar os direitos humanos, abster-se da corrupção e acatar as proibições básicas contra o trabalho forçado e infantil e a destruição ambiental.

Comunidade científica — enfrentar as necessidades das pessoas pobres

Muitas tecnologias actuais precisam, urgentemente, de ser completadas com desenvolvimentos tecnológicos, como as vacinas ou os novos medicamentos para o HIV/SIDA, tuberculose e malária. Porque a maioria dos esforços científicos internacionais passa ao lado das necessidades das pessoas pobres, é crucial que a comunidade científica mundial – liderada por laboratórios nacionais, agências nacionais de financiamento da ciência e fundações privadas – trabalhe com grupos científicos dos países pobres para identificar objectivos prioritários de investigação e desenvolvimento e aumentar muito o seu financiamento.

Por essa razão, o Pacto de Desenvolvimento do Milénio recomenda a criação de vários fóruns internacionais para a inovação tecnológica. Alguns desses foros já existem, mas devem ser apoiados com mais recursos – e outros devem ser criados.

Estes fórus ajudarão a estabelecer prioridades de investigação e desenvolvimento que satisfaçam as necessidades tecnológicas dos países pobres. Reunirão instituições de investigação e academias científicas internacionais, doadores multilaterais e bilaterais, representantes dos países e representantes importantes dos sectores académicos e privados de áreas fundamentais como a saúde, a agricultura, as infra-estruturas, a tecnologia da informação e das comunicações, sistemas de energia, gestão ambiental e mitigação e adaptação às flutuações climatéricas e mudança do clima a longo prazo.

Identificar prioridades científicas e chegar a acordo sobre as maneiras de financiar a investigação e desenvolvimento necessários, inclusive através de parcerias público-privado, os fóruns recomendarão planos para o progresso tecnológico em cada uma dessas áreas, para análise da comunidade de doadores.

Sistema global para melhorar a referenciação e a avaliação dos progressos

Adoptando metas específicas, limitadas no tempo e quantificadas, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio proporcionam uma base firme para a referenciação e avaliação dos progressos. Mas a monitorização e a avaliação adequadas exigem que a comunidade internacional aumente significativamente os investimentos em inquéritos e recolha de dados. Para muitas metas em muitos países, os dados são insuficientes para avaliações quantitativas adequadas. Porque os compromissos conjuntos estão no centro de todos os programas nacionais, as acções dos países pobres e dos seus parceiros ricos precisam de ser acompanhadas muito mais de perto do que no passado.

As novas iniciativas deviam ser encorajadas a monitorizar o desempenho tanto dos países ricos como dos pobres nos seus compromissos ao abrigo do Pacto. Por exemplo, o tamanho e a qualidade dos fluxos dos doadores devem ser cuidadosamente controlados, para garantir que são consistentes com a realização dos Objectivos. As negociações da Ronda de Doha deviam ser cuidadosamente controladas, para garantir que ela constitua verdadeiramente uma "ronda do desenvolvimento". A redução da corrupção merece um cuidado especial, e isto também pode e deve ser melhor controlado. A contrapartida de fluxos de doadores significativamente aumentados deve ser uma transparência e uma responsabilização muito maiores na sua utilização.

Conclusão

O mundo fez progressos significativos no conhecimento e na prática de políticas de desenvolvimento. O Pacto de Desenvolvimento do Milénio visa reunir esse conhecimento e essa prática num quadro coerente que reconheça a necessidade de uma abordagem multifacetada para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, baseada nas promessas de parceria feitas em recentes declarações internacionais. O Pacto proporciona um quadro em que os países mais pobres desenvolvem e dominam planos nacionais que se apoiam na ajuda externa sustentada para destruir as armadilhas da pobreza e melhorar o bem-estar dos seus cidadãos mais pobres. No essencial, o Pacto proporciona um processo de desenvolvimento orientado para os Objectivos, em que os principais participantes têm claras responsabilidades – bem como obrigações para com os outros actores.

Escapar às armadilhas da pobreza exige que os países atinjam certos limiares críticos – relativamente à saúde, educação, infra-estruturas e governação – a fim de atingir uma descolagem para o crescimento económico sustentado e o desenvolvimento. Dezenas de países pobres estão abaixo dos limiares, muitas vezes não por culpa própria, mas por razões que estão fora do seu controlo. Esta é a área mais importante em que o Pacto entre países ricos e pobres e actores deve intervir. Se um país prosseguir as políticas correctas e se comprometer com a boa governação na execução dessas polícias, a comunidade mundial – agências internacionais, doadores bilaterais, actores privados, organizações da sociedade civil – deve ajudar o país a atingir os limiares críticos através do aumento da ajuda.

Ao adoptar este Pacto de Desenvolvimento do Milénio, todos os países são chamados a reafirmar os seus compromissos para com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e a sua prontidão para aceitar as responsabilidades que acompanham esses compromissos. Os doadores bilaterais, instituições financeiras internacionais, agências especializadas da ONU, actores privados e organizações da sociedade civil deviam avançar com acções e compromissos específicas para assegurar o êxito na realização dos Objectivos.

CAPÍTULO 1

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Reconhecemos que, para além das responsabilidades que todos temos perante as nossas sociedades, temos a responsabilidade colectiva de respeitar e defender os princípios da dignidade humana, da igualdade e da equidade, a nível mundial. Como dirigentes, temos, pois, um dever para com todos os habitantes do planeta, em especial para com os mais desfavorecidos e, em particular, as crianças do mundo, a quem pertence o futuro.

— ONU, Declaração do Milénio[1]

Em Setembro de 2000, os líderes mundiais reuniram-se na Cimeira do Milénio das Nações Unidas para comprometerem as suas nações com esforços globais mais fortes a favor da paz, direitos humanos, democracia, boa governação, sustentabilidade ambiental e erradicação da pobreza, e para apoiarem os princípios da dignidade humana, igualdade e equidade[2].

O resultado foi a Declaração do Milénio, aprovada por 189 países, que inclui compromissos colectivos urgentes para vencer a pobreza que ainda atinge a maioria da população mundial. Os líderes mundiais não concordaram em aceitar as declarações habituais – porque sabiam que elas não bastavam. Em vez disso, comprometeram-se com metas ambiciosas, com prazos claramente definidos.

Na cimeira de 2000, a Assembleia Geral das Nações Unidas também pediu ao Secretário-Geral que preparasse um roteiro para concretizar os compromissos da Declaração – que resultou nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, composto por 8 Objectivos, 18 metas e 48 indicadores[3]. Os Objectivos são únicos na sua ambição, concretização e âmbito. Também são únicos no seu reconhecimento explícito de que os Objectivos de erradicação da pobreza só podem ser atingidos através de parcerias mais fortes entre actores do desenvolvimento e através de maior acção dos países ricos – expandindo o comércio, aliviando a dívida, transferindo tecnologia e fornecendo ajuda.

Uma agenda para acelerar o desenvolvimento humano

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio tratam muitos dos mais resistentes fracassos do desenvolvimento humano. Ao contrário dos propósitos das primeira, segunda e terceira Décadas do Desenvolvimento das Nações Unidas (dácadas de 1960, 1970 e 1980), que se concentraram principalmente no crescimento económico, os Objectivos colocam o bem-estar humano e a redução da pobreza no centro dos propósitos do desenvolvimento mundial – uma abordagem defendida desde sempre pelo *Relatório do Desenvolvimento Humano*.

Os Objectivos e a promoção do desenvolvimento humano partilham uma motivação comum e reflectem um compromisso fundamental com a promoção do bem-estar humano, que acarreta a dignidade humana, liberdade e igualdade de todos os indivíduos. Os Objectivos são referências de progresso para a visão da Declaração do Milénio — orientada por valores fundamentais de liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito pela natureza e responsabilidade partilhada. Estes valores têm muito em comum com a concepção de bem-estar humano no conceito de desenvolvimento humano. Também espelham a motivação fundamental dos direitos humanos. Por isso, a Declaração do Milénio, o desenvolvimento humano e os direitos humanos partilham a mesma motivação (caixa 1.1).

Cada *Relatório do Desenvolvimento Humano* tem defendido que o propósito do desenvolvimento é melhorar a vida das pessoas aumentando as suas escolhas, a sua liberdade e a sua dignidade. A pobreza envolve muito mais do que as restrições impostas pela falta de rendimentos. Também acarreta falta de capacidades básicas para levarem uma vida plena e criativa – como quando as pessoas sofrem de má saúde, são excluídas de participar nas decisões que afectam as suas comunidades, ou não têm o direito de orientar o curso da sua vida. Essas privações distinguem a pobreza humana da privação de rendimento.

Os Objectivos e a promoção do desenvolvimento humano partilham uma motivação comum e reflectem um compromisso fundamental com a promoção do bem-estar humano, que acarreta a dignidade humana, liberdade e igualdade de todos os indivíduos

CAIXA 1.1

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o desenvolvimento humano e os direitos humanos partilham uma motivação comum

Valores orientadores da Declaração do Milénio das Nações Unidas e dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Tal como está esclarecido na Declaração do Milénio, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio são pontos de referência do progresso no sentido de uma visão de desenvolvimento, paz e direitos humanos, orientada por "certos valores fundamentais… essenciais às relações internacionais no século vinte e um. Neles se incluem:

- Liberdade. Os homens e as mulheres têm o direito de viver a vida e de criar os seus filhos com dignidade, sem fome e sem medo da violência, da opressão e da injustiça. A melhor forma de garantir estes direitos é através de governos de democracia participativa baseados na vontade popular.
- *Igualdade.* Nenhum indivíduo ou nação deve ser privado da possibilidade de beneficiar do desenvolvimento. A igualdade de direitos e de oportunidades entre homens e mulheres deve ser garantida.
- *Solidariedade.* Os desafios mundiais devem ser geridos de modo a que os custos e as responsabilidades sejam distribuídos com imparcialidade, de acordo com os princípios fundamentais da equidade e da justiça social. Os que sofrem, ou os que beneficiam menos, merecem ajuda dos que beneficiam mais.
- *Tolerância.* Os seres humanos devem respeitar-se mutuamente, em toda a sua diversidade de crenças, culturas e línguas. As diferenças dentro e entre as sociedades não devem ser temidas nem reprimidas, mas acarinhadas como activos preciosos de toda a humanidade. Uma cultura de paz e diálogo entre todas as civilizações deve ser promovida activamente.
- *Respeito pela natureza.* É necessário actuar com prudência na gestão de todas as espécies vivas e recursos naturais, de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável. Só assim poderemos conservar e transmitir aos nossos descendentes as incomensuráveis riquezas que a natureza nos oferece. É preciso alterar os actuais padrões insustentáveis de produção e consumo, no interesse do nosso bem-estar futuro e no das futuras gerações.
- *Responsabilidade partilhada.* A responsabilidade pela gestão do desenvolvimento económico e social mundial, bem como das ameaças à paz e à segurança internacionais, deve ser partilhada por todos os países do mundo e ser exercida multilateralmente. Sendo a organização de carácter mais universal e mais representativa de todo o mundo, as Nações Unidas devem desempenhar um papel central." (UN 2000, p. 2.)

Os Objectivos – pedras angulares do desenvolvimento humano…

O desenvolvimento humano tem a ver com pessoas, com a expansão das suas opções para viverem vidas plenas e criativas com liberdade e dignidade. Crescimento económico, comércio e investimento crescentes, progresso tecnológico – tudo é muito importante. Mas são meios, não são fins. Fundamental para a expansão das opções humanas é a construção de capacidades humanas: o conjunto de coisas que as pessoas podem ser. As capacidades mais básicas para o desenvolvimento humano são: viver uma vida longa e saudável, ser instruído, ter um nível de vida digno e gozar de liberdades cívicas e políticas para participar na vida da sua comunidade.

As três primeiras estão incorporadas no índice de desenvolvimento humano deste Relatório (IDH). Embora contribuam para essas capacidades, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio não reflectem todas as dimensões fundamentais do desenvolvimento humano, que é um conceito mais amplo.

…e direitos humanos

Atingir os Objectivos fará progredir os direitos humanos. Cada Objectivo pode ser ligado directamente a direitos económicos, sociais e culturais enumerados na Declaração Universal dos Direitos do Homem (artigos 22, 24, 25 e 26) e outros instrumentos de direitos humanos.

Reconhecer que as metas expressas nos Objectivos não são apenas aspirações de desenvolvimento, mas também direitos reclamáveis tem importantes implicações.

- Ver os Objectivos desta maneira significa que tomar medidas para os atingir é uma obrigação e não uma forma de caridade. Esta abordagem cria um quadro para reunir vários actores responsáveis, incluindo governos, cidadãos, empresas e organizações internacionais.
- Os direitos humanos acarretam obrigações correspondentes da parte dos outros – não só de se absterem de os violar, mas também de protegerem e promoverem a sua realização. As convenções dos direitos humanos reconhecem a necessidade de uma ordem internacional que assegure que esses direitos sejam garantidos (artigo 28 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, artigo 2 da Convenção sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais) e que estabeleça as obrigações correspondentes dos governos e outros actores para contribuírem para a sua realização.
- Ver os Objectivos através do quadro dos direitos humanos aumenta o entendimento das políticas e das reformas institucionais necessárias para os atingir. A plena realização do direito humano à educação, por exemplo, exige mais do que atingir a alfabetização e o ensino primário universais. Também exige que as pessoas participem significativamente nas decisões públicas sobre educação. E exige que as medidas para atingir os objectivos relacionados com a educação sejam equitativas – não colocando em desvantagem grupos vulneráveis, nem fortalecendo a discriminação sexual.

A plena realização dos direitos económicos, sociais e culturais exige muito mais do que alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Mas alcançá-los é um passo importante para esse fim. Porque os direitos à educação, aos cuidados de saúde e a um nível de vida adequado dependem do crescimento económico e da reforma institucional a longo prazo, esses direitos podem ser realizados progressivamente. Contudo, o ritmo aceitável de "realização progressiva" e as obrigações para o atingir raramente são falados, sendo, em vez disso, deixados para definir e debater por cada país. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio definem mais explicitamente o que todos os países concordam que pode ser exigido – pontos de referência em relação aos quais esses compromissos devem ser medidos.

Como é que os objectivos do desenvolvimento humano se relacionam com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio?

Capacidades fundamentais para o desenvolvimento humano	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio correspondentes
Viver uma vida longa e saudável	Objectivos 4, 5 e 6: reduzir a mortalidade de crianças, melhorar a saúde materna e combater as principais doenças
Ser instruído	Objectivos 2 e 3: alcançar o ensino primário universal, promover a igualdade de género (especialmente na educação) e capacitar as mulheres
Ter um nível de vida digno	Objectivo 1: reduzir a pobreza e a fome
Gozar de liberdades políticas e civis para participar na vida da sua comunidade	Não é um Objectivo mas uma importante meta mundial incluída na Declaração do Milénio

Condições essenciais para o desenvolvimento humano	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio correspondentes
Sustentabilidade ambiental	Objectivo 7: garantir a sustentabilidade ambiental
Equidade – em particular equidade de género	Objectivo 3: promover a igualdade de género e capacitar as mulheres
Facilitar o ambiente económico mundial	Objectivo 8: reforçar a parceria entre países ricos e pobres

Fonte: UN 2000a; Human Development Report Office; UN 1966; Marks 2003; UNDP 2000.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio destinam-se a aliviar as limitações da capacidade das pessoas de fazer escolhas. Ainda assim, os Objectivos não abrangem todas as dimensões cruciais do desenvolvimento humano. Em particular, não mencionam o aumento da participação das pessoas nas decisões que afectam a sua vida, ou que aumentam as suas liberdades cívicas e políticas. Contudo, a participação, a democracia e os direitos humanos são elementos importantes da Declaração do Milénio.

Os Objectivos fornecem pedras angulares do desenvolvimento humano, relacionando-se cada um deles com dimensões fundamentais deste processo. Reflectem, também, uma agenda dos direitos humanos – direito à alimentação, educação, cuidados de saúde e a níveis de vida dignos, como está enumerado na Declaração Universal dos Direitos Humanos. A necessidade de assegurar todos esses direitos – económicos, sociais e culturais – confere obrigações aos governos dos países, tanto ricos como pobres.

Origem, evolução e acompanhamento

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio reflectem objectivos fundamentais de várias conferências de desenvolvimento das Nações Unidas, realizadas nos anos de 1990. São, por isso, o produto de muitas consultas nacionais, regionais e internacionais, que envolveram milhões de pessoas e que representam uma amplitude de interesses, incluindo os de governos, organizações da sociedade civil e actores do sector privado. Estas conferências salientaram a natureza multidimensional do desenvolvimento – com o bem-estar humano no fim.

Os Objectivos também assentam no impulso criado pelos Objectivos de Desenvolvimento Internacional, criados em 1996 pela Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) para definir o modo como os seus 23 doadores bilaterais devem cooperar para melhorar a vida nos países em desenvolvimento, no século XXI. Os objectivos da OCDE criaram um importante precedente, porque eram calendarizados e quantificáveis, e podiam assim ser monitorizados e ajudar a mobilizar apoio.

Mas, porque os Objectivos de Desenvolvimento Internacional tiveram origem na comunidade doadora, nunca foram adoptados sinceramente pelos países em desenvolvimento, nem por grupos da sociedade civil. Uma publicação de 2000, *A Better World For All: Progress towards the International Development Goals,* foi amplamente criticada por grupos da sociedade civil por responsabilizar os países em desenvolvimento pelo seu progresso sem reconhecer o papel dos países ricos e das instituições multinacionais no processo[4].

Assim, embora incluam todos excepto um dos Objectivos de Desenvolvimento Internacional, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio não são vistos como invenção exclusiva dos países ricos. Em vez disso, são verdadeiramente objectivos de desenvolvimento mundial, que reafirmam o compromisso colectivo do mundo de melhorar a vida das pessoas dos países pobres. Reconhecem, também, a responsabilidade dos países em desenvolvimento pelo seu próprio desenvolvimento – ao mesmo tempo que fazem exigências mais concretas aos países ricos.

Definir as responsabilidades de todos os países foi crucial para os países em desenvolvimento. O Objectivo 8, de uma parceria mundial, não tem um indicador calendarizado e quantificado para monitorizar o progresso e responsabilizar os actores, como os Objectivos 1 a 7. Mas a sua inclusão nos Objectivos é um passo significativo no sentido da "solidariedade" – um princípio básico da Declaração do Milénio.

A conferência adiantou novas condições para uma parceria mundial, baseada em responsabilidades mútuas entre países em desenvolvimento e países ricos

A Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, realizada em Março de 2002 em Monterrey, México, reafirmou o compromisso mundial com a Declaração do Milénio e as suas metas de desenvolvimento. A conferência adiantou novas condições para uma parceria mundial, baseada em responsabilidades mútuas entre países em desenvolvimento e países ricos. Também reafirmou a responsabilidade primeira dos governos nacionais na mobilização de recursos domésticos e na melhoria da governação – incluindo políticas económicas sãs e instituições democráticas sólidas. E reafirmou os compromissos dos países ricos de trabalhar no sentido de um ambiente internacional apoiante e de financiamento crescente para o desenvolvimento[5]. Estes compromissos foram reafirmados de novo na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Setembro de 2002 em Joanesburgo, África do Sul (ver capítulo 8).

São importantes os objectivos mundiais?

A comunidade mundial, muitas vezes conduzida pelas Nações Unidas, fixou muitos objectivos de desenvolvimento desde a primeira Década do Desenvolvimento dos anos de 1960 – e tem uma história de muitos fracassos. Por exemplo, na Declaração de Alma

Os fracassos deviam servir para recordar negligências do passado quanto ao cumprimento de promessas mundiais solenes

Ata de 1977, o mundo comprometeu-se com cuidados de saúde para todas as pessoas até ao fim do século. Todavia, em 2000, milhões de pessoas pobres morreram de doenças pandémicas e outras, muitas facilmente evitáveis e tratáveis. De igual modo, na Cimeira sobre as Crianças de 1990, o mundo comprometeu-se com a educação primária universal até 2000. Mas esse objectivo também falhou. Estes fracassos deviam servir para recordar negligências do passado quanto ao cumprimento de promessas mundiais solenes.

Mas os objectivos das Nações Unidas também têm uma história de muitos êxitos – alguns espectaculares. O objectivo da vacinação aumentou significativamente a cobertura, passando de 10-20% em 1980 para mais de 70% em mais de 70 países, em 1990. E mesmo quando as metas quantitativas não foram atingidas na data marcada, aceleraram o progresso. Por exemplo, até 2000 a esperança de vida foi aumentada para pelo menos 60 anos em 124 países. Nos anos de 1990, a mortalidade infantil foi reduzida em um terço, ou mais, em apenas 63 países – mas em mais de 100 foi reduzida em um quinto. Assim, as metas globais podem aumentar as ambições e estimular esforços (caixa 1.2).

Enfrentar os críticos

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio têm sido amplamente aclamados, inspirando nova energia na acção contra a pobreza. Mas também têm sido criticados por:

- Serem demasiado estreitos, deixando de fora prioridades de desenvolvimento como a boa governação, emprego, cuidados de saúde reprodutiva e a reforma institucional da governação mundial.
- Apoiam-se em indicadores estreitos – como os hiatos na escolarização para seguir o progresso na igualdade de género, ou o número de telefones para medir o acesso à tecnologia.
- Serem irrealistas e prepararem o cenário para o desencorajamento – e serem usadas para nomear e envergonhar países que não os atingem.
- Distorcerem as prioridades nacionais, possivelmente minando a liderança local ao promoverem uma agenda invertida, muitas vezes liderada pelos doadores, à custa de abordagens participativas em que as comunidades e os países fixam as suas próprias prioridades[6].

Estas preocupações apontam para o que pode correr mal se os Objectivos – particularmente os seus indicadores numéricos – forem vistos fora de contexto e como fins em si mesmos, em vez de referências para o progresso em direcção ao objectivo mais amplo de erradicação da pobreza humana. Ainda que os Objectivos reflictam um consenso sobre metas fundamentais do desenvolvimento mundial, eles não são um novo modelo para o desenvolvimento. E embora todos sejam importantes, a sua prioridade deve ser determinada por estratégias nacionais de desenvolvimento.

Os objectivos são ambiciosos – reflectindo a necessidade urgente de um progresso muito mais rápido no desenvolvimento. A sua intenção é mobilizar a acção e não de nomear e envergonhar. Apelam a todos os actores para identificarem novas acções e recursos para que possam ser atingidos. Quanto mais pobre for o país, maior é o desafio. Compare-se o que o Mali terá que fazer, até 2015, para reduzir a pobreza para metade (para 35%)[7] e para reduzir a mortalidade de menores de cinco anos em dois terços (para 85 por 1.000 nados-vivos)[8], com a tarefa do Sri Lanka: reduzir a pobreza para 3,3%[9] e a mortalidade de menores de cinco para 8 por 1.000 nados-vivos[10]. Isto não condena o Mali ao fracasso, mas antes revela os enormes desafios que os países mais pobres enfrentam – bem como os enormes esforços da comunidade internacional que são necessários.

Além disso, o êxito não deve ser avaliado simplesmente pela realização dos Objectivos no prazo. Reduzir a pobreza para metade até 2015 não é o fim do caminho, porque os países devem continuar a reduzi-la para metade sucessivamente. E os países não devem ser condenados se não atingirem os Objectivos a tempo.

As metas mundiais devem ser controladas pelo país

Embora os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio tenham origem nas Nações Unidas, são objectivos das pessoas – e só podem ser atingidos se os esforços forem controlados nacionalmente e conduzidos pelo país.

Forte controlo nacional

Os países em desenvolvimento têm perseguido os propósitos fundamentais dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio desde há décadas. Mas os Objectivos exigem novo impulso político para um progresso mais rápido na redução da pobreza humana – um processo já em curso em muitos países. À medida que os governos começam a avaliar se e como os Objectivos serão atingidos em 2015, também avaliam prioridades políticas e desenvolvem estratégias nacionais. Vários países aumentaram a despesa social e lançaram novos

CAIXA 1.2

São importantes os objectivos mundiais?

Desde os primeiros dias das Nações Unidas, os seus Estados membros fixaram objectivos mundiais, com vários propósitos recorrentes. Pôr termo ao colonialismo foi um importante tema dos anos de 1950 e 1960. Acelerar o crescimento económico e fazer progredir outros objectivos económicos – como o emprego, industrialização e ajuda internacional – foram temas importantes da primeira, segunda e terceira décadas do desenvolvimento (décadas de 1960, 1970 e 1980). Foram estabelecidos objectivos para a alfabetização, escolarização, saúde, sobrevivência e para a água e saneamento, desde o princípio dos anos de 1960 até aos anos de 1990, culminando na Declaração do Milénio de 2000.

Os objectivos das Nações Unidas são muitas vezes rejeitados por excessivamente ambiciosos e raramente atingidos. Todavia, muitos têm sido atingidos.

- Erradicar a varíola (declaração da Organização Mundial da Saúde, 1965) – atingido em 1977.
- Vacinar 80% dos bebés (antes do primeiro aniversário) contra as principais doenças da infância até 1990 (declaração da Organização Mundial da Saúde, 1974, melhorada em 1984) – atingido em cerca de 70 países, embora a realização não se tenha mantido na África Subsariana e na Ásia do Sul.
- Reduzir para metade os óbitos de crianças por diarreia (Cimeira Mundial para as Crianças, 1990) – atingido nos anos de 1990.
- Reduzir a mortalidade infantil para menos de 120 por 1.000 nados-vivos até 2000 (Cimeira Mundial para as Crianças, 1990) – só não foi atingido em 12 países em desenvolvimento.
- Eliminar a poliomielite até 2000 (Cimeira Mundial para as Crianças, 1990) – atingido em 110 países. Actualmente há mais de 175 países sem poliomielite.
- Eliminar a doença da lombriga até 2000 (Cimeira Mundial para as Crianças, 1990) – até 2000, o número de casos comunicados tinha diminuído 97% e a doença só não foi eliminada em 14 países.

Fizeram-se progressos significativos em muitos outros objectivos, ainda que não tivessem sido plenamente atingidos:

- Acelerar o crescimento económico nos países em desenvolvimento para 5% ao ano até ao fim dos anos de 1960 e para 6% nos anos de 1970 (resolução das Nações Unidas, 1961) – durante os anos de 1960, 32 países excederam 5% e durante os anos de 1970, 25 países excederam 6%. (Embora os resultados dos anos de 1980 e 1990 tenham sido muito mais desanimadores; ver capítulos 2 e 4.)
- Aumentar a quota dos países em desenvolvimento na produção industrial global (declaração da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, 1975) – essa quota subiu de 7% em 1970 para 20% em 2000, embora esses ganhos fossem limitados a um pequeno número de países.
- Aumentar a esperança de vida para 60 anos até 2000 (resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, 1980) – atingido em 124 dos 173 países que caíram abaixo deste limiar (quase todos entre os países menos desenvolvidos, com muitos na África Subsariana).
- Reduzir a mortalidade de crianças em mais um terço, pelo menos, durante os anos de 1990 (Cimeira Mundial para as Crianças, 1990) – 63 países atingiram os objectivos e, em mais de 100, a mortalidade de crianças foi reduzida em 20%.
- Eliminar ou reduzir a fome e a alimentação deficiente até 2000 (Terceira Década do Desenvolvimento, anos de 1980; Cimeira Mundial para as Crianças, 1990) – nos países em desenvolvimento, a alimentação deficiente caiu 17% entre 1980 e 2000, mas na África Subsariana o número de pessoas subalimentadas aumentou 27 milhões nos anos 90.
- Atingir o acesso universal a água potável até 1990 e depois até 2000 (Terceira Década do Desenvolvimento, anos de 1980; Cimeira Mundial para as Crianças, 1990) – o acesso aumentou para mais 4,1 mil milhões de pessoas, totalizando 5 mil milhões.

Ainda assim, alguns objectivos falharam quase totalmente:

- Aumentar a ajuda pública ao desenvolvimento para 0,7% do PNB dos países ricos a partir de 1970 (resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, 1970; Estratégia de Desenvolvimento Internacional para os anos de 1970) – na realidade, a ajuda diminuiu em percentagem do PNB e nos anos de 1990 só quatro países atingiram a meta dos 0,7% (Dinamarca, Holanda, Noruega e Suécia).
- Afectar 0,15% do PNB à ajuda pública ao desenvolvimento para os países menos desenvolvidos nos anos de 1980 e de 1990 (Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Desenvolvidos, 1981) – 8 dos 16 membros da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE atingiram o objectivo de 0,15% nos anos de 1980, mas apenas 5 de 20 o fizeram nos anos de 1990.
- Reduzir para metade o analfabetismo de adultos até 2000 (Cimeira Mundial para as Crianças, 1990) – o analfabetismo caiu de 25% em 1990 para apenas 21% em 2000.
- Erradicar a malária (declaração da Organização Mundial de Saúde, 1965) – embora tenha havido êxito na Ásia e na América Latina, o programa "mundial" contra a malária dos anos de 1960 passou em grande medida ao lado da África (devido ao carácter considerado intratável da doença nesse continente), ainda que ela tenha que a maior carga de malária. Nas décadas seguintes, a comunidade internacional dedicou pouca atenção e escassos recursos à malária, levando a intervenções fragmentadas.

Atingir a meta numérica de um objectivo mundial é uma medida importante mas inadequada do sucesso, porque não indica se fixar o objectivo fez a diferença. Em muitos casos, fizeram-se enormes progressos, embora não tenham sido atingidas as metas numéricas – como no caso da Década Internacional do Abastecimento de Água Potável e do Saneamento dos anos de 1980 (Assembleia Geral da ONU, 1980), durante a qual praticamente nenhum país em desenvolvimento atingiu a cobertura universal. Mas a fixação de objectivos mundiais chamou a atenção para essas necessidades e, nos anos de 1980, o acesso a água potável aumentou 130% e o acesso a saneamento 266%, ambos muito mais do que nos anos de 1970 ou 1990. Todavia, a década foi vista muitas vezes como um fracasso apenas porque as metas numéricas não foram atingidas.

Uma vez fixados, os objectivos acordados nas Nações Unidas têm sido acompanhados de muitas maneiras diferentes. Num extremo, há objectivos como a aceleração do crescimento económico, para cuja execução tem havido pouca mobilização da comunidade internacional. No outro extremo, há objectivos como a erradicação da varíola, a expansão da vacinação e a redução da mortalidade de crianças, em que a comunidade internacional apoiou medidas nacionais – liderada pela Organização Mundial da Saúde e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância.

Fonte: Jolly 2003.

programas de apoio aos Objectivos. Por exemplo, o governo da Bolívia decidiu alinhar as suas políticas sociais pelos Objectivos. Foram feitas propostas para aumentar substancialmente as despesas de saúde e de educação e foram criados dois programas nacionais para esses objectivos. O governo dos Camarões também está a aumentar substancialmente o financiamento da educação e da saúde e os partidos políticos estão a utilizar, nos seus debates de campanha, dados sobre o progresso em direcção aos Objectivos.

Controlo nacional não é só controlo governamental. A acção deve ser conduzida não só pelos políticos e agências governamentais, mas também pelas comunidades, autoridades locais e grupos da sociedade civil. O impulso político para a mudança de políticas deve vir do povo de um país, pressionando por mais escolas, melhores cuidados de saúde, melhor abastecimento de água e outros elementos essenciais de desenvolvimento. Os Objectivos dão um pretexto para aplicar essa pressão. Dão capacidade às comunidades e ao povo para responsabilizar as autoridades. E fornecem um instrumento para as pessoas avaliarem

o desempenho dos líderes políticos – desde funcionários governamentais locais a nacionais, a parlamentares e a partidos da oposição (ver capítulo 7).

Os grupos da sociedade civil – desde organizações comunitárias a redes mundiais – são aliados no apoio, ajudando a construir escolas e a mobilizar a investigação sobre doenças negligenciadas. Mas também têm um papel essencial como vigilantes, controlando os que são responsáveis pela apresentação de resultados e moldando os debates democráticos sobre políticas económicas e sociais em comunidades pobres. Nos novos estados democráticos, o debate aberto sobre opções políticas tem estado muitas vezes ausente ou tem sido inadequado, deixando as pessoas vulneráveis à retórica populista. Assim, a mobilização social em torno dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio pode ajudar a alimentar e a consolidar processos democráticos, com as vozes das pessoas comuns a influenciarem a prática política. Embora os grupos da sociedade civil tenham começado a envolver-se nos Objectivos, muitos não têm consciência delas, ou têm suspeitas a seu respeito.[11]

Os Objectivos são um passo importante para a construção de uma verdadeira parceria para o desenvolvimento e na definição do que significa parceria

Compromisso dos países ricos parceiros e da comunidade internacional

Os Objectivos são um passo importante para a construção de uma verdadeira parceria para o desenvolvimento e na definição do que significa parceria. Os acordos que emergiram da Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento de 2002 e da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável aumentaram o consenso sobre as responsabilidades mútuas dos países em desenvolvimento e dos industrializados. Os países em desenvolvimento têm de se concentrar na melhoria da governação, em particular na mobilização de recursos, na sua afectação equitativa e na garantia do seu uso eficiente. Os países industrializados têm de aumentar o financiamento concessional e o alívio da dívida e de acelerar o comércio e a transferência de tecnologia (ver capítulo 8).

Diagnóstico claro do que precisa de ser feito

O mundo precisa de uma análise clara da razão por que a pobreza mundial resiste, onde e quais são os maiores obstáculos e o que precisa de ser feito para os eliminar. Cada país pobre tem de preparar uma estratégia nacional para enfrentar as suas circunstâncias.

A comunidade internacional também precisa de estabelecer prioridades sobre a maneira de atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Essas prioridades devem ser baseadas na análise objectiva dos maiores desafios e principais obstáculos, na prova do que funcionou (e do que não funcionou) e em ideias de novas acções para acelerar o progresso.

Para essa análise, o Secretário-Geral das Nações Unidas criou o Projecto do Milénio, uma iniciativa de investigação que reúne aproximadamente 300 especialistas de universidades, sociedade civil, organizações internacionais e dos sectores público e privado de todo o mundo. Este projecto apresentará o seu relatório final em 2005.

Este Relatório do Desenvolvimento Humano também ajuda a identificar prioridades mundiais, fornece dados e analisa novas ideias. Este Relatório foi preparado em estreita colaboração com o Projecto do Milénio, aproveitando o seu trabalho, bem como o trabalho de investigação interna e da investigação comissionada. Descreve:

- Progresso mundial geral em direcção aos Objectivos – e identifica áreas que exigem a máxima atenção (capítulo 2).
- Os constrangimentos estruturais do crescimento económico e do desenvolvimento humano e os caminhos para os vencer (capítulo 3).
- Opções de política para atingir os Objectivos relativos à educação, fome, saúde, igualdade de género e à água e saneamento (capítulo 4).
- Funções adequadas para os sectores público e privado na expansão dos serviços sociais básicos (capítulo 5).
- Opções de política para atingir os Objectivos do ambiente (capítulo 6).
- O papel das pessoas na criação de um impulso político para a mudança de política (capítulo 7).
- Novas políticas para o comércio, alívio da dívida, transferência de tecnologia e a ajuda necessária para apoiar a execução de todos os Objectivos (capítulo 8).

O Pacto de Desenvolvimento do Milénio, que se encontra no princípio deste Relatório, é o seu principal ponto de política. O Pacto apresenta uma nova abordagem para ajudar os países a escapar à armadilha da pobreza e a alcançar os Objectivos, identifica as responsabilidades dos participantes e baseia-se nos princípios do Consenso de Monterrey (adoptado na Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento) – que toma o desempenho, mais do que o direito, como abordagem da cooperação para o desenvolvimento.

CAPÍTULO 2

Desafios prioritários para atingir os Objectivos

Dois grupos de países em desenvolvimento enfrentam desafios particularmente difíceis – e diferentes – para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. No primeiro grupo encontram-se países de prioridade máxima e alta, onde a pobreza humana enraizada e o progresso falhado – ou mesmo em reversão – criaram crises, exigindo a concentração dos recursos e da atenção do mundo. O segundo é menos conhecido do público, tendo feito, globalmente, bons progressos. Mas esses progressos são desiguais e os fossos estão a alargar-se porque os grupos e regiões pobres estão a ficar para trás.

Desde 1990, a Ásia Oriental e o Pacífico, liderados pela China, quase reduziram para metade a privação de rendimento extrema – e também estão a fazer progressos significativos quanto aos outros Objectivos. No que respeita aos Países Árabes e à América Latina e Caraíbas, alcançar os Objectivos até 2015 será um desafio, mas é possível (figura 2.1). Mas em relação a outras regiões em desenvolvimento, atingir os Objectivos continua a ser um enorme desafio. A menos que as coisas melhorem, a África Subsariana levará até 2129 para alcançar a educação primária universal, até 2147 para reduzir para metade a pobreza ex-

FIGURA 2.1

Linha temporal: quando é que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio serão realizados se o progresso não acelerar?

	Pobreza	Fome	Ensino primário	Igualdade de género	Mortalidade de crianças	Acesso a água	Acesso ao saneamento
REALIZADO	Países Árabes[a] Ásia Oriental e Pacífico	Europa Central, do Leste e CEI[a]	América Latina e Caraíbas[a] Europa Central, do Leste e CEI Ásia Oriental e Pacífico	América Latina e Caraíbas[a]		Europa Central, do Leste e CEI[a]	
2000–2015	**Mundo** Ásia do Sul	Ásia Oriental e Pacífico			América Latina e Caraíbas	Ásia do Sul **Mundo** América Latina e Caraíbas	
2015–2020		América Latina e Caraíbas		Ásia Oriental e Pacífico	Ásia Oriental e Pacífico	Ásia Oriental e Pacífico	Ásia do Sul **Mundo** América Latina e Caraíbas Ásia Oriental e Pacífico
2020–2050		**Mundo**	Ásia do Sul	Estados Árabes Ásia do Sul	Ásia do Sul Estados Árabes **Mundo**	África Subsariana	
2050–2100			Estados Árabes **Mundo**				
2100–2200		Ásia do Sul África Subsariana	África Subsariana		África Subsariana		
Depois de 2200					Europa Central, do Leste e CEI		
REVERSÍVEL	América Latina e Caraíbas África Subsariana Europa Central, do Leste e CEI	Estados Árabes					África Subsariana

a. Considera-se que a região alcançou os Objectivos porque apresenta uma pobreza humana baixa (abaixo de 10%) no ano mais recente para o Objectivo relevante (ver nota técnica 2).
Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados no destaque 2.1.

trema e até 2165 para reduzir em dois terços a mortalidade de crianças. Em relação à fome, não se pode estabelecer uma data porque a situação da região continua a piorar. Embora a Ásia do Sul tenha feito progressos mais rápidos, serão necessárias melhorias substanciais na maioria das áreas para que os Objectivos sejam alcançados.

Durante os anos de 1990, muitos países em desenvolvimento conheceram reversões e estagnação em muitas áreas essenciais para os Objectivos. Cerca de 54 países estão agora mais pobres do que em 1990. Em 21 países, há uma percentagem maior de pessoas ameaçadas pela fome. Em 14 países, há mais crianças a morrer antes dos cinco anos. Em 12 países, as taxas de escolarização primária baixaram. E em muitos países, as coisas pura e simplesmente estagnaram – nem pioraram nem melhoraram.[1]

Durante os anos de 1990, muitos países em desenvolvimento conheceram reversões e estagnação em muitas áreas essenciais para os Objectivos

Nos anos de 1980, só 4 países experimentaram reversões do índice de desenvolvimento humano (uma medida sumário baseada na capacidade dos cidadãos de um país viverem uma vida longa e saudável, serem instruídos e gozarem de um nível de vida digno). Nos anos 90, esse número saltou para 21. Por trás dessas reversões estiveram o fracasso do crescimento económico e a epidemia de HIV/SIDA. Os anos de 1990 também assistiram ao declínio da ajuda ao desenvolvimento proveniente dos países ricos, ao aumento do fardo da dívida dos países pobres e à continuação da queda dos preços das mercadorias primárias – de que depende o grosso das receitas de exportação de muitos países pobres (ver capítulo 8).

Muitos países em desenvolvimento enfrentam enormes desafios numa ou duas áreas relacionadas com os Objectivos. Mas o mais preocupante são os 31 países de prioridade máxima que enfrentam o fracasso do progresso e níveis de partida extremamente baixos em relação a muitos dos Objectivos. Embora esta situação se verifique em todas as regiões, acentua-se na África Subsariana. Noutros 28 países de prioridade alta, a situação é menos desesperada – embora ainda sejam necessários progressos significativos para atingir os Objectivos.

Todavia, alguns dos países mais pobres do mundo estão a fazer progressos em direcção a níveis mais altos de desenvolvimento. Estão a aparecer histórias de êxito na luta contra o HIV/SIDA. A educação está a melhorar. E as economias começam a crescer. Uma mensagem fundamental deste Relatório é que se conhece muito sobre a maneira de alcançar os Objectivos. Mas esse conhecimento tem de ser aplicado rapidamente, para que os países que estão a lutar consigam atingi-los.

Quando se mede os progressos, é vital olhar para lá das médias nacionais. Em muitos países, o espírito dos Objectivos pode ser atingido se os esforços se concentrarem nas pessoas que já estão a dar o seu melhor na sociedade. Mas o espírito das Objectivos não é atingido se os países que atravessam a linha de chegada deixarem para trás muitas pessoas pobres. No Brasil, China, Índia e México, os progressos globais têm sido excelentes. Mas algumas áreas e grupos não estão a beneficiar o suficiente, enquanto segmentos ricos da população continuam a avançar rapidamente. E nos países com mau desempenho, grande parte do fardo é suportada por grupos marginalizados – como no Burkina Faso, Mali e na Federação Russa.

Este capítulo avalia os progressos em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio utilizando uma perspectiva global para identificar as áreas que mais precisam de atenção da política (caixa 2.1 e destaque 2.1 no fim do capítulo; ver também os quadros de indicadores 1 a 10 dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, no anexo estatístico). A avaliação mostra:

- Contrastes acentuados entre e dentro das regiões.
- Reversões do desenvolvimento humano nos anos de 1990.
- Esforços para alcançar os Objectivos, com reversões, estagnação e países em crise.
- Bom desempenho de alguns dos países mais pobres.
- Alargamento dos hiatos dentro dos países: quem é que está a ser deixado para trás?

Contrastes acentuados entre e dentro das regiões

Em todo o mundo, estão a fazer-se progressos em relação aos Objectivos. Mas estão a aparecer diferenças acentuadas entre regiões, com algumas a saltarem para a frente e a atingirem novos níveis de desenvolvimento – enquanto outras ficam para trás. O mesmo padrão está a ocorrer no interior das regiões: alguns países estão a ter êxito no meio de tendências regionais decepcionantes, enquanto outros estão a ficar para trás em regiões com bons progressos globais:

- *Ásia do Sul – avançar a partir de níveis baixos.* A Ásia do Sul continua a ser uma das regiões mais pobres do mundo. Por ser tão fortemente povoada, acolhe o maior número de pessoas pobres. A tarefa

CAIXA 2.1

Criar capacidade estatística – procura sem precedentes, oportunidade urgente

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio tornaram clara a necessidade de estatísticas relevantes, fiáveis e a tempo para estabelecer políticas, responsabilizar os decisores, acompanhar os progressos e avaliar resultados. Todavia, apesar das melhorias consideráveis dos últimos anos, satisfazer a procura de dados básicos acerca do desenvolvimento humano continua a ser um grande desafio mundial.

Embora a situação relativamente aos dados varie de país para país, nos países em desenvolvimento, a Base de Dados dos Indicadores do Milénio (ver http://millenniumindicators.un.org) – baseada em estatísticas nacionais compiladas ou estimadas pelas agências de dados internacionais – é reveladora. Não só existem significativas lacunas em relação a quase todos os indicadores, mas também há grandes problemas de relevância, exactidão, consistência e fiabilidade. Por exemplo:

- Muitos dos indicadores escolhidos para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio baseiam-se em dados disponíveis – não necessariamente os dados mais adequados para os Objectivos. Um exemplo é o indicador de 1 dólar por dia, a medida mais debatida da pobreza absoluta (ver caixa 2.3). Outro é o indicador de acesso sustentável a medicamentos essenciais e módicos, onde tanto o acesso como a modicidade são difíceis de avaliar com precisão. Entretanto, ainda estão por desenvolver completamente os indicadores adequados para a meta de habitantes de bairros degradados (parte do Objectivo 7).
- Em relação aos indicadores sobre privação de rendimento, saúde, desigualdade de género, emprego e ambiente, muitos países não têm dados relativos a 1990-2001 – e poucos têm dados acerca das tendências ao longo desse período (ver quadro).
- Alguns dados – como os relativos à mortalidade materna e ao HIV/SIDA – baseiam-se em registos vitais incompletos ou em inquéritos não representativos e estão, por isso, sujeitos a uma enorme incerteza. E mesmo quando os dados estão disponíveis para múltiplos períodos, muitas vezes não são comparáveis devido a mudanças nas definições, nos métodos e na cobertura.

Ao criar uma procura a longo prazo de dados, os Objectivos estão a desafiar as instituições nacionais e internacionais a ir além das respostas de curto prazo e criar capacidades e sistemas estatísticos nacionais sãos e sustentáveis. O que é que tem de ser feito – ou feito de modo diferente – para atingir esses objectivos?

Criar procura nacional

A falta de avaliação da importância das estatísticas no apoio à tomada de decisão informada, leva muitos países a caírem num círculo de baixa procura e de fracos recursos para estatísticas, o que resulta numa oferta inadequada. Esses países não recolhem dados regularmente – muitos não fizeram um censo da população nos últimos 10 anos – e atrasam-se muito na adopção de padrões e métodos estatísticos actualizados. Também têm uma capacidade limitada de analisar e difundir estatísticas, desencorajando o uso de dados na análise política nacional.

A procura de dados deve aumentar para que os sistemas estatísticos nacionais rompam esses círculos de subdesempenho e subfinanciamento. Os esforços para aumentar a oferta de dados também devem reforçar a capacidade dos governos e do público em geral de usar eficazmente os dados. Embora o controlo e o compromisso nacionais sejam cruciais para esses esforços, a comunidade internacional pode ajudar:

- Defendendo a importância dos sistemas estatísticos no apoio à governação eficiente e na capacitação das pessoas. Entre as oportunidades importantes contam-se os processos de desenvolvimento dos Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza, relatórios nacionais de desenvolvimento humano e relatórios nacionais dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que põem em relevo a necessidade de monitorização e avaliação.
- Usando melhor os dados existentes para satisfazer necessidades de curto prazo de programas específicos, e fazendo investimentos de longo prazo em sistemas estatísticos.
- Formando analistas, gestores de sistemas e utilizadores de estatísticas; desenhando novos instrumentos de recolha de dados; aumentando o acesso aos dados através do apoio à difusão e análise de dados e encorajando o uso da tecnologia existente para baixar custos e tornar os programas estatísticos nacionais mais eficientes.

Melhorar estratégias e sistemas nacionais

Os organismos internacionais realizarem uma variedade de inquéritos às famílias para reduzir lacunas de dados em países em desenvolvimento, particularmente em relação à pobreza, saúde e educação. Esses inquéritos – incluindo Inquéritos Demográficos e de Saúde, Inquéritos de Cachos de Indicadores Múltiplos, Inquéritos de Medição de Níveis de Vida e Questionários para Indicadores Nucleares de Bem-Estar – forneceram dados essenciais acerca das características e tendências socioeconómicas, especialmente entre as pessoas pobres.

Mas quando são realizados inquéritos semelhantes em países com recursos limitados, são, por vezes, orientados por necessidades externas de curto prazo, distorcem prioridades locais e não proporcionam melhorias substanciais à infra-estrutura estatística local. Embora os sistemas administrativos possam fornecer séries temporais pormenorizadas e dados desagregados para o planeamento nacional, exigem investimentos de longo prazo e muitas vezes são negligenciados.

Para estimular o desenvolvimento de sistemas estatísticos sustentáveis e minimizar as distorções de prioridades e resultados, a recolha e a análise de dados devia ser realizada no quadro de estratégias estatísticas nacionais. Essas estratégias devem ser estreitamente alinhadas com políticas nacionais e acordadas prioridades para os sistemas estatísticos.

Nos últimos anos, vários países africanos melhoraram significativamente a sua capacidade estatística utilizando as procuras nacionais para orientar os seus esforços de desenvolvimento estatístico. Uganda reestruturou a sua agência estatística, permitindo-lhe gerir e satisfazer melhor as procuras do utilizador. No Malawi, investimentos dos doadores e do governo em inquéritos às famílias e na análise de dados aumentaram a compreensão da pobreza – resultando em mapas da pobreza, numa linha de pobreza convencionada e num perfil compreensivo das pessoas pobres.

Um inquérito internacional à pobreza

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio põem em destaque áreas em que os sistemas estatísticos nacionais precisam de melhoramentos significativos. Muitos países, incluindo os países de prioridade máxima e alta, identificados neste Relatório, exigem muita ajuda para realizar inquéritos regulares ao rendimento e ao consumo – especialmente para avaliar a pobreza

Continua na página seguinte

Grandes lacunas de dados nos indicadores de desenvolvimento humano: países com carência de dados, 1990-2001
Percentagem

Indicador	Países sem dados de tendências	Países sem quaisquer dados
Crianças com peso insuficiente para a idade	100	22
Taxa de escolarização primária líquida	46	17
Crianças que atingem o quinto ano	96	46
Partos atendidos por técnicos de saúde	100	19
Parcela feminina dos salários não agrícolas	51	41
Prevalência de HIV entre mulheres grávidas de 15-24 anos nas principais áreas urbanas	100	91
População com acesso sustentável a uma fonte de água adequada	62	18
População que vive com menos de 1 dólar por dia	100	55

Nota: Os dados referem-se a países em desenvolvimento e a países da Europa Central e do Leste e a CEI. Um país define-se como tendo dados de tendências se pelo menos dois pontos de dados estiverem disponíveis – um em 1990-95 e outro em 1996-2001 – e se os dois pontos estiverem separados por três anos pelo menos.
Fonte: UN 2003c.

CAIXA 2.1 (continuação)

Criar capacidade estatística – procura sem precedentes, oportunidade urgente

extrema e as condições básicas de vida. Esses países também precisam de desenvolver ou reforçar programas estatísticos para outros indicadores sociais, particularmente para dados da saúde especificados pelos Objectivos.

Um inquérito internacional à pobreza podia ser um modo de responder à nova procura de apoio estatístico criada pelas Metas. Embora os inquéritos existentes (como os Inquéritos Demográficos e de Saúde) forneçam importantes dados em muitas áreas, nenhum fornece dados consistentes e fiáveis acerca da pobreza extrema e das condições básicas de vida. Utilizando novos ou melhores padrões e metodologias internacionais, o inquérito internacional à pobreza podia ser modular, com alguns módulos inalteráveis e consistentes no tempo e no espaço – e outros adaptados às necessidades correntes ou de longo prazo do país. Construído no âmbito de um programa integrado de inquéritos, um inquérito como esse podia fornecer dados inestimáveis para análise nacional e internacional, e tornar-se uma importante ferramenta para a criação de capacidade estatística nacional.

Garantir mais recursos – e o seu uso mais eficiente

Muitos países carecem das mais básicas infra-estruturas e formação estatísticas. Gravemente limitados pelos recursos, precisam de significativo apoio financeiro para começar a criar capacidade estatística. Outros países têm programas bem desenvolvidos em certas áreas, mas precisam de apoio para reforçar sistemas estatísticos globais. Também precisam de ajustar as prioridades nacionais e de investir em actividades estatísticas para garantir a criação de capacidade sustentável.

Os governos e os doadores deviam reconhecer que o reforço dos sistemas estatísticos é essencial para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Em vez de se concentrarem em resultados de curto prazo e de dependerem de dispendiosos especialistas externos, os esforços deviam favorecer o planeamento de longo prazo e utilizar com mais eficiência os recursos e conhecimentos locais.

Novos instrumentos de financiamento

Muitos doadores estão a fazer esforços para financiar sistemas estatísticos, aumentando o financiamento (incluindo, por exemplo, componentes estatísticos em projectos) e experimentando novos instrumentos. Por exemplo, o novo multilateral Trust Fund for Statistical Capacity Building, do Banco Mundial, dá subsídios para o desenvolvimento de planos directores e projectos de pequena escala para criação de capacidade estatística. Além disso, novas facilidades de empréstimo – como empréstimos para investimentos que reduzam gradualmente o apoio a custos recorrentes (o grosso das despesas que os organismos estatísticos enfrentam) durante as fases de aplicação – ajudarão os países em desenvolvimento a aumentar os investimentos e a reduzir a dependência do financiamento dos doadores.

Cooperação entre países em desenvolvimento

Décadas de cooperação técnica e ajuda dos doadores promoveram um significativo nível de conhecimento nos países em desenvolvimento. Mas se os especialistas dos países ricos têm um papel vital a desempenhar, o mesmo acontece com os profissionais dos próprios países – e doutros países em desenvolvimento com problemas e condições similares. No fim dos anos de 1980, por exemplo, O Conselho de Coordenação Estatística Nacional das Filipinas ajudou o Gabinete Central de Estatística da Indonésia a compilar dados das contas nacionais.

Há vários factores que são fundamentais para o êxito desses esforços: controlo e compromisso dos países beneficiários; sistemas económicos, culturais e de dados semelhantes nos países beneficiários e assistentes, o que facilita a transferência de tecnologia; custos acessíveis de consultoria que permitem o apoio a longo prazo; sentido de serem pares; e disponibilidade para uma cooperação plena.

Melhorar a colaboração e a coordenação

A criação de capacidade estatística deve ser coordenada eficazmente, dentro dos países e com os doadores. Na maioria dos países em desenvolvimento, incluindo aqueles que têm uma longa tradição estatística, os programas estatísticos estão frequentemente descentralizados por vários ministérios, para além dos gabinetes estatísticos nacionais. Os gabinetes estatísticos dos organismos internacionais, como os da sede da ONU e suas das comissões regionais, trabalham principalmente com gabinetes estatísticos nacionais. Outras unidades estatísticas de agências doadoras especializadas – como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) – trabalham geralmente com os seus homólogos nacionais nos ministérios da especialidade. Outros doadores ainda, principalmente multilaterais e bilaterais, gerem muitas vezes a cooperação técnica através de ministérios de cooperação técnica ou de mecanismos similares.

Essa estrutura coloca enormes desafios de coordenação. Diferentes doadores duplicam inevitavelmente projectos similares, com metas sobrepostas e inconsistentes, competindo por recursos locais limitados e sobrecarregando a capacidade nacional. Também há uma grave incoerência dentro dos sistemas nacionais e falta de ligação entre os gabinetes estatísticos nacionais e vários ministérios. Resultado? Enorme ineficiência, dados menos válidos provenientes de inquéritos que utilizam diferentes definições e métodos, e discrepâncias nas estatísticas nacionais e internacionais.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio oferecem uma oportunidade única para estabelecer responsabilidades claras e efectivas, tanto nacional como internacionalmente. Por exemplo, os gabinetes estatísticos nacionais podiam desempenhar um papel mais central na coordenação das estatísticas nacionais para fins nacionais e internacionais. Deviam ser criados mecanismos práticos para coordenar e acompanhar a ajuda internacional.

Para coordenar a criação de capacidade estatística, foi criada em 1999 a Parceria Estatística para o Desenvolvimento no Século XXI (PARIS21). Esta parceria liga estatísticos e utilizadores de estatísticas nacionais e internacionais num esforço para desenvolver estratégias de criação de capacidade estatística e promover a cooperação efectiva entre países pobres e ricos. Embora relativamente nova, a PARIS21 tem enfrentado muitos desafios – defender a necessidade de melhores dados, mobilizar recursos, projectar instrumentos para avaliação de capacidade estatística e identificação de prioridades e encorajar países a desenvolver planos de desenvolvimento estatístico de longo prazo.

Reforçar sistemas internacionais de dados

A crescente procura de estatísticas internacionais coerentes e consistentes coloca um sério desafio. Embora estatísticas internacionais mais fortes dependam de estatísticas nacionais mais fortes, também são necessárias alterações nas agências estatísticas internacionais. Têm de aumentar a sua capacidade para responder a novos desafios de medida e fornecer estatísticas a tempo, reduzir as lacunas e inconsistências de dados, melhorar a colaboração com sistemas estatísticos nacionais e reforçar a coordenação entre elas para melhorar os padrões e métodos internacionais e para garantir a consistência entre séries internacionais de dados.

A comunidade internacional desempenha um importante papel no desenvolvimento estatístico, aplicando padrões, métodos e enquadramentos acordados internacionalmente para actividades estatísticas. Entre outros marcos significativos contam-se o Sistema de Contas Nacionais, os Padrões Gerais de Difusão de Dados e o Quadro de Avaliação da Qualidade dos Dados. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio geraram novo impulso para o desenvolvimento de orientações internacionais acerca de conceitos e métodos adequados para servirem de base a cada país – tais como medidas de pobreza extrema e de condições de vida em bairros de lata urbanos. Essas necessidades são particularmente essenciais para satisfazer as necessidades de países de prioridade máxima e alta.

Os Objectivos mobilizaram a comunidade internacional e inspiraram os países em desenvolvimento para assumirem a responsabilidade da criação de capacidade estatística. Para preencher as enormes lacunas estatísticas vai ser necessário o empenhamento e o esforço tanto dos doadores como dos beneficiários. A criação de capacidade não é algo que possa ser feito para os países: tem de ser feito pelos próprios países. Todavia, é essencial a ajuda externa.

Fonte: : Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseado em David 2003; De Vries 2003; Johnston 2002, 2003; PNUD 2002a, 2003e; McEwin 2003; Simonpietri 2003; UN 2002g; Woeld Bank 2002a, 2003d, 2003h.

é enorme – com mais de um terço dos sul-asiáticos sem acesso a saneamento adequado, um terço na pobreza, um quarto com fome, um quinto das crianças sem frequentar a escola primária e quase um décimo das crianças a morrer antes dos cinco anos. Mas foram feitos progressos significativos em todas essas áreas nos anos de 1990, que tiraram a região da cave do desenvolvimento. Além disso, o desempenho por país foi mais homogéneo do que em qualquer outra região: com excepção do Afeganistão, nenhum país experimentou reversões dos indicadores fundamentais para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Todavia, houve alguma divergência: o Bangladeche e o Butão reduziram as suas taxas de mortalidade de menores de cinco anos em mais de 6 pontos percentuais, e o Nepal em mais de 5. Agora, a percentagem de crianças que morre antes dos cinco anos é menor do que no Paquistão, onde os progressos foram muito mais lentos. Além disso, o desempenho da Índia variou fortemente de estado para estado, com aumento da desigualdade entre vários estados.

- *África Subsariana – deixada para trás.* Tal como a Ásia do Sul, a África Subsariana enfrenta uma pobreza enorme. Mas, ao contrário da Ásia do Sul, está a ser deixada para trás. Em quase toda a parte a história é de estagnação. As economias não cresceram, metade dos africanos vive em pobreza extrema e um terço com fome, e cerca de um sexto das crianças morre antes dos cinco anos – o mesmo que há uma década. E devido ao crescimento da população, o número de pessoas que sofrem aumentou consideravelmente nos anos de 1990. Foram feitos alguns progressos em matéria de educação, mas a taxa de escolarização primária continua a ser de apenas 57%. E, com taxas de conclusão baixas, só uma em cada três crianças da região termina a escola primária. Mesmo assim, por entre esta imagem deprimente de estagnação e reversões, alguns países conseguiram progressos impressionantes nos anos de 1990. Em Cabo Verde, Maurícias, Moçambique e Uganda, o rendimento per capita cresceu a mais de 3% ao ano, e Gana e Moçambique atingiram uma das mais acentuadas reduções da fome no mundo. No Benim, a taxa de escolarização primária aumentou mais de 20 pontos percentuais. E, na presença de HIV/SIDA, 10 países reduziram a mortalidade de crianças em 3 pontos percentuais ou mais – o Malawi, em mais de 5 pontos.
- *América Latina e Caraíbas – progressos paralisados.* No outro extremo do espectro das regiões em desenvolvimento, a América Latina e Caraíbas têm indicadores de desenvolvimento humano que se aproximam dos níveis dos países ricos. Mas, embora os progressos tenham continuado nalgumas áreas (educação, mortalidade de menores de cinco anos), os anos de 1990 conheceram um crescimento económico lento e ligeiros aumentos dos níveis de pobreza. Como resultado disso, a Ásia Oriental está a fechar rapidamente o hiato que separa os seus rendimentos dos da América Latina e tem, agora, uma percentagem menor de pessoas com fome. Embora na maioria dos países da América Latina e Caraíbas o crescimento do rendimento per capita tenha sido lento nos anos de 1990, há cinco países em que o crescimento per capita foi superior a 3% ao ano – com Chile e Guiana a conhecerem um crescimento per capita de quase 5%. Também na fome houve grandes variações: a percentagem de pessoas com fome quase triplicou em Cuba, passando de 5% para 13%, enquanto o Peru teve a maior redução da região, passando de 40% para 11%. As taxas de mortalidade de menores de cinco anos caíram na Bolívia (de 12% para 8%) e no Equador (de 6% para 3%), enquanto Barbados, Jamaica e S. Vicente e Granadinas quase não tiveram melhorias.
- *Ásia Oriental e Pacífico – bom desempenho em toda a região.* A economia da Ásia Oriental cresceu a quase 6% ao ano nos anos de 1990, enquanto a pobreza desceu cerca de 15 pontos percentuais – isto apesar da grave crise financeira que atingiu a região em 1997-98. A redução da fome foi mais rápida do que em qualquer outra região, caindo de 17% para 11% – agora mais abaixo do que nos Países Árabes ou na América Latina e Caraíbas. A frequência e a conclusão universais do ensino primário estão à vista e a mortalidade de menores de cinco anos caiu significativamente. A China foi de importância fulcral para o êxito da região. Com 1,2 mil milhões de pessoas, representa cerca de 70% da população da Ásia Oriental. (O êxito da China e a sua distribuição desigual são discutidos mais adiante neste capítulo.) Outras histórias de sucesso incluem taxas mais elevadas de escolarização no Laos e taxas mais baixas de mortalidade de menores de cinco anos na Indonésia. Mesmo assim, muitos países da região não gozaram de um progresso similar nos anos de 1990. O aumento do rendimento foi lento nas Filipinas – e negativo no Brunei, Mongólia, Ilhas Salomão e Vanuatu. E no Camboja, a mortalidade de menores de cinco anos aumentou 2 pontos percentuais.
- *Europa Central e do Leste e Comunidade de Estados Independentes – pobreza crescente e esperança de vida em declínio.* As pessoas da Europa

Em Cabo Verde, Maurícias, Moçambique e Uganda, o rendimento per capita cresceu a mais de 3% ao ano, e Gana e Moçambique atingiram uma das mais acentuadas reduções da fome no mundo

Central e do Leste e da Comunidade de Estados Independentes (CEI) terminaram os anos de 1990 menos saudáveis e com menores rendimentos médios do que as pessoas da América Latina e Caraíbas. Essas tendências negativas remontam aos anos de 1980, mas dados relativos aos anos de 1990 dão uma ideia da dimensão do declínio: a pobreza mais do que triplicou, para cerca de 100 milhões de pessoas – 25% da população da região.[2] A experiência na transição para economias de mercado é uma história de duas regiões – Europa Central e do Leste, por um lado, e a CEI, por outro. Alguns países da Europa Central e do Leste realizaram melhorias notáveis desde o fim dos anos de 1990: a República Checa, Hungria, Polónia, Eslováquia e Eslovénia estão à beira de aderir à União Europeia. O desafio é repetir estes êxitos nos países da CEI que estão com dificuldades em progredir. Os Sete da CEI – Arménia, Azerbaijão, Geórgia, Quirguistão, Moldávia, Tajiquistão e Usbequistão – terminaram os anos de 1990 com rendimentos próximos dos países menos desenvolvidos.

- *Países Árabes – hiatos persistentes.* Nos Países Árabes, os rendimentos elevados melhoraram muitos aspectos do desenvolvimento humano, desde 1970. Mesmo assim, de todas as regiões, os Países Árabes são os que têm o maior hiato entre rendimentos e outros aspectos do desenvolvimento humano. Apesar da redução do hiato entre os sexos na escolarização, a desigualdade de género continua a ser um problema: nos países com parlamentos, as mulheres detêm apenas 5% dos assentos.[3] São os direitos políticos e civis que colocam o maior desafio – em 1999, apenas 4 dos 17 países da região com dados tinham sistemas eleitorais multipartidários.[4] Todavia, apesar da estagnação económica geral, o Líbano, Sudão e Tunísia cresceram mais de 3% ao ano nos anos de 1990. O Kuwait reduziu a parte da população com fome de 22% para 4% e o Egipto conseguiu a maior redução das taxas de mortalidade de menores de cinco anos, de cerca de 10% para 4%. Mas outros países estão a ficar para trás. No Iraque, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos quase triplicou nos anos de 1990, passando para 13%. Países que enfrentam circunstâncias menos extremas também se debatem com dificuldades: no Iémen, a percentagem de crianças com peso insuficiente saltou de 30% em 1992 para 46% em 1997.[5]

Questões acerca da desigualdade de rendimento no mundo inspiram alguns dos debates mais controversos da cena internacional: as respostas dependem do modo como são feitas as perguntas

FIGURA 2.2

Comparação da mortalidade de crianças nos países da OCDE com outras regiões: as desigualdades estão a crescer, 1990 a 2001

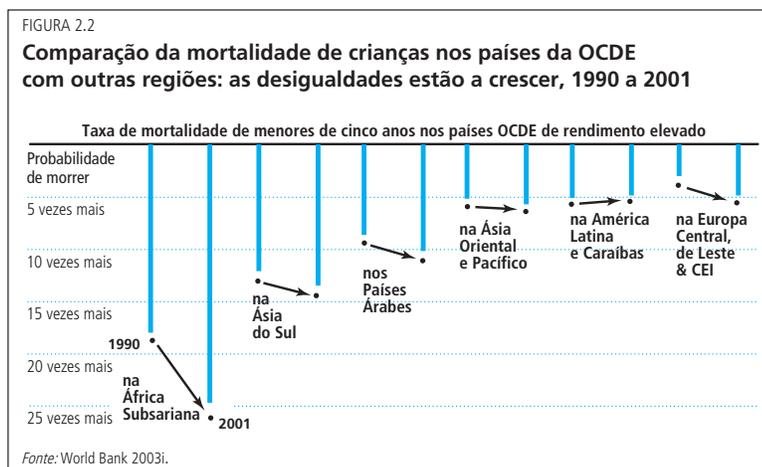
Fonte: World Bank 2003i.

Hiatos entre países ricos e pobres: ir além da simples desigualdade de rendimento

Questões acerca da desigualdade de rendimento no mundo inspiram alguns dos debates mais controversos da cena internacional. As respostas dependem do modo como são feitas as perguntas. E mesmo quando as perguntas parecem ser as mesmas, as respostas podem ser muito diferentes (caixa 2.2). As pessoas olham para os dados sobre a desigualdade de rendimento como se fossem um indicador do mercado de acções para avaliar como está o mundo. As coisas estão no caminho certo? Está-se a fazer o suficiente? Mesmo assim, os debates acerca da desigualdade de rendimento no mundo indicam pouco mais do que a forma como os economistas e os estatísticos podem achar muitas respostas para questões aparentemente iguais.

Amartya Sen, vencedor do prémio Nobel, sugeriu que se pensasse cuidadosamente no que significa a desigualdade.[6] Olhar apenas para as desigualdades de rendimento pode mascarar desigualdades da vida humana e de capacidades e a maneira como estão a mudar. Mas perceber como estão a mudar os hiatos entre pessoas e regiões ricas e pobres noutras áreas que não o rendimento é, muitas vezes, difícil, porque a maioria dos indicadores do desenvolvimento humano tem um limite superior. Quando praticamente todas as crianças frequentam a escola, todos os adultos estão alfabetizados e a esperança de vida se aproxima do seu limite biológico, os países pouco podem progredir. Portanto, enquanto os países ricos pouco melhoram segundo esses indicadores, qualquer melhoria dos países pobres representa uma redução da desigualdade.

Mas, mesmo quando um país não pode progredir mais num indicador básico do desenvolvimento humano, as coisas podem continuar a melhorar. A qualidade da educação pode melhorar. Os cuidados de saúde podem melhorar significativamente a vida das

CAIXA 2.2

Que se passa com a desigualdade de rendimento mundial? Níveis grotescos, tendências ambíguas

O *Relatório do Desenvolvimento Humano 2002* assinalou que se a definição da desigualdade de rendimento mundial não era clara e as suas tendências ambíguas, há consenso generalizado sobre os seus níveis grotescos. Isto não mudou. Os rendimentos estão distribuídos de modo mais desigual pela população mundial (com um coeficiente de Gini de 0,66) do que nos países mais desiguais (o Brasil, por exemplo, tem um coeficiente de Gini de 0,61). (O coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade de rendimento que varia de 0, indicando a igualdade perfeita, até 1, indicando a desigualdade completa). Os 5% mais ricos da população mundial recebem 114 vezes o rendimento dos 5% mais pobres. O 1% mais rico recebe tanto como os 57% mais pobres. E os 25 milhões de americanos mais ricos têm tanto rendimento como quase 2 mil milhões das pessoas mais pobres do mundo (Milanovic 2002, pág. 51-92).

É essencial monitorizar e conter a desigualdade de rendimento, não só para aumentar as oportunidades para o máximo possível de pessoas, mas também para reduzir o atrito social em áreas (normalmente urbanas) com elevada desigualdade. À medida que a globalização se aprofunda e o acesso à informação se torna mais barato e mais amplamente disponível, está a aumentar a consciência da desigualdade mundial. As pessoas já não se comparam apenas aos seus concidadãos: também têm consciência dos hiatos internacionais, tornando as divergências entre países cada vez mais prejudiciais – e perigosas. Para reduzir as tensões crescentes, é crucial que a maré de desenvolvimento eleve todos os barcos.

As conclusões sobre desigualdade mundial variam consideravelmente, dependendo da abordagem usada para a analisar. A desigualdade pode ser calculada entre países (usando o rendimento nacional médio), entre a população mundial (independentemente das fronteiras nacionais) e entre as pessoas de cada país.

Desigualdade entre países

A desigualdade internacional é, em geral, medida através da comparação os rendimentos per capita nacionais. Os países com mais elevados rendimentos per capita no princípio do século XIX continuam a ser, hoje, os países mais ricos, o que indica a persistência da estrutura de desigualdade internacional.

Em 1820, o rendimento per capita da Europa Ocidental era 2,9 vezes o da África – e 13,2 vezes em 1992 (Maddison 2001). Nos anos de 1990, os rendimentos per capita aumentaram lenta, mas firmemente, nos países da OCDE de rendimento elevado, mas muitos países em transição da Europa Central e do Leste, particularmente na CEI, muitas zonas da África Subsariana e alguns países da América Latina e Caraíbas conheceram a estagnação económica. Ao mesmo tempo, países em desenvolvimento muito populosos, como a China e a Índia, conseguiram um crescimento rápido.

Como resultado, os rendimentos per capita estão a convergir nos países ricos, enquanto nos países em desenvolvimento o padrão é misto. Mas quando os dados do rendimento são ponderados em função da população – para apanhar a importância relativa do desempenho de cada país – os rendimentos médios entre países parecem estar a convergir. Os países em desenvolvimento muito populosos conduzem essas tendências: a China e a Índia, com o seu rápido crescimento, estão a alcançar zonas do mundo industrializado, como a América do Norte e a Europa Ocidental.

Desigualdade entre a população mundial

Alguns estudos tentaram captar tendências da verdadeira desigualdade mundial – isto é, da distribuição do rendimento entre cidadãos do mundo, independentemente das fronteiras nacionais. Inquéritos ao rendimento sugerem que quando medida desta maneira, a desigualdade mundial aumentou entre 1987 e 1998. As principais forças por trás dessa divergência foram:

- Um hiato de rendimento alargado entre as pessoas mais pobres e as mais ricas devido ao lento crescimento dos rendimentos rurais em países populosos da Ásia em relação aos países ricos da OCDE.
- Progressos mais rápidos na China urbana em relação à China rural e à Índia.
- Redução do grupo de rendimentos médios do mundo (Milanovic 2002, pág. 51-92).

Mas estas conclusões não são inteiramente robustas devido ao período limitado coberto e à utilização das taxas de paridade de poder de compra (PPC), que muitas vezes são inadequadas e não reflectem exactamente as diferenças de preços internacionais (ver caixa 2.3).

Utilizando metodologias alternativas, outros analistas chegaram a conclusões mais optimistas, sugerindo a convergência dos rendimentos individuais a nível mundial: que depois de atingir o auge em 1970, o hiato tinha regressado, em 1995, ao nível de 1950 (Dollar e Kraay 2002, pág. 120-33; Bhalla 2002; Sala-i-Martin 2002). Um factor orientador deste debate é a medida da desigualdade utilizada para tirar conclusões. Quando medidos utilizando indicadores sumários simples, como o coeficiente de Gini, os rendimentos parecem estar a convergir. (Por causa da sua construção, o coeficiente de Gini dá mais peso aos grupos de rendimento médio e menos aos extremos.) Todavia, nas últimas décadas tem havido, inquestionavelmente, um alargamento do hiato entre os rendimentos dos muito ricos e os dos muito pobres.

Desigualdade entre as pessoas de cada país

A desigualdade de rendimento nacional é o conceito usado para a análise a nível de país. Este conceito é adequado para analisar a correlação entre as políticas de um país – normalmente medidas de abertura económica ou de redistribuição – e a sua distribuição do rendimento.

Em muitos países, a desigualdade dos activos e, em particular, do rendimento parece estar a subir. Numerosos estudos tentaram identificar tendências da distribuição do rendimento ao longo do tempo através de grandes amostras de países. Cornia e Kiiski (2001) calculam que entre os anos de 1980 e a segunda metade dos anos de 1990 a desigualdade aumentou em 42 de 73 países com dados completos e comparáveis. Apenas 6 dos 33 países em desenvolvimento (excluindo os países em transição) da amostra viram a desigualdade diminuir, enquanto 17 viram-na aumentar. Por outras palavras, dentro das fronteiras nacionais, o controlo dos activos e dos recursos está cada vez mais concentrado nas mãos de poucas pessoas.

Embora não seja o caso de todos esses países, em muitos a desigualdade começou a aumentar durante a crise da dívida do princípio dos anos de 1980 (Kanbur e Lustig 1999). Desde então, a desigualdade disparou, particularmente na Comunidade de Estados Independentes (CEI) e na Europa do Sudeste. E em muitos países latino-americanos, a desigualdade continua a ser extremamente elevada. Se persistirem, os aumentos agudos da desigualdade podem ter efeitos terríveis no desenvolvimento humano e na estabilidade social (incluindo taxas de violência e de crime; ver Fajnzylber, Lederman e Loayza 1998 e Bourguignon 2001).

Fonte: Ravallion 2002; Schultz 1998, pp. 307-44; Korzeniewicz e Moran 1997; pp. 1000-39; Sprout e Weaver 1992, pp. 237-58; Maddison 2001; Milanovic 2002, pp. 51-92, 2003; Dollar e Kraay 2002, pp. 120-33; Kanbur e Lustig 1999; Bhalla 2002; Sala-i-Martin 2002; Cornia e Kiiski 2001; UNDP 2002e; Fajnzylber, Lederman e Loayza 1998; Bourguigvnon 2001.

pessoas, sem que haja reflexo nos dados da esperança de vida. Escondido atrás dos níveis de rendimento pode estar emprego mais agradável e mais tempo de lazer. As mulheres podem ver aumentada a sua autonomia, em casa e no local de trabalho. Esses indicadores estão na fronteira da medição do desenvolvimento humano – e é através deles que serão identificadas muitas mudanças na desigualdade, que não a de rendimento.

Todavia, as desigualdades nos indicadores do desenvolvimento humano básico nem sempre estão

a cair. Por exemplo, enquanto há um debate aceso sobre se a desigualdade de rendimento entre países ricos e pobres está a aumentar, a desigualdade na mortalidade de crianças piorou sem ambiguidades. No princípio dos anos de 1990, as crianças com menos de 5 anos tinham 19 vezes mais probabilidades de morrer na África Subsariana do que em países ricos – e hoje tem 26 vezes mais probabilidades (figura 2.2). De todas as regiões em desenvolvimento, só a América Latina e Caraíbas não conheceram agravamentos na última década em relação aos países ricos, continuando as crianças a ter 5 vezes mais probabilidade de morrer antes do seu quinto aniversário.

QUADRO 2.1
Países que viram baixar o índice de desenvolvimento humano, anos 80 e 90

Período	Número	Países
1980–90	4	Congo, Dem. Rep.; Guiana; Ruanda; Zâmbia
1990–2001	21	Arménia[a]; Bielorrússia[a]; Botswana; Burundi; Camarões; República Centro-Africana; Congo; Congo, Dem. Rep.; Costa do Marfim; Cazaquistão[a]; Quénia; Lesoto; Moldávia; Federação Russa; África do Sul; Suazilândia; Tajiquistão[a]; Tanzânia[a]; Ucrânia[a]; Zâmbia; Zimbabué

Nota: Baseado numa amostra de 113 países com dados completos.
a. O país não tem dados do IDH para 1980-90, por isso, a queda no IDH pode ter começado antes de 1980.
Fonte: Quadro de indicadores 2.

FIGURA 2.3
Retrocessos no desenvolvimento humano

Fonte: Quadro de indicadores 2.

Reversões do desenvolvimento humano nos anos de 1990

Para o desenvolvimento humano, os anos de 1990 foram os melhores e os piores anos. Algumas regiões e países conheceram um progresso sem precedentes, enquanto outros estagnaram ou retrocederam. O mais chocante é a dimensão da estagnação e das reversões – nunca vista em décadas anteriores.

Isto é evidente não só olhando para as metas dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, mas também para o índice de desenvolvimento humano (IDH), a medida sumária de dimensões fundamentais do desenvolvimento humano (ver destaque 2.2). Normalmente, o índice sobe com regularidade, embora lentamente, porque três das suas componentes fundamentais – alfabetização, taxas de escolarização e esperança de vida – levam tempo a mudar. Portanto, quando o IDH cai, isso indica crise, com as nações a esgotarem a sua base de desenvolvimento – pessoas, a sua verdadeira riqueza.

Desaceleração do desenvolvimento humano

Embora os rendimentos médios tenham subido e descido ao longo do tempo, o desenvolvimento humano mostrou historicamente uma melhoria sustentada, especialmente quando medido pelo IDH. Mas como foi assinalado, os anos de 1990 conheceram uma estagnação e uma deterioração sem precedentes, com o IDH a cair em 21 países. Muitos desses países têm dados insuficientes para calcular o IDH anterior a 1990, pelo que não há forma de saber se os seus IDH também caíram nos anos de 1980. Dos 114 países com dados desde 1980, apenas 4 viram diminuir os seus IDH nos anos de 1980 – enquanto 15 conheceram declínios nos anos de 1990 (quadro 2.1). Grande parte do declínio dos anos de 1990 pode ser atribuído à propagação do HIV/SIDA, que diminuiu a esperança de vida, e a um colapso dos rendimentos, particularmente na CEI.

Como resultado, após um crescimento constante desde meados dos anos de 1970, tem havido uma desaceleração do progresso do IDH. O abrandamento, particularmente no fim dos anos de 1980 e na primeira metade dos anos de 1990, foi conduzido por países da Europa Central e do Leste e da CEI. Muitos desses países já tinham iniciado uma espiral descendente em meados dos anos de 1980, e entre 1990 e 1995 o IDH médio da região declinou. Na África Subsariana, o crescimento global do IDH apenas abrandou, embora alguns países tenham sofrido terríveis declínios (figura 2.3).

FIGURA 2.4
Crescimento rápido é a excepção – os países populosos têm bom desempenho

Fonte: Quadro de indicadores 12.

Fracasso do crescimento económico

O fracasso do crescimento económico está por trás da vacilação do IDH e da incapacidade de muitos países e regiões reduzirem a privação de rendimento e a pobreza humana (figura 2.4). Poucas ou nenhumas vezes se reduz a privação de rendimento numa economia em estagnação, e as regiões que cresceram economicamente mais depressa também são as que reduziram mais a privação de rendimento (quadro 2.2). Fica uma mensagem clara: o crescimento económico é essencial para reduzir a privação de rendimento. Mas a ligação está longe de ser automática. Na Indonésia, Polónia e Sri Lanka, a privação de rendimento cresceu nos anos de 1990, apesar do crescimento económico (figura 2.5). (O Capítulo 3 analisa o crescimento favorável aos pobres e como pode ser atingido.)

A níveis constantes de desigualdade, um país precisa de crescer a 3% ou mais ao ano para duplicar os rendimentos numa geração – digamos, de 1 para 2 dólares por dia. Todavia, dos 155 países com dados, apenas 30 tiveram taxas anuais de crescimento do rendimento per capita acima de 3% nos anos de 1990. Dos restantes, 54 países conheceram quedas do rendimento médio e em 71 o crescimento do rendimento anual foi inferior a 3%.

Quais as consequências deste desempenho desanimador do crescimento? Na viragem do milénio, mais de 1,2 mil milhões de pessoas estavam a lutar para sobreviver com menos de 1 dólar por dia – e mais do dobro, 2,8 mil milhões, com menos de 2 dólares por dia. Viver com 1 dólar por dia não significa conseguir o que 1 dólar compraria quando convertido em moeda local, mas o equivalente ao que 1 dólar compraria nos Estados Unidos: um jornal, uma viagem local de autocarro, um pacote de arroz.

Há um debate aceso sobre a validade dos dados de pobreza de 1 dólar por dia, que vem do Banco Mundial, porque calculá-los levanta muitos problemas conceptuais e práticos. Alguns especialistas acreditam que são imperfeitos mas razoáveis. Outros acreditam que revelam pouco acerca da privação de rendimento e das suas tendências (caixa 2.3).

Seja qual for o caso, os dados mostram que, em termos mundiais, a percentagem de pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia caiu de aproximadamente 30% em 1990 para 23% em 1999 (quadro 2.3).[7] Mas não se trata de uma história de bom progresso geral. É, antes, uma história em que alguns países passam à frente, enquanto outros vêem más situações tornarem-se ainda piores. Grande parte da impressionante redução da pobreza mundial foi conduzida pelo incrível crescimento económico da China, de mais de 9% ao ano nos anos de 1990, tirando 150 milhões de pessoas da pobreza.[8]

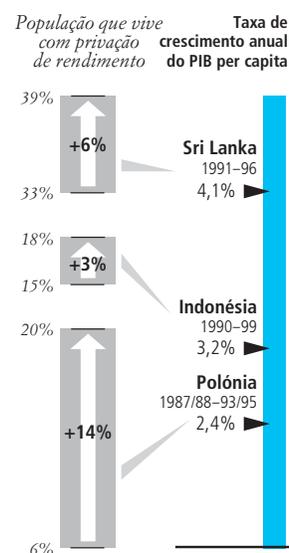
De 67 países com dados, 37 viram aumentar as taxas de pobreza nos anos de 1990.[9] Mas outros conseguiram reduções impressionantes da pobreza: Brasil, Chile, Índia, Uganda, Tailândia, Vietname. Muitos dos países em que as taxas de pobreza dispararam são da Europa do Leste – particularmente da Ásia Central – embora outros casos incluíssem a Argélia, Mongólia, Nigéria, Paquistão, Venezuela e Zimbabué.[10]

Quando as populações aumentam, a redução da percentagem de pessoas pobres pode continuar a significar um aumento do número absoluto. Só na Ásia Oriental é que o número de pessoas em pobreza extrema diminuiu significativamente nos anos de 1990. Na Ásia do Sul, onde vivem quase 500 milhões de pessoas pobres, o número pouco mudou. Em todas as outras regiões, o número de pessoas pobres aumentou – nomeadamente na África Subsariana, onde mais 74 milhões de pessoas, a população das Filipinas, terminaram a década em pobreza extrema. E, como se assinalou, na Europa do Leste e na CEI mais do que triplicou o número de pessoas pobres, passando de 31 milhões para quase 100 milhões (ver quadro 2.3).[11]

QUADRO 2.2
Crescimento económico e privação de rendimento: ligações fortes

Região	Crescimento nos anos 90 (crescimento anual do rendimento per capita) (%)	Redução da pobreza nos anos 90 (redução em pontos percentuais)
Ásia Oriental e Pacífico	6,4	14,9
Ásia do Sul	3,3	8,4
América Latina e Caraíbas	1,6	–0,1
Médio Oriente e Norte de África	1,0	–0,1
África Subsariana	–0,4	–1,6
Europa Central, do Leste e CEI	–1,9	–13,5 [a]

a. A mudança é medida usando a linha de pobreza de 2 dólares dia, que é considerada como uma linha de pobreza extrema mais apropriada para a Europa Central, do Leste e a CEI.
Fonte: World Bank 2002f.

FIGURA 2.5
Crescimento e privação de rendimento: ligações não automáticas

Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em World Bank 2003i e World Bank 2000a.

Propagação crescente do HIV/SIDA

Nas últimas décadas, o maior choque para o desenvolvimento tem sido o HIV/SIDA. Os primeiros casos foram reconhecidos nos princípios dos anos de 1980, e até 1990 cerca de 10 milhões de pessoas foram infectadas (figura 2.6). Desde então, esse número

QUADRO 2.3
As mudanças na parcela e no número de pessoas que vivem com 1 dólar dia têm sido desiguais

Região	Percentagem 1990	Percentagem 1999	Número 1990	Número 1999
África Subsariana	47,4	49,0	241	315
Ásia Oriental e Pacífico	30,5	15,6	486	279
Excluindo a China	24,2	10,6	110	57
Ásia do Sul	45,0	36,6	506	488
América Latina e Caraíbas	11,0	11,1	48	57
Europa Central, de Leste e CEI [a]	6,8	20,3	31	97
Médio Oriente e Norte de África	2,1	2,2	5	6
Total [b]	29,6	23,2	1.292	1.169
Excluindo a China	28,5	25,0	917	945

a. A mudança é medida usando a linha de pobreza de 2 dólares dia, que é considerada como uma linha de pobreza extrema mais apropriada para a Europa Central e do Leste e a CEI.
b. Os dados são baseados na linha de pobreza de 1 dólar dia para todas as regiões.
Fonte: World Bank 2002f.

CAIXA 2.3

Medir a privação de rendimentos: onde traçar a linha?

O animado debate sobre se o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio de reduzir a pobreza para metade será atingida é, em grande medida, conduzido pela falta de acordo sobre a melhor forma de medir a pobreza. (Entre os principais participantes neste debate contam-se Surjit Bhalla, Angus Deaton, Thomas Pogge, Sanjay Reddy, Martin Ravallion e Xavier Sala-i-Martin.) Assim, as conclusões sobre se o Objectivo da pobreza será atingida devem ser qualificadas em termos de definições e, mais importante, em termos de metodologias.

A pobreza absoluta é o principal indicador utilizado para avaliar os progressos em direcção ao Objectivo. Este indicador mede a percentagem da população que sobrevive com menos do que uma quantia específica de rendimento por dia. Essa quantia específica é a linha de pobreza – eventualmente a questão mais controversa do debate. Alterar a linha de pobreza internacional em apenas alguns cêntimos de dólar pode alterar imenso as estimativas da pobreza mundial, "atirando" milhões de indivíduos para a pobreza ou para fora dela.

Os índices de pobreza baseados em linhas de pobreza nacionais podem apanhar as dinâmicas da pobreza ao longo do tempo num único país. As linhas de pobreza nacionais baseiam-se geralmente na quantia necessária para um indivíduo sobreviver dignamente num país. Sobreviver na Federação Russa exige bens de subsistência mínimos diferentes dos necessários para sobreviver no Haiti. Porque os custos dos cabazes de consumo utilizados para calcular as linhas de pobreza variam de país para país, as linhas de pobreza também variam. Os conceitos e critérios utilizados para definir linhas de pobreza também diferem de país para país, tornando problemáticas as linhas de pobreza nacionais quando o objectivo analítico é fazer comparações internacionais de pobreza – como na monitorização de progressos regionais e mundiais em direcção ao Objectivo de Desenvolvimento do Milénio para a pobreza.

Uma linha de pobreza internacional – confuso mas necessário

Para comparar taxas de pobreza entre países, seriam mais adequados dados da pobreza baseados numa linha de pobreza definida internacionalmente, pelo menos em teoria. Para esse fim, o Banco Mundial utiliza uma linha de pobreza extrema de cerca de 1 dólar por dia (medido em termos de paridade de poder de compra). Por trás desta abordagem está o pressuposto – com base nas linhas nacionais de pobreza de uma amostra de países em desenvolvimento – de que, depois de fazer os ajustamentos às diferenças de custo de vida, 1 dólar por dia é o consumo médio mínimo necessário para a subsistência no mundo em desenvolvimento. Mas esta abordagem tem sido criticada por ser conceptual e metodologicamente inexacta na captura dos níveis de subsistência mínimos entre os países em desenvolvimento.

Alguns analistas vêem a pobreza como um conceito criado pela sociedade – o que implica que as pessoas sejam consideradas pobres em relação aos seus concidadãos (Oster, Lake e Oksman 1978). Este ponto de vista aumenta inevitavelmente a linha de pobreza à medida que o rendimento sobe, enfraquecendo a defesa de uma linha de pobreza comum para todos os países. Reddy e Pogge (2002) apresentam um argumento semelhante contra a linha de pobreza de 1 dólar por dia e propõem outra baseada em capacidades mínimas definidas localmente. Ravallion (2000, pág. 3245-52), por outro lado, defende a linha de pobreza de 1 dólar por dia com base na sua simplicidade. Uma das principais vantagens desta linha é um instrumento de retórica e de protecção: é intuitivamente atraente porque sugere o grau de privação das pessoas pobres dos países em desenvolvimento. Mas, por causa das enormes inconsistências metodológicas e conceptuais, os dados de pobreza calculados utilizando linhas de pobreza internacionais são extremamente problemáticos e podem levar a falsear as taxas de pobreza.

Problemas da comparação de preços entre países

Um dos principais problemas com os dados da pobreza de 1 dólar por dia deriva dos ajustamentos subjacentes das diferenças internacionais de preços. Assumindo que 1 dólar por dia é o preço médio correcto do cabaz de consumo de subsistência nos países em desenvolvimento – uma hipótese importante – o preço deste cabaz precisa de ser traduzido nas moedas nacionais. O Banco Mundial faz isso utilizando taxas da paridade de poder de compra (PPC): índices de preços que comparam o preço de um cabaz de bens num país com o preço noutro.

Mas o processo de obtenção dessas taxas não é inteiramente transparente. Além disso, produzem linhas de pobreza inexactas, porque muitos dos preços em que se baseiam são de bens que as pessoas pobres não consomem (Reddy e Pogge 2002; Deaton 2003). Para piorar as coisas, essas conversões não têm em conta as consideráveis diferenças de preço entre as áreas urbanas e rurais dos países. Além disso, as pessoas pobres têm de pagar preços unitários mais elevados por muitos bens e serviços porque não podem comprar em quantidade (Ward 2003).

Utilizar as contas nacionais em vez de inquéritos ao rendimento – melhor ou tendencioso?

A linha de pobreza de 1 dólar por dia do Banco Mundial baseia-se em inquéritos ao rendimento e ao orçamento que fornecem informação acerca da distribuição e do nível de rendimento (ou de consumo). Dada uma linha de pobreza específica, estes dois indicadores determinam a taxa de privação de rendimento. Há um debate sobre se os níveis de rendimento retirados desses inquéritos devem ser substituídos por outro agregado de consumo (Sala-i-Martin 2002; UNCTAD 2002a; Bhalla 2002). Os defensores salientam que, por várias razões, os inquéritos subestimam de modo grosseiro os rendimentos das pessoas muito ricas dos países pobres (Székely e Hilgert 1999). Um modo de evitar este problema é reter a informação da distribuição do rendimento proveniente dos inquéritos, mas calcular as taxas de pobreza com base em dados acerca do consumo médio (normalmente mais altos) das contas nacionais.

Mas se a abordagem das contas nacionais pode ser mais consistente entre países, os níveis de rendimento baseados em inquéritos não são necessariamente menos exactos do que os baseados nas contas nacionais. Os dados das contas nacionais sobre o consumo podem ser mais completos do que os inquéritos, porque incluem bens como os serviços financeiros, rendas imputadas e receitas provenientes das contribuições patronais para os fundos de pensões. Mas as pessoas pobres não consomem esses bens – pelo que, se os inquéritos podem subestimar os rendimentos médios, isso não significa que sobrestimem a pobreza. Além disso, à medida que os países se tornam mais ricos, as questões omitidas pelos inquéritos podem exagerar o crescimento do consumo das pessoas pobres.

Resultado final? Utilizar as contas nacionais em vez dos inquéritos ao rendimento para achar os níveis de rendimento das pessoas pobres pode sobrestimar a taxa de declínio da pobreza. Além disso, utilizar as contas nacionais pode subestimar o número de pessoas pobres em quase todos os países mais pobres – onde, pelo contrário, os níveis de pobreza podem ser exagerados porque as contas nacionais omitem uma actividade informal significativa. Utilizar níveis de rendimento extraídos dos inquéritos evita esses problemas, visando directamente o rendimento e os bens de consumo relevantes para as famílias pobres (alimentação, abrigo, saúde, educação).

Todavia, os inquéritos não estão isentos de graves problemas de medição e interpretação. O mais importante é que os inquéritos não são muito vulgares nos países onde são mais necessários, por causa dos custos elevados e do conhecimento especializado necessário à sua concepção e execução. Além disso, utilizar taxas de pobreza baseadas nos inquéritos para tirar conclusões acerca dos níveis de pobreza de país para país – sem considerar as modificações na pobreza de país para país – pode ser enganador porque as definições, as metodologias, a cobertura e a exactidão variam de país para país e ao longo do tempo.

Por causa dessas preocupações, deviam ser feitos mais esforços, internacional e nacionalmente, para aperfeiçoar o trabalho de recolha dos preços que estão por trás das paridades de poder de compra (o Banco Mundial está actualmente empenhado nesse esforço e espera publicar novas taxas em 2005), para harmonizar os métodos de concepção e de recolha dos inquéritos ao rendimento e ao consumo e para convencionar cabazes locais de capacidades mínimas em que basear os números da pobreza, em relação ao quais são cruciais a reacção e a orientação dos países e das comunidades.

Fonte: Sala-i-Matin 2002; Ravallion 2000; Reddy e Pogge 2002; Deaton 2003; UNCTAD 2002a; Székely e Hilgert 1999; Bhalla 2002; Oster, Lake e Oksman 1978; Ward 2003.

mais do que quadruplicou, passando para cerca de 42 milhões. Além disso, a doença já matou 22 milhões de pessoas e deixou 13 milhões de órfãos atrás de si.

O impacte da doença no IDH ocorre através do seu efeito devastador na esperança de vida nos países mais afectados (figura 2.7). Mas o HIV/SIDA destrói mais do que vidas. Ao matar e incapacitar adultos na sua juventude, pode fazer descarrilar o desenvolvimento.

O HIV/SIDA está a estropiar partes da África – cerca de 1 em cada 3 adultos (ou mais) do Botswana, Lesoto, Suazilândia e Zimbabué está infectado, 1 em cada 5 da Namíbia, África do Sul e Zâmbia e mais de 1 em cada 20 de 19 outros países. A doença tanto mata ricos como pobres, incluindo professores, agricultores, operários e funcionários públicos. Em 1998, a Zâmbia perdeu 1.300 professores com a doença – dois terços dos que são formados em cada ano.[12] Até 2020, os países africanos mais atingidos podem perder mais de um quarto da sua força de trabalho.[13]

A profundidade desta tragédia humana é incomensurável. O Uganda é o único país ao Sul do Sara que começou a inverter a situação da epidemia depois de ela ter atingido proporções de crise. Na Zâmbia, a prevalência do HIV entre as jovens caiu 4 pontos percentuais entre 1996 e 1999, criando a esperança de que este se torne no segundo país da região a começar a inverter a crise. O Senegal é outra história de sucesso, tendo mantido o HIV/SIDA sob controlo desde o princípio, através de uma resposta imediata e concertada.[14]

Mas, noutras partes da África Subsariana os indícios não são bons. Nos Camarões e Nigéria, pensou-se que as taxas de infecção estavam estabilizadas, mas começaram a aumentar. Numa sondagem, metade dos adolescentes do continente que responderam não sabiam que uma pessoa com aspecto saudável podia ter HIV/SIDA. E das pessoas que usam métodos contraceptivos em todo o mundo, apenas 7% usam preservativos – uma barreira eficaz contra o HIV.[15]

QUADRO 2.4

Países grandes enfrentam grandes ameaças de HIV/SIDA até 2025, mesmo com uma epidemia moderada

País	Casos estimados de HIV/SIDA até 2025	Redução estimada na esperança de vida (anos)
China	70 milhões	8
Índia	110 milhões	13
Rússia	13 milhões	16

Fonte: Eberstadt 2002.

Embora a África Subsariana responda por cerca de 70% dos casos de HIV/SIDA, a epidemia está a provocar consideráveis danos noutras regiões. Cerca de meio milhão de pessoas estão infectadas nas Caraíbas, 1,2 milhões na Ásia Oriental, 1,2 milhões na Europa do Leste e na CEI, 1,5 milhões na América Latina e 6 milhões na Ásia do Sul.[16]

China, Índia e Federação Russa – todos com grandes populações e em risco de verem as taxas de infecção do HIV disparar – são motivo de especial preocupação. Nesses países, estão infectadas cerca de 7 milhões de pessoas e na África Subsariana deu-se uma explosão do número de casos, que passou de 7 milhões para 25 milhões numa década.[17] O curso da epidemia depende das características sociais e das respostas à ameaça. Mas mesmo num cenário moderado, estima--se que naqueles três países podem ser infectadas quase 200 milhões de pessoas até 2025 (quadro 2.4).

Esforços para alcançar os Objectivos

A queda dos IDH de muitos países assinala um problema; olhar para indicadores fundamentais do progresso em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio revela a sua profundidade. Sem mudanças significativas, os países que conhecem reversões ou estagnação têm poucas possibilidades de atingir as Objectivos.

Para cada Objectivo – países de prioridade máxima e de prioridade alta

Para cada objectivo, há países onde a situação é particularmente urgente – onde o fracasso do progresso se conjuga com níveis de partida brutalmente baixos. Esses países de prioridade máxima precisam muito de recursos, compromissos e atenção do mundo (caixa 2.4; nota técnica 2).[18]

Nos países de prioridade alta, a situação é menos desesperada, mas o progresso continua a ser insuficiente (ver destaque 2.1). Esses países, ou estão a fazer progressos partindo de níveis baixos de desenvolvimento, ou a realizar progressos lentos (ou negativos) partindo de níveis mais elevados.

- Como foi assinalado, os rendimentos per capita caíram em 54 países durante os anos de 1990 (ver figura 2.5). Desses, 32 são países de prioridade máxima que enfrentam crises económicas. Muitos são extremamente pobres e a maioria encontra-se na África Subsariana. Mas também há países em crise

FIGURA 2.6

Os casos de HIV/SIDA subiram vertiginosamente

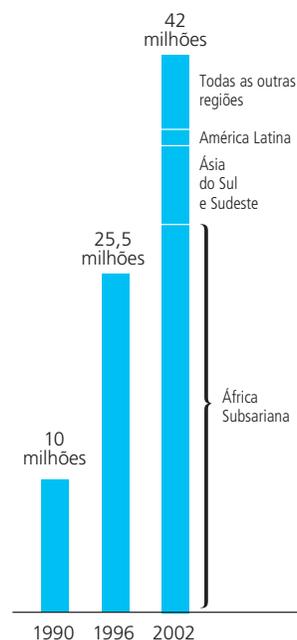
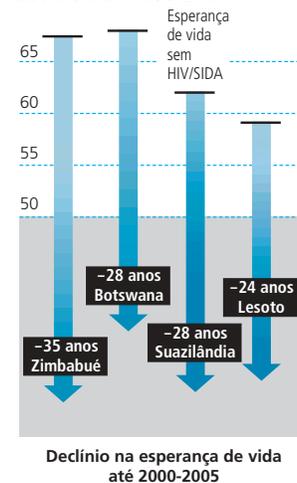
Números de casos de HIV/SIDA

Fonte: UNAIDS 2002b.

FIGURA 2.7

Perda de esperança de vida devido ao HIV/SIDA

Declínio na esperança de vida até 2000-2005

Fonte: UNDP 2001c.

CAIXA 2.4

Lutando para atingir os Objectivos – definir países de prioridade máxima e alta

Países prioritários para cada Objectivo

Este Relatório identifica países de prioridade máxima e alta para cada Objectivo de Desenvolvimento do Milénio (ver quadro 2.1). O propósito é identificar países em que é necessária acção urgente para atingir um Objectivo (países de prioridade máxima) e países em que a situação é menos grave, mas que ainda precisam de melhorias significativas no progresso (países de prioridade alta; ver nota técnica 2).

Nos países de prioridade máxima, a pobreza humana enraizada conjuga-se com o fracasso, ou mesmo reversão, do progresso (ver matriz). Estes são os países que estão em crise em todos os Objectivos, os países onde se deve concentrar os recursos e a atenção do mundo.

Nos países de prioridade alta a situação é menos grave – mas as necessidades mantêm-se enormes. Estes países, ou estão em níveis médios de partida, mas enfrentando o fracasso ou a reversão do progresso, ou sofrem de pobreza humana extrema, ainda que conseguindo um progresso moderado – mas continuam a caminhar demasiado devagar para atingir o Objectivo.

Países prioritários em vários Objectivos

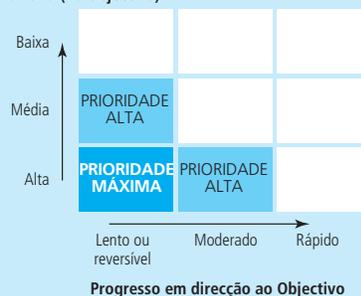
Há 31 países de prioridade máxima em vários Objectivos, o que quer dizer que são países de prioridade máxima em pelo menos três Objectivos, ou em pelo menos metade dos Objectivos, em relação aos quais existem dados com um mínimo de três pontos de dados. Se apenas existem dados disponíveis para dois Objectivos, são de prioridade máxima em ambos.

Há 28 países de prioridade alta em vários Objectivos. Estes países não caem na categoria de prioridade máxima, mas são de prioridade máxima ou alta em pelo menos três Objectivos, são de prioridade máxima em dois Objectivos, ou são de prioridade máxima ou alta em pelo menos metade dos Objectivos, em relação aos quais existem dados com um mínimo de três pontos de dados. Se apenas existem dados disponíveis para dois Objectivos, são de prioridade máxima ou alta em ambos.

Outros 78 países têm dados suficientes para serem avaliados e não caem nas categorias de prioridade máxima ou de prioridade alta. E para 32 outros países não existem dados suficientes que permitam avaliações fiáveis.

Agrupar os países em prioridade máxima, prioridade alta e outras categorias é útil, mas esses esforços devem ser encarados com precaução. As classificações salientam que os países em maior risco, ou que não conseguem atingir os Objectivos, estão na África Subsariana e na Ásia Central. Contudo, os dados subjacentes relativos aos Objectivos individuais são, muitas vezes, medidos de forma imprecisa e a classificação de alguns países pode mudar quando os dados melhoram. Além disso, são muitos os países onde faltam demasiados dados relativos aos Objectivos individuais, o que não permite classificações globais adequadas. Assim, alguns dos 32 países que estão na "outra" categoria seriam, provavelmente, países de prioridade máxima ou alta se os dados subjacentes fossem mais completos (exemplos incluem o Quirguistão e o Paquistão).

Além disso, o critério de classificação aqui utilizado é plausível, mas apenas uma entre muitas opções razoáveis. Alguns países estão na fronteira entre categorias e poderiam mudar se fossem utilizados critérios de classificação ligeiramente diferentes. Finalmente, muitos países que não são de prioridade máxima ou alta atrasam-se frequentemente num ou mais Objectivos, precisando de atenção e ajuda internacionais consideráveis.

	Países de prioridade máxima	*Países de prioridade alta*
África Subsariana	25	13
Ásia Oriental e Pacífico	0	4
Ásia do Sul	1	1
Países Árabes	3	3
América Latina e Caraíbas	1	3
Europa do Leste e CEI	1	4

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, baseado no destaque 2.1.

na Europa Central e do Leste e a CEI, na América Latina e Caraíbas e na Ásia Oriental e Pacífico. Os baixos rendimentos per capita também são um problema em 20 países de prioridade alta.

- A fome aumentou em 21 países nos anos de 1990. Em 19 países de prioridade máxima, mais de um quarto das pessoas está a ficar com fome e as coisas não estão a melhorar muito – ou estão a piorar. Em 19 países de prioridade alta, a situação é melhor, mas a fome continua a ser um sério desafio.
- Em 11 países de prioridade máxima, pelo menos um quarto das crianças não frequenta a escola primária, e estão a fazer-se poucos progressos em direcção Objectivo da escolarização universal. Mais uma vez, a maioria são países da África Subsariana. Mas esta é uma área em desenvolvimento onde há uma grande falta de

dados. A baixa percentagem da escolarização primária também é um problema em 13 países de prioridade alta.

- As taxas de mortalidade infantil aumentaram nos anos de 1990 de modo nunca visto nas décadas anteriores, subindo em 14 países. Em termos gerais, as situações más não estão a conseguir melhorar em 32 países de prioridade máxima. Nalguns desses países, quase um terço das crianças não atingirá os cinco anos. Com excepção de 6 – Afeganistão, Camboja, Iraque, Somália, Sudão e Tajiquistão – todos os outros países encontram-se na África Subsariana. As taxas de mortalidade de crianças também são extremamente preocupantes em 24 países de prioridade alta.

Em todos os Objectivos – 31 países de prioridade máxima, 28 de prioridade alta

Dados acerca dos países de prioridade máxima e alta em todos os Objectivos são apresentados na caixa 2.4. Há 31 países nessas condições: 25 da África Subsariana, 3 dos Países Árabes e 1 da Ásia do Sul, 1 da América Latina e Caraíbas e 1 da Europa Central e do Leste e a CEI. Estes países estão a ver o progresso fracassar em toda a linha – e exigem recursos e atenção do mundo para que os Objectivos sejam atingidos.

Outros 28 países de prioridade alta enfrentam sérios desafios em todos os Objectivos. Mais uma vez, muitos deles são da África Subsariana: 13. Mas 4 são da Europa Central e do Leste e a CEI, 4 da Ásia Oriental e Pacífico, 3 dos Países Árabes e 3 da América Latina e Caraíbas. Um é da Ásia do Sul.

Nenhum factor isolado pode explicar as dificuldades dos países de prioridade máxima e alta. Todavia, os da África ao Sul do Sara tendem a partilhar características comuns. Muitos são interiores, ou têm uma grande percentagem das respectivas populações a viver longe da costa. Além disso, na sua maioria são pequenos – apenas 4 têm mais de 40 milhões de pessoas. Estar longe dos mercados mundiais e ter uma economia pequena torna muito mais difícil diversificar de mercadorias primárias para exportações menos voláteis e com mais valor acrescentado. Na verdade, as mercadorias primárias correspondem a mais de dois terços das exportações em 14 dos 17 países subsarianos de prioridade máxima e alta, que possuem dados. Muitos dos países prioritários da região também têm outras sérias preocupações: em 23, mais de 5% da população tem HIV/SIDA e em 9 ocorreram violentos conflitos nos anos de 1990 (caixa 2.5).[19]

Noutras regiões, países de prioridade máxima enfrentam desafios muito diferentes. Muitos países da CEI, por exemplo – ao mesmo tempo que também enfrentam alguns dos problemas estruturais que afectam a África Subsariana – estão a tentar fazer a transição para economias de mercado, um processo que tem tido muito mais sucesso na Europa Central e do Leste. Nos Países Árabes, os constrangimentos não estão ligados ao rendimento. Derivam, antes, do fracasso em converter rendimento em desenvolvimento humano e progresso em direcção aos Objectivos.

Então, o que é preciso fazer para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio? Independentemente da resposta, os países de prioridade máxima e de prioridade alta têm de estar na frente e no centro das atenções. Os problemas que enfrentam e a forma de os resolver são analisados em pormenor nos capítulos que se seguem.

Mas os países pobres que não conseguem realizar progressos não são a única preocupação. Mais adiante neste capítulo é examinado outro grupo de países: aqueles onde o progresso tem sido distribuído desigualmente, deixando grande quantidade de pessoas em condições terríveis.

Bom desempenho de alguns dos países mais pobres

Muitos dos países mais pobres do mundo estão a fazer bons progressos na maior parte, ou em todos os Ob-

CAIXA 2.5

Conflitos violentos e os Objectivos

Um conflito violento é um obstáculo fundamental à realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. No período de 1990-2001 houve 57 conflitos armados importantes em 45 locais. A África Subsariana tem sido a mais atingida, mas nenhum região em desenvolvimento deixou de ser afectada.

As mortes em conflitos são difíceis de contar e as estimativas variam. Mas, desde 1990, os conflitos mataram 3,6 milhões de pessoas e feriram muitos milhões mais. Particularmente trágico é que civis, e não soldados, sejam cada vez mais vítimas – contando para mais de 90% dos mortos e feridos. É chocante que as crianças constituam pelo menos metade das baixas civis.

Para além destes efeitos directos trágicos, as economias e as infra-estruturas em colapso podem aumentar o número de baixas humanas. Entre os países de prioridade máxima e alta para atingir os Objectivos, 13 conheceram conflitos graves nos anos 90. Surpreendentemente, alguns países – como a Indonésia e o Sri Lanka – conheceram conflitos significativos, mas continuam a fazer bons progressos em direcção aos Objectivos. Duas razões explicam estes sucessos aparentemente improváveis.

Primeiro, boas políticas são vitais: governos fortes que continuem a prestar serviços a todas as pessoas podem fazer uma enorme diferença nos resultados humanos. (A caixa 3.5 do capítulo 3 examina as políticas governamentais e dos doadores que podem mitigar os custos humanos dos conflitos.) Segundo, os conflitos não envolvem, muitas vezes, países inteiros, mas são isolados em regiões específicas. Assim, os impactes da guerra podem não ser reflectidos em indicadores sociais nacionais – mas em áreas assoladas por conflitos, os seus efeitos ainda podem ser devastadores. A caixa 2.8 analisa os países em que áreas isoladas estão a sofrer conflitos.

Fonte: Stewart 2003; Marshall 2000; UNHCR 2000; UNICEF 1996; SIPRI 2002b.

jectivos. De facto, relativamente a todos os Objectivos, os países mais pobres têm feito alguns dos progressos mais rápidos. É verdade que, com pontos de partida baixos, têm o máximo de espaço para melhorar. Mas isso não deve vir em detrimento das realizações que os países conseguiram em circunstâncias que fizeram estagnar ou recuar muitos dos seus pares de desenvolvimento. O êxito dos países da África Austral é particularmente frágil, porque o HIV/SIDA espalhado e as recentes secas ameaçam seriamente a continuação dos progressos.

Todavia, durante os anos 90:

- Cabo Verde, Maurícias, Moçambique e Uganda registaram um crescimento médio do rendimento per capita de mais de 3% ao ano.
- Países da África Subsariana conseguiram algumas das mais acentuadas reduções da fome no mundo. O Gana reduziu a sua taxa de fome de 35% para 12% e Moçambique, de 69% para 55%.
- O Benim aumentou a sua taxa de escolarização primária de 49% para 70%. O Mali e o Senegal aumentaram as taxas de escolarização primária em 15 pontos percentuais, ou mais. As taxas de conclusão do primário também aumentaram nalguns dos países mais pobres – no Mali, mais de 20 pontos percentuais.
- Muitos dos países mais pobres fizeram bons progressos em direcção à igualdade de género nos ensinos primário e secundário. A Mauritânia liderou, aumentando a percentagem de raparigas em relação a rapazes de 67% para 93%, entre 1990 e 1996. O Mali e o Nepal reduziram os seus hiatos em 10 pontos percentuais, ou mais, nos anos de 1990.
- Apesar do HIV/SIDA, houve algumas melhorias notáveis na sobrevivência das crianças na África Subsariana. A Guiné reduziu a sua taxa de mortalidade de crianças em 7 pontos percentuais e o Malawi e o Níger, em 5 pontos percentuais, ou mais. Também houve reduções significativas nalguns dos países mais pobres da Ásia. O Butão e o Laos reduziram os óbitos de menores de cinco anos de cerca de 16% para 10%, e o Bangladeche, de 14% para 8%.
- Embora o HIV/SIDA tenha ceifado um número esmagador de vidas na África Subsariana, existem algumas excepções notáveis. O Uganda reduziu as taxas de infecção ao longo de oito anos consecutivos, nos anos de 1990, e a Zâmbia tornou-se no segundo país da região a inverter a propagação do HIV/SIDA, saindo dos níveis de crise. O Senegal também evitou a propagação da doença.[20]
- A Costa do Marfim e o Mali aumentaram em 10 pontos percentuais, ou mais, a percentagem de pessoas com acesso a água potável. Além disso, o Gana e o Senegal aumentaram em 10 pontos percentuais, ou mais, a percentagem de pessoas com acesso a saneamento adequado.

Estes sucessos, juntamente com as rápidas melhorias em países mais desenvolvidos, mostram que todos os países podem atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (caixa 2.6). (Os capítulos 4 e 5 analisam o que marcou alguns desses sucessos.)

CAIXA 2.6

São possíveis grandes saltos em frente em poucos anos – não em décadas

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio visam melhorar significativamente a vida das pessoas numa geração. As metas são ambiciosas mas realizáveis: muitos países deram, em períodos curtos, grandes saltos em frente em todos os aspectos do desenvolvimento humano.

Em apenas sete anos (1946-53), o Sri Lanka aumentou a esperança média de vida em cerca de 12 anos, um facto incrível. Entre 1970 e 1985, o Botswana duplicou a percentagem de crianças na escola primária, quase atingindo o ensino primário universal. Nos anos 90, a China quase reduziu para metade a percentagem da população que vive na pobreza. E entre 1994 e 2001, a África do Sul reduziu para metade o número de pessoas sem acesso a água potável.

Estes êxitos resultaram de políticas adequadas em circunstâncias específicas e não é fácil reproduzi-los. Mas mostram o que se pode fazer. Os capítulos seguintes deste Relatório analisam o que funciona e o que não funciona – identificando políticas fundamentais para atingir os Objectivos.

Fonte: Millennium Project Task Force 7 2003; WSP 2002b; cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em World Bank 2002f e 2003i; Caldwell 1986, pp 171-220; World Bank 2003i.

Alargamento dos hiatos dentro dos países: quem é que esta a ser deixado para trás?

Se os indicadores nacionais de desempenho ajudam a comunicar o que está a acontecer aos habitantes de um país, muitas vezes o progresso difere amplamente entre as regiões de um mesmo país. Muitos países com bom desempenho médio nos Objectivos incluem grupos populacionais – e por vezes áreas inteiras – a ficarem para trás. O que são os hiatos de desenvolvimento humano dentro dos países e como evoluíram na última década (ver destaque 2.3)?

As estatísticas nacionais são pontos médios das diferenças internas, ou sumários de idiossincrasias internas, que estabelecem a média de clivagens económicas, sociais, culturais, de género e étnicas dentro das

fronteiras. Assim, os indicadores utilizados para avaliar os progressos nacionais em direcção aos Objectivos podem não reflectir adequadamente as condições de vida de muitos habitantes (caixa 2.7).

Grandes hiatos – a alargarem-se – são motivo de preocupação por causa dos seus efeitos provavelmente negativos no ritmo de desenvolvimento. Também indicam oportunidades desiguais, com pessoas poderosas a garantirem mais benefícios do desenvolvimento. À medida que pioram e atingem altos níveis, os hiatos podem desestabilizar o desenvolvimento humano, como resultado de agitação social, disputas políticas, atribuição tendenciosa de recursos e violência e conflitos (caixa 2.8).

Por estas razões, as tendências subnacionais merecem atenção, mesmo em países que parecem estar a ter bom desempenho em relação aos Objectivos. Esses países podem estar a avançar através de uma abordagem de cima para baixo, com esforços políticos e recursos inicialmente concentrados em grupos mais fáceis de alcançar, como os não pobres e os habitantes de zonas urbanas. Essa abordagem pode elevar as médias nacionais o suficiente para se declarar que foi atingido um Objectivo, ou qualquer outro meta.

Isto é motivo de preocupação particular no caso da saúde, porque os Objectivos e as metas relacionadas com a saúde (como a redução da mortalidade de crianças em dois terços e da mortalidade materna em três quartos) procuram baixar taxas médias, aplicando-se assim a toda a população – enquanto as da nutrição, educação e pobreza se concentram em pessoas com fome, sem instrução e pobres. Assim, as metas de saúde podem ser atingidas visando qualquer grupo, incluindo as pessoas que vivem melhor. Alguns governos podem ser tentados a atingir os Objectivos da saúde concentrando esforços nos que estão melhor e só depois visando as pessoas que são mais difíceis de alcançar.[21] Alguns analistas defendem que essa abordagem de cima para baixo tem os seus méritos, porque permitirá que sejam atingidos os Objectivos a nível do país e que, consequentemente, todos serão beneficiados. Mas isso pode não ser verdade.

Para que o progresso seja sustentado e inclusivo, deve haver uma abordagem de baixo para cima, pondo ênfase na equidade e concentrando-se primeiro nas pessoas que mais precisam de apoio. Quando se perseguem os Objectivos da saúde, os que estão pior e que são mais difíceis de alcançar não devem ser objecto de atenção apenas no último minuto. Para os políticos, pôr as pessoas pobres no fim da fila dos serviços sociais é mais fácil e menos dispendioso a curto e médio prazo.[22] Mas o falso progresso que daí resulta pode revelar-se insustentável a longo prazo.

Hiatos entre grupos socioeconómicos

O que se passa em muitos países sugere que alguns grupos estão a receber menos benefícios das melhorias nacionais no rendimento, saúde e educação. As disparidades

CAIXA 2.7

Dados internos desagregados de países: relatórios nacionais de desenvolvimento humano

Desde 1992, cerca de 135 países utilizaram processos próprios para produzir mais de 450 relatórios nacionais e regionais de desenvolvimento humano. Muitos desses relatórios apresentam dados desagregados por género, etnia, idade, raça, geografia, etc., permitindo análises mais profundas das causas de desigualdade e pobreza específicas de cada país – e por vezes reveladoras de discriminação sistémica e de graves privações. Os relatórios tornaram-se fontes cruciais dos mais recentes dados nacionais desagregados, contribuindo para estratégias de política para o progresso e para instrumentos de medida dos progressos em matéria de desenvolvimento humano. Os exemplos que se seguem mostram o que os relatórios podem ajudar a atingir:

- Desde 1997, o Brasil tem calculado, anualmente, o índice de desenvolvimento humano (IDH) em relação a cada um dos seus mais de 5.000 municípios. Em resposta, o estado de Minas Gerais pôs em vigor a Lei Robin dos Bosques, que afecta uma percentagem dos rendimentos fiscais aos municípios que ficam uma posição baixa no IDH e noutros indicadores.
- O relatório de desenvolvimento humano 2001 do Nepal utilizou dados desagregados extensivos, que revelaram desigualdades significativas na distribuição de recursos e oportunidades, levando o relatório a concluir que a governação fraca está na origem de resultados desanimadores na redução da pobreza. O relatório verificou que a esperança de vida média era de 51 anos nas castas mais desfavorecidas – e de 63 anos para o grupo étnico Newar.
- Os relatórios anuais de desenvolvimento humano do Egipto desagregam indicadores socioeconómicos, ambientais, demográficos e outros para cada um dos 26 *governorados* do país. Estes dados e as conclusões dos relatórios constituem a base de reuniões anuais dos governadores do país para, conjuntamente, examinarem disparidades e identificar respostas políticas.
- O relatório de 2000 da Lituânia analisou as disparidades rural-urbano no desenvolvimento humano. Dados desagregados de indicadores fundamentais como a mortalidade, suicídio, emprego e educação mostraram que os lituanos rurais estão a perder a sua capacidade de se sustentar com ocupações tradicionais – e não têm emergido meios de vida alternativos, produtivos e sustentáveis. O relatório avisou que esta tendência podia minar a coesão social.
- Os relatórios de desenvolvimento humano da Namíbia analisaram a pobreza humana desagregando o IDH por grupos linguísticos. Essa desagregação revela níveis elevados de desenvolvimento humano entre grupos predominantemente europeus – pessoas que falam afrikaans, inglês ou alemão – e níveis muito baixos entre os San (bosquímanos). Estas conclusões levaram a investimentos dirigidos na saúde, educação e criação de emprego.

Dados desagregados dos relatórios estão disponíveis em linha, através de http://sedac.ciesin.columbia.edu/hdr/. (Para ver relatórios do desenvolvimento humano em linha, consultar http://hdr.undp.org.).

Fonte: Human Development Report Office, National Human Development Report Unit.

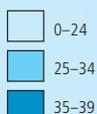
CAIXA 2.8

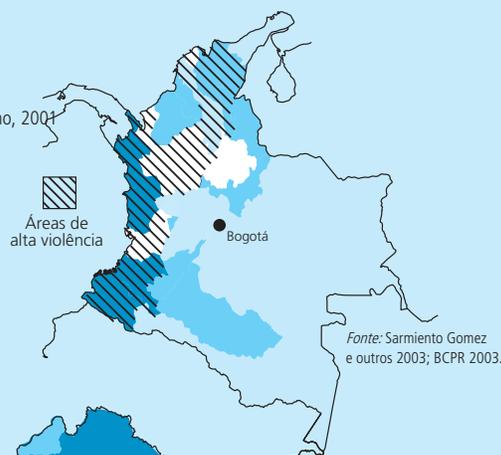
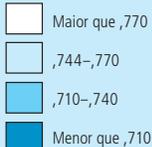
Conflitos internos de países

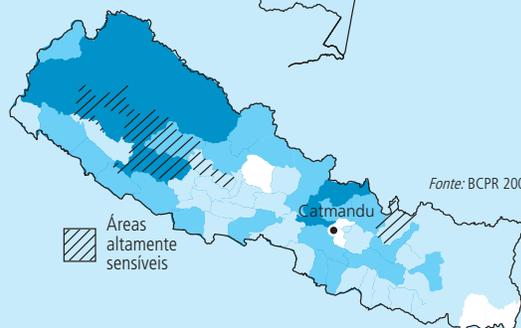
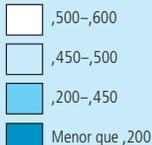
Os conflitos violentos são muitas vezes contidos dentro de certas áreas dos países, conduzidos por linhas de fractura étnicas, linguísticas e sociais. Esta tendência pode explicar o bom desempenho geral dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em países – como a Indonésia e o Sri Lanka – que conheceram anos de conflito nos anos de 1990. É provável que o desenvolvimento humano seja menor em áreas que sofrem conflitos do que em áreas que não directamente afectadas. (Por vezes, regiões vizinhas também são afectadas por conflitos próximos, conhecendo fluxos de refugiados e emergências humanitárias.)

As ligações entre conflitos e fraco desenvolvimento podem evoluir de ambas as formas. As dificuldades económicas e sociais, especialmente quando acompanhadas de desigualdades acentuadas entre grupos e áreas, podem fomentar a violência. Ao mesmo tempo, os conflitos são, muitas vezes, as causas principais do fraco desenvolvimento económico, levando (entre outras coisas) a crises de saúde e destruição de infra-estruturas. Esta relação pode ser captada comparando a distribuição espacial dos conflitos com indicadores subnacionais de desenvolvimento. Mas, devido às limitações de dados, poucos países permitem essas análises. Este Relatório conseguiu obter esses dados para quatro países:

- *Indonésia.* O índice de Pobreza Humana (IPH) revela acentuadas disparidades regionais entre e dentro das ilhas da Indonésia. Conflitos violentos e separatistas ocorreram em áreas com elevada pobreza e com acentuadas divisões religiosas, étnicas e sociais.
- *Colômbia.* A violência é alta e média nas serras paralelas que se estendem de norte a sul da Colômbia, bem como nas áreas que ligam essas montanhas à costa do Pacífico. As montanhas são em grande medida rurais, com poucas infra-estruturas e muitas vezes inóspitas. O índice de desenvolvimento humano (IDH) é mais baixo nalgumas das áreas onde o conflito tem sido mais violento (ver mapa).
- *Nepal.* O levantamento maoista que começou no Nepal, em 1996, baseia-se nas áreas mais isoladas, negligenciadas e pobres de recursos do país – as que carecem mesmo das mais básicas infra-estruturas sociais. Entre elas estão aldeias remotas de minorias étnicas, incluindo áreas do noroeste e algumas áreas do norte, todas com IDH baixo.
- *Sri Lanka.* Após cerca de 20 anos de conflito civil entre a população minoritária Tamil e a maioria cingalesa, mais de 65.000 habitantes foram mortos e cerca de 1 milhão foi deslocado. O mapa mostra como as regiões tamil norte e nordeste foram excluídas do desenvolvimento infra-estrutural do país.

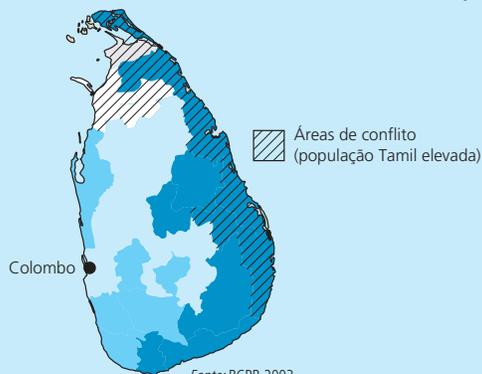
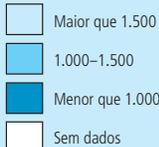
INDONÉSIA
Índice de pobreza humana, 1998 (percentagem)
0–24
25–34
35–39
Jacarta
Áreas de conflito (Número elevado de pessoas deslocadas internamente)

Fonte: BCPR 2003.

COLÔMBIA
Índice de desenvolvimento humano, 2001
Maior que ,770
,744–,770
,710–,740
Menor que ,710
Áreas de alta violência
Bogotá

Fonte: Sarmiento Gomez e outros 2003; BCPR 2003.

NEPAL
Índice de desenvolvimento humano, 2000
,500–,600
,450–,500
,200–,450
Menor que ,200
Áreas altamente sensíveis
Catmandu

Fonte: BCPR 2003.

SRI LANKA, 1998
Todo o tipo de estradas (km)
Maior que 1.500
1.000–1.500
Menor que 1.000
Sem dados
Áreas de conflito (população Tamil elevada)
Colombo

Fonte: BCPR 2003.

Fonte: UNDP 2003a.

QUADRO 2.5

Taxas de mortalidade de crianças: mudanças nos níveis e nos hiatos da riqueza, países seleccionados, anos 80 e 90

Nível médio	Hiato relativo (entre ricos e pobres): Estreitando	Constante	Alargando
Melhorando	Guatemala	Egipto, Mali, Marrocos, Peru, Senegal	Bangladeche, Bolívia, Brasil, Colômbia, Rep. Dominicana, Gana, Indonésia, Uganda
Constante	Togo, Zâmbia	Burkina Faso, Camarões, Níger	Filipinas, Tanzânia
Piorando		Quénia	Cazaquistão, Zimbabué

Fonte: Minujin e Delamonica 2003.

de rendimento parecem estar a aumentar em vários países, o que indica hiatos maiores entre as pessoas do topo da distribuição de rendimento (geralmente classes média e alta das áreas urbanas) e as pessoas da base (principalmente famílias rurais de descendência indígena ou etnicamente marginal chefiadas por mulheres). A menos que se trate de desigualdade de rendimento persistente, isso pode limitar os benefícios do crescimento económico para a redução da pobreza. (ver caixa 2.2).

A riqueza, provavelmente ainda mais do que o rendimento, parece ser crucial para assegurar serviços sociais básicos. (Os estudos citados nesta secção estimaram a riqueza utilizando inquéritos aos activos e características das famílias.)[23] Entre meados dos anos de 1980 e meados dos anos de 1990, o hiato das taxas de mortalidade de crianças entre os quintis mais rico e mais pobre só se estreitou em 3 dos 24 países em desenvolvimento que possuem dados.[24] E em 13 países que se consideram com bom desempenho na redução das taxas médias de mortalidade de crianças, há sinais de hiatos constantes, ou crescentes, entre os grupos mais ricos e mais pobres (quadro 2.5).

Na mesma amostra de 24 países, apesar de um substancial estreitamento dos hiatos relacionados com a saúde, em matéria de cobertura da vacinação, até ao final dos anos de 1990 menos de metade das crianças das famílias mais pobres tinham sido vacinadas com DTT3 (três doses de vacinação contra a difteria, a tosse convulsa e o tétano). No Burkina Faso, Camarões, Mali e Níger, menos de 30% das crianças pobres estavam cobertas. Em muitos países, a cobertura de vacinação para o quinto mais pobre da população não mostrava alterações, ou caiu apenas ligeiramente nos anos de 1990.[25]

As disparidades na educação fornecem mais provas de desigualdade entre famílias ricas e pobres. Em muitos países, é muito menos provável que as crianças de famílias pobres frequentem a escola e quando a frequentam é mais provável que a abandonem. As taxas de escolarização são especialmente baixas em relação às famílias pobres e as taxas de abandono especialmente altas na África ao Sul do Sara.[26]

A Ásia do Sul apresenta um padrão semelhante, embora as taxas de abandono se concentrem após o 5.º ano. Na América Latina, é mais provável que as famílias pobres mandem as crianças à escola, o que resulta em taxas de escolarização mais altas, mas as taxas de abandono são tão altas como nas outras regiões.[27] Mesmo países com baixa desigualdade de rendimentos, como o Vietname, apresentam grandes variações na educação entre os quintis de riqueza. Os dados sobre os hiatos de riqueza na saúde e na educação apoiam uma conclusão indesmentível: para os Objectivos serem atingidos pelo máximo possível de países e de pessoas, as políticas devem concentrar-se na redução da divisão na riqueza dentro de cada país.

Hiatos rural-urbano

O alargamento dos hiatos entre as áreas urbanas e rurais também indica desenvolvimento distorcido. Nalguns países africanos, apesar de progressos globais satisfatórios em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, ainda persistem – ou estão a ampliar-se – divisões rural-urbano em relação à maioria dos indicadores.[28] Em 8 dos 11 países que possuem dados, as taxas globais de pobreza caíram

A igualdade de género está no cerne da questão de os Objectivos serem ou não atingidos – desde melhorar a saúde e o combate à doença até reduzir a pobreza e mitigar a fome, passando pela expansão da educação e pela redução da mortalidade de crianças, pelo aumento do acesso a água potável e pela garantia de sustentabilidade ambiental

Que todos os países podem atingir de forma significativa os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio está fora de dúvida

– mas a pobreza rural caiu mais lentamente, particularmente no Níger, Senegal e Tanzânia.

Tal como em relação aos hiatos de riqueza, as divisões rural-urbano reflectem-se em progresso desigual na educação e na saúde. Em 26 países africanos, latino-americanos e asiáticos, as áreas rurais estão a debater-se com dificuldades em relação a muitos dos Objectivos.[29] Normalmente, isto é visto numa relação com as áreas urbanas, mas por vezes é absoluto (com as condições nas áreas rurais a deteriorarem-se e as das áreas urbanas a melhorarem). Entre fins dos anos de 1980 e a segunda metade dos anos de 1990, o hiato entre as taxas de mortalidade de crianças das famílias rurais e das urbanas alargou-se em 14 dos 26 países.

Da mesma forma, é muito mais provável que as crianças das áreas urbanas recebam uma instrução adequada. Nas áreas rurais pobres, é frequente os pais terem relutância em mandar os filhos à escola – e quando o fazem, é frequente não haver professores, manuais e salas de aula suficientes. No mundo em desenvolvimento, um homem que viva numa área rural tem o dobro da probabilidade de ser analfabeto que um de uma área urbana.[30] A Ásia do Sul é a região onde se verificam as maiores disparidades rural-urbano em matéria de educação.

Hiatos de género

A Declaração do Milénio apela à capacitação política, social e económica da mulher. Para esse fim, o terceiro Objectivo de Desenvolvimento do Milénio visa reduzir o hiato de género nos ensinos primário e secundário e, eventualmente, no superior. Mas os hiatos de género na educação são apenas uma pequena parte da desigualdade entre homens e mulheres. Como este Relatório defende, a igualdade de género está no cerne da questão de os Objectivos serem ou não atingidos – desde melhorar a saúde e o combate à doença até reduzir a pobreza e mitigar a fome, passando pela expansão da educação e pela redução da mortalidade de crianças, pelo aumento do acesso a água potável e pela garantia de sustentabilidade ambiental.

Um indicador claro da desigualdade de género é o hiato entre as taxas de mortalidade de homens e de mulheres. Apesar da sua vantagem biológica, as mulheres têm taxas de mortalidade mais elevadas em vários países, principalmente na Ásia do Sul e Oriental. O fenómeno das “mulheres desaparecidas” refere-se à estimativa de mulheres que morreram devido a discriminação no acesso a saúde e nutrição. Dados de censos indicam que as mulheres desaparecidas aumentaram em número mas diminuíram em percentagem das mulheres que hoje estão vivas. Ocorreram melhorias no Bangladeche, no Paquistão e na maioria dos Países Árabes, mas só se verificaram pequenas melhorias na Índia – e deterioração na China.[31] Pelo contrário, nalguns países da CEI ocidental, os homens estão a morrer até 15 anos antes das mulheres.[32]

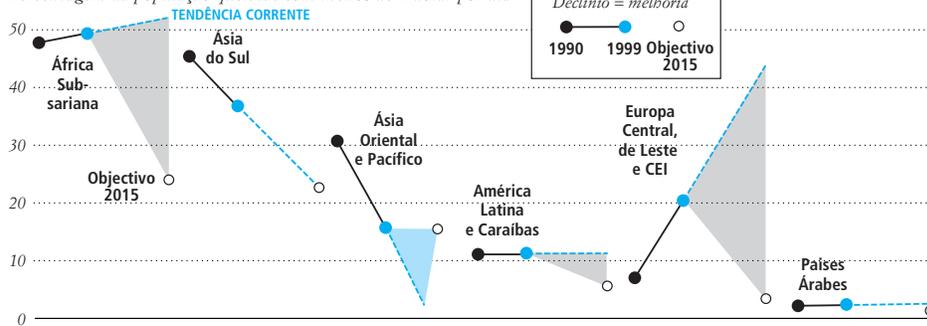
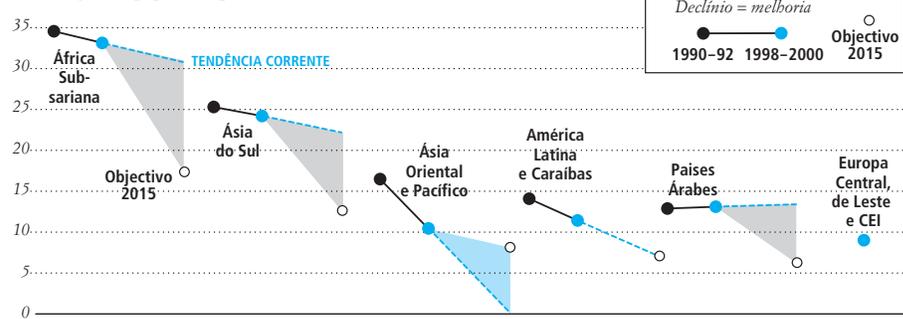
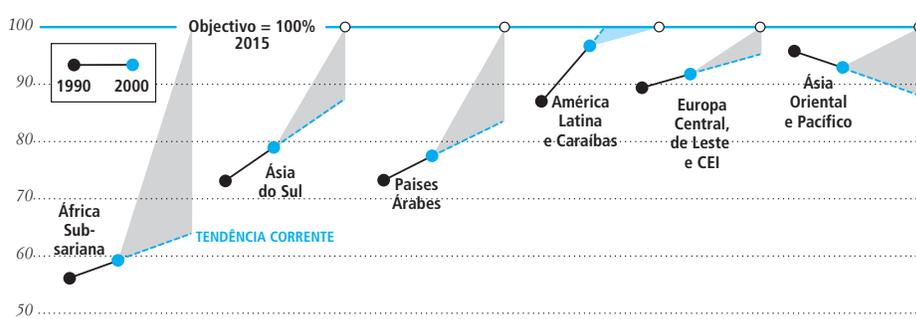
Na maioria dos casos, a discriminação de género é acompanhada por preconceitos contra outras características pessoais, incluindo local (áreas rurais), origem étnica (minorias indígenas) e estatuto socioeconómico (famílias pobres). Os hiatos de género na saúde e, particularmente, na educação são causas importantes de discriminação de género. Em muitos países em desenvolvimento, os hiatos de géneros nos ensinos primário e secundário são muito maiores entre o quinto mais pobre da população. Além disso, na maioria desses países, a situação não mudou significativamente nos anos de 1990 – provas de sustentação da discriminação contra as raparigas a nível familiar, particularmente nas famílias pobres.[33]

Em termos mundiais, as mulheres representam quase metade dos adultos que vivem com HIV/SIDA. Mas na África Subsariana, onde o vírus é espalhado principalmente através da actividade heterossexual, mais de 55% dos adultos infectados são mulheres.[34] As jovens daquela região têm duas a quatro vezes mais probabilidades do que os jovens de serem infectadas. Na Ásia do Sul e do Sudeste, 60% dos jovens com HIV/SIDA são do sexo feminino.[35]

* * *

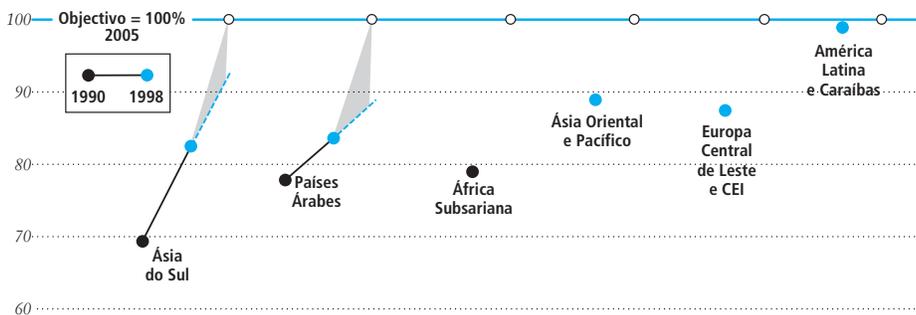
Que todos os países podem atingir de forma significativa os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio está fora de dúvida. Países com todos os níveis de desenvolvimento e de todas as regiões fizeram progressos significativos. Os países também progrediram sem incorrerem em maior desigualdade. Os Capítulos 3 a 7 analisam as lições que estão por trás desses sucessos e a forma como podem ser aplicadas aos países que estão actualmente a fracassar. Se muitos dos passos para o sucesso são conhecidos, garantir que esses passos sejam dados exigirá mudanças fundamentais na ideia de desenvolvimento. As abordagens tradicionais no sentido de tentar fazer o que for possível perante políticas fracas e graves limitações de recursos não será suficiente. O Capítulo 8 analisa acções transversais necessárias para criar o ambiente necessário para atingir os Objectivos, com incidência nas acções necessárias dos países ricos.

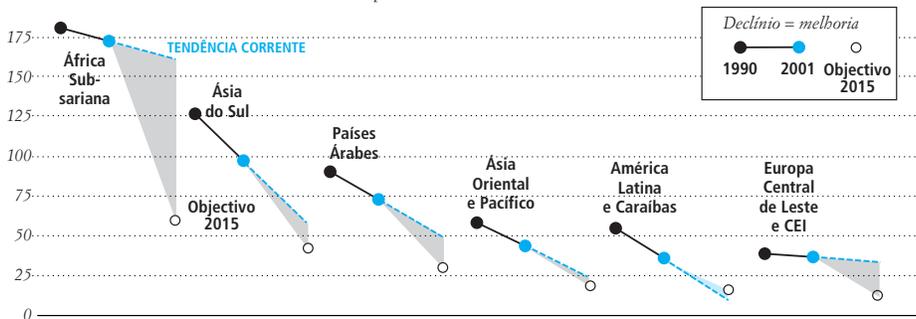
Figura 2.1 Progresso em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

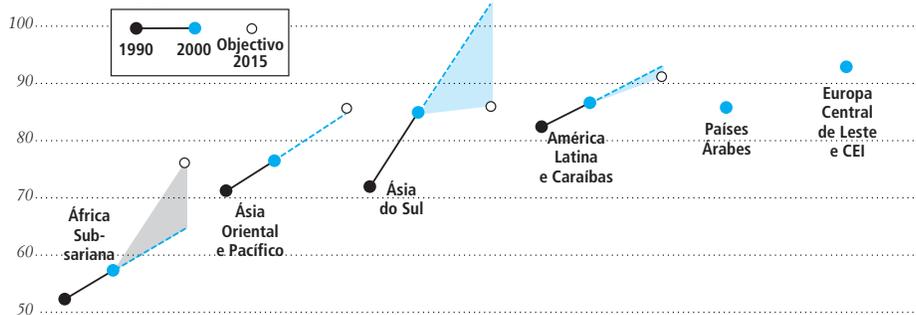
Resumo regional dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

* Refere-se à população que vive com menos de 2 dólares por dia.

Resumo regional dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Igualdade de género

Rácio entre raparigas e rapazes nos ensinos primário e secundário (percentagem)

Mortalidade de crianças

Taxa de mortalidade de menores de cinco anos por 1.000 nados vivos

Acesso a água

Percentagem da população com acesso a água potável

Acesso a saneamento

Percentagem da população com acesso a saneamento adequado

* Refere-se à proporção da população que vive com menos de 2 dólares por dia.

Fome
Pessoas subalimentadas em percentagem da população total
Distribuição regional das pessoas subalimentadas, 1998-2000
Total – 827,5 milhões de pessoas
Ásia do Sul 40%
África Sub-sariana 22%
Países Árabes 4%
América Latina e Caraíbas 7%
Europa Central, de Leste e CEI 4%
24% Ásia Oriental e Pacífico
Prioridade máxima (países listados com LETRA DE COR carregada)
Prioridade alta (países listados com LETRA DE COR)
Sem dados
Número de pessoas subalimentadas, 1998-2000 (milhões)
África Subsariana 183,3
Ásia do Sul 333,6
Ásia Oriental e Pacífico 193,3
Países Árabes 32,2
América Latina e Caraíbas 54,9
Europa Central, de Leste e CEI 30,2
PAÍSES CLASSIFICADOS PELO VALOR DE 1990
1990-92
REVERSÃO 1998-2000
PROGRESSO 1998-2000
OBJECTIVO 2015
África Subsariana
70 60 50 40 30 20 10 0
MÉDIA REGIONAL
MOÇAMBIQUE
ANGOLA
CHADE
BURUNDI
REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA
MALAWI
QUÉNIA
SERRA LEOA
ZÂMBIA
ZIMBABUÉ
NÍGER
GUINÉ
CONGO
TANZÂNIA
MADAGÁSCAR
GANA
RUANDA
LIBÉRIA
CONGO, REP. DEM.
CAMARÕES
TOGO
LESOTO
MALI
SENEGAL
BURKINA FASO
UGANDA
GÂMBIA
BENIM
COSTA DO MARFIM
BOTSWANA
NAMÍBIA
MAURITÂNIA
NIGÉRIA
GABÃO
SUAZILÂNDIA
MAURÍCIAS
Ásia do Sul
MÉDIA REGIONAL
AFEGANISTÃO
BANGLADECHE
SRI LANKA
ÍNDIA
PAQUISTÃO
NEPAL
IRÃO
Ásia Oriental e Pacífico
MÉDIA REGIONAL
CAMBODJA
MONGÓLIA
LAOS
TAILÂNDIA
VIETNAME
FILIPINAS
PAPU- NOVA GUINÉ
COREIA, REP. DEM.
CHINA
MYANMAR
Países Árabes
MÉDIA REGIONAL
SOMÁLIA
IÉMEN
SUDÃO
KUWAIT
IRAQUE
MARROCOS
ARGÉLIA
EGIPTO
SÍRIA
JORDÂNIA
ARÁBIA SAUDITA
América Latina e Caraíbas
MÉDIA REGIONAL
HAITI
PERU
NICARÁGUA
REPÚBLICA DOMINICANA
BOLÍVIA
HONDURAS
PANAMÁ
GUIANA
PARAGUAI
COLÔMBIA
GUATEMALA
JAMAICA
TRINDADE E TOBAGO
BRASIL
EL SALVADOR
SURINAME
VENEZUELA
EQUADOR
CHILE
COSTA RICA
URUGUAI
CUBA
MÉXICO

Ensino primário

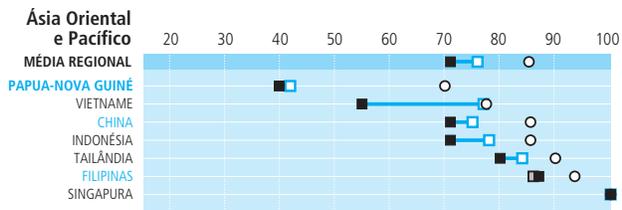
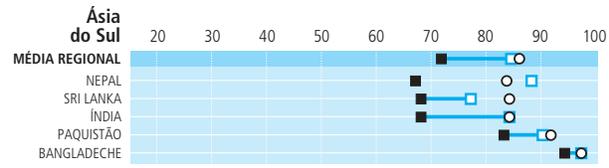
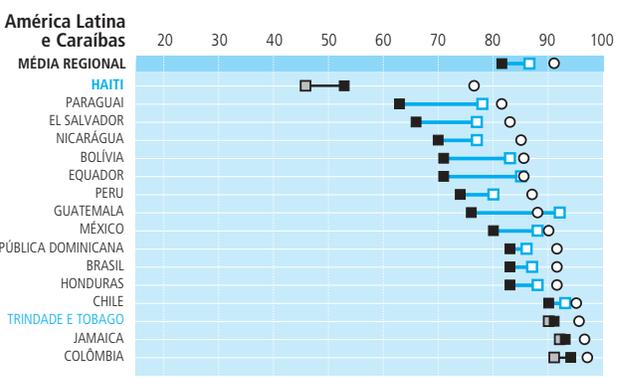
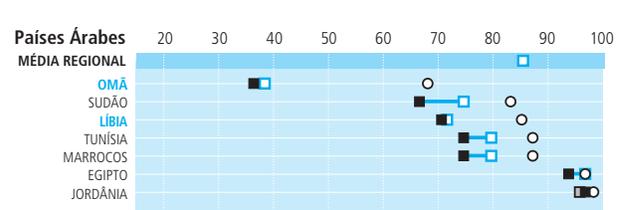
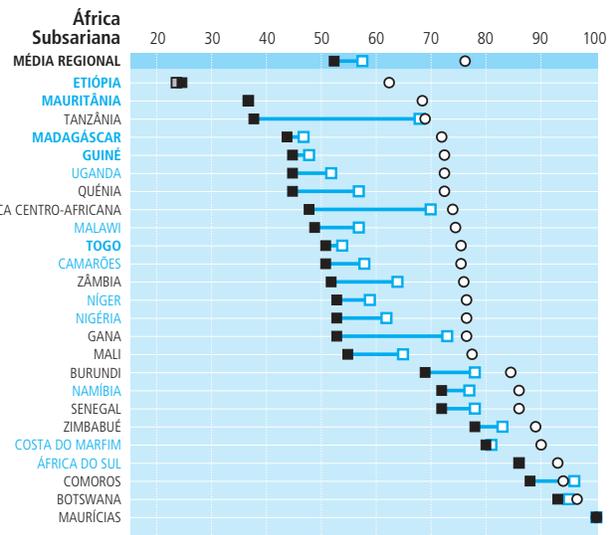
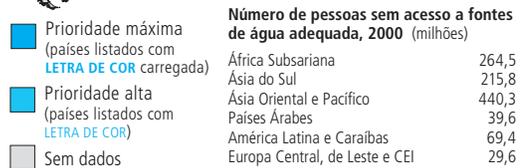
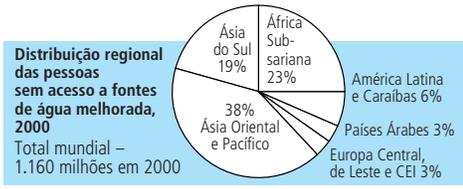
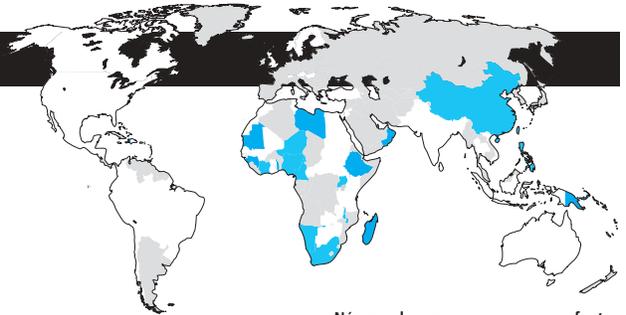
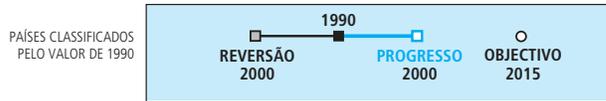
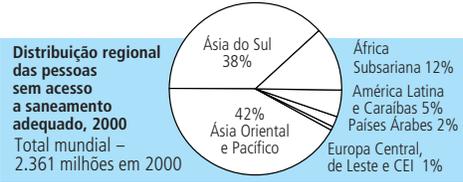
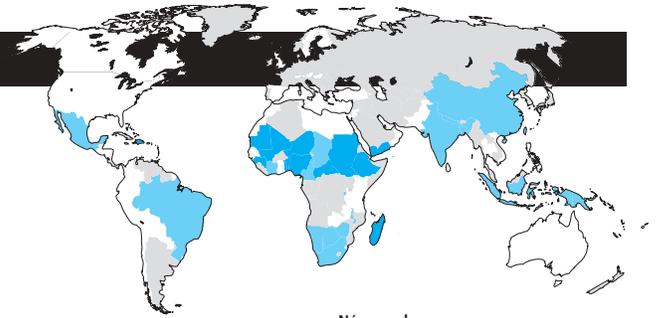
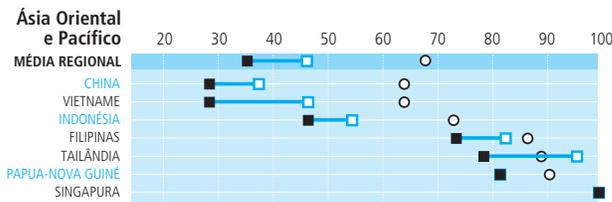
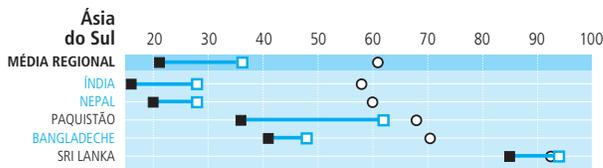
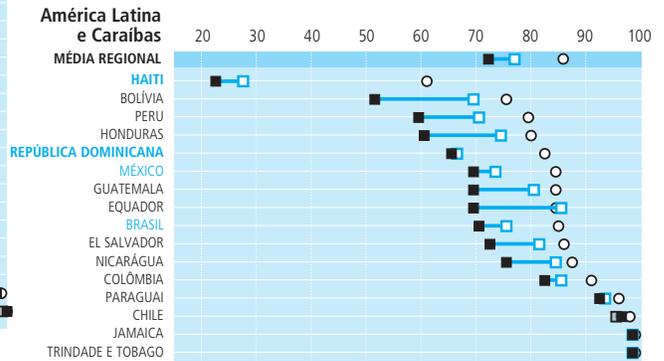
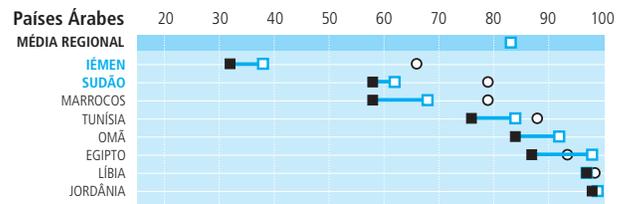
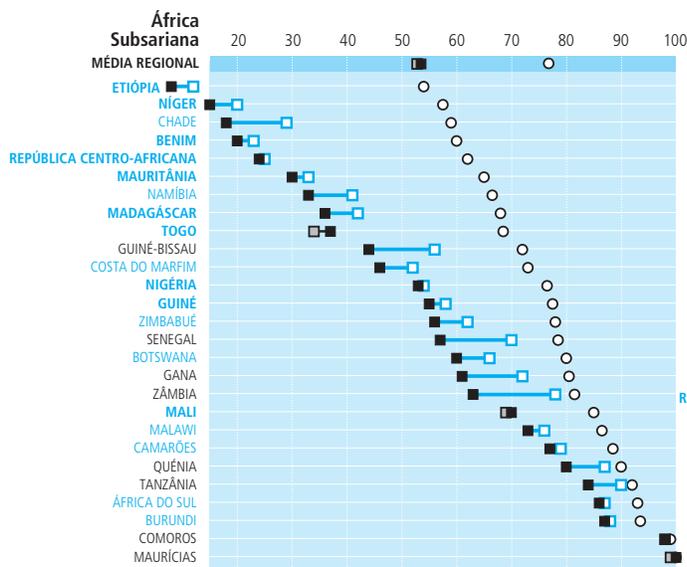
Taxa de escolarização primária líquida (percentagem)

Igualdade de género
Rácio entre raparigas e rapazes nos ensinos primário e secundário (percentagem)
Distribuição regional das raparigas em idade da primária não matriculadas 1998-2000
Total mundial – 63 milhões em 2000
África Sub-sariana 35%
América Latina e Caraíbas 2%
Países Árabes 8%
Europa Central, de Leste e CEI 3%
Ásia Oriental e Caraíbas 11%
Ásia do Sul 41%
Prioridade máxima (países listados com LETRA DE COR carregada)
Prioridade alta (países listados com LETRA DE COR)
Número de raparigas em idade da primária não matriculadas, 2000 (milhões)
África Subsariana 22,1
Ásia do Sul 26,1
Ásia Oriental e Pacífico 6,9
Países Árabes 4,8
América Latina e Caraíbas 1,2
Europa Central, de Leste e CEI 1,9
PAÍSES CLASSIFICADOS PELO VALOR DE 1990
1990
REVERSÃO 2000
PROGRESSO 2000
OBJECTIVO=100%
África Subsariana
50 60 70 80 90 100 110
MÉDIA REGIONAL
GUINÉ
NÍGER
MALI
TOGO
BURKINA FASO
GÂMBIA
SERRA LEOA
MAURITÂNIA
ETIÓPIA
SENEGAL
CONGO, REP. DEM.
MOÇAMBIQUE
MALAWI
ERITREIA
BURUNDI
CAMARÕES
CONGO
ZIMBABUÉ
TANZÂNIA
RUANDA
MAURÍCIAS
ÁFRICA DO SUL
BOTSWANA
NAMÍBIA
LESOTO
Ásia do Sul
MÉDIA REGIONAL
NEPAL
INDIA
BANGLADECHE
IRÃO
SRI LANKA
Ásia Oriental e Pacífico
MÉDIA REGIONAL
LAOS
PAPUA-NOVA GUINÉ
CHINA
VANUATU
INDONÉSIA
TONGA
COREIA DO SUL
BRUNEI
TAILÂNDIA
MYANMAR
MALÁSIA
SAMOA OCIDENTAL
MONGÓLIA
Países Árabes
MÉDIA REGIONAL
MARROCOS
DJIBOUTI
IRAQUE
SUDÃO
EGIPTO
ARGÉLIA
TUNÍSIA
ARÁBIA SAUDITA
SÍRIA
OMÃ
JORDÂNIA
CATAR
EMIRADOS ÁRABES UNIDOS
KUWAIT
BARÉM
América Latina e Caraíbas
MÉDIA REGIONAL
BOLÍVIA
PERU
PARAGUAI
MÉXICO
COSTA RICA
PANAMÁ
BELIZE
EQUADOR
JAMAICA
CHILE
TRINDADE E TOBAGO
BAAMAS
EL SALVADOR
VENEZUELA
CUBA
SURINAME
SANTA LÚCIA
COLÔMBIA
Europa Central, de Leste e CEI
MÉDIA REGIONAL
ALBÂNIA
LITUÂNIA
REPÚBLICA CHECA
MACEDÓNIA
GEÓRGIA
AZERBAIJÃO
BULGÁRIA
ROMÉNIA
HUNGRIA
POLÓNIA
LETÓNIA
ESLOVÁQUIA
ESTÓNIA
QUIRGUISTÃO
MOLDÁVIA

Mortalidade de crianças

Taxa de mortalidade de menores de cinco anos (por 1.000 nados vivos)

Acesso a água

Pessoas com acesso a fontes de água adequada (percentagem da população)

Fonte: **Rendimento:** Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em dados do PIB a preços de mercado (dólares constantes de 1995), população e PIB per capita (dólares PPC), de World Bank 2003i; World Bank 2002f. **Fome:** Quadro de indicadores ODM 1, FAO 2002b. **Ensino primário:** Quadro de indicadores ODM 1; UNESCO 2002a. **Igualdade de género:** World Bank 2003i; agregados calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano; UNESCO 2002a. **Mortalidade de crianças:** World Bank 2003i; UNICEF 2003b. **Acesso a água:** UN 2003c; agregados calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano; Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em UN 2003c, 2003h. **Acesso a saneamento:** UN 2003c; agregados calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano; Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em UN 2003c, 2003h.

Destaque 2.2 Medir o desenvolvimento humano: os índices de desenvolvimento humano

Diferentes caminhos no IDH

Fonte: Quadro de indicadores 2.

Índice de desenvolvimento humano

O índice de desenvolvimento humano (IDH) é uma medida resumo simples de três dimensões do conceito de desenvolvimento humano: viver uma vida longa e saudável, ser instruído e ter um nível de vida digno (ver nota técnica). Assim, combina indicadores da esperança de vida, escolarização, escolarização, alfabetização e rendimento, para permitir uma visão mais alargada do desenvolvimento dum país do que usando apenas o rendimento — que, frequentemente, é equiparado ao bem-estar. Desde a criação do IDH, em 1990, foram desenvolvidos três índices complementares para realçar aspectos particulares do desenvolvimento humano: o índice de pobreza humana (IPH), o índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG) e a medida de participação segundo o género (MPG).

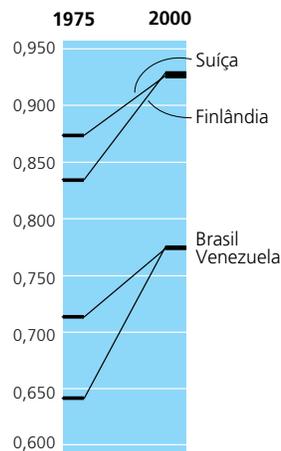
O IDH pode realçar os sucessos de alguns países e o progresso mais lento de outros. A Venezuela começou com um IDH mais elevado do que o Brasil, em 1975, mas este fez progressos muito mais rápidos. A Finlândia tinha um IDH mais baixo do que a Suíça, em 1975, mas hoje está ligeiramente à frente. As classificações segundo o IDH e o PIB per capita também podem diferir, mostrando que podem ser atingidos altos níveis de desenvolvimento humano sem rendimentos elevados — e que os rendimentos elevados não garantem altos níveis de desenvolvimento (ver quadro de indicadores 1). Paquistão e Vietname têm rendimentos similares, mas o Vietname fez muito mais para traduzir esse rendimento em desenvolvimento humano. Igualmente, a Jamaica atingiu um IDH muito melhor do que Marrocos, com aproximadamente o mesmo rendimento.

A Suazilândia atinge o mesmo IDH que o Botswana com menos de dois terços do rendimento, e o mesmo é verdade em relação às Filipinas e à Tailândia. Portanto, com as políticas correctas, os países podem fazer progredir o desenvolvimento humano mesmo com baixos rendimentos.

A maior parte das regiões teve um progresso constante do IDH ao longo dos últimos 20 anos, com a Ásia Oriental e o Pacífico realizando um desempenho particularmente bom nos anos de 1990. Os Países Árabes também cresceram significativamente, excedendo a média dos países em desenvolvimento. A África Subsariana, em contrapartida, tem estado quase estagnada — a par com a Ásia do Sul, em 1985, ficou agora muito para trás. Dois grupos de países passaram por este retrocesso: os países da CEI, através de um processo que, para muitos, se transformou numa longa e penosa transição para a economia de mercado, e os países africanos pobres, cujo desenvolvimento foi retardado ou revertido por uma variedade de razões — incluindo o HIV/SIDA e conflitos internos e externos.

Embora o IDH seja um ponto de partida útil, omite aspectos vitais do desenvolvimento humano, nomeadamente a capacidade de participar nas decisões que afectam a vida de cada um. Uma pessoa pode ser rica, saudável e instruída, mas sem essa capacidade o desenvolvimento humano é retardado.

A omissão de dimensões das liberdades no IDH foi realçada desde os primeiros Relatórios do Desenvolvimento Humano — e motivou a criação de um índice de liberdade humana (ILH), em 1991, e de um índice de liberdade política (ILP), em 1992. Nenhuma dessas medidas sobreviveu ao seu primeiro ano, o que testemunha a dificuldade de captar adequadamente, num único índice, aspectos tão complexos do desenvolvimento humano. Mas, isso não significa que os indicadores de liberdades política e civil possam ser completamente ignorados quando se considera o estado do desenvolvimento humano dum país.

Existem laços muito fortes entre os Índices de Desenvolvimento Humano e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. As três dimensões do desenvolvimento humano captadas no IDH são muito semelhantes aos Objectivos 1 a 7, que também se concentram nos temas da educação, saúde e de um nível de vida digno (ver também Caixa 1.2 no Capítulo 1). Além disso, o IDS e o MPG, que procuram captar, respectivamente, as desigualdades de género nas capacidades humanas e tomada de decisão política e económica, concentram-se bastante nas aspirações do Objectivo 3 de promover a igualdade de género e a capacitação das mulheres.

IDH, IPH-1, IPH-2, IDG — Mesmas componentes, medidas diferentes

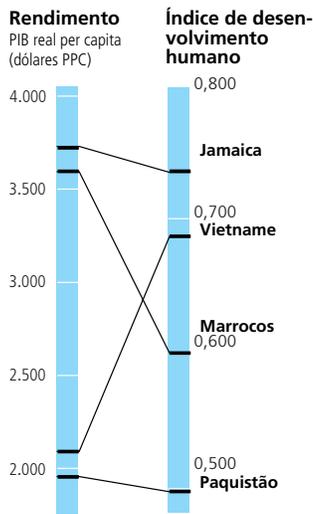
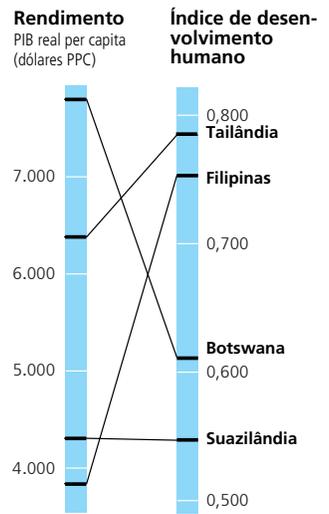
Índice	Longevidade	Conhecimento	Nível de vida digno	Participação ou exclusão
IDH	Esperança de vida à nascença	1. Taxa de alfabetização de adultos 2. Taxa de escolarização combinada	PIB per capita (dólares PPC)	—
IPH-1	Probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos	Taxa de analfabetismo de adultos	Privação no aprovisionamento económico, medido por: 1. Percentagem de pessoas sem acesso sustentável a uma fonte de água adequada. 2. Percentagem de crianças menores de cinco anos com peso deficiente para a idade	—
IPH-2	Probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos	Percentagem de adultos que são funcionalmente analfabetos	Percentagem de pessoas que vivem abaixo da linha de privação de rendimento (50% da mediana do rendimento disponível das famílias ajustado)	Taxa de desemprego de longa duração (12 meses ou mais)
IDG	Esperança de vida à nascença feminina e masculina	1. Taxas de alfabetização feminina e masculina 2. Taxas de escolarização combinadas do primário, secundário e superior feminina e masculina	Rendimentos auferidos estimados feminino e masculino, reflectindo o poder das mulheres e homens sobre os recursos	—

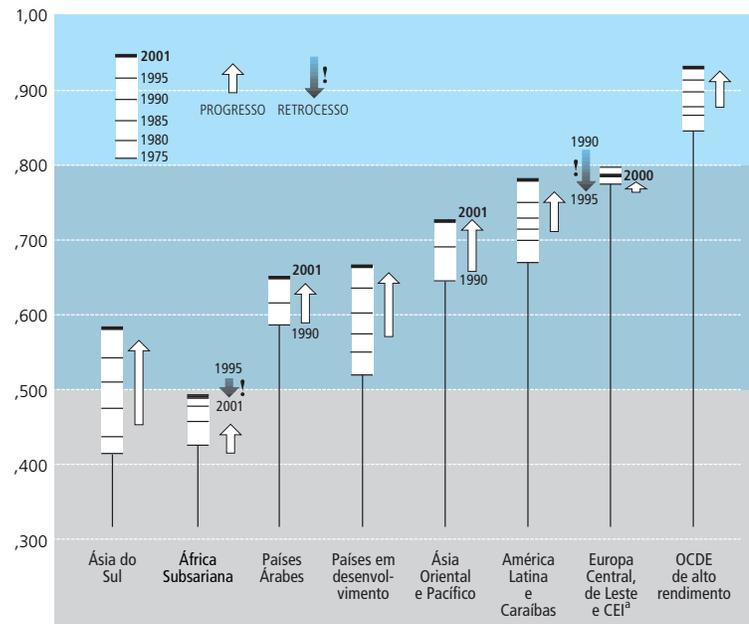
Índice de pobreza humana
Enquanto o IDH mede o progresso global de um país na realização do desenvolvimento humano, o índice de pobreza humana (IPH) reflecte a distribuição do progresso e mede a acumulação de privações ainda existente. O IPH mede a privação nas mesmas dimensões do desenvolvimento humano básico que o IDH.

IPH –1
O IPH-1 mede a pobreza nos países em desenvolvimento. Aborda as privações em três dimensões: longevidade, medida pela probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos; conhecimento, medido pela taxa de analfabetismo de adultos; e aprovisionamento económico global, público e privado, medido pela percentagem de pessoas que não utilizam fontes de água adequadas e pela percentagem de crianças menores de cinco anos com peso deficiente para a idade.

IPH –2
Porque a privação humana varia com as condições sociais e económicas da comunidade, foi concebido um índice separado, o IPH-2, para medir a pobreza humana em países da OCDE seleccionados, apoiado na maior disponibilidade de dados. O IPH-2 aborda a privação nas mesmas três dimensões que o IPH-1 e numa adicional, a exclusão social. Os indicadores são a probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos, a taxa de analfabetismo funcional dos adultos, a percentagem de pessoas que vivem abaixo da linha de privação de rendimento (com rendimento disponível das famílias ajustado inferior a 50% da mediana) e a taxa de desemprego de longa duração (12 meses ou mais).

Índice de desenvolvimento ajustado ao género
O índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG) mede os progressos nas mesmas dimensões e utilizando os mesmo indicadores que o IDH, mas capta as desigualdades na realização entre mulheres e homens. É, simplesmente, o IDH ajustado para baixo pela desigualdade de género. Quanto maior a disparidade de género quanto ao desenvolvimento humano básico, menor o IDG de um país, comparado com o seu IDH.

Medida de participação segundo o género (MPG)
A medida de participação segundo o género (MPG) mostra se a mulher pode tomar parte activa na vida económica e política. Concentra-se na participação, medindo a desigualdade de género nas áreas fundamentais da participação económica e política e da tomada de decisão. Rastreia a percentagem de mulheres no parlamento, entre os legisladores, funcionários superiores e gestores e entre trabalhadores especializados e técnicos—e a disparidade de género quanto ao rendimento auferido, reflectindo a independência económica. Diferindo do IDG, expõe a desigualdade de oportunidades em áreas seleccionadas.

Fonte: Quadro de indicadores 1.

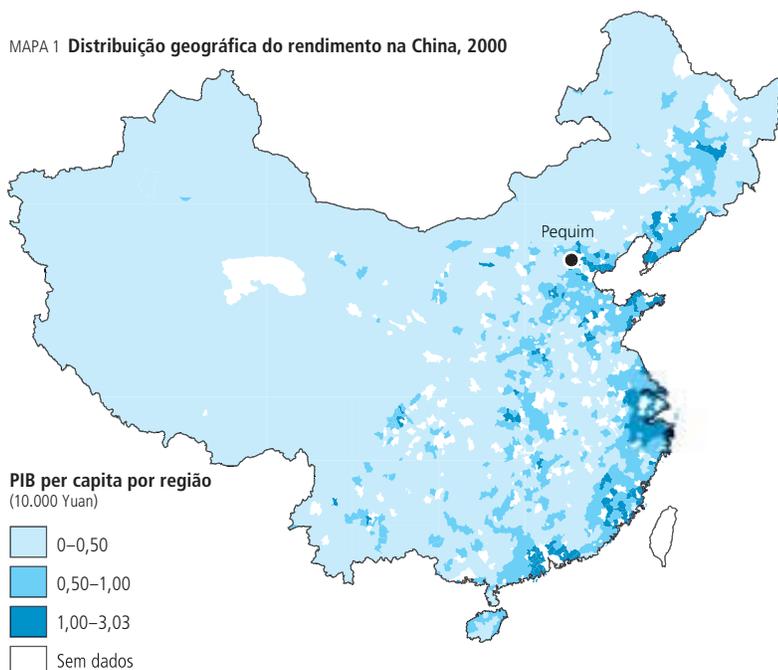
Fonte: Quadro de indicadores 1.

Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados no quadro de indicadores 2.

Destaque 2.3 Alargamento dos hiatos no interior dos países – entre áreas e grupos

Os dados socioeconómicos subnacionais fornecem importantes provas de desigualdades – mesmo em relação a países que, em média, fizeram bons progressos em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. As provas de um desenvolvimento nacional desequilibrado ajudam a determinar as prioridades de política. Em particular, os esforços deviam incidir na erradicação da pobreza humana enraizada que afecta certas áreas e grupos em países onde o desenvolvimento humano é, aliás, muito mais elevado. Alguns países fornecem dados subnacionais pormenorizados para análises socioeconómicas aprofundadas e, onde possível, o levantamento espacial das variáveis socioeconómicas. Alguns desses dados são examinados a seguir, porque dão bons exemplos de hiatos em crescimento ou que se arrastam – em que áreas ou grupos (ou ambas as coisas) inteiros têm sido deixados para trás numa ou mais esferas de desenvolvimento.

China: progresso rápido, conduzido pelo litoral

A China está entre os poucos países com bom desempenho global nos indicadores para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. No entanto, ela tem apresentado, nas últimas décadas, grandes disparidades de resultados económicos e sociais entre as regiões costeira e do interior – uma tendência que também reflecte clivagens entre áreas rurais e urbanas. As áreas costeiras conheceram, consistentemente, o crescimento económico mais rápido do país: entre 1978 e 1998, os rendimentos per capita aumentaram espantosamente em 11% ao ano. Ignorando a inflação, isso significa que 100 dólares em 1978 teriam saltado para 800, apenas 20 anos mais tarde.

MAPA 1 **Distribuição geográfica do rendimento na China, 2000**

Nota: As regiões com densidades populacionais muito baixas (os 20% mais baixos) foram combinadas para calcular um agregado PIB p[...] para elas, porque a dispersão da população não permite um mapa do rendimento per capita de alta resolução.
Fonte: CIESIN 2003.

Além disso, o desempenho das áreas costeiras acelerou nos anos de 1990, com o crescimento anual a atingir a média de 13% – cinco vezes o nível das regiões de mais lento crescimento, do noroeste da China, que estão longe da costa comercialmente próspera. Como resultado, o grosso do rendimento nacional está concentrado em regiões metropolitanas e costeiras. O mapa 1 mostra a dispersão dos níveis do PIB pelas unidades administrativas, em 2000. A riqueza das áreas costeiras – com os seus grandes portos e cidades portuárias – deve muito às exportações.

Em 1999, as três metrópoles mais ricas da China – Xangai, Pequim e Tianjin – estavam no topo da classificação do índice de desenvolvimento humano (IDH). Na base, estavam todas as províncias ocidentais. Além disso, as províncias mais pobres apresentam os níveis mais elevados de desigualdade. O Tibete registou os valores mais baixos da frequência escolar e da esperança de vida. Quanto ao rendimento, educação e saúde, só algumas partes da China alcançarão os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, deixando para trás vastas zonas interiores — e, em particular, as províncias ocidentais.

Brasil: deixar o Norte para trás?

O Brasil tem uma longa história de grandes desigualdades. Os 10% mais ricos das famílias têm 70 vezes o rendimento dos 10% mais pobres. Nos últimos 10 anos, as taxas de analfabetismo alargaram-se entre os estados mais ricos e mais pobres (quadro 1). E embora a pobreza tenha começado a declinar no princípio dos anos 90, fê-lo desigualmente – e não está a cair suficientemente depressa para o Brasil atingir o primeiro Objectivo de Desenvolvimento do Milénio. Ao ritmo de progresso actual, o Sul é a única região que se espera poder reduzir a pobreza para metade até 2015. Mas o Nordeste, a região mais pobre, também reduziu significativamente a pobreza, tal como as regiões Central e do Sudeste.

O Norte é a única região que viu a pobreza aumentar, subindo de 36% em 1990 para 44% em 2001. (Os dados relativos ao Norte limitam-se às áreas urbanas.) Porque é que tantas pessoas estão a ser deixadas para trás quando o crescimento global é bom? O culpado não é uma carência média de recursos, mas a desigualdade persistentemente elevada (Mendonça 2003). O Norte não só está a ver aumentar a pobreza, mas também está a atrasar-se no IDH – ao contrário do Sul urbano, rico (S. Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul) e ao contrário do Nordeste, que conheceu significativas melhorias no seu IDH. Uma implicação política disto é a necessidade de dirigir mais recursos para as áreas

QUADRO 1
Taxas de analfabetismo no Brasil por regiões, idades de 15 anos e mais, 1990 e 2001
Percentagem

Região	1990	2001	Mudança
Brasil	18,7	12,4	–6,4
Norte	12,4	11,2	–1,2
Nordeste	36,4	24,3	–12,2
Centro-Leste	16,9	10,2	–6,7
Sudeste	11,4	7,5	–3,9
Sul	11,7	7,1	–4,6

Fonte: Mendonça 2003.

mais necessitadas – o Norte, por causa das tendências adversas e o Nordeste, por causa dos seus níveis ainda baixos de desenvolvimento humano.

México: desenvolvimento, excluindo o Sul

Desde o princípio dos anos de 1990, o desempenho económico, social e político do México tem sido misto, na melhor das hipóteses, com a sua recuperação da crise da dívida dos anos 80 a sofrer um golpe com a crise financeira de 1994-95. Mas, como um todo, o México está a caminho de atingir a maioria dos Objectivos. A pobreza foi menor em 2000 do que em 1992, baixando de 15% para 13% (embora tenha saltado para 18% em 1995). As áreas mais pobres são o Sul e o Sudeste. O hiato da riqueza também piorou nos anos de 1990: no fim da década, os 10% do topo dos que auferiam rendimento tinham 35 vezes mais o rendimento dos 10% da base, contra 33 vezes em 1992. Mas outros indicadores de desenvolvimento – principalmente da saúde, nutrição e educação – melhoraram nos anos 90.

Se as desigualdades dividem a sociedade mexicana segundo linhas étnicas e sociais, o hiato mais notável é aquele que divide o Sul do Norte, com o Sul a ficar para trás em quase todas os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Os estados meridionais também são principalmente indígenas e rurais e as suas economias são largamente agrícolas e carecem de infra-estruturas. Por causa do mau desempenho do Sul e do progresso do Norte, esta clivagem histórica persistiu desde a abertura do México ao comércio internacional, nos anos de 1990. O Norte e o Noroeste tenderam a beneficiar, enquanto a distância em relação à fronteira dos E.U.A. excluiu o Sul da integração económica com o Canadá e os Estados Unidos.

No estado meridional de Chiapas, mais de 30% da população vive em pobreza extrema e são frequentes os episódios de violência – como em todo o Sul. Além disso, grande número de pessoas do Sul é analfabeto (mapa 2). Este padrão também reflecte hiatos entre taxas de alfabetização de homens e mulheres, que são muito mais profundos nos estados mais analfabetos do Sul.

Filipinas: integrar minorias étnicas

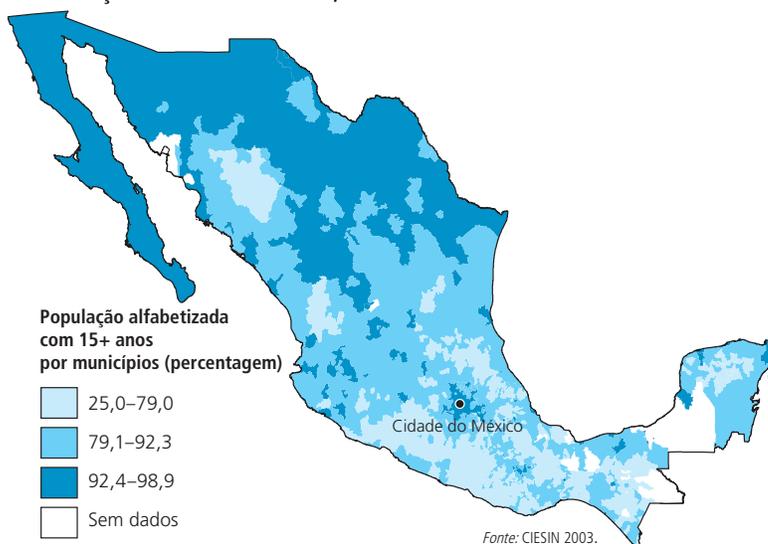
As Filipinas são altamente fragmentadas, económica e socialmente. Uma topografia difícil e um clima desfavorável tornam o Sudeste mais vulnerável a desastres naturais do que os estados mais temperados do centro e do Noroeste (Manila metropolitana).

Algumas áreas contêm grandes aglomerações de populações minoritárias: secessionistas Moro, na Região Autónoma do Mindanau Muçulmano (RAMM) e no Mindanau Central e do Sudoeste, no Sul, e na Região Administrativa de Cordillera, no Norte, dominada pelos nativos. Grandes áreas dessas regiões estão a ficar para trás em muitos indicadores socioeconómicos, em relação à média nacional. A crise financeira da Ásia Oriental, de 1997, juntamente com o fenómeno meteorológico El Niño, no ano seguinte, contribuíram para um novo crescimento da taxa de pobreza, passando para 28% em 2000. Esta tendência não foi uniforme, com a pobreza a aumentar nas áreas montanhosas centrais da ilha setentrional de Luzon e nas áreas ocidentais do Mindanau, no Sul.

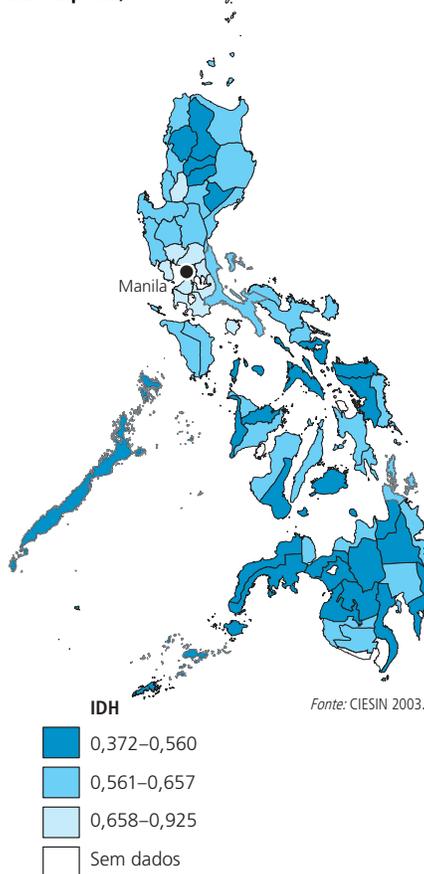
As disparidades regionais na privação de rendimento continuam a ser grandes, variando de um mínimo de 12% na área de Manila até 74% na RAMM. Isto traduz-se numa distribuição desigual do IDH, que reflecte exactamente a

MAPA 2

Alfabetização de adultos no México, 2000

Fonte: CIESIN 2003.

MAPA 3

Índice de desenvolvimento humano nas Filipinas, 1994

Fonte: CIESIN 2003.

distribuição étnica da população, com as áreas de minoria étnica a terem pior desempenho (mapa 3). O desempenho é igualmente heterogéneo quando se olha para outros indicadores, incluindo as taxas de mortalidade de crianças, registando-se mais uma vez na área de Mindanau as melhorias menos significativas.

Índia: progresso geral, mas mais lento para alguns

A Índia, país onde vive uma de cada seis pessoas do mundo, realizou grandes progressos na maioria das frentes. A pobreza foi fortemente reduzida e foram feitas melhorias na educação, tanto para homens como para mulheres. Tem havido melhorias significativas nos hiatos de alfabetização entre géneros, particularmente nos estados centrais pobres de Madhya Prfadesh e, em certa medida, no Rajastão, no Utar Pradesh e em Bihar.

Todavia, há áreas que parecem ter sido excluídas dessas tendências, particularmente ao longo das fronteiras paquistanesa e nepalesa. Além disso, continuam a ser extremamente elevados os hiatos de alfabetização entre as classes sociais baixas e o resto da população, particularmente nos estados mais pobres – Rajastão, Utar Pradexe, Bihar – e em Karnataka. Sharriff e Sudarshan (1996) descobriram que as taxas de alfabetização das mulheres entre membros de tribos privilegiadas eram tão baixas como 7% no Rajastão e 9% em Madia Pradexe.

Também existem graves preocupações com a saúde. Devido, em grande medida, à subnutrição generalizada e às más infra-estruturas, as taxas de mortalidade continuam a ser elevadas nos estados de castas organizadas, rurais e mais pobres, particularmente entre mães e filhos (Bajpay 2003). Entre 1992-93 e 1997-98, a mortalidade infantil caiu em todos os estados, excepto nos de Madia Pradexe e Rajastão. Além disso, as taxas de mortalidade infantil são substancialmente mais elevadas nas áreas rurais, particularmente em Madrasta e no Andra Pradesh (quadro 2). As altas taxas de vacinação ainda são uma característica quase exclusiva das províncias do Sul e Sudoeste. Em muitas áreas, particularmente no Norte e Nordeste, menos de um terço das crianças foi vacinado em 1999.

QUADRO 2

Taxas de mortalidade infantil na Índia, por estado e regiões, anos 1990

Estado	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos) 1992/93	1997/98	Rácio rural--urbano 1995
Andhra Pradesh	70.4	65.0	1.72
Bihar	89.2	73.0	1.30
Gujarat	73.5	62.2	1.45
Karnataka	65.4	51.5	1.60
Kerala	23.8	16.3	1.23
Madhya Pradesh	85.2	86.1	1.70
Maharashtra	50.5	43.7	1.94
Orissa	112.1	82.0	1.65
Rajasthan	76.3	80.4	1.45
Tamil Nadu	67.7	48.2	1.56
Uttar Pradesh	99.9	86.7	1.35

Fonte: International Institute of Population Sciences 2000.

Guatemala: progresso nos hiatos de género e étnicos

Desde 1960, o ritmo em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio tem sido lento e desigual na Guatemala. Entre os choques dos últimos anos contam-se graves secas e a baixa dos preços mundiais do café, a principal exportação do país. Nos anos de 1990, enquanto muitos grupos e áreas conheceram melhorias no desenvolvimento humano, os resultados no Norte e no Noroeste foram decepcionantes. Estas regiões, onde vive a maioria dos indígenas da Guatemala, tiveram a mais elevada taxa de pobreza extrema, em 2000. Parece haver alguma coincidência entre a discriminação que estas minorias étnicas e as mulheres enfrentam. O mapa 4, por exemplo, mostra que a mortalidade materna é máxima no Norte e Noroeste, sugerindo fracos sistemas de saúde em áreas rurais onde prevalecem minorias étnicas e mulheres.

As taxas de alfabetização ilustram outro aspecto do problema. As mulheres do Noroeste constituíram o único grupo que não viu melhorar a taxa de alfabetização. A discriminação de género e raça ocorre nas mesmas áreas e, provavelmente, afecta as mesmas pessoas: mulheres indígenas. Estas tendências são compostas por desigualdades persistentes, especialmente na concentração da terra, que podem impedir o desenvolvimento da Guatemala. Segundo um estudo recente, a concentração da terra aumentou entre 1979 e 2000, atrasando a diversificação e uma melhor distribuição da propriedade e do risco (Fuentes, Balsells e Arriola 2003).

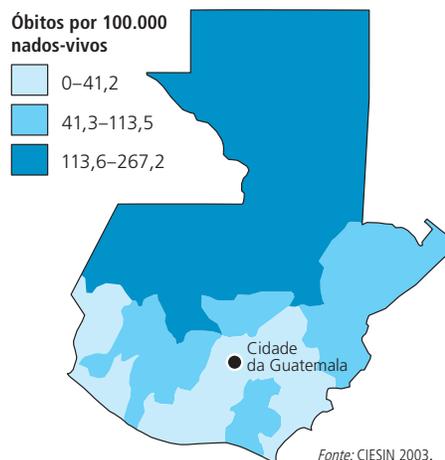
Mas se em termos absolutos a situação é preocupante, durante os anos de 1990 a maior redução percentual da pobreza extrema ocorreu nas famílias indígenas, de 32% para 26%. A privação de rendimento também caiu depressa nas famílias encabeçadas por mulheres. Se o progresso do rendimento registado em muitos dos indicadores relevantes para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio foi satisfatório, a má alimentação (principalmente devido às secas) aumentou no Noroeste e, particularmente, no Norte – afectando opressivamente as populações rurais indígenas e, provavelmente, sugerindo deficiências das infra-estruturas.

Mali: deixar as mulheres para trás

O Mali fez importantes progressos em muitos dos indicadores para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

MAPA 4

Mortalidade maternal na Guatemala, 1997

Fonte: CIESIN 2003.

A despeito de alguma variabilidade, o desenvolvimento global melhorou em todas as regiões durante o período de 1992-99. Todavia, em muitas áreas importantes de desenvolvimento, há demasiadas mulheres a sofrer. Na educação, 40 de cada 100 homens são alfabetizados – e apenas 33 de cada 100 mulheres. As regiões rurais do Norte exemplificam esta imagem nacional, particularmente como consequência de atitudes culturais para com mulheres de áreas rurais.

As mulheres também são desproporcionadamente atingidas pelo HIV/SIDA. Em 1992, a taxa de infecção era de cerca de 3%. As trabalhadoras do sexo têm as mais altas taxas de infecção (Backiny-Yetna, Raffinot e Coulibaly 2003). A doença contribuiu para a elevada taxa de mortalidade materna, de cerca de 580 óbitos por 100.000 nados-vivos – sem alterações nos últimos cinco anos.

Burkina Faso: enfrentar a seca e a doença

Um dos países mais pobres do mundo, segundo o índice de pobreza humana (IPH) e o PIB per capita, o Burkina Faso apresenta acentuadas diferenças de desenvolvimento entre as suas regiões oriental e ocidental. O Leste é seco, o que complica as práticas agrícolas. O Ocidente é mais húmido, criando um clima adequado para a produção de algodão. Além disso, a incidência da pobreza é cinco vezes mais alta nas áreas rurais (50% nas áreas rurais, em 1994 e 1998).

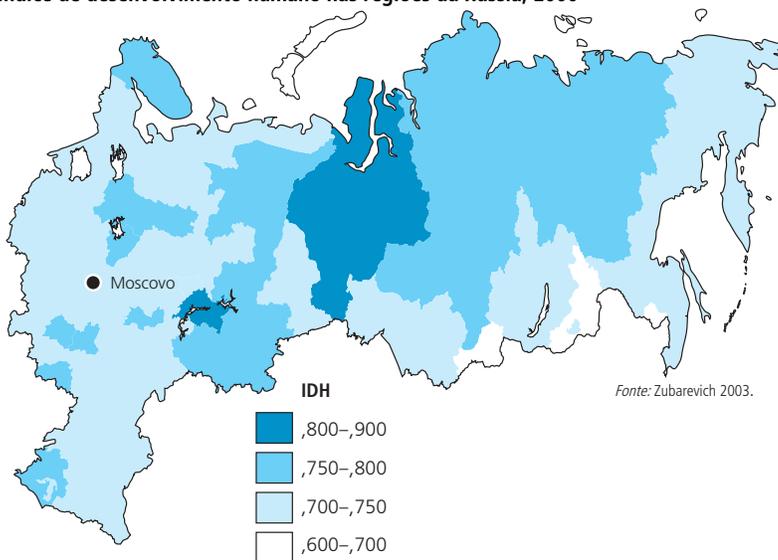
Entre 1993 e 1999 a subalimentação aumentou em todas as províncias. O atrofiamento aumentou de 29% em 1993 para 37% em 1999, com as áreas rurais a conduzirem a tendência. Na capital, Uagadugu, calcula-se que um quinto das crianças sofra de subalimentação. No resto do país, o número é de um terço. A população rural praticamente não melhorou as taxas de escolarização primária. Em 1994, a escolarização primária das raparigas rurais era de 22%, contra 69% das urbanas. Quatro anos mais tarde, os números tinham mudado para 24% e 99%, indicando um progresso extremamente lento nas áreas rurais.

Federação Russa: choques de desenvolvimento e enviesamento de género

A Federação Russa passou por uma profunda transformação desde que iniciou a sua transição para economia de mercado. Além disso, dois choques nos anos 90 minaram os seus indicadores de desenvolvimento. O primeiro foi o HIV/SIDA, com o número de pessoas seropositivas a atingir 178.000 em 2001 (Zubarevich 2003). A doença afectou principalmente pessoas entre os 15 e 29 anos e das áreas urbanas (Moscovo, S. Petersburgo, Sverdlovsk Oblast).
O segundo choque foi um aumento da pobreza e da desigualdade entre e dentro das regiões. Em 2000, Moscovo, Tatarstan e a produtora de petróleo e gás Tyumen Oblast foram as únicas regiões com níveis de IDH comparáveis aos de países mais ricos, como a República Checa, Hungria, e Eslovénia. No outro extremo do espectro estavam as repúblicas da Sibéria e do Extremo Oriente, com níveis de IDH comparáveis aos do Gabão e da Nicarágua (mapa 5).

Essas diferenças espelham a existência de hiatos dentro das regiões. As três regiões mais ricas também estão a viver as polarizações mais acentuadas de riqueza e pobreza. A pobreza na Rússia aumentou tanto nas áreas urbanas como nas rurais, particularmente entre 1997 e 1999, atingindo o pico de 57% em áreas rurais, contra 47% em áreas urbanas. A pobreza afectou regiões diferentes de modos diferentes: a instabilidade económica em particular (como os choques financeiros no fim dos anos 90) parece ter exacerbado as disparidades regionais dos níveis de vida, com as regiões menos desenvolvidas a ficarem mais pobres mais depressa (Zubarevich 2003).
O crescimento da pobreza atingiu mulheres idosas e famílias encabeçadas por mulheres com particular dureza, ilustrando uma preocupante “feminização” da pobreza na Rússia. Uma força condutora por detrás desta tendência é a instabilidade do emprego e, ainda mais, a discriminação salarial contra as mulheres. No princípio de 1999, o rácio mulher-homem dos salários era de 56%. No fim desse ano tinha descido para 52% e em meados de 2000 atingiu 50% (Zubarevich 2003). Outro estudo observou a queda do rácio de 70% em 1998 para 63% em 2000. Além disso, a representação política das mulheres era muito baixa no período de transição. Os hiatos de género na educação mantiveram-se, porém, baixos – perto dos seus níveis de antes da transição.

MAPA 5
Índice de desenvolvimento humano nas regiões da Rússia, 2000

Fonte: Zubarevich 2003.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, baseado nos relatórios nacionais de desenvolvimento humano e em Mendonça 2003; Bajpay 2003; Baumeister 2002, citado em Fuentes, Balsells e Arriola 2003; Backiny-Yetna, Coulibaly e Raffinot 2003a, b; Zubarevich 2003.

CAPÍTULO 3

Vencer as barreiras estruturais ao crescimento – para alcançar os Objectivos

A mensagem nuclear do Pacto de Desenvolvimento do Milénio – e deste capítulo – diz-nos que muitos dos países e regiões mais pobres do mundo enfrentam obstáculos estruturais que têm tornado muito difícil atingir um crescimento económico sustentado. Portanto, não é por acidente que são os mais pobres.

O crescimento sustentado exige que os países comecem por atingir limiares básicos em várias frentes: governação económica sã, cuidados básicos de saúde e educação, infra-estruturas fundamentais, acesso a mercados externos. Se um país ficar aquém de um ou mais desses limiares por causa de condições estruturais – doença descontrolada, ou uma localização longe dos mercados mundiais, ou solos especialmente frágeis e baixa produção alimentar, ou elevada susceptibilidade a desastres naturais – tende a cair numa armadilha de pobreza, tornando improvável o crescimento económico sustentado. Porque enfrentam barreiras altas e têm recursos limitados, esses países não podem atingir, sozinhos, os limiares do crescimento: precisam de ajuda externa.

Mesmo em países com bom desempenho noutros aspectos, os obstáculos estruturais podem contribuir para bolsas de pobreza enraizada. As regiões remotas do interior da China, por exemplo, enfrentam distâncias muito maiores até aos portos, infra-estruturas muito piores e condições biofísicas muito mais duras do que as regiões costeiras do país, que gozam do mais rápido crescimento económico sustentado da história da humanidade. Reduzir a pobreza em países tão populosos como a China, Brasil e Índia exige um enfoque no modo de afectação de recursos para reduzir a pobreza e as desigualdades. Mas esse desafio é muito diferente do que enfrentam os países de prioridade máxima e alta, tipicamente presos em armadilhas de pobreza e com recursos insuficientes para satisfazer as necessidades dos cidadãos médios – para não falar dos mais pobres. Os recursos são insuficientes em grande medida devido à falta de crescimento económico (caixa 3.1).

O crescimento económico é necessário para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio por duas razões. Primeiro, porque o crescimento económico reduz directamente a privação de rendimento de muitas famílias, aumentando as suas poupanças e libertando recursos para investimentos em desenvolvimento humano. Sem crescimento económico, os países não podem esperar reduzir para metade a percentagem de pessoas que vivem com privação de rendimento, a primeira meta dos Objectivos. Segundo, porque o crescimento económico tende a aumentar as receitas do governo. Porque a maioria dos investimentos em desenvolvimento humano – saúde, nutrição, educação, infra-estruturas – vem do sector público, mais recursos fiscais são decisivos para atingir os Objectivos.

Mas se é necessário maior investimento público em desenvolvimento humano, o crescimento económico não é suficiente. Alguns governos descuram esses investimentos, ou fazem discriminação na sua provisão entre grupos populacionais, enfraquecendo as vantagens potenciais que o crescimento económico global pode dar para atingir as Metas. *Os Relatórios do Desenvolvimento Humano* anteriores utilizaram a expressão "crescimento desumano" para descrever o crescimento que não atinge as pessoas pobres, seja porque as famílias mais ricas recebem a maior parte do aumento do rendimento, ou porque os governos não utilizam a receita adi-

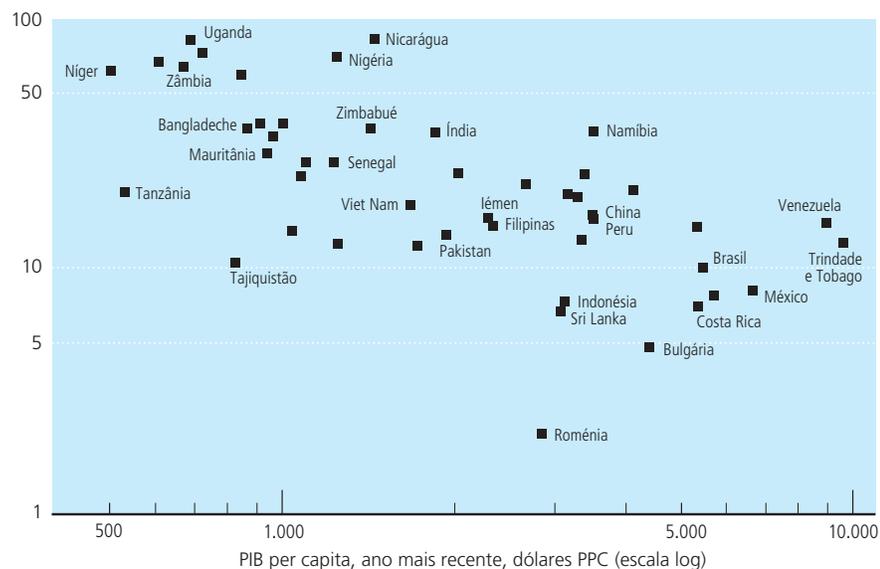
CAIXA 3.1

Crescimento necessário para reduzir a pobreza para metade

O crescimento económico é importante para a realização de todos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, mas está mais directamente relacionado com a primeira meta, que consiste em reduzir para metade a percentagem de pessoas na pobreza, entre 1990 e 2015. Muitos estudos calcularam uma "elasticidade da pobreza em relação ao rendimento médio" – o declínio percentual no rácio de extensão da pobreza por cada 1% de aumento do rendimento per capita. Uma estimativa típica na vasta literatura económica, mantendo constante a distribuição do rendimento, diz-nos que a taxa de pobreza diminui 2% por cada 1% de aumento do rendimento médio per capita, para uma elasticidade igual a 2 (Bruno, Ravallion e Squire 1998; ver também Adams 2002).

Esta estimativa de elasticidade sugere que a redução para metade do número de pessoas na pobreza exige um aumento de 41% do rendimento per capita. Se os 41% forem espalhados ao longo de 25 anos (1990 a 2015), será preciso um crescimento anual de 1,4%. Mas se um país tem que realizar a totalidade do aumento de 41%, entre 2003 e 2015, então precisa de uma taxa anual muito maior (2,9%). Todavia, mesmo a taxa mais elevada está perfeitamente dentro das possibilidades de um país de rendimento baixo – se existirem as condições prévias e as políticas necessárias para o crescimento.

Fonte: Bruno, Ravallion e Squire 1996; Adams 2002.

FIGURA 3.1
Rendimento per capita e privação de rendimento, anos 1990

Fonte: World Bank 2002j e Maddison 2001.

cional para investir nas necessidades de desenvolvimento humano das pessoas pobres. E como mostrava o *Relatório do Desenvolvimento Humano 1996*, o crescimento económico não pode ser sustentado sem melhorias substanciais na educação e na saúde.

Em países com rendimentos *per capita* mais elevados, uma pequena percentagem da população cai abaixo da linha de pobreza, sugerindo que são necessários rendimentos mais elevados para reduzir a pobreza. Mas embora exista uma relação inversa entre a privação de rendimento e o nível de rendimentos de um país, essa relação está longe de ser perfeita. As taxas de pobreza podem variar consideravelmente entre países com rendimentos *per capita* semelhantes: Tanzânia e Níger têm rendimentos similares, mas a Tanzânia tem uma taxa de pobreza muito mais baixa (figura 3.1).

O rendimento *per capita* também está estreitamente ligado à pobreza não económica. Todavia, alguns países (como o Vietname) têm bons níveis de desenvolvimento humano para o seu rendimento, enquanto outros países (como o Zimbabué) têm um desempenho pior do que outros com níveis semelhantes de desenvolvimento económico (figura 3.2).

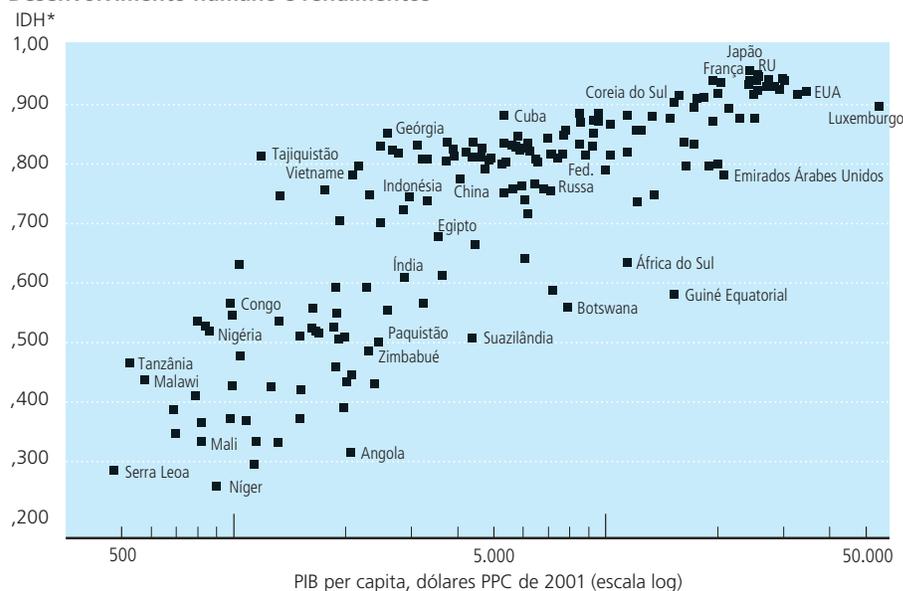
Assim, as ligações fortes entre crescimento económico e reduções da pobreza são mediados por opções políticas e factores estruturais. Vários países com crescimento económico superior a 4% ao ano, desde 1990, não progrediram muito nalgumas dimensões da pobreza não económica (República Dominicana, Moçambique).[1] Portanto, se o crescimento económico pode fornecer recursos para melhorar vários resultados, os decisores políticos precisam de focar as políticas e os investimentos públicos em resultados não económicos, mesmo quando incidem no crescimento. É por isso que o Pacto de Desenvolvimento do Milénio defende a utilização de políticas públicas para reduzir várias dimensões da pobreza não económica.

Do desenvolvimento humano para o crescimento economico – e vice-versa

Boa educação e saúde têm valor intrínseco para o bem-estar dos povos. E ambas estão estreitamente ligadas: a educação ajuda a melhorar a saúde e a boa saúde contribui para uma melhor educação. Além disso, a educação contribui para o crescimento económico e aumenta os rendimentos das pessoas pobres. As melhorias na saúde também geram significativos retornos económicos.[2]

Veja-se, para o período entre 1965 e 1995, o crescimento médio dos rendimentos per capita em várias dezenas de países em desenvolvimento, agrupados segundo os seus rendimentos e taxas de mortalidade infantil em 1965 (a mortalidade infantil é um substituto geral dos níveis globais de doença.) Em países que começam com rendimentos per capita inferiores a 750 dólares (em dólares constantes de 1990 ajustados

FIGURA 3.2

Desenvolvimento humano e rendimentos

Nota: Esta figura utiliza o índice de desenvolvimento humano*, construído com base nas componentes educação e longevidade do IDH, mas com omissão do PIB per capita.
Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano baseados em World Bank 2003i.

à paridade do poder de compra) e com taxas de mortalidade infantil acima de 150 por 1.000 nados-vivos, os rendimentos cresceram à média de 0,1% ao ano – enquanto os que têm taxas entre 100 e 150 cresceram à média de 1,0% ao ano e os países com taxas inferiores a 100 cresceram à média de 3,7% ao ano.

Em países com rendimentos iniciais entre 750 e 1.500 dólares, os que tinham taxas de mortalidade infantil acima de 150 conheceram um crescimento negativo de 0,7% em média, enquanto os que tinham taxas entre 100 e 150 tiveram um crescimento anual médio de 1,1% e os países com taxas inferiores a 100 tiveram um crescimento anual médio de 3,4%.[3] Assim, mesmo depois de contabilizar os rendimentos iniciais, os países com melhores condições de saúde tiveram sistematicamente mais sucesso na realização de maior crescimento. Além disso, o crescimento económico fornece mais recursos para investir na educação e na saúde – e como se assinalou, esses investimentos contribuem para um maior crescimento.

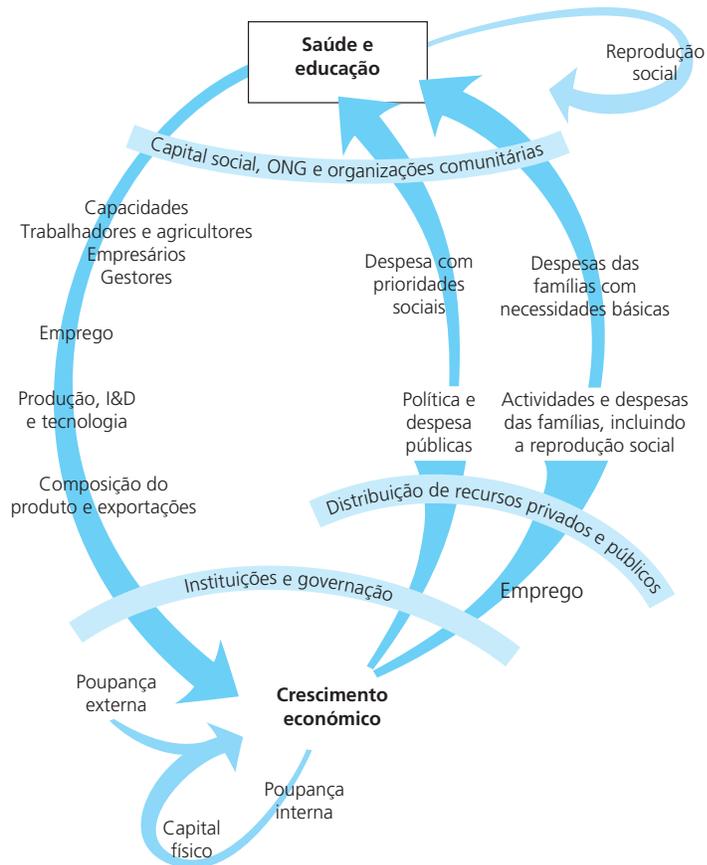
Esta ligação de duplo sentido entre desenvolvimento humano e crescimento económico implica círculos virtuosos – com um bom desenvolvimento humano a promover o crescimento económico e este, por seu lado, a fazer progredir o desenvolvimento humano (figura 3.3). Mas também implica círculos viciosos – nos quais o mau desenvolvimento humano contribui para o declínio económico, levando a uma nova deterioração do desenvolvimento humano. Para muitos países – particularmente de prioridade máxima – atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio requer o rompimento dos círculos viciosos (ou as armadilhas de pobreza, para utilizar um conceito intimamente relacionado) e a criação de círculos virtuosos.

As sinergias entre vários aspectos do desenvolvimento humano também são importantes: melhorar a saúde e a educação exige intervenções concomitantes na escolaridade, planeamento familiar, cuidados de saúde, nutrição e na água e saneamento. Por exemplo, controlar a diarreia e a varíola não só melhora a saúde, mas também reduz a subalimentação. A subalimentação mina gravemente a capacidade duma pessoa de aprender e crescer, pelo que tem importantes implicações na educação e no desenvolvimento de uma força de trabalho produtiva. Mas o controlo da diarreia é afectado por água e saneamento adequados – bem como pelos comportamentos higiénicos promovidos pela educação.

A acção e a equidade estão subjacentes a muitas dessas energias. Quando as pessoas pobres têm poder político protegido por direitos civis e políticos, elas podem ser mais eficazes na exigência de políticas que criem oportunidades sociais e económicas.[4] Esse poder é especialmente importante para as mulheres, bem como para grupos étnicos e raciais que enfrentam a discriminação. Promover a igualdade de

Quando as pessoas pobres têm poder político protegido por direitos civis e políticos, elas podem ser mais eficazes na exigência de políticas que criem oportunidades sociais e económicas

FIGURA 3.3

Do desenvolvimento humano ao crescimento — e vice-versa

Fonte: UNDP 1996.

género e a capacitação das mulheres é crucial para fazer progredir o desenvolvimento humano e para atingir os Objectivos (ver Capítulo 4.)[5]

Para tirar o máximo partido das complementaridades entre serviços sociais básicos, a instrução primária universal devia constituir um enfoque inicial e essencial, particularmente para as raparigas – juntamente com fortes investimentos na saúde, planeamento familiar e na água e saneamento.[6] A maioria desses investimentos não é um efeito secundário automático do crescimento económico: exige importantes esforços do sector público.

Padrões recentes – e problemas – do crescimento economico mundial

Dos 128 países do mundo com pelo menos 1 milhão de pessoas em 1990, e com dados suficientes, 76 viram os rendimentos per capita crescer em 1980-98 – mas 52 viram-nos diminuir (ver destaque 3.1, quadro 1). Como os países com população elevada tenderam a crescer, quando as tendências económicas são medidas em função do número de pessoas, os resultados parecem muito melhores. Mais de 4 mil milhões de pessoas vivem em países que conheceram um crescimento real do rendimento per capita superior a 1,4% no período de 1980-98 – incluindo a China e a Índia, os dois países mais populosos.[7] Este número de 1,4% dá uma estimativa grosseira da taxa de crescimento per capita necessária para atingir o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio de reduzir para metade a privação de rendimento (ver caixa 3.1).

Mas o progresso económico não garante que os países em desenvolvimento atinjam os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. O crescimento pode ser desviado para as famílias de rendimentos mais elevados, ou os seus dividendos fiscais podem não ser investidos nas pessoas mais pobres. Todavia, muitos países em desenvolvimento estão a juntar recursos para investir no sentido de atingir os Objectivos.

Cerca de 1,5 mil milhões de pessoas vivem em países em desenvolvimento que viram os rendimentos per capita crescer menos de 0,7% ao ano, no período de 1980-98, incluindo muitos dos países mais pobres.[8] Se esses países continuarem em estagnação, não terão os recursos necessários para atingir os Objectivos. Encontrar formas de alcançá-los, especialmente em países de prioridade máxima que combinam a pobreza generalizada com pouco ou nenhum crescimento económico (ver capítulo 2), exige que se compreenda a razão por que tais países estão a conhecer pouco ou nenhum crescimento, enquanto tantos outros estão a crescer rapidamente.

O êxito – ou o fracasso – do crescimento económico está estreitamente ligado à forma como uma economia se integra nos mercados mundiais. Algumas formas de globalização ajudam a produzir crescimento económico, mas outras não. O êxito ou o fracasso estão menos relacionados com o rendimento inicial de um país do que com a estrutura das suas exportações. Excluindo os países em transição e os exportadores de petróleo, os países de rendimento médio atingiram um crescimento anual médio de 1,3% em 1980-98, enquanto os de rendimento baixo registaram uma média de -0,1%.[9] Mas muitos destes, incluindo a China e a Índia, portaram-se extremamente bem.

A maioria das histórias de êxito de países de rendimento baixo concentrou-se em exportações de produtos manufacturados (ver destaque 3.1). Entre

CAIXA 3.2

Bangladeche – grande e interior, com acesso à costa

Desde o seu nascimento em 1971, o Bangladeche evoluiu para uma democracia, conseguindo grandes reduções na privação de rendimentos e na pobreza não económica. A privação de rendimentos caiu de 48% em 1989 para 34% em 2000. As políticas sociais básicas – saúde, educação, serviços de saúde reprodutiva, planeamento familiar – ajudaram a baixar o crescimento da população e a diminuir a força de trabalho. Além disso, a maioria da população está a tornar-se alfabetizada. As mudanças positivas desencadeadas por um esforço de exportação reforçaram a necessidade de pessoas com melhor formação.

O crescimento da indústria manufactureira foi uma fonte importante desse êxito. Além disso, as agências governamentais têm apoiado o sector privado através de investimentos em infra-estruturas e qualificações, cruciais para lançar e sustentar o esforço de exportação. O governo também manteve a estabilidade, vital para políticas de crescimento a favor dos pobres. Como resultado dessas iniciativas de política, as exportações trabalho-intensivas de vestuário do Bangladeche saltaram de 867 milhões de dólares, em 1991, para 4,6 mil milhões de dólares em 2002 (Bangladesh Garment Manufacturers and Exporters Association 2003).

Mas, embora o Bangladeche tenha conseguido um êxito impressionante, crescendo o necessário para sair da profunda pobreza e melhorando a saúde materna e infantil ao longo dos últimos 30 anos, as suas experiências podem não ser universalmente reprodutíveis. A razão: o Bangladeche é uma economia grande, com uma população de 133 milhões de pessoas.

Além disso, mesmo com os seus êxitos, Bangladeche ainda está longe de atingir vários dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio – incluindo os da fome e do saneamento. Por isso, ainda se aplica a recomendação central do Pacto de Desenvolvimento do Milénio: é necessária uma abordagem multifacetada para atingir os Objectivos em todos os sectores.

Fonte: World Bank 2003i; Bangladesh Garment Manufacturers and Exporters Association 2003.

os países em desenvolvimento com dados suficientes sobre o comércio e o crescimento económico relativos a 1980-98, 24 exportaram produtos manufacturados primários e 61 exportaram principalmente mercadorias primárias (excepto o petróleo) em 1995.[10] Só um dos exportadores manufactureiros fracassou no crescimento económico durante esse período, contra 32 dos exportadores de mercadorias primárias.

Ao reconhecer as ligações entre crescimento económico e estrutura económica, é possível concentrarmo-nos nos problemas que os países mais pobres enfrentam. Por exemplo, porque é que a China se tornou um exportador manufactureiro, mas o Mali não? Foi apenas uma questão de política económica, ou as condições estruturais também desempenharam o seu papel? E se as condições estruturais desempenharam o seu papel, como é que as estruturas subjacentes do Mali podem ser melhoradas para que o país possa tornar-se um exportador manufactureiro bem sucedido?

Tornar-se internacionalmente competitivo em produtos para além das mercadorias primárias tradicionais não é fácil. O retorno dos investimentos manufactureiros no Mali não é muito alto e não só por causa da política económica. O país é interior e sofre de altos níveis de malária, tuberculose, HIV/SIDA e de outras doenças. Solos frágeis e chuvas erráticas ao longo de muitas décadas resultaram numa baixa produtividade alimentar. Devido aos poucos recursos energéticos, o país tem que importar combustíveis fósseis. Finalmente, população do Mali é pequena, o que significa que o seu mercado interno é pequeno. Os investidores consideram os níveis educacionais e de qualificação do país demasiado baixos para justificarem os custos impostos pela interioridade, má saúde, baixa nutrição, mercado interno pequeno e pelas barreiras correlativas. Em suma, o Mali não atinge os limiares necessários para atrair muitos investidores estrangeiros, ou internos, fora dos sectores tradicionais.

Assim, atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio no Mali – e em muitos outros países em circunstâncias semelhantes – exigirá investimentos especiais num amplo conjunto de sectores. É necessário melhor saúde, educação, água, saneamento, estradas, portos e energia para os investimentos privados baseados no mercado (a caixa 3.2 ilustra o êxito no Bangladeche.) Entre outras coisas, o Mali podia tornar-se um exportador bem sucedido de vestuário, destino turístico e processador de produtos agrícolas tropicais. Mas essas actividades só descolarão depois da saúde, da educação e doutros limiares fundamentais serem atingidos. Porque o país é demasiado pobre para fazer sozinho esses investimentos, os países parceiros têm que fornecer o financiamento para a descolagem económica.

Pelas razões expostas por Adam Smith há mais de duzentos anos, a capacidade de um país sustentar a complexa divisão do trabalho necessária para uma manufactura internacionalmente competitiva depende da extensão do mercado

Desafios estruturais da geografia desfavorável, mercados pequenos e custos de comércio elevados

Para compreender a razão por que alguns países enfrentam barreiras mais altas para atingir limiares de cresci-

mento económico, vejamos primeiro as implicações estruturais da geografia física. Pelas razões expostas por Adam Smith há mais de duzentos anos, a capacidade de um país sustentar a complexa divisão do trabalho necessária para uma manufactura internacionalmente competitiva depende da extensão do mercado.

Efeitos da geografia nos mercados, comércio e crescimento

Há duas formas de um país ter uma grande extensão do mercado. A primeira é através de uma população grande: os países com populações pequenas tendem a ter pequenos mercados internos. (países com população pequena, como aqui se define, são aqueles que tinham menos de 40 milhões de pessoas em 1990.) A segunda é através do comércio de baixo custo com mercados mundiais, reconhecendo que os custos de comércio são fortemente influenciados pela geografia. Os países próximos de grandes mercados (para o México, os Estados Unidos, e para a Polónia, a Alemanha), ou os países costeiros com fácil acesso à navegação oceânica de baixo custo, têm vantagens em relação aos países interiores distantes dos grandes mercados, ou dos portos oceânicos. (países interiores são definidos aqui como aqueles em que mais de três quartos da população vive a mais de 100 quilómetros da costa.)

No período de 1980-98, os países em desenvolvimento com populações grandes, localização costeira, ou ambas, atingiram um crescimento económico muito maior do que os países com populações pequenas e localização interior. Os países costeiros grandes cresceram, em 3 de 4 casos, a uma média anual de 3,2% per capita (ver destaque 3.1, quadro 2). Os países interiores grandes cresceram, em 10 de 10 casos, à média de 2,5%. Os países costeiros pequenos cresceram, em 15 de 17 casos, a

CAIXA 3.3

Desafios na região andina

Os países andinos incluem a Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela. Destes, a Colômbia, Equador, Bolívia e Peru partilham constrangimentos estruturais e desafios políticos semelhantes. Estes países têm indicadores de desenvolvimento humano médio, mas a região enfrenta pobreza e desigualdades persistentemente elevadas. Embora os rendimentos médios variem grandemente entre estes quatro países – medido em paridade do poder de compra, o rendimento per capita em 2001 foi de 2.424 dólares na Bolívia, 3.202 no Equador, 4.799 no Peru e de 6.248 dólares na Colômbia – mais de um terço da população ainda vive com menos de 2 dólares por dia. A Venezuela, apesar de ser o sexto maior produtor de petróleo do mundo, enfrenta desafios igualmente imponentes. O crescimento do PIB per capita andou, em média, entre -0,7% e -1,0% nas últimas duas décadas, e aproximadamente um quarto da população vive com menos de 1 dólar por dia.

Várias características estruturais ajudam a explicar a persistência da estagnação económica e da pobreza nos países andinos.

- Um primeiro factor bem conhecido é a persistência de desigualdades. Cada um dos países tem um coeficiente de Gini acima de 0,5. Estas desigualdades são particularmente pronunciadas devido às divisões étnicas. Quaisquer políticas de desenvolvimento bem sucedidas para estes países devem incidir na provisão pública de serviços sociais fundamentais na educação, saúde e água e saneamento, para aumentar as oportunidades dos grupos excluídos.
- Um factor estrutural habitualmente menosprezado que contribui para os desafios de desenvolvimento destes países é que todos têm uma significativa quantidade da sua população a viver a grandes altitudes no interior. Assim, as suas economias têm que vencer elevados custos de transporte para obterem acesso aos mercados mundiais. Embora a Bolívia seja o único país interior, metade dos cidadãos do Equador e do Peru vive a mais de 100 quilómetros da costa. Cerca de um quarto da população da Colômbia também vive no interior.
- Esta falta de acesso ao mercado contribui para a dependência dos países em matéria de recursos naturais e consequente exposição às grandes flutuações de preços dos produtos primários. Na Venezuela, o petróleo representa mais de 80% das exportações. Mais de metade das exportações do Equador são petróleo (30%) e bananas (21%), enquanto menos de um quarto são produtos manufacturados (23%). A Bolívia continua a ser grandemente dependente do gás e da soja (45% das exportações), com os produtos manufacturados a constituírem uma pequena fracção (14%).
- Outro desafio é colocado pelo El Niño, uma flutuação climática cíclica da temperatura e da precipitação que tem grandes implicações na produção agrícola. Para vencer a sensibilidade às flutuações externas, esses países precisam de políticas activas de infra-estruturas, particularmente em relação a portos e estradas, para terem acesso aos mercados mundiais. Também precisam de políticas industriais activas, para ajudar a desenvolver uma base manufactureira diversificada para as exportações.
- Finalmente, estes países enfrentam um constrangimento estrutural que reflecte os seus problemas económicos persistentes: dívida pendente. A Bolívia, Equador e Peru tiveram, cada um, pelo menos cinco reescalonamentos da dívida (com países credores públicos) pelo Clube de Paris nos últimos 20 anos. Estes constrangimentos da dívida tornaram difícil fazer os investimentos internos que aumentariam as capacidades humanas e estimulariam o crescimento económico.

Na Venezuela, a falta de diversificação das exportações e a queda da produtividade contribuíram para a estagnação da economia. Nos últimos anos, a agitação política, o aumento das desigualdades e o mau planeamento económico juntaram-se a estes desafios.

Juntamente com estes desafios estruturais, a instabilidade social, económica e política da região interagiu com a produção de folha de coca e cocaína, principalmente para os mercados dos E.U.A. e da Europa. A indústria da droga levou à proliferação do crime organizado, da corrupção e de outros males da administração pública, conduzindo à militarização dessas sociedades e a ameaças persistentes à paz social e à democracia.

Estimativas recentes baseadas em tendências históricas indicam que, dos cinco países, só a Colômbia parece estar a caminho de atingir o Objectivo da pobreza, enquanto se espera que os outros quatro tenham níveis cada vez maiores de pobreza, em grande medida como consequência de maior desigualdade, abrandamento económico, ou ambos (PNUD, ECLAC e Instituto de Pesquisa Económica Aplicada 2002).

Embora esta combinação de desafios seja significativa, as políticas podem vencê-la Podem construir-se portos e estradas. Os governos podem investir nos grupos excluídos. Os mercados podem ser diversificados. E as relações com os devedores podem ser renegociadas. O que é crucial, como se delineou no Pacto de Desenvolvimento do Milénio, é que todos esses desafios sejam tratados simultaneamente, sob o compromisso de um pacto entre cada país e os seus parceiros.

Fonte: World Bamk 1998b, 2002h, 2002i; UNDP, ECLAC e Instituto de Pesquisa Económica Aplicada 2002.

uma média de 1,9% (ver destaque 3.1). Mas, dos países interiores pequenos, apenas 24 de 53 cresceram. Além disso, a taxa de crescimento média per capita do grupo foi negativa.

Embora estes dados possam parecer enviesados pela África Subsariana – região de mais de 30 pequenos países interiores – o mesmo modelo encontra-se em toda a parte: dos 50 países não africanos da amostra, 27 dos 30 grandes, costeiros, ou ambos, conheceram o crescimento económico – enquanto apenas 11 de 20 países pequenos e interiores cresceram.

Esta amostra revela que cerca de metade da população mundial vive em grandes países interiores que conheceram crescimento sustentado, incluindo a China e a Índia. Entretanto, aproximadamente 420 milhões de pessoas vivem em grandes países costeiros – com 341 milhões em economias a crescer fortemente. (Os outros 77 milhões vivem nas Filipinas.) A maioria dos 130 milhões de pessoas dos pequenos países costeiros vive em economias em crescimento. Mas quase 420 milhões de pessoas vivem em pequenas economias interiores que não estão a crescer. Alguns desses países situam-se na região andina (caixa 3.3).

Estes números não significam que todas as pessoas que vivem em economias em crescimento estejam a usufruir de maior bem-estar. Os constrangimentos estruturais podem verificar-se dentro dos países como entre eles, e outras desigualdades podem estar presentes. A China e a Índia continuam a ter grandes bolsas de pobreza persistente, que exigem a atenção das políticas internas (caixa 3.4).

Os números também não reflectem um padrão elevado de crescimento, porque se considera que um

CAIXA 3.4

China e Índia – crescimento impressionante, diferenças importantes

A China e a Índia, que somam um terço da população mundial, gozaram um crescimento económico espantoso na última década. Os seus êxitos, ao fazerem progredir o bem-estar médio, implicam grandes melhorias para uma grande parte da humanidade. Mas as suas experiências também apontam para a importância de olhar para além das médias nacionais e compreender as diferenças dentro de cada país.

Embora ambos os países tenham alcançado um crescimento económico rápido e sustentado, as suas taxas de progresso foram bastante diferentes. A China viveu o mais rápido progresso económico sustentado da história da humanidade, com um crescimento real per capita médio de 8% ao ano durante a última década. O seu rendimento per capita é agora de 3.976 dólares em termos de paridade do poder de compra (PPC). Entretanto, o rendimento real per capita na Índia aumentou a uma taxa média forte, embora mais modesta, de 4,4%, atingindo 2.358 dólares em 2001. Reflectindo o seu crescimento económico bem sucedido, ambos os países assistiram a significativas reduções da pobreza. Segundo estimativas do Banco Mundial baseadas em inquéritos ao consumo, a proporção de pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia diminuiu na China, de 33% em 1990 para 16% em 2000, e na Índia, de 42% em 1993-94 para 35% em 2001 (Banco Mundial 2003i). Embora altamente contestados por causa de divergências quanto à metodologia, concepção do inquérito e amostras, estes cálculos dão, em todo o caso, uma indicação aproximada das tendências da pobreza nesses países.

Reformas do mercado

O crescimento excepcional da China explica-se parcialmente pelas suas reformas baseadas no mercado, que começaram em 1978, muito antes de terem começado as reformas semelhantes na Índia, em 1991. Estas reformas permitiram à China integrar-se na economia mundial a um ritmo fenomenal. Hoje, é a maior receptora de investimento directo estrangeiro entre os países em desenvolvimento, com um investimento anual que subiu de quase zero em 1978 para cerca de 52 mil milhões de dólares em 2002 (cerca de 5% do PIB). O investimento directo estrangeiro na Índia também aumentou significativamente, embora a níveis muito mais baixos, crescendo de 129 milhões de dólares em 1991 para 4 mil milhões de dólares em 2002 (menos de 1% do PIB).

Um forte crescimento das exportações contribuiu para o desempenho económico de ambos os países, com um predomínio crescente das exportações de produtos manufacturados – embora, mais uma vez, a China tenha tido muito mais êxito neste domínio. As suas exportações atingiram 320 mil milhões de dólares em 2001, contra 35 mil milhões de dólares da Índia. As exportações de produtos manufacturados representaram 53% do total das exportações da China em 1981 e 90% em 2001; na Índia, essa percentagem aumentou de 60% para 77%. A China teve um êxito particular na passagem de exportações intensivas em trabalho para exportações intensivas em tecnologia: equipamento de telecomunicações e computadores representam já um quarto das suas exportações.

Investimentos sociais

São necessários investimentos sociais para o crescimento sustentado da economia. Na China, o investimento público na educação é de 2,3% do PIB, enquanto na saúde é de 2,1%. Os resultados para o desenvolvimento humano são claros. A alfabetização está em 84%, a taxa de mortalidade infantil é de 32 por 1.000 nados-vivos e a taxa de mortalidade de menores de cinco anos é de 40 por 1.000 nados-vivos.

A Índia, pelo contrário, tem, tradicionalmente, baixos níveis de investimento. A despesa com a saúde está em 1,3% do PIB (governos central e estaduais em conjunto). O investimento na educação aumentou significativamente, de 0,8% do PIB em 1950 para 3,2% actualmente, embora ainda fique aquém da meta governamental de 6% do PIB. Os indicadores do desenvolvimento humano da Índia continuam muito mais baixos do que os da China. A alfabetização está em 65%, a mortalidade infantil em 68 por 1.000 nados-vivos e a taxa de mortalidade de menores de cinco anos é de 96 por 1.000 nados-vivos.

Variações regionais e outros desafios

Seria enganador falar apenas em termos de médias nacionais para dois países tão grandes em população e em área. Como se assinalou no capítulo 2, o maior crescimento económico da China ocorreu nas províncias costeiras – enquanto as províncias geograficamente isoladas do noroeste conheceram um crescimento muito menor. A Índia também tem fortes variações regionais. Em 1992-97, o crescimento económico per capita variou de -0,2% em Bihar até 7,8% em Guzerate. Aparecem variações semelhantes noutros indicadores de desenvolvimento humano, como os da educação e da saúde.

Ambos os países continuam a enfrentar desafios, como a propagação do HIV/SIDA e outras doenças sexualmente transmissíveis, que acompanharam o crescimento da migração do trabalho e do comércio internacional. E ambos enfrentam o desafio de apoiar uma economia baseada no conhecimento para manter um crescimento consistentemente elevado, à medida que aumentam os níveis de qualificação média. Ambos também precisam de se concentrar na difusão dos ganhos do crescimento pelas regiões, comunidades e grupos étnicos que tão poucas vantagens viram da nova prosperidade. Mesmo as políticas públicas deviam incidir em investimentos na saúde, educação e infra-estruturas para o desenvolvimento futuro.

Fonte: Woo e Bao 2003; World Bank 2003e, 2003f, 2003i e cálculos de Shaohua Chen do Banco Mundial e Angus Deaton da Universidade de Princeton; Índia 2003; China 2003; Bajpay 2003; UNCTAD 2002b.

país cresceu mesmo que tenha observado um crescimento médio anual de apenas 0,1% no período de 1980-98. Mas os números destacam o tipo de países – pequenas economias interiores – que enfrentam os maiores desafios para atingir os Objectivos, exigindo o maior apoio da comunidade internacional e merecendo a maior atenção no âmbito do Pacto de Desenvolvimento do Milénio. Isto não quer dizer que alguns dos grandes países com regiões costeiras significativas, como o Paquistão, devam ser ignorados. Também eles enfrentam grandes desafios para reduzir a pobreza e fazer progressos no desenvolvimento humano.

Mais algumas questões acerca da geografia:

- A geografia tanto pode ser uma dádiva como uma desgraça. Não é por coincidência que todas as histórias de sucesso da Ásia Oriental do fim do século XX têm acesso à costa e a grandes rotas de navegação – portanto, o acesso a grandes mercados pode ajudar a contrariar os efeitos das pequenas populações.
- Os recursos naturais – outra manifestação da geografia – podem proporcionar um importante estímulo se os seus dividendos financeiros forem bem geridos. O melhor exemplo são as descobertas de diamantes do Botswana, onde as receitas investidas na educação e na saúde ajudaram um país bastante pequeno e interior a quadruplicar o seu rendimento per capita em 25 anos (embora esses progressos tenham sido prejudicados recentemente por um pesado fardo de HIV/SIDA).
- O tamanho do mercado e a orientação costeira de um país não são as únicas questões geográficas que exigem atenção urgente. Algumas regiões são vulneráveis aos choques climáticos (como o *El Niño*), enquanto outras não o são. Algumas regiões são vulneráveis a desastres naturais (terramotos, tempestades tropicais, erupções vulcânicas, cheias), enquanto outras não o são. Algumas regiões são atreitas a doenças de base ambiental (malária), enquanto outras não o são. Algumas regiões sofrem de enorme pressão sobre a água, enquanto outras não. Todos estes constrangimentos geofísicos podem pesar muito numa economia – e exigir atenção política.

Mas a geografia não é uma fatalidade

A geografia pode colocar alguns desafios, mas não define o destino de um país. Este enfoque na geografia destaca a necessidade de políticas adaptadas aos desafios de cada país. Com políticas adequadas, mesmo as dificuldades dos mercados pequenos – ou solos maus, ou flutuações climáticas – podem ser vencidas. Em países geograficamente isolados, muitas das desvantagens da distância podem derrotadas com melhores estradas e melhores comunicações .

Este enfoque na geografia destaca a necessidade de políticas adaptadas aos desafios de cada país. Com políticas adequadas, mesmo as dificuldades dos mercados pequenos – ou solos maus, ou flutuações climáticas – podem ser vencidas

Em países com pequenas populações, a integração com países vizinhos pode dar aos mercados a escala necessária. Além disso, os países ricos podem abrir os seus mercados às exportações de pequenos países em desenvolvimento. Foi assim que os pequenos países, ou os países interiores da Europa Ocidental, tiveram êxito: através da estreita integração económica da União Europeia.

Se uma economia é sobrecarregada por maus solos, são necessários suplementos nutrientes para o solo (através de fertilizantes, árvores leguminosas, melhor rotação das culturas e outros meios). E as doenças tropicais podem ser controladas através de intervenções como os mosquiteiros impregnados de insecticida para combater a malária. O problema não é a dificuldade de superar os obstáculos geofísicos. O problema é que esses obstáculos são menosprezados demasiadas vezes – e resolvê-los custa dinheiro.

Boas políticas, crescimento económico e desenvolvimento humano

Um primeiro passo no progresso económico envolve, muitas vezes, o aumento da produtividade dos pequenos agricultores pobres. Isso pode acontecer quando as forças de mercado permitem progressos agrícolas ou os governos investem em investigação e desenvolvimento. As famílias de agricultores pobres muitas vezes produzem alimentos para a sua própria subsistência, restando pouco para o mercado. Portanto, aumentar a produtividade agrícola – digamos, através de melhores variedades de sementes e de fertilizantes, como durante a revolução verde dos anos 70 – aumenta o rendimento e a nutrição das famílias. Também permite que as famílias pobres invistam mais na saúde e educação das suas crianças. Muitas dessas crianças acabam por migrar para áreas urbanas, particularmente desde que as necessidades alimentares já podem ser satisfeitas por menos agricultores (mas mais produtivos).

Na manufactura, a maior produtividade vem de um ambiente macroeconómico estável, de instituições públicas sãs e de uma infra-estrutura física fiável. As

populações urbanas crescentes também apoiam uma indústria maior e mais produtiva. Além disso, a produtividade manufactureira recebe muitas vezes um importante empurrão das importações de mais alta tecnologia. Na Ásia Oriental, a produtividade manufactureira aumentou quando as empresas domésticas se tornaram fornecedoras de empresas multinacionais, utilizando tecnologias e produtos especificados por essas empresas. Entre as exportações comuns de manufacturas da primeira fase contam-se os brinquedos, vestuário, calçado, componentes electrónicos, peças para automóveis e similares.

Rendimentos em crescimento levam as famílias a gastar mais em saúde e educação. Investem em água potável, ou mandam as crianças para a escola, ou compram medicamentos quando são atingidas pela doença. Também melhoram a sua alimentação. As pessoas podem arranjar casas mais seguras – comprando redes para as janelas para impedir a entrada de mosquitos portadores de doenças, ou fogões a gás propano em vez da lenha altamente poluente. Os investimentos familiares na saúde e na educação são muitas vezes acompanhados de investimentos públicos em serviços sociais.

À medida que o rendimento aumenta, também aumentam as taxas de poupança nacionais (a percentagem do rendimento nacional que resta depois do consumo das famílias e do governo). Com rendimentos muito baixos, as famílias são demasiado pobres para pouparem: têm que gastar tudo o que têm simplesmente para sobreviverem. A maioria dos gastos vai para alimentação, alojamento e vestuário – e cuidados de saúde, quando se declara uma emergência. Quando os rendimentos ultrapassam o limiar de sobrevivência, as famílias conseguem poupar dinheiro para o seu futuro bem-estar e segurança económica. As poupanças nacionais dão outro impulso ao crescimento económico, porque permitem investimentos das empresas privadas e do governo. Esses investimentos levam ao aumento do capital físico e dos *stocks* de infra-estruturas por pessoa.

Outro impulso vital para o crescimento económico acontece quando as taxas de fertilidade caem, em resposta a políticas públicas e à subida dos rendimentos das famílias. As famílias pobres com muitos filhos raramente conseguem investir o suficiente na saúde e educação de cada criança. Talvez só o filho mais velho tenha a possibilidade de frequentar a escola durante alguns anos. Mas quando a fertilidade baixa, mesmo as famílias pobres podem dar uma boa educação a dois filhos, digamos, em vez de seis – e podem investir com mais igualmente nos filhos e nas filhas. Nesta fase, uma economia está num ritmo de crescimento forte e auto-sustentado. Já não estando atolada na agricultura de subsistência, estão em marcha as dinâmicas do crescimento económico persistente.

Numa fase posterior aparece outra tendência importante. À medida que os níveis de educação sobem e as empresas domésticas produzem mais bens e serviços sofisticados (muitas vezes apoiadas por investimentos, saber-fazer e tecnologia transferidos de empresas estrangeiras), os cientistas e engenheiros nacionais começam a desenvolver novos produtos. A despesa privada em investigação e desenvolvimento aumenta, tal como os gastos governamentais. Além disso, as universidades locais dão contribuições decisivas para o crescimento económico, formando cientistas e engenheiros e sendo sede de uma quantidade crescente de investigação e desenvolvimento.

À medida que os níveis de educação sobem e as empresas domésticas produzem mais bens e serviços sofisticados, os cientistas e engenheiros nacionais começam a desenvolver novos produtos

Políticas fracas, declínio económico e pobreza humana

Então, que acontece – ou não acontece – nos países que não conseguem alcançar este tipo de descolagem? Tal como antes, essas economias partem pobres e principalmente rurais, com limitada indústria urbana. Mas ao contrário das economias em crescimento, a produtividade agrícola – e, portanto, a economia rural – está estagnada, ou em queda, por causa de solos esgotados e de choques climáticos. Tal como as populações cresceram, assim aumentou a desflorestação e a escassez de água. Não foram introduzidas novas tecnologias, públicas ou privadas, para empurrar a agricultura. Os agricultores nem sequer podem levar os seus produtos aos mercados, porque os governos não têm dinheiro para construir ou manter estradas.

Nestes países, as crianças das famílias de agricultores trabalham a partir de idades muito baixas – por exemplo, caminhando frequentemente muitos quilómetros por dia para ir buscar água e lenha. Mesmo que a instrução esteja disponível, as crianças não têm tempo nem energia para frequentá-la. Também não têm acesso aos cuidados de saúde primários necessários para evitar, ou tratar, a malária, lombrigas e outros achaques, porque as famílias não têm dinheiro para pagar aos médicos e os governos não têm dinheiro para pagar os salários dos médicos, nem os medicamentos necessários. Muitas crianças – talvez

15 em cada 100 – morrem antes dos cinco anos. Como resultado, os pais têm muitos filhos.

Para agravar as coisas, a produtividade é baixa nas áreas urbanas. Além disso, as actividades manufactureiras podem ser excluídas dos mercados mundiais se um país é interior e distante dos portos, ou se a sua principal exportação está sujeita a barreiras comerciais em todo o mundo. Talvez a estrada da capital para o porto mais próximo atravesse outro país hostil aos interesses económicos do seu vizinho do interior. Ou, se a economia interior construiu uma estrada regional que funciona bem até à fronteira do país de trânsito, talvez a economia costeira seja mal gerida e não construa, não mantenha nem policie a estrada até ao porto.

Como se assinalou, as pequenas populações são mais um fardo para as economias interiores muito pobres. Como resultado, os investidores internacionais têm pouco interesse em estabelecer operações locais de produção para servir mercados locais. Se vendem alguma coisa, fá-lo-ão através de exportações para o país e não através de produção local.

Nessas circunstâncias, mesmo com políticas governamentais mais eficazes, é improvável que a manufactura local possa iniciar um crescimento auto-sustentado. Os industriais locais podem fornecer alguns bens básicos aos mercados locais – sabão, alimentos processados, mobiliário de madeira, tijolos e outros materiais de construção, alguns produtos químicos – mas pouco mais. A tecnologia é básica e as empresas não são suficientemente competitivas para venderem aos mercados mundiais, especialmente com os elevados custos de transporte para os portos (e os custos proibitivos do transporte aéreo para artigos básicos). Sem um motor de crescimento na manufactura, não é provável que essas economias comecem a crescer.

Mesmo que o sector público esteja a tirar o máximo proveito dos seus recursos, esses países enfrentam numerosos bloqueamentos ao crescimento:

- As taxas de poupança privada são baixas – se não negativas.
- Os governos utilizam a maioria, ou a totalidade, das suas receitas para pagar aos funcionários (exército, polícia, professores, administração pública), deixando pouco ou nada para investir na saúde, educação e infra-estruturas.
- A produtividade agrícola é baixa, em parte, porque há poucas contribuições da indústria nacional, como os fertilizantes. E problemas graves de transporte tornam a importação de fertilizantes proibitivamente cara para a maioria dos agricultores.
- As taxas de fertilidade mantêm-se altas, reflectindo o nível baixo de instrução das raparigas e das mulheres, grandes populações rurais, taxas elevadas de mortalidade de crianças e falta de planeamento familiar e de serviços de saúde reprodutiva.
- A saúde materna sofre porque as mulheres têm pouco acesso à educação e aos cuidados de saúde, com implicações negativas para os filhos. A maioria das pessoas permanece em áreas rurais, porque é necessária para produzir alimentação para as populações nacionais em expansão – o que resulta em elevados preços dos produtos alimentares para os residentes urbanos.
- Com as populações rurais a aumentarem, a extensão de terra arável por trabalhador agrícola diminui, reduzindo a produção por agricultor. Isso, conjugado com a falta de cuidados de saúde, piora a saúde pública, contribui para a propagação de doenças infecciosas (em parte propiciada por um sistema imunitário enfraquecido devido à subalimentação) e reduz a produtividade do trabalho.

Em suma, esses países foram apanhados na armadilha da pobreza. Têm recursos insuficientes para vencer desafios estruturais e ficam aquém dos limiares críticos – na saúde, educação e nas infra-estruturas – para alcançar o crescimento económico auto-sustentado. Muitos dos países de prioridade máxima identificados no capítulo 2 caem nesta categoria. Embora a boa governação económica e as políticas económicas sãs sejam necessárias para escapar às armadilhas da pobreza, elas não são suficientes. Na maioria dos casos, também é necessário vencer enormes constrangimentos estruturais para alcançar os limiares para o crescimento sustentado.

Embora a boa governação económica e as políticas económicas sãs sejam necessárias para escapar às armadilhas da pobreza, elas não são suficientes

Note-se a distinção entre constrangimentos estruturais aos limiares para o crescimento sustentado e constrangimentos da governação económica para esses limiares. Governos corruptos, ou incompetentes, arruínam muitos países, impedindo os investimentos necessários ao desenvolvimento económico. Este fardo pode ser consequência de políticos cleptocráticos, instituições legais fracas, burocratas corruptos, ou de conflitos políticos, ou armados (caixa 3.5).

Escapar às armadilhas da pobreza

Então, o que é que se pode fazer pelos países apanhados nas armadilhas da pobreza? O Pacto de Desenvolvi-

CAIXA 3.5

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e países com conflitos

Qualquer tentativa séria de lançar uma campanha bem sucedida para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio deve prestar uma atenção especial às áreas afectadas por conflitos. Cerca de 60 países conheceram conflitos violentos durante os anos 90. Para além do seu custo directo em vidas humanas, o conflito pode minar economias, desestabilizar governos, danificar infra-estruturas, bloquear a prestação de serviços públicos e provocar deslocações maciças de pessoas. Mais de 14 milhões de pessoas enfrentam a fome devido a conflitos presentes ou recentes. Muitas vezes, o HIV/SIDA e outras doenças infecciosas propagam-se ferozmente em áreas afectadas por conflitos. Nalguns exércitos da África Subsariana, mais de metade dos soldados são seropositivos. É frequente a mortalidade materna e infantil aumentar substancialmente em zonas de guerra, com os serviços de saúde destruídos e nascimentos durante a fuga.

A análise dos 25 países mais atingidos por conflitos, entre 1960 e 1995, revela uma variação substancial dos custos humanos e económicos da guerra. A Etiópia, Libéria e Uganda, por exemplo, tiveram taxas de mortalidade infantil significativamente mais elevadas durante os conflitos do que em tempo de paz. Todavia, El Salvador, Guatemala e Moçambique conheceram taxas abaixo das respectivas médias regionais, mesmo durante a guerra. Estas conclusões sugerem que podem ser adoptadas políticas – mesmo durante os conflitos – para reduzir os custos humanos e económicos.

Reduzir os custos humanos do conflito

Prescrições políticas gerais são difíceis, dada a heterogeneidade e a complexidade das economias afectadas pela guerra. Os objectivos de guerra podem incluir a privação de serviços essenciais em certas regiões (Sudão). Os conflitos também podem enfraquecer gravemente os governos, deixando-os incapazes de fornecer serviços a qualquer grupo (Afeganistão, Serra Leoa, Somália). Na verdade, o colapso do governo sem o aparecimento de estruturas substitutas tem levado a resultados humanos e económicos da guerra particularmente adversos (Uganda). Os países que conseguiram reduzir os custos económicos e humanos da guerra, e nalguns casos fazer progressos no sentido dos objectivos de desenvolvimento, fizeram-no quando todas as famílias – de ambos os lados das linhas de batalha – tinham acesso a alimentos, cuidados básicos de saúde e educação primária (Guatemala, Moçambique, Sri Lanka).

Muitas vezes, o financiamento público adequado de serviços essenciais pode ser mantido, mesmo com o aumento da despesa militar que acompanha a guerra. Moçambique, Nicarágua e Sudão aumentaram claramente a despesa social per capita durante os seus conflitos. Mas, mesmo que sejam necessários cortes da despesa social, eles não devem traduzir-se automaticamente na redução dos orçamentos de serviços sociais básicos. Mesmo em tempo de paz, esses serviços representam apenas uma fracção da despesa social.

Os cortes da despesa social são muitas vezes acompanhados pela diminuição dos recursos humanos, na medida em que professores e médicos fogem das regiões afectadas por conflitos. E os cortes também são acompanhados por roturas imprevisíveis dos mecanismos de distribuição. Assim, as abordagens flexíveis da prestação de serviços são essenciais, utilizando diferentes actores, tais como organizações não governamentais (ONG) e estruturas quase governamentais. Moçambique fez uma experiência com clínicas e salas de aula móveis quando os edifícios da saúde e da educação se tornaram alvos de guerra. Em El Salvador, ambos os lados pararam os combates em três ocasiões diferentes para permitirem a vacinação de crianças.

As pessoas das áreas afectadas por conflitos são particularmente vulneráveis à subalimentação grave, na medida em que a produção de alimentos diminui e o conflito bloqueia os esforços normais de socorro. A subida dos preços dos alimentos é, muitas vezes, uma ameaça crítica à segurança alimentar. Durante os seus períodos de guerra, muitos países ricos subsidiaram e racionaram os alimentos para evitar a subida de preços. A Nicarágua também utilizou esses mecanismos para melhorar a situação alimentar das pessoas em regiões afectadas pela guerra.

Em áreas urbanas, esses esforços são relativamente fáceis de administrar. As comunidades rurais, porém, podem beneficiar mais do apoio agrícola na forma de fornecimentos, empréstimos e trabalho pago. A distribuição de alimentos através das escolas e das clínicas também pode melhorar o acesso, sem encorajar a deslocação para campos de refugiados. Essa distribuição pode ajudar a promover a frequência escolar e a reduzir os incentivos para as crianças se tornarem soldados ou ladrões.

Reduzir os custos económicos do conflito

Os custos económicos do conflito afectam o bem-estar humano de muitas formas, desde a subida dos custos da alimentação até à diminuição das oportunidades de emprego. Em média, os países mais duramente atingidos por conflitos, entre 1960 e 1995, conheceram declínios significativos do crescimento económico, reduções da produção para exportação, níveis de consumo em queda e redução das receitas do governo (em percentagem do PIB), em comparação com países sem guerra. A maioria dos países também enfrentou défices orçamentais crescentes e aumento em espiral da dívida, na medida em que os significativos aumentos da despesa militar foram satisfeitos com declínios substanciais da receita do governo. Mas alguns países conseguiram desafiar a média, apresentado até um desempenho económico impressionante durante o tempo de guerra. O Sri Lanka, por exemplo, sustentou 2% do crescimento económico durante a mesma década em que conheceu o conflito. Os países que experimentam conflitos contínuos deviam concentrar-se em (pelo menos) quatro áreas políticas fundamentais.

- *Manter a receita fiscal* em economias de guerra é difícil, porque a receita fiscal em acentuado declínio satisfaz, muitas vezes, despesas militares em escalada. As estruturas institucionais utilizadas na colecta da receita devem ser mantidas durante a guerra. As taxas de impostos em vigor antes do conflito também devem ser mantidas, além de se lançarem outros impostos sobre objectos de luxo e bens relacionados com a guerra. Os governos também podem emitir títulos de poupança compulsórios, assim como vender ajuda alimentar para obter novas fontes de receita. Na verdade, Nigéria, Sri Lanka e Sudão conseguiram sustentar os níveis de rendimento (em percentagem do PIB) durante os seus conflitos.
- *Evitar a inflação galopante* é necessário porque a inflação em escalada cria incerteza e promove a especulação do sector privado. Essa inflação também torna o controlo orçamental e financeiro público extremamente difícil. A liberalização dos preços durante os conflitos, dadas as baixas elasticidades da oferta, é um dos principais factores de subida da inflação. Em Moçambique, por exemplo, essa liberalização levou a enormes aumentos do preço dos bens racionados, como o milho, óleo de cozinha e açúcar.
- *Assegurar recursos em divisas* é essencial porque o declínio dos recursos em divisas contribui para reduções da produção. Alguns países subsarianos conheceram fomes devastadoras devido a uma mistura de conflitos, reduções da produção e secas. Para sustentar a produção, as políticas nacionais e internacionais deviam visar o financiamento das importações produtivas mantendo os mercados de exportação abertos e ajudando-os, e apoio creditício a essas importações. As políticas nacionais devem assegurar que os recursos disponíveis em divisas sejam utilizados para comprar bens essenciais, como medicamentos e bens para a agricultura. Os controlos das importações, como quotas e tarifas, podem ser utilizados para garantir que isso aconteça.
- *Manter uma taxa de câmbio real competitiva.* Os países afectados por conflitos enfrentam enormes dificuldades na gestão da sua balança de pagamentos, em condições incertas de rendimento das exportações e de compromissos de ajuda. As políticas devem manter uma taxa de câmbio real competitiva para evitar desincentivos às exportações. Os países também devem garantir o controlo das taxas de câmbio nominais, dado o inevitável desequilíbrio macroeconómico da guerra. Em Angola, por exemplo, a inflação subiu de 160% para 246%, entre 1991 e 1992, atingindo sobretudo os angolanos mais pobres.

Fonte: Stewart 2003; Fitzgerald 2001.

A ideia fundamental é que os países pobres, em estagnação ou declínio, podem ser empurrados para cima dos limiares básicos e criar crescimento auto-sustentado se receberem ajuda suficiente para investir em saúde, educação e infra-estruturas básicas

mento do Milénio deste Relatório, construído numa base de gestão macroeconómica sã, visa apoiar o desenvolvimento humano, combinando seis cachos de políticas:

- *Investimentos nos sectores sociais.* Podem ser feitos importantes progressos na saúde, alimentação, educação e na água e saneamento, em condições de baixo rendimento, quando estiverem disponíveis mais recursos dos doadores, porque as intervenções necessárias são bem conhecidas e estão provadas há muito tempo, e os principais investimentos podem ser feitos pelo sector público, apoiado por financiamento dos doadores. São necessários grandes ganhos na saúde e educação antes dos rendimentos per capita poderem aumentar substancialmente.
- *Investimentos para aumentar a produtividade agrícola.* A produtividade agrícola pode ser aumentada introduzindo melhor tecnologia (melhores sementes, melhor lavoura e rotação das culturas, gestão dos nutrientes do solo, gestão das pragas) e melhorando as infra-estruturas rurais (projectos de irrigação, equipamentos de transporte e armazenamento, estradas para ligar as aldeias aos mercados maiores). Além disso, a segurança na posse da terra pode proteger os direitos dos agricultores e encorajá-los a investir em melhoramentos da terra que aumentem a produtividade a longo prazo.
- *Investimentos nas infra-estruturas.* Nalgumas áreas, como as cidades portuárias costeiras, será relativamente fácil atingir um limiar adequado de estradas, energia eléctrica, portos e comunicações para apoiar a diversificação económica em áreas não tradicionais. Mas será muito mais difícil noutros sítios, como países interiores, ou montanhosos, que sofram de elevados custos de transporte.
- *Políticas de desenvolvimento industrial para impulsionar actividades privadas.* O desenvolvimento bem sucedido de actividades não tradicionais exige, muitas vezes, políticas industriais especiais, incluindo benefícios fiscais selectivos, temporários e bem concebidos, zonas de processamento de exportações, zonas económicas especiais, parques de ciência, créditos fiscais ao investimento, promoção de ciência e tecnologia, financiamento de investigação e desenvolvimento orientada e subsídios públicos às infra-estruturas e à terra.
- *Uma grande ênfase na equidade em toda a sociedade.* As instituições políticas devem permitir às pessoas pobres – especialmente mulheres – participar em decisões que afectam a sua vida e protegê-las de actos arbitrários e irresponsáveis dos governos e de outras forças. Assim, as estratégias para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio devem assegurar os direitos das mulheres à educação, serviços de saúde reprodutiva, controlo da propriedade, participação na força de trabalho e posse segura da terra. As estratégias também devem focar a eliminação de outras formas de discriminação, incluindo a racial, étnica e a de origem regional.
- *Ênfase na sustentabilidade ambiental e na gestão urbana.* Muitos dos lugares mais pobres do mundo são em regiões de enorme variabilidade e vulnerabilidade climática, exigindo uma gestão ecológica sã. Elas incluem as regiões tropicais e subtropicais vulneráveis a flutuações da precipitação e da temperatura provocadas pelo El Niño – regiões que também conhecem as pressões da alteração climática a longo prazo. Outro desafio ecológico é gerir a urbanização rápida através de um planeamento cuidadoso e de grandes investimentos públicos.

Essas políticas podem iniciar uma descolagem da pobreza. Os países podem começar a fornecer bens trabalho-intensivos (vestuário, componentes electrónicos) aos mercados externos. O turismo e os serviços baseados na informação (como a transcrição de dados e as operações computorizadas de *back-office*) podem levar a uma explosão comparável das exportações de serviços. Este crescimento de exportações não tradicionais pode conduzir os processos cumulativos do crescimento descritos anteriormente, incluindo o aumento das taxas de poupança, das receitas governamentais, da urbanização, a queda da fertilidade e o aumento da produtividade agrícola (em parte, por causa de mais contribuições do sector manufactureiro).

Para atingir o crescimento a longo prazo, todas essas políticas têm de ser enfrentadas simultaneamente, independentemente do estádio de desenvolvimento económico em que o país se encontra. Mas os países mais pobres não têm dinheiro para fazer esses investimentos sozinhos. Para eles, o Pacto de Desenvolvimento do Milénio afirma que os doadores deviam ajudar a cobrir os custos – presumindo que os países de rendimento baixo cumprem a sua parte do acordo, promovendo a boa governação económica, protegendo os direitos humanos e prosseguindo políticas transparentes e eficazes (caixa 3.6).

A ideia fundamental, aqui, é que os países pobres em estagnação ou declínio podem ser empurrados para cima dos limiares básicos e criar crescimento auto-sustentado se receberem ajuda suficiente para

CAIXA 3.6

O que é necessário para fazer funcionar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio no Uganda

O Uganda fez excelentes progressos económicos na última década. Mas, apesar de um crescimento real médio de 3,7% em 1992-97, o Uganda ainda tem um rendimento per capita de apenas 330 dólares.

O Uganda é pequeno e interior, com a agricultura a empregar 80% da força de trabalho. Em 1997, a extensão da pobreza era de 44% da população; a mortalidade infantil, de 83 por 1.000 nados-vivos (em 2000); a mortalidade materna, de 505 por 100.000 e a mortalidade de menores de cinco anos, de 161 por 1.000.

Em 1997, o Uganda foi pioneiro de uma estratégia de desenvolvimento orientada para a pobreza ao projector um Plano de Acção para a Erradicação da Pobreza, que foi revisto em 2000 enquanto Documento de Estratégia para Redução da Pobreza, de acordo com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. No documento, o Uganda estabelece quatro metas:

- Reduzir a pobreza absoluta para 10% da população até 2017.
- Elevar as realizações educativas dos ugandeses.
- Melhorar a saúde da população.
- Dar voz às pessoas pobres.

Para alcançar estes objectivos, o governo formulou políticas baseadas em quatro pilares, que coincidem em muitos aspectos com as dimensões políticas do Pacto de Desenvolvimento do Milénio. Esses pilares incluem a criação de um enquadramento para o crescimento económico e a transformação através da estabilidade macroeconómica; o enfoque nas exportações estratégicas; e a promoção do sector privado. Para isso, o Uganda terá de atrair muito mais investimento directo estrangeiro e diversificar a sua economia – duas coisas difíceis, dado o estatuto de interioridade do país e o elevado custos dos transportes.

O quarto pilar inclui a promoção da boa governação e segurança económica, acções que aumentam directamente a capacidade das pessoas pobres para aumentar os seus rendimentos (através de um plano para modernizar a agricultura) e que melhoram directamente a sua qualidade de vida (através de melhor saúde, educação e água potável e saneamento). Mas a questão fundamental é se o Uganda será capaz de fazer os investimentos para pôr em prática essas estratégias e atingir essas metas.

O planeamento orçamental está a ser alinhado pelo Documento de Estratégia para Redução da Pobreza, e a despesa social será apoiada em fundos libertados pelo alívio da dívida. Segundo uma estimativa de 2002 do Economy Policy Research Center, pôr em prática os planos do documento geraria um hiato de recursos de 417 milhões de dólares em 2003, ou 6,4% do PIB – e isto baseia-se numa estimativa bastante baixa dos custos de cuidados de saúde. Na verdade, se os custos de realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio estivessem incluídos – como fornecer água potável e saneamento, aliviar a fome e prover infra-estruturas – esse hiato seria ainda maior.

Estas projecções são de grande valor para a comunidade internacional, porque fornecem uma indicação do aumento da despesa necessário a nível nacional. Os gastos com o HIV/SIDA precisam de aumentar 83%, com a educação 109% e com a saúde 212%. Portanto, apesar do melhor empenho em planeamento a nível nacional, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio continuarão a ser inatingíveis, a não ser que sejam apoiados por fluxos financeiros muito maiores provenientes da comunidade internacional – o que constitui uma parte importante do papel dos países ricos no Pacto de Desenvolvimento do Milénio.

Fonte: Uganda 2002; IMF 2002a; World Bank 2000b.

investir em saúde, educação e infra-estruturas básicas. Não é necessário financiamento externo para financiar todo o processo de crescimento – mas meramente para financiar a descolagem. Na maioria dos casos, essa descolagem pode ser conseguida numa geração.

Políticas de crescimento que beneficiam as pessoas pobres

Este capítulo tem salientado a necessidade de estratégias compreensivas e multissectoriais para alcançar o crescimento económico, incluindo políticas para promover as exportações de produtos manufacturados. Considerando as diferentes barreiras estruturais que os países enfrentam, é claro que cada um precisa de prosseguir políticas que façam sentido para as suas condições (ver a contribuição especial de Joseph Stiglitz, laureado com o Prémio Nobel). Esta secção trata de duas questões relacionadas que visam assegurar que o crescimento beneficia as pessoas pobres. Primeiro, que políticas podem promover o crescimento das exportações manufacturadas intensivas em trabalho (em vez de intensivas em capital)? Esses produtos podem aumentar directamente as oportunidades de emprego e aumentar os salários reais das pessoas pobres. Segundo, que políticas podem, também, assegurar rendimentos mais elevados para as pessoas pobres não directamente empregadas pela indústria manufactureira? Essas políticas são necessárias nos países de rendimento baixo com bolsas persistentes de pobreza.

Políticas para promover a indústria intensiva em trabalho

Nos últimos 20 anos, muito do pensamento e da prática do desenvolvimento confundiu crescimento económico baseado no mercado com *laissez faire*. Mesmo quando o crescimento económico se baseia na propriedade privada e nas forças de mercado, a política governamental deve promover indústrias nacionais eficientes e competitivas. Apoiar a criação de exportações de produtos manufacturados, por exemplo, pode ser metade da batalha para alcançar o crescimento sustentado – especialmente se a história económica de um país tiver envolvido a exportação de mercadorias primárias.

De igual modo, as políticas podem ser centrais para promover actividades intensivas em trabalho em vez de intensivas em capital e, a longo prazo, para aumentar a produtividade e elevar os salários reais. As políticas desempenham, há muito, um papel fundamental no estímulo do desenvolvimento industrial,

CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL

Pobreza, globalização e crescimento: perspectivas sobre algumas das ligações estatísticas

Vários estudos econométricos recentes tentaram demonstrar uma relação sistemática entre globalização e crescimento – e entre crescimento e redução da pobreza. A mensagem desses estudos é clara: abra a sua economia, liberalize e crescerá, e à medida que cresce, a pobreza reduzir-se-á. Supõe-se que esta investigação enterre os ataques à globalização e, embora fuja às palavras, dê nova vida à economia do trickle-down, há muito desacreditada, que sustentava que "uma maré a subir eleva todos os barcos".

A economia do trickle-down desacreditou-se por uma razão óbvia: não era verdadeira. Por vezes, o crescimento ajuda as pessoas pobres, mas por vezes não ajuda. Segundo algumas medidas, a pobreza aumentou na América Latina nos anos de 1990, mesmo em muitos países onde houve crescimento. Não era justo que pessoas que estavam bem ganhassem desproporcionadamente com o crescimento: alguns dos seus ganhos até podem ter sido à custa das pessoas pobres.

Embora haja vários problemas técnicos com estes estudos recentes, o problema mais significativo é que fizeram a pergunta errada: globalização e crescimento são endógenos, o resultado de políticas particulares. O debate não é sobre se o crescimento é bom ou mau, mas se certas políticas – incluindo políticas que podem levar a uma integração mundial mais estreita – levam ao crescimento; e se essas políticas levam ao tipo de crescimento que melhora o bem-estar das pessoas pobres. Um olhar para os países melhor sucedidos no crescimento e na redução da pobreza mostra como são enganadores esses estudos.

A China e outros países da Ásia Oriental não seguiram o Consenso de Washington. Demoraram a eliminar as barreiras tarifárias e a China ainda não liberalizou completamente a sua conta de capitais. Embora os países da Ásia Oriental estejam "globalizados", utilizaram políticas industriais e comerciais para promover exportações e transferências mundiais de tecnologia, contra o conselho das instituições económicas internacionais. Mais importante, talvez, é que ao contrário do Consenso de Washington, as políticas que promovem a equidade foram uma parte explícita das suas estratégias de desenvolvimento. O mesmo também vale para o Chile, talvez o país melhor sucedido da América Latina, que, durante os seus dias de alto crescimento do princípio dos anos de 1990, lançou eficazmente um imposto sobre as entradas de capitais de curto prazo.

A questão de política não é "globalizar ou não globalizar", ou "crescer ou não crescer". Nalguns casos, nem sequer é "liberalizar ou não liberalizar". Em vez disso, as questões são: liberalizar as contas de capital de curto prazo – e se assim é, como? A que ritmo liberalizar o comércio e que políticas devem acompanhar a liberalização? Há estratégias de crescimento a favor dos pobres que façam mais para reduzir a pobreza enquanto promovem o crescimento? E há estratégias de crescimento que aumentem a pobreza enquanto promovem o crescimento – estratégias que devessem ser evitadas?

Por exemplo, nem a teoria nem as provas apoiam o ponto de vista de que abrir mercados a fluxos de capital especulativo de curto prazo aumenta o crescimento económico. Mas há teoria e provas consideráveis de que aumenta a instabilidade económica e de que a instabilidade económica contribui para a insegurança e a pobreza. Portanto, essas formas de liberalização do mercado de capitais podem, de alguma forma, aumentar a "globalização". Mas não aumentam o crescimento – e mesmo que o crescimento aumentasse ligeiramente, esta sua forma podia aumentar a pobreza, especialmente em países sem adequadas redes de segurança.

De igual modo, admite-se que a liberalização do comércio permite transferir recursos de sectores protegidos de baixa produtividade para sectores de exportação de alta produtividade. Mas, e se os mercados de exportação em áreas de vantagem comparativa (como a agricultura) estiverem efectivamente fechados, ou o crédito não esteja disponível (ou só esteja disponível a taxas de juro exorbitantes) para criar os novos empregos relacionados com a exportação? Então, os trabalhadores simplesmente saem de empregos nos sectores protegidos de baixa produtividade para o desemprego. O crescimento não melhora, mas a pobreza aumenta.

Mesmo medidas muitas vezes elogiadas, como a tarifação, revelaram-se facas de dois gumes, porque expuseram os países em desenvolvimento a riscos adicionais, com os quais não estavam preparados para lidar. Mais uma vez, não é claro que a tarifação conduza a um crescimento mais rápido; é muito mais evidente que a variabilidade crescente aumente a pobreza.

Há políticas que, a longo prazo, podem melhorar o crescimento e reduzir a pobreza, tal como aumentar as oportunidades de educação para grupos desfavorecidos, o que permite aos países recorrer a vastos reservatórios de talento pouco utilizado. Mas o retorno dos investimentos feitos hoje na educação pré-escolar só se manifesta dentro de duas décadas ou mais – o que não é o tipo de resultados que aparecem em estudos econométricos típicos.

Escondido sob a superfície desses estudos econométricos de globalização está outro subtema: como a globalização se tem mostrado tão boa para o crescimento e a redução da pobreza, os críticos da globalização não devem ter razão. Mas esses estudos transversais não podem enfrentar as críticas mais fundamentais da globalização, tal como ela tem sido praticada: que é injusta e que os seus benefícios tem ido, desproporcionadamente, para as pessoas ricas. Depois da última ronda de negociações comerciais, a Ronda do Uruguai, um estudo do Banco Mundial mostrou que a África Subsariana estava realmente pior. A liberalização assimétrica teve efeitos globais nos termos de comércio. Os estudos de globalização sugerem que a África sofreu porque não estava globalizada. Isso pode ser parcialmente verdade. Mas também é verdade que a África sofreu por causa da forma como a globalização foi gerida.

Assim, esses estudos econométricos sobre globalização, crescimento e pobreza tem sido uma diversão enganadora, desviando o debate de onde devia estar – no carácter apropriado de políticas particulares para países particulares, na forma como a globalização pode ser moldada (incluindo as regras do jogo) e nas instituições económicas internacionais, para promover melhor o crescimento e reduzir a pobreza no mundo em desenvolvimento. O movimento antiglobalização tem sido muitas vezes acusado de ser irreflectido, simplesmente por perguntar se a globalização é boa ou má. Mas os estudos econométricos, com toda a aparente sofisticação das suas estatísticas, são igualmente culpados.

Joseph E. Stiglitz
Prémio Nobel da Economia, 2002

como fizeram as economias dos tigres da Ásia Oriental desde os anos 60. Mas isso depende de várias condições – em particular de uma capacidade institucional disciplinada dentro dos governos.

As políticas de desenvolvimento industrial a favor dos pobres deviam seguir algumas orientações gerais. Primeiro, como este capítulo mostra, as exportações manufacturadas são cruciais para o crescimento a longo prazo. Para esse fim, as políticas macroeconómica e comercial são fundamentais para diversificar as estruturas económicas. Taxas de câmbio sobrevalorizadas que prejudicam os exportadores podem limitar gravemente as possibilidades de crescimento do emprego. A transição para uma orientação exportadora é complexa (e muito discutida em toda a parte). Mas, sobretudo para as pequenas econo-

mias, as políticas macroeconómicas exigem uma orientação para as exportações. Na China e Coreia do Sul, a protecção governamental dos mercados internos coexistiu com incentivos à exportação. A Coreia proveu os exportadores com incentivos fiscais e proporcionou-lhes a importação sem direitos de bens de investimento, o que aumentou o retorno do capital investido nos sectores desejados.

Segundo, são necessários incentivos financeiros para lançar indústrias em economias com escassez de capital. Têm sido utilizados vários instrumentos de política: crédito directo e subsidiado, apoio a subsectores seleccionados, subsídios à exportação, instituições de aquisição de tecnologia e muitas outras intervenções específicas para cada sector. Vários países da Ásia do Sudeste utilizaram créditos à exportação e incentivos fiscais para aumentar o retorno dos investimentos nas exportações. Mas como recém-chegados relativos, o investimento directo estrangeiro tem desempenhado, como habitualmente, um papel maior nos seus esforços de exportação – e nos da China – do que em relação aos tigres da Ásia Oriental.

Terceiro, é necessária uma burocracia pública competente, profissional, razoavelmente independente para apoiar essas políticas. Interferências políticas indevidas têm sido prejudiciais para as instituições do Estado, levando, nalguns casos, à bancarrota. A resposta não deve ser o abandono do Estado. Independentemente da dificuldade, fazer reviver instituições estatais pode ser vital para eliminar os constrangimentos da governação económica ao crescimento (ver destaque 3.1).

A política de emprego no sector público é importante neste caso. O Estado não pode ser um "empregador de último recurso". Na Ásia Oriental, os salários bastante elevados do sector público, particularmente para os gestores, atraem e retêm funcionários públicos qualificados. Esses grupos tecnocráticos estão razoavelmente isolados de pressões políticas, o que ajuda a assegurar a clareza das decisões e cria confiança no mercado. Perceber isto tem sido tão importante como qualquer intervenção política, porque as políticas "correctas" podem ter efeitos perversos quando existe incoerência institucional.

Quarto, o sector público deve apoiar e construir o sector privado, em vez de concorrer com ele. Os organismos públicos podem apoiar a capacidade privada de várias formas. Japão, Coreia do Sul, Malásia e Tailândia criaram conselhos deliberativos formais para reduzir os custos de informação e transacção dos agentes privados. Está a ser utilizada uma nova forma de conselho deliberativo para a política de tecnologia. Na Costa Rica e Irlanda, programas de previsão tecnológica juntaram departamentos governamentais com o sector privado, organizações internacionais e organizações não governamentais para reduzirem os custos de informação e de transacção – e para chegarem a consenso sobre a maneira de melhorar a capacidade tecnológica nacional. Estes organismos podem ser particularmente importantes para o desenvolvimento de pequenas e médias empresas orientadas para a exportação. Além disso, deviam ser feitos esforços para aumentar a responsabilidade social e transparência das empresas. Mais ainda, as empresas privadas internacionais têm um papel importante no encorajamento da formação de capital local e no desenvolvimento do sector privado local, criando mais empregos nos mercados locais de trabalho. Finalmente, o crescimento favorável aos pobres pode ser alcançado através de parcerias mais ambiciosas entre os sectores público e privado, especialmente na construção de infra-estruturas básicas e na provisão de serviços (como electricidade) em regiões em desenvolvimento.

Políticas para sectores não industriais

As políticas anteriores de desenvolvimento industrial podem ajudar a criar um motor de crescimento da economia. Mas muitas pessoas pobres (se não a maioria) trabalham fora da indústria, em particular nas primeiras fases de desenvolvimento. Assim, as políticas têm de enfrentar as suas necessidades à medida que são prosseguidas políticas de desenvolvimento industrial.

Primeiro, o governo precisa de um sistema fiscal eficaz capaz de mobilizar receitas suficientes para investir nas necessidades básicas das pessoas pobres. Nos países mais pobres isso exigirá não só mais receitas domésticas, investidas com bom senso, mas também mais ajuda dos doadores. Um sistema fiscal eficaz não implica impostos elevados. Um rumo mais sensato é optar por taxas baixas nos impostos directos sobre o rendimento – mas pôr a ênfase no cumprimento e pôr termo ao abuso e às isenções politicamente motivadas. Um grande problema das receitas em muitos países é que as pessoas ricas simplesmente não pagam impostos directos.

Um grande problema das receitas em muitos países é que as pessoas ricas simplesmente não pagam impostos directos

Este capítulo põe em relevo os problemas estruturais que atrasam o crescimento económico dos países de prioridade máxima e alta e, por isso, a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Segundo, os países com muitos agricultores deviam investir no aumento da produtividade agrícola e na diversificação das culturas para os mercados de exportação. (O capítulo 4 analisa a produtividade agrícola com mais pormenor.) Tais esforços poderiam incluir o desenvolvimento de sementes específicas para cada local e estratégias de nutrientes do solo para gerar grandes produções nas condições locais. Os governos também podem prover incentivos financeiros aos exportadores e apoio de *marketing* para diversificar as culturas. Também podiam garantir preços mínimos aos agricultores das áreas com mercados frágeis. A Tailândia fê-lo quando passou das culturas tradicionais para culturas sofisticadas para exportação, como os espargos, que não são comidos internamente.

Terceiro, as políticas devem assegurar o acesso das pessoas pobres aos activos económicos. Sem activos, as pessoas pobres não podem participar nos mercados. Precisam de terra, finanças e qualificação – e da acção pública para os adquirir. Investir em desenvolvimento humano para aumentar as oportunidades sociais para todos é um dos seis cachos de política discutidos no capítulo 4. Aqui, o enfoque é na terra e nas finanças.

Acesso à terra. Mais de 500 milhões de pessoas, ou grosseiramente 100 milhões de famílias nos países em desenvolvimento, carecem de direitos de propriedade, ou direitos equiparados, sobre a terra que cultivam. A maior parte é constituída por rendeiros, trabalhadores agrícolas ou antigos trabalhadores de herdades colectivas. Também estão incluídas famílias de agricultores com direitos de arrendamento inseguros, tais como ocupantes e detentores de direitos consuetudinários, ou tradicionais, que não têm direitos formais sobre a terra que ocupam.

A falta de direitos legais formais sobre a terra prejudica a capacidade das pessoas de gerar rendimentos e ganhar meios de subsistência, minando o crescimento económico. Porque a terra é a sua principal fonte de rendimento e proporciona segurança e estatuto social, formalizar os seus direitos de propriedade através da reforma agrária serviria vários objectivos:

- Criar direitos de transferência da terra com valor de mercado determinável torna a terra um activo intergeracional.
- Propriedades mais pequenas são muitas vezes mais produtivas do que as maiores, hectare por hectare – especialmente se forem propriedade de famílias e por elas exploradas.[11]
- Os proprietários da terra têm incentivo e capacidade para fazer investimentos de capital de longo prazo, que aumentam directamente a produtividade agrícola.
- O acesso à terra melhora a alimentação das famílias – e aumenta os rendimentos não agrícolas de algumas famílias de agricultores.
- Direitos legais de propriedade fortes para as mulheres, muitas vezes as produtoras de alimentos numa família, levam a resultados mais equitativos em termos de rendimentos e de bem-estar.
- Direitos seguros reforçam a gestão ambiental e aumentam a participação da comunidade.

Ainda que as reformas da terra sejam politicamente litigiosas e difíceis de pôr em prática – como mostram muitas experiências dos anos de 1970 e de 1980 – a sua forte ligação com a equidade recolocou-as na agenda política em muitos países, como o Brasil e a China.

Para que as vantagens da propriedade atinjam a maioria das pessoas, esses direitos devem ser providos em grande escala – especialmente aos membros femininos das famílias de agricultores. Além disso, devia ser dada uma compensação razoável aos proprietários privados cuja terra esteja a ser redistribuída. De igual modo, deviam ser feitas reformas no contexto dos sistemas consuetudinários de posse da terra, de modo que os proprietários tradicionais não percam os seus direitos. Os beneficiários potenciais deviam ser incluídos na concepção dessas reformas. Finalmente, outros regulamentos de acompanhamento deviam assegurar a posse segura e impor os incentivos correctos, de modo que a transferência da terra fosse real e não apenas nominal.

Acesso ao crédito. As microfinanças – tanto o microcrédito como as micropoupanças – fornecem às pessoas pobres um modo de obter e aumentar activos. Encorajam os mutuários a investir em actividades produtivas e os aforradores a juntar activos e receber juros. Os mutuários também podem usar os fundos para facilitar os fluxos de rendimentos e planear decisões económicas para períodos longos. O número de pessoas pobres com acesso a esquemas de microcrédito subiu de 7,6 milhões em 1997 para 26,8 milhões em 2001 – 21 milhões são mulheres, que assim ficam habilitadas a controlar activos, tomar decisões económicas e assumir o controlo da sua vida.[12] Segundo algumas estimativas, todos os anos 5% dos participantes no programa de microfinanças conseguem tirar a família da pobreza.[13]

Numa perspectiva macroeconómica, as microfinanças são úteis para canalizar e gerar crédito para pessoas pobres. Continuam a ser um importante instrumento de política para a redução da pobreza em grande escala. Mas o seu êxito depende do esquema, da comunidade participante e do apoio dos doadores, do governo local e da agência administrante. O seu crescimento depende da estabilidade macroeconómica, da saúde, cobertura e eficácia do sector financeiro e (a longo prazo) da capacidade do governo chegar às pessoas pobres através do sector financeiro e numa escala nacional.

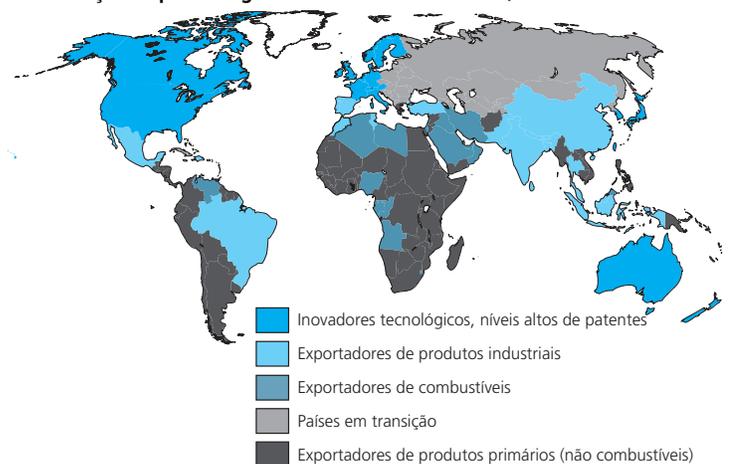
* * *

Este capítulo põe em relevo os problemas estruturais que atrasam o crescimento económico dos países de prioridade máxima e alta e, por isso, a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Também apresenta remédios práticos para vencer esses problemas. Esses países têm que olhar muito para além das reformas do mercado para ultrapassarem os desafios básicos colocados pela doença generalizada, isolamento geográfico, infra-estruturas de má qualidade, capital humano fraco e mercados limitados. São necessários importantes investimentos públicos para atingir os limiares básicos da saúde e educação e outros resultados. Porque esses países são demasiado pobres para financiar esses investimentos, os países ricos têm que levar até ao fim o seu compromisso para com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, ajudando a financiar os investimentos públicos centrais que produzirão, a longo prazo, êxitos no desenvolvimento económico e humano.

Destaque 3.1 Desafios do desenvolvimento – através das lentes da geografia

O mapa 1 divide o mundo em cinco categorias. Primeiro, representados em azul-escuro, estão os países com alta inovação económica, medida pelo número de patentes por milhão de pessoas. Estes tendem a ser os países de elevado rendimento. Em segundo lugar, representados em azul mais claro, estão os países em desenvolvimento exportadores de produtos industriais. Em 1995, pelo menos metade das exportações desses países foram do sector transformador. Em terceiro lugar, representadas em cinzento azulado, estão as economias exportadoras de combustíveis. Em quarto lugar, em cinzento, estão os países em transição. E em quinto, em preto, estão os países em desenvolvimento exportadores de produtos primários (excepto petróleo).

MAPA 1

Classificação de países segundo a estrutura económica, 1995

MAPA 2

Classificação de países segundo o crescimento anual médio do PIB per capita, 1990

Dólares PPC, 1980-98

Fonte: Maddison 2001; Gallup, Sachs e Mellinger 1999; World Bank 2003i.

O mapa 2 destaca os padrões de crescimento económico, no período de 1980-98, usando o PIB per capita constante em termos de paridade do poder de compra. Assinale-se a notável relação com o primeiro mapa. Os países que são inovadores ou exportadores industriais, representados em azul-escuro, revelam uma tendência de crescimento económico, enquanto outros grupos de países (exportadores de petróleo, em transição, exportadores de produtos primários) mostram declínio económico. As economias em crescimento incluem as regiões da América do Norte, Europa Ocidental, Oceânia, Ásia Oriental e Ásia do Sul. Os países em declínio estão concentrados na África Subsariana, antiga União Soviética, Médio Oriente e em partes da América Latina, principalmente nos Andes e na América Central. A África Subsariana é a região com pior desempenho, com dois terços dos seus países e três quartos da sua população a experimentar declínio económico em 1990-98.

QUADRO 1

Taxas de crescimento económico por grupos de países, 1980-98

Grupo	Países que cresceram no PIB per capita	Crescimento anual médio do PIB per capita (%)
Inovadores tecnológicos	18 de 18	1,7
Países em transição	4 de 12	–1,7
Exportadores de combustíveis	2 de 13	–1,5
Exportadores industriais	23 de 24	2,7
Exportadores primários (não combustíveis)	29 de 61	–0,1

Nota: O PIB per capita é medido em paridade do poder de compra.
Fonte: Maddison 2001; World Bank 2002j.

O quadro 1 desagrega os padrões de crescimento segundo a estrutura económica. Agrupando os países nas mesmas cinco categorias que o mapa 1, o quadro mostra que os principais problemas do crescimento económico aparecem em três tipos de economia: países em transição, economias exportadoras de petróleo (que enfrentaram uma enorme perda de poder de compra da sua mercadoria de exportação única ou predominante) e países em desenvolvimento exportadores de produtos primários (excepto petróleo). A maioria dos países exportadores de produtos primários situa-se na África Subsariana, América Latina e Ásia Central. As economias inovadoras e os exportadores de produtos industriais entre os países em desenvolvimento viveram claramente em crescimento económico.

QUADRO 2

Taxa de crescimento económico segundo o tamanho e localização da população, 1980-98

	Países pequenos			Países grandes		
Localização geográfica	Países que cresceram no PIB per capita	Crescimento anual médio do PIB per capita (%)	População em países que cresceram, 2001 (milhões)	Países que cresceram no PIB per capita	Crescimento anual médio do PIB per capita (%)	População em países que cresceram, 2001 (milhões)
No interior						
Populações	24 de 53	–0,2	379 de 799	10 de 10	2,5	3.087 de 3.087
Na costa						
Populações	15 de 17	1,9	118 de 130	3 de 4	3,2	341 de 418

Nota: O PIB per capita é medido em paridade do poder de compra.
Fonte: Maddison 2001; Gallup, Sachs e Mellinger 1999; World Bank 2003i.

O quadro 2 põe em relevo padrões de crescimento económico, olhando através de um prisma diferente, o da geografia. Este número avalia taxas de crescimento relativas a todos os países em desenvolvimento, em transição e exportadores de produtos primários (excepto petróleo), para os quais há dados disponíveis. Classifica os países pelo tamanho da sua população e pela concentração de população perto das rotas comerciais marítimas. Pequenos países são os que tinham menos de 40 milhões de pessoas em 1990. Países costeiros são os que têm mais de três quartos da população a viver a menos de 100 quilómetros da costa. Os dados destacam que os grupos de países que são grandes, ou costeiros, tiveram, em média, um crescimento económico per capita sistemático no período de 1980-98. Os países pequenos e interiores tiveram muito menos êxito económico no mesmo período. Estas conclusões são particularmente relevantes em relação à África, uma vez que 33 dos 53 países classificados como pequenos e interiores se situam neste continente.

Fonte: McArthur e Sachs 2002; World Bank 2002j, 2003i; FMI 2002b; Maddison 2001.

CAPÍTULO 4

Políticas públicas para melhorar a educação e a saúde das pessoas

Como defende o Pacto de Desenvolvimento do Milénio, o primeiro cacho de políticas necessário para os países de prioridade máxima e alta poderem romper as armadilhas da pobreza envolve o investimento na saúde e na educação. Estes investimentos contribuem para o crescimento económico, o que se repercute no desenvolvimento humano (ver capítulo 3). Educação, saúde, nutrição e água e saneamento completam-se, contribuindo os investimentos num deles para melhorar os resultados dos outros. Uma grande mensagem deste capítulo é que os decisores políticos precisam reconhecer as sinergias entre os muitos aspectos do desenvolvimento humano quando investem na realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

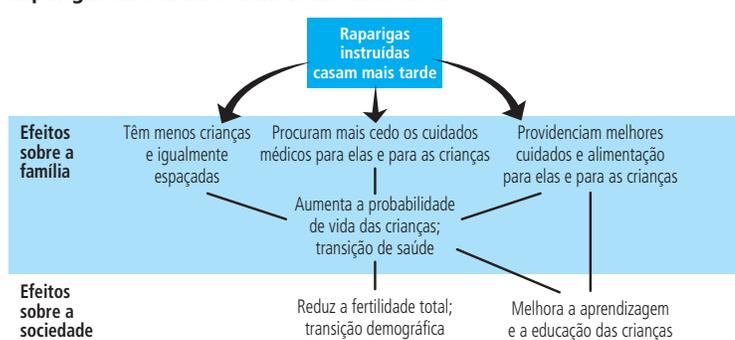
A educação afecta todos os tipos de resultados do desenvolvimento humano. Mais do que uma simples fonte de conhecimento, a educação promove melhor higiene e aumenta a utilização de serviços de saúde. Água potável e saneamento adequado também determinam resultados na saúde. Ao reduzir as doenças infecciosas, melhoram a situação alimentar das crianças e aumentam a sua capacidade de aprender. Juntas, essas intervenções contribuem para uma transição de saúde – das doenças transmissíveis, como a maior parte do fardo de doenças do país, para as doenças crónicas, como a principal fonte.

A transição da saúde apressa a transição demográfica de altas para baixas taxas de nascimento e mortalidade. Além disso, níveis mais elevados de educação estão associados a melhor planeamento familiar. Quando sobrevivem mais crianças, as famílias reduzem o número de filhos que têm. O tamanho desejado das famílias diminui, processo ajudado pela pronta disponibilidade de contraceptivos. Portanto, com o tempo, uma menor mortalidade infantil desempenha um papel importante na queda das taxas de fertilidade.[1] Esta noção de sinergias entre investimentos sociais é central para reduzir a fome, a subalimentação, a doença e o analfabetismo – e para fazer progredir as capacidades humanas.

Para tirar o máximo proveito das sinergias entre serviços sociais básicos, é crucial um enfoque, desde cedo, no ensino primário universal, particularmente para as raparigas. Mas para isso é necessário que esteja disponível um planeamento familiar funcional e serviços de água e saneamento. Assim, esses serviços são fundamentais para atingir todos os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Este capítulo também defende que a igualdade de género não é só uma meta por direito próprio – é central para atingir todos os outros Objectivos. Os ciclos de vida das raparigas instruídas ilustram as sinergias entre intervenções no sector social (figura 4.1). É provável que as raparigas instruídas se casem mais tarde – especialmente se a sua escolaridade se estender até ao nível secundário e elas se envolverem numa actividade económica fora de casa. As raparigas e as mulheres instruídas também têm menos filhos, procuram cuidados médicos mais cedo, para elas e para os filhos, e dão melhores cuidados e alimentação aos filhos.[2] Esse comportamento reduz a probabilidade de doença e aumenta a possibilidade de as crianças viverem para além dos cinco anos.

Com o tempo, a redução da mortalidade infantil leva a famílias mais pequenas e a maior utilização dos contraceptivos – reduzindo a fertilidade global. Com famílias mais pequenas, os cuidados infantis melhoram, e com mais baixa fertilidade, a população em idade escolar diminui. Assim, as vantagens

FIGURA 4.1
Raparigas instruídas levam vidas diferentes

Fonte: Mehrotra e Jolly 2000.

da educação das raparigas aumentam de geração para geração. Mas, se é importante reforçar desta forma a capacitação das mulheres em matéria de saúde e de educação, também é necessário agir para reforçar o seu papel na sociedade como agentes de mudança (caixa 4.1).

O progresso anterior mostra o que é possível. Nos últimos 50 anos, a maioria dos países em desenvolvimento alcançou progressos na saúde e na educação que levaram, aproximadamente, 200 anos nos países ricos. Mas há cerca de uma dúzia de países em desenvolvimento que fizeram progressos especialmente rápidos, alcançando indicadores sociais comparáveis aos dos países ricos. Esses países de elevado desempenho oferecem lições de política aos outros países para atingirem os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (caixa 4.2).

Se houver alguma dúvida de que os Objectivos podem ser alcançados em menos de uma geração, vejam-se os ganhos seguintes. O Sri Lanka aumentou 12 anos à esperança de vida à nascença, em apenas sete anos (1945-52).[3] Em nove anos (1953-62), a China acrescentou 13 anos.[4] Entre 1960 e 1980, o Botswana mais do que duplicou a sua taxa de escolarização bruta no ensino primário, passando de 40% para 91%.[5] E no Zimbabué, a taxa de escolarização bruta no ensino primário subiu de 75% em 1960 para 124% em 1985, cinco anos depois da independência.[6]

Alguns países com bons níveis de desempenho combinaram o rápido progresso económico e social – e têm agora economias de elevado desempenho (República da Coreia, Malásia, Maurícias). Alcançaram o progresso social no início dos seus processos de desenvolvimento, quando os rendimentos nacionais ainda eram baixos –

CAIXA 4.1

Capacidades e acção das mulheres – essenciais para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Se as capacidades das mulheres não forem melhoradas e se a igualdade de género não aumentar, os outros Objectivos de Desenvolvimento do Milénio não serão atingidos. Reforçar a acção e a voz das mulheres é essencial para melhorar as suas capacidades – e reforçar as suas capacidades é essencial para melhorar a sua acção e a sua voz. Embora a educação seja a única meta oficial ("Eliminar a disparidade de género nos ensinos primário e secundário, de preferência até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015"), utilizada para avaliar o progresso em direcção ao Objectivo da igualdade de género, foram criados vários outros indicadores para monitorizar o desempenho:

- O rácio entre raparigas e rapazes nos ensinos primário, secundário e terciário.
- O rácio entre alfabetizados do sexo feminino e do masculino com idades entre os 15 e os 24 anos.
- A parcela de mulheres com emprego assalariado fora da agricultura.
- A parcela de mulheres nos parlamentos nacionais.

A igualdade de género na educação ajuda as mulheres a garantir emprego fora de casa e a adquirir poder político, contribuindo para a sua acção na esfera pública. Mas a igualdade de género também deve estender-se ao domínio privado.

Hoje, a desigualdade de género mina as capacidades das mulheres na educação e saúde. Todavia, estão a fazer-se alguns progressos. Por exemplo, entre 1990 e 2001, o rácio entre alfabetizados do sexo feminino e do masculino com idades entre os 15 e os 24 anos, em países com desenvolvimento humano baixo, aumentou de 70 para 81 mulheres em cada 100 homens, embora em países com desenvolvimento humano médio tenha aumentado apenas de 91 para 93. O rácio de género no ensino primário também fez progressos limitados, subindo de 86 para 92 raparigas em cada 100 rapazes, nos países em desenvolvimento, entre 1990 e 1999-2000. Às taxas actuais, a igualdade de género na educação não será atingida até 2025 – 20 anos depois da meta fixada pelos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Entre as jovens (15 a 24 anos) dos países em desenvolvimento, a alfabetização é de 60%, contra 80% nos jovens. Além disso, há mais mulheres a sofrer de HIV/SIDA. A mortalidade materna é outra dimensão dos fardos adicionais das mulheres. E apesar das razões biológicas para as mulheres viverem mais do que os homens, muitas regiões e países em desenvolvimento têm milhões de mulheres "desaparecidas" mortas por infanticídio, abortos baseados no sexo, ou discriminação sistemática no ciclo de vida (resultando numa população feminina mais pequena, com 35 a 37 milhões de mulheres a menos na Ásia do Sul e 38 a 40 milhões na China).

Sem medidas para aumentar as capacidades das mulheres na saúde e educação, elas terão perspectivas limitadas de trabalhar fora de casa e ganhar rendimentos independentes. Nos anos de 1990, as mulheres que trabalhavam fora da agricultura representavam uma percentagem inalterada de 40% do emprego dos homens nos países em desenvolvimento.

Muitos desafios minam a igualdade de género no emprego e na participação na comunidade e na política. Nos países em desenvolvimento, a maioria das trabalhadoras pobres fora da agricultura está envolvida em emprego informal e recebe uma remuneração baixa e irregular. E em todo o mundo, as mulheres não representam mais de 30% dos parlamentares em apenas sete países. Uma representação política mais igualitária tem muitas vezes que ser provocada por quotas.

As relações de género são em grande medida determinadas por contextos sociais e culturais. Os valores patriarcais instilados desde a infância influenciam as atitudes e a maneira de ver ao longo da vida, tanto das mulheres, como dos homens. Esses valores são muitas vezes consagrados em leis prejudiciais para os direitos e as reivindicações das mulheres – especialmente dos que estão relacionados com o casamento, divórcio, violação, violência e sucessão. Os movimentos para os direitos das mulheres concentram-se muitas vezes na reforma dessas leis.

Embora o emprego e a educação sejam considerados estratégias básicas para reforçar a acção e a voz das mulheres, uma acção mais forte também precisa de:

- Reconhecer a importância da educação, mas também melhorar o seu conteúdo, provisão e retornos.
- Criar mais empregos para mulheres, mas também melhorar a sua natureza e as suas condições – incluindo meios de vida sustentáveis.
- Aumentar o número de mulheres nos parlamentos, mas também aumentar a visibilidade das mulheres em posições de autoridade e de tomada de decisão – do nível local ao nacional.

Assim, capacitar as mulheres exige políticas que tratem tanto das necessidades práticas (apoiar as capacidades básicas necessárias para funcionar, tais como a melhoria das condições de vida e o aumento da oferta de emprego, cuidados de saúde e abastecimento de água potável) como das necessidades básicas (reforçar a voz e a acção das mulheres para renegociarem os seus papéis em casa e na sociedade, tais como os direitos legais a activos e leis que assegurem salários iguais, direitos de reprodução e ausência de violência). Além disso, estas políticas devem ser apoiadas por leis que garantam direitos iguais – tanto para as mulheres como para os homens, nos sectores privado e público.

Fonte: Christiansen, Conway e Poston 2003; Drèze e Sen 2002; Landuyt 1998.

CAIXA 4.2

Lições de política de países com realização elevada na saúde e na educação

Não há uma receita global para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, nem um caminho definido para estar "no caminho". Situações nacionais diferentes exigem que os países desenvolvam estratégias diferentes para atingir objectivos internacionais para a saúde e educação. Mas abundam as histórias de sucesso.

- Nos anos de 1980, o Botswana deu passos na educação e na saúde muito maiores do que se esperava com base no seu nível de rendimentos.
- O estado de Kerala, Índia, tem indicadores de saúde similares aos dos Estados Unidos – apesar de um rendimento per capita 99% inferior e de uma despesa anual com a saúde de apenas 28 dólares por pessoa.
- O rendimento per capita de Cuba é uma pequena fracção do dos Estados Unidos, mas mesmo assim Cuba tem a mesma taxa de mortalidade infantil e tem mantido o HIV/SIDA sob controlo.

Os países com desempenho elevado na saúde e na educação mostram os progressos notáveis que podem ser feitos numa geração e as semelhanças entre as histórias de sucesso dão perspectivas úteis em relação ao que funciona:

- O financiamento público foi adequado e equitativo. Nos países com realização elevada, o empenhamento político reflecte-se não só nas dotações da despesa pública para a saúde e a educação, mas também na sua equidade. A despesa tem incidido nos serviços básicos de saúde, em vez dos serviços terciários, e no ensino primário, em vez do superior.
- As realizações na educação precederam um estádio mais avançado na saúde. Desde o princípio dos respectivos processos de desenvolvimento, todos os países com realização elevada prosseguiram o objectivo de escolarização elevada para todas as crianças, principalmente raparigas. Assim, a desigualdade de género na educação foi menor desde o princípio e as diferenças de género foram reduzidas muito mais depressa do que nos países com menor realização. À medida que apareceram os investimentos nas infra-estruturas públicas de saúde, os níveis altos de educação asseguraram uma procura elevada e uma utilização efectiva dos serviços de saúde.
- As mulheres com instrução conseguiram actuar como agentes de mudança. Os resultados na saúde e na educação das crianças não são só o resultado do consumo adequado de alimentos e dos serviços de saúde, mas também de cuidados adequados com as crianças. A este respeito, a capacidade e a posição das mulheres na família e na sociedade adquirem um importante significado. Quando as mulheres têm instrução, direitos de propriedade e são livres de trabalhar fora de casa e de ganhar rendimentos independentes, o bem-estar de toda a família aumenta (Drèze e Sen 1995). Nos países com realização elevada, as mulheres não só tiveram instrução quase paritária, mas também tiveram elevadas taxas de participação no emprego não agrícola.

Fonte: Chen e Desai 2000; Mehrotra 2000; Drèze e Sen 1995.

sugerindo uma certa sequência para os investimentos. Noutros países com elevados níveis de realização, o crescimento foi mais lento e menos consistente. Todavia, todos esses países com elevados desempenhos mostram que com prioridades e políticas governamentais correctas, é possível um elevado desenvolvimento social, mesmo sem uma economia florescente.

Este capítulo trata do estabelecimento das prioridades políticas correctas – as dos países com elevados desempenhos – para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Os Objectivos relativos à fome, educação, saúde e água e saneamento são examinados sucessivamente, da dimensão dos desafios às acções necessárias para os resolver. O capítulo propõe, então, um plano de acção para melhorar o nível, equidade e eficiência da despesa pública – bem como a quantidade e qualidade da ajuda oficial ao desenvolvimento – para serviços básicos.

ATINGIR O OBJECTIVO DA FOME

Dadas as realizações do passado, o Objectivo de reduzir para metade a proporção das pessoas com fome, até 2015, devia ser prontamente realizável. Em 1996, a Cimeira Mundial da Alimentação fixou um objectivo semelhante: reduzir para metade, para 400 milhões, o número de pessoas com fome nos países em desenvolvimento.[7]

Desde o princípio dos anos 70, a produção de alimentos triplicou nos países em desenvolvimento, ultrapassando o crescimento da população.[8] Além disso, os preços reais das principais culturas cerealíferas caíram 76%.[9] Entre 1980 e 1995, a produção de alimentos per capita aumentou 27% na Ásia e 12% na América Latina. Mas na África Subsariana caiu 8%.[11] Embora a fome ocorra mais na Ásia do Sul, ela está a declinar nesta região – enquanto em África cerca de um terço da população está subalimentado e o número está a aumentar.[10]

Se todos os alimentos produzidos no mundo fossem distribuídos igualmente, todas as pessoas poderiam consumir 2.760 calorias por dia (a fome é definida como um consumo inferior a 1.960 calorias por dia).[12] Tratar da fome significa assegurar que as pessoas tenham à sua disposição os recursos (especialmente o rendimento) necessários para adquirir alimentos.

A fome é mais do que a simples falta de alimentos disponíveis. É um problema de deficiências no direito à alimentação e de privações de serviços correlativos essenciais (cuidados de saúde, educação, água potável e saneamento adequados). O direito à alimentação difere da disponibilidade de alimentos, na medida em que indica o que uma pessoa pode ter à sua disposição com o seu rendimento e, assim, consumir, em vez do que está disponível no mercado.

Objectivos e metas de Desenvolvimento do Milénio

Objectivo 1: Erradicar a pobreza extrema e a fome

Meta 1: Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas cujo rendimento é menor que 1 dólar por dia

Meta 2: Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção de pessoas que sofrem de fome

FIGURA 4.2
Aumenta a insegurança alimentar

Número de pessoas com insegurança alimentar nos países em desenvolvimento, excepto China

Nota: CMA é Cimeira Mundial da Alimentação.
Fonte: FAO 2001c.

Dimensão do problema

Todos os dias, 799 milhões de pessoas nos países em desenvolvimento – cerca de 18% da população mundial – ficam com fome.[13] Na Ásia do Sul, uma em cada quatro pessoas fica com fome e na África Subsariana essa relação é de uma para três.[14] Na Índia vive o maior número de pessoas com fome, 233 milhões, enquanto a África Subsariana tem 183 milhões, China 119, o resto da Ásia Oriental e Pacífico 74, América Latina 55 e os Países Árabes 32 milhões.[15]

Entre 1990-92 e 1998-2000, a percentagem de pessoas com fome nos países em desenvolvimento caiu de 21% para 18%.[16] As maiores reduções foram de longe na China, embora também tenham ocorrido declínios substanciais no Ásia do Sudeste.[17] Mas com o crescimento da população, o número de pessoas com fome não está a diminuir assim tão depressa. Em todo o mundo, o total caiu 20 milhões entre 1991 e 1999.[18] Todavia, esse progresso só se deu porque 80 milhões de chineses escaparam à fome: em 25 países em desenvolvimento, o número de pessoas com fome aumentou (figura 4.2).[19]

O Objectivo de reduzir a fome também procura reduzir a subalimentação infantil. Nesta área, entre 33 países com dados, 10 conheceram reversões ou não conseguiram melhorar nos anos 90.[20] E porque os dados sobre a subalimentação infantil são mais fiáveis do que os dados sobre a fome, essas tendências são preocupantes.[21]

Mais de três quartos das pessoas com fome encontram-se em áreas rurais de países em desenvolvimento.[22] Cerca de metade vive em famílias de agricultores, em terras marginais, onde a degradação ambiental ameaça a produção agrícola.[23] Aproximadamente um terço vive em famílias de não agricultores, sem terra, como as que dependem da pastorícia, pesca e da silvicultura.[24] Todavia, os pescadores pobres estão a ver as suas capturas reduzidas pela pesca comercial e os silvicultores estão a perder os seus direitos, à medida que vão chegando empresas exploradoras de florestas ao abrigo de concessões governamentais. Além disso, os sem terra estão a aumentar na maioria das regiões rurais, devido a densidades mais altas da agricultura e à distribuição mais desigual da terra. A quantidade média de terra per capita entre os agricultores rurais dos países em desenvolvimento diminuiu de 3,6 hectares em 1992 para 0,26 hectares em 1992 – e prepara-se para diminuir mais até 2020.[25]

Outra tendência preocupante é o desvio da subalimentação para as cidades.[26] Os pobres urbanos já representam mais de um quinto das pessoas com fome nos países em desenvolvimento. Mas isso podia estar a aumentar porque as populações urbanas estão a crescer mais depressa do que as rurais.[27]

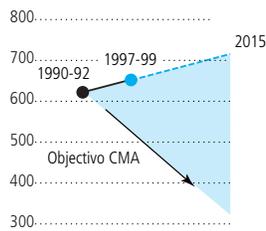
Em qualquer ano considerado, 5% a 10% das pessoas com fome são afectados por secas, pragas, cheias, furacões, tempestades extremas ou conflitos violentos.[28] Entre os 21 países com emergências alimentares extremas em 2002, 15 foram incendiados pela guerra, pela guerra civil, ou pelos efeitos prolongados de conflitos passados.[29]

Para atingir o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio de reduzir a fome será necessário melhorar a distribuição e aumentar a produção de alimentos. Algumas das prioridades máximas para aumentar a produção:

- *Concentrar-se em tecnologias que aumentam a produtividade agrícola.* Fazê-lo também aumentará os rendimentos das pessoas com poucos activos para além da terra.
- *Dirigir mais recursos para a agricultura.* Os países pobres têm negligenciado a agricultura – uma tendência que tem que ser invertida.
- *Evitar a degradação ambiental.* As novas políticas e tecnologias para aumentar a produtividade também têm que proteger ecossistemas críticos. As pessoas pobres são as que sofrem mais com a degradação ambiental, mas a pobreza também leva à degradação ambiental. Nos países em desenvolvimento, a baixa produtividade é, mais frequentemente, a causa dessa degradação – enquanto na Europa e na América do Norte a causa é a alta produtividade.
- *Partilhar mais equitativamente os recursos.* As mulheres, que produzem a maior parte dos alimentos consumidos na África Subsariana e na Ásia, têm que ter acesso mais seguro à terra. O mesmo se aplica aos sem-abrigo.
- *Tratar do aquecimento global e reduzir as tarifas e os subsídios agrícolas nos países ricos.* A protecção cerca os mercados internacionais contra os agricultores dos países em desenvolvimento. Entretanto, o aquecimento global pode afectar desfavoravelmente os padrões climáticos para os agricultores que dependem da chuva.

Stocks de reserva alimentar para melhorar a distribuição e suavizar os preços

Os governos podem manter reservas de alimentos essenciais, especialmente cereais, e libertá-las nos mer-

cados se os preços dos alimentos subirem desordenadamente – permitindo às pessoas pobres comprá-los. Esses sistemas podem ou não envolver distribuição pública de mercadorias essenciais a preços inferiores aos do mercado. A China e a Índia têm longa tradição de manter stocks de reserva alimentar, normalmente à custa do orçamento público.

A Índia mantém reservas de alimentos desde os anos de 1970, o que lhe permite evitar a fome generalizada. Esses esforços são apoiados pelo aumento da produtividade de trigo e de arroz que resultou da revolução verde, com cereais e mercadorias essenciais (açúcar e óleo alimentar) fornecidos através de um sistema público de distribuição. Além disso, durante as secas, os níveis de consumo de subsistência são garantidos através de alimentos para programas de trabalho.

É essencial que os alimentos sejam mantidos ao alcance das famílias pobres, seja através de sistemas públicos de distribuição, seja através de entregas de cereais nos mercados (uma coisa que o governo indiano não tem feito nos últimos anos). Uma razão para a segurança alimentar das famílias pobres de Kerala, estado indiano de elevado desempenho, é a distribuição de cereais, mesmo nas áreas rurais, feita por lojas de distribuição de mantimentos.[30] No resto da Índia, a maior parte da distribuição pública de alimentos ocorre em áreas urbanas. Na China os stocks de reserva alimentar são mantidos ao nível da comunidade.

O Sri Lanka – outro país com elevado desempenho em matéria de indicadores sociais – mantém subsídios alimentares desde a independência, em 1947. Em 1979, os subsídios universais para bens essenciais (arroz, farinha de trigo, lentilhas, peixe seco, leite em pó) foram substituídos por um esquema de selos alimentares que abrange 40% da população.

Em África, os stocks de alimentos não têm sido tão utilizados como seria de esperar, dada a baixa produtividade agrícola do continente, solos frágeis e fomes frequentes. Uma razão para a fome de 2002 na África Austral foi o esgotamento dos limitados stocks de alimentos, em parte porque limitações fiscais impediram os governos de os manter.

É especialmente importante para os países interiores manter stocks de reserva, porque os custos de construção e gestão de armazéns para os guardar valem as vidas que se salvam, o sofrimento que se evita e a produtividade que se ganha. Em países com portos, os custos de manutenção de stocks têm de ser ponderados em função dos benefícios. Mas, mesmo em países costeiros, os stocks de reserva podem mitigar os efeitos adversos da flutuação dos preços dos bens alimentares.

Os conselhos de política para África têm revelado uma tendência para empurrar em sentido contrário, defendendo que os mercados livres devem determinar a maneira como o continente se alimenta.

Os governos que enfrentam défices orçamentais não devem dar subsídios para fertilizantes, apoios ao preço das colheitas nem empréstimos baratos. Um relatório recente sugere que os países rurais africanos devem cultivar produtos de colheita para exportação – para gerar rendimentos para os agricultores pobres e fornecer divisas para a importação de outros bens alimentares. Embora o relatório reconheça que maiores colheitas de alimentos ajudariam alguns agricultores, também sugere que muitos deles estão tão isolados que só deviam produzir aquilo de que necessitam para si mesmos e o mais barato possível.[31]

Uma distribuição mais equitativa da terra aumenta a eficiência e a produção agrícola

Desigualdade – e o que fazer dela

O acesso aos bens alimentares podia ser grandemente aumentado através de uma acção governamental para garantir os activos e aumentar os rendimentos dos grupos mais vulneráveis.

Grupos marginais

As pequenas quintas são mais produtivas por unidade de terra do que as grandes fazendas. Por isso, uma distribuição mais equitativa da terra aumenta a eficiência e a produção agrícola. No Piauí, Brasil, a produção das quintas aumentou entre 10% a 40% nos campos não irrigados e 30% a 70% nos campos irrigados, depois de ter sido distribuída terra a pequenos agricultores.[32] Terra equitativamente distribuída também reduz a pobreza e promove melhorias na distribuição do rendimento. Em El Salvador, um aumento de 10% na propriedade da terra trabalhada por cultivadores aumentou em 4% o rendimento per capita. De igual modo, os estados indianos que puseram em prática a reforma agrária viram a pobreza cair mais depressa, entre 1958 e 1992.[33]

Para fazer os investimentos em recursos naturais necessários para aumentar a produtividade, as pessoas pobres precisam de ter acesso seguro a esses recursos. Na Tailândia, há uma forte relação entre titularidade segura da terra e confiança para praticar agricultura sustentável.[34]

Menos de 1 em cada 10 mulheres agricultoras da Índia, Nepal e Tailândia é proprietária da terra

As pessoas pobres e famintas também beneficiam da propriedade comum dos recursos. Nos últimos anos, o Brasil, Camarões, Gâmbia, Índia, Nepal e Tanzânia puseram de parte terras públicas para uso, ou co-gestão, de comunidades indígenas. De igual modo, foi reforçada a posse comunitária da floresta na Bolívia, Colômbia, Indonésia, Moçambique, Filipinas, Uganda e Zâmbia. E na China e Vietname foi atribuída terra florestal pública a famílias. O reconhecimento dos direitos dos indígenas e da propriedade comunitária – e a maior racionalização da posse florestal pública – dão oportunidade para melhorar drasticamente a subsistência de milhões de habitantes da floresta. Os direitos das comunidades pobres à água também devem ser reconhecidos – não só para as necessidades das famílias, mas também para irrigação, agro-processamento e gado.[35]

Mulheres

As mulheres produzem a maior parte dos alimentos consumidos na África Subsariana e (em menor extensão) na Ásia. Mas raramente detêm a posse segura da terra que trabalham. Menos de 1 em cada 10 mulheres agricultoras da Índia, Nepal e Tailândia é proprietária da terra. Sem propriedade segura, as mulheres carecem de acesso colateral ao crédito e aos meios para investir em melhorias de produtividade – prejudicando a saúde e a alimentação das respectivas famílias.[36] Nalgumas regiões, as mulheres têm direito limitado a alimentos dentro das famílias, um problema particular para as mulheres grávidas e lactantes, que precisam de mais calorias.

Pessoas urbanas pobres

A maioria das cidades tem terra disponível para a agricultura – a rede de segurança informal para muitos habitantes urbanos pobres que produzem alimentos em jardins públicos, telhados, pântanos, átrios de igrejas, contentores, lotes vagos ou encostas, espaços abertos e caminhos públicos. A esses residentes não deve ser negado o direito de usar essas terras para se alimentarem.

Pessoas em emergências alimentares

Os refugiados de guerra e de desastres naturais precisam de ajuda de emergência para sobreviver. Os tempos de resposta nas emergências alimentares precisam de ser muito mais curtos, de forma que os abastecimentos possam chegar muito mais depressa às pessoas que estão a morrer de fome. Sistemas de alerta antecipado para crises políticas, como os dos desastres ambientais, ajudariam, porque as crises políticas tornaram-se a principal causa de fome.

Além disso, devia ser criado um fundo permanente, de modo que as agências internacionais pudessem responder imediatamente às crises sem terem que angariar fundos ao mesmo tempo que tentam responder. Um fundo inteiramente capitalizado permitiria que o Programa Alimentar Mundial empreendesse um planeamento muito mais estratégico de abastecimentos alimentares de emergência e a recuperação de colheitas e gado depois das fomes. A FAO calcula que custaria 5,2 mil milhões de dólares por ano alimentar os 214 milhões de pessoas com mais fome em todo o mundo.[37]

Para aumentar ainda mais as vantagens da segurança alimentar, os alimentos para esses programas podiam ser comprados aos países em desenvolvimento. O financiamento internacional para a alimentação comunitária e iniciativas do banco alimentar comunitário podiam ser organizados ao abrigo do Programa Alimentar Mundial, como banco internacional fornecedor de alimentação para todos.[38]

Aumentar a produtividade

Muitas tecnologias têm sido desenvolvidas para aumentar a produtividade agrícola e reduzir a fome. Várias tecnologias a favor dos pobres incidem na produtividade sustentável e na adequabilidade para as mulheres. Abordagens da gestão promissoras incluem a agro-silvicultura, a permacultura, a agricultura de conservação, a fixação biológica do azoto, a eficiência do uso da água, a selecção de género no gado, a gestão integrada das pragas, a gestão integrada de nutrientes das plantas, sistemas integrados de cultura intensiva e gestão integrada do solo e da água.[39]

Para muitos agricultores africanos, a necessidade mais premente é melhorar a qualidade dos solos. Em muitas quintas, os fertilizantes podem duplicar, ou até quadruplicar, as produções de culturas de alimentos básicos.[40] Mesmo os agricultores que não podem obter, ou não têm, dinheiro para esses investimentos, têm muitas opções para aumentar a fertilidade dos solos, especialmente na África (caixa 4.3).

As políticas nacionais devem pôr ênfase na reconstrução dos activos naturais. Desde 1996, a China

CAIXA 4.3

Aumentar a fertilidade do solo na África Subsariana

O esgotamento de nutrientes do solo é tradicionalmente tratado através do uso de fertilizantes minerais. Mas os fertilizantes custam duas a seis vezes mais à porta da quinta em África do que na Europa, América do Norte ou na Ásia. E as culturas não querem saber se o nitrato e o fosfato que absorvem vêm de um saco de fertilizante, ou de uma folha em decomposição. Assim, a principal questão é repor os nutrientes das plantas em quantidades suficientes, e se isto se faz com fertilizantes minerais, ou com contribuições orgânicas é principalmente uma questão de economia agrária.

A abordagem mais aconselhável é combinar o uso de ambas as fontes de nutrientes de formas agronomicamente sãs. A rede Sasakawa Global 2000 e outras organizações demonstraram em milhares de quintas africanas que os fertilizantes minerais podem duplicar a quadruplicar as produções de culturas alimentares básicas. Mas mesmo os agricultores que não conseguem obter produtos comprados, ou não têm dinheiro para isso, podem conseguir aumentos das produções a longo prazo através de abordagens alternativas da preparação e recuperação do solo:

- Alqueives de árvores fixadoras de azoto. Entremeiam-se árvores leguminosas com culturas de milho jovem e deixam-se crescer como alqueives durante as estações secas, gerando 100 a 200 quilos de azoto por hectare, entre 6 a 24 meses, nas regiões tropicais sub-húmidas da África Oriental e Meridional. Estes alqueives são económica e ecologicamente sãos e adaptam-se bem aos costumes dos agricultores e aos calendários de trabalho – não surpreende, porque os agricultores ajudaram a desenvolver a tecnologia.
- Fosfato rochoso indígena. Utilizar depósitos de fosfato rochoso indígena constitui uma alternativa aos superfosfatos importados. A acidez moderada da maioria desses solos (pH 5-6) ajuda a dissolver fosfatos rochosos de alta qualidade a uma taxa que pode fornecer fósforo às culturas durante vários anos. Num período de cinco anos, a sua utilização duplica ou triplica as produções de milho, com 90% da eficiência dos superfosfatos – a um preço muito inferior.
- Transferências de biomassa de folhas de arbusto acumuladores de nutrientes. As transferências de biomassa da folha do arbusto acumulador de nutrientes Tithonia diversifolia, das bermas das estradas e das sebes para campos cultivados, acrescenta nutrientes e normalmente duplica as produções de milho sem adição de fertilizantes.

Dezenas de milhares de famílias de agricultores do Quénia, Malawi, Moçambique, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e do Zimbabué estão a utilizar essas abordagens com bons resultados. Alqueives melhorados são a prática mais generalizada. Está a ser transferido conhecimento entre agricultores, aldeias e organizações comunitárias e através de institutos nacionais de investigação e extensão, de universidades, organizações não governamentais e projectos de desenvolvimento.

O desafio agora é acelerar a adopção dessas tecnologias por dezenas de milhões de famílias de agricultores. Os principais obstáculos são a oferta insuficiente de germeplasma de árvore de alta qualidade (sementes e plantas) e fosfato rochoso, e uma consciência e um conhecimento inadequados das componentes da tecnologia. Mas é essencial aumentar a adopção dessas tecnologias, na medida em que estas abordagens oferecem importantes oportunidades para aumentar substancial e sustentavelmente a produção de alimentos, reduzindo a fome de uma forma que melhora a base de recursos naturais.

Fonte: Millennium Project Task Force 2 2003a.

reabilitou 5 milhões de hectares de terra arável de baixa e média produção. Nalgumas comunidades indianas foram amplamente adoptados melhores arroteamentos e culturas de cobertura – foram identificados 145 sistemas – por agricultores de terras marginais forçados a reduzir os períodos de pousio.[41] Os sistemas agrícolas também podem ser melhorados pagando aos agricultores, pescadores, pastores e silvicultores pelo seu papel na gestão do ecossistema. Esses esquemas já estão em vigor em muitas áreas: uma análise recente encontrou 75 que fazem pagamentos pela eliminação de emissões de carbono, 72 por biodiversidade e 61 por serviços na bacia hidrográfica.[42]

Há iniciativas que também podem promover a agricultura sustentável em comunidades de agricultores. Um estudo sobre 17 países africanos concluiu que 730.000 famílias pobres em 45 projectos estavam a praticar agricultura sustentável – definida para incluir o uso intensificado da terra, culturas e gado diversificados, maior uso de recursos renováveis e outros critérios.[43] Em oito países asiáticos, cerca de 2,9 milhões de famílias pobres que utilizavam a agricultura sustentável aumentaram a produção de alimentos em 4,9 milhões de hectares.[44] Esses programas devem ser aumentados para envolver dezenas de milhões de famílias.

Muitas vezes, os agricultores dos países em desenvolvimento carecem de estradas, armazéns, electricidade e ligações comunitárias necessárias para os aproximar dos mercados – tornando-os mais vulneráveis aos intermediários que cobram preços altos pelos meios de produção e aos compradores monopolistas que esmagam os seus rendimentos. Todavia, em todo o mundo, a agricultura é uma prioridade baixa para os governos e para os doadores. A maioria dos governos investiu muito menos em terras marginais do que em áreas agrícolas mais favorecidas.[45] Na África, a maioria dos países investe menos de 5% dos seus orçamentos em desenvolvimento agrícola – ainda que 75% dos seus cidadãos dependam (directa ou indirectamente) da agricultura.[46]

Além disso, a investigação agrícola é gravemente subfinanciada, com muitos países de rendimento baixo a gastarem nela apenas 0,5% do PIB agrícola – e quase tudo concentrado em terras de alta qualidade e culturas comerciais.[47] Para beneficiar os agricultores pobres das terras marginais, a investigação agrícola tem que apoiar iniciativas prometedoras como sistemas de multicultura, eco-agricultura, variedades de sementes de maturação precoce e métodos de baixo custo para melhorar os solos.

CAIXA 4.4

Políticas agrícolas e segurança alimentar

Como mostram as intervenções do governo indiano nos mercados de cereais, as políticas públicas podem criar diferentes vencedores – e derrotados – entre diferentes grupos populacionais.

Os preços mínimos de apoio fixados pela organização governamental Food Corporation of India e destinados a estabilizar os preços e a apoiar os produtores de cereais, em vez disso, aumentaram muito mais depressa a inflação. Este resultado explica-se, em parte, pelos fortes *lobbies* agrícolas (especialmente para o arroz e o trigo) e pelas políticas governamentais que abrangem os custos económicos de produção dos agricultores. Os custos económicos de produção baseiam-se nos custos dos factores de produção, nos valores imputados à terra e ao trabalho e num prémio.

Teoricamente, os preços no sistema público de distribuição de alimentos baseiam-se nos custos económicos (e, por isso, nos preços mínimos de apoio). Mas os preços de mercado são mais baixos do que os preços do sistema, aumentando os stocks de alimentos nos armazéns governamentais, embora a Índia tenha o maior número de pessoas com fome do mundo e quase metade das suas crianças sejam subalimentadas. A contrariar os lobbies agrícolas está, porém, a pressão sobre os líderes políticos para satisfazerem os eleitores e assim controlarem os preços no sistema público de distribuição de alimentos.

Fonte: Kannan, Mahendra Dev e Sharma 2000; Índia 2002a.

Objectivos e metas de Desenvolvimento do Milénio

Objectivo 2: Alcançar o ensino primário universal

Meta 3: Assegurar, até 2015, que as crianças em toda a parte, tanto rapazes como raparigas, conseguirão concluir um curso completo de ensino primário

Objectivo 3: Promover a igualdade de género e capacitar as mulheres

Meta 4: Eliminar a disparidade de género nos ensinos primário e secundário, de preferência até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015

Os serviços agrícolas, quando existem, vêm principalmente de firmas privadas que vendem meios de produção e oferecem aconselhamento, que muitas vezes é incorrecto e quase sempre incompleto. Os serviços governamentais de extensão agrícola têm-se concentrado na distribuição de sementes e de fertilizantes, promovendo muitas vezes variedades e formulações inadequadas para as condições locais.

Ao atribuir subsídios aos meios de produção, ou comprar cereais, a maioria dos países em desenvolvimento subsidia, ou dá acesso privilegiado, a grandes produtores e processadores. As regras desses mecanismos distorcem muitas vezes os mercados, sobrecarregam indevidamente os pequenos produtores, criam compradores oficiais monopolistas e estabelecem impostos e encargos de serviço excessivos.[48] As políticas governamentais que discriminam os pequenos produtores deviam ser imediatamente reformadas e o financiamento público dos subsídios devia ser reorientado para apoiar pequenos agricultores (caixa 4.4).

Responsabilidades internacionais

A ajuda pública ao desenvolvimento bilateral para a agricultura, silvicultura e pescas aumentou entre 1971 e 1990, mas diminuiu depois, juntamente com a ajuda pública ao desenvolvimento mundial. A ajuda pública ao desenvolvimento multilateral aumentou de 1,2 mil milhões de dólares por ano em 1973-74 para 3,6 mil milhões de dólares por ano em 1981-83, mas depois caiu nas duas décadas seguintes, para 1,4 mil milhões de dólares por ano em 1999-2000 (em dólares de 2000). Como parcela dos empréstimos totais de instituições multinacionais, a ajuda à agricultura, silvicultura e pescas caiu de 15% do total dos empréstimos em 1997 para 10% em 1999.[49]

Mas reduzir a fome nos países em desenvolvimento exige a acção internacional, não só na ajuda, mas também em duas outras questões cruciais para aumentar a produção alimentar e a produtividade agrícola. Primeiro, os subsídios à agricultura dos países ricos – totalizando 311 mil milhões de dólares em 2002 – inibe o crescimento agrícola dos países em desenvolvimento (ver capítulo 8).

Segundo, o aquecimento global causado por emissões de gases de estufa, está a levar a condições climáticas extremas mais frequentes – cheias, secas, deslizamentos de lamas, tufões e ciclones – aumentando o número de pessoas que enfrentam emergências alimentares. Nas próximas décadas, é provável que a alteração climática aumente a precipitação entre as latitudes 30 graus Norte e 30 graus Sul – áreas que incluem muitos dos países mais ricos do mundo. Mas, provavelmente, a precipitação diminuirá e tornar-se-á mais errática em muitas regiões tropicais e subtropicais, fazendo com que a produção das culturas caia em países que já sofrem de insegurança alimentar.

A precipitação em África tem vindo a diminuir desde 1968. Além disso, as flutuações da precipitação alargaram-se em todo o continente, resultando em cheias desastrosas como a que devastou Moçambique em Março de 2000. A África Subsariana é especialmente sensível à mudança climática porque a sua agricultura é essencialmente alimentada pela chuva – e representa 70% do emprego da região e 35% do seu PNB. Por causa do aquecimento global, a África tornar-se-á ainda mais dependente das importações de alimentos.

ATINGIR O OBJECTIVO DA EDUCAÇÃO

Durante os anos 90, a escolarização primária aumentou em todas as regiões e, em muitas, uma grande percentagem das crianças está matriculada. Na Ásia Oriental e Pacífico, Europa Central e do Leste e a Comunidade de Estados Independentes (CEI) e na América Latina e Caraíbas mais de 90% das crianças estão matriculadas no ensino primário. Na Ásia do Sul, 79% estão matriculadas e nos Estados Árabes, 77%. Na África Subsariana, a escolarização primária líquida aumentou 3 pontos percentuais nos anos 90,[50] mas mesmo assim estão matriculadas menos de 60% das crianças.[51]

Dimensão do problema

Dos 680 milhões de crianças dos países em desenvolvimento em idade de frequentar o ensino primário, 115 milhões não frequentam a escola – três quintos das quais, raparigas.[52] Na Índia, 40 milhões de crianças não estão na escola primária, mais de um terço do total mundial.[53]

Além disso, a escolarização não implica conclusão. Mal chega a metade a percentagem de crianças que iniciam a escola primária e a acabam – e na África Subsariana, essa relação é de apenas uma para três.[54] Reflectindo estas insuficiências, um quarto dos adultos do mundo em desenvolvimento não sabe ler nem escrever.[55] E dos 879 milhões de adultos analfabetos do mundo, dois terços são mulheres.[56]

Os países em desenvolvimento enfrentam três desafios principais na expansão do ensino primário:

- *Recursos limitados.* Em relação aos países ricos e em proporção do PIB, os países em desenvolvimento gastam muito menos por estudante em todos os níveis de ensino.
- *Desigualdade.* Quando o investimento é baixo, as pessoas ricas apanham muitas vezes uma parte muito maior – pelo que as pessoas pobres não beneficiam tanto.
- *Ineficiência.* Investimento ineficiente significa que uma elevada percentagem da despesa recorrente vai para salários de professores, deixando pouco para materiais de aprendizagem. Além disso, ensino de baixa qualidade significa que os estudantes não aprendem tanto como podiam.

Recursos limitados – e o que fazer deles

Os governos desempenham um papel muito mais importante nas economias dos países onde o desenvolvimento humano é elevado do que em países onde é médio, ou baixo. Em 1999, a despesa pública média foi de 35% do PIB em países com desenvolvimento humano elevado – enquanto em países com desenvolvimento humano médio foi de 25% e em países com desenvolvimento humano baixo, foi de 21%.

Pequenos orçamentos de educação

Os países ricos raramente gastam menos de 4,0% do PIB em educação pública. Em países com desenvolvimento humano elevado, a despesa média com a educação pública é de 4,8% do PIB, contra 4,2% nos países com desenvolvimento humano médio e 2,8% nos países com desenvolvimento humano baixo. Além disso, rendimentos mais baixos significa que a despesa per capita é muito menor nos países pobres do que nos ricos.

Quando a despesa pública coloca prioridades altas em áreas que não as da educação e da saúde, a despesa social sofre. O serviço da dívida é uma componente não discricionária importante da despesa pública em muitos países de desenvolvimento humano baixo (ver capítulo 8). Mas a despesa militar – uma despesa discricionária – também pode comprimir a despesa com a educação (caixa 4.5).

Durante o período de 1975-97, as regiões em desenvolvimento exibiram diferentes padrões de escolarização e despesa pública recorrente no ensino primário.[57] Na Ásia do Sul, Ásia Ocidental e África Subsariana, o número de estudantes matriculados quase duplicou, enquanto a despesa recorrente (em dólares EUA de 1995) aumentou modestamente.[58] Mas na Ásia Oriental e na América Latina e Caraíbas a escolarização manteve-se estável, enquanto a despesa recorrente aumentou rapidamente. Assim, algumas regiões investiram em quantidade (escolarização) e algumas em qualidade (maior despesa por aluno). Para que a qualidade melhore no primeiro grupo de regiões são necessários mais recursos.

Alguns estudos defendem que os níveis de despesa pública não são importantes para os resultados da edu-

CAIXA 4.5

Despesa militar ou educação?
As inconsistências da acção governativa

Que podem os países em desenvolvimento fazer para aumentar a despesa com a educação, especialmente com o ensino básico? Reduzir a despesa com outras prioridades (como o exército) é uma forma. A despesa militar mundial caiu nos anos de 1990 – excepto na América Latina e na Ásia do Sul. No período entre 1991 e 2000, a despesa militar aumentou 59% na Ásia do Sul.

A despesa militar na África Subsariana caiu durante a década, de 9,3 mil milhões de dólares no princípio dos anos de 1990 para 7,1 mil milhões em 1996. Mas subiu acentuadamente em 1999 e 2000, para uma média de 9,8 mil milhões de dólares. Este aumento súbito não capta a despesa militar global da região; estes dados apenas reflectem números oficiais. Em 2001, Angola, um dos principais receptores de transferências de importantes armas convencionais, gastou 3,1% do PIB com o exército – contra 2,7% com a educação. A Serra Leoa gasta 3,6% do PIB com o exército e 1,0% com a educação.

Os principais governos exportadores de armas prometeram o seu empenho nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Por isso, os governos dos países ricos poderiam ajudar a mudar essa despesa revendo as suas exportações de armas. Os membros do G-8 estão entre os 10 principais fornecedores mundiais de armas convencionais importantes: os Estados Unidos (49,2 mil milhões de dólares), a Federação Russa (15,6 mil milhões), a França (10,8 mil milhões), o Reino Unido (7,0 mil milhões), a Alemanha (5,6 mil milhões), a Itália (1,7 milhões) e o Canadá (0,7 mil milhões) representam 85% das exportações mundiais de armas. Sem reformas, tanto dos exportadores como dos receptores, os compromissos para com os Objectivos parecem questionáveis de ambos os lados.

Fonte: SIPRI 2002b.

cação.[59] Estão enganados. A despesa verdadeira e eficiente é crítica para atingir os resultados desejados. Mas a quantidade de despesa também é importante.[60] Uma utilização básica de quaisquer recursos adicionais seria contratar mais professores. Com 26 milhões de professores do ensino primário nos países em desenvolvimento, em 2000, o número estimado de professores adicionais necessários até 2015 situa-se entre 15 e 35 milhões – incluindo mais de 3 milhões na África Subsariana, com mais de 1 milhão só na Nigéria.

Em África, o crescimento económico teria que exceder 8% ao ano para prover os recursos necessários – um resultado improvável

O hiato de financiamento

Segundo a UNICEF, atingir a escolarização primária universal (e não a conclusão, meta do segundo Objectivo de Desenvolvimento do Milénio) nos países em desenvolvimento e nos países em transição até 2015, custaria mais 9 mil milhões de dólares por ano.[61] Esta estimativa inclui as necessidades adicionais de custos de capital, bem como a necessidade de melhorar a qualidade da escola – e é mais de quatro vezes o que os doadores gastam actualmente e, de longe, muito mais do que a despesa governamental corrente. A despesa com a educação é particularmente baixa nos países pobres altamente endividados. Outra estimativa, tomando em conta uma variedade de cenários, é ainda mais elevada.[62]

Quem pagará a conta?

É improvável que o crescimento económico forneça recursos suficientes para os países em desenvolvimento alcançarem a conclusão primária universal até 2015. Em África, o crescimento económico teria que exceder 8% ao ano para prover os recursos necessários – um resultado improvável.[63] Assim, é necessário um apoio muito maior dos doadores.[64]

Mas a ajuda dos doadores para a educação é insuficiente: em 2000, totalizou 4,1 mil milhões de dólares, com apenas 1,5 mil milhões para o ensino primário. Nos anos 90, a ajuda bilateral para a educação caiu de 5 mil milhões de dólares para 3,5 mil milhões, caindo para apenas 7,0% da ajuda pública ao desenvolvimento – um mínimo absoluto.[65] Só a França, Alemanha, Japão, Reino Unido e Estados Unidos dedicam partes significativas da sua ajuda à educação. Tem que ser vencido o hiato entre a retórica e a realidade do doador.

Em 1996-98, as instituições multilaterais deram uma média de 954 milhões de dólares por ano em ajuda pública ao desenvolvimento relacionada com a educação.[66] Essa quantia caiu para 799 milhões de dólares em 1999-2001. Os compromissos para o ensino básico foram de 402 milhões de dólares por ano em 1996-98 e caíram rapidamente para 222 milhões de dólares por ano em 1999-2001. A Iniciativa Via Rápida da Educação para Todos, um bom exemplo de trabalho entre agências, podia aumentar o financiamento para alguns países.

Desigualdade – e o que fazer dela

Quem beneficia da despesa pública com o ensino primário, secundário e superior: as pessoas pobres ou as que não são pobres? Na maioria dos países, os 20% mais pobres da população recebem menos de 20% dos benefícios da despesa pública com a educação – e nalguns, muito menos.[67] Entretanto, os 20% mais ricos apanham em geral consideravelmente mais de 20%. Mas há excepções – incluindo a Colômbia, Costa Rica e em especial o Chile – onde uma parte maior da despesa pública com a educação vai para os 20% mais pobres. Não é por coincidência que os três países fizeram progressos impressionantes em direcção à escolarização primária universal.

Os países com bom desempenho na educação dedicam mais recursos ao ensino primário (em média, 1,7% do PIB) do que os países com desempenho médio (1,4%). Os países com desempenho elevado também gastam mais no ensino primário em relação aos respectivos rendimentos per capita. E atribuem ao ensino superior uma parte menor dos seus orçamentos.

Apesar das melhorias nos anos de 1990, os países com escolarização primária mais baixa gastam mais por aluno no ensino superior do que no ensino primário.[68] Na verdade, quanto menor é a escolarização primária, maior é a diferença da despesa.[69] Esses países precisam de se concentrar no ensino primário e de não gastar mais no ensino superior. Todavia, são necessários mais recursos para o ensino superior, bem como para os países criarem capacidade de concorrer na economia mundial – mas não à custa do ensino primário. Todos os orçamentos da educação precisam de aumentar.

Melhorar o acesso das pessoas pobres à escola primária

Os custos associados à educação discriminam as pessoas mais pobres, absorvendo uma parte maior dos

limitados orçamentos das famílias.[70] Um número considerável de autores defende que o abandono escolar e o trabalho infantil podem ser reduzidos baixando os custos directos e indirectos da escolarização.[71] No Butão, Burkina Faso e Uganda, os custos familiares elevados por aluno – que vão de 10 a 20% do rendimento per capita – desencorajam a frequência da escola primária, enquanto em Mianmar e no Vietname, os custos mais baixos contribuem para escolarização mais elevada (figura 4.3).[72]

Os uniformes são, muitas vezes, o maior custo para os pais. Em oito estados da Índia – que contêm, em conjunto, dois terços das crianças indianas que não vão à escola – os uniformes são uma das maiores despesas de educação.[73] Uma opção política é tornar os uniformes opcionais, deixando as administrações escolares e as associações de pais e professores decidir se os exigem.

Desde há muito que as propinas para educação são acaloradamente discutidas, e nos anos de 1980 e princípio dos anos de 1990 instituições financeiras internacionais enviaram sinais mistos acerca delas. Mas no princípio e em meados dos anos de 1990, depois de agudas críticas às consequências para a escolarização primária, o Banco Mundial veio (embora tarde) pronunciar-se contra as propinas para o ensino primário.[74] Mais uma vez, os países com desempenhos elevados apontam o caminho. Para garantir a escolarização primária universal e a conclusão do ensino primário no início do seu desenvolvimento, evitaram em grande medida propinas directas e também mantiveram baixos os custos directos.

Assim, há fortes razões para reduzir os custos de mandar os filhos à escola. O Sri Lanka eliminou as propinas em 1945 e começou a fornecer manuais gratuitos e almoços escolares gratuitos nos anos de 1950 e uniformes escolares gratuitos em 1991. O Botswana deu um grande impulso à escolarização reduzindo as propinas para metade em 1973 e eliminando-as em 1980.[75] O Malawi também viu aumentar rapidamente a escolarização, depois de eliminar as propinas e os uniformes escolares em 1994.

Pôr termo à discriminação das raparigas

As diferenças de género na escolarização e no abandono são mais graves na Ásia do Sul e na África Subsariana. Então, como podem as disparidades de género na escolarização ser eliminadas até 2005 – daqui a dois anos – como exigem os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio? Os países que eliminaram essas diferenças oferecem várias lições:[76]

- Levar e manter as raparigas na escola exige que as escolas sejam perto das suas casas. O levantamento da rede escolar pode identificar locais menos servidos, ajudando ao estabelecimento de escolas de vários graus em áreas remotas.
- A redução dos custos evita que os pais façam discriminação entre rapazes e raparigas ao decidirem se mandam os filhos à escola – e, em tempos de declínio dos rendimentos familiares, impedir que as crianças abandonem a escola.
- Programar as aulas com flexibilidade permite às raparigas ajudar nas tarefas domésticas e tomar conta dos irmãos.[77]
- Ter professoras dá às raparigas modelos de ocupação – e dá aos pais uma sensação de segurança em relação às filhas.[78]

O Malawi também viu aumentar rapidamente a escolarização, depois de eliminar as propinas e os uniformes escolares em 1994

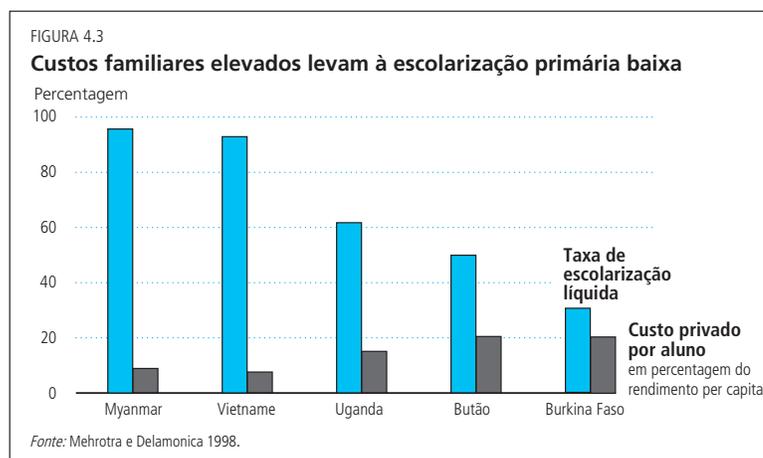
Ineficiência – e o que fazer dela

Eficiência significa obter melhores resultados com a mesma quantidade de recursos – e prosseguir políticas que ajudem a aprendizagem em vez de a atrasar.

Ineficiências operacionais

Um grande problema em quase todos os países em desenvolvimento é fazer com que as crianças repitam anos escolares, um factor das elevadas taxas de abandono e um significativo desperdício de recursos. Os países que tiveram bom desempenho no ensino primário resolveram essa ineficiência. A Costa Rica reduziu para metade a repetência introduzindo passagens automáticas para as classes seguintes nos anos de 1960.

FIGURA 4.3
Custos familiares elevados levam à escolarização primária baixa

Fonte: Mehrotra e Delamonica 1998.

Nos países da OCDE, o salário máximo de um professor é, em média, 1,4 vezes o salário mínimo, enquanto nos países em desenvolvimento a ordem é de 1,0 a 2,5 vezes o salário mínimo

A Malásia e o Zimbabué também adoptaram as passagens automáticas.[79] Para manter padrões, as passagens automáticas deviam ser acompanhadas por um pacote mínimo de investimentos, especialmente em material para as aulas e em formação de professores.

Ensinar crianças na língua apropriada também melhora os resultados da educação, como mostram os países com elevado desempenho. Em todos esses países, foi utilizada a língua materna para a instrução no nível primário. Os estudantes aprendem a ler mais depressa quando são ensinadas na língua que lhes é mais familiar e podem aprender mais depressa uma segunda língua.

Esta é uma conclusão importante para, digamos, a África francófona, onde na maioria dos países o francês é a língua de instrução em todos os níveis.[80] Esta experiência de escolarização alienante dificilmente conduziu à aprendizagem.

Os programas de alimentação escolar também são eficazes para trazer e manter as crianças na escola. Um dos factores que estão por trás do aumento das matrículas na Índia, na segunda metade dos anos de 1990, foi um programa de refeições a meio do dia abrangendo todos os estados.

Ineficiências financeiras

Cerca de 55 países em desenvolvimento têm uma baixa escolarização primária e precisam de novos edifícios e instalações para atingir o ensino primário universal.[81] Mas esses investimentos de capital são muitas vezes ineficientes e a utilização de empresas de construção estatais e de grandes empreiteiros privados leva, muitas vezes, a custos inflacionados.[82]

Como é que se podem manter baixos os custos das construções escolares? Uma forma é utilizar materiais de construção locais, em vez de importados – uma abordagem que os Camarões e o Níger estão a encorajar para aumentar a eficiência.[83] E, desde 1994, a Índia tem estado a usar não só materiais locais, mas também empreiteiros e técnicas de construção locais para conter os custos no seu Programa Distrital de Ensino Primário.

Gerir os custos recorrentes – para obter um maior equilíbrio entre despesas salariais e não salariais – é, de longe, o mais desencorajador desafio financeiro para países com baixo nível de escolarização. As despesas com remunerações dos professores e do pessoal administrativo representam, muitas vezes, 90% ou mais da despesa recorrente a nível primário, afastando as despesas não salariais e deixando pouco dinheiro para outros investimentos, como materiais de ensino.[84] Os países com elevado desempenho – Botswana, Cuba, Sri Lanka – reconheceram esse problema e gastaram quantias razoáveis em materiais de ensino.[85]

Orçamentos limitados também dificultam aos países o aumento do número de professores, o que é fundamental para o ensino primário universal. Aumentar os salários pode ajudar, mas a alteração da estrutura salarial também pode – talvez até reduzindo os custos. Uma opção é gerir o hiato entre salários mínimos e máximos dos professores. Nos países da OCDE, o salário máximo de um professor é, em média, 1,4 vezes o salário mínimo, enquanto nos países em desenvolvimento a ordem é de 1,0 a 2,5 vezes o salário mínimo.[86] A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura e a Organização Internacional do Trabalho recomendaram que se levasse 10 a 15 anos a atingir a remuneração máxima.[87] Outra opção é desligar os salários dos professores das qualificações avançadas, abordagem que está a ser experimentada na África do Sul.[88]

Melhor utilização do tempo e melhor distribuição dos professores também podiam fazer muito para ajudar a gerir os custos com professores. O Botswana experimentou pagar mais aos professores para darem aulas duplas – duplicando o número de alunos ensinados com um pequeno aumento do custo salarial. Investir nas tecnologias de informação para actuar contra professores «fantasmas» e pagamentos incorrectos de salários também gera retornos bastante rápidos, como é demonstrado pelos Sistemas de Informação Estatística da Educação Nacional de vários países da África Subsariana.

Os salários desgastados pela inflação também podem desgastar a moral dos professores, obrigando-os a arranjar segundos empregos. O absentismo dos professores, um grande problema na Ásia do Sul e na África, pode ser parcialmente resolvido contratando professores da vizinhança de onde são necessários. Na Indonésia e na Tailândia, que cedo alcançaram o ensino primário universal, os professores têm sido recrutados localmente. Mas os salários dos professores são, muitas vezes, uma razão para o absentismo.

Os professores têm bom desempenho em muitos países de rendimento médio – em especial na China, Maurícias, Tailândia e Uruguai, onde os governos realmente conseguiram gerir o aumento dos salários dos professores. Mas, em muitos países de rendimento

baixo, os salários desgastaram-se progressivamente, incluindo o Camboja, República Centro-Africana, Quirguistão, Madagáscar, Moldávia, Mianmar, Serra Leoa e Zâmbia. Estes países vão ter dificuldade em manter o moral dos professores sem salários mais elevados. Alguns destes países também aumentaram rapidamente o número de professores para atingir o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio do ensino primário universal. Para esses países, a ajuda dos doadores é crucial para satisfazer os custos recorrentes, pelo menos durante um período limitado.

Uma questão final em relação ao aumento da eficiência financeira envolve a ajuda pública ao desenvolvimento para a educação. Essa ajuda tende a enfatizar o equipamento, a formação no estrangeiro e a assistência técnica. Cerca de 60% a 80% da ajuda à educação são gastos nos países receptores, e o resto nos países doadores – em educação e formação para nacionais de países em desenvolvimento e em consultores e instrutores de países ricos.[89] Esta não é a utilização mais eficiente dos fundos. A assistência técnica pode minar as instituições locais, em particular se as autoridades educativas acabarem por ser esmagadas por um influxo de consultores com sistemas excessivamente complicados. Entre 1994 e 1997, a Etiópia realizou 66 estudos sobre o seu sistema educativo, metade dos quais patrocinados por agências de ajuda bilateral – com pouco proveito.[90]

ATINGIR OS OBJECTIVOS DA SAÚDE

Uma grave escassez de dados de tendências para muitos países em desenvolvimento torna difícil avaliar a probabilidade de atingir o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio de reduzir em três quartos a mortalidade materna, até 2015. Todavia, muitos especialistas acreditam que a já elevada mortalidade materna – um vergonhoso fracasso do desenvolvimento – está a aumentar em muitos países. A situação é especialmente urgente na África Subsariana, que representa metade dos óbitos maternos do mundo em desenvolvimento – com 1 em cada 100 nados-vivos a resultar na morte da mãe.

A falta de dados também impede a avaliação do progresso em direcção ao Objectivo de inverter, até 2015, a propagação do HIV/SIDA. Mas é possível o progresso – como no Brasil, Senegal, Tailândia (caixa 4.6), Uganda e Zâmbia.

Dos Objectivos da saúde mensuráveis, o mundo está mais longe de atingir o da mortalidade de crianças – uma redução de dois terços até 2015 – do que de qualquer outra. Aqui, os países de prioridade máxima encontram-se na África Subsariana e na Ásia do Sul. Esta última está a progredir, com a mortalidade crianças a cair de 12,6% para cerca de 10,0% durante os anos de 1990. Mas a África Subsariana está muito atrasada: 17% das crianças não chegam aos cinco anos. Às taxas actuais, a região não atingirá o Objectivo da mortalidade de crianças nos próximos 150 anos.[91]

Dimensão do problema

Todos os dias, mais de 30.000 das crianças em todo o mundo morrem de causas evitáveis – desidratação, fome, doença.[92] Na Serra Leoa, um país de prioridade urgente, 18% das crianças não verão o seu primeiro aniversário.

Todos os anos, mais de 500.000 mulheres morrem na gravidez e no parto – uma por minuto. Uma mulher grávida tem 100 vezes mais probabilidades de morrer na gravidez e no parto na África Subsariana do que num país da OCDE de rendimento elevado.[93]

Em todo o mundo, vivem 42 milhões de pessoas com HIV/SIDA. Além disso, a doença matou a mãe ou os dois progenitores de 13 milhões de crianças.[94] A tuberculose é a outra principal causa infecciosa de mortalidade de adultos, chegando a matar 2 milhões de pessoas por ano.[95] A malária mata 12 milhões de pessoas por ano, e sem intervenção eficaz o número de casos poderia duplicar nos próximos 20 anos.[96]

Muitas doenças atingem mais as pessoas rurais pobres do que os habitantes das cidades. Em relação às infecções respiratórias agudas, uma das grandes assassinas de crianças, menos de metade das crianças rurais recebe cuidados na maioria das regiões em desenvolvimento.[97]

Muitas dessas mortes são prontamente evitáveis (caixa 4.7). Redes mosquiteiras, antibióticos acessíveis, parteiras treinadas e higiene básica e educação sanitária não são soluções de alta tecnologia. Todavia, tal como no caso da educação, por razões totalmente sistémicas essas soluções continuam tragicamente fora do alcance de milhões de pessoas pobres:

- *Recursos limitados.* Os governos não gastam o suficiente na saúde em geral e gastam ainda menos na saúde básica.

Objectivos e metas de Desenvolvimento do Milénio

Objectivo 4: Reduzir a mortalidade de crianças

Meta 5: Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos

Objectivo 5: Melhorar a saúde materna

Meta 6: Reduzir em três quartos, entre 1999 e 2015, a taxa de mortalidade materna

Objectivo 6: Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças

Meta 7: Parar e começar a inverter, até 2015, a propagação do HIV/SIDA

Meta 8: Parar e começar a inverter, até 2015, a incidência da malária e outras doenças principais

CAIXA 4.6

O êxito da Tailândia na prevenção do HIV/SIDA

A resposta da Tailândia ao HIV/SIDA é um dos poucos programas de prevenção bem sucedidos no mundo em desenvolvimento. Desde que atingiram o auge no princípio dos anos de 1990, as novas infecções com HIV caíram mais de 80%. Como?

Vontade política

A SIDA foi identificada pela primeira vez na Tailândia em 1984, e em 1987 o governo criou o Programa Nacional de Prevenção e Controlo da SIDA (PNPCS), presidido pelo Primeiro-Ministro. A vontade política foi completada por compromissos financeiros: entre 1987 e 1991, a despesa do governo e dos doadores saltou de 684.000 dólares para 10 milhões de dólares. Até 1997, a despesa do governo com os programas de controlo da SIDA foi de 82 milhões de dólares por ano.

Colaboração de múltiplos actores

Dos pacientes aos profissionais privados e aos monges budistas, muitos participantes trabalharam com o governo nacional no planeamento e execução dos programas da SIDA. Por exemplo, 150 grupos de pessoas com HIV/SIDA dão apoio e protecção a outros pacientes. A ONG tailandesa Coligação para a SIDA coordena as actividades de organizações não governamentais relacionadas com a SIDA. Numa iniciativa inovadora, o governo criou um programa chamado Reduzir a Vulnerabilidade das Raparigas, que dá bolsas a mulheres jovens para prosseguirem o ensino – visando desencorajá-las de se tornarem prostitutas.

Visar grupos de alto risco

Em 1989, verificou-se que 44% das trabalhadoras do sexo de Chiang Mai eram seropositivas. Em vez de negar que a prostituição existia, o governo tailandês concentrou-se na redução das visitas de homens aos bordéis e na promoção do uso de preservativos pelas trabalhadoras do sexo. Em 1991, foi lançado o Programa 100% de Uso do Preservativo, distribuindo-se 31 milhões de preservativos por ano a grupos de alto risco. As clínicas contribuíram, distribuindo 600 milhões de preservativos por ano.

Estes esforços tiveram resultados extraordinários: entre 1988 e 1992, o uso do preservativo em bordéis aumentou de 14% para 90%. Além disso, o número médio de homens que visitam esses estabelecimentos caiu de 4,0 para 1,5 por dia. Como resultado, a ocorrência de HIV entre as trabalhadoras do sexo caiu de 50% em 1991 para menos de 10% em 2001.

Campanhas de educação

Uma campanha nacional de informação pública acompanhou o Programa 100% de Uso do Preservativo. A informação sobre a SIDA era disponibilizada em toda a parte – desde os painéis para afixação de cartazes até às caixas de cereais e às televisões, com pequenas peças de educação para a SIDA, de um minuto, transmitidos de hora a hora na televisão e na rádio. Assim, as mensagens ajudavam a afastar o estigma associado a ter SIDA.

Monitorização e avaliação

Três sistemas de vigilância recolhem informação sobre o HIV e as infecções sexualmente transmitidas. Esta informação é usada para despistar mudanças na distribuição das novas infecções de HIV e tem sido utilizada pelos políticos para orientar os esforços de controlo.

Apoio internacional

A Tailândia recebeu abundante apoio financeiro e técnico internacional para os seus programas da SIDA. O Programa Conjunto das Nações Unidas para a SIDA (ONUSIDA), por exemplo, esteve activo na angariação de fundos, na avaliação de programas e na ajuda aos pacientes de HIV/SIDA. A cooperação bilateral inclui parcerias com a Agência para o Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos (USAID), a União Europeia e a Agência Australiana para o Desenvolvimento Internacional (AusAID).

Fonte: Avert.org 2003; Kongsin e outros 1998; Forster-Rothbart e outros 2002.

- *Desigualdade.* Os sistemas de saúde rural não têm pessoal suficiente, nem recursos suficientes dedicados às mulheres e às crianças.
- *Ineficiência.* Os programas verticais para doenças específicas não estão integrados nos sistemas gerais de saúde.

É aqui que as ligações entre saúde, educação e rendimento desempenham um papel mais claro, porque são as pessoas pobres que carecem de acesso a água e saneamento, que não têm dinheiro para medicamentos e que não recebem educação acerca da prevenção do HIV e do planeamento familiar.

As mulheres estão em maior risco do que os homens. Globalmente, as mulheres representam cerca de metade dos casos de HIV/SIDA em adultos. Mas entre as jovens a percentagem é de longe mais elevada e é provável que piore. Em muitos países das Caraíbas, as mulheres representam a maioria das novas infecções com HIV. E em muitos países africanos a ocorrência do HIV entre os 15 e os 24 anos chega a ser seis vezes mais alta nas mulheres do que nos homens.[98]

As mulheres pobres são especialmente vulneráveis ao HIV por causa do seu baixo estado nutricional, da sua limitada educação e das suas limitadas oportunidades de emprego, e do seu baixo estatuto social e consequente incapacidade de negociar o sexo seguro. E uma vez infectadas, é mais provável que as mulheres evitem, ou adiem, a procura de cuidados por causa dos constrangimentos de género, como as responsabilidades domésticas e os custos de viagem e de tratamento. A autonomia também é um problema: na Ásia do Sul, os homens decidem frequentemente se as mulheres devem procurar tratamento médico.[99]

Recursos limitados – e o que fazer deles

Todos os países da OCDE de rendimento elevado gastam pelo menos 5% do seu PIB em cuidados de saúde pública. Mas poucos países em desenvolvimento atingem essa percentagem – e na maioria é menos de metade disso. (A Costa Rica – um país sem exército, que tem um desempenho elevado em matéria de

CAIXA 4.7

Prioridades políticas e intervenções técnicas

Objectivo 4: reduzir em dois terços a mortalidade de menores de cinco anos

Atingir o Objectivo 4 de Desenvolvimento do Milénio – reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade de menores de cinco anos – exigirá que se tratem as principais causas da mortalidade de crianças. As intervenções técnicas devem incidir na subalimentação, nas doenças parasitárias e infecciosas e nas vacinações, feitas através de um sistema reforçado de cuidados básicos de saúde.

Subalimentação. O peso insuficiente à nascença leva muitas vezes à subnutrição infantil e está directamente relacionada com a saúde da mãe antes e durante a gravidez. A expansão do acesso aos cuidados de saúde reprodutiva e a garantia de alimentação adequada melhoram muito a saúde das mães e dos filhos.

Apenas amamentar os bebés nos primeiros quatro a seis meses de vida beneficia muito a saúde deles. Mas quando a mãe é seropositiva, devem ser explorados substitutos do leite materno. Como primeiro passo, os países devem adoptar imediatamente, como lei, o Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno (promulgado pela Organização Mundial da Saúde e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância).

A saúde das crianças pode sofrer enormemente por causa da deficiência de micronutrientes (vitamina A, ferro, zinco e iodo) e isso pode ser tratado através de suplementos (como iodização de sal). A deficiência de vitamina A pode ser reduzida com a simples administração de duas cápsulas de dose elevada de vitamina por ano. Em países com sistemas de saúde a funcionar, os suplementos vitamínicos devem ser administrados através de campanhas parecidas com as campanhas de vacinação maciça. Em 1999, esses métodos permitiram que os países menos desenvolvidos atingissem uma cobertura de suplementos de 80%.

Doenças infecciosas e parasitárias. Nas áreas mais afectadas, espera-se que a mortalidade de menores de cinco anos provocada pelo HIV/SIDA mais do que duplique até 2010. Em muitos países, combater o HIV/SIDA – e tratar explicitamente questões específicas das mulheres e crianças – é uma prioridade máxima de desenvolvimento (ver caixa 4.1). Entretanto, todos os anos a malária mata mais de 400.000 crianças – tornando-se outra prioridade em muitos países.

Embora as mortes de menores de cinco anos por causa da diarreia tenham caído nos anos de 1990, a doença continua a matar um grande número de crianças. A continuação das reduções depende da capacidade das famílias tratarem a diarreia em casa (mais fluidos e alimentação contínua) e utilizarem serviços de saúde quando for preciso. Maior acesso a água limpa e saneamento, como se discute neste capítulo, também reduzirá a incidência da doença.

Finalmente, as infecções respiratórias agudas representam aproximadamente 20% das mortes de crianças nos países em desenvolvimento, mas a maioria é facilmente evitável. Dados de 42 países mostram que apenas metade das crianças com essas infecções são levadas a prestadores de cuidados de saúde. Na África Ocidental, essa proporção cai para um quinto. Como se diz neste capítulo, um sistema de saúde a funcionar que aumente o número de prestadores de cuidados de saúde em áreas mal servidas é crucial para atacar este assassino.

Vacinações. Depois de aumentarem durante muitos anos, as vacinações na Ásia do Sul estagnaram no nível de 1990 – e na África Subsariana diminuíram. Mas é possível atingir níveis mais altos, como é demonstrado pelas campanhas periódicas da poliomielite feitas pelos governos nacionais. Entre 1998 e 2000, a campanha reduziu em 99% os novos casos de poliomielite através de campanhas maciças de educação pública e de melhores vacinações e vigilância de rotina.

Objectivo 5: reduzir a mortalidade materna em três quartos

Todos os anos morrem cerca de 500.000 mulheres em todo o mundo com complicações resultantes da gravidez e do parto. Trinta vezes mais mulheres sofrem ferimentos, infecções e outras complicações relacionadas com a gravidez. Para atingir o Objectivo 5 de Desenvolvimento do Milénio – reduzir em três quartos, entre 1999 e 2015, a taxa de mortalidade materna – os países em desenvolvimento têm que expandir o acesso a parteiras qualificadas, serviços obstétricos de emergência e a cuidados de saúde reprodutiva, reunindo esses serviços num sistema de saúde e encaminhamento que funcione. Os países também têm que tratar das questões mais amplas que inibem as mulheres de procurar cuidados de saúde.

Parteiras qualificadas. As parteiras qualificadas assistem menos de metade dos partos nos países em desenvolvimento. Reduzir a mortalidade materna exigirá o aumento substancial do número de parteiras qualificadas, especialmente em áreas mal servidas pelo sistema de saúde. As parteiras qualificadas ajudam a reduzir a mortalidade materna de duas formas. Primeiro, utilizando técnicas seguras e higiénicas durante os partos de rotina e encaminhando os partos complicados para clínicas e hospitais. Segundo, gerindo activamente o trabalho da terceira fase – reduzindo potencialmente as hemorragias pós-parto. Isto exige formação específica para além da distribuição de kits seguros de parto. As parteiras qualificadas devem ser capazes de reconhecer o início das complicações, de realizar as intervenções essenciais, de iniciar o tratamento e de supervisionar o encaminhamento da mãe e do bebé para cuidados de emergência quando necessário.

Serviços obstétricos de emergência. Mesmo nas melhores circunstâncias, mais de 10% das mulheres grávidas conhecem complicações potencialmente fatais. Para reduzir a mortalidade materna, as parteiras qualificadas devem ser capazes de encaminhar os partos complicados para serviços obstétricos de emergência. Os países em desenvolvimento têm fortes carências de serviços obstétricos de emergência, ocorrendo mais de 80% dos partos em áreas sem essas instalações. Assim, os países têm que se comprometer com o primeiro indicador da ONU nesta área: ter uma unidade dessas por cada 500.000 habitantes.

Cuidados de saúde reprodutiva. Aumentar o acesso à contracepção pode reduzir significativamente as mortes maternas diminuindo simplesmente o número de vezes que uma mulher fica grávida – e assim os riscos de complicações correlativas. Se as necessidades não satisfeitas de contracepção fossem satisfeitas e as mulheres tivessem apenas o número de gravidezes que quisessem, a mortalidade materna cairia entre 20% a 35%. Além disso, os abortos inseguros – os que são realizados por pessoas sem formação, sob condições não higiénicas, ou ambas – matam anualmente um número de mulheres calculado em 78.000, ou cerca de 13% da totalidade das mortes maternas. Assim, atingir o Objectivo 5 exigirá uma expansão rápida do acesso a cuidados de saúde reprodutiva.

Objectivo 6: inverter a propagação do HIV/SIDA

Em 2002, 3,1 milhões de pessoas morreram de SIDA. Outros 42 milhões de pessoas estão infectados com HIV/SIDA. Uma das pragas mais estropiantes da história moderna, a SIDA atingiu todos os países, devastando muitos na África Subsariana. Embora desanimador, a primeira meta do Objectivo 6 de Desenvolvimento do Milénio – reverter a propagação da doença até 2015 – pode recorrer a mais de 20 anos de esforços de prevenção e tratamento bem sucedidos. Além disso, em 2001, a Assembleia Geral da ONU adoptou uma declaração sem ambiguidades sobre a gravidade da epidemia, pondo em relevo a necessidade de uma acção decisiva para orientar a política.

Para enfrentar o HIV/SIDA, é essencial uma forte liderança para vencer a inércia institucional e para tratar de questões sociais que alimentam a epidemia, incluindo o estigma, a discriminação e relações desiguais de poder entre homens e mulheres. A percentagem de mulheres que vivem com HIV/SIDA aumentou constantemente, de 41% em 1997 para 50% até ao fim de 2002. Na África Austral, as mulheres jovens têm 4 a 6 vezes mais probabilidades de ser seropositivas do que os homens do mesmo grupo etário. Os programas de prevenção e tratamento devem enfrentar explicitamente as condições que tornam alguns grupos mais vulneráveis à infecção e com menos probabilidade de procurar cuidados de saúde. Uma forte liderança comunitária pode ajudar a gerar respostas localmente aceitáveis, através, por exemplo, da discussão de comportamentos e valores que aumentam a propagação do HIV/SIDA.

Continua na página seguinte

CAIXA 4.7 (continuação)

Prioridades políticas e intervenções técnicas

Também é necessária uma forte liderança para tratar de sistemas de saúde desorganizados, esmagados e gravemente subfinanciados, para promover respostas multissectoriais à epidemia, para investir em tecnologias de prevenção eficazes (como preservativos e agulhas descartáveis) e para aumentar a capacidade através de melhor formação de trabalhadores da saúde e comunitários. Esses esforços estão a ser ajudados pela colaboração entre países em desenvolvimento no controlo do HIV/SIDA. A Tailândia está a partilhar o seu conhecimento com o Camboja, tal como o Brasil com os seus vizinhos.

Além disso, têm que ser identificados os esforços de prevenção para travar a propagação da doença. Embora os programas de controlo sejam diferentes, com base nas necessidades locais, estão disponíveis muitas intervenções eficazes (ver caixa 4.6). A prevenção eficaz tem permitido a muitos países fazer notáveis progressos na redução das taxas de infecção.

A expansão do tratamento também é amplamente apoiada – nomeadamente pela Organização Mundial da Saúde, que colocou medicamentos anti-retrovirais na sua lista de fármacos essenciais e emitiu orientações para o tratamento nos locais onde os recursos são limitados. Mas existem constrangimentos significativos à expansão desses programas, e o calendário de expansão do tratamento devia ser ambicioso, ainda que realista. Envolver diversos grupos no planeamento e na execução contribuiu para programas de tratamento bem sucedidos no Brasil, Tailândia e Uganda.

Sistemas de saúde fracos limitam gravemente a extensão do tratamento. Garantir a aquiescência do paciente aos regimes de tratamento e controlar a resistência ao medicamento exigirá um número maior de profissionais de saúde com boa formação, nova distribuição de medicamentos e sistemas de armazenagem, e mais centros de saúde e laboratórios em áreas com elevadas taxas de infecção.

Objectivo 6: inverter a incidência de malária e doutras grandes doenças

A malária e a tuberculose estão entre as principais causas infecciosas da mortalidade adulta, particularmente nos países em desenvolvimento. Para atingir a segunda meta do Objectivo 6 de Desenvolvimento do Milénio – inverter a incidência da malária e outras doenças principais até 2015 – todos os países em desenvolvimento precisarão de identificar e enfrentar as doenças que causam maiores danos à sua população.

Malária. Todos os anos a malária infecta 500 milhões de pessoas – aproximadamente 10% da população mundial – e mata mais de 1 milhão. Muitos investigadores receiam que a situação possa piorar ainda mais devido às alterações ambientais, agitação civil, crescimento da população, viagens generalizadas e ao aumento da resistência aos medicamentos e insecticidas. Mas apareceram novas abordagens do controlo da malária, e a crescente consciencialização internacional aumentou os recursos para actividades de investigação e controlo. Todavia, a inversão da propagação da malária exigirá compromissos políticos e financeiros sustentados de aumentar os programas bem sucedidos e de investir na investigação que possa melhorar significativamente esses esforços.

Porque a distribuição dos casos de malária difere consideravelmente de região para região, os programas de controlo devem ser talhados para as necessidades locais. Uma grande variedade de intervenções pode ser incorporada nas estratégias locais:

- Distribuir mosquiteiros tratados com insecticida às pessoas das áreas de alto risco e garantir que os mosquiteiros serão tratados todos os anos.
- Treinar trabalhadores comunitários da saúde para diagnosticar e tratar a malária fornecendo instrumentos simples de diagnóstico e regimes de tratamento predefinidos.
- Garantir que os bebés e as grávidas recebem tratamento preventivo no âmbito de vacinações de rotina e de cuidados pré-natal (embora estes pressuponham um sistema de saúde funcional).
- Fornecer medicamentos antimaláricos combinados para diminuir a probabilidade dos parasitas resistentes.
- Utilizar novas técnicas para facilitar a prestação de serviço, fazendo o levantamento da distribuição das populações, das instalações de saúde e das redes de transportes. Também estão disponíveis instrumentos para prever as epidemias de malária – tornando mais oportunos e eficazes os esforços de controlo em áreas propensas à epidemia.
- Também há uma necessidade urgente de aumentar a investigação de novos medicamentos e vacinas, porque a resistência aos tratamentos actuais mina a sua eficácia. Parcerias entre o público e o privado, como o caso de Medicamentos para o Risco da Malária, juntaram cientistas, recursos financeiros e capacidades de gestão para acelerar o desenvolvimento de novos medicamentos. Finalmente, a capacidade do sistema de saúde deve ser significativamente aumentada, para garantir que os tratamentos existentes e emergentes sejam feitos eficazmente.

Tuberculose. Cinquenta anos depois da introdução da quimioterapia eficaz, a tuberculose ainda mata cerca de 2 milhões de pessoas por ano – tornando-a, juntamente com a SIDA, a principal assassina infecciosa de adultos em todo o mundo. E o número de vítimas está a aumentar. Entre 1997 e 1999, o número de novos casos de tuberculose aumentou de 8 para 8,4 milhões. Se esta tendência se mantiver, a tuberculose continuará a estar entre as principais causas de mortalidade adulta depois de 2015.

Mas é possível inverter estas tendências. A parceria STOP TB, formada em 2000, deu passos notáveis na formulação de um plano completo, incluindo necessidades financeiras, para atingir o objectivo internacional de travar a propagação da tuberculose. Este quadro requer a expansão, adaptação e melhoria da terapia observada directamente, casos de tratamento breve (TODB) – um programa extraordinariamente eficaz em que os trabalhadores da saúde supervisionam os regimes de tratamento, ao mesmo tempo que criam estreitos laços com os seus pacientes.

Expandir essa terapia exige o reforço dos programas de controlo da tuberculose, bem como do sistema global de saúde, de quatro formas:

- Aumentar o apoio político para expandir o TODB.
- Aumentar o apoio financeiro para expandir o TODB.
- Melhorar a capacidade dos sistemas de saúde para expandir o TODB.
- Obter fornecimentos sustentáveis de medicamentos de qualidade para expandir o TODB.

Adaptar o TODB para responder aos desafios da resistência ao medicamento envolverá a passagem ao "TODB mais" – a pedra angular na gestão da tuberculose multi-resistente, que exige uma supervisão estrita dos regimes terapêuticos. Na Rússia, a incidência da tuberculose aumentou mais de 300% entre 1990 e 1996, com uma percentagem substancial de casos resistentes ao medicamento. Há uma necessidade urgente de investigação clínica, epidemiológica e operacional para definir as abordagens mais eficazes para pôr em prática o TODB mais.

O número crescente de casos de tuberculose, combinado com o HIV/SIDA, coloca um imenso fardo sobre as actividades de controlo da tuberculose – um fardo exacerbado pela escassez de técnicos de saúde diplomados, de recursos laboratoriais e de fornecimentos de medicamentos. Criar programas conjuntos tuberculose – HIV/SIDA permitiria tratar das sobreposições entre as epidemias. Mas também exigiria uma reconfiguração substancial e um esforço acrescido entre agências nacionais e comunitárias.

Finalmente, o TODB podia ser melhorado aumentando a investigação acerca de:

- Novos instrumentos de diagnóstico para detectar casos activos de tuberculose com mais rapidez, mais facilidade e mais precisão.
- Melhores medicamentos para simplificar os regimes de tratamento e melhorar as respostas à tuberculose resistente a múltiplos medicamentos e a infecções latentes.
- Uma vacina melhor.

Um passo para melhorar o TODB foi a formação da Aliança Mundial para o Desenvolvimento do Medicamento da Tuberculose, que fará progredir essa investigação.

Fonte: Millennium Project Task Force 5 2003a, pág. 2; Millennium Project Task Force 4 2003; Weiss 2002; WHO 2003.998; Forster Ruthbart e outros 2002.

saúde e de educação – é uma excepção rara.) Em países com desenvolvimento humano elevado, a despesa pública média com a saúde foi de 5,2% do PIB em 2000 – enquanto nos países de desenvolvimento humano médio foi de 2,7% e nos países de desenvolvimento humano baixo, de 2,1%. Os gastos públicos na saúde, per capita, é muito baixa na maioria dos países em desenvolvimento: em 2000, a média foi de 1.061 dólares nos países de desenvolvimento humano elevado, de 194 dólares nos países de desenvolvimento humano médio – e de apenas 38 dólares nos países de desenvolvimento humano baixo (em termos de paridade do poder de compra).[100]

A Comissão de Macroeconomia e Saúde da Organização Mundial da Saúde recomenda que a ajuda dos doadores para os sistemas de saúde dos países de rendimento baixo seja substancialmente aumentado, juntamente com os recursos financeiros domésticos nesses países. A Comissão estimou que um aumento da ajuda, de 5 mil milhões de dólares por ano em 2001 para 35 mil milhões por ano, até 2015, se for adequadamente investido em áreas de prioridade alta (doenças infecciosas, deficiências alimentares, complicações maternas) e se for acompanhado com um aumento da despesa de saúde dos próprios países, evitaria 8 milhões de mortes por ano, com vantagens económicas da ordem dos 360 mil milhões de dólares por ano.

A maioria dos países em desenvolvimento que estão a pôr em prática programas de estabilização económica, ou de ajustamento, não tem forma de expandir a despesa com a saúde sem aumentar as receitas de outras fontes. Fortemente endividados, os países pobres, em particular, não têm espaço fiscal para aumentar a despesa social. Todavia, os serviços básicos representam menos de metade da despesa pública com a educação e a saúde nesses países.[101] (O papel do sector privado nos cuidados de saúde é descrito no capítulo 5.)

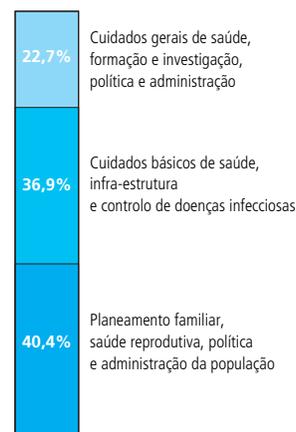
O que é que o governo pode fazer face a graves limitações fiscais? Uma fonte de fundos extraordinários é a ajuda pública ao desenvolvimento, e a ajuda para a saúde tem estado a aumentar – com compromissos que rondam uma média de 3,6 mil milhões de dólares por ano em 1999-2001, contra 3,3 mil milhões por ano em 1996-98. Todavia, a ajuda pública ao desenvolvimento para a saúde é igual a apenas 0,01 em cada 100 dólares do PNB dos países doadores – demasiadamente pouco para satisfazer sequer as necessidades básicas de saúde dos países em desenvolvimento.

Em 1996-98, as instituições multilaterais forneceram uma média de 872 milhões de dólares por ano em ajuda pública ao desenvolvimento relacionada com a saúde, embora em 1999-2001 tenha caído para 637 milhões de dólares por ano.[102] Mas os compromissos para a saúde básica foram de 264 milhões de dólares por ano em 1996-98 e mantiveram-se praticamente ao mesmo nível (249 milhões por ano) em 1999-2001.

No fim dos anos de 1990, 37% da ajuda para a saúde proveniente dos membros da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE foram para a saúde básica, 23% para a saúde geral e o resto para a saúde reprodutiva (figura 4.4). Assim, ao contrário da educação, a ajuda pública ao desenvolvimento para a saúde concentra-se nos serviços básicos – o que é bom para os Objectivos. Nos anos de 1990, a ajuda pública ao desenvolvimento para a saúde reprodutiva subiu de 572 milhões de dólares para 897 milhões de dólares por ano.[103]

FIGURA 4.4

Uma grande parte da ajuda para a saúde vai para os serviços básicos

Ajuda para a saúde proveniente dos membros da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento

Fonte: OCDE, Development Assistance Committee 2003a.

Desigualdade – e o que fazer dela

Como é que pequenos orçamentos de saúde poderão ser repartidos entre serviços e utilizadores? Esta é uma questão chave para a equidade, porque hoje as pessoas pobres estão a perder. Um recente inquérito aos países em desenvolvimento concluiu que, em todos os casos, os 20% mais pobres da população recebem menos de 20% dos benefícios da despesa com a saúde pública. Também recebem menos do que os 20% mais ricos (que em muitos países incluem uma grande percentagem da classe média).[104]

Mas a despesa com os cuidados básicos de saúde é partilhada mais equitativamente do que a despesa total com a saúde. Nalguns países, as pessoas pobres fazem uma utilização desproporcionada das facilidades primárias de saúde. No Quénia, os 20% mais pobres recebem 22% da despesa governamental com cuidados primários de saúde, contra 14% da despesa total com a saúde. No Chile – um país com elevado desempenho na saúde – os 20% mais pobres recebem 30% da despesa com cuidados de saúde primários. E na Costa Rica, outro país de elevado desempenho, os 20% mais pobres recebem 43%[105] Assim, para que as pessoas pobres beneficiem, têm que ir mais recursos para os cuidados primários de saúde.

Uma despesa mais igualitária reflecte-se fortemente nos resultados da saúde. Em países onde menos

de 70 em cada 1.000 crianças morrem antes dos cinco anos, os 20% mais pobres recebem mais de 25% da despesa pública com cuidados primários de saúde – enquanto em países com taxas de mortalidade de crianças acima de 140, os 20% mais pobres recebem menos de 15%. Além disso, em países com elevadas taxas de mortalidade de crianças, os 20% mais pobres representam menos de 10% da utilização hospitalar – os 20% mais ricos representam 40%.[106]

Quando os recursos são limitados, as áreas rurais menos desenvolvidas têm que aguentar o peso da escassez de pessoal médico. Além disso, os esforços para colocar pessoal médico em áreas mal servidas normalmente não têm êxito. No Camboja, 85% das pessoas vivem em áreas rurais, mas apenas 13% do pessoal de saúde do governo estão nessas áreas, enquanto em Angola 65% da população é rural, mas apenas 15% dos profissionais de saúde do governo trabalham em áreas rurais.[107] No Nepal, apenas 20% dos lugares de médicos rurais estão preenchidos, contra 96% nas áreas urbanas.[108]

Podem ser tomadas várias medidas para corrigir os desequilíbrios da cobertura de cuidados de saúde:

- *Aumentar o número de enfermeiras, paramédicos e trabalhadores comunitários da saúde.* Enfermeiras, parteiras treinadas e trabalhadores comunitários da saúde são as extensões do sistema de saúde, permitindo a realização essencial para o sucesso dos serviços de saúde reprodutiva. Por exemplo, os países com desempenho elevado – aqueles onde a esperança de vida é alta e a mortalidade de menores de cinco anos é baixa em relação à média dos países em desenvolvimento – tendem a ter mais enfermeiras por médico. Compare-se o Zimbabué (9,5 enfermeiras por médico em 1990) e a Tailândia (4 em 1990) com a Índia (1,5 no fim dos anos 80) e o Bangladeche (1 em 1990). Dados mais recentes confirmam esta observação.[109]
- *Usar contratos de serviço para exigir que o pessoal médico passe um certo número de anos no serviço público.* Esses contratos, vulgares na América Latina, também têm sido aplicados nas Filipinas e na Tanzânia. Nos anos de 1970, a Malásia, outro país de elevado desempenho, exigiu a todos os detentores de licenciaturas em medicina que trabalhassem três anos para os serviços de saúde do governo – permitindo que o governo enviasse médicos para áreas rurais que anteriormente tinham evitado. Além disso, houve políticas para assegurar que os grupos mais pobres recebessem uma parte da despesa pública com a saúde maior do que as classes média e alta.[110]
- *Fazer com que os doadores financiem alguns custos recorrentes.* A Organização Mundial da Saúde recomendou um pacote de serviços essenciais de saúde para países em desenvolvimento, incluindo saúde pública e intervenções clínicas. Mas esse pacote não pode ser fornecido sem mais pessoal, pelo que os doadores deviam cobrir alguns custos recorrentes com pessoal.

CAIXA 4.8

Integrar programas verticais em sistemas de saúde que funcionam

Os programas específicos de doenças têm elevada probabilidade de êxito quando estão integrados num sistema de saúde que funciona, como demonstra o programa de tuberculose da Índia. Foram formados mais de 200.000 trabalhadores de saúde. Cerca de 436 milhões de pessoas (mais de 40% da população) têm acesso a serviços. E foram evitadas 200.000 mortes, com poupanças indirectas de mais de 400 milhões de dólares – mais de oito vezes o custo de aplicação do programa.

Utilizando a estratégia da terapia observada directamente, casos de tratamento breve (TODB), o programa da Índia utiliza a estrutura de saúde existente, mas completa as suas actividades com recursos, pessoal e medicamentos adicionais, sendo o diagnóstico e o tratamento gratuitos para os pacientes. Uma vez tomada a decisão de iniciar o programa num distrito, a administração de saúde forma uma sociedade, que contrata pessoal para uma unidade de tuberculose – cobrindo 500.000 pessoas. O governo do estado forma os médicos e contrata os técnicos de laboratório. A orientação da política, os medicamentos e os microscópios são providos pelo governo central, com assistência financeira do Banco Mundial e de doadores bilaterais.

Há vários níveis de apoio, acompanhamento e supervisão. O pessoal do governo e da Organização Mundial da Saúde (OMS) faz visitas ao local. Consultores contratados pela OMS, com telefones móveis e acesso à Internet, dão apoio a unidades de tuberculose. O Governo fornece, em cada trimestre, um relatório pormenorizado sobre o desempenho de cada estado e distrito.

Fonte: Khatri e Frieden, 2002, pág. 1420-25.

Ineficiência – e o que fazer dela

A menos que o desempenho dos sistemas de saúde melhore, quaisquer fundos adicionais podem ser desperdiçados.

Concentração nas intervenções essenciais

Tradicionalmente, os governos sem disponibilidades têm tentado racionar os cuidados de saúde limitando os orçamentos globais – não dirigindo recursos para doenças específicas. Uma abordagem diferente seria racionar fundos com base em intervenções essenciais. O México adoptou esta abordagem, e o Bangladeche, Colômbia e Zâmbia estão a começar a adoptá-la.[111]

Adoptar uma abordagem integrada

As campanhas de erradicação da varíola e da malária dos anos de 1960 iniciaram uma tendência para pro-

CAIXA 4.9

Garantir medicamentos essenciais para todos – êxito no Butão

O Butão, um pequeno reino asiático, interior, mostra como uma política nacional de medicamentos coerente – apoiada por ajuda internacional concertada – pode atingir resultados impressionantes no fornecimento de medicamentos essenciais. Até 1986, o fornecimento público de medicamentos no Butão era desordenado, com pouca disponibilidade, qualidade errática, receitas irracionais e elevados custos. Depois, o país lançou-se num programa de medicamentos essenciais com uma importante ajuda técnica e financeira da Organização Mundial de Saúde e dos países doadores. Em 1987, foi adoptada uma política nacional global do medicamento e uma legislação facilitadora. Entre as componentes fundamentais do programa incluem-se:

- Facilidades de aquisição e distribuição nacionais.
- Garantia de qualidade, através da cuidadosa selecção dos fornecedores e de testes do produto.
- Receitas mais racionais, através da criação de guias de tratamento normalizado e de melhor formação e supervisão dos técnicos farmacêuticos.
- Redução dos desperdícios e maior eficiência, através de seminários para armazenistas sobre a armazenagem adequada e a gestão de medicamentos.
- Fornecimento público gratuito de medicamentos essenciais e de vacinas.

Desde 1993, o programa tem sido dirigido por pessoal butanês, com ajuda mínima de especialistas internacionais: Os resultados incluem:

- Acesso a medicamentos essenciais de alta qualidade para mais de 90% da população, com 90% dos medicamentos essenciais principais disponíveis.
- Redução dos erros na contabilidade da medicação, de 76% em 1989 para 14% em 1997.
- Redução do desperdício, com apenas 0,75% do orçamento para medicamentos gastos em medicamentos cujo prazo de validade expirou antes da respectiva utilização.
- Preços muito mais baixos pagos pelo programa de medicamentos essenciais (que adquire entre 85% a 90% das drogas), caindo para cerca de metade dos preços médios internacionais.

Fonte: Stapleton 2000, pág. 2.

gramas verticais de doenças específicas conduzidos pelos doadores e impostos aos sistemas de saúde dos países em desenvolvimento. Desde os anos de 1980 – com o lançamento de uma grande quantidade de programas de ajustamento estrutural e, em particular, desde que a campanha da Organização Mundial da Saúde e do Fundo das Nações Unidas para a Infância para promover a vacinação universal das crianças (1985-90) – os doadores inclinaram-se cada vez mais para esses esforços. E, com a crescente prevalência da tuberculose, malária e HIV/SIDA, essa tendência reforçou-se ainda mais.

Estes programas têm riscos. Os recursos são concentrados nestas áreas à custa do sistema global de saúde. Os esforços públicos de cuidados de saúde fora dessas estruturas verticais podem ser esvaziados. E até os programas verticais, de manutenção dispendiosa, podem ser ameaçados se desaparecerem os fundos dos doadores. Os programas verticais podem ser viáveis economicamente e prudentes apenas para doenças que apresentam uma possibilidade razoável de erradicação num período previsível.

Os programas específicos de doenças deviam ser integrados em estruturas globais de saúde, como mostra o bem sucedido programa da tuberculose na Índia (caixa 4.8). Mas os serviços de saúde materna e infantil também estão a pedir integração: em muitos países, os cuidados de saúde primários concentraram-se no planeamento familiar, com exclusão dos serviços de saúde materna e infantil. Para evitar mais mortes maternas, os cuidados durante a gravidez e especialmente durante o parto devem estar ligados a sistemas fidedignos, que assegurem a disponibilidade de tratamento avançado em casos de emergência obstétrica.

Fornecer medicamentos essenciais em clínicas para atrair pacientes

Fornecimentos de medicamentos totalmente inadequados são uma razão pela qual os sistemas públicos de saúde se tornam disfuncionais. Quando os pacientes não recebem medicamentos terapêuticos, têm pouco incentivo para procurar os cuidados públicos de saúde. Isso mata a procura de serviços médicos, fazendo com que os médicos e os paramédicos faltem ao trabalho.

Na Índia, as instalações de saúde pública em quatro estados meridionais – Andra Pradexe, Karnataka, Kerala e Tamil Nadu – funcionam melhor porque são distribuídos medicamentos através da rede de cuidados de saúde primários, dando aos pacientes uma razão para visitarem as instalações.

ATINGIR OS OBJECTIVOS DA ÁGUA E SANEAMENTO

Noutros países, o fornecimento de medicamentos essenciais através de instalações descentralizadas podia ajudar a reanimar os sistemas primários de saúde. Fornecer serviços curativos também aumentaria a cobertura dos serviços preventivos.

Objectivos e metas de Desenvolvimento do Milénio

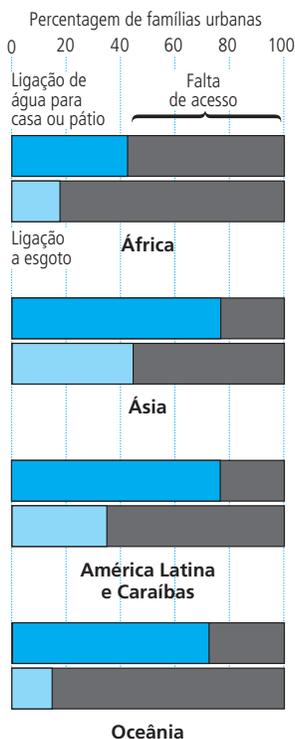
Objectivo 7: Assegurar a sustentabilidade ambiental

Meta 9: Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas dos países e inverter a perda de recursos ambientais

Meta 10: Reduzir para metade, até 2015, a proporção das pessoas sem acesso sustentável a água potável

Meta 11: Alcançar, até 2020, uma melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados

FIGURA 4.5

Muitas famílias urbanas têm falta de água e saneamento

Fonte: WHO, UNICEF e WSSCC 2000.

Em países com desenvolvimento humano elevado quase toda a população tem acesso a medicamentos essenciais. Em países com desenvolvimento humano médio, há uma enorme variedade: na China, 80% a 94% da população tem acesso (dependendo da região); na Índia, 0% a 49%. A maioria dos países com desenvolvimento humano baixo tem baixo acesso (definido pela Organização Mundial da Saúde como 50% a 79%). O Butão é um país de desenvolvimento humano baixo, mas tem conseguido fornecer medicamentos essenciais a 80-94% da sua população (caixa 4.9).

Muitos países de rendimento baixo precisarão de financiamento concessional dos doadores para fornecer medicamentos essenciais. Os países com elevado desempenho têm fornecido medicamentos essenciais em centros de saúde pública – estimulando a procura local de outros serviços desses centros. Um aumento do interesse dos beneficiários pelo sistema público de saúde também melhora a supervisão dos trabalhadores de saúde pública através do controlo comunitário.

O acesso a água potável e a saneamento adequado é crucial para a sobrevivência. A água é essencial para o ambiente, a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável. E o saneamento adequado também pode fazer a diferença entre a vida e a morte.

Dimensão do problema

Em 2000, pelo menos 1,1 mil milhões de pessoas de todo o mundo – cerca de uma em cada cinco – não tinham acesso a água potável.[112] O dobro (2,4 mil milhões de pessoas) carecia de acesso a saneamento adequado.[113] A Ásia acolhe 65% da população sem água potável e a África, 28%. Quanto ao saneamento, 80% da população não servida encontra-se na Ásia e 13% na África.[114]

Houve alguns desenvolvimentos positivos durante os anos de 1990: cerca de 438 milhões de pessoas dos países em desenvolvimento obtiveram acesso a água potável e cerca de 542 milhões nas áreas urbanas conquistaram acesso a saneamento adequado.[115] Mas, devido ao rápido crescimento da população, o número de habitantes urbanos que carecem de acesso a água potável aumentou em cerca de 62 milhões.[116]

Nas principais cidades da Europa e da América do Norte, mais de 90% das famílias têm ligação a água canalizada e esgotos. Mas no resto do mundo a situação é muito diferente. Se se considerar como saneamento adequado uma casa de banho ligada a um esgoto, há uma falta significativa de saneamento adequado em todo o mundo em desenvolvimento – mesmo nas grandes cidades. E a cobertura de saneamento é muito pior do que a cobertura de água em todas as regiões (figura 4.5).

Nos anos de 1990, o número de crianças mortas pela diarreia – resultado de água e saneamento inseguros – excedeu o número de pessoas mortas em conflitos armados, desde a Segunda Guerra Mundial.[117] Além disso, metade das camas de hospital de todo o mundo está ocupada por pacientes com doenças originadas pela água, o que significa que estão a ser utilizados serviços curativos dispendiosos para tratar doenças que podiam ter sido facilmente evitadas.

Na Ásia do Sul, só 37% da população é que tem acesso a saneamento adequado. Cerca de 1,4 milhões de pessoas da região ainda defeca ao ar livre, ou utilizam latrinas de balde não sanitárias.[118] Na África Subsariana, o problema mais premente é a água potável, disponível para apenas 57% da população[119] – uma média que esconde enormes hiatos entre áreas urbanas e rurais.[120]

As pessoas rurais pobres sofrem mais com a falta de água potável, porque geralmente dependem da terra e dos recursos de água para a sua subsistência. As pessoas urbanas pobres sofrem mais com o saneamento inadequado, agravado pelo sobrepovoamento das cidades.

Tal como em relação a outros Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, aumentar o acesso a água potável e saneamento também exige que a desigualdade de género seja enfrentada. As mulheres e as raparigas africanas passam três horas por dia a ir buscar água, gastando mais de um terço das calorias que ingerem. Estas tarefas domésticas mantêm muitas raparigas fora da escola – e se frequentam a escola, a energia que utilizam para desempenhar as tarefas domésticas mina gravemente o seu desempenho escolar. Além disso, quando outros membros da família adoecem, muitas vezes devido a doenças relacionadas com a água, ou o saneamento, é mais provável que as raparigas sejam mantidas em casa para cuidar deles. E quando é preciso água nas escolas, mandam as raparigas buscá-la, reduzindo o seu tempo de estudo e recreio.

As prioridades políticas para atingir os Objectivos da água e saneamento envolvem:

- *Aumentar os recursos.* Estão disponíveis tecnologias de baixo custo para aumentar o acesso das

famílias e da comunidade a água potável e saneamento. Mas, para governos sem meios, a instalação e a manutenção da infra-estrutura para tratamento das águas residuais são extremamente caras.

- *Aumentar a equidade.* Muitas vezes, as pessoas pobres não têm dinheiro para pagar os custos da água e saneamento porque os utilizadores mais ricos não pagam o suficiente. E nas famílias pobres, as raparigas e as mulheres sofrem mais com a dificuldade de acesso a água e saneamento.
- *Aumentar a manutenção adequada.* Os sistemas de distribuição de água e esgotos são, muito frequentemente, mal mantidos pelos governos e não respondem às necessidades locais.
- *Limitar os danos ambientais.* Os abastecimentos sustentáveis de água exigem um uso racional da água – especialmente na agricultura.

Tecnologias adequadas para o uso eficiente

No abastecimento de água, as tecnologias menos sofisticadas e de baixo custo incluem ligações domésticas, colunas de água públicas, furos, recolha das águas pluviais e nascentes e poços protegidos. Estas tecnologias são de longe melhores do que alternativas tais como água engarrafada, provisão por camiões cisterna e poços e nascentes não protegidas. Algumas dessas alternativas são inseguras, enquanto outras são inadequadas porque não podem ser asseguradas em quantidades suficientes.

No saneamento há uma necessidade premente de fornecer tecnologias que as pessoas queiram utilizar, porque as decisões acerca de saneamento são tomadas a nível familiar. As famílias não precisam de ser convencidas dos méritos de um poço ou de uma coluna de água. Mas pode ser preciso interessar as famílias pelos méritos do saneamento ao domicílio, assim como ser necessário fornecer-lhes a educação higiénica adequada. A melhor forma de o fazer é através de produtos que satisfaçam a procura do consumidor, tanto no preço, como na qualidade (caixa 4.10). As tecnologias adequadas incluem latrinas com descarga, latrinas simples de fossa, latrinas ventiladas de fossa e ligações a fossas sépticas, ou a esgotos públicos cobertos. Nas áreas rurais, é por vezes adequada a eliminação de detritos através da estrumação.

Essas tecnologias são economicamente acessíveis e podem ser facilmente mantidas por comunidades pobres. No passado, os governos adoptavam frequentemente uma abordagem de cima para baixo, instalando bombas manuais, poços de tubo e até latrinas de fossa ventiladas, independentemente de haver procura para isso. Como resultado, geralmente as comunidades descuravam a manutenção, ou ficavam à espera de que o governo a fizesse. Mas quando as comunidades – especialmente as mulheres – são envolvidas no fornecimento e no financiamento das instalações e formadas para as manter, aumenta a apropriação e a sustentabilidade.

Muitos governos citadinos têm relutância em investir no saneamento básico sem enfrentar os desafios mais amplos de drenagem e eliminação de detritos sólidos. Nos países em desenvolvimento, muito pouca água residual é tratada antes de ser devolvida ao ambiente. Mas tratar a água residual é muito mais caro do que apenas dar acesso a água potável e saneamento doméstico. Assim, é preciso fazer investigação acerca de abordagens viáveis e economicamente suportáveis da gama completa de serviços de saneamento.

Também pode ser necessário aceitar um aumento da poluição ambiental como primeiro passo para melhorar o saneamento. Na Europa e na América do Norte, por exemplo, o saneamento

CAIXA 4.10

Saneamento economicamente acessível na Índia

Continua a ocorrer muita defecação ao ar livre na Índia. Mas o trabalho pioneiro da Sulabh International, uma organização não governamental (ONG), mostrou que os dejectos humanos podem ser eliminados de forma economicamente acessível e socialmente aceitável. A abordagem da Sulabh baseia-se em parcerias com governos locais, apoiadas pela participação comunitária, e tem melhorado substancialmente a qualidade ambiental nos bairros degradados rurais e urbanos habitados por pessoas pobres.

A solução da Sulabh é uma sanita de baixo custo, com descarga de água com fossas de lixiviação para destruição no local dos dejectos humanos. A tecnologia é economicamente acessível para as pessoas pobres, porque há modelos para diferentes níveis de rendimento. A descarga apenas precisa de 2 litros de água, contra os 10 usados por outras sanitas. Além disso, o sistema nunca está fora de serviço, porque há duas fossas – pelo que pode sempre ser utilizada uma enquanto a outra está a ser limpa. A latrina pode ser construída com materiais localmente disponíveis e é fácil de manter. Também tem um elevado potencial de melhoramento, porque pode ser ligada facilmente a uma sistema de esgotos quando for introduzido na área.

Desde 1970, foram construídas mais de 1 milhão de unidades em casas. Além disso, foram instaladas 5.500 em casas de banho públicas pagas, dotadas de guarda que fornece sabão para lavar as mãos, 24 horas por dia. As casas de banho públicas incluem instalações para banho e lavagem de roupa e oferecem serviços gratuitos a crianças, deficientes e pessoas pobres. Como resultado, mais de 10 milhões de pessoas receberam saneamento melhorado, de baixo custo, e foram criados 50.000 empregos.

As campanhas porta a porta da Sulabh também ministram educação sanitária gratuita a milhões de pessoas. A organização forma pessoas locais para, elas próprias, construírem mais latrinas, e ajudaram a instalar e manter casas de banho comunitárias pagas em bairros de lata e noutras áreas.

Fonte: WSSCC 2002, 2003.

CAIXA 4.11

A África do Sul e o "direito" à água

Em 1994, quando chegou ao poder um novo governo democrático, mais de 15 milhões de sul-africanos careciam de acesso a 25 litros de água potável por dia, a 200 metros de suas casas. Até 2001, esse número caiu para 7 milhões. Como?

- O apoio político de nível máximo foi essencial. A constituição da África do Sul garante – como um direito humano – o acesso a um fornecimento básico de água e um ambiente não prejudicial para a saúde. Como resultado, uma política garantindo água básica gratuita foi recentemente adoptada, fornecendo a cada família os primeiros 6.000 litros de água de cada mês sem custos.
- Leis e regulamentos claros esclareceram as funções das autoridades e dos fornecedores de serviços da água. Além disso, normas nacionais e legislação similar ajudaram a regular a qualidade da água e a estrutura tarifária.
- Um extenso programa de obras capitais foi rapidamente prosseguido pelo novo governo para tratar de áreas com maior necessidade. Este programa beneficiou de um substancial financiamento governamental e do apoio de vários actores, incluindo organizações não governamentais, empresas privadas e grupos comunitários.
- A devolução de responsabilidades aos governos locais dá às autoridades locais mais controlo sobre os projectos, permitindo que estes sejam melhor moldados às necessidades locais.

Apesar destas realizações, a África do Sul ainda enfrenta obstáculos para sustentar e expandir o acesso ao fornecimento básico de água. Serão necessários compromissos políticos e financeiros continuados para garantir o êxito continuado. A viabilidade da política de água básica gratuita, por exemplo, depende em grande medida das receitas do governo – bem como do número de famílias ricas disponíveis para subsidiar as famílias mais pobres. Além disso, experiências mistas com participação do sector privado deixaram na incerteza a extensão do seu papel num futuro fornecimento do serviço.

Fonte: Millennium Project Task Force 2003; WSP 2002b.

doméstico adequado foi feito inicialmente à custa da poluição dos rios e dos cursos de água.

Recursos limitados – e o que fazer deles

Nos países em desenvolvimento, o sector público nacional financia entre 65% a 70% da infra-estrutura da água, os doadores, 10% a 15%, as companhias privadas internacionais, 10% a 15% e o sector privado nacional, 5%.[121] Em 90% dos países em desenvolvimento, os serviços de água e saneamento são fornecidos pelo sector público. O financiamento vem dos utilizadores que pagam contas às autoridades locais – os fornecedores habituais de serviços – mas normalmente a recuperação do custo cobre apenas parte do capital e dos custos recorrentes da infra-estrutura e dos serviços de água. O hiato de financiamento é coberto por receitas de impostos e por financiamento dos doadores. Com empenhamento político e dinheiro, o acesso a água potável pode ser aumentado – como a África do Sul mostrou nos anos de 1990 (caixa 4.11).

Muitos países em desenvolvimento têm dificuldades em pagar as infra-estruturas de água e saneamento, sendo o financiamento com base nos fluxos de caixa dos serviços de água especialmente precário.[122] Encargos inadequados são um grande problema. Todavia, na ausência da infra-estrutura básica, a canalização e o saneamento domésticos não podem avançar. E sem rede de esgotos e estações de tratamento, a água residual corre normalmente para correntes abertas e canais de drenagem – colocando graves riscos para a saúde e prejudicando o ambiente.

O investimento privado internacional em serviços de água diminuiu depois de ter atingido o auge em 1996-99, aparentemente porque os retornos são muito baixos.[123] Além disso, os projectos de água exigem investimentos iniciais maiores do que a electricidade, as telecomunicações e o gás natural. As desvalorizações da moeda – como na recente crise económica na Argentina – são outro desincentivo.

Nos anos de 1990, uma média de 3 mil milhões de dólares por ano de ajuda pública ao desenvolvimento foi afectado a projectos de água e saneamento. Em 1996-98, esse financiamento foi de 3,5 mil milhões de dólares por ano, mas em 1999-2001 caiu para 3,1 mil milhões por ano. A percentagem de água e saneamento na ajuda pública ao desenvolvimento total continuou a ser relativamente estável nos anos de 1990, com 6% da ajuda bilateral e 4% a 5% da multilateral. Empréstimos não concessionais, principalmente do Banco Mundial, adicionaram 1 a 1,5 mil milhões de dólares por ano. O Japão assumiu, de longe, os compromissos mais significativos.[124]

O abastecimento de água e o saneamento representaram três quartos da ajuda ao sector da água em 1997-2001. A maioria da ajuda ao abastecimento de água e ao saneamento vai para grandes sistemas.[125] É muito pequeno o número de projectos que recorrem a tecnologias de baixo custo, que oferecem as melhores perspectivas de maior cobertura para as pessoas pobres – bombas manuais, sistemas alimentados pela gravidade, recolha de águas pluviais, latrinas.[126] Assim, a composição da ajuda para água e saneamento tem que mudar. Dez países representaram metade da ajuda pública ao desenvolvimento para água e apenas um doador – o Japão – fornece um terço dessa ajuda.[127] Pior, só 12% da ajuda pública ao desenvolvimento para água foram para países onde menos de 60% da população têm acesso a água potável.[128]

Desigualdade – e o que fazer dela

Para preencher parte do hiato de financiamento necessário para satisfazer os Objectivos relativos a água e saneamento, os custos têm que ser reduzidos

e a receitas provenientes dos utilizadores aumentadas. Para reduzir custos, as autoridades locais têm que melhorar a gestão – para o que devia haver mais apoio dos doadores e intercâmbio entre países em desenvolvimento.

Em termos de receitas, as autoridades locais não incluem normalmente os custos de capital nas suas políticas de recuperação de custos – e só recuperam parcialmente os custos recorrentes. Tem sido sugerido que "para o sector da água e saneamento, a recuperação total do custo junto dos utilizadores é o objectivo ideal a longo prazo".[129] Ao abrigo desta estratégia, os utilizadores urbanos pagariam os custos integrais dos investimentos, enquanto os utilizadores peri-urbanos e rurais não contribuiriam para os custos de capital. Para os custos de operação e manutenção, os utilizadores urbanos pagariam os custos integrais, os utilizadores peri-urbanos fariam isso onde fosse possível e os utilizadores rurais pagariam parcialmente os custos recorrentes.

Mas esta abordagem seria injusta. Uma vez que as vantagens sociais da água potável e do saneamento adequado excedem de longe os custos, há boas razões para defender uma política de preços que reflicta as mais amplas vantagens para todos de, digamos, reduzir a incidência da diarreia. Isso implica que os que têm ligações directas a casa deviam estar a pagar o preço integral. Hoje, há os que pagam abaixo do custo – e que recebem os maiores subsídios. Cobrar-lhes o custo integral geraria recursos para o sector e tornaria possível a subsidiação cruzada daqueles que carecem de água ou saneamento melhorados, ou têm baixa capacidade para pagar. Esses subsídios cruzados também seriam possíveis se fossem cobradas taxas mais elevadas aos utilizadores industriais e agrícolas.

Dependendo dos níveis de pobreza nas áreas periurbana e rural, devia haver apenas recuperação parcial dos custos recorrentes. Em muitas áreas, as pessoas pobres pagam actualmente preços exorbitantes aos fornecedores de água. Muitas vezes é desejável alguma forma de recuperação do custo, menos para gerar recursos do que para garantir o uso eficiente. As comunidades deviam ser encorajadas a fornecer mão-de-obra para garantir a rápida instalação de bombas manuais e de casas de banho públicas.

Até que ponto é difícil para as pessoas pobres cobrir os custos da infra-estrutura de água e saneamento? Considere-se o exemplo da Bolívia e algumas estimativas de custo para água e saneamento de um projecto em El Alto:

- *Rendimento médio mensal:* 122 dólares (0,80 dólares per capita por dia).
- *Custos de ligação:* 229 dólares para água tradicional, 276 dólares para saneamento (excluindo a infra-estrutura do colector).
- *Custos de ligação para tecnologia de condomínio com participação comunitária:* 139 dólares para água, 172 dólares para saneamento.[130]

Um custo adicional importante para famílias pobres é a construção de uma casa de banho ou instalação similar dentro de casa, incluindo uma sanita. Em El Alto, estes custos eram, em média, de 400 dólares, mais 16 dias de mão-de-obra. Normalmente, esses custos não são decompostos nas estimativas de custos para água e saneamento. Mesmo com disponibilidade de microfinanciamento, os custos eram demasiado elevados para a maioria das pessoas pobres. Mas com educação higiénica, a procura de sanitas mais que duplicou.

Quando as pessoas pobres têm dificuldades para cobrir os encargos, deviam ser ajudadas através de esquemas de crédito. Desde há anos que o Grameen Bank do Bangladeche dá crédito para água e saneamento, numa base de grupo.

As mulheres enfrentam mais problemas em termos de quantidade de trabalho, privacidade, segurança e higiene do que os rapazes e os homens – e por isso estão mais interessadas na melhoria do saneamento. Mas muitas vezes têm menos recursos, pelo que é importante persuadir os homens de que os melhoramentos do saneamento valem a pena. Os melhoramentos também devem ser financeiramente acessíveis para as famílias encabeçadas por mulheres, que muitas vezes têm menos dinheiro e menos recursos de mão-de-obra do que as famílias com um homem e uma mulher. Uma vez que é mais provável que as mulheres saibam que projectos e localizações são mais adequados para a utilização por mulheres e crianças, os homens e as mulheres devem partilhar a informação e as decisões.

As mulheres também se revelam mais seguras na manutenção de equipamentos, como as bombas manuais – em parte porque são normalmente responsáveis por ir buscar água para a família. Assim, deviam ser encorajadas a ter formação de pedreiro e canalizador, porque se sentiriam mais à vontade a mostrar a outra mulher, do que a um homem, onde pôr a latrina numa casa. E com um trabalho na manutenção, é menos provável que deixem a comunidade à procura de emprego lá fora.

Nos serviços sociais, em particular na saúde e educação, a afectação de recursos tende a ser enviesada contra os serviços básicos de saúde e a educação básica

Até aqui, a discussão focou as prioridades políticas sectoriais. Agora, a incidência muda para as prioridades políticas transversais aos Objectivos, para todos os grupos de países.

Aumentar o nível, a eficiência e a equidade da despesa pública em serviços básicos

Na maioria dos países ricos, o governo é responsável por mais de 40% do PIB – na maioria dos países em desenvolvimento, menos de 20%. Com o desenvolvimento, é de esperar que a dimensão do governo aumente. Os enormes desafios de reduzir a fome e a mortalidade e alargar a alfabetização exigem um grande aumento da despesa pública.

Mas é difícil conduzir acções multissectoriais em países de rendimento baixo, onde as receitas dos impostos representam normalmente menos de 15% do PIB. E atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio vai exigir recursos adicionais significativos que não é provável que sejam gerados só pelo crescimento económico dos países pobres (ver capítulo 3). Os seus recursos fiscais são comprimidos pelos reembolsos da dívida (ver capítulos 3 e 8). E a afectação do que resta é desviada excessivamente para a defesa (ver caixa 4.5). O que vai para a agricultura, saúde ou educação – menos de 5% dos orçamentos em África – não é suficiente.

Nos serviços sociais, em particular na saúde e educação, a afectação de recursos tende a ser enviesada contra os serviços básicos de saúde e a educação básica. Mas a capacidade dos governos de reafectar a despesa aos serviços básicos para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio depende, em parte, da possibilidade de remover a despesa da defesa e do serviço da dívida e, em parte, da capacidade de gerar mais receitas internas. As coisas tornam-se muito mais fáceis se as receitas do governo estiverem a aumentar, porque a despesa discricionária com cada indivíduo pode aumentar.

O problema que os governos de muitos países em desenvolvimento enfrentam é que grandes défices orçamentais têm-nos obrigado a adoptar programas de estabilização macroeconómica e de ajustamento. Mas, desde o princípio dos anos de 1980, as políticas de ajustamento incidiram na redução da despesa pública – em vez de incidirem na mobilização das receitas dos impostos e outras – para reduzir os défices. Numa recente análise externa dos programas da Facilidade Alargada de Ajustamento Estrutural, do Fundo Monetário Internacional (FMI), um grupo de especialistas independentes concluiu que os limites da despesa pública são muitas vezes demasiado apertados, com efeitos prejudiciais para o capital humano e o crescimento. Foi esse o caso, mais uma vez, das condicionalidades de política estabelecidas na resposta do FMI à crise económica da Ásia Oriental, que começou em 1997 – condicionalidades algo aliviadas depois de críticas generalizadas ao FMI por esta e outras razões.

Se a despesa pública estiver estagnada, ou em queda, é quase impossível politicamente para os governos desviarem fundos para serviços sociais – em particular para serviços sociais básicos – sem incorrerem na ira dos que vivem melhor

Outro estudo recente mostra que, em relação a mais de uma dúzia de países, a despesa pública real per capita em serviços sociais básicos (saúde básica, educação básica e água e saneamento) apenas diminuiu quando a despesa pública caiu como proporção do PIB.[132] Por outras palavras, se a despesa pública estiver estagnada ou em queda, é quase impossível politicamente para os governos desviarem fundos para serviços sociais – em particular para serviços sociais básicos – sem incorrerem na ira dos que vivem melhor.

Muito mais se poderia fazer para reforçar a colecta de impostos e para prevenir a evasão e a abstenção fiscal. E muito mais se poderia fazer para melhorar a base tributária, alargando a rede tributária para apanhar os que actualmente lhe escapam. As instituições financeiras internacionais precisam de levar muito mais a sério as necessidades de apoio técnico da maioria dos países em desenvolvimento em matéria de administração e colecta fiscal, especialmente da África Subsariana e América Latina.

As perspectivas de aumentar a eficiência da despesa (aumentando a disponibilidade de manuais nas escolas, de medicamentos nas clínicas de saúde pública, etc.) e de melhorar a sua equidade nos serviços sociais seriam muito mais favoráveis se a despesa pudesse ser aumentada. Como se assinalou, a despesa com a saúde – mesmo em países com rendimentos estagnados – afecta fortemente os resultados da saúde. O mesmo se passa com a despesa em educação: melhora os resultados.[133]

Melhorar a quantidade e a qualidade da ajuda para serviços básicos

Atingir os Objectivos exige uma verdadeira adesão ao Pacto de Desenvolvimento do Milénio. Para os

países de rendimento baixo mais pobres, uma parte significativa dos recursos adicionais necessários para investimentos sociais terá que vir de fontes externas. Para os países pobres altamente endividados, ela deverá vir do cancelamento da dívida – e muito mais do que até agora. E para todos os países de rendimento baixo, os recursos adicionais deverão vir de melhor ajuda pública ao desenvolvimento.

Como é que a ajuda pública ao desenvolvimento tem respondido? Toda a parcela dedicada aos serviços sociais básicos (saúde básica, educação básica e água e saneamento) raramente ultrapassou 10%, apesar de um aumento dos fluxos bilaterais nesta nova década. A contribuição multilateral representou um terço da ajuda pública ao desenvolvimento, incluindo as agências da ONU, o Banco Mundial e bancos regionais. A ajuda pública ao desenvolvimento para pequenos projectos de água e saneamento em áreas rurais e para educação básica é insuficiente.

A ajuda pública ao desenvolvimento para serviços básicos tem que aumentar. Os doadores preocupados com a fungibilidade dos recursos dos governos receptores deviam ter em conta que, mesmo que desviem parcialmente recursos para outros sectores, os governos continuam a aumentar a despesa pública.[134]

Melhorar programas sectoriais

Passar de abordagens orientadas para projectos para abordagens orientadas para sectores é um grande passo em frente. Uma abordagem de sector evita as fraquezas da abordagem de projecto: ligações fracas com outros sectores, isolamento geográfico, falta de controlo e condicionalidade da ajuda. Ela também deve criar um programa integrado que estabeleça políticas objectivas, uma estrutura de política compreensiva, um plano de investimento, um plano de despesa e compromissos de financiamento para governos e doadores.

A ideia é de que os programas sectoriais deviam tornar-se parte do ambiente político global – em vez de contornarem as estruturas nacionais, como faz o financiamento de projectos. Também podiam assegurar compromissos claros de financiamento dos doadores e um melhoramento em relação aos fluxos imprevisíveis de ajuda a projectos particulares. Os programas têm a vantagem de envolver os receptores, muito embora constituam um exercício complexo, porque pressupõem políticas sectoriais eficazes e desenvolvidas no país.

Contudo, a abordagem sectorial tem tido problemas e, em muitos casos, a conjugação de recursos ainda não ocorreu. Em primeiro lugar, a abordagem leva anos a ser desenvolvida e finalizada. Calcula-se que um ciclo de planeamento da abordagem sectorial leva uma média de cinco a sete anos.

Em segundo lugar, a cooperação técnica (com pessoal técnico expatriado), que tende a dominar a abordagem de projecto, continua a ser um problema que se arrasta nos programas sectoriais. Seria útil avaliar os custos de oportunidade do tempo e dos fundos utilizados para formação financiada pelo doador.

Para alguns sectores, a falta de financiamento da investigação é um problema grave

Em terceiro lugar, os diferentes constrangimentos legislativos dos doadores sobre a despesa, os procedimentos diferentes e rígidos para a afectação dos recursos, as necessidades de informação e a fraca capacidade dos países receptores impedem que as acções sejam completamente harmonizadas. O governo não pode estar no lugar do condutor se continuarem a existir as unidades de aplicação do projecto do doador, sobre as quais o ministério da especialidade tem pouco controlo.

Na Zâmbia, os doadores concordaram em libertar a segunda fatia da sua ajuda se o governo tivesse gasto pelo menos 20% do seu orçamento na educação.[135] Além disso, todas as agências externas envolvidas ligaram os seus fluxos financeiros a programas específicos. Na verdade, a reserva de fundos para elementos específicos de abordagens sectoriais está generalizada, dependendo muitas vezes da percepção do doador acerca da liderança política e do empenhamento locais em áreas específicas.

Os doadores reconhecem alguns destes problemas. A Declaração de Roma sobre a Harmonização, de Fevereiro de 2003, apela aos doadores para se comprometerem a “dar apoio ao orçamento, sector ou balança de pagamentos onde for consistente com o mandato do doador e quando existirem políticas e arranjos fiduciários adequados”.[136]

Cobrir alguma despesa recorrente

A maioria dos doadores tem estado disponível para financiar despesas de investimento (construir hospitais), mas indisponível para financiar custos recorrentes (salários dos médicos). Esta atitude está a mudar – mas, para atingir os Objectivos, os doadores

terão que ser mais flexíveis nesta área do que no passado. Muitas vezes, os governos são incapazes de absorver recursos multilaterais para custos de capital se, como muitas vezes é exigido, tiverem que demonstrar que conseguem satisfazer essas despesas de capital com fundos destinados aos custos correntes da infra-estrutura resultante.

Entretanto, os doadores precisarão de cobrir alguns custos recorrentes em países pobres altamente endividados, em particular para fins não salariais em áreas relacionadas com os Objectivos – desde que esses países tenham obtido alguma receita de fontes internas. Nos casos em que os constrangimentos fiscais são muito severos, os doadores podem precisar de demonstrar disponibilidade para aceitar até os custos salariais de professores, paramédicos ou parteiras, num período transitório, até poder ser criado espaço fiscal para o governo suportar internamente esses custos recorrentes numa base sustentável.

Dedicar a investigação e desenvolvimento às tecnologias para pessoas pobres

Para alguns sectores, a falta de financiamento da investigação é um problema grave. Por exemplo, 90% da investigação mundial sobre produtos farmacêuticos vai para doenças que representam 10% do fardo de doenças nos países em desenvolvimento. Assim, precisam de ser mobilizados esforços internacionais para satisfazer a necessidade de medicamentos para doenças tropicais. Um caso evidente é o rápido desenvolvimento e ensaio da vacina para o HIV/SIDA. A Iniciativa Internacional para a Vacina da SIDA está a dar grandes passos nesta área, tentando desenvolver vacinas específicas para as estirpes do vírus da SIDA que prevalecem em diferentes partes do mundo em desenvolvimento. Espera-se que comecem em breve, no Uganda, as experiências com a vacina para a estirpe nessa parte de África – e em 2004 na Índia. Mas muitas outras áreas de investigação continuam negligenciadas.

Em muitas outras áreas relevantes para atingir os Objectivos, a solução é difundir as tecnologias existentes. A produção agrícola na África Subsariana, por exemplo, tem sido atormentada pela baixa produtividade, ainda que existam variedades de milho, arroz e trigo de alto rendimento. Nem foram desenvolvidas variedades de alto rendimento para os cereais mais consumidos pelas pessoas pobres, como o sorgo e o milho-miúdo. Parte do problema é a baixa disponibilidade comercial e os preços elevados do fertilizante inorgânico. Outra é a utilização limitada do fertilizador orgânico, apesar da facilidade da sua produção com recursos locais. Utilizar o fertilizante orgânico aumentaria a produtividade e promoveria a agricultura ambientalmente sustentável numa região onde a degradação ambiental tem estado a reduzir produções agrícolas já baixas.

Outro exemplo é a falta de difusão de mosquiteiros impregnados (ou mesmo vulgares) para controlar a malária. De igual modo, as mortes lentas devido à poluição interna provocada pelo fumo de fogueiras para cozinhar podem ser evitadas facilmente, aumentando a produção comercial de fogões sem fumo. De facto, o que essa produção comercial precisa é de subsídios adequados, reforçados por uma estratégia de comunicação para atingir as pessoas pobres de áreas remotas. A latrina Sulabh pode promover o saneamento ambiental nas áreas urbanas mais densamente povoadas. Mas, para o fazer, tem que ser adoptada pelas agências internacionais como modelo para promoção generalizada nos países em desenvolvimento.

CAPÍTULO 5

Finanças privadas e provisão de saúde, educação e água

Só quando os governos intervieram é que esses serviços se tornaram universais no Canadá, Europa Ocidental e Estados Unidos

Por várias razões, os governos muitas vezes financiam e fornecem serviços sociais básicos – cuidados básicos de saúde, ensino primário, água e saneamento. Uma razão é que por esses serviços serem bens públicos, os seus preços de mercado apenas não captariam o seu valor intrínseco e as suas vantagens sociais. O ensino básico beneficia não só o indivíduo que adquire o conhecimento, mas também beneficia todos os membros da sociedade, ao melhorar o comportamento sanitário e higiénico e ao aumentar a produtividade do trabalhador.

Uma segunda razão para o financiamento público é garantir que os serviços sociais básicos estejam disponíveis de forma equitativa. As pessoas pobres carecem normalmente desses serviços e se tiverem que os pagar podem não os utilizar – tornando difícil escapar à pobreza.

Além disso, o estado desempenha muitas vezes um papel dominante na prestação desses serviços. A prestação por muitos fornecedores (públicos ou privados) pode resultar em duplicação e custos mais elevados. Por outro lado, o acesso a serviços sociais básicos é um direito humano fundamental – consagrado na Convenção das Nações Unidas sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais – e os governos têm a obrigação de assegurar que esses serviços sejam fornecidos à sua população. Os compromissos governamentais com a Declaração do Milénio das Nações Unidas e os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio reflectem essa obrigação.

Mas o fornecimento público de serviços sociais nem sempre é a melhor solução quando as instituições são fracas e a responsabilidade pela utilização de recursos públicos é baixa – é o caso, muitas vezes, dos países em desenvolvimento. (O Capítulo 7 descreve como tornar os governos mais responsáveis na utilização de recursos públicos para serviços sociais.)

Em países ricos, os fornecedores privados dominaram os serviços de saúde, educação e água na primeira metade do século 19. Mas esses serviços eram limitados. Na segunda metade do século, o financiamento e o fornecimento públicos tornaram-se dominantes. Na verdade, só quando os governos intervieram é que esses serviços se tornaram universais no Canadá, Europa Ocidental e Estados Unidos – no último quartel do século XIX e na primeira metade do século XX.

Nos países pobres, os fornecedores e as escolas privadas de saúde coexistiram com um sector público crescente nas primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial. Mas nos anos de 1980 e especialmente nos anos de 1990, o fornecimento privado começou a aumentar rapidamente. À medida que as empresas estatais deficitárias dos sectores produtivos eram privatizadas – tanto na indústria como nos serviços – a mesma tendência foi encorajada nos serviços sociais.

As experiências dos países ricos sugerem que a sequência para os serviços sociais devia ser o fornecimento global pelo estado, no início, seguido de intervenções mais dirigidas e, depois, de parcerias público-privado para servir diferentes mercados – dependendo da natureza dos serviços em diferentes sectores.

Porque é que a provisão privada aumentou nos países pobres?

Nos países em desenvolvimento, o papel crescente do sector privado na saúde e na educação e o impulso de privatização da água e dos serviços hospitalares foram orientados por três factores: falta de recursos governamentais, provisão pública de baixa qualidade e pressão para liberalizar a economia.

Falta de recursos governamentais

Sem dinheiro – seja de recursos internos, seja de ajuda externa –, muitos governos de países pobres não podem prestar serviços sociais eficazmente, nem financiar grandes investimentos em infra-estruturas. A privatização é frequentemente prosseguida com vista à obtenção de receitas, mas os maiores retornos para o governo vêm da eliminação de subsídios às empresas públicas deficitárias.

Nalguns casos, como nos da água e saneamento domésticos (e da água e energia para regas), fundos governamentais insuficientes combinaram-se com estruturas tarifárias distorcidas. Sob propriedade do estado, as tarifas são muitas vezes demasiado baixas para compensar os custos, e a falta de pagamento das tarifas pelos utilizadores é muitas vezes subestimada. Esta abordagem subsidia essencialmente pessoas ricas – enquanto as pessoas pobres sofrem de falta de acesso. Além disso, à medida que a população urbana aumenta, as autoridades locais fiscalmente exauridas não podem expandir os serviços para a abranger. Como resultado, os serviços de água declinam em quantidade e qualidade nos bairros da classe média – e não chegam aos novos bairros pobres.

Provisão publica de baixa qualidade

Ligado à falta de recursos está o fraco desempenho do fornecimento público em muitos países. Abundam as histórias de governos que fracassam na provisão aos seus cidadãos, especialmente aos cidadãos pobres, serviços sociais básicos ou serviços de boa qualidade.

Na Índia e Paquistão, as famílias pobres citaram o absentismo dos professores nas escolas públicas como a principal razão para escolherem as privadas.[1] Os médicos mal pagos do sector público, muitas vezes completam os seus rendimentos vendendo medicamentos destinados a distribuição gratuita.[2] Como resultado, as pessoas pobres (e as que não são pobres) são obrigadas a usar fornecedores privados – porque esses fornecedores são mais acessíveis e muitas vezes dispensam os medicamentos como parte das suas consultas (ao contrário das instalações governamentais, onde os medicamentos podem não estar disponíveis).

Para aceder a mais água e a água de melhor qualidade, as pessoas pobres têm, muitas vezes, que pagar preços exorbitantes por ela a camiões-cisterna privados explorados por pequenos vendedores. A maioria dos residentes das cidades da Ásia do Sul só recebe água durante algumas horas de cada vez e nem todos os dias.[3] Têm electricidade durante mais algumas horas por dia, mas as interrupções aumentam nas alturas mais quentes do Verão – quando as temperaturas podem ascender a 48 graus.

Pressão para liberalizar a economia

O terceiro impulso para a provisão privada veio de políticas dos doadores defendendo a liberalização e os mercados livres para fazer progredir o crescimento e o desenvolvimento. Os serviços sociais são questões de fronteira nesta iniciativa para expandir o papel do sector privado. Nos anos de 1990, muitos doadores apoiaram a extensão da provisão e do financiamento privados a serviços sociais, especialmente ao fornecimento urbano de água. O Acordo Geral

CAIXA 5.1

Serviços sociais e o Acordo Geral sobre Comércio nos Serviços

O Acordo Geral sobre Comércio nos Serviços (GATS) estabelece um quadro legal para o comércio internacional nos serviços através de regras gerais de comércio e de compromissos nacionais específicos para aceder a mercados internos. Muitos críticos têm perguntado se o GATS vai suficientemente longe na protecção da capacidade dos países decidirem acerca da melhor maneira de prestar serviços sociais – incluindo a determinação da extensão em que os fornecedores estrangeiros deviam envolver-se na sua prestação.

Por outro lado, o acordo dá aos governos uma discrição considerável na decisão de como, quando e se abrir serviços ao comércio internacional. Nenhum país tem que abrir qualquer sector específico à concorrência estrangeira e os países podem estabelecer condições sobre a natureza e o ritmo dessa liberalização. Os governos também podem, com adequada compensação, suspender ou modificar compromissos existentes de liberalização. Além disso, o acordo inclui uma exclusão da "autoridade governamental", que define os serviços abrangidos pelo GATS como "qualquer serviço de qualquer sector, excepto serviços fornecidos no exercício da autoridade governamental". Finalmente, os países podem invocar excepções gerais para proteger interesses públicos, incluindo segurança nacional e saúde pública.

Por outro lado, o GATS compromete os membros com "sucessivas rondas de negociações… com vista a alcançar progressivamente níveis mais elevados de liberalização" e os países ficarão sob maior pressão para liberalizar novas áreas de prestação de serviço. O mais preocupante é que há cláusulas indefinidas no acordo que poderiam negar as salvaguardas acima.

A exclusão da autoridade governamental só se aplica a serviços fornecidos numa base não comercial, nem concorrencial. Os governos, porém, raramente prestam serviços sociais exclusivamente, mas através de uma mistura evolutiva de actores público-privado que concorrem para ter clientes. E o âmbito exacto dos serviços que se enquadram nos critérios de exclusão continua a ser ambíguo. Se não estivessem abrangidos pela exclusão, a legislação utilizada pelos governos para garantir a prestação equitativa e eficiente desses serviços poderia entrar em conflito com o GATS. A ajuda estatal, oferecida exclusivamente a organizações não governamentais que exploram escolas e centros de saúde em áreas mal servidas, poderia ser posta em causa se um governo liberalizasse os seus sectores da saúde e da educação e essas condições de mercado não estivessem oficialmente registadas.

O GATS poderia ser reforçado eliminando a exclusão da autoridade governamental, ou rescrevendo o texto para assegurar que os serviços fornecidos no "exercício da autoridade governamental" se entendem em relação à função e não aos meios de prestação.

Fonte: Mehrotra e Delamonica (a publicar); Save the Children 2001; Canadian Centre for Policy Alternatives 2003; UNHCHR 2003; OMC 2003.

sobre Comércio nos Serviços da Organização Mundial de Comércio também encoraja a entrada dos privados nos serviços sociais (caixa 5.1).

SAUDE

Muitos países em desenvolvimento – na América Latina, Ásia do Sul e Ásia Oriental – têm sectores privados prósperos e de grande dimensão. Além disso, uma grande parte da despesa com a saúde é privada em todas as regiões , com mais de metade dos serviços básicos de saúde prestados por fornecedores privados nos países de rendimento baixo.[5] Na Ásia e na América Latina, uma parte significativa dos hospitais e das instalações de saúde são de propriedade privada, embora as medidas preventivas sejam em grande medida da responsabilidade do sector público.[6]

Mais do que qualquer outra região em desenvolvimento, a América Latina conheceu uma enorme mudança para os cuidados privados desde a abertura da gestão do sector da saúde a empresas internacionais, nos anos de 1990. Várias empresas multinacionais (Aetna, CIGNA, Prudential, American Insurance Group – todas sediadas nos Estados Unidos) estão a fornecer seguros e serviços de saúde na região. E tencionam assumir responsabilidades administrativas em instituições públicas de saúde e garantir o acesso a fundos de segurança social para cuidados médicos. Estas companhias investem:

- Comprando companhias instaladas que vendam seguros ou planos de saúde pré-pagos.
- Associando-se a outras companhias em *joint ventures*.
- Chegando a acordo para gerir a segurança social e as instituições públicas de saúde.[7]

Cerca de 270 milhões de latino-americanos – 60% da população – recebem proveitos em dinheiro e serviços de cuidados de saúde pagos por (e muitas vezes prestados por empregados de) fundos de segurança social. A penetração das empresas multinacionais em fundos de segurança social está mais avançada na Argentina e no Chile, mas está a crescer no Brasil e a começar no Equador.[8]

IMPACTE DOS CUIDADOS GERIDOS

Todos os cidadãos deviam ter acesso a serviços básicos de saúde. E a provisão privada pode ajudar a satisfazer necessidades diferentes. Mas será que a equidade é ignorada pelo processo?

A América Latina dependeu durante muito tempo dos fundos públicos de segurança social para prestar serviços de saúde. Mas nos anos de 1990, a gestão de muitos fundos foi oferecida a firmas estrangeiras de seguros de saúde. Como resultado, é utilizado mais financiamento para cobrir custos administrativos mais elevados e o retorno é para os investidores, reduzindo o acesso de grupos vulneráveis e a despesa com serviços clínicos. No Chile, no fim dos anos de 1990, cerca de um quarto dos pacientes sujeitos a cuidados geridos por privados optaram por cuidados de clínicas públicas, citando como principal razão as elevadas comparticipações exigidas nos cuidados geridos.[9]

Na Argentina, os hospitais públicos que não se converteram aos cuidados geridos enfrentam um afluxo de pacientes cobertos pelos fundos privatizados de segurança social. Esses pacientes tiveram que recorrer a hospitais públicos porque não têm dinheiro para as suas comparticipações, ou porque os profissionais privados se têm recusado a atendê-los (devido à falta de pagamento pelos fundos de segurança social).

Os hospitais públicos da Argentina e do Brasil exigem agora reembolsos aos fundos de segurança social e aos seguros privados, bem como comparticipações. Para receber cuidados gratuitos em instituições públicas, os pacientes pobres têm que passar por prolongados testes – com taxas de rejeição de 30% a 40% nalguns hospitais.[10] E porque as organizações de cuidados geridos atraem pacientes mais saudáveis, os pacientes mais doentes estão a ser remetidos para o sector público. Este sistema de dois níveis prejudica a junção de riscos de saúde e mina os subsídios cruzados entre grupos mais saudáveis e mais vulneráveis.

ADEQUAÇÃO DOS CUIDADOS DE SAUDE E REGULAMENTAÇÃO

As supostas vantagens de privatizar os serviços sociais são ilusórias, com provas inconclusivas da eficiência e dos padrões de qualidade no sector privado, em relação ao sector público.[11] Entretanto, abundam os exemplos de fracassos de mercado na provisão privada.

As supostas vantagens de privatizar os serviços sociais são ilusórias, com provas inconclusivas da eficiência e dos padrões de qualidade no sector privado, em relação ao sector público

Os serviços clínicos e os medicamentos são essencialmente bens privados, e há muitos exemplos de fracassos nos respectivos mercados. Uma capacidade reguladora limitada agrava o problema. Por exemplo, em muitos países em desenvolvimento o excesso de

Exigir que as famílias pobres paguem o ensino (privado ou público) não contribui para a realização do ensino primário universal e, por isso, não é provável que ajude a alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

tratamento é um grande problema dos cuidados privados de saúde. No Brasil, as cesarianas são mais vulgares entre pacientes privados, porque pagam mais aos médicos por operações do que por partos normais.[12] Em Bombaim, na Índia, os fornecedores privados envolvem-se em encaminhamentos e testes desnecessários – obtendo os fornecedores que encaminham uma fatia das taxas dos fornecedores para quem encaminharam.[13] Em contrapartida, ainda que a maioria dos médicos canadianos e dos Estados Unidos e muitos europeus sejam privados, uma regulamentação profissional forte assegura que não haja crise de excesso de tratamento.

Nos países em desenvolvimento, farmacêuticos privados não regulamentados também aplicam excesso de tratamentos a doenças, ou prescrevem medicamentos excessivamente caros. Esse uso inadequado de medicamentos leva a perigosas práticas de tratamento, a custos mais elevados dos cuidados de saúde e a uma crescente resistência aos medicamentos. Estes representam 30% a 50% dos gastos com cuidados de saúde nos países pobres, contra 15% nos países ricos.[14] As pessoas que não têm dinheiro para serviços profissionais têm que ir a farmácias que muitas vezes não seguem os regulamentos de prescrição – especialmente na China, Ásia do Sul e em partes da África. Na Índia, mais de metade dos gastos de saúde e aproximadamente três quartos da despesa com os internados vai para medicamentos e taxas de consulta.[15]

Custos

Em muitos países em desenvolvimento, os custos estão a subir e a tecnologia está a acumular-se no sector privado de cuidados de saúde. O sector privado da saúde da Tailândia tem tantas ou mais unidades de alguns equipamentos de alta tecnologia como os sectores privados da maioria dos países europeus, ainda que o rendimento per capita da Tailândia seja muito inferior e o seu fardo de doença seja muito diferente.[16]

Na China, uma mudança de enfoque dos serviços preventivos para os serviços curativos aumentou significativamente as vendas de medicamentos, desde que começaram as reformas económicas. Os estrangeiros investiram em cerca de 1.500 empresas produtoras de medicamentos em todo o país.[17] Com limitado acesso a serviços profissionais e uma produção agressiva de medicamentos num mercado desregulado, o resultado é o uso irracional de medicamentos – particularmente entre as pessoas pobres. Em 1993, os medicamentos representaram 53% dos gastos da China com a saúde, contra 15% a 40% na maioria dos países em desenvolvimento.[18] Nalgumas áreas rurais da China, os agricultores gastaram duas a cinco vezes o rendimento per capita diário médio numa receita típica. Além de contribuir para custos médicos desnecessariamente elevados, a prescrição excessiva e inadequada de medicamentos em áreas rurais pobres expõe os pacientes ao risco de tratamento ineficaz e de efeitos secundários adversos.[19]

Como se assinalou, na América Latina, as organizações de cuidados geridos assumiram a administração de instituições públicas de saúde – desviando fundos de serviços clínicos para cobrir custos administrativos mais elevados. Para atrair pacientes com seguros e planos de segurança social privados, os hospitais públicos de Buenos Aires, Argentina, contrataram firmas de gestão que recebem uma percentagem fixa das contas, aumentando os custos administrativos para 20% da despesa com a saúde.[20] No Chile, os custos administrativos e promocionais representam 19% da despesa com os cuidados geridos.[21]

Drenagem de cérebros

Nos países em desenvolvimento, o crescimento dos cuidados privados de saúde retira, muitas vezes, os recursos humanos muito necessários aos frágeis sistemas públicos – como na Tailândia nos anos de 1980 e nos anos de 1990.[22] As clínicas públicas ficaram com os cuidados dos grupos mais vulneráveis – os pobres, idosos, inválidos – com menos médicos com boa formação.

Educação

Na maioria dos países da OCDE, cerca de 10% dos estudantes frequentam escolas primárias privadas (tanto independentes como dependentes do governo). Essa quota tende a ser mais elevada nos países em desenvolvimento. Na América Latina, as escolas privadas representam mais de 14% da escolarização primária, embora na Costa Rica, país de desempenho elevado, a quota seja de apenas 7%.[23] Entre 22 países da África Subsariana com dados, a quota privada em 10 é de 10% a 40% – nos outros 12, é de menos de 10%.[24] Na Índia, a quota de escolas privadas é mais elevada nos estados com as mais baixas taxas de escolarização primária (Bihar e Utar

Pradexe), indicando que o sector privado é o escape para um sector público com mau desempenho.[25]

Em muitos (embora não na maioria) dos países em desenvolvimento, a escolarização privada aumenta com o nível de ensino.[26] Todavia, relativamente a um grande número de países de todas as regiões, faltam dados recentes acerca da escolarização privada em todos os níveis – tornando esta numa área que merece atenção dos governos e dos doadores.

Três questões são cruciais no financiamento e na provisão privada de educação. A primeira afecta a procura: custos elevados para a família comprometem o acesso universal ao ensino básico. As outras duas estão relacionadas com a oferta, afectando a equidade e a eficiência. Uma está relacionada com o desempenho comparativo das escolas públicas e privadas, a outra com os subsídios públicos às escolas privadas.

Propinas elevadas, escolarização mais baixa

Exigir que as famílias pobres paguem o ensino (privado ou público) não contribui para a realização do ensino primário universal e, por isso, não é provável que ajude a alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. No Gana, dois terços das famílias rurais não têm dinheiro para mandar as crianças à escola de forma consistente, e relativamente a três quartos das crianças da rua de Acra (a capital), a incapacidade de pagar as propinas foi a principal razão para o abandono escolar.[27] Nos locais de África onde foram eliminadas as propinas, as crianças encheram as escolas.

Questões de qualidade

Muitos defensores do ensino privado afirmam que as escolas privadas têm melhor desempenho do que as públicas, que são, por inerência, mais responsáveis e que ajudam os estudantes a desenvolver maiores qualificações cognitivas e a ter um maior sentido de propriedade da sua educação.[28] Mas há poucas provas que consubstanciem essas afirmações.[29] As escolas privadas não têm, sistematicamente, melhor desempenho do que as escolas públicas com resultados comparáveis. No Peru, os estudantes das escolas primárias privadas têm melhor desempenho do que os seus colegas das públicas – mas pagam até 10 vezes mais pela sua educação.[30]

No Brasil, os resultados em matemática e línguas são favoráveis aos estudantes das escolas privadas do mesmo grau que em vários países da OCDE (Grécia, Irlanda, Espanha).[31] Mas essa vantagem está ligada aos estudantes em cada tipo de escola. Em todos os países estudados, os estudantes das escolas secundárias privadas vêm de famílias mais ricas do que os estudantes das escolas públicas.

Financiamento público para escolas privadas – vantagens e desvantagens potenciais

A principal razão para o apoio governamental é que a educação privada satisfaz o excesso de procura de educação. Mas, na maioria dos casos, a educação privada baseada no pagamento responde a uma procura diferente e não ao excesso de procura – particularmente nos países de rendimento baixo, onde as famílias pobres têm capacidade limitada para pagar, mesmo as propinas da escola pública. Assim, o apoio governamental à educação privada pode ser injusto se não for dirigido para as famílias pobres. Nos países da OCDE, o apoio directo às escolas primárias e secundárias é, em média, de 10% da despesa governamental de educação. Em contrapartida, na Índia, cerca de um terço da despesa directa de educação apoia instituições privadas – mas no país existe mais de um terço das crianças mundiais em idade escolar do primário que não vão à escola.[32] Na Indonésia, a maioria das escolas rurais privadas é tão dependente de subsídios do estado como as escolas públicas.[33]

Muitos governos de países em desenvolvimento também pagam os salários de professores de escolas privadas, tornando-os menos responsáveis perante os pais e os directores.[34] Esses subsídios criam ainda maior tensão nos sistemas públicos já fracos, que têm de prestar serviços aos grupos mais vulneráveis com menos recursos humanos e financeiros.

Um estudo de 16 países em desenvolvimento verificou que os que têm maior número de matrículas privadas no final do secundário também têm o menor número global de matrículas no final do secundário (Índia, Indonésia, Zimbabué).[35] Mas na China, Jamaica, Malásia e Tailândia – que têm números relativamente elevados de matrículas – mais de 90% da despesa pública directa com a educação chega às escolas públicas.

Um estudo de 16 países em desenvolvimento verificou que os que têm maior número de matrículas privadas no final do secundário também têm o menor número global de matrículas no final do secundário (Índia, Indonésia, Zimbabué)

Fazer a provisão privada funcionar para as pessoas pobres

Apesar dos seus potenciais inconvenientes, o financiamento público das escolas privadas pode ajudar em certas circunstâncias – particularmente se os go-

vernos tiverem problemas em pagar os custos totais (construção de escolas, pagamento dos salários dos professores) necessários para atingir a escolarização primária universal. Nalguns países, a escassez de escolas públicas tem levado à expansão das escolas privadas. Para garantir que as crianças de famílias pobres, incapazes de pagar as propinas escolares, conseguem frequentar escolas privadas, os governos podiam financiar a sua educação através de senhas.

A Colômbia, por exemplo, introduziu um sistema de senhas em resposta à escassez de escolas secundárias públicas. Esta abordagem do financiamento público da educação privada pode ajudar a expandir a escolarização a um custo inferior para o governo, porque o único custo que o governo suporta é o da senha. Isto é ligeiramente diferente de um sistema de senhas que permita às famílias matricular as crianças na escola da sua escolha, pública ou privada. Para não dar ganhos inesperados à classe média, que habitualmente compra educação privada, as senhas deviam ser restringidas às famílias pobres – como no Bangladeche, Chile, Colômbia, Porto Rico e Reino Unido.[36]

As parcerias público-privado na água e saneamento – que cresceram de quase nenhum no princípio dos anos de 1990 para mais de 2.350 hoje – têm uma história mista de desempenho

Água e saneamento

Apenas cerca de 5% da população mundial (cerca de 300 milhões de pessoas) recebe a sua água de companhias privadas. A maioria das privatizações de serviços de água e saneamento ocorreu através de parcerias público-privado em áreas urbanas, tendo quase todas ocorrido nos anos de 1990 em países altamente urbanizados (quadro 5.1).

É improvável que as companhias privadas estejam interessadas em fornecer serviços de água em áreas rurais dos países de rendimento baixo – porque as áreas rurais são geralmente consideradas não lucrativas. No saneamento, as parcerias público-privado por vezes também consideram as pessoas pobres como não lucrativas. Reflectindo esses enviesamentos, algumas companhias privadas de água descobriram modos de excluir as pessoas pobres do serviço, mesmo em áreas urbanas. Em Cartagena, Colômbia, um grande bairro de lata não recebia serviços de água porque a companhia o considerava fora da área da cidade.[37] Além disso, a extensão das ligações de água é limitada nalguns países. Em Dacar, Senegal, cerca de 80% da população tinha acesso a água potável em 1994. Quatro anos depois do serviço ter sido privatizado, apenas 82% tinham acesso.[38]

QUADRO 5.1
Projectos de investimentos em água e saneamento envolvendo participação privada, vários países, 1990-94 e 1995-2000
(milhões de dólares EUA)

País	1990–94	1995–2000
Argentina	4.075	4.173
Brasil	3	2.891
Chile	128	3.720
República Checa	16	37
Indonésia	4	883
Malásia	3.977	1.116
Mali	0	697
México	295	277
Filipinas	n.a.	5.820
Roménia	n.a.	1.025
África do Sul	n.a.	209

Fonte: World Bank 2002j.

O envolvimento do sector privado internacional na água e saneamento continua a ser limitado nas áreas urbanas de países de rendimento baixo. Mesmo em países de rendimento médio, onde a maioria das pessoas vive em áreas urbanas, as empresas privadas internacionais podem ser desencorajadas pela dimensão dos investimentos necessários. A provisão sustentada do serviço atinge-se melhor através dos esforços das comunidades e empresas locais (privadas e públicas), e criar essa capacidade é um papel importante para o governo.

Desempenho misto, financiamento incerto

As parcerias público-privado na água e saneamento – que cresceram de quase nenhum no princípio dos anos de 1990 para mais de 2.350 hoje – têm uma história mista de desempenho. Um dos principais argumentos a favor da privatização é que ela fornece novo capital, permitindo que as parcerias público-privado mobilizem mais recursos para serviços básicos. Mas desde o auge, em 1996, o financiamento privado internacional para água e saneamento declinou. E espera-se que esse declínio continue.[39]

Encargos de serviço

A relutância do sector privado em financiar investimentos menos lucrativos em áreas rurais pobres prejudica os utilizadores. Mas as parcerias público-privado fazem muitas vezes o mesmo, até mais directamente – através de encargos que atingem as pessoas pobres desproporcionadamente mais. Este facto tem que ser pesado contra os preços ainda mais elevados que as pessoas pobres pagavam anteriormente pela água dos pequenos vendedores.

CAIXA 5.2

Taxas de utilizador na África do Sul e na Bolívia

A privatização dos serviços de água tem levado, muitas vezes, a aumentos de tarifas em grande medida incomportáveis para as famílias pobres. Sob alguns sistemas públicos, as famílias gozavam de contas de água baixas – muito abaixo do nível necessário para compensar os custos – e o não pagamento das contas era, em grande medida, desprezado. Esta abordagem é indesejável porque as companhias públicas sem dinheiro subsidiam tanto pessoas ricas como pobres. Mas um salto de um dia para o outro de contas de água excepcionalmente baixas para contas excessivamente altas também tem consequências desastrosas para as famílias pobres.

África do Sul

A África do Sul tem feito incríveis progressos na provisão de água à sua população, embora a gestão de estruturas de taxas tenha sido um desafio. No entanto, em Agosto de 2000 declarou-se uma epidemia de cólera na província de KwaZulu Natal – infectando cerca de 14.000 pessoas e ceifando mais de 250 vidas. A epidemia começou após as autoridades locais cortarem o fornecimento de água às pessoas que viviam num povoado informal, que não conseguiam pagar as novas taxas de utilizador. O ministro dos Assuntos da Água e da Floresta admitiu que a política de recuperação de custos exacerbara a epidemia de cólera, obrigando as famílias a procurar fontes alternativas de água.

Na preparação para a privatização do serviço de água, a África do Sul inverteu a sua política de manutenção das tarifas baixas e de desprezar o não pagamento. Mas essa inversão ocorreu de um dia para o outro – e sem medidas concomitantes para aliviar o fardo financeiro das pessoas pobres.

Bolívia

No princípio de 2000, desencadearam-se protestos em Cochabamba, Bolívia, em grande medida como resposta à triplicação e quadruplicação dos custos da água para as famílias. Esta subida dos preços deu-se apenas algumas semanas depois da Águas del Tunari, uma companhia privada sediada em Londres, ter tomado conta do sistema de água da cidade. Os protestos encerraram eficazmente a cidade durante quatro dias. E à medida que os protestos se estendiam a toda a Bolívia, 50 pessoas foram detidas, dezenas ficaram feridas e 6 morreram devido à violência.

Muitos analistas concordam que o aumento significativo das tarifas da água foi motivado pelo custo de um projecto dispendioso de construção, que as famílias foram obrigadas a pagar à cabeça. O Projecto Misicuni, um dos mais complexos projectos de engenharia da América do Sul, envolve a construção de uma barragem de 130 milhões de dólares, de uma central hidroeléctrica e de um túnel de 70 milhões de dólares e 20 quilómetros, utilizado para transportar água do Rio Misicuni para Cochabamba.

As taxas de utilizador têm grande potencial para empobrecer os utilizadores e dissuadir as pessoas de utilizar serviços muito necessários. Quando as taxas de utilizador de serviços sociais básicos têm que ser aumentadas, os governos devem assegurar que são à medida dos utilizadores. Primeiro, os governos deviam ser francos com os cidadãos quanto ás razões por que são necessários os aumentos. A este respeito, devia haver uma comunicação clara entre fornecedores de serviço e utilizadores. Segundo, os governos deviam fixar as tarifas estrategicamente, de modo que as famílias mais ricas pudessem subsidiar as mais pobres. Também deviam ser procurados outros meios de subsidiar as pessoas pobres. Por exemplo, muitos manifestantes na África do Sul pediram que o governo fornecesse 50 litros de água gratuitos por dia às famílias pobres – o mínimo da Organização Mundial de Saúde para manter a saúde e a higiene. Terceiro, os aumentos da conta da água deviam ser instituídos progressivamente, e não de um dia para o outro.

Fontes: ICIJ 2003c; Lobina 2000; Sidley 2001, pág. 71.

As parcerias público-privado baseiam-se no pressuposto de que os clientes pagam os serviços. A privatização na água e saneamento levou a taxas muito mais elevadas, por vezes de um dia para o outro – e por vezes com consequências desastrosas (caixa 5.2). Mas se o êxito exige tarifas mais elevadas, as companhias estatais da água mostraram que é possível utilizar a receita adicional para melhorar serviços e expandir a cobertura.

Positive private provision

Nem todas as privatizações de água e saneamento foram fracassos. Na África Subsariana, por exemplo, as parcerias público-privado melhoraram a qualidade da água.[40] Em termos mais gerais, o êxito da privatização dos serviços de água depende em grande medida da regulamentação governamental, do interesse do investidor e do estado inicial da empresa.[41] Os países com bons serviços antes da privatização continuam, muitas vezes, a funcionar bem depois.

Onde as pessoas pobres colheram os benefícios dos serviços de água privatizados, isso ficou a dever-se à vontade política. Na Bolívia, as concessões de água e saneamento em La Paz e El Alto foram ganhas pelo concorrente que prometeu fazer maior número de novas ligações em bairros pobres. O concorrente vencedor foi, então, obrigado a ligar 72.000 famílias à água canalizada e 38.000 ao saneamento, num período de cinco anos.

Além de obrigar contratualmente os fornecedores privados a expandir os serviços, os governos têm utilizado as receitas da privatização para esse fim. Incentivos financeiros, como subsídios de capital, têm sido oferecidos aos fornecedores que servem bairros pobres. Além disso, as elevadas tarifas que tendem a acompanhar a privatização podem ser compensadas por subsídios visando as pessoas pobres. No Chile, os subsídios governamentais garantiram que nenhuma família gastasse mais de 5% do seu rendimento em água.[42]

Abordagens promissoras

Os programas governamentais têm registado muitos êxitos na prestação de serviços sociais básicos a todos os cidadãos. Assim, a privatização não tem que ser vista como a única opção para reformar serviços públicos mal dirigidos.

Depender de sistemas governamentais eficazes

Muitas actividades nos sectores sociais produzem bens públicos ou têm muitas externalidades, exigindo o envolvimento do estado para prover serviços básicos a todos. O recente impulso à privatização de serviços sociais básicos tem ignorado as experiências passadas de países ricos – bem como de muitos países em desenvolvimento, hoje – que confiavam nos sistemas estatais para a prestação de serviços sociais básicos à maioria (se não à totalidade) da população, quando estavam a desenvolver-se. Os actores privados apenas desempenharam um papel limitado.

Muitos dos actuais países em desenvolvimento de elevado desempenho, conseguiram melhorar os indicadores da saúde no princípio do seu desenvolvimento – provendo cuidados de saúde universais pagos com receitas do governo. Em muitos países (Botswana, Costa Rica, Zimbabué), os cidadãos que viviam melhor optaram por fazer um seguro privado de saúde.[43] Ou, se os seguros privados não estivessem disponíveis (Sri Lanka e Kerala, Índia), pagavam directamente aos fornecedores privados.[44] Mas, em relação à maioria das populações desses países, melhor saúde era o resultado de cuidados universais com preços comportáveis – financiados por receitas do governo e tornados eficazes pela atribuição de recursos aos níveis inferiores do sistema de saúde.[45]

Os países em desenvolvimento de elevado desempenho também começaram a perseguir o ensino primário universal no princípio do seu desenvolvimento, quando os seus rendimentos eram mais baixos. Os países com taxas de alfabetização acima das dos seus vizinhos, em 1980, também tinham menores quotas de estudantes em escolas privadas nos 15 anos anteriores a 1980. Na Ásia do Sul, por exemplo, a taxa de alfabetização do Sri Lanka era extraordinariamente baixa, de 38%.[46] E a proporção de estudantes nos ensinos primário e secundário privados era baixa nos 15 anos anteriores a 1980.

Na água e saneamento há numerosos exemplos de companhias estatais ineficientes, sobredimensionadas e corruptas. Mas também há sistemas públicos bem sucedidos, ignorados em grande medida pelos defensores da privatização. O Chile, por exemplo, tornou a água potável disponível para 97% da sua população urbana, até 1990, e saneamento, a 80%. E em Bogotá, Colômbia, os serviços municipais de água foram ameaçados de privatização – mas, completamente reformados, expandiram a cobertura (caixa 5.3).

Em Debrecen, Hungria, a companhia de água dirigida pelo estado exigiu investimentos consideráveis em meados dos anos de 1990. Foram feitas

CAIXA 5.3

Sistemas públicos de água bem sucedidos

Esforços do governo chileno na água e saneamento mostram que os sistemas dirigidos pelo estado podem alcançar resultados positivos. Em 1990, 97% da população urbana do Chile tinha acesso a água potável e 80% tinha acesso a saneamento. As pedras angulares do êxito do país:

- Separar a regulação central e a operação regional.
- Aumentar os investimentos financeiros no sector.
- Desenvolver um sistema de fixação objectiva das tarifas.
- Introduzir incentivos à eficiência.

Entre 1988 e 1990, as autoridades chilenas estabeleceram um novo sistema de fixação objectiva das tarifas – essencial para revitalizar a indústria. O regulador estabeleceu uma tarifa máxima baseada num fornecedor eficiente modelo e quaisquer divergências de opinião entre a companhia concessionária e o regulador seriam resolvidas por uma comissão tripartida de especialistas. A reforma permitiu o ajustamento gradual das tarifas para novos níveis mais elevados. A fixação objectiva de tarifas foi um contributo fundamental para o êxito alcançado na gestão dos serviços de água e saneamento, desde 1990.

O sector privado desempenhou um papel no sector de água e saneamento do Chile, mas esse papel foi limitado e estritamente regulado pelo governo central. Houve um grande aumento da subcontratação de muitas actividades por todas as companhias, incluindo exploração, gestão e investimento de capital de sistemas inteiros, bem como de manutenção de todos os aspectos das redes, das leituras de contadores e da facturação. A subcontratação reduziu o número de trabalhadores por ligação. E em 1995, o nível médio de água não contada foi de 31%, muito menos do que a norma na América Latina, de 40% a 60%.

Na capital da Colômbia, Bogotá, a privatização foi rejeitada no fim dos anos 90. A cidade recusou o dinheiro do Banco Mundial e transformou a sua companhia de serviço público na mais bem sucedida da Colômbia.

Fonte: ICIJ 2003a; Mehrotra e Delamonica (a publicar).

tentativas para contratar o serviço com uma companhia de água internacional, e depois com outra – mas ambas as tentativas falharam. Em 1995, o conselho municipal decidiu que os gestores locais da água tinham competência para fazer o trabalho. Uma nova companhia pública local fez os investimentos necessários a custos muito mais baixos do que as propostas de companhias privadas, em parte abastecendo-se localmente em vez de importar. Como resultado, os preços são 75% mais baixos do que o previsto pelas companhias privadas.

Reforçar o estado

A capacidade reguladora nos países em desenvolvimento tem que ser desenvolvida e melhorada, de modo que a provisão pública e privada funcione para todos os serviços e utilizadores. Uma recomendação política fundamental é a reciclagem dos funcionários governamentais. Isto não significa necessariamente que os países ricos forneçam mais ajuda ou cooperação técnica – significa que pagam por transferências de qualificações e trocas de experiência entre países pobres.

Na saúde, a necessidade de regulamentação aplica-se tanto às companhias privatizadas como aos serviços privados existentes, em ambos os casos para proteger os consumidores e conter custos. A maioria dos ministérios da saúde de países em desenvolvimento tem sistemas de informação extremamente fracos, minando a sua capacidade (ou talvez indicando a sua indisponibilidade) de regulamentar os fornecedores privados. Na Ásia do Sul, apesar da provisão privada generalizada e da elevada despesa privada, a regulamentação falhou abissalmente na garantia de cuidados de qualidade para a maioria dos utilizadores de fornecedores privados.[47]

A regulamentação dos serviços clínicos de saúde, por exemplo, exige que se enfrente a proliferação de fornecedores privados – muitas vezes sem formação, sem licença e não regulamentados. Os governos têm que trazer esses actores para o domínio público, o que exigirá licenciamento e formação regular para melhorar os conhecimentos e as qualificações. A formação aumentou a provisão de medicamentos antimaláricos no Quénia e melhorou a gestão de infecções respiratórias agudas e da diarreia no México.[48] Além disso, a Associação Médica Rural do Bengala Ocidental adoptou a lista de 40 medicamentos essenciais da OMS para uso recomendado pelos seus membros. Conseguir que os profissionais restrinjam o uso desses medicamentos melhorará a qualidade e o controlo. Outras medidas para regulamentar os fornecedores incluem o desenvolvimento da legislação de protecção do consumidor, a promoção da ética profissional e a provisão de incentivos não financeiros, como maior prestígio.

A acreditação pode ser utilizada para informar os consumidores acerca dos fornecedores médicos privados que estão registados. Um organismo profissional que oferecesse acreditação e formação a fornecedores não registados beneficiaria tanto os fornecedores como o público. Aumentaria o desejo dos fornecedores de reconhecimento e prestígio social. E ajudaria a promover o uso de medicamentos essenciais através de campanhas públicas.

Melhorar o comportamento do consumidor também é importante para a regulamentação dos

CAIXA 5.4

Manila Metropolitana e Buenos Aires: desempenho misto em experiências de privatização da água

Manila

Em 1995, as Filipinas declararam uma crise da água. A companhia de serviço público da água tinha deixado 3,6 milhões de pessoas desligadas do fornecimento de água. E relativamente aos que tinham ligações, o serviço era, muitas vezes, errático. Em 1997, duas companhias privadas de água ganharam a concessão para tomarem conta do sistema de água de Manila, dividindo a área metropolitana em zonas oriental e ocidental. Cinco anos depois, as companhias tinham ligado praticamente mais 2 milhões de pessoas à rede e o serviço tinha melhorado significativamente. Durante esse tempo, triplicaram as novas ligações do serviço, que passaram de 17.040 por ano (antes da privatização) para 53.921 (depois).

Todavia, seis anos após a privatização, as companhias de água tinham tido desempenhos abaixo dos seus objectivos – e até estão a pedir para se retirarem das concessões. Em 2001, uma companhia tinha fornecido água a 85% da sua população, ligeiramente abaixo da sua projecção de 87%, enquanto a outra companhia ultrapassara o seu objectivo. Mas muita discussão rodeia o cálculo destes números, levando possivelmente à redução das taxas de êxito comunicadas. Embora uma companhia privada de água não tenha visto um declínio do número de canos com fugas e de roubos de água, a outra viu esses números aumentarem. E em Janeiro de 2003 as tarifas da água tinham aumentado duas a cinco vezes as taxas de 1997 em ambas as zonas. Na verdade, um inquérito de 2000 aos residentes em 100 distritos revelou uma percepção mista da privatização, com 33% dos inquiridos a notar um serviço melhor, 55% a não notar nenhuma alteração e 12% a notar deterioração.

Buenos Aires

Em 1993, o governo da Argentina privatizou a companhia de serviço público de água de Buenos Aires, e a qualidade e expansão do serviço aumentou subsequentemente. Números da companhia indicam que ligou aproximadamente 1 milhão de novos utilizadores ao sistema de água. E no primeiro ano a companhia reduziu as taxas da água em 27%. Mas esta queda diminuiu simplesmente as significativas subidas de preços instituídas pela companhia de serviço público antes da privatização. Nos anos seguintes a companhia aumentou repetidamente os preços da água, e em 1996 ocorreram em Buenos Aires protestos contra as elevadas contas da água.

Além disso, uma análise governamental verificou que até 1997 a companhia só tinha construído cerca de um terço das estações elevatórias e das condutas subterrâneas que tinha prometido concluir até então. E os investimentos em redes de esgotos totalizaram apenas 9,4 milhões de dólares – um quinto do nível prometido. Segundo estimativas recentes, o quadro é bastante diferente quando se considera o país como um todo. Na segunda metade dos anos 90, os municípios com serviços de água de gestão privada funcionaram melhor do que os geridos publicamente, em particular nas áreas pobres, contribuindo para reduções mais rápidas da mortalidade infantil.

Fonte: ICIJ 2003b; Galiani, Gertler e Schargrodsky 2002; ICIJ 2003d.

cuidados de saúde. Isso pode envolver a melhoria dos conhecimentos do consumidor, ou a atribuição de subsídios para tornar os serviços de qualidade mais acessíveis. Os governos também podem criar instituições que permitam aos consumidores desafiar os fornecedores privados que prestem maus cuidados.

A regulamentação dos serviços de educação e de água é, muitas vezes, igualmente fraca. Nas privatizações da água, as autoridades públicas da água assumem muitas vezes o papel de reguladores. Mas os fornecedores internacionais privados raramente seguem os seus acordos com os governos anfitriões (caixa 5.4).[49] É necessário muito mais apoio internacional para criar capacidade reguladora nestas e noutras áreas de infra-estruturas, para que o sector privado faça mais para se atingirem os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

CAIXA 5.5

A Iniciativa de Bamako: juntar recursos comunitários para cuidados de saúde

A Iniciativa de Bamako é uma iniciativa que junta recursos comunitários para financiar cuidados de saúde locais. A iniciativa tem sido posta em prática em grau variável em mais de 40 países de rendimento baixo, com metade na África Subsariana. Não só tem protegido famílias de custos de saúde catastróficos, mas também tem organizado as comunidades para ajudarem a reforçar e sustentar serviços públicos de saúde locais. Estas comunidades contribuem com recursos financeiros para as clínicas de saúde locais e têm uma palavra na gestão desses serviços.

A estratégia da iniciativa é revitalizar os sistemas públicos de saúde, descentralizando a decisão do nível nacional para o nível distrital, instituindo o financiamento comunitário e a co-gestão de um pacote mínimo de serviços essenciais a nível das unidades básicas de saúde. O objectivo é melhorar os serviços gerando rendimentos suficientes para cobrir alguns custos locais de funcionamento, como o abastecimento de medicamentos essenciais, salários de algum pessoal de apoio e incentivos para os trabalhadores da saúde. Os fundos gerados pelo financiamento comunitário não revertem a favor da tesouraria central, mas permanecem na comunidade e são controlados por ela através de uma comissão de saúde localmente eleita. De meros receptores de cuidados de saúde, os consumidores tornaram-se parceiros activos cuja voz conta.

Após 10 anos de aplicação da iniciativa, a acção comunitária na maioria dos centros de saúde rurais do Benim e da Guiné permitiu que aproximadamente metade da população fosse utilizadora regular dos serviços. Também aumentou e sustentou os níveis de vacinação próximo da saúde para todas as metas para 2000. Cobrar taxas modestas aos utilizadores é considerado, nalguns casos, a opção mais acessível para as pessoas pobres, que de outro modo têm que utilizar alternativas mais dispendiosas – embora seja menos claro se existem mecanismos para proteger os membros indigentes da comunidade.

Grande parte do êxito tem sido na garantia de que medicamentos essenciais a preços comportáveis estão prontamente disponíveis nos centros de saúde, sob controlo das comissões. Outro factor tem sido a melhor atitude dos trabalhadores da saúde – tradicionalmente uma razão para as pessoas, especialmente as mulheres, não utilizarem serviços de saúde.

Esta experiência sugere que na ausência de financiamento governamental adequado dos cuidados de saúde, juntar recursos comunitários, com algum pré-pagamento dos pobres, é um mecanismo justo e eficiente para fornecer serviços de saúde às pessoas pobres. Os sistemas de saúde que exigem que os indivíduos paguem muitos dos custos dos serviços de saúde restringem o acesso àqueles que não podem pagar, e muito provavelmente excluem as pessoas mais pobres. A justiça da protecção do risco financeiro exige assim a mais elevada separação possível entre contribuições e utilização. Há consenso acerca do papel central do financiamento público na saúde pública. Mas no caso dos cuidados pessoais de saúde não é a dicotomia público-privado o mais importante para determinar o desempenho do sistema de saúde – mas a diferença entre pré-pagamento e pagamento na ocasião.

Fonte: Mehrotra e Delamonica (a publicar).

Envolver organizações não governamentais

A provisão de serviço social por organizações não governamentais (ONG) tem sido visto como o “meio caminho” entre o mercado e a provisão pelo estado. Para alguns analistas, há uma razão para aumentar o papel das organizações da sociedade civil no fornecimento desses serviços. As ONG são, frequentemente, bastante bem sucedidas no preenchimento dos hiatos deixados pelo sistema público (como no caso das escolas primárias instaladas pela Comissão de Avanço Rural do Bangladeche). Também são úteis na articulação de preocupações da comunidade, especialmente em relação ás pessoas pobres, para melhorar o desempenho das instituições. Na água e saneamento, as áreas rurais têm sido melhor servidas através de comissões de utilizadores apoiadas por ONG. Mas as ONG deviam ser um complemento e não um substituto das actividades estatais.

As ONG também têm entrado em parcerias entre governos, empresas e organizações da sociedade civil. Quando as firmas privadas ganham concessões de longo prazo dos serviços urbanos de água e saneamento, normalmente os contratos exigem uma cobertura significativamente aumentada. Fazê-lo exige qualificações e recursos que estão para além do campo das firmas privadas, especialmente das estrangeiras. Os parceiros ONG podem melhorar a compreensão que uma empresa tem dos seus clientes pobres (expandindo a base de clientes, melhorando o projecto), reduzindo os custos de capital, de funcionamento e de manutenção, como aconteceu com as concessões de água em La Paz e El Alto, Bolívia. As ONG também podem emprestar credibilidade e alcance a campanhas de educação e sensibilização. A Vivendi, companhia francesa da água, iniciou uma parceria com uma ONG no seu projecto de Kwazulu-Natal para compreender melhor as necessidades das comunidades pobres da África do Sul.[50]

Através das políticas de pressão e envolvimento, as ONG estão a criar novas agendas para as empresas. Um movimento contínuo de protestos e parcerias entre empresas e ONG está a criar uma nova forma de regulamentação para a empresa mundial – a regulamentação civil.[51]

Identificar melhores maneiras de financiar serviços

À parte o aumento das receitas fiscais governamentais, há modos de melhorar as tarifas e os encargos do serviço para os tornar mais racionais e equitativos. Na saúde, custos súbitos e exorbitantes podem levar os pacientes à pobreza, ou empobrecê-los ainda mais. Inquéritos em 60 países mostram que entre os grupos pobres há uma percentagem maior de famílias que têm níveis elevados de despesa com a saúde.[52] Na ausência de financiamento público, esquemas de pré-pagamento – que contêm elevados custos de saúde espalhando os riscos por conjuntos de indivíduos – podem ajudar a lidar com esse problema. Esses esquemas, não só têm ajudado a proteger famílias pobres de custos de saúde catastróficos, mas também têm ajudado a organizar comunidades para sustentar sistemas públicos de saúde locais (caixa 5.5).

Na educação pública, há campo para muito maior recuperação de custos a níveis superiores na maioria dos países em desenvolvimento. Nos anos de 1990, a África e a Índia aumentaram a recuperação de custos nas universidades públicas.[53] Todavia, não está de modo nenhum perto do seu potencial: a educação superior traz enormes benefícios privados, e a maioria das pessoas que podem aceder a ela não são pobres. Assim, há campo para muito maior recuperação de custos (conjugada com isenções para pessoas pobres).

Na água e saneamento, a fixação estratégica de tarifas (seja o fornecedor público ou privado) que aumenta as taxas de utilizador nas linhas com maior utilização – juntamente com subsídios dirigidos – é uma boa maneira de fornecer serviços de água a mais pessoas. Uma orientação geográfica (para locais onde as pessoas pobres residem) e não baseada no rendimento, tem mais probabilidades de ser bem sucedida.

Enfrentar os riscos da privatização

As instituições internacionais que promovem a privatização de serviços sociais precisam de fornecer muito mais apoio adiantado para criar capacidade reguladora. O Banco Mundial tem algumas iniciativas nesta área, como o Forum Internacional para a Regulamentação dos Serviços Públicos, criado em 1996 como uma estrutura de cobertura das iniciativas de aprendizagem e criação de rede para os regulamentadores dos serviços públicos. Mas as agências internacionais deviam fazer mais do que dar conselhos. Também deviam possibilitar visitas ao terreno dos regulamentadores de países em desenvolvimento a outros países mais experientes na regulamentação do sector privado. Também há a necessidade de preparar cláusulas modelo para parcerias público-privado na água. Essas cláusulas poderiam basear-se nas lições discutidas neste capítulo, de modo que futuros contratos possam evitar as armadilhas dos anteriores.

Na água, todas as receitas vêm em moeda local, pelo que o serviço de empréstimos estrangeiros envolve um risco cambial, tanto para os que pedem empréstimos, como para os investidores. Isto tornou-se um problema na Argentina, Indonésia e Filipinas após as desvalorizações, pressionando as subsidiárias da água a aumentarem as tarifas aos utilizadores para poderem satisfazer o serviço dos empréstimos. Assim, os governos centrais deviam encorajar as autoridades locais a financiar-se internamente – junto dos bancos nacionais de desenvolvimento.

É muito frequente presumir-se que o envolvimento do sector privado na água implica o envolvimento de companhias mutinacionais estrangeiras. Em muitas cidades de países em desenvolvimento, pequenos fornecedores cobrem secções significativas da população: em Deli, Índia, 6%; em Daca, Bangladeche, 10%; na Cidade de Ho Chi Minh, Vietname, 19%; e em Jacarta, Indonésia, 44%.[54]

Em todos os sectores, a capacidade reguladora devia ser criada antes da privatização. De outro modo, o sector privado pode responder meramente a uma procura diferente e não ao excesso de procura, seja na educação, na saúde clínica ou na água e saneamento. Com melhor informação sobre o sector privado e uma capacidade reguladora mais forte, o estado pode assegurar que o sector privado desempenha um papel complementar na provisão e financiamento dos serviços sociais básicos.

CAPÍTULO 6

Políticas públicas para assegurar a sustentabilidade ambiental

Assegurar a sustentabilidade ambiental – o sétimo Objectivo de Desenvolvimento do Milénio – exige que se alcancem padrões de desenvolvimento sustentável e a preservação da capacidade produtiva dos ecossistemas naturais para futuras gerações. Ambos os esforços exigem várias políticas, para inverter os danos ambientais e melhor a gestão do ecossistema. O desafio tem duas dimensões: tratar a escassez de recursos naturais para as pessoas pobres do mundo e inverter os danos ambientais resultantes do elevado consumo das pessoas ricas.

Muitos problemas ambientais decorrem dos padrões de produção e consumo das pessoas que não são pobres, particularmente nos países ricos. Os países ricos consomem muitos combustíveis fósseis e esgotam muitos dos pesqueiros do mundo, danificando o ambiente global. Também utilizam muitas madeiras e produtos tropicais de espécies em perigo.

Para assegurar a sustentabilidade da Terra e dos seus recursos, incluindo as perspectivas de desenvolvimento dos países pobres, estes padrões prejudiciais de produção e consumo têm de mudar. Os sistemas energéticos terão que gerar emissões de gás de estufa muito mais baixas. As pescas terão que ser geridos com base em limites ecológicos e não numa competição sem regras altamente subsidiada. E as regras internacionais do jogo terão que mitigar o excesso de consumo que põe em perigo os ecossistemas e certas plantas e animais. Mas com políticas inteligentes e novas tecnologias, os custos dessas alterações podem ser bastante baixos.

Ao mesmo tempo, muitos problemas ambientais vêm da pobreza – contribuindo muitas vezes para uma espiral descendente em que a pobreza exacerba a degradação ambiental e a degradação ambiental exacerba a pobreza. Nas áreas rurais pobres, por exemplo, há ligações estreitas entre elevada mortalidade infantil, elevada fertilidade, elevado crescimento populacional e extensa desflorestação, na medida em que os camponeses derrubam florestas tropicais para lenha e nova terra arável.

Dada esta cadeia de causalidade, as políticas que reduzem a mortalidade infantil podem ajudar o ambiente, reduzindo o crescimento populacional e as pressões demográficas sobre ecossistemas frágeis. Abundam outros exemplos de pobreza que contribuem para a degradação ambiental.

Assim, reduzir a pobreza pode desempenhar um papel central na protecção ambiental. Agravar as condições ambientais – incluindo o esgotamento de recursos naturais e a degradação de ecossistemas e dos seus serviços – atinge mais as pessoas pobres. E quando as pessoas pobres degradam o ambiente, muitas vezes é porque os seus direitos aos recursos naturais lhes foram negados pelas elites ricas. Em muitos casos, por exemplo, as pessoas pobres são obrigadas a ir para terras marginais mais propensas à degradação.[1]

Em todo o mundo, 900 milhões de pessoas vivem em absoluta pobreza em áreas rurais, dependendo a sua subsistência, em grande medida, do consumo e da venda de produtos naturais. Na Tanzânia, as pessoas pobres tiram metade dos seus rendimentos monetários da venda de produtos da floresta como carvão, mel, lenha e frutos silvestres.[2] Os países menos desenvolvidos são os mais dependentes da agricultura e dos recursos naturais. Todavia, depender de produtos primários – produtos agrícolas e silvícolas, minerais e peixe – para lucros na exportação torna os países em desenvolvimento altamente vulneráveis ao esgotamento de recursos e ao agravamento dos termos de troca.

A relação entre a pobreza e os recursos ambientais também tem uma forte componente de género. As mulheres e as raparigas pobres são desproporcionalmente atingidas pela degradação ambiental, muitas vezes porque são responsáveis pela recolha de combustível, forragem e água. Em muitos países, a desflorestação obriga as mulheres e as raparigas rurais a andar mais e a perder mais tempo e energia para recolher madeira combustível. Na África, chegam a gastar três horas por dia apenas para ir buscar água, consumindo mais de um terço da sua ingestão diária de alimentos.[3]

Objectivo 7: Assegurar a sustentabilidade ambiental

Meta 9: Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas dos países e inverter a perda de recursos ambientais

Meta 10: Reduzir para metade, até 2015, a proporção das pessoas sem acesso sustentável a água potável

Meta 11: Alcançar, até 2020, uma melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados

CAIXA 6.1

Como a mudança climática mundial ameaça os países em desenvolvimento

Espera-se que a mudança climática mundial aumente as disparidades entre países ricos e pobres, especialmente à medida que as temperaturas aumentam. Os prejuízos estimados para os países pobres reflectem em parte a sua menor capacidade de adaptação. Daí, a mudança climática ser uma importante questão de desenvolvimento.

A mudança climática podia levar a mudanças em grande escala dos sistemas da Terra, possivelmente irreversíveis, com efeitos aos níveis mundial e continental. Embora não sejam bem conhecidos, a probabilidade e o âmbito desses efeitos serão significativos e por isso devem reflectir-se na política. Os efeitos potenciais incluem:

- Redução da produção das culturas na maioria das regiões tropicais e subtropicais e maior variabilidade da produtividade agrícola, devido às condições extremas de tempo (secas e cheias).
- Maior variabilidade da precipitação durante as monções do verão asiático, o que pode reduzir a produção de alimentos e aumentar a fome.
- Redução da disponibilidade de água em muitas regiões com escassez de água, particularmente regiões subtropicais. Maior disponibilidade de água nalgumas regiões com escassez de água – como em partes da Ásia do Sudeste.
- Maior destruição dos bancos de coral e dos ecossistemas costeiros e mudanças dos padrões climatéricos apoiados pelos oceanos.
- Subida do nível dos mares. Com uma subida de 1 metro do nível do mar, em parte devido ao aquecimento global, o Egipto podia ver desaparecer 12% do seu território – habitados por 7 milhões de pessoas. A subida dos mares ameaça tornar várias pequenas nações insulares inabitáveis – como as Maldivas e Tuvalu – e alagar vastas áreas de outros países.
- Maior exposição a doenças transmitidas por vectores (malária, febre de dengue) e a doenças devidas à água (cólera).

Fonte: IPCC 2001a, b; UNDP 1998.

As pessoas pobres tendem a sofrer mais com a poluição do ar e da água. Gastam uma parte maior dos seus rendimentos familiares em energia, mas os serviços que recebem são muitas vezes de baixa qualidade – como combustíveis de biomassa queimados em fogões ineficientes e poluentes, ou candeeiros de querosene que custam mais por unidade de iluminação do que os candeeiros alimentados pela rede eléctrica.

As pessoas pobres também são as mais vulneráveis a choques e tensões ambientais, incluindo cheias, secas prolongadas e efeitos emergentes da alteração climática mundial (caixa 6.1). Além disso, são as menos capazes de lidar com esses choques e tensões. Na Índia continental, os produtos relacionados com a biodiversidade (como frutos silvestres ou mel) representam normalmente cerca de 20% dos rendimentos das pessoas rurais pobres. Mas durante as secas representam mais de 40%, porque as culturas de colheita falham.[4]

Ignorar a sustentabilidade ambiental, ainda que isso leve a ganhos económicos de curto prazo, pode atingir as pessoas pobres e minar a redução da pobreza a longo prazo.[5] As fortes ligações entre pobreza e ambiente exigem um enfoque nas necessidades de pessoas, cujos meios de subsistência dependem de recursos naturais e serviços ambientais. Na política e na prática, a gestão ambiental deveria criar oportunidades geradoras de rendimentos, reforçar a propriedade das pessoas e utilizar direitos e promover a sua participação na decisão política.

As ligações entre pobreza e ambiente também vão na outra direcção. As pessoas pobres são muitas vezes privadas dos meios e dos direitos de investir na utilização sustentável de recursos ambientais, através do tratamento adequado da água e do saneamento, de tecnologias energéticas mais limpas, etc. As pessoas pobres também carecem de dinheiro para investir em substitutos dos serviços ambientais.

O consumo sempre crescente prejudica o ambiente através de emissões e de dejectos poluentes. O crescente esgotamento e a crescente degradação dos recursos renováveis também minam os meios de vida. Nos últimos 50 anos, as emissões de dióxido de carbono quadruplicaram, ocorrendo grande parte do aumento em países ricos. Em 1999, as emissões de dióxido de carbono nos países da OCDE de rendimento elevado excedeu 12 toneladas métricas – contra 0,2 toneladas nos países menos desenvolvidos.

Por causa das suas maiores contribuições para a degradação ambiental mundial e dos seus maiores recursos financeiros e tecnológicos, os países ricos têm grande parte da responsabilidade pelo tratamento das preocupações ambientais. Os países ricos também precisam de ajudar os países pobres a prosseguir o desenvolvimento ambientalmente sustentável. Atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio exige políticas que afirmem a complementaridade entre desenvolvimento sustentável e gestão ambiental e que minimizem as contradições. Na verdade, assegurar a sustentabilidade ambiental é essencial para atingir os outros Objectivos (quadro 6.1).

Recursos ambientais

Os ecossistemas e os recursos naturais, fundamentais para tantas actividades produtivas, contribuem muito para a economia mundial. No fim dos anos de 1990, a agricultura representava aproximadamente um quarto do PIB dos países de rendimento baixo.[6] Os produtos industriais da madeira contribuíram com 400 mil milhões de dólares para a economia mundial no princípio dos anos de 1990 e as pescas representaram 55 mil milhões de dólares em exportações em 2000.[7]

Recursos naturais escassos e tensões do ecossistema obrigam, muitas vezes, a contradições indesejadas nas comunidades pobres. Uma comunidade pode obter mais alimentos convertendo uma floresta em terra arável, mas ao fazê-lo, pode perder serviços ambientais como madeira de construção, biodiversidade, água potável, regulação das cheias e controlo das secas.

Alimentos

O bem-estar humano depende de recursos naturais e de serviços ambientais que ajudam a produzir alimentos. As pessoas dependem dos solos para o cultivo, dos pastos para criar gado e da água doce e dos oceanos para apoiar as pescas. Subjacentes a grande parte desta produtividade estão os recursos genéticos. Ao longo dos séculos, os agricultores geraram stocks de conhecimento e produtividade cruciais, criando gado e seleccionando, armazenado e propagando variedades de plantas. Recursos genéticos diversos permitem aos agricultores adaptar-se à mudança ambiental, criando novo gado e novas variedades de plantas mais adaptadas às novas condições. Em períodos de escassez, a biodiversidade selvagem também é uma fonte de produtos alimentares alternativos.

Água

A má gestão e a degradação dos recursos naturais ameaça serviços vitais de água – minando o crescimento económico, o bem-estar humano e a resistência ambiental. Cerca de 1,7 mil milhões de pessoas, um terço da população do mundo em desenvolvimento, vivem em países que enfrentam tensão da água (definidos como países que consomem mais de 20% da sua oferta de água renovável em cada ano). Se as

QUADRO 6.1

Por que razão atingir o Objectivo ambiental é tão importante para os outros Objectivos

Objectivo	Ligações ao ambiente
1. Erradicar a pobreza extrema e a fome	A subsistência e a segurança alimentar das pessoas pobres dependem muitas vezes de bens e serviços do ecossistema. As pessoas pobres tendem a ter direitos inseguros aos recursos ambientais e acesso inadequado aos mercados, à tomada de decisões e à informação ambiental – limitando a sua capacidade de proteger o ambiente e melhorar a sua subsistência e bem-estar. A falta de acesso a serviços de energia também limita as oportunidades produtivas, especialmente nas áreas rurais.
2. Alcançar o ensino primário universal	O tempo gasto a recolher água e lenha reduz o tempo disponível para a escola. Além disso, a falta de serviços de energia, água e saneamento nas áreas rurais desencoraja os professores qualificados de trabalhar em localidades pobres.
3. Promover a igualdade de género e dar poder às mulher	As mulheres e as raparigas são especialmente sobrecarregadas com a recolha de água e de combustível, reduzindo o seu tempo e as oportunidades de educação, alfabetização e actividades geradoras de rendimentos. Muitas vezes, as mulheres têm direitos desiguais e acesso inseguro à terra e a outros recursos naturais, limitando as suas oportunidades e a capacidade de acesso a outros activos produtivos.
4. Reduzir a mortalidade de crianças	As doenças diarreicas ligadas a água suja e a saneamento inadequado, e as infecções respiratórias relacionadas com a poluição, estão entre as principais assassinas de crianças com menos de cinco anos. A falta de combustível para ferver água também contribui para as doenças (evitáveis) provocadas pela água.
5. Melhorar a saúde materna	Inalar ar poluído em recintos fechados e transportar pesadas cargas de água e lenha prejudica a saúde das mulheres e pode torná-las menos aptas a procriar, com maiores riscos de complicações durante a gravidez. E a falta de energia para iluminação e refrigeração, bem como o saneamento inadequado, minam os cuidados de saúde, especialmente nas áreas rurais.
6. Combater as principais doenças	Até 20% do fardo de doenças dos países em vias de desenvolvimento podem ser devidos a factores de risco ambientais (como no caso da malária e das infecções parasitárias). Medidas preventivas para reduzir esses riscos são tão importantes como o tratamento – e muitas vezes mais eficientes do ponto de vista dos custos. Novos medicamentos extraídos da bio-diversidade são uma promessa para o combate às principais doenças.
8. Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento	Muitos problemas ambientais mundiais – mudança climática, perda da diversidade de espécies, esgotamento das pescas mundiais – só podem ser resolvidos através de parcerias entre países ricos e pobres. Além disso, os investimentos destrutivos em recursos naturais podem aumentar grandemente a pressão para sobreexplorar activos ambientais em países pobres.

Fonte: Baseado em UNDP, DFID; World Bank.

tendências actuais persistirem, esse número pode aumentar para 5,0 mil milhões de pessoas até 2025.[8] O acesso limitado à água está a enfraquecer as perspectivas de desenvolvimento de muitos países, e os conflitos por causa da utilização e distribuição da água são uma causa vulgar de disputas internacionais.

Energia

Mais de 2 mil milhões de pessoas carecem de acesso a electricidade e aos serviços que presta, incluindo iluminação, refrigeração, telecomunicações e energia mecânica.[9] Estes serviços são essenciais para a prover educação e cuidados de saúde e para criar oportunidades de emprego produtivo.

Nos países mais pobres, mais de 80% da energia vem de fontes tradicionais como o estrume, os resíduos das colheitas e a madeira combustível.[10] Fogões e tecnologias de aquecimento ineficientes obrigam, muitas vezes, as populações locais a juntar combustíveis tradicionais a um ritmo que excede a regeneração natural desses recursos, degradando a terra. Cozinhar com esses combustíveis pode produzir níveis extremamente elevados de poluentes aéreos altamente prejudiciais, tanto dentro como fora de casa. A solução desses problemas envolve a ligação entre as alterações dos padrões de consumo de energia nos países ricos e a utilização de tecnologias de baixo custo e baixas emissões nos países em desenvolvimento.

Os transportes, o sector mais intensivo em energia, são um desafio fundamental para alcançar a utilização sustentável da energia. Os governos deviam dar incentivos aos consumidores e produtores para mudarem para veículos mais eficientes e utilização mais sustentável dos recursos. O preço da gasolina, grande parte do qual é determinado por impostos, pode fazer uma grande diferença. Entre os países da OCDE, o Canadá e os Estados Unidos têm dos preços mais baixos da gasolina – e, sem surpresa, o consumo per capita mais elevado. A Áustria e o Japão têm dos preços mais elevados da gasolina – e o consumo per capita é um quarto do nível dos Estados Unidos, e um terço do do Canadá (figura 6.1). Na Índia, a gasolina custa quatro vezes mais (às taxas de câmbio do mercado) do que nos Estados Unidos.

Meios de vida

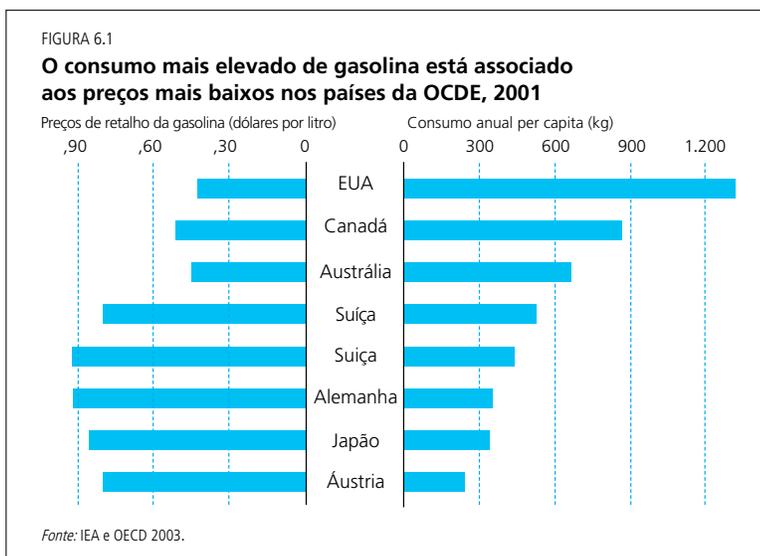
Os recursos naturais e os serviços ambientais são uma fonte directa de subsistência para muitas pessoas – especialmente nas áreas rurais, que são as mais gravemente afectadas quando o ambiente se degrada, ou o acesso a activos ambientais é limitado ou negado. Mantendo a saúde e a produtividade do ambiente, os recursos naturais e os serviços ambientais mantêm as opções de subsistência e o potencial de diversificação. A variedade é essencial, porque as pessoas pobres precisam de poder diversificar a utilização dos recursos naturais e dos serviços ambientais como condição de mudança.[11]

Respostas de política

As intervenções políticas para enfrentar a escassez de recursos naturais para as pessoas pobres do mundo – e para inverter os danos ambientais devidos ao excesso de consumo nos países ricos – devem ter em conta a diversidade do ambiente natural, as muitas e variadas causas de degradação ambiental e as complexas ligações entre pobreza e ambiente. As intervenções também deviam considerar os esforços passados para melhorar a gestão ambiental:

- A gestão ambiental não pode ser tratada separadamente doutras preocupações de desenvolvimento. Para atingir resultados significativos e duradouros, deve ser integrada em esforços para reduzir a pobreza e alcançar o desenvolvimento sustentável. Melhorar a gestão ambiental de forma que beneficie as pessoas pobres exige alterações políticas e institucionais que atravessam os vários sectores e residem principal-

FIGURA 6.1
O consumo mais elevado de gasolina está associado aos preços mais baixos nos países da OCDE, 2001

Fonte: IEA e OECD 2003.

mente no controlo das instituições ambientais – incluindo mudanças na governação, na economia doméstica e políticas sociais e nas políticas internacional e dos países ricos.[12]

- As políticas ambientais bem sucedidas têm de ver as pessoas pobres, não como parte do problema, mas como parte da solução (caixas 6.2 e 6.3).
- Os problemas ambientais têm de ser geridos activamente como parte do processo de crescimento. As melhorias ambientais não podem ser adiadas até que o aumento dos rendimentos torne disponíveis mais recursos para a protecção ambiental.

Seis princípios de política deviam orientar as políticas ambientais:

- Reforçar as instituições e a governação.
- Tornar a sustentabilidade ambiental parte de todas as políticas sectoriais.
- Melhorar os mercados e eliminar os subsídios ambientalmente prejudiciais.
- Apoiar mecanismos internacionais de gestão ambiental.
- Aumentar os esforços para conservar os ecossistemas críticos.

CAIXA 6.2

Melhorar a vida dos habitantes de bairros miseráveis

Calcula-se que um terço da população urbana do mundo em desenvolvimento vive em bairros miseráveis. Debate-se com o sobrepovoamento, habitação abaixo dos padrões e mau acesso a água potável e saneamento – o que resulta em elevadas taxas de doença e mortalidade infantil.

O rápido crescimento urbano sugere que os problemas dos habitantes de bairros miseráveis se agravarão em cidades já vulneráveis. As projecções das Nações Unidas dizem que entre 2000 e 2010, 85% do crescimento da população mundial ocorrerá em áreas urbanas – quase inteiramente em África, Ásia e América Latina. Em 2001, mais de 70% das populações urbanas dos países menos desenvolvidos e da África Subsariana viviam em bairros miseráveis. Sem intervenções significativas, este número aumentará.

O Objectivo 7 de Desenvolvimento do Milénio exige melhorias significativas na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes dos bairros miseráveis, até 2020. Tradicionalmente, os doadores têm-se concentrado menos nas necessidades dos residentes urbanos. Mas com a pressão crescente para gerir o rápido crescimento urbano, isso começa a mudar.

Embora as cidades estejam muitas vezes associadas à destruição ambiental, as suas elevadas densidades populacionais oferecem oportunidades para construir infra-estruturas cruciais – como saneamento, transportes e serviços de cuidados de saúde – a custos per capita mais baixos do que nas áreas rurais. Os ambientes urbanos também podem oferecer melhores perspectivas para tornar os governos mais receptivos e responsáveis para com as necessidades da população. O êxito das associações de habitantes dos bairros miseráveis de todo o mundo – como em Bombaim, Índia, e em Nairobi, Quénia – sugere que densidades populacionais mais elevadas e maior proximidade dos decisores permite aos residentes pobres fazer ouvir a sua voz.

População total, urbana e dos bairros miseráveis, de todo o mundo, meados de 2001

Região	População total (mil milhões de pessoas)	População urbana (percentagem)	População dos bairros miseráveis urbanos (percentagem)	População dos bairros miseráveis urbanos (milhares de pessoas)
Mundo	6,1	47,7	31,6	923.986
Regiões ricas	1,2	75,5	6,0	54.068
Regiões em desenvolvimento	4,9	40,9	43,0	869.918
Norte de África	0,2	52,0	28,2	21.355
África Subsariana	0,7	34,6	71,9	166.208
América Latina e Caraíbas	0,5	75,8	31,9	127.567
Ásia Oriental e Oceânia	1,4	39,0	36,3	194.323
Ásia do Sul e Central	1,5	30,0	58,0	262.354
Ásia do Sudeste	0,5	38,3	28,0	56.781
Ásia Ocidental	0,2	64,9	33,1	41.331
Europa Central e do Leste e CEI	0,4	62,9	9,6	24.831

Estimativas do Centro Africano de Investigação sobre a População e a Saúde, em colaboração com a HABITAT das Nações Unidas.
Fonte: UN-HABITAT 2002; UN 2002i.

Reforçar as instituições e a governação

Muitos problemas ambientais baseiam-se em fracassos institucionais e má governação. Há três fracassos institucionais que são especialmente importantes para a gestão ambiental: direitos de propriedade e de utilização inadequados, informação e oportunidades insuficientes para os interessados locais participarem na tomada de decisão e fraca monitorização e imposição de normas ambientais (caixa 6.4).

A nível internacional, são evidentes os problemas institucionais e de governação nos esforços para desenvolver sistemas justos e eficazes para gerir recursos mundiais como os oceanos e o clima. A nível nacional, direitos de propriedade e de utilização fracos são uma causa vulgar de problemas ambientais como a desflorestação, excesso de pastorícia e excesso de pesca. Gerir o acesso livre a um recurso comum é difícil, porque as decisões de indivíduos e companhias baseiam-se nos custos e benefícios privados – e por isso podem reduzir o bem-estar ambiental e comunitário.

Para responder, as populações locais devem ter o poder de gerir os sistemas ambientais de que depende a sua subsistência. Como? Em parte, clarificando os direitos globais de propriedade e de utilização dos recursos comuns, o que pode exigir a reformulação de políticas e instituições que controlam o acesso à terra e a recursos naturais. E, em parte, reforçando os direitos de propriedade das mulheres, porque as mulheres tendem a ser mais dependentes dos recursos ambientais para a sua subsistência.

A descentralização pode melhorar a governação ambiental (ver capítulo 7). Mas devia ser acompanhada de esforços que aumentem a capacidade comu-

CAIXA 6.3

Envolver residentes locais na conservação de Guanacaste, Costa Rica

Desde o seu início, em 1985, a Área de Conservação Guanacaste (ACG) da Costa Rica exemplificou um novo modelo de conservação – um modelo que se caracteriza pela descentralização da decisão, por um compromisso em tornar a terra selvagem num activo produtivo e uma preocupação em tornar a conservação economicamente sustentável. Designada como Património Mundial pela UNESCO, a ACG engloba 2% do território nacional da Costa Rica e acolhe mais de 235.000 espécies – 65% da biodiversidade do país.

Através de um conselho local, a sociedade civil está envolvida na tomada de decisão na área, que é um dos maiores empregadores da região e contrata apenas costa-riquenhos. Foram investidos mais de 45 milhões de dólares no desenvolvimento da área e o seu orçamento anual de 1,5 milhões de dólares é gasto directamente na área e nas localidades vizinhas. As empresas locais beneficiam do afluxo de visitantes. Além disso, a ACG serve de trampolim para a investigação aplicada realizada pelo Instituto Nacional da Biodiversidade: a restauração da floresta aumentará o habitat disponível para pesquisa de produtos químicos naturais lucrativos. Outros serviços ambientais prestados pela ACG incluem o ecoturismo, a geração de água e a armazenagem de carvão.

A principal lição de Guanacaste é que as áreas protegidas têm de ser geridas inteiramente a nível local, com recursos adequados para a sua sustentabilidade. A ACG gere e desenvolve 2% do país, quase sem custos para os contribuintes costa-riquenhos.

Fonte: Janzen 2000, pág. 122-32; UNDP 2001a.

CAIXA 6.4

Promover a equidade e o ambiente – um exemplo de criatividade fiscal no Brasil

Em 1992, a maioria dos estados brasileiros adoptou um imposto ecológico sobre o valor acrescentado: o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS-E). Incidindo nos bens, serviços, energia e comunicações, o imposto é a maior fonte de receita do Brasil. Um quarto da receita vai para os municípios, com dotações para cada município baseadas em vários indicadores de desempenho ambiental. Os estados do Paraná e de Minas Gerais, por exemplo, distribuem receitas com base na percentagem de áreas protegidas em cada município, ponderada por um factor de conservação relacionado com a protecção de cada área.

O ICMS-E destinava-se a compensar os municípios com grandes áreas de conservação pela perda de receitas daí resultante. A receita do imposto é usada muitas vezes para manter parques e reservas, incluindo compras de ferramentas e salários dos empregados.

Nalguns estados, o imposto parece ter aumentado significativamente o número e o tamanho das áreas protegidas. No Paraná, as áreas de conservação cresceram mais de 1 milhão de hectares, entre 1991 e 2000 – um aumento de 165%. Entre 1995 e 2000, Minas Gerais também acrescentaram mais de 1 milhão de hectares – um aumento de 62%.

Fonte: May e outros 2002.

nitária de gerir recursos ambientais e influenciar o planeamento e a decisão política. É particularmente importante respeitar os direitos de grupos marginais e indígenas cujos rendimentos muitas vezes dependem, em grande parte, de recursos naturais.

Em muitos países em desenvolvimento, os recursos naturais são pilhados por corrupção, beneficiando elites poderosas à custa das pessoas pobres que dependem desses recursos. Para contrariar a corrupção é preciso reforçar a governação, com melhor coacção, penas mais duras e maior envolvimento comunitário. Em vários países, os cidadãos estão a avaliar a maneira como os governos dão acesso à decisão ambiental e a acompanhar regularmente a governação ambiental. É provável que ambos os esforços estimulem maiores progressos.[13]

Tornar a sustentabilidade ambiental parte de todas as políticas sectoriais

A maioria das políticas sectoriais afecta o ambiente, mas, muito frequentemente, as considerações ambientais não enformam a política. Mais aconselhamento científico pode assegurar que a compreensão do mundo natural se introduza no processo político, a todos os níveis. A análise económica, incorporando avaliações de activos ambientais, também devia enformar a decisão política em todos os sectores.

As políticas sectoriais com efeitos significativos no ambiente deviam estar sujeitas a rigorosas avaliações de impacte ambiental. Além disso, os Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza – bem como o desenvolvimento nacional e as estratégias sectoriais – deviam tratar, explicitamente, da protecção e gestão ambientais. Os governos nacionais, organizações multilaterais e agências de ajuda bilateral precisam, sistematicamente, de incorporar avaliações de impacte ambiental nas suas políticas e programas.

As políticas sociais relacionadas com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio afectam a qualidade ambiental (ver capítulo 4). Os investimentos em desenvolvimento humano, particularmente na educação de mulheres e raparigas, oferecem numerosas vantagens ambientais, incluindo a redução da pressão populacional. Assim, as políticas ambientais precisam de enfrentar as dimensões de género nas ligações entre pobreza e ambiente, integrando-as na formulação, execução e acompanhamento das Estratégias de Redução da Pobreza e reformas políticas correlativas.

Os enquadramentos nacionais, tais como as estratégias de desenvolvimento sustentável, deviam orientar políticas de gestão dos recursos naturais à luz dos recursos e das preocupações específicas do país. Muitos planos nacionais de acção ambiental não tratam os seus efeitos sobre outros sectores e sobre as necessidades das pessoas pobres. Para melhorar a política ambiental, esses planos deviam tratar explicitamente estas preocupações – bem como as suas contribuições para atingir os Objectivos.

Melhorar os mercados e eliminar subsídios ambientalmente prejudiciais

As operações normais dos mercados separam ganhos privados e custos sociais, porque as actividades produtivas geram muitas vezes benefícios para agentes económicos, mas impõem custos à sociedade. Assim, pode ser necessária a regulamentação, ou a tributação correctiva para alinhar incentivos privados e públicos com a necessidade de protecção ambiental.

Especialmente prejudiciais são as políticas governamentais, como os subsídios directos, ou ocultos, que enviam sinais errados ao fixarem os preços dos recursos ambientais de forma inadequada. Reduzir os subsídios ambientalmente prejudiciais é muitas vezes, de longe, mais eficaz do ponto de vista dos custos, do que regulamentar directamente a actividade económica. Reflectir os custos ambientes nos preços de mercado – através de taxas de poluição e doutras políticas baseadas no mercado – também promove práticas ambientalmente sãs e a utilização sustentável dos recursos naturais.

Os preços da água de rega são um exemplo importante. Ainda que esteja a tornar-se mais escassa em muitos países, a água tende a ser provida quase gratuitamente aos utilizadores. Essa abordagem promove o desperdício, aumenta a saturação e salinização dos solos e desencoraja os agricultores de investir na conservação da água. Outras políticas ambientalmente prejudiciais incluem os subsídios que promovem a pesca e a silvicultura comerciais em grande escala e o uso excessivo de produtos químicos agrícolas como fertilizantes e pesticidas (caixas 6.5 e 6.6).

Porém, no topo da lista dos subsídios prejudiciais estão os subsídios ao consumo de combustíveis fósseis. Em todo o mundo, o seu valor excede toda a ajuda externa de todas as origens.[14] Há um crescente consenso de que os subsídios à energia deviam incidir na expansão do acesso à tecnologia, no desenvolvimento e na disseminação de combustíveis mais limpos e no aumento da eficiência da utilização final – e não na promoção do consumo. Como alguns países europeus demonstram, a fixação adequada dos preços dos combustíveis fósseis pode dar um forte incentivo ao aumento do uso de energias renováveis. Os custos unitários mais baixos das tecnologias de energia renovável beneficiam tanto os países ricos como os países em desenvolvimento que pensem na sua adopção.

CAIXA 6.5

Pescas mundiais – afundadas pelos subsídios

Em todo o mundo, os stocks de peixe estão a ficar esgotados por causa das capturas sem restrições e altamente avançadas. O excesso de esforço de pesca ocorre na Ásia, em partes da África e da América Latina e em muitos dos pequenos países insulares – sendo o excesso de esforço de pesca dos residentes locais agravado, muitas vezes, pelas frotas de pesca dos países ricos. Segundo a FAO, mais de um quarto das pescas mundiais estão sobreexplorados ou esgotados.

Os subsídios mundiais para a pesca estão estimados, conservadoramente, em 10 a 15 mil milhões de dólares por ano – cerca de um quarto das transacções anuais de peixe, no valor de 56 mil milhões de dólares. Esses empréstimos, incentivos fiscais e pagamentos directos apoiam, muitas vezes, frotas distantes, que são demasiado grandes para os stocks de peixe disponíveis. Os Estados Unidos fornecem cerca de 400.000 dólares por embarcação para ajudar os seus pescadores a apanhar atum no Pacífico Sul. Em 1996, a União Europeia gastou 252 milhões de dólares – um terço do seu orçamento para as pescas – em acordos de acesso para as suas frotas pescarem em águas distantes. A União Europeia também continua a gastar mais em subsídios prejudiciais – como construir novas embarcações ou modernizar embarcações antigas (1,2 mil milhões de euros dos orçamentos da UE e nacionais, em 2000-2006) – do que em esforços para reduzir a pesca (1,1 mil milhões de euros). Segundo o Banco Mundial, apenas 5% dos subsídios à pesca têm um fim ambientalmente positivo. A maioria reduz os stocks de peixe e prejudica os ecossistemas marinhos.

Fonte: Institute for European Environmental Policy 2002; WWF 1998; IFPRI 2001; Milazzo 1998.

CAIXA 6.6

Derrubar florestas – com subsídios

Em 1998, o Grupo dos Oito (Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Federação Russa, Reino Unido e Estados Unidos) comprometeu-se a proteger as florestas mundiais. Mas alguns membros do G-8 continuam a subsidiar indústrias florestais – minando a protecção da floresta e acelerando a perda florestal.

Entre os subsídios mais incisivos estão os baixos encargos para as companhias madeireiras que cortam árvores antigas em terrenos públicos, as deduções fiscais das companhias madeireiras, a construção pelo governo de estradas madeireiras sem custos para as companhias que as utilizam e subsídios directos às companhias madeireiras para, digamos, os custos de planeamento. O Canadá, Japão e Estados Unidos são os países do G-8 que mais subsídios disponibilizam. Entre os membros europeus, a França é o único governo com investimentos directos em companhias madeireiras.

Os subsídios do Canadá totalizam 2,0 a 2,7 mil milhões de dólares por ano. O Japão subsidia serrações que processam troncos importados de florestas antigas do Canadá, da Sibéria e doutros sítios, e as suas agências de promoção das exportações apoiam programas que destroem florestas antigas e prejudicam comunidades tradicionais da Austrália, Indonésia e doutros sítios. Nos Estados Unidos, os programas de venda de madeira de construção em florestas nacionais custaram aos contribuintes mais de 2 mil milhões de dólares, em 1992-97. A França está a construir estradas e a fazer investimentos madeireiros correlativos em áreas ambientalmente sensíveis da África Central. Numerosos estudos mostraram que essa construção rodoviária provoca graves danos às florestas tropicais primárias da região. As florestas da Federação Russa estão a ser atacadas por abates ilegais em massa. A falta de cobrança de taxas e impostos por essas operações é um tipo de subsídio, de alguma forma equilibrado pelos elevados riscos de fazer negócios no país.

Fonte: Sizer 2000; Myers e Kent 1998.

As intervenções políticas também deviam explicar o impacte das actividades económicas nos activos ambientais. As contas do rendimento nacional (tais como o PIB) deviam estabelecer a diferença entre rendimentos provenientes do uso sustentável de recursos naturais (agricultura e silvicultura sustentáveis) e de actividades que reduzem os stocks de capital natural (extracção de minerais ou de petróleo). Essas

contas também deviam incluir os efeitos das actividades económicas na qualidade ambiental e na produtividade, como a degradação do solo e da água.

Essas contas "verdes" colocam os problemas ambientais num quadro que os ministros das pastas económicas entendem. Também encorajam os decisores em matéria de finanças e de planeamento e os ministros sectoriais a prestar mais atenção à degradação ambiental. Quando os custos da degradação ambiental e do esgotamento dos recursos naturais forem contabilizados, a taxa líquida de poupança da África Subsariana passa de positiva a negativa, na maioria dos anos entre 1976 e 2000.

Apoiar mecanismos internacionais de gestão ambiental

A degradação ambiental raramente pára nas fronteiras nacionais, mas muitas políticas e instituições ambientais param. As bacias hidrográficas internacionais, os pesqueiros, a poluição e a alteração climática colocam desafios de política ambiental que devem ser tratados pelos países, em conjunto – porque os actos de um país afectam o bem-estar de outros. A juntar-se ao problema estão os benefícios desigualmente distribuídos dos serviços ambientais e os custos da sua gestão dentro e entre os países.

Vários acordos ambientais internacionais chamaram a atenção para a necessidade de gerir o ambiente global. Mas a aplicação desses acordos podia ser melhorada. Devia ser posta maior ênfase nas necessidades das pessoas pobres, particularmente na realização dos Objectivos. E é preciso fazer mais para aumentar a capacidade de executar esses acordos e de os integrar na política nacional dos países em desenvolvimento.

Podem ser precisos novos arranjos institucionais para coordenar as políticas nacionais, em resposta aos desafios ambientais regionais e globais. É necessária uma cooperação mais forte para a gestão ambiental regional. Os países ao longo do rio Reno mostram como os custos e os benefícios podem ser partilhados na gestão de uma bacia hidrográfica internacional.

Os processos intergovernamentais tendem a ser difíceis na organização e lentos na execução, mas são a única maneira realista de tratar a poluição transfronteiriça e a degradação do ecossistema. Os acordos internacionais deviam repartir equitativamente os fardos e assegurar que os benefícios duma melhor gestão ambiental vão para a população local, que é quem suporta os custos directos e as oportunidades perdidas da protecção de recursos ambientais. O Protocolo de Montreal – o acordo internacional para proteger a camada de ozono – tem sido um retumbante sucesso de política ambiental global. Mas a sua aplicação foi facilitada pelas alternativas eficientes em custos às substâncias consumidoras do ozono, limitando a necessidade de uma partilha extensiva de benefícios e custos entre países ricos e países pobres.

Embora os países ricos produzam a maior parte das emissões que levam ao aquecimento global, os efeitos sentem-se em todo o mundo. Entretanto, o progresso no controlo dessas emissões tem sido misto (caixa 6.7).

CAIXA 6.7

Respostas de política à mudança climática

Provas científicas apoiam fortemente a acção imediata para travar as emissões de gás de estufa que causam o aquecimento global. O Protocolo de Quioto, de 1997, coloca a maior parte deste fardo sobre os países ricos – porque embora tenham apenas 16% da população mundial, geram 51% das emissões.

O protocolo exige que os países ricos reduzam as emissões de dióxido de carbono em pelo menos 5% dos níveis de 1990, até 2008-12. Os apoiantes do protocolo vêem isto como um passo importante para mitigar a mudança climática. Os opositores criticam-no severamente devido aos custos desnecessariamente elevados de execução – devido às restrições sobre as trocas de emissões – e pela falta de limites de emissão para os países pobres. Segundo outra crítica, mesmo que o protocolo fosse totalmente executado, reduziria a temperatura média global em menos de 0,15 graus, até 2100.

Os Estados Unidos, que produzem 25% das emissões globais de gases de estufa, recusaram-se a ratificar o protocolo. Sem a participação dos Estados Unidos, nenhum acordo internacional sobre mudança climática tem probabilidade de reduzir significativamente a ameaça do aquecimento global. Mas é necessária a cooperação internacional para dar incentivos ao sector privado, consumidores e governos para reduzir as emissões de gases de estufa.

Para aumentar a aceitação do protocolo, devia ser prestada mais atenção à minimização dos custos do combate à mudança climática. Também seria importante melhorar o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que permite reduções das emissões de carbono através de sistemas internacionais de troca inovadores.

Além disso, há campo para reduzir a longo prazo as emissões de gases de estufa nos países ricos e nos países pobres, para além dos termos do Protocolo de Quioto:

- Desenvolver tecnologias energéticas limpas – energia solar e eólica, células de combustível, energia hidráulica, energia geotérmica – que libertem pouco ou nenhum dióxido de carbono. Tornar essas energias competitivas com os combustíveis fósseis, do ponto de vista dos custos, exigirá o aumento do investimento público em investigação e desenvolvimento e a eliminação dos subsídios ao combustível fóssil.
- Desenvolver tecnologias seguras e económicas de remoção do carbono, que evitem a libertação de dióxido de carbono na atmosfera. Exemplos prometedores incluem fossas naturais de carbono como as florestas, a remoção para mares profundos e minas e a fixação química do dióxido carbono como carbonato de metal termodinamicamente estável.
- Aumentar a eficiência energética através de veículos, aparelhos, iluminação e motores industriais mais eficientes e através da redução de perdas no transporte de electricidade.

Fonte: : UN 1997; Nordhaus e Boyer 1999, pág. 93-130; World Bank 2003i; Baumert e outros 2002.

Investir em ciência e tecnologia para o ambiente

As tecnologias disponíveis têm um longo caminho a percorrer para enfrentar os desafios ambientais

complexos com eficiência de custos. O que é preciso são maneiras de prover essas tecnologias às pessoas que delas mais necessitam. Nos países pobres, isso exigirá muitas vezes o reforço significativo das capacidades institucionais de cooperação tecnológica.

Melhorar as tecnologias para problemas ambientais exigirá uma reorientação drástica das políticas de investigação e desenvolvimento. Nos países ricos, o investimento público em investigação e desenvolvimento energético – inclusive em relação a energias renováveis – caiu precipitadamente nas últimas duas décadas.[15] Dada a necessidade enfrentar a alteração climática, é essencial mais investimento para expandir os mercados de tecnologias de energias renováveis e baixar os custos unitários, beneficiando os países ricos e permitindo aos países pobres adoptar as mesmas soluções.

A compreensão científica do mundo natural é enorme, mas há uma quantidade notável que continua a ser desconhecida. Não existe nenhum mecanismo para seguir os grandes ecossistemas e a sua contínua capacidade de produzir os bens e serviços necessários. Devia ser criado um Observatório da Vida para acompanhar, sistematicamente, os principais ecossistemas, como os habitats costeiros, as principais bacias hidrográficas e as zonas húmidas. Esse observatório completaria os esforços actuais, incluindo o Sistema Mundial de Observação Terrestre, o Sistema Mundial de Observação do Clima e o Sistema Mundial de Observação dos Oceanos.

O Observatório da Vida devia basear-se na Avaliação do Ecossistema do Milénio, um esforço de quatro anos envolvendo 1.500 cientistas que compilam o melhor conhecimento disponível sobre os ecossistemas mundiais e os serviços que fornecem. O Observatório da Vida asseguraria que essas análises fossem continuamente actualizadas, para cartografar os efeitos a longo prazo das actividades humanas em ecossistemas específicos.

Para encontrar respostas, os políticos precisam de previsões científicas fiáveis da alteração ambiental induzida pelos seres humanos. Os indicadores ambientais que seguem com precisão o ambiente deviam ser desenvolvidos e integrados na política nacional. O planeamento a longo prazo devia ter em consideração as mudanças projectadas do clima e dos ecossistemas específicos, para avaliar como essas tendências afectarão o progresso e as necessidades do desenvolvimento.

Aumentar os esforços para conservar ecossistemas críticos

Criar áreas protegidas é muitas vezes a melhor maneira de conservar a diversidade das espécies e ecossistemas críticos. Mais de 60% das espécies terrestres encontram-se em 25 eco-regiões de apenas 1% da superfície terrestre da Terra. Estas zonas de tensão da biodiversidade enfrentam ameaças extremas, que já causaram uma perda de 70% da sua vegetação original.[16]

A melhor esperança para conservar a biodiversidade e os ecossistemas críticos é de que os governos, cientistas e outros participantes mundiais estabeleçam prioridades e cooperem nos objectivos comuns. Os esforços de conservação são mais eficazes quando construídos por especialistas de várias disciplinas, em consulta com residentes locais.

Áreas protegidas bem geridas podem gerar rendimentos significativos, através do turismo e de mecanismos financeiros inovadores, como pagamento de serviços do ecossistema. As populações locais, em particular as pessoas pobres, deviam ser vistas como parte da solução – e não como parte do problema. As pessoas cuja subsistência depende de áreas protegidas devem beneficiar delas e ter interesse no seu êxito continuado. De outra forma, esses esforços não serão sustentáveis.

As tecnologias disponíveis têm um longo caminho a percorrer para enfrentar os desafios ambientais complexos com eficiência de custos

CAPÍTULO 7

Mobilizar o apoio popular para alcançar os Objectivos

Os homens e as mulheres têm o direito de viver a sua vida e de criar os seus filhos com dignidade, sem fome e sem medo da violência, da opressão e da injustiça. A melhor forma de garantir estes direitos é através de governos de democracia participativa baseados na vontade popular.

– ONU, Declaração do Milénio, pág. 2

A execução das medidas e das políticas necessárias para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio exige o empenho dos líderes políticos. No entanto, são também necessários uma pressão política constante, um apoio popular alargado e um conjunto de mecanismos que assegurem a eficácia na prestação de serviços. É essencial que o estado funcione de forma aberta e democrática, salvaguardando as liberdades civis e políticas, para assegurar essa mobilização popular e participação cívica, para que os pobres possam exercer pressão sobre os seus líderes no sentido de que estes cumpram os compromissos assumidos em relação aos Objectivos.

Ao tomar posse como Presidente do Brasil, Luiz Inácio "Lula" da Silva comprometeu-se a erradicar a fome até 2005 através do seu programa "Fome Zero".[1] Este tipo de empenho, apoio e mobilização é essencial para os Objectivos, sendo que esta iniciativa brasileira vai muito além da redução para metade da proporção de pessoas afectadas pela fome no país (Objectivo 1). Este género de mobilização generalizada em torno dos Objectivos deverá ser encorajada e apoiada. Os líderes políticos deverão poder basear-se nos Objectivos ao definirem os seus programas partidários e as suas estratégias eleitorais e os eleitores deverão poder avaliar o desempenho dos seus líderes com base nos progressos alcançados face aos Objectivos.

Em diversos países, verificam-se já numerosos esforços nesse sentido:

- Tanto no Cambodja como no Níger, os líderes políticos têm vindo a incluir preocupações ligadas aos Objectivos nos seus programas partidários e nos seus compromissos eleitorais.
- No Chile, tem vindo a ser promovida a discussão pública em torno dos Objectivos e estes têm constituído o tema de grande parte dos debates parlamentares.
- O Paraguai tem uma longa tradição de envolvimento da comunidade na definição das prioridades do desenvolvimento, o que inclui a formação de líderes comunitários.
- A Albânia pôs em prática uma estratégia para supervisionar os seus progressos em relação aos Objectivos, a qual inclui uma série de parcerias regionais e um plano com vista à criação de um fórum constituído por organizações da sociedade civil.
- A Polónia lançou um plano que visa integrar medidas de redução a pobreza e da protecção ambiental com a sua estratégia nacional para alcançar os Objectivos.
- O Quénia tem vindo a promover parcerias com a sociedade civil com vista a alcançar os Objectivos. Estes serão também objecto de um encontro nacional dos agentes envolvidos no Programa Estratégico para a Redução da Pobreza (PERP) deste país.
- O relatório nacional de desenvolvimento humano da Zâmbia, de 2002, assumiu a pobreza e a fome como principais preocupações, o que tem contribuído para aumentar o nível do debate público e político em torno destes temas. [2]

Existe o risco de que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio sejam prejudicados por grupos instalados que resistem às políticas de reafectação de recursos em favor dos membros mais pobres e marginalizados da sociedade. É muito frequente a maioria das escolas e dos centros de saúde ser construída nas áreas urbanas e não nas povoações rurais mais pobres, ou as comunidades mais pobres terem de pagar mais pelo acesso à agua do que as comunidades mais ricas (ver Capítulo 4).

É também frequente que as prioridades favoráveis aos pobres – tais como os cuidados de saúde básicos ou a educação – recebam pouca atenção política. Quanto mais desigual é uma sociedade, tanto mais improvável é a reunião de um apoio

Existe o risco de que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio sejam prejudicados por grupos instalados que resistem às políticas de reafectação de recursos em favor dos membros mais pobres e marginalizados da sociedade

O sucesso dos Objectivos depende em grande medida do ambiente político local – se existem vias para os cidadãos participarem nos processos de tomada de decisão, através de estruturas democráticas formais ou através da mobilização e acção colectiva directa

político sustentado em torno dos Objectivos, pois o poder político está habitualmente muito concentrado e coincide com o domínio da riqueza económica e social. Nas sociedades mais desiguais, o progresso em direcção aos Objectivos é dominado pelas elites e raramente beneficia os mais pobres. Para além do mais, o progresso global de um país pode ocultar o facto de uma grande parte da sua população estar a ser deixada para trás, como tem sucedido no Brasil, China, Índia e outros locais (ver Capítulo 2).

Para reverter estas injustiças, é essencial que haja pressão política e que as pessoas façam ouvir as suas exigências junto dos seus dirigentes. Porém, mesmo que os recursos sejam afectados de uma outra forma e que a pressão política seja bem sucedida, existe ainda o risco de não serem criados os mecanismos que permitam a sua execução eficaz. Os serviços públicos básicos mais importantes para a satisfação das necessidades dos mais pobres – centros de saúde, escolas, bombas de água, condutas e poços – são habitualmente geridos por burocratas e funcionários públicos, que apenas respondem perante os seus superiores dentro da hierarquia vertical dos respectivos ministérios. Se, em contrapartida, respondessem perante organismos municipais eleitos a nível local, a prestação destes serviços seria certamente mais eficaz. Para que haja respostas eficazes e adequadas, são necessários incentivos – e formas de controlo – locais.

Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio são compromissos políticos nacionais que têm o potencial de proporcionar às pessoas comuns um instrumento poderoso para responsabilizar os seus líderes pelos resultados. Estes Objectivos são entusiasmantes porque exprimem os sonhos das pessoas comuns: ter uma escola nas proximidades em que não haja falta de professores ou de livros e canetas para os alunos; ter à disposição pelo menos uma bomba que permita o acesso à água potável e que seja facilmente acessível por parte das mulheres e das crianças; ter nas proximidades um centro de saúde equipado com medicamentos e que disponha de um médico e uma enfermeira.

Contudo, a realização plena dos Objectivos exige que os pobres se organizem colectivamente e tomem iniciativas de forma concertada. Isso não é nada simples. Habitualmente, os pobres têm menor capacidade de organização e expressão política, maior dificuldade em aceder aos serviços públicos e à protecção por parte da lei, dispõem de menos contactos com as pessoas influentes e são mais vulneráveis aos choques económicos.

O sucesso dos Objectivos depende em grande medida do ambiente político local – se existem vias para os cidadãos participarem nos processos de tomada de decisão, através de estruturas democráticas formais ou através da mobilização e acção colectiva directa (caixa 7.1). Os processos políticos mais relevantes para os mais pobres são os que têm lugar a nível local, pois é aí que eles têm mais capacidade de exigir que os seus governantes prestem contas.

As importantes reformas políticas das últimas décadas aumentaram estas possibilidades. Nas décadas de 1980 e 1990, houve uma enorme aceleração na expansão global da democracia. Em cerca de 81 países – 29 dos quais na África Subsariana, 23 na Europa, 14 na América Latina, 10 na Ásia e 5 entre os Países Árabes – foram dados passos em direcção à democratização.[3] Uma parte destas mudanças políticas tem sido no sentido da descentralização e da emergência de novos movimentos sociais, o que tem proporcionado aos cidadãos novas formas de agir colectivamente. Neste capítulo, são passados em análise estes dois tipos de desenvolvimentos políticos, procurando retirar-se lições relativas às reformas políticas e às iniciativas sociais que poderão permitir gerar o impulso político necessário para alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

A descentralização – crescimento, importância e pressupostos

Nos últimos anos, um vasto conjunto de países – em transição ou em vias de desenvolvimento, solventes ou insolventes, autoritários ou democráticos, governados à esquerda, à direita ou ao centro – têm procurado executar medidas de descentralização. Desde o início dos anos '80, têm sido introduzidas reformas deste tipo em regimes que vão das monarquias às juntas militares e dos sistemas de partido único às democracias multipartidárias.

A descentralização envolve a transferência de parte da autoridade política da administração central para as entidades locais e, o que é fundamental, de alguns dos seus recursos e responsabilidades administrativas. A provisão de certas funções e serviços públicos passa então a ser da responsabilidade das entidades locais. Com esse objectivo, têm sido criados conselhos locais multifuncionais em mais de 60 países.[4] Na América Latina, excepto em alguns países

CAIXA 7.1

Madia Pradexe e Rajastão – políticas educativas com resultados à vista

Madia Pradexe e do Rajastão – dois dos estados mais pobres da Índia, com os piores indicadores sociais do país – transformaram a escolaridade das pessoas pobres. Como?

Em 1994, Madia Pradexe tornou-se no primeiro estado indiano a aplicar um sistema de governação local recentemente reabilitada – as instituições panchayati raj. Os líderes dos panchayat, juntamente com o governo estadual, fizeram do ensino primário universal uma prioridade. Entre 1991 e 2001, Madia Pradexe aumentou a sua taxa de alfabetização em 20 pontos percentuais, passando de 44% para 64%. De forma semelhante, a taxa de alfabetização no Rajastão aumentou em 22 pontos percentuais, de 39% para 61%. Era evidente que em ambos os estados algo estava a ser feito correctamente.

O sucesso do Rajastão na expansão da alfabetização foi, em grande medida, o resultado dos seus Projectos Shiksha, de 1987, e Lok Jumbish, de 1992. Estes projectos lançaram um conjunto de processos a nível estadual que permitiram a criação de conselhos educativos em cada povoação, em representação dos diversos segmentos das suas populações, incluindo as mulheres e a maioria das castas. Estes conselhos passaram a tomar decisões relativamente à criação local de estabelecimentos de ensino, à avaliação do desempenho dos seus alunos e professores e à obtenção de fundos para os financiar.

Em Madia Pradexe, foram efectuados inquéritos participativos ao nível de cada povoação e de cada panchayat, no âmbito da Lok Sampark Abhiyan (Campanha de Interacção Pública), tendo o inquérito revelado que, ao contrário do que fora indicado pelos professores, as taxas de abandono do sistema de ensino não eram especialmente elevadas. Em contrapartida, a escolarização inicial era baixa. Esta baixa escolarização era o resultado de diversos factores – e o problema da acessibilidade das escolas não era o menos importante.

A resposta das autoridades consistiu na introdução de um Esquema de Garantia de Educação para o ensino primário em todas as localidades – e não apenas nas povoações. Ao abrigo deste esquema, se os pais de 40 crianças numa localidade (ou 25 no caso das áreas tribais) procurassem uma escola para os seus filhos, o governo estadual comprometia-se a providenciar, no prazo de 90 dias, o salário base de um professor para suprir essa necessidade. Esse professor poderia então ser nomeado de entre os membros da comunidade pelo panchayat de cada localidade, o qual deveria também assegurar o espaço físico onde decorreriam as aulas.

Nos 50 anos após a independência, tinham sido criados 80.000 escolas em Madia Pradexe no quadro do sistema público de ensino primário regular – enquanto nos três anos que se seguiram à introdução do novo esquema, em Janeiro de 1997, foram criados 30.000 novos estabelecimentos de ensino. Um aspecto de especial importância consistiu no facto de este esquema ter permitido aumentar de forma espectacular o acesso ao sistema de ensino por parte das crianças das áreas tribais – as quais apresentavam algumas das mais baixas taxas de escolarização entre os grupos vulneráveis. Este esquema provocou também um aumento mais do que proporcional nas taxas de escolarização das raparigas.

O Esquema de Garantia de Educação proporciona um conjunto de lições que são válidas para situações semelhantes em todo o mundo. Foi a procura de escolas pela comunidade que despoletou a actuação das autoridades. E, embora caiba aos governos estaduais o pagamento e a formação dos professores, são as próprias comunidades que os recomendam de entre os membros da comunidade e que asseguram a existência das instalações. O sucesso deste esquema mostra que, mesmo com severas restrições de recursos, mudanças de política e inovações participativas e processos responsáveis podem gerar resultados favoráveis aos pobres.

O sucesso deste esquema foi tal que inspirou o lançamento de uma campanha nacional para o ensino primário universal. Porém, o plano nacional ignorou um aspecto essencial: o prazo limite de 90 dias para o pagamento dos salários dos professores. Esta alteração na concepção do projecto retirou o imperativo de o governo ter de responder dentro de um prazo específico – e, como seria de esperar, o plano nacional não obteve os resultados esperados. Reproduzir a concepção de projectos requer, por conseguinte, a integração bem sucedida de todos os aspectos do seu sucesso.

Fonte: Mehrotra e Delamonica (a publicar); Institute of Development Studies, 2003.

de pequena dimensão, quase todos as autoridades legislativas e executivas são hoje eleitas em 13.000 círculos de governo local.[5]

É comummente aceita que a descentralização aumenta a participação popular nos processos de tomada de decisão, uma vez que aproxima os governos das pessoas – tornando as autoridades mais acessíveis e mais conhecedoras das condições locais e, consequentemente, mais atentas às necessidades das populações. Mas será que os resultados apoiam esta ideia? Ou, o que é ainda mais importante, será que a descentralização do poder e do acesso aos recursos contribui para melhorar a situação dos mais pobres?

Argumentos favoráveis à descentralização

Onde a descentralização funcionou (e é um feito digno de nota) – como em partes do Botswana, Brasil, Colômbia, Jordânia, África do Sul e de numerosos estados indianos (Karnataka, Kerala, Madia Pradexe, Rajastão, Bengala Ocidental) – foram alcançados resultados notáveis, incluindo:

- *Respostas mais rápidas às necessidades locais.* As autoridades tendem a agir mais de acordo com as preferências e condições locais, não tendo de aguardar pela autorização dos níveis hierárquicos superiores para agir. Ao mesmo tempo, a descentralização proporciona às mulheres a possibilidade de participação política a nível local, permitindo uma abordagem mais sensível ao género do processo de decisão e execução política. Por outro lado, os programas de saúde pública passam a ser mais amplamente utilizados, uma vez que os conselheiros locais são mais capazes, do que os burocratas da administração central, de explicar a racionalidade desses programas de uma forma

compreensível para as populações locais – contribuindo assim, substancialmente, para o sucesso dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio na área da saúde.

- *Mais transparência e responsabilização, menos corrupção.* Porque a descentralização tende a aumentar a transparência, os montantes financeiros desviados corruptamente dos programas de desenvolvimento diminuem, frequentemente, nos países que adoptam medidas de descentralização. Um estudo recente, abrangendo 55 países, chegou à conclusão que a descentralização da despesa pública está fortemente associada com a redução da corrupção entre os funcionários públicos e a diminuição do comportamento de procura de renda por parte das entidades privadas – deixando mais dinheiro para ser gasto na provisão de serviços básicos aos mais pobres.[6]
- *Melhorias na provisão de serviços básicos.* A descentralização reduz, frequentemente, o absentismo entre os funcionários públicos empregados nas escolas e centros de saúde locais, devido ao facto dos governantes locais poderem escutar as reclamações do seu eleitorado e, em conformidade, impor a disciplina. Assim, a redução do absentismo permite melhorar a provisão de serviços básicos sem quaisquer custos adicionais – e é essencial para que sejam alcançados os Objectivos nas áreas da saúde e da educação.[7] Por outro lado, o aumento do nível de responsabilização encoraja as populações locais a supervisionar a execução dos programas e a protestar em caso de mau desempenho dos funcionários estatais.
- *Melhores fluxos de informação.* A descentralização provê os funcionários com de sinais de alerta precoce contra catástrofes potenciais – focos de doença, inundações, secas – e permite que as autoridades locais, mais capacitadas, possam agir rapidamente para solucionar os problemas.
- *Maior sustentabilidade dos projectos.* A descentralização aumenta a sustentabilidade dos projectos de desenvolvimento, porque as populações locais têm mais possibilidade de participar na sua concepção, execução e monitorização (ver capítulo 4).[8] Para além disso, a preparação participada de orçamentos e contabilidades promove a eficiência e a transparência e torna os projectos mais responsáveis do ponto de vista do género.
- *Meios mais eficazes para a resolução de conflitos.* A atribuição de mais poderes às regiões e às localidades contribui para o fomento da unidade nacional e a resolução de conflitos, como os que ocorreram na Etiópia e no Ruanda. Na Namíbia e na África do Sul, o objectivo fundamental das medidas de descentralização consistiu em combater as desigualdades entre as diversas regiões.[9] A reafectação dos recursos permitiu assegurar uma distribuição mais equitativa dos fundos nacionais, em favor das regiões até então negligenciadas pelos grupos dominantes da administração central. Ao mesmo tempo, fomentou o debate e renegociação em relação à afectação dos recursos nacionais – de há muito uma fonte de conflitos entre as regiões e os grupos étnicos.
- *Mais entusiasmo e motivação por parte dos participantes locais.* A descentralização estimula as populações locais a encontrarem soluções para os seus problemas quotidianos – permitindo que surjam ideias inovadores e reduzindo a carga exercida sobre os sistemas hierárquicos centralizados.[10]
- *Mais oportunidades de representação política.* A descentralização permite que as pessoas façam ouvir a sua voz, de forma mais eficaz, no que respeita às decisões públicas que afectam as suas vidas. Em particular, tem permitido aumentar o nível de representação entre as mulheres (como na Índia, onde um terço dos assentos nas assembleias locais, ou panchayat, está reservado para as mulheres[11]) e entre os grupos étnicos anteriormente marginalizados (como foi o caso das comunidades Quechua e Aymara na Bolívia, das comunidades Kalinga e Gaddang nas Filipinas e de grupos étnicos rurais como os Songhai ou os Dogon no Mali).[12]

A descentralização provê os funcionários com de sinais de alerta precoce contra catástrofes potenciais – focos de doença, inundações, secas – e permite que as autoridades locais, mais capacitadas, possam agir rapidamente para solucionar os problemas

A descentralização pode revelar-se particularmente eficaz na provisão de serviços sociais. Propicia o envolvimento da comunidade nos processos de tomada de decisão e pode ajudar a resolver os problemas relacionados com a partilha dos custos associados à provisão desses serviços. Por exemplo, em muitos casos em que o estado se tem revelado incapaz de construir escolas ou de assegurar o seu funcionamento, as próprias comunidades têm conseguido reunir os recursos e o pessoal necessários para as construírem, ficando o estado com o encargo de pagar os salários dos professores (ver Capítulo 5). De forma análoga, a Iniciativa Bamako conseguiu assegurar o fornecimento de medicamentos essenciais às comunidades rurais mais remotas do Mali e contribuiu para que fossem identificados os membros mais pobres da comunidade, que não têm a possibilidade de cobrir certos custos.

As entidades descentralizadas são mais eficientes na provisão de serviços do que os ministérios organizados de forma vertical, porque o planeamento e a par-

CAIXA 7.2

Pressões mútuas para a responsabilização – entre as autoridades locais e a sociedade civil – fortalecem a governação no estado brasileiro do Ceará

Em 1987, o recém-eleito governo estadual do Ceará, ao enfrentar cortes nas transferências do governo federal e uma situação em que os encargos salariais absorviam 87% das receitas estaduais, decidiu executar um conjunto de medidas inovadoras. Procurou ultrapassar os problemas com a provisão dos serviços formando alianças com os trabalhadores e comunidades locais. Estas iniciativas permitiram uma maior pressão sobre as autoridades locais – tanto de cima como de baixo – no sentido de melhorarem o seu desempenho em áreas como a saúde pública, extensão agrícola, combate à seca e construção de infra-estruturas (como as escolas).

Em 1991, tendo conseguido reduzir os seus encargos salariais para 45%, o governo estadual lançou programas de prevenção na saúde e de representação pública dos produtores informais, bem como um amplo esquema de emergência para criação de emprego destinado aos trabalhadores dispensados pela administração pública. O estado recrutou trabalhadores comuns para desempenharem estas funções e procurou motivá-los através da publicitação do seu trabalho e do reconhecimento oficial dos seus serviços – reforçando o respeito por estes trabalhadores.

Ao mesmo tempo, o governo estadual encorajou o público a ter expectativas elevadas em relação a estes programas e a responsabilizar os trabalhadores pelo seu desempenho. Informou também as populações de quais os serviços a que tinham direito, para que pudessem pressionar as autoridades locais a providenciá-los caso esses serviços não fossem disponibilizados. Esta campanha de publicidade ajudou a mobilizar a acção colectiva das comunidades, com apoio técnico onde fosse necessário.

Entre 1997 e 2001, o estado observou melhorias impressionantes nos indicadores de saúde. A mortalidade infantil diminuiu em mais de um terço, de 40 para 26 por 1.000 nados-vivos. A taxa de cobertura da vacinação aumentou em mais de um terço, com a proporção de crianças totalmente vacinadas subindo de 67% para 91%. A percentagem de bebés alimentados exclusivamente com leite materno nos primeiros quatro meses de vida aumentou de 46% para 61% e a incidência da subalimentação de crianças caiu para 7%, metade do seu valor anterior.

Fonte: Fuentes e Niimi 2002, pp. 123-33; Mehrotra e Delamonica (a publicar).

ticipação locais asseguram ligações mais fortes entre as intervenções nas áreas da saúde, educação, abastecimento de água, saneamento básico e outros serviços (ver Capítulo 4). As crises locais recebem respostas mais rápidas – especialmente devido à melhoria da comunicação que está associada aos sistemas descentralizados. Por exemplo, no distrito de Dhar em Madia Pradexe, Índia, um projecto da intranet (Gyandoot) da comunidade rural, iniciado em Janeiro de 2000, permitiu responder rapidamente a um alerta precoce lançado por correio electrónico e, assim, prevenir o aparecimento de um foco de epidemia animal.[13]

A descentralização permite também melhorias ao nível da execução e monitorização da provisão de serviços – bem como respostas expeditas em caso de mau desempenho. Por todo o mundo, o aumento da transparência e o escrutínio adequado tem vindo a reduzir o nível da corrupção, bem como a dimensão dos desvios fraudulentos de fundos. O poder político deixa de estar apenas concentrado nas mãos das elites nacionais. Em virtude disso, os empregados estatais – sejam eles representantes locais eleitos, funcionários públicos, ou funcionários de serviços como enfermeiras, professores ou engenheiros sanitários – passam a responder não só perante os segmentos mais poderosos da sociedade, mas também perante os cidadãos mais pobres (caixa 7.2). Esta possibilidade é essencial para o planeamento das intervenções políticas orientadas para os Objectivos.

Actualmente, estão em curso numerosas experiências de descentralização. Embora o seu impacte global esteja ainda a ser avaliado, as primeiras indicações são bastante promissoras.[14] A criação de instâncias de poder eleitas a nível local, com autoridade sobre a provisão dos serviços sociais, assegura que essas instâncias respondam perante os líderes locais e os cidadãos (caixa 7.3).

Quando as iniciativas de descentralização são dotadas das instituições e dos recursos apropriados, conseguem congregar as pressões da sociedade civil e dos cidadãos empenhados. Este tipo de reformas pode trazer benefícios substanciais não são para os grupos mais pobres e excluídos, mas também para os próprios governos. Ao enfrentarem muitos dos problemas da pobreza, estas reformas tendem a aumentar a legitimidade e a popularidade dos governos que as introduzem.

A descentralização é particularmente determinante para a consecução dos Objectivos, porque muitos deles estarão dependentes da provisão eficaz de serviços básicos. No caso dos Objectivos 2 a 7, por exemplo, o sucesso está dependente de melhorias nos serviços e do envolvimento activo dos principais participantes.

Condições prévias para uma descentralização eficaz

A descentralização tende a ser bem sucedida, quando o governo central é estável, solvente e empenhado na

CAIXA 7.3

A descentralização ajuda a aumentar a equidade no estado indiano de Kerala

A Campanha do Povo de Kerala foi lançada em 1996, tendo sido despoletada pela decisão do governo de devolver 35% a 40% dos fundos de planeamento estatais para os organismos locais e municipais. Nos seus primeiros dois anos, esta campanha permitiu a construção de 98.494 habitações, 240.307 latrinas sanitárias, 17.489 bicas de água públicas e 50.162 poços – muito mais do que nos anos anteriores.

Esta campanha mobilizou voluntários locais, nomeadamente do Kerala Sastra Sahitya Parishad (Movimento de Ciências do Povo), bem como especialistas reformados, incluindo engenheiros, médicos, professores e outros profissionais, para apoiarem nas avaliações técnicas e financeiras dos projectos. Os voluntários inventariaram as necessidades dos habitantes e os recursos de cada localidade e disponibilizaram essa informação aos panchayats (conselhos locais eleitos), através de relatórios de desenvolvimento urbano e de projectos específicos de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, proporcionaram formação nas áreas da concepção, execução e monitorização de projectos.

As deliberações locais consultivas e participativas aumentaram em 10% os recursos para os projectos, devido aos donativos de materiais e de trabalho – e permitiram afectar uma percentagem maior dos fundos de projectos a castas e comunidades tribais identificadas (ambas fazendo parte dos grupos sociais historicamente oprimidos). Mais de 30% dos fundos projectos foram destinados à construção de habitação para estes grupos.

Ao abrigo do Plano para a Componente Feminina, 10% do orçamento de cada projecto estava destinado a projectos em benefício das mulheres – como a horticultura, cooperativas de têxteis, mobilização de pessoal para as anganwadi (ensino pré-primário), ou a criação de centros comunitários destinados às mulheres. Com novos programas do sector público para os cuidados de saúde e educação, também tem havido melhorias significativas nas áreas da alfabetização e da saúde.

Fonte: Franke e Chasin 2000; Mehrotra e Delamonica (a publicar).

Sem descentralização fiscal, os esforços para descentralizar estão inevitavelmente condenados ao fracasso

transferência de responsabilidades e recursos, quando as autoridades locais têm a capacidade de assumir essas responsabilidades e quando existe uma participação real dos mais pobres e duma sociedade civil bem organizada. Geralmente, estas condições resultam em políticas e serviços responsáveis, aumento do crescimento, da equidade e do desenvolvimento humano.

Ainda assim, a mera existência de um estado funcional, de autoridades locais capazes e de uma sociedade civil activa não assegura o sucesso da descentralização. As relações entre estes três níveis são cruciais: deverá ser exercida pressão sobre as autoridades locais, tanto a partir de cima (para responsabilização perante a administração central), como de baixo (para a provisão de serviços aos cidadãos), para assegurar a eficácia e a adequação das políticas. Assim, o sucesso das iniciativas de descentralização exige mais do que um conjunto de reformas políticas – requer também a criação de uma dinâmica tridimensional entre as administrações locais, a sociedade civil e uma administração central activa.[15]

Os esforços de descentralização são fortemente influenciados pela dimensão, população, história, clima político e diversidade étnica e geográfica de um país. Estas diferenças exigem diferentes arranjos entre os níveis nacional e subnacional, entre os quais se incluem a devolução, a delegação e a desconcentração.[16] As experiências de descentralização já levadas a cabo apontam para a importância de um conjunto de princípios fundamentais que estão essencialmente relacionados com:

- As funções que devem ser descentralizadas – e que devem ser cuidadosamente seleccionadas.
- Os recursos que permitem a provisão de serviços pelas autoridades locais – e que devem ser providos nos planos de descentralização.

Em primeiro lugar, muitas funções de âmbito nacional exigem uma provisão uniforme e estandardizada por parte de uma autoridade central. Exemplos disso, incluem a defesa, política externa, regulação monetária, manutenção de padrões nacionais para o ensino primário e a vacinação e outras medidas de saúde pública. À administração central devem ser confiadas as tarefas que envolvem economias de escala e que requerem um forte financiamento e elevado grau de regulação (tais como a formação, supervisão, assistência técnica e instalações intensivas em capital). O Laos, por exemplo, tentou descentralizar a sua política cambial ao nível regional – o resultado foi uma variedade de taxas de câmbio e a criação de tremendas dificuldades administrativas e financeiras.[17]

Em segundo lugar, a devolução dos processos de tomada de decisão às autoridades locais corre o risco de se tornar um gesto vazio se não for acompanhada por recursos financeiros, capacidade administrativa e mecanismos suficientes para assegurar a responsabilização dessas autoridades. Por vezes, os conselhos das vilas e aldeias são capazes de reunir alguns recursos orçamentais localmente – desde que tenham autoridade para o fazer, o que raramente sucede. No entanto, grande parte do financiamento necessário tem de provir de cima. Isto não implica necessaria-

mente um aumento da despesa, mas sim a transferência do controlo sobre a despesa existente. A devolução da despesa não implica o risco de irresponsabilidade fiscal, como alegam alguns. Nem torna as autoridades locais irremediavelmente dependentes dos níveis superiores da administração, como argumentam outros – desde que as autoridades locais disponham de algum poder para decidir sobre a aplicação dos fundos.

No entanto, a maioria das administrações centrais tem fracassado na devolução dos fundos necessários para a provisão dos serviços locais. Por vezes, isso deve-se ao facto de determinados sectores, como a exploração florestal ou a extracção mineira, gerarem receitas fiscais substanciais que as administrações centrais querem continuar a controlar, em vez de as transferir para as autoridades locais ou para as comunidades.[18] Mas, sem descentralização fiscal, os esforços para descentralizar estão inevitavelmente condenados ao fracasso.

Os sistemas patrimoniais – quer sejam dominados por partidos políticos ou elites locais, quer reflictam um ambiente não democrático – também podem pôr em causa as tentativas de descentralização. O estabelecimento de compromissos financeiros irresponsáveis e inadequados por parte dos governos centrais, juntamente com a manipulação política e com o favorecimento de determinados grupos e regiões, tem consequências desastrosas. Problemas deste tipo têm criado sérios obstáculos à descentralização no Bangladeche, Costa do Marfim, Gana, Quénia e Nigéria.

É necessário desmontar alguns mitos acerca das condições necessárias para o sucesso das iniciativas de descentralização. Em primeiro lugar, alguns insistem que a descentralização está destinada ao fracasso se não for acompanhada por uma reforma agrária.[19] Porém, as experiências levadas a cabo em Karnataka, na Índia, bem como noutros locais, mostram que isso não é verdade. Em segundo lugar, há quem defenda que uma orientação favorável ao mercado e a existência de uma classe média empreendedora são essenciais para a descentralização.[20] Isto, também, não está correcto: existem iniciativas de descentralização bastante bem sucedidas em países como Moçambique, nos quais a classe média é subdesenvolvida.[21]

O sucesso da descentralização envolve três aspectos indispensáveis:

- Capacidade efectiva do estado.
- Autoridades locais competentes, empenhadas e capacitadas.
- Cidadãos e sociedade civil engajados, informados e bem organizados.

Capacidade efectiva do estado. Para que um governo central proceda eficazmente à transferência de poderes para as autoridades locais, é necessário que tenha poderes para iniciar essa transferência. A descentralização requer coordenação entre os diversos níveis da administração e implica um aumento – e não uma diminuição – da regulação, de forma a assegurar a transparência, responsabilização e representatividade básicas. A administração central deve supervisionar, regular e, quando necessário, sancionar as autoridades locais, para garantir que os mais pobres beneficiam realmente com as reformas políticas. A administração central tem, também, de reunir os recursos orçamentais necessários para apoiar a descentralização. Sempre que um estado fraco procura descentralizar, ocorrem problemas. Na Ucrânia, por exemplo, tem sido um desafio para uma administração central fraca e instável assegurar o funcionamento da administração local com recursos extremamente diminutos e pouco, ou nenhum, envolvimento da sociedade civil a nível local.[22] Outras antigas repúblicas soviéticas que têm tentado a descentralização têm enfrentado problemas semelhantes de fraca capacidade nacional e local.

Para que um governo central proceda eficazmente à transferência de poderes para as autoridades locais, é necessário que tenha poderes para iniciar essa transferência

A descentralização tem a ver com o potencial do estado e não com os seus fracassos. A devolução de poderes por parte de um estado central fraco consiste, na maior parte das vezes, em cedências para com as elites locais – originando o que tem sido chamado de despotismo descentralizado[23] – e não na expansão das oportunidades de participação democrática. Veja-se o exemplo da África Subsariana, onde alguns regimes centralizados procuraram controlar certas áreas rurais através da nomeação para cargos locais de pessoas próximas do poder central – exactamente o oposto da partilha do poder político e do fomento da responsabilização a nível local.[24] Medidas como estas têm fracassado na distribuição dos resultados esperados do desenvolvimento.

Analogamente, os esforços de descentralização levados a cabo na Papua-Nova Guiné fracassaram em dotar as populações locais de uma maior capacidade de reivindicação. Os seus objectivos foram, sobretudo, de evitar a divisão do país, que se encontra sob pressão por parte de movimentos secessionistas. A inexistência de uma administração central forte e

Onde a sociedade civil tem exigido responsabilidade e respostas das autoridades locais, a descentralização tem sido mais eficaz

capaz de assegurar a integridade territorial minou, à partida, as tentativas de descentralização do país. Em circunstâncias como estas, as reformas nunca proporcionam os benefícios esperados.

Autoridades locais competentes, empenhadas e capacitadas. A responsabilidade pela provisão de serviços sociais deve ser devolvida às autoridades locais através de medidas legais, ou constitucionais, que transfiram o controlo tanto sobre as funções como sobre os funcionários que as executam. Contudo, estes funcionários não poderão desempenhar adequadamente as suas funções se não dispuserem de recursos financeiros apropriados. E descentralização só serve os interesses dos mais pobres se as autoridades locais promoverem a justiça social e se estiverem empenhadas na mobilização e em políticas favoráveis aos pobres.[25]

No Ceará, Brasil e em Kerala, Índia, as autoridades do estado mostraram-se fortemente empenhadas na redução da pobreza e preparadas para desafiar as elites locais se estas resistissem a tais esforços. Por exemplo, o Programa de Desenvolvimento Rural do Nordeste, no Ceará, era administrado pelas autoridades locais e conseguiu evitar a influência dos sistemas patrimoniais locais.

Cidadãos e sociedade civil engajados, informados e bem organizados. Para que as autoridades locais estejam atentas às necessidades das populações, é necessário que estes dois grupos estejam em permanente comunicação entre si. Por isso, é indispensável uma sociedade civil desenvolvida e bem informada, capaz de reunir e articular os pontos de vista da comunidade.

Em Moçambique, o empenho das autoridades locais, no quadro de um sistema descentralizado, permitiu duplicar o pessoal na área da saúde e expandir o alcance das políticas de saúde – aumentando em 80% a taxa de cobertura da vacinação e das consultas pré-natal.[26] O governo tem procurado ultrapassar os constrangimentos de capacidade através de parcerias e da encomenda de serviços a uma série de fornecedores – públicos, privados e organizações não-governamentais (ONG) – a todos os níveis.

No estado de Bengala Ocidental, Índia, onde determinadas autoridades locais (panchayats) detêm poderes próprios muito antes do governo nacional exigir que todos os governos estaduais as criassem e dotassem de poderes, a pobreza diminuiu acentuadamente na década de 1980.[27] No âmbito da Operação Barga, os panchayats contribuíram para a melhoria da tecnologia agrícola e para a reforma do sistema de propriedade fundiária. Ao mesmo tempo, contribuíram para o registo de 1,4 milhões de rendeiros agrícolas.

Desde finais dos anos de 1980, o Mazdoor Kisan Shakti Sangathan (MKSS, ou Organização para o Fortalecimento dos Trabalhadores e Camponeses), do estado indiano do Rajastão, tem vindo a fazer campanha em prol do direito à informação. O MKSS organiza sessões públicas para examinar a informação oficial – contas pormenorizadas elaboradas a partir dos registos de despesas oficiais – e avaliar a sua solidez. Serve-se destas "auditorias sociais" para promover o funcionamento democrático ao nível mais tangível e imediato: o da povoação.

Nas Filipinas, a descentralização tem sido perseguida no quadro do Código da Administração Local, de 1991, o qual confere novas funções aos órgãos eleitos a nível local e procura garantir uma ampla participação. A sociedade civil tem desempenhado um papel activo na promoção da responsabilização dos organismos públicos, a nível local.[28] O principal desafio tem consistido em evitar que as elites locais boicotem o processo.

O fracasso de algumas iniciativas de descentralização parece dever-se à falta de consciencialização das populações e à ausência de uma cultura de participação. Onde a sociedade civil tem exigido responsabilidade e respostas das autoridades locais, a descentralização tem sido mais eficaz.

Assegurar que estes três actores – autoridades do estado, autoridades locais e sociedade civil – interajam de forma a melhorar as condições de vida dos pobres constitui um desafio complexo. Com efeito, a descentralização não tem nada de automaticamente favorável aos mais pobres (caixa 7.4). Pode ser boicotada por grupos dominantes, ou por interesses particulares. No Bangladeche, Costa do Marfim, Gana, Quénia, México, Nigéria, Papua-Nova Guiné e Uganda, as medidas de descentralização não provocaram um aumento do grau de participação, nem resultaram numa melhoria das condições económicas e sociais dos mais pobres. O ambicioso programa de descentralização do Uganda, mal financiado e dirigido centralmente, falhou redondamente devido à sua abordagem excessivamente centralista e tecnocrática e ao sistema patrimonial local.

Os movimentos sociais e as novas formas de participação popular

A acção colectiva directa é uma outra forma das pessoas comuns, particularmente as mais pobres,

CAIXA 7.4

A descentralização ajuda a reduzir a pobreza?

	Resultado	
Região /país	*Participação ou reacção das pessoas pobres*	*Impacte sobre a pobreza social e económica*
Bangladeche	Fraco: algumas melhorias na participação, mas reduzida representação e fraca reacção das pessoas pobres	Fraco em todos os sentidos, minado pela corrupção e protecção política
Brasil	Poucos dados disponíveis, mas considerado como fraco, dado que os sistemas de saque e de protecção política dominados pelos presidentes de câmaras e pelos governadores mais poderosos são ainda dominantes	Bom em equidade e desenvolvimento humano em áreas excepcionais, onde o estado e os programas federais combinaram com a descentralização; fraco em equidade espacial
Chile	Não existem dados disponíveis	Misto: bom em crescimento e equidade, como resultado de políticas direccionadas, mas o desenvolvimento humano e a equidade espacial têm resultados negativos
Colômbia	Razoável: os dados são ambíguos na participação e representação, mas a reacção melhorou	Razoável: poucos dados sobre o crescimento e a equidade, mas resultados bons em desenvolvimento humano e equidade espacial
Costa do Marfim	Fraco: reduzida participação e representação, reacção muito fraca	Melhorias prováveis na equidade espacial, através de afectações governamentais às áreas rurais
Gana	Misto: participação melhorada por parte dos pobres e grupos de comunitários – mas a representação melhorou significativamente e a reacção é muito baixa	Os poucos dados sugerem que os recursos foram demasiado insignificantes para terem muito impacte; a equidade espacial poderá ter melhorado através de afectações governamentais
Karnataka, Índia	Razoável: representação melhorada, mas a participação das pessoas pobres é menos eficaz e a reacção é fraca	Neutro: fez pouco para ajudar o crescimento favorável aos pobres ou a equidade; o desenvolvimento humano e a equidade espacial beneficiaram indirectamente das afectações de financiamento e programas de desenvolvimento
Quénia	Muito fraco: o esquema de descentralização obedeceu a objectivos políticos	Algum impacte sobre a equidade espacial através da redistribuição motivada politicamente
México	Não existem dados, mas pensa-se que o sistema de protecção dominado pelos partidos pouco mudou	Fraco apesar do significativo financiamento central: equidade, equidade espacial e desenvolvimento humano minados pela protecção política
Nigéria	Muito fraco: participação e representação fracas, maus resultados de reacção e falta de responsabilidade	Fraco: maus resultados em equidade e desenvolvimento humano; equidade espacial sujeita a manipulação política e enviesamento urbano
Filipinas	Misto: representação e participação melhorados através das organizações populares e organizações não governamentais (ONG), mas os dados sobre reacção foram contestados – e as elites locais continuam poderosos	Não existem dados
Bengala Ocidental, Índia	Bom: participação, representação e reacção melhoradas	Bom: aumento do crescimento, equidade e desenvolvimento humano; não existem dados sobre equidade espacial

Fonte: Adaptado de Crook e Sturla Sverrisson 2001 (a publicar).

Na Bolívia, a descentralização também aumentou a participação das populações indígenas, em particular nas comunidades Quechua e Aymara

influenciarem a tomada de decisão e exigirem a responsabilidade das autoridades. Os movimentos sociais trouxeram as questões da exclusão e da privação para o centro do debate político. São especialmente activos onde as liberdades democráticas foram recentemente conquistadas – ou permanecem por conquistar. Mais do que meros protestos de rua, estes movimentos exigem mudanças nos processos de tomada de decisão. A descentralização criou novas possibilidades para o engajamento popular a nível local, levando à proliferação do activismo municipal.

A mobilização por melhores condições de vida em Bogotá, Colômbia

Há várias décadas que os habitantes de Bogotá, na Colômbia – particularmente os que vivem nos bairros mais pobres – têm vindo a mobilizar e organizar apoio para a melhoria da qualidade de vida na cidade e redução da violência. Estes esforços têm tido resultados impressionantes. Os moradores da cidade puderam eleger o seu presidente da câmara pela primeira vez, em 1988. Em 1994, elegeram o primeiro presidente independente, Antanus Mockus, acabando com o domínio da cidade pelos partidos liberal e conservador. A ascensão de Mockus foi, em grande medida, o resultado de de esforços de mobilização popular levados a cabo nos bairros pobres. O seu executivo introduziu um plano de desenvolvimento baseado na ideia de "construir uma nova cidade". O executivo seguinte, liderado por Enrique Peñalosa – outro independente –, deu especial atenção à criação de espaços públicos, tais como parques, praças, passeios e pistas para bicicletas.

Estes esforços melhoraram consideravelmente as condições de vida em Bogotá. O número de mortes resultantes de acidentes de automóvel caiu de um máximo de 1.387 em 1995 para 745 em 2001. As taxas de homicídios caíram ainda mais acentuadamente, de um máximo de 4.452 em 1993 para 2.000 em 2001. O mais surpreendente talvez seja a campanha de contribuições voluntárias que aumentou as receitas do município em 500.000 dólares, durante o mesmo período.[29] Um estudo recente de indicadores políticos, fiscais e administrativos, realizado pelo Gabinete de Planeamento Nacional da Colômbia, atribuiu a Bogotá a pontuação mais elevada entre todos os municípios colombianos.[30]

A promoção de uma cultura democrática na Bolívia

O sistema de Participação Popular da Bolívia constitui um exemplo da tendência recente para a descentralização orçamental e administrativa nos países em desenvolvimento.[31] A Lei de Participação Popular, promulgada em 1992, assegura que a descentralização inclui a participação da sociedade civil local e das organizações de base no planeamento municipal e na supervisão dos projectos de desenvolvimento.

Esta abordagem foi conduzida pelos desafios que as organizações locais da sociedade civil enfrentam e reflectiu a longa tradição boliviana de participação da comunidade, tanto nas culturas indígenas como nos sindicatos operários e mineiros. A Lei de Participação Popular dividiu o país em 314 municípios, que recebem financiamento central para projectos baseados nas suas populações.

Embora estas reafectações tenham tido resultados mistos na redução da pobreza, no entanto, conseguiram reduzir as desigualdades espaciais através da provisão de recursos às regiões – tais como as áreas rurais remotas – anteriormente negligenciadas. A descentralização também aumentou a participação das populações indígenas, em particular nas comunidades Quechua e Aymara. Um dos efeitos mais importantes deste novo sistema tem sido a promoção de uma cultura democrática inclusiva.

A consciencialização em relação ao HIV/SIDA na Tailândia

Desde o início da década de 1990, a Associação para o Desenvolvimento Populacional e Comunitário da Tailândia, uma organização não-governamental (ONG) anteriormente dedicada à questão do planeamento familiar, tem dado passos enormes no aumento da consciencialização em relação ao HIV/SIDA. A associação ajudou a promover informação obrigatória, transmitida pela rádio e televisão durante 30 segundos em cada hora. Contribuiu também para a criação de um programa nacional de educação em relação à SIDA. E lançou, nos bairros de sexo mais frequentados de Banguecoque, as iniciativas "noites de preservativo" e "espectáculos de beleza Miss Anti-SIDA", que proporcionaram uma oportunidade para educar grupos de alto risco – prostitutas e seus clientes – e para distribuir preservativos.

Este tipo de esforços tem ajudado a reduzir os novos casos de HIV, sublinhando a importância da

mobilização local. A consciencialização da população, a promoção do uso de contraceptivos e o fomento da participação e apoio locais são, por isso, essenciais para alcançar o Objectivo de Desenvolvimento do Milénio de inverter a propagação do HIV/SIDA, malária e outras doenças infecciosas.

A introdução do género no centro das políticas orçamentais da África do Sul

Em 1995, foi lançada na África do Sul a Iniciativa Orçamental das Mulheres foi estabelecida pelo Grupo de Política Económica e Género do Comité Parlamentar de Finanças e por duas ONG de acção política dedicadas à investigação e defesa de direitos. Ao associar deputados e investigadores, foi assegurado que o trabalho de investigação seria concretizado em termos de defesa de direitos – ao mesmo tempo que os deputados eram dotados de uma base sólida para as suas defesas. Longe de se limitar à economia, esta iniciativa adoptou uma abordagem multidisciplinar, integrando questões que a análise económica convencional não trata. Estes descuidos têm resultado, frequentemente, em políticas cegas relativamente ao género. Esta iniciativa documentou esta cegueira ao género, bem como a emergência do problema do HIV/SIDA.

Este trabalho foi alargado pelo Programa de Defesa dos Direitos das Mulheres, uma ONG feminina, que desenvolveu investigações na Província do Cabo Ocidental sobre as afectações orçamentais de 2000 relacionadas com a Lei da Violência Doméstica de 1998. Com o apoio da administração da província, este estudo analisou as dotações orçamentais dos diversos departamentos (justiça, protecção e segurança, bem-estar) responsáveis pela execução da lei. Embora estas iniciativas sejam ainda demasiado recentes para afectar os resultados das políticas, constituem um passo em direcção ao crescimento da participação popular e um contributo para o processo de decisão política.[32]

Estas medidas orçamentais e de formulação de políticas têm grande relevância para os Objectivos, especialmente os da fome, educação, capacitação das mulheres, mortalidade de crianças, saúde materna e HIV/SIDA e outras doenças. A provisão de serviços básicos a grupos e populações alvo melhora os seus resultados, tal como a provisão de serviços específicos aos grupos vulneráveis.

Preparação orçamental participativa em Porto Alegre, brasil

Em Porto Alegre, no estado brasileiro do Rio Grande do Sul, o Partido dos Trabalhadores introduziu a preparação orçamental participativa em 1988, iniciativa que foi fortalecida com as vitórias eleitorais de 1992 e 1996.[33] A preparação orçamental com base no clientelismo foi transformada num sistema deliberativo totalmente responsável e de baixo para cima, baseado nas necessidades dos habitantes da cidade.

Este sistema tem apresentado vários resultados bons.[34] A participação dos cidadãos na preparação e hierarquização das políticas públicas aumentou de forma impressionante. A proporção da população da cidade com acesso a água potável aumentou de 49% em 1989 para 98% em 1996.[35] O número de crianças matriculadas em escolas primárias ou secundárias duplicou no mesmo período.

A experiência de Porto Alegre foi tão bem sucedida que já se espalhou por muitas outras cidades brasileiras, como São Paulo, Santos, Belo Horizonte, Campinas e Vitória, assim como para outros países da América Latina

Tudo isto foi tornado possível por um aumento de 48% na cobrança de receitas locais que acompanhou todo o processo. O financiamento municipal foi redistribuído para financiar intervenções nas áreas pobres da cidade. O sistema de transportes foi alargado para abranger as zonas mais remotas. A qualidade e alcance das obras e serviços públicos – tais como a pavimentação de estradas, construção de habitação social e projectos de desenvolvimento urbano – sofreram uma melhoria significativa. Muitos bairros miseráveis foram urbanizados. O défice de meios de pavimentação das ruas foi eliminado. E a corrupção foi reduzida.

O elevado grau de envolvimento da sociedade civil e a mudança de atitude das autoridades políticas foram extremamente vantajosos para a criação de consensos e para a tomada de decisões. Os representantes das 16 divisões administrativas da cidade reúnem-se duas vezes por ano em assembleias plenárias para discutir as questões orçamentais. Estes eventos são coordenados conjuntamente pelo executivo municipal e por representantes da comunidade, e os participantes incluem executivos camarários, administradores, representantes de associações de moradores, jovens e clubes desportivos, e quaisquer outros moradores interessados.

Uma assembleia anual das 16 divisões administrativas, realizada em Março, avalia o orçamento do ano anterior e elege os representantes que irão par-

ticipar nas reuniões semanais dos três meses seguintes, para decidir as despesas prioritárias da região para o ano seguinte. Esses três meses de preparação para a segunda assembleia regional incluem consultas ao nível de cada bairro acerca de questões como os transportes, saneamento, regulamentação de terras, centros de dia e cuidados de saúde, sendo os resultados apresentados na segunda assembleia. Também nesta segunda assembleia, são eleitos dois delegados e seus substitutos, que irão representar a região no Conselho de Preparação Orçamental Participativa da grande cidade, onde trabalharão durante cinco meses na formulação do orçamento da cidade, incorporando as agendas regionais.

Este conselho é formado pelos delegados de cada área da cidade, por representantes sectoriais eleitos e por delegados em representação do sindicato dos trabalhadores do município, da união das associações de moradores e dos órgãos centrais do município. O conselho reúne semanalmente, entre Julho e Setembro, para formular o orçamento municipal que será apresentado ao presidente do município. No dia 30 de Setembro de cada ano, o orçamento municipal anual é apresentado, podendo ser aprovado ou reenviado para o conselho através do seu veto. O conselho pode, então, efectuar alterações à proposta de orçamento, ou ultrapassar o veto através de uma votação de dois terços.

Esta experiência de preparação orçamental participativa tornou-se popular, com mais de 100.000 pessoas (8% da população adulta) participando na ronda de assembleias regionais de 1996 e nas diversas reuniões intermédias. Este impulso popular tem sido sustentado pelo trabalho de várias organizações da sociedade civil, que têm prestado apoio em numerosas reuniões e na promoção da consciencialização da população, defendendo e investigando para os objectivos comuns da comunidade.

A experiência de Porto Alegre foi tão bem sucedida que já se espalhou por muitas outras cidades brasileiras, como São Paulo, Santos, Belo Horizonte, Campinas e Vitória, assim como para outros países da América Latina. Estas experiências fornecem lições importantes para a formulação de estratégias para enfrentar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, em particular os que estão relacionados com a melhoria das condições de vida dos moradores de bairros miseráveis e com a garantia do acesso sustentável a água potável e saneamento melhorado.

*   *   *

Os exemplos de descentralização e de mobilização local aqui apresentados focam a redistribuição da despesa pública, especialmente para os serviços sociais. No entanto, não respondem a outras questões fundamentais, como o acesso às oportunidades económicas e activos produtivos. É provável que se revelem menos eficazes na pressão política em favor de políticas públicas que contribuam para o crescimento e aumentem os rendimentos das famílias pobres, como sejam as reformas fiscais, a redistribuição de activos ou a promoção do investimento em indústrias geradores de emprego.

Isso não quer dizer que o alcance e a ambição desses esforços sejam modestos. Existem outros compromissos legais e constitucionais face aos quais os governos devem ser responsabilizados e onde a mobilização social pode desempenhar um papel importante: a eliminação da pobreza, provisão de emprego, redução da desigualdade e a progressiva realização e garantia dos direitos humanos. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio colocam estes aspectos na ribalta, pois eles são o cerne do desenvolvimento humano. O caminho para a realização desses Objectivos também é importante e, tal como enunciado na Declaração do Milénio, a melhor maneira de os alcançar é através de formas democráticas e participativas.

CAPÍTULO 8

Política e não caridade: o que os países ricos podem fazer para ajudar a alcançar os Objectivos

Este capítulo analisa o papel dos países ricos no pacto internacional para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, um pacto que impulsiona os compromissos globais de reduzir a pobreza com base na responsabilidade mútua entre países ricos e pobres. Os países pobres têm de melhorar a governação para mobilizar e gerir recursos de forma mais eficaz e equitativa. Os países ricos têm de aumentar a ajuda, o alívio da dívida, o acesso ao mercados e as transferências de tecnologia.

A Declaração do Milénio da ONU e o Consenso de Monterrey (resultado da Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento, realizada em Março de 2002, em Monterrey no México) torna claro que os países pobres são principalmente responsáveis por atingir as Metas 1 a 7. Mas esses quadros também reflectem uma nova abordagem, com os países ricos a basearem mais no desempenho o seu apoio aos países pobres – e a verem-no menos como um direito. Assim, os países ricos aumentarão a ajuda aos países pobres que demonstrarem esforços de boa fé para mobilizar recursos internos, que empreenderem reformas políticas, que reforçarem as instituições e que combaterem a corrupção e outros aspectos da má governação.

Os compromissos feitos pelos países ricos na Declaração do Milénio estão expressos no Objectivo 8 (caixa 8.1). Esses compromissos têm sido reafirmados, desde então, em vários fóruns:

- O Consenso de Monterrey reconheceu a necessidade de um aumento substancial da ajuda, incitando os países doadores a fazer esforços concretos para atingirem a meta de ajuda de 0,7% do rendimento nacional bruto estabelecido em 1970 – e para prosseguirem vigorosamente o alívio da dívida aos países que tomarem medidas para reforçar a governação.
- A declaração ministerial de Doha, emitida na reunião de 2001 da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Doha, Qatar, afirmou as metas de redução da pobreza e comprometeu-se a tornar os interesses dos países pobres centrais para o futuro trabalho dos ministros do comércio. A declaração também se comprometeu com a meta do acesso livre de direitos e de quotas de mercado para os produtos dos países menos desenvolvidos.
- A Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, de Setembro de 2002, realizada em Joanesburgo, África do Sul, reafirmou a necessidade de aumentar a ajuda, incitando os doadores a trabalhar no sentido da meta de 0,7% e a reduzir a dívida insustentável aos países que demonstrem esforços para reforçar a governação. Também apelou aos membros da OMC para cumprirem os seus compromissos sobre acesso ao mercado.

Se o Objectivo 8 for ignorado, é difícil imaginar que os países mais pobres atinjam os Objectivos 1 a 7. Este Relatório mostra o que é necessário para acelerar o progresso em direcção aos Objectivos: atribuir fundos suficientes para investimento social; restaurar a infra-estrutura de saúde que está a desmoronar-se; contratar mais professoras para encorajar mais raparigas a ir à escola; eliminar as desigualdades na despesa pública com o abastecimento de água; garantir os direitos das mulheres à terra; investir na investigação agrícola; procurar novos mercados de exportação; tomar uma quantidade de outras medidas práticas para mudar políticas, melhorar instituições e aumentar investimentos.

Os governos dos países pobres têm de abrir caminho para a tomada dessas medidas, mas não podem tomá-las sozinhos. Na verdade, como defende o Pacto de Desenvolvimento do Milénio, os países que têm as encostas mais íngremes para subir – os países de prioridade máxima e alta – precisarão de grandes injecções de financiamento dos doadores para investir muito mais fortemente na saúde, educação, agricultura, água, saneamento e em infra-estruturas essenciais. Não podem esperar que o crescimento económico gere poupanças internas suficientes e aumente os rendimentos das famílias. Na verdade, esses investimentos nucleares lançam as fundações do crescimento económico.

Além disso, os países pobres enfrentam limitações que só podem ser aliviadas através de mu-

CAIXA 8.1

Objectivo 8 de Desenvolvimento do Milénio

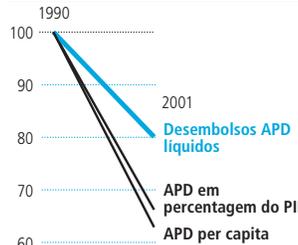
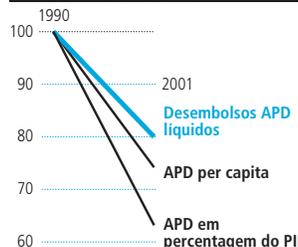
Até 2015, todos os 189 estados membros das Nações Unidas comprometeram-se a:

- Desenvolver um sistema comercial e financeiro mais aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório. Inclui um compromisso de boa governação, desenvolvimento e redução da pobreza – nacional e internacionalmente.
- Tratar das necessidades especiais dos países menos desenvolvidos. Isso inclui o acesso das suas exportações, livres de tarifas e de quotas; maior alívio da dívida para os países pobres altamente endividados; cancelamento da dívida pública bilateral; e ajuda pública ao desenvolvimento mais generosa para os países empenhados na redução da pobreza.
- Tratar das necessidades especiais dos países em desenvolvimento interiores e pequenos estados insulares.
- Lidar de forma integrada com os problemas da dívida dos países em desenvolvimento através de medidas nacionais e internacionais para tornar a dívida sustentável a longo prazo.
- Em cooperação com os países em desenvolvimento, desenvolver trabalho digno e produtivo para os jovens.
- Em cooperação com empresas farmacêuticas, prover o acesso, nos países em desenvolvimento, a medicamentos essenciais e com preços comportáveis.
- Em cooperação com o sector privado, disponibilizar os benefícios das novas tecnologias – especialmente das tecnologias da informação e comunicação.

Fonte: UN 2003b.

FIGURA 8.1
Ajuda – o que é necessário, o que é doado?
Dólares EUA de 2000

Fonte: Total necessário: World Bank e IMF 2001; total doado: OECD, Development Assistance Committee 2003c; *Economist* 2001.

FIGURA 8.2
Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) em declínio
Índice, 1990=100
1990 2001

Fonte: OECD, Development Assistance Committee 2003a.

danças políticas nos países ricos. Muitas vezes enfrentam barreiras ao comércio internacional. Também estão manietados por dívidas externas insuperáveis herdadas das administrações anteriores. E a sua falta de perícia tecnológica exige recursos globais e saber-fazer para resolver problemas de saúde, comunicações e energia.

Ajuda – mais e mais eficaz

Calcular o financiamento externo adicional necessário para atingir os Objectivos é difícil, porque exige informação sobre custos que varia enormemente de país para país. Além disso, as perspectivas de mobilização de recursos internos dependem do crescimento e das reformas futuras. Vários estudos calcularam que a ajuda externa precisará de aumentar 40 a 100 mil milhões de dólares por ano. Uma estimativa conservadora frequentemente citada, da Comissão Zedillo da ONU, pede mais 50 mil milhões de dólares por ano[1] – consistente com a estimativa do Banco Mundial.[2] Isso exigiria que quase duplicasse a ajuda pública ao desenvolvimento de 23 membros da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, levando o total para cerca de 0,43% do rendimento nacional bruto desses países – ainda menos do que o ponto de referência de 0,7% utilizado desde 1970 (caixa 8.2; figura 8.1).

Estes números podem parecer enormes, mas não estão longe da situação antes dos anos de 1990. Entre 1990 e 2001, a ajuda pública ao desenvolvimento caiu de 0,33% para 0,22% do rendimento nacional bruto dos países doadores. Mas essa queda ocorreu principalmente no princípio e em meados dos anos de 1990, e no fim da década a ajuda tinha aumentado consideravelmente. Os últimos dados mostram que essa tendência continua, com a ajuda pública ao desenvolvimento a aumentar 5% entre 2001 e 2002. Todavia, esses recursos ficam muito aquém do que é necessário – particularmente para atingir os Objectivos.

O declínio da ajuda atingiu principalmente as regiões e países que mais necessitam dela. Por exemplo, a África Subsariana e a Ásia do Sul assistiram a quedas dramáticas da ajuda per capita nos anos de 1990 (quadro 8.1; figuras 8.2 e 8.2). Essas tendências descendentes continuaram a inverter-se desde que foi adoptada a Declaração do Milénio da ONU, em 2000, com aumentos anunciados da ajuda de cerca de 16 mil milhões de dólares por ano – para 0,26% do rendimento nacional bruto dos doadores, até 2006.[3] Embora seja um bom começo, isto não é suficiente para satisfazer as necessidades. Para aumentar o financiamento, foram propostas maneiras inovadoras de arranjar fundos nos mercados de capitais (caixa 8.3).

Apesar da meta da ajuda aos países menos desenvolvidos dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, esses países não foram inteiramente protegidos das reduções da ajuda. Dos 49 países menos desenvolvidos, 31 recebem hoje menos ajuda (8,5% do seu PIB médio) do que em 1990 (12,9%).[4]

Desde o princípio dos anos 90, os defensores do desenvolvimento humano têm-se batido pelo aumento da despesa social para pelo menos 20% dos

CAIXA 8.2

Ajuda pública ao desenvolvimento: a meta de 0,7%

A ideia de que os países ricos deviam dar 0,7% do seu PNB para o desenvolvimento mundial começou por ser apresentada em 1969 no Relatório sobre Desenvolvimento Internacional, dirigido pelo antigo Primeiro-Ministro canadiano Lester Pearson. Esse número foi amplamente aceite como objectivo de referência para a ajuda pública ao desenvolvimento. Aprovado pela Assembleia-geral da ONU em 1970, fez parte da estratégia internacional de desenvolvimento para essa década. Mais recentemente:

- A Declaração do Milénio apela aos países ricos para darem uma "ajuda ao desenvolvimento mais generosa".
- O Consenso de Monterrey apela aos "países desenvolvidos que não o tenham feito, para que façam esforços concretos no sentido da meta de 0,7% do PNB como APD (ajuda pública ao desenvolvimento) para os países em desenvolvimento e 0,15% a 0,20% … para os países menos desenvolvidos".
- A Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável também incitou os "países desenvolvidos que não o tenham feito, para realizar esforços concretos no sentido da meta de 0,7% do PNB como APD para os países em desenvolvimento, e a executar realmente os seus compromissos quanto a essa ajuda aos países menos desenvolvidos".

Se os membros da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE (os 23 maiores doadores do mundo) dessem realmente uma ajuda pública ao desenvolvimento igual a 0,7% do seu PNB, ela seria de 165 mil milhões de dólares por ano – três vezes o nível actual e muito acima das estimativas actuais do que é necessário para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Fonte: UN 2002e.

QUADRO 8.1

Recebimentos líquidos da ajuda pública ao desenvolvimento por região, 1990-2001
(Dólares EUA de 2000)

Região	Per capita do beneficiário 1990	Per capita do beneficiário 2001	Percentagem do PIB 1990	Percentagem do PIB 2001
Países em desenvolvimento	15	10	1,61	0,81
Países menos desenvolvidos	33	20	12,92	8,45
Países Árabes	59	18	2,85	1,00
Ásia Oriental e Pacífico	5	4	0,77	0,32
América Latina e Caraíbas	13	12	0,48	0,32
Ásia do Sul	6	4	1,18	0,84
África Subsariana	34	21	6,13	4,55
Mundo	14	10	1,28	0,77

Fonte: OECD, Development Assistance Committee 2003a.

FIGURA 8.3

Ajuda pública ao desenvolvimento, desembolsos líquidos

Fonte: OECD, Development Assistance Committee 2003a.

orçamentos nacionais e da ajuda. Mas a ajuda para serviços sociais básicos – crítica para atingir os Objectivos da saúde, educação, fome e da água e saneamento – continua a ser menos de 15% das afectações bilaterais dos doadores. Está a subir, porém, e a Áustria, Irlanda, Luxemburgo, Holanda, Reino Unido e os Estados Unidos atingiram o objectivo de 20%.

Tornar a ajuda mais eficaz

Aumentar a ajuda não será suficiente. Como conclui um estudo recente do Banco Mundial, em momentos diferentes e em locais diferentes, a ajuda tem sido "altamente eficaz, totalmente ineficaz e tudo o que fica no meio".[5] A ajuda contribuiu para muitos dos espectaculares êxitos de desenvolvimento das últimas décadas – a Indonésia e a Coreia do Sul nos anos de 1970, a Bolívia e o Gana nos anos de 1980, o Uganda e o Vietname nos anos de 1990. Os programas internacionais lançaram a revolução verde e os esforços para controlar a cegueira dos rios e expandiram as vacinações contra doenças infantis. Mas houve demasiada ajuda que foi para países com corrupção desenfreada e políticas mal orientadas – condições em que a ajuda só pode ser esbanjada.

Que se deveria fazer para garantir que a ajuda seja mais eficaz, especialmente na aceleração dos progressos em direcção aos Objectivos? Há três questões que dominaram as análises recentes – governação mais forte, maior controlo nacional e melhores práticas de

CAIXA 8.3

New financing for the Goals

Promessas desde Monterrey

Na Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento, de 2002, realizada em Monterrey, México, a comunidade internacional concordou com uma abordagem do desenvolvimento coerente e assente em princípios – e com o primeiro aumento da ajuda desde há 20 anos, com mais 16 mil milhões de dólares por ano até 2006 (incluindo as promessas feitas desde a Conferência).

Os Estados Unidos quase duplicarão a ajuda pública ao desenvolvimento – para 15 mil milhões de dólares por ano – até 2006. A União Europeia aumentará a ajuda para 0,3% do PNB até 2006 – cerca de 11 mil milhões de dólares a mais por ano. Entre os membros individuais:

- A Áustria prometeu atingir 0,33% do rendimento nacional bruto (RNB) até 2006.
- A Bélgica prometeu atingir 0,7% do RNB até 2010.
- A Finlândia prometeu atingir 0,4% do RNB até 2007.
- A França prometeu atingir 0,5% do RNB até 2007.
- A Alemanha prometeu atingir 0,33% do RNB até 2006.
- A Grécia prometeu atingir 0,33% do RNB até 2006.
- A Irlanda prometeu atingir 0,7% do RNB até 2007.
- A Itália prometeu atingir 0,33% do RNB até 2006.
- O Luxemburgo prometeu atingir 1,0% do RNB até 2005.
- A Holanda prometeu atingir 1,0% do RNB até 2005.
- Portugal prometeu atingir 0,33% do RNB até 2006.
- A Espanha prometeu atingir 0,33% do RNB até 2006.
- A Suécia prometeu visar 1,0% do RNB até 2006.
- O Reino Unido concordou em atingir 0,4% do RNB até 2005-06.

Outros doadores também fizeram importantes promessas. O Canadá concordou em aumentar a ajuda em 8% ao ano, ou em cerca de 1,7 mil milhões de dólares – até 2010 isso atingiria 0,28% do seu RNB. A Noruega concordou em elevar a ajuda de 0,92% do RNB para 1,0% até 2005, o equivalente a um aumento anual de 250 milhões de dólares. A Suíça concordou em aumentar a ajuda para 0,37% do RNB até 2010. E a Austrália concordou com um aumento real de 3% em 2002-03.

Uma proposta para um novo mecanismo de financiamento

O Reino Unido propôs a criação de um novo mecanismo – uma facilidade financeira internacional – para prover ajuda previsível e estável aos investimentos necessários para atingir os Objectivos até 2015. Essa facilidade temporária arranjaria fundos até 2015. Os doadores fariam promessas, a longo prazo, de pagamentos anuais à facilidade, que depois arranjaria os fundos emitindo obrigações nos mercados internacionais de capitais – disponibilizando os recursos agora, quando são necessários.

Fonte: UN 2002a; United Kingdom, Her Majesty's Treasury 2003; OECD, Development Assistance Committee 2003d.

A falta de coordenação dos doadores pode minar as prioridades do receptor. Tem criado um fardo dispendioso para os países receptores onde os serviços públicos já estão demasiado sobrecarregados

ajuda – que são centrais para os princípios de uma parceria mais forte que emergiram das conferências de Joanesburgo e de Monterrey.

A governação – as políticas e as instituições que regulam a interacção entre indivíduos e grupos na sociedade – é considerada parte das fundações do crescimento sustentado e do desenvolvimento humano. Assim, muitos doadores declararam o seu apoio aos esforços para reforçar a governação – e deram apoio para a reforçar, principalmente através de cooperação técnica. Combater a corrupção, adoptar políticas macroeconómicas sãs e pôr em prática sistemas eficientes e responsáveis para a utilização dos recursos públicos é fundamental para assegurar que os recursos externos não sejam desperdiçados. A predominância da lei, uma aplicação sã dos contratos e instituições públicas de regulação fortes são importantes para fazer funcionar uma economia de mercado. Estes são elementos importantes de uma boa governação económica.

Mas há outras dimensões da governação que também são importantes. Como defende o Relatório do Desenvolvimento Humano 2002, o desenvolvimento humano exige uma governação democrática que responda às necessidades das pessoas pobres. A governação democrática exige mais do que políticas e instituições que assegurem serviços públicos eficientes. Exige instituições e regras justas, bem como processos de decisão que dêem uma palavra às populações e lhes permitam responsabilizar as autoridades. Portanto, as instituições políticas que aumentarem a voz das populações e a responsabilidade do governo são importantes para acelerar os progressos em direcção aos Objectivos – embora uma agenda a favor dos pobres pudesse ir contra os interesses estabelecidos das elites (ver capítulo 7).

Muitos países puseram em prática programas para reforçar a governação democrática. A África lançou uma importante iniciativa regional, a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África, que põe grande ênfase na governação. E muitos doadores fizeram do apoio à governação uma prioridade.

A segunda questão, controlo nacional, tem a ver com os países se responsabilizarem. Uma lição dos anos de 1990 é que as reformas políticas não são postas em prática se não estiverem profundamente incrustadas num compromisso nacional envolvendo todos os interessados de um país. Isso reforça as conclusões dos estudos de governação de que a participação é importante. A maneira como as decisões são tomadas – o processo – é importante. Mas o controlo nacional é difícil de alcançar quando a capacidade e o poder são desiguais. A maioria dos países pobres carece, não só de recursos financeiros, mas também de capacidade institucional e humana para gerir e conduzir o desenvolvimento. As agências de ajuda queixam-se, muitas vezes, de fraquezas institucionais nos países receptores que os "obrigam" a encarregar-se da concepção das intervenções de ajuda. Mas essa assimetria tem consequências indesejáveis para a apropriação. Encontrar mecanismos de ajuda que minimizem o fardo para os países receptores é um desafio importante para tornar a ajuda mais eficaz.

A última questão faz parte, há muito tempo, do debate sobre como tornar a ajuda mais eficaz: ajuda ligada e coordenação dos doadores. A ajuda ligada é dispendiosa para os países receptores, porque limita as escolhas para fazer a utilização mais económica dos recursos. Um estudo recente do Banco Mundial calcula que a ajuda ligada seja 25% menos eficaz do que a ajuda não ligada.[6] Os membros da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE concordaram em reduzir (e informar sobre) a ajuda ligada e esta diminuiu para cerca de um quinto do total da sua ajuda. Mas continua a ser elevada em relação a alguns países – representando mais de metade da ajuda de cooperação não técnica do Canadá, Grécia e Itália, enquanto quatro países (Áustria, Nova Zelândia, Luxemburgo e Estados Unidos) não dão informações sobre isso.

A falta de coordenação dos doadores pode minar as prioridades do receptor. Tem criado um fardo dispendioso para os países receptores onde os serviços públicos já estão demasiado sobrecarregados. Os ministros recebem dezenas de missões de doadores e o seu pessoal passa imenso tempo a preparar documentos, em várias fases do processo do projecto de ajuda – desde a preparação até à execução, passando pela negociação. Os funcionários públicos, que deviam estar a conceber políticas e a executar programas, em vez disso, gastam o seu tempo a receber missões de doadores e a preparar relatórios para os doadores. Em Fevereiro de 2003, os chefes das agências bilaterais de doadores e das instituições multilaterais encontraram-se num fórum de alto nível para analisar estas questões. A Declaração de Roma sobre Harmonização, adoptada na reunião, reflecte um forte compromisso para com a acção.[7]

Que se deveria fazer?

Atingir os Objectivos exigirá programas de ajuda muito mais ambiciosos que combatam os cons-

trangimentos de recursos, políticas e institucionais. Como salientou o Pacto de Desenvolvimento do Milénio, a ajuda deve incidir nos países mais pobres. Mas injecções maciças de recursos – financeiros e técnicos – podem criar distorções, esmagar programas nacionais fracos e criar dependência de recursos.

Para evitar essas consequências, os recursos externos devem ser incrustados em programas e processos dominados nacionalmente. Isso exige a integração dos Objectivos e das suas metas em processos nacionais de preparação de orçamentos, programação e planeamento – aos níveis local, sectorial e nacional – que identifiquem os recursos de financiamento externo. Falta avaliar o hiato entre os recursos externos actuais e as políticas internas e os recursos externos e as reformas políticas necessárias para atingir os Objectivos.

A maioria dos países de prioridade máxima e alta já está a utilizar Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza como quadros para acordos com parceiros externos. Como se propôs no Pacto, esses documentos deviam avaliar o que é necessário para atingir os Objectivos. No pé em que as coisas estão, os documentos fixam metas baseadas no que pode ser alcançado realisticamente, tendo em conta os recursos disponíveis e as instituições e políticas existentes. Em vez disso, os hiatos entre os fundos necessários para atingir os Objectivos e os fundos já disponíveis devem ser identificados, bem como as fraquezas de capacidade e governação que precisam de ser vencidas através de reformas políticas e institucionais. Determinar a maneira de vencer esses hiatos e integrar os resultados no quadro dos Documentos de Estratégia de Redução da Pobreza deverá ser negociado país a país.

A coordenação e o diálogo locais também podem reforçar o consenso sobre as prioridades entre doadores e governos dos países em desenvolvimento. A Tanzânia mostra como a ajuda local pode ser coordenada com base num Documento de Estratégia de Redução da Pobreza (caixa 8.4).

Os recursos para os Objectivos também podiam ser canalizados através de programas multilaterais subfinanciados, como o Fundo Mundial para Combater o HIV/SIDA, Tuberculose e Malária, o Grupo Consultivo sobre Investigação Agrícola Internacional e o Quadro Integrado para o Desenvolvimento de Capacidade no Comércio.

Os hiatos entre os fundos necessários para atingir os Objectivos e os fundos já disponíveis devem ser identificados, bem como as fraquezas de capacidade e governação que precisam de ser vencidas através de reformas políticas e institucionais

CAIXA 8.4

Fazer funcionar as parcerias lideradas pelo governo, na Tanzânia

O governo tanzaniano e os seus parceiros de desenvolvimento estão a prosseguir duas abordagens complementares para melhorar a coordenação da ajuda. A Estratégia de Redução da Pobreza do país estabelece um programa de desenvolvimento nacional coerente e estratégico. É apoiado pela Estratégia de Ajuda à Tanzânia, que delineia o papel dos parceiros.

O resultado é um processo para coordenar a ajuda externa, liderado pelo governo e amplamente apoiado. Alcançar isto não foi fácil, porém. Quando a Tanzânia, um importante receptor de ajuda, perdeu velocidade nas suas reformas económicas e estruturais, em 1995, os parceiros tiveram sérias preocupações sobre a governação e a responsabilização. Como resultado, os parceiros avaliaram o seu relacionamento com a Tanzânia e, talvez pela primeira vez, consideraram as suas próprias práticas e começaram a envolver-se mais construtivamente com o governo – abstendo-se da condicionalidade a favor da promoção do controlo nacional e do empreendimento de tentativas concertadas para desenvolver a capacidade. Uma avaliação independente da parceria de desenvolvimento, de 2002, encontrou as relações muito melhoradas, proporcionando uma base mais sólida para a redução sustentável da pobreza.

A Estratégia de Ajuda à Tanzânia fixa prioridades do governo para a construção de capacidade, utilizando sistemas nacionais de gestão da ajuda, em vez de sistemas paralelos. Também encoraja os parceiros do desenvolvimento a prover financiamento mais previsível. Isso reforçaria o planeamento, aumentaria o impacte da ajuda (através de melhor coordenação), promoveria a sustentabilidade e aumentaria a supervisão e a responsabilização.

A liderança do governo no processo – completada por reformas da gestão financeira, dos governos locais e da função pública – significa que a Estratégia de Redução da Pobreza se revelou como o quadro político de cúpula do país. A estratégia integra programas sectoriais e temáticos e o diálogo entre governo e parceiros está estruturado em torno da sua execução. Um forte compromisso do governo com a redução da pobreza assegurou que a estratégia inspira o orçamento nacional e todos os programas sectoriais. Além disso, um Sistema de Monitorização da Pobreza, inovador e abrangente, assegura um feedback constante entre as dotações de recursos (internos e externos) e resultados relacionados com a pobreza, enquanto a Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento da Tanzânia constitui um elemento importante para criar consenso entre todos os parceiros. Quando conjugadas com um forte enquadramento político, com o provado controlo nacional e com os esforços concertados para desenvolver capacidade interna, as experiências positivas do país põe em relevo muita coisa que poderia ser reproduzida noutros lados.

Fonte: Hendra e Courtnadge 2003.

As afectações da ajuda baseadas em selectividade política ajudarão os países com políticas boas e instituições fortes. Mas deixarão para trás os países com políticas más e instituições fracas

Enfrentar a selectividade da ajuda: desempenho do país em relação às necessidades. Para tornar a ajuda mais eficaz, os doadores estão a avançar para uma maior selectividade política. Os doadores que fizeram promessas na conferência de 2002 em Monterrey enviaram uma mensagem clara: canalizarão mais recursos para países que demonstrem um compromisso com a redução da pobreza, adoptando políticas a favor dos pobres, tomando medidas para melhorar a governação e alcançando alguns resultados na direcção certa – em vez de apenas declararem intenções e expectativas. Sem uma governação económica sã, é provável que as grandes injecções financeiras sejam desperdiçadas. E sem governação democrática que dê voz ao povo, os esforços de desenvolvimento não darão poder às pessoas pobres.

A ajuda dada na ausência dessas condições prévias, motivada por outros interesses que não a erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável, tem pouco impacte. Mas se selectividade significa ausência de ajuda, os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio não podem ser atingidas. As afectações da ajuda baseadas em selectividade política ajudarão os países com políticas boas e instituições fortes. Mas deixarão para trás os países com políticas más e instituições fracas. Esses países precisam não só de recursos financeiros, mas também de apoio – cooperação técnica – para reforçar a capacidade política e institucional. Isso não exige grandes quantias de financiamento, mas é um elemento importante da ajuda externa que também precisa de ser feito correctamente, como se discute a seguir.

Reforçar a capacidade política e institucional. Para muitos países, o reforço de políticas e instituições – reforma da governação – é onde precisam de mais ajuda externa. Criar essa capacidade devia ser um enfoque da ajuda ao desenvolvimento, embora não uma parte predominante dos recursos financeiros atribuídos. Não exige financiamento, mas cooperação técnica para o desenvolvimento de capacidade.

Mas a cooperação técnica tem uma história mista. Tem sido muito mais eficaz a “fazer o trabalho” do que a desenvolver a capacidade nacional. Muitas avaliações concluíram que uma vez terminado o apoio externo, as actividades do projecto também terminam – e seja qual for a capacidade desenvolvida, ela dissipa-se. Durante mais de uma década, os doadores e os receptores debateram as limitações subjacentes à capacidade de desenvolvimento e procuraram abordagens mais eficazes. Por exemplo, a abordagem convencional de enviar consultores estrangeiros para formarem membros do pessoal nacional pode minar a autoconfiança do pessoal nacional. E enviar pessoal nacional ao estrangeiro para formação orientada para diplomas pode, simplesmente, aumentar a drenagem de cérebros.

No princípio dos anos de 1990 a Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE adoptou novos princípios para a cooperação técnica.[8] Embora esses princípios se mantenham válidos, não foram totalmente aplicados. Um trabalho recente do PNUD reclama um novo paradigma e novos princípios para o desenvolvimento da capacidade, que reconheçam que a capacidade importa tanto para o desenvolvimento como as políticas económicas, que a capacidade não é apenas individual, mas institucional e social, e que o conhecimento não pode ser transferido mas tem que ser aprendido. A nova abordagem também reclama novas práticas para fazer funcionar o desenvolvimento da capacidade (caixa 8.5).

Dar ajuda a países em conflito ou em recuperação pós-conflito. O conflito político violento é um obstáculo importante aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Cerca de 60 países estão em conflito, ou a recuperar recentemente de um conflito – muitos deles entre os países de prioridade máxima e alta. É decisivo para os doadores apoiar esses países nas suas crises, indo além da ajuda humanitária e até à ajuda ao desenvolvimento. Alguns doadores recusam-se a apoiá-los porque os recursos podiam ser desviados para financiar esforços de guerra. Mas a experiência mostra que negar ajuda a esses países resulta em maior sofrimento humano e não apressa o fim do conflito.[9] Claro que os doadores deviam ter consciência dos desvios potenciais da ajuda, como quando são roubados abastecimentos de socorro, ou a ajuda é usada para benefício político, ou para mais terror.

Apoiar a autoridade do estado também é decisivo – porque quando o estado se desmorona, a economia também se desmorona, minando o bem-estar humano. Muitos países mostraram um êxito notável na sustentação da prestação de serviços essenciais durante o conflito – ou mesmo aumentando-os, alcançando significativos ganhos de desenvolvimento humano, como na Guatemala, Nicarágua e no Sri Lanka (ver capítulo 3). Muitas vezes, isso deu-se graças ao trabalho de organizações não governamentais (ONG), comunidades locais e organizações humanitárias estrangeiras ainda capazes de chegar a pessoas necessitadas.

CAIXA 8.5

Recentrar a cooperação técnica no desenvolvimento da capacidade

A importância do controlo pelo país e da capacidade nacional é reconhecida há muito, mas a cooperação técnica, muitas vezes, preocupa-se mais em fazer o trabalho e menos em desenvolver capacidade. Dez princípios oferecem propostas de partida para os participantes nacionais e parceiros externos à procura de abordagens prometedoras da criação de capacidade:

- *Pensar e agir em termos de resultados de capacidade sustentável.* O desenvolvimento da capacidade está no centro do desenvolvimento. Todas as acções deviam ser analisadas para ver se servem este fim.
- *Não corram.* O desenvolvimento de capacidade é um processo de longo prazo, incompatível com pressões de entrega, soluções rápidas ou resultados a curto prazo. O empenhamento no desenvolvimento da capacidade precisa de ter um horizonte temporal fiável e de longo prazo.
- *Analisar globalmente, reinventar localmente.* Não há esquemas: desenvolvimento da capacidade significa aprender. Aprender é um processo voluntário que exige compromisso e interesse genuínos. O conhecimento não pode ser transferido, tem que ser adquirido.
- *Usar as capacidades existentes em vez de criar novas.* Isso implica utilizar principalmente o saber nacional, reforçar as instituições nacionais e proteger o capital social e cultural.
- *Integrar contribuições externas nas prioridades, nos processos e nos sistemas nacionais.* As contribuições externas precisam de corresponder à procura nacional e de responder às necessidades e possibilidades nacionais. Quando os sistemas nacionais não são suficientemente fortes, precisam de ser reformados e reforçados, mas não de serem ultrapassados.
- *Criar incentivos para desenvolvimento da capacidade.* As distorções do emprego público são os principais obstáculos ao desenvolvimento da capacidade. Motivos ulteriores e incentivos perversos precisam de estar alinhados com o objectivo de desenvolvimento da capacidade.
- *Mentalidade de desafio e diferenciais de poder.* O desenvolvimento da capacidade não é neutro em relação ao poder e é difícil desafiar interesses instalados. Estabelecer um diálogo franco e caminhar para uma cultura colectiva de transparência é essencial para vencer esses desafios.
- *Manter-se empenhado em circunstâncias difíceis.* A mais fraca é a capacidade, a maior é a necessidade. Capacidade fraca não é argumento para se retirar, ou para empurrar agendas externas. As pessoas não deviam ser reféns da governação irresponsável.
- *Ser responsável para com os beneficiários últimos.* Mesmo que os governos não sejam receptivos às necessidades do seu povo, os parceiros externos precisam de ser responsáveis para com os seus beneficiários últimos e de ajudar a responsabilizar as autoridades nacionais. As abordagens precisam de ser discutidas e negociadas com interessados nacionais.
- *Respeitar valores e estimular a auto-estima.* A imposição de valores alheios pode minar a confiança. A auto-estima está na raiz do controlo e da capacitação.

Fonte: Lopes e Thieson 2003.

Melhorar as práticas de ajuda. Os princípios fundamentais que deviam governar as práticas de ajuda de doadores e receptores – para assegurar que a ajuda chegue às pessoas pobres – foram recentemente resumidos pelo antigo presidente boliviano Jorge Quiroga.

Para os países doadores:

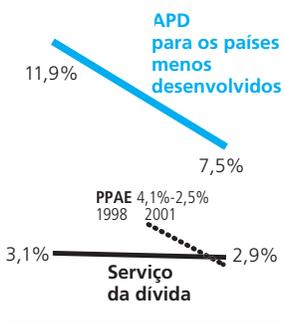
- *Tomada de decisão descentralizada.* Muitas decisões dos doadores ainda estão centralizadas nas capitais dos doadores, onde as decisões se baseiam em conjecturas sobre limitações e prioridades locais – acerca de questões como a água, escolas e saneamento, que estão no centro da realização dos Objectivos. Descentralizar a decisão do doador para níveis nacionais melhora o papel dos receptores e aumenta a sua apropriação.
- *Ajuda não ligada.* Sendo a ajuda ligada financeiramente tão dispendiosa para os países receptores, desligá-la dar-lhes-ia mais opções e seria mais concessional e menos propenso à corrupção.
- *Ajuda concessional.* A ajuda para a maioria dos países de prioridade máxima e alta – especialmente para aqueles que estão fortemente endividados ou menos desenvolvidos – deviam ser donativos, porque mais empréstimos só aumentariam os fardos da dívida já insustentáveis.
- *Coordenação dos projectos e programas pelos doadores.* Melhor coordenação entre os doadores aliviaria os fardos administrativos para os governos dos países pobres e ajudaria os governos a alinhar as contribuições dos doadores com as prioridades nacionais. Recentes experiências mostraram o valor de programas sectoriais para sistemas de saúde (ver capítulo 4). Os doadores também devem financiar custos recorrentes – muitas vezes um estrangulamento crítico.
- *Responsabilidade perante o público baseada em resultados dos programas.* Todos os mecanismos de ajuda deviam ser sublinhados pela responsabilidade. Mas a responsabilidade nas relações de ajuda é muitas vezes unilateral, com ênfase na responsabilidade legal dos receptores para com os doadores e dos doadores para com os contribuintes. Outro aspecto da responsabilidade é ainda mais importante – para os beneficiários, enquadrada não no dinheiro gasto, mas nos resultados.

Para os países receptores:

- *Governo local e descentralização.* Governos locais, mais próximos das pessoas e mais receptivos, podem ser os principais condutores da expansão da saúde, da educação e doutros serviços fundamentais – se existirem as outras condições (ver capítulo 7).
- *Reforma institucional para combater a corrupção e promover a governação democrática.* Combater a corrupção exige instituições fortes. As instituições democráticas dão ás pessoas uma palavra e responsabilizam os decisores perante o público.

FIGURA 8.4

Para os mais pobres: apanhados entre a diminuição da ajuda e o nível da dívida

Percentagem do PIB nos países menos desenvolvidos, 1990-2001

Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em dados de OECD, Development Assistance Committee 2003c e dados do serviço da dívida, de World Bank 2003i.

- *Participação popular em actividades de desenvolvimento.* Participação mais generalizada produz geralmente melhores resultados de desenvolvimento, particularmente para as pessoas pobres.
- *Transferência progressiva e mais equitativa de recursos.* O mais frequente é os recursos serem transferidos de forma não equitativa – e isso precisa de ajustamento.
- *Supervisão pela sociedade civil, indivíduos e ONG.* Uma cidadania alerta é essencial para assegurar a responsabilidade das instituições públicas e dos decisores.

Perdão da dívida – mais rápido e mais profundo

Muitos dos países de prioridade máxima e alta estão extremamente endividados, com dois terços (31 em 59) elegíveis para alívio da dívida ao abrigo da iniciativa Países Pobres Altamente Endividados (PPAE). (Só 11 dos 42 PPAE é que não estão entre os países de prioridade máxima ou alta.) Importante para atingir os Objectivos, o alívio da dívida ajudará a colocar esses países num caminho de desenvolvimento sustentável e a libertar recursos que poderiam financiar mais despesa social e outros investimentos prioritários identificados no Pacto de Desenvolvimento do Milénio.

Cumprir os compromissos do alívio da dívida

Desde meados dos anos de 1990, os países doadores têm-se comprometido a tratar da crise da dívida dos países pobres e a assegurar que ninguém enfrente um fardo de dívida que não possa gerir (figura 8.4). Em 1996, os doadores introduziram a indicativa PPAE para reduzir a dívida e libertar fundos para apoiar a redução da pobreza (caixa 8.6). A estimular esta iniciativa sem precedentes estava a pressão do Jubileu 2000, uma campanha mundial para acções em matéria de alívio da dívida. Os participantes na campanha argumentavam, convincentemente, que as dívidas dos países em desenvolvimento a instituições bem financiadas como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial e a governos de países ricos eram um fardo injusto que pesava sobre as pessoas pobres, que estavam a pagar dívidas muitas vezes contraídas por líderes corruptos já desalojados. Argumentavam que essas dívidas estavam a tirar recursos escassos de orçamentos governamentais, deixando pouco para cuidados de saúde, escolas e água limpa.

Os países doadores tinham outra razão para cancelar parte da dívida. Estavam presos a "empréstimos defensivos" – rondas intermináveis de reescalonamento da dívida e novas doações e empréstimos para ajudar países pobres a pagar velhos empréstimos, o que não é uma boa utilização do novo dinheiro da ajuda.[10]

Até ao princípio de 2003, a iniciativa PPAE tinha beneficiado 26 países.[11] Oito países atingiram os seus pontos de conclusão, significando que parte da dívida foi esquecida. Outros 18 países atingiram os seus pontos de decisão, significando que começarão a beneficiar do alívio do serviço da dívida.

CAIXA 8.6

O que é a iniciativa dos Países Pobres Altamente Endividados?

A iniciativa Países Pobres Altamente Endividados (PPAE), lançada em 1996 pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial e aprovada por 180 governos, tem dois objectivos principais. O primeiro é aliviar certos países de rendimento baixo da sua dívida insustentável aos doadores. O segundo é promover a reforma e políticas sãs para o crescimento, o desenvolvimento humano e a redução da pobreza.

A estrutura PPAE melhorada, aprovada em 1999, introduz critérios mais alargados de elegibilidade e aumenta o alívio da dívida. Para serem elegíveis, os países tem que ser elegíveis para ajuda altamente concessional, como seja a da Associação Internacional de Desenvolvimento, do Banco Mundial, e a da Facilidade para a Redução da Pobreza e o Crescimento, do FMI. Além disso, os países têm de enfrentar uma dívida insustentável mesmo depois da aplicação total dos mecanismos tradicionais de alívio da dívida. Também têm que ter uma história comprovada de execução de estratégias orientadas para a redução da pobreza e a criação das bases para o crescimento económico sustentável.

O alívio da dívida ocorre em duas fases:

- No ponto de decisão, o país recebe alívio do serviço da dívida depois de ter demonstrado a adesão a um programa do FMI e progressos no desenvolvimento de uma estratégia nacional para a pobreza.
- No ponto de conclusão, o país recebe alívio do stock da dívida mediante aprovação pelo Banco Mundial e pelo FMI do seu Documento de Estratégica de Redução da Pobreza. O país tem direito a pelo menos 90% de alívio da dívida pelos credores bilaterais e multilaterais, para tornar os níveis da dívida sustentáveis.

Dos 42 países participantes na iniciativa, 34 são da África Subsariana. Nenhum tinha um rendimento per capita acima de 1.500 dólares (em termos de paridade do poder de compra) em 2001, e todos tinham baixa classificação no índice de desenvolvimento humano. Entre 1990 e 2001, os PPAE cresceram à média de apenas 0,5% ao ano.

Os PPAE estão excessivamente endividados há pelo menos 20 anos: segundo os padrões dos países pobres, os seus rácios da dívida em relação às exportações já eram elevados nos anos de 1980. Ao mesmo tempo, os PPAE receberam considerável ajuda pública ao desenvolvimento. As transferências líquidas dessa ajuda registaram uma média de cerca de 10% do seu PNB nos anos de 1990, contra cerca de 2% para todos os países pobres. Até à data, 16 PPAE atingiram o ponto de decisão e 8 atingiram o ponto de conclusão (Benin, Bolívia, Burkina Faso, Mali, Mauritânia, Moçambique, Tanzânia e Uganda).

Fonte: World Bank 2003c; IMF e IDA 2003; Birdsall, Williamson e Deese 2002.

Para esses países, o serviço da dívida diminuiu de 3,7 mil milhões de dólares em 1998 para 2,2 mil milhões em 2001, ou de 17,5% das exportações para 9,8%. Os pagamentos anuais do serviço da dívida serão um terço (cerca de 1,2 mil milhões de dólares) mais baixos entre 2001 e 2005 do que entre 1998-99.

Os governos destes 26 países estão a utilizar as suas poupanças da dívida para aumentar a despesa com a educação e a saúde, com cerca de 40% orientados para a educação e 25% para a saúde. O Uganda atingiu quase a escolarização primária universal. O Mali, Moçambique e o Senegal planeiam utilizar a sua dívida libertada para aumentar a despesa na prevenção do HIV/SIDA.[12] Outra análise dos 10 países africanos que atingiram o ponto de decisão mostra claros aumentos da despesa social (figura 8.5).[13]

Todavia, o ritmo do perdão não é rápido nem suficientemente profundo – e não beneficiaram dele países suficientes. Segundo o programa original da iniciativa PPAE, 19 países deviam ter atingido o ponto de conclusão até agora, e não 8. Atingir os Objectivos exigirá mais recursos – pelo menos 50 mil milhões de dólares por ano a juntar aos recursos mobilizados internamente. Mais alívio da dívida pode ajudar a preencher este hiato.

Também há a preocupação de que a iniciativa PPAE não seja adequada para os países escaparem à armadilha da dívida. Dos oito países que atingiram os seus pontos de conclusão, dois voltaram a um rácio do valor actual líquido da dívida em relação às exportações de 150% – o limiar considerado sustentável ao abrigo da iniciativa. As projecções iniciais do FMI e do Banco Mundial de sustentabilidade da dívida foram calculados durante um boom económico mundial. Esta análise dependia de três pressupostos, que desde então se verificou serem claramente optimistas:

- *As exportações aumentariam.* Na próxima década, as exportações teriam que crescer a uma taxa pelo menos dupla da dos anos de 1990, para que os países da PPAE conseguissem suportar o serviço das suas dívidas. Isso exigiria que os termos de troca para esses países melhorassem 0,5% ao ano – ainda que se tivessem deteriorado 0,7% ao ano nos anos de 1990.
- *Os empréstimos diminuiriam.* Está projectado que os novos empréstimos anuais diminuam de 9,5% para 5,5% do PNB, e que as doações projectadas dupliquem. Mas alguns países da PPAE já estão a contrair empréstimos a taxas de juro superiores às esperadas.
- *Os choques não teriam muita importância.* Mas a maioria dos PPAE é vulnerável às secas, às cheias, aos conflitos civis e à queda dos preços das mercadorias.[14]

O que é que se deve fazer?

A iniciativa PPAE não deu suficiente sustentabilidade da dívida para um número suficiente de países e precisa de melhorar mais, especialmente dadas as maiores necessidades de financiamento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. O alívio da dívida é mais eficiente do que a ajuda como forma de os doadores ajudarem os países pobres a atingir os Objectivos, porque o alívio da dívida proporciona financiamento mais flexível. Visa países com necessidade. E sendo não ligado, proporciona apoio orçamental que pode ser aplicado às prioridades nacionais definidas ao abrigo das estratégias de redução da pobreza.

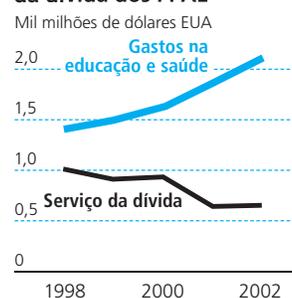
Reforçar as ligações com os Objectivos. Como é recomendado no Pacto de Desenvolvimento do Milénio, as necessidades de financiamento dos Objectivos deviam ser avaliadas explicitamente nos Documento de Estratégia de Redução da Pobreza. As avaliações da sustentabilidade da dívida pelo Banco Mundial e pelo FMI deviam ir além da mera capacidade de servir a dívida, até à libertação de recursos suficientes para atingir os Objectivos.

Mais alívio. A capacidade de servir a dívida devia ser avaliada em relação às necessidades do país para atingir os Objectivos. Para muitos países, isso exigirá o cancelamento total da dívida. O indicador PPAE dívida-exportações para medir a sustentabilidade da dívida tem pouco a ver com as necessidades das pessoas pobres. Se os países devedores e os doadores quiserem evitar o desvio de recursos dos investimentos sociais básicos para pagamentos da dívida, um indicador proposto de sustentabilidade da dívida devia ser o rácio do serviço da dívida em relação ao PNB. Os países ricos podiam estender o alívio da dívida até o serviço da dívida cair abaixo de 2% do PIB. (A maioria dos PPAE recolhe cerca de 20% do PNB em receitas de impostos, e 10% das receitas fiscais seria um montante aceitável a pagar para serviço da dívida.)[15]

Proporcionar maior segurança contra choques. Os PPAE são particularmente propensos a desastres naturais e a colapsos de preços das suas mercadorias de exportação. Uma proposta inovadora pede uma facilidade de contingência. Nos termos dessa proposta, quando um choque resulta em serviço da dívida de mais de 2% do PNB, as finanças externas financiariam o serviço da dívida para além desse limiar.[16]

FIGURA 8.5

Gastos desviados do serviço da dívida para o desenvolvimento humano em 10 países beneficiários do alívio da dívida dos PPAE

Mil milhões de dólares EUA

Fonte: OECD, Development Assistance Committee 2003a.

CAIXA 8.7

Uma proposta de reestruturação da dívida para atingir os Objectivos

Desde 1995, o movimento do Jubileu 2000 tem feito campanha para resolver a crise internacional da dívida. A Investigação do Jubileu, sucessora do movimento, propôs uma abordagem radicalmente nova que seguiria três princípios.

Aplicar justiça e razão à resolução das crises da dívida

Nenhuma das partes de uma crise da dívida poderia actuar como queixosa, juiz e júri no tribunal da dívida soberana.

Reconhecer as responsabilidades de devedores e credores pela crise

Pelos processos actuais, as responsabilidades caem mais pesadamente sobre os devedores. Qualquer avaliação de como deviam ser distribuídos os prejuízos teria em conta os interesses dos credores, mas também a necessidade de proteger os direitos humanos e a dignidade das pessoas da nação devedora.

Assegurar um processo aberto, responsável, transparente

São activos e passivos públicos, e não privados. Reconhecer que há três partes em qualquer crise da dívida – o devedor, os credores e os contribuintes – todos os três deviam participar na resolução da crise. Tal como no Capítulo 9 do código legal dos Estados Unidos, os cidadãos afectados teriam o direito legal de fazer ouvir a sua voz na resolução de uma crise. Essa transparência e responsabilização ajudam a evitar futuras crises.

O governo devedor iniciaria o processo pedindo às Nações Unidas um quadro de arbitragem independente, transparente e responsabilizável. As bases para o enquadramento seriam que os pagamentos do serviço da dívida estavam a comprimir a despesa com direitos humanos básicos, impedindo o país de atingir os Objectivos.

Durante a fase seguinte, seria nomeado um painel de arbitragem independente, com membros nomeados em número igual pelo devedor e pelos seus credores. Esses membros escolheriam um juiz, ou presidente neutro. Ao considerar que parte da dívida seria anulada, o painel exigiria uma completa avaliação dos recursos necessários para o país atingir os Objectivos.

As Nações Unidas seriam responsáveis por assegurar que o processo fosse conduzido de forma transparente, independente e justa – tanto para o devedor como para o credor – e por assegurar que os fundos libertados pelo processo fossem utilizados para atingir os Objectivos.

Fonte: Pettifor e Greenhill 2003.

QUADRO 8.2

Comércio: exploração das oportunidades — ou não

	Exportações de bens, serviços e rendimentos (mil milhões de dól. EUA de 1995) 1990	2001
Desenvolvimento humano elevado	3.959	7.602
Desenvolvimento humano médio	780	1.599
Desenvolvimento humano baixo	41	61

Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em dados das exportações e do deflator do PIB, de World Bank 2003i.

Outras ideias fora dos actuais arranjos da PPAE também merecem consideração. A Investigação do Jubileu, sucessora do Jubileu 2000, propôs um programa de reestruturação da dívida para os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio que seria um processo caso a caso, supervisionado por um painel independente, ou um tribunal que decidiria sobre a petição soberana do devedor para protecção contra credores. Esta abordagem tem o atractivo de colocar o ónus tanto no credor como no devedor (caixa 8.7). Mas pode haver consequências inesperadas – desvio de recursos dos programas de ajuda dos credores. Ao contrário da iniciativa PPAE, o programa também carece de um mecanismo que assegure que os recursos libertados sejam utilizados para a redução da pobreza.

COMÉRCIO – ABRIR MERCADOS, REDUZIR SUBSÍDIOS

Uma razão para o problema da dívida é que tal como os outros países pobres, a maioria dos PPAE depende fortemente das exportações de produtos primárias – que têm sofrido com o declínio dos preços. Os países dependentes dessas exportações estão a ser deixados para trás pelo crescimento económico mundial (ver capítulo 3).[17] Embora a ajuda e o alívio da dívida sejam essenciais para pôr muitos países em desenvolvimento no caminho certo, não são soluções sustentáveis.

MUDAR DE PARCEIROS COMERCIAIS

Para competirem e prosperarem na economia mundial, os países em desenvolvimento precisam de conduzir o seu próprio desenvolvimento. Precisam de se tornar competitivos nos produtos que exportam e diversificar com outros produtos. Mas os países com desenvolvimento humano baixo têm sido lentos a aumentar ou diversificar as suas exportações (quadro 8.2).

Os mercados mundiais altamente competitivos de hoje tornam difícil a diversificação das exportações para países com desenvolvimento humano baixo. Com mercados abertos, as necessidades de capital, tecnologia e recursos humanos aumentaram. Os compradores internacionais de mercadorias exigem alta fiabilidade e qualidade dos fornecedores nos países em desenvolvimento. Estas tendências encorajam mais o conhecimento, as qualificações e a flexibilidade. Também pressionam mais os países mais pobres – que são os que têm menos qualificações, menos poupanças e menos capacidade de se adaptar a ambientes em mudança.[18]

Progressos mais rápidos para atingir os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio – particularmente na educação e na saúde – ajudarão os países a reforçar as suas exportações. Pessoas saudáveis e instruídas tornam a força de trabalho mais adaptável e a economia mais produtiva. Isso altera os padrões de comércio – desde a exportação de mercadorias primárias até aos

QUADRO 8.3
Tarifas e reduções pós Ronda do Uruguai em países e grupos seleccionados
(percentagem)

Categoria do produto	União Europeia		Estados Unidos		Países pobres		Países ricos	
	Tarifa	Redução	Tarifa	Redução	Tarifa	Redução	Tarifa	Redução
Agricultura[a]	15.7	–5,9	10,8	–1,5	17,4	–43,0	26,9	–26,9
Têxteis	8.7	–2,0	14,8	–2,0	21,2	–8,5	8,4	–2,6
Metais	1.0	–3,3	1,1	–3,8	10,8	–9,5	0,9	–3,4
Químicos	3.8	–3,3	2,5	–4,9	12,4	–9,7	2,2	–3,7

a. Os dados excluem a pesca e incluem as equivalentes tarifas das barreiras não tarifárias.
Fonte: Finger e Harrison 1996.

FIGURA 8.6
Vacas e algodão recebem mais ajuda do que as pessoas, 2000

Fonte: Birdsall e Clemens 2003b.

bens mais processados, desde os bens manufacturados de baixa qualificação até aos bens mais intensivos em qualificação.[19]

O QUE É QUE SE DEVE FAZER?

Há enorme campo para os países ricos expandirem o acesso ao mercado e promoverem importações dos países pobres reduzindo direitos e subsídios. A despeito de algumas importantes iniciativas recentes, as políticas comerciais dos países ricos continuam a ser altamente discriminatórias dos produtos produzidos nos países mais pobres – especialmente na agricultura e nos têxteis. A expectativa mais importante dos países pobres na Ronda do Uruguai de negociações comerciais internacionais (1986-94) era que os países ricos abrissem os seus mercados nesses dois sectores. Mas os resultados têm sido muito desanimadores. A protecção na maioria dos países ricos continua a ser extremamente elevada, através de uma variedade de instrumentos.[20]

Tarifas. A maioria dos países ricos aplica tarifas mais elevadas aos produtos agrícolas e a manufacturas simples – exactamente os produtos que os países em desenvolvimento produzem e podem exportar. Na agricultura, as tarifas dos países da OCDE são fortemente enviesadas contra os produtos agrícolas de baixo preço produzidos pelos países em desenvolvimento (quadro 8.3). As tarifas contra as manufacturas dos países em desenvolvimento também continuam a ser altas. Nos anos de 1990, as tarifas médias da OCDE sobre bens manufacturados do mundo em desenvolvimento eram de 3,4%, mais de quatro vezes a média de 0,8% sobre as manufacturas da OCDE. O Bangladeche exporta cerca de 2,4 mil milhões de dólares para os Estados Unidos todos os anos e paga 14% de tarifas – enquanto a França exporta mais de 30 mil milhões de dólares e paga 1% de tarifas.[21] Além disso, a Ronda do Uruguai não alterou as tarifas máximas (superiores a 15%) sobre muitas exportações de países em desenvolvimento – 60% das importações que o Canadá, União Europeia, Japão e Estados Unidos fazem dos países em desenvolvimento estão sujeitas a tarifas máximas.[22]

Os países mais pobres enfrentam frequentemente a subida em flecha das tarifas – tarifas mais elevadas, se tentarem processar as suas exportações em vez de exportar simplesmente produtos primários. Na Nova Zelândia, este “imposto de desenvolvimento” impõe tarifas de 5% sobre o café em grão e de 15% sobre o café moído[23] – e no Japão, tarifas de 0,1% sobre têxteis não processados e de 8,6% sobre têxteis totalmente processados.[24]

Quotas. As quotas de importação são uma versão mais extrema da mesma política. Mais do que apenas tornarem os produtos dos países em desenvolvimento menos competitivos, as quotas não permitem que esses produtos concorram a partir de um certo volume. Os países da OCDE sujeitam as importações a uma grande variedade de quotas, particularmente para o vestuário e calçado – produtos trabalho-intensivos em que os países em desenvolvimento teriam uma vantagem comparativa. As quotas sobre o vestuário e os têxteis vão ser eliminadas faseadamente até 2005. Mas, em 2002, as quotas ainda governavam a maioria dos mesmos produtos de vestuário sujeitos a quotas no fim dos anos 80. Esta falta de progressos levanta dúvidas acerca da seriedade dos países da OCDE para satisfazer os seus compromissos de 2005.

Subsídios à exportação. Outra forma como os países ricos inclinam o terreno do comércio parece, em si, ter pouco a ver com comércio. Os países ricos, em diferentes graus, pagam grandes subsídios aos seus produtos internos de alimentos. Esses subsídios são tão grandes – totalizando 311 mil milhões de dólares por ano – que afectam os preços do mercado mundial de produtos agrícolas, provocando danos directos aos países pobres (caixa 8.8). As exportações subsidiadas da União Europeia contribuíram para o declínio das

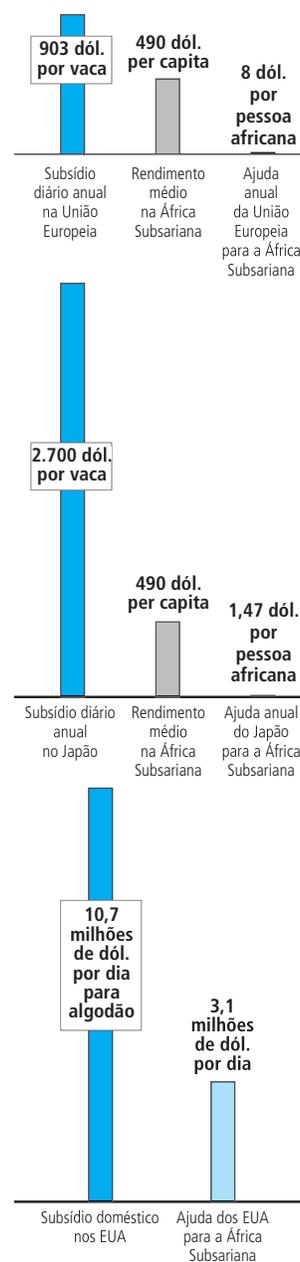



FIGURA 8.7

Os subsídios agrícolas da OCDE diminuem a ajuda, 2001

Fonte: OECD, Development Assistance Committee 2003a; quadros de indicadores 12 e 15.

CAIXA 8.8

O longo alcance internacional dos subsídios internos

Os subsídios dos países ricos aos seus agricultores tornam as suas quintas mais lucrativas, encorajando uma maior produção e reduzindo os preços da sua produção. Resultado: produtos agrícolas baratos e abundantes.

Quem são os vencedores e os perdedores? Os produtores internos ganham claramente, com lucros mais elevados. Mas os consumidores internos perdem sem ambiguidades. Pagam menos pelos alimentos, mas pagam mais em impostos para cobrir os subsídios – e o efeito negativo ultrapassa o positivo. Além disso, os subsídios pendem fortemente para grandes produtores. A Comissão Europeia calcula que, excluindo a Grécia, metade dos subsídios vai para apenas 5% das quintas.

Mas os efeitos vão para além das fronteiras nacionais. Os produtores dos países pobres têm que concorrer com produtores subsidiados de países ricos. Muitas vezes, não podem exportar os seus produtos para países ricos porque os seus preços não subsidiados não podem concorrer com os preços abaixo do mercado oferecidos pelos agricultores dos países ricos. (É esse o caso do açúcar nos Estados Unidos.) E talvez nem sequer sejam capazes de vender os seus produtos no país, porque a onda de produção agrícola dos países ricos inspirada nos subsídios pode criar excedentes que são exportados para países pobres a preços que nenhum produtor interno pode igualar. (É esse o caso do leite europeu.)

E quanto aos consumidores dos países pobres? Se mais nada mudasse, os subsídios dos países ricos deviam empurrar para baixo os preços que pagam pelos alimentos transaccionados, pelo que deviam beneficiar. Mas em muitos países pobres, uma grande parte dos consumidores também são produtores agrícolas. Essas pessoas são afectadas de duas maneiras pelos subsídios dos países ricos: os alimentos que compram são mais baratos, mas os seus rendimentos são inferiores por causa dos preços mais baixos dos alimentos que produzem.

Portanto, se os subsídios aumentam ou diminuem a pobreza nos países pobres depende do número de pessoas pobres desses países que ganham a vida a vender alimentos. Um estudo recente concluiu que a eliminação dos subsídios prejudica as pessoas pobres a curto prazo, quando menos de metade vive em áreas rurais. Mas nos países em desenvolvimento, três quartos dos pobres, em média, são rurais – e nos países africanos e asiáticos mais pobres, ascendem a 90%. Os países importadores líquidos de alimentos beneficiam de preços mundiais mais baixos. Mas a longo prazo, os preços baixos diminuem os incentivos para investir, o que leva à estagnação de um importante sector da economia de que dependem muitas pessoas pobres. Isso deixa os agricultores dos países ricos como únicos verdadeiros beneficiários dos subsídios, com numerosos perdedores em todo o mundo.

Fonte: Cline 2002.

indústrias de lacticínios do Brasil e da Jamaica e da indústria do açúcar da África do Sul.[25]

Os produtores de algodão da África Ocidental aumentaram a eficiência do seu sector algodoeiro, alcançando custos de produção competitivos. Mas não podem concorrer com agricultores subsidiados dos países ricos (caixa 8.9). Na verdade, os subsídios per capita da OCDE para vacas e casulos de algodão são consideravelmente mais elevados do que a ajuda per capita da OCDE à África Subsariana (figura 8.6). Os subsídios agrícolas anuais nos países ricos excedem consideravelmente o rendimento nacional de toda a África Subsariana (figura 8.7).[26]

Na conferência de 2001 da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Doha, Qatar, os países concordaram com a eliminação final dos subsídios às exportações agrícolas – embora não tenha sido estabelecido um calendário. Obviamente, um calendário é essencial para que a declaração de Doha tenha algum significado.

A longo prazo, a verdadeira solução para países dependentes de mercadorias é diversificar com outros sectores de exportação, especialmente manufacturas trabalho-intensivas. Mas a curto prazo, a comunidade internacional podia resolver a extrema volatilidade dos preços das mercadorias. Não é provável que as abordagens da estabilização através de acordos internacionais de mercadorias – tentadas nos anos 70 e 80 e depois abandonadas – suscitem grande apoio, dada a sua má história. Uma facilidade de contingência poderia criar insegurança no acordo de alívio da dívida dos PPAE, sendo concedido mais alívio após choques exógenos, como o declínio repentino do preço mundial das exportações de um país.[27] Além disso, o Acordo da OMC sobre Agricultura devia ser emendado para garantir que não são colocadas limitações ao financiamento pelos países em desenvolvimento de projectos para diversificar as exportações de mercadorias, ou para garantir preços aos agricultores pobres.

Embora variem as estimativas sobre os benefícios para os países pobres da liberalização do comércio nos países ricos, a maioria apresenta enormes ganhos. Só os efeitos estáticos – os que tomam a actual estrutura económica dos países pobres – seriam aproximadamente iguais aos níveis actuais da ajuda externa. Isso não significa que a liberalização do comércio pudesse, ou devesse ser substituída pela ajuda. Para os países de prioridade máxima e alta, a ajuda é crítica para enfrentar imediatamente os constrangimentos estruturais à realização dos

CAIXA 8.9

O jogo de Doha a favor dos exportadores de algodão de África

O algodão é crucial para o desenvolvimento económico de vários países da África Ocidental (Benin, Burkina Faso, Chade, Mali e Togo). Desde os anos de 1980, a produção de algodão quadruplicou – e agora varia entre 5% a 10% do PIB e representa 30% das exportações. Grande parte do algodão é produzida por pequenos agricultores, muitos abaixo da linha de pobreza. Para a maioria, o algodão é o único produto que podem exportar competitivamente. As receitas do algodão também financiam uma grande parte da infra-estrutura social e económica nas áreas rurais. Assim, os preços e as receitas do algodão são centrais para qualquer estratégia de redução da pobreza nesses países – e para atingir os Objectivos.

Nos últimos anos, esses países empreenderam várias reformas que melhoraram significativamente a sua produtividade e cortaram os seus custos de produção colocando-os ao nível dos mais baixos do Mundo (consideravelmente abaixo dos da União Europeia e dos Estados Unidos). Em resultado disso, a região representa 15% das exportações mundiais de algodão, só ficando atrás dos Estados Unidos.

Mas vários exportadores – incluindo a China, União Europeia e Estados Unidos – subsidiam fortemente os seus produtores de algodão. Em 2002, calculou-se que a ajuda financeira directa equivalia a 73% da produção mundial, consideravelmente acima dos 50% registados cinco anos antes. Em 2001, esses programas custaram 4,9 mil milhões de dólares, com cerca de metade providos pelos Estados Unidos e a maioria do restante pela União Europeia e China. Alguns desses países também fornecem ajuda às exportações de algodão.

Estas distorções inflacionaram artificialmente a oferta de algodão nos mercados mundiais, baixando o seu preço. As maiores quedas de preço ocorreram em 2001-02. Os países exportadores pobres, como os da África Ocidental e Central, foram os que sofreram mais. Os seus produtores não subsidiados têm que vender o algodão a preços próximos do custo de produção, provocando um declínio acentuado dos retornos reais. A Comissão Consultiva Internacional do Algodão e o Fundo Monetário Internacional acreditam que reduzir os subsídios internos e à exportação do algodão faria voltar os preços internacionais para níveis competitivos – elevando os rendimentos dos exportadores pobres de algodão e colocando esses países num caminho de desenvolvimento sustentável. A questão é saber se a Ronda de Doha sobre negociações comerciais, da Organização Mundial de Comércio, responderá à vantagem competitiva dos produtores de algodão da África Ocidental e se reconhecerá essa vantagem.

Fonte: ICCC 2002.

Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Para eles, os ganhos com o comércio levarão mais tempo a realizar, enquanto desenvolvem a capacidade de responder a novas oportunidades.

Os países de desenvolvimento humano médio que exportam milho, trigo, arroz, açúcar e outras mercadorias agrícolas também têm capacidade de exportar vestuário, calçado e outros bens manufacturados. Assim, muitos dos ganhos da liberalização do comércio nos países ricos favorecê-los-iam. Mas os países de desenvolvimento humano baixo também beneficiariam, especialmente os exportadores de mercadorias como café e algodão.

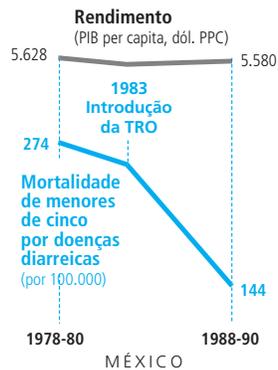
Os países ricos poderiam fazer funcionar o comércio a favor do desenvolvimento humano em muitas outras áreas. Poderiam pôr em prática cláusulas amigáveis para a saúde pública ao abrigo do acordo da OMC sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados com o Comércio (TRIPS; ver adiante). Poderiam isentar serviços de base social do princípio da liberalização progressiva ao abrigo do Acordo Geral sobre Serviços (GATS; ver capítulo 5). Poderiam resolver muitas outras preocupações dos países em desenvolvimento relativamente ao comércio, ambiente, investimento e circulação de pessoas. E poderiam aumentar a participação efectiva dos países em desenvolvimento na tomada de decisão nas negociações da OMC.

A Declaração de Doha, de Novembro de 2001, comprometeu todos os países a fazerem das necessidades do desenvolvimento um objectivo central das futuras negociações comerciais, especialmente em relação aos países menos desenvolvidos.[28] Ao contrário dos outros Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, o Objectivo 8 não tem uma meta temporal. Mas este Relatório propõe que os países ricos também respeitem um limite de tempo para eliminar os direitos e as quotas sobre as exportações de manufacturas e para eliminarem os subsídios internos à agricultura – um limite temporal anterior a 2015, quando os países pobres devem atingir os Objectivos 1 a 7.

Tecnologia mundial – partilhar os frutos do conhecimento mundial

As últimas décadas assistiram a progressos tecnológicos sem precedentes, com avanços significativos na medicina, agricultura, energia, genómica e nas tecnologias de informação e comunicação – oferecendo enormes oportunidades para colocar o poder da tecnologia a funcionar a favor do desenvolvimento. As inovações tecnológicas já conhecidas podem fazer

FIGURA 8.8

Terapia de reidratação oral (TRO) reduz a mortalidade de crianças apesar da estagnação do rendimento

Fonte: Gutierrez and others 1996.

muito para aumentar a produtividade e resolver problemas de doença, abastecimento de água, saneamento, higiene e fome (ver capítulos 3 e 4). Mas ainda há muitas mais fronteiras para serem atravessadas: a energia de baixo custo para as comunidades pobres, a cura para a doença do sono, vacinas para o HIV/SIDA e respostas para os novos desafios que estão sempre a aparecer. As inovações tecnológicas poderiam acelerar os progressos no sentido dos Objectivos 1 a 7.

Ligar tecnologia e desenvolvimento humano – e aproveitar o conhecimento mundial

As inovações tecnológicas fazem progredir o desenvolvimento humano de duas formas – aumentando a produtividade, que aumenta os rendimentos familiares (Objectivo 1) e dando soluções a problemas de doenças, transportes, energia, abastecimento de água, saneamento e tecnologias da informação e comunicação para a educação, todas importantes para atingir os Objectivos 2 a 7.

Os investimentos em inovações tecnológicas merecem alta prioridade porque podem vencer as limitações de baixos rendimentos e de instituições fracas. Embora os anos de 1980 tenham assistido a uma redução limitada da pobreza e a uma estagnação do crescimento económico na maior parte do mundo em desenvolvimento, as mortes de crianças foram reduzidas devido a intervenções tecnológicas: as vacinações e a terapia de reidratação oral (figura 8.8). Também na agricultura os investimentos na investigação e desenvolvimento mostraram retornos excepcionalmente altos. Partilhar os frutos do progresso científico e tecnológico é uma das formas mais importantes dos países ricos poderem ajudar os países pobres a combater a pobreza.

Subinvestimento em tecnologia para redução da pobreza

A despeito do enorme potencial e dos recentes avanços da biotecnologia, é relativamente pequeno o investimento em tecnologia para resolver os problemas da pobreza. Na medicina, por exemplo, a Comissão de Macroeconomia e Saúde da Organização Mundial de Saúde verificou "forte subinvestimento" nas doenças que mais afligem as pessoas pobres. Nelas se incluem doenças tropicais como a kala-azar, a doença de Chagas e a doença do sono, bem como as principais assassinas infecciosas (HIV/SIDA, tuberculose e malária). No seu conjunto, as doenças tropicais e a tuberculose representaram 11% do fardo global da doença em 1999. Todavia, das 1.393 drogas aprovadas entre 1975 e 1999, apenas 16 – pouco mais de 1% – foram especificamente desenvolvidas para esses males.[30]

Em 1990, a Comissão de Investigação e Desenvolvimento da Saúde da Organização Mundial de Saúde verificou que apenas 10% da despesa com investigação e desenvolvimento da saúde é dirigida aos problemas de saúde de 90% da população mundial. Isto não mudou. O desequilíbrio entre esforço científico e desequilíbrio social pode ser medido avaliando a parte da despesa total com uma doença em relação ao fardo global da doença – cerca de 1:20 para a malária, uma doença que mata mais de 1 milhão de pessoas por ano e debilita a produtividade de vários milhões. A malária está quase totalmente concentrada em países pobres (99% dos casos), e continua a ser a principal causa de morte em muitos deles.

Tais resultados não são surpreendentes quando se consideram os incentivos. As companhias farmacêuticas e os países ricos representam 93% da despesa mundial com a investigação e desenvolvimento da saúde.[31] Os países pobres e as doenças das pessoas pobres significam pouco em termos de mercado, porque os países em desenvolvimento representam menos de 2% do mercado dos principais produtos farmacêuticos.[32] Como resultado, os países pobres só beneficiam de investimentos mundiais em investigação quando sofrem de doenças que também ocorrem em países ricos – como o HIV/SIDA. Mesmo então, os países pobres não conseguem partilhar os frutos dessa investigação devido aos elevados preços – mantidos com a ajuda das patentes, como acontece com os dos medicamentos retrovirais para o HIV/SIDA.

O financiamento público do desenvolvimento tecnológico – tanto de fontes nacionais como mundiais – continua a ser baixo. É por isso que a política pública precisa de intervir, para aumentar o investimento e para melhorar o acesso. Na saúde, o Programa de Investigação de Doenças Tropicais, administrado conjuntamente pela Organização Mundial da Saúde, pelo PNUD e pelo Banco Mundial, tem cerca de 30 milhões de dólares por ano para um programa que abrange oito doenças tropicais. Na agricultura, a investigação e desenvolvimento continua a ser subfinanciada, a despeito dos retornos económicos consistentemente elevados. Esses investimentos aumentaram no Brasil e México, mas declinaram em

África. O principal programa de investigação mundial de culturas alimentares, o Grupo Consultivo para a Investigação Agrícola Internacional, teve dificuldade em arranjar 377 milhões de dólares. (Entretanto, a empresa privada Monsanto gastou 600 milhões de dólares em investigação e desenvolvimento.)

Acesso à tecnologia e direitos de propriedade intelectual

Os países ricos, a despeito do seu compromisso com o acordo TRIPS, não tomaram medidas reais para partilhar a sua tecnologia no interesse da redução da pobreza. O acordo TRIPS inclui disposições para transferências de tecnologia, mas com poucos pormenores e sem discussão sobre a aplicação. O acordo não dá protecção de propriedade intelectual a conhecimentos indígenas, como os que são usados na medicina tradicional. Intensa pressão pública levou a acordos especiais de preços e a donativos de empresas numa área visível – medicamentos para o HIV/SIDA – mas pouco mais.

O acordo TRIPS introduz um padrão mínimo mundial para a promoção da invenção. Os regimes de propriedade intelectual destinam-se a equilibrar os dois objectivos sociais de promover as invenções e promover o uso das invenções. Assim, o acordo TRIPS incorpora disposições no interesse dos utilizadores, como o licenciamento obrigatório, ou importações paralelas que dêem flexibilidade aos governos para permitirem o fabrico local, ou importações de bens patenteados. Mas a redacção dessas disposições é tão vaga que são difíceis de aplicar – portanto, clarificá-las seria um primeiro passo.

A declaração de Doha sobre o acordo TRIPS e a saúde pública foi um marco, que reconheceu que os direitos de propriedade intelectual estavam subordinados às preocupações de saúde pública. Afirmou claramente que o acordo TRIPS não impede, nem devia impedir, que os membros tomem medidas para proteger a saúde pública. Reconhece especificamente a flexibilidade que os países têm para utilizar o licenciamento obrigatório para produção local. A declaração também fixou o prazo de Dezembro de 2002 para encontrar uma solução para os países que não tiverem capacidade produtiva adequada. Mas as negociações encalharam – é urgente reabri-las.

Os elevados preços que restringem o acesso aos medicamentos que salvam vidas tornaram-se numa importante questão ética que as companhias farmacêuticas já não ignoram. Preços diferenciados – reduções voluntárias de preço pelas companhias farmacêuticas – tornaram-se num mecanismo importante para expandir o acesso, especialmente aos medicamentos retrovirais para o HIV/SIDA. Mas a experiência mostra que as reduções de preços não são uma panaceia, como o relatório de Novembro de 2002 do Grupo de Trabalho do Reino Unido sobre o Aumento do Acesso a Medicamento Essenciais no Mundo em Desenvolvimento concluiu. A experiência também mostra que na ausência de concorrência genérica e de lobbying, as reduções têm resposta limitada. Após três anos de funcionamento, o esquema mais proeminente de preços voluntariamente escalonados, a Iniciativa de Aceleração do Acesso, patrocinada pela ONU, forneceu medicamentos a apenas 30.000 pacientes – e a preços quatro ou cinco vezes mais altos do que os dos genéricos equivalentes comercialmente disponíveis.

Os países ricos, ao abrirem o acesso às tecnologias, podem dar uma contribuição vital para atingir os Objectivos

Em forte contraste está o esquema de tratamento do HIV/SIDA do Brasil, que utilizou drogas genéricas para dar tratamento custo-eficiente a mais de 115.000 pacientes, só em 2001. O programa do Brasil reduziu para metade o número de mortes por SIDA e reduziu as infecções oportunistas vulgares entre os pacientes de HIV/SIDA, entre 60% a 80%. Custos mais baixos de hospitalização e cuidados médicos geraram poupanças de 422 milhões de dólares em 1997-99 – quase compensando inteiramente o custo de fornecimento dos anti-retrovirais, e não incluindo os benefícios económicos da reabilitação dos pacientes para serem económica e socialmente activos. Os países com menos capacidade que o Brasil, incapazes de seguir as suas passadas, podiam beneficiar da importação de produtos do Brasil – se se chegasse a acordo no âmbito do acordo TRIPS.

Os países em desenvolvimento precisam de desenvolver a sua própria capacidade de fabricar produtos farmacêuticos e outros produtos tecnológicos para a saúde pública e o desenvolvimento. Mas nem todos os países em desenvolvimento devem fazê-lo – entre os quais os mais pobres, os mais pequenos e os de menor desenvolvimento humano.

O que é que se deve fazer?

Os investimentos em tecnologia mundial para reduzir a pobreza e atingir as Metas precisam de ser expandidos para satisfazer as necessidades. A investigação e desenvolvimento para enfrentar os problemas de

QUADRO 8.4

Responsabilidades dos países ricos

	Ajuda			Alívio da dívida		Comércio	Importações de bens			
	Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) líquida desembolsada		Ajuda ligada (% da ajuda total desembolsada)[a]	Compromissos bilaterais com o Trust Fund PPAE (milhões dól. EUA)	Cancelamento de dívida bilateral (milhões dól. EUA)	Tarifa média e barreiras não tarifárias[b] (% equivalente tarifa)	Dos países em desenvolvimento		Para os países em desenvolvimento	
	Total (milhões dól. EUA) 2001	Em % do PNB 2001	2001	Em Novembro 2003	1990–2002	2000	Total (milhões dól. EUA) 2001	Parcela das importações totais (%) 2001	Total (milhões dól. EUA) 2001	Parcela das importações totais (%) 2001
Austrália	873	0,25	41	14	72	13,4	2.274	37,5	11	0,2
Áustria	533	0,29	–	44	202	21,8	616	9,4	16	0,3
Bélgica	867	0,37	10	45	544	22,1	2.275	12,7	254	1,4
Canadá	1.533	0,22	68	114	1.207	12,7	3.558	16,1	35	0,2
Dinamarca	1.634	1,03	7	60	359	21,6	447	10,0	12	0,3
Finlândia	389	0,32	13	38	156	21,3	338	10,2	16	0,5
França	4.198	0,32	33	181	13.043	21,4	5.112	17,4	236	0,8
Alemanha	4.990	0,27	15	226	4.996	21,4	7.488	15,2	218	0,4
Grécia	202	0,17	83	11	–	22,5	670	23,8	18	0,6
Irlanda	287	0,33	–	24	–	22,9	700	13,6	17	0,3
Itália	1.627	0,15	92	153	1.156	20,1	4.323	18,3	98	0,4
Japão	9.847	0,23	19	200	3.908	34,8	20.582	58,9	110	0,3
Luxemburgo	141	0,82	–	318	–	–	28	2,6	1	0,1
Holanda	3.172	0,82	9	199	1.575	19,9	3.860	23,5	73	0,4
Nova Zelândia	112	0,25	–	29	–	12,0	383	28,8	2	0,1
Noruega	1.346	0,83	1	300	237	61,1	405	12,3	12	0,4
Portugal	268	0,25	42	27	460	20,5	556[c]	13,9[c]	29[c]	0,7[c]
Espanha	1.737	0,30	31	44	980	21,3	3.373	21,8	136	0,9
Suécia	1.666	0,81	14	189	121	20,5	580	9,8	10	0,2
Suíça	908	0,34	4	127	311	37,1	694	8,3	9	0,1
Reino Unido	4.579	0,32	6	77	1.886	20,9	6.535	18,9	132	0,4
Estados Unidos	11.429	0,11	–	40	8.062	9,7	54.798	46,4	982	0,8

Note: Este quadro apresenta dados dos membros da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE.

a. Refere-se à ajuda ligada e parcialmente ligada em percentagem da ajuda total, excluindo a cooperação técnica. b. Esta é uma medida agregada das barreiras comerciais dirigidas aos países em desenvolvimento. Mede não só as barreiras monetárias (tarifas), mas também as não monetárias, tais como as quotas de importação e o efeito dos subsídios domésticos. c. Os dados referem-se ao ano 2000.

Fonte: Colunas 1 e 2: OECD, Development Assistance Committee 2003c. Coluna 3: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em dados da ajuda ligada e parcialmente ligada, de OECD, Development Assistance Committee 2003c. Coluna 4: Geithner e Nankani 2002. Coluna 5: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em dados do cancelamento da dívida, de OECD, Development Assistance Committee 2003c. Coluna 6: Birsdall e Roodman 2003. Colunas 7-10:UN 2003a.

resistência da pobreza precisam de ser muito mais ambiciosos, como nos seguintes casos:

- Variedades de alta produção, resistentes à seca e à peste, de culturas alimentares como o sorgo, mandioca e lentilhas.
- Energia limpara para pessoas rurais que usam actualmente madeira e estrume.
- Computadores sem fios, de baixo custo, a pilhas, que abram as comunicações às áreas rurais sem electricidade nem infra-estruturas de telecomunicações.
- Vacinas e tratamento para doenças negligenciadas como a doença do sono.

Estes investimentos são críticos para atingir os Objectivos 1 a 7, mas não constituem procura de mercado; as pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia têm pouco para gastar em medicamentos. Porque esses investimentos não atrairão o investimento privado, o sector público deve tomar a iniciativa. Mas as parcerias com o sector privado não são apenas desejáveis, mas essenciais nalgumas áreas – porque este tem o saber-fazer e a tecnologia.

A tecnologia é um motor do desenvolvimento humano. Os países ricos, ao abrirem o acesso às tecnologias, podem dar uma contribuição vital para atingir os Objectivos. Todavia, a abertura, pelo menos, abrandou – especialmente no sector industrial. A longo prazo, isto prejudica toda a gente. Muitos economistas argumentam agora que a livre circulação do conhecimento pode facilitar o crescimento para todos, em vez de gerar elevados retornos à custa do acesso. É por isso que é vital reabrir as negociações sobre o acordo TRIPS, operacionalizando as suas disposições para a transferência de tecnologia.

Os países ricos podem fazer muito mais para expandir o acesso à tecnologia enfrentando os obstáculos fundamentais:

- Falta de financiamento para investimentos em investigação e desenvolvimento.
- Leis de propriedade intelectual ambíguas.
- Limites dos preços diferenciados.
- Capacidade tecnológica nacional, incluindo capacidade de produção local.

CAIXA 8.10

O índice do compromisso com o desenvolvimento

O índice do compromisso com o desenvolvimento (ICD) é uma tentativa pioneira de monitorizar o modo como os países ricos cumprem os seus compromissos com a parceria mundial. Criado pelo Centro para o Desenvolvimento Mundial e pela revista Foreign Policy, o índice vai além da consideração dos indicadores tradicionais da ajuda – quantidades em dólares. Em vez disso, examina um conjunto mais amplo de dimensões e políticas, olhando tanto à qualidade como à quantidade da ajuda, às barreiras comerciais, ambiente, investimento, migração e manutenção da paz.

Construir num índice que tenha em conta toda a gama de políticas que afectam os países pobres é tão difícil quanto importante. Ainda que o ICD seja um primeiro passo importante para a responsabilização dos países ricos pelos seus compromissos, permanecem várias questões:

- *Avaliação de política "boa".* O ICD destina-se a medir um conjunto específico de políticas que são assumidas como melhorando os resultados do desenvolvimento. Essas assunções acarretam inevitavelmente juízos de valor. Por exemplo, são dados melhores resultados em matéria de ajuda a países com boa governação do que àqueles em que a necessidade pode ser maior. Outro exemplo é o investimento directo estrangeiro (IDE), uma componente do índice, onde a falta de dados levou o ICD a presumir que é bom em todas as circunstâncias.
- *Ponderação.* Talvez o maior problema de qualquer índice composto seja a importância a atribuir a cada indicador. O ICD utiliza uma variedade de métodos em cada área de política. Mas o índice global dá igual peso a cada uma das seis componentes. Embora seja a abordagem mais simples, ela minimiza a importância da ajuda e do comércio – provavelmente muito mais importantes do que, digamos, as contribuições para a manutenção da paz.
- *Fraquezas da medida.* Se as seis componentes das políticas dos países ricos apresentadas aqui são importantes para o desenvolvimento mundial, algumas são difíceis de medir. As políticas de migração que contribuem para o desenvolvimento são difíceis de medir porque não há consenso claro sobre o que constitui uma boa política de migração e os dados são escassos. O ambiente também é uma área complexa que sofre de falta de dados adequados.
- *Complexidade.* O ICD foi projectado para visar políticas muito específicas, resultando numa multiplicidade de indicadores e numa vasta gama de métodos estatísticos. O preço dessa complexidade é que para todos, menos para o investigador dedicado e com conhecimentos do terreno, o índice será uma caixa preta: os resultados são claros, mas compreender o que está por detrás deles exige conhecimento especializado. Portanto, para o eleitor, para a organização não governamental, para o jornalista, ou para o político – tudo audiências chave – a mensagem do que precisa de mudar pode não ser clara.
- *Enviesamento contra as economias grandes.* Porque há aspectos fundamentais do índice (ajuda, manutenção da paz e contribuições do IDE) que são medidos em proporção do rendimento nacional bruto, as economias grandes – que muitas vezes dão o máximo em termos absolutos – acabam com resultados inferiores. Na verdade, os cinco países do topo têm todos populações inferiores a 20 milhões de pessoas.

Alguns dos resultados do índice são surpreendentes, por vezes devido aos problemas abordados acima. A Holanda lidera as classificações, deixando a Dinamarca em segundo lugar – de longe o mais generoso doador de ajuda pública ao desenvolvimento em percentagem do rendimento nacional bruto dos países do índice. Este resultado é devido principalmente aos resultados extremamente elevados da Holanda em IDE, onde os resultados da Dinamarca são muito baixos. Isto põe em relevo os problemas de utilizar o IDE como um resultado para a política: o IDE é um resultado, possivelmente mais afectado pela estrutura do sector privado do que pela política governamental. Portugal, outra surpresa, aparece em terceiro lugar e também é ajudado por um resultado perfeito em IDE. Seguem-se-lhe a Nova Zelândia e a Suíça, em quarto e quinto lugares – países que, como Portugal, não são grandes doadores de ajuda pública ao desenvolvimento. A alta classificação da Suíça ilustra bem o problema de dar igual peso a todas as componentes do índice: tem resultados baixos nas importantes categorias da ajuda e do comércio, mas altos no investimento e na migração – áreas que são difíceis de medir e cujo impacte é mais controverso.

A Finlândia, Canadá, Austrália, Estados Unidos e o Japão têm os resultados mais baixos. Os dois maiores doadores de ajuda externa em quantidades de dólares – os Estados Unidos e o Japão – classificam-se nos dois últimos lugares. Os resultados de ambos os países sofrem porque a sua ajuda e o seu IDE, se são enormes em termos absolutos, são pequenos em relação ao tamanho das suas economias. O Japão tem resultados particularmente baixos em manutenção da paz, porque barreiras constitucionais e compromissos impedem-no de contribuir com soldados para a manutenção da paz. Mais uma vez, isto ilustra o problema da ponderação: em sectores importantes como o comércio e o ambiente, o Japão tem um desempenho relativamente melhor. Os resultados dos E.U.A. também é ajudado por um forte desempenho no comércio – ajudado pelo seu mercado mais aberto da agricultura, que não é tão subsidiado como os da Europa.

No entanto, o resultado mais importante do índice não reside nas classificações relativas, mas no facto de que mesmo o país do topo está praticamente a meio caminho de um resultado perfeito. Todos os países têm um longo caminho a percorrer para alcançar políticas que ajudem os países pobres a desenvolver-se.

Destinado a ser publicado anualmente, a primeira edição do ICD deveria aguçar o debate sobre as políticas de desenvolvimento dos países ricos e estimular discussões sobre a medição dessas políticas e o melhoramento dos dados.

Fonte: Birdsall e Roodman 2003.

Viver de acordo com os compromissos da Declaração do Milénio: política e não caridade

Viu-se mais acção em matéria de ajuda nos dois anos posteriores à Declaração do Milénio do que na década passada – com promessas de mais 16 mil milhões de dólares de ajuda até 2006, alívio da dívida a 26 países e um acordo de que os direitos de propriedade intelectual não se atravessam no caminho do acesso à tecnologia, para proteger a saúde pública. Embora significativas, essas coisas conseguidas ficam aquém das promessas feitas. Mesmo os 16 mil milhões de dólares adicionais de ajuda pública ao desenvolvimento só atingiriam 0,26% do rendimento nacional bruto dos membros da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento, até 2006 – e não o objectivo de 0,7%. Há pouca acção concreta na abertura de mercados, na transferência de tecnologia e no alívio da dívida, deixando demasiados países sem benefícios. Com os compromissos a ficarem aquém das necessidades, os países pobres continuarão a enfrentar a estagnação do crescimento, a acumulação da dívida (e insustentável) e queda dos preços de exportação.

Os países ricos deviam ser encorajados a preparar relatórios – contribuindo para uma estratégia de re-

dução da pobreza mundial – que fixassem as suas prioridades de acção.[33] Podiam sublinhar onde precisam de fazer mais para cumprir os seus compromissos. Por exemplo, os países generosos na ajuda nem sempre são tão abertos às importações dos países em desenvolvimento. Veja-se a Noruega, que faz muito para satisfazer os compromissos da ajuda, mas podia fazer mais em matéria de acesso ao mercado (quadro 8.4).[34] O actual processo de análises paritárias da ajuda da Comissão de ajuda ao Desenvolvimento da OCDE também podia ser expandido para incluir o comércio e o alívio da dívida, de modo que essas políticas pudessem ser analisadas num quadro coerente. O Japão importa mais dos países em desenvolvimento do que qualquer outro país rico (59% das importações totais), mas tem uma baixa ajuda pública ao desenvolvimento em percentagem do rendimento nacional bruto.

Um projecto de investigação recente desenvolveu um índice composto, o índice de compromisso com o desenvolvimento, que resume o desempenho dos países ricos na aplicação de políticas que contribuem para o desenvolvimento (caixa 8.10). Tal como outros índices compostos, este ajuda os políticos – neste caso, os políticos dos países ricos – a avaliar a sua situação e a sublinhar áreas para melhorar. Mostra o desempenho deles em relação a outros países, não só na ajuda, mas também na protecção, ou não, dos seus mercados contra os bens dos países em desenvolvimento, nos investimentos, na abertura de portas aos imigrantes, na contribuição para a manutenção da paz e na contribuição para a gestão ambiental mundial. Produto de investigação inovadora, o índice não visa "nomear e envergonhar" mas diagnosticar defeitos e estimular a acção para fazer mais.

Como se assinalou, o Objectivo 8 não tem objectivos limitados no tempo nem quantitativos. Mas os países ricos podem fixar os seus próprios prazos para objectivos que exijam a sua acção. Propõe-se aqui alguns indicadores de progresso, com especificidade e prazos em áreas críticas.

- Aumento da ajuda pública ao desenvolvimento para preencher hiatos de financiamento – segundo um cálculo por baixo, em 50 mil milhões de dólares.
- Aumentar a ajuda pública ao desenvolvimento para os países menos desenvolvidos.
- Desenvolver medidas concretas para aplicação da Declaração de Roma sobre Harmonização.
- Eliminação de tarifas e quotas sobre produtos agrícolas, têxteis e vestuário exportados pelos países em desenvolvimento.
- Eliminar os subsídios às exportações agrícolas.
- Concordar com uma facilidade compensatória de financiamento contra choques externos para os PPAE – incluindo o colapso dos preços das mercadorias – e financiá-la.
- Financiar uma redução mais profunda da dívida para os países PPAE que tenham atingido o ponto de conclusão, para assegurar a sustentabilidade.
- Introduzir protecção e remuneração do conhecimento tradicional no acordo TRIPS.
- Chegar a acordo acerca do que os países sem capacidade produtiva suficiente podem fazer para proteger a saúde pública, ao abrigo do acordo TRIPS.

Os compromissos já assumidos pelos países ricos mostram que o mundo mudou. A integração do mercado mundial e os avanços tecnológicos aumentaram – tal como a exposição à doença, os custos das perdas ambientais e os riscos de contágio financeiro mundial. As acções dentro das fronteiras nacionais não são suficientes para enfrentar esses problemas. É necessária a parceria no interesse mútuo. Mas os países ricos também precisam de agir porque eliminar o sofrimento humano é um imperativo ético. Para os países ricos, cumprir os seus compromissos é uma questão não só de caridade, mas de política – política que faz parte da abordagem coerente da comunidade internacional para erradicar a pobreza mundial.

Na viragem do século, a perspectiva de erradicar a pobreza parecia possível. A guerra-fria tinha acabado e a perspectiva de todas as sociedades convergirem para metas comuns parecia ao alcance. Todavia, quando este Relatório vai para o prelo, os desafios mundiais – do Iraque à disseminação de novas doenças mortais – avultam ameaçadoramente. O abrandamento económico mundial também ameaça minar a acção dos países ricos a favor do desenvolvimento, na medida em que as suas próprias economias estão sob pressão para reduzir défices orçamentais e insistem nas suas próprias vantagens comerciais. É por isso que é de toda a urgência, para todas as nações, cumprir as suas promessas. Acompanhar os progressos no sentido do Objectivo 8 e enumerar o lado dos países ricos na parceria para o desenvolvimento é tão importante como acompanhar os Objectivos 1 a 7.

Notas

Capítulo 1
1. UN 2000a.
2. UN 2000a.
3. UN 2001b.
4. Ver, por exemplo, Khor 2000.
5. UN 2002d.
6. Jolly 2003; Foster 2002; Bissio 2003; White e Black 2002.
7. World Bank 2003i.
8. UNICEF 2003b.
9. World Bank 2003i.
10. UNICEF 2003b.
11. WFUNA and North-South Institute 2002.

Capítulo 2
1. Excepto em relação ao rendimento, as reversões não incluem países com baixos níveis de pobreza humana no indicador relevante. Para definições dos níveis de pobreza humana, ver nota técnica 2.
2. Medido usando a linha de pobreza de 2 dólares por dia, considerada uma linha de pobreza extrema mais adequada para a Europa Central e do Leste e a CEI (UNDP 2003 c).
3. Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados no quadro de indicadores 27.
4. Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em Alvarez e outros 2002.
5. World Bank 20031.
6. Birdsall e Clemens 2003b.
7. World Bank 2002f.
8. World Bank 2002f.
9. Cobre diversos períodos entre 1990 e segunda metade dos anos de 1990, para países com dados sobre tendências da pobreza nacional.
10. Os dados são do World Bank 2000a e 2003i, ECLAC 2002, UNCTAD 2002a e Milanovic 1998.
11. Medido usando a linha de pobreza de 2 dólares por dia, considerada uma linha de pobreza extrema mais apropriada para a Europa Central e do Leste e CEI (UNDP 2003c).
12. UNAIDS 2000.
13. FAO 2001b.
14. UNAIDS 2000.
15. UN 2002g.
16. UNAIDS 2002b.
17. Eberstadt 2002.
18. Ver nota técnica 2 para mais pormenores sobre a classificação dos países de prioridade máxima e alta.
19. Refere-se a um resultado de 4 ou superior, de Marshall 2000.
20. UNAIDS 2002b.
21. Gwatkin 2002.
22. Vandemoortele 2001.
23. Filmer e Pritchett 1999; Watkins 2000.
24. Os dados são de inquéritos demográficos e sociais. Os dados sobre a riqueza baseiam-se nas características e posses das famílias. A classe dos "ricos" é o quinto do topo da distribuição, determinado após a classificação das famílias em função da riqueza (Minujin e Delamonica 2003).
25. Minujin e Delamonica 2003.
26. Watkins 2000.
27. Watkins 2000.
28. Sahn e Stifel 2003.
29. Minujin e Delamonica 2003.
30. Watkins 2000.
31. Klase e Wink 2002.
32. UNDP 2003c.
33. Minujin e Delamonica 2003. 34. UNAIDS 2002b.
35. O capítulo 5 proporciona uma discussão mais conceptual e sistemática da discriminação de género.

Capítulo 3
1. A República Dominicana é um país de prioridade máxima quanto a fome e saneamento. Moçambique é um país de prioridade máxima no ensino primário e igualdade de género. Ver Destaque 2.1 para mais informação.
2. Comissão de Macroeconomia e Saúde 2001.
3. Comissão de Macroeconomia e Saúde 2001.
4. Sen 1999.
5. Mehrotra e Jolly 2000.
6. UNICEF 2000.
7. Baseado em cálculos do Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano, utilizando Maddison 2001 e World Bank 2003i.
8. Baseado em cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, utilizando Maddison 2001 e World Bank 2003i.
9. Exclui os países em transição e os exportadores de petróleo e inclui apenas países com uma população de pelo menos 1 milhão de pessoas, em relação aos quais estejam disponíveis dados sobre a estrutura das exportações.
10. Prosterman e Hansted 2000.
11. A distribuição de poder social e cultural acrescenta um sinal importante a esta capacidade. Muitos esquemas microfinanceiros não conseguiram evitar que os fundos acabassem por chegar às mãos dos chefes masculinos das famílias e ser por eles controlados.
12. Daley-Harris 2003.
13. World Bank 1998b.

Capítulo 4
1 Caldwell 1979.
2. Camoy 1992.
3. Caldwell 1986.
4. Caldwell 1986.
5. Mehrotra 2000c; UNESCO 1999.
6. UNICEF 2001b.
7. UN 2002b.
8. Millennium Project Task Force 2 2003b.
9. Millennium Project Task Force 2 2003b.
10. Pinstrup-Andersen, Pandya-Lorch e Rosegrant 1999 Millennium Project Task Force 2 2003b.
11. Millennium Project Task Force 2 2003b.
12. UN 2002b.
13. Panos Institute 2001.
14. Quadro de indicadores ODM 1.

15. FAO 2002b.
16. Quadro de indicadores ODM 1.
17. Quadro de indicadores ODM 1.
18 Millennium Project Task Force 2 2003b.
19. FAO 2002b; Quadro de indicadores ODM 1.
20. World Bank 2003i.
21. Dezassete países, incluindo alguns dos mais populosos, alcançaram reduções de 25% ou mais na década.
22. Millennium Project Task Force 2 2003b.
23. Millennium Project Task Force 2 2003b.
24. Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados no Millennium Project Task Force 2 200a.
25. Millennium Project Task Force 2 2003b.
26. Millennium Project Task Force 2 2003b.
27. Millennium Project Task Force 2 2003b.
28. Millennium Project Task Force 2 2003b.
29. Millennium Project Task Force 2 2003b.
30. Dreze e Sen 1995.
31. World Bank2002d.
32. Panos Institute 2001.
33. Panos Institute 2001.
34. Panos Institute 2001. 35. IFAD 2001.
36. Agarwal 1994.
37. FAO 2002a.
38. Swaminathan 2001.
39 Millennium Project Task Force 2 2003b.
40. Millennium Project Task Force 2 2003b.
41. Millennium Project Task Force 2 2003a.
42. Millennium Project Task Force 2 2003a.
43. Millennium Project Task Force 2 2003a.
44. Pretty e Hine 2000; Millennium Project Task Force 2 2003a.
45. Millennium Project Task Force 2 2003a.
46. Millennium Project Task Force 2 2003a.
47. Millennium Project Task Force 2 2003a.
48. Scherr, White e Kaimowitz 2002.
49. OECD, Development Assistance Committee 2003c.
50. Quadro de indicadores ODM 1.
51. Quadro de indicadores ODM 1.
52. Quadro de indicadores ODM 1.
53. India, Planning Commission 2002.
54. Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.
55. Quadro de indicadores 10.
56. UNESCO 2002a.
57. UNESCO 2002a.
58. Inclui o Afeganistão, Bangladeche, Butão, Índia, Irão, Maldivas, Nepal, Paquistão e Sri Lanka.
59. Flug, Spilimbergo e Wachtenheim 1998; World Banka publicar.
60. Ver, por exemplo, Gupta, Verhoeven e Tiongson 2002 e Mehrotra e Delamonica (a publicar).
61. Delamonica, Mehrotra e VandeMoortele 2001.
62. Millennium Project Task Force 3 2003.
63. Hammer e Naschold 2001.
64. Millennium Project Task Force 3 2003.
65. UNESCO 2002a.
66. Multilateral, neste caso, refere-se ao Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Inter-Americano de Desenvolvimento (Fundo Especial), Fundo Europeu de Desenvolvimento da Comunidade Europeia, Associação Internacional de Desenvolvimento (do Grupo do Banco Mundial), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Fundo das Nações Unidos para a Infância (OECD, Development Assistance Committee, 2003c).
67. Mehrotra e Delamonica (a publicar).
68. Mehrotra 1999.
69. Mehrotra e Jolly 2000.
70. Mehrotra 1998.
71. Mehrotra e Biggeri 2002.
72. Mehrotra e Delamonica 1998.
73. Mehrotra e outros (a publicar).
74. Tilak 1997.
75. Mehrotra 1998.
76. Mehrotra 1998.
77. UNICEF 1999.
78. Em muitos países africanos, a partir do nível secundário inferior, o fenómeno de os professores se tornarem "protectores das raparigas" é visto como um desincentivo para mandar raparigas à escola depois da puberdade.
79. Heng e Hoey 2000; Loewenson e Chisvo 2000.
80. Alidou e Jung 2002.
81. Delamonica, Mehrotra e VandeMoortele 2001.
82. World Bank 1996.
83. Mehrotra 1998.
84. No nível secundário, nos países em vias de desenvolvimento, a percentagem dos custos do professor é de cerca de 80%, enquanto no nível superior é de cerca de 60% (Mehrotra e Buckland 1998).
85. Mehrotra 1998.
86. UNESCO Institute for Statistics e OECD 2002.
87. UNESCO e ILO 1966.
88. UNESCO e ILO 1966.
89. Buckland, Hofmeyr e Meyer 1993.
90. Watkins 2000.
91. Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados no Destaque 2.1 do Capítulo 2.
92. UNICEF 2001b.
93. Millennium Project Task Force 4 2003.
94. UN 2003g; UNDP 2002e.
95. Millennium Project Task Force 5 2003b.
96. Millennium Project Task Force 5 2003d.
97. UNICEF 2001b.
98. Carlsson e Valdivieso 2003.
99 Internacional Institute Population Sciences 2000.
100. De acordo com estimativas da Comissão de Macroeconomia e Saúde da Organização Mundial de Saúde, o financiamento mínimo necessário para cobrir intervenções essenciais, incluindo as destinadas ao combate à pandemia da SIDA, é de cerca de 30 a 40 dólares por pessoa e por ano. A despesa real com a saúde nos países menos desenvolvidos é de cerca de 13 dólares por pessoa e por ano, dos quais 7 vêm de despesas orçamentais. Outros países de rendimento baixo gastam cerca de 24 dólares por pessoa e por ano, dos quais 13 de despesas orçamentais (Comissão de Macroeconomia e Saúde 2001). Claramente, a despesa com a saúde precisa de ser substancialmente aumentada.
101. Mehrotra e Delamonica (a publicar).
102. Multilateral, neste caso, refere-se ao Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Asiático de Desenvolvimento, Banco Inter Americano de Desenvolvimento (Fundo Especial), Fundo Europeu de Desenvolvimento da Comunidade Europeia, Associação Internacional de Desenvolvimento (do Grupo do Banco Mundial), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Fundo das Nações Unidas para a Infância.
103. OECD, Development Assistance Committee 2003 c.
104. Mehrotra e Delamonica (a publicar).
105. Mehrotra e Delamonica (a publicar).
106. Mehrotra e Delamonica (a publicar).
107. Mehrotra e Delamonica (a publicar).
108. WHO 2000.
109. Mehrotra e Delamonica (a publicar).
110. World Bank 1993.
111. WHO 2000.
112. Millennium Project Task Force 7 2003.
113. Millennium Project Task Force 7 2003; UN 2002c.
114. WHO, UNICEF e WSSCC 2000.
115. WHO, UNICEF e WSSCC 2000.

116. UN 2000b.
117. WSSCC 2002.
118. World Bank 2003i; UN 2002c.
119. Quadro de indicadores 6.
120. UN 2002c.
121. World Panel on Financing Water Infrastructure 2003.
122. Segundo o Departamento de Avaliação de Operações do Banco Mundial.
123. World Panel on Financing Water Infrastructure 2003.
124. OECD 2003b.
125. Inclui ajuda para desenvolvimento de recursos aquáticos, protecção de recursos aquáticos, abastecimento e utilização da água, legislação e gestão da água (incluindo gestão dos resíduos sólidos, educação e formação em abastecimento de água e saneamento e política, planeamento e programas de recursos aquáticos. Exclui a ajuda para barragens e albufeiras principalmente para regas e energia hidráulica e actividades relacionadas com o transporte de água.
126. OECD 2003b.
127. OECD 2003b.
128. OECD 2003b.
129. World Panel on Financing Water Infrastructure 2003.
130. WSP 2002a.
131. Stiglitz 2002a.
132. Mehrotra e Delamonica (a publicar).
133. Reddy 2003; Mehrotra e Delamonica (a publicar).
134. Mehrotra e Delamonica 1998.
135. Mehrotra e Delamonica (a publicar).
136. World Bank2003g.

Capítulo 5

1. Para o Paquistão, Watkins 2000 e Mehrotra e Delamonica (a publicar); para a Índia, De e Drèze 1999.
2. Van Lerberghe e outros 2002.
3. Leipziger e Foster 2003.
4. Para provas, ver World Bank 1993.
5. World Bank 2002b.
6. Berman e Rose 1996.
7. Iriart, Merhy e Waitzkin 2001.
8. Iriart, Merhy e Waitzkin 2001.
9. Stocker, Waitzkin e Iriart 1999.
10. Iriart, Merhy e Waitzkin 2001.
11. Mills 1997.
12. Barros, Vaughan e Victora 1986.
13. Yesudian 1994.
14. Velasquez, Madrid e Quick 1998.
15. Iyer e Sen 2000.
16. Yang 1993; Nittayaramphong e Tangcharaoensathien 1994.
17. Saywell 1999.
18. Tomlinson 1997.
19. Shaokang, Shenglan e Youde 1997.
20. Iriart, Waitzkin e Trotta 2002.
21. Iriart, Merhy e Waitzkin 2001.
22. Van Lerberghe e outros 2002; Sitthi-Amorn, Janjaroen e Somrongthong 2001.
23. Watkins 2000.
24. UNESCO e OECD 2000.
25. De e Drèze 1999; Mehrotra e outros (a publicar).
26. UNESCO Institute of Statistics e OECD 2002.
27. Results USA 2003.
28. Cox e Jimenez 1991; Mehrotra e Delamonica (a publicar); Watkins 2000.
29. Mehrotra e Delamonica (a publicar); Watkins 2000.
30. Watkins 2000.
31. UNESCO Institute of Statistics e OECD 2002.
32. UNESCO Institute of Statistics e OECD 2002.
33. Watkins 2000.
34. Mehrotra e Delamonica (a publicar).
35. UNESCO e OECD 2000.
36. West 1997; Kremer 2003.
37. Hall 2002.
38. Bayliss 2002b.
39. World Panel on Financing Water Infrastructure 2003 2003.
40. Bayliss 2002b.
41. Bayliss 2002b.
42. Leipziger e Foster 2003.
43. Gamier e outros 2000; Duncan, Jefferis e Molutsi 2000; Loewenson e Chisvo 2000.
44. Alailama e Sanderante 2000; Krishnan 2000.
45. Mehrotra e Jarrett 2002.
46. UNESCO 1996.
47. Rohde e Vishwanathan 1995.
48. Mills 1997.
49. Ver contas pormenorizadas em http://www.icii.org como ICIJ 2003b, 2003d e 2003e.
50. Business Partners for Development 2002.
51. Murphy e Bendell 1999.
52. Mehrotra e Delamonica (a publicar).
53. Kawabata, Xu e Carrin 2002.
54. World Panel on Financing Water Infrastructure 2003.

Capítulo 6

1. UNDP, DFID e World Bank 2002.
2. IMF 2000.
3. WEHAB Working Group 2002b.
4. UNDP 2002d; UNDP, DFID e World Bank 2002.
5. UNDP, DFID e World Bank 2002.
6. Khemani 2001.
7. Khemani 2001.
8. IPCC 2001a.
9. UNDP, WEC e UNDESA 2000.
10. UNDP, WEC e UNDESA 2000.
11. Koziell e McNeill 2002.
12. UNDP, DFID e World Bank2002.
13. Petkova e outros 2003.
14. UNDP, WEC e UNDESA 2000.
15. IEA 1999.
16. Myers e outros 2000.

Capítulo 7

1. Osava 2003. A primeira grande decisão de Lula foi adiar por um ano o concurso para a compra de 12 caças, por 760 milhões de dólares, que haviam de substituir a frota de combate de jactos da Força Aérea, actualmente com aproximadamente 30 anos de idade e que deve ser abatida ao efectivo até 2005. Os fundos irão, em vez disso, para o programa "Fome Zero". Todos os ministérios terão que reduzir custos no âmbito de um esforço conjunto para permitir maior despesa social, especialmente no programa "Fome Zero".
2. UNDP 2002f.
3. UNDP 2002e.
4. Manor 2003.
5. Mehrotra e Delamonica (a publicar).
6. Fisman e Gatti 2002. Os autores discutem a descentralização da despesa governamental e concluem, com base num estudo do caso de 55 países, que tem uma forte e significativa associação a menor corrupção e menores rendimentos burocráticos.
7. Manor 2003.
8. Manor 2003.
9. Watson 2002.
10. Turner e Hulme 1997.
11. Na Índia, as administrações locais a nível de aldeia, bloco e distrito chamam-se instituições de panchayati raj. Em 1992, a legislação ao abrigo das 73.ª e 74.ª emendas constitucionais exigiu que um terço dos lugares nos panchayats sejam reservados a mulheres.

12. Blair 2000.
13. UNDP 2003 d.
14. Grande parte das provas sobre estas iniciativas de descentralização é tirada de extensos estudos de caso. A razão é que quantificar muitos efeitos importantes da reforma política coloca um desafio empírico e conceptual. Alguns são excessivamente difíceis – e nalguns casos impossíveis de medir. Para mais discussão deste assunto, ver Manor 2003.
15. Tendler 1997.
16. As iniciativas de descentralização envolvem diferentes tipos de arranjos entre autoridades centrais e locais. Podem assumir a forma de desconcentração, em que gabinetes locais aplicam políticas decididas a nível nacional; de delegação, em que os governos locais têm poder de decisão limitado em matéria de financiamento e de regime e actuam como agentes responsáveis, em última análise, perante o governo central; e de delegação de poderes, em que o governo central transfere recursos, responsabilidade e a decisão para o nível local. A descentralização envolve normalmente um misto dos três.
17. UNDP 2001b.
18. Manor 2003.
19. Para uma discussão, ver Manor 1999, Evers 1996 e Hessling e Ba 1994.
20. Para uma discussão, ver Manor 1999 e Fuhr 2003.
21. Manor 1999.
22. Blair 2000.
23. Mamdani 1996.
24. Turner e Hulme 1997.
25. As intervenções saudadas por levarem mais longe a descentralização efectiva foram encabeçadas por partidos políticos como o Congresso Nacional Africano, o Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre, Brasil, e o Partido Comunista da Índia em Kerala. Todos estes partidos tentaram resolver o predomínio de grupos económica e socialmente enraizados através de políticas e medidas políticas como a descentralização e a reforma agrária. Para maior discussão, ver Heller 2001.
26. Foster e Mackintosh-Walker 2001.
27. Crook e Sturla Sverrisson 2001.
28. Blair 2000.
29. Calder6n e Pinc 2003.
30. Calderón e Pinc 2003.
31. Rojas 2002.
32. Budlender e outros 2002.
33. Calderón e Pinc 2003.
34. Calderón e Pinc 2003.
35. Fung e Wright 2002.
36. Fung e Wright 2002, p. 14.

Capítulo 8
1. UN 2001a.
2. Devarajan, Miller e Swanson 2002.
3. OECD, Development Assistance Committee 2003 d.
4. Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados no quadro de indicadores ODM 7.
5. World Bank 1998a.
6. Birdsall e Clemens 2003b.
7. World Bank 2003g.
8. OECD, Development Assistance Committee 1991.
9. Stewart 2003.
10. Birdsall, Williamson e Deese 2002.
11. IMF e International Development Association 2003.
12. Birdsall e Deese 2002.
13. Pettifor e Greenhill 2003.
14. Birdsall, Williamson e Deese 2002.
15. Birdsall e Deese 2003.
16. Birdsall e Deese 2003.
17. UNCTAD 2002a.
18. UNCTAD 2002a.
19. Wood 1995.
20. Millennium Project Task Force 9 2003.
21. Birdsall e Clemens 2003b.
22. Millennium Project Task Force 9 2003.
23. New Zeland 2003.
24. WTO 2000.
25. CAFOD 2002.
26. UNDP e outros 2003.
27. Birdsall, Williamson e Deese 2002.
28. WTO 2001.
29. Commission on Macroeconomics and Health 2001.
30 Trouiller e outros 2002.
31 Michaud e Murray 1996.
32. van den Haak, Vounatsos e McAuslane 2001.
33. Birdsall e Clemens 2003a.
34. Birdsall e Roodman 2003.

Notas bibliográficas

Capítulo 1 recorre a Barro 1996; Bissio 2003; Booth and Lucas 2002; Chivian 2002; Chwialkowska 2002; Colclough 2002; Foster 2002; IMF and others 2000; Jolly 2001, 2003; Khor 2000; Kraul 2002; Marks 2003; Millennium Project Task Force 1 2003; OECD 1996, 2003b; UN 1966, 1979, 1980, 1989, 2000a, 2000c, 2001b, 2002d; UNDP 1996, 2002g, 2003b; UNESCO Institute for Statistics 2002; UNHCHR 2002a, 2002b; UNICEF 2003a; WFUNA and North-South Institute 2002; White and Black 2002; World Bank 2002j.

Capítulo 2 recorre a Alvarez e outros 2002; Backiny-Yetna, Coulibaly and Raffinot 2003a, 2003b; Bajpay 2003; Bhalla 2002; Birdsall and Clemens 2003b; Birdsall and Londono 1997; Bourguignon 2001; Caldwell 1986; Carson, Laliberie and Khawaja 2001; CNN 1998; Cornia and Kiiski 2001; David 2003; De Vries 2003; Deaton 2003; Deininger and Olinto 2000; Deininger and Squire 1998; Dollar and Kraay 2002; Eberstadt 2002; ECLAC 2002; Fajnzylber, Lederman and Loayza 1998; FAO 2001b, 2002b; Filmer and Pritchett 1999; Fuentes, Balsells and Arriola 2003; Fuentes and Montes 2003; Gwatkin 2002; Henninger and Snel 2002; IFPRI 2002; IFRC 2001; Johnston 2002, 2003; Kanbur and Lustig 1999; Klasen and Wink 2002; Korzeniewicz and Moran 1997; Lee 1997; Macro International 2003; Marshall 2000; McEwin 2003; Mendonça 2003; Milanovic 1998, 2002, 2003; Millennium Project Task Force 5 2003a; Minujin and Delamonica 2003; Monsod and Monsod 2003; OECD, Development Assistance Committee 2003c; Oster, Lake and Oksman 1978; Pettifor and Greenhill 2003; Ravallion 2000, 2002; Reddy and Pogge 2002; Sala-i-Martin 2002; Sarmiento Gómez and others 2003; Schultz 1998; Simonpietri 2003; SIPRI 2002b; Snow and others 2003; Sprout and Weaver 1992; Stewart 2003; Székely and Hilgert 1999; UN 2002g, 2003c, 2003h; UNAIDS 1996, 2000, 2002b; UNCTAD 2002a; UNDP 1996, 2002a, 2002c, 2002e, 2003a, 2003c, 2003e; UNDP, ECLAC and Instituto de Pesquisa Economica Aplicada 2002; UNESCO 2002a; UNHCR 2000; UNICEF 1996, 2003b; UNIFEM 2000; VandeMoortele 2001, 2002; Ward 2003; Watkins 2000; Woo and Bao 2003; World Bank 2000a, 2002a, 2002f, 2002j, 2003d, 2003h; World Bank and IMF 2001; WSP 2002b; Zubarevich 2003.

Capítulo 3 recorre a Adams 2002; Bajpay 2003; Bruno, Ravallion and Squire 1996; China 2003; Commission on Macroeconomics and Health 2001; Daley-Harris 2003; Fitzgerald 2001; Gallup, Sachs and Mellinger 2003; IMF 2002a, 2002b; India 2003; Khandker 1998; Maddison 2001; McArthur and Sachs 2002; Mehrotra and Jolly 2000; Prosterman and Hansted 2000; Sen 1999; Stewart 2003; Uganda 2002; UNCTAD 2002b; UNDP 1996; UNICEF 2000; Woo and Bao 2003; World Bank 1998b, 2000b, 2002h, 2002i, 2003a, 2003e, 2003f, 2003i.

Capítulo 4 recorre a Agarwal 1994; Ainsworth, Nyamete and Beegle 1996; Alailama and Sanderante 2000; Alidou and Jung 2002; Avert.org 2003; Barro and Lee 1993; Barros, Vaughan and Victora 1986; Behrman and others 1999; Bennel and Furlong 1997; Bicego and Boerma 1991; Buckland, Hofmeyr and Meyer 1993; Caldwell 1979, 1986; Carlsson and Valdivieso 2003; Carnoy 1992; Chen and Desai 2000; Christiansen, Conway and Poston 2003; Commission on Macroeconomics and Health 2001; Delamonica, Mehrotra and VandeMoortele 2001; de los Angeles 2002; de Moor and Calamai 2003; DFID 2002c; Drèze and Sen 1995; Duncan, Jefferis and Molutsi 2000; Economic and Political Weekly 2000; Fan and Hazell 2001; Fan, Hazell and Thorat 1998; FAO 2001c, 2002a, 2002b; Filmer and Pritchett 1997, 1999; Filmer, Hammer and Pritchett 1998; Flug, Spilimbergo and Wachtenheim 1998; Forster-Rothbart and others 2002; Gupta, Verhoeven and Tiongson 2002; Haddad 1999; Haggblade and Tembo 2002; Hall 2003a; Hanmer and Naschold 2001; Heng and Hoey 2000; IFAD 2001; ILO 1991a, 1991b; India, Ministry of Finance 2002; India, Planning Commission 2002; International Institute of Population Sciences 2000; Jha 2002; Jimenez 1987; Kadzamira and Rose 2001; Kannan, Dev and Sharam 2000; Khatri and Frieden 2002; Kongsin and others 1998; Landell-Mills, Bishop and Porras 2002; Landuyt 1998; Lewin and Caillods 2001; Loewenson and Chisvo 2000; Lucas 1988; Maddison 2001; Mehrotra 1998, 1999, 2000a, 2000b, 2000c; Mehrotra and Biggeri 2002; Mehrotra and Buckland 1998; Mehrotra and Delamonica 1998, forthcoming; Mehrotra and Jolly 2000; Mehrotra and others forthcoming; Millennium Project Task Force 2 2003a, 2003b; Millennium Project Task Force 3 2003; Millennium Project Task Force 4 2003; Millennium Project Task Force 5 2003a, 2003b, 2003c, 2003d; Millennium Project Task Force 7 2003; Murthy 1999; OECD 2001, 2003b; OECD, Development Assistance Committee 2003b, 2003c; Paarlberg 2002; Panos Institute 2001; Pinstrup-Andersen, Pandya-Lorch and Rosegrant 1999; Pretty and Hine 2000; Reddy 2003; Saith 1995; Scherr, White and Kaimowitz 2002; Schultz 2001; Siniscalco 2002; SIPRI 2002a, 2002b, 2003; Stapleton 2000; Stiglitz 2002a; Swaminathan 2001; Thomas and Strauss 1998; Tilak 1997; UN 1985, 2000b, 2002b, 2002c, 2003g; UNAIDS 2002a; UNDP 2001d, 2002e; UNESCO 1999, 2002a, 2002b, 2003; UNESCO and ILO 1966; UNESCO and OECD 2000; UNESCO Institute for Statistics and OECD 2002; UNICEF 1991, 1999, 2000, 2001a, 2001b, 2002; Watkins 2000; WEHAB Working Group 2002b; Weiss 2002; White and Martin 2002; WHO 2000, 2003a, 2003b, 2003c; WHO, UNICEF and WSSCC 2000; World Bank 1993, 1996, 2002d, 2002g, 2003b, 2003i, forthcoming; World Bank and UN-Habitat 2003; World Panel on Financing Water Infrastructure 2003; WSP 2002a, 2002b; WSSCC 2002, 2003; WWC 2000.

Capítulo 5 recorre a Alailama e Sanderante 2000; Barros, Vaughan and Victora 1986; Bayliss 2002b; Bennett 1997; Berman and Rose 1996; Boubakri and Cosset 1998; Business Partners for Development 2002; Canadian Centre for Policy Alternatives 2003; Commission on Macroeconomics and Health 2001; Cornia and Stewart 1995; Cox and Jimenez 1991; De and Drèze 1999; Duncan, Jefferis and Molutsi 2000; Franceys 2001; Garnier and others 2000; GAVI 2003; Hall 2002, 2003b; Hall and Lobina 2001; Hao, Suhua and Lucas 1997; ICIJ 2003a, 2003b, 2003c, 2003d, 2003e; IFC 2002a, 2002b; International Council for Science 2002; Iriart, Merhy and Waitzkin 2001; Iyer and Sen 2000; Kawabata, Xu and Carrin 2002; Kremer 2003; Krishnan 2000; Leipziger and Foster 2003; Lobina 2000, 2001; Lobina and Hall 1999; Loewenson and Chisvo 2000; Mason and others 1980; Mehrotra and Delamonica forthcoming; Mehrotra and Jarrett 2002; Mehrotra and Jolly 2000; Mehrotra and others forthcoming; Mills 1997; Mills and others 2002; Murphy and Bendell 1999; Myers and Kent 1998; Nittayaramphong and Tangcharaoensathien 1994; Polanyi 1994; PSIRU 2000; Results USA 2003; Rohde and Vishwanathan 1995;

Save the Children 2001; Saywell 1999; Schulpen and Gibbon 2001; Shaokang, Shenglan and Youde 1997; Sidley 2001; Sinclair and Grieshaber-Otto 2002; Sitthi-Amorn, Janjaroen and Somrongthong 2001; Social Watch 2003; Stiglitz 2002a; Stocker, Waitzkin and Iriart 1999; Tomlinson 1997; Tornquist and others 2000; UNDP 2001a; UNESCO 1996, 2002a; UNESCO Institute for Statistics and OECD 2002; UNHCHR 2003; Van Lerberghe and others 2002; Velasquez, Madrid and Quick 1998; Watkins 2000; Webster and Sansom 1999; West 1997; Whitehead, Evans and Dahlgren 2001; WHO 2002; World Bank 1990, 1993, 1999, 2000c, 2002b, 2002j; World Panel on Financing Water Infrastructure 2003; WTO 2003; Yang 1993; Yesudian 1994.

Capítulo 6 recorre a AfDB e outros 2003; Annan 2002; Baumert and others 2002; Bryant and others 1998; Campbell 1997; Cavendish 1999; Chivian 2002; Common Dreams Press Wire 1998; DFID 2002b; UNDP, DFID and World Bank 2002; Ezzati and Kammen 2001; FAO 1998, 2001a; Finlayson and others 1999; Fuggle 2001; Gardiner 2002; Goldman and Tran 2002; Graumann 1977; Hardoy, Mitlin and Satterthwaite 2001; Harrison and Stassny 1999; IEA 1999, 2003; IEA and OECD 2003; IFPRI 2002; IMF 2000; Institute for European Environmental Policy 2002; IPCC 2001a, 2001b; IUCN 2002; Janzen 2000; Khemani 2001; Koziell and McNeill 2002; Lvovsky 2001; May and others 2002; Milazzo 1998; Millennium Project Task Force 8 2003; Myers and Kent 1998; Myers and others 2000; Naeem 1998; Nigel and others 1998; Nordhaus and Boyer 1999; OECD 1999; Oldeman, Hakkeling and Sombroek 1990; Petkova and others 2003; Pinstrup-Andersen and Pandya-Lorch 2001; Rainforest Foundation 1998; Repetto and Gillis 1998; Satterthwaite 2002; Sizer 2000; Smith 2000; Toledo 1997; UN 1997, 2002h, 2002i, 2003e, 2003f; UNCHS 1996; UNDP 1998, 2001a, 2002d; UNDP, WEC and UNDESA 2000; UNDP and others 1998, 2000; UNEP 2003; UN-HABITAT 2002; UN World Summit on Sustainable Development 2002; WEHAB Working Group 2002a, 2002b; WHO 1997; World Bank 2002k, 2003i; WRI 2000a, 2000b; WWF 2002.

Capítulo 7 recorre a Ablo e Reinikka 1998; Adamolekun 1999; Agrodev Canada 2000; Alm and Bahl 2001; Alston and Crawford 2000; Angell, Lowdon and Thorp 2001; Appleton 2001; Asian Development Bank 2002; Augustin-Jean 2002; Baiocchi 2001, 2002; Banerjee 2002; Banner 2002; Bardhan and Mookherjee 2000; Barraclough 1999; Bayliss 2002a; Besley and Burgess 2000, 2002; Blair 2000; Bourguignon and Ferreira 2000; Brinkerhoff and Goldsmith 2003; Brown and others 2000; Bruno, Ravallion and Squire 1996; Budlender and others 2002; Calderón 2002; Calderón and Pinc 2003; Calderón and Szmukler 2002; Cameron 2002; Carrión 2003; Chandler 2001; Choguill 2001; Council of Europe 1998; Crook 2001; Crook and Manor 1998; Crook and Sturla Sverrisson 2001, forthcoming; Cross and Kutengule 2001; Cuéllar-Marchelli 2001; Deshpande 2002; Devarajan, Miller and Swanson 2002; DFID 2000, 2002a; Dillinger and Fay 1999; Drake and others 2003; Drèze and Sen 2002; Evans 2002; Evers 1996; Fabre 2001; Faguet 2001; Ferro, Rosenblatt and Stern 2002; Finan, Sadoulet and de Janvry 2002; Fisman and Gatti 2002; Foster and Mackintosh-Walker 2001; Francis and James 2003; Franke and Chasin 2000; Fuentes and Niimi 2002; Fuhr2003; Fung and Wright 2002; Furtado 2001; Gargarella 2002; Gaventa and Valderrama 1999; Gloppen, Rakner and Tostensen 2002; Goetz and Jenkins 2001; Goldfrank 2002; Mutebi, Stone and Thin 2003; Gopalakrishnan and Sharma 1999; Grant and others 2001; Greenhill and Blackmore 2002; Harrison 2001; Harriss 2000; Heller 2000, 2001; Herring 2000, forthcoming; Hessling and Ba 1994; Hirschman 1970; Hope 2000; Hossain and Moore 2001; Houtzager 1999; Huizer 1999; ILO 2001; Institute of Development Studies 2003; Iriart, Waitzkin and Trotta 2002; Jenkins and Goetz 1999; Jhabvala and Kanbur 2002; Johnson 2001, 2003; Johnson and Start 2001; Kabeer 2000; Kanbur and Squire 1999; Kawabata, Xu and Carrin 2002; Khemani 2001; Kohl 2002; Kosack 2003; Krishnan 2000; Kudva 2003; Leftwich 1994; Lipton and Ravallion 1994; Lopes 2002; Lopez 2003; MacDonald 2002; Mamdani 1976, 1995, 1996; Manor 1999, 2000, 2003; McIntyre 2002; Mehrotra 2002; Mehrotra and Delamonica forthcoming; Michaud and Murray 1996; Migdal, Kohli and Shue 1994; Millennium Project Task Force 6 2003; Milliken and Krause 2002; Moore and Putzel 1999a, 1999b; Mozambique 2002; Naidu 2002; Narasimahan 2002; Narayan and Patesch 2000; Noman 1997; Ogus 2002; Osava 2003; Øyen 2002; Pande 2003; Paul 2002; Phillips 1995; Rahman and Westley 2001; Reno 2002; Ribot 2001; Roberts 2003; Rojas 2002; Ruggeri 2001; Sahn and Stifel 2003; Schusterman and others 2002; Shah 1998; Shankar and Shah 2001; Shatkin 2000; Social Watch 2003; Steinich 2000; Stiglitz 1996, 2002b, 2003; Tendler 1997; Tinker 2002; Turner and Hulme 1997; UN 2003d; UNDP 2001b, 2002b, 2002e, 2002f, 2003d; Valderrama 1998; Veltmeyer 1997; Walker 2002; Watson 2002; Work 2002; Working Group on Contemporary Forms of Slavery 1997, 1999; Yoder 2003.

Capítulo 8 recorre a Abrego e Ross 2001; Birdsall and Clemens 2003a, 2003b; Birdsall and Deese 2002, 2003; Birdsall and Roodman 2002, 2003; Birdsall, Williamson and Deese 2002; Business Week 2000; CAFOD 2002; CGIAR 2003; Cline 2002, forthcoming; Commission on Macroeconomics and Health 2001; Damon, Danté and Naudet 1999; Devarajan, Miller and Swanson 2002; Economist 2001; European Commission 2002a, 2002b; Finger and Harrison 1996; Fortucci 2002; Fukuda-Parr, Lopes and Malik 2002; Geithner and Nankani 2002; Gore 2002; Goreaux 2003; Gutierrez and others 1996; Hanlon 1998; Hendra and Courtnadge 2003; Herfkens 2002; Hertel and Martin 1999; IMF and International Development Association 2003; International Cotton Consultative Committee 2002; Khor 2002a, 2002b; Lopes and Thieson 2003; Michaud and Murray 1996; Millennium Project Task Force 9 2003; Millennium Project Task Force 10 2003; Narayan and Patesch 2000; New Zealand 2003; OECD 2003a; OECD, Development Assistance Committee 1991, 2001, 2003a, 2003d; Oxfam 2002; Pettifor and Greenhill 2003; PIPA 2002; Quiroga 2002; Rahman 2003; Randel and German 1998; Ranis and Stewart 2000; Stewart 2003; Trouiller and others 2002; UN 2001a, 2002a, 2002d, 2002e, 2002f , 2003a, 2003b; UNCTAD 2000, 2002a; UNDP 1993, 2000, 2001c; UNDP and others 2003; UNICEF 2003b; United Kingdom 2003; van den Haak, Vounatsos and McAuslane 2001; Van de Walle and Johnston 1996; ; Wood 1995; World Bank 1998a, 2001, 2002c, 2002e, 2002f, 2003c, 2003g, 2003i; WTO 2000, 2001.

Bibliografia

Documentos de apoio

Birdsall, Nancy, and Michael Clemens. 2003b. "What Rich Countries Can Do: The Global Social Contract."
Calderón, Fernando, and Christopher Pinc. 2003. "Political Reforms and Policies Enabling People's Empowerment and Advancing Human Development: The Challenges for Latin American Countries."
David, Isadoro P. 2003. "The International Statistical System and Statistical Capacity Building: Then and Now."
Deaton, Angus. 2003. "Data for Monitoring the Poverty MDG."
Jolly, Richard. 2003. "Global Goals: The UN Experience."
Manor, James. 2003. "Democratisation with Inclusion: Political Reforms and People's Empowerment at the Grassroots."
Pettifor, Ann, and Romilly Greenhill. 2003. "Debt Relief and the Millennium Development Goals."
Reddy, Sanjay. 2003. "Stagnation! Growth Failures, Coping Strategies and Human Development: Cross-Country Evidence and Policy Implications."
Stewart, Frances. 2003. "Conflict and the MDGs."

Notas de apoio

CIESIN (Center for International Earth Science Information Network). 2003. "Mapping Human Development."
De Vries, Willem. 2003. "Measuring Statistical Capacity."
Johnston, Robert. 2003. "Notes on Statistical Capacity Building Issues."
UNDP (United Nations Development Programme). 2003a. "Conflict Mapping." Bureau for Crisis Prevention and Recovery.
Ward, Michael. 2003. "An Integrated Overview of Poverty and Inequality."
World Bank. 2003d. "Managing the Increasing Demand for Statistics."
———. 2003h. "Successful Statistical Capacity Building."

Estudos de países

Akder, Halis. 2003. "Human Development Progress towards the Millennium Development Goals: Turkey."
Backiny-Yetna, Prosper, Siaka Coulibaly and Marc Raffinot. 2003a. "Country Case Study on Human Development Progress towards the MDGs at the Sub-National Level: Burkina Faso."
———. 2003b. "Country Case Study on Human Development Progress towards the MDGs at the Sub-National Level: Mali."
Bajpay, Nirupam. 2003. "India: Towards the Millennium Development Goals."
Fuentes, Juan Alberto, Edgar Balsells and Gustavo Arriola. 2003. "Guatemala: Human Development Progress towards the MDGs at the Sub-National Level."
Fuentes, Ricardo, and Andres Montes. 2003. "Millennium Development Goals for Mexico."
Mendonça, Rosane. 2003. "Country Case Study on Human Development Progress towards the MDGs at the Sub-National Level: Brazil."
Monsod, Solita, and Toby T. Monsod. 2003. "Philippines Case Study on Human Development Progress towards the MDGs at the Sub-National Level."
Sarmiento Gómez, Alfredo, Lucía Mina Rosero, Carlos Alonso Malaver and Sandra Álvarez Toro. 2003. "Human Development Progress towards the Millennium Development Goals in Colombia."
Snow, Thomas, Michael Faye, John McArthur and Jeffrey Sachs. 2003. "Country Case Studies on the Challenges Facing Landlocked Developing Countries."
Topinska, Irena. 2003. "Human Development Progress towards the MDGs at the Subnational Level. Poland."
Woo, Wing, and Shuming Bao. 2003. "China Case Study on Human Development Progress towards the Millennium Developmental Goals at the Sub-National Level."
Zubarevich, Natalia. 2003. "Russian Case Study on Human Development Progress towards the MDGs at the Sub-National Level."

Documentos dos grupos de trabalho do Projecto do Milénio

Millennium Project Task Force 1. 2003. "A Millennium Development Strategy for Achieving Poverty Alleviation and Economic Growth."
Millennium Project Task Force 2. 2003a. "Halving Global Hunger."
———. 2003b. "Halving Global Hunger." Second draft.
Millennium Project Task Force 3. 2003. "Achieving Universal Primary Education by 2015."
Millennium Project Task Force 4. 2003. "Child Health and Maternal Health."
Millennium Project Task Force 5. 2003a. "Combating HIV/AIDS in the Developing World."
———. 2003b. "Combating Tuberculosis."
———. 2003c. "Expanding Access to Essential Medicines in the Developing World."
———. 2003d. "Reducing the Burden of Malaria in the Developing World."
Millennium Project Task Force 6. 2003. "Environmental Sustainability."
Millennium Project Task Force 7. 2003. "Achieving the Millennium Development Goals in Water and Sanitation."
Millennium Project Task Force 8. 2003. "Improving the Lives of Slum Dwellers."
Millennium Project Task Force 9. 2003. "Trade and Finance and the Millennium Development Goals."
Millennium Project Task Force 10. 2003. "Science, Technology and Innovation: Challenges and Opportunities for Implementing the Millennium Development Goals."

Referências

Ablo, Emmanuel, and Ritva Reinikka. 1998. "Do Budgets Really Matter? Evidence from Public Spending on Education and Health in Uganda." Policy Research Working Paper 1926. World Bank, Washington, DC.
Abrego, Lisandro, and Doris C. Ross. 2001. "Debt Relief under the HIPC Initiative: Context and Outlook for Debt

Sustainability and Resource Flows." IMF Working Paper 01/144. International Monetary Fund, Washington, DC.
Adamolekun, Ladipo. 1999. *Public Administration in Africa*. Boulder, Colo.: Westview Press.
Adams, Richard. 2002. "Economic Growth, Inequality, and Poverty: Findings from a New Data Set." Policy Research Working Paper 2972. World Bank, Washington, DC.
AfDB (African Development Bank), ADB (Asian Development Bank), DFID (UK Department for International Development), DGIS (Netherlands Directorate-General for International Cooperation), EC (European Commission), BMZ (German Federal Ministry for Economic Cooperation and Development), OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development), UNDP (United Nations Development Programme), UNEP (United Nations Environment Programme) and World Bank. 2003. "Poverty and Climate Change: Reducing the Vulnerability of the Poor." 23 October. World Bank, Washington, DC. [http://lnweb18.worldbank.org/ESSD/essdext.nsf/46DocByUnid/6449D122940C7A9485256C4F005349D7/$FILE/PovertyAndClimateChange2002.pdf]. March 2003.
Agarwal, Bina. 1994. *A Field of One's Own: Gender and Land Rights in South Asia*. Cambridge: Cambridge University Press.
Agrodev Canada. 2000. "Final Report: Sindh Rural Development Project." Report prepared for the government of Sindh and the Asian Development Bank. Ottawa.
Ainsworth, Martha, Andrew Nyamete and Kathleen Beegle. 1996. "The Impact of Women's Schooling on Fertility and Contraceptive Use: A Study of Fourteen Sub-Saharan African Countries." *World Bank Economic Review* 10 (1): 85–122. [http://www.worldbank.org/research/journals/wber/revjan96/impact.htm]. March 2003.
Alailama, Patricia, and Nimal Sanderante. 2000. "Social Policy in a Slowly Growing Economy: Sri Lanka." In Santosh Mehrotra and Richard Jolly, eds., *Development with a Human Face: Experiences in Social Achievement and Economic Growth*. Oxford: Clarendon Press.
Alidou, Hassana, and Ingrid Jung. 2002. "Education Language Policies in Francophone Africa: What Have We Learned from Field Experiences?" In Steven J. Baker, ed., *Language Policy: Lessons from Global Models*. Monterey, Calif.: Monterey Institute of International Studies. [http://www.miis.edu/docs/langpolicy/ch04.pdf]. March 2003.
Alm, James, and Roy Bahl. 2001. "Can Indonesia Decentralise Successfully? Plans, Problems and Prospects." *Bulletin of Indonesian Economic Studies* 37 (1): 83–102. [http://rspas.anu.edu.au/economics/bies/biesabsv37no1.pdf]. March 2003.
Alston, Philip, and James Crawford, eds. 2000. *The Future of UN Human Rights Treaty Monitoring*. New York: Cambridge University Press.
Alvarez, Michael, Jose Antonio Cheibub, Jennifer Gandhi, Fernando Limongi, Adam Przeworski and Sebastian Saiegh. 2002. "D&D2000." Data set provided in correspondence. March. New York University, Department of Politics, New York.
Angell, Alan, Pamela Lowdon and Rosemary Thorp. 2001. *Decentralizing Development: The Political Economy of Institutional Reform in Colombia and Chile*. New York: Oxford University Press.
Annan, Kofi. 2002. "Towards a Sustainable Future." American Museum of Natural History's Annual Environmental Lecture, delivered by Nane Annan, 14 May, New York. [http://sustsci.harvard.edu/keydocs/fulltext/annan_amnh_020514.pdf]. March 2003.
Appleton, Simon. 2001. "Poverty Reduction during Growth: The Case of Uganda,1992–2000." University of Nottingham, School of Economics. [http://www.uppap.or.ug/docs/simonpaper.pdf]. March 2003.
Asian Development Bank. 2002. "Poverty in Pakistan: Issues, Causes and Institutional Responses." Islamabad. [http://www.adb.org/Documents/Reports/Poverty_PAK/default.asp]. March 2003.
Augustin-Jean, Louis. 2002. "Rural Enterprises and Regional Development in the People's Republic of China: Part One—Institutional Context and Economic Reforms." *Géographie, Économie, Société* 4 (3): 323–36.
Avert.org. 2003. "AIDS in Thailand." [http://www.avert.org/aidsthai.htm]. March 2003.
Baiocchi, Gianpaolo. 2001. "Participation, Activism, and Politics: The Porto Alegre Experiment and Deliberative Democratic Theory." *Politics and Society* 29 (1): 43–72.
———. 2002. "Synergizing Civil Society: State-Civil Society Regimes in Porto Alegre, Brazil." *Political Power and Social Theory* 15. [http://www.pitt.edu/~baiocchi/BaiocchiPPST15.pdf]. March 2003.
Banerjee, Abhijit. 2002. "Who Is Getting the Public Goods in India? Some Evidence and Some Speculation." Massachusetts Institute of Technology, Department of Economics, Cambridge, Mass. [http://www.arts.cornell.edu/econ/indiaconf/Banerjee%20paper.pdf]. March 2003.
Banner, Gerhard. 2002. "Community Governance and the New Central-Local Relationship." *International Social Science Journal* 54 (172): 217–31.
Bardhan, Pranab, and Dilip Mookherjee. 2000. "Capture and Governance at Local and National Levels." *American Economic Review* 90 (2): 135–39.
Barraclough, Salon. 1999. "Land Reform in Developing Countries: The Role of the State and Other Actors." United Nations Research Institute for Social Development, Geneva. [http://www.ifad.org/popularcoalition/pdf/mon2.pdf]. March 2003.
Barro, Robert. 1996. "Democracy and Growth." *Journal of Economic Growth* 1 (1): 1–27.
Barro, Robert, and Jong-Wha Lee. 1993. *Losers and Winners in Economic Growth*. NBER Working Paper 4341. Cambridge, Mass.: National Bureau of Economic Research.
Barros, Fernando, J. Patrick Vaughan and Cesar Victora. 1986. "Why So Many Caesarean Sections? The Need for Further Policy Change in Brazil." *Health, Policy and Planning* 1 (1): 19–29.
Baumert, Kevin A., Odile Blanchard, Silvi Llosa and James Perkaus, eds. 2002. *Building on the Kyoto Protocol: Options for Protecting the Climate*. Washington, DC: World Resources Institute. [http://climate.wri.org/pubs_pdf.cfm?PubID=3762]. March 2003.
Bayliss, Kate. 2002a. "Privatisation and Poverty: The Distributional Impact of Utility Privatisation." *Annals of Public and Cooperative Economics* 73 (4): 603–25.
———. 2002b. "Water Privatization in SSA: Progress, Problems and Policy Implications." Public Services International Research Unit, London. [http://www.psiru.org/]. March 2003.
Behrman, Jere R., Andrew Foster, Mark Rosenzweig and Prem Vashishtha. 1999. "Women's Schooling, Home Teaching, and Economic Growth." *Journal of Political Economy* 107 (4): 682–714.
Bennel, Paul, and Dominic Furlong. 1997. "Has Jomtien Made Any Difference? Trends in Donor Funding for Education and Basic Education since the Late 1980s." IDS Working Paper 51. University of Sussex, Institute of Development Studies, Brighton, England. [http://www.ids.ac.uk/ids/bookshop/wp/wp51.pdf]. March 2003.
Bennett, Sara. 1997. "Private Health Care and Public Policy Objectives." In Christopher Colclough, ed., *Marketizing Education and Health in Developing Countries: Miracle or Mirage?* Oxford: Clarendon Press.
Berman, Peter, and Laura Rose. 1996. "The Role of Private Providers in Maternal and Child Health and Family Planning Services in Developing Countries." *Health Policy and Planning* 11 (2): 142–55. [http://www.hsph.harvard.edu/ihsg/publications/pdf/No-18.PDF]. March 2003.
Besley, Timothy, and Robin Burgess. 2000. "Land Reform, Poverty Reduction, and Growth: Evidence from India." *Quarterly Journal of Economics* 115 (2): 389–430.

———. 2002. “The Political Economy of Government Responsiveness: Theory and Evidence from India.” *Quarterly Journal of Economics* 117 (4): 1415–52.

Bhalla, Surjit. 2002. *Imagine There’s No Country: Poverty, Inequality and Growth in the Era of Globalization*. Washington, DC: Institute for International Economics. [http://www.cis.org.au/Policy/summer02-03/polsumm0203-9.htm]. March 2003.

Bicego, George, and J. Ties Boerma. 1991. “Maternal Education and Child Survival: A Comparative Analysis of DHS Data.” Paper presented at the Demographic and Health Surveys World Conference, 5 August, Washington, DC.

Birdsall, Nancy, and Michael Clemens. 2003a. “From Promise to Performance: How Rich Countries Can Help Poor Countries Help Themselves.” CGD Brief 1 (2). Center for Global Development, Washington, DC.

Birdsall, Nancy, and Brian Deese. 2002. “Delivering on Debt Relief.” CGD Brief 1. Center for Global Development, Washington, DC.

———. 2003. “Beyond HIPC: Secure Sustainable Debt Relief for Poor Countries.” Paper presented at the 2002 Commonwealth HIPC Ministerial Forum, 12 September 2002. Center for Global Development, Washington, DC.

Birdsall, Nancy, and Juan Luis Londono. 1997. “Asset Inequality Does Matter: Lessons from Latin America.” Office of the Chief Economist Working Paper 344. Inter-American Development Bank, Washington, DC. [http://bjcu.uca.edu.ni/biblioteca/debates/Birdsall&Londono.pdf]. March 2003.

Birdsall, Nancy, and David Roodman. 2002. “Gold for Debt: From Debt Relief to a New Development Architecture.” International Institute of Economics, Washington, DC.

———. 2003. “The Commitment to Development Index: A Scorecard of Rich-Country Policies.” Center for Global Development, Washington, DC.

Birdsall, Nancy, John Williamson and Brian Deese. 2002. *Delivering on Debt Relief: From IMF Gold to a New Aid Architecture*. Washington, DC: International Institute for Economics.

Bissio, Roberto. 2003. “Civil Society and the MDGs.” Instituto del Tercer Mundo, Montevideo, Uruguay.

Blair, Harry. 2000. “Participation and Accountability at the Periphery: Democratic Local Governance in Six Countries.” *World Development* 28 (1): 21–39. [http://www.worldbank.org/participation/participationaccountability.pdf]. March 2003.

Booth, David, and Henry Lucas. 2002. “Monitoring Progress towards the Millennium Development Goals at Country Levels.” In Howard White and Richard Black, eds., *Targeting Development: Critical Perspectives on the Millennium Development Goals and International Development Targets*. London: Routledge.

Boubakri, Narjess, and Jean-Claude Cosset. 1998. “Privatization in Developing Countries: An Analysis of the Performance of Newly Privatized Firms.” Public Policy for the Private Sector Note 156. World Bank, Private Sector and Infrastructure Network, Washington, DC. [http://www1.worldbank.org/viewpoint/HTMLNotes/156/156cosse.pdf]. March 2003.

Bourguignon, François. 2001. “Crime as a Social Cost of Poverty and Inequality: A Review Focusing on Developing Countries.” In Shahid Yusuf, Simon Evenett and Weiping Wu, eds., *Facets of Globalization: International and Local Dimensions of Development*. Washington, DC: World Bank.

Bourguignon, François, and Francisco Ferreira. 2000. “Understanding Inequality in Brazil: A Conceptual Overview.” Discussion Paper 434. Catholic University of Rio de Janeiro, Department of Economics. [http://www.econ.puc-rio.br/pdf/td434.pdf]. March 2003.

Brinkerhoff, Derick, and Arthur Goldsmith. 2003. “How Citizens Participate in Macroeconomic Policy: International Experience and Implications for Poverty Reduction.” World Development 31 (4): 685–701.

Brown, Adrienne, Mick Foster, Andy Norton and Felix Naschold. 2000. “The Status of Sector-Wide Approaches.” Overseas Development Institute, London. [http://www.odi.org.uk/publications/wp142.pdf]. March 2003.

Bruno, Michael, Martin Ravallion and Lyn Squire. 1996. “Equity and Growth in Developing Countries: Old and New Perspectives on the Policy Issues.” Policy Research Working Paper 1563. World Bank, Washington, DC. [http://www.worldbank.org/html/dec/Publications/Workpapers/wps1563-abstract.html]. March 2003.

Bryant, Dirk, Lauretta Burke, John McManus and Mark Spalding. 1998. “Reefs at Risk Analysis: A Map-Based Indicator of Threats to the World’s Coral Reefs.” World Resources Institute, Washington, DC.

Buckland, Peter, Jane Hofmeyr and Susan Meyer. 1993. *Teacher Salaries in South Africa: A Policy Perspective*. Johannesburg: Urban Foundation.

Budlender, Debbie, Diane Elson, Guy Hewitt and Tanni Mukhopadhyay. 2002. *Gender Budgets Make Cents*. London: Commonwealth Secretariat.

Business Partners for Development. 2002. “Putting Partnering to Work: Results and Recommendations for Business.” London. [http://www.bpdweb.org/docs/biz4of5.pdf]. March 2003.

Business Week. 2000. “Global Resistance to GM Imperils Monsanto’s Future.” 12 June.

CAFOD (Catholic Agency for Overseas Development). 2002. “The Rough Guide to the CAP.” London.

Calderón, Fernando. 2002. *La Reforma de la Política: Deliberación y Desarrollo*. Caracas and La Paz: Ildis/FES Bolivia/Nueva Sociedad.

Calderón, Fernando, and Alicia Szmukler. 2002. “Political Culture and Development.” In Vijayendra Rao and Michael Walton, eds., *Culture and Public Action*. Washington, DC: World Bank. [http://www.worldbank.org/research/conferences/culture/papers/Calderon-English.pdf]. March 2003.

Caldwell, John. 1979. “Education as a Factor in Mortality Decline: An Examination of Nigerian Data.” *Population Studies* 33 (3): 395–413.

———. 1986. “Routes to Low Mortality in Poor Countries.” *Population Development Review* 12 (2): 171–220.

Cameron, Robert. 2002. “Central-Local Financial Relations in South Africa.” *Local Government Studies* 28 (special issue 3): 113–34.

Campbell, H. 1997. “Indoor Air Pollution and Acute Lower Respiratory Infections in Young Gambian Children.” *Health Bulletin* 55: 20–31.

Canadian Centre for Policy Alternatives. 2003. “A GATS Primer.” [http://www.canadians.org/campaigns/campaigns-tradepub-gats_primer.html]. March 2003.

Carlsson, Helene, and Cecilia Valdivieso. 2003. “Gender Equality and the Millennium Development Goals.” World Bank, Gender and Development Group, Washington, DC.

Carnoy, Martin. 1992. *The Case for Investing in Basic Education*. New York: United Nations Children’s Fund.

Carrión, Diego. 2003. “Democracy and Social Participation in Latin American Cities.” *Development in Practice* 11 (2/3): 208–17.

Carson, Carol, Lucie Laliberie and Sarmad Khawaja. 2001. “Some Challenges of Statistical Capacity Building.” Paper presented at the 53rd Session of the International Statistical Institute, 22–29 August, Seoul.

Cavendish, William. 1999. “Empirical Regularities in the Poverty-Environment Relationship of African Rural Households.” Working Paper 99-21. Centre for the Study of African Economies, London. [http://www.econ.ox.ac.uk/CSAEadmin/workingpapers/pdfs/9921text.pdf]. March 2003.

CGIAR (Consultative Group on International Agricultural Research). 2003. “Funding.” Washington, DC. [http://www.cgiar.org/who/wwa_funding.html]. March 2003.

Chandler, David. 2001. “Active Citizens and the Therapeutic State: The Role of Democratic Participation in Local Government Reform.” *Policy & Politics* 29 (1): 3–14.

Chen, Lincoln, and Meghnad Desai. 2000. "Paths to Social Development: Lessons from Case Studies." In Santosh Mehrotra and Richard Jolly, eds., *Development with a Human Face: Experiences in Social Achievement and Economic Growth*. Oxford: Clarendon Press.

China, Ministry of Foreign Trade and Economic Cooperation. 2003. "Statistical Data on Foreign Direct Investment." Beijing. [http://www1.moftec.gov.cn/moftec_en/tjsj/wazi_01_en.html]. March 2003.

Chivian, Eric. 2002. "Biodiversity: Its Importance to Human Health." Harvard Medical School, Boston.

Choguill, Charles. 2001. "Urban Policy as Poverty Alleviation: The Experience of the Philippines." *Habitat International* 25 (1): 1–13.

Christiansen, Karin, Tim Conway and Mark Poston. 2003. "The Millennium Development Goals and the IDC: Driving and Framing the Committee's Work." Overseas Development Institute, London. [http://www.odi.org.uk/pppg/publications/papers_reports/other/IDC/]. March 2003.

Chwialkowska, Luiza. 2002. "U.S. Pledges Aid to Poor Nations That Respect Law." *National Post*, 23 March.

Cline, William. 2002. "An Index of Industrial Country Trade Policy toward Developing Countries." Working Paper 14. Center for Global Development, Washington, DC.

———. Forthcoming. *Trade Policy and Global Poverty*. Washington, DC: Institute for International Economics and Center for Global Development

CNN. 1998. "Researchers Trace First HIV Case to 1959 in the Belgian Congo." 3 February. [http://www.cnn.com/HEALTH/9802/03/earliest.aids/]. March 2003.

Colclough, Christopher. 2002. "Can the Millennium Development Goals for Education Be Achieved?" In Howard White and Richard Black, eds., *Targeting Development: Critical Perspectives on the Millennium Development Goals and International Development Targets*. London: Routledge.

Commission on Macroeconomics and Health. 2001. *Macroeconomics and Health: Investing in Health for Economic Development*. Geneva: World Health Organization. [http://www.un.org/esa/coordination/ecosoc/docs/RT.K.MacroeconomicsHealth.pdf]. March 2003.

Common Dreams Press Wire. 1998. "Massive Government Subsidies Bloat Fishing Industry and Violate World Trade Rules; WWF Calls for New International Fisheries Rules and Mechanisms." 26 March. [http://www.commondreams.org/pressreleases/Sept98/090998h.htm]. March 2003.

Cornia, Giovanni Andrea, and Sampsa Kiiski. 2001. "Trends in Income Distribution in the Post–World War II Period: Evidence and Interpretation." UNU/WIDER Discussion Paper 2001/89. United Nations University, World Institute for Development Economics Research, Helsinki. [http://www.wider.unu.edu/publications/dps/dp2001-89.pdf]. March 2003.

Cornia, Giovanni Andrea, and Frances Stewart. 1995. "Two Errors of Targeting." In Dominique van de Walle and Kimberly Nead, eds., *Public Spending and the Poor: Theory and Evidence*. Baltimore, Md., and London: Johns Hopkins University Press.

Council of Europe. 1998. "Structure and Operation of Local and Regional Democracy: Croatia—Situation in 1998." Report adopted by the Steering Committee on Local and Regional Democracy. Strasbourg, France. [http://www.coe.int/T/E/Legal_Affairs/Local_and_regional_Democracy/Steering_Committee_(CDLR)/Publications/Structure_Series/croatia.pdf]. March 2003.

Cox, Donald, and Emmanuel Jimenez. 1991. "Achieving Social Objectives through Private Transfers: A Review." *World Bank Research Observer* 5 (2): 205–18.

Crook, Richard. 2001. "Strengthening Democratic Governance in Conflict-Torn Societies: Civic Organisations, Democratic Effectiveness and Political Conflict." IDS Working Paper 129. University of Sussex, Institute of Development Studies, Brighton, England. [http://www.ids.ac.uk/ids/bookshop/wp/wp129.pdf]. March 2003.

Crook, Richard, and James Manor. 1998. *Democracy and Decentralisation in South Asia and West Africa: Participation, Accountability and Performance*. Cambridge: Cambridge University Press.

Crook, Richard, and Alan Sturla Sverrisson. 2001. "Decentralisation and Poverty Alleviation in Developing Countries: A Comparative Analysis or, Is West Bengal Unique?" IDS Working Paper 130. University of Sussex, Institute of Development Studies, Brighton, England. [http://www.ids.ac.uk/ids/bookshop/wp/wp130.pdf]. March 2003.

———. Forthcoming. "Does Decentralization Contribute to Poverty Reduction?" In Peter Houtzager and Mick Moore, eds., *Changing Paths: International Development and the New Politics of Inclusion*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

Cross, C., and Milton Kutengule. 2001. "Decentralization and Rural Livelihoods in Malawi." LADDER Working Paper 4. Overseas Development Group, Norwich, England.

Cuéllar-Marchelli, Helga. 2001. "Decentralization and Privatization of Education in El Salvador: Assessing the Experience." *International Journal of Educational Development* 23 (2): 145–66.

Daley-Harris, Sam. 2003. "State of the Microcredit Summit Campaign Report 2002." Microcredit Summit Campaign, Washington, DC. [http://www.microcreditsummit.org/pubs/reports/socr/2002/socr02_en.pdf]. March 2003.

Damon, Jacqueline, Indrissa Danté and David Naudet. 1999. "Improving the Effectiveness of Aid Systems: The Case of Mali." United Nations Development Programme, New York.

De, Anuradha, and Jean Drèze. 1999. *Public Report on Basic Education in India*. Delhi: Oxford University Press.

Deininger, Klaus, and Pedro Olinto. 2000. "Asset Distribution, Inequality, and Growth." Policy Research Working Paper 2375. World Bank, Washington, DC. [http://wbln0018.worldbank.org/Research/workpapers.nsf/568b4463f7c6e237852567e500514be6/3d38b10b0587e4f98525690b0054e45e/$FILE/wps2375.pdf]. March 2003.

Deininger, Klaus, and Lyn Squire. 1998. "New Ways of Looking at Old Issues: Inequality and Growth." *Journal of Development Economics* 57 (2): 259–87.

Delamonica, Enrique, Santosh Mehrotra and Jan VandeMoortele. 2001. "Is EFA Affordable? Estimating the Global Minimum Cost of 'Education for All'." Working Paper 87. United Nations Children's Fund, Innocenti Research Centre, Florence, Italy. [http://www.unicef-icdc.org/publications/pdf/iwp87.pdf]. March 2003.

de los Angeles, Ann. 2002. "RUPES: Rewarding Upland Producers for Ecosystem Services." Paper presented at the Forest Trends Katoomba Group Workshop, 14 March, Kew Gardens, England.

de Moor, André, and Peter Calamai. 2003. *Subsidizing Unsustainable Development: Undermining the Earth with Public Funds*. San Jose, Costa Rica: Earth Council. [http://www.ecouncil.ac.cr/econ/sud/subsidizing_unsd.pdf]. March 2003.

Deshpande, Ashwini. 2002. "Assets versus Autonomy? The Changing Face of the Gender-Caste Overlap in India." *Feminist Economics* 8 (2): 19–35.

Devarajan, Shantayanan, Margaret Miller and Eric Swanson. 2002. "Goals for Development: History, Prospects and Costs." Policy Research Working Paper 2819. World Bank, Washington, DC.

DFID (UK Department for International Development). 2000. "Eliminating World Poverty: Making Globalisation Work for the Poor." London. [http://www.globalisation.gov.uk]. March 2003.

———. 2002a. "Better Livelihoods for Poor People: The Role of Land Policy." London. [http://www.dfid.gov.uk/Pubs/files/landpolicy_consult.pdf]. March 2003.

———. 2002b. “Biodiversity: A Crucial Issue for the World’s Poorest.” London. [http://www.dfid.gov.uk/Pubs/files/biodiversity.pdf]. March 2003.

———. 2002c. “UK Position on EU Themes for World Food Summit Five Years Later.” London.

———. 2002d. “Better Livelihoods for Poor People: The Role of Agriculture.” London. [http://www.dfid.gov.uk/Pubs/files/agriculture_consult.pdf]. March 2003.

———. 2002e. “A Framework for Increasing Access to Essential Medicines through Voluntary Differential Pricing.” London. [http://www.dfid.gov.uk/Pubs/files/access_to_medicines_report28.11.pdf]. March 2003.

Dillinger, William, and Marianne Fay. 1999. “From Centralized to Decentralized Governance.” *Finance and Development* 36 (4): 19–21. [http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/1999/12/dillinge.htm]. March 2003.

Dollar, David, and Aart Kraay. 2002. “Spreading the Wealth.” *Foreign Affairs* 81 (1): 120–33. [http://www.foreignaffairs.org/20020101faessay6561/david-dollar-aart-kraay/spreading-the-wealth.html]. March 2003.

Drake, Elizabeth, Ambreen Malik, Ying Xu, Ioanna Kotsioni, Rasha El-Habashy and Vivek Misra. 2003. “Good Governance and the World Bank.” Bretton Woods Project, London. [http://www.brettonwoodsproject.org/topic/governance/goodgov/s32goodgovfinal.pdf]. March 2003.

Drèze, Jean, and Amartya Sen. 1995. *India: Economic Development and Social Opportunity*. Oxford: Oxford University Press.

———. 2002. *India: Development and Participation*. Oxford: Oxford University Press.

Duncan, Tyrrell, Keith Jefferis and Patrick Molutsi. 2000. “Botswana: Social Development in a Resource-Rich Economy.” In Santosh Mehrotra and Richard Jolly, eds., *Development with a Human Face: Experiences in Social Achievement and Economic Growth*. Oxford: Clarendon Press.

Eberstadt, Nicholas. 2002. “The Future of AIDS.” *Foreign Affairs* 81 (6). [http://www.foreignaffairs.org/20021101faessay9990/nicholas-eberstadt/the-future-of-aids.html]. March 2003.

ECLAC (United Nations Economic Commission for Latin America and the Caribbean). 2002. *Social Panorama for Latin America and the Caribbean*. Santiago, Chile. [http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/5/11245/P11245.xml&xsl=/dds/tpl-i/p9f.xsl&base=\tpl-i\top-bottom.xsl]. March 2003.

Economic and Political Weekly. 2000. “Food Security: On Verge of Collapse.” 4–10 March. [http://www.epw.org.in/showArticles.php?root=2000&leaf=03&filename=1047&filetype=html]. March 2003.

Economist. 2001. “Economist Survey: Illegal Drugs—Stumbling in the Dark.” 26 July.

European Commission. 2002a. “Analysis of the Nut Sector.” Commission Staff Working Paper SEC (2002)797. Brussels. [http://europa.eu.int/comm/agriculture/markets/fruitveg/report/text_en.pdf]. March 2003.

———. 2002b. “Rice: Markets, CMO and Medium-Term Forecasts.” Commission Staff Working Paper SEC (2002)788. Brussels. [http://europa.eu.int/comm/agriculture/mtr/ricerep/text_en.pdf]. March 2003.

Evans, Peter. 2002. “Beyond ‘Institutional Monocropping’: Institutions, Capabilities, and Deliberative Development.” University of California, Department of Sociology, Berkeley. [http://sociology.berkeley.edu/faculty/evans/Institutional_Monocropping.pdf]. March 2003.

Evers, Yvette. 1996. “Local Institutions and Natural Resource Management in the West African Sahel: Policy and Practice of ‘Gestion de Terroir’ in the Republic of Mali.” Rural Resources Rural Livelihoods Working Paper 5. University of Manchester, Institute for Development Policy and Management, Manchester, England.

Ezzati, Majid, and Daniel M. Kammen. 2001. “Indoor Air Pollution from Biomass Combustion as a Risk Factor for Acute Respiratory Infections in Kenya: An Exposure-Response Study.” *Lancet* 358 (9281): 619–24.

Fabre, Guilhem. 2001. “State, Corruption, and Criminalisation in China.” *International Social Science Journal* 53 (169): 459–66.

Faguet, Jean-Paul. 2001. “Does Decentralization Increase Responsiveness to Local Needs? Evidence from Bolivia.” Policy Research Working Paper 2516. World Bank, Washington, DC. [http://www1.worldbank.org/publicsector/decentralization/wps2516.pdf]. March 2003.

Fajnzylber, Pablo, David Lederman and Norman Loayza. 1998. “What Causes Violent Crime?” World Bank, Latin America and the Caribbean Region, Office of the Chief Economist, Washington, DC.

Fan, Shenggen, and Peter Hazell. 2001. “Returns to Public Investments in the Less-Favored Areas of India and China.” *American Journal of Agricultural Economics* 83 (5): 1217–22.

Fan, Shenggen, Peter Hazell and Sukhadeo Thorat. 1998. “Government Spending, Growth and Poverty: An Analysis of Interlinkages in Rural India.” Environment and Production Technology Division Discussion Paper 33. International Food Policy Research Institute, Washington, DC. [http://www.ifpri.org/divs/eptd/dp/papers/eptdp33.pdf]. March 2003.

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). 1998. “Time to Save the Aral Sea?” Rome. [http://www.fao.org/WAICENT/FAOINFO/AGRICULT/MAGAZINE/9809/spot2.htm]. March 2003.

———. 2001a. “Global Forest Resources Assessment 2000.” Forestry Paper 140. Rome.

———. 2001b. “The Impact of HIV/AIDS on Food Security.” Paper presented at the 27th Session of the Committee on World Food Security, 1 May, Rome. [http://www.fao.org/docrep/meeting/003/Y0310E.htm]. March 2003.

———. 2001c. *The State of Food Insecurity in the World 2001.* Rome. [http://www.fao.org/DOCREP/003/Y1500E/Y1500E00.HTM]. March 2003.

———. 2002a. “Anti-Hunger Programme: Reducing Hunger through Sustainable Agricultural and Rural Development and Wider Access to Food.” Second draft. Rome. [http://www.fao.org/DOCREP/004/Y7151E/Y7151e00.HTM]. March 2003.

———. 2002b. *The State of Food Insecurity in the World 2002.* Rome. [http://www.fao.org/docrep/005/y7352e/y7352e00.htm]. March 2003.

Ferro, Manuela, David Rosenblatt and Nicholas Stern. 2002. “Policies for Pro-Poor Growth in India.” Cornell University, Department of Economics, Ithaca, NY. [http://www.arts.cornell.edu/econ/indiaconf/Stern%20Paper.pdf]. March 2003.

Filmer, Deon, and Lant Pritchett. 1997. “Child Mortality and Public Spending on Health: How Much Does Money Matter?” Policy Research Working Paper 1864. World Bank, Washington, DC.

———. 1999. “The Effect of Household Wealth on Educational Attainment: Evidence from 35 Countries.” *Population and Development Review* 26 (1): 85–120.

Filmer, Deon, Jeffrey Hammer and Lant Pritchett. 1998. “Health Policy in Poor Countries: Weak Links in the Chain.” Policy Research Working Paper 1874. World Bank, Washington, DC. [http://www.worldbank.org/html/dec/Publications/Workpapers/WPS1800series/wps1874/wps1874.pdf]. March 2003.

Finan, Frederico, Elisabeth Sadoulet and Alain de Janvry. 2002. “Measuring the Poverty Reduction Potential of Land in Rural Mexico.” University of California, Department of Agricultural and Resource Economics, Berkeley. [http://are.berkeley.edu/~sadoulet/papers/Landpaper_WP.pdf]. March 2003.

Finger, J. Michael, and Ann Harrison. 1996. "The MFA Paradox: More Protection and More Trade?" In Anne Krueger, ed., *The Political Economy of American Trade Policy*. Chicago: University of Chicago Press.

Finlayson, C. M., N. C. Davidson, A. G. Spiers and N. J. Stevenson. 1999. "Global Wetland Inventory: Current Status and Future Priorities." *Marine and Freshwater Research* 50 (8): 717–28.

Fisman, Raymond, and Roberta Gatti. 2002. "Decentralization and Corruption: Evidence across Countries." *Journal of Public Economics* 83: 325–45.

Fitzgerald, Valpy. 2001. "Paying for the War: Economic Policy in Poor Countries under Conflict Conditions." In Frances Stewart and Valpy Fitzgerald, eds., *War and Underdevelopment*. Vol. 1, *The Economic and Social Consequences of Conflict*. Oxford: Oxford University Press.

Flug, Karnit, Antonio Spilimbergo and Erik Wachtenheim. 1998. "Investment in Education: Do Economic Volatility and Credit Constraints Matter?" Working Paper 301. Inter-American Development Bank, Washington, DC.

Forster-Rothbart, Amy, Shigeaki Kamo, Lee Shigeaki, Moon Sang and Laura Miner-Nordstrom. 2002. "Effective Strategies for Preventing HIV/AIDS in Developing Countries: Lessons from Brazil, Senegal, Thailand, and Uganda." University of Wisconsin, Robert M. La Follette School of Public Affairs, Madison. [http://www.lafollette.wisc.edu/Research/Publications/StudentPapers/2001-2002/Spring/PA869/International/AIDS.pdf]. March 2003.

Fortucci, Paula. 2002. "The Contributions of Cotton to Economies and Food Security in Developing Countries." Food and Agriculture Organization, Rome.

Foster, John. 2002. "The Millennium Declaration: Engaging Civil Society Organisations." World Federation of United Nations Associations, New York.

Foster, Mick, and Sadie Mackintosh-Walker. 2001. "Sector-Wide Programme and Poverty Reduction." ODI Working Paper 157. Overseas Development Institute, London. [http://www.odi.org.uk/pppg/publications/working_papers/157.pdf]. March 2003.

Franceys, Richard. 2001. "Patterns of Public-Private Partnerships." Paper presented at the Water Utility Partnership regional conference on "Reform of the Water Supply and Sanitation Sector in Africa: Enhancing Public-Private Partnership in the Context of the Africa Vision for Water (2025)," 26 February, Kampala. [http://www.wsp.org/english/afr/wup_conf/v2_wup.pdf]. March 2003.

Francis, Paul, and Robert James. 2003. "Balancing Rural Poverty Reduction and Citizen Participation: The Contradictions of Uganda's Decentralization Program." *World Development* 31 (2): 325–37.

Franke, Richard, and Barbara Chasin. 2000. "The Kerala Decentralisation Experiment: Achievements, Origins, and Implications." Paper presented at the International Conference on Democratic Decentralization, Kerala University, 24 May, Thiruvananthapuram, Kerala, India.

Fuentes, Patricio, and Reiki Niimi. 2002. "Motivating Municipal Action for Children: The Municipal Seal of Approval in Ceará, Brazil." *Environment & Urbanization* 14 (2): 123–33.

Fuggle, R. F. 2001. "Lake Victoria: A Case Study of Complex Interrelationship." United Nations Environment Programme, Nairobi.

Fuhr, Harald. 2003. "Decentralized Policies: Expenditure and Revenue Assignment Options—Is There Any Best Practice? What Can We Recommend?" Discussion paper. World Bank, Latin America and the Caribbean Region, Poverty Reduction and Economic Management Unit, Washington, DC.

Fukuda-Parr, Sakiko, Carlos Lopes and Khalid Malik, eds. 2002. *Capacity for Development: New Solutions to Old Problems.* London: Earthscan.

Fung, Archon, and Erik Olin Wright. 2002. "Deepening Democracy: Institutional Innovations Empowered Participatory Governance." *Politics and Society* 29 (1): 5–41. [http://www.archonfung.com/docs/pal218/Deepening020411.pdf]. March 2003.

Furtado, Xavier. 2001. "Decentralization and Capacity Development: Understanding the Links and the Implications for Programming." Capacity Development Occasional Paper 4. Canadian International Development Agency, Ottawa. [http://www.acdi-cida.gc.ca/INET/IMAGES.NSF/vLUImages/CapacityDevelopment/$file/furtado-E.PDF]. March 2003.

Galiani, Sebastian, Paul Gertler and Ernesto Schargrodsky. 2002. "Water for Life: The Impact of the Privatization of Water Services on Child Mortality." Working Paper 154. Stanford University, Stanford Institute for Economic Policy Research, Stanford, Calif. [http://credpr.stanford.edu/pdf/credpr154.pdf]. March 2003.

Gallup, John, Jeffrey Sachs and Andrew Mellinger. 2003. "Geography and Economic Development." *International Regional Science Review* 22 (2): 179–232.

Gardiner, Rosalie. 2002. "Oceans and Seas: Harnessing the Marine Environment for Sustainable Development." Environment Briefing 3, Towards the Earth Summit 2002 Series. Stakeholder Forum for Our Common Future, London. [http://www.earthsummit2002.org/es/issues/oceans/oceans.PDF]. March 2003.

Gargarella, Roberto. 2002. "Too Far Removed from the People: Access to Justice for the Poor—The Case of Latin America." Paper presented at the Chr. Michelsen Institute Workshop, United Nations Development Programme Oslo Governance Centre, 18 November, Oslo. [http://www.cmi.no/announce/UNDP%20conf%202002/Papers/RobertoGargarella.pdf]. March 2003.

Garnier, Leonardo, Rebeca Grynspan, Roberto Hidalgo, Guillermo Monge and Juan Diego Trejos. 2000. "Costa Rica: Social Development and Heterodox Adjustment." In Santosh Mehrotra and Richard Jolly, eds., *Development with a Human Face: Experiences in Social Achievement and Economic Growth*. Oxford: Clarendon Press.

Gaventa, John, and Camilo Valderrama. 1999. "Participation, Citizenship and Local Governance." Background note for the workshop "Strengthening Participation in Local Governance," University of Sussex, Institute of Development Studies, 21 June, Brighton, England.

GAVI (Global Alliance for Vaccines & Immunization). 2003. "GAVI and the Vaccine Fund: Overview." [http://www.vaccinealliance.org/home/General_Information/About_alliance/Background/overview.php]. March 2003.

Geithner, Timothy, and Gobind Nankani. 2002. "The Enhanced HIPC Initiative and the Achievement of Long-Term External Debt Sustainability." International Monetary Fund and International Development Association, Washington, DC.

Gloppen, Siri, Lise Rakner and Arne Tostensen. 2002. "Responsiveness to the Concerns of the Poor and Accountability to the Commitment to Poverty Reduction: An Issues Paper." Paper presented at the Chr. Michelsen Institute Workshop, United Nations Development Programme Oslo Governance Centre, 22 November, Oslo. [http://www.undp.org/governance/docsaccount/concerns-poor-issues-paper.pdf]. March 2003.

Goetz, Anne Marie, and Rob Jenkins. 2001. "Hybrid Forms of Accountability: Citizen Engagement in Institutions of Public Sector Oversight in India." *Public Management Review* 3 (3): 363–83.

Goldfrank, Benjamin. 2002. "The Fragile Flower of Local Democracy: A Case Study of Decentralization/Participation in Montevideo." *Politics & Society* 30 (1): 51–83.

Goldman, L., and N. Tran. 2002. "Toxics and Poverty." World Bank, Washington, DC.

Gopalakrishnan, and Amita Sharma. 1999. "Education Guarantee Scheme." Government of Madhya Pradesh, Bhopal, India.

Gore, Charles. 2002. "Realizing Goal 8: Development Partnership and Poverty Reduction in Low-Income Countries." United

Nations Conference on Trade and Development, Special Programme for Least Developed, Landlocked and Island Developing Countries.

Goreaux, L. 2003. "Préjudices Causés par les Subventions aux Filières Cotonnières de l'AOC." *Agris*, 14 April.

Grant, Ursula, Nick Devas, Philip Amis, Jo Beall, Diana Mitlin, Carole Rakodi and David Satterthwaite. 2001. "Urban Governance, Partnership and Poverty: Lessons from a Study of Ten Cities in the South." University of Birmingham and UK Department for International Development, London.

Graumann, John V. 1977. "Orders of Magnitude of the World's Urban and Rural Population in History." *United Nations Population Bulletin* 8: 16–33.

Greenhill, Romilly, and Sasha Blackmore. 2002. "Relief Works: African Proposals for Debt Cancellation and Why Debt Relief Works." Jubilee Research at the New Economics Foundation, London.

Gupta, Sanjeev, Marijn Verhoeven and Erwin Tiongson. 2002. "The Effectiveness of Government Spending on Education and Health Care in Developing and Transition Economies." *European Journal of Political Economy* 18 (4): 717–37.

Gutierrez, G., H. Tapia-Conyer, H. Guiscafre, H. Reyes, H. Martinez and J. Kumate. 1996. "Impact of Oral Rehydration Therapy and Selected Public Health Interventions on Reduction of Mortality from Childhood Diarrhoeal Diseases in Mexico." *Bulletin of the World Health Organization* 74 (2): 189–97.

Gwatkin, Davidson R. 2002. "Who Would Gain Most from Efforts to Reach the Millennium Development Goals?" Health, Nutrition and Population Discussion Paper. World Bank, Washington, DC. [http://poverty.worldbank.org/files/13920_gwatkin1202.pdf]. March 2003.

Haddad, Lawrence. 1999. "Women's Status: Levels, Consequences, Determinants, Interventions, and Policy." *Asian Development Review* 17 (1–2): 96–131. [http://www.adb.org/Documents/Periodicals/ADR/ADR_Vol_17_1and2.pdf]. March 2003.

Haggblade, Steven, and Gelson Tembo. 2002. "Conservation Farming in Zambia." Paper presented at the International Food Policy Research Institute workshop "Successes in African Agriculture," 10–12 June, Lusaka, Zambia.

Hall, David. 2002. "Water Multinationals: Financial and Other Problems." Public Services International Research Unit, London. [http://www.psiru.org/reports/2002-08-W-MNCs.doc]. March 2003.

———. 2003a. "Financing Water for the World: An Alternative to Guaranteed Profits." Public Services International Research Unit, London. [http://www.psiru.org/reports/2003-03-W-finance.doc]. March 2003.

———. 2003b. "Water Multinationals: No Longer Business as Usual." Public Services International Research Unit, London. [http://www.psiru.org/reports/2003-03-W-MNCs.doc]. March 2003.

Hall, David, and Emanuele Lobina. 2001. "Private to Public: International Lessons of Water Remunicipalisation in Grenoble, France." Public Services International Research Unit, London. [http://www.psiru.org/reports/2001-08-W-Grenoble.doc]. March 2003.

Hanlon, Joseph. 1998. "We've Been Here Before: Debt, Default and Relief in the Past—and How We Are Demanding That the Poor Pay More This Time." Jubilee 2000 Coalition, London.

Hanmer, Lucia, and Felix Naschold. 2001. "Attaining the International Development Targets: Will Growth Be Enough?" Paper presented at the Development Conference on Growth and Poverty, United Nations University, World Institute for Development Economics Research, 25 May, Helsinki. [http://www.wider.unu.edu/conference/conference-2001-1/hamner%20and%20naschold.pdf]. March 2003.

Hao, Yu, Cao Suhua and Henry Lucas. 1997. "Equity in the Utilization of Medical Services: A Survey in Poor Rural China." *Institute of Development Studies Bulletin* 28 (1): 24–31.

Hardoy, Jorge E., Diana Mitlin and David Satterthwaite. 2001. *Environmental Problems in an Urbanizing World*. London: Earthscan.

Harrison, Graham. 2001. "Post-Conditionality Politics and Administrative Reform: Reflections on the Cases of Uganda and Tanzania." *Development and Change* 32 (4): 657–79.

Harrison, Ian J., and Melanie L. J. Stassny. 1999. "The Quiet Crisis: A Preliminary Listing of the Freshwater Fishes of the World That Are Extinct or Missing in Action." In Ross D. E. MacPhee and Hans-Dieter Sues, eds., *Extinctions in Near Time: Causes, Contexts and Consequences*. New York: Kluwer Academic and Plenum.

Harriss, John. 2000. "The Dialectics of Decentralisation." *Frontline* 17 (13). [http://www.flonnet.com/fl1713/17130700.htm]. March 2003.

Heller, Patrick. 2000. "Degrees of Democracy: Some Comparative Lessons from India." *World Politics* 52 (4): 484–519.

———. 2001. "Moving the State: The Politics of Democratic Decentralization in Kerala, South Africa, and Porto Alegre." *Politics & Society* 29 (1): 131–63.

Hendra, John, and Philip Courtnadge. 2003. "Building Partnerships for Poverty Reduction in Tanzania." United Nations Development Programme, Tanzania.

Heng, Leong Choon, and Tan Siew Hoey. 2000. "Malaysia: Social Development, Poverty Reduction, and Economic Transformation." In Santosh Mehrotra and Richard Jolly, eds., *Development with a Human Face: Experiences in Social Achievement and Economic Growth*. Oxford: Clarendon Press.

Henninger, Norbert, and Mathilde Snel. 2002. *Where Are the Poor? Experiences with the Development and Use of Poverty Maps*. Washington, DC: World Resources Institute. [http://pubs.wri.org/pubs_pdf.cfm?PubID=3758]. March 2003.

Herfkens, Eveline. 2002. "Millennium Development Goals: Building a Global Partnership." United Nations, New York.

Herring, Ronald. 2000. "Political Conditions for Agrarian Reform and Poverty Alleviation." IDS Discussion Paper 375. University of Sussex, Institute of Development Studies, Brighton, England. [http://www.ids.ac.uk/ids/bookshop/dp/dp375.pdf]. March 2003.

———.Forthcoming. "The Political Impossibility Theorem of Agrarian Reform: Path Dependence and Terms of Inclusion." In Peter Houtzager and Mick Moore, eds., *Changing Paths: International Development and the New Politics of Inclusion*. Ann Arbor: University of Michigan Press.

Hertel, Thomas, and Will Martin. 1999. "Would Developing Countries Gain from Inclusion of Manufacturers in the WTO Negotiations?" Paper presented at the conference "WTO and the Millennium Round," 20–21 September, Geneva.

Hessling, G., and B. M. Ba. 1994. "Land Tenure and Resource Management in the Sahel: Regional Synthesis and Summary." Paper presented at the Permanent Inter-State Committee for the Prevention of Drought in the Sahel (CILSS), Organisation for Economic Co-operation and Development and Club du Sahel Regional Conference on Land Tenure and Decentralisation in the Sahel, May, Praia, Cape Verde.

Hirschman, Albert O. 1970. *Exit, Voice and Loyalty: Responses to Decline in Firms, Organizations and States*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

Hope, Kempe Ronald. 2000. "Decentralisation and Local Governance Theory and the Practice in Botswana." *Development Southern Africa* 17 (4): 519–34.

Hossain, Naomi, and Mick Moore. 2001. "Arguing for the Poor: Elites and Poverty in Developing Countries." IDS Working Paper 148. University of Sussex, Institute of Development Studies, Brighton, England.

Houtzager, Peter. 1999. "Collective Action and Patterns of Political Authority: Rural Workers, Church, and the State in

Brazil." University of Sussex, Institute of Development Studies, Brighton, England. [http://www.ids.ac.uk/ids/govern/pdfs/insho.pdf]. March 2003.
Huizer, Gerrit. 1999. "Peasant Mobilization for Land Reform: Historical Considerations and Theoretical Considerations." Monograph 6. Popular Coalition to Eradicate Hunger and Poverty and United Nations Research Institute for Social Development, Rome and Geneva. [http://www.ifad.org/popularcoalition/pdf/mon6.pdf]. March 2003.
ICCC (International Cotton Consultantive Committee). 2002. "Réduction de la Pauvreté: Initiative Sectorielle en Faveur du Coton." Initiative Conjointe du Benin, du Burkina Faso, du Mali et du Tchad. Négociations agricoles a l'Organisation Mondiale du Commerce. World Trade Organization, Geneva.
ICIJ (International Consortium of Investigative Journalists). 2003a. "A Tale of Two Cities." [http://www.icij.org/dtaweb/water/default.aspx?SECTION=ARTICLE&AID=10]. March 2003.
———. 2003b. "Loaves, Fishes and Dirty Dishes: Manila's Privatized Water Can't Handle the Pressure." [http://www.icij.org/dtaweb/water/default.aspx?SECTION=ARTICLE&AID=]. March 2003.
———. 2003c. "Metered to Death: How a Water Experiment Caused Riots and a Cholera Epidemic." [http://www.icij.org/dtaweb/water/default.aspx?SECTION=CHAPTER&ID=3]. March 2003.
———. 2003d. "The 'Aguas' Tango: Cashing in on Buenos Aires' Privatization." [http://www.icij.org/dtaweb/water/default.aspx?SECTION=ARTICLE&AID=7]. March 2003.
———. 2003e. "Water and Politics in the Fall of Suharto." [http://www.icij.org/dtaweb/water/default.aspx?SECTION=CHAPTER&ID=6]. March 2003.
IEA (International Energy Agency). 1999. *World Energy Outlook*. Paris.
———. 2003. "Renewables in Global Energy Supply." Fact sheet. Paris. [http://www.iea.org/leaflet.pdf]. March 2003.
IEA (International Energy Agency) and OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development). 2003. *Energy Statistics of OECD Countries*. Paris.
IFAD (International Fund for Agricultural Development). 2001. *Rural Poverty Report 2001: The Challenge of Ending Rural Poverty*. New York: Oxford University Press.
IFC (International Finance Corporation). 2002a. "IFC Strategic Directions." Washington, DC.
———. 2002b. "Investing in Private Health Care: Strategic Directions for IFC." Washington, DC.
IFPRI (International Food Policy Research Institute). 2002. "Reaching Sustainable Food Security for All by 2020: Priorities and Responsibilites." Washington, DC. [http://www.futureharvest.org/pdf/2020_Vision_02.pdf]. March 2003.
IFRC (International Federation of the Red Cross and Red Crescent Societies). 2001. *World Disasters Report 2001.* Geneva. [http://www.ifrc.org/publicat/wdr2001/]. March 2003.
ILO (International Labour Organization). 1991a. Teachers in Developing Countries: A Survey of Employment Conditions. Geneva.
———. 1991b. *Teachers in Developing Countries: Improving Effectiveness and Managing Costs*. Geneva.
———. 2001. "Bonded Labour and Its Eradication." In *Stopping Forced Labour*. Geneva. [http://www.ilo.org/public/english/standards/decl/publ/reports/fullreport2/part1_ch6-9.pdf]. March 2003.
IMF (International Monetary Fund). 2000. "Poverty Reduction Strategy Paper, Tanzania." [http://www.imf.org/external/NP/prsp/2000/tza/02/100100.pdf]. March 2003.
———. 2002a. "Uganda: A Request for a Three-Year Arrangement under the Poverty Reduction and Growth Facility." Country Report 02/213. Washington, DC.
———. 2002b. *World Economic Outlook*. Washington, DC.
IMF (International Monetary Fund) and International Development Association. 2003. "Heavily Indebted Poor Countries (HIPC) Initiative: Statistical Update." Washington, DC.
IMF (International Monetary Fund), OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development), United Nations and World Bank. 2000. *2000: A Better World for All—Progress towards the International Development Goals*. New York. [http://www.paris21.org/betterworld/pdf/bwa_e.pdf]. March 2003.
India, Ministry of Finance. 2002. "Economic Survey 2001–2002: Prices and Food Management." New Delhi. [http://indiabudget.nic.in/es2001-02/prices.htm]. March 2003.
India, Ministry of Finance and Company Affairs. 2003. "Union Budget and Economic Survey 2003." New Delhi. [http://indiabudget.nic.in/ub2003-04/ubmain.htm]. March 2003.
India, Planning Commission. 2002. *India National Human Development Report 2001.* New Delhi. [http://hdr.undp.org/reports/detail_reports.cfm?view=122]. March 2003.
Institute for European Environmental Policy. 2002. "Subsidies to the European Union Fisheries Sector." Paper commissioned by the World Wildlife Fund European Fisheries Campaign. London. [http://www.panda.org/downloads/marine/subsidiesreport.pdf]. March 2003.
Institute of Development Studies. 2003. "Bringing Citizen Voice and Client Focus into Service Delivery: Case Study—Education Guarantee Scheme, Madhya Pradesh, India." Discussion paper. University of Sussex, Brighton, England. [http://www.ids.ac.uk/ids/govern/citizenvoice/pdfs/educationgs-india.pdf]. March 2003.
International Council for Science. 2002. "Resilience and Sustainable Development: Building Adaptive Capacity in a World of Transformations." Paris. [http://www.icsu.org/Library/WSSD-Rep/Vol3.pdf]. March 2003.
International Institute of Population Sciences. 2000. "India: National Family Health Survey, 1998/9." Mumbai.
IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change). 2001a. "Climate Change 2001: Impacts, Adaptation, and Vulnerability." Summary for Policymakers. Geneva. [http://www.grida.no/climate/ipcc_tar/wg2/005.htm]. March 2003.
———. 2001b. "Climate Change 2001: The Scientific Basis." Summary for Policymakers. Geneva. [http://www.grida.no/climate/ipcc_tar/wg1/005.htm]. March 2003.
Iriart, Celia, Emerson Elfas Merhy and Howard Waitzkin. 2001. "Managed Care in Latin America: The New Common Sense in Health Policy Reform." *Social Science & Medicine* 52 (8): 1243–53.
Iriart, Celia, Howard Waitzkin and Carlos Trotta. 2002. "Global Policies, Health Care Systems and Social Movements from Latin America: A Lesson from Argentina." *Global Social Policy* 2 (3): 245–48.
IUCN (International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources). 2002. "2002 IUCN Red List of Threatened Species." Cambridge. [http://www.redlist.org]. March 2003.
Iyer, Aditi, and Gita Sen. 2000. "Health Sector Changes and Health Equity in the 1990s in India." In Shobha Raghuram, ed., *Health and Equity-Effecting Change*. Bangalore, India: Humanist Institute for Co-operation with Developing Countries.
Janzen, Daniel. 2000. "Costa Rica's Area de Conservacion Guanacaste: A Long March to Survival through Non-Damaging Biodiversity and Ecosystem Development." Paper presented at the United Nations Conference on the Ecosystem Approach for Sustainable Use of Biological Diversity, 6 September, Trondheim, Norway.
Jenkins, Rob, and Anne Marie Goetz. 1999. "Accounts and Accountability: Theoretical Implications of the Right-to-Information Movement in India." *Third World Quarterly* 20 (3): 603–22.
Jha, Prabhat. 2002. "Improving the Health of the Global Poor." *Science* 295 (5562): 2036–39.

Jhabvala, Renana, and Ravi Kanbur. 2002. "Globalization and Economic Reform as Seen from the Ground: SEWA's Experience in India." Paper presented at the Cornell University Indian Economy Conference, 19 April, Ithaca, NY. [http://www.arts.cornell.edu/poverty/kanbur/Jhabvala-Kanbur MITPress.pdf]. March 2003.

Jimenez, Emmanuel. 1987. *Pricing Policy in the Social Sectors: Cost Recovery for Education and Health in Developing Countries*. Baltimore, Md.: Johns Hopkins University Press.

Johnson, Craig. 2001. "Local Democracy, Democratic Decentralisation and Rural Development: Theories, Challenges and Options for Policy." *Development Policy Review* 19 (4): 521–32.

———. 2003. "Decentralisation in India: Poverty, Politics and Panchayati Raj." Working Paper 199. Overseas Development Institute, London.

Johnson, Craig, and Daniel Start. 2001. "Rights, Claims and Capture: Understanding the Politics of Pro-Poor Policy." Working Paper 145. Overseas Development Institute, London. [http://www.odi.org.uk/publications/wp145.pdf]. March 2003.

Johnston, Robert. 2002. "Discussion Note on the Draft Terms of Reference and Objectives of the Task Team, and Some General Considerations on MDGs Indicators Reporting at the National Level." Paper presented at the United Nations Statistics Division's First Meeting of the PARIS21 Task Team to Improve Statistical Support for Monitoring Development Goals, 15 October, Paris.

Jolly, Richard, ed. 2001. *Jim Grant: UNICEF Visionary*. Florence, Italy: United Nations Children's Fund, Innocenti Research Centre.

Kabeer, Naila. 2000. "Safety Nets and Opportunity Ladders: Addressing Vulnerability and Enhancing Productivity in South Asia." *Development Policy Review* 20 (5): 589–614.

Kadzamira, Esme, and Pauline Rose. 2001. "Educational Policy Choice and Policy Practice in Malawi: Dilemmas and Disjunctures." IDS Working Paper 124. University of Sussex, Institute of Development Studies, Brighton, England. [http://www.ids.ac.uk/ids/bookshop/wp/wp124.pdf]. March 2003.

Kanbur, Ravi, and Nora Lustig. 1999. "Why Is Inequality Back on the Agenda?" Paper presented at the Annual World Bank Conference on Development Economics, 28 April, Washington, DC.

Kanbur, Ravi, and Lyn Squire. 1999. "The Evolution of Thinking about Poverty: Exploring the Interactions." Cornell University, Ithaca, NY. [http://people.cornell.edu/pages/sk145/papers/evolution_of_thinking_about_poverty.pdf]. March 2003.

Kannan, K. P., S. Mahendra Dev and Alakh Narain Sharma. 2000. "Concerns on Food Security." *Economic and Political Weekly*, 4–10 November. [http://www.epw.org.in/showArticles.php?root=2000&leaf=11&filename=1894&filetype=html]. March 2003.

Kawabata, Kei, Ke Xu and Guy Carrin. 2002. "Preventing Impoverishment through Protection against Catastrophic Health Expenditure." *Bulletin of the World Health Organization* 80 (8): 612. [http://www.who.int/bulletin/pdf/2002/bul-8-E-2002/bu0325.pdf]. March 2003.

Khandker, Shahidur. 1998. *Fighting Poverty with Microcredit: Experience in Bangladesh*. New York: Oxford University Press.

Khatri, G. R., and Thomas Frieden. 2002. "Controlling Tuberculosis in India." *New England Journal of Medicine* 347 (18): 1420–25.

Khemani, Stuti. 2001. "Decentralization and Accountability: Are Voters More Vigilant in Local than in National Elections?" Policy Research Working Paper 2557. World Bank, Washington, DC.

Khor, Martin. 2000. "UN Social Conference Ends with Mixed Reaction." Third World Network, Penang, Malaysia. [http://www.twnside.org.sg/title/copen17.htm]. March 2003.

———. 2002a. "Developing a Global Partnership for Development: Critical Issues and Proposals for Trade and Finance." Third World Network, Penang, Malaysia.

———. 2002b. "The WTO, the Post-Doha Agenda and the Future of the Trade System: A Development Perspective." Third World Network, Penang, Malaysia.

Klasen, Stephan, and Claudia Wink. 2002. "A Turning Point in Gender Bias in Mortality? An Update on the Number of Missing Women." *Population and Development Review* 28 (2): 285–312.

Kohl, Benjamin. 2002. "Stabilizing Neoliberalism in Bolivia: Popular Participation and Privatization." *Political Geography* 21 (4): 449–72.

Kongsin, Sukhontha, Charles Cameron, Laksami Suebsaeng and Donald Shepard. 1998. "Levels and Determinants of Expenditure on HIV/AIDS in Thailand." In Fransen Lieve, Mead Over and Martha Ainsworth, eds., *Confronting AIDS: Evidence from the Developing World*. Brussels: European Commission. [http://www.europa.eu.int/comm/development/aids/limelette/html/lim12f.htm]. March 2003.

Korzeniewicz, P., and T. P. Moran. 1997. "World-Economic Trends in the Distribution of Income, 1965–1992." *American Journal of Sociology* 102 (4): 1000–39.

Kosack, Stephen. 2003. "Effective Aid: How Democracy Allows Development Aid to Improve the Quality of Life." *World Development* 31 (1): 1–22.

Koziell, Isabella, and Charles McNeill. 2002. "Building on Hidden Opportunities to Achieve the Millennium Development Goals: Poverty Reduction through Conservation and Sustainable Use of Biodiversity." United Nations Development Programme, Equator Initiative, New York. [http://www.undp.org/equatorinitiative/pdf/poverty_reduction.pdf]. March 2003.

Kraul, Chris. 2002. "U.S., Europe to Tout Pledges of Development Aid at Summit; Mexico: Bush and Other Leaders Say They Want to Boost Grants to Poor Nations by $12 Billion a Year by 2006." *Los Angeles Times*, 21 March.

Kremer, Michael. 2003. "Evidence from a Study of Vouchers for Private Schooling in Colombia." Background paper for the World Bank's *World Development Report 2004: Making Services Work for Poor People*. World Bank, Washington, DC. [http://econ.worldbank.org/files/18764_KremerVouchers.pdf]. March 2003.

Krishnan, T. N. 2000. "The Route to Social Development in Kerala: Social Intermediation and Public Action." In Santosh Mehrotra and Richard Jolly, eds., *Development with a Human Face: Experiences in Social Achievement and Economic Growth*. Oxford: Clarendon Press.

Kudva, Neema. 2003. "Engineering Elections: The Experiences of Women in *Panchayati Raj* in Karnataka, India." *International Journal of Politics: Culture and Society* 16 (3): 445–63.

Landell-Mills, Natasha, Joshua Bishop and Ina Porras. 2002. *Silver Bullet or Fools' Gold? Markets for Forest Environmental Services and the Poor: Emerging Issues*. London: International Institute for Environment and Development.

Landuyt, Katherine. 1998. "Gender Mainstreaming: A How To Manual." International Labour Organization, Geneva. [http://www.ilo.org/public/english/region/asro/mdtmanila/gender/gnanx1.htm]. March 2003.

Lee, Jong-Wha. 1997. "Economic Growth and Human Development in the Republic of Korea, 1945–92." Human Development Report Office Occasional Paper 24. United Nations Development Programme, New York. [http://hdr.undp.org/docs/publications/ocational_papers/oc24aa.htm]. March 2003.

Leftwich, Adrian. 1994. "Governance, the State and Politics of Development." *Development and Change* 25 (2): 363–86.

Leipziger, Danny, and Vivien Foster. 2003. "Is Privatization Good for the Poor?" International Finance Corporation, Washington, DC. [http://www.ifc.org/publications/pubs/impact/issue2/dl-vf/dl-vf.html]. February 2003.

Lewin, Keith, and François Caillods. 2001. *Financing Secondary Education in Developing Countries: Strategies for Sustainable Growth.* Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, International Institute for Educational Planning. [http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001248/124844e.pdf]. March 2003.

Lipton, Michael, and Martin Ravallion. 1994. "Poverty and Policy." In Jere R. Behrman and T. N. Srinivasan, eds., *Handbook of Development Economics*. Vol. 3. Amsterdam: Elsevier.

Lobina, Emanuele. 2000. "Cochabamba: Water War." Public Services International Research Unit, London. [http://www.psiru.org/reports/Cochabamba.doc]. March 2003.

———. 2001. "UK Water Privatisation: A Briefing." Public Services International Research Unit, London. [http://www.psiru.org/reports/2001-02-W-UK-over.doc]. March 2003.

Lobina, Emanuele, and David Hall. 1999. "Public Sector Alternatives to Water Supply and Sewerage Privatisation: Case Studies." Public Services International Research Unit, London. [http://www.psiru.org/reports/9908--W-U-Pubalt.doc]. March 2003.

Loewenson, Rene, and Munhamo Chisvo. 2000. "Rapid Social Transformation despite Economic Adjustment and Slow Growth: The Experience of Zimbabwe." In Santosh Mehrotra and Richard Jolly, eds., *Development with a Human Face: Experiences in Social Achievement and Economic Growth*. Oxford: Clarendon Press.

Lopes, Carlos, and Thomas Thieson. 2003. *Ownership, Leadership and Transformation: Can We Do Better for Capacity Development?* London: Earthscan.

Lopes, Pablo Silva. 2002. "A Comparative Analysis of Government Social Spending Indicators and Their Correlation with Social Outcomes in Sub-Saharan Africa." IMF Working Paper 02/176. International Monetary Fund, Washington, DC.

Lopez, Ramon. 2003. "The Policy Roots of Socioeconomic Stagnation and Environmental Implosion: Latin America 1950–2000." *World Development* 31 (2): 259–80.

Lucas, Robert. 1988. "On the Mechanisms of Economic Development." *Journal of Monetary Economics* 22 (1): 3–42.

Lvovsky, Kseniya. 2001. "Health and Environment." Environment Strategy Paper 1. World Bank, Environment Department, Washington, DC. [http://lnweb18.worldbank.org/ESSD/essdext.nsf/41DocByUnid/7F4D2733EBC5BBAA05256B6E0002918E/$FILE/ESP1Health&Environment2001.pdf]. March 2003.

MacDonald, Laura. 2002. "Globalization and Social Movements: Comparing Women's Movements' Responses to NAFTA in Mexico, the USA and Canada." *International Feminist Journal of Politics* 4 (2): 151–72.

Macro International. 2003. "Demographic and Health Surveys (DHS)." Calverton, Md. [http://www.measuredhs.com]. March 2003.

Maddison, Angus. 2001. *The World Economy: A Millennial Perspective*. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development. [http://www.theworldeconomy.org/about.htm]. March 2003.

Mamdani, Mahmood. 1976. *Politics and Class Formation in Uganda*. Kampala: Fountain Publishers.

———. 1995. *The Politics of Democratic Reform? Critical Reflections on the NRM*. Kampala: Monitor Publications.

———. 1996. *Citizen and Subject: Contemporary Africa and the Legacy of Late Colonialism*. Kampala: Fountain Publishers.

Manor, James. 1999. *The Political Economy of Democratic Decentralization*. Washington, DC: World Bank.

———. 2000. "Local Government in South Africa: Potential Disaster despite Genuine Promise." IDS background paper. University of Sussex, Institute of Development Studies, Brighton, England.

Marks, Stephen. 2003. Correspondence on the benchmarks for the progressive realization of human rights. April. Harvard University, School of Public Health, Boston.

Marshall, Monty G. 2000. "Major Episodes of Political Violence, 1946–1999." University of Maryland, Center for Systematic Peace, College Park. [http://members.aol.com/csp-mgm/warlist.htm]. March 2003.

Mason, Edward, Mah Je Kim, Dwight Perkins, K. S. Kim and David Cole. 1980. *The Economic and Social Modernization of the Republic of Korea*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

May, Peter, Fernando Veiga Nieto, Valdir Denardin and Wilson Loureiro. 2002. "Using Fiscal Instruments to Encourage Conservation: Municipal Responses to the Ecological Value Added Tax in Parana and Minas Gerais, Brazil." In Stefano Pagiola, Joshua Bishop and Natasha Landell-Mills, eds., *Selling Forest Environment Services*. London: Earthscan.

McArthur, John, and Jeffrey Sachs. 2002. "The Growth Competitiveness Index: Measuring Technological Advancement and the Stages of Development." In Michael Porter and Jeffrey Sachs, eds., *Global Competitiveness Report 2001–2002.* New York: Oxford University Press.

McEwin, Marion. 2003. Correspondence on statistical capacity building issues. March. Belconnen, Australia.

McIntyre, Robert. 2002. "Local-Level Initiatives in the Context of EU Enlargement: Policy and Ownership Alternatives." Paper presented at the Institute for International Economic and Political Studies workshop on Russia and CIS in Recent European Integration Processes, Moscow.

Mehrotra, Santosh. 1998. "Education for All: Lessons from High-Achieving Countries." *International Review of Education* 44 (5/6): 461–84.

———. 1999. "Improving Cost-Effectiveness and Mobilizing Resources for Primary Education in Sub-Saharan Africa." *Prospects* 28 (3).

———. 2000a. "Health and Education Policies in High-Achieving Countries: Some Lessons." In Santosh Mehrotra and Richard Jolly, eds., *Development with a Human Face: Experiences in Social Achievement and Economic Growth*. Oxford: Clarendon Press.

———. 2000b. "Integrating Economic and Social Policy: Good Practices from High-Achieving Countries." Working Paper 80. United Nations Children's Fund, Innocenti Research Centre, Florence, Italy.

———. 2000c. "Social Development in High-Achieving Countries: Common Elements and Diversities." In Santosh Mehrotra and Richard Jolly, eds., *Development with a Human Face: Experiences in Social Achievement and Economic Growth*. Oxford: Clarendon Press.

———. 2002. "Some Methodological Issues in Determining Good Practices in Social Policy: The Case of High-Achieving Countries." In Else Øyen, ed., *Best Practices in Poverty Reduction: An Analytical Framework*. London and New York: Zed Books.

Mehrotra, Santosh, and Mario Biggeri. 2002. "The Subterranean Child Labour Force: A Comparative Analysis of Subcontracted Home-Based Manufacturing in Five Asian Countries." Working Paper 96. United Nations Children's Fund, Innocenti Research Centre, Florence, Italy.

Mehrotra, Santosh, and Peter Buckland. 1998. "Managing Teacher Costs for Access and Quality." UNICEF Staff Working Papers, Evaluation, Policy and Planning Series, no. EPP-EVL-98-004. United Nations Children's Fund, New York.

Mehrotra, Santosh, and Enrique Delamonica. 1998. "Household Cost and Public Expenditure on Primary Education in Five Low-Income Countries: A Comparative Analysis." *International Journal of Educational Development* 18 (1): 41–61.

———. Forthcoming. *Public Spending for the Poor: Basic Services to Enhance Capabilities and Promote Growth*. Oxford: Oxford University Press.

Mehrotra, Santosh, and Stephen W. Jarrett. 2002. "Improving Basic Health Service Delivery in Low-Income Countries:

Voice to the Poor." *Social Science and Medicine* 54 (11): 1685–90.

Mehrotra, Santosh, and Richard Jolly, eds. 2000. *Development with a Human Face: Experiences in Social Achievement and Economic Growth*. Oxford: Clarendon Press.

Mehrotra, Santosh, P. R. Panchamukhi, Ranjava Srivastava and Ravi Srivastava. Forthcoming. *Uncaging the "Tiger" Economy: Financing Elementary Education in India*. Oxford: Oxford University Press.

Michaud, Catherine, and Chris Murray. 1996. "Resources for Health Research and Development 1992: A Global Overview." In World Health Organization, *Investing in Health Research and Development*. Geneva.

Migdal, Joel, Atul Kohli and Vivienne Shue, eds. 1994. *State Power and Social Forces: Domination and Transformation in the Third World*. New York: Cambridge University Press.

Milanovic, Branko. 1998. "Income, Inequality, and Poverty during the Transition from Planned to Market Economy." World Bank, Washington, DC. [http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/1998/02/01/000009265_3980319100155/Rendered/PDF/multi_page.pdf]. March 2003.

———. 2002. "True World Income Distribution, 1988 and 1993: First Calculation Based on Household Surveys Alone." *Economic Journal* 112 (476): 51–92.

———. 2003. "Worlds Apart: Global and International Inequality, 1950–2000." World Bank, Washington, DC.

Milazzo, Matteo. 1998. *Subsidies in World Fisheries: A Re-Examination*. World Bank Technical Paper 406. Washington, DC.

Milliken, Jennifer, and Keith Krause. 2002. "State Failure, State Collapse, and State Reconstruction: Concepts, Lessons and Strategies." *Development and Change* 33 (5): 753–74.

Mills, Anne. 1997. "Improving the Efficiency of Public Sector Health Services in Developing Countries: Bureaucratic versus Market Approaches." In Christopher Colclough, ed., *Marketizing Education and Health in Developing Countries: Miracle or Mirage?* Oxford: Clarendon Press.

Mills, Anne, Ruairi Brugha, Kara Hanson and Barbara McPake. 2002. "What Can Be Done about the Private Health Sector in Low-Income Countries?" *Bulletin of the World Health Organization* 80 (4): 325–30. [http://www.who.int/bulletin/pdf/2002/bul-4-E-2002/80 (4)325-330.pdf]. March 2003.

Minujin, Alberto, and Enrique Delamonica. 2003. "Equality Matters for a World Fit for Children: Lessons from the '90s." UNICEF Staff Working Papers, Division of Policy and Planning Series, no. 3. United Nations Children's Fund, New York.

Moore, Mick, and James Putzel. 1999a. "Politics and Poverty." Background paper for the World Bank's *World Development Report 2000/2001.* University of Sussex, Institute of Development Studies, Brighton, England.

———. 1999b. "Thinking Strategically about Politics and Poverty." IDS Working Paper 101. University of Sussex, Institute of Development Studies, Brighton, England.

Mozambique, Ministry of State Administration. 2002. "Local Governance for Poverty Reduction in Africa." Speech by the minister of state administration at the Fifth African Governance Forum, 23 May, Maputo, Mozambique.

Murphy, David, and Jem Bendell. 1999. "Partners in Time? Business, NGOs and Sustainable Development." UNRISD Discussion Paper 109. United Nations Research Institute for Social Development, Geneva. [http://www.unrisd.org/unrisd/website/document.nsf/462fc27bd1fce00880256b4a0060d2af/259bb13ad57ac8e980256b61004f9a62/$FILE/dp109.pdf]. March 2003.

Murthy, P. N. 1999. "Meeting the Needs of a Nation: Bhutan Essential Drugs Programme." *UNV Bhutan Newsletter* 1 (June). [http://www.unv.org/Infobase/articles/1999/99_06_01BTN_drugs.htm]. March 2003.

Mutebi, Frederick Golooba, Simon Stone and Neil Thin. 2003. "Rwanda." *Development Policy Review* 21 (2): 253–70.

Myers, Norman, and Jennifer Kent. 1998. *Perverse Subsidies: Tax Dollars Undercutting Our Economies and Environments Alike*. Winnipeg, Canada: International Institute for Sustainable Development.

Myers, Norman, Russel Mittermeier, Cristina Mittermeier, Gustavo Fonseca and Jennifer Kent. 2000. "Biodiversity Hotspots for Conservation Priorities." *Nature* 400: 853–58.

Naidu, Sanusha. 2002. "The New Partnership for Africa's Development (NEPAD) in the Context of Responsiveness and Accountability." Paper presented at the Chr. Michelsen Institute Workshop, United Nations Development Programme Oslo Governance Centre, 18–19 November, Oslo. [http://www.cmi.no/announce/UNDP%20conf%202002/Papers/SanushaNaidu.pdf]. March 2003.

Narasimahan, Sakuntala. 2002. "Gender, Calls, and Caste Schism in Affirmative Action Policies: The Curious Case of India's Women's Reservation Bill." *Feminist Economics* 8 (2): 183–90.

Narayan, Deepa, and Patti Patesch, eds. 2000. *Voices of the Poor: Crying Out for Change*. New York: Oxford University Press.

Naeem, Shahid. 1998. "Species Redundancy and Ecosystem Reliability." *Conservation Biology* 12: 39–45.

New Zealand, Ministry of Foreign Affairs and Trade. 2003. "Tariffs and Tariff Escalation." Wellington. [http://www.mft.govt.nz/foreign/tead/tariff.html]. March 2003.

Nigel, Bruce, Lynnette Neufeld, Erick Boy and Chris West. 1998. "Indoor Biofuel Air Pollution and Respiratory Health: The Role of Confounding Factors among Women in Highland Guatemala." *International Journal of Epidemiology* 27: 454–58.

Nittayaramphong, Sa-nguan, and Viroj Tangcharaoensathien. 1994. "Thailand: Private Health Care Out of Control?" *Health Policy and Planning* 9 (1): 31–40.

Noman, Omar. 1997. *Economic and Social Progress in Asia: Why Pakistan Did Not Become a Tiger*. New York: Oxford University Press.

Nordhaus, William, and Joseph Boyer. 1999. "Tanzania's Poverty Reduction Strategy Paper." *Energy Journal* (special issue on the Costs of the Kyoto Protocol: A Multi-Model Evaluation): 93–130.

OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development). 1996. "Shaping the 21st Century: The Contribution of Development Cooperation." Paris.

———. 1999. "Assisting Developing Countries with the Formulation and Implementation of National Strategies for Sustainable Development: The Need to Clarify DAC Targets and Strategies." Paris. [http://www.nssd.net/pdf/IIED11.pdf].

———. 2001. *Policies to Enhance Sustainable Development*. Paris.

———. 2003a. Correspondence on agricultural support estimates. April. Paris.

———. 2003b. *Improving Water Management: Recent OECD Experience*. Paris. [http://www1.oecd.org/publications/e-book/9703021E.PDF]. March 2003.

OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development), Development Assistance Committee. 1991. "Principles for New Orientation in Technical Cooperation." Paris.

———. 2001. *Development Cooperation Report 2001.* Paris.

———. 2003a. Correspondence on official development assistance disbursed. April. Paris.

———. 2003b. *CRS Online*. Database. Paris.

———. 2003c. *DAC Online*. Database. Paris.

———. 2003d. "ODA Prospects after Monterrey: Update." Note by the Secretariat. Paris.

Ogus, Anthony. 2002. "Regulatory Institutions and Structures." *Annals of Public and Cooperative Economics* 73 (4): 627–48.

Oldeman, Roell, Ruud Hakkeling and Wim Sombroek. 1990. "World Map of the Status of Human-Induced Soil Degradation."

International Soil Reference and Information Centre, Wageningen, Netherlands.
Osava, Mario. 2003. "Brazil: A New Chance for Old 'Social Revolutionary' Ideas." *Terra Viva Online*. [http://www.ipsnews.net/fsm2003/eng/note4.shtml]. March 2003.
Oster, Sharon, Elizabeth Lake and Conchita Oksman. 1978. *The Definition and Measurement of Poverty*. Boulder, Colo.: Westview Press.
Oxfam. 2002. "Last Chance in Monterrey: Meeting the Challenge of Poverty Reduction." Oxford.
Øyen, Else, ed. 2002. *Best Practices in Poverty Reduction: An Analytical Framework*. London and New York: Zed Books.
Paarlberg, Robert. 2002. "Governance and Food Security in an Age of Globalization." 20/20 Brief 72. International Food Policy Research Institute, Washington, DC. [http://www.ifpri.org/2020/briefs/brief72.pdf]. March 2003.
Pande, Rohini. 2003. "Can Mandated Political Representation Increase Policy Influence for Disadvantaged Minorities? Theory and Evidence from India." Columbia University, Department of Economics, New York. [http://www.columbia.edu/~rp461/aer2rs.pdf]. March 2003.
Panos Institute. 2001. "Food for All: Can Hunger Be Halved?" London.
Paul, Samuel. 2002. "New Mechanisms for Public Accountability: The Indian Experience." Paper presented at the Chr. Michelsen Institute Workshop, United Nations Development Programme Oslo Governance Centre, 18 November, Oslo. [http://www.cmi.no/announce/UNDP%20conf%202002/Papers/SamuelPaul.pdf]. March 2003.
Petkova, Elena, Crescencia Maurer, Norbert Henninger and Fran Irwin. 2003. *Closing the Gap: Information, Participation, and Justice in Decision-Making for the Environment*. Washington, DC: World Resources Institute. [http://pubs.wri.org/pubs_pdf.cfm?PubID=3759]. March 2003.
Phillips, Anne. 1995. *The Politics of Presence*. Oxford: Clarendon Press.
Pinstrup-Andersen, Per, and Rajul Pandya-Lorch, eds. 2001. *The Unfinished Agenda: Perspectives on Overcoming Hunger, Poverty and Environmental Degradation*. Washington, DC: International Food Policy Research Institute.
Pinstrup-Andersen, Per, Rajul Pandya-Lorch and Mark Rosegrant. 1999. "World Food Prospects: Critical Issues for the Early Twenty-First Century." International Food Policy Research Institute, Washington, DC. [http://www.ifpri.org/pubs/fpr/fpr29.pdf]. March 2003.
PIPA (Program on International Policy Attitudes). 2002. "Americans on Foreign Aid and World Hunger: A Study of US Public Attitudes." University of Maryland, College Park.
Polanyi, Karl. 1994. *The Great Transformation: The Political and Economic Origin of Our Time*. New York: Rinehart.
Pretty, Jules N., and Rachel Hine. 2000. "The Promising Spread of Sustainable Agriculture in Asia." *Natural Resources Forum* 24 (2): 107–21.
Prosterman, Roy, and Tim Hansted. 2000. "Land Reform: A Revised Agenda for the 21st Century." RDI Report on Foreign Aid and Development 108. Rural Development Institute, Seattle.
PSIRU (Public Services International Research Unit). 2000. "It Cannot Be Business as Usual: Problems with the Private Models for Water." London. [http://www.psiru.org/reports/2000-03-W-Hmodel.doc]. March 2003.
Quiroga, Jorge. 2002. "The Millennium Challenge Account: A New Model for Increased Aid Effectiveness." Institute of International Economics, Washington, DC.
Rahman, Atiqur, and John Westley. 2001. "The Challenge of Ending Rural Poverty." *Development Policy Review* 19 (4): 553–62.
Rahman, Mustafizur. 2003. "Globalisation, Market Access and Developed Country Policies: Some Insights from the Bangladesh Experience." Paper presented at the Fourth Annual Conference of the Global Development Network, Global Policy Workshop on the Development Impact of Rich Country Policies, 16 January, Cairo.
Rainforest Foundation. 1998. "Out of Commission: The Environmental and Social Impacts of European Union Development Funding in Tropical Forest Areas." London.
Randel, Judith, and Tony German, eds. 1998. *The Reality of Aid 1998/99.* London: Earthscan.
Ranis, Gustav, and Frances Stewart. 2000. "Economic Growth and Human Development." *World Development* 28 (2): 197–219.
Ravallion, Martin. 2000. "Should Poverty Measures Be Anchored to the National Accounts?" *Economic and Political Weekly* 34 (35/36): 3245–52.
———. 2002. "The Debate on Globalization, Poverty and Inequality: Why Measurement Matters." World Bank, Development Research Group, Washington, DC. [http://poverty.worldbank.org/files/13871_Why_measurement_matters.pdf]. March 2003.
Reddy, Sanjay, and Thomas Pogge. 2002. "How Not to Count the Poor." Columbia University, Department of Economics, New York. [http://www.columbia.edu/~sr793/count.pdf]. March 2003.
Reno, William. 2002. "The Politics of Insurgency in Collapsing States." *Development and Change* 33 (5): 837–58.
Repetto, Robert, and Malcolm Gillis, eds. 1998. *Public Policies and the Misuse of Forest Resources*. Cambridge: Cambridge University Press.
Results USA. 2003. "The World Bank and User Fees." Washington, DC. [http://results.org/website/article.asp?id=274]. March 2003.
Ribot, Jesse. 2001. "Local Actors, Powers and Accountability in African Decentralizations: A Review of Issues." United Nations Research Institute for Social Development, Geneva. [http://www.odi.org.uk/speeches/envgov2002/ribot/Ribot_local_actors.pdf]. March 2003.
Roberts, John. 2003. "Managing Public Expenditure for Development Results and Poverty Reduction." Working Paper 203. Overseas Development Institute, London.
Rohde, John, and Hema Vishwanathan. 1995. *The Rural Private Practitioner*. New Delhi: Oxford University Press.
Rojas, Cristina. 2002. "Forging Civic Culture in Bogota City." Paper presented at the Inter-American Development Bank and Japan International Cooperation Agency workshop "Citizen Participation in the Context of Fiscal Decentralization: Best Practices in Municipal Administration in Latin America and Asia," 2–6 September, Tokyo and Kobe, Japan. [http://www.adb.org/Documents/Events/2002/Citizen_Participation/Colombia.pdf]. March 2003.
Ruggeri, Caterina. 2001. "Participatory Methods in the Analysis of Poverty: A Critical Review." Working Paper 62. University of Oxford, Queen Elizabeth House, Oxford.
Sahn, David, and David Stifel. 2003. "Progress toward the Millennium Development Goals in Africa." *World Development* 31 (1): 23–52.
Saith, Ashwani. 1995. "Reflections on South Asian Prospects in East Asian Perspective." Discussion Paper 7. International Labour Organization, Geneva. [http://www.ilo.org/public/english/employment/strat/publ/iddp7.htm]. March 2003.
Sala-i-Martin, Xavier. 2002. *The Disturbing "Rise" of Global Income Inequality*. NBER Working Paper 8904. Cambridge, Mass.: National Bureau of Economic Research. [http://papers.nber.org/papers/w8904.pdf]. March 2003.
Satterthwaite, David. 2002. "Coping with Rapid Urban Growth." Royal Institution of Chartered Surveyors, London.
Save the Children. 2001. "The Wrong Model: GATS, Trade Liberalisation and Children's Right to Health." London. [http://www.savethechildren.org.uk/development/global_pub/wrongmodel.pdf]. March 2003.

Saywell, T. 1999. “Strong Medicine.” *Far Eastern Economic Review* 162 (34): 46.

Scherr, Sara, Andy White and David Kaimowitz. 2002. “Making Markets Work for Forest Communities.” Forest Trends, Washington, DC. [http://www.forest-trends.org/resources/pdf/FT_2628_Livelihood%20Final.pdf]. March 2003.

Schulpen, Lau, and Peter Gibbon. 2001. “Private Sector Development: Policies, Practices and Problems.” Centre for Development Research, Copenhagen.

Schultz, T. Paul. 1998. “Inequality in the Distribution of Personal Income in the World: How It Is Changing and Why.” *Journal of Population Economics* 11 (3): 307–44.

———. 2001. “School Subsidies for the Poor: Evaluating the Mexican Progresa Poverty Program.” Economic Growth Center Discussion Paper 834. Yale University, New Haven, Conn.

Schusterman, Ricardo, Florencia Almansi, Ana Hardoy, Cecilia Monti and Gastón Urquiza. 2002. “Poverty Reduction in Action: Participatory Planning in San Fernando, Buenos Aires, Argentina.” IIED Working Paper 6. International Institute for Environment and Development, London. [http://www.iied.org/docs/urban/urb_pr7_schusterman.pdf]. March 2003.

Sen, Amartya. 1999. *Development as Freedom*. Oxford: Oxford University Press.

Shah, Anwar. 1998. “Balance, Accountability, and Responsiveness: Lessons about Decentralization.” Policy Research Working Paper 2021. World Bank, Washington, DC. [http://www.worldbank.org/html/dec/Publications/Workpapers/wps2000series/wps2021/wps2021-abstract.html]. March 2003.

Shankar, Raja, and Anwar Shah. 2001. “Bridging the Economic Divide within Nations: A Scorecard on the Performance of Regional Development Policies in Reducing Regional Income Disparities.” Policy Research Working Paper 2717. World Bank, Washington, DC. [http://econ.worldbank.org/files/2725_wps2717.pdf]. March 2003.

Shaokang, Zahn, Tan Shenglan and Guo Youde. 1997. “Drug Prescribing in Rural Health Facilities in China: Implications for Service Quality and Cost.” *IDS Bulletin* 28 (1).

Shatkin, Gavin. 2000. “Obstacles to Empowerment: Local Politics and Civil Society in Metropolitan Manila, the Philippines.” *Urban Studies* 12 (37): 2357–75.

Sidley, Pat. 2001. “Cholera Sweeps through South African Province.” *British Medical Journal* 322: 71. [http://bmj.com/cgi/reprint/322/7278/71/c.pdf]. March 2003.

Simonpietri, Antoine. 2003. Correspondence on statistical capacity building issues. March. Organisation for Economic Co-operation and Development, Paris.

Sinclair, Scott, and Jim Grieshaber-Otto. 2002. “Facing the Facts: A Guide to the GATS Debate.” Canadian Centre for Policy Alternatives, Ottawa. [http://www.policyalternatives.ca/publications/facing-the-facts.pdf]. March 2003.

Siniscalco, Maria Teresa. 2002. *A Statistical Profile of the Teaching Profession*. Geneva: International Labour Organization. [http://www.ilo.org/public/english/dialogue/sector/papers/education/stat_profile02.pdf]. March 2003.

SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute). 2002a. “Military and Social Expenditure as a Share of GDP, 1996–2000.” Stockholm. [http://projects.sipri.se/milex/mex_share_gdp.html]. March 2003.

———. 2002b. *SIPRI Yearbook 2002.* Oxford: Oxford University Press.

———. 2003. “Arms Transfers to India and Pakistan, 1993–2002.” Stockholm. [http://projects.sipri.se/armstrade/atind_pakdata.html]. March 2003.

Sitthi-Amorn, Chitr, Watana Janjaroen and Ratana Somrongthong. 2001. “Some Health Implications of Globalization in Thailand.” *Bulletin of the World Health Organization* 79 (9): 889–90.

Sizer, Nigel. 2000. “Perverse Habits: The G8 and Subsidies That Harm Forests and Economies.” World Resources Institute, Washington, DC. [http://www.wri.org/forests/g8.html]. March 2003.

Smith, Kirk. 2000. “National Burden of Disease in India from Indoor Air Pollution.” *Proceedings of the National Academy of Sciences* 97 (24): 13286–93.

Social Watch. 2003. *Social Watch Report 2003: The Poor and the Market*. Montevideo, Uruguay.

Sprout, Ronald, and James Weaver. 1992. “International Distribution of Income: 1960–1987.” *Kyklos* 45: 237–58.

Stapleton, Maire. 2000. “Bhutan Essential Drugs Programme: A Case History.” World Health Organization, Department of Essential Drugs and Medicines Policy, Geneva.

Steinich, Markus. 2000. “Monitoring and Evaluating Support to Decentralisation: Challenges and Dilemmas.” ECDPM Discussion Paper 19. European Centre for Development Policy Management, Maastricht, Netherlands. [http://www.gtz.de/urbanet/Downloads/imes-eng.pdf]. March 2003.

Stiglitz, Joseph. 1996. “The Role of Government in Economic Development.” In Michael Bruno and Boris Pleskovic, eds., *Proceedings of the World Bank’s Annual Conference on Development Economics 1996.* Washington, DC: World Bank.

———. 2002a. *Globalization and Its Discontents*. New York: W.W. Norton.

———. 2002b. “Participation and Development: Perspectives from the Comprehensive Development Paradigm.” *Review of Development Economics* 6 (2): 163–83.

———. 2003. “Democratizing the International Monetary Fund and the World Bank: Governance and Accountability.” *Governance* 17 (1): 111–39.

Stocker, Karen, Howard Waitzkin and Celia Iriart. 1999. “The Exportation of Managed Care to Latin America.” *New England Journal of Medicine* 340 (14): 1131–36.

Swaminathan, M. S. 2001. “Nutrition in the Third Millennium: Countries in Transition.” Paper presented at the Seventeenth International Congress on Nutrition, 27–31 August, Vienna. [http://www.mssrf.org/talksbymss/Viennalecture.html]. March 2003.

Székely, Miguel, and Marianne Hilgert. 1999. “What’s Behind the Inequality We Measure? An Investigation Using Latin American Data.” Working Paper 409. Inter-American Development Bank, Washington, DC.

Tendler, Judith. 1997. *Good Governance in the Tropics*. Baltimore, Md.: Johns Hopkins University Press.

Thomas, Duncan, and John Strauss. 1998. “Health, Nutrition and Economic Development.” *Journal of Economic Literature* 36 (2): 737–82.

Tilak, Jandhyala. 1997. “Lessons from Cost Recovery in Education.” In Christopher Colclough, ed., *Marketizing Education and Health in Developing Countries: Miracle or Mirage?* Oxford: Clarendon Press.

Tinker, Irene. 2002. “Quotas for Women in Elected Legislatures: Does This Really Empower Women?” Paper presented at the Women, Gender and Development Perspectives symposium “Gender and Transnational Networks,” 17–19 October, University of Illinois at Urbana-Champaign.

Toledo, Tito. 1997. “Impacto en la Salud del Fenomeno del Niño 1982–83 en el Peru.” Paper presented at the World Health Organization’s Central American workshop “The Health Impact of the El Niño Phenomenon,” 3 November, San Jose, Costa Rica.

Tomlinson, Richard. 1997. “Health Care in China Is Highly Inequitable.” *British Medical Journal* 315 (7112): 831–36. [http://bmj.com/cgi/content/full/315/7112/831/i]. March 2003.

Tornquist, C. Sam, Bjorn Wenngren, Nguyen Thi Kim Chuc, Matthias Larsson, Einar Magnusson, Nguyen Thanh Do, Pham Van Ca and Le Dang HaVan Ca. 2000. “Antibiotic Resistance in Vietnam: An Epidemiological Indicator of

Inefficient and Inequitable Use of Health Resources.” In P. M. Hung, I. H. Minas, Y. Liu, G. Dalgren and W. C. Hsiao, eds., *Efficient Equity-Oriented Strategies for Health: International Perspectives—Focus on Vietnam*. Melbourne, Australia: University of Melbourne, Centre for International Mental Health.

Trouiller, Patrice, Piero Olliaro, Els Torreele, James Orbinski, Richard Laing and Natahan Ford. 2002. “Drug Development for Neglected Diseases: A Deficient Market and a Public Health Policy Failure.” *Lancet* 359: 2188–94.

Turner, Mark, and David Hulme. 1997. *Governance, Administration and Development*. West Hartford, Conn.: Kumarian Press.

Uganda, Ministry of Finance, Planning and Economic Development. 2002. “Uganda Poverty Reduction Strategy Paper Progress Report 2002.” Kampala.

UN (United Nations). 1966. *Covenant on Economic, Social and Cultural Rights*. Adopted and opened for signature, ratification and accession by General Assembly Resolution 2200A (XXI), 16 December, New York.

———. 1979. *Convention on Elimination of All Forms of Discrimination Against Women*. Treaty Series, vol. 1249. 18 December. New York.

———. 1980. *International Development Strategy for the Third United Nations Development Decade*. General Assembly Resolution 35/56 and Annex, A/35/592/Add. 1. 11 November. New York.

———. 1985. “Women’s Employment and Fertility: A Comparative Analysis of World Fertility Survey Results from 38 Developing Countries.” Population Studies, no. 96. Department of Economic and Social Affairs, New York.

———. 1989. *Convention on the Rights of the Child*. Treaty Series, vol. 1577. 15 March. New York.

———. 1997. *Kyoto Protocol to the United Nations Framework Convention on Climate Change*. [http://unfccc.int/resource/docs/convkp/kpeng.pdf]. March 2003.

———. 2000a. *Millennium Declaration*. A/RES/55/2. 18 September. New York. [http://www.un.org/millennium/declaration/ares552e.pdf]. March 2003.

———. 2000b. “Progress Made in Providing Safe Water Supply and Sanitation for All during the 1990s.” Report of the Secretary-General. E/CN.17/2000/13s. Commission on Sustainable Development, New York. [http://www.un.org/documents/ecosoc/cn17/2000/ecn172000-13.htm]. March 2003.

———. 2000c. “The Millennium Summit Group Photo: List of Participants.” New York. [http://www.un.org/av/photo/ga/caption.htm]. April 2003.

———. 2001a. “Report of the High-Level Panel on Financing for Development.” Presented to the General Assembly 28 June, New York.

———. 2001b. “Road Map towards the Implementation of the United Nations Millennium Declaration.” Report of the Secretary-General. A/56/326. 6 September. New York.

———. 2002a. “Follow-up Efforts to the International Conference on Financing for Development.” Report of the Secretary-General. A/57/319. New York. [http://ods-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/528/72/PDF/N0252872.pdf?OpenElement]. March 2003.

———. 2002b. “Implementing Agenda 21.” Report of the Secretary-General. Economic and Security Council Commission on Sustainable Development, New York. [http://www.johannesburgsummit.org/html/documents/no170793sgreport.pdf]. March 2003.

———. 2002c. “Millennium Indicators: India.” Statistics Division, New York. [http://unstats.un.org/unsd/mi/mi_results.asp?crID=356&fID=r15]. March 2003.

———. 2002d. “Outcome of the International Conference on Financing for Development, Monterrey Consensus.” A/57/344. New York. [http://ods-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N02/535/43/PDF/N0253543.pdf?OpenElement]. March 2003.

———. 2002e. “Report of the International Conference on Financing for Development.” A/CONF.198/11. Monterrey, Mexico. [http://www.tradeobservatory.org/library/uploadedfiles/ Report_of_the_International_Conference_on_Fina.pdf]. March 2003.

———. 2002f. “Report of the World Summit on Sustainable Development.” 26 August. Johannesburg.

———. 2002g. “United Nations Millennium Development Goals Data and Trends 2002.” Report prepared by Interagency Expert Group on MDG Indicators. New York.

———. 2002h. “Water, Energy, Health, Agriculture and Biodiversity: Synthesis of the Framework Paper of the Working Group on WEHAB.” A/CONF.199/L.4. Presented at the World Summit on Sustainable Development, 26 August–4 September, Johannesburg. [http://daccess-ods.un.org/TMP/7654072.html]. March 2003.

———. 2002i. *World Urbanization Prospects: The 2001 Revision—Data Tables and Highlights*. Department of Economic and Social Affairs, Population Division, New York. [http://www.un.org/esa/population/publications/wup2001/wup2001dh.pdf]. March 2003.

———. 2003a. *Comtrade Database*. Statistics Division, New York.

———. 2003b. “Millennium Development Goals.” New York. [http://www.un.org/millenniumgoals/]. March 2003.

———. 2003c. *Millennium Indicators*. Database. Statistics Division, New York. [http://unstats.un.org/unsd/mi/mi_goals.asp]. March 2003.

———. 2003d. “Note for the First Meeting of PARIS21 Task Team to Improve Statistical Support for Monitoring Development Goals.” 15 October. Statistics Division, New York.

———. 2003e. “Rio Declaration on Environment and Development.” A/CONF.151/26 (vol.1). [http://www.un.org/documents/ga/conf151/aconf15126-1annex1.htm]. March 2003.

———. 2003f. *Water for People, Water for Life*. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization and Berghahn Books.

———. 2003g. “World and Regional Trends: Data for Years around 1990 and 2000.” Statistics Division, New York. [http://unstats.un.org/unsd/mi/mi_worldregn.asp]. March 2003.

———. 2003h. *World Population Prospects 1950–2050: The 2002 Revision*. Database. Department of Economic and Social Affairs, Population Division, New York.

UNAIDS (Joint United Nations Programme on HIV/AIDS). 1996. *The Status and Trends of the Global HIV/AIDS Pandemic*. Geneva. [http://www.unaids.org/publications/documents/epidemiology/estimates/statuskme.html]. March 2003.

———. 2000. *Report on the Global HIV/AIDS Epidemic*. Geneva. [http://www.unaids.org/epidemic_update/report/index.html]. March 2003.

———. 2002a. “AIDS Epidemic Update: December 2002.” Geneva. [http://www.unaids.org/worldaidsday/2002/press/update/epiupdate2002_en.doc]. March 2003.

———. 2002b. *Report on the Global HIV/AIDS Epidemic*. Geneva. [http://www.unaids.org/epidemic_update/report_july02/index.html]. March 2003.

UNCHS (United Nations Centre for Human Settlements). 1996. *An Urbanizing World: Global Report on Human Settlements*. Oxford: Oxford University Press.

UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). 2000. “Positive Agenda for Future Trade Negotiations.” Geneva.

———. 2002a. *Least Developed Countries Report 2002: Escaping the Poverty Trap.* Geneva.

———. 2002b. *Trade and Development Report: Developing Countries in World Trade*. New York and Geneva.

UNDP (United Nations Development Programme). 1993. “Rethinking Technical Cooperation.” New York.

———. 1996. *Human Development Report 1996.* New York: Oxford University Press. [http://hdr.undp.org/reports/global/1996/en/]. March 2003.
———. 1998. *Human Development Report 1998.* New York: Oxford University Press. [http://hdr.undp.org/reports/global/1998/en/]. March 2003.
———. 2000. *Human Development Report 2000.* New York: Oxford University Press. [http://hdr.undp.org/reports/global/2000/en/]. March 2003.
———. 2001a. *Costa Rica: Estado de la Nación en Desarrollo Humano Sostenible 2001.* San Juan.
———. 2001b. "Decentralising Governance for Rural Development." In *National Human Development Report Lao PDR 2001: Advancing Rural Development*. Vientiane.
———. 2001c. *Human Development Report 2001: Making Technology Work for Human Development*. New York: Oxford University Press. [http://hdr.undp.org/reports/global/2001/en/]. March 2003.
———. 2001d. *Malawi National Human Development Report 2001.* Lilongwe.
———. 2002a. "The Data Challenges of the MDGs." New York.
———. 2002b. "A Global Analysis of UNDP Support to Decentralisation and Local Governance Programmes 2001." Bureau for Development Policy, Institutional Development Group, New York. [http://www.undp.org/governance/docsdecentral/global-analysis-of-undp-support.pdf]. March 2003.
———. 2002c. *Aportes para el Desarrollo Humano de la Argentina 2002.* Buenos Aires.
———. 2002d. "Biodiversity and Poverty: Biodiversity under Development, 2002." Bureau for Development Policy, New York.
———. 2002e. *Human Development Report 2002: Deepening Democracy in a Fragmented World*. New York: Oxford University Press. [http://hdr.undp.org/reports/global/2002/en/]. March 2003.
———. 2002f. "Localising the Millennium Development Goals: Some Examples." South and West Asia Sub-Regional Resource Facility, Kathmandu. [http://www.interaction.org/files.cgi/988_Localising_the_MDGs.doc]. March 2003.
———. 2002g. "Millennium Development Goals." Fact sheet. New York. [http://www.undp.org/mdg/]. March 2003.
———. 2003b. Correspondence on MDG success stories. February. Resident Representative Network, New York.
———. 2003c. Correspondence on the use of $2 a day as an extreme poverty line. March. Regional Bureau for Europe and the CIS, New York.
———. 2003d. "Gyandoot: A Community-Owned Self-Sustainable and Low-Cost Rural Intranet Project." Human Development Resource Centre, New Delhi. [http://hdrc.undp.org.in/content/resources/best_practice_docs/]. March 2003.
———. 2003e. "Status of Millennium Development Goal Country Reporting." Paper presented at the 34th Session of the United Nations Statistics Commission, 4–7 March, New York. [http://unstats.un.org/unsd/statcom/doc03/2003-22e.pdf]. March 2003.
UNDP (United Nations Development Programme), DFID (UK Department for International Development) and World Bank. 2002. "Linking Poverty Reduction and Environmental Management: Policy Challenges and Opportunities." Working Paper 24824. New York. [http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2002/09/27/000094946_02091704130739/Rendered/PDF/multi0page.pdf]. March 2003.
UNDP (United Nations Development Programme), ECLAC (United Nations Economic Commission for Latin America and the Caribbean) and Instituto de Pesquisa Economica Aplicada. 2002. "Meeting the Millennium Poverty Reduction Targets in Latin America and the Caribbean." United Nations, Santiago, Chile.
UNDP (United Nations Development Programme), WEC (World Energy Council) and UNDESA (United Nations Department of Economic and Social Affairs). 2000. *World Energy Assessment: Energy and the Challenge of Sustainability*. New York. [http://www.undp.org/seed/eap/activities/wea/drafts-frame.html]. March 2003.
UNDP (United Nations Development Programme), UNEP (United Nations Environment Programme), World Bank and WRI (World Resources Institute). 1998. *World Resources: 1998–1999.* New York: Oxford University Press. [http://www.wri.org/wri/wr-98-99/]. March 2003.
———. 2000. *World Resources 2000–2001: People and Ecosystems—The Fraying Web of Life*. Washington, DC: World Resources Institute. [http://www.wri.org/wr2000/]. March 2003.
UNDP (United Nations Development Programme), Heinrich Böll Foundation, Rockefeller Brothers Fund, Rockefeller Foundation and Wallace Global Fund. 2003. *Making Global Trade Work for People*. London: Earthscan.
UNEP (United Nations Environment Programme). 2003. *Global Environment Outlook 3.* London: Earthscan. [http://www.unep.org/geo/]. March 2003.
UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). 1996. *Statistical Yearbook 1996.* Paris.
———. 1999. *Statistical Yearbook 1999.* Paris.
———. 2002a. *EFA Global Monitoring Report 2002: Is the World On Track?* Paris. [http://www.unesco.org/education/efa/monitoring/monitoring_2002.shtml]. March 2003.
———. 2002b. "The Challenge of Achieving Gender Parity in Basic Education: A Statistical Review, 1990–1998." [http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001259/125927e.pdf]. March 2003.
———. 2003. Correspondence on teaching staff in primary education. March. Montreal.
UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) and ILO (International Labour Organization). 1966. "Recommendation Concerning the Status of Teachers." Paris. [http://www.ei-ie.org/ressourc/english/erec1966.htm]. March 2003.
UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) and OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development). 2000. *World Education Indicators Report*. Paris.
UNESCO Institute for Statistics. 2002. "Statistics Show Slow Progress towards Universal Literacy, and More Literate Women Than Ever Before." Montreal. [http://www.unesco.org/bpi/eng/unescopress/2002/02-59e.shtml]. March 2003.
UNESCO Institute for Statistics and OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development). 2002. "Financing Education: Investments and Returns—Analysis of the World Education Indicators." Montreal and Paris.
UN-HABITAT (United Nations Human Settlements Programme). 2002. "Report of the Expert Group Meeting on Urban Indicators." October. Nairobi.
UNHCHR (United Nations High Commissioner on Human Rights). 2002a. "Question of the Realization in All Countries of the Economic, Social and Cultural Rights Contained in the Universal Declaration of Human Rights and in the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights, and Study of Special Problems Which the Developing Countries Face in Their Efforts to Achieve These Human Rights." 2002/24. Geneva. [http://www.unhchr.ch/huridocda/huridoca.nsf/(Symbol)/E.CN.4.RES.2002.24.En?Opendocument]. March 2003.
———. 2002b. "The Right to Development." 2002/69. Geneva. [http://www.unhchr.ch/huridocda/huridoca.nsf/(Symbol)/E.CN.4.RES.2002.69.En?Opendocument]. March 2003.
———. 2003. "Report of the High Commissioner: Liberalization of Trade in Services and Human Rights." E/CN.4/Sub.2/2002/9.

Geneva. [http://www.unhchr.ch/huridocda/huridoca.nsf/(Symbol)/E.CN.4.Sub.2.2002.9.En?Opendocument]. March 2003.

UNHCR (United Nations High Commissioner for Refugees). 2000. *The State of the World's Refugees: Fifty Years of Humanitarian Action*. Oxford: Oxford University Press.

UNICEF (United Nations Children's Fund). 1991. "Plan of Action for Implementing the World Declaration on the Survival, Protection and Development of Children in the 1990s." In *The State of the World's Children 1991.* New York: Oxford University Press.

———. 1996. "Wars against Children." New York. [http://www.unicef.org/graca/]. March 2003.

———. 1999. *The State of the World's Children 1999.* New York: Oxford University Press. [http://www.unicef.org/sowc99/]. March 2003.

———. 2000. *Poverty Reduction Begins with Children*. New York. [http://www.unicef.org/pubsgen/poverty/povred.pdf]. March 2003.

———. 2001a. "Progress since the World Summit for Children: A Statistical Review." New York. [http://www.unicef.org/pubsgen/wethechildren-stats/sgreport_adapted_stats_eng.pdf]. March 2003.

———. 2001b. *The State of the World's Children 2001.* New York: Oxford University Press. [http://www.unicef.org/pubsgen/sowc01/fullsowc.pdf]. March 2003.

———. 2002. "India: Mortality." New York. [http://www.unicef.org/statis/Country_1Page79.html]. March 2003.

———. 2003a. "An Initiative for Effective Case Management." New York. [http://www.childinfo.org/eddb/imci/]. March 2003.

———. 2003b. *The State of the World's Children 2003.* New York: Oxford University Press. [http://www.unicef.org/sowc03/]. March 2003.

UNIFEM (United Nations Development Fund for Women). 2000. *Progress of the World's Women*. New York. [http://www.unifem.undp.org/progressww/2000/]. March 2003.

United Kingdom, Her Majesty's Treasury. 2003. "International Finance Facility." London. [http://www.hm-treasury.gov.uk/documents/international_issues/global_new_deal/int_gnd_iff2003.cfm]. March 2003.

UN (United Nations) World Summit on Sustainable Development. 2002. "WEHAB Framework Papers." Johannesburg. [http://www.johannesburgsummit.org/html/documents/wehab_papers.html]. March 2003.

Valderrama, Camilo. 1998. "Promoting Effective Participation: A Policy-Oriented Study of Community Involvement in Rural Development Planning." University of Sussex, Institute of Development Studies, Brighton, England.

Vandemoortele, Jan. 2001. "Absorbing Social Shocks, Protecting Children and Reducing Poverty: The Role of Basic Social Services." UNICEF Staff Working Paper, Evaluation, Policy and Planning Series, no. 00-001. United Nations Children's Fund, New York.

———. 2002. "Are the MDGs Feasible?" In Howard White and Richard Black, eds., *Targeting Development: Critical Perspectives on the Millennium Development Goals and International Development Targets*. London: Routledge.

van den Haak, M. A., F. J. G. Vounatsos and J. McAuslane. 2001. "International Pharmaceutical R&D Expenditure and Sales 2001: Pharmaceutical Investment and Output Survey 2001, Data Report 1." Center for Medical Research International, London.

Van de Walle, Nicholas, and Timothy Johnston. 1996. "Improving Aid to Africa." ODC Policy Essay 21. Overseas Development Council, Washington, DC.

Van Lerberghe, Wim, Claudia Conceicaõ, Wim Van Damme and Paulo Ferrinho. 2002. "When Staff Is Underpaid: Dealing with the Individual Coping Strategies of Health Personnel." *Bulletin of the World Health Organization* 80 (7): 581–84. [http://www.who.int/bulletin/pdf/2002/bul-7-E-2002/80 (7)581-584.pdf]. March 2003.

Velasquez, German, Yvette Madrid and Jonathan Quick. 1998. "Health Reform and Drug Financing: Selected Topic—Health Economics and Drugs." DAP Series, no. 6. WHO/DAP/98.3. World Health Organization, Geneva. [http://www.who.int/medicines/library/dap/who-dap-98-3/who-dap-98-3.htm]. March 2003.

Veltmeyer, Henry. 1997. "New Social Movements in Latin America: The Dynamics of Class and Identity." *Journal of Peasant Studies* 25 (1): 139–69.

Walker, Alex. 2002. "Decentralisation." UK Department for International Development, Infrastructure and Urban Development Department, London. [http://www.odi.org.uk/keysheets/ppip/purple_1_decentralisation.pdf]. March 2003.

Watkins, Kevin. 2000. *The Oxfam Education Report*. Oxford: Oxfam. [http://www.oxfam.org.uk/educationnow/edreport/report.htm]. March 2003.

Watson, David. 2002. "Pro-Poor Service Delivery and Decentralization." Issue Paper 3. Fifth African Governance Forum, 23 May, Maputo, Mozambique. [http://www.undp.org/rba/pubs/agf5/Issue%20paper%20on%20social%20service%20delivery.pdf]. March 2003.

Webster, Mike, and Kevin Sansom. 1999. "Public-Private Partnership and the Poor: An Initial Review." Loughborough University and London School of Hygiene and Tropical Medicine.

WEHAB Working Group. 2002a. "A Framework for Action on Biodiversity and Ecosystem Management." Paper presented at the World Summit on Sustainable Development, 26 August, Johannesburg. [http://www.agora21.org/johannesburg/wehab_biodiversity.pdf]. March 2003.

———. 2002b. "A Framework for Action on Water and Sanitation." Paper presented at the World Summit on Sustainable Development, 26 August, Johannesburg. [http://www.agora21.org/johannesburg/wehab_water_sanitation.pdf]. March 2003.

Weiss, Ursula. 2002. "Malaria." *Nature* 415 (669).

West, Edwin G. 1997. "Education Vouchers in Principle and Practice: A Survey." *World Bank Research Observer* 12 (1): 83–103. [http://www.worldbank.org/research/journals/wbro/obsfeb97/pdf/artcle~6.pdf]. March 2003.

WFUNA (World Federation of United Nations Associations) and North-South Institute. 2002. "The Role of the Civil Society in the Implementation of the United Nations Millennium Declaration." Ottawa.

White, Andy, and Alejandra Martin. 2002. "Who Owns the World's Forests? Forest Tenures and Public Forests in Transition." Forest Trends, Washington, DC. [http://www.forest-trends.org/resources/pdf/tenurereport_whoowns.pdf]. March 2003.

White, Howard, and Richard Black, eds. 2002. *Targeting Development: Critical Perspectives on the Millennium Development Goals and International Development Targets*. London: Routledge.

Whitehead, Margaret, Timothy Evans and Göran Dahlgren. 2001. "Equity and Health Sector Reforms: Can Low-Income Countries Escape the Medical Poverty Trap?" *Lancet* 358 (833): 836. [http://www.healthp.org/article.php?sid=64&mode=thread&order=0&thold=0]. March 2003.

WHO (World Health Organization). 1997. *Health and Environment in Sustainable Development: Five Years after the Earth Summit*. Geneva.

———. 2000. *World Health Report 2000: Health Systems Improving Performance*. Geneva.

———. 2002. *World Health Report 2002: Reducing Risks, Promoting Healthy Life*. Geneva.

———. 2003a. Correspondence on data regarding doctors per person. March. Geneva.

———. 2003b. Correspondence on data regarding nurses per person. March. Geneva.

———. 2003c. "Major Causes of Death among Children under Five, Worldwide, 2000." [http://www.who.int/child-adolescent-health/OVERVIEW/CHILD_HEALTH/piechart1.jpg]. March 2003.

WHO (World Health Organization), UNICEF (United Nations Children's Fund) and WSSCC (Water Supply and Sanitation Collaborative Council). 2000. *Global Water Supply and Sanitation Assessment 2000.* Geneva. [http://www.who.int/water_sanitation_health/Globassessment/GlasspdfTOC.htm]. March 2003.

Wood, Adrian. 1995. "Gains from Human Development through Trade." United Nations Development Programme, New York.

Work, Robertson. 2002. "Overview of Decentralisation Worldwide: A Stepping Stone to Improved Governance and Human Development." Paper presented at the Second International Conference on Decentralization, "Federalism: The Future of Decentralizing States?" 25 July, Manila. [http://www.undp.org/governance/docsdecentral/overview-decentralisation-worldwide-paper.pdf]. March 2003.

Working Group on Contemporary Forms of Slavery. 1997. "Report by Shakeel Ahmed Pathan, Co-ordinator, Special Task Force for Sindh, Human Rights Commission of Pakistan (HRCP)." United Nations Economic and Social Council, 1 June, Geneva. [http://www.antislavery.org/archive/submission/submission1997-06Pakistan.htm]. March 2003.

———. 1999. "Bonded Labour in Pakistan." United Nations Economic and Social Council, 24th Session, 23 June, Geneva. [http://www.antislavery.org/archive/submission/submission1999-08Pakistan.htm]. March 2003.

World Bank. 1990. *Financing Health Services in Developing Countries: An Agenda for Reform*. Washington, DC.

———. 1993. *World Development Report 1993: Investing in Health*. New York: Oxford University Press.

———. 1996. *World Development Report 1996: From Plan to Market*. New York: Oxford University Press.

———. 1998a. *Assessing Aid: What Works, What Doesn't, and Why.* New York: Oxford University Press. [http://www.worldbank.org/research/aid/aidtoc.htm]. March 2003.

———. 1998b. "Memorandum of the President of the International Development Association and the International Finance Corporation to the Executive Directors on a Country Assistance Strategy of the World Bank Group for the Republic of Bolivia." Washington, DC.

———. 1999. "The Kyrgyz Republic: Participatory Poverty Assessment." Paper presented at the Global Synthesis Workshop, 22–23 September, Washington, DC.

———. 2000a. *Making Transition Work for Everyone: Poverty and Inequality in Europe and Central Asia*. Washington, DC. [http://wbln0018.worldbank.org/eca/eca.nsf/General/40F8E9D019CE2E5C8525695800636022?OpenDocument].

———. 2000b. "Memorandum of the President of the International Development Association and the International Finance Corporation to the Executive Directors on a Country Assistance Strategy of the World Bank Group for the Republic of Uganda." Washington, DC.

———. 2000c. *World Development Report 2000/2001: Attacking Poverty*. New York: Oxford University Press. [http://www.worldbank.org/poverty/wdrpoverty/report/index.htm]. March 2003.

———. 2001. *Global Development Network Growth Database*. Washington, DC.

———. 2002a. "Building Statistical Capacity to Monitor Development Progress." Washington, DC.

———. 2002b. "Private Sector Development Strategy: Directions for the World Bank Group." Washington, DC. [http://rru.worldbank.org/documents/PSDStrategy-April%209.pdf]. March 2003.

———. 2002c. *Annual Report 2002.* Washington, DC.

———. 2002d. "From Action to Impact: The Africa Region's Rural Strategy." African Region, Rural Development Operations, Washington, DC.

———. 2002e. *Global Development Finance 2002.* Washington, DC.

———. 2002f. *Global Economic Prospects and the Developing Countries 2002.* Washington, DC. [http://www.worldbank.org/prospects/gep2002/]. March 2003.

———. 2002g. "Health, Nutrition, and Population Development Goals: Measuring Progress Using the Poverty Reduction Strategy Framework." Washington, DC. [http://www1.worldbank.org/hnp/MDG/measureprogress.pdf]. March 2003.

———. 2002h. "Memorandum of the President of the International Bank for Reconstruction and Development and the International Finance Corporation to the Executive Directors on a Country Assistance Strategy of the World Bank Group for the Republic of Colombia." Washington, DC.

———. 2002i. "Memorandum of the President of the International Bank for Reconstruction and Development and the International Finance Corporation to the Executive Directors on a Country Assistance Strategy of the World Bank Group for the Republic of Peru." Washington, DC.

———. 2002j. *World Development Indicators 2002.* CD-ROM. Washington, DC.

———. 2002k. *World Development Report 2003: Sustainable Development in a Dynamic Economy*. New York: Oxford University Press. [http://econ.worldbank.org/wdr/wdr2003/text-17926/]. March 2003.

———. 2003a. "Country Assistance Strategy Documents." Washington, DC. [http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDS_IBank_Servlet?dt=540613&psz=20&ptype=advSrch&pcont=results]. March 2003.

———. 2003b. *Education and HIV/AIDS: A Window of Hope.* Washington, DC. [http://www1.worldbank.org/education/pdf/Ed%20&%20HIV_AIDS%20cover%20print.pdf]. March 2003.

———. 2003c. "HIPC: Debt Initiative for Heavily Indebted Poor Countries." Washington, DC. [http://www.worldbank.org/hipc/]. March 2003.

———. 2003e. "Memorandum of the President of the International Bank for Reconstruction and Development and the International Finance Corporation to the Executive Directors on a Country Assistance Strategy of the World Bank Group for the People's Republic of China." Washington, DC.

———. 2003f. "Memorandum of the President of the International Bank for Reconstruction and Development and the International Finance Corporation to the Executive Directors on a Country Assistance Strategy Progress Report of the World Bank Group for India." Report 25057-IN. Washington, DC.

———. 2003g. "Rome Declaration on Harmonization." 24 February, Rome. [http://siteresources.worldbank.org/NEWS/Resources/Harm-RomeDeclaration2_25.pdf].

———. 2003i. *World Development Indicators 2003.* CD-ROM. Washington, DC.

———. Forthcoming. *World Development Report 2004: Making Services Work for Poor People*. New York: Oxford University Press.

World Bank and IMF (International Monetary Fund). 2001. "Financing for Development." Washington, DC. [http://www.imf.org/ external/np/pdr/2001/ffd.pdf]. March 2003.

World Bank and UN-Habitat (United Nations Human Settlements Programme). 2003. "Cities Alliance for Cities without Slums: Action Plan." Washington, DC. [http://www.citiesalliance.org/citiesalliancehomepage.nsf/Attachments/Cities+Without+Slums+Action+Plan/$File/brln_ap.pdf]. March 2003.

World Panel on Financing Water Infrastructure. 2003. "Financing Water for All." World Water Council and Global Water

Partnership, Marseilles. [http://www.gwpforum.org/gwp/library/FinPanRep.MainRep.pdf]. March 2003.
WRI (World Resources Institute). 2000a. “Global Forest Watch 2000: A First Look at Logging in Gabon.” Washington, DC. [http://www.globalforestwatch.org/common/gabon/english/report.pdf]. March 2003.
———. 2000b. “Global Forest Watch 2000: An Overview of Logging in Cameroon.” Washington, DC. [http://www.globalforestwatch.org]. March 2003.
WSP (Water and Sanitation Program). 2002a. “Lower Costs with Higher Benefits: Lessons from the El Alto, Bolivia Pilot Project.” Field Note. Lima.
———. 2002b. “The National Water and Sanitation Programme in South Africa: Turning the ‘Right of Water’ into Reality.” Field Note 8. Nairobi. [http://www.wsp.org/pdfs/af_bg_sa.pdf]. March 2003.
WSSCC (Water Supply and Sanitation Collaborative Council). 2002. “WASH Facts and Figures.” Geneva. [http://www.wsscc.org/load.cfm?edit_id=292]. March 2003.
———. 2003. “A Guide to Investigating One of the Biggest Scandals of the Last 50 Years.” Geneva.
WTO (World Trade Organization). 2000. *Trade Policy Review: Japan*. Geneva.
———. 2001. *Ministerial Declaration, Adopted on 14 November, Doha*. WT/MIN (01)DEC/1. Geneva.
———. 2003. “GATS: Fact and Fiction.” Geneva. [http://www.wto.org/english/tratop_e/serv_e/gatsfacts1004_e.pdf]. March 2003.
WWC (World Water Council). 2000. *A Water Secure World: Vision for Water, Life, and the Environment in the 21st Century*. World Water Commission Report. Cairo. [http://www.worldwatercouncil.org/Vision/Documents/CommissionReport.pdf]. March 2003.
WWF (World Wildlife Fund). 2002. “Fishing Madness: 101 Reasons Why the CFP Needs Radical Reform.” Surrey, England. [http://www.wwf.org.uk/filelibrary/pdf/fishingmadness.pdf]. March 2003.
Yang, B. M. 1993. “Medical Technology and Inequity in Health Care: The Case of Korea.” *Health Policy and Planning* 8 (4): 385–93.
Yesudian, C. A. K. 1994. “Behaviour of the Private Sector in the Health Market in Bombay.” *Health Policy and Planning* 9 (1): 72–80.
Yoder, Jennifer. 2003. “Decentralisation and Regionalisation after Communism: Administrative and Territorial Reform in Poland and the Czech Republic.” *Europe-Asia Studies* 55 (2): 263–86.

OBJECTIVO 1 **Erradicar a pobreza extrema e a fome** • OBJECTIVO 2 **Alcançar o ensino primário universal**

	Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção das pessoas cujo rendimento é menor que 1 dólar por dia			*Reduzir para metade, entre 1999 e 2015, a proporção das pessoas que sofrem de fome*			*Assegurar, até 2015, que as crianças em toda a parte, tanto rapazes como raparigas, conseguirão concluir um curso completo de ensino primário*					
	População que vive abaixo de 1 dólar dia (%)[a]	**Hiato da pobreza (taxa)** (%)	**Parcela dos 20% mais pobres no rendimento nacional ou consumo** (%)	**Crianças com peso deficiente para a idade** (% menores de 5 anos)	**Pessoas subalimentadas** (em % da população total)		**Taxa de escolarização primária líquida** (%)		**Crianças que atingem o 5.º ano** (%)		**Taxa de alfabetização de jovens** (% age 15-24)	
	1990-2001[b]	1990-2001[b]	1990-2001[b, c]	1995-2001[b]	1990/1992[d]	1998/2000[d]	1990-1991[e, f]	2000-2001[e, f]	1990-1991[e]	1999-2000[e]	1990	2001
Países Árabes												
Argélia	<2	<0,5	7,0	6	5	6	93	98	94	97	77,3	89,2
Barém	–	–	–	9	–	–	99	96	89	101	95,6	98,5
Djibouti	–	–	–	18	–	–	32	33	87	77 [g]	73,2	84,9
Egipto	3,1	<0,5	8,6	4	5	4	–	93 [h]	–	–	61,3	70,5
Iraque	–	–	–	16	7	27	79 [i]	93 [j]	–	–	41,0	45,0
Jordânia	<2	<0,5	7,6	5	4	6	66	94 [h, j]	100	98 [g, h]	96,7	99,3
Kuwait	–	–	–	10	22	4	45 [k]	66 [j]	–	–	87,5	92,7
Líbano	–	–	–	3	–	3	–	74	–	97	92,1	95,4
Líbia	–	–	–	5	–	–	97 [i]	–	–	–	91,0	96,7
Marrocos	<2	<0,5	6,5	9 [l]	6	7	58	78	75	80	55,3	68,4
Territórios da Palestina Ocupados	–	–	–	3	–	–	–	97	–	–	–	–
Oman	–	–	–	24	–	–	70	65	96	96	85,6	98,2
Catar	–	–	–	6	–	–	87	95 [g]	64	–	90,3	95,0
Arábia Saudita	–	–	–	14	4	3	59	58	83	94	85,4	93,1
Somália	–	–	–	26	67	71	–	–	–	–	–	–
Sudão	–	–	–	17	31	21	–	46 [j]	94	87 [g]	65,0	78,1
Síria	–	–	–	13	5	3	98	96	94	–	79,9	87,7
Tunísia	<2	<0,5	5,7	4	–	–	94	99 [h]	87	93 [h]	84,1	93,8
Emirados Árabes Unidos	–	–	–	14	3	–	94	87	80	98	84,7	91,0
Iémen	15,7	4,5	7,4	46	36	33	–	67	–	–	50,0	66,5
Ásia Oriental e Pacífico												
Brunei	–	–	–	–	–	–	91 [k]	–	95 [k]	92	97,9	99,4
Cambodja	–	–	6,9	45	43	36	–	95	–	63	73,5	79,7
China	16,1	3,7	5,9	10	16	9	97	93 [h, j]	86	–	95,3	97,9
Hong Kong, China (RAE)	–	–	5,3	–	–	–	–	–	100	–	98,2	99,4
Fidji	–	–	–	8 [l]	–	–	101 [k]	99 [g]	–	–	97,8	99,2
Indonésia	7,2	1,0	8,4	26	9	6	98	92 [h]	84	97 [h]	95,0	97,9
Kiribati	–	–	–	13 [l]	–	–	–	–	98	–	–	–
Coreia do Norte	–	–	–	60	18	34	–	–	–	–	–	–
Coreia do Sul	<2	<0,5	7,9	–	–	–	104	99 [h]	99	–	99,8	99,8
Laos	26,3	6,3	7,6	40	29	24	–	81	53 [k]	–	70,1	78,6
Malásia	<2	<0,5	4,4	18	3	–	–	98 [h]	98	–	94,8	97,7
Ilhas Marshall	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Micronésia	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Mongólia	13,9	3,1	5,6	13	34	42	–	89	–	–	98,9	99,1
Myanmar	–	–	–	36	10	6	–	83	–	–	88,2	91,2
Nauru	–	–	–	–	–	–	–	81 [g]	–	–	–	–
Palau	–	–	–	–	–	–	–	111	–	–	–	–
Papua-Nova Guiné	–	–	4,5	35 [l]	25	27	–	84 [j]	59	–	68,6	76,3
Filipinas	14,6	2,7	5,4	28	26	23	98 [k]	93 [h]	–	–	97,3	98,8
Samoa Ocidental	–	–	–	–	–	–	–	97	–	83 [g]	99,0	99,4
Singapura	–	–	5,0	14 [l]	–	–	–	–	–	–	99,0	99,8
Ilhas Salomão	–	–	–	21 [l]	–	–	–	–	85	–	–	–
Tailândia	<2	<0,5	6,1	19 [l]	28	18	–	85 [h]	–	97 [g, h]	98,1	99,0
Timor-Leste	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Tonga	–	–	–	–	–	–	–	91	84	–	–	–
Tuvalu	–	–	–	–	–	–	–	104 [g]	–	–	–	–
Vanuatu	–	–	–	20 [l]	–	–	–	96	90 [k]	101 [g]	–	–
Vietname	17,7	3,3	8,0	33	27	18	–	95	–	–	94,1	95,4

	Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção das pessoas cujo rendimento é menor que 1 dólar por dia			*Reduzir para metade, entre 1999 e 2015, a proporção das pessoas que sofrem de fome*			*Assegurar, até 2015, que as crianças em toda a parte, tanto rapazes como raparigas, conseguirão concluir um curso completo de ensino primário*					
	População que vive abaixo de 1 dólar dia (%)[a]	**Hiato da pobreza (taxa)** (%)	**Parcela dos 20% mais pobres no rendimento nacional ou consumo** (%)	**Crianças com peso deficiente para a idade** (% menores de 5 anos)	**Pessoas subalimentadas** (em % da população total)		**Taxa de escolarização primária líquida** (%)		**Crianças que atingem o 5.º ano** (%)		**Taxa de alfabetização de jovens** (% age 15-24)	
	1990-2001[b]	1990-2001[b]	1990-2001[b, c]	1995-2001[b]	1990/1992[d]	1998/2000[d]	1990-1991[e, f]	2000-2001[e, f]	1990-1991[e]	1999-2000[e]	1990	2001
América Latina e Caraíbas												
Antígua e Barbuda	–	–	–	10 [l]	–	–	–	–	–	–	–	–
Argentina	–	–	–	5	–	–	–	107 [h]	–	90 [h]	98,2	98,6
Baamas	–	–	–	–	–	–	96 [k]	83 [j]	–	–	96,5	97,3
Barbados	–	–	–	6 [l]	–	–	78 [k]	105	–	–	99,8	99,8
Belize	–	–	–	6 [l]	–	–	98 [k]	100	67	–	96,0	98,1
Bolívia	14,4	5,4	4,0	10	26	23	91	97	–	83	92,6	96,1
Brasil	9,9	3,2	2,0	6	13	10	86	97 [h]	72 [k]	–	91,8	95,5
Chile	<2	<0,5	3,2	1	8	4	88	89 [h]	–	101 [h]	98,1	98,9
Colômbia	14,4	8,1	1,4	7	17	13	–	89	62	–	94,9	97,0
Costa Rica	6,9	3,4	2,6	5	6	5	86	91	82	80	97,4	98,3
Cuba	–	–	–	4	5	13	92	97	92	95	99,3	99,8
Dominica	–	–	–	5 [l]	–	–	–	–	–	86	–	–
República Dominicana	<2	<0,5	5,1	5	27	26	–	93	–	75 [g]	87,5	91,4
Equador	20,2	5,8	3,3	15	8	5	–	99	–	78	95,5	97,3
El Salvador	21,4	7,9	3,3	12	12	14	75 [i]	81 [j]	58 [k]	71 [g]	83,8	88,5
Granada	–	–	–	–	–	–	–	84	–	–	–	–
Guatemala	16,0	4,6	2,6	24	14	25	–	84	–	–	73,4	79,6
Guiana	<2	<0,5	4,5	12	19	14	93	98 [j]	87	–	99,8	99,8
Haiti	–	–	–	17	64	50	22	–	–	–	54,8	65,3
Honduras	23,8	11,6	2,0	25	23	21	89 [k]	88	–	–	79,7	85,5
Jamaica	<2	<0,5	6,7	4	14	9	96	95 [h]	–	89 [h]	91,2	94,3
México	8,0	2,1	3,4	8	5	5	100	103 [h]	80	88 [h]	95,2	97,2
Nicarágua	82,3	52,2	2,3	12	30	29	72	81	46	48	68,2	72,0
Panamá	7,6	2,9	3,6	7	19	18	91	100	–	92	95,3	96,9
Paraguai	19,5	9,8	1,9	5	18	14	93	92 [h]	70	76 [h]	95,6	97,2
Peru	15,5	5,4	4,4	7	40	11	–	104 [h, j]	–	88 [g, h]	94,5	96,9
São Cristóvão e Nevis	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Santa Lúcia	–	–	5,2	14 [l]	–	–	–	100	95 [k]	–	–	–
São Vicente e Granadinas	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Suriname	–	–	–	–	12	11	–	92	–	–	–	–
Trindade e Tobago	12,4	3,5	5,5	7 [l]	13	12	91	92	96	100	99,6	99,8
Uruguai	<2	<0,5	4,5	5	6	3	91 [k]	90 [h]	94	91 [h]	98,7	99,1
Venezuela	15,0	6,9	3,0	5	11	21	88	88	86	91 [g]	96,0	98,1
Ásia do Sul												
Afeganistão	–	–	–	48	63	70	–	–	–	–	–	–
Bangladesh	36,0	8,1	9,0	48	35	35	64	89	–	–	42,0	49,1
Butão	–	–	–	19	–	–	–	–	–	90	–	–
Índia	34,7	8,2	8,1	47	25	24	–	–	–	68 [g, h]	64,3	73,3
Irão	<2	<0,5	5,1	11	4	5	–	74	90	–	86,3	94,2
Maldivas	–	–	–	30	–	–	–	99	–	–	98,1	99,1
Nepal	37,7	9,7	7,6	48	19	19	–	72	52 [k]	–	46,6	61,6
Paquistão	13,4	2,4	8,8	38	25	19	–	66	–	–	47,4	57,8
Sri Lanka	6,6	1,0	8,0	29	29	23	–	97 [g, h]	94	–	95,1	96,9
Europa do Sul												
Chipre	–	–	–	–	–	–	87	95	100	99	99,7	99,8
Turquia	<2	<0,5	6,1	8	–	–	89	–	98	–	92,7	96,7

OBJECTIVO 1 **Erradicar a pobreza extrema e a fome** • OBJECTIVO 2 **Alcançar o ensino primário universal**

	Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção das pessoas cujo rendimento é menor que 1 dólar por dia			*Reduzir para metade, entre 1999 e 2015, a proporção das pessoas que sofrem de fome*			*Assegurar, até 2015, que as crianças em toda a parte, tanto rapazes como raparigas, conseguirão concluir um curso completo de ensino primário*					
	População que vive abaixo de 1 dólar dia (%)[a]	**Hiato da pobreza (taxa)** (%)	**Parcela dos 20% mais pobres no rendimento nacional ou consumo** (%)	**Crianças com peso deficiente para a idade** (% menores de 5 anos)	**Pessoas subalimentadas** (em % da população total)		**Taxa de escolarização primária líquida** (%)		**Crianças que atingem o 5.º ano** (%)		**Taxa de alfabetização de jovens** (% age 15-24)	
	1990-2001[b]	1990-2001[b]	1990-2001[b, c]	1995-2001[b]	1990/1992[d]	1998/2000[d]	1990-1991[e, f]	2000-2001[e, f]	1990-1991[e]	1999-2000[e]	1990	2001
África Subsariana												
Angola	–	–	–	–	61	50	–	37	–	–	–	–
Benim	–	–	–	23	19	13	49 [k]	70 [j]	55	84	40,4	54,3
Botswana	23,5	7,7	2,2	13	17	25	93	84	97	87	83,3	88,7
Burkina Faso	61,2	25,5	4,5	34	23	23	27	36	70	69	24,9	35,8
Burundi	58,4	24,9	5,1	45	49	69	52 [i]	54	62	58	51,6	65,1
Camarões	33,4	11,8	4,6	21	32	25	–	–	–	81 [g]	81,1	90,5
Cabo Verde	–	–	–	14 [l]	–	–	–	99 [g]	–	–	81,5	88,6
República Centro-Africana	66,6	38,1	2,0	24	49	44	53	55	24	–	52,1	68,7
Chade	–	–	–	28	58	32	–	58	53	54	48,0	68,3
Comoros	–	–	–	25	–	–	–	56	46 [k]	77	56,7	58,8
Congo	–	–	–	14 [l]	37	32	–	–	62	–	92,5	97,6
Congo, Rep. Dem.	–	–	–	31	32	73	54	33 [g]	55	–	68,9	82,7
Costa do Marfim	12,3	2,4	7,1	21	18	15	47	64	73	91	52,6	62,4
Guiné Equatorial	–	–	–	–	–	–	–	72	–	–	92,7	97,2
Eritreia	–	–	–	44	–	58	–	41	–	–	60,9	71,1
Etiópia	81,9	39,9	2,4	47	59	44	–	47	–	64	43,0	56,2
Gabão	–	–	–	12	11	8	–	88	–	–	–	–
Gâmbia	59,3	28,8	4,0	17	21	21	51 [k]	69	87 [k]	69 [g]	42,2	58,6
Gana	44,8	17,3	5,6	25	35	12	–	58	80	66	81,8	91,6
Guiné	–	–	6,4	23	40	32	–	47	59	84	–	–
Guiné-Bissau	–	–	5,2	23	–	–	–	54 [j]	–	38 [g]	44,1	59,5
Quénia	23,0	6,0	5,6	23	47	44	–	69	–	71 [g]	89,8	95,5
Lesoto	43,1	20,3	1,4	16	27	26	73	78	71	75	87,2	90,8
Libéria	–	–	–	20 [l]	33	39	–	83 [j]	–	33 [g]	57,2	69,8
Madagáscar	49,1	18,3	6,4	33	35	40	–	68	22	–	72,2	80,8
Malawi	41,7	14,8	4,9	25	49	33	50	101	64	49	63,2	71,8
Mali	72,8	37,4	4,6	43	25	20	21	43 [g]	72	95	27,6	37,1
Mauritânia	28,6	9,1	6,4	32	14	12	–	64	75	61	45,8	49,3
Maurício	–	–	–	16	6	5	95	95	98	–	91,1	94,0
Moçambique	37,9	12,0	6,5	26	69	55	47	54	33	–	48,8	61,7
Namíbia	34,9	14,0	1,4	24	15	9	89 [i]	82	63 [k]	92	87,4	91,9
Níger	61,4	33,9	2,6	40	42	36	25	30	62	74	17,0	23,8
Nigéria	70,2	34,9	4,4	27	13	7	–	–	–	–	73,6	87,8
Ruanda	35,7 [m]	7,7 [m]	9,7 [m]	24	34	40	66	97 [j]	60	39	72,7	84,2
São Tomé e Príncipe	–	–	–	16	–	–	–	–	–	–	–	–
Senegal	26,3	7,0	6,4	18	23	25	48 [k]	63	85	72	40,1	51,8
Seychelles	–	–	–	6 [l]	–	–	–	–	93 [k]	–	–	–
Serra Leoa	57,0 [m]	39,5 [m]	1,1 [m]	27	46	47	–	–	–	–	–	–
África do Sul	<2	<0,5	2,0	12	–	–	103 [k]	89	75	65	88,5	91,5
Suazilândia	–	–	2,7	10	10	12	88	93	76	84	85,1	90,8
Tanzânia	19,9	4,8	6,8	29	36	47	51	47	79	82	83,1	91,1
Togo	–	–	–	25	28	23	75	92	50	74	63,5	76,5
Uganda	82,2	40,1	7,1	23	23	21	–	109	–	–	70,1	79,4
Zâmbia	63,7	32,7	3,3	25	45	50	–	66	–	81	81,2	88,7
Zimbabwe	36,0	9,6	4,6	13	43	38	–	80 [h]	94	–	93,9	97,4
Europa Central, de Leste e CEI												
Albânia	–	–	–	14	–	8	–	98	–	–	94,8	98,0
Arménia	12,8	3,3	6,7	3	–	46	–	69	–	–	99,5	99,8
Azerbaijão	3,7	<1	7,4	17	–	23	–	91 [j]	–	–	–	–
Bielorrússia	<2	<0,5	8,4	–	–	2	–	108	–	–	99,8	99,8
Bósnia e Herzegovina	–	–	–	4	–	6	–	–	–	–	–	–

1 OMD

OBJECTIVO 1 **Erradicar a pobreza extrema e a fome** • OBJECTIVO 2 **Alcançar o ensino primário universal**

	Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção das pessoas cujo rendimento é menor que 1 dólar por dia			*Reduzir para metade, entre 1999 e 2015, a proporção das pessoas que sofrem de fome*			*Assegurar, até 2015, que as crianças em toda a parte, tanto rapazes como raparigas, conseguirão concluir um curso completo de ensino primário*					
	População que vive abaixo de 1 dólar dia (%)[a]	**Hiato da pobreza (taxa)** (%)	**Parcela dos 20% mais pobres no rendimento nacional ou consumo** (%)	**Crianças com peso deficiente para a idade** (% menores de 5 anos)	**Pessoas subalimentadas** (em % da população total)		**Taxa de escolarização primária líquida** (%)		**Crianças que atingem o 5.º ano** (%)		**Taxa de alfabetização de jovens** (% age 15-24)	
	1990-2001[b]	1990-2001[b]	1990-2001[b, c]	1995-2001[b]	1990/1992[d]	1998/2000[d]	1990-1991[e, f]	2000-2001[e, f]	1990-1991[e]	1999-2000[e]	1990	2001
Bulgária	4,7	1,4	6,7	–	–	15	86	94	91	–	99,4	99,7
Croácia	<2	<0,5	8,3	1	–	18	79	–	–	–	99,6	99,8
República Checa	<2	<0,5	10,3	1 [l]	–	–	–	90 [h]	–	–	–	–
Estónia	<2	<0,5	7,0	–	–	–	–	98	–	99	99,8	99,7
Geórgia	<2	<0,5	6,0	3	–	16	–	95	–	–	–	–
Hungria	<2	<0,5	10,0	2 [l]	–	–	91	90 [h]	98	–	99,7	99,8
Cazaquistão	1,5	0,3	8,2	4	–	8	–	89	–	–	99,8	99,8
Quirguistão	2,0	0,2	9,1	11	–	8	–	82	–	–	–	–
Letónia	<2	<0,5	7,6	–	–	5	83 [i]	92	–	–	99,8	99,8
Lituânia	<2	<0,5	7,9	–	–	3	–	95	–	–	99,8	99,8
Macedónia	<2	<0,5	8,4	6	–	4	94	92	–	–	–	–
Moldávia	22,0	5,8	7,1	3	–	10	–	78	–	–	99,8	99,8
Polónia	<2	<0,5	7,8	–	–	–	97	98 [h]	98	99 [h]	99,8	99,8
Roménia	2,1	0,6	8,2	6 [l]	–	–	77 [i]	93	–	–	99,3	99,6
Federação Russa	6,1	1,2	4,9	3	–	5	–	–	–	–	99,8	99,8
Sérvia e Montenegro	–	–	–	2	–	8	69	–	–	–	–	–
Eslováquia	<2	<0,5	8,8	–	–	–	–	89 [h]	–	–	–	–
Eslovénia	<2	<0,5	9,1	–	–	–	–	93	–	–	99,8	99,8
Tajiquistão	10,3	2,6	8,0	–	–	64	–	103	–	–	99,8	99,8
Turquemenistão	12,1	2,6	6,1	12	–	8	–	–	–	–	–	–
Ucrânia	2,9	0,6	8,8	3	–	5	–	72 [g]	59	–	99,8	99,9
Usbequistão	19,1	8,1	9,2	19	–	19	–	–	–	–	99,6	99,7
OCDE de rendimento elevado [n]												
Austrália	–	–	5,9	–	–	–	99	96 [h]	–	–	–	–
Áustria	–	–	7,0	–	–	–	90 [i]	91 [h]	–	–	–	–
Bélgica	–	–	8,3	–	–	–	97	101 [h]	–	–	–	–
Canadá	–	–	7,3	–	–	–	97	99 [h, j]	–	–	–	–
Dinamarca	–	–	8,3	–	–	–	98	99 [h, j]	94	–	–	–
Finlândia	–	–	10,1	–	–	–	99 [i]	100 [h]	100	100 [h]	–	–
França	–	–	7,2	–	–	–	101	100 [h]	96	–	–	–
Alemanha	–	–	5,7	–	–	–	84 [i]	87 [h, j]	–	–	–	–
Grécia	–	–	7,1	–	–	–	94	97 [h]	99	–	99,5	99,8
Islândia	–	–	–	–	–	–	–	102 [h]	–	–	–	–
Irlanda	–	–	6,7 [m]	–	–	–	91	90 [h, j]	100	98 [h]	–	–
Itália	–	–	6,0	–	–	–	–	100 [h]	100	–	99,8	99,8
Japão	–	–	10,6	–	–	–	100	101 [h]	100	–	–	–
Luxemburgo	–	–	8,0	–	–	–	–	97 [h]	–	99 [h]	–	–
Holanda	–	–	7,3	–	–	–	95	100 [h]	–	–	–	–
Nova Zelândia	–	–	6,4	–	–	–	101	99 [h]	90	–	–	–
Noruega	–	–	9,7	–	–	–	100	101 [h]	100	–	–	–
Portugal	<2	<0,5	5,8	–	–	–	102	–	–	–	99,5	99,8
Espanha	–	–	7,5	–	–	–	103	102 [h]	100 [k]	–	99,6	99,8
Suécia	–	–	9,1	–	–	–	100	102 [h]	100	–	–	–
Suíça	–	–	6,9	–	–	–	84	99 [h]	76	101 [h]	–	–
Reino Unido	–	–	6,1	–	–	–	97	99 [h]	–	–	–	–
Estados Unidos	–	–	5,2	1 [l]	–	–	96	95 [h]	–	–	–	–

OBJECTIVO 1 **Erradicar a pobreza extrema e a fome** • OBJECTIVO 2 **Alcançar o ensino primário universal**

	Reduzir para metade, entre 1990 e 2015, a proporção das pessoas cujo rendimento é menor que 1 dólar por dia			*Reduzir para metade, entre 1999 e 2015, a proporção das pessoas que sofrem de fome*			*Assegurar, até 2015, que as crianças em toda a parte, tanto rapazes como raparigas, conseguirão concluir um curso completo de ensino primário*					
	População que vive abaixo de 1 dólar dia (%) [a]	**Hiato da pobreza (taxa)** (%)	**Parcela dos 20% mais pobres no rendimento nacional ou consumo** (%)	**Crianças com peso deficiente para a idade** (% menores de 5 anos)	**Pessoas subalimentadas** (em % da população total)		**Taxa de escolarização primária líquida** (%)		**Crianças que atingem o 5.º ano** (%)		**Taxa de alfabetização de jovens** (% age 15-24)	
	1990-2001 [b]	1990-2001 [b]	1990-2001 [b, c]	1995-2001 [b]	1990/1992 [d]	1998/2000 [d]	1990-1991 [e, f]	2000-2001 [e, f]	1990-1991 [e]	1999-2000 [e]	1990	2001
Outros membros da ONU												
Andorra	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Israel	–	–	6,9	–	–	–	–	101	–	–	98,7	99,5
Liechtenstein	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Malta	–	–	–	–	–	–	99	99 [j]	100	100 [g]	97,5	98,6
Mónaco	–	–	–	–	–	–	–	–	83	–	–	–
São Marino	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Países em desenvolvimento	–	–	–	–	21	18	80	82	–	–	81,1	84,8
Países menos desenvolvidos	–	–	–	–	37	38	54	60	–	–	56,5	66,3
Países Árabes	–	–	–	–	13	13	73	77	–	–	66,5	76,7
Ásia Oriental e Pacífico	–	–	–	–	–	–	96	93	–	–	95,2	97,4
América Latina e Caraíbas	–	–	–	–	14	12	87	97	–	–	92,7	95,2
Ásia do Sul	–	–	–	–	25	24	73	79	–	–	61,7	70,6
África Subsariana	–	–	–	–	35	33	56	59	–	–	67,4	77,9
Europa Central, de Leste e CEI	–	–	–	–	–	9	88	91	–	–	99,7	99,8
OCDE	–	–	–	–	–	–	97	98	–	–	–	–
OCDE de rendimento elevado	–	–	–	–	–	–	97	97	–	–	–	–
Desenv. humano elevado	–	–	–	–	–	–	97	98	–	–	–	–
Desenv. humano médio	–	–	–	–	19	15	86	88	–	–	84,5	87,8
Desenv. humano baixo	–	–	–	–	33	31	50	59	–	–	59,8	71,5
Rendimento elevado	–	–	–	–	–	–	97	97	–	–	–	–
Rendimento médio	–	–	–	–	–	10	92	93	–	–	93,1	95,4
Rendimento baixo	–	–	–	–	27	25	69	74	–	–	68,0	75,9
Mundo	–	–	–	–	–	–	82	84	–	–	–	–

a. A linha de pobreza é equivalente a 1,08 dólares (dólares PPC 1993). b. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado. c. Para informação sobre os anos do inquérito e se os dados se referem a rendimento ou consumo, ver a coluna 1 do quadro 13. d. Os dados referem-se à média para os anos indicados. e. Os dados referem-se ao ano escolar de 1990/91, 1999/2000 ou 2000/1. Os dados de alguns países podem referir-se a estimativas dos Institutos de Estatística nacionais ou da UNESCO. Para pormenores, ver http:/www.uis.unesco.org/. Como os dados são de fontes diferentes, as comparações entre países devem ser feitas com cautela. f. A taxa de escolarização líquida é o rácio entre o número de crianças matriculadas com idade oficial para o nível de educação indicado e a população total dessa idade. As taxas de escolarização que excedem 100% reflectem discrepâncias entre estes dois conjuntos de dados. g. Os dados referem-se ao ano escolar de 1998/99. h. Os dados são preliminares e estão sujeitos a revisão posterior. i. Os dados referem-se ao ano escolar de 1992/93. j. Os dados referem-se ao ano escolar de 1999/2000. k. Os dados referem-se ao ano escolar de 1991/92. l. Os dados referem-se a ano ou período diferente do indicado, diferem da definição padrão ou respeitam apenas a parte do país. m. Os dados referem-se a ano ou período diferente do indicado. n. Exclui a Coreia do Sul; ver Ásia Oriental e Pacífico.

Fonte: *Colunas 1-3:* World Bank 2003c; *coluna 4:* UNICEF 2003b, baseado em dados de um trabalho conjunto do Fundo das Nações Unidas para as Crianças e da Organização Mundial da Saúde; *colunas 5 e 6:* UN 2003a, baseado em dados da Organização para a Alimentação e a Agricultura; *colunas 7 e 8:* World Bank 2003c, baseado em dados do Instituto de Estatística da UNESCO; os agregados foram calculados para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Estatística da UNESCO; *colunas 9-12:* World Bank 2003c, baseado em dados do Instituto de Estatística da UNESCO.

OBJECTIVO 3 **Promover a igualdade de género e dar poder às mulheres**

Eliminar a disparidade de género nos ensinos primário e secundário, de preferência até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015

	Rácio entre raparigas e rapazes[a]				Rácio entre alfabetização feminina e masculina (15-24 anos)[b]		Parcela feminina do trabalho assalariado não agrícola (%)		Lugares no parlamento ocupados por mulheres (em % do total)[c]	
	No ensino primário		No ensino secundário	No ensino superior						
	1990-91	2000-01	2000-01	2000-01	1990	2001	1990	2001	1990	2003
Países Árabes										
Argélia	0,81	0,88	1,03	–	0,79	0,90	8	12 [d]	2	6
Barém	0,95	0,96	1,01	1,50 [e]	0,99	1,00	7	13	–	0
Djibouti	0,71	0,75	1,28 [f]	0,72	0,78	0,90	–	–	–	11
Egipto	0,80	0,89 [g]	0,90 [g]	–	0,72	0,83	21	20	4	2
Iraque	0,80	0,79 [f]	0,59 [f]	0,52 [f]	0,44	0,50	–	–	11	8
Jordânia	0,94	0,95 [f, g]	0,98 [f, g]	1,06 [f, g]	0,97	1,00	23	21	–	1
Kuwait	0,92	0,96 [f]	0,98 [f]	2,09 [e]	0,99	1,02	–	23 [h]	–	0
Líbano	–	0,93	1,07	1,08	0,93	0,96	–	–	–	2
Líbia	0,91	0,97	1,00	0,93	0,84	0,94	–	–	–	–
Marrocos	0,66	0,84	0,78 [f]	0,78	0,62	0,78	37	27	–	11
Territórios da Palestina Ocupados	–	0,96	1,02	0,90	–	–	16	16	–	–
Oman	0,89	0,93	0,96	1,38	0,79	0,97	19	25	–	–
Catar	0,91	0,95	1,00	2,74	1,05	1,05	–	15	–	–
Arábia Saudita	0,84	0,92	0,86	1,27 [f]	0,86	0,96	18	14	–	–
Somália	–	–	–	–	–	–	–	–	4	–
Sudão	0,75	0,82 [f]	1,61 [f]	0,89 [e]	0,71	0,87	22	–	–	10
Síria	0,87	0,89	0,87	–	0,73	0,83	17 [i]	17	9	10
Tunísia	0,85	0,91 [g]	1,01 [g]	0,93 [g]	0,81	0,92	–	–	4	12
Emirados Árabes Unidos	0,93	0,92	0,98	–	1,08	1,08	–	14 [d]	–	0
Iémen	–	0,60	0,35 [e]	0,26 [e]	0,34	0,58	–	7 [j]	4	1
Ásia Oriental e Pacífico										
Brunei	–	0,90	0,99	1,84	1,01	1,01	–	–	–	–
Cambodja	–	0,86	0,55	0,38	0,81	0,89	–	52	–	7
China	0,86	0,92 [f, g]	0,83 [f, g]	–	0,95	0,98	38	39	21	22
Hong Kong, China (RAE)	–	–	–	–	0,99	1,01	41	46	–	–
Fidji	–	0,93 [e]	–	–	1,00	1,00	30	38	–	6
Indonésia	0,95	0,95 [g]	0,95 [g]	0,75 [g]	0,97	0,99	29	30 [k]	12	8
Kiribati	0,98	0,96 [f]	–	–	–	–	–	–	–	5
Coreia do Norte	–	–	–	–	–	–	–	–	21	20
Coreia do Sul	0,94	0,89 [g]	0,92 [g]	0,55 [g]	1,00	1,00	38	41	2	6
Laos	0,77	0,83	0,69	0,58	0,76	0,84	–	–	6	23
Malásia	0,95	0,95 [g]	1,05 [g]	1,04 [g]	0,99	1,00	38	36	5	10
Ilhas Marshall	–	0,93 [e]	1,02 [e]	–	–	–	–	–	–	3
Micronésia	–	1,01	1,00	–	–	–	–	–	–	0
Mongólia	1,00	1,00	1,19	1,72	1,00	1,01	–	48 [h]	25	11
Myanmar	0,94	0,97	0,93	1,74	0,96	0,99	–	–	–	–
Nauru	–	1,02 [e]	1,05 [e]	–	–	–	–	–	6	0
Palau	–	0,91	0,92	1,74	–	–	–	–	–	0
Papua-Nova Guiné	0,80	0,83 [f]	0,67 [f]	0,55 [e]	0,84	0,90	–	–	–	1
Filipinas	0,95	0,96 [g]	1,05 [g]	1,06 [g]	1,00	1,00	40	42	9	18
Samoa Ocidental	0,98	0,91	0,98	0,90	1,00	1,00	–	–	–	6
Singapura	0,90	–	–	–	1,00	1,00	43	47	5	12
Ilhas Salomão	0,80	–	–	–	–	–	–	–	–	0
Tailândia	0,94	0,94 [g]	0,94 [g]	0,82 [g]	0,99	0,99	45	47	3	9
Timor-Leste	–	–	–	–	–	–	–	–	–	26
Tonga	0,92	0,87	1,00	1,22 [f]	–	–	–	–	–	–
Tuvalu	0,91	0,85 [e]	0,81 [e]	–	–	–	–	–	8	0
Vanuatu	0,89	0,99	0,77	0,63 [e]	–	–	–	–	4	2
Vietname	–	0,91	0,89	0,73	0,99	1,01	–	–	18	27

2

OBJECTIVO 3 **Promover a igualdade de género e dar poder às mulheres**

Eliminar a disparidade de género nos ensinos primário e secundário, de preferência até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015

	Rácio entre raparigas e rapazes[a]				Rácio entre alfabetização feminina e masculina (15-24 anos)[b]		Parcela feminina do trabalho assalariado não agrícola (%)		Lugares no parlamento ocupados por mulheres (em % do total)[c]	
	No ensino primário		No ensino secundário	No ensino superior						
	1990-91	2000-01	2000-01	2000-01	1990	2001	1990	2001	1990	2003
América Latina e Caraíbas										
Antígua e Barbuda	–	1,63	2,53	–	–	–	–	–	–	5
Argentina	–	0,96 [g]	1,04 [g]	1,61 [f, g]	1,00	1,00	37	43	6	31
Baamas	–	0,93 [f]	0,95 [f]	–	1,02	1,02	49	48	4	20
Barbados	–	0,97	0,98	2,40	1,00	1,00	46	47	4	11
Belize	0,94	0,94	1,05	–	1,01	1,01	37	41	–	7
Bolívia	0,90	0,95	0,93	–	0,93	0,96	35	36	9	19
Brasil	–	0,93 [g]	1,07 [g]	1,28 [g]	1,03	1,03	40	46	5	9
Chile	0,95	0,94 [g]	0,72 [g]	0,89 [g]	1,00	1,00	36	37	–	13
Colômbia	1,11	0,96	1,06	1,07	1,01	1,01	40	49	5	12
Costa Rica	0,94	0,93	1,03	1,15	1,01	1,01	37	40	11	35
Cuba	0,93	0,91	1,00	1,11	1,00	1,00	37	38	34	36
Dominica	0,96	0,93	1,09	–	–	–	–	–	10	19
República Dominicana	–	0,94	1,21	–	1,02	1,02	35	34	8	17
Equador	–	0,97	0,99	–	0,99	0,99	37	41	5	16
El Salvador	–	0,93	0,97 [e]	1,23	0,97	0,98	32	31	12	10
Granada	0,82	0,94	0,47	–	–	–	38 [i]	–	–	27
Guatemala	–	0,88	0,88	–	0,82	0,85	37	39 [k]	7	9
Guiana	0,97	0,95 [f]	0,97 [f]	–	1,00	1,00	–	–	37	20
Haiti	0,93	–	–	–	0,96	1,01	40	–	–	4
Honduras	0,99	0,98	–	1,28	1,03	1,04	48	52	10	6
Jamaica	0,99	0,96 [g]	1,02 [g]	1,86 [g]	1,09	1,07	50	46	5	12
México	0,94	0,95 [g]	1,02 [g]	0,96 [g]	0,98	0,99	35	37	12	16
Nicarágua	1,04	0,98	1,15	–	1,01	1,02	–	–	15	21
Panamá	0,92	0,93	1,02	1,62 [f]	0,99	0,99	44	42	8	10
Paraguai	0,93	0,94 [g]	1,00 [g]	–	0,99	1,00	41	38	6	3
Peru	–	0,96 [f, g]	0,92 [e, g]	0,34 [e, g]	0,95	0,97	29	35	6	18
São Cristóvão e Nevis	–	0,97	1,08	–	–	–	–	–	7	13
Santa Lúcia	0,95	0,90	1,33	0,86 [e]	–	–	–	–	–	11
São Vicente e Granadinas	0,97	0,94	1,18	–	–	–	–	–	10	23
Suriname	0,96	0,96	1,13	–	–	–	39	34	8	18
Trindade e Tobago	0,97	0,95	1,05	1,50	1,00	1,00	36	40	17	19 [d]
Uruguai	0,95	0,94 [g]	1,09 [g]	1,78 [g]	1,01	1,01	42	47	6	12
Venezuela	0,99	0,94	1,15	1,42	1,01	1,01	35	40	10	10
Ásia do Sul										
Afeganistão	0,52	–	–	–	–	–	–	–	4	–
Bangladesh	0,81	0,96	0,99	0,51	0,65	0,71	18	23 [d]	10	2
Butão	–	0,86	0,81	0,52	–	–	–	–	2	9
Índia	0,71	0,77 [f, g]	0,66 [f, g]	0,61 [f, g]	0,74	0,82	13	17	5	9
Irão	0,86	0,91	0,89	0,89	0,88	0,95	–	–	2	4
Maldivas	–	0,95	1,05	–	1,00	1,00	–	37 [d]	6	6
Nepal	0,56	0,79	0,69	0,25	0,41	0,57	–	–	6	6
Paquistão	0,48	0,55	0,63	0,38 [e]	0,49	0,60	7	8	10	22
Sri Lanka	0,93	0,94 [e, g]	1,03 [e, g]	–	0,98	1,00	39	47	5	4
Europa do Sul										
Chipre	0,93	0,94	0,97	1,38 [l]	1,00	1,00	37	43	2	11
Turquia	0,89	0,89 [g]	0,69 [g]	0,69 [g]	0,91	0,95	17	19	1	4

Eliminar a disparidade de género nos ensinos primário e secundário, de preferência até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015

	Rácio entre raparigas e rapazes[a] No ensino primário		Rácio entre raparigas e rapazes[a] No ensino secundário	Rácio entre raparigas e rapazes[a] No ensino superior	Rácio entre alfabetização feminina e masculina (15-24 anos)[b]		Parcela feminina do trabalho assalariado não agrícola (%)		Lugares no parlamento ocupados por mulheres (em % do total)[c]	
	1990-91	2000-01	2000-01	2000-01	1990	2001	1990	2001	1990	2003
África Subsariana										
Angola	0,92	0,88	0,83	0,64 [f]	–	–	43 [m]	–	15	16
Benim	0,50	0,68	0,45 [f]	0,25 [f]	0,44	0,52	–	–	3	6
Botswana	1,07	0,99	1,06	0,89	1,10	1,09	46	45 [d]	5	17
Burkina Faso	0,62	0,70	0,64	–	0,39	0,52	13	–	–	12
Burundi	0,84	0,80	0,78	0,37	0,77	0,96	–	–	–	18
Camarões	0,85	0,86	0,78 [e]	–	0,88	0,96	–	–	14	9
Cabo Verde	–	0,96	–	–	0,87	0,93	–	–	12	11
República Centro-Africana	0,65	0,69	–	0,19 [f]	0,60	0,79	–	–	4	7
Chade	0,45	0,63	0,28 [f]	0,18 [f]	0,65	0,83	4	–	–	6
Comoros	0,71	0,85	0,80 [f]	0,72 [f]	0,78	0,79	–	–	–	–
Congo	0,90	0,93	0,85	0,14	0,95	0,99	–	–	14	9
Congo, Rep. Dem.	0,74	0,90 [e]	0,52 [e]	–	0,72	0,86	–	–	5	–
Costa do Marfim	0,71	0,76	0,55	0,36 [e]	0,62	0,75	–	21 [h]	6	9
Guiné Equatorial	–	0,91	0,43 [f]	0,43 [f]	0,92	0,97	–	–	13	5
Eritreia	0,95	0,82	0,67	0,15	0,68	0,76	–	–	–	22
Etiópia	0,66	0,68	0,66	0,27	0,66	0,81	40 [i]	–	–	8
Gabão	–	0,98	0,94	0,55 [e]	–	–	–	–	13	9
Gâmbia	0,68	0,91	0,70	–	0,68	0,76	–	–	8	13
Gana	0,82	0,90	0,81	0,40	0,86	0,95	–	–	–	9
Guiné	0,46	0,70	0,35 [e]	–	–	–	–	–	–	19
Guiné-Bissau	–	0,67 [f]	0,55 [f]	0,18 [f]	0,43	0,62	–	–	20	8
Quénia	0,95	0,98	0,91	0,77	0,93	0,98	21	38	1	7
Lesoto	1,21	1,02	1,18	1,74	1,26	1,19	–	–	–	12
Libéria	–	0,69 [f]	0,71 [f]	0,75 [f]	0,51	0,63	–	–	–	8
Madagáscar	0,97	0,96	0,96 [e]	0,83	0,86	0,92	–	–	7	4
Malawi	0,82	0,96	0,75	0,38 [e]	0,68	0,76	11	12	10	9
Mali	0,59	0,71	0,52 [e]	–	0,45	0,54	–	–	–	10
Mauritânia	0,73	0,93	0,88	0,20	0,65	0,72	–	–	–	–
Maurício	0,98	0,97	0,92	1,32	1,00	1,01	37	39	7	6
Moçambique	0,76	0,77	0,65	0,79	0,48	0,63	–	–	16	30
Namíbia	1,08	1,00	1,12	1,23 [f]	1,04	1,04	40 [i]	49 [d]	7	26
Níger	0,57	0,65	0,62	0,33	0,37	0,44	11	–	5	1
Nigéria	0,76	–	–	–	0,82	0,95	–	–	–	3
Ruanda	0,99	1,00	0,96 [f]	0,51	0,86	0,96	–	–	17	26
São Tomé e Príncipe	–	0,92	1,06	0,56	–	–	–	–	12	9
Senegal	0,72	0,87	0,65	–	0,60	0,71	–	–	13	19
Seychelles	–	0,97	1,02	–	–	–	–	–	16	29
Serra Leoa	0,70	0,76	0,83	0,40	–	–	–	–	–	15
África do Sul	0,98	0,94	1,10	1,24	1,00	1,00	–	–	3	30
Suazilândia	0,99	0,95	1,00 [f]	0,88	1,01	1,02	35	30	4	3
Tanzânia	0,98	1,00	0,81	0,31	0,87	0,95	–	–	–	22
Togo	0,65	0,79	0,45	0,20 [f]	0,60	0,74	–	–	5	7
Uganda	0,80	–	0,75	0,52	0,76	0,85	–	–	12	25
Zâmbia	–	0,93	0,80	0,46	0,88	0,95	–	–	7	12
Zimbabwe	0,99	0,97 [g]	0,88 [g]	0,60 [g]	0,95	0,97	15	20	11	10
Europa Central, de Leste e CEI										
Albânia	0,93	0,94	0,95	1,59	0,94	0,97	40	41	29	6
Arménia	–	0,95	1,02	1,20	1,00	1,00	–	–	36	3
Azerbaijão	0,94	0,96 [f]	0,96 [f]	0,89 [f]	–	–	35	45	–	11
Bielorrússia	–	0,94	1,00	1,28	1,00	1,00	56	56	–	10
Bósnia e Herzegovina	–	–	–	–	–	–	–	–	–	17

OBJECTIVO 3 **Promover a igualdade de género e dar poder às mulheres**

Eliminar a disparidade de género nos ensinos primário e secundário, de preferência até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015

	Rácio entre raparigas e rapazes[a]				Rácio entre alfabetização feminina e masculina (15-24 anos)[b]		Parcela feminina do trabalho assalariado não agrícola (%)		Lugares no parlamento ocupados por mulheres (em % do total)[c]	
	No ensino primário		No ensino secundário	No ensino superior						
	1990-91	2000-01	2000-01	2000-01	1990	2001	1990	2001	1990	2003
Bulgária	0,93	0,93	0,93	1,29	1,00	1,00	54	50	21	26
Croácia	0,94	0,94	0,99	1,10	1,00	1,00	44	46	–	21
República Checa	0,96	0,94 [g]	0,98 [g]	1,00 [g]	–	–	46	47	–	17
Estónia	0,94	0,91	0,98	1,51	1,00	1,00	52	52	–	18
Geórgia	0,96	0,95	0,99	0,96	–	–	43	49	–	7
Hungria	0,95	0,94 [g]	0,97 [f, g]	1,21 [g]	1,00	1,00	47	46	21	10
Cazaquistão	–	0,95	0,95	1,19	1,00	1,00	–	50 [h]	–	10
Quirguistão	0,99	0,95	0,98	1,03	–	–	48	45	–	10
Letónia	0,96	0,94	0,97	1,62	1,00	1,00	52	53	–	21
Lituânia	0,90	0,94	0,95	1,49	1,00	1,00	58	51	–	11
Macedónia	0,93	0,94	0,92	1,26	–	–	38	42	–	18
Moldávia	0,97	0,96	0,99	1,26	1,00	1,00	54	53	–	13
Polónia	0,95	0,94 [g]	0,93 [g]	1,38 [g]	1,00	1,00	49	47 [d]	14	20
Roménia	0,96	0,94	0,97	1,15	1,00	1,00	43	46	34	11
Federação Russa	0,97	0,95 [g]	1,03 [g]	1,26 [g]	1,00	1,00	50	50	–	8
Sérvia e Montenegro	0,95	0,95	0,97	1,16	–	–	–	–	–	7 [d]
Eslováquia	–	0,95 [g]	0,97 [g]	1,05 [g]	–	–	48	52	–	19
Eslovénia	–	0,94	0,99 [f]	1,28	1,00	1,00	49	48	–	12
Tajiquistão	0,96	0,90	0,81	0,31	1,00	1,00	39	52	–	13
Turquemenistão	–	–	–	–	–	–	–	–	26	26
Ucrânia	0,96	0,95 [e]	0,87 [e]	1,11 [e]	1,00	1,00	50	53	–	5
Usbequistão	0,96	–	–	–	1,00	1,00	47	38	–	7
OCDE de rendimento elevado [n]										
Austrália	0,95	0,95 [g]	0,96 [g]	1,19 [g]	–	–	45	48	6	25
Áustria	0,95	0,94 [g]	0,91 [g]	1,08 [g]	–	–	40	44	12	34
Bélgica	0,97	0,95 [g]	1,06 [g]	1,09 [f, g]	–	–	40	45	9	23
Canadá	0,93	0,95 [f, g]	0,96 [f, g]	1,27 [f, g]	–	–	47	49	13	21
Dinamarca	0,96	0,95 [g]	1,00 [g]	1,29 [g]	–	–	47	49	31	38
Finlândia	0,95	0,95 [g]	1,06 [g]	1,17 [g]	–	–	51	50	32	37
França	0,94	0,94 [g]	0,96 [g]	1,18 [g]	–	–	44	46	7	12
Alemanha	–	0,94 [g]	0,94 [g]	0,90 [e, g]	–	–	41	46	–	32
Grécia	0,94	0,94 [g]	0,97 [g]	1,05 [g]	1,00	1,00	35	41	7	9
Islândia	–	0,94 [g]	1,02 [g]	1,68 [g]	–	–	53	52	21	35
Irlanda	0,95	0,94 [g]	1,03 [g]	1,21 [g]	–	–	42	47	8	13
Itália	0,95	0,94 [g]	0,93 [g]	1,27 [g]	1,00	1,00	37	41	13	12
Japão	0,95	0,95 [g]	0,96 [g]	0,81 [g]	–	–	38	40	1	7
Luxemburgo	1,03	0,95 [g]	1,02 [g]	1,18 [f, g]	–	–	35	38	13	17
Holanda	0,99	0,94 [g]	0,93 [g]	1,02 [g]	–	–	38	44	21	37
Nova Zelândia	0,94	0,94 [g]	1,01 [g]	1,43 [g]	–	–	47	51	14	29
Noruega	0,95	0,95 [g]	0,97 [g]	1,45 [g]	–	–	47	48	36	36
Portugal	0,91	0,94 [g]	1,01 [g]	1,33 [g]	1,00	1,00	42	46	8	19
Espanha	0,94	0,94 [g]	1,00 [g]	1,10 [g]	1,00	1,00	33	39	15	28
Suécia	0,95	0,97 [g]	1,19 [g]	1,44 [g]	–	–	51	51	38	45
Suíça	0,96	0,95 [g]	0,89 [g]	0,74 [g]	–	–	43	47 [k]	14	23
Reino Unido	0,96	0,95 [g]	1,11 [g]	1,20 [g]	–	–	48	50	6	18
Estados Unidos	0,94	0,95 [g]	0,96 [g]	1,27 [g]	–	–	47	48	7	14

OBJECTIVO 3 **Promover a igualdade de género e dar poder às mulheres**

Eliminar a disparidade de género nos ensinos primário e secundário, de preferência até 2005, e em todos os níveis de ensino até 2015

	Rácio entre raparigas e rapazes[a]				Rácio entre alfabetização feminina e masculina (15-24 anos)[b]		Parcela feminina do trabalho assalariado não agrícola (%)		Lugares no parlamento ocupados por mulheres (em % do total)[c]	
	No ensino primário		No ensino secundário	No ensino superior						
	1990-91	2000-01	2000-01	2000-01	1990	2001	1990	2001	1990	2003
Outros membros da ONU										
Andorra	–	–	–	–	–	–	44	46 [k]	–	14
Israel	0,98	0,95	0,95	1,31	0,99	1,00	43	49	7	15
Liechtenstein	–	–	–	–	–	–	–	–	4	12
Malta	0,92	0,95 [f]	0,95 [f]	1,14 [f]	1,03	1,02	29	31	3	9
Mónaco	1,02	0,94 [f]	1,03 [f]	–	–	–	–	–	11	21
São Marino	0,87	0,92 [f]	0,92 [f]	1,37 [f]	–	–	40	42	12	17
Países em desenvolvimento	–	–	–	–	0,89	0,91	–	–	–	–
Países menos desenvolvidos	–	–	–	–	0,72	0,81	–	–	–	–
Países Árabes	–	–	–	–	0,71	0,83	–	–	–	–
Ásia Oriental e Pacífico	–	–	–	–	0,96	0,98	–	–	–	–
América Latina e Caraíbas	–	–	–	–	1,00	1,01	–	–	–	–
Ásia do Sul	–	–	–	–	0,72	0,80	–	–	–	–
África Subsariana	–	–	–	–	0,80	0,89	–	–	–	–
Europa Central, de Leste e CEI	–	–	–	–	1,00	1,00	–	–	–	–
OCDE	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
OCDE de rendimento elevado	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Desenv. humano elevado	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Desenv. humano médio	–	–	–	–	0,91	0,94	–	–	–	–
Desenv. humano baixo	–	–	–	–	0,70	0,81	–	–	–	–
Rendimento elevado	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Rendimento médio	–	–	–	–	0,95	0,98	–	–	–	–
Rendimento baixo	–	–	–	–	0,79	0,85	–	–	–	–
Mundo	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–

a. Calculado como rácio entre escolarização de raparigas e de rapazes. Os dados referem-se ao ano escolar de 1990/91 ou 2000/01. Para o ano escolar de 2000/01, os dados de alguns países podem referir-se a estimativas dos Institutos de Estatística nacionais ou da UNESCO. Para pormenores, ver http:/www.uis.unesco.org/. Como os dados são de fontes diferentes, as comparações entre países devem ser feitas com cautela. Os dados de escolarização para os anos posteriores a 1997 são baseados na nova Classificação Padrão Internacional da Educação, adoptada em 1997 (UNESCO 1997), podendo, por isso, não ser perfeitamente comparáveis com os dados dos anos anteriores. b. Calculado com base nas taxas de alfabetização jovem feminina e masculina. c. Os dados referem-se apenas à Câmara Baixa e são de 1 de Março de 2003. Para informações mais pormenorizadas sobre o estatuto do parlamento em países particulares, ver quadro 27. d. Os dados referem-se ao ano 2000. e. Os dados referem-se ao ano escolar de 1998/99. f. Os dados referem-se ao ano escolar de 1999/2000. g. Estimativas preliminares do Instituto de Estatística da UNESCO, sujeitas a revisão posterior. h. Os dados referem-se a 1998. i. Os dados referem-se a 1991. j. Os dados referem-se a 1999. k. Os dados referem-se a 2002. l. Exclui os estudantes turcos. m. Os dados referem-se a 1992. n. Exclui a Coreia do Sul; ver Ásia Oriental e Pacífico.

Fonte: Colunas 1-4: UN 2003a baseado em dados do Instituto de Estatística da UNESCO; *colunas 5 e 6:* World Bank 2003c, baseado em dados do Instituto de Estatística da UNESCO; *colunas 7 e 8:* UN 2003a, baseado em dados da Organização Internacional do Trabalho; *coluna 9:* UN 2003a, baseado em dados da União Inter-Parlamentar; *coluna 10:* IPU 2003b.

	Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos						*Reduzir em três quartos, entre 1999 e 2015, a taxa de mortalidade materna*	
	Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos) [a]		**Taxa de mortalidade infantil** (por 1.000 nados-vivos) [a]		**Crianças de 1 ano totalmente vacinadas contra o sarampo** (%)		**Taxa de mortalidade materna** (por 100.000 nados-vivos) [b]	**Partos atendidos por técnicos de saúde** (%)
	1990	2001	1990	2001	1990	2001	1995	1995-2001 [c]
Países Árabes								
Argélia	69	49	42	39	83	83	150	92
Barém	19	16	15	13	87	98	38	98
Djibouti	175	143	119	100	85	49	520	–
Egipto	104	41	76	35	86	97	170	61
Iraque	50	133	40	107	80	90	370	–
Jordânia	43	33	35	27	87	99	41	97
Kuwait	16	10	14	9	66	99	25	98
Líbano	37	32	32	28	61	94	130	88
Líbia	42	19	34	16	89	93	120	94
Marrocos	85	44	66	39	80	96	390	40
Territórios da Palestina Ocupados	53 [d]	25	42 [d]	21	–	–	120 [e]	–
Oman	30	13	25	12	98	99	120	91
Catar	25	16	19	11	79	92	41	–
Arábia Saudita	44	28	34	23	88	94	23	91
Somália	225	225	133	133	30	38	1.600	34
Sudão	123	107	75	65	57	67	1.500	86 [f]
Síria	44	28	37	23	87	93	200	76 [f]
Tunísia	52	27	37	21	93	92	70	90
Emirados Árabes Unidos	14	9	12	8	80	94	30	99
Iémen	142	107	98	79	69	79	850	22
Ásia Oriental e Pacífico								
Brunei	11	6	10	6	99	99	22	99
Cambodja	115	138	80	97	34	59	590	32
China	49	39	38	31	98	79	60	89
Hong Kong, China (RAE)	–	–	6	3	–	–	–	–
Fidji	31	21	25	18	84	90	20	100
Indonésia	91	45	60	33	58	59	470	56
Kiribati	88	69	65	51	–	76	–	85
Coreia do Norte	55	55	26	42	–	–	35	–
Coreia do Sul	9	5	8	5	93	97	20	100
Laos	163	100	120	87	32	50	650	21
Malásia	21	8	16	8	70	92	39	96
Ilhas Marshall	92	66	63	54	–	87 [g]	–	95
Micronésia	31	24	26	20	–	84	–	93
Mongólia	107	76	77	61	92	95	65	97
Myanmar	130	109	91	77	90	73	170	–
Nauru	–	–	–	–	–	95	–	–
Palau	–	29	–	24	–	–	–	100
Papua-Nova Guiné	101	94	79	70	67	58	390	53
Filipinas	66	38	45	29	85	75	240	56
Samoa Ocidental	42	25	33	20	–	92	15	100
Singapura	8	4	7	3	84	89	9	100
Ilhas Salomão	36	24	29	20	–	–	60	85
Tailândia	40	28	34	24	80	94	44	85
Timor-Leste	–	124	–	85	–	–	850	26
Tonga	27	20	25	17	–	93	–	92
Tuvalu	–	–	–	–	–	99	–	99
Vanuatu	70	42	52	34	–	94	32	89
Vietname	50	38	36	30	85	97	95	70

OBJECTIVO 4 **Reduzir a mortalidade de crianças** • OBJECTIVO 5 **Melhorar a saúde materna**

	Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos						*Reduzir em três quartos, entre 1999 e 2015, a taxa de mortalidade materna*	
	Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos) [a]		**Taxa de mortalidade infantil** (por 1.000 nados-vivos) [a]		**Crianças de 1 ano totalmente vacinadas contra o sarampo** (%)		**Taxa de mortalidade materna** (por 100.000 nados-vivos) [b]	**Partos atendidos por técnicos de saúde** (%)
	1990	2001	1990	2001	1990	2001	1995	1995-2001 [c]
América Latina e Caraíbas								
Antígua e Barbuda	–	14	–	12	89	97	–	100 [f]
Argentina	28	19	25	16	93	94	85	98
Baamas	29	16	24	13	86	93	10	99 [f]
Barbados	16	14	14	12	87	92	33	91
Belize	49	40	39	34	86	96	140	77 [f]
Bolívia	122	77	87	60	53	79	550	59
Brasil	60	36	50	31	78	99	260	88
Chile	19	12	16	10	82	97	33	100
Colômbia	36	23	29	19	82	75	120	86
Costa Rica	17	11	15	9	90	82	35	98
Cuba	13	9	11	7	94	99	24	100
Dominica	23	15	19	14	91	99	–	100
República Dominicana	65	47	53	41	96	98	110	96
Equador	57	30	43	24	60	99	210	69
El Salvador	60	39	46	33	98	97	180	51
Granada	37	25	30	20	85	96	–	100 [f]
Guatemala	82	58	60	43	68	90	270	41
Guiana	90	72	65	54	77	92	150	95
Haiti	150	123	102	79	31	53	1.100	24
Honduras	61	38	47	31	90	95	220	54
Jamaica	20	20	17	17	69	85	120	95
México	46	29	37	24	78	97	65	86
Nicarágua	66	43	52	36	82	99	250	65
Panamá	34	25	27	19	73	97	100	90
Paraguai	37	30	30	26	69	77	170	58
Peru	75	39	58	30	64	97	240	59
São Cristóvão e Nevis	36	24	30	20	99	94	–	100
Santa Lúcia	24	19	19	17	83	89	–	100
São Vicente e Granadinas	26	25	21	22	96	98	–	100 [f]
Suriname	44	32	35	26	65	90	230	85
Trindade e Tobago	24	20	21	17	99	91	65	99
Uruguai	24	16	20	14	97	94	50	99
Venezuela	27	22	23	19	61	49	43	95
Ásia do Sul								
Afeganistão	260	257	167	165	20	46	820	–
Bangladesh	144	77	96	51	65	76	600	12
Butão	166	95	75 [d]	74	93	78	500	15 [f]
Índia	123	93	80	67	56	56	440	43
Irão	72	42	54	35	85	96	130	–
Maldivas	115	77	80	58	96	99	390	70
Nepal	145	91	100	66	57	71	830	11
Paquistão	128	109	96	84	50	54	200	20
Sri Lanka	23	19	19	17	80	99	60	97
Europa do Sul								
Chipre	12	6	11	5	–	86 [g]	0	–
Turquia	74	43	61	36	78	90	55	81

	Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos						*Reduzir em três quartos, entre 1999 e 2015, a taxa de mortalidade materna*	
	Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos) [a]		**Taxa de mortalidade infantil** (por 1.000 nados-vivos) [a]		**Crianças de 1 ano totalmente vacinadas contra o sarampo** (%)		**Taxa de mortalidade materna** (por 100.000 nados-vivos) [b]	**Partos atendidos por técnicos de saúde** (%)
	1990	2001	1990	2001	1990	2001	1995	1995-2001 [c]
África Subsariana								
Angola	260	260	166	154	38	72	1.300	23
Benim	185	158	111	94	79	65	880	66
Botswana	58	110	45	80	87	83	480	99
Burkina Faso	210	197	118	104	79	46	1.400	31
Burundi	190	190	114	114	74	75	1.900	25
Camarões	139	155	85	96	56	62	720	56
Cabo Verde	60	38	45	29	79	72	190	53
República Centro-Africana	180	180	115	115	83	29	1.200	44
Chade	203	200	118	117	32	36	1.500	16
Comoros	120	79	88	59	87	70	570	62
Congo	110	108	83	81	75	35	1.100	–
Congo, Rep. Dem.	205	205	128	129	38	46	940	61
Costa do Marfim	155	175	100	102	56	61	1.200	47
Guiné Equatorial	206	153	122	101	88	19	1.400	–
Eritreia	155	111	92	72	18 [d]	88	1.100	21
Etiópia	193	172	128	116	38	52	1.800	6
Gabão	90	90	60	60	76	55	620	86
Gâmbia	154	126	103	91	86	90	1.100	51
Gana	126	100	74	57	61	81	590	44
Guiné	240	169	145	109	35	52	1.200	35
Guiné-Bissau	253	211	153	130	53	48	910	35
Quénia	97	122	63	78	78	76	1.300	44
Lesoto	148	132	102	91	80	77	530	60
Libéria	235	235	157	157	–	78	1.000	51
Madagáscar	168	136	103	84	47	55	580	47
Malawi	241	183	146	114	81	82	580	56
Mali	254	231	152	141	43	37	630	24
Mauritânia	183	183	120	120	38	58	870	53
Maurício	25	19	21	17	76	90	45	–
Moçambique	235	197	143	125	59	92	980	44
Namíbia	84	67	65	55	41	58	370	78
Níger	320	265	191	156	25	51	920	16
Nigéria	190	183	114	110	54	40	1.100	42
Ruanda	178	183	107	96	83	78	2.300	31
São Tomé e Príncipe	90	74	69	57	71	69	–	86 [f]
Senegal	148	138	90	79	51	48	1.200	51
Seychelles	21	17	17	13	86	95	–	–
Serra Leoa	323	316	185	182	–	37	2.100	42
África do Sul	60	71	45	56	79	72	340	84
Suazilândia	110	149	77	106	85	72	370	70
Tanzânia	163	165	102	104	80	83	1.100	36
Togo	152	141	88	79	73	58	980	49
Uganda	165	124	100	79	52	61	1.100	39
Zâmbia	192	202	108	112	90	85	870	47
Zimbabwe	80	123	53	76	87	68	610	73
Europa Central, de Leste e CEI								
Albânia	42	25	37	23	88	95	31	99
Arménia	58	35	50	31	93 [d]	93	29	97
Azerbaijão	106	96	84	77	66 [d]	99	37	88
Bielorrússia	21	20	18	17	94 [d]	99	33	–
Bósnia e Herzegovina	22	18	18	15	52 [d]	92	15	100

OBJECTIVO 4 **Reduzir a mortalidade de crianças** • OBJECTIVO 5 **Melhorar a saúde materna**

	Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos						*Reduzir em três quartos, entre 1999 e 2015, a taxa de mortalidade materna*	
	Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos) [a]		**Taxa de mortalidade infantil** (por 1.000 nados-vivos) [a]		**Crianças de 1 ano totalmente vacinadas contra o sarampo** (%)		**Taxa de mortalidade materna** (por 100.000 nados-vivos) [b]	**Partos atendidos por técnicos de saúde** (%)
	1990	2001	1990	2001	1990	2001	1995	1995-2001 [c]
Bulgária	19	16	15	14	98	90	23	–
Croácia	13	8	11	7	90 [d]	94	18	–
República Checa	12	5	11	4	–	–	14	–
Estónia	17	12	12	11	–	95	80	–
Geórgia	29	29	24	24	99	73	22	96
Hungria	17	9	15	8	99	99	23	–
Cazaquistão	52	99	42	81	95	96	80	99
Quirguistão	81	61	68	52	94 [h]	99	80	98
Letónia	18	21	14	17	95 [d]	98	70	100
Lituânia	14	9	10	8	89 [d]	97	27	–
Macedónia	33	26	32	22	–	92	17	–
Moldávia	37	32	30	27	94	81	65	99
Polónia	22	9	19	8	95	97	12	–
Roménia	36	21	27	19	92	98	60	98
Federação Russa	21	21	17	18	83 [d]	98	75	–
Sérvia e Montenegro	26	19	23	17	83	90	15	–
Eslováquia	14	9	12	8	–	99	14	–
Eslovénia	10	5	8	4	90 [d]	98	17	–
Tajiquistão	127	116	98	91	84 [d]	86	120	77
Turquemenistão	98	87	80	69	76 [d]	98	65	97
Ucrânia	22	20	18	17	90 [d]	99	45	99
Usbequistão	65	68	53	52	85	99	60	96
OCDE de rendimento elevado [i]								
Austrália	10	6	8	6	86	93	6	100
Áustria	9	5	8	5	60	79	11	–
Bélgica	9	6	8	5	85	83	8	–
Canadá	8	7	7	5	89	96	6	98
Dinamarca	9	4	8	4	84	94	15	–
Finlândia	7	5	6	4	97	96	6	–
França	10	6	7	4	71	84	20	–
Alemanha	9	5	7	4	50	89	12	–
Grécia	11	5	10	5	76	88	2	–
Islândia	8	4	6	3	99	88	16	–
Irlanda	9	6	8	6	78	73	9	–
Itália	10	6	8	4	43	70	11	–
Japão	6	5	5	3	73	96	12	100
Luxemburgo	9	5	7	5	80	91	0	–
Holanda	8	6	7	5	94	96	10	100
Nova Zelândia	11	6	8	6	90	85	15	100
Noruega	9	4	7	4	87	93	9	–
Portugal	15	6	11	5	85	87	12	100
Espanha	9	6	8	4	97	94	8	–
Suécia	7	3	6	3	95	94	8	–
Suíça	8	6	7	5	90	81	8	–
Reino Unido	9	7	8	6	87	85	10	99
Estados Unidos	11	8	9	7	90	91	12	99

	Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a taxa de mortalidade de menores de cinco anos						*Reduzir em três quartos, entre 1999 e 2015, a taxa de mortalidade materna*	
	Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos) [a]		**Taxa de mortalidade infantil** (por 1.000 nados-vivos) [a]		**Crianças de 1 ano totalmente vacinadas contra o sarampo** (%)		**Taxa de mortalidade materna** (por 100.000 nados-vivos) [b]	**Partos atendidos por técnicos de saúde** (%)
	1990	2001	1990	2001	1990	2001	1995	1995-2001 [c]
Outros membros da ONU								
Andorra	–	7	–	6	–	90	–	–
Israel	12	6	10	6	91	94	8	–
Liechtenstein	–	11	–	10	–	–	–	–
Malta	14	5	9	5	80	65	0	–
Mónaco	–	5	–	4	99	99	–	–
São Marino	–	–	–	–	–	–	–	–
Países em desenvolvimento	104	90	70	62	71	69	463	56
Países menos desenvolvidos	182	160	116	101	55	63	1,000	31
Países Árabes	90	72	63	53	77	84	509	67
Ásia Oriental e Pacífico	58	43	42	33	88	77	144	80
América Latina e Caraíbas	53	34	42	28	77	91	188	82
Ásia do Sul	126	96	84	69	58	60	427	36
África Subsariana	180	172	111	107	56	58	1,098	38
Europa Central, de Leste e CEI	37	36	30	30	86	97	55	96
OCDE	22	13	18	11	81	91	25	94
OCDE de rendimento elevado	10	7	8	5	81	90	12	99
Desenv. humano elevado	17	11	14	9	82	91	25	96
Desenv. humano médio	82	61	58	46	76	74	286	64
Desenv. humano baixo	176	164	112	104	54	57	972	31
Rendimento elevado	10	7	8	5	81	89	12	99
Rendimento médio	52	38	40	31	89	86	118	84
Rendimento baixo	139	121	90	80	58	60	671	40
Mundo	93	81	63	56	72	72	411	60

a. As agências primárias responsáveis por estes dois indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio são o Fundo das Nações Unidas para as Crianças (UNICEF) e a Organização Mundial da Saúde (OMS). No entanto, o quadro apresenta estimativas do Banco Mundial, porque as estimativas mais recentes da UNICEF e da OMS não estão prontas para publicação. b. Os dados são estimativas baseadas em estatísticas nacionais disponíveis e ajustados aos problemas bem documentados de informação insuficiente e má classificação dos óbitos maternos, ou, quando as estatísticas nacionais não estão disponíveis, são estimativas baseadas em modelos. As estimativas apresentadas não são comparáveis com as taxas de mortalidade materna lançadas no quadro 8. c. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado. d. Os dados referem-se a 1992. e. Os dados referem-se apenas à faixa de Gaza. f. Os dados referem-se a ano ou período diferente do indicado, diferem da definição padrão ou respeitam apenas a parte do país. g. WHO 2003d. h. Os dados referem-se ao ano de 1991. i. Exclui a Coreia do Sul; ver Ásia Oriental e Pacífico.

Fonte: Colunas 1-4: World Bank 2003c; os agregados foram calculados para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano pelo Banco Mundial; *coluna 5:* WHO 2003d, baseado em dados de um trabalho conjunto da UNICEF e da OMS; os agregados foram calculados para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano pela OMS; *coluna 6:* UNICEF 2003b, baseado em dados de um trabalho conjunto da UNICEF e da OMS; os agregados foram calculados para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano pela OMS; *coluna 7:* UN 2003a, baseado em dados de um trabalho conjunto da OMS, UNICEF e do Fundo das Nações Unidas para a População; os agregados foram calculados para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano pela OMS; *coluna 8:* UN 2003a, baseado em dados de um trabalho conjunto da UNICEF e da OMS; os agregados foram calculados para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano pela OMS.

OBJECTIVO 6 **Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças**

	Parar até 2015 e começar a inverter a propagação do HIV/SIDA					*Parar até 2015 e começar a inverter a incidência da malária e outras doenças principais*								
	Prevalência de HIV em mulheres grávidas com 15-24 anos (%)[a]		**Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco** (% 15-24 anos)[b]		**Taxa de' frequência escolar de órfãos em % de não órfãos'**[c]	**Taxa de mortalidade relativa à malária** (por 100.000)		**Casos de malária** (por 100.000 pessoas)[d]	**Crianças menores de 5**		**Taxa de mortalidade relativa à tuberculose** (por 100.000 pessoas)[e]	**Casos de tuberculose**		
	Principais áreas urbanas	**Fora das principais áreas urbanas**	**Feminino**	**Masculino**		**Todas as idades**	**Crianças de 0-4 anos**		**Com mosquiteiros tratados com insecticida** (%)	**Com febre tratada com anti-maláricos** (%)		**Por 100.000 pessoas**[f]	**Detectados sob TODB** (%)[g]	**Curados sob TODB** (%)[h]
	1999-2002[i]	1999-2002[i]	1996-2002[i]	1996-2002[i]	1995-2001[i]	2000	2000	2000	1999-2002[i]	1999-2002[i]	2001	2001	2001	2000
Países Árabes														
Argélia	–	–	–	–	–	22	169	2 [j]	–	–	2	23	114	87
Barém	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	6	34	59	73
Djibouti	–	–	–	–	–	119	620	715 [j]	–	–	62	382	65	62
Egipto	–	–	–	–	–	0	0	(,)	–	–	4	23	39	87
Iraque	–	–	–	–	–	15	71	14	–	–	27	89	26	92
Jordânia	–	–	–	–	–	0	0	3	–	–	1	5	47	90
Kuwait	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	3	27	–	–
Líbano	–	–	–	69 [k]	–	0	0	–	–	–	2	11	53	92
Líbia	–	–	–	–	–	0	0	2	–	–	2	11	–	–
Marrocos	–	–	–	–	–	8	49	(,)	–	–	10	47	81	89
Territórios da Palestina Ocupados	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3	19	–	–
Oman	–	–	–	–	–	0	0	27	–	–	1	5	113	93
Catar	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	2	13	119	66
Arábia Saudita	–	–	–	–	–	0	0	32	–	–	5	27	40	73
Somália	–	–	–	–	65	81	373	118	0,3	18,5	100	281	32	83
Sudão	–	–	–	–	96	70	408	13.934	0,4 [l]	50,2 [l]	50	142	35	79
Síria	–	–	–	–	–	0	0	(,)	–	–	8	47	27	79
Tunísia	–	–	–	–	–	0	0	1	–	–	4	18	73	91
Emirados Árabes Unidos	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	2	13	29	74
Iémen	–	–	–	–	–	24	93	15.160 [j]	–	–	13	70	47	75
Ásia Oriental e Pacífico														
Brunei	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	4	24	116	63
Cambodja	–	–	43	–	71	14	4	476	–	–	95	560	41	91
China	–	–	–	–	–	0	0	1	–	–	21	107	29	95
Hong Kong, China (RAE)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	8	39	59	76
Fidji	–	–	–	–	–	7	0	–	–	–	6	23	59	85
Indonésia	–	–	–	–	–	1	0	920	0,1	4,4	68	321	21	87
Kiribati	–	–	–	–	–	17	1	–	–	–	6	38	201	91
Coreia do Norte	–	–	–	–	–	0	0	454	–	–	32	158	56	91
Coreia do Sul	–	–	–	–	–	0	0	9	–	–	12	48	–	–
Laos	–	–	–	–	–	28	4	759	–	–	27	143	40	82
Malásia	–	–	–	–	–	1	1	57	–	–	18	67	–	–
Ilhas Marshall	–	–	–	–	–	15	0	–	–	–	12	55	76	91
Micronésia	–	–	–	–	–	10	1	–	–	–	12	64	17	93
Mongólia	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	35	124	73	87
Myanmar	–	–	–	–	–	20	3	224	–	–	34	113	59	82
Nauru	–	–	–	–	–	13	0	–	–	–	4	15	106	25
Palau	–	–	–	–	–	6	0	–	–	–	12	76	–	–
Papua-Nova Guiné	–	–	–	–	–	28	3	1.688	–	–	53	283	9	63
Filipinas	–	–	–	–	–	2	3	15	–	–	56	226	58	88
Samoa Ocidental	–	–	–	–	–	6	0	–	–	–	5	22	50	92
Singapura	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	5	22	21	85
Ilhas Salomão	–	–	–	–	–	8	0	15.172	–	–	12	52	67	81
Tailândia	–	–	–	–	–	8	9	130	–	–	18	100	75	69
Timor-Leste	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Tonga	–	–	–	–	–	9	0	–	–	–	4	15	53	93
Tuvalu	–	–	–	–	–	14	0	–	–	–	6	30	–	–
Vanuatu	–	–	–	–	–	11	1	3.260	–	–	13	63	60	88
Vietname	–	–	–	–	–	9	1	95	15,8	6,5	23	93	85	92

4 OMD

OBJECTIVO 6 **Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças**

	Parar até 2015 e começar a inverter a propagação do HIV/SIDA					*Parar até 2015 e começar a inverter a incidência da malária e outras doenças principais*								
	Prevalência de HIV em mulheres grávidas com 15-24 anos (%) [a]		**Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco** (% 15-24 anos) [b]		**Taxa de frequência escolar de órfãos em % de não órfãos** [c]	**Taxa de mortalidade relativa à malária** (por 100.000)		**Casos de malária** (por 100.000 pessoas) [d]	**Crianças menores de 5**		**Taxa de mortalidade relativa à tuberculose** (por 100.000 pessoas) [e]	**Casos de tuberculose**		
	Principais áreas urbanas	**Fora das principais áreas urbanas**	**Feminino**	**Masculino**		**Todas as idades**	**Crianças de 0-4 anos**		**Com mosquiteiros tratados com insecticida** (%)	**Com febre tratada com anti-maláricos** (%)		**Por 100.000 pessoas** [f]	**Detectados sob TODB** (%) [g]	**Curados sob TODB** (%) [h]
	1999-2002 [i]	1999-2002 [i]	1996-2002 [i]	1996-2002 [i]	1995-2001 [i]	2000	2000	2000	1999-2002 [i]	1999-2002 [i]	2001	2001	2001	2000
América Latina e Caraíbas														
Antígua e Barbuda	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	1	3	52	100
Argentina	–	–	–	–	–	0	0	1	–	–	6	30	39	54
Baamas	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	4	19	–	–
Barbados	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	3	11	30	–
Belize	–	–	–	–	–	0	0	657	–	–	3	18	126	78
Bolívia	–	–	8	22	82	1	2	378	–	–	32	116	81	79
Brasil	–	–	32	59	–	0	2	344	–	–	8	44	8	73
Chile	–	–	18	33	–	0	0	–	–	–	2	10	97	82
Colômbia	–	–	29	–	–	0	1	250	0,7	–	6	29	–	–
Costa Rica	–	–	–	–	–	0	0	42	–	–	1	7	89	76
Cuba	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	1	6	85	93
Dominica	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	2	9	–	–
República Dominicana	–	–	12	48	87	0	0	6	–	–	24	88	7	79
Equador	–	–	–	–	–	0	1	728	–	–	28	94	5	–
El Salvador	–	–	–	–	–	0	2	11	–	–	10	36	58	79
Granada	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	1	3	–	–
Guatemala	–	–	–	–	98	1	1	386	1,2	–	13	48	39	86
Guiana	–	–	–	–	–	4	10	3.074	8,1	2,6	17	65	21	91
Haiti	3,7 [m]	–	19	30	82	1	2	15 [j]	–	11,7	55	190	31	73
Honduras	–	–	–	–	–	1	3	541	–	–	10	46	105	89
Jamaica	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	1	3	84	45
México	–	–	–	57 [k]	–	0	0	8	–	–	5	19	95	76
Nicarágua	–	–	17	–	–	0	1	402	–	–	9	35	94	82
Panamá	–	–	–	–	–	0	0	36	–	–	6	28	71	67
Paraguai	–	–	79	–	–	0	0	124	–	–	12	43	5	77
Peru	–	–	19	–	–	1	2	258	–	–	21	94	94	90
São Cristóvão e Nevis	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	2	7	0	–
Santa Lúcia	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	2	9	55	100
São Vicente e Granadinas	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	–	–	–	–
Suriname	–	–	–	–	89	1	5	2.954	2,7	–	11	44	–	–
Trindade e Tobago	–	–	–	–	–	0	0	1	–	–	2	9	–	–
Uruguai	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	3	15	78	85
Venezuela	–	–	–	–	–	0	0	94	–	–	5	22	68	76
Ásia do Sul														
Afeganistão	–	–	–	–	–	8	14	937	–	–	91	305	15	86
Bangladesh	–	–	–	–	–	1	1	40	–	–	56	211	26	83
Butão	–	–	–	–	–	5	8	285	–	–	24	114	26	90
Índia	–	–	40	51	–	3	6	7	–	–	42	199	23	84
Irão	–	–	–	–	–	0	0	27	–	–	6	32	33	85
Maldivas	–	–	–	–	–	3	4	–	–	–	4	21	88	95
Nepal	–	–	–	52	–	8	11	33	–	–	28	135	60	86
Paquistão	–	–	–	–	–	4	11	58	–	–	45	178	6	74
Sri Lanka	–	–	–	44	–	9	4	1.110	–	–	11	50	74	77
Europa do Sul														
Chipre	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	1	5	–	–
Turquia	–	–	–	–	–	0	1	17	–	–	6	25	–	–

OBJECTIVO 6 **Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças**

Parar até 2015 e começar a inverter a propagação do HIV/SIDA — *Parar até 2015 e começar a inverter a incidência da malária e outras doenças principais*

	Prevalência de HIV em mulheres grávidas com 15-24 anos (%)[a]		Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco (% 15-24 anos)[b]		Taxa de' frequência escolar de órfãos em % de não órfãos'[c]	Taxa de mortalidade relativa à malária (por 100.000)		Casos de malária (por 100.000 pessoas)[d]	Crianças menores de 5		Taxa de mortalidade relativa à tuberculose (por 100.000 pessoas)[e]	Casos de tuberculose		
	Principais áreas urbanas 1999-2002[i]	Fora das principais áreas urbanas 1999-2002[i]	Feminino 1996-2002[i]	Masculino 1996-2002[i]	1995-2001[i]	Todas as idades 2000	Crianças de 0-4 anos 2000	2000	Com mosquiteiros tratados com insecticida (%) 1999-2002[i]	Com febre tratada com anti-maláricos (%) 1999-2002[i]	2001	Por 100.000 pessoas[f] 2001	Detectados sob TODB (%)[g] 2001	Curados sob TODB (%)[h] 2000
África Subsariana														
Angola	–	–	–	–	90	354	1.624	8.773	2,3	63,0	47	197	–	–
Benim	–	–	19	34	–	177	960	10.697 [n]	7,4	60,4	10	36	–	–
Botswana	33,3	31,4	75	88	99	15	72	48.704	–	–	31	224	75	77
Burkina Faso	5,4	3,1	41	55	–	292	1.444	619	–	–	38	157	15	60
Burundi	–	–	–	–	70	143	714	48.098	1,3	31,3	40	170	39	80
Camarões	11,9 [m]	–	16	31	94	108	620	2.900 [o]	1,3	66,1	24	96	–	–
Cabo Verde	–	–	–	–	–	22	145	–	–	–	46	188	40	–
República Centro-Africana	13,9	13,4	–	–	91	137	777	2.207 [p]	1,5	68,8	57	255	8	57
Chade	–	–	3	2	96	207	1.008	197 [j]	0,6	31,9	44	168	–	–
Comoros	–	–	–	–	59	80	402	1.930	9,3	62,7	9	49	–	–
Congo	11,0 [m]	–	12	–	–	78	395	5.880	–	–	19	122	104	69
Congo, Rep. Dem.	–	–	13	–	72	224	1.000	2.960 [j]	0,7	45,4	49	184	61	78
Costa do Marfim	8,8	3,8	25	56	83	76	438	12.152	1,1	57,5	51	207	10	–
Guiné Equatorial	–	–	–	–	95	152	769	2.744 [q]	0,7	48,6	32	102	–	–
Eritreia	1,3	–	–	–	–	74	391	3.479	–	3,6	46	249	15	76
Etiópia	15,0	12,7	17	30	60	198	1.006	556 [q]	–	3,0	39	179	42	80
Gabão	–	–	33	48	98	80	470	2.148 [o]	–	–	38	187	–	–
Gâmbia	–	–	–	–	85	52	305	17.340 [o]	14,7	55,2	68	283	–	–
Gana	3,0	2,8	20	33	93	70	448	15.344	–	60,7	38	145	44	50
Guiné	–	–	17	32	113	200	1.037	75.386	–	–	38	134	–	–
Guiné-Bissau	–	–	–	–	103	150	749	2.421 [j]	7,4	58,4	34	135	–	–
Quénia	21,8 [m]	–	14	43	74	63	334	545	2,9	64,5	62	289	47	80
Lesoto	22,0	16,1	–	–	87	84	549	0 [j]	–	–	55	277	–	–
Libéria	–	–	–	–	–	201	1.004	26.699 [o]	–	–	47	176	–	–
Madagáscar	–	–	13	–	65	184	904	–	0,2	60,7	47	158	60	70
Malawi	–	–	32	38	93	275	1.288	25.948	2,9	27,0	49	242	40	73
Mali	0,9 [m]	–	14	30	72	454	2.046	4.008 [o]	–	–	72	295	–	–
Mauritânia	–	–	–	–	–	108	553	11.150 [j]	–	–	51	209	–	–
Maurício	–	–	–	–	–	0	0	1 [j]	–	–	12	57	24	93
Moçambique	16,1	7,9	–	–	47	232	1.159	18.115	–	–	33	125	68	75
Namíbia	17,9 [m]	–	–	–	92	52	300	1.502	–	–	35	221	98	53
Níger	–	–	–	–	107	469	1.998	1.693 [o]	1,0	48,1	39	150	–	–
Nigéria	–	–	21	38	87	141	729	30	–	–	47	196	16	79
Ruanda	–	–	23	55	80	200	1.049	6.510	5,0	12,6	46	188	32	61
São Tomé e Príncipe	–	–	–	–	123	80	509	–	22,8	61,2	35	143	–	–
Senegal	–	–	–	–	74	72	377	11.925	1,7	36,2	30	103	85	52
Seychelles	–	–	–	–	–	4	40	–	–	–	6	26	77	82
Serra Leoa	–	–	–	–	71	312	1.481	–	1,5	60,7	67	258	39	77
África do Sul	24,1 [m]	–	20	–	95	0	0	143	–	–	55	237	72	66
Suazilândia	39,4 [m]	–	–	–	91	0	0	2.835	0,1	25,5	130	627	–	–
Tanzânia	–	15,0	21	31	74	130	676	1.207 [j]	2,1	53,4	47	212	47	78
Togo	–	–	22	41	96	47	256	7.701 [o]	2,0	60,0	29	114	–	–
Uganda	–	–	44	62	95	152	650	46	0,2	–	48	187	52	63
Zâmbia	11,6 [m]	–	38	38	87	141	721	34.204	1,1	58,0	94	445	–	–
Zimbabwe	32,3 [m]	–	42	69	85	1	0	5.410	–	–	54	291	47	69
Europa Central, de Leste e CEI														
Albânia	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	5	21	20	–
Arménia	–	–	–	43	–	0	0	4	–	–	13	47	22	87
Azerbaijão	–	–	–	–	–	0	2	19	1,4	0,8	11	56	(,)	91
Bielorrússia	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	12	57	–	–
Bósnia e Herzegovina	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	9	35	71	94

OBJECTIVO 6 **Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças**

	Parar até 2015 e começar a inverter a propagação do HIV/SIDA					*Parar até 2015 e começar a inverter a incidência da malária e outras doenças principais*								
	Prevalência de HIV em mulheres grávidas com 15-24 anos (%)[a]		**Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco** (% 15-24 anos)[b]		**Taxa de' frequência escolar de órfãos em % de não órfãos'**[c]	**Taxa de mortalidade relativa à malária** (por 100.000)		**Casos de malária** (por 100.000 pessoas)[d]	**Crianças menores de 5**		**Taxa de mortalidade relativa à tuberculose** (por 100.000 pessoas)[e]	**Casos de tuberculose**		
	Principais áreas urbanas 1999-2002[i]	**Fora das principais áreas urbanas** 1999-2002[i]	**Feminino** 1996-2002[i]	**Masculino** 1996-2002[i]	1995-2001[i]	**Todas as idades** 2000	**Crianças de 0-4 anos** 2000	2000	**Com mosquiteiros tratados com insecticida** (%) 1999-2002[i]	**Com febre tratada com anti-maláricos** (%) 1999-2002[i]	2001	**Por 100.000 pessoas**[f] 2001	**Detectados sob TODB** (%)[g] 2001	**Curados sob TODB** (%)[h] 2000
Bulgária	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	4	20	15	–
Croácia	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	9	40	–	–
República Checa	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	2	7	59	70
Estónia	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	8	27	67	70
Geórgia	–	–	0	–	–	0	0	5	–	–	15	58	48	63
Hungria	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	5	22	35	64
Cazaquistão	–	–	65	28	–	0	0	(,)	–	–	24	94	69	79
Quirguistão	–	–	–	–	–	0	0	(,)	–	–	21	88	45	82
Letónia	–	–	66	69	–	0	0	–	–	–	11	43	77	72
Lituânia	–	–	–	–	–	0	1	–	–	–	9	48	30	92
Macedónia	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	7	26	51	86
Moldávia	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	21	104	37	83
Polónia	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	5	23	3	72
Roménia	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	20	94	11	80
Federação Russa	–	–	–	–	–	0	0	1	–	–	24	93	5	68
Sérvia e Montenegro	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	6	27	25	–
Eslováquia	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	4	15	38	82
Eslovénia	–	–	18	17	–	0	0	–	–	–	3	12	68	84
Tajiquistão	–	–	–	–	–	0	0	303	1,9	68,9	22	83	–	–
Turquemenistão	–	–	–	–	–	0	0	1	–	–	12	56	36	69
Ucrânia	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	11	57	0	–
Usbequistão	–	–	–	–	–	0	0	1	–	–	12	63	8	80
OCDE de rendimento elevado[r]														
Austrália	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	1	4	14	74
Áustria	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	1	6	46	73
Bélgica	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	1	6	75	–
Canadá	–	–	72	72	–	0	0	–	–	–	1	3	56	80
Dinamarca	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	1	6	–	–
Finlândia	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	1	5	–	–
França	–	–	77	66	–	0	0	–	–	–	1	6	–	–
Alemanha	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	1	5	46	77
Grécia	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	3	11	–	–
Islândia	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	(,)	2	69	–
Irlanda	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	1	6	–	–
Itália	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	1	4	10	74
Japão	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	4	21	28	70
Luxemburgo	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	1	6	40	–
Holanda	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	1	3	56	76
Nova Zelândia	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	1	5	37	30
Noruega	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	1	3	50	70
Portugal	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	4	17	83	79
Espanha	–	–	33	49	–	0	0	–	–	–	3	14	–	–
Suécia	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	(,)	2	54	79
Suíça	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	1	5	–	–
Reino Unido	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	1	5	–	–
Estados Unidos	–	–	–	65[k]	–	0	0	–	–	–	(,)	2	90	76

OBJECTIVO 6 **Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças**

Parar até 2015 e começar a inverter a propagação do HIV/SIDA | *Parar até 2015 e começar a inverter a incidência da malária e outras doenças principais*

	Prevalência de HIV em mulheres grávidas com 15-24 anos (%)[a]		Uso de preservativo na última relação sexual de alto risco (% 15-24 anos)[b]		Taxa de' frequência escolar de órfãos em % de não órfãos'[c]	Taxa de mortalidade relativa à malária (por 100.000)		Casos de malária (por 100.000 pessoas)[d]	Crianças menores de 5		Taxa de mortalidade relativa à tuberculose (por 100.000 pessoas)[e]	Casos de tuberculose		
	Principais áreas urbanas 1999-2002[i]	Fora das principais áreas urbanas 1999-2002[i]	Feminino 1996-2002[i]	Masculino 1996-2002[i]	1995-2001[i]	Todas as idades 2000	Crianças de 0-4 anos 2000	2000	Com mosquiteiros tratados com insecticida (%) 1999-2002[i]	Com febre tratada com anti-maláricos (%) 1999-2002[i]	2001	Por 100.000 pessoas[f] 2001	Detectados sob TODB (%)[g] 2001	Curados sob TODB (%)[h] 2000
Outros membros da ONU														
Andorra	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	2	10	34	50
Israel	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	1	5	63	78
Liechtenstein	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Malta	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	1	3	25	100
Mónaco	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	(,)	1	–	–
São Marino	–	–	–	–	–	0	0	–	–	–	1	2	0	0
Países em desenvolvimento	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	32	144	–	–
Países menos desenvolvidos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	49	192	–	–
Países Árabes	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	15	57	–	–
Ásia Oriental e Pacífico	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	28	137	–	–
América Latina e Caraíbas	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	9	41	–	–
Ásia do Sul	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	42	188	–	–
África Subsariana	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	47	198	–	–
Europa Central, de Leste e CEI	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	16	66	–	–
OCDE	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3	11	–	–
OCDE de rendimento elevado	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2	9	–	–
Desenv. humano elevado	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	3	12	–	–
Desenv. humano médio	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	29	137	–	–
Desenv. humano baixo	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	45	188	–	–
Rendimento elevado	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2	9	–	–
Rendimento médio	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	18	85	–	–
Rendimento baixo	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	45	197	–	–
Mundo	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	26	119	–	–

a. Os dados são estimativas médias baseadas em estatísticas coligidas a partir de locais de prevenção, principalmente clínicas pré-natais. b. Devido às limitações de dados, as comparações entre países devem ser feitas com precaução. Não estão disponíveis dados sobre outro indicador convencionado na meta do HIV/SIDA, a percentagem de jovens com idade entre 15 e 24 anos que identificam correctamente dois meios de prevenir a transmissão sexual do HIV e que rejeitam as principais interpretações erradas sobre a transmissão do HIV. Estão disponíveis os dados para dois indicadores representativos do conhecimento e interpretação errada do HIV/SIDA entre jovens de 15-24 anos. Para pormenores, ver http:/millenniumindicators.un.org. c. Os dados referem-se a crianças com idade de 10-14 anos. d. Os dados referem-se aos casos de malária relatados à Organização Mundial da Saúde (OMS) e podem representar apenas uma fracção do número real num país, devido aos sistemas incompletos de registo, à cobertura incompleta dos serviços de saúde, ou a ambos. As comparações entre países devem ser feitas com precaução, devido à diversidade dos sistemas de detecção de casos e de registo. e. Exclui os óbitos relacionados com o HIV. f. Os dados referem-se à prevalência de casos de tuberculose com análise positiva. g. Calculado dividindo os novos casos de tuberculose com análise positiva detectados com base na terapia observada directamente (TOD), detecção de casos de tratamento breve (TODB) e tratamento estratégico, pela incidência anual estimada de novos casos de análise positiva. Os valores podem exceder 100% devido à intensa detecção de casos numa área com uma acumulação de casos crónicos, sobreregisto (contagem dupla, por exemplo), sobrediagnóstico ou subestimação da incidência (WHO 2003e). h. Os dados referem-se à percentagem dos novos casos de análise positiva registados para tratamento sob a detecção de casos TODB e tratamento estratégico em 2000, que foram tratados com sucesso. i. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado. j. Os dados referem-se a 1999. k. Os dados referem-se ao conjunto dos dois sexos. l. Os dados referem-se apenas ao Norte do Sudão. m. Estimativas baseadas em dados de todas as clínicas pré-natais. n. Os dados referem-se a 1997. o. Os dados referem-se a 1998. p. Os dados referem-se a 1994. q. Os dados referem-se a 1995. r. Exclui a Coreia do Sul; ver Ásia Oriental e Pacífico.

Fonte: Colunas 1 e 2: UN 2003a, baseado em dados de um trabalho conjunto da OMS e do Programa Conjunto das Nações Unidas para o HIV/SIDA; *colunas 3 e 4:* UN 2003a, baseado em dados de um trabalho conjunto da UNICEF, ONUSIDA e da OMS; *colunas 5, 9 e 10:* UN 2003a, baseado em dados da UNICEF; *colunas 6-8 e 11-14:* UN 2003a, baseado em dados da OMS.

OBJECTIVO 7 **Assegurar a sustentabilidade ambiental: terra e ar**

Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas dos países e inverter a perda de recursos ambientais[a]

	Área terrestre coberta por florestas (%)		Rácio entre a área protegida e a superfície terrestre [b]	PIB por unidade de energia utilizada (dól. PPC por kg de equivalente petróleo)		Emissões de dióxido de carbono per capita (toneladas métricas)		Consumo de clorofluorcarbonos que destroem o ozono (ton. métricas PDO) [c]	
	1990	2000	2003	1990	2000	1990	1999	1990	2001
Países Árabes									
Argélia	0,8	0,9	0,05	5,4	6,4	3,2	3,0	3.570 [d]	1.022
Barém	(,)	(,)	0,01	1,2	1,6	23,3	29,4	107	106
Djibouti	(,)	(,)	(,)	–	–	0,7	0,6	–	–
Egipto	(,)	(,)	0,01	3,9	4,8	1,4	2,0	2.144	1.335
Iraque	1,8	1,8	(,)	–	–	2,7	3,3	–	–
Jordânia	1,0	1,0	0,03	2,8	3,6	3,2	3,1	540	321
Kuwait	(,)	(,)	0,01	1,3 [d]	1,8	19,9	24,9	1.757 [d]	354
Líbano	3,6	3,5	(,)	2,8	3,5	2,5	4,0	432 [d]	533
Líbia	0,2	0,2	(,)	–	–	8,8	8,3	67	985
Marrocos	6,8	6,8	0,01	9,8	9,5	1,0	1,3	604	435
Territórios da Palestina Ocupados	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Oman	(,)	(,)	0,11	3,5	3,0	7,1	8,5	305 [d]	207
Catar	(,)	0,1	(,)	–	–	28,2	91,5	85 [d]	85
Arábia Saudita	0,7	0,7	0,34	2,8	2,6	11,3	11,7	3.688 [d]	1.594 [e]
Somália	13,2	12,0	0,01	–	–	(,)	0,0 [f]	–	–
Sudão	30,0	25,9	0,05	2,5	3,8	0,1	0,1	601 [g]	266
Síria	2,5	2,5	–	2,2	2,9	3,0	3,4	1.272	1.392
Tunísia	3,0	3,1	(,)	5,3	7,4	1,6	1,8	730	570
Emirados Árabes Unidos	2,9	3,8	–	2,4	2,0 [f]	33,0	31,3	448	423
Iémen	1,0	0,9	–	2,4	4,0	0,7 [g]	1,1	–	1.023
Ásia Oriental e Pacífico									
Brunei	85,8	83,9	0,21	3,0	3,0 [f]	22,6	14,2	64 [d]	31
Cambodja	56,1	52,9	0,18	–	–	(,)	0,1	–	–
China	15,6	17,5	0,07	1,7	4,1	2,1	2,3	41.829	33.923
Hong Kong, China (RAE)	–	–	0,42	8,7	10,9	4,6	6,2	–	–
Fidji	45,5	44,6	(,)	–	–	1,1	0,9	38	0
Indonésia	65,2	58,0	0,16	3,5	4,2	0,9	1,2	1.457 [d]	5.003
Kiribati	38,4	38,4	0,39	–	–	0,3	0,3	–	(,) [f]
Coreia do Norte	68,2	68,2	0,03	–	–	12,3	9,4	950 [d]	77 [e]
Coreia do Sul	63,8	63,3	0,07	3,4	3,6	5,6	8,4	24.126 [d]	6.724
Laos	56,7	54,4	0,10	–	–	0,1	0,1	4 [h]	41
Malásia	65,9	58,7	0,05	3,7	4,3	3,0	5,4	3.384	1.947
Ilhas Marshall	–	–	–	–	–	–	–	1	1 [e]
Micronésia	34,8	21,7	–	–	–	–	–	–	–
Mongólia	7,2	6,8	0,12	–	–	4,7	3,2	7 [d]	9
Myanmar	60,2	52,3	(,)	–	–	0,1	0,2	16 [h]	39
Nauru	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Palau	76,1	76,1	–	–	–	–	12,9	–	1
Papua-Nova Guiné	70,1	67,6	0,02	–	–	0,6	0,5	28 [g]	15
Filipinas	22,4	19,4	0,06	6,8	6,8	0,7	1,0	2.981	2.049
Samoa Ocidental	46,1	37,2	0,04	–	–	0,8	0,8	4 [g]	2
Singapura	3,3	3,3	0,05	2,7	3,9	13,8	13,7	3.167	22
Ilhas Salomão	90,3	88,8	–	–	–	0,5	0,4	2	1
Tailândia	31,1	28,9	0,14	4,7	5,1	1,7	3,3	6.660	3.375
Timor-Leste	36,6	34,3	–	–	–	–	–	–	–
Tonga	5,5	5,5	0,05	–	–	0,8	1,2	2 [d]	1
Tuvalu	–	–	–	–	–	–	–	(,) [d]	0
Vanuatu	36,2	36,7	–	–	–	0,4	0,4	–	–
Vietname	28,6	30,2	0,03	2,7	4,2	0,3	0,6	303 [g]	243

Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas dos países e inverter a perda de recursos ambientais[a]

	Área terrestre coberta por florestas (%)		Rácio entre a área protegida e a superfície terrestre[b]	PIB por unidade de energia utilizada (dól. PPC por kg de equivalente petróleo)		Emissões de dióxido de carbono per capita (toneladas métricas)		Consumo de clorofluorcarbonos que destroem o ozono (ton. métricas PDO)[c]	
	1990	2000	2003	1990	2000	1990	1999	1990	2001
América Latina e Caraíbas									
Antígua e Barbuda	20,5	20,5	0,15	–	–	4,7	5,2	421	3
Argentina	13,7	12,7	0,07	5,3	7,2	3,4	3,8	2.138	3.293
Baamas	84,1	84,1	0,11	–	–	7,6	6,0	57 [d]	66 [e]
Barbados	4,7	4,7	0,01	–	–	4,2	7,6	21	12
Belize	74,7	59,1	0,44	–	–	1,6	2,7	20 [d]	28
Bolívia	50,4	48,9	0,12	4,1	3,9	0,8	1,4	14 [g]	77
Brasil	67,0	64,3	0,06	5,9	6,7	1,4	1,8	8.539	6.231
Chile	21,0	20,7	0,19	4,5	5,6	2,7	4,2	662	470
Colômbia	49,6	47,8	0,08	7,7	10,3	1,6	1,5	2.026	1.165
Costa Rica	41,6	38,5	0,22	9,1	11,7	1,0	1,6	267 [g]	145
Cuba	18,9	21,4	0,15	–	–	3,0	2,3	778	504
Dominica	66,7	61,3	0,23	–	–	0,8	1,1	–	1 [i]
República Dominicana	28,4	28,4	–	6,5	7,4	1,3	2,8	256 [d]	486
Equador	43,1	38,1	0,11	4,9	4,9	1,6	1,9	604	207
El Salvador	9,3	5,8	(,)	6,8	8,1	0,5	0,9	423 [g]	117
Granada	14,7	14,7	0,02	–	–	1,3	2,2	4 [d]	4 [f]
Guatemala	31,2	26,3	0,19	6,3	7,1	0,6	0,9	357	265
Guiana	80,8	78,5	(,)	–	–	1,5	2,2	19	20
Haiti	5,7	3,2	(,)	8,7	7,5	0,2	0,2	–	169
Honduras	53,4	48,1	0,06	4,7	6,0	0,5	0,8	–	122
Jamaica	35,0	30,0	0,80	2,7	2,4	3,3	4,0	424	49
México	32,2	28,9	0,10	4,0	5,5	3,7	3,9	12.037	2.224
Nicarágua	36,7	27,0	0,15	3,6	4,6 [f]	0,7	0,8	87	35
Panamá	45,6	38,6	0,21	6,0	6,5	1,3	2,9	252	180
Paraguai	61,9	58,8	0,03	6,1	7,2	0,5	0,8	171 [d]	116
Peru	53,0	50,9	0,06	6,7	9,5	1,0	1,2	801	189
São Cristóvão e Nevis	11,1	11,1	(,)	–	–	1,6	2,4	6 [d]	3 [i]
Santa Lúcia	23,0	14,8	0,09	–	–	1,2	2,1	8 [d]	3
São Vicente e Granadinas	17,9	15,4	0,21	–	–	0,8	1,4	2 [d]	7
Suriname	90,5	90,5	0,04	–	–	4,5	5,2	–	–
Trindade e Tobago	54,8	50,5	0,06	1,2	1,3	13,9	19,4	138	79
Uruguai	4,5	7,4	(,)	8,1	9,4	1,3	2,0	416 [g]	102
Venezuela	58,6	56,1	0,62	2,1	2,3	5,8	5,3	3.343	2.546
Ásia do Sul									
Afeganistão	2,1	2,1	(,)	–	–	0,1	(,)	–	–
Bangladesh	9,0	10,2	0,01	8,1	10,8	0,1	0,2	195	805 [e]
Butão	64,2	64,2	0,25	–	–	0,2	0,5	–	–
Índia	21,4	21,6	0,05	3,8	5,5	0,8	1,1	4.358 [d]	5.614 [e]
Irão	4,5	4,5	0,05	3,0	3,2	3,9	4,8	1.366	4.205
Maldivas	3,3	3,3	–	–	–	0,7	1,7	4	14
Nepal	32,7	27,3	0,09	2,6	3,7	(,)	0,1	20 [g]	94 [e]
Paquistão	3,6	3,1	0,05	3,4	4,0	0,6	0,7	751	1.666
Sri Lanka	35,4	30,0	0,13	5,7	7,8	0,2	0,5	209	190
Europa do Sul									
Chipre	12,9	18,6	0,08	5,4	6,3	6,8	8,0	240	138
Turquia	13,0	13,3	0,02	4,6	5,3	2,6	3,1	3.519	731

Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas dos países e inverter a perda de recursos ambientais[a]

	Área terrestre coberta por florestas (%)		Rácio entre a área protegida e a superfície terrestre[b]	PIB por unidade de energia utilizada (dól. PPC por kg de equivalente petróleo)		Emissões de dióxido de carbono per capita (toneladas métricas)		Consumo de clorofluorcarbonos que destroem o ozono (ton. métricas PDO)[c]	
	1990	2000	2003	1990	2000	1990	1999	1990	2001
África Subsariana									
Angola	56,9	56,0	0,07	3,4	3,6	0,5	0,8	116 [d]	9
Benim	30,3	24,0	0,11	1,9	2,5	0,1	0,2	58	54
Botswana	24,0	21,9	0,18	–	–	1,7	2,4	6 [d]	2 [e]
Burkina Faso	26,5	25,9	0,10	–	–	0,1	0,1	28	20
Burundi	9,4	3,7	0,05	–	–	(.)	(.)	43	46
Camarões	56,0	51,3	0,04	3,4	3,8	0,1	0,3	78	364
Cabo Verde	8,7	21,1	–	–	–	0,2	0,3	–	–
República Centro-Africana	37,3	36,8	0,09	–	–	0,1	0,1	43 [g]	4 [e]
Chade	10,7	10,1	0,09	–	–	(.)	(.)	26	32
Comoros	6,5	4,3	–	–	–	0,2	0,1	1 [g]	2
Congo	65,1	64,6	0,05	1,7	3,2	0,9	0,8	53 [g]	2
Congo, Rep. Dem.	62,0	59,6	0,05	4,6	2,5	0,1	(.)	–	639
Costa do Marfim	30,7	22,4	0,06	3,9	3,6	1,0	0,8	258 [g]	148
Guiné Equatorial	66,2	62,5	–	–	–	0,3	1,5	–	–
Eritreia	13,9	13,5	0,04	–	–	–	0,1	–	–
Etiópia	4,5	4,2	0,17	1,9	2,6	0,1	0,1	33 [d]	39 [e]
Gabão	85,1	84,7	0,03	3,7	4,7	7,1	3,0	10 [g]	6
Gâmbia	43,6	48,1	0,02	–	–	0,2	0,2	15	6
Gana	33,1	27,8	0,05	4,3	5,5	0,2	0,3	107	36
Guiné	29,6	28,2	0,01	–	–	0,2	0,2	28	35
Guiné-Bissau	66,5	60,5	–	–	–	0,8	0,2	–	–
Quénia	31,7	30,0	0,08	1,7	1,9	0,2	0,3	230	169
Lesoto	0,5	0,5	(.)	–	–	–	–	6 [d]	2 [e]
Libéria	38,1	31,3	0,02	–	–	0,2	0,1	–	–
Madagáscar	22,2	20,2	0,03	–	–	0,1	0,1	–	14 [e]
Malawi	34,7	27,2	0,11	–	–	0,1	0,1	23 [g]	51 [i]
Mali	11,6	10,8	0,04	–	–	(.)	(.)	–	29 [e]
Mauritânia	(.)	(.)	0,02	–	–	1,3	1,2	17 [d]	13 [i]
Maurício	8,4	7,9	0,08	–	–	1,1	2,1	76 [d]	14
Moçambique	39,8	39,0	0,08	1,2	2,5	0,1	0,1	18 [d]	14 [i]
Namíbia	10,7	9,8	0,14	10,6 [g]	12,0	–	0,1	21 [d]	24
Níger	1,5	1,0	0,08	–	–	0,1	0,1	16	29
Nigéria	19,2	14,8	0,03	1,0	1,2	0,9	0,3	934	3.666
Ruanda	18,5	12,4	0,06	–	–	0,1	0,1	–	–
São Tomé e Príncipe	28,3	28,3	–	–	–	0,6	0,6	–	–
Senegal	34,6	32,2	0,11	3,7	4,5	0,4	0,4	97	98
Seychelles	66,7	66,7	1,11	–	–	1,6	2,7	3	1
Serra Leoa	19,8	14,7	0,02	–	–	0,1	0,1	–	–
África do Sul	7,4	7,3	0,05	3,7	4,4	8,3	7,9	6.804	16
Suazilândia	27,0	30,3	0,03	–	–	0,6	0,4	10 [d]	1
Tanzânia	45,0	43,9	0,28	0,9	1,1	0,1	0,1	88 [d]	131
Togo	13,2	9,4	0,08	5,5	4,9	0,2	0,3	41	35
Uganda	25,6	21,0	0,21	–	–	(.)	0,1	14	13
Zâmbia	53,5	42,0	0,31	1,1	1,2	0,3	0,2	35	23 [e]
Zimbabwe	57,5	49,2	0,12	2,5	3,1	1,6	1,4	476 [d]	259
Europa Central, de Leste e CEI									
Albânia	39,0	36,2	0,04	3,2	6,7	2,2	0,5	40 [d]	69
Arménia	11,0	12,4	0,07	1,8 [h]	4,5	1,0 [h]	0,8	–	163
Azerbaijão	11,5	13,1	0,06	–	1,9	6,4 [h]	4,2	481 [d]	52
Bielorrússia	33,0	45,3	0,04	1,6 [h]	3,0	9,3 [h]	5,7	1.230	0
Bósnia e Herzegovina	44,6	44,6	0,01	–	5,2	1,1 [h]	1,2	145 [g]	200

5 OMD

OBJECTIVO 7 **Assegurar a sustentabilidade ambiental: terra e ar**

Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas dos países e inverter a perda de recursos ambientais[a]

	Área terrestre coberta por florestas (%)		Rácio entre a área protegida e a superfície terrestre[b]	PIB por unidade de energia utilizada (dól. PPC por kg de equivalente petróleo)		Emissões de dióxido de carbono per capita (toneladas métricas)		Consumo de clorofluorcarbonos que destroem o ozono (ton. métricas PDO)[c]	
	1990	2000	2003	1990	2000	1990	1999	1990	2001
Bulgária	31,5	33,4	0,04	1,9	2,8	8,6	5,1	2.034	0
Croácia	31,5	31,9	0,07	4,0 [h]	4,9	3,5 [h]	4,8	464	114
República Checa	34,0	34,1	0,16	2,5 [h]	3,6	13,1 [h]	10,6	5.498 [d]	3
Estónia	45,8	48,7	0,11	1,5 [h]	2,9	16,1 [h]	11,7	190 [d]	(,)
Geórgia	43,7	43,7	0,03	2,0 [h]	4,5	2,8 [h]	1,0	766 [d]	19
Hungria	19,1	19,9	0,07	3,3	4,9	5,6	5,6	4.390	0
Cazaquistão	3,7	4,5	0,03	1,1 [h]	2,2	15,3 [h]	7,4	1.214	524 [e]
Quirguistão	4,0	5,2	0,04	2,6 [h]	5,4	2,4 [h]	1,0	118 [g]	53
Letónia	45,1	47,1	0,13	2,3 [h]	4,6	4,8 [h]	2,8	4.736 [d]	35 [e]
Lituânia	31,1	31,9	0,10	2,4 [h]	3,9	5,8 [h]	3,8	4.179	0
Macedónia	35,6	35,6	0,07	–	–	5,5 [h]	5,6	1.174 [d]	47
Moldávia	9,6	9,9	0,01	2,0 [h]	3,1	4,8 [h]	1,5	–	23
Polónia	29,1	29,7	0,10	2,2	4,0	9,1	8,1	4.939	179
Roménia	27,4	28,0	0,05	1,9	3,4	6,7	3,6	–	186
Federação Russa	50,3	50,4	0,03	1,4 [h]	1,6	13,3 [h]	9,8	98.752	0
Sérvia e Montenegro	28,4	28,3	0,03	–	–	12,4	3,7	1.449	549 [i]
Eslováquia	41,5	45,3	0,22	2,3	3,6	8,1 [h]	7,2	1.979 [d]	3
Eslovénia	53,9	55,0	0,06	4,2 [h]	5,0	6,1 [h]	7,3	343	3
Tajiquistão	2,7	2,8	0,04	1,1 [h]	2,3	3,7 [h]	0,8	91 [g]	28
Turquemenistão	8,0	8,0	0,03	1,8 [h]	1,4	6,9 [h]	6,4	141	19 [i]
Ucrânia	16,0	16,5	0,04	1,5 [h]	1,4	11,5 [h]	7,5	4.518	1.077
Usbequistão	4,6	4,8	(,)	–	1,2	5,3 [h]	4,8	2.454 [d]	53 [i]
OCDE de rendimento elevado[j]									
Austrália	20,5	20,1	–	3,2	4,3	15,6	18,2	7.416	6
Áustria	46,0	47,0	0,29	5,6	7,5	7,4	7,6	– [k]	– [k]
Bélgica	22,6 [l]	22,2 [l]	0,03	3,7	4,4	10,1	10,2	– [k]	– [k]
Canadá	26,5	26,5	–	2,5	3,3	15,4	14,4	13.174	(,)
Dinamarca	10,5	10,7	0,10	5,7	7,9	9,9	9,3	– [k]	– [k]
Finlândia	71,8	72,0	0,08	2,9	3,8	10,6	11,3	– [k]	– [k]
França	26,8	27,9	0,13	4,3	5,4	6,3	6,1	– [k]	– [k]
Alemanha	30,7	30,7	0,31	4,0	6,1	11,1 [g]	9,7	– [k]	– [k]
Grécia	25,6	27,9	0,04	5,2	6,3	7,1	8,2	– [k]	– [k]
Islândia	(,)	(,)	0,10	2,5	2,4	7,9	7,4	133	0
Irlanda	7,1	9,6	0,01	4,2	7,9	8,5	10,8	– [k]	– [k]
Itália	33,0	34,0	0,08	6,6	8,2	7,0	7,3	– [k]	– [k]
Japão	63,9	64,0	0,07	5,3	6,1	8,7	9,1	97.723	6
Luxemburgo	– [m]	– [m]	0,14	2,3	6,4	25,9	18,6	– [k]	– [k]
Holanda	10,8	11,1	0,10	4,1	5,7	10,0	8,5	– [k]	– [k]
Nova Zelândia	28,2	29,7	0,37	3,2	3,7	6,9	8,1	558	0
Noruega	27,9	28,9	0,06	3,7	5,1	7,5	8,7	722	48
Portugal	33,8	40,1	0,07	6,5	7,2	4,3	6,0	– [k]	– [k]
Espanha	27,0	28,8	0,08	5,6	6,4	5,5	6,8	– [k]	– [k]
Suécia	65,9	65,9	0,08	3,2	4,4	5,7	5,3	– [k]	– [k]
Suíça	29,2	30,3	0,20	6,4	7,5	6,4	5,7	2.920	6 [e]
Reino Unido	10,9	11,6	0,20	4,4	6,0	9,9	9,2	– [k]	– [k]
Estados Unidos	24,3	24,7	0,17	3,0	4,2	19,3	19,7	198.308	2.805

Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas dos países e inverter a perda de recursos ambientais[a]

	Área terrestre coberta por florestas (%)		Rácio entre a área protegida e a superfície terrestre[b]	PIB por unidade de energia utilizada (dól. PPC por kg de equivalente petróleo)		Emissões de dióxido de carbono per capita (toneladas métricas)		Consumo de clorofluorcarbonos que destroem o ozono (ton. métricas PDO)[c]	
	1990	2000	2003	1990	2000	1990	1999	1990	2001
Outros membros da ONU									
Andorra	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Israel	4,0	6,4	0,15	5,3	6,5	7,4	10,0	4.560 [d]	0
Liechtenstein	40,0	46,7	0,39	–	–	–	–	3	0 [e]
Malta	(,)	(,)	0,01	3,2	6,7	4,6	8,8	179	63
Mónaco	–	–	0,26	–	–	–	–	6 [d]	0
São Marino	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Países em desenvolvimento	–	–	–	3,2	4,6	1,6	1,9	–	–
Países menos desenvolvidos	–	–	–	–	–	0,1	0,2	–	–
Países Árabes	–	–	–	3,5	3,8	3,2	3,7	–	–
Ásia Oriental e Pacífico	–	–	–	–	–	2,0	2,3	–	–
América Latina e Caraíbas	–	–	–	4,9	6,1	2,2	2,5	–	–
Ásia do Sul	–	–	–	3,8	5,2	0,8	1,1	–	–
África Subsariana	–	–	–	2,5	2,9	1,0	0,8	–	–
Europa Central, de Leste e CEI	–	–	–	–	2,2	–	7,2	–	–
OCDE	–	–	–	3,7	4,9	10,5	10,8	–	–
OCDE de rendimento elevado	–	–	–	3,8	4,9	11,9	12,3	–	–
Desenv. humano elevado	–	–	–	3,8	4,9	10,5	10,8	–	–
Desenv. humano médio	–	–	–	3,0	4,0	1,7	2,3	–	–
Desenv. humano baixo	–	–	–	–	4,0	0,4	0,4	–	–
Rendimento elevado	–	–	–	3,8	4,9	11,9	12,4	–	–
Rendimento médio	–	–	–	3,1	4,0	2,6	3,2	–	–
Rendimento baixo	–	–	–	2,2	2,5	0,7	1,0	–	–
Mundo	–	–	–	3,5	4,5	3,4	3,8	–	–

a. A Organização Mundial da Saúde está a recolher dados de países para outro indicador desta meta, a proporção da população que usa combustíveis sólidos, para publicação no World Health Report 2003 (WHO, a publicar). b. Refere-se ao rácio entre a área protegida para manter a diversidade biológica e a superfície terrestre. A superfície terrestre é a área total de um país, incluindo as áreas por baixo de massas de águas interiores e alguns canais costeiros, mas excluindo as áreas marítimas. Os dados de alguns países incluem territórios ultramarinos. c. Os dados referem-se aos clorofluorcarbonos controlados no quadro do Protocolo de Montreal sobre Substâncias Que Destroem a Camada de Ozono, medidos em toneladas métricas multiplicadas pelo factor potencial de destruição do ozono (PDO). d. Os dados referem-se a 1998. e. Os dados referem-se a 2000. f. Os dados referem-se a 1998. g. Os dados referem-se a 1991. h. Os dados referem-se a 1992. i. Os dados referem-se a 1999. j. Exclui a Coreia do Sul; ver Ásia Oriental e Pacífico. k. Não existem dados disponíveis para os países membros da União Europeia (UE), individualmente. Os países membros são a Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal, Reino Unido e Suécia. As estimativas para os países membros da UE, como grupo, são de 170.331,4 toneladas métricas PDO em 2001. l. Inclui o Luxemburgo. m. Incluído nos dados da Bélgica.

Fonte: Colunas 1 e 2: UN 2003a, baseado em dados da Organização para a Alimentação e a Agricultura; *coluna 3:* UNEP World Conservation Monitoring Centre e IUCN World Commission on Protected Áreas 2003; *colunas 4 e 5:* World Bank 2003c, baseado em dados de um trabalho conjunto da Agência Internacional da Energia e do Banco Mundial; os agregados foram calculados para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano pelo Banco Mundial; *colunas 6 e 7:* World Bank 2003c, baseado em dados de um trabalho conjunto da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática e do Centro de Análise e Informação sobre o Dióxido de Carbono; os agregados foram calculados para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano pelo Banco Mundial; *colunas 8 e 9:* UN 2003a, baseado em dados do Secretariado do Ozono do Programa das Nações Unidas para o Ambiente.

	Reduzir para metade, até 2015, a proporção das pessoas sem acesso sustentável a água potável				*Alcançar, até 2020, uma melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados* [a]	
	População sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada				**População urbana sem acesso a saneamento melhorado** (%)	
	Rural (%)		**Urbana** (%)			
	1990	2000	1990	2000	1990	2000
Países Árabes						
Argélia	–	82	–	94	–	99
Barém	–	–	–	–	–	–
Djibouti	–	100	–	100	–	99
Egipto	92	96	97	99	96	100
Iraque	–	48	–	96	–	93
Jordânia	92	84	99	100	100	100
Kuwait	–	–	–	–	–	–
Líbano	–	100	–	100	–	100
Líbia	68	68	72	72	97	97
Marrocos	58	56	94	98	88	86
Territórios da Palestina Ocupados	–	86	–	97	–	100
Oman	30	30	41	41	98	98
Catar	–	–	–	–	–	–
Arábia Saudita	–	64	–	100	–	100
Somália	–	–	–	–	–	–
Sudão	60	69	86	86	87	87
Síria	–	64	–	94	–	98
Tunísia	54	58	91	92	96	96
Emirados Árabes Unidos	–	–	–	–	–	–
Iémen	–	68	–	74	69	89
Ásia Oriental e Pacífico						
Brunei	–	–	–	–	–	–
Cambodja	–	26	–	54	–	56
China	60	66	99	94	56	69
Hong Kong, China (RAE)	–	–	–	–	–	–
Fidji	–	51	–	43	–	75
Indonésia	62	69	92	90	66	69
Kiribati	–	25	–	82	–	54
Coreia do Norte	–	100	–	100	–	99
Coreia do Sul	–	71	–	97	–	76
Laos	–	29	–	61	–	67
Malásia	–	94	–	–	–	–
Ilhas Marshall	–	–	–	–	–	–
Micronésia	–	–	–	–	–	–
Mongólia	–	30	–	77	–	46
Myanmar	–	66	–	89	–	84
Nauru	–	–	–	–	–	–
Palau	–	20	–	100	–	100
Papua-Nova Guiné	32	32	88	88	92	92
Filipinas	82	79	93	91	85	93
Samoa Ocidental	–	100	–	95	–	95
Singapura	–	–	100	100	100	100
Ilhas Salomão	–	65	–	94	–	98
Tailândia	78	81	87	95	95	96
Timor-Leste	–	–	–	–	–	–
Tonga	–	100	–	100	–	–
Tuvalu	–	–	–	–	–	–
Vanuatu	–	94	–	63	–	100
Vietname	48	72	86	95	52	82

OBJECTIVO 7 **Assegurar a sustentabilidade ambiental: água e saneamento**

	Reduzir para metade, até 2015, a proporção das pessoas sem acesso sustentável a água potável				*Alcançar, até 2020, uma melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados* [a]	
	População sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada				**População urbana sem acesso a saneamento melhorado** (%)	
	Rural (%)		**Urbana** (%)			
	1990	2000	1990	2000	1990	2000
América Latina e Caraíbas						
Antígua e Barbuda	–	89	–	95	–	98
Argentina	73	–	97	–	87	–
Baamas	–	86	–	98	–	100
Barbados	–	100	–	100	–	100
Belize	–	82	–	100	–	71
Bolívia	47	64	91	95	73	86
Brasil	54	53	93	95	82	84
Chile	49	58	98	99	98	96
Colômbia	84	70	98	99	96	96
Costa Rica	–	92	–	99	–	89
Cuba	–	77	–	95	–	99
Dominica	–	90	–	100	–	86
República Dominicana	71	78	92	90	70	70
Equador	58	75	82	90	88	92
El Salvador	48	64	88	91	87	89
Granada	–	93	–	97	–	96
Guatemala	69	88	88	98	82	83
Guiana	–	91	–	98	–	97
Haiti	50	45	59	49	33	50
Honduras	78	81	89	95	88	93
Jamaica	87	85	98	98	99	99
México	52	69	90	95	87	88
Nicarágua	44	59	93	91	97	95
Panamá	–	79	–	99	–	99
Paraguai	46	59	80	93	96	94
Peru	42	62	88	87	77	79
São Cristóvão e Nevis	–	–	–	–	–	–
Santa Lúcia	–	–	–	–	–	–
São Vicente e Granadinas	–	–	–	–	–	–
Suriname	–	50	–	93	–	99
Trindade e Tobago	–	–	–	–	–	–
Uruguai	–	93	–	98	–	95
Venezuela	–	70	–	85	–	71
Ásia do Sul						
Afeganistão	–	11	–	19	–	25
Bangladesh	93	97	99	99	81	71
Butão	–	60	–	86	–	65
Índia	61	79	88	95	44	61
Irão	–	83	–	98	–	86
Maldivas	–	100	–	100	–	100
Nepal	64	87	93	94	69	73
Paquistão	77	87	96	95	77	95
Sri Lanka	62	70	91	98	94	97
Europa do Sul						
Chipre	100	100	100	100	100	100
Turquia	72	86	83	81	97	97

OBJECTIVO 7 **Assegurar a sustentabilidade ambiental: água e saneamento**

	Reduzir para metade, até 2015, a proporção das pessoas sem acesso sustentável a água potável				*Alcançar, até 2020, uma melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados* [a]	
	População sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada				**População urbana sem acesso a saneamento melhorado** (%)	
	Rural (%)		**Urbana** (%)			
	1990	2000	1990	2000	1990	2000
África Subsariana						
Angola	–	40	–	34	–	70
Benim	–	55	–	74	46	46
Botswana	88	90	100	100	87	88
Burkina Faso	–	37	–	66	–	39
Burundi	67	77	96	91	65	68
Camarões	32	39	78	78	97	92
Cabo Verde	–	89	–	64	–	95
República Centro-Africana	35	57	71	89	38	38
Chade	–	26	–	31	70	81
Comoros	84	95	97	98	98	98
Congo	–	17	–	71	–	14
Congo, Rep. Dem.	–	26	–	89	–	54
Costa do Marfim	69	72	97	92	70	71
Guiné Equatorial	–	42	–	45	–	60
Eritreia	–	42	–	63	–	66
Etiópia	17	12	80	81	24	33
Gabão	–	47	–	95	–	55
Gâmbia	–	53	–	80	–	41
Gana	36	62	85	91	56	74
Guiné	36	36	72	72	94	94
Guiné-Bissau	–	49	–	79	87	95
Quénia	31	42	91	88	91	96
Lesoto	–	74	–	88	–	72
Libéria	–	–	–	–	–	–
Madagáscar	31	31	85	85	70	70
Malawi	43	44	90	95	96	96
Mali	52	61	65	74	95	93
Mauritânia	40	40	34	34	44	44
Maurício	100	100	100	100	100	100
Moçambique	–	41	–	81	–	68
Namíbia	63	67	98	100	84	96
Níger	51	56	65	70	71	79
Nigéria	37	49	83	78	69	66
Ruanda	–	40	–	60	–	12
São Tomé e Príncipe	–	–	–	–	–	–
Senegal	60	65	90	92	86	94
Seychelles	–	–	–	–	–	–
Serra Leoa	–	46	–	75	–	88
África do Sul	73	73	99	99	93	93
Suazilândia	–	–	–	–	–	–
Tanzânia	28	57	76	90	84	99
Togo	38	38	82	85	71	69
Uganda	40	47	81	80	–	93
Zâmbia	28	48	88	88	86	99
Zimbabwe	69	73	99	100	70	71
Europa Central, de Leste e CEI						
Albânia	–	95	–	99	–	99
Arménia	–	–	–	–	–	–
Azerbaijão	–	58	–	93	–	90
Bielorrússia	–	100	–	100	–	–
Bósnia e Herzegovina	–	–	–	–	–	–

	Reduzir para metade, até 2015, a proporção das pessoas sem acesso sustentável a água potável				*Alcançar, até 2020, uma melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados* [a]	
	População sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada				**População urbana sem acesso a saneamento melhorado** (%)	
	Rural (%)		**Urbana** (%)			
	1990	2000	1990	2000	1990	2000
Bulgária	–	100	–	100	–	100
Croácia	–	–	–	–	–	–
República Checa	–	–	–	–	–	–
Estónia	–	–	–	–	–	93
Geórgia	–	61	–	90	–	100
Hungria	98	98	100	100	100	100
Cazaquistão	–	82	–	98	–	100
Quirguistão	–	66	–	98	–	100
Letónia	–	–	–	–	–	–
Lituânia	–	–	–	–	–	–
Macedónia	–	–	–	–	–	–
Moldávia	–	88	–	97	–	100
Polónia	–	–	–	–	–	–
Roménia	–	16	–	91	–	86
Federação Russa	–	96	–	100	–	–
Sérvia e Montenegro	–	97	–	99	–	100
Eslováquia	–	100	–	100	–	100
Eslovénia	100	100	100	100	100	–
Tajiquistão	–	47	–	93	–	97
Turquemenistão	–	–	–	–	–	–
Ucrânia	–	94	–	100	–	100
Usbequistão	–	79	–	94	–	97
OCDE de rendimento elevado [b]						
Austrália	100	100	100	100	100	100
Áustria	100	100	100	100	100	100
Bélgica	–	–	–	–	–	–
Canadá	99	99	100	100	100	100
Dinamarca	–	100	–	100	–	–
Finlândia	100	100	100	100	100	100
França	–	–	–	–	–	–
Alemanha	–	–	–	–	–	–
Grécia	–	–	–	–	–	–
Islândia	–	–	–	–	–	–
Irlanda	–	–	–	–	–	–
Itália	–	–	–	–	–	–
Japão	–	–	–	–	–	–
Luxemburgo	–	–	–	–	–	–
Holanda	100	100	100	100	100	100
Nova Zelândia	–	–	100	100	–	–
Noruega	100	100	100	100	100	–
Portugal	–	–	–	–	–	–
Espanha	–	–	–	–	–	–
Suécia	100	100	100	100	100	100
Suíça	100	100	100	100	100	100
Reino Unido	100	100	100	100	100	100
Estados Unidos	100	100	100	100	100	100

OBJECTIVO 7 **Assegurar a sustentabilidade ambiental: água e saneamento**

	Reduzir para metade, até 2015, a proporção das pessoas sem acesso sustentável a água potável				*Alcançar, até 2020, uma melhoria significativa na vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de bairros degradados* [a]	
	População sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada				**População urbana sem acesso a saneamento melhorado** (%)	
	Rural (%)		**Urbana** (%)			
	1990	2000	1990	2000	1990	2000
Outros membros da ONU						
Andorra	–	100	–	100	–	100
Israel	–	–	–	–	–	–
Liechtenstein	–	–	–	–	–	–
Malta	100	100	100	100	100	100
Mónaco	–	100	–	100	–	100
São Marino	–	–	–	–	–	–
Países em desenvolvimento	–	69	–	92	–	77
Países menos desenvolvidos	–	55	–	82	–	71
Países Árabes	–	76	–	94	–	96
Ásia Oriental e Pacífico	–	67	–	93	–	73
América Latina e Caraíbas	–	65	–	94	–	86
Ásia do Sul	66	81	90	95	52	68
África Subsariana	39	44	86	83	75	74
Europa Central, de Leste e CEI	–	82	–	99	–	–
OCDE	–	–	–	–	–	–
OCDE de rendimento elevado	–	–	–	–	–	–
Desenv. humano elevado	–	–	–	–	–	–
Desenv. humano médio	–	73	–	94	–	77
Desenv. humano baixo	47	53	86	83	72	77
Rendimento elevado	–	–	–	–	–	–
Rendimento médio	–	70	–	95	–	82
Rendimento baixo	–	69	–	90	58	72
Mundo	–	71 [c]	–	95 [c]	–	85 [c]

a. O Programa das Nações Unidas para os Povoamentos Humanos (HABITAT) preparou, para esta meta, estimativas por países de habitantes de bairros degradados, utilizando vários indicadores: a proporção da população urbana com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada, a proporção da população urbana com acesso a saneamento melhorado e um indicador de durabilidade da habitação. Muito em breve, estarão disponíveis estimativas de outro indicador para ser utilizado neste exercício, a proporção de famílias com acesso à ocupação segura. b. Exclui a Coreia do Sul; ver Ásia Oriental e Pacífico. c. Os dados referem-se ao agregado mundial, de acordo com UNICEF 2003b.

Source: Colunas 1-6: UN 2003a, baseado em dados de um trabalho conjunto do Fundo das Nações Unidas para as Crianças e da Organização Mundial da Saúde.

OBJECTIVO 8 **Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento: ajuda ao desenvolvimento e acesso aos mercados**

Continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório

	Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) líquida desembolsada				APD para os serviços sociais básicos (em % do total)[b]		APD bilateral não ligada (em % do total)	
	Em % do RNB		Para os países menos desenvolvidos (em % do RNB dos doadores)[a]					
	1990[c]	2001	1990	2001	1996/97	2000/01	1990	2001
Austrália	0,34	0,25	0,06	0,05	8	19	33	59
Áustria	0,25	0,29	0,07	0,05	5	21	32	–
Bélgica	0,46	0,37	0,19	0,12	11	15	–	90
Canadá	0,44	0,22	0,13	0,03	6	19	47	32
Dinamarca	0,94	1,03	0,37	0,33	10	9	0	93
Finlândia	0,65	0,32	0,24	0,09	6	12	31	87
França	0,60	0,32	0,19	0,08	–	–	64	67
Alemanha	0,42	0,27	0,12	0,06	10	10	62	85
Grécia	–	0,17	–	0,02	17	5	–	17
Irlanda	0,16	0,33	0,06	0,17	(,)	21	–	100
Itália	0,31	0,15	0,13	0,04	7	6	22	8
Japão	0,31	0,23	0,06	0,04	3	7	89	81
Luxemburgo	0,21	0,82	0,08	0,26	–	21	–	–
Holanda	0,92	0,82	0,30	0,25	12	22	56	91
Nova Zelândia	0,23	0,25	0,04	0,07	–	8	100	–
Noruega	1,17	0,83	0,52	0,28	13	9	61	99
Portugal	0,24	0,25	0,17	0,11	6	3	–	58
Espanha	0,20	0,30	0,04	0,03	14	12	–	69
Suécia	0,91	0,81	0,35	0,22	11	14	87	86
Suíça	0,32	0,34	0,14	0,10	9	11	78	96
Reino Unido	0,27	0,32	0,09	0,11	24	27	–	94
Estados Unidos	0,21	0,11	0,04	0,02	23	22	–	–
CAD	0,33	0,22	0,09	0,05	9	15	68	79

Nota: Este quadro apresenta dados dos membros da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE).
a. Inclui fluxos multilaterais imputados que tomam em consideração as contribuições através de organizações multilaterais. Estes são calculados utilizando a distribuição geográfica dos desembolsos para o ano indicado.
b. Os dados referem-se à média dos anos indicados. c. Os dados individualizados dos países (mas não a média da CAD) incluem o perdão das responsabilidades não APD.
Fonte: Colunas 1-8: UN 2003a, baseado em dados da OCDE; os agregados foram calculados pela OCDE.

	Apoio dos países da OCDE à agricultura doméstica (em % do PIB)	
	1990	2001
Austrália	0,8	0,3
Canadá	1,7	0,7
República Checa	–	1,2
União Europeia[a]	2,1	1,4
Hungria	–	1,4
Islândia	4,6	1,6
Japão	1,7	1,4
Coreia do Sul	9,4	4,7
México	2,9	1,3
Nova Zelândia	0,5	0,3
Noruega	3,2	1,4
Polónia	–	1,0
República Eslovaca	–	0,9
Suíça	3,1	1,9
Turquia	4,2	4,3
Estados Unidos	1,2	0,9
OCDE	1,9	1,3

a. Não existem dados disponíveis individualizáveis para os países membros da União Europeia. Os países membros são a Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Portugal e Reino Unido. A Áustria, Finlândia e Suécia aderiram em 1995 e, por isso, não estão incluídos nos dados de 1990.
Fonte: UN 2003a, baseado em dados da OCDE; os agregados foram calculados pela OCDE.

	Importações pelos países desenvolvidos que entraram sem tarifas (%)[a]		Tarifas médias impostas pelos países desenvolvidos sobre importações com origem nos países em desenvolvimento (%)		APD fornecido para ajudar a construir a capacidade de comércio (%)	
	1996	2000	1996	2000	1990	2001
Dos países em desenvolvimento	49	65	–	–	–	–
Dos países menos desenvolvidos	77	66	–	–	–	–
Sobre têxteis	–	–	7	6	–	–
Sobre vestuário	–	–	11	10	–	–
Por todos os doadores	–	–	–	–	–	2

a. As importações são medidas em valor e excluem armamento.
Fonte: Colunas 1-4: UN 2003a, baseado em dados da Organização Mundial do Comércio (OMC); *colunas 5 e 6:* UN 2003a, baseado em dados de um trabalho conjunto da OCDE e da OMC.

OBJECTIVO 8 **Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento: países interiores e pequenos estados insulares em desenvolvimento**

Enfrentar as necessidades especiais dos países interiores e dos pequenos estados insulares em desenvolvimento

	Ajuda pública ao desenvolvimento recebida pelos países interiores (em % do RNB)	
	1990	2001
Arménia	–	9,7
Azerbaijão	–	4,3
Butão	16,5	10,8
Bolívia	11,8	9,4
Botswana	4,0	0,6
Burkina Faso	12,0	15,7
Burundi	23,6	19,3
República Centro-Africana	17,1	7,9
Chade	18,2	11,2
Etiópia	15,0	17,5
Cazaquistão	–	0,7
Quirguistão	–	12,9
Laos	17,3	14,5
Lesoto	13,8	5,5
Macedónia	–	7,3
Malawi	27,4	23,4
Mali	20,0	13,9
Mongólia	–	20,6
Nepal	11,5	6,7
Níger	16,4	12,8
Paraguai	1,1	0,9
Ruanda	11,3	17,3
Suazilândia	5,7	2,3
Tajiquistão	–	15,5
Turquemenistão	–	1,2
Uganda	15,8	14,1
Usbequistão	–	1,4
Zâmbia	16,0	10,7
Zimbabwe	4,0	1,8
Todos os países interiores	6,0	6,4

Fonte: Colunas 1 e 2: UN 2003a, baseado em dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE); os agregados foram calculados pela OCDE.

	Ajuda pública ao desenvolvimento ou ajuda pública recebida pelos estados insulares em desenvolvimento (as % of GNI)	
	1990	2001
Antígua e Barbuda	1,3	1,3
Aruba	3,5	–
Baamas	0,1	–
Barém	3,9	0,2
Barbados	0,2	0,0
Belize	7,7	2,9
Cabo Verde	31,7	13,1
Comoros	17,3	12,4
Ilhas Cook	–	–
Cuba	–	–
Chipre	0,7	0,5
Dominica	12,2	8,5
República Dominicana	1,5	0,5
Fidji	3,7	1,5
Granada	6,6	3,1
Guiné-Bissau	55,1	32,0
Guiana	61,4	16,0
Haiti	5,9	4,4
Jamaica	6,5	0,7
Kiribati	36,0	17,6
Maldivas	10,9	4,5
Malta	0,1	0,0
Ilhas Marshall	–	63,7
Maurício	3,8	0,5
Micronésia	–	51,6
Nauru	–	–
Antilhas Holandesas	–	–
Niue	–	–
Palau	–	25,0
Papua-Nova Guiné	13,3	7,2
São Cristóvão e Nevis	5,3	3,4
Santa Lúcia	3,4	2,6
São Vicente e Granadinas	8,2	2,6
Samoa Ocidental	29,0	17,0
São Tomé e Príncipe	104,2	90,5
Seychelles	10,1	2,4
Singapura	0,0	0,0
Ilhas Salomão	22,1	22,2
Suriname	19,9	3,4
Tokelau	–	–
Tonga	25,4	14,4
Trindade e Tobago	0,4	0,0
Tuvalu	–	–
Vanuatu	30,6	15,2
Todos os pequenos estados insulares em desenvolvimento	2,6	0,9
Menos desenvolvidos	15,3	8,8
Rendimento elevado	0,1	0,1
Rendimento médio	4,8	1,5

Source: Colunas 1 e 2: UN 2003a, baseado em dados da OCDE; os agregados foram calculados pela OCDE.

OBJECTIVO 8 **Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento: sustentabilidade da dívida**

Tratar os problemas da dívida dos países em desenvolvimento de forma compreensiva, através de medidas nacionais e internacionais

	Serviço da dívida total (em % das exportações de bens e serviços)		Alívio da dívida comprometido na iniciativa PPAE [a]
	1990	2001	
Países Árabes			
Argélia	63,7	19,5	–
Djibouti	4,4 [b]	5,4 [c]	–
Egipto	25,7	8,8	–
Iraque	–	–	–
Jordânia	22,1	14,7	–
Líbano	3,2	40,5	–
Líbia	–	–	–
Marrocos	27,9	21,9	–
Territórios da Palestina Ocupados	–	–	–
Oman	12,0	6,8	–
Arábia Saudita	–	–	–
Somália	14,6	–	– [d, e]
Sudão	4,8	3,2	– [d, e]
Síria	20,3	2,1	–
Tunísia	25,6	13,4	–
Iémen	7,1	6,3	– [d, e]
Ásia Oriental e Pacífico			
Cambodja	3,8 [b]	1,1	–
China	10,6	4,2	–
Fidji	9,0	1,5	–
Indonésia	25,6	13,8	–
Kiribati	–	–	–
Coreia do Norte	–	–	–
Laos	8,5	9,0	– [d, e]
Malásia	10,6	3,6	–
Ilhas Marshall	–	–	–
Micronésia	–	–	–
Mongólia	0,3	7,9	–
Myanmar	8,8	2,8	– [d, e]
Nauru	–	–	–
Palau	–	–	–
Papua-Nova Guiné	18,4	7,1	–
Filipinas	25,6	13,3	–
Samoa Ocidental	10,6	7,1 [c]	–
Ilhas Salomão	11,3	2,7 [c]	–
Tailândia	11,4	7,9	–
Timor-Leste	–	–	–
Tonga	3,5	7,9	–
Tuvalu	–	–	–
Vanuatu	1,6	1,1	–
Vietname	–	6,5	– [d, e]
América Latina e Caraíbas			
Antígua e Barbuda	–	–	–
Argentina	34,7	48,6	–
Barbados	14,6	4,3 [c]	–
Belize	7,0	24,5	–
Bolívia	33,5 [f]	16,1 [f]	2.060 [d, g]
Brasil	18,5	28,6	–
Chile	18,1	5,2	–
Colômbia	34,5	28,1	–
Costa Rica	22,0	8,2	–
Cuba	–	–	–
Dominica	6,0	11,9	–
República Dominicana	10,7	6,6	–
Equador	31,0	22,0	–
El Salvador	18,2	7,4	–
Granada	3,1	5,4 [c]	–
Guatemala	11,6	8,5	–
Guiana	20,6 [b]	8,0	1.030 [d, h]
Haiti	7,1 [i]	4,5	–
Honduras	33,0 [f]	5,7 [f]	900 [d, h]
Jamaica	27,0	16,8	–
México	18,3	14,1	–
Nicarágua	2,3 [f]	22,2 [f]	4.500 [d, h]
Panamá	4,1	11,2	–
Paraguai	11,5	8,3	–
Peru	7,3	20,8	–
São Cristóvão e Nevis	3,4	13,5	–
Santa Lúcia	2,1	6,9	–
São Vicente e Granadinas	3,1	6,9	–
Suriname	–	–	–
Trindade e Tobago	15,6	3,8	–
Uruguai	35,2	30,3	–
Venezuela	19,6	20,9	–
Ásia do Sul			
Afeganistão	–	–	–
Bangladesh	37,5	9,0	–
Butão	5,3	3,3	–
Índia	29,2	12,6	–
Irão	1,3	4,1	–
Maldivas	4,0	4,3	–
Nepal	14,7	6,2	–
Paquistão	25,1	21,3	–
Sri Lanka	14,8	9,2	–
Europa do Sul			
Turquia	29,9	24,6	–
África Subsariana			
Angola	7,1	26,0	– [d, e]
Benim	9,2 [f]	10,0 [f]	460 [d, g]
Botswana	4,4	1,7	–
Burkina Faso	7,8 [f, j]	11,0 [f, j]	930 [d, g]
Burundi	41,7	36,3	– [d, e]
Camarões	14,7 [f]	9,9 [f]	2.000 [d, h]
Cabo Verde	8,9	7,0	–
República Centro-Africana	12,5	11,5	– [d, e]
Chade	3,8 [f]	10,0 [f]	260 [d, h]
Comoros	2,4	5,6	– [d, e]
Congo	32,2	3,3	– [d, e]
Congo, Rep. Dem.	12,7	(,)	– [d, e]
Costa do Marfim	19,1	8,1	800 [d, e]
Guiné Equatorial	11,5	0,1	–
Eritreia	0,0 [b]	4,5	–
Etiópia	33,7 [f]	20,6 [f]	1.930 [d, h]
Gabão	4,8	13,6	–
Gâmbia	21,8 [f]	13,8 [f]	90 [d, h]

OBJECTIVO 8 **Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento: sustentabilidade da dívida**

Tratar os problemas da dívida dos países em desenvolvimento de forma compreensiva, através de medidas nacionais e internacionais

	Serviço da dívida total (em % das exportações de bens e serviços)		Alívio da dívida comprometido na iniciativa PPAE [a]
	1990	2001	
Gana	34,9 [f]	8,9 [f]	3.700 [d, h]
Guiné	19,6 [f]	9,2 [f]	800 [d, h]
Guiné-Bissau	22,1 [f]	0,7 [f]	790 [d, h]
Quénia	28,6	11,4	– [d, e]
Lesoto	4,2	12,4	–
Libéria	–	0,6	– [d, e]
Madagáscar	44,4 [f]	3,4 [f]	1.500 [d, h]
Malawi	28,0 [f]	15,5 [f]	1.000 [d, h]
Mali	14,7 [f]	4,5 [f]	895 [d, g]
Mauritânia	28,8 [f, j]	16,5 [f, j]	1.100 [d, g]
Maurício	7,3	4,7	–
Moçambique	17,3 [f]	2,7 [f]	4.300 [d, g]
Namíbia	–	–	–
Níger	6,6 [f]	6,6 [f]	900 [d, h]
Nigéria	22,3	11,5	–
Ruanda	10,6 [f]	7,6 [f]	800 [d, h]
São Tomé e Príncipe	28,7	21,3	200 [d, h]
Senegal	18,3 [f]	9,3 [f]	850 [d, h]
Seychelles	7,8	2,1	–
Serra Leoa	10,1 [f]	74,3 [f]	950 [d, h]
África do Sul	0,0	6,8	–
Suazilândia	5,6	2,5	–
Tanzânia	31,3 [f, k]	7,3 [f, k]	3.000 [d, g]
Togo	11,5	5,9	– [d, e]
Uganda	56,9 [f]	9,7 [f]	1.950 [d, g]
Zâmbia	14,6 [f]	13,4 [f]	3.850 [d, h]
Zimbabwe	19,4	3,4	–
Europa Central, de Leste e CEI			
Albânia	0,9	3,1	–
Arménia	–	8,1	–
Azerbaijão	–	4,7	–
Bielorrússia	–	2,7	–
Bósnia e Herzegovina	–	18,3	–
Bulgária	18,6	15,5	–
Croácia	–	13,7	–
República Checa	–	4,4	–
Estónia	(.) [b]	0,9	–
Geórgia	–	8,1	–
Hungria	33,4	8,5	–
Cazaquistão	–	4,7	–
Quirguistão	–	12,0	–
Letónia	(.) [b]	2,9	–
Lituânia	–	5,9	–
Macedónia	–	10,3	–
Moldávia	–	15,3	–
Polónia	4,4	11,5	–
Roménia	0,0	13,7	–
Federação Russa	–	12,0	–
Sérvia e Montenegro	–	2,0	–
Eslováquia	–	6,2	–
Tajiquistão	0,0 [b]	6,3	–
Turquemenistão	0,0 [i]	–	–
Ucrânia	–	6,5	–
Usbequistão	–	20,6	–
Outros membros da ONU			
Malta	0,4	2,6	–
Países em desenvolvimento	15,3	11,0	–
Países menos desenvolvidos	16,1	9,5	–
Países Árabes	13,8	8,6	–
Ásia Oriental e Pacífico	12,0	6,4	–
América Latina e Caraíbas	20,4	19,7	–
Ásia do Sul	17,9	11,0	–
África Subsariana	11,3	9,0	–
Europa Central, de Leste e CEI	13,7	9,5	–
OCDE	–	–	–
OCDE de rendimento elevado	–	–	–
Desen. humano elevado	–	–	–
Desenv. humano médio	15,3	10,2	–
Desenv. humano baixo	19,7	12,9	–
Rendimento elevado	–	–	–
Rendimento médio	15,0	11,1	–
Rendimento baixo	23,4	11,4	–
Mundo	–	–	–

Nota: O quadro exclui os países de rendimento elevado (tal como definido pelo Banco Mundial; ver classificação de países) porque os indicadores de dívida que apresenta não são produzidos para esses países. a. Os dados são de Março de 2003. A Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE) é um mecanismo para o alívio da dívida supervisionado conjuntamente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial. Através deste quadro, os credores bilaterais e multilaterais concederam alívio da dívida aos países pobres altamente endividados desde 1996. Em Março de 2003, 26 países atingiram os seus pontos de decisão e, destes, 8 também atingiram os seus pontos de conclusão (ver as definições de termos estatísticos). b. Os dados referem-se a 1992. c. Os dados referem-se ao ano 2000. d. País incluído na iniciativa PPAE. e. Os pontos de decisão e de conclusão ainda não foram atingidos sob a iniciativa PPAE. f. Os dados são das análises de sustentabilidade da dívida realizadas como parte da iniciativa PPAE. Os valores actuais estimados para estes países são apenas da dívida pública e pública garantida, e os valores das exportações excluem as remessas de emigrantes. g. Ponto de conclusão atingido sob a iniciativa PPAE. h. Ponto de decisão atingido sob a iniciativa PPAE. i. Os dados referem-se a 1991. j. As estimativas que reflectem a ajuda sob a iniciativa PPAE aumentada serão apresentadas em World Bank (a publicar). k. Os dados referem-se apenas à Tanzânia continental.

Fonte: Colunas 1 e 2: World Bank 2003c, baseado em dados de um trabalho conjunto do FMI e do Banco Mundial; os agregados foram calculados para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano pelo Banco Mundial; coluna 3: World Bank 2003b.

OBJECTIVO 8 **Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento: oportunidades de trabalho, acesso aos medicamentos e às novas tecnologias**

	Desenvolver e executar estratégias para um trabalho digno e produtivo para os jovens						*Prover acesso a medicamentos essenciais e a preços comportáveis nos países em desenvolvimento*	*Tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em particular os da informação e comunicação*					
	Desemprego de jovens (em % da população activa com 15-24 anos) [a]						**População com acesso sustentável a medicamentos essenciais a preços comportáveis** (%) [b]	**Assinantes de telefones por cabo e telemóveis** (por 100 pessoas)		**Utentes de Internet** (por 100 pessoas)		**Computadores pessoais em uso** (por 100 pessoas)	
	Total		**Feminino**		**Masculino**								
	1990	2001	1990	2001	1990	2001	1999	1990	2001	1990	2001	1990	2001
Países Árabes													
Argélia	39	–	14	–	46	–	95-100	3,2	6,4	–	0,6	0,1	0,7
Barém	–	–	–	–	–	–	95-100	20,2	72,8	–	20,3	–	15,4
Djibouti	–	–	–	–	–	–	80-94	1,1	2,0	–	0,5	0,2	1,1
Egipto	–	20 [c]	–	37 [c]	–	14 [c]	80-94	3,0	14,7	–	0,9	–	1,5
Iraque	–	–	–	–	–	–	80-94	3,9	2,9	–	–	–	–
Jordânia	–	–	–	–	–	–	95-100	7,2	29,6	–	4,5	–	3,3
Kuwait	–	–	–	–	–	–	95-100	20,0	59,4	–	8,8	0,5	12,0
Líbano	–	–	–	–	–	–	80-94	15,5	41,6	–	7,8	–	7,5
Líbia	–	–	–	–	–	–	95-100	4,8	11,8	–	0,4	–	–
Marrocos	31	15 [c]	32	15 [c]	31	16 [c]	50-79	1,6	20,4	–	1,4	–	1,4
Territórios da Palestina Ocupados	–	–	–	–	–	–	–	4,1 [d]	17,9	–	1,8	–	–
Oman	–	–	–	–	–	–	80-94	6,1	21,3	–	4,6	0,2	3,2
Catar	–	–	–	–	–	–	95-100	19,8	56,8	–	6,6	–	16,4
Arábia Saudita	–	–	–	–	–	–	95-100	7,8	25,8	–	1,3	2,4	6,3
Somália	–	–	–	–	–	–	0-49	0,2	0,4 [c]	–	(,)	–	–
Sudão	–	–	–	–	–	–	0-49	0,3	1,8	–	0,2	–	0,4
Síria	–	–	–	–	–	–	80-94	4,1	11,5	0,0	0,4	–	1,6
Tunísia	–	–	–	–	–	–	50-79	3,8	14,9	–	4,1	0,3	2,6
Emirados Árabes Unidos	–	–	–	–	–	–	95-100	22,4	95,6	–	31,5	2,9 [d]	13,5
Iémen	–	–	–	–	–	–	50-79	1,1	3,0	–	0,1	–	0,2
Ásia Oriental e Pacífico													
Brunei	–	–	–	–	–	–	95-100	14,3	65,9	–	10,2	1,1 [d]	7,3
Cambodja	–	–	–	–	–	–	0-49	(,)	1,9	–	0,1	–	0,1
China	3	3 [e]	1	–	1	–	80-94	0,6	24,8	–	2,6	(,)	1,9
Hong Kong, China (RAE)	3	11	3	9	4	14	–	47,5	143,9	0,1 [f]	38,7	4,7	38,7
Fidji	–	–	–	–	–	–	95-100	5,8	21,1	–	1,8	–	4,6
Indonésia	9 [g]	–	9 [g]	–	9 [g]	–	80-94	0,6	6,6	–	1,9	0,1	1,1
Kiribati	–	–	–	–	–	–	50-79	1,7	4,8	–	2,3	–	1,0
Coreia do Norte	–	–	–	–	–	–	–	2,5	2,1	–	0,0	–	–
Coreia do Sul	7	10	6	8	10	12	95-100	30,8	110,6	(,)	52,1	3,7	48,1
Laos	–	–	–	–	–	–	50-79	0,2	1,5	–	0,2	–	0,3
Malásia	–	–	–	–	–	–	50-79	9,4	51,2	(,) [d]	27,3	0,8	12,6
Ilhas Marshall	–	–	–	–	–	–	80-94	1,1	8,6	0,0	1,6	(,)	4,6
Micronésia	–	–	–	–	–	–	95-100	2,5	8,7	–	4,3	–	–
Mongólia	–	–	–	–	–	–	50-79	3,2	13,3	–	1,7	–	1,5
Myanmar	–	–	–	–	–	–	50-79	0,2	0,6	–	(,)	–	0,1
Nauru	–	–	–	–	–	–	95-100	13,3 [f]	29,0	–	–	–	–
Palau	–	–	–	–	–	–	95-100	–	–	–	–	–	–
Papua-Nova Guiné	–	–	–	–	–	–	80-94	0,8	1,4	–	0,9	–	5,7
Filipinas	15	19	19	23	13	17	50-79	1,0	19,2	–	2,6	0,3	2,2
Samoa Ocidental	–	–	–	–	–	–	95-100	2,6	7,2	–	1,7	–	0,6
Singapura	4 [g]	5 [e]	4 [g]	6 [e]	4 [g]	4 [e]	95-100	36,3	119,6	0,2 [f]	41,2	6,6	50,8
Ilhas Salomão	–	–	–	–	–	–	80-94	1,5	1,9	–	0,5	–	3,9
Tailândia	4	7 [e]	4	6 [e]	4	7 [e]	95-100	2,5	22,2	0,0	5,8	0,4	2,8
Timor-Leste	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Tonga	–	–	–	–	–	–	95-100	4,6	11,2	–	2,8	–	1,4
Tuvalu	–	–	–	–	–	–	80-94	1,3	6,5	–	10,0	–	–
Vanuatu	–	–	–	–	–	–	–	1,8	3,5	–	2,7	–	0,1
Vietname	–	–	–	–	–	–	80-94	0,1	5,3	–	1,2	(,) [d]	0,9

OBJECTIVO 8 **Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento: oportunidades de trabalho, acesso aos medicamentos e às novas tecnologias**

	Desenvolver e executar estratégias para um trabalho digno e produtivo para os jovens						*Prover acesso a medicamentos essenciais e a preços comportáveis nos países em desenvolvimento*	*Tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em particular os da informação e comunicação*					
	Desemprego de jovens (em % da população activa com 15-24 anos)[a]						**População com acesso sustentável a medicamentos essenciais a preços comportáveis** (%)[b]	**Assinantes de telefones por cabo e telemóveis** (por 100 pessoas)		**Utentes de Internet** (por 100 pessoas)		**Computadores pessoais em uso** (por 100 pessoas)	
	Total		**Feminino**		**Masculino**								
	1990	2001	1990	2001	1990	2001	1999	1990	2001	1990	2001	1990	2001
América Latina e Caraíbas													
Antígua e Barbuda	–	–	–	–	–	–	50-79	17,4 [h]	80,4	–	9,0	–	–
Argentina	13	32	16	33	12	31	50-79	9,3	41,6	(,) [d]	10,1	0,7	8,0
Baamas	–	16 [c]	–	22 [c]	–	11 [c]	80-94	28,1	59,7	–	5,5	–	–
Barbados	31	22 [c]	41	27 [c]	22	18 [c]	95-100	28,1	67,9	–	5,6	–	9,3
Belize	–	23 [c]	–	35 [c]	–	15 [c]	80-94	9,2	30,2	–	7,3	–	13,4
Bolívia	5	9 [e]	9	10 [e]	3	7 [e]	50-79	2,8	15,8	–	2,2	0,2 [f]	2,1
Brasil	7	18	7	22	7	15	0-49	6,5	38,5	(,) [f]	4,7	0,3	6,3
Chile	13	19	12	22	13	17	80-94	6,7	57,5	(,) [d]	20,1	0,9	10,6
Colômbia	27	36 [e]	31	41 [e]	23	32 [e]	80-94	6,9	24,9	–	2,7	0,9 [d]	4,2
Costa Rica	8	13	10	16	8	12	95-100	10,1	30,5	(,) [d]	9,3	–	17,0
Cuba	–	–	–	–	–	–	95-100	3,1	5,2	–	1,1	–	2,0
Dominica	–	–	–	–	–	–	80-94	16,4	39,8	–	11,6	–	7,7
República Dominicana	–	23 [e]	–	34 [e]	–	16 [e]	50-79	4,8	25,7	–	2,1	–	–
Equador	8	20	12	27	6	15	0-49	4,8	17,0	(,) [d]	2,6	0,2 [f]	2,3
El Salvador	15 [f]	13 [c]	14 [f]	10 [c]	15 [f]	14 [c]	80-94	2,4	23,6	–	2,3	–	2,2
Granada	27 [f]	–	27 [f]	–	28 [f]	–	95-100	17,8	39,2	0,0	5,2	–	13,0
Guatemala	4 [g]	3 [i]	6 [g]	4 [i]	3 [g]	3 [i]	50-79	2,1	16,2	–	1,7	–	1,3
Guiana	27 [d]	–	38 [d]	–	21 [d]	–	0-49	2,0	17,8	–	10,9	–	2,6
Haiti	–	–	–	–	–	–	0-49	0,7	2,1	–	0,4	–	–
Honduras	11 [f]	7	15 [f]	8 [c]	9 [f]	7 [c]	0-49	1,7	8,4	–	1,4	–	1,2
Jamaica	30 [f]	34 [c]	43 [f]	46 [c]	20 [f]	24 [c]	95-100	4,5	44,9	–	3,8	–	5,0
México	5 [f]	4	6 [f]	5	5 [f]	4	80-94	6,6	35,4	(,) [f]	3,6	0,8	6,9
Nicarágua	11	20	17	20	9	20	0-49	1,3	5,9	–	1,4	–	2,5
Panamá	31 [f]	29 [e]	41 [f]	37 [e]	26 [f]	25 [e]	80-94	9,3	29,4	–	4,1	–	3,8
Paraguai	16	14	17	17	15	12	0-49	2,7	25,5	–	1,1	–	1,4
Peru	16	15 [i]	20	14	13	13	50-79	2,6	13,7	–	7,7	–	4,8
São Cristóvão e Nevis	–	–	–	–	–	–	50-79	19,7 [g]	53,7	–	7,9	–	17,5
Santa Lúcia	–	44 [j]	–	52 [j]	–	38 [j]	50-79	9,7 [g]	33,4	–	8,2	–	14,6
São Vicente e Granadinas	36 [f]	–	43 [f]	–	33 [f]	–	80-94	12,4	29,2	–	4,8	–	11,3
Suriname	37	84 [c]	46	58 [c]	29	94 [c]	95-100	9,2	37,4	–	3,3	–	4,5
Trindade e Tobago	36	25 [c]	43	31 [c]	33	22 [c]	50-79	14,1	43,7	–	9,2	0,4 [f]	6,9
Uruguai	25	34	28	42	23	29	50-79	13,4	43,8	–	11,9	–	11,0
Venezuela	19	23	18	28	20	20	80-94	7,7	37,3	(,) [d]	4,7	1,0	5,3
Ásia do Sul													
Afeganistão	–	–	–	–	–	–	50-79	0,2	0,1	–	–	–	–
Bangladesh	3 [g]	11 [e]	2 [g]	10 [e]	3 [g]	11 [e]	50-79	0,2	0,8	–	0,1	–	0,2
Butão	–	–	–	–	–	–	80-94	0,4	2,6	–	0,7	–	1,0
Índia	–	–	–	–	–	–	0-49	0,6	4,4	(,) [d]	0,7	(,)	0,6
Irão	–	–	–	–	–	–	80-94	4,0	20,1	–	1,6	–	7,0
Maldivas	–	–	–	–	–	–	50-79	2,9	16,8	0,0	3,6	–	2,2
Nepal	–	–	–	–	–	–	0-49	0,3	1,4	0,0	0,3	–	0,4
Paquistão	5	13 [e]	1	29 [e]	6	11 [e]	50-79	0,8	2,9	–	0,3	0,1	0,4
Sri Lanka	33	24 [e]	47	31 [e]	23	20 [e]	95-100	0,7	8,0	–	0,8	(,)	0,9
Europa do Sul													
Chipre	–	7	–	10	–	4	95-100	42,4	108,7	0,1 [d]	21,8	0,9	24,7
Turquia	16	20	15	18	17	21	95-100	12,2	58,1	–	6,0	0,5	4,1

OBJECTIVO 8 **Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento: oportunidades de trabalho, acesso aos medicamentos e às novas tecnologias**

	Desenvolver e executar estratégias para um trabalho digno e produtivo para os jovens						*Prover acesso a medicamentos essenciais e a preços comportáveis nos países em desenvolvimento*	*Tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em particular os da informação e comunicação*					
	Desemprego de jovens (em % da população activa com 15-24 anos) [a]						**População com acesso sustentável a medicamentos essenciais a preços comportáveis** (%) [b]	**Assinantes de telefones por cabo e telemóveis** (por 100 pessoas)		**Utentes de Internet** (por 100 pessoas)		**Computadores pessoais em uso** (por 100 pessoas)	
	Total		**Feminino**		**Masculino**								
	1990	2001	1990	2001	1990	2001	1999	1990	2001	1990	2001	1990	2001
África Subsariana													
Angola	–	–	–	–	–	–	0-49	0,8	1,2	–	0,1	–	0,1
Benim	–	–	–	–	–	–	50-79	0,3	2,9	–	0,4	–	0,2
Botswana	–	43 [j]	–	47 [j]	–	38 [j]	80-94	2,1	27,3	0,0	3,0	–	3,9
Burkina Faso	–	–	–	–	–	–	50-79	0,2	1,1	–	0,2	(,)	0,1
Burundi	–	–	–	–	–	–	0-49	0,1	0,7	0,0	0,1	–	–
Camarões	–	–	–	–	–	–	50-79	0,3	2,7	–	0,3	–	0,4
Cabo Verde	–	–	–	–	–	–	80-94	2,4	21,5	–	2,7	–	6,9
República Centro-Africana	–	–	–	–	–	–	50-79	0,2	0,5	–	0,1	–	0,2
Chade	–	–	–	–	–	–	0-49	0,1	0,4	–	0,1	–	0,2
Comoros	–	–	–	–	–	–	80-94	0,8	1,2	–	0,3	(,)	0,6
Congo	–	–	–	–	–	–	50-79	0,7	5,5	–	(,)	–	0,4
Congo, Rep. Dem.	–	–	–	–	–	–	–	0,1	0,3	–	(,)	–	–
Costa do Marfim	–	–	–	–	–	–	80-94	0,6	6,3	–	0,4	–	0,7
Guiné Equatorial	–	–	–	–	–	–	0-49	0,4	4,7	–	0,2	–	0,5
Eritreia	–	–	–	–	–	–	50-79	0,4 [d]	0,8	–	0,2	–	0,2
Etiópia	–	–	–	–	–	–	50-79	0,3	0,5	–	(,)	–	0,1
Gabão	–	–	–	–	–	–	0-49	2,2	23,4	–	1,3	–	1,2
Gâmbia	–	–	–	–	–	–	80-94	0,7	6,7	–	1,3	–	1,3
Gana	–	–	–	–	–	–	0-49	0,3	2,1	–	0,2	(,)	0,3
Guiné	–	–	–	–	–	–	80-94	0,2	1,1	–	0,2	–	0,4
Guiné-Bissau	–	–	–	–	–	–	0-49	0,6	1,0	–	0,3	–	–
Quénia	–	–	–	–	–	–	0-49	0,8	3,0	–	1,6	(,)	0,6
Lesoto	–	–	–	–	–	–	80-94	0,7	3,7	–	0,2	–	–
Libéria	–	–	–	–	–	–	0-49	0,4	0,3	–	(,)	–	–
Madagáscar	–	–	–	–	–	–	50-79	0,3	1,3	–	0,2	–	0,3
Malawi	–	–	–	–	–	–	0-49	0,3	1,1	–	0,2	–	0,1
Mali	–	–	–	–	–	–	50-79	0,1	0,9	–	0,3	–	0,1
Mauritânia	–	–	–	–	–	–	50-79	0,3	5,3	–	0,3	–	1,0
Maurício	–	–	–	–	–	–	95-100	5,5	48,3	–	13,2	0,4	10,8
Moçambique	–	–	–	–	–	–	50-79	0,3	1,4	–	0,2	–	0,4
Namíbia	–	–	–	–	–	–	80-94	3,9	11,9	–	2,5	–	5,5
Níger	1	–	(,)	–	1	–	50-79	0,1	0,2	–	0,1	–	0,1
Nigéria	–	–	–	–	–	–	0-49	0,3	0,8	–	0,1	–	0,7
Ruanda	–	–	–	–	–	–	0-49	0,2	1,1	–	0,3	–	–
São Tomé e Príncipe	–	–	–	–	–	–	0-49	1,9	3,6	–	6,0	–	–
Senegal	–	–	–	–	–	–	50-79	0,6	5,6	–	1,0	0,2	1,9
Seychelles	–	–	–	–	–	–	80-94	12,4	80,0	–	11,0	–	14,7
Serra Leoa	–	–	–	–	–	–	0-49	0,3	1,0	–	0,1	–	–
África do Sul	–	56 [e]	–	53 [e]	–	58 [e]	80-94	9,4	35,3	(,) [f]	6,5	0,7	7,0
Suazilândia	–	–	–	–	–	–	95-100	1,7	8,5	–	1,4	–	–
Tanzânia	–	–	–	–	–	–	50-79	0,3	1,7	–	0,3	–	0,4
Togo	–	–	–	–	–	–	50-79	0,3	3,6	0,0	3,2	–	2,6
Uganda	–	–	–	–	–	–	50-79	0,2	1,4	–	0,3	–	0,3
Zâmbia	–	–	–	–	–	–	50-79	0,8	2,0	–	0,2	–	0,7
Zimbabwe	–	–	–	–	–	–	50-79	1,3	5,1	–	0,9	(,)	1,7
Europa Central, de Leste e CEI													
Albânia	–	–	–	–	–	–	50-79	1,2	14,9	–	0,3	–	0,8
Arménia	–	–	–	–	–	–	0-49	15,7	14,6	–	1,8	–	0,9
Azerbaijão	–	–	–	–	–	–	50-79	8,6	21,4	–	0,3	–	–
Bielorrússia	–	–	–	–	–	–	50-79	15,4	30,2	–	4,2	–	–
Bósnia e Herzegovina	–	–	–	–	–	–	80-94	14,0 [d]	17,1	–	1,1	–	–

OBJECTIVO 8 **Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento: oportunidades de trabalho, acesso aos medicamentos e às novas tecnologias**

	Desenvolver e executar estratégias para um trabalho digno e produtivo para os jovens						*Prover acesso a medicamentos essenciais e a preços comportáveis nos países em desenvolvimento*	*Tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em particular os da informação e comunicação*					
	Desemprego de jovens (em % da população activa com 15-24 anos)[a]						**População com acesso sustentável a medicamentos essenciais a preços comportáveis** (%)[b]	**Assinantes de telefones por cabo e telemóveis** (por 100 pessoas)		**Utentes de Internet** (por 100 pessoas)		**Computadores pessoais em uso** (por 100 pessoas)	
	Total		**Feminino**		**Masculino**								
	1990	2001	1990	2001	1990	2001	1999	1990	2001	1990	2001	1990	2001
Bulgária	–	38	–	35	–	42	80-94	24,2	55,1	–	7,5	1,1 [d]	3,2
Croácia	–	37	–	39	–	36	95-100	17,2	76,0	–	11,1	1,5 [f]	13,3
República Checa	–	17	–	17	–	16	80-94	15,8	105,7	–	14,7	1,2	14,7
Estónia	2	22	2	26	2	19	95-100	20,4	80,9	0,1 [d]	30,0	–	17,5
Geórgia	–	20	–	20	–	20	0-49	9,9	23,5	–	0,9	–	2,9
Hungria	19 [d]	11	15 [d]	10	22 [d]	12	95-100	9,6	87,3	(,) [f]	14,8	1,0	9,5
Cazaquistão	–	–	–	–	–	–	50-79	8,0	15,7	–	0,9	–	–
Quirguistão	–	–	–	–	–	–	50-79	7,2	8,3	–	3,0	–	1,3
Letónia	–	21	–	21	–	20	80-94	23,4	58,6	–	7,2	–	15,3
Lituânia	–	29 [e]	–	26 [e]	–	31 [e]	80-94	21,2	58,9	–	6,8	–	7,1
Macedónia	–	–	–	–	–	–	50-79	14,8	37,3	–	3,4	–	–
Moldávia	–	–	–	–	–	–	50-79	10,6	19,7	–	1,4	–	1,6
Polónia	28 [d]	41	30 [d]	42	26 [d]	40	80-94	8,6	55,4	(,) [f]	9,8	0,8	8,5
Roménia	–	18	–	17	–	18	80-94	10,2	35,6	–	4,5	0,2	3,6
Federação Russa	16 [d]	25 [c]	16 [d]	26 [c]	17 [d]	24 [c]	50-79	14,0	29,6	(,) [d]	2,9	0,3	5,0
Sérvia e Montenegro	–	–	–	–	–	–	80-94	16,6	41,6	–	5,6	–	2,3
Eslováquia	–	39	–	36	–	42	95-100	13,5	68,9	–	12,5	–	14,9
Eslovénia	–	16	–	18	–	15	95-100	21,1	113,9	–	30,1	3,2 [f]	27,6
Tajiquistão	–	–	–	–	–	–	0-49	4,5	3,6	–	0,1	–	–
Turquemenistão	–	–	–	–	–	–	50-79	6,0	8,2	–	0,2	–	–
Ucrânia	–	24 [e]	–	25 [e]	–	23 [e]	50-79	13,6	25,6	–	1,2	0,2	1,8
Usbequistão	–	–	–	–	–	–	50-79	6,9	6,9	–	0,6	–	–
OCDE de rendimento elevado [k]													
Austrália	13	13	12	12	14	13	95-100	46,7	111,5	0,6	37,1	15,0	51,6
Áustria	4	6	4	6	4	5	95-100	42,7	128,5	0,1	38,7	6,5	33,5
Bélgica	15	15	19	17	10	14	95-100	39,7	124,4	(,)	31,0	8,8	23,3
Canadá	12	13	11	11	14	15	95-100	58,7	103,8	0,4	46,7	10,7	47,3
Dinamarca	12	8	12	9	11	7	95-100	59,6	146,1	0,1	42,9	11,5	54,2
Finlândia	9	20	8	20	10	20	95-100	58,6	135,1	0,4	43,0	10,0	42,3
França	19	19	24	22	15	16	95-100	50,0	117,9	0,1	26,4	7,1	32,9
Alemanha	5 [f]	8	6 [f]	8	5 [f]	9	95-100	44,5	131,7	0,1	37,4	9,0	38,2
Grécia	23	28	33	36	15	21	95-100	38,9	128,1	(,) [f]	13,2	1,7	8,1
Islândia	1	5	1	4	1	5	95-100	54,9	152,9	0,5 [f]	59,9	3,9	41,8
Irlanda	18	6	16	6	19	6	95-100	28,8	125,8	0,1 [f]	23,3	8,6	39,1
Itália	32	27	38	32	26	23	95-100	39,2	135,5	(,)	26,9	3,6	19,5
Japão	4	10	4	9	5	11	95-100	44,8	117,4	(,)	38,4	6,0	35,8
Luxemburgo	4	7	5	5	3	8	95-100	48,3	170,0	0,2 [d]	36,0	–	51,7
Holanda	11	6	12	6	10	6	95-100	46,9	138,8	0,3	49,1	9,4	42,8
Nova Zelândia	14	12	13	12	15	12	95-100	45,0	107,6	0,3 [d]	46,1	9,7 [f]	39,3
Noruega	12	11	11	10	12	11	95-100	54,8	154,7	0,7	46,4	14,5 [f]	50,8
Portugal	10	9	13	12	7	7	95-100	24,3	119,9	0,1 [f]	28,1	2,7	11,7
Espanha	30	21	40	27	23	16	95-100	31,7	116,7	(,)	18,3	2,8	16,8
Suécia	5	12	4	11	5	13	95-100	73,5	152,9	0,6	51,6	10,5	56,1
Suíça	3 [f]	6	3 [f]	6	3 [f]	6	95-100	59,2	146,0	0,6	30,7	8,7	53,8
Reino Unido	10	11	9	9	11	12	95-100	46,0	135,8	0,1	33,0	10,8	36,6
Estados Unidos	11	11	11	10	12	11	95-100	56,9	111,8	0,8	50,1	21,8	62,5

OBJECTIVO 8 **Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento: oportunidades de trabalho, acesso aos medicamentos e às novas tecnologias**

	Desenvolver e executar estratégias para um trabalho digno e produtivo para os jovens						*Prover acesso a medicamentos essenciais e a preços comportáveis nos países em desenvolvimento*	*Tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em particular os da informação e comunicação*					
	Desemprego de jovens (em % da população activa com 15-24 anos) [a]						**População com acesso sustentável a medicamentos essenciais a preços comportáveis** (%) [b]	**Assinantes de telefones por cabo e telemóveis** (por 100 pessoas)		**Utentes de Internet** (por 100 pessoas)		**Computadores pessoais em uso** (por 100 pessoas)	
	Total		**Feminino**		**Masculino**								
	1990	2001	1990	2001	1990	2001	1999	1990	2001	1990	2001	1990	2001
Outros membros da ONU													
Andorra	–	–	–	–	–	–	–	41,4	74,0 [e]	–	9,0 [e]	–	–
Israel	22	19	23	18	21	19	95-100	34,6	137,3	0,1	27,7	6,3	24,6
Liechtenstein	–	–	–	–	–	–	–	–	106,2	–	44,7	–	–
Malta	–	–	–	–	–	–	95-100	36,0	114,1	–	25,3	1,4	23,0
Mónaco	–	–	–	–	–	–	95-100	81,5	152,9	–	46,6	–	–
São Marino	10	10 [c]	16	16 [c]	5	6 [c]	–	60,6 [d]	134,6	–	51,3	–	75,9
Países em desenvolvimento	–	–	–	–	–	–	–	2,1	16,3	–	2,6	–	2,5
Países menos desenvolvidos	–	–	–	–	–	–	–	0,3	1,2	–	0,2	–	0,3
Países Árabes	–	–	–	–	–	–	–	3,5	13,4	–	1,6	–	2,1
Ásia Oriental e Pacífico	–	–	–	–	–	–	–	1,8	23,5	–	4,1	–	3,3
América Latina e Caraíbas	–	–	–	–	–	–	–	6,2	32,3	–	4,9	–	5,9
Ásia do Sul	–	–	–	–	–	–	–	0,7	4,5	–	0,6	–	0,8
África Subsariana	–	–	–	–	–	–	–	1,1	4,2	–	0,8	–	1,1
Europa Central, de Leste e CEI	–	–	–	–	–	–	–	12,6	34,5	–	4,3	–	5,5
OCDE	–	–	–	–	–	–	–	40,2	106,2	0,3	33,2	9,4	36,3
OCDE de rendimento elevado	–	–	–	–	–	–	–	47,8	120,2	0,3	40,0	11,5	43,7
Desenv. humano elevado	–	–	–	–	–	–	–	39,2	104,0	0,3	32,8	9,4	35,9
Desenv. humano médio	–	–	–	–	–	–	–	2,6	17,5	–	2,2	–	2,0
Desenv. humano baixo	–	–	–	–	–	–	–	0,4	1,8	–	0,3	–	0,4
Rendimento elevado	–	–	–	–	–	–	–	47,4	120,0	0,3	39,7	11,3	43,3
Rendimento médio	–	–	–	–	–	–	–	4,1	28,0	–	3,7	–	3,5
Rendimento baixo	–	–	–	–	–	–	–	1,0	4,0	–	0,6	–	0,6
Mundo	–	–	–	–	–	–	–	10,0	32,2	–	8,0	–	8,7

Nota: As metas cobertas neste quadro têm a seguinte formulação completa: Em cooperação com os países em desenvolvimento, desenvolver e executar estratégias para um trabalho digno e produtivo para os jovens. Em cooperação com as empresas farmacêuticas, prover acesso a medicamentos essenciais e a preços comportáveis nos países em desenvolvimento. Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em particular os da informação e comunicação.

a. Devido a limitações dos dados, as comparações nas estatísticas do trabalho, no tempo e entre países, devem ser feitas com precaução. Para notas pormenorizadas sobre os dados, ver ILO 2002a, 2002b e 2003b. b. Os dados sobre o acesso a medicamentos essenciais são baseados em estimativas estatísticas recebidas da Organização Mundial da Saúde (OMS), de gabinetes regionais e de países e de consultores regionais e através do Inquérito sobre a Situação Mundial dos Medicamentos realizado em 1998-99. Estas estimativas representam a melhor informação disponível, até esta data, no Departamento de Medicamentos Essenciais e Políticas Farmacêuticas da OMS e estão actualmente a ser validadas pelos estados membros da OMS. O departamento distribui as estimativas por quatro agrupamentos: acesso muito baixo (0-49%), acesso baixo (50-79%), acesso médio (80-94%) e acesso bom (95% ou mais). Estes agrupamentos, utilizados aqui na apresentação de dados, são frequentemente utilizados pela OMS para interpretar os dados, porque as estimativas percentuais podem sugerir um elevado nível de correcção, mais do que os dados oferecem. c. Os dados referem-se a 1999. d. Os dados referem-se a 1992. e. Os dados referem-se ao ano 2000. f. Os dados referem-se a 1991. g. Os dados referem-se a 1989. h. Os dados referem-se a 1988. i. Os dados referem-se a 2002. j. Os dados referem-se a 1998. k. Exclui a Coreia do Sul; ver Ásia Oriental e Pacífico.

Fonte: Colunas 1-6: UN 2003a, baseado em dados da Organização Internacional do Trabalho; *coluna 7:* UN 2003a, baseado em dados da OMS; *colunas 8-13:* UN 2003a, baseado em dados da União Internacional das Telecomunicações.

1 Índice de desenvolvimento humano

Ordem do IDH [a]		Esperança de vida à nascença (anos) 2001	Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais) 2001	Taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (%) 2000-01 [b]	PIB per capita (dól. PPC) 2001	Índice da esperança de vida	Índice da educação	Índice do PIB	Valor do índice do desenvolvimento humano (IDH) 2001	Ordem do PIB per capita (dól. PPC) menos ordem IDH [c]
Desenvolvimento humano elevado										
1	Noruega	78,7	– [d]	98 [e]	29.620	0,90	0,99	0,95	0,944	4
2	Islândia	79,6	– [d]	91 [e]	29.990	0,91	0,96	0,95	0,942	2
3	Suécia	79,9	– [d]	113 [e, f]	24.180	0,91	0,99	0,92	0,941	15
4	Austrália	79,0	– [d]	114 [e, f]	25.370	0,90	0,99	0,92	0,939	8
5	Holanda	78,2	– [d]	99 [e]	27.190	0,89	0,99	0,94	0,938	3
6	Bélgica	78,5	– [d]	107 [e, f, g]	25.520	0,89	0,99	0,92	0,937	5
7	Estados Unidos	76,9	– [d]	94 [e]	34.320	0,86	0,97	0,97	0,937	-5
8	Canadá	79,2	– [d]	94 [e, g]	27.130	0,90	0,97	0,94	0,937	1
9	Japão	81,3	– [d]	83 [e]	25.130	0,94	0,94	0,92	0,932	5
10	Suíça	79,0	– [d]	88 [e]	28.100	0,90	0,95	0,94	0,932	-3
11	Dinamarca	76,4	– [d]	98 [e]	29.000	0,86	0,99	0,95	0,930	-5
12	Irlanda	76,7	– [d]	91 [e, h]	32.410	0,86	0,96	0,96	0,930	-9
13	Reino Unido	77,9	– [d]	112 [e, f]	24.160	0,88	0,99	0,92	0,930	6
14	Finlândia	77,8	– [d]	103 [e, f, h]	24.430	0,88	0,99	0,92	0,930	3
15	Luxemburgo	78,1	– [d]	73 [e, i]	53.780 [j]	0,88	0,90	1,00	0,930	-14
16	Áustria	78,3	– [d]	92 [e]	26.730	0,89	0,97	0,93	0,929	-6
17	França	78,7	– [d]	91 [e]	23.990	0,90	0,96	0,91	0,925	3
18	Alemanha	78,0	– [d]	89 [e, g]	25.350	0,88	0,96	0,92	0,921	-5
19	Espanha	79,1	97,7 [d]	92 [e]	20.150	0,90	0,97	0,89	0,918	5
20	Nova Zelândia	78,1	– [d]	99 [e]	19.160	0,88	0,99	0,88	0,917	8
21	Itália	78,6	98,5 [d]	82 [e]	24.670	0,89	0,93	0,92	0,916	-5
22	Israel	78,9	95,1	90	19.790	0,90	0,93	0,88	0,905	4
23	Portugal	75,9	92,5 [d]	93 [e]	18.150	0,85	0,97	0,87	0,896	7
24	Grécia	78,1	97,3 [d]	81 [e, h]	17.440	0,89	0,93	0,86	0,892	7
25	Chipre	78,1	97,2	74 [g, k]	21.190 [l]	0,88	0,90	0,89	0,891	-3
26	Hong Kong, China (RAE)	79,7	93,5	63 [h]	24.850	0,91	0,83	0,92	0,889	-11
27	Barbados	76,9	99,7 [d]	89	15.560	0,87	0,96	0,84	0,888	9
28	Singapura	77,8	92,5	75 [h]	22.680	0,88	0,87	0,91	0,884	-7
29	Eslovénia	75,9	99,6 [d]	83 [h]	17.130	0,85	0,94	0,86	0,881	3
30	Coreia do Sul	75,2	97,9 [d]	91 [e]	15.090	0,84	0,96	0,84	0,879	7
31	Brunei	76,1	91,6	83	19.210 [g]	0,85	0,89	0,88	0,872	-4
32	República Checa	75,1	– [d]	76 [e]	14.720	0,83	0,91	0,83	0,861	7
33	Malta	78,1	92,3	76 [g]	13.160 [l]	0,88	0,87	0,81	0,856	8
34	Argentina	73,9	96,9	89 [e, g]	11.320	0,81	0,94	0,79	0,849	11
35	Polónia	73,6	99,7 [d]	88 [e]	9.450	0,81	0,95	0,76	0,841	17
36	Seychelles	72,7 [m]	91,0 [m]	– [n]	17.030 [o]	0,80	0,87	0,86	0,840	-3
37	Barém	73,7	87,9	81 [g]	16.060	0,81	0,86	0,85	0,839	-2
38	Hungria	71,5	99,3 [d]	82 [e, g]	12.340	0,77	0,93	0,80	0,837	4
39	Eslováquia	73,3	100,0 [d, p, q]	73 [e]	11.960	0,80	0,90	0,80	0,836	5
40	Uruguai	75,0	97,6	84 [e]	8.400	0,83	0,93	0,74	0,834	19
41	Estónia	71,2	99,8 [d]	89	10.170	0,77	0,96	0,77	0,833	7
42	Costa Rica	77,9	95,7	66	9.460	0,88	0,86	0,76	0,832	9
43	Chile	75,8	95,9	76 [e]	9.190	0,85	0,89	0,75	0,831	10
44	Catar	71,8	81,7	81	19.844 [g, r]	0,78	0,82	0,88	0,826	-19
45	Lituânia	72,3	99,6 [d]	85	8,470	0,79	0,94	0,74	0,824	12
46	Kuwait	76,3	82,4	54 [g]	18.700 [l]	0,86	0,73	0,87	0,820	-17
47	Croácia	74,0	98,4	68 [h]	9.170	0,82	0,88	0,75	0,818	7
48	Emiratos Árabes Unidos	74,4	76,7	67 [g]	20.530 [g, l]	0,82	0,73	0,89	0,816	-25
49	Baamas	67,2	95,5	74 [h]	16.270 [g]	0,70	0,88	0,85	0,812	-15
50	Letónia	70,5	99,8 [d]	86	7.730	0,76	0,95	0,73	0,811	11

1 Índice de desenvolvimento humano

Ordem do IDH [a]	**Esperança de vida à nascença** (anos) 2001	**Taxa de alfabetização de adultos** (% 15 anos e mais) 2001	**Taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior** (%) 2000-01 [b]	**PIB per capita** (dól. PPC) 2001	**Índice da esperança de vida**	**Índice da educação**	**Índice do PIB**	**Valor do índice do desenvolvimento humano (IDH)** 2001	**Ordem do PIB per capita (dól. PPC) menos ordem IDH** [c]
51 São Cristóvão e Nevis	70,0 [s]	97,8 [s]	70 [s]	11,300	0,75	0,89	0,79	0,808	-5
52 Cuba	76,5	96,8	76	5.259 [g, r]	0,86	0,90	0,66	0,806	38
53 Bielorrúsia	69,6	99,7 [d]	86	7.620	0,74	0,95	0,72	0,804	9
54 Trindade e Tobago	71,5	98,4	67	9.100	0,78	0,88	0,75	0,802	1
55 México	73,1	91,4	74 [e]	8.430 [l]	0,80	0,86	0,74	0,800	3
Desenvolvimento humano médio									
56 Antígua e Barbuda	73,9 [s]	86,6 [s]	69 [s]	10.170	0,82	0,81	0,77	0,798	-8
57 Bulgária	70,9	98,5	77	6.890	0,76	0,91	0,71	0,795	12
58 Malásia	72,8	87,9	72 [e]	8.750 [l]	0,80	0,83	0,75	0,790	-2
59 Panamá	74,4	92,1	75 [g]	5.750	0,82	0,86	0,68	0,788	23
60 Macedónia	73,3	94,0 [q, t]	70	6.110	0,81	0,86	0,69	0,784	15
61 Líbia	72,4	80,8	89 [e]	7.570 [g, u]	0,79	0,84	0,72	0,783	2
62 Maurícias	71,6	84,8	69	9.860	0,78	0,80	0,77	0,779	-12
63 Federação Russa	66,6	99,6 [d]	82 [e]	7.100	0,69	0,93	0,71	0,779	3
64 Colômbia	71,8	91,9	71	7.040	0,78	0,85	0,71	0,779	3
65 Brasil	67,8	87,3	95 [e]	7.360	0,71	0,90	0,72	0,777	-1
66 Bósnia e Herzegovina	73,8	93,0 [p, q]	64 [v]	5.970	0,81	0,83	0,68	0,777	13
67 Belize	71,7	93,4	76 [e]	5.690	0,78	0,88	0,67	0,776	16
68 Dominica	72,9 [s]	96,4 [s]	65 [s]	5.520	0,80	0,86	0,67	0,776	18
69 Venezuela	73,5	92,8	68	5.670	0,81	0,84	0,67	0,775	15
70 Samoa Ocidental	69,5	98,7	71	6.180	0,74	0,89	0,69	0,775	4
71 Santa Lúcia	72,2	90,2 [s]	82 [g]	5.260	0,79	0,88	0,66	0,775	17
72 Roménia	70,5	98,2	68	5.830	0,76	0,88	0,68	0,773	9
73 Arábia Saudita	71,9	77,1	58 [g]	13.330	0,78	0,71	0,82	0,769	-33
74 Tailândia	68,9	95,7	72 [e]	6.400	0,73	0,88	0,69	0,768	-2
75 Ucrânia	69,2	99,6 [d]	81 [g]	4.350	0,74	0,93	0,63	0,766	23
76 Cazaquistão	65,8	99,4 [d]	78	6.500	0,68	0,92	0,70	0,765	-5
77 Suriname	70,8	94,0 [p, q]	77 [e]	4.599 [l, o]	0,76	0,88	0,64	0,762	18
78 Jamaica	75,5	87,3	74 [e]	3.720	0,84	0,83	0,60	0,757	27
79 Omã	72,2	73,0	58 [g]	12.040 [g]	0,79	0,68	0,80	0,755	-36
80 São Vicente e Grenadinas	73,8	88,9 [s]	58 [s]	5.330	0,81	0,79	0,66	0,755	7
81 Fidji	69,3	93,2	76 [e, g]	4.850	0,74	0,88	0,65	0,754	11
82 Peru	69,4	90,2	83 [e, g]	4.570	0,74	0,88	0,64	0,752	14
83 Líbano	73,3	86,5	76	4.170	0,80	0,83	0,62	0,752	18
84 Paraguai	70,5	93,5	64 [e, h]	5.210	0,76	0,84	0,66	0,751	7
85 Filipinas	69,5	95,1	80 [e]	3.840	0,74	0,90	0,61	0,751	19
86 Maldivas	66,8	97,0	79	4.798 [l, o]	0,70	0,91	0,65	0,751	7
87 Turquemenistão	66,6	98,0 [q, t]	81 [h]	4.320	0,69	0,92	0,63	0,748	13
88 Geórgia	73,4	100,0 [d, p, q]	69	2.560	0,81	0,89	0,54	0,746	33
89 Azerbaijão	71,8	97,0 [p, q]	69 [g]	3.090	0,78	0,88	0,57	0,744	24
90 Jordânia	70,6	90,3	77 [e, g]	3.870	0,76	0,86	0,61	0,743	13
91 Tunísia	72,5	72,1	76 [e]	6.390	0,79	0,73	0,69	0,740	-18
92 Guiana	63,3	98,6	84 [e, g]	4.690	0,64	0,94	0,64	0,740	2
93 Granada	65,3 [s]	94,4 [s]	63	6.740	0,67	0,84	0,70	0,738	-23
94 República Dominicana	66,7	84,0	74 [e]	7.020	0,70	0,81	0,71	0,737	-26
95 Albânia	73,4	85,3	69	3.680	0,81	0,80	0,60	0,735	11
96 Turquia	70,1	85,5	60 [e, g]	5.890	0,75	0,77	0,68	0,734	-16
97 Equador	70,5	91,8	72 [e]	3.280	0,76	0,85	0,58	0,731	12
98 Territórios Ocupados da Palestina	72,1	89,2 [w]	77 [g]	– [x]	0,79	0,85	0,56	0,731	19
99 Sri Lanka	72,3	91,9	63 [e, g]	3.180	0,79	0,82	0,58	0,730	13
100 Arménia	72,1	98,5	60	2.650	0,78	0,86	0,55	0,729	19

1 Índice de desenvolvimento humano

Ordem do IDH [a]		Esperança de vida à nascença (anos) 2001	Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais) 2001	Taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (%) 2000-01 [b]	PIB per capita (dól. PPC) 2001	Índice da esperança de vida	Índice da educação	Índice do PIB	Valor do índice do desenvolvimento humano (IDH) 2001	Ordem do PIB per capita (dól. PPC) menos ordem IDH [c]
101	Usbequistão	69,3	99,2 [d]	76 [h]	2.460	0,74	0,91	0,53	0,729	21
102	Quirguistão	68,1	97,0 [p, q]	79	2.750	0,72	0,91	0,55	0,727	16
103	Cabo Verde	69,7	74,9	80 [e]	5.570 [l]	0,75	0,77	0,67	0,727	-18
104	China	70,6	85,8	64 [e, g]	4.020	0,76	0,79	0,62	0,721	-2
105	El Salvador	70,4	79,2	64	5.260	0,76	0,74	0,66	0,719	-17
106	Irão	69,8	77,1	64	6.000	0,75	0,73	0,68	0,719	-29
107	Argélia	69,2	67,8	71 [e]	6.090 [l]	0,74	0,69	0,69	0,704	-31
108	Moldávia	68,5	99,0	61	2.150	0,72	0,86	0,51	0,700	21
109	Vietname	68,6	92,7	64	2.070	0,73	0,83	0,51	0,688	21
110	Síria	71,5	75,3	59 [g]	3.280	0,77	0,70	0,58	0,685	-1
111	África do Sul	50,9	85,6	78	11.290 [l]	0,43	0,83	0,79	0,684	-64
112	Indonésia	66,2	87,3	64 [e]	2.940	0,69	0,80	0,56	0,682	2
113	Tajiquistão	68,3	99,3 [d]	71	1.170	0,72	0,90	0,41	0,677	41
114	Bolívia	63,3	86,0	84 [e]	2.300	0,64	0,85	0,52	0,672	12
115	Honduras	68,8	75,6	62 [e]	2.830	0,73	0,71	0,56	0,667	1
116	Guiné Equatorial	49,0	84,2	58 [g]	15.073 [g, y]	0,40	0,76	0,84	0,664	-78
117	Mongólia	63,3	98,5	64	1.740	0,64	0,87	0,48	0,661	25
118	Gabão	56,6	71,0 [p, q]	83 [e]	5.990	0,53	0,75	0,68	0,653	-40
119	Guatemala	65,3	69,2	57 [e]	4.400	0,67	0,65	0,63	0,652	-22
120	Egipto	68,3	56,1	76 [e, h]	3.520	0,72	0,63	0,59	0,648	-12
121	Nicarágua	69,1	66,8	65 [e, g]	2.450 [g, l]	0,73	0,66	0,53	0,643	2
122	São Tomé e Príncipe	69,4	83,1 [m]	58 [m]	1.317 [g, r]	0,74	0,75	0,43	0,639	28
123	Ilhas Salomão	68,7	76,6 [m]	50 [m]	1.910 [l]	0,73	0,68	0,49	0,632	13
124	Namíbia	47,4	82,7	74 [g]	7.120 [l]	0,37	0,80	0,71	0,627	-59
125	Botswana	44,7	78,1	80	7.820	0,33	0,79	0,73	0,614	-65
126	Marrocos	68,1	49,8	51 [g]	3.600	0,72	0,50	0,60	0,606	-19
127	Índia	63,3	58,0	56 [e, g]	2.840	0,64	0,57	0,56	0,590	-12
128	Vanuatu	68,3	34,0 [m]	54 [g]	3.190 [l]	0,72	0,41	0,58	0,568	-17
129	Gana	57,7	72,7	46	2.250 [l]	0,54	0,64	0,52	0,567	-1
130	Cambodja	57,4	68,7	55	1.860	0,54	0,64	0,49	0,556	9
131	Myanmar	57,0	85,0	47	1.027 [g, u]	0,53	0,72	0,39	0,549	28
132	Papua-Nova Guiné	57,0	64,6	41 [g]	2.570 [l]	0,53	0,57	0,54	0,548	-12
133	Suazilândia	38,2	80,3	77 [g]	4.330	0,22	0,79	0,63	0,547	-34
134	Comoros	60,2	56,0	40 [g]	1.870 [l]	0,59	0,51	0,49	0,528	4
135	Laos	53,9	65,6	57	1.620 [l]	0,48	0,63	0,46	0,525	10
136	Butão	62,5	47,0 [p, q]	33 [h]	1.833 [o]	0,62	0,42	0,49	0,511	5
137	Lesoto	38,6	83,9	63	2.420 [l]	0,23	0,77	0,53	0,510	-13
138	Sudão	55,4	58,8	34 [g]	1.970	0,51	0,51	0,50	0,503	-4
139	Bangladeche	60,5	40,6	54	1.610	0,59	0,45	0,46	0,502	7
140	Congo	48,5	81,8	57 [e]	970	0,39	0,73	0,38	0,502	22
141	Togo	50,3	58,4	67 [g]	1.650	0,42	0,61	0,47	0,501	3
Desenvolvimento humano baixo										
142	Camarões	48,0	72,4	48 [e, g]	1.680	0,38	0,64	0,47	0,499	1
143	Nepal	59,1	42,9	64	1.310	0,57	0,50	0,43	0,499	8
144	Paquistão	60,4	44,0	36	1.890	0,59	0,41	0,49	0,499	-7
145	Zimbabué	35,4	89,3	59 [e]	2.280	0,17	0,79	0,52	0,496	-18
146	Quénia	46,4	83,3	52	980	0,36	0,73	0,38	0,489	14
147	Uganda	44,7	68,0	71	1.490 [l]	0,33	0,69	0,45	0,489	1
148	Iémen	59,4	47,7	52 [g]	790	0,57	0,49	0,34	0,470	21
149	Madagáscar	53,0	67,3	41 [g]	830	0,47	0,58	0,35	0,468	17
150	Haiti	49,1	50,8	52 [h]	1.860 [l]	0,40	0,51	0,49	0,467	-11
151	Gâmbia	53,7	37,8	47 [e]	2.050 [l]	0,48	0,41	0,50	0,463	-20

1 Índice de desenvolvimento humano

Ordem do IDH [a]		Esperança de vida à nascença (anos) 2001	Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais) 2001	Taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (%) 2000-01 [b]	PIB per capita (dól. PPC) 2001	Índice da esperança de vida	Índice da educação	Índice do PIB	Valor do índice do desen-volvimento humano (IDH) 2001	Ordem do PIB per capita (dól. PPC) menos ordem IDH [c]
152	Nigéria	51,8	65,4	45 [h]	850	0,45	0,59	0,36	0,463	13
153	Djibouti	46,1	65,5	21 [g]	2.370	0,35	0,51	0,53	0,462	-28
154	Mauritânia	51,9	40,7	43	1.990 [l]	0,45	0,41	0,50	0,454	-21
155	Eritreia	52,5	56,7	33	1.030	0,46	0,49	0,39	0,446	3
156	Senegal	52,3	38,3	38 [e]	1.500	0,46	0,38	0,45	0,430	-9
157	Guiné	48,5	41,0 [p, q]	34 [e]	1.960	0,39	0,39	0,50	0,425	-22
158	Ruanda	38,2	68,0	52 [g]	1.250	0,22	0,63	0,42	0,422	-5
159	Benim	50,9	38,6	49 [e]	980	0,43	0,42	0,38	0,411	1
160	Tanzânia	44,0	76,0	31	520	0,32	0,61	0,28	0,400	14
161	Costa do Marfim	41,7	49,7	39 [g]	1.490	0,28	0,46	0,45	0,396	-13
162	Malawi	38,5	61,0	72 [e]	570	0,22	0,65	0,29	0,387	11
163	Zâmbia	33,4	79,0	45	780	0,14	0,68	0,34	0,386	7
164	Angola	40,2	42,0 [q, t]	29 [g]	2.040 [l]	0,25	0,38	0,50	0,377	-32
165	Chadee	44,6	44,2	33 [g]	1.070 [l]	0,33	0,41	0,40	0,376	-8
166	Guiné-Bissau	45,0	39,6	43 [g]	970	0,33	0,41	0,38	0,373	-4
167	Congo, Rep. Dem.	40,6	62,7	27 [g]	680 [l]	0,26	0,51	0,32	0,363	5
168	República Centro-Africana	40,4	48,2	24 [h]	1.300 [l]	0,26	0,40	0,43	0,363	-16
169	Etiópia	45,7	40,3	34	810	0,34	0,38	0,35	0,359	-2
170	Moçambique	39,2	45,2	37	1.140 [l]	0,24	0,43	0,41	0,356	-15
171	Burundi	40,4	49,2	31	690 [l]	0,26	0,43	0,32	0,337	0
172	Mali	48,4	26,4	29 [g]	810	0,39	0,27	0,35	0,337	-5
173	Burkina Faso	45,8	24,8	22 [e]	1.120 [l]	0,35	0,24	0,40	0,330	-17
174	Níger	45,6	16,5	17	890 [l]	0,34	0,17	0,36	0,292	-10
175	Serra Leoa	34,5	36,0 [p, q]	51	470	0,16	0,41	0,26	0,275	0
	Países em desenvolvimento	64,4	74,5	60	3.850	0,66	0,70	0,61	0,655	–
	Países menos desenvolvidos	50,4	53,3	43	1.274	0,43	0,50	0,42	0,448	–
	Países Árabes	66,0	60,8	60	5.038	0,70	0,63	0,65	0,662	–
	Ásia Oriental e Pacífico	69,5	87,1	65	4.233	0,74	0,80	0,63	0,722	–
	América Latina e Caraíbas	70,3	89,2	81	7.050	0,75	0,86	0,71	0,777	–
	Ásia do Sul	62,8	56,3	54	2.730	0,64	0,56	0,55	0,582	–
	África Subsariana	46,5	62,4	44	1.831	0,36	0,56	0,49	0,468	–
	Europa Central, do Leste & CEI	69,3	99,3	79	6.598	0,74	0,92	0,70	0,787	–
	OCDE	77,0	–	87	23.363	0,87	0,94	0,91	0,905	–
	OCDE de rendimento elevado	78,1	–	93	27.169	0,89	0,97	0,94	0,929	–
	Desenvolvimento humano elevado	77,1	–	89	23.135	0,87	0,95	0,91	0,908	–
	Desenvolvimento humano médio	67,0	78,1	64	4.053	0,70	0,74	0,62	0,684	–
	Desenvolvimento humano baixo	49,4	55,0	41	1.186	0,41	0,50	0,41	0,440	–
	Rendimento elevado	78,1	–	92	26.989	0,89	0,96	0,93	0,927	–
	Rendimento médio	69,8	86,6	70	5.519	0,75	0,82	0,67	0,744	–
	Rendimento baixo	59,1	63,0	51	2.230	0,57	0,59	0,52	0,561	–
	Mundo	66,7	–	64	7.376	0,70	0,75	0,72	0,722	–

Nota: Como resultado de revisões dos dados e da metodologia e da variação na cobertura de países, os valores dos índices de desenvolvimento humano e a ordenação dos países não são exactamente comparáveis com os dos *Relatórios do Desenvolvimento Humano* anteriores. O índice foi calculado para os países membros da ONU com dados fidedignos para cada uma das suas componentes, bem como para Hong Kong, China (RAE) e os Territórios Ocupados da Palestina, Para os dados dos restantes 18 países membros da ONU ver quadro 30, Os agregados das colunas 5-8 são baseados em todos os dados do quadro.

a. A ordenação do IDH é determinada utilizando valores IDH até à sexta casa decimal. b. Os dados referem-se ao ano escolar de 2000-01, Os dados de alguns países podem corresponder a estimativas nacionais ou do Instituto de Estatística da UNESCO. Para pormenores, ver http://www.uis.unesco.org/. Porque os dados são de diferentes fontes, as comparações entre países devem ser feitas com cautela. c. Um valor positivo indica que a ordem do IDH é mais elevada que a do PIB per capita (dólares PPC), um valor negativo indica o inverso. d. Com o fim de calcular o IDH, foi utilizado um valor de 99,0%. e. Estimativas provisórias do Instituto de Estatística da UNESCO, sujeitas a revisão futura. f. Com o fim de calcular o IDH, foi utilizado um valor de 100,0%. g. Os dados referem-se a um ano diferente do indicado. h. Os dados referem-se ao ano escolar de 1999-2000, Foram fornecidos pelo Instituto de Estatística da UNESCO para o *Relatório do Desenvolvimento Humano 2001* (ver UNESCO Institute for Statistics 2001). i. O rácio é subestimado, porque muitos estudantes do secundário e do superior prosseguem os seus estudos em países vizinhos. j. Com o fim de calcular o IDH, foi utilizado um valor de 40,000 dólares (PPC), k, Exclui estudantes e população Turcas. l. Estimativa baseada numa regressão, m. Os dados são de fontes nacionais. n. Porque a taxa de escolarização bruta combinada não estava disponível, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano utilizou uma estimativa de 78%. o. Estimativas provisórias do Banco Mundial, sujeitas a revisão futura. p. UNICEF 2003b, q, Os dados referem-se a ano ou período diferente do indicado, diferem da definição padrão ou respeitam apenas a parte do país. r. Aten, Heston e Summers 2002. s. Os dados são do Secretariado da Organização dos Estados das Caraíbas Orientais, baseados em fontes nacionais. t. UNICEF 2000. u. Aten, Heston e Summers 2001. v. UNDP 2002. w. Birzeit University 2002. x. Na ausência de uma estimativa do PIB per capita (dólares PPC), o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano utilizou uma estimativa de 2,788 dólares, calculado usando o valor do PIB em dólares EUA e a média ponderada do rácio entre dólares PPC e dólares EUA nos países árabes. y. World Bank 2002.

Fonte: *Coluna 1:* Calculado com base em dados da esperança de vida à nascença, de UN 2003d, excepto quando indicado de outro modo; *coluna 2:* UNESCO Institute for Statistics 2003a, excepto quando indicado de outro modo; *coluna 3:* UNESCO Institute for Statistics 2003b, excepto quando indicado de outro modo; *coluna 4:* World Bank 2003c, excepto quando indicado de outro modo; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano; *coluna 5:* calculado com base nos dados da coluna 1; *coluna 6:* calculado com base nos dados das colunas 2 e 3; *coluna 7:* calculado com base nos dados da coluna 4; *coluna 8:* calculado com base nos dados das colunas 5-7; para pormenores, ver nota técnica 1; *coluna 9:* calculado com base nos dados das colunas 4 e 8.

2 Tendências do índice de desenvolvimento humano

Ordem IDH		1975	1980	1985	1990	1995	2001
Desenvolvimento humano elevado							
1	Noruega	0,858	0,876	0,887	0,900	0,924	0,944
2	Islândia	0,862	0,884	0,893	0,912	0,918	0,942
3	Suécia	0,862	0,871	0,882	0,893	0,924	0,941
4	Austrália	0,843	0,859	0,872	0,886	0,926	0,939
5	Holanda	0,863	0,876	0,890	0,904	0,925	0,938
6	Bélgica	0,840	0,857	0,871	0,892	0,923	0,937
7	Estados Unidos	0,864	0,883	0,896	0,911	0,923	0,937
8	Canadá	0,866	0,881	0,904	0,924	0,929	0,937
9	Japão	0,851	0,875	0,890	0,906	0,920	0,932
10	Suíça	0,872	0,884	0,891	0,904	0,912	0,932
11	Dinamarca	0,871	0,879	0,886	0,893	0,910	0,930
12	Irlanda	0,819	0,832	0,847	0,871	0,895	0,930
13	Reino Unido	0,840	0,847	0,857	0,877	0,916	0,930
14	Finlândia	0,835	0,854	0,872	0,894	0,907	0,930
15	Luxemburgo	0,835	0,849	0,864	0,886	0,913	0,930
16	Áustria	0,839	0,853	0,867	0,890	0,908	0,929
17	França	0,846	0,862	0,874	0,896	0,912	0,925
18	Alemanha	–	0,859	0,868	0,885	0,908	0,921
19	Espanha	0,834	0,851	0,865	0,883	0,901	0,918
20	Nova Zelândia	0,844	0,850	0,861	0,870	0,898	0,917
21	Itália	0,838	0,854	0,862	0,884	0,900	0,916
22	Israel	0,794	0,818	0,838	0,857	0,879	0,905
23	Portugal	0,785	0,799	0,821	0,847	0,876	0,896
24	Grécia	0,831	0,847	0,859	0,869	0,875	0,892
25	Chipre	–	0,800	0,820	0,844	0,864	0,891
26	Hong Kong, China (RAE)	0,755	0,794	0,821	0,857	0,875	0,889
27	Barbados	0,802	0,823	0,835	0,849	0,855	0,888
28	Singapura	0,722	0,755	0,782	0,819	0,858	0,884
29	Eslovénia	–	–	–	0,843	0,851	0,881
30	Coreia do Sul	0,701	0,736	0,774	0,814	0,848	0,879
31	Brunei	–	–	–	–	–	0,872
32	República Checa	–	–	–	0,835	0,843	0,861
33	Malta	0,716	0,751	0,778	0,812	0,835	0,856
34	Argentina	0,784	0,797	0,804	0,807	0,829	0,849
35	Polónia	–	–	–	0,794	0,810	0,841
36	Seychelles	–	–	–	–	–	0,840
37	Barém	–	0,742	0,773	0,796	0,823	0,839
38	Hungria	0,775	0,791	0,803	0,803	0,807	0,837
39	Eslováquia	–	–	–	–	–	0,836
40	Uruguai	0,756	0,775	0,779	0,799	0,814	0,834
41	Estónia	–	0,811	0,818	0,814	0,793	0,833
42	Costa Rica	0,749	0,774	0,776	0,794	0,815	0,832
43	Chile	0,700	0,735	0,752	0,780	0,811	0,831
44	Catar	–	–	–	–	–	0,826
45	Lituânia	–	–	–	0,819	0,785	0,824
46	Kuwait	0,760	0,780	0,784	–	0,822	0,820
47	Croácia	–	–	–	0,801	0,794	0,818
48	Emiratos Árabes Unidos	–	–	–	–	–	0,816
49	Baamas	–	–	–	–	–	0,812
50	Letónia	–	0,791	0,803	0,803	0,761	0,811

Ordem IDH		1975	1980	1985	1990	1995	2001
51	São Cristóvão e Nevis	–	–	–	–	–	0,808
52	Cuba	–	–	–	–	–	0,806
53	Bielorrúsia	–	–	–	0,806	0,774	0,804
54	Trindade e Tobago	0,733	0,765	0,784	0,787	0,788	0,802
55	México	0,684	0,729	0,748	0,757	0,771	0,800
Desenvolvimento humano médio							
56	Antígua e Barbuda	–	–	–	–	–	0,798
57	Bulgária	–	0,769	0,790	0,792	0,784	0,795
58	Malásia	0,615	0,658	0,692	0,721	0,759	0,790
59	Panamá	0,710	0,729	0,744	0,745	0,768	0,788
60	Macedónia	–	–	–	–	–	0,784
61	Líbia	–	–	–	–	–	0,783
62	Maurícias	–	0,654	0,684	0,720	0,744	0,779
63	Federação Russa	–	0,796	0,811	0,809	0,766	0,779
64	Colômbia	0,667	0,696	0,711	0,731	0,758	0,779
65	Brasil	0,643	0,678	0,691	0,712	0,738	0,777
66	Bósnia e Herzegovina	–	–	–	–	–	0,777
67	Belize	–	0,709	0,717	0,749	0,768	0,776
68	Dominica	–	–	–	–	–	0,776
69	Venezuela	0,715	0,729	0,737	0,755	0,765	0,775
70	Samoa Ocidental	–	–	0,714	0,726	0,743	0,775
71	Santa Lúcia	–	–	–	–	–	0,775
72	Roménia	–	–	0,782	0,768	0,765	0,773
73	Arábia Saudita	0,596	0,656	0,679	0,716	0,746	0,769
74	Tailândia	0,612	0,650	0,673	0,705	0,739	0,768
75	Ucrânia	–	–	–	0,797	0,748	0,766
76	Cazaquistão	–	–	–	0,781	0,738	0,765
77	Suriname	–	–	–	–	–	0,762
78	Jamaica	0,690	0,693	0,695	0,723	0,736	0,757
79	Omã	–	–	–	–	–	0,755
80	São Vicente e Grenadinas	–	–	–	–	–	0,755
81	Fidji	0,654	0,677	0,691	0,717	0,739	0,754
82	Peru	0,639	0,668	0,691	0,702	0,729	0,752
83	Líbano	–	–	–	0,678	0,728	0,752
84	Paraguai	0,674	0,708	0,714	0,726	0,744	0,751
85	Filipinas	0,647	0,680	0,684	0,713	0,731	0,751
86	Maldivas	–	–	–	–	–	0,751
87	Turquemenistão	–	–	–	–	–	0,748
88	Geórgia	–	–	–	–	–	0,746
89	Azerbaijão	–	–	–	–	–	0,744
90	Jordânia	–	0,637	0,659	0,675	0,702	0,743
91	Tunísia	0,514	0,572	0,620	0,654	0,693	0,740
92	Guiana	0,686	0,689	0,680	0,687	0,711	0,740
93	Granada	–	–	–	–	–	0,738
94	República Dominicana	0,625	0,654	0,675	0,683	0,703	0,737
95	Albânia	–	0,668	0,686	0,697	0,698	0,735
96	Turquia	0,589	0,612	0,649	0,681	0,712	0,734
97	Equador	0,627	0,672	0,694	0,704	0,720	0,731
98	Territórios Ocupados da Palestina	–	–	–	–	–	0,731
99	Sri Lanka	0,609	0,644	0,670	0,692	0,715	0,730
100	Arménia	–	–	–	0,756	0,709	0,729

2 Tendências do índice de desenvolvimento humano

Ordem IDH		1975	1980	1985	1990	1995	2001
101	Usbequistão	–	–	–	0,728	0,712	0,729
102	Quirguistão	–	–	–	–	–	0,727
103	Cabo Verde	–	–	0,593	0,632	0,683	0,727
104	China	0,521	0,554	0,591	0,624	0,679	0,721
105	El Salvador	0,595	0,595	0,614	0,653	0,692	0,719
106	Irão	0,562	0,566	0,607	0,646	0,690	0,719
107	Argélia	0,510	0,559	0,609	0,648	0,668	0,704
108	Moldávia	–	0,718	0,739	0,756	0,704	0,700
109	Vietname	–	–	0,582	0,603	0,646	0,688
110	Síria	0,536	0,578	0,612	0,632	0,664	0,685
111	África do Sul	0,660	0,676	0,702	0,734	0,741	0,684
112	Indonésia	0,464	0,526	0,578	0,619	0,659	0,682
113	Tajiquistão	–	–	0,736	0,736	0,665	0,677
114	Bolívia	0,511	0,546	0,573	0,598	0,631	0,672
115	Honduras	0,522	0,571	0,603	0,626	0,648	0,667
116	Guiné Equatorial	–	–	–	–	–	0,664
117	Mongólia	–	–	0,647	0,655	0,634	0,661
118	Gabão	–	–	–	–	–	0,653
119	Guatemala	0,514	0,551	0,563	0,587	0,617	0,652
120	Egipto	0,433	0,480	0,530	0,572	0,605	0,648
121	Nicarágua	–	–	–	–	–	0,643
122	São Tomé e Príncipe	–	–	–	–	–	0,639
123	Ilhas Salomão	–	–	–	–	–	0,632
124	Namíbia	–	–	–	–	0,677	0,627
125	Botswana	0,509	0,573	0,626	0,674	0,666	0,614
126	Marrocos	0,427	0,472	0,506	0,538	0,567	0,606
127	Índia	0,416	0,443	0,481	0,519	0,553	0,590
128	Vanuatu	–	–	–	–	–	0,568
129	Gana	0,444	0,474	0,487	0,515	0,537	0,567
130	Cambodja	–	–	–	0,512	0,543	0,556
131	Myanmar	–	–	–	–	–	0,549
132	Papua-Nova Guiné	0,428	0,450	0,470	0,487	0,527	0,548
133	Suazilândia	0,510	0,541	0,567	0,611	0,606	0,547
134	Comoros	–	0,485	0,503	0,507	0,515	0,528
135	Laos	–	–	0,422	0,449	0,485	0,525
136	Butão	–	–	–	–	–	0,511
137	Lesoto	0,477	0,517	0,542	0,565	0,558	0,510
138	Sudão	0,351	0,378	0,399	0,431	0,465	0,503
139	Bangladeche	0,336	0,352	0,384	0,414	0,443	0,502
140	Congo	0,462	0,506	0,553	0,538	0,517	0,502
141	Togo	0,402	0,450	0,449	0,480	0,491	0,501
Desenvolvimento humano baixo							
142	Camarões	0,402	0,445	0,495	0,510	0,498	0,499
143	Nepal	0,287	0,326	0,368	0,413	0,451	0,499
144	Paquistão	0,344	0,370	0,403	0,440	0,472	0,499
145	Zimbabué	0,544	0,570	0,626	0,614	0,567	0,496
146	Quénia	0,440	0,487	0,510	0,535	0,519	0,489
147	Uganda	–	–	0,402	0,403	0,412	0,489
148	Iémen	–	–	–	0,392	0,429	0,470
149	Madagáscar	0,397	0,431	0,424	0,431	0,438	0,468
150	Haiti	–	0,446	0,461	0,457	0,456	0,467
151	Gâmbia	0,291	–	–	–	0,426	0,463

2 Tendências do índice de desenvolvimento humano

Ordem IDH		1975	1980	1985	1990	1995	2001
152	Nigéria	0,324	0,384	0,400	0,426	0,452	0,463
153	Djibouti	–	–	–	0,459	0,457	0,462
154	Mauritânia	0,346	0,369	0,387	0,399	0,427	0,454
155	Eritreia	–	–	–	–	0,419	0,446
156	Senegal	0,311	0,328	0,354	0,378	0,394	0,430
157	Guiné	–	–	–	–	–	0,425
158	Ruanda	0,349	0,394	0,405	0,359	0,343	0,422
159	Benim	0,286	0,322	0,348	0,352	0,378	0,411
160	Tanzânia	–	–	–	0,408	0,401	0,400
161	Costa do Marfim	0,380	0,413	0,422	0,420	0,405	0,396
162	Malawi	0,314	0,341	0,355	0,365	0,404	0,387
163	Zâmbia	0,462	0,470	0,478	0,461	0,414	0,386
164	Angola	–	–	–	–	–	0,377
165	Chade	0,265	0,265	0,305	0,330	0,342	0,376
166	Guiné-Bissau	0,263	0,267	0,297	0,319	0,347	0,373
167	Congo, Rep. Dem.	0,419	0,426	0,429	0,417	0,380	0,363
168	República Centro-Africana	0,339	0,356	0,378	0,379	0,370	0,363
169	Etiópia	–	–	0,281	0,305	0,322	0,359
170	Moçambique	–	0,309	0,295	0,317	0,325	0,356
171	Burundi	0,287	0,312	0,338	0,343	0,317	0,337
172	Mali	0,231	0,261	0,268	0,287	0,308	0,337
173	Burkina Faso	0,237	0,260	0,286	0,301	0,313	0,330
174	Níger	0,243	0,262	0,254	0,264	0,270	0,292
175	Serra Leoa	–	–	–	–	–	0,275

Nota: Os valores do índice de desenvolvimento humano deste quadro foram calculados utilizando séries de dados e uma metodologia consistentes, Não são exactamente comparáveis com os valores publicados nos *Relatórios do Desenvolvimento Humano* anteriores.

Fonte: Colunas 1-5: calculado com base nos dados da esperança de vida à nascença, de UN 2003d; os dados das taxas de alfabetização de adultos são de UNESCO Institute for Statistics 2003a; os dados das taxas de escolarização bruta combinada são de UNESCO Institute for Statistics 2003b; e os dados do PIB a preços de mercado (dólares EUA constantes de 1995), da população e do PIB per capita (dólares PPC) são de World Bank 2003c; *Coluna 6:* coluna 8 do quadro 1.

3 Pobreza e privação humanas
Países em desenvolvimento

Ordem IDH		Índice de pobreza humana (IPH-1) Ordem	Índice de pobreza humana (IPH-1) Valor (%)	Probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos [†] (% da coorte) 2000-05 [a]	Taxa de analfabetismo de adultos [†] (% 15 anos e mais) 2001	População sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada [†] (%) 2000	Crianças com peso deficiente para a idade [†] (% menores de 5 anos) 1995-2001 [b]	População abaixo da linha de privação de rendimento (%) 1 dólar dia [c] 1990-2001 [b]	População abaixo da linha de privação de rendimento (%) 2 dólares dia [d] 1990-2001 [b]	População abaixo da linha de privação de rendimento (%) Linha de pobreza nacional 1987-2000 [b]	Ordem IPH-1 menos ordem privação rendimento [e]
Desenvolvimento humano elevado											
25	Chipre	–	–	2,9	2,8	0	–	–	–	–	–
26	Hong Kong, China (RAE)	–	–	1,8	6,5	–	–	–	–	–	–
27	Barbados	1	2,5	2,6	0,3	0	6 [f]	–	–	–	–
28	Singapura	6	6,3	1,9	7,5	0	14 [f]	–	–	–	–
30	Coreia do Sul	–	–	3,4	2,1	8	–	<2	<2	–	–
31	Brunei	–	–	2,8	8,4	–	–	–	–	–	–
34	Argentina	–	–	5,1	3,1	–	5	–	–	–	–
36	Seychelles	–	–	–	–	–	6 [f]	–	–	–	–
37	Barém	–	–	4,0	12,1	–	9	–	–	–	–
40	Uruguai	2	3,6	4,4	2,4	2	5	<2	<2	–	0
42	Costa Rica	4	4,4	3,7	4,3	5	5	6,9	14,3	–	-13
43	Chile	3	4,1	4,1	4,1	7	1	<2	8,7	17,0	1
44	Catar	–	–	5,1	18,3	–	6	–	–	–	–
46	Kuwait	–	–	2,6	17,6	–	10	–	–	–	–
48	Emiratos Árabes Unidos	–	–	3,4	23,3	–	14	–	–	–	–
49	Baamas	–	–	16,0	4,5	3	–	–	–	–	–
51	São Cristóvão e Nevis	–	–	–	–	2	–	–	–	–	–
52	Cuba	5	5,0	4,1	3,2	9	4	<2	<2	41,9	–
54	Trindade e Tobago	8	7,7	9,1	1,6	10	7 [f]	12,4	39,0	–	-17
55	México	13	8,8	7,6	8,6	12	8	8,0	24,3	–	-10
Desenvolvimento humano médio											
56	Antígua e Barbuda	–	–	–	–	9	10 [f]	–	–	–	–
58	Malásia	–	–	4,2	12,1	–	18	<2	9,3	–	–
59	Panamá	9	7,8	6,8	7,9	10	7	7,6	17,9	–	-12
61	Líbia	29	15,7	4,5	19,2	28	5	–	–	–	–
62	Maurícias	17	11,1	4,6	15,2	0	16	–	–	–	–
64	Colômbia	10	8,2	8,4	8,1	9	7	14,4	26,5	17,7	-19
65	Brasil	18	11,4	11,5	12,7	13	6	9,9	23,7	–	-8
67	Belize	12	8,8	11,3	6,6	8	6 [f]	–	–	–	–
68	Dominica	–	–	–	–	3	5 [f]	–	–	–	–
69	Venezuela	11	8,6	5,9	7,2	17	5	15,0	32,0	–	-20
70	Samoa Ocidental	–	–	6,6	1,3	1	–	–	–	–	–
71	Santa Lúcia	–	–	5,7	–	2	14 [f]	–	–	–	–
73	Arábia Saudita	30	16,3	5,2	22,9	5	14	–	–	–	–
74	Tailândia	24	12,9	10,2	4,3	16	19 [f]	<2	32,5	13,1	16
77	Suriname	–	–	6,5	–	18	–	–	–	–	–
78	Jamaica	14	9,3	4,9	12,7	8	4	<2	13,3	18,7	9
79	Omã	50	31,8	5,0	27,0	61	24	–	–	–	–
80	São Vicente e Grenadinas	–	–	3,9	–	7	–	–	–	–	–
81	Fidji	41	21,3	5,4	6,8	53	8 [f]	–	–	–	–
82	Peru	19	11,4	10,2	9,8	20	7	15,5	41,4	49,0	-16
83	Líbano	15	9,5	4,3	13,5	0	3	–	–	–	–
84	Paraguai	16	10,3	8,0	6,5	22	5	19,5	49,3	–	-23
85	Filipinas	28	14,8	7,4	4,9	14	28	14,6	46,4	36,8	-6
86	Maldivas	20	11,4	10,2	3,0	0	30	–	–	–	–
90	Jordânia	7	7,5	6,6	9,7	4	5	<2	7,4	11,7	3
91	Tunísia	37	19,9	4,9	27,9	20	4	<2	10,0	7,6	26
92	Guiana	23	12,7	17,6	1,4	6	12	<2	6,1	–	15
93	Granada	–	–	–	–	5	–	–	–	–	–
94	República Dominicana	25	13,9	14,6	16,0	14	5	<2	<2	20,6	17
96	Turquia	22	12,4	8,0	14,5	18	8	<2	10,3	–	14

3 Pobreza e privação humanas

Países em desenvolvimento

Ordem IDH		Índice de pobreza humana (IPH-1) Ordem	Índice de pobreza humana (IPH-1) Valor (%)	Probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos † (% da coorte) 2000-05 [a]	Taxa de analfabetismo de adultos † (% 15 anos e mais) 2001	População sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada † (%) 2000	Crianças com peso deficiente para a idade † (% menores de 5 anos) 1995-2001 [b]	População abaixo da linha de privação de rendimento (%) 1 dólar dia [c] 1990-2001 [b]	População abaixo da linha de privação de rendimento (%) 2 dólares dia [d] 1990-2001 [b]	População abaixo da linha de privação de rendimento (%) Linha de pobreza nacional 1987-2000 [b]	Ordem IPH-1 menos ordem privação rendimento [e]
97	Equador	21	11,9	10,3	8,2	15	15	20,2	52,3	–	-22
98	Territórios Ocupados da Palestina	–	–	5,2	–	14	3	–	–	–	–
99	Sri Lanka	34	18,3	5,1	8,1	23	29	6,6	45,4	25,0	10
103	Cabo Verde	40	20,1	7,6	25,1	26	14 [f]	–	–	–	–
104	China	26	14,2	7,1	14,2	25	10	16,1	47,3	4,6	-13
105	El Salvador	32	17,2	9,9	20,8	23	12	21,4	45,0	–	-14
106	Irão	31	16,4	7,0	22,9	8	11	<2	7,3	–	21
107	Argélia	42	22,6	9,3	32,2	11	6	<2	15,1	22,6	29
109	Vietname	39	19,9	10,7	7,3	23	33	17,7	63,7	–	-4
110	Síria	35	18,8	5,7	24,7	20	13	–	–	–	–
111	África do Sul	49	31,7	44,9	14,4	14	12	<2	14,5	–	34
112	Indonésia	33	17,9	10,8	12,7	22	26	7,2	55,4	27,1	7
114	Bolívia	27	14,6	16,0	14,0	17	10	14,4	34,3	62,7	-5
115	Honduras	38	19,9	13,8	24,4	12	25	23,8	44,4	53,0	-12
116	Guiné Equatorial	–	–	36,4	15,8	56	–	–	–	–	–
117	Mongólia	36	19,1	13,0	1,5	40	13	13,9	50,0	–	2
118	Gabão	–	–	28,1	–	14	12	–	–	–	–
119	Guatemala	43	22,9	14,1	30,8	8	24	16,0	37,4	–	0
120	Egipto	47	30,5	8,6	43,9	3	4	3,1	43,9	16,7	20
121	Nicarágua	44	24,3	10,3	33,2	23	12	82,3	94,5	47,9	-34
122	São Tomé e Príncipe	–	–	10,0	–	–	16	–	–	–	–
123	Ilhas Salomão	–	–	6,8	–	29	21 [f]	–	–	–	–
124	Namíbia	62	37,8	52,3	17,3	23	24	34,9	55,8	–	-3
125	Botswana	75	43,6	61,9	21,9	5	13	23,5	50,1	–	11
126	Marrocos	56	35,2	9,4	50,2	20	9 [f]	<2	14,3	19,0	37
127	Índia	53	33,1	15,3	42,0	16	47	34,7	79,9	28,6	-9
128	Vanuatu	–	–	7,3	–	12	20 [f]	–	–	–	–
129	Gana	46	26,4	25,8	27,3	27	25	44,8	78,5	–	-21
130	Cambodja	73	42,8	24,0	31,3	70	45	–	–	36,1	–
131	Myanmar	45	25,7	24,6	15,0	28	36	–	–	–	–
132	Papua-Nova Guiné	61	37,0	19,0	35,4	58	35 [f]	–	–	–	–
133	Suazilândia	–	–	70,5	19,7	–	10	–	–	–	–
134	Comoros	48	31,5	18,1	44,0	4	25	–	–	–	–
135	Laos	66	40,5	27,9	34,4	63	40	26,3	73,2	38,6	4
136	Butão	–	–	17,3	–	38	19	–	–	–	–
137	Lesoto	83	47,7	68,1	16,1	22	16	43,1	65,7	–	4
138	Sudão	52	32,2	27,6	41,2	25	17	–	–	–	–
139	Bangladeche	72	42,6	17,3	59,4	3	48	36,0	82,8	33,7	0
140	Congo	51	32,0	39,3	18,2	49	14 [f]	–	–	–	–
141	Togo	64	38,5	37,9	41,6	46	25	–	–	–	–
Desenvolvimento humano baixo											
142	Camarões	58	35,9	44,2	27,6	42	21	33,4	64,4	–	-4
143	Nepal	70	41,9	19,3	57,1	12	48	37,7	82,5	–	-2
144	Paquistão	65	40,2	17,8	56,0	10	38	13,4	65,6	32,6	22
145	Zimbabué	90	52,0	74,8	10,7	17	13	36,0	64,2	34,9	14
146	Quénia	63	37,8	49,5	16,7	43	23	23,0	58,6	–	6
147	Uganda	60	36,6	41,1	32,0	48	23	82,2	96,4	–	-23
148	Iémen	67	41,0	19,1	52,3	31	46	15,7	45,2	–	17
149	Madagáscar	57	35,9	29,0	32,7	53	33	49,1	83,3	71,3	-16
150	Haiti	68	41,6	37,3	49,2	54	17	–	–	–	–
151	Gâmbia	79	45,8	29,6	62,2	38	17	59,3	82,9	–	-3

3 Pobreza e privação humanas

Países em desenvolvimento

Ordem IDH		Índice de pobreza humana (IPH-1) Ordem	Índice de pobreza humana (IPH-1) Valor (%)	Probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos † (% da coorte) 2000-05 [a]	Taxa de analfabetismo de adultos † (% 15 anos e mais) 2001	População sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada † (%) 2000	Crianças com peso deficiente para a idade † (% menores de 5 anos) 1995-2001 [b]	População abaixo da linha de privação de rendimento (%) 1 dólar dia [c] 1990-2001 [b]	2 dólares dia [d] 1990-2001 [b]	Linha de pobreza nacional 1987-2000 [b]	Ordem IPH-1 menos ordem privação rendimento [e]
152	Nigéria	54	34,0	34,9	34,6	38	27	70,2	90,8	34,1	-25
153	Djibouti	55	34,3	42,9	34,5	0	18	–	–	–	–
154	Mauritânia	86	48,6	30,5	59,3	63	32	28,6	68,7	46,3	16
155	Eritreia	69	41,8	27,5	43,3	54	44	–	–	–	–
156	Senegal	76	44,5	27,7	61,7	22	18	26,3	67,8	–	10
157	Guiné	–	–	35,9	–	52	23	–	–	–	–
158	Ruanda	77	44,5	54,3	32,0	59	24	35,7 [g]	84,6 [g]	–	5
159	Benim	81	46,4	34,6	61,4	37	23	–	–	–	–
160	Tanzânia	59	36,2	46,4	24,0	32	29	19,9	59,7	41,6	6
161	Costa do Marfim	78	45,0	51,7	50,3	19	21	12,3	49,4	–	32
162	Malawi	82	47,0	59,6	39,0	43	25	41,7	76,1	65,3	1
163	Zâmbia	89	50,3	70,1	21,0	36	25	63,7	87,4	72,9	0
164	Angola	–	–	49,2	–	62	–	–	–	–	–
165	Chade	88	50,3	42,9	55,8	73	28	–	–	–	–
166	Guiné-Bissau	84	47,8	41,3	60,4	44	23	–	–	–	–
167	Congo, Rep. Dem.	74	42,9	47,2	37,3	55	31	–	–	–	–
168	República Centro-Africana	85	47,8	55,3	51,8	30	24	66,6	84,0	–	-3
169	Etiópia	92	56,0	43,3	59,7	76	47	81,9	98,4	44,2	0
170	Moçambique	87	50,3	56,0	54,8	43	26	37,9	78,4	–	9
171	Burundi	80	46,3	50,5	50,8	22	45	58,4	89,2	–	-1
172	Mali	91	55,1	35,3	73,6	35	43	72,8	90,6	–	0
173	Burkina Faso	93	58,6	43,4	75,2	58	34	61,2	85,8	45,3	7
174	Níger	94	61,8	38,7	83,5	41	40	61,4	85,3	–	7
175	Serra Leoa	–	–	57,5	–	43	27	57,0 [g]	74,5 [g]	–	–

† Assinala os indicadores utilizados para calcular o índice de pobreza humana (HP-1). Para mais pormenores, ver a nota técnica 1.

a. Os dados referem-se à probabilidade, à nascença, de não viver até aos 40 anos, vezes 100. São projecções de variação média no período indicado. b. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado. c. A linha de pobreza equivale a 1,08 dólares (dólares PPC de 1993). d. A linha de pobreza equivale a 2,15 dólares (dólares PPC de 1993). e. A privação de rendimento refere-se à percentagem da população que vive com menos de 1 dólar (PPC) por dia. Todos os países com uma taxa de privação de rendimento inferior a 2% foram classificados na mesma posição. As classificações são baseadas nos países com dados disponíveis para ambos os indicadores. Um valor positivo indica que o país tem melhor desempenho na privação de rendimento do que na pobreza humana, um valor negativo indica o contrário. f. Os dados referem-se a ano ou período diferentes do indicado, diferem da definição padrão ou respeitam apenas a uma parte do país. g. Os dados referem-se a um período diferente do indicado.

Fonte: Coluna 1: determinado com base nos valores do IPH-1 da coluna 2; *coluna 2:* calculado com base nos dados das colunas 3-6; para pormenores, ver nota técnica 1; *coluna 3:* UN 2003d; *coluna 4:* UNESCO 2003a; *coluna 5:* calculado com base em dados da população com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada, de UN 2003a, baseado em dados de um trabalho conjunto do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Organização Mundial da Saúde (OMS); *coluna 6:* UNICEF 2003b, baseado em dados de um trabalho conjunto da UNICEF e da OMS; colunas 7-9: World Bank 2003c; *coluna 10:* calculado com base em dados das colunas 1 e 7.

Posições IPH-1 de 94 países em desenvolvimento

1 Barbados
2 Uruguai
3 Chile
4 Costa Rica
5 Cuba
6 Singapura
7 Jordânia
8 Trindade e Tobago
9 Panamá
10 Colômbia
11 Venezuela
12 Belize
13 México
14 Jamaica
15 Líbano
16 Paraguai
17 Maurícias
18 Brasil
19 Peru
20 Maldivas
21 Equador
22 Turquia
23 Guiana
24 Tailândia
25 República Dominicana
26 China
27 Bolívia
28 Filipinas
29 Líbia
30 Arábia Saudita
31 Irão
32 El Salvador
33 Indonésia
34 Sri Lanka
35 Síria
36 Mongola
37 Tunísia
38 Honduras
39 Vietname
40 Cabo Verde
41 Fidji
42 Argélia
43 Guatemala
44 Nicarágua
45 Myanmar
46 Gana
47 Egipto
48 Comoros
49 África do Sul
50 Omã
51 Congo
52 Sudão
53 Índia
54 Nigéria
55 Djibouti
56 Marrocos
57 Madagáscar
58 Camarões
59 Tanzânia
60 Uganda
61 Papua-Nova Guiné
62 Namíbia
63 Quénia
64 Togo
65 Paquistão
66 Laos
67 Iémen
68 Haiti
69 Eritreia
70 Nepal
71 Iraq
72 Bangladeche
73 Cambodja
74 Congo, Rep. Dem.
75 Botswana
76 Senegal
77 Ruanda
78 Costa do Marfim
79 Gâmbia
80 Burundi
81 Benim
82 Malawi
83 Lesoto
84 Guiné-Bissau
85 República Centro-Africana
86 Mauritânia
87 Moçambique
88 Chade
89 Zâmbia
90 Zimbabué
91 Mali
92 Etiópia
93 Burkina Faso
94 Níger

4 Pobreza e privação humanas
OCDE, Europa Central de Leste e CEI

Ordem IDH	Índice de pobreza humana (IPH-2) [a] Ordem	Valor (%)	Probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos † (% da coorte) 2000-05 [b]	Pessoas que são funcional-mente analfabetas † (% idades 16-65) 1994-98 [c]	Desemprego de longo prazo † (em % da popu-lação activa)[d] 2001	População abaixo da linha de privação de rendimento (%) 50% da mediana do rendimento [e, †] 1990-2000 [f]	11 dól. dia 1994-95 [f, g]	4 dól. dia 1996-99 [f, h]	Ordem IPH-2 menos ordem privação rendimento [i]
Desenvolvimento humano elevado									
1 Noruega	2	7,2	8,3	8,5	0,2	6,9	4,3	–	-2
2 Islândia	–	–	7,6	–	0,3	–	–	–	–
3 Suécia	1	6,5	7,3	7,5	1,1	6,6	6,3	–	-2
4 Austrália	14	12,9	8,8	17,0	1,4	14,3	17,6	–	-2
5 Holanda	4	8,4	8,7	10,5	1,6 [j]	8,1	7,1	–	-4
6 Bélgica	13	12,4	9,4	18,4 [k]	3,2	8,0	–	–	7
7 Estados Unidos	17	15,8	12,6	20,7	0,3	17,0	13,6	–	0
8 Canadá	12	12,2	8,7	16,6	0,7	12,8	7,4	–	-2
9 Japão	10	11,1	7,5	– [l]	1,4	11,8 [m]	–	–	-1
10 Suíça	–	–	9,1	–	0,7	9,3	–	–	–
11 Dinamarca	5	9,1	11,0	9,6	0,9	9,2	–	–	-4
12 Irlanda	16	15,3	9,3	22,6	3,2 [j]	12,3	–	–	4
13 Reino Unido	15	14,8	8,9	21,8	1,3	12,5	15,7	–	2
14 Finlândia	3	8,4	10,2	10,4	2,4	5,4	4,8	–	1
15 Luxemburgo	7	10,3	9,7	– [l]	0,5 [n]	3,9	0,3	–	6
16 Áustria	–	–	9,5	–	0,9	10,6	–	–	–
17 França	8	10,8	10,0	– [l]	3,3	8,0	9,9	–	2
18 Alemanha	6	10,2	9,2	14,4	4,2 [o]	7,5	7,3	–	1
19 Espanha	9	11,0	8,8	– [l]	4,6	10,1	–	–	-1
20 Nova Zelândia	–	–	9,8	18,4	0,9	–	–	–	–
21 Itália	11	12,2	8,6	– [l]	6,1	14,2	–	–	-4
22 Israel	–	–	7,4	–	–	13,5	–	–	–
23 Portugal	–	–	11,7	48,0	1,6	–	–	–	–
24 Grécia	–	–	9,1	–	5,5	–	–	–	–
29 Eslovénia	–	–	11,8	42,2	–	8,2	–	<1	–
32 República Checa	–	–	12,2	15,7	4,3	4,9	–	<1	–
33 Malta	–	–	7,7	–	–	–	–	–	–
35 Polónia	–	–	15,6	42,6	8,0	8,6	–	10	–
38 Hungria	–	–	19,6	33,8	2,7	6,7	–	<1	–
39 Eslováquia	–	–	15,2	–	9,3	2,1	–	8	–
41 Estónia	–	–	20,4	–	–	12,3	–	18	–
45 Lituânia	–	–	19,5	–	–	–	–	17	–
47 Croácia	–	–	14,5	–	–	–	–	–	–
50 Letónia	–	–	21,4	–	–	–	–	28	–
53 Bielorrúsia	–	–	22,8	–	–	–	–	–	–
Desenvolvimento humano médio									
57 Bulgária	–	–	18,6	–	–	–	–	22	–
60 Macedónia	–	–	13,3	–	–	–	–	–	–
63 Federação Russa	–	–	28,9	–	–	20,1	–	53	–
66 Bósnia e Herzegovina	–	–	13,7	–	–	–	–	–	–
72 Roménia	–	–	20,3	–	–	–	–	23	–
75 Ucrânia	–	–	23,0	–	–	–	–	25	–
76 Cazaquistão	–	–	27,0	–	–	–	–	62	–
87 Turquemenistão	–	–	24,8	–	–	–	–	–	–
88 Geórgia	–	–	16,2	–	–	–	–	–	–
89 Azerbaijão	–	–	18,5	–	–	–	–	–	–

4 Pobreza e privação humanas
OCDE, Europa Central de Leste e CEI

Ordem IDH	Índice de pobreza humana (IPH-2) [a] Ordem	Valor (%)	Probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos † (% da coorte) 2000-05 [b]	Pessoas que são funcionalmente analfabetas † (% idades 16-65) 1994-98 [c]	Desemprego de longo prazo † (em % da população activa)[d] 2001	População abaixo da linha de privação de rendimento (%): 50% da mediana do rendimento [e, †] 1990-2000 [f]	11 dól. dia 1994-95 [f, g]	4 dól. dia 1996-99 [f, h]	Ordem IPH-2 menos ordem privação rendimento [i]
95 Albânia	–	–	11,3	–	–	–	–	–	–
100 Arménia	–	–	14,9	–	–	–	–	–	–
101 Usbequistão	–	–	21,8	–	–	–	–	–	–
102 Quirguistão	–	–	23,7	–	–	–	–	88	–
108 Moldávia	–	–	22,8	–	–	–	–	82	–
113 Tajiquistão	–	–	22,8	–	–	–	–	–	–

† Assinala os indicadores utilizados para calcular o índice de pobreza humana (IPH-2). Para mais pormenores, ver a nota técnica 1.

Nota: Este quadro inclui Israel e Malta, que não são países membros da OCDE, mas exclui a Coreia do Sul, México e Turquia, que são membros. Para o índice de pobreza humana e indicadores relacionados para estes três países, ver quadro 3.

a. O índice de pobreza humana (IPH-2) é calculado apenas para países OCDE de rendimento elevado seleccionados. b. Os dados referem-se à probabilidade, à nascença, de não viver até aos 60 anos, vezes 100. São projecções de variação média no período determinado. c. Baseado nos resultados do nível 1, na escala da literacia de prosa, do Inquérito Internacional sobre Literacia de Adultos. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado. d. Os dados referem-se ao desemprego com duração de 12 meses ou mais. e. A linha de pobreza é medida em 50% do equivalente da mediana do rendimento familiar disponível. f. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado. g. Baseado na linha de pobreza dos EUA: 11 dólares (PPC de 1994) por dia e pessoa para uma família de três pessoas. h. A linha de pobreza é de 4 dólares (PPC de 1994) por dia. i. A privação de rendimento refere-se à percentagem da população que vive com menos de 50% da mediana do rendimento familiar disponível. Um valor positivo indica que o país tem melhor desempenho na privação de rendimento do que na pobreza humana, um valor negativo indica o contrário. j. Os dados referem-se a 1999. k. Os dados referem-se à Flandres. l. Com o fim de calcular o IPH-2 foi utilizada uma estimativa de 15,1%, a média não ponderada dos países com dados disponíveis. m. Smeeding 1997. n. Os dados são baseados numa pequena amostra e devem ser tratados com precaução. o. Os dados referem-se ao ano 2000.

Fonte: Coluna 1: determinado com base nos valores do IPH-2 da coluna 2; *coluna 2:* calculado com base nos dados das colunas 3-6; para pormenores, ver nota técnica 1; *coluna 3:* calculado com base em dados de sobrevivência, de UN 2003d; *coluna 4:* OECD e Statistics Canada 2000, excepto quando indicado de outro modo; *coluna 5:* calculado com base em dados do desemprego de longa duração e da população activa, de OECD 2002a; *coluna 6:* LIS 2003; *coluna 7:* Smeeding, Rainwater e Burtless 2002; *coluna 8:* Milanovic 2002; *coluna 9:* calculado com base nos dados das colunas 1 e 6.

Posições IPH-2 para 17 países seleccionados da OCDE

1 Suécia
2 Noruega
3 Finlândia
4 Holanda
5 Dinamarca
6 Alemanha
7 Luxemburgo
8 França
9 Espanha
10 Japão
11 Itália
12 Canadá
13 Bélgica
14 Austrália
15 Reino Unido
16 Irlanda
17 Estados Unidos

Ordem IDH		População total (milhões)			Taxa de crescimento anual da população		População urbana (em % do total)[a]			População com menos de 15 anos (em % do total)		População com 65 anos e mais (em % do total)		Taxa de fertilidade total (por mulher)	
		1975	2001[b]	2015[b]	1975-2001	2001-15[b]	1975	2001[b]	2015[b]	2001[b]	2015[b]	2001[b]	2015[b]	1970-75[c]	2000-05[b]
Desenvolvimento humano elevado															
1	Noruega	4,0	4,5	4,7	0,4	0,4	68,2	75,0	78,9	19,8	16,6	15,3	18,0	2,2	1,8
2	Islândia	0,2	0,3	0,3	1,0	0,6	86,6	92,6	94,3	23,2	18,7	11,6	13,5	2,8	2,0
3	Suécia	8,2	8,9	9,0	0,3	0,1	82,7	83,3	84,2	18,1	15,7	17,4	21,4	1,9	1,6
4	Austrália	13,9	19,4	21,7	1,3	0,8	85,9	91,1	94,8	20,3	17,3	12,4	15,5	2,5	1,7
5	Holanda	13,7	16,0	16,8	0,6	0,4	88,4	89,6	91,0	18,4	16,4	13,7	17,4	2,1	1,7
6	Bélgica	9,8	10,3	10,5	0,2	0,1	94,9	97,4	98,0	17,3	15,5	17,2	19,5	1,9	1,7
7	Estados Unidos	220,2	288,0	329,7	1,0	1,0	73,7	77,4	81,0	21,7	20,3	12,3	14,2	2,0	2,1
8	Canadá	23,1	31,0	34,1	1,1	0,7	75,6	78,9	81,9	18,7	14,8	12,7	16,4	2,0	1,5
9	Japão	111,5	127,3	127,2	0,5	(,)	75,7	78,9	81,5	14,5	13,0	17,7	26,0	2,1	1,3
10	Suíça	6,3	7,2	7,0	0,5	-0,2	55,7	67,5	69,5	16,5	12,6	16,2	22,0	1,8	1,4
11	Dinamarca	5,1	5,3	5,4	0,2	0,1	81,8	85,1	85,7	18,4	16,3	15,0	19,2	2,0	1,8
12	Irlanda	3,2	3,9	4,4	0,8	0,9	53,6	59,3	64,0	21,2	20,3	11,3	13,4	3,8	1,9
13	Reino Unido	55,4	58,9	61,3	0,2	0,3	88,7	89,5	90,8	18,9	15,9	15,9	17,8	2,0	1,6
14	Finlândia	4,7	5,2	5,3	0,4	0,1	58,3	59,0	59,0	18,0	15,8	15,1	20,3	1,6	1,7
15	Luxemburgo	0,4	0,4	0,5	0,8	1,2	73,7	91,8	95,0	19,0	17,6	13,6	14,4	2,0	1,7
16	Áustria	7,6	8,1	8,1	0,3	(,)	67,4	67,4	71,0	16,4	12,4	15,6	19,5	2,0	1,3
17	França	52,7	59,6	62,8	0,5	0,4	73,0	75,5	78,4	18,7	17,8	16,1	18,5	2,3	1,9
18	Alemanha	78,7	82,3	82,5	0,2	(,)	81,2	87,7	89,9	15,4	13,2	16,7	20,8	1,6	1,4
19	Espanha	35,6	40,9	41,2	0,5	0,1	69,6	77,8	81,1	14,4	13,2	16,9	19,2	2,9	1,2
20	Nova Zelândia	3,1	3,8	4,2	0,8	0,6	82,8	85,9	87,5	22,8	19,3	11,8	14,6	2,8	2,0
21	Itália	55,4	57,5	55,5	0,1	-0,3	65,6	67,1	70,6	14,2	12,3	18,4	22,3	2,3	1,2
22	Israel	3,4	6,2	7,8	2,3	1,6	86,6	91,8	93,5	28,1	24,8	9,9	11,4	3,8	2,7
23	Portugal	9,1	10,0	10,0	0,4	(,)	27,7	65,6	77,5	16,6	15,3	15,8	18,0	2,7	1,5
24	Grécia	9,0	10,9	10,9	0,7	(,)	55,3	60,4	65,1	14,9	13,2	17,8	20,9	2,3	1,3
25	Chipre	0,6	0,8	0,9	1,0	0,6	45,2	70,2	74,6	22,5	18,9	11,7	14,9	2,5	1,9
26	Hong Kong, China (RAE)	4,4	6,9	7,9	1,7	0,9	89,7	100,0	100,0	16,2	12,9	10,8	13,6	2,9	1,0
27	Barbados	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	38,6	50,5	58,4	20,5	16,4	10,1	11,1	2,7	1,5
28	Singapura	2,3	4,1	4,7	2,3	1,0	100,0	100,0	100,0	21,5	12,9	7,4	13,1	2,6	1,4
29	Eslovénia	1,7	2,0	1,9	0,5	-0,2	42,4	49,2	51,6	15,4	12,1	14,2	18,5	2,2	1,1
30	Coreia do Sul	35,3	47,1	49,7	1,1	0,4	48,0	82,4	88,2	20,6	15,5	7,4	11,9	4,3	1,4
31	Brunei	0,2	0,3	0,5	2,9	2,0	62,0	72,7	78,7	31,0	25,4	2,9	4,4	5,4	2,5
32	República Checa	10,0	10,3	10,1	0,1	-0,1	63,7	74,6	76,4	16,0	13,2	13,9	18,6	2,2	1,2
33	Malta	0,3	0,4	0,4	1,0	0,4	80,4	91,2	93,7	19,7	17,0	12,5	18,0	2,1	1,8
34	Argentina	26,0	37,5	43,4	1,4	1,0	80,7	88,3	90,2	27,5	24,4	9,9	11,0	3,1	2,4
35	Polónia	34,0	38,7	38,2	0,5	-0,1	55,4	62,6	66,5	18,6	14,6	12,3	14,8	2,3	1,3
36	Seychelles	0,1	0,1	0,1	1,2	0,8	33,3	64,5	72,3	–	–	–	–	–	–
37	Barém	0,3	0,7	0,9	3,6	1,9	79,2	92,5	95,0	29,4	23,2	2,3	3,9	5,9	2,7
38	Hungria	10,5	10,0	9,3	-0,2	-0,5	52,8	64,8	69,4	16,7	13,3	14,7	17,4	2,1	1,2
39	Eslováquia	4,7	5,4	5,4	0,5	0,1	46,3	57,6	62,0	19,0	15,4	11,4	13,6	2,5	1,3
40	Uruguai	2,8	3,4	3,7	0,7	0,6	83,1	92,1	94,4	24,7	22,5	13,1	13,7	3,0	2,3
41	Estónia	1,4	1,4	1,2	-0,2	-1,1	67,6	69,4	71,3	17,4	14,2	15,4	18,2	2,2	1,2
42	Costa Rica	2,1	4,0	5,0	2,6	1,6	42,5	59,5	66,5	31,1	23,9	5,5	7,4	4,3	2,3
43	Chile	10,3	15,4	18,0	1,5	1,1	78,4	86,0	89,1	28,1	23,6	7,4	9,8	3,6	2,4
44	Catar	0,2	0,6	0,7	4,8	1,3	82,9	92,9	95,0	26,9	21,7	1,5	4,6	6,8	3,2
45	Lituânia	3,3	3,5	3,2	0,2	-0,6	55,7	68,7	71,6	19,6	16,0	14,3	16,4	2,3	1,3
46	Kuwait	1,0	2,4	3,4	3,3	2,5	83,8	96,1	96,9	26,3	22,6	1,4	3,5	6,9	2,7
47	Croácia	4,3	4,4	4,3	0,2	-0,3	45,1	58,1	64,4	17,0	16,5	15,9	17,8	2,0	1,7
48	Emiratos Árabes Unidos	0,5	2,9	3,6	6,7	1,6	65,4	87,1	91,6	26,4	20,8	1,2	4,2	6,4	2,8
49	Baamas	0,2	0,3	0,4	1,9	1,0	73,4	88,8	91,5	29,3	24,5	5,2	8,3	3,4	2,3
50	Letónia	2,5	2,4	2,1	-0,2	-0,9	65,4	60,4	60,4	17,3	13,0	15,4	18,3	2,0	1,1

5 Tendências demográficas

Ordem IDH		População total (milhões)			Taxa de crescimento anual da população		População urbana (em % do total)[a]			População com menos de 15 anos (em % do total)		População com 65 anos e mais (em % do total)		Taxa de fertilidade total (por mulher)	
		1975	2001[b]	2015[b]	1975-2001	2001-15[b]	1975	2001[b]	2015[b]	2001[b]	2015[b]	2001[b]	2015[b]	1970-75[c]	2000-05[b]
51	São Cristóvão e Nevis	(.)	(.)	(.)	-0,3	-0,3	35,0	34,3	39,3	–	–	–	–	–	–
52	Cuba	9,3	11,2	11,5	0,7	0,2	64,2	75,5	78,5	20,8	16,3	9,9	14,4	3,5	1,6
53	Bielorrúsia	9,4	10,0	9,4	0,2	-0,4	50,3	69,6	72,6	17,9	14,1	13,9	14,3	2,3	1,2
54	Trindade e Tobago	1,0	1,3	1,3	0,9	0,3	63,0	74,5	79,3	24,1	19,7	6,8	10,0	3,5	1,6
55	México	59,1	100,5	119,6	2,0	1,2	62,8	74,6	77,9	33,3	26,4	4,9	6,8	6,5	2,5
Desenvolvimento humano médio															
56	Antígua e Barbuda	0,1	0,1	0,1	0,6	0,4	34,2	37,1	43,3	–	–	–	–	–	–
57	Bulgária	8,7	8,0	7,2	-0,3	-0,8	57,5	67,5	69,3	15,3	12,6	16,3	18,0	2,2	1,1
58	Malásia	12,3	23,5	29,6	2,5	1,6	37,7	58,1	66,4	33,4	27,2	4,1	6,1	5,2	2,9
59	Panamá	1,7	3,0	3,8	2,1	1,7	49,0	56,6	61,7	31,6	27,5	5,6	7,5	4,9	2,7
60	Macedónia	1,7	2,0	2,2	0,7	0,4	50,6	59,5	62,0	22,3	20,0	10,2	12,2	3,0	1,9
61	Líbia	2,4	5,3	6,9	3,0	1,8	60,9	87,9	90,3	32,0	28,7	3,7	5,5	7,6	3,0
62	Maurícias	0,9	1,2	1,3	1,1	0,8	43,4	41,6	48,6	25,5	21,0	6,2	8,2	3,2	1,9
63	Federação Russa	134,2	144,9	133,4	0,3	-0,6	66,4	72,9	74,0	17,2	13,7	12,8	14,3	2,0	1,1
64	Colômbia	25,4	42,8	52,2	2,0	1,4	60,0	75,5	81,3	32,4	27,0	4,8	6,5	5,0	2,6
65	Brasil	108,1	174,0	202,0	1,8	1,1	61,8	81,7	87,7	28,8	24,1	5,3	7,5	4,7	2,2
66	Bósnia e Herzegovina	3,7	4,1	4,3	0,3	0,4	31,3	43,4	50,8	18,3	14,1	10,3	13,6	2,6	1,3
67	Belize	0,1	0,2	0,3	2,3	1,8	50,2	48,1	51,7	38,3	31,1	4,1	4,8	6,3	3,2
68	Dominica	0,1	0,1	0,1	0,3	0,2	55,3	71,3	76,0	–	–	–	–	–	–
69	Venezuela	12,7	24,8	31,2	2,6	1,7	75,8	87,2	90,0	33,5	27,6	4,6	6,6	4,9	2,7
70	Samoa Ocidental	0,2	0,2	0,2	0,6	1,1	21,1	22,3	27,6	40,7	35,5	4,6	4,4	5,7	4,1
71	Santa Lúcia	0,1	0,1	0,2	1,3	0,7	38,6	38,0	43,6	30,6	26,0	5,4	6,2	5,7	2,3
72	Roménia	21,2	22,4	21,6	0,2	-0,3	46,2	55,3	59,3	17,7	15,4	13,6	14,8	2,6	1,3
73	Arábia Saudita	7,3	22,8	32,7	4,4	2,6	58,4	86,6	91,0	39,3	34,5	2,6	3,4	7,3	4,5
74	Tailândia	41,3	61,6	69,6	1,5	0,9	15,1	20,0	24,2	25,9	22,0	5,6	8,1	5,0	1,9
75	Ucrânia	49,0	49,3	44,4	(.)	-0,8	58,3	68,0	70,4	17,2	13,2	14,2	16,1	2,2	1,2
76	Cazaquistão	14,1	15,5	15,3	0,4	-0,1	52,2	55,9	58,2	26,9	21,4	7,1	8,4	3,5	2,0
77	Suriname	0,4	0,4	0,5	0,6	0,7	49,5	74,7	81,3	31,5	27,0	5,4	6,2	5,3	2,5
78	Jamaica	2,0	2,6	3,0	1,0	1,0	44,1	56,6	63,5	31,2	25,8	7,1	7,7	5,0	2,4
79	Omã	0,9	2,7	3,9	4,1	2,7	19,6	76,5	82,6	37,4	36,0	2,0	3,0	7,2	5,0
80	São Vicente e Grenadinas	0,1	0,1	0,1	0,8	0,5	27,0	55,8	68,0	31,2	26,0	6,8	7,1	5,5	2,2
81	Fidji	0,6	0,8	0,9	1,4	0,8	36,7	50,2	59,9	32,8	27,6	3,5	5,8	4,2	2,9
82	Peru	15,2	26,4	32,0	2,1	1,4	61,5	73,1	77,9	34,1	27,5	4,9	6,5	6,0	2,9
83	Líbano	2,8	3,5	4,2	0,9	1,2	67,0	90,0	92,6	30,2	24,0	6,1	6,5	4,9	2,2
84	Paraguai	2,7	5,6	7,7	2,9	2,2	39,0	56,6	65,0	39,2	34,2	3,5	4,3	5,7	3,8
85	Filipinas	42,0	77,2	96,3	2,3	1,6	35,6	59,3	69,0	37,1	29,9	3,6	4,9	6,0	3,2
86	Maldivas	0,1	0,3	0,4	3,0	2,9	18,1	28,0	35,2	43,4	39,6	3,3	3,1	7,0	5,3
87	Turquemenistão	2,5	4,7	5,8	2,4	1,5	47,6	45,0	49,9	35,6	27,4	4,4	4,6	6,2	2,7
88	Geórgia	4,9	5,2	4,7	0,2	-0,7	49,5	56,5	61,4	19,9	15,2	13,3	14,9	2,6	1,4
89	Azerbaijão	5,7	8,2	9,5	1,4	1,0	51,5	51,9	53,9	30,9	23,5	5,8	5,9	4,3	2,1
90	Jordânia	1,9	5,2	7,0	3,8	2,1	57,8	78,8	81,1	38,5	31,6	2,9	4,0	7,8	3,6
91	Tunísia	5,7	9,6	11,1	2,0	1,0	49,9	66,1	73,5	29,4	22,6	5,8	6,7	6,2	2,0
92	Guiana	0,7	0,8	0,8	0,1	(.)	30,0	36,7	44,0	30,2	25,5	5,0	6,6	4,9	2,3
93	Granada	0,1	0,1	0,1	-0,5	-0,3	32,6	38,4	47,2	–	–	–	–	–	–
94	República Dominicana	5,0	8,5	10,1	2,0	1,3	45,3	66,0	73,0	33,0	28,3	4,5	6,4	5,6	2,7
95	Albânia	2,4	3,1	3,4	1,0	0,7	32,7	42,9	51,9	29,0	22,9	6,0	8,1	4,7	2,3
96	Turquia	41,0	69,3	82,1	2,0	1,2	41,6	66,2	71,8	31,2	25,0	5,6	6,7	5,2	2,4
97	Equador	6,9	12,6	15,2	2,3	1,3	42,4	63,4	69,4	33,6	27,1	4,9	6,6	6,0	2,8
98	Territórios Ocupados da Palestina	1,3	3,3	5,3	3,7	3,3	59,6	–	71,7	46,3	42,1	3,4	3,0	7,7	5,6
99	Sri Lanka	13,5	18,8	20,6	1,3	0,7	22,0	23,1	29,9	25,5	21,3	6,8	9,3	4,1	2,0
100	Arménia	2,8	3,1	3,0	0,3	-0,3	63,0	67,3	69,8	22,5	14,4	8,8	9,9	3,0	1,2

5 Tendências demográficas

Ordem IDH		População total (milhões) 1975	2001 [b]	2015 [b]	Taxa de crescimento anual da população 1975-2001	2001-15 [b]	População urbana (em % do total) [a] 1975	2001 [b]	2015 [b]	População com menos de 15 anos (em % do total) 2001 [b]	2015 [b]	População com 65 anos e mais (em % do total) 2001 [b]	2015 [b]	Taxa de fertilidade total (por mulher) 1970-75 [c]	2000-05 [b]
101	Usbequistão	14,0	25,3	30,7	2,3	1,4	39,1	36,7	38,4	35,4	26,2	4,8	5,0	6,3	2,4
102	Quirguistão	3,3	5,0	5,9	1,6	1,2	37,9	34,4	36,0	33,3	26,4	6,1	5,9	4,7	2,6
103	Cabo Verde	0,3	0,4	0,6	1,8	1,9	21,4	63,3	73,5	40,9	32,6	4,5	3,5	7,0	3,3
104	China	927,8 [d]	1,285,2 [d]	1,402,3 [d]	1,3 [d]	0,6 [d]	17,4	36,7	49,5	24,3	19,4	7,0	9,4	4,9	1,8
105	El Salvador	4,1	6,3	7,6	1,6	1,3	41,5	61,3	73,2	35,4	29,4	5,2	6,5	6,1	2,9
106	Irão	33,4	67,2	81,4	2,7	1,4	45,8	64,7	73,2	33,9	26,8	4,5	4,9	6,4	2,3
107	Argélia	16,0	30,7	38,1	2,5	1,5	40,3	57,7	65,2	34,3	27,4	4,2	4,9	7,4	2,8
108	Moldávia	3,8	4,3	4,2	0,4	-0,1	35,8	41,7	45,2	22,1	16,5	9,6	10,9	2,6	1,4
109	Vietname	48,0	79,2	94,7	1,9	1,3	18,8	24,5	31,6	32,6	25,3	5,4	5,5	6,7	2,3
110	Síria	7,5	17,0	23,0	3,1	2,2	45,1	51,8	57,9	39,1	32,2	3,0	3,6	7,5	3,3
111	África do Sul	25,8	44,4	44,3	2,1	(,)	48,0	57,6	67,2	33,6	29,2	3,8	6,0	5,4	2,6
112	Indonésia	134,4	214,4	250,4	1,8	1,1	19,4	42,0	55,0	30,4	25,3	5,0	6,4	5,2	2,4
113	Tajiquistão	3,4	6,1	7,3	2,2	1,2	35,5	27,6	29,6	38,5	28,5	4,7	4,6	6,8	3,1
114	Bolívia	4,8	8,5	10,8	2,2	1,7	41,3	62,9	69,9	39,3	32,8	4,4	5,3	6,5	3,8
115	Honduras	3,0	6,6	8,8	3,0	2,0	32,1	53,6	64,3	41,2	33,5	3,6	4,5	7,1	3,7
116	Guiné Equatorial	0,2	0,5	0,7	2,8	2,5	27,1	49,2	61,4	43,5	43,0	3,8	3,6	5,7	5,9
117	Mongólia	1,4	2,5	3,1	2,1	1,3	48,7	56,7	59,5	34,2	26,6	3,8	4,1	7,3	2,4
118	Gabão	0,6	1,3	1,6	2,9	1,8	40,0	82,1	88,9	41,3	35,0	4,5	4,3	5,3	4,0
119	Guatemala	6,0	11,7	16,2	2,6	2,3	36,7	40,0	46,2	43,3	37,4	3,6	3,9	6,5	4,4
120	Egipto	39,3	69,1	90,0	2,2	1,9	43,5	42,7	45,8	35,7	31,7	4,5	5,4	5,7	3,3
121	Nicarágua	2,5	5,2	7,0	2,8	2,1	48,9	56,5	62,6	42,2	34,9	3,1	3,8	6,8	3,7
122	São Tomé e Príncipe	0,1	0,2	0,2	2,4	2,3	27,0	47,6	56,4	41,2	36,4	4,6	3,8	5,4	4,0
123	Ilhas Salomão	0,2	0,5	0,6	3,3	2,6	9,1	20,2	28,6	43,3	36,5	2,7	3,4	7,2	4,4
124	Namíbia	0,9	1,9	2,2	2,8	0,9	20,6	31,4	39,4	43,2	37,5	3,7	4,6	6,6	4,6
125	Botswana	0,8	1,7	1,7	2,9	-0,2	12,8	49,4	56,0	40,0	37,4	2,6	4,5	6,7	3,7
126	Marrocos	17,3	29,6	36,5	2,1	1,5	37,8	56,1	64,4	32,3	27,9	4,3	5,1	6,9	2,7
127	Índia	620,7	1,033,4	1,246,4	2,0	1,3	21,3	27,9	32,2	33,7	27,7	5,0	6,3	5,4	3,0
128	Vanuatu	0,1	0,2	0,3	2,7	2,2	15,7	22,1	28,6	41,6	34,9	3,5	4,0	6,1	4,1
129	Gana	9,9	20,0	26,4	2,7	2,0	30,1	36,4	42,4	40,6	34,9	3,3	4,1	6,9	4,1
130	Cambodja	7,1	13,5	18,4	2,5	2,2	10,3	17,4	26,1	42,5	37,4	2,9	3,6	5,5	4,8
131	Myanmar	30,2	48,2	55,8	1,8	1,0	23,9	28,2	36,7	32,7	26,8	4,6	5,9	5,8	2,9
132	Papua-Nova Guiné	2,9	5,5	7,2	2,5	1,9	11,9	17,6	22,3	41,4	34,0	2,4	2,8	6,1	4,1
133	Suazilândia	0,5	1,1	1,1	2,8	0,1	14,0	26,7	32,7	44,0	39,7	3,2	4,6	6,9	4,5
134	Comoros	0,3	0,7	1,0	3,2	2,6	21,2	33,8	42,6	42,7	38,5	2,3	3,0	7,1	4,9
135	Laos	3,0	5,4	7,3	2,2	2,1	11,1	19,7	27,1	42,4	36,8	3,5	3,7	6,2	4,8
136	Butão	1,2	2,1	3,0	2,3	2,6	3,5	7,4	11,6	42,3	37,8	4,3	4,5	5,9	5,0
137	Lesoto	1,1	1,8	1,7	1,8	-0,3	10,8	28,7	38,9	40,2	38,2	4,6	5,4	5,7	3,8
138	Sudão	16,7	32,2	41,4	2,5	1,8	18,9	37,0	48,7	39,9	34,8	3,5	4,4	6,7	4,4
139	Bangladeche	75,2	140,9	181,4	2,4	1,8	9,9	25,5	34,4	38,8	31,9	3,2	3,8	6,2	3,5
140	Congo	1,5	3,5	5,2	3,2	2,8	35,0	66,0	72,6	46,6	46,2	3,0	2,8	6,3	6,3
141	Togo	2,3	4,7	6,4	2,8	2,2	16,3	33,9	42,7	44,1	40,3	3,2	3,5	7,1	5,3
Desenvolvimento humano baixo															
142	Camarões	7,6	15,4	18,9	2,7	1,4	26,9	49,6	58,9	42,7	37,8	3,6	4,1	6,3	4,6
143	Nepal	13,4	24,1	32,0	2,3	2,0	5,0	12,2	17,9	40,5	35,6	3,7	4,2	5,8	4,3
144	Paquistão	70,3	146,3	204,5	2,8	2,4	26,4	33,4	39,5	41,8	38,1	3,7	4,0	6,3	5,1
145	Zimbabué	6,1	12,8	13,0	2,8	0,2	19,6	36,0	45,9	43,5	39,6	3,4	4,2	7,6	3,9
146	Quénia	13,6	31,1	36,9	3,2	1,2	12,9	34,3	47,2	42,7	36,5	2,9	3,4	8,1	4,0
147	Uganda	10,8	24,2	39,3	3,1	3,5	8,3	14,5	20,7	50,0	49,7	2,6	2,3	7,1	7,1
148	Iémen	6,9	18,7	30,7	3,8	3,6	16,6	25,0	31,2	48,9	47,2	2,3	2,2	8,4	7,0
149	Madagáscar	7,9	16,4	24,0	2,8	2,7	16,3	30,1	39,4	44,7	41,7	3,0	3,1	6,6	5,7
150	Haiti	4,9	8,1	9,7	1,9	1,3	21,7	36,3	45,6	39,8	35,1	3,9	4,5	5,8	4,0
151	Gâmbia	0,6	1,4	1,9	3,4	2,3	17,0	31,2	40,5	41,1	36,6	3,5	4,4	6,5	4,7

5 Tendências demográficas

Ordem IDH	População total (milhões) 1975	2001 [b]	2015 [b]	Taxa de crescimento anual da população 1975-2001	2001-15 [b]	População urbana (em % do total) [a] 1975	2001 [b]	2015 [b]	População com menos de 15 anos (em % do total) 2001 [b]	2015 [b]	População com 65 anos e mais (em % do total) 2001 [b]	2015 [b]	Taxa de fertilidade total (por mulher) 1970-75 [c]	2000-05 [b]
152 Nigéria	54,9	117,8	161,7	2,9	2,3	23,4	44,8	55,5	44,8	40,6	3,1	3,4	6,9	5,4
153 Djibouti	0,2	0,7	0,8	4,4	1,5	68,9	84,2	86,9	43,0	40,3	2,9	3,8	7,2	5,7
154 Mauritânia	1,4	2,7	4,0	2,5	2,7	20,3	59,0	73,8	43,2	41,7	3,4	3,5	6,5	5,8
155 Eritreia	2,1	3,8	5,9	2,3	3,1	12,7	19,1	26,2	45,7	41,7	2,1	2,4	6,5	5,4
156 Senegal	4,8	9,6	13,2	2,7	2,2	34,2	48,1	57,4	43,8	39,0	2,4	2,7	7,0	5,0
157 Guiné	4,1	8,2	11,2	2,7	2,2	16,3	27,9	35,5	44,1	41,5	2,8	3,1	7,0	5,8
158 Ruanda	4,4	8,1	10,6	2,3	1,9	4,0	6,3	8,9	45,3	43,5	2,5	2,9	8,3	5,7
159 Benim	3,0	6,4	9,1	2,8	2,5	21,9	43,0	53,0	45,9	42,1	2,7	2,8	7,1	5,7
160 Tanzânia	16,2	35,6	45,9	3,0	1,8	10,1	33,2	46,2	45,6	40,2	2,3	2,7	6,8	5,1
161 Costa do Marfim	6,8	16,1	19,8	3,3	1,5	32,1	44,0	50,9	42,3	37,3	3,1	3,9	7,4	4,7
162 Malawi	5,2	11,6	15,2	3,1	1,9	7,7	15,1	21,3	45,9	44,9	3,5	3,6	7,4	6,1
163 Zâmbia	5,1	10,6	12,7	2,8	1,3	34,8	39,8	45,2	46,4	44,7	3,0	3,2	7,8	5,6
164 Angola	6,2	12,8	19,3	2,8	2,9	17,8	34,8	44,1	47,4	47,9	2,7	2,6	6,6	7,2
165 Chade	4,1	8,1	12,1	2,6	2,9	15,6	24,2	30,9	46,6	46,5	3,1	2,8	6,7	6,7
166 Guiné-Bissau	0,7	1,4	2,1	3,0	2,9	15,9	32,3	43,0	46,9	46,9	3,1	2,8	7,1	7,1
167 Congo, Rep. Dem.	23,9	49,8	74,2	2,8	2,8	29,5	–	39,3	46,8	47,2	2,6	2,6	6,5	6,7
168 República Centro-Africana	2,1	3,8	4,6	2,3	1,4	33,7	41,7	49,7	43,1	40,4	4,0	4,0	5,7	4,9
169 Etiópia	33,1	67,3	93,8	2,7	2,4	9,5	15,9	22,0	45,8	43,1	2,9	3,2	6,8	6,1
170 Moçambique	10,6	18,2	22,5	2,1	1,5	8,7	33,2	48,2	44,0	41,2	3,2	3,5	6,6	5,6
171 Burundi	3,7	6,4	9,8	2,1	3,1	3,2	9,3	14,5	47,5	45,8	2,9	2,5	6,8	6,8
172 Mali	6,3	12,3	19,0	2,6	3,1	16,2	30,8	40,7	49,2	48,7	2,4	2,1	7,1	7,0
173 Burkina Faso	6,1	12,3	18,6	2,7	3,0	6,3	16,9	23,1	48,9	47,7	2,7	2,4	7,8	6,7
174 Níger	4,8	11,1	18,3	3,2	3,6	10,6	21,0	29,1	49,9	49,7	2,0	1,9	8,1	8,0
175 Serra Leoa	2,9	4,6	6,4	1,7	2,4	21,4	37,3	46,7	44,0	44,1	2,9	3,0	6,5	6,5
Países em desenvolvimento	2.961,2 T	4.863,8 T	5.868,2 T	1,9	1,4	26,3	40,8	48,6	32,6	28,2	5,1	6,4	5,4	2,9
Países menos desenvolvidos	353,7 T	684,1 T	941,9 T	2,5	2,3	14,7	25,7	34,5	43,1	40,1	3,1	3,3	6,6	5,1
Países Árabes	143,4 T	289,9 T	389,7 T	2,7	2,1	41,5	53,9	59,1	37,5	33,5	3,7	4,3	6,7	3,8
Ásia Oriental e Pacífico	1.310,5 T	1.899,7 T	2.124,6 T	1,4	0,8	20,2	38,8	50,3	26,4	21,4	6,4	8,4	5,0	2,0
América Latina e Caraíbas	317,9 T	522,6 T	622,5 T	1,9	1,3	61,4	75,8	80,5	31,5	26,3	5,5	7,3	5,1	2,5
Ásia do Sul	842,1 T	1.455,1 T	1.805,3 T	2,1	1,6	21,3	29,5	34,9	35,2	29,6	4,6	5,6	5,6	3,3
África Subsariana	305,8 T	626,4 T	843,1 T	2,8	2,1	21,0	34,8	42,8	44,4	41,9	3,0	3,3	6,8	5,4
Europa Central, do Leste & CEI	366,6 T	409,8 T	398,4 T	0,5	-0,2	57,0	63,0	64,4	20,1	16,3	11,9	13,2	2,5	1,4
OCDE	925,6 T	1.140,8 T	1.227,7 T	0,8	0,5	70,4	77,1	80,4	20,4	17,9	13,1	16,0	2,5	1,8
OCDE de rendimento elevado	766,2 T	906,8 T	962,9 T	0,7	0,4	73,7	79,1	82,3	18,3	16,5	14,6	18,0	2,2	1,7
Desenvolvimento humano elevado	972,3 T	1.193,9 T	1.282,0 T	0,8	0,5	71,7	78,3	81,5	20,2	17,8	13,2	16,2	2,5	1,8
Desenvolvimento humano médio	2.678,4 T	4.116,2 T	4.759,1 T	1,7	1,0	28,1	41,6	49,4	29,7	24,7	5,9	7,4	4,9	2,4
Desenvolvimento humano baixo	354,5 T	737,5 T	1.021,6 T	2,8	2,3	19,1	31,6	39,7	44,6	41,8	3,1	3,3	6,8	5,6
Rendimento elevado	782,0 T	935,9 T	997,7 T	0,7	0,5	73,8	79,4	82,6	18,5	16,6	14,4	17,7	2,2	1,7
Rendimento médio	1.847,5 T	2.694,8 T	3.027,9 T	1,5	0,8	35,0	51,6	60,7	27,1	22,5	6,8	8,5	4,6	2,1
Rendimento baixo	1.437,1 T	2.515,0 T	3.169,0 T	2,2	1,7	22,1	31,5	38,1	36,9	32,5	4,4	5,1	5,7	3,7
Mundo	4.068,1 T [e]	6.148,1 T [e]	7.197,2 T [e]	1,6	1,1	37,9	47,7	53,7	29,8	26,1	7,0	8,3	4,5	2,7

a. Como os dados são baseados em definições nacionais do que são cidades e áreas metropolitanas, as comparações entre países devem ser feitas com precaução. b. Os dados referem-se a projecções de variações médias. c. Os dados referem-se a estimativas para o período indicado. d. As estimativas da população incluem Taiwan, província da China. e. Os dados referem-se à população mundial total, de acordo com UN 2003d. A população total dos 175 países incluídos nos principais quadros de indicadores foi estimada em 4.063 milhões em 1975 e foi projectado para 6.140 milhões em 2001 e 7.188 milhões em 2015.

Fonte: Colunas 1-3, 13 e 14: UN 2003d; *coluna 4:* calculado com base nos dados das colunas 1 e 2; *coluna 5:* calculado com base nos dados das colunas 2 e 3; *colunas 6-8:* calculado com base nos dados da população urbana e da população total, de UN 2002b; *colunas 9 e 10:* calculado com base nos dados da população com menos de 15 anos e da população total, de UN 2003d; *colunas 11 e 12:* calculado com base nos dados da população com idade igual ou superior a 65 anos e da população total, de UN 2003d.

6 Compromisso com a saúde: acesso, serviços e recursos

Ordem IDH		População com acesso a saneamento melhorado (%) 2000	População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (%) 2000	População com acesso sustentável a medicamentos essenciais (%)[a] 1999	Crianças de um ano vacinadas: Contra a tuberculose (%) 2001	Crianças de um ano vacinadas: Contra o sarampo (%) 2001	Taxa de utilização de terapia de reidratação oral (%) 1994-2000[b]	Taxa de utilização de contraceptivos (%)[c] 1995-2001[b]	Partos assistidos por técnicos de saúde (%) 1995-2001[b]	Médicos (por 100.000 pessoas) 1990-2002[b]	Despesa de saúde: Pública (em % do PIB) 2000	Despesa de saúde: Privada (em % do PIB) 2000	Despesa de saúde: Per capita (dól. PPC) 2000
Desenvolvimento humano elevado													
1	Noruega	–	100	95-100	92	93	–	–	–	413	6,5	1,1	2.769
2	Islândia	–	–	95-100	–	88	–	–	–	326	7,6	1,4	2.642
3	Suécia	100	100	95-100	–	94	–	–	–	311	6,2	1,8	2.108
4	Austrália	100	100	95-100	–	93	–	–	100	260	6,0	2,3	2.213
5	Holanda	100	100	95-100	–	96	–	–	100	251	5,5	2,6	2.216
6	Bélgica	–	–	95-100	–	83	–	–	–	395	6,2	2,5	2.306
7	Estados Unidos	100	100	95-100	–	91	–	76	99	276	5,8	7,3	4.499
8	Canadá	100	100	95-100	–	96	–	75	98	186	6,5	2,5	2.534
9	Japão	–	–	95-100	–	96	–	–	100	197	5,9	1,8	2.009
10	Suíça	100	100	95-100	–	81	–	82	–	336	6,0	4,7	3.161
11	Dinamarca	–	100	95-100	–	94	–	–	–	339	6,8	1,5	2.434
12	Irlanda	–	–	95-100	90 [d]	73	–	–	–	226	5,1	1,6	1.908
13	Reino Unido	100	100	95-100	–	85	–	–	99	164	5,9	1,4	1.804
14	Finlândia	100	100	95-100	99	96	–	–	–	306	5,0	1,7	1.698
15	Luxemburgo	–	–	95-100	–	91	–	–	–	253	5,3	0,5	2.785
16	Áustria	100	100	95-100	–	79	–	51	–	302	5,6	2,4	2.245
17	França	–	–	95-100	84	84	–	–	–	303	7,2	2,3	2.380
18	Alemanha	–	–	95-100	–	89	–	–	–	354	8,0	2,6	2.768
19	Espanha	–	–	95-100	–	94	–	81	–	436	5,4	2,3	1.547
20	Nova Zelândia	–	–	95-100	–	85	–	75	100	226	6,2	1,8	1.646
21	Itália	–	–	95-100	–	70	–	60	–	567	5,9	2,1	2.028
22	Israel	–	–	95-100	–	94	–	–	–	378	8,1	2,6	2.338
23	Portugal	–	–	95-100	82	87	–	–	100	312	5,8	2,4	1.397
24	Grécia	–	–	95-100	88	88	–	–	–	392	4,6	3,7	1.349
25	Chipre	100	100	95-100	–	86 [d]	–	–	–	269	3,9	4,1	904
26	Hong Kong, China (RAE)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
27	Barbados	100	100	95-100	–	92	–	–	91	121	4,2	2,2	909
28	Singapura	100	100	95-100	97	89	–	–	100	135	1,3	2,3	913
29	Eslovénia	–	100	95-100	96	98	–	–	–	215	6,8	1,8	1.463
30	Coreia do Sul	63	92	95-100	89	97	–	81	100	173	2,6	3,3	899
31	Brunei	–	–	95-100	99	99	–	–	99	85	2,5	0,6	618
32	República Checa	–	–	80-94	98 [d]	–		72	–	308	6,5	0,6	1.031
33	Malta	100	100	95-100	–	65	–	–	–	263	6,1	2,8	803
34	Argentina	–	–	50-79	99	94	–	–	98	294	4,7	3,9	1.091
35	Polónia	–	–	80-94	95	97	–	–	–	233	4,2	1,8	575
36	Seychelles	–	–	80-94	99	95	–	–	–	132	3,9	2,0	749
37	Barém	–	–	95-100	–	98	–	62	98	169	2,8	1,3	641
38	Hungria	99	99	95-100	99	99	–	–	–	361	5,1	1,6	838
39	Eslováquia	100	100	95-100	93	99	–	–	–	322	5,2	0,6	653
40	Uruguai	94	98	50-79	99	94	–	–	99	375	5,1	5,8	1.007
41	Estónia	–	–	95-100	99	95	–	–	–	307	4,5	1,4	540
42	Costa Rica	93	95	95-100	92	82	–	–	98	178	4,7	2,1	474
43	Chile	96	93	80-94	97	97	–	–	100	115	3,1	4,2	697
44	Catar	–	–	95-100	99	92	–	43	–	220	2,5	0,7	849
45	Lituânia	–	–	80-94	99	97	–	47	–	394	4,4	1,8	430
46	Kuwait	–	–	95-100	– [d]	99	–	50	98	160	2,7	0,4	538
47	Croácia	–	–	95-100	97	94	–	–	–	229	7,5	1,6	665
48	Emiratos Árabes Unidos	–	–	95-100	98	94	–	28	99	177	2,5	0,7	762
49	Baamas	100	97	80-94	–	93	–	–	99 [e]	106	4,4	3,4	1.111
50	Letónia	–	–	80-94	99	98	–	48	100	313	3,5	2,3	406

6 Compromisso com a saúde: acesso, serviços e recursos

Ordem IDH	População com acesso a saneamento melhorado (%) 2000	População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (%) 2000	População com acesso sustentável a medicamentos essenciais (%)[a] 1999	Crianças de um ano vacinadas: Contra a tuberculose (%) 2001	Crianças de um ano vacinadas: Contra o sarampo (%) 2001	Taxa de utilização de terapia de reidratação oral (%) 1994-2000[b]	Taxa de utilização de contraceptivos (%)[c] 1995-2001[b]	Partos assistidos por técnicos de saúde (%) 1995-2001[b]	Médicos (por 100.000 pessoas) 1990-2002[b]	Despesa de saúde: Pública (em % do PIB) 2000	Despesa de saúde: Privada (em % do PIB) 2000	Despesa de saúde: Per capita (dól. PPC) 2000
51 São Cristóvão e Nevis	96	98	50-79	97	94	–	–	100	117	3,1	2,1	658
52 Cuba	98	91	95-100	99	99	–	–	100	590	6,1	1,0	193
53 Bielorrúsia	–	100	50-79	99	99	–	50	–	457	4,9	0,1	389
54 Trindade e Tobago	99	90	50-79	–	91	17 [e]	–	99	79	2,3	2,2	468
55 México	74	88	80-94	99	97	–	67	86	130	2,5	2,8	477
Desenvolvimento humano médio												
56 Antígua e Barbuda	95	91	50-79	–	97	–	–	100 [e]	17	3,3	2,2	629
57 Bulgária	100	100	80-94	98	90	–	42	–	344	2,9	0,8	225
58 Malásia	–	–	50-79	99	92	–	–	96	68	1,8	1,6	310
59 Panamá	92	90	80-94	99	97	7	–	90	117	4,8	2,1	464
60 Macedónia	–	–	50-79	97	92	–	–	–	300	5,1	0,9	301
61 Líbia	97	72	95-100	99	93	–	40	94	120	1,5	1,4	370
62 Maurícias	99	100	95-100	89	90	–	–	–	85	2,1	1,2	315
63 Federação Russa	–	99	50-79	97	98	–	73 [f]	–	423	3,7	1,4	405
64 Colômbia	86	91	80-94	86	75	–	77	86	109	5,3	4,0	612
65 Brasil	76	87	0-49	99	99	18	77	88	158	3,4	4,9	631
66 Bósnia e Herzegovina	–	–	80-94	95	92	11	48	100	140	3,1	4,7	259
67 Belize	50	92	80-94	95	96	–	–	77 [e]	55	2,1	2,5	273
68 Dominica	83	97	80-94	99	99	–	–	100	49	4,3	1,8	340
69 Venezuela	68	83	80-94	94	49	–	–	95	203	2,7	2,0	280
70 Samoa Ocidental	99	99	95-100	98	92	–	–	100	70	5,0	1,7	227
71 Santa Lúcia	89	98	50-79	99	89	–	–	100	518	2,6	1,6	272
72 Roménia	53	58	80-94	99	98	–	64	98	191	1,9	1,1	190
73 Arábia Saudita	100	95	95-100	94	94	–	32	91	153	3,5	1,0	641
74 Tailândia	96	84	95-100	99	94	–	72	85	24	2,1	1,6	237
75 Ucrânia	99	98	50-79	98	99	–	68	99	299	2,9	1,2	152
76 Cazaquistão	99	91	50-79	96	96	20	66	99	339	2,8	1,0	211
77 Suriname	93	82	95-100	–	90	24	–	85	45	5,5	4,3	424
78 Jamaica	99	92	95-100	96	85	–	66	95	140	2,6	2,9	208
79 Omã	92	39	80-94	98	99	88	24	91	137	2,0	0,5	388
80 São Vicente e Grenadinas	96	93	80-94	99	98	–	–	100 [e]	88	4,1	2,2	374
81 Fidji	43	47	95-100	99	90	–	–	100	36	2,6	1,4	194
82 Peru	71	80	50-79	88	97	29	69	59	117	2,8	2,0	238
83 Líbano	99	100	80-94	–	94	30	61	88	274	3,7	8,5	719
84 Paraguai	94	78	0-49	51	77	–	57	58	117	3,0	4,9	323
85 Filipinas	83	86	50-79	45	75	28	47	56	124	1,5	1,8	167
86 Maldivas	56	100	50-79	99	99	–	–	70	40	6,3	1,3	254
87 Turquemenistão	–	–	50-79	99	98	31	62	97	300	4,6	0,8	267
88 Geórgia	100	79	0-49	97	73	33	41	96	487	0,7	6,3	197
89 Azerbaijão	81	78	50-79	98	99	27	55	88	357	0,9	1,2	57
90 Jordânia	99	96	95-100	–	99	–	53	97	205	4,3	3,8	341
91 Tunísia	84	80	50-79	97	92	–	–	90	70	5,5	1,5	472
92 Guiana	87	94	0-49	95	92	7	–	95	48	4,2	0,9	198
93 Granada	97	95	95-100	–	96	–	–	100 [e]	50	3,4	1,4	351
94 República Dominicana	67	86	50-79	96	98	22	64	96	216	1,8	4,6	357
95 Albânia	91	97	50-79	93	95	48	58	99	133	2,1	1,3	129
96 Turquia	90	82	95-100	89	90	15	64	81	127	3,6	1,4	315
97 Equador	86	85	0-49	99	99	–	66	69	138	1,2	1,2	78
98 Territórios Ocupados Palestina	100	86	–	–	–	43	–	–	–	–	–	–
99 Sri Lanka	94	77	95-100	99	99	–	–	97	41	1,8	1,9	120
100 Arménia	–	–	0-49	97	93	30	61	97	305	3,2	4,4	192

6 Compromisso com a saúde: acesso, serviços e recursos

Ordem IDH		População com acesso a saneamento melhorado (%) 2000	População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (%) 2000	População com acesso sustentável a medicamentos essenciais (%)[a] 1999	Crianças de um ano vacinadas: Contra a tuberculose (%) 2001	Crianças de um ano vacinadas: Contra o sarampo (%) 2001	Taxa de utilização de terapia de reidratação oral (%) 1994-2000[b]	Taxa de utilização de contraceptivos (%)[c] 1995-2001[b]	Partos assistidos por técnicos de saúde (%) 1995-2001[b]	Médicos (por 100.000 pessoas) 1990-2002[b]	Despesa de saúde: Pública (em % do PIB) 2000	Despesa de saúde: Privada (em % do PIB) 2000	Despesa de saúde: Per capita (dól. PPC) 2000
101	Usbequistão	89	85	50-79	98	99	19	67	96	300	2,8	0,8	86
102	Quirguistão	100	77	50-79	99	99	13	60	98	288	3,5	2,2	145
103	Cabo Verde	71	74	80-94	84	72	–	53	53	17	1,9	0,7	106
104	China	40	75	80-94	77	79	29	84	89	167	2,0	3,4	205
105	El Salvador	82	77	80-94	99	97	–	60	51	121	3,8	5,0	391
106	Irão	83	92	80-94	93	96	–	73	–	110	2,7	3,3	356
107	Argélia	92	89	95-100	97	83	62	64	92	85	3,0	0,6	142
108	Moldávia	99	92	50-79	98	81	19	62	99	325	2,9	0,7	65
109	Vietname	47	77	80-94	99	97	20	75	70	52	1,4	3,9	130
110	Síria	90	80	80-94	99	93	–	–	76 [e]	142	1,6	0,9	51
111	África do Sul	87	86	80-94	87	72	–	56	84	443	3,7	5,1	663
112	Indonésia	55	78	80-94	65	59	18	57	56	16	0,6	2,1	84
113	Tajiquistão	90	60	0-49	97	86	20	34	77	207	2,0	0,5	29
114	Bolívia	70	83	50-79	94	79	40	53	59	130	4,3	1,8	145
115	Honduras	75	88	0-49	99	95	–	50	54	83	4,3	2,5	165
116	Guiné Equatorial	53	44	0-49	34	19	–	–	–	25	1,0	2,2	168
117	Mongólia	30	60	50-79	98	95	32	60	97	254	4,7	2,0	120
118	Gabão	53	86	0-49	89	55	–	33	86	–	2,0	0,9	171
119	Guatemala	81	92	50-79	92	90	15	38	41	90	2,3	2,5	192
120	Egipto	98	97	80-94	98	97	–	56	61	218	1,8	2,3	143
121	Nicarágua	85	77	0-49	98	99	18	60	65	61	2,3	2,1	108
122	São Tomé e Príncipe	–	–	0-49	81	69	25	–	86 [e]	47	1,6	0,8	23
123	Ilhas Salomão	34	71	80-94	85	–	–	–	85	13	5,5	0,3	97
124	Namíbia	41	77	80-94	69	58	–	–	78	29	4,2	2,9	366
125	Botswana	66	95	80-94	99	83	–	40	99	26	3,7	2,2	358
126	Marrocos	68	80	50-79	93	96	–	50	40	49	1,6	3,1	174
127	Índia	28	84	0-49	73	56	–	48 [g]	43	48	0,9	4,0	71
128	Vanuatu	100	88	–	90	94	–	–	89	12	2,3	1,5	119
129	Gana	72	73	0-49	91	81	22	22	44	6	2,2	1,9	51
130	Cambodja	17	30	0-49	64	59	–	24	32	30	1,0	6,1	97
131	Myanmar	64	72	50-79	70	73	24	33	–	30	0,4	1,8	24
132	Papua-Nova Guiné	82	42	80-94	74	58	–	26	53	7	3,8	0,4	145
133	Suazilândia	–	–	95-100	95	72	7	–	70	15	2,7	1,2	195
134	Comoros	98	96	80-94	90	70	22	21	62	7	3,1	1,2	35
135	Laos	30	37	50-79	60	50	20	32	21	61	1,3	2,1	52
136	Butão	70	62	80-94	81	78	–	–	15 [e]	16	3,7	0,4	64
137	Lesoto	49	78	80-94	92	77	–	30	60	7	5,2	1,1	100
138	Sudão	62	75	0-49	51	67	21	–	86 [e]	16	0,9	2,1	43
139	Bangladeche	48	97	50-79	94	76	–	54	12	20	1,5	2,6	47
140	Congo	–	51	50-79	53	35	13	–	–	25	1,5	0,5	23
141	Togo	34	54	50-79	84	58	23	24	49	8	1,5	1,4	35
Desenvolvimento humano baixo													
142	Camarões	79	58	50-79	77	62	23	19	56	7	1,0	2,9	55
143	Nepal	28	88	0-49	84	71	11	39	11	4	1,6	3,6	64
144	Paquistão	62	90	50-79	78	54	19	28	20	68	0,9	3,2	76
145	Zimbabué	62	83	50-79	80	68	50	54	73	14	3,7	3,6	170
146	Quénia	87	57	0-49	91	76	30	39	44	14	2,4	6,4	123
147	Uganda	79	52	50-79	81	61	–	23	39	5	1,6	2,4	38
148	Iémen	38	69	50-79	73	79	–	21	22	22	1,5	3,4	69
149	Madagáscar	42	47	50-79	72	55	16	19	47	11	2,6	1,0	33
150	Haiti	28	46	0-49	71	53	–	27	24	25	2,4	2,4	56
151	Gâmbia	37	62	80-94	99	90	26	10	51	4	3,0	0,6	51

6 Compromisso com a saúde: acesso, serviços e recursos

Ordem IDH	População com acesso a saneamento melhorado (%) 2000	População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada (%) 2000	População com acesso sustentável a medicamentos essenciais (%)[a] 1999	Crianças de um ano vacinadas: Contra a tuberculose (%) 2001	Crianças de um ano vacinadas: Contra o sarampo (%) 2001	Taxa de utilização de terapia de reidratação oral (%) 1994-2000[b]	Taxa de utilização de contraceptivos (%)[c] 1995-2001[b]	Partos assistidos por técnicos de saúde (%) 1995-2001[b]	Médicos (por 100.000 pessoas) 1990-2002[b]	Despesa de saúde: Pública (em % do PIB) 2000	Despesa de saúde: Privada (em % do PIB) 2000	Despesa de saúde: Per capita (dól. PPC) 2000
152 Nigéria	54	62	0-49	54	40	24	15	42	19	0,5	1,2	15
153 Djibouti	91	100	80-94	38	49	–	–	–	13	2,4	2,5	63
154 Mauritânia	33	37	50-79	70	58	–	8	53	14	3,4	0,9	52
155 Eritreia	13	46	50-79	98	88	–	5	21	5	2,9	1,5	24
156 Senegal	70	78	50-79	89	48	4	13	51	10	2,6	2,0	56
157 Guiné	58	48	80-94	71	52	21	6	35	13	1,9	1,4	56
158 Ruanda	8	41	0-49	74	78	4	13	31	–	2,6	2,5	40
159 Benim	23	63	50-79	94	65	18	19	66	10	1,8	1,4	28
160 Tanzânia	90	68	50-79	89	83	21	25	36	4	2,2	2,5	27
161 Costa do Marfim	52	81	80-94	72	61	25	15	47	9	1,0	1,8	45
162 Malawi	76	57	0-49	93	82	–	31	56	–	3,6	4,0	38
163 Zâmbia	78	64	50-79	92	85	8	25	47	7	3,5	2,1	49
164 Angola	44	38	0-49	74	72	–	8	23	5	2,0	1,6	52
165 Chade	29	27	0-49	44	36	36	8	16	3	2,3	0,5	16
166 Guiné-Bissau	56	56	0-49	70	48	13	8	35	17	1,8	0,4	12
167 Congo, Rep. Dem.	21	45	–	57	46	–	–	61	7	0,3	2,7	–
168 República Centro-Africana	25	70	50-79	38	29	34	15	44	4	1,4	1,0	31
169 Etiópia	12	24	50-79	76	52	–	8	6	3	1,1	2,7	14
170 Moçambique	43	57	50-79	97	92	27	6	44	6	2,8	1,6	30
171 Burundi	88	78	0-49	84	75	10	–	25	1	1,7	1,5	16
172 Mali	69	65	50-79	68	37	22	8	24	5	2,2	2,7	32
173 Burkina Faso	29	42	50-79	72	46	37	12	31	3	3,0	1,2	37
174 Níger	20	59	50-79	49	51	38	14	16	4	1,5	1,8	22
175 Serra Leoa	66	57	0-49	74	37	28	4	42	9	2,0	1,7	24
Países em desenvolvimento	51	78	–	78	69	–	–	56	–	–	–	–
Países menos desenvolvidos	44	62	–	77	63	–	–	31	–	–	–	–
Países Árabes	83	86	–	85	84	–	–	67	–	–	–	–
Ásia Oriental e Pacífico	48	76	–	75	77	–	–	80	–	–	–	–
América Latina e Caraíbas	77	86	–	95	91	–	–	82	–	–	–	–
Ásia do Sul	37	85	–	77	60	–	–	36	–	–	–	–
África Subsariana	53	57	–	73	58	–	–	38	–	–	–	–
Europa Central, do Leste e CEI	–	93	–	97	97	–	–	96	–	–	–	–
OCDE	–	–	–	–	91	–	–	94	–	–	–	–
OCDE de rendimento elevado	–	–	–	–	90	–	–	99	–	–	–	–
Desenvolvimento humano elevado	–	–	–	–	91	–	–	96	–	–	–	–
Desenvolvimento humano médio	51	82	–	80	74	–	–	64	–	–	–	–
Desenvolvimento humano baixo	51	62	–	73	57	–	–	31	–	–	–	–
Rendimento elevado	–	–	–	–	89	–	–	99	–	–	–	–
Rendimento médio	60	82	–	85	86	–	–	84	–	–	–	–
Rendimento baixo	44	76	–	75	60	–	–	40	–	–	–	–
Mundo	61 [h]	82 [h]	–	79	72	–	–	60	–	–	–	–

a. Os dados sobre o acesso aos medicamentos essenciais são baseados em estimativas recebidas da Organização Mundial da Saúde (OMS), dos gabinetes regionais e de países e de conselheiros regionais e, ainda, através do Inquérito sobre a Situação Mundial dos Medicamentos, realizado em 1998-99. Estas estimativas representam a melhor informação disponível, até esta data, no Departamento de Medicamentos Essenciais e Políticas Farmacêuticas da OMS e estão, actualmente, a ser validadas pelos países membros da OMS. O departamento distribui as estimativas por quatro agrupamentos: acesso muito baixo (0-49%), acesso baixo (50-79%), acesso médio (80-94%) e acesso bom (95% ou mais). Estes agrupamentos, utilizados aqui na apresentação de dados, são frequentemente utilizados pela OMS para interpretar os dados, porque as estimativas percentuais podem sugerir um elevado nível de correcção, mais do que os dados oferecem. b. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado. c. Os dados referem-se normalmente a mulheres casadas com 15-49 anos, mas o conjunto de idades coberto pode variar entre países. d. WHO 2003d. e. Os dados referem-se a ano ou período diferentes do indicado, diferem da definição padrão ou respeitam apenas a uma parte do país. f. Os dados referem-se às cidades de Ivanovo, Perm e Yekaterinburg. g. Exclui o estado de Tripura. h. Os dados referem-se aos agregados mundiais, de acordo com UNICEF 2003b.

Fonte: Colunas 1 e 2: UN 2003a, baseado em dados produzidos conjuntamente pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a OMS; *coluna 3:* UN 2003a, baseado em dados da OMS; *coluna 4:* UNICEF 2003b, baseado em dados produzidos conjuntamente pela UNICEF e a OMS; os agregados foram calculados pela OMS para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano; *colunas 5 e 8:* UN 2003a, baseado em dados produzidos conjuntamente pela UNICEF e a OMS; os agregados foram calculados pela OMS para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano; coluna 6: UNICEF 2003b; coluna 7: UN 2003c; *coluna 9:* WHO 2003c; *colunas 10-12:* WHO 2003b.

7 Principais crises e desafios da saúde no mundo

Ordem IDH	Pessoas subali-mentadas (em % da população total) 1998/2000 [a]	Crianças com peso deficiente para a idade (% menores de 5 anos) 1995-2001 [b]	Crianças com altura deficiente para a idade (% menores de 5 anos) 1995-2001 [b]	Crianças nascidas com insu-ficiência de peso (%) 1995-2000 [b]	Pessoas que vivem com HIV/SIDA: Adultos (% 15-49 anos) 2001 [c]	Pessoas que vivem com HIV/SIDA: Mulheres (15-49 anos) 2001 [c]	Pessoas que vivem com HIV/SIDA: Crianças (0-14 anos) 2001 [c]	Casos de malária (por 100.000 pessoas) 2000 [d]	Casos de tuber-culose (por 100.000 pessoas) 2001 [e]	Consumo de cigarros por adulto (média anual) 1992-2000 [f]
Desenvolvimento humano elevado										
1 Noruega	–	–	–	5	0,08	400	<100	–	3	739
2 Islândia	–	–	–	4	0,15	<100	<100	–	2	2.013
3 Suécia	–	–	–	4	0,08	880	<100	–	2	1.085
4 Austrália	–	–	–	7	0,07	800	140	–	4	1.708
5 Holanda	–	–	–	–	0,21	3.300	160	–	3	2.775
6 Bélgica	–	–	–	8	0,16	2.900	330	–	6	1.830
7 Estados Unidos	–	1 [g]	2 [g]	8	0,61	180.000	10.000	–	2	2.092
8 Canadá	–	–	–	6	0,31	14.000	<500	–	3	1.820
9 Japão	–	–	–	7 [g]	<0,10	6.600	110	–	21	2.950
10 Suíça	–	–	–	6	0,50	6.000	300	–	5	2.880
11 Dinamarca	–	–	–	6	0,15	770	<100	–	6	1.847
12 Irlanda	–	–	–	4 [g]	0,11	660	190	–	6	2.316
13 Reino Unido	–	–	–	8	0,10	7.400	550	–	5	1.553
14 Finlândia	–	–	–	6	<0,10	330	<100	–	5	1.171
15 Luxemburgo	–	–	–	4	0,16	–	–	–	6	–
16 Áustria	–	–	–	7	0,24	2.200	<100	–	6	1.650
17 França	–	–	–	6	0,33	27.000	1.000	–	6	1.757
18 Alemanha	–	–	–	7	0,10	8.100	550	–	5	1.814
19 Espanha	–	–	–	6	0,50	26.000	1.300	–	14	2.826
20 Nova Zelândia	–	–	–	6	0,06	180	<100	–	5	1.038
21 Itália	–	–	–	6	0,37	33.000	770	–	4	2.041
22 Israel	–	–	–	8	0,10	–	–	–	5	2.118
23 Portugal	–	–	–	7	0,52	5.100	350	–	17	2.036
24 Grécia	–	–	–	7	0,17	1.800	<100	–	11	3.230
25 Chipre	–	–	–	–	0,25	150	–	–	5	–
26 Hong Kong, China (RAE)	–	–	–	–	0,08	660	<100	–	39	–
27 Barbados	–	6 [g]	7 [g]	10	1,20 [h]	–	–	–	11	523
28 Singapura	–	14 [g]	11 [g]	8	0,20	860	<100	–	22	–
29 Eslovénia	–	–	–	6	<0,10	<100	<100	–	12	2.742
30 Coreia do Sul	–	–	–	–	<0,10	960	<100	9	48	2.668
31 Brunei	–	–	–	–	–	–	–	–	24	–
32 República Checa	–	1 [g]	2 [g]	6	<0,10	<100	<10	–	7	1.476
33 Malta	–	–	–	7	0,13	–	–	–	3	–
34 Argentina	–	5	12	7	0,69	30.000	3.000	1	30	1.456
35 Polónia	–	–	–	6	0,10 [h]	–	–	–	23	2.473
36 Seychelles	–	6 [g]	5 [g]	10 [g]	–	–	–	–	26	–
37 Barém	–	9	10	10	0,26	150	–	–	34	–
38 Hungria	–	2 [g]	3 [g]	9	0,06	300	<100	–	22	2.697
39 Eslováquia	–	–	–	7	<0,10	<100	–	–	15	2.039
40 Uruguai	3	5	8	–	0,30	1.400	100	–	15	1.425
41 Estónia	–	–	–	5	1,00	1.500	–	–	27	2.092
42 Costa Rica	5	5	6	6	0,55	2.800	320	42	7	–
43 Chile	4	1	2	5	0,30	4.300	<500	–	10	1.230
44 Catar	–	6	8	10	–	–	–	–	13	–
45 Lituânia	–	–	–	4	0,07	260	<100	–	48	1.839
46 Kuwait	4	10	24	7	–	–	–	–	27	1.616
47 Croácia	–	1	1	6	<0,10	<100	<10	–	40	2.218
48 Emiratos Árabes Unidos	–	14	17	–	–	–	–	–	13	–
49 Baamas	–	–	–	–	3,50	2.700	<100	–	19	–
50 Letónia	–	–	–	5	0,40	1.000	<100	–	43	–

7 Principais crises e desafios da saúde no mundo

Ordem IDH		Pessoas subalimentadas (em % da população total) 1998/2000 [a]	Crianças com peso deficiente para a idade (% menores de 5 anos) 1995-2001 [b]	Crianças com altura deficiente para a idade (% menores de 5 anos) 1995-2001 [b]	Crianças nascidas com insuficiência de peso (%) 1995-2000 [b]	Pessoas que vivem com HIV/SIDA: Adultos (% 15-49 anos) 2001 [c]	Pessoas que vivem com HIV/SIDA: Mulheres (15-49 anos) 2001 [c]	Pessoas que vivem com HIV/SIDA: Crianças (0-14 anos) 2001 [c]	Casos de malária (por 100.000 pessoas) 2000 [d]	Casos de tuberculose (por 100.000 pessoas) 2001 [e]	Consumo de cigarros por adulto (média anual) 1992-2000 [f]
51	São Cristóvão e Nevis	–	–	–	13 [g]	–	–	–	–	7	–
52	Cuba	13	4	5	6	<0,10	830	<100	–	6	–
53	Bielorrúsia	–	–	–	5	0,27	3.700	–	–	57	2.285
54	Trindade e Tobago	12	7 [g]	4 [g]	–	2,50	5.600	300	1	9	673
55	México	5	8	18	9	0,28	32.000	3.600	8	19	752
Desenvolvimento humano médio											
56	Antígua e Barbuda	–	10 [g]	7 [g]	8	–	–	–	–	3	–
57	Bulgária	–	–	–	9	<0,10 [h]	–	–	–	20	3.322
58	Malásia	–	18	–	9	0,35	11.000	770	57	67	1.262
59	Panamá	18	7	14	10	1,50	8.700	800	36	28	–
60	Macedónia	–	6	7	6	<0,10	<100	<100	–	26	2.360
61	Líbia	–	5	15	7 [g]	0,24	1.100	–	2	11	–
62	Maurícias	5	16	10	13	0,10	350	<100	1 [h]	57	1.349
63	Federação Russa	–	3	13	7	0,90	180.000	–	1	93	2.691
64	Colômbia	13	7	14	7	0,40	20.000	4.000	250	29	614
65	Brasil	10	6	11	9	0,65	220.000	13.000	344	44	869
66	Bósnia e Herzegovina	–	4	10	4	<0,10 [h]	–	–	–	35	1.546
67	Belize	–	6 [g]	–	4	2,00	1.000	180	657	18	1.127
68	Dominica	–	5 [g]	6 [g]	8 [g]	–	–	–	–	9	–
69	Venezuela	21	5	14	6	0,50 [h]	–	–	94	22	1.221
70	Samoa Ocidental	–	–	–	–	–	–	–	–	22	–
71	Santa Lúcia	–	14 [g]	11 [g]	8 [g]	–	–	–	–	9	–
72	Roménia	–	6 [g]	8 [g]	9	<0,10	–	4.000	–	94	1.563
73	Arábia Saudita	3	14	20	3	–	–	–	32	27	–
74	Tailândia	18	19 [g]	16 [g]	7	1,79	220.000	21.000	130	100	798
75	Ucrânia	–	3	15	6	0,99	76.000	–	–	57	1.225
76	Cazaquistão	–	4	10	6	0,07	1.200	<100	(,)	94	1.771
77	Suriname	11	–	–	11	1,20	1.800	190	2,954	44	2.285
78	Jamaica	9	4	3	11	1,22	7.200	800	–	3	592
79	Omã	–	24	23	8	0,11	200	–	27	5	–
80	São Vicente e Grenadinas	–	–	–	10	–	–	–	–	–	–
81	Fidji	–	8 [g]	3 [g]	12 [g]	0,07	<100	–	–	23	819
82	Peru	11	7	25	10	0,35	13.000	1.500	258	94	166
83	Líbano	3	3	12	6	–	–	–	–	11	–
84	Paraguai	14	5	11	9	–	–	–	124	43	1.838
85	Filipinas	23	28	30	18	<0,10	2.500	<10	15	226	1.563
86	Maldivas	–	30	25	12	0,06	–	–	–	21	–
87	Turquemenistão	–	12	22	5	<0,10	<100	–	1	56	–
88	Geórgia	–	3	12	6	<0,10	180	–	5	58	–
89	Azerbaijão	–	17	20	10	<0,10	280	–	19	56	774
90	Jordânia	6	5	8	10	<0,10	150	–	3	5	1.686
91	Tunísia	–	4	12	5	–	–	–	1	18	1.775
92	Guiana	–	12	10	14	2,70	8.500	800	3.074	65	637
93	Granada	–	–	–	11 [g]	–	–	–	–	3	–
94	República Dominicana	26	5	6	13	2,50	61.000	4.700	6	88	762
95	Albânia	–	14	32	5	–	–	–	–	21	1.027
96	Turquia	–	8	16	15	<0,10 [h]	–	–	17	25	2.118
97	Equador	5	15	27	16	0,30	5.100	660	728	94	259
98	Territórios Ocupados da Palestina	–	3	8	9	–	–	–	–	19	–
99	Sri Lanka	23	29	14	17	<0,10	1.400	<100	1.110	50	344
100	Arménia	–	3	13	9	0,15	480	<100	4	47	1.389

7 Principais crises e desafios da saúde no mundo

Ordem IDH		Pessoas subalimentadas (em % da população total) 1998/2000 [a]	Crianças com peso deficiente para a idade (% menores de 5 anos) 1995-2001 [b]	Crianças com altura deficiente para a idade (% menores de 5 anos) 1995-2001 [b]	Crianças nascidas com insuficiência de peso (%) 1995-2000 [b]	Pessoas que vivem com HIV/SIDA: Adultos (% 15-49 anos) 2001 [c]	Pessoas que vivem com HIV/SIDA: Mulheres (15-49 anos) 2001 [c]	Pessoas que vivem com HIV/SIDA: Crianças (0-14 anos) 2001 [c]	Casos de malária (por 100.000 pessoas) 2000 [d]	Casos de tuberculose (por 100.000 pessoas) 2001 [e]	Consumo de cigarros por adulto (média anual) 1992-2000 [f]
101	Usbequistão	–	19	31	6	<0,10	150	<100	1	63	501
102	Quirguistão	–	11	25	6	<0,10	<100	–	(,)	88	–
103	Cabo Verde	–	14 [g]	16 [g]	13	–	–	–	–	188	–
104	China	9	10	17	6	0,11	220.000	2.000	1	107	1.780
105	El Salvador	14	12	23	13	0,60	6.300	830	11	36	472
106	Irão	5	11	15	7	<0,10	5.000	<200	27	32	791
107	Argélia	6	6	18	7	0,10 [h]	–	–	2 [h]	23	907
108	Moldávia	–	3	10	7	0,24	1.200	–	–	104	–
109	Vietname	18	33	36	9	0,30	35.000	2.500	95	93	1.084
110	Síria	3	13	21	6	–	–	–	(,)	47	1.223
111	África do Sul	–	12	25	–	20,10	2.700.000	250.000	143	237	941
112	Indonésia	6	26	–	9	0,10	27.000	1.300	920	321	1.388
113	Tajiquistão	–	–	–	13	<0,10	<100	–	303	83	–
114	Bolívia	23	10	26	8	0,10	1.200	160	378	116	–
115	Honduras	21	25	39	6	1,60	27.000	3,000	541	46	960
116	Guiné Equatorial	–	–	–	–	3,38	3.000	420	2.744 [i]	102	–
117	Mongólia	42	13	25	6	<0,10	–	–	–	124	–
118	Gabão	8	12	21	–	–	–	–	2.148 [j]	187	506
119	Guatemala	25	24	46	12	1,00	27.000	4.800	386	48	553
120	Egipto	4	4	19	10	<0,10	780	–	(,)	23	1.201
121	Nicarágua	29	12	25	13	0,20	1.500	210	402	35	–
122	São Tomé e Príncipe	–	16	26	7 [g]	–	–	–	–	143	–
123	Ilhas Salomão	–	21 [g]	27 [g]	–	–	–	–	15.172	52	620
124	Namíbia	9	24	24	15 [g]	22,50	110.000	30,000	1.502	221	–
125	Botswana	25	13	23	11	38,80	170.000	28,000	48.704	224	–
126	Marrocos	7	9 [g]	23 [g]	9 [g]	0,08	2.000	–	(,)	47	717
127	Índia	24	47	46	26	0,79	1.500.000	170.000	7	199	112
128	Vanuatu	–	20 [g]	19 [g]	7 [g]	–	–	–	3.260	63	–
129	Gana	12	25	26	9	3,00	170.000	34.000	15.344	145	164
130	Cambodja	36	45	45	9	2,70	74.000	12.000	476	560	–
131	Myanmar	6	36	37	16	–	–	–	224	113	–
132	Papua-Nova Guiné	27	35 [g]	–	–	0,65	4,100	500	1.688	283	–
133	Suazilândia	12	10	30	–	33,44	89.000	14.000	2.835	627	–
134	Comoros	–	25	42	18	–	–	–	1.930	49	–
135	Laos	24	40	41	–	<0,10	350	<100	759	143	–
136	Butão	–	19	40	15	<0,10	–	–	285	114	–
137	Lesoto	26	16	44	–	31,00	180.000	27.000	0 [h]	277	–
138	Sudão	21	17	–	–	2,60	230.000	30.000	13.934	142	–
139	Bangladeche	35	48	45	30	<0,10	3.100	310	40	211	234
140	Congo	32	14 [g]	19 [g]	–	7,15	59.000	15.000	5.880	122	401
141	Togo	23	25	22	13	6,00	76.000	15.000	7.701 [j]	114	–
Desenvolvimento humano baixo											
142	Camarões	25	21	35	10	11,83	500.000	69.000	2.900 [j]	96	–
143	Nepal	19	48	51	21	0,49	14.000	1.500	33	135	512
144	Paquistão	19	38	–	21 [g]	0,11	16.000	2.200	58	178	635
145	Zimbabué	38	13	27	10	33,73	1.200.000	240.000	5.410	291	493
146	Quénia	44	23	37	9	15,01	1.400.000	220.000	545	289	316
147	Uganda	21	23	39	13	5,00	280.000	110.000	46	187	157
148	Iémen	33	46	52	26	0,12	1.500	–	15.160 [h]	70	794
149	Madagáscar	40	33	49	15	0,29	12.000	1.000	–	158	376
150	Haiti	50	17	23	28 [g]	6,10	120.000	12.000	15 [h]	190	221
151	Gâmbia	21	17	19	14	1,60	4.400	460	17.340 [j]	283	–

7 Principais crises e desafios da saúde no mundo

Ordem IDH	Pessoas subali-mentadas (em % da população total) 1998/2000 [a]	Crianças com peso deficiente para a idade (% menores de 5 anos) 1995-2001 [b]	Crianças com altura deficiente para a idade (% menores de 5 anos) 1995-2001 [b]	Crianças nascidas com insu-ficiência de peso (%) 1995-2000 [b]	Pessoas que vivem com HIV/SIDA: Adultos (% 15-49 anos) 2001 [c]	Pessoas que vivem com HIV/SIDA: Mulheres (15-49 anos) 2001 [c]	Pessoas que vivem com HIV/SIDA: Crianças (0-14 anos) 2001 [c]	Casos de malária (por 100.000 pessoas) 2000 [d]	Casos de tuber-culose (por 100.000 pessoas) 2001 [e]	Consumo de cigarros por adulto (média anual) 1992-2000 [f]
152 Nigéria	7	27	46	9	5,80	1.700.000	270.000	30	196	185
153 Djibouti	–	18	26	–	–	–	–	715 [h]	382	–
154 Mauritânia	12	32	35	–	–	–	–	11.150 [h]	209	–
155 Eritreia	58	44	38	14	2,80	30.000	4.000	3.479	249	–
156 Senegal	25	18	19	12	0,50	14.000	2.900	11.925	103	330
157 Guiné	32	23	26	10	–	–	–	75.386	134	–
158 Ruanda	40	24	43	12 [g]	8,88	250.000	65.000	6,510	188	–
159 Benim	13	23	31	15	3,61	67.000	12.000	10.697 [k]	36	–
160 Tanzânia	47	29	44	11	7,83	750.000	170.000	1.207 [h]	212	194
161 Costa do Marfim	15	21	25	17	9,65	400.000	84.000	12.152	207	285
162 Malawi	33	25	49	13 [g]	15,00	440.000	65.000	25.948	242	196
163 Zâmbia	50	25	59	11	21,52	590.000	150.000	34.204	445	–
164 Angola	50	–	–	–	5,50	190.000	37.000	8.773	197	–
165 Chade	32	28	28	24	3,61	76.000	18.000	197 [h]	168	–
166 Guiné-Bissau	–	23	28	20	2,81	9.300	1.500	2.421 [h]	135	–
167 Congo, Rep. Dem.	73	31	38	15	4,90	670.000	170.000	2.960 [h]	184	109
168 República Centro-Africana	44	24	39	13 [g]	12,90	130.000	25.000	2.207 [l]	255	–
169 Etiópia	44	47	52	12	6,41	1.100.000	230.000	556 [i]	179	–
170 Moçambique	55	26	36	13	13,00	630.000	80.000	18.115	125	–
171 Burundi	69	45	57	16 [g]	8,30	190.000	55.000	48.098	170	–
172 Mali	20	43	–	16	1,65	54.000	13.000	4.008 [j]	295	–
173 Burkina Faso	23	34	37	18	6,50	220.000	61.000	619	157	199
174 Níger	36	40	40	12	–	–	–	1.693 [j]	150	–
175 Serra Leoa	47	27	34	22	7,00	90.000	16.000	–	258	–
Países em desenvolvimento	18	–	–	–	1,30	18.000.000 T	2.900.000 T	–	144	–
Países menos desenvolvidos	38	–	–	–	3,50	6.500.000 T	1.400.000 T	–	192	–
Países Árabes	13	–	–	–	0,40	260.000 T	40.000 T	–	57	–
Ásia Oriental e Pacífico	–	–	–	–	0,20	600.000 T	40.000 T	–	137	–
América Latina e Caraíbas	12	–	–	–	0,60	640.000 T	60.000 T	–	41	–
Ásia do Sul	24	–	–	–	0,50	1.500.000 T	170.000 T	–	188	–
África Subsariana	33	–	–	–	9,00	15.000.000 T	2.600.000 T	–	198	–
Europa Central, do Leste & CEI	9	–	–	–	0,50	270.000 T	15.000 T	–	66	–
OCDE	–	–	–	–	0,30	360.000 T	19.000 T	–	11	–
OCDE de rendimento elevado	–	–	–	–	0,30	330.000 T	16.000 T	–	9	–
Desenvolvimento humano elevado	–	–	–	–	0,30	420.000 T	25.000 T	–	12	–
Desenvolvimento humano médio	15	–	–	–	0,70	6.700.000 T	680.000 T	–	137	–
Desenvolvimento humano baixo	31	–	–	–	5,90	11.300.000 T	2.200.000 T	–	188	–
Rendimento elevado	–	–	–	–	0,30	330.000 T	16.000 T	–	9	–
Rendimento médio	10	–	–	–	0,60	4.200.000 T	390.000 T	–	85	–
Rendimento baixo	25	–	–	–	2,10	14.000.000 T	2.500.000 T	–	197	–
Mundo	–	–	–	–	1,20	18.500.000 T	3.000.000 T	–	119	–

a. Os dados referem-se à média para os anos indicados. b. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado. c. Os dados referem-se ao final de 2001. Os agregados são estimativas arredondadas; a soma dos totais regionais pode não ser igual ao total mundial. d. Os dados referem-se aos casos de malária relatados à Organização Mundial de Saúde (OMS) e podem representar apenas uma fracção do verdadeiro número de casos, devido a sistemas de registo deficientes, à cobertura incompleta dos serviços de saúde, ou a ambos. Devido à diversidade dos sistemas de investigação dos casos e de registo, as comparações entre países devem ser feitas com cautela. e. Os dados referem-se à prevalência de casos de tuberculose com análise positiva. f. Os dados referem-se a estimativas do consumo aparente, baseadas em dados da produção, importação e exportação de cigarros. Essas estimativas podem sub ou sobreavaliar o consumo verdadeiro em países onde os produtos do tabaco são importados ou exportados ilegalmente, onde é significativo o açambarcamento de cigarros, ou onde a população temporária é elevada. As estimativas do consumo aparente não permitem conhecer os padrões de fumo da população. Os dados referem-se à média móvel trienal disponível mais recente durante o período indicado. g. Os dados referem-se a ano ou período diferentes do indicado, diferem da definição padrão ou respeitam apenas a uma parte do país. h. Os dados referem-se a 1999. i. Os dados referem-se a 1995. j. Os dados referem-se a 1998. k. Os dados referem-se a 1997. l. Os dados referem-se a 1994.

Fonte: Coluna 1: UN 2003a, baseado em dados da Organização para a Alimentação e a Agricultura; *colunas 2-4:* UNICEF 2003b, baseado em dados produzidos conjuntamente pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância e pela OMS; *colunas 5-7:* UNAIDS 2002; agregados calculados para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano pelo Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o HIV/SIDA (UNAIDS); *colunas 8 e 9:* UN 2003a, baseado em dados da OMS; *coluna 10:* WHO 2003a.

Ordem IDH		Esperança de vida à nascença (anos)		Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos)		Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos)		Probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos [a]		Taxa de mortalidade materna registada (por 100.000 nados-vivos)
								Feminino (% do coorte)	Masculino (% do coorte)	
		1970-75 [b]	2000-05 [b]	1970	2001	1970	2001	2000-05 [b]	2000-05 [b]	1985-2001 [c]
Desenvolvimento humano elevado										
1	Noruega	74,4	78,9	13	4	15	4	90,8	83,5	6
2	Islândia	74,3	79,8	13	3	14	4	90,7	85,9	–
3	Suécia	74,7	80,1	11	3	15	3	91,6	86,1	5
4	Austrália	71,7	79,2	17	6	20	6	90,7	83,8	–
5	Holanda	74,0	78,3	13	5	15	6	89,7	83,5	7
6	Bélgica	71,4	78,8	21	5	29	6	90,4	82,5	–
7	Estados Unidos	71,5	77,1	20	7	26	8	86,4	78,1	8
8	Canadá	73,2	79,3	19	5	23	7	90,1	83,9	–
9	Japão	73,3	81,6	14	3	21	5	93,0	85,0	8
10	Suíça	73,8	79,1	15	5	18	6	91,0	82,9	5
11	Dinamarca	73,6	76,6	14	4	19	4	86,5	79,8	10
12	Irlanda	71,3	77,0	20	6	27	6	89,0	82,0	6
13	Reino Unido	72,0	78,2	18	6	23	7	89,4	83,2	7
14	Finlândia	70,7	78,0	13	4	16	5	91,1	79,9	6
15	Luxemburgo	70,7	78,4	19	5	26	5	89,8	82,7	0
16	Áustria	70,6	78,5	26	5	33	5	90,7	81,6	–
17	França	72,4	79,0	18	4	24	6	91,0	80,2	10
18	Alemanha	71,0	78,3	22	4	26	5	90,2	81,7	8
19	Espanha	72,9	79,3	27	4	34	6	92,2	82,3	6
20	Nova Zelândia	71,7	78,3	17	6	20	6	88,3	82,6	15
21	Itália	72,1	78,7	30	4	33	6	91,4	82,4	7
22	Israel	71,6	79,2	24	6	27	6	90,5	86,2	5
23	Portugal	68,0	76,2	53	5	62	6	89,3	77,4	8
24	Grécia	72,3	78,3	38	5	54	5	91,5	82,3	1
25	Chipre	71,4	78,3	29	5	33	6	90,8	83,9	0
26	Hong Kong, China (RAE)	72,0	79,9	–	– [d]	–	–	92,3	84,4	–
27	Barbados	69,4	77,2	40	12	54	14	89,0	82,2	0
28	Singapura	69,5	78,1	22	3	27	4	90,5	83,3	6
29	Eslovénia	69,8	76,3	25	4	29	5	88,7	76,2	11
30	Coreia do Sul	62,6	75,5	43	5	54	5	89,0	73,9	20
31	Brunei	68,3	76,3	58	6	78	6	87,9	84,8	0
32	República Checa	70,1	75,4	21	4	24	5	88,3	74,8	9
33	Malta	70,6	78,4	25	5	32	5	90,2	85,5	–
34	Argentina	67,1	74,2	59	16	71	19	85,3	72,3	41
35	Polónia	70,5	73,9	32	8	36	9	86,5	68,8	8
36	Seychelles	–	–	–	13	–	17	–	–	–
37	Barém	63,3	74,0	55	13	75	16	84,8	78,1	46
38	Hungria	69,3	71,9	36	8	39	9	82,6	62,7	15
39	Eslováquia	70,0	73,7	25	8	29	9	86,5	68,9	9
40	Uruguai	68,7	75,3	48	14	57	16	85,8	73,2	26
41	Estónia	70,5	71,7	21	11	26	12	83,7	59,9	52
42	Costa Rica	67,8	78,1	62	9	83	11	88,3	81,1	29
43	Chile	63,4	76,1	78	10	98	12	86,3	76,8	23
44	Catar	62,1	72,2	45	11	65	16	80,3	72,8	10
45	Lituânia	71,3	72,7	23	8	28	9	84,9	62,8	18
46	Kuwait	67,0	76,6	49	9	59	10	87,2	82,3	5
47	Croácia	69,6	74,2	34	7	42	8	86,3	71,1	6
48	Emiratos Árabes Unidos	62,2	74,7	61	8	83	9	86,6	80,0	3
49	Baamas	66,5	67,1	38	13	49	16	69,6	56,8	–
50	Letónia	70,1	71,0	21	17	26	21	82,8	59,2	45

8 Sobrevivência: progressos e retrocessos

Ordem IDH		Esperança de vida à nascença (anos) 1970-75 [b]	Esperança de vida à nascença (anos) 2000-05 [b]	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos) 1970	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos) 2001	Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos) 1970	Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos) 2001	Probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos [a] Feminino (% do coorte) 2000-05 [b]	Probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos [a] Masculino (% do coorte) 2000-05 [b]	Taxa de mortalidade materna registada (por 100.000 nados-vivos) 1985-2001 [c]
51	São Cristóvão e Nevis	–	–	–	20	–	24	–	–	130
52	Cuba	70,7	76,7	34	7	43	9	85,1	79,1	33
53	Bielorrúsia	71,5	70,1	22	17	27	20	81,6	56,4	20
54	Trindade e Tobago	65,9	71,3	49	17	57	20	78,8	67,5	70
55	México	62,4	73,4	79	24	110	29	82,1	71,5	55
Desenvolvimento humano médio										
56	Antígua e Barbuda	–	–	–	12	–	14	–	–	150
57	Bulgária	71,0	70,9	28	14	32	16	83,2	64,9	15
58	Malásia	63,0	73,1	46	8	63	8	83,9	73,3	41
59	Panamá	66,2	74,7	46	19	68	25	85,1	76,3	70
60	Macedónia	67,5	73,6	85	22	120	26	84,1	75,8	7
61	Líbia	52,8	72,8	105	16	160	19	81,5	73,4	75
62	Maurícias	62,9	72,0	64	17	86	19	82,4	66,6	21
63	Federação Russa	69,7	66,8	29	18	36	21	78,0	48,4	44
64	Colômbia	61,6	72,2	69	19	108	23	80,8	70,9	80
65	Brasil	59,5	68,1	95	31	135	36	76,5	59,7	160
66	Bósnia e Herzegovina	67,5	74,0	60	15	82	18	85,2	74,1	10
67	Belize	67,6	71,4	56	34	77	40	77,9	72,5	140
68	Dominica	–	–	–	14	–	15	–	–	65
69	Venezuela	65,7	73,7	47	19	61	22	83,5	73,2	60
70	Samoa Ocidental	56,1	70,0	106	20	160	25	78,2	65,1	–
71	Santa Lúcia	65,3	72,5	–	17	–	19	77,4	71,2	30
72	Roménia	69,2	70,5	46	19	57	21	81,5	63,7	42
73	Arábia Saudita	53,9	72,3	118	23	185	28	81,1	75,7	–
74	Tailândia	61,0	69,3	74	24	102	28	79,9	62,4	44
75	Ucrânia	70,1	69,7	22	17	27	20	81,1	56,5	25
76	Cazaquistão	64,4	66,3	–	61 [e]	–	76 [e]	76,7	53,1	65
77	Suriname	64,0	71,1	51	26	68	32	79,6	68,4	110
78	Jamaica	69,0	75,7	49	17	64	20	85,4	78,9	95
79	Omã	52,1	72,4	126	12	200	13	82,4	75,4	14
80	São Vicente e Grenadinas	61,6	74,1	–	22	–	25	84,2	78,6	43
81	Fidji	60,6	69,8	50	18	61	21	75,1	67,3	38
82	Peru	55,4	69,8	115	30	178	39	77,0	68,0	190
83	Líbano	65,0	73,5	45	28	54	32	83,6	77,2	100 [f]
84	Paraguai	65,9	70,9	57	26	76	30	79,8	71,4	190
85	Filipinas	58,1	70,0	60	29	90	38	78,0	69,9	170
86	Maldivas	51,4	67,4	157	58	255	77	69,5	69,5	350
87	Turquemenistão	60,7	67,1	–	76 [e]	–	99 [e]	74,2	60,6	65
88	Geórgia	69,2	73,6	36	24	46	29	85,6	69,2	50
89	Azerbaijão	69,0	72,2	–	74 [e]	–	105 [e]	81,3	68,0	80
90	Jordânia	56,5	71,0	77	27	107	33	77,3	71,2	41
91	Tunísia	55,6	72,8	135	21	201	27	84,6	75,2	70
92	Guiana	60,0	63,2	81	54	101	72	67,1	54,8	110
93	Granada	–	–	–	20	–	25	–	–	1
94	República Dominicana	59,7	66,7	91	41	128	47	72,0	62,3	230 [f]
95	Albânia	67,7	73,7	68	26 [e]	82	30 [e]	87,7	80,1	–
96	Turquia	57,9	70,5	150	36	201	43	81,0	71,0	130 [f]
97	Equador	58,8	70,8	87	24	140	30	78,6	70,3	160
98	Territórios Ocupados da Palestina	56,6	72,4	–	21	–	24 [e]	81,6	75,1	–
99	Sri Lanka	65,1	72,6	65	17	100	19	84,6	73,5	90
100	Arménia	72,5	72,4	–	31	–	35	85,4	70,3	35

Ordem IDH		Esperança de vida à nascença (anos)		Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos)		Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos)		Probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos [a]		Taxa de mortalidade materna registada (por 100.000 nados-vivos)
		1970-75 [b]	2000-05 [b]	1970	2001	1970	2001	Feminino (% do coorte) 2000-05 [b]	Masculino (% do coorte) 2000-05 [b]	1985-2001 [c]
101	Usbequistão	64,2	69,7	–	52	–	68	76,9	65,7	21
102	Quirguistão	63,1	68,6	111	52	146	61	77,2	61,5	65
103	Cabo Verde	57,5	70,2	–	29	–	38	79,5	68,1	35
104	China	63,2	71,0	85	31	120	39	81,3	72,7	55
105	El Salvador	58,2	70,7	111	33	162	39	77,6	67,3	120
106	Irão	55,3	70,3	122	35	191	42	79,5	71,8	37
107	Argélia	54,5	69,7	143	39	234	49	76,9	72,8	140
108	Moldávia	64,8	68,9	46	27	61	32	76,4	60,2	28
109	Vietname	50,3	69,2	112	30	157	38	77,2	68,8	95
110	Síria	57,0	71,9	90	23	129	28	80,0	74,7	110 [f]
111	África do Sul	53,7	47,7	80	56	115	71	37,4	24,9	–
112	Indonésia	49,2	66,8	104	33	172	45	72,5	64,2	380
113	Tajiquistão	63,4	68,8	78	53 [e]	111	72 [e]	75,4	66,2	65
114	Bolívia	46,7	63,9	144	60	243	77	68,0	60,0	390
115	Honduras	53,8	68,9	116	31	170	38	73,4	65,4	110
116	Guiné Equatorial	40,5	49,1	165	101	281	153	44,2	39,2	–
117	Mongólia	53,8	63,9	–	61	–	76	67,4	57,6	150
118	Gabão	48,7	56,6	–	60	–	90	52,0	48,6	520
119	Guatemala	53,7	65,8	115	43	168	58	70,5	59,0	190
120	Egipto	52,1	68,8	157	35	235	41	78,0	67,9	80
121	Nicarágua	55,1	69,5	113	36	165	43	75,2	66,5	150
122	São Tomé e Príncipe	56,5	69,9	–	57	–	74	79,1	68,9	–
123	Ilhas Salomão	55,6	69,2	71	20	99	24	76,0	70,2	553 [f]
124	Namíbia	49,9	44,3	104	55	155	67	30,8	24,7	270
125	Botswana	56,1	39,7	99	80	142	110	21,7	17,3	330
126	Marrocos	52,9	68,7	119	39	184	44	77,1	69,4	230
127	Índia	50,3	63,9	127	67	202	93	67,5	61,9	540
128	Vanuatu	54,0	68,8	107	34	160	42	73,1	66,3	–
129	Gana	49,9	57,9	112	57	190	100	55,8	50,1	210 [f]
130	Cambodja	40,3	57,4	–	97	–	138	56,9	47,6	440
131	Myanmar	49,3	57,3	122	77	179	109	58,9	47,7	230
132	Papua-Nova Guiné	44,7	57,6	106	70	147	94	51,5	45,0	370 [f]
133	Suazilândia	47,3	34,4	132	106	196	149	15,2	11,0	230
134	Comoros	48,9	60,8	159	59	215	79	61,8	55,3	–
135	Laos	40,4	54,5	145	87	218	100	52,9	47,8	650
136	Butão	43,2	63,2	156	74	267	95	66,1	61,1	380
137	Lesoto	49,5	35,1	125	91	190	132	19,2	8,5	–
138	Sudão	43,6	55,6	104	65	172	107	54,6	48,3	550
139	Bangladeche	45,2	61,4	145	51	239	77	61,1	57,9	400
140	Congo	55,0	48,2	100	81	160	108	37,5	31,1	–
141	Togo	45,5	49,7	128	79	216	141	42,6	36,9	480
Desenvolvimento humano baixo										
142	Camarões	45,7	46,2	127	96	215	155	36,8	31,7	430
143	Nepal	43,3	59,9	165	66	250	91	57,6	56,4	540
144	Paquistão	49,0	61,0	117	84	181	109	61,9	60,0	–
145	Zimbabué	56,0	33,1	86	76	138	123	8,3	9,2	700
146	Quénia	50,9	44,6	96	78	156	122	30,6	26,1	590
147	Uganda	46,3	46,2	110	79	185	124	33,5	30,6	510
148	Iémen	39,8	60,0	194	79	303	107	60,0	54,5	350
149	Madagáscar	44,9	53,6	109	84	180	136	51,5	46,7	490
150	Haiti	48,5	49,5	148	79	221	123	36,1	34,5	520
151	Gâmbia	38,0	54,1	183	91	319	126	51,3	45,8	–

8 Sobrevivência: progressos e retrocessos

Ordem IDH		Esperança de vida à nascença (anos) 1970-75 [b]	Esperança de vida à nascença (anos) 2000-05 [b]	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos) 1970	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nados-vivos) 2001	Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos) 1970	Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos) 2001	Probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos [a] Feminino (% do coorte) 2000-05 [b]	Probabilidade à nascença de viver até aos 65 anos [a] Masculino (% do coorte) 2000-05 [b]	Taxa de mortalidade materna registada (por 100.000 nados-vivos) 1985-2001 [c]
152	Nigéria	44,0	51,5	120	110	201	183	44,5	42,0	–
153	Djibouti	41,0	45,7	160	100	241	143	37,1	33,2	–
154	Mauritânia	43,4	52,5	150	120	250	183	50,5	44,4	750
155	Eritreia	44,3	52,7	–	72	–	111	43,7	35,4	1,000
156	Senegal	41,8	52,9	164	79	279	138	52,5	40,0	560
157	Guiné	37,3	49,1	197	109	345	169	42,8	40,3	530
158	Ruanda	44,6	39,3	124	96	209	183	24,1	22,7	1,100
159	Benim	44,0	50,6	149	94	252	158	47,8	38,8	500
160	Tanzânia	46,5	43,3	129	104	218	165	29,2	26,1	530
161	Costa do Marfim	45,4	41,0	158	102	239	175	25,5	24,8	600
162	Malawi	41,0	37,5	189	114	330	183	21,3	19,7	1,100
163	Zâmbia	49,7	32,4	109	112	181	202	10,6	11,3	650
164	Angola	38,0	40,1	180	154	300	260	31,1	26,4	–
165	Chade	39,0	44,7	–	117	–	200	36,4	32,4	830
166	Guiné-Bissau	36,5	45,3	–	130	–	211	39,4	33,7	910
167	Congo, Rep. Dem.	45,8	41,8	148	129	245	205	31,4	27,9	950
168	República Centro-Africana	43,0	39,5	149	115	248	180	24,0	21,0	1,100
169	Etiópia	41,8	45,5	160	116	239	172	35,8	32,3	870
170	Moçambique	41,1	38,1	163	125	278	197	26,3	19,8	1,100
171	Burundi	43,9	40,9	138	114	233	190	26,6	25,1	–
172	Mali	38,2	48,6	221	141	391	231	41,0	37,3	580
173	Burkina Faso	41,2	45,7	163	104	290	197	34,5	32,1	480
174	Níger	38,2	46,2	197	156	330	265	39,9	37,6	590
175	Serra Leoa	35,0	34,2	206	182	363	316	23,5	19,4	1,800
	Países em desenvolvimento	55,8	65,1	109	61 [e]	167	89 [e]	69,2	62,0	–
	Países menos desenvolvidos	43,7	51,4	150	99 [e]	244	156 [e]	44,7	40,7	–
	Países Árabes	–	–	128	49 [e]	197	65 [e]	72,5	65,6	–
	Ásia Oriental e Pacífico	–	–	87	32 [e]	125	42 [e]	79,0	70,0	–
	América Latina e Caraíbas	61,0	70,4	86	28	123	34	78,7	66,5	–
	Ásia do Sul	49,6	63,5	129	69	206	95 [e]	66,4	61,4	–
	África Subsariana	43,9	46,9	136	107	223	172	36,1	32,0	–
	Europa Central, do Leste & CEI	68,7	–	34	18 [e]	43	22 [e]	80,6	58,8	–
	OCDE	70,4	–	40	11	53	14 [e]	88,1	78,7	–
	OCDE de rendimento elevado	71,5	–	22	5	28	7	89,5	80,9	–
	Desenvolvimento humano elevado	70,2	–	32	9	42	11	88,3	78,8	–
	Desenvolvimento humano médio	56,9	67,4	102	45 [e]	155	61	74,4	65,3	–
	Desenvolvimento humano baixo	43,5	–	139	104	226	162 [e]	41,7	39,1	–
	Rendimento elevado	71,5	–	22	5	28	7	89,5	80,9	–
	Rendimento médio	62,3	70,7	86	31	122	38	79,5	68,6	–
	Rendimento baixo	48,7	59,6	127	80	203	119 [e]	59,6	54,2	–
	Mundo	58,4	66,6	96	56	147	81	72,9	64,4	–

a. Os dados referem-se à probabilidade, à nascença, de viver até aos 65 anos, vezes 100. b. Os dados referem-se a estimativas para o período indicado. c. Os dados da mortalidade materna são os relatados pelas autoridades nacionais. Periodicamente, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) avaliam esses dados e fazem ajustamentos para ter em conta os problemas bem documentados de sub-registo e má classificação dos óbitos maternos e para produzir estimativas para os países sem dados (para as mais recentes estimativas para 1995, ver o quadro 3 de indicadores ODM). Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado. d. Para as estimativas do Banco Mundial para 2001, ver o quadro 3 de indicadores ODM. e. A estimativa difere ligeiramente de uma estimativa mais recente do Banco Mundial, no quadro 3 de indicadores ODM. f. Os dados referem-se a ano ou período diferentes do indicado, diferem da definição padrão ou respeitam apenas a uma parte do país.

Fonte: Colunas 1, 2, 7 e 8: UN 2003d; *colunas 3 e 5:* UNICEF 2003a; *colunas 4 e 6:* UNICEF 2003b; *coluna 9:* UNICEF 2003b, baseado em dados produzidos conjuntamente pela UNICEF e a OMS.

9 Compromisso com a educação: despesa pública

Ordem IDH		Despesa pública de educação [a] Em % do PNB		Despesa pública de educação [a] Em % da despesa pública total		Despesa pública de educação por nível (em % de todos os níveis) [b] Pré-primária e primária		Secundário		Superior	
		1990 [c]	1998-2000 [d]	1990 [c]	1998-2000 [d]	1990 [c]	1998-2000 [d]	1990 [c]	1998-2000 [d]	1990 [c]	1998-2000 [d]
Desenvolvimento humano elevado											
1	Noruega [e]	7,1	6,8	14,6	16,2	39,5	–	24,7	–	15,2	–
2	Islândia [e]	5,4	–	–	–	59,5	–	25,6	–	14,9	–
3	Suécia [e]	7,4	7,8	13,8	13,4	47,7	–	19,6	–	13,2	–
4	Austrália [e]	5,1	4,7 [f]	14,8	–	2,2	33,1	57,4	39,3	32,0	26,0
5	Holanda [e]	6,0	4,8	14,8	10,7	21,5	–	37,7	–	32,1	–
6	Bélgica [e]	5,0	5,9	–	11,6	23,3	–	42,9	–	16,5	–
7	Estados Unidos [e]	5,2	4,8	12,3	–	–	–	–	–	–	–
8	Canadá [e]	6,5	5,5	14,2	–	–	–	62,2	–	28,6	–
9	Japão [e]	–	3,5	–	9,3	–	–	–	–	–	–
10	Suíça [e]	5,1	5,5	18,7	15,2	49,9	–	25,1	–	19,7	–
11	Dinamarca [e]	–	8,2	–	15,3	–	–	–	–	–	–
12	Irlanda	5,2	4,4	10,2	13,2	37,8	–	40,1	–	20,4	–
13	Reino Unido [e]	4,9	4,5	–	11,4	29,7	33,2	43,8	46,7	19,6	20,1
14	Finlândia	5,6	6,1	11,9	12,5	27,9	26,7	39,4	39,5	23,9	33,8
15	Luxemburgo [e]	3,0	3,7 [f]	10,4	8,5 [f]	–	–	–	–	–	–
16	Áustria [e]	5,4	5,8	7,6	12,4	23,7	27,3	46,6	44,1	19,1	26,2
17	França [e]	5,4	5,8	–	11,5	27,3	–	40,7	–	13,8	–
18	Alemanha	–	4,6	–	9,7	–	–	–	–	–	–
19	Espanha [e]	4,4	4,5	9,4	11,3	29,3	33,9	45,0	46,0	15,4	20,1
20	Nova Zelândia [e]	6,2	6,1	–	–	30,5	–	25,3	–	37,4	–
21	Itália [e]	3,1	4,5	–	9,5	33,0	–	63,2	–	–	–
22	Israel	6,3	7,3	11,3	–	43,0	–	31,3	–	16,2	–
23	Portugal [e]	4,2	5,8	–	13,1	44,6	–	32,5	–	16,3	–
24	Grécia	2,5	3,8	–	7,0	34,1	–	45,1	–	19,5	–
25	Chipre [g]	3,5	5,4	11,3	–	38,5	34,7	50,3	50,6	3,8	14,8
26	Hong Kong, China (RAE)	–	–	–	–	26,6	–	38,8	–	30,8	–
27	Barbados	7,8	7,1	22,2	18,5	37,5	35,9 [f]	37,6	32,8	19,2	29,1
28	Singapura	–	3,7	–	23,6 [f]	29,6	27,1 [f]	36,5	28,1 [f]	29,3	26,0 [f]
29	Eslovénia	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
30	Coreia do Sul [e]	3,5	3,8	22,4	17,4	44,4	–	34,1	–	7,4	–
31	Brunei	–	4,8	–	9,1 [f]	24,1	–	26,1	–	9,5	–
32	República Checa [e]	–	4,4	–	9,7	–	–	–	–	–	–
33	Malta	4,3	4,9 [f]	8,3	–	25,1	28,9	44,7	42,8	14,6	18,2
34	Argentina [e]	1,1	4,0	10,9	11,8	3,4	42,8	44,9	36,9	46,7	17,1
35	Polónia [e]	–	5,0	–	11,4	42,8	–	17,5	–	22,0	–
36	Seychelles	7,8	7,6 [f]	14,8	10,7	28,2	23,1	40,7	40,8	9,5	8,1
37	Barém	4,2	3,0	14,6	11,4	–	30,1	45,8	34,5	–	0,0
38	Hungria [e]	5,8	5,0	7,8	14,1	55,4	–	23,9	–	15,2	–
39	Eslováquia [e]	5,1	4,2	–	13,8	–	–	–	–	–	–
40	Uruguai [e]	3,0	2,8	15,9	–	37,5	–	30,3	–	22,6	–
41	Estónia	–	7,5	–	–	–	44,5	–	34,1	–	16,8
42	Costa Rica	4,4	4,4	20,8	–	–	51,8	–	28,0	–	19,4
43	Chile [e]	2,5	4,2	10,4	17,5	60,1	50,2	17,3	33,3	20,3	16,5
44	Catar	3,5	3,6 [h]	–	–	–	–	–	–	–	–
45	Lituânia	4,6	6,4	13,8	–	–	–	–	–	–	–
46	Kuwait	4,8	–	3,4	–	53,4	–	13,6	–	16,0	–
47	Croácia	–	4,2 [f]	–	10,4 [f]	–	–	–	–	–	–
48	Emiratos Árabes Unidos	1,9	1,9	14,6	–	–	53,3	–	45,1	–	0,0
49	Baamas	4,0	–	17,8	–	–	–	–	–	–	–
50	Letónia	3,8	5,9	10,8	–	11,2	33,3	56,3	48,7	11,6	16,3

9 Compromisso com a educação: despesa pública

Ordem IDH		Despesa pública de educação [a]				Despesa pública de educação por nível (em % de todos os níveis) [b]					
		Em % do PNB		Em % da despesa pública total		Pré-primária e primária		Secundário		Superior	
		1990 [c]	1998-2000 [d]	1990 [c]	1998-2000 [d]	1990 [c]	1998-2000 [d]	1990 [c]	1998-2000 [d]	1990 [c]	1998-2000 [d]
51	São Cristóvão e Nevis	2,7	2,9 [f]	–	16,4 [f]	–	59,8 [f]	–	32,3 [f]	–	–
52	Cuba	–	8,5	12,3	15,1	25,7	44,5 [f]	39,0	36,7 [f]	14,4	18,5 [f]
53	Bielorrúsia	4,9	6,0	–	–	57,7	–	16,2	–	14,4	–
54	Trindade e Tobago	3,6	4,0 [f]	11,6	16,7 [f]	42,5	59,6 [f]	36,8	32,3 [f]	11,9	3,7 [f]
55	México [e]	3,6	4,4	12,8	22,6	32,3	–	29,6	–	16,5	–
Desenvolvimento humano médio											
56	Antígua e Barbuda	–	3,2	–	–	–	36,9 [f]	–	37,3 [f]	–	15,1 [f]
57	Bulgária	5,2	3,4	–	–	70,7	41,7	–	43,9	13,9	14,4
58	Malásia [e]	5,2	6,2	18,3	26,7	34,3	31,8	34,4	32,9	19,9	31,9
59	Panamá	4,7	5,9	20,9	–	37,0	40,8 [f]	23,3	33,9 [f]	21,3	25,3 [f]
60	Macedónia	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
61	Líbia	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
62	Maurícias	3,5	3,5	11,8	12,1	37,7	–	36,4	–	16,6	–
63	Federação Russa	3,5	4,4	–	–	–	–	–	–	–	–
64	Colômbia	2,5	–	16,0	–	39,3	–	30,9	–	20,7	–
65	Brasil	–	4,7	–	12,9	–	41,0	–	37,6	–	21,4
66	Bósnia e Herzegovina	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
67	Belize	4,7	6,2	18,5	20,9	61,0	46,7 [f]	20,2	36,5 [f]	8,1	4,9 [f]
68	Dominica	–	5,1 [f]	–	–	–	64,4 [f]	–	30,1 [f]	–	0,0
69	Venezuela	3,0	–	12,0	–	23,5	–	4,5	–	40,7	–
70	Samoa Ocidental	3,4	4,2 [f]	10,7	13,3 [f]	52,6	–	25,2	–	0,0	–
71	Santa Lúcia	–	5,8	–	16,9	48,2	40,1 [f]	23,3	28,9 [f]	12,8	11,6 [f]
72	Roménia	2,8	3,5 [f]	7,3	–	52,1	–	22,1	–	9,6	–
73	Arábia Saudita	6,5	9,5	17,8	–	78,8	–	–	–	21,2	–
74	Tailândia [e]	3,5	5,4	20,0	31,0	56,2	36,0	21,6	27,1	14,6	24,1
75	Ucrânia	5,2	4,4	19,7	15,7	54,9	14,4	15,0	53,1	15,1	19,9
76	Cazaquistão	3,2	–	17,6	–	–	–	–	–	–	–
77	Suriname	8,1	–	–	–	60,5	–	14,5	–	8,8	–
78	Jamaica [e]	4,7	6,3	12,8	11,1	37,4	40,4	33,2	40,0	21,1	18,8
79	Omã	3,1	3,9	11,1	–	54,1	39,1	37,0	50,7	7,4	1,6
80	São Vicente e Grenadinas	6,4	9,3	13,8	–	–	56,6 [f]	–	29,5 [f]	–	6,0 [f]
81	Fidji	4,6	5,2 [f]	–	17,0 [f]	–	53,4 [f]	–	43,9 [f]	–	2,5 [f]
82	Peru [e]	2,2	3,3	–	21,1	–	41,3	–	26,6	–	20,4
83	Líbano	–	3,0	–	11,1	–	–	–	–	–	–
84	Paraguai	1,1	5,0	9,1	11,2 [f]	–	–	22,6	–	25,8	–
85	Filipinas [e]	2,9	4,2	10,1	20,6	–	–	–	–	–	–
86	Maldivas	4,0	3,9 [f]	10,0	11,2 [f]	–	–	–	–	–	–
87	Turquemenistão	4,3	–	21,0	–	–	–	–	–	–	–
88	Geórgia	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
89	Azerbaijão	–	4,2	23,5	24,4	–	–	–	–	–	–
90	Jordânia [e]	8,4	5,0	17,1	5,0	–	32,9 [f]	62,4	31,5 [f]	35,1	33,0 [f]
91	Tunísia [e]	6,0	6,8	13,5	17,4	39,8	–	36,4	–	18,5	–
92	Guiana	3,4	4,1 [f]	4,4	–	–	–	–	–	–	–
93	Granada	5,1	4,2 [f]	13,2	–	64,1	72,3 [f]	31,7	23,8 [f]	0,0	0,0
94	República Dominicana	–	2,5	–	15,7	–	–	–	–	–	–
95	Albânia	5,8	–	–	–	–	–	–	–	–	–
96	Turquia [e]	2,2	3,5	–	–	58,1	52,5	29,4	19,6	–	27,9
97	Equador	2,8	1,6	17,2	8,0	34,4	49,4 [f]	34,2	42,7 [f]	18,3	6,9 [f]
98	Territórios Ocupados da Palestina	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
99	Sri Lanka	2,6	3,1	8,1	–	–	–	84,3	–	13,4	–
100	Arménia	7,0	2,9	20,5	–	–	7,2 [f]	–	78,1	–	11,1

9 Compromisso com a educação: despesa pública

Ordem IDH		Despesa pública de educação [a] Em % do PNB 1990 [c]	Em % do PNB 1998-2000 [d]	Em % da despesa pública total 1990 [c]	Em % da despesa pública total 1998-2000 [d]	Despesa pública de educação por nível (em % de todos os níveis) [b] Pré-primária e primária 1990 [c]	Pré-primária e primária 1998-2000 [d]	Secundário 1990 [c]	Secundário 1998-2000 [d]	Superior 1990 [c]	Superior 1998-2000 [d]
101	Usbequistão	–	–	20,4	–	–	–	–	–	–	–
102	Quirguistão	8,3	5,4	22,5	–	8,5	–	57,9	–	10,0	–
103	Cabo Verde	–	4,4 [f]	–	–	–	–	–	–	–	–
104	China	2,3	2,1	12,8	–	–	37,4	–	32,2	–	15,6
105	El Salvador	1,9	2,3 [f]	16,6	13,4 [f]	–	15,9 [f]	–	75,1 [f]	–	8,8 [f]
106	Irão	4,1	4,4	22,4	20,4	33,2	26,7 [f]	39,2	34,8	13,6	19,4
107	Argélia	5,3	–	21,1	–	–	–	–	–	–	–
108	Moldávia	–	4,0	–	15,0	–	19,5	–	69,0	–	11,6
109	Vietname	–	–	7,5	–	–	–	–	–	–	–
110	Síria	4,1	4,1	17,3	11,1	38,5	–	28,2	–	21,3	–
111	África do Sul	6,2	5,5	–	25,8	75,6	47,2	–	31,3	21,5	14,5
112	Indonésia [e]	1,0	–	–	–	–	–	–	–	–	–
113	Tajiquistão	9,7	2,1	24,7	11,8	6,9	–	57,0	–	9,1	–
114	Bolívia	2,3	5,5	–	23,1	–	52,3 [f]	–	22,9 f	–	23,8 [f]
115	Honduras	–	4,0 [f]	–	–	–	–	–	–	–	–
116	Guiné Equatorial	–	0,6	–	–	–	39,1 [f]	–	30,7 [f]	–	30,1 [f]
117	Mongólia	12,1	2,3	17,6	2,2	13,9	22,0	48,8	60,1	14,5	18,0
118	Gabão	–	3,9 [f]	–	–	–	35,6 [f]	–	38,9 [f]	–	25,5 [f]
119	Guatemala	1,4	1,7	11,8	11,4	31,1	67,2 [f]	12,9	32,8 [f]	21,2	0,0
120	Egipto	3,7	–	–	–	–	–	–	–	–	–
121	Nicarágua	3,4	5,0	9,7	13,8	–	–	–	–	–	–
122	São Tomé e Príncipe	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
123	Ilhas Salomão	–	3,6 [f]	–	15,4 [f]	–	–	–	–	–	–
124	Namíbia	7,6	8,1	–	–	–	58,5	–	27,3	–	12,0
125	Botswana	6,7	8,6 [f]	17,0	–	–	53,2	–	23,8	–	18,6
126	Marrocos	5,3	5,5 [f]	26,1	26,1	34,8	48,2 [f]	48,9	50,5 [f]	16,2	0,4 [f]
127	Índia [e]	3,9	4,1	12,2	12,7	38,9	39,4 [f]	27,0	40,5 [f]	14,9	20,1 [f]
128	Vanuatu	4,6	7,3 [f]	–	17,4 [f]	59,8	34,6 [f]	26,6	57,7 [f]	3,4	6,8 [f]
129	Gana	3,2	4,1 [f]	24,3	–	29,2	–	34,3	–	11,0	–
130	Cambodja	–	1,9	–	10,1	–	65,2 [f]	–	23,6 [f]	–	4,9
131	Myanmar	–	0,5	–	9,0 [f]	–	35,6	–	19,7	–	34,3
132	Papua-Nova Guiné	–	2,3 [f]	–	17,5 [f]	–	71,4 [f]	–	24,3 [f]	–	4,3 [f]
133	Suazilândia	5,7	1,5	19,5	–	31,2	33,2	24,5	26,9	26,0	32,1
134	Comoros	–	3,8	–	–	42,4	41,6	28,2	41,2	17,3	3,3
135	Laos	–	2,3	–	8,8	–	47,3 [f]	–	20,5 [f]	–	19,8 [f]
136	Butão	–	5,2	–	12,9	–	26,9 [f]	–	47,9 [f]	–	19,6 [f]
137	Lesoto	6,1	10,1	12,2	18,5	–	48,6	–	27,7	–	16,7
138	Sudão	0,9	–	2,8	–	–	–	–	–	–	–
139	Bangladeche	1,5	2,5	10,3	15,7	45,6	46,7 [f]	42,2	43,0 [f]	8,7	10,1
140	Congo	5,0	4,2	14,4	12,6	–	–	–	–	–	–
141	Togo	5,5	4,8	26,4	23,2	30,4	51,0 [f]	25,8	30,8 [f]	29,0	18,2 [f]
Desenvolvimento humano baixo											
142	Camarões	3,2	3,2	19,6	12,5	70,5	–	–	–	29,5	–
143	Nepal	2,0	3,7	8,5	14,1	48,2	60,0 [i]	15,7	24,6	23,3	11,9
144	Paquistão	2,6	1,8 [f]	7,4	7,8 [f]	–	–	–	–	–	–
145	Zimbabué [e]	–	10,4 [f]	–	–	54,1	56,1 [f]	28,6	29,2 [f]	12,3	14,8 [f]
146	Quénia	6,7	6,4	17,0	22,5	50,3	1,4 [h]	18,8	0,7 [h]	21,6	11,5 [h]
147	Uganda	1,5	2,3 [f]	11,5	–	–	–	–	–	–	–
148	Iémen	–	10,0	–	32,8	–	–	–	–	–	–
149	Madagáscar	2,1	3,2	–	10,2	49,1	–	35,6	–	–	–
150	Haiti	1,4	1,1 [f]	20,0	10,9 [f]	53,1	38,3 [f]	19,0	61,0 [f]	9,1	0,8 [f]
151	Gâmbia	3,8	2,7 [f]	14,6	14,2 [f]	41,6	–	21,2	–	17,8	–

9 Compromisso com a educação: despesa pública

Ordem IDH		Despesa pública de educação [a]				Despesa pública de educação por nível (em % de todos os níveis) [b]					
		Em % do PNB		Em % da despesa pública total		Pré-primária e primária		Secundário		Superior	
		1990 [c]	1998-2000 [d]	1990 [c]	1998-2000 [d]	1990 [c]	1998-2000 [d]	1990 [c]	1998-2000 [d]	1990 [c]	1998-2000 [d]
152	Nigéria	0,9	–	–	–	–	–	–	–	–	–
153	Djibouti	–	3,5 [f]	10,5	–	58,0	65,9 [f, i]	21,7	–	11,5	–
154	Mauritânia	–	3,0 [f]	–	18,9	33,3	–	37,7	–	24,9	–
155	Eritreia	–	4,8	–	–	–	–	–	–	–	–
156	Senegal	3,9	3,2 [f]	26,9	–	43,9	42,5 [h]	25,7	25,3 [h]	24,0	23,1 [h]
157	Guiné	–	1,9 [f]	–	25,6 [f]	–	–	–	–	–	–
158	Ruanda	–	2,8 [f]	–	–	–	–	–	–	–	–
159	Benim	–	3,2 [f]	–	–	–	55,1 [f]	–	26,9 [f]	–	18,0 [f]
160	Tanzânia	3,2	2,1 [f]	11,4	–	–	–	–	–	–	–
161	Costa do Marfim	–	4,6	–	21,5	–	42,4 [f]	–	32,5 [f]	–	25,1 [f]
162	Malawi	3,3	4,1 [f]	11,1	24,6	44,7	–	13,1	–	20,2	–
163	Zâmbia	2,4	2,3	8,7	17,6	–	–	–	–	–	–
164	Angola	3,9	2,7	10,7	–	96,3	–	–	–	3,7	–
165	Chade	–	2,0 [f]	–	–	–	57,5 [f]	–	25,9 [f]	–	16,6 [f]
166	Guiné-Bissau	–	2,1	–	4,8	–	–	–	–	–	–
167	Congo, Rep. Dem.	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
168	República Centro-Africana	2,2	1,9	–	–	–	–	–	–	–	–
169	Etiópia	3,4	4,8	9,4	13,8	53,9	–	28,1	–	12,1	–
170	Moçambique	3,9	2,4 [f]	12,0	12,3 [f]	49,8	–	15,7	–	9,9	–
171	Burundi	3,4	3,4	16,7	–	46,8	38,0	29,1	35,0	22,0	26,9
172	Mali	–	2,8 [f]	–	–	–	45,7 [f]	–	39,7 [f]	–	14,6 [f]
173	Burkina Faso	2,7	–	–	–	–	–	–	–	–	–
174	Níger	3,2	2,7 [f]	18,6	–	–	51,6 [f]	–	28,6 [f]	–	19,9
175	Serra Leoa	–	1,0	–	–	–	39,5	–	23,6	–	28,1

Nota: Devido a limitações nos dados e a mudanças na metodologia, as comparações da despesa de educação, no tempo e entre países, devem ser feitas com precaução. Para notas pormenorizadas sobre os dados, ver UNESCO 1999 e http://www.uis.unesco.org/.

a. Os dados referem-se à despesa pública total de educação, incluindo despesa corrente e de capital. Ver as definições de termos estatísticos. b. Os dados referem-se à despesa pública corrente de educação. Os dados podem não ser exactamente comparáveis entre 1990 e 1998-2000, devido a mudanças na metodologia. As despesas por nível podem não somar 100%, devido aos arredondamentos, ou à omissão das categorias "despesas do pós-secundário" e "despesas não afectadas por nível". c. Os dados podem não ser comparáveis entre países, devido a diferenças nos métodos de recolha de dados. d. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado. e. Todos os dados de 1998-2000 são estimativas provisórias do Instituto de Estatística da UNESCO, sujeitas a revisão posterior. f. Os dados referem-se a estimativas do Instituto de Estatística da UNESCO, quando não existem estimativas nacionais disponíveis. g. Os dados referem-se apenas ao Ministério da Educação Grega. h. Os dados correspondem a estimativas nacionais. i. Os dados referem-se apenas a despesa do ensino primário.

Fonte: Colunas 1-10: UNESCO Institute for Statistics 2003c.

Ordem IDH		Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais)		Taxa de alfabetização de jovens (% 15-24 anos)		Taxa de escolarização primária líquida (%) [a]		Taxa de escolarização secundária líquida (%) [a, b]		Crianças que atingem o 5.º ano (%)	Estudantes do superior em ciências, matemática e engenharia (em % do total do superior)
		1990	2001	1990	2001	1990-91	2000-01 [c]	1990-91	2000-01 [c]	1999-2000 [c, d]	1994-97 [e]
Desenvolvimento humano elevado											
1	Noruega	–	–	–	–	100	101 [f]	88	95 [f]	–	18
2	Islândia	–	–	–	–	–	102 [f]	–	83 [f]	–	20
3	Suécia	–	–	–	–	100	102 [f]	85	96 [d, f]	–	31
4	Austrália	–	–	–	–	99	96 [f]	79	90 [f]	–	32
5	Holanda	–	–	–	–	95	100 [f]	84	90 [f]	–	20
6	Bélgica	–	–	–	–	97	101 [f]	88	–	–	–
7	Estados Unidos	–	–	–	–	96	95 [f]	86	88 [f]	–	–
8	Canadá	–	–	–	–	97	99 [d, f]	89	98 [d, f]	–	–
9	Japão	–	–	–	–	100	101 [f]	97	101 [f]	–	23
10	Suíça	–	–	–	–	84	99 [f]	80	88 [f]	101 [f]	31
11	Dinamarca	–	–	–	–	98	99 [d, f]	87	89 [d, f]	–	21
12	Irlanda	–	–	–	–	91	90 [d, f]	80	–	98 [f]	30
13	Reino Unido	–	–	–	–	97	99 [f]	79	94 [f]	–	29
14	Finlândia	–	–	–	–	99 [g]	100 [f]	93	95 [f]	100 [f]	37
15	Luxemburgo	–	–	–	–	–	97 [f]	–	78 [f]	99 [f]	–
16	Áustria	–	–	–	–	90 [g]	91 [f]	–	89 [f]	–	28
17	França	–	–	–	–	101	100 [f]	–	92 [f]	–	25
18	Alemanha	–	–	–	–	84 [g]	87 [d, f]	–	88 [d, f]	–	31
19	Espanha	96,3	97,7	99,6	99,8	103	102 [f]	–	94 [f]	–	31
20	Nova Zelândia	–	–	–	–	101	99 [f]	85	92 [f]	–	21
21	Itália	97,7	98,5	99,8	99,8	–	100 [f]	–	91 [f]	–	28
22	Israel	91,4	95,1	98,7	99,5	–	101	–	88	–	–
23	Portugal	87,2	92,5	99,5	99,8	102	–	–	85 [f]	–	31
24	Grécia	94,9	97,3	99,5	99,8	94	97 [f]	83	87 [f]	–	–
25	Chipre	94,3	97,2	99,7	99,8	87	95	–	88	99	17
26	Hong Kong, China (RAE)	89,7	93,5	98,2	99,4	–	–	–	–	–	–
27	Barbados	99,4	99,7	99,8	99,8	78 [h]	105	–	85	–	21
28	Singapura	88,8	92,5	99,0	99,8	–	–	–	–	–	–
29	Eslovénia	99,6	99,6	99,8	99,8	–	93	–	–	–	29
30	Coreia do Sul	95,9	97,9	99,8	99,8	104	99 [f]	86	91 [f]	–	34
31	Brunei	85,5	91,6	97,9	99,4	91 [h]	–	–	–	92	6
32	República Checa	–	–	–	–	–	90 [f]	–	–	–	34
33	Malta	88,4	92,3	97,5	98,6	99	99 [d]	80	79 [i]	100 [i]	13
34	Argentina	95,7	96,9	98,2	98,6	–	107 [f]	–	79 [f]	90 [f]	30
35	Polónia	99,6	99,7	99,8	99,8	97	98 [f]	76	91 [f]	99 [f]	–
36	Seychelles	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
37	Barém	82,1	87,9	95,6	98,5	99	96	85	92	101	–
38	Hungria	99,1	99,3	99,7	99,8	91	90 [f]	75	87 [d, f]	–	32
39	Eslováquia	–	–	–	–	–	89 [f]	–	75 [f]	–	43
40	Uruguai	96,5	97,6	98,7	99,1	91 [h]	90 [f]	–	70 [f]	91 [f]	24
41	Estónia	99,8	99,8	99,8	99,7	–	98	–	83	99	32
42	Costa Rica	93,9	95,7	97,4	98,3	86	91	36	49	80	18
43	Chile	94,0	95,9	98,1	98,9	88	89 [f]	55	75 [f]	101 [f]	43
44	Catar	77,0	81,7	90,3	95,0	87	95 [i]	67	78 [i]	–	–
45	Lituânia	99,3	99,6	99,8	99,8	–	95	–	89	–	38
46	Kuwait	76,7	82,4	87,5	92,7	45 [h]	66 [d]	–	50 [i]	–	23
47	Croácia	96,9	98,4	99,6	99,8	79	–	63	–	–	38
48	Emiratos Árabes Unidos	71,0	76,7	84,7	91,0	94	87	59	67	98	27
49	Baamas	94,4	95,5	96,5	97,3	96 [h]	83 [d]	–	72 [d]	–	–
50	Letónia	99,8	99,8	99,8	99,8	83 [g]	92	–	74	–	29

10 Alfabetização e escolarização

Ordem IDH		Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais)		Taxa de alfabetização de jovens (% 15-24 anos)		Taxa de escolarização primária líquida (%)[a]		Taxa de escolarização secundária líquida (%)[a, b]		Crianças que atingem o 5.º ano (%)	Estudantes do superior em ciências, matemática e engenharia (em % do total do superior)
		1990	2001	1990	2001	1990-91	2000-01[c]	1990-91	2000-01[c]	1999-2000[c, d]	1994-97[e]
51	São Cristóvão e Nevis	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
52	Cuba	95,1	96,8	99,3	99,8	92	97	69	82	95	21
53	Bielorrúsia	99,5	99,7	99,8	99,8	–	108	–	76	–	33
54	Trindade e Tobago	96,8	98,4	99,6	99,8	91	92	–	71	100	41
55	México	87,3	91,4	95,2	97,2	100	103[f]	45	60[f]	88[f]	31
Desenvolvimento humano médio											
56	Antígua e Barbuda	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
57	Bulgária	97,2	98,5	99,4	99,7	86	94	63	88	–	25
58	Malásia	80,7	87,9	94,8	97,7	–	98[f]	–	70[f]	–	–
59	Panamá	89,0	92,1	95,3	96,9	91	100	51	62	92	27
60	Macedónia	–	–	–	–	94	92	–	81[d]	–	38
61	Líbia	68,1	80,8	91,0	96,7	97[g]	–	–	–	–	–
62	Maurícias	79,8	84,8	91,1	94,0	95	95	–	64	–	17
63	Federação Russa	99,2	99,6	99,8	99,8	–	–	–	–	–	49
64	Colômbia	88,4	91,9	94,9	97,0	–	89	–	57	–	31
65	Brasil	82,0	87,3	91,8	95,5	86	97[f]	15	71[f]	–	23
66	Bósnia e Herzegovina	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
67	Belize	89,1	93,4	96,0	98,1	98[h]	100	29	63	–	–
68	Dominica	–	–	–	–	–	–	–	–	86	–
69	Venezuela	88,9	92,8	96,0	98,1	88	88	19	50	91[i]	–
70	Samoa Ocidental	98,0	98,7	99,0	99,4	–	97	–	68	83[i]	–
71	Santa Lúcia	–	–	–	–	–	100	–	80	–	–
72	Roménia	97,1	98,2	99,3	99,6	77[g]	93	–	80	–	32
73	Arábia Saudita	66,2	77,1	85,4	93,1	59	58	31	51	94	18
74	Tailândia	92,4	95,7	98,1	99,0	–	85[f]	–	–	97[f, i]	21
75	Ucrânia	99,4	99,6	99,8	99,9	–	72[i]	–	–	–	–
76	Cazaquistão	98,8	99,4	99,8	99,8	–	89	–	83	–	42
77	Suriname	–	–	–	–	–	92	–	43	–	–
78	Jamaica	82,2	87,3	91,2	94,3	96	95[f]	64	74[f]	89[f]	20
79	Omã	54,7	73,0	85,6	98,2	70	65	–	59	96	31
80	São Vicente e Grenadinas	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
81	Fidji	88,6	93,2	97,8	99,2	101[h]	99[i]	–	–	–	–
82	Peru	85,5	90,2	94,5	96,9	–	104[d, f]	–	61[f, i]	88[f, i]	–
83	Líbano	80,3	86,5	92,1	95,4	–	74	–	70[i]	97	17
84	Paraguai	90,3	93,5	95,6	97,2	93	92[f]	26	47[f]	76[f]	22
85	Filipinas	91,7	95,1	97,3	98,8	98[h]	93[f]	–	53[f]	–	–
86	Maldivas	94,8	97,0	98,1	99,1	–	99	–	31[d]	–	–
87	Turquemenistão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
88	Geórgia	–	–	–	–	–	95	–	73[i]	–	48
89	Azerbaijão	–	–	–	–	–	91[d]	–	78[i]	–	–
90	Jordânia	81,5	90,3	96,7	99,3	66	94[d, f]	–	76[d, f]	98[f, i]	27
91	Tunísia	59,1	72,1	84,1	93,8	94	99[f]	–	70[f]	93[f]	27
92	Guiana	97,2	98,6	99,8	99,8	93	98[d]	71	–	–	25
93	Granada	–	–	–	–	–	84	–	46	–	–
94	República Dominicana	79,4	84,0	87,5	91,4	–	93	–	40	75[i]	25
95	Albânia	77,0	85,3	94,8	98,0	–	98	–	74	–	22
96	Turquia	77,9	85,5	92,7	96,7	89	–	41	–	–	22
97	Equador	87,6	91,8	95,5	97,3	–	99	–	48	78	–
98	Territórios Ocupados da Palestina	–	–	–	–	–	97	–	78	–	10
99	Sri Lanka	88,7	91,9	95,1	96,9	–	97[f, i]	–	–	–	29
100	Arménia	97,5	98,5	99,5	99,8	–	69	–	64	–	33

10 Alfabetização e escolarização

Ordem IDH		Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais)		Taxa de alfabetização de jovens (% 15-24 anos)		Taxa de escolarização primária líquida (%) [a]		Taxa de escolarização secundária líquida (%) [a, b]		Crianças que atingem o 5.º ano (%)	Estudantes do superior em ciências, matemática e engenharia (em % do total do superior)
		1990	2001	1990	2001	1990-91	2000-01 [c]	1990-91	2000-01 [c]	1999-2000 [c, d]	1994-97 [e]
101	Usbequistão	98,7	99,2	99,6	99,7	–	–	–	–	–	–
102	Quirguistão	–	–	–	–	–	82	–	–	–	–
103	Cabo Verde	63,8	74,9	81,5	88,6	–	99 [i]	–	–	–	–
104	China	78,3	85,8	95,3	97,9	97	93 [d, f]	–	–	–	53
105	El Salvador	72,4	79,2	83,8	88,5	75 [g]	81 [d]	–	39 [i]	71 [i]	20
106	Irão	63,2	77,1	86,3	94,2	–	74	–	–	–	36
107	Argélia	52,9	67,8	77,3	89,2	93	98	54	62	97	50
108	Moldávia	97,5	99,0	99,8	99,8	–	78	–	68	–	44
109	Vietname	90,4	92,7	94,1	95,4	–	95	–	62	–	–
110	Síria	64,8	75,3	79,9	87,7	98	96	46	39	–	31
111	África do Sul	81,2	85,6	88,5	91,5	103 [h]	89	–	57	65	18
112	Indonésia	79,5	87,3	95,0	97,9	98	92 [f]	38	48 [d, f]	97 [f]	28
113	Tajiquistão	98,2	99,3	99,8	99,8	–	103	–	76	–	23
114	Bolívia	78,1	86,0	92,6	96,1	91	97	29	68	83	–
115	Honduras	68,1	75,6	79,7	85,5	89 [h]	88	–	–	–	26
116	Guiné Equatorial	73,3	84,2	92,7	97,2	–	72	–	26 [i]	–	–
117	Mongólia	97,8	98,5	98,9	99,1	–	89	–	58	–	25
118	Gabão	–	–	–	–	–	88	–	–	–	–
119	Guatemala	61,0	69,2	73,4	79,6	–	84	–	26	–	–
120	Egipto	47,1	56,1	61,3	70,5	–	93 [f]	–	79 [f]	–	15
121	Nicarágua	62,7	66,8	68,2	72,0	72	81	–	36	48	31
122	São Tomé e Príncipe	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
123	Ilhas Salomão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
124	Namíbia	74,9	82,7	87,4	91,9	89 [g]	82	–	38	92	4
125	Botswana	68,1	78,1	83,3	88,7	93	84	34	70	87	27
126	Marrocos	38,7	49,8	55,3	68,4	58	78	–	30 [d]	80	29
127	Índia	49,3	58,0	64,3	73,3	–	–	–	–	68 [f, i]	25
128	Vanuatu	–	–	–	–	–	96	–	23 [i]	101 [i]	–
129	Gana	58,5	72,7	81,8	91,6	–	58	–	31	66	–
130	Cambodja	62,0	68,7	73,5	79,7	–	95	–	17	63	23
131	Myanmar	80,7	85,0	88,2	91,2	–	83	–	37	–	37
132	Papua-Nova Guiné	56,6	64,6	68,6	76,3	–	84 [d]	–	21 [d]	–	–
133	Suazilândia	71,6	80,3	85,1	90,8	88	93	–	44 [d]	84	22
134	Comoros	53,8	56,0	56,7	58,8	–	56	–	–	77	–
135	Laos	56,5	65,6	70,1	78,6	–	81	–	30	–	–
136	Butão	–	–	–	–	–	–	–	–	90	–
137	Lesoto	78,0	83,9	87,2	90,8	73	78	–	21	75	13
138	Sudão	45,8	58,8	65,0	78,1	–	46 [d]	–	–	87 [i]	–
139	Bangladeche	34,2	40,6	42,0	49,1	64	89	18	43	–	–
140	Congo	67,1	81,8	92,5	97,6	–	–	–	–	–	–
141	Togo	44,2	58,4	63,5	76,5	75	92	18	23 [i]	74	11
Desenvolvimento humano baixo											
142	Camarões	57,9	72,4	81,1	90,5	–	–	–	–	81 [i]	–
143	Nepal	30,4	42,9	46,6	61,6	–	72	–	–	–	14
144	Paquistão	35,4	44,0	47,4	57,8	–	66	–	–	–	–
145	Zimbabué	80,7	89,3	93,9	97,4	–	80 [f]	–	40 [f]	–	23
146	Quénia	70,8	83,3	89,8	95,5	–	69	–	23	71 [i]	–
147	Uganda	56,1	68,0	70,1	79,4	–	109	–	12 [d]	–	15
148	Iémen	32,7	47,7	50,0	66,5	–	67	–	37 [i]	–	6
149	Madagáscar	58,0	67,3	72,2	80,8	–	68	–	11 [i]	–	20
150	Haiti	39,7	50,8	54,8	65,3	22	–	–	–	–	–
151	Gâmbia	25,6	37,8	42,2	58,6	51 [h]	69	–	35	69 [i]	–

10 Alfabetização e escolarização

Ordem IDH		Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais)		Taxa de alfabetização de jovens (% 15-24 anos)		Taxa de escolarização primária líquida (%) [a]		Taxa de escolarização secundária líquida (%) [a, b]		Crianças que atingem o 5.º ano (%)	Estudantes do superior em ciências, matemática e engenharia (em % do total do superior)
		1990	2001	1990	2001	1990-91	2000-01 [c]	1990-91	2000-01 [c]	1999-2000 [c, d]	1994-97 [e]
152	Nigéria	48,7	65,4	73,6	87,8	–	–	–	–	–	41
153	Djibouti	53,0	65,5	73,2	84,9	32	33	–	–	77 [i]	–
154	Mauritânia	34,8	40,7	45,8	49,3	–	64	–	14	61	–
155	Eritreia	46,4	56,7	60,9	71,1	–	41	–	22	–	–
156	Senegal	28,4	38,3	40,1	51,8	48 [h]	63	–	–	72	–
157	Guiné	–	–	–	–	–	47	–	12 [i]	84	42
158	Ruanda	53,3	68,0	72,7	84,2	66	97 [d]	7	–	39	–
159	Benim	26,4	38,6	40,4	54,3	49 [h]	70 [d]	–	17 [d]	84	18
160	Tanzânia	62,9	76,0	83,1	91,1	51	47	–	5	82	39
161	Costa do Marfim	38,5	49,7	52,6	62,4	47	64	–	–	91	–
162	Malawi	51,8	61,0	63,2	71,8	50	101	–	25	49	–
163	Zâmbia	68,2	79,0	81,2	88,7	–	66	–	19	81	–
164	Angola	–	–	–	–	–	37	–	–	–	–
165	Chade	27,7	44,2	48,0	68,3	–	58	–	8 [d]	54	14
166	Guiné-Bissau	27,2	39,6	44,1	59,5	–	54 [d]	–	–	38 [i]	–
167	Congo, Rep. Dem.	47,5	62,7	68,9	82,7	54	33 [i]	–	12 [i]	–	–
168	República Centro-Africana	33,2	48,2	52,1	68,7	53	55	–	–	–	–
169	Etiópia	28,6	40,3	43,0	56,2	–	47	–	13	64	36
170	Moçambique	33,5	45,2	48,8	61,7	47	54	–	9	–	46
171	Burundi	37,0	49,2	51,6	65,1	52 [g]	54	–	–	58	–
172	Mali	18,8	26,4	27,6	37,1	21	43 [i]	5	–	95	–
173	Burkina Faso	16,3	24,8	24,9	35,8	27	36	–	8	69	19
174	Níger	11,4	16,5	17,0	23,8	25	30	6	5	74	–
175	Serra Leoa	–	–	–	–	–	–	–	26	–	–
	Países em desenvolvimento	67,2	74,5	81,1	84,8	80	82	–	–	–	–
	Países menos desenvolvidos	43,7	53,3	56,5	66,3	54	60	–	–	–	–
	Países Árabes	50,0	60,8	66,5	76,7	73	77	–	–	–	–
	Ásia Oriental e Pacífico	80,2	87,1	95,2	97,4	96	93	–	–	–	–
	América Latina e Caraíbas	85,0	89,2	92,7	95,2	87	97	–	–	–	–
	Ásia do Sul	47,7	56,3	61,7	70,6	73	79	–	–	–	–
	África Subsariana	50,3	62,4	67,4	77,9	56	59	–	–	–	–
	Europa Central, do Leste & CEI	98,8	99,3	99,7	99,8	88	91	–	–	–	–
	OCDE	–	–	–	–	97	98	–	–	–	–
	OCDE de rendimento elevado	–	–	–	–	97	97	–	–	–	–
	Desenvolvimento humano elevado	–	–	–	–	97	98	–	–	–	–
	Desenvolvimento humano médio	71,8	78,1	84,5	87,8	86	88	–	–	–	–
	Desenvolvimento humano baixo	42,8	55,0	59,8	71,5	50	59	–	–	–	–
	Rendimento elevado	–	–	–	–	97	97	–	–	–	–
	Rendimento médio	80,9	86,6	93,1	95,4	92	93	–	–	–	–
	Rendimento baixo	54,8	63,0	68,0	75,9	69	74	–	–	–	–
	Mundo	–	–	–	–	82	84	–	–	–	–

a. Os dados referem-se ao ano escolar de 1990-91 ou 2000-01. A taxa de escolarização líquida é o rácio entre o número de crianças matriculadas com idade oficial para o nível de educação indicado e a população total dessa idade. As taxas de escolarização que excedem 100% reflectem discrepâncias entre estes dois conjuntos de dados b. As taxas de escolarização são baseadas na nova Classificação Internacional Tipo da Educação, adoptada em 1997 (UNESCO 1997), por isso podem não ser exactamente comparáveis com as dos anos anteriores. c. Os dados de alguns países podem corresponder a estimativas nacionais ou do Instituto de Estatística da UNESCO. Para pormenores, ver http://www.uis.unesco.org/. Porque os dados são de fontes diferentes, as comparações entre países devem ser feitas com precaução. d. Os dados referem-se ao ano escolar de 1999-2000. e. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado. f. Estimativas provisórias do Instituto de Estatística da UNESCO, sujeitas a revisão posterior. g. Os dados referem-se ao ano escolar de 1992-93. h. Os dados referem-se ao ano escolar de 1991-92. i. Os dados referem-se ao ano escolar de 1998-99.

Fonte: Colunas 1 e 2: UNESCO Institute for Statistics 2003a; *colunas 3 e 4:* UNESCO Institute for Statistics 2003a (para dados tal como apresentados em World Bank 2003c, ver o quadro 1 de indicadores ODM); *colunas 5-6:* UNESCO Institute for Statistics 2003d (para dados tal como apresentados em World Bank 2003c, ver o quadro 1 de indicadores ODM); os agregados foram calculados pelo Instituto de Estatística da UNESCO para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano; *colunas 7 e 8:* UNESCO Institute for Statistics 2003d; *coluna 9:* UNESCO Institute for Statistics 2003d (para dados tal como apresentados em World Bank 2003c, ver o quadro 1 de indicadores ODM); *coluna 10:* calculado com base em dados sobre estudantes do ensino superior, de UNESCO 1999.

11 Tecnologia: difusão e criação

Ordem IDH		Telefones por cabo (por 1.000 pessoas)		Assinantes de telemóveis (por 1.000 pessoas)		Utentes de Internet (por 1.000 pessoas)		Patentes concedidas a residentes (por milhão de pessoas)	Receitas de royalties e direitos (dól. EUA por pessoa)	Despesas de investigação e desenvolvimento (I&D) (em % do PIB)	Cientistas e engenheiros em I&D (por milhão de pessoas)
		1990	2001	1990	2001	1990	2001	1999	2001	1996-2000 [a]	1996-2000 [a]
Desenvolvimento humano elevado											
1	Noruega	502	732	46	815	7,1	463,8	97	34,3	1,7	4.112
2	Islândia	510	664	39	865	5,0 [b]	599,3	21	0,0 [c]	2,3	5.695
3	Suécia	681	739	54	790	5,8	516,3	285	160,5	3,8	4.511
4	Austrália	456	541	11	574	5,9	371,4	65	15,4	1,5	3.353
5	Holanda	464	621	5	767	3,3	490,5	187	107,5	2,0	2.572
6	Bélgica	393	498	4	747	(,)	310,4	103	86,3	2,0	2.953
7	Estados Unidos	547	667	21	451	8,0	501,5	298	135,5	2,7	4.099
8	Canadá	565	676	22	362	3,7	466,6	44	48,2	1,8	2.985
9	Japão	441	586	7	588	0,2	384,2	1.057	82,4	3,0	5.095
10	Suíça	574	732	18	728	5,8	307,0	203	–	2,6	3.592
11	Dinamarca	567	722	29	740	1,0	429,5	67	–	2,1	3.476
12	Irlanda	281	485	7	774	0,6 [b]	233,1	66	90,1	1,2	2.184
13	Reino Unido	441	587	19	770	0,9	329,6	76	134,5	1,9	2.666
14	Finlândia	534	548	52	804	4,0	430,3	1	112,5	3,4	5.059
15	Luxemburgo	481	780	2	920	1,5 [d]	359,8	158	459,1	–	–
16	Áustria	418	468	10	817	1,3	387,0	159	16,9	1,8	2.313
17	França	495	573	5	605	0,5	263,8	195	42,3	2,2	2.718
18	Alemanha	441	634	4	682	1,4	373,6	229	38,3	2,5	3.161
19	Espanha	316	434	1	734	0,1	182,7	45	8,9	0,9	1.921
20	Nova Zelândia	434	477	16	599	2,9 [d]	461,2	86	16,0	1,1	2.197
21	Itália	388	471	5	883	0,2	268,9	113	7,6	1,0	1.128
22	Israel	343	466	3	907	1,1	276,6	71	68,0	3,6	1.563
23	Portugal	243	425	1	774	1,0 [b]	281,5	9	2,5	0,7	1.576
24	Grécia	389	529	0	751	0,5 [b]	132,1	1	1,3	0,7	1.400
25	Chipre	419	631	5	456	0,6 [d]	217,5	0	–	0,2	358
26	Hong Kong. China (RAE)	450	580	24	859	1,3 [b]	386,8	4	16,0 [c]	0,4	93 [e]
27	Barbados	281	481	0	198	–	55,9	0	0,9 [c]	–	–
28	Singapura	346	471	17	724	1,6 [b]	411,5	12	–	1,9	4.140
29	Eslovénia	211	402	0	737	–	300,8	98	7,2	1,5	2.181
30	Coreia do Sul	306	486	2	621	0,2	521,1	931	14,6 [c]	2,7	2.319
31	Brunei	136	259	7	401	–	102,3	–	–	–	–
32	República Checa	158	378	0	679	–	146,7	22	3,6	1,4	1.349
33	Malta	360	530	0	611	–	252,6	26	1,7	–	96 [e]
34	Argentina	93	224	(,)	193	(,) [d]	100,8	4	0,6	0,4	713
35	Polónia	86	295	0	259	0,1 [b]	98,4	26	1,2	0,7	1.429
36	Seychelles	124	261	0	539	–	109,9	–	–	–	–
37	Barém	191	267	10	460	–	203,4	–	–	–	–
38	Hungria	96	375	(,)	498	(,) [b]	148,4	30	9,4	0,8	1.445
39	Eslováquia	135	289	0	399	–	125,3	14	3,0 [c]	0,7	1.844
40	Uruguai	134	283	0	155	–	119,0	3	(,)	0,3	219
41	Estónia	204	354	0	455	0,6 [d]	300,5	4	1,5	0,8	2.128
42	Costa Rica	101	230	0	76	(,) [d]	93,4	0	0,2	0,2	533
43	Chile	66	233	1	342	0,4 [d]	201,4	1	0,3	0,5	370
44	Catar	190	275	8	293	–	65,6	–	–	–	591 [e]
45	Lituânia	212	313	0	277	–	67,9	26	0,1	–	2.027
46	Kuwait	188	208	12	386	–	87,9	–	0,0	0,2	212
47	Croácia	172	383	(,)	377	–	111,3	14	24,3	1,0	1.187
48	Emiratos Árabes Unidos	206	340	17	616	–	314,8	0	–	–	–
49	Baamas	274	400	8	197	–	54,9	–	–	–	–
50	Letónia	234	307	0	279	–	72,3	41	1,1	0,4	1.078

11 Tecnologia: difusão e criação

Ordem IDH	Telefones por cabo (por 1.000 pessoas) 1990	2001	Assinantes de telemóveis (por 1.000 pessoas) 1990	2001	Utentes de Internet (por 1.000 pessoas) 1990	2001	Patentes concedidas a residentes (por milhão de pessoas) 1999	Receitas de royalties e direitos (dól. EUA por pessoa) 2001	Despesas de investigação e desenvolvimento (I&D) (em % do PIB) 1996-2000 [a]	Cientistas e engenheiros em I&D (por milhão de pessoas) 1996-2000 [a]
51 São Cristóvão e Nevis	237	491	0	46	–	78,5	–	0,0 [c]	–	–
52 Cuba	31	51	0	1	–	10,7	4	–	0,5	480
53 Bielorrúsia	154	288	0	14	–	42,4	39	0,1	–	1.893
54 Trindade e Tobago	141	240	0	197	–	92,3	0	–	0,1	145
55 México	65	137	1	217	0,1 [b]	36,2	1	0,4	0,4	225
Desenvolvimento humano médio										
56 Antígua e Barbuda	253	481	0	323	–	90,4	0	0,0	–	–
57 Bulgária	242	359	0	191	–	74,6	25	0,3	0,6	1.316
58 Malásia	89	198	5	314	(.) [d]	273,1	–	0,9	0,4	160
59 Panamá	93	130	0	164	–	41,4	–	–	0,3	124
60 Macedónia	148	263	0	109	–	34,2	16	1,6	–	387
61 Líbia	48	109	0	9	–	3,6	–	–	–	361
62 Maurícias	52	256	2	227	–	131,6	–	(.) [c]	0,3	360 [e]
63 Federação Russa	140	243	0	53	(.) [d]	29,3	105	0,4	1,0	3.481
64 Colômbia	69	172	0	76	–	27,0	(.)	(.)	0,3	101
65 Brasil	65	218	(.)	167	(.) [b]	46,6	3	0,6	0,8	323
66 Bósnia e Herzegovina	0	111	0	60	–	11,1	0	–	–	–
67 Belize	92	143	0	159	–	73,0	–	–	–	–
68 Dominica	164	299	0	99	–	115,7	0	0,0	–	–
69 Venezuela	76	109	(.)	263	0,1 [d]	46,8	–	0,0 [c]	0,3	194
70 Samoa Ocidental	26	54	0	18	–	16,8	–	–	–	–
71 Santa Lúcia	129	317	0	17	–	82,4	0	0,0 [c]	–	–
72 Roménia	102	184	0	172	–	44,7	41	0,7	0,4	913
73 Arábia Saudita	77	145	1	113	–	13,4	(.)	0,0	–	–
74 Tailândia	24	99	1	123	0,0	57,7	–	0,1	0,1	74
75 Ucrânia	136	212	0	44	–	11,9	12	0,1	0,9	2.118
76 Cazaquistão	80	121	0	36	–	9,3	79	0,0 [c]	0,3	716
77 Suriname	92	176	0	198	–	33,0	–	–	–	–
78 Jamaica	45	205	0	244	–	38,5	(.)	2,3	–	8 [e]
79 Omã	60	90	2	124	–	45,7	–	–	–	4
80 São Vicente e Grenadinas	124	227	0	65	–	47,8	–	0,0 [c]	–	–
81 Fidji	58	112	0	99	–	18,3	–	–	–	50 [e]
82 Peru	26	78	(.)	59	–	76,6	(.)	0,0	0,1	229
83 Líbano	155	187	0	229	–	77,6	–	–	–	–
84 Paraguai	27	51	0	204	–	10,6	–	32,0	–	–
85 Filipinas	10	42	0	150	–	25,6	(.)	(.)	–	156 [e]
86 Maldivas	29	99	0	69	0,0	36,5	–	12,8	–	–
87 Turquemenistão	60	80	0	2	–	1,7	7	–	–	–
88 Geórgia	99	174	0	61	–	9,3	38	–	0,3	2.421
89 Azerbaijão	86	120	0	94	–	3,2	0	–	0,2	2.799
90 Jordânia	72	129	(.)	167	–	45,2	–	–	–	1.948
91 Tunísia	38	109	(.)	40	–	41,2	–	1,6	0,5	336
92 Guiana	20	92	0	87	–	109,2	–	–	–	–
93 Granada	177	328	2	64	0,0	52,0	0	0,0 [c]	–	–
94 República Dominicana	48	110	(.)	146	–	21,5	–	–	–	–
95 Albânia	12	50	0	99	–	2,5	0	–	–	–
96 Turquia	121	285	1	295	–	60,4	(.)	0,0	0,6	306
97 Equador	48	104	0	67	0,1 [d]	25,9	(.)	–	0,1	83
98 Territórios Ocupados da Palestina	0	89	0	91	–	18,2	–	–	–	–
99 Sri Lanka	7	44	(.)	36	–	8,0	0	–	0,2	191
100 Arménia	157	140	0	7	–	18,4	46	–	–	1.313

11 Tecnologia: difusão e criação

Ordem IDH		Telefones por cabo (por 1.000 pessoas) 1990	Telefones por cabo (por 1.000 pessoas) 2001	Assinantes de telemóveis (por 1.000 pessoas) 1990	Assinantes de telemóveis (por 1.000 pessoas) 2001	Utentes de Internet (por 1.000 pessoas) 1990	Utentes de Internet (por 1.000 pessoas) 2001	Patentes concedidas a residentes (por milhão de pessoas) 1999	Receitas de royalties e direitos (dól. EUA por pessoa) 2001	Despesas de investigação e desenvol-vimento (I&D) (em % do PIB) 1996-2000[a]	Cientistas e enge-nheiros em I&D (por milhão de pessoas) 1996-2000[a]
101	Usbequistão	69	67	0	3	–	6,0	20	–	–	1.754 [e]
102	Quirguistão	72	78	0	5	–	30,2	13	0,2	0,2	581
103	Cabo Verde	24	143	0	72	–	27,5	–	–	–	–
104	China	6	137	(.)	110	–	25,7	2	0,1	1,0	545
105	El Salvador	24	102	0	134	–	23,4	–	0,2	–	47
106	Irão	40	169	0	32	–	15,6	2	0,0 [c]	–	590 [e]
107	Argélia	32	61	(.)	3	–	6,5	0	–	–	–
108	Moldávia	106	146	0	51	–	13,7	47	0,3	–	334
109	Vietname	1	38	0	15	–	12,4	(.)	–	–	274 [e]
110	Síria	41	103	0	12	0,0	3,6	–	–	0,2	29
111	África do Sul	93	111	(.)	242	0,1 [b]	64,9	0	1,2	–	992 [e]
112	Indonésia	6	35	(.)	31	–	19,1	0	–	–	130 [e]
113	Tajiquistão	45	36	0	(.)	–	0,5	3	–	–	660 [e]
114	Bolívia	28	63	0	94	–	21,8	–	0,2	0,3	98
115	Honduras	17	47	0	36	–	13,8	1	0,0 [c]	–	–
116	Guiné Equatorial	4	15	0	32	–	1,9	–	–	–	–
117	Mongólia	32	52	0	81	–	16,7	44	0,0	–	531
118	Gabão	22	30	0	205	–	13,5	–	–	–	–
119	Guatemala	21	65	(.)	97	–	17,1	(.)	–	–	103 [e]
120	Egipto	30	104	(.)	43	–	9,3	1	0,7	0,2	493 [e]
121	Nicarágua	13	29	0	30	–	14,4	0	–	0,1	73
122	São Tomé e Príncipe	19	36	0	0	–	60,0	–	5,1	–	–
123	Ilhas Salomão	15	17	0	2	–	4,6	–	–	–	–
124	Namíbia	39	64	0	55	–	24,6	–	–	–	–
125	Botswana	21	85	0	188	0,0	29,7	0	–	–	–
126	Marrocos	16	41	(.)	164	–	13,7	0	0,8	–	–
127	Índia	6	38	0	6	(.) [d]	6,8	1	0,1 [c]	1,2	157
128	Vanuatu	18	34	0	2	–	27,4	–	–	–	–
129	Gana	3	12	0	9	–	1,9	0	–	–	–
130	Cambodja	(.)	2	0	17	–	0,7	–	–	–	–
131	Myanmar	2	6	0	(.)	–	0,2	–	(.)	–	–
132	Papua-Nova Guiné	8	12	0	2	–	9,4	–	–	–	–
133	Suazilândia	17	31	0	54	–	13,7	0	0,2	–	–
134	Comoros	8	12	0	0	–	3,4	–	–	–	–
135	Laos	2	10	0	5	–	1,9	–	–	–	–
136	Butão	4	26	0	0	–	7,4	–	–	–	–
137	Lesoto	7	10	0	26	–	2,3	0	5,6	–	–
138	Sudão	3	14	0	3	–	1,8	0	0,0 [c]	–	–
139	Bangladeche	2	4	0	4	–	1,4	–	(.) [c]	–	51 [e]
140	Congo	7	7	0	48	–	0,3	–	–	–	33
141	Togo	3	10	0	26	0,0	32,2	–	–	–	102 [e]
Desenvolvimento humano baixo											
142	Camarões	3	7	0	20	–	2,9	–	–	–	–
143	Nepal	3	13	0	1	0,0	2,6	–	–	–	–
144	Paquistão	8	23	(.)	6	–	3,4	–	(.)	–	69
145	Zimbabué	13	22	0	29	–	8,7	0	–	–	–
146	Quénia	8	10	0	19	–	16,0	(.)	0,2	–	–
147	Uganda	2	2	0	12	–	2,5	0	–	0,8	24
148	Iémen	11	22	0	8	–	0,9	–	–	–	–
149	Madagáscar	3	4	0	10	–	2,3	(.)	(.)	–	12 [e]
150	Haiti	7	10	0	11	–	3,6	0	–	–	–
151	Gâmbia	7	26	0	41	–	13,5	0	–	–	–

11 Tecnologia: difusão e criação

Ordem IDH	Telefones por cabo (por 1.000 pessoas) 1990	Telefones por cabo (por 1.000 pessoas) 2001	Assinantes de telemóveis (por 1.000 pessoas) 1990	Assinantes de telemóveis (por 1.000 pessoas) 2001	Utentes de Internet (por 1.000 pessoas) 1990	Utentes de Internet (por 1.000 pessoas) 2001	Patentes concedidas a residentes (por milhão de pessoas) 1999	Receitas de royalties e direitos (dól. EUA por pessoa) 2001	Despesas de investigação e desenvolvimento (I&D) (em % do PIB) 1996-2000 [a]	Cientistas e engenheiros em I&D (por milhão de pessoas) 1996-2000 [a]
152 Nigéria	3	5	0	3	–	1,0	–	–	–	15 [e]
153 Djibouti	11	15	0	5	–	5,1	–	–	–	–
154 Mauritânia	3	10	0	43	–	2,7	–	–	–	–
155 Eritreia	0	8	0	0	–	1,6	–	–	–	–
156 Senegal	6	25	0	31	–	10,3	–	–	(,)	2
157 Guiné	2	3	0	7	–	2,0	–	0,0	–	–
158 Ruanda	2	3	0	8	–	2,5	0	0,0 [c]	–	30 [e]
159 Benim	3	9	0	19	–	3,9	–	–	–	174 [e]
160 Tanzânia	3	4	0	13	–	3,0	0	(,) [c]	–	–
161 Costa do Marfim	6	18	0	45	–	4,3	–	(,)	–	–
162 Malawi	3	5	0	5	–	1,9	0	–	–	–
163 Zâmbia	8	8	0	11	–	2,4	(,)	–	–	–
164 Angola	8	6	0	6	–	1,5	–	1,2 [c]	–	–
165 Chade	1	1	0	3	–	0,5	–	–	–	–
166 Guiné-Bissau	6	10	0	0	–	3,3	0	–	–	–
167 Congo, Rep. Dem.	1	(,)	0	3	–	0,1	–	–	–	–
168 República Centro-Africana	2	2	0	3	–	0,8	–	–	–	47
169 Etiópia	3	4	0	(,)	–	0,4	0	–	–	–
170 Moçambique	3	5	0	9	–	1,7	–	–	–	–
171 Burundi	1	3	0	4	0,0	0,9	–	–	–	21 [e]
172 Mali	1	5	0	4	–	2,9	–	–	–	–
173 Burkina Faso	2	5	0	6	–	1,6	–	–	0,2	16
174 Níger	1	2	0	(,)	–	1,1	–	–	–	–
175 Serra Leoa	3	5	0	5	–	1,4	0	–	–	–
Países em desenvolvimento	21	87	(,)	75	–	26,5	–	0,1	–	–
Países menos desenvolvidos	3	6	0	6	–	1,8	–	(,)	–	–
Países Árabes	35	76	(,)	58	–	15,6	–	0,3	–	–
Ásia Oriental e Pacífico	17	122	(,)	113	–	41,4	–	0,1	1,5	619
América Latina e Caraíbas	62	162	(,)	160	–	49,0	2	0,7	–	–
Ásia do Sul	7	38	(,)	7	–	6,3	–	(,)	–	158 [f]
África Subsariana	11	15	(,)	28	–	7,8	–	0,1	–	–
Europa Central, do Leste & CEI	124	224	(,)	120	–	42,8	54	1,0	0,9	2.554
OCDE	392	523	10	539	2,8	332,0	284	62,7	2,6	2.324 [g]
OCDE de rendimento elevado	465	597	13	605	3,2	400,1	354	78,4	2,6	3.305 [h]
Desenvolvimento humano elevado	382	511	10	529	2,6	328,2	273	60,2	2,6	2.335 [g]
Desenvolvimento humano médio	26	102	(,)	73	–	22,0	7	0,2	–	588 [f]
Desenvolvimento humano baixo	4	10	(,)	8	–	2,8	–	(,)	–	–
Rendimento elevado	461	592	13	608	3,2	396,9	346	76,4	2,6	3.281 [h]
Rendimento médio	41	152	(,)	128	–	36,8	10	0,4	–	778
Rendimento baixo	10	30	(,)	10	–	6,4	–	(,)	–	–
Mundo		98	169	2	153	–	79,6	68	11,9	– –

a. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado. b. Os dados referem-se a 1991. c. Os dados referem-se ao ano 2000. d. Os dados referem-se a 1992. e. Os dados referem-se a um ano anterior a 1996. f. Os dados referem-se a 1996. g. Os dados referem-se a 1998. h. Os dados referem-se a 1997.

Fonte: Colunas 1-4: ITU 2003a; *colunas 5 e 6:* UN 2003a, baseado em dados da União Internacional das Telecomunicações; *coluna 7:* WIPO 2003; *colunas 8:* World Bank 2003c, baseado em dados do Fundo Monetário Internacional; agregados calculados com base nos agregados do Banco Mundial para receitas de royalties e licenças e para a população; *colunas 9 e 10:* World Bank 2003c, baseado em dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

Ordem IDH		PIB: Mil milhões de dólares 2001	PIB: Mil milhões de dól. PPC 2001	PIB per capita: Dól. EUA 2001	PIB per capita: Dól. PPC 2001	Taxa de crescimento anual do PIB per capita (%) 1975-2001	Taxa de crescimento anual do PIB per capita (%) 1990-2001	PIB per capita: Valor mais alto em 1975-2001 (dól. PPC)	PIB per capita: Ano do valor mais alto	Variação média anual do índice de preços no consumidor (%) 1990-2001	Variação média anual do índice de preços no consumidor (%) 2000-01
Desenvolvimento humano elevado											
1	Noruega	166,1	133,7	36.815	29.620	2,6	2,9	29.620	2001	2,2	3,0
2	Islândia	7,7	8,5	27.312	29.990	1,7	2,1	29.990	2001	2,9	6,4
3	Suécia	209,8	215,1	23.591	24.180	1,4	1,7	24.180	2001	1,8	2,4
4	Austrália	368,7	491,8	19.019	25.370	1,9	2,7	25.370	2001	2,2	4,4
5	Holanda	380,1	436,2	23.701	27.190	1,9	2,3	27.190	2001	2,4	4,5
6	Bélgica	229,6	262,5	22.323	25.520	2,0	1,9	25.520	2001	1,9	2,5
7	Estados Unidos	10.065,3	9.792,5 [a]	35.277	34.320 [a]	2,0	2,1	34.592	2000	2,7	2,8
8	Canadá	694,5	843,2	22.343	27.130	1,5	2,1	27.130	2001	1,7	2,5
9	Japão	4.141,4	3.193,0	32.601	25.130	2,6	1,0	25.309	2000	0,6	-0,7
10	Suíça	247,1	203,2	34.171	28.100	1,0	0,3	28.100	2001	1,5	1,0
11	Dinamarca	161,5	155,4	30.144	29.000	1,6	2,0	29.000	2001	2,1	2,4
12	Irlanda	103,3	124,4	26.908	32.410	4,2	6,8	32.410	2001	2,4	4,9
13	Reino Unido	1.424,1	1.420,3	24.219	24.160	2,1	2,5	24.160	2001	2,8	1,8
14	Finlândia	120,9	126,8	23.295	24.430	2,0	2,6	24.430	2001	1,6	2,6
15	Luxemburgo	18,5	23,7	42.041	53.780	4,0	4,2	53.780	2001	2,0	2,7
16	Áustria	188,5	217,4	23.186	26.730	2,1	1,8	26.730	2001	2,2	2,7
17	França	1.309,8	1.420,0	22.129	23.990	1,7	1,5	23.990	2001	1,6	1,6
18	Alemanha	1.846,1	2.086,8	22.422	25.350	1,8	1,2	25.350	2001	2,2	2,5
19	Espanha	581,8	828,4	14.150	20.150	2,2	2,2	20.150	2001	3,7	3,6
20	Nova Zelândia	50,4	73,7	13.101	19.160	0,9	2,0	19.160	2001	1,8	2,6
21	Itália	1.088,8	1.429,7	18.788	24.670	2,0	1,4	24.670	2001	3,5	2,8
22	Israel	108,3	125,9	17.024	19.790	2,0	2,0	20.376	2000	8,9	1,1
23	Portugal	109,8	181,9	10.954	18.150	3,0	2,6	18.150	2001	4,3	4,4
24	Grécia	117,2	184,7	11.063	17.440	1,0	2,0	17.440	2001	8,3	3,4
25	Chipre	9,1	16,1 [b]	12.004	21.190 [b]	4,8	3,2	21.190	2001	3,5	2,0
26	Hong Kong. China (RAE)	161,9	167,1	24.074	24.850	4,5	2,1	25.037	2000	4,9	-1,6
27	Barbados	2,8	4,2	10.281	15.560	1,3	2,1	15.560	2001	2,5	2,6
28	Singapura	85,6	93,7	20.733	22.680	5,1	4,4	23.804	2000	1,6	1,0
29	Eslovénia	18,8	34,1	9.443	17.130	–	3,0	17.130	2001	22,0 [c]	9,4
30	Coreia do Sul	422,2	714,2	8.917	15.090	6,2	4,7	15.090	2001	4,9	4,1
31	Brunei	–	–	–	–	-2,2 [c]	-0,7 [c]	–	–	–	–
32	República Checa	56,8	150,5	5.554	14.720	–	1,3	14.720	2001	7,3 [c]	4,7
33	Malta	3,6	5,2 [b]	9.172	13.160 [b]	4,5	3,8	13.427	2000	3,0	2,9
34	Argentina	268,6	424,4	7.166	11.320	0,4	2,3	12.827	1998	7,4	-1,1
35	Polónia	176,3	365,3	4.561	9.450	–	4,4	9.450	2001	23,1	5,5
36	Seychelles	0,6	–	6.912	–	2,5	0,1	–	–	2,1	6,0
37	Barém	7,9	10,5	12.189	16.060	1,1 [c]	1,9	16.126	2000	0,8	–
38	Hungria	51,9	125,7	5.097	12.340	0,9	2,1	12.340	2001	19,2	9,1
39	Eslováquia	20,5	64,6	3.786	11.960	(.) [c]	1,9	11.960	2001	8,5 [c]	7,3
40	Uruguai	18,7	28,2	5.554	8.400	1,4	2,1	9.256	1998	30,2	4,4
41	Estónia	5,5	13,9	4.051	10.170	-0,5 [c]	1,6	10.501	1989	18,9 [c]	5,7
42	Costa Rica	16,1	36,7	4.159	9.460	1,2	2,8	9.529	2000	15,1	11,2
43	Chile	66,5	141,6	4.314	9.190	4,1	4,7	9.190	2001	8,3	3,6
44	Catar	16,5 [d]	–	28.132 [d]	–	–	–	–	–	2,7	1,4
45	Lituânia	12,0	29,5	3.444	8.470	–	-1,6	11.031	1990	27,0 [c]	1,2
46	Kuwait	32,8	38,2 [b]	16.048	18.700 [b]	-0,7 [c]	-1,0 [c]	29.396	1979	2,0	1,7
47	Croácia	20,3	40,2	4.625	9.170	–	2,1	9.313	1990	72,1	4,8
48	Emiratos Árabes Unidos	–	–	–	–	-3,7 [c]	-1,6 [c]	–	–	–	–
49	Bahamas	4,8 [d]	5,0	15.797 [d]	16.270	1,5 [c]	0,1 [c]	–	–	2,0	2,0
50	Letónia	7,5	18,2	3.200	7.730	-0,7	-1,0	10.243	1989	25,0 [c]	2,5

12 Desempenho económico

Ordem IDH		PIB		PIB per capita		Taxa de crescimento anual do PIB per capita (%)		PIB per capita		Variação média anual do índice de preços no consumidor (%)	
		Mil milhões de dólares	Mil milhões de dól. PPC	Dól. EUA	Dól. PPC	1975-	1990-	Valor mais alto em 1975-2001	Ano do valor mais alto		
		2001	2001	2001	2001	2001	2001	(dól. PPC)		1990-2001	2000-01
51	São Cristóvão e Nevis	0,3	0,5	7.609	11.300	5,4 [c]	3,9	11.377	2000	3,4 [c]	–
52	Cuba	–	–	–	–	–	3,7 [c]	–	–	–	–
53	Bielorrúsia	12,2	76,0	1.226	7.620	–	-0,6	8.078	1990	294,7 [c]	61,1
54	Trindade e Tobago	8,8	11,9	6.752	9.100	0,7	2,9	9.100	2001	5,7	–
55	México	617,8	838,2 [b]	6.214	8.430 [b]	0,9	1,5	8.581	2000	18,6	6,4
Desenvolvimento humano médio											
56	Antígua e Barbuda	0,7	0,7	9.961	10.170	4,4 [c]	2,7	10.223	2000	–	–
57	Bulgária	13,6	55,3	1.690	6.890	(,) [c]	-0,6	8.012	1988	105,3	7,4
58	Malásia	88,0	208,3 [b]	3.699	8.750 [b]	4,1	3,9	8.996	1997	3,4	1,4
59	Panamá	10,2	16,7	3.511	5.750	0,8	2,1	5.821	2000	1,1	0,3
60	Macedónia	3,4	12,5	1.676	6.110	–	-0,9	6.990	1991	8,0 [c]	-0,7
61	Líbia	34,1 [d]	–	6.453 [d]	–	–	–	–	–	–	–
62	Maurícias	4,5	11,8	3.750	9.860	4,7 [c]	3,9	9.860	2001	6,7	5,4
63	Federação Russa	310,0	1.027,9	2.141	7.100	-1,2	-3,5	10.326	1989	85,9 [c]	21,5
64	Colômbia	82,4	302,8	1.915	7.040	1,5	0,8	7.539	1997	19,5	8,7
65	Brasil	502,5	1.268,6	2.915	7.360	0,8	1,4	7.360	2001	161,6	6,9
66	Bósnia e Herzegovina	4,8	24,3	1.175	5.970	–	20,5 [c]	–	–	–	–
67	Belize	0,8	1,4	3.258	5.690	2,8	1,6	5.690	2001	1,8	1,2
68	Dominica	0,3	0,4	3.661	5.520	3,5 [c]	1,7	5.756	2000	1,8	1,9
69	Venezuela	124,9	139,5	5.073	5.670	-0,9	-0,6	7.619	1977	45,9	12,5
70	Samoa Ocidental	0,3	1,1	1.465	6.180	0,4 [c]	2,0	6.180	2001	3,6	3,8
71	Santa Lúcia	0,7	0,8	4.222	5.260	4,1 [c]	0,7	5.529	1999	2,7	0,1
72	Roménia	38,7	130,7	1.728	5.830	-1,3 [c]	-0,1	7.325	1987	92,8	34,5
73	Arábia Saudita	186,5	285,3	8.711	13.330	-2,1	-1,1	23.294	1980	0,8	-0,5
74	Tailândia	114,7	391,7	1.874	6.400	5,4	3,0	6.763	1996	4,6	1,7
75	Ucrânia	37,6	213,3	766	4.350	-7,5 [c]	-7,4	9.303	1989	200,4 [c]	–
76	Cazaquistão	22,4	96,8	1.503	6.500	–	-1,9	7.948	1989	54,8 [c]	8,4
77	Suriname	0,8	–	1.803	–	(,)	2,6	–	–	88,0 [c]	–
78	Jamaica	7,8	9,6	3.005	3.720	0,2	-0,5	4.174	1975	21,4	7,0
79	Omã	19,8 [d]	29,0	8.226 [d]	12.040	2,3 [c]	0,6 [c]	–	–	(,)	-1,1
80	São Vicente e Grenadinas	0,4	0,6	3.047	5.330	3,9	2,5	5.402	2000	2,2	0,8
81	Fidji	1,7	4,0	2.061	4.850	1,0	1,7	4.961	1999	3,3	4,3
82	Peru	54,0	120,4	2.051	4.570	-0,7	2,4	5.310	1981	23,8	2,0
83	Líbano	16,7	18,3	3.811	4.170	4,0 [c]	3,6	4.244	1998	–	–
84	Paraguai	7,2	29,4	1.279	5.210	0,6	-0,6	6.052	1981	12,5	7,3
85	Filipinas	71,4	301,1	912	3.840	0,1	1,0	3.946	1982	8,0	6,1
86	Maldivas	0,6	–	2.082	–	–	2,5 [c]	–	–	6,3	0,6
87	Turquemenistão	6,0	23,5	1.097	4.320	-6,6 [c]	-6,1	7.626	1988	–	–
88	Geórgia	3,1	13,5	594	2.560	-5,5	-5,5	8.404	1985	20,6 [c]	4,6
89	Azerbaijão	5,6	25,1	688	3.090	–	-1,3 [c]	4.036	1992	134,5 [c]	1,5
90	Jordânia	8,8	19,5	1.755	3.870	0,3	0,9	4.698	1986	3,3	1,8
91	Tunísia	20,0	61,9	2.066	6.390	2,0	3,1	6.390	2001	4,2	1,9
92	Guiana	0,7	3,6	912	4.690	0,5	4,4	4.749	1999	6,0 [c]	2,6
93	Granada	0,4	0,7	3.965	6.740	3,8 [c]	2,9	7.173	2000	2,3 [c]	–
94	República Dominicana	21,2	59,7	2.494	7.020	1,8	4,2	7.020	2001	8,5	8,9
95	Albânia	4,1	11,6	1.300	3.680	-0,5 [c]	4,3	3.680	2001	24,2 [c]	3,1
96	Turquia	147,7	390,3	2.230	5.890	2,0	1,7	6.495	1998	77,9	54,4
97	Equador	18,0	42,3	1.396	3.280	0,2	-0,3	3.517	1997	38,7	37,7
98	Territórios Ocupados da Palestina	4,0	–	1.286	–	–	-3,0 [c]	–	–	–	–
99	Sri Lanka	15,9	59,6	849	3.180	3,4	3,6	3.273	2000	9,9	14,2
100	Arménia	2,1	10,1	556	2.650	–	-1,3	3.828	1990	55,8 [c]	3,1

12 Desempenho económico

Ordem IDH		PIB: Mil milhões de dólares 2001	PIB: Mil milhões de dól. PPC 2001	PIB per capita: Dól. EUA 2001	PIB per capita: Dól. PPC 2001	Taxa de crescimento anual do PIB per capita (%) 1975-2001	Taxa de crescimento anual do PIB per capita (%) 1990-2001	PIB per capita: Valor mais alto em 1975-2001 (dól. PPC)	PIB per capita: Ano do valor mais alto	Variação média anual do índice de preços no consumidor (%) 1990-2001	Variação média anual do índice de preços no consumidor (%) 2000-01
101	Usbequistão	11,3	61,6	450	2.460	-1,9 [c]	-1,5	2.950	1989	–	–
102	Quirguistão	1,5	13,6	308	2.750	-4,1 [c]	-3,9	4.392	1990	21,2 [c]	6,9
103	Cabo Verde	0,6	2,5 [b]	1.317	5.570 [b]	3,0 [c]	3,5	5.570	2001	5,2	3,7
104	China	1.159,0	5.111,2	911	4.020	8,2	8,8	4.020	2001	7,6	0,3
105	El Salvador	13,7	33,7	2.147	5.260	0,1	2,4	5.850	1978	7,8	3,8
106	Irão	114,1	387,2	1.767	6.000	-0,6	2,0	7.808	1976	24,7	11,3
107	Argélia	54,7	187,9 [b]	1.773	6.090 [b]	-0,2	0,1	6.836	1985	15,5	4,2
108	Moldávia	1,5	9,2	346	2.150	-5,6 [c]	-8,2	5.764	1989	19,3 [c]	9,8
109	Vietname	32,7	164,5	411	2.070	4,9 [c]	6,0	2.070	2001	3,2 [c]	-0,4
110	Síria	19,5	54,4	1.175	3.280	0,9	1,9	3.487	1998	5,9	0,4
111	África do Sul	113,3	488,2 [b]	2.620	11.290 [b]	-0,7	0,2	13.510	1981	8,3	4,8
112	Indonésia	145,3	615,2	695	2.940	4,3	2,3	3.267	1997	13,9	11,5
113	Tajiquistão	1,1	7,3	169	1.170	-9,9 [c]	-9,9	3.731	1988	–	–
114	Bolívia	8,0	19,6	936	2.300	-0,4	1,4	2.613	1978	8,1	1,6
115	Honduras	6,4	18,6	970	2.830	0,1	0,3	3.002	1979	18,0	9,7
116	Guiné Equatorial	1,8	–	3.935	–	11,1 [c]	18,8	–	–	–	–
117	Mongólia	1,0	4,2	433	1.740	-0,3 [c]	(,)	2.067	1989	39,0 [c]	8,0
118	Gabão	4,3	7,6	3.437	5.990	-1,5	-0,1	11.633	1976	4,6	–
119	Guatemala	20,5	51,4	1.754	4.400	0,1	1,4	4.522	1980	9,7	7,6
120	Egipto	98,5	229,4	1.511	3.520	2,8	2,5	3.520	2001	8,1	2,3
121	Nicarágua	–	–	–	–	-4,0 [c]	-0,1 [c]	–	–	35,1 [c]	–
122	São Tomé e Príncipe	(,)	–	311	–	-0,8 [c]	-0,6	–	–	–	–
123	Ilhas Salomão	0,3	0,8 [b]	614	1.910 [b]	2,1	-1,4	2.766	1996	10,8 [c]	–
124	Namíbia	3,1	12,8 [b]	1.730	7.120 [b]	-0,1 [c]	2,2	7.378	1980	9,5	9,5
125	Botswana	5,2	13,3	3.066	7.820	5,3	2,5	7.820	2001	10,0	6,6
126	Marrocos	34,2	105,0	1.173	3.600	1,3	0,7	3.600	2001	3,5	0,6
127	Índia	477,3	2.930,0	462	2.840	3,2	4,0	2.840	2001	8,7	3,7
128	Vanuatu	0,2	0,6 [b]	1.058	3.190 [b]	(,) [c]	-1,1	3.817	1991	2,7	3,7
129	Gana	5,3	44,3 [b]	269	2.250 [b]	0,2	1,9	2.250	2001	28,1	32,9
130	Cambodja	3,4	22,8	278	1.860	2,1 [c]	2,2	1.860	2001	5,3 [c]	-0,6
131	Myanmar	–	–	–	–	1,8	5,7	–	–	25,0	21,1
132	Papua-Nova Guiné	3,0	13,5 [b]	563	2.570 [b]	0,5	1,0	3.108	1994	9,7	9,3
133	Suazilândia	1,3	4,6	1.175	4.330	1,9	0,1	4.367	1999	9,3	5,9
134	Comoros	0,2	1,1 [b]	386	1.870 [b]	-1,0 [c]	-1,4	2.359	1984	–	–
135	Laos	1,8	8,8 [b]	326	1.620 [b]	3,3 [c]	3,9	1.620	2001	29,8	7,8
136	Butão	0,5	–	644	–	4,0 [c]	3,5	–	–	9,6 [c]	–
137	Lesoto	0,8	5,0 [b]	386	2.420 [b]	3,0	2,1	2.452	1997	8,8 [c]	-9,6
138	Sudão	12,5	62,3	395	1.970	0,8	3,2	1.970	2001	66,8 [c]	–
139	Bangladeche	46,7	214,1	350	1.610	2,3	3,1	1.610	2001	5,1	1,1
140	Congo	2,8	3,0	886	970	0,3	-1,6	1.382	1984	8,5 [c]	0,1
141	Togo	1,3	7,7	270	1.650	-1,2	-0,6	2.387	1980	7,8	3,9
Desenvolvimento humano baixo											
142	Camarões	8,5	25,6	559	1.680	-0,6	-0,3	2.463	1986	5,9	4,5
143	Nepal	5,6	30,9	236	1.310	2,2	2,4	1.310	2001	8,1	2,8
144	Paquistão	58,7	266,7	415	1.890	2,7	1,2	1.890	2001	9,1	3,1
145	Zimbabué	9,1	29,3	706	2.280	0,2	-0,2	2.780	1998	31,8	76,7
146	Quénia	11,4	30,1	371	980	0,3	-0,6	1.079	1990	14,5	5,7
147	Uganda	5,7	33,9 [b]	249	1.490 [b]	2,6 [c]	3,6	1.490	2001	9,5	2,0
148	Iémen	9,3	14,3	514	790	–	2,4	790	2001	32,6 [c]	–
149	Madagáscar	4,6	13,3	288	830	-1,6	-0,6	1.195	1975	17,5	6,9
150	Haiti	3,7	15,1 [b]	460	1.860 [b]	-2,0	-2,5	3.194	1980	20,8	14,2
151	Gâmbia	0,4	2,7 [b]	291	2.050 [b]	-0,2	0,1	2.105	1984	4,0	–

12 Desempenho económico

Ordem IDH		PIB Mil milhões de dólares 2001	PIB Mil milhões de dól. PPC 2001	PIB per capita Dól. EUA 2001	PIB per capita Dól. PPC 2001	Taxa de crescimento anual do PIB per capita (%) 1975-2001	Taxa de crescimento anual do PIB per capita (%) 1990-2001	PIB per capita Valor mais alto em 1975-2001 (dól. PPC)	PIB per capita Ano do valor mais alto	Variação média anual do índice de preços no consumidor (%) 1990-2001	Variação média anual do índice de preços no consumidor (%) 2000-01
152	Nigéria	41,4	110,6	319	850	-0,7	-0,3	1.084	1977	30,0	13,0
153	Djibouti	0,6	1,5	894	2.370	-4,6 [c]	-3,6	4.436	1987	–	–
154	Mauritânia	1,0	5,5 [b]	366	1.990 [b]	(.)	1,2	2.010	1976	5,9	4,7
155	Eritrea	0,7	4,3	164	1.030	–	2,5 [c]	1.149	1998	–	–
156	Senegal	4,6	14,7	476	1.500	-0,1	1,1	1.525	1976	5,0	3,1
157	Guiné	3,0	14,8	394	1.960	1,4 [c]	1,6	1.960	2001	–	–
158	Ruanda	1,7	10,9	196	1.250	-1,2	-1,3	1.643	1983	14,7 [c]	3,3
159	Benim	2,4	6,3	368	980	0,5	1,9	980	2001	7,9 [c]	4,0
160	Tanzânia	9,3	18,0	271	520	0,3 [c]	0,4	520	2001	19,3	5,1
161	Costa do Marfim	10,4	24,4	634	1.490	-2,0	0,1	2.581	1978	6,7	4,3
162	Malawi	1,7	6,0	166	570	0,2	1,5	593	1999	33,5	27,2
163	Zâmbia	3,6	8,0	354	780	-2,2	-1,7	1.345	1976	80,8 [c]	–
164	Angola	9,5	27,5 [b]	701	2.040 [b]	-2,3 [c]	-1,1	2.694	1988	633,2	152,6
165	Chade	1,6	8,5 [b]	202	1.070 [b]	0,1	-0,5	1.194	1977	7,9	12,4
166	Guiné-Bissau	0,2	1,2	162	970	0,3	-1,3	1.265	1997	30,6	3,3
167	Congo, Rep. Dem.	5,2	35,8 [b]	99	680 [b]	-5,2	-7,7	2.804	1975	813,4	357,3
168	República Centro-Africana	1,0	4,9 [b]	257	1.300 [b]	-1,5	-0,3	1.825	1977	4,9	3,8
169	Etiópia	6,2	53,3	95	810	0,1 [c]	2,4	811	1983	4,7	-8,1
170	Moçambique	3,6	20,6 [b]	200	1.140 [b]	1,8 [c]	4,3	1.140	2001	28,8	9,1
171	Burundi	0,7	4,8 [b]	99	690 [b]	-0,8	-4,3	1.034	1991	15,9	9,2
172	Mali	2,6	9,0	239	810	-0,4	1,6	907	1979	4,8	5,2
173	Burkina Faso	2,5	13,0 [b]	215	1.120 [b]	1,3	2,0	1.120	2001	5,2	5,0
174	Níger	2,0	9,9 [b]	175	890 [b]	-2,0	-0,9	1.473	1979	5,7	4,0
175	Serra Leoa	0,7	2,4	146	470	-3,3	-6,6	1.070	1982	27,0	2,1
	Países em desenvolvimento	6.110,3 T	18.579,4 T	1.270	3.850	2,3	2,9	–	–	–	–
	Países menos desenvolvidos	194,6 T	859,3 T	280	1.274	0,4 [c]	1,2	–	–	–	–
	Países Árabes	706,5 T	1.424,5 T	2.341	5.038	0,3	0,7	–	–	–	–
	Ásia Oriental e Pacífico	2.337,3 T	7.962,5 T	1.267	4.233	5,9	5,5	–	–	–	–
	América Latina e Caraíbas	1.905,2 T	3.666,7 T	3.752	7.050	0,7	1,5	–	–	–	–
	Ásia do Sul	727,8 T	3.937,6 T	508	2.730	2,4	3,2	–	–	–	–
	África Subsariana	300,9 T	1.159,1 T	475	1.831	-0,9	-0,1	–	–	–	–
	Europa Central, do Leste & CEI	864,0 T	2.706,9 T	2.094	6.598	-2,5 [c]	-1,6	–	–	–	–
	OCDE	25.124,2 T	26.501,8 T	22.149	23.363	2,0	1,7	–	–	–	–
	OCDE de rendimento elevado	24.053,3 T	24.567,1 T	26.601	27.169	2,1	1,8	–	–	–	–
	Desenvolvimento humano elevado	25.935,7 T	27.530,2 T	22.005	23.135	2,0	1,7	–	–	–	–
	Desenvolvimento humano médio	4.443,6 T	16.505,9 T	1.102	4.053	1,7	2,1	–	–	–	–
	Desenvolvimento humano baixo	233,1 T	878,0 T	315	1.186	0,1	0,3	–	–	–	–
	Rendimento elevado	24.583,9 T	25.180,8 T	26.395	26.989	2,1	1,7	–	–	–	–
	Rendimento médio	5.155,7 T	14.720,0 T	1.928	5.519	1,6	2,2	–	–	–	–
	Rendimento baixo	1.082,1 T	5.587,4 T	432	2.230	1,6	1,4	–	–	–	–
	Mundo	30.720,9 T	44.995,3 T	5.133	7.376	1,2	1,2	–	–	–	–

a. O valor em dólares PPC do PIB dos Estados Unidos da América deveria ser, em teoria, igual ao seu valor em dólares EUA, mas problemas práticos que se levantaram no cálculo do PIB em dólares PPC impedem isso.
b. Estimativa baseada numa regressão. c. Os dados referem-se a um período mais curto do que o indicado. d. Os dados referem-se ao ano 2000.
Fonte: Colunas 1. 2 e 4: World Bank 2003c; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano; *coluna 3:* calculado com base em dados do PIB e da população, de World Bank 2003c; *colunas 5 e 6:* World Bank 2003a; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano; *colunas 7 e 8:* calculado com base em dados do PIB a preços de mercado (dólares constantes de 1995), população e PIB per capita (dólares PPC), de World Bank 2003c; *coluna 9:* calculado com base em dados do índice de preços no consumidor, de World Bank 2003c.

13 Desigualdade no rendimento ou consumo

Ordem IDH	Ano do inquérito	Parte do rendimento ou consumo (%) 10% + pobres	20% + pobres	20% + ricos	10% + ricos	Medidas de desigualdade: 10% mais ricos para 10% mais pobres [a]	20% mais ricos para 20% mais pobres [a]	Índice de Gini [b]
Desenvolvimento humano elevado								
1 Noruega	1995 [c]	4,1	9,7	35,8	21,8	5,3	3,7	25,8
2 Islândia	–	–	–	–	–	–	–	–
3 Suécia	1995 [c]	3,4	9,1	34,5	20,1	5,9	3,8	25,0
4 Austrália	1994 [c]	2,0	5,9	41,3	25,4	12,5	7,0	35,2
5 Holanda	1994 [c]	2,8	7,3	40,1	25,1	9,0	5,5	32,6
6 Bélgica	1996 [c]	2,9	8,3	37,3	22,6	7,8	4,5	25,0
7 Estados Unidos	1997 [c]	1,8	5,2	46,4	30,5	16,6	9,0	40,8
8 Canadá	1997 [c]	2,7	7,3	39,3	23,9	9,0	5,4	31,5
9 Japão	1993 [c]	4,8	10,6	35,7	21,7	4,5	3,4	24,9
10 Suíça	1992 [c]	2,6	6,9	40,3	25,2	9,9	5,8	33,1
11 Dinamarca	1997 [c]	2,6	8,3	35,8	21,3	8,1	4,3	24,7
12 Irlanda	1987 [c]	2,5	6,7	42,9	27,4	11,0	6,4	35,9
13 Reino Unido	1995 [c]	2,1	6,1	43,2	27,5	13,4	7,1	36,0
14 Finlândia	1995 [c]	4,1	10,1	35,0	20,9	5,1	3,5	25,6
15 Luxemburgo	1998 [c]	3,2	8,0	39,7	24,7	7,7	4,9	30,8
16 Áustria	1995 [c]	2,3	7,0	37,9	22,4	9,8	5,5	30,5
17 França	1995 [c]	2,8	7,2	40,2	25,1	9,1	5,6	32,7
18 Alemanha	1998 [c]	2,0	5,7	44,7	28,0	14,2	7,9	38,2
19 Espanha	1990 [c]	2,8	7,5	40,3	25,2	9,0	5,4	32,5
20 Nova Zelândia	1997 [c]	2,2	6,4	43,8	27,8	12,5	6,8	36,2
21 Itália	1998 [c]	1,9	6,0	42,6	27,4	14,5	7,1	36,0
22 Israel	1997 [c]	2,4	6,9	44,3	28,2	11,7	6,4	35,5
23 Portugal	1997 [c]	2,0	5,8	45,9	29,8	15,0	8,0	38,5
24 Grécia	1998 [c]	2,9	7,1	43,6	28,5	10,0	6,2	35,4
25 Chipre	–	–	–	–	–	–	–	–
26 Hong Kong, China (RAE)	1996 [c]	2,0	5,3	50,7	34,9	17,8	9,7	43,4
27 Barbados	–	–	–	–	–	–	–	–
28 Singapura	1998 [c]	1,9	5,0	49,0	32,8	17,7	9,7	42,5
29 Eslovénia	1998 [c]	3,9	9,1	37,7	23,0	5,8	4,1	28,4
30 Coreia do Sul	1998 [c]	2,9	7,9	37,5	22,5	7,8	4,7	31,6
31 Brunei	–	–	–	–	–	–	–	–
32 República Checa	1996 [c]	4,3	10,3	35,9	22,4	5,2	3,5	25,4
33 Malta	–	–	–	–	–	–	–	–
34 Argentina	–	–	–	–	–	–	–	–
35 Polónia	1998 [d]	3,2	7,8	39,7	24,7	7,8	5,1	31,6
36 Seychelles	–	–	–	–	–	–	–	–
37 Barém	–	–	–	–	–	–	–	–
38 Hungria	1998 [d]	4,1	10,0	34,4	20,5	5,0	3,5	24,4
39 Eslováquia	1996 [c]	3,1	8,8	34,8	20,9	6,7	4,0	25,8
40 Uruguai [e]	1998 [c]	1,6	4,5	50,4	33,8	21,6	11,2	44,8
41 Estónia	1998 [c]	3,0	7,0	45,1	29,8	10,0	6,5	37,6
42 Costa Rica [f]	1997 [c]	1,7	4,5	51,0	34,6	20,7	11,5	45,9
43 Chile	1998 [c]	1,1	3,2	61,3	45,4	43,2	19,3	57,5
44 Catar	–	–	–	–	–	–	–	–
45 Lituânia	2000 [d]	3,2	7,9	40,0	24,9	7,9	5,1	36,3
46 Kuwait	–	–	–	–	–	–	–	–
47 Croácia	2001 [d]	3,4	8,3	39,6	24,5	7,3	4,8	29,0
48 Emiratos Árabes Unidos	–	–	–	–	–	–	–	–
49 Bahamas	–	–	–	–	–	–	–	–
50 Letónia	1998 [c]	2,9	7,6	40,3	25,9	8,9	5,3	32,4

13 Desigualdade no rendimento ou consumo

Ordem IDH		Ano do inquérito	Parte do rendimento ou consumo (%) 10% + pobres	20% + pobres	20% + ricos	10% + ricos	Medidas de desigualdade: 10% mais ricos para 10% mais pobres [a]	20% mais ricos para 20% mais pobres [a]	Índice de Gini [b]
51	São Cristóvão e Nevis	–	–	–	–	–	–	–	–
52	Cuba	–	–	–	–	–	–	–	–
53	Bielorrússia	2000 [d]	3,5	8,4	39,1	24,1	6,9	4,6	30,4
54	Trindade e Tobago	1992 [c]	2,1	5,5	45,9	29,9	14,4	8,3	40,3
55	México	1998 [c]	1,2	3,4	57,6	41,6	34,6	17,0	51,9
Desenvolvimento humano médio									
56	Antígua e Barbuda	–	–	–	–	–	–	–	–
57	Bulgária	2001 [c]	2,4	6,7	38,9	23,7	9,9	5,8	31,9
58	Malásia	1997 [c]	1,7	4,4	54,3	38,4	22,1	12,4	49,2
59	Panamá	1997 [d]	1,2	3,6	52,8	35,7	29,8	14,7	48,5
60	Macedónia	1998 [d]	3,3	8,4	36,7	22,1	6,8	4,4	28,2
61	Líbia	–	–	–	–	–	–	–	–
62	Maurícias	–	–	–	–	–	–	–	–
63	Federação Russa	2000 [d]	1,8	4,9	51,3	36,0	20,3	10,5	45,6
64	Colômbia [f]	1996 [c]	1,1	3,0	60,9	46,1	42,7	20,3	57,1
65	Brasil [f]	1998 [c]	0,7	2,2	64,1	48,0	65,8	29,7	60,7
66	Bósnia e Herzegovina	–	–	–	–	–	–	–	–
67	Belize	–	–	–	–	–	–	–	–
68	Dominica	–	–	–	–	–	–	–	–
69	Venezuela [f]	1998 [c]	0,8	3,0	53,2	36,5	44,0	17,7	49,5
70	Samoa Ocidental	–	–	–	–	–	–	–	–
71	Santa Lúcia	1995 [c]	2,0	5,2	48,3	32,5	16,2	9,2	42,6
72	Roménia	2000 [d]	3,3	8,2	38,4	23,6	7,2	4,7	30,3
73	Arábia Saudita	–	–	–	–	–	–	–	–
74	Tailândia	2000 [d]	2,5	6,1	50,0	33,8	13,4	8,3	43,2
75	Ucrânia	1999 [d]	3,7	8,8	37,8	23,2	6,4	4,3	29,0
76	Cazaquistão	2001 [d]	3,4	8,2	39,6	24,2	7,1	4,8	31,2
77	Suriname	–	–	–	–	–	–	–	–
78	Jamaica	2000 [d]	2,7	6,7	46,0	30,3	11,4	6,9	37,9
79	Omã	–	–	–	–	–	–	–	–
80	São Vicente e Grenadinas	–	–	–	–	–	–	–	–
81	Fidji	–	–	–	–	–	–	–	–
82	Peru	1996 [c]	1,6	4,4	51,2	35,4	22,3	11,7	46,2
83	Líbano	–	–	–	–	–	–	–	–
84	Paraguai	1998 [c]	0,5	1,9	60,7	43,8	91,1	31,8	57,7
85	Filipinas	2000 [d]	2,2	5,4	52,3	36,3	16,5	9,7	46,1
86	Maldivas	–	–	–	–	–	–	–	–
87	Turquemenistão	1998 [d]	2,6	6,1	47,5	31,7	12,3	7,7	40,8
88	Geórgia	2000 [d]	2,2	6,0	45,2	29,3	13,4	7,6	38,9
89	Azerbaijão	2001 [d]	3,1	7,4	44,5	29,5	9,7	6,0	36,5
90	Jordânia	1997 [d]	3,3	7,6	44,4	29,8	9,1	5,9	36,4
91	Tunísia	1995 [d]	2,3	5,7	47,9	31,8	13,8	8,5	41,7
92	Guiana	1999 [d]	1,3	4,5	49,7	33,8	25,9	11,1	44,6
93	Granada	–	–	–	–	–	–	–	–
94	República Dominicana	1998 [c]	2,1	5,1	53,3	37,9	17,7	10,5	47,4
95	Albânia	–	–	–	–	–	–	–	–
96	Turquia	2000 [d]	2,3	6,1	46,7	30,7	13,3	7,7	40,0
97	Equador [f]	1995 [d]	2,2	5,4	49,7	33,8	15,4	9,2	43,7
98	Territórios Ocupados da Palestina	–	–	–	–	–	–	–	–
99	Sri Lanka	1995 [d]	3,5	8,0	42,8	28,0	7,9	5,3	34,4
100	Arménia	1998 [d]	2,6	6,7	45,1	29,7	11,5	6,8	37,9

13 Desigualdade no rendimento ou consumo

Ordem IDH		Ano do inquérito	Parte do rendimento ou consumo (%) 10% + pobres	20% + pobres	20% + ricos	10% + ricos	Medidas de desigualdade: 10% mais ricos para 10% mais pobres [a]	20% mais ricos para 20% mais pobres [a]	Índice de Gini [b]
101	Usbequistão	2000 [d]	3,6	9,2	36,3	22,0	6,1	4,0	26,8
102	Quirguistão	2001 [d]	3,9	9,1	38,3	23,3	6,0	4,2	29,0
103	Cabo Verde	–	–	–	–	–	–	–	–
104	China	1998 [c]	2,4	5,9	46,6	30,4	12,7	8,0	40,3
105	El Salvador	1998 [c]	1,2	3,3	56,4	39,4	33,6	17,3	50,8
106	Irão	1998 [d]	2,0	5,1	49,9	33,7	17,2	9,7	43,0
107	Argélia	1995 [d]	2,8	7,0	42,6	26,8	9,6	6,1	35,3
108	Moldávia	2001 [d]	2,8	7,1	43,7	28,4	10,2	6,2	36,2
109	Vietname	1998 [d]	3,6	8,0	44,5	29,9	8,4	5,6	36,1
110	Síria	–	–	–	–	–	–	–	–
111	África do Sul	1995 [d]	0,7	2,0	66,5	46,9	65,1	33,6	59,3
112	Indonésia	2000 [d]	3,6	8,4	43,3	28,5	7,8	5,2	30,3
113	Tajiquistão	1998 [d]	3,2	8,0	40,0	25,2	8,0	5,0	34,7
114	Bolívia	1999 [d]	1,3	4,0	49,1	32,0	24,6	12,3	44,7
115	Honduras	1998 [c]	0,5	2,0	61,0	44,4	91,8	30,3	59,0
116	Guiné Equatorial	–	–	–	–	–	–	–	–
117	Mongólia	1998 [d]	2,1	5,6	51,2	37,0	17,8	9,1	44,0
118	Gabão	–	–	–	–	–	–	–	–
119	Guatemala [f]	1998 [c]	1,6	3,8	60,6	46,0	29,1	15,8	55,8
120	Egipto	1999 [d]	3,7	8,6	43,6	29,5	8,0	5,1	34,4
121	Nicarágua	1998 [d]	0,7	2,3	63,6	48,8	70,7	27,9	60,3
122	São Tomé e Príncipe	–	–	–	–	–	–	–	–
123	Ilhas Salomão	–	–	–	–	–	–	–	–
124	Namíbia	1993 [c]	0,5	1,4	78,7	64,5	128,8	56,1	70,7
125	Botswana	1993 [d]	0,7	2,2	70,3	56,6	77,6	31,5	63,0
126	Marrocos	1998-99 [d]	2,6	6,5	46,6	30,9	11,7	7,2	39,5
127	Índia	1997 [d]	3,5	8,1	46,1	33,5	9,5	5,7	37,8
128	Vanuatu	–	–	–	–	–	–	–	–
129	Gana	1999 [d]	2,1	5,6	46,6	30,0	14,1	8,4	39,6
130	Cambodja	1997 [d]	2,9	6,9	47,6	33,8	11,6	6,9	40,4
131	Myanmar	–	–	–	–	–	–	–	–
132	Papua-Nova Guiné	1996 [d]	1,7	4,5	56,5	40,5	23,8	12,6	50,9
133	Suazilândia	1994 [c]	1,0	2,7	64,4	50,2	49,7	23,8	60,9
134	Comoros	–	–	–	–	–	–	–	–
135	Laos	1997 [d]	3,2	7,6	45,0	30,6	9,7	6,0	37,0
136	Butão	–	–	–	–	–	–	–	–
137	Lesoto	1995 [d]	0,5	1,4	70,7	53,6	117,8	50,0	56,0
138	Sudão	–	–	–	–	–	–	–	–
139	Bangladeche	2000 [d]	3,9	9,0	41,3	26,7	6,8	4,6	31,8
140	Congo	–	–	–	–	–	–	–	–
141	Togo	–	–	–	–	–	–	–	–
Desenvolvimento humano baixo									
142	Camarões	1996 [d]	1,8	4,6	53,0	36,5	20,0	11,4	47,7
143	Nepal	1995-96 [d]	3,2	7,6	44,8	29,8	9,3	5,9	36,7
144	Paquistão	1998-99 [d]	3,7	8,8	42,3	28,3	7,6	4,8	33,0
145	Zimbabué	1995 [d]	1,8	4,6	55,7	40,3	22,0	12,0	56,8
146	Quénia	1997 [d]	2,3	5,6	51,2	36,1	15,6	9,1	44,5
147	Uganda	1996 [d]	3,0	7,1	44,9	29,8	9,9	6,4	37,4
148	Iémen	1998 [d]	3,0	7,4	41,2	25,9	8,6	5,6	33,4
149	Madagáscar	1999 [d]	2,5	6,4	44,8	28,6	11,4	7,0	46,0
150	Haiti	–	–	–	–	–	–	–	–
151	Gâmbia	1998 [d]	1,5	4,0	55,2	38,0	25,4	13,8	47,8

13 Desigualdade no rendimento ou consumo

Ordem IDH		Ano do inquérito	Parte do rendimento ou consumo (%) 10% + pobres	20% + pobres	20% + ricos	10% + ricos	Medidas de desigualdade: 10% mais ricos para 10% mais pobres [a]	20% mais ricos para 20% mais pobres [a]	Índice de Gini [b]
152	Nigéria	1996-97 [d]	1,6	4,4	55,7	40,8	24,9	12,8	50,6
153	Djibouti	–	–	–	–	–	–	–	–
154	Mauritânia	1995 [d]	2,5	6,4	44,1	28,4	11,2	6,9	37,3
155	Eritrea	–	–	–	–	–	–	–	–
156	Senegal	1995 [d]	2,6	6,4	48,2	33,5	12,8	7,5	41,3
157	Guiné	1994 [d]	2,6	6,4	47,2	32,0	12,3	7,3	40,3
158	Ruanda	1983-85 [d]	4,2	9,7	39,1	24,2	5,8	4,0	28,9
159	Benim	–	–	–	–	–	–	–	–
160	Tanzânia	1993 [d]	2,8	6,8	45,5	30,1	10,8	6,7	38,2
161	Costa do Marfim	1995 [d]	3,1	7,1	44,3	28,8	9,4	6,2	36,7
162	Malawi	1997 [d]	1,9	4,9	56,1	42,2	22,7	11,6	50,3
163	Zâmbia	1998 [d]	1,1	3,3	56,6	41,0	36,6	17,3	52,6
164	Angola	–	–	–	–	–	–	–	–
165	Chade	–	–	–	–	–	–	–	–
166	Guiné-Bissau	1993 [d]	2,1	5,2	53,4	39,3	19,0	10,3	47,0
167	Congo, Rep. Dem.	–	–	–	–	–	–	–	–
168	República Centro-Africana	1993 [d]	0,7	2,0	65,0	47,7	69,2	32,7	61,3
169	Etiópia	2000 [d]	0,7	2,4	60,8	43,8	59,7	24,8	57,2
170	Moçambique	1996-97 [d]	2,5	6,5	46,5	31,7	12,5	7,2	39,6
171	Burundi	1998 [d]	1,7	5,1	48,0	32,8	19,3	9,5	33,3
172	Mali	1994 [d]	1,8	4,6	56,2	40,4	23,1	12,2	50,5
173	Burkina Faso	1998 [d]	1,8	4,5	60,7	46,3	26,2	13,6	48,2
174	Níger	1995 [d]	0,8	2,6	53,3	35,4	46,0	20,7	50,5
175	Serra Leoa	1989 [d]	0,5	1,1	63,4	43,6	87,2	57,6	62,9

Nota: Como os inquéritos familiares subjacentes diferem no método e no tipo de dados recolhidos, os dados sobre repartição não são exactamente comparáveis entre países.
a. Os dados mostram o rácio entre a parte do rendimento ou consumo do grupo mias rico e a do grupo mais pobre. Devido aos arredondamentos, os resultados podem diferir dos rácios calculados com as partes do rendimento ou consumo das colunas 2-5. b. O índice de Gini mede a desigualdade na distribuição total do rendimento ou consumo. O valor 0 representa a igualdade perfeita e o valor 100 a desigualdade perfeita. c. Inquérito baseado no rendimento. d. Inquérito baseado no consumo. e. Os dados referem-se apenas às zonas urbanas. f. World Bank 2002.
Fonte: Colunas 1-5 e 8: World Bank 2003c, excepto quando indicado de outro modo; *colunas 6 e 7*: calculado com base em dados do rendimento ou consumo, de World Bank 2003c, excepto quando indicado de outro modo.

14 A estrutura do comércio

Ordem IDH	Importações de bens e serviços (em % do PIB)		Exportações de bens e serviços (em % do PIB)		Exportações primárias (em % das exportações de mercadorias)		Exportações manufacturadas (em % das exportações de mercadorias)		Exportações de alta tecnologia (em % das exportações manufacturadas)		Termos de troca (1980 = 100) [a]
	1990	2001	1990	2001	1990	2001	1990	2001	1990	2001	2000
Desenvolvimento humano elevado											
1 Noruega	34	30 [b]	41	47 [b]	67	75	33	21	8	12	86
2 Islândia	33	41	34	40	91	86	8	13	3	3	–
3 Suécia	29	41	30	46	16	10	83	84	13	18	94
4 Austrália	17	23 [b]	17	23 [b]	73	65	24	28	5	10	121
5 Holanda	51	60	54	65	37	29	59	70	16	32	96
6 Bélgica	69	81	71	84	19 [c]	17 [c]	77 [c]	79 [c]	–	10	–
7 Estados Unidos	11	15 [b]	10	11 [b]	22	14	74	82	32	32	91
8 Canadá	26	39	26	44	36	31	59	62	12	15	108
9 Japão	9	10	10	10	3	3	96	93	24	26	53
10 Suíça	36	41	36	45	6	8	94	92	15	21	–
11 Dinamarca	31	39	36	46	35	29	60	65	15	21	90
12 Irlanda	52	80	57	95	26	8	70	88	41	48	102
13 Reino Unido	27	29	24	27	19	17	79	80	23	31	100
14 Finlândia	24	32	23	40	17	14	83	86	7	23	91
15 Luxemburgo	109	135 [b]	112	156 [b]	– [d]	– [d]	– [d]	– [d]	–	17	–
16 Áustria	38	53	40	52	12	13	88	82	8	14	–
17 França	22	26	21	28	23	16	77	82	16	23	–
18 Alemanha	25	33	29	35	10	9	89	86	12	18 [b]	96
19 Espanha	20	31	16	30	24	21	75	78	7	8 [b]	84
20 Nova Zelândia	27	35 [b]	27	37 [b]	75	67	23	29	3	8	91
21 Itália	20	27	20	28	11	10	88	88	8	10	82
22 Israel	45	47 [b]	35	40 [b]	13	6 [b]	87	94 [b]	11	25 [b]	–
23 Portugal	39	41	33	32	19	14 [b]	80	85 [b]	4	6 [b]	–
24 Grécia	28	33 [b]	18	25 [b]	46	47	54	52	2	8	133
25 Chipre	57	48 [e]	52	45 [e]	45	47	55	53	6	3	78
26 Hong Kong, China (RAE)	126	139	134	144	4	4	95	95	0	20	100
27 Barbados	52	52	49	48	55	47	43	51	0	21	82
28 Singapura	177	152	184	174	27	11	72	85	39	60	76
29 Eslovénia	–	63 [b]	–	59 [b]	–	10	–	90	–	5	–
30 Coreia do Sul	30	41	29	43	6	9	94	91	18	29	86
31 Brunei	–	–	–	–	100	–	(.)	–	0	–	115
32 República Checa	43	74	45	71	–	10	–	89	–	10	–
33 Malta	99	92	85	88	4	4	96	96	44	62	–
34 Argentina	5	10	10	11	71	66	29	33	0	9	82
35 Polónia	22	33	29	29	36	19	59	79	0	3	36
36 Seychelles	67	113	62	85	–	–	(.)	–	0	–	–
37 Barém	95	59	116	81	91	87	9	13	0	0 [b]	–
38 Hungria	29	63	31	60	35	12	63	85	0	23	117
39 Eslováquia	36	82	27	74	–	16	–	84	–	4	–
40 Uruguai	18	20	24	19	61	58	39	42	0	2	101
41 Estónia	–	94	–	91	–	25	–	75	–	19	–
42 Costa Rica	41	45	35	43	66	38	27	62	0	36	123
43 Chile	31	33	35	35	87	80	11	18	1	1	41
44 Catar	–	–	–	–	84	93	16	7	0	0	83
45 Lituânia	61	56	52	50	–	41	–	58	–	5	–
46 Kuwait	58	37	45	55	94	80 [e]	6	20 [e]	4	1 [e]	117
47 Croácia	–	53	–	47	–	27	–	73	–	10	–
48 Emiratos Árabes Unidos	40	–	65	–	54	–	46	–	0	–	59
49 Bahamas	–	–	–	–	–	71	–	29	–	–	–
50 Letónia	49	54	48	46	–	40	–	59	–	3	–

14 A estrutura do comércio

Ordem IDH		Importações de bens e serviços (em % do PIB)		Exportações de bens e serviços (em % do PIB)		Exportações primárias (em % das exportações de mercadorias)		Exportações manufacturadas (em % das exportações de mercadorias)		Exportações de alta tecnologia (em % das exportações manufacturadas)		Termos de troca (1980 = 100) [a]
		1990	2001	1990	2001	1990	2001	1990	2001	1990	2001	2000
51	São Cristóvão e Nevis	83	73	52	44	–	27	–	73	–	1 [b]	–
52	Cuba	–	18 [b]	–	16 [b]	–	–	–	–	–	–	75
53	Bielorrúsia	44	71	46	68	–	30	–	69	–	8	–
54	Trindade e Tobago	29	43	45	55	73	54	27	46	0	1 [b]	84
55	México	20	30	19	28	56	15	43	85	7	22	33
Desenvolvimento humano médio												
56	Antígua e Barbuda	87	79	89	69	–	–	–	74 [e]	–	–	–
57	Bulgária	37	63	33	56	–	37 [b]	–	57 [b]	–	2 [b]	–
58	Malásia	72	98	75	116	46	19	54	80	36	57	48
59	Panamá	34	35	38	33	78	87	21	13	0	1 [b]	86
60	Macedónia	36	56	26	40	–	30	–	70	–	1	–
61	Líbia	31	15 [b]	40	36 [b]	95	–	5	–	0	–	82
62	Maurícias	71	63	64	64	34	25	66	74	1	1	97
63	Federação Russa	18	24	18	37	–	66	–	22	–	8 [b]	–
64	Colômbia	15	19	21	19	74	61	25	39	0	7	88
65	Brasil	7	14	8	13	47	44	52	54	6	18	135
66	Bósnia e Herzegovina	–	54	–	27	–	–	–	–	–	–	–
67	Belize	62	74	64	55	–	–	15	11 [b]	0	0 [e]	–
68	Dominica	81	64	55	51	–	–	32	57	0	6	–
69	Venezuela	20	18	39	23	90	89	10	11	2	2	65
70	Samoa Ocidental	–	82 [b]	–	33 [b]	–	–	4	–	0	–	–
71	Santa Lúcia	84	61	73	48	–	79	28	21	0	5	–
72	Roménia	26	42	17	34	26	18	73	81	3	6	–
73	Arábia Saudita	36	24	46	42	93	91	7	9	0	(.) [b]	67
74	Tailândia	42	60	34	66	36	22	63	74	21	31	67
75	Ucrânia	29	54	28	56	–	–	–	–	–	–	–
76	Cazaquistão	–	49	–	46	–	80 [b]	–	20 [b]	–	4 [b]	–
77	Suriname	27	85	28	68	26	22 [b]	74	78 [b]	0	(.) [b]	64
78	Jamaica	52	56	48	41	31	27 [b]	69	73 [b]	0	(.) [b]	73
79	Omã	31	–	53	–	94	87	5	12	11	3 [b]	120
80	São Vicente e Grenadinas	77	62	66	46	–	–	–	13 [b]	–	0 [b]	–
81	Fidji	66	63 [b]	64	69 [b]	63	–	36	52 [b]	12	(.) [b]	81
82	Peru	14	17	16	16	82	78	18	22	0	2	40
83	Líbano	100	42	18	12	–	31	–	69	–	3	81
84	Paraguai	39	38	33	23	–	84	10	16	(.)	4	148
85	Filipinas	33	47	28	49	31	9	38	91	0	70	109
86	Maldivas	64	76	24	93	–	–	–	42	–	0	–
87	Turquemenistão	–	47	–	47	–	92 [b]	–	7 [b]	–	5 [b]	–
88	Geórgia	46	38	40	22	–	–	–	–	–	–	–
89	Azerbaijão	39	38	44	42	–	95	–	4	–	8	–
90	Jordânia	93	69	62	44	–	34	51	66	2	7	109
91	Tunísia	51	52	44	48	31	23 [b]	69	77 [b]	2	3 [b]	82
92	Guiana	80	111	63	95	–	–	–	–	–	–	69
93	Granada	63	70	42	59	–	–	20	51	0	0 [e]	–
94	República Dominicana	44	32	34	24	–	–	–	–	–	–	57
95	Albânia	23	42	15	19	–	16	–	84	–	1	–
96	Turquia	18	31	13	34	32	17	68	82	1	5 [b]	–
97	Equador	27	34	33	31	98	88	2	12	(.)	4	47
98	Territórios Ocupados da Palestina	–	71	–	14	–	–	–	–	–	–	–
99	Sri Lanka	38	44	29	37	42	23	54	77	1	3 [e]	114
100	Arménia	46	46	35	26	–	52 [b]	–	43 [b]	–	4 [b]	–

14 A estrutura do comércio

Ordem IDH		Importações de bens e serviços (em % do PIB)		Exportações de bens e serviços (em % do PIB)		Exportações primárias (em % das exportações de mercadorias)		Exportações manufacturadas (em % das exportações de mercadorias)		Exportações de alta tecnologia (em % das exportações manufacturadas)		Termos de troca (1980 = 100) [a]
		1990	2001	1990	2001	1990	2001	1990	2001	1990	2001	2000
101	Usbequistão	48	28	29	28	–	–	–	–	–	–	–
102	Quirguistão	50	37	29	37	–	40 [e]	–	20 [e]	–	5 [e]	–
103	Cabo Verde	44	57	13	26	–	–	–	96	–	–	100
104	China	14	23	18	26	27	11	72	89	0	20	104
105	El Salvador	31	43	19	29	62	44	38	55	0	7	107
106	Irão	24	21	22	28	–	90	–	10	–	2 [b]	54
107	Argélia	25	21	23	37	97	98 [b]	3	2 [b]	0	4 [b]	59
108	Moldávia	51	74	49	50	–	66	–	34	–	3	–
109	Vietname	45	57	36	55	–	–	–	–	–	–	–
110	Síria	28	31	28	38	64	90 [b]	36	8 [b]	0	1 [b]	77
111	África do Sul	19	25	24	28	30 [f]	28	22 [f]	59	0	5	–
112	Indonésia	24	33	25	41	65	44	35	56	1	13	53
113	Tajiquistão	35	76	28	64	–	–	–	–	–	–	–
114	Bolívia	24	24	23	18	95	78	5	22	0	10	53
115	Honduras	40	55	36	38	91	72	9	27	0	1 [b]	89
116	Guiné Equatorial	70	–	32	–	–	–	–	–	–	–	–
117	Mongólia	53	80	24	64	–	74 [b]	–	26 [b]	–	–	–
118	Gabão	31	41	46	60	–	98 [b]	–	2 [b]	–	–	33
119	Guatemala	25	28	21	19	76	62	24	38	0	8	75
120	Egipto	33	23	20	18	57	60	42	33	0	1	47
121	Nicarágua	46	–	25	–	92	87	8	13	0	3	61
122	São Tomé e Príncipe	72	86	14	38	–	–	–	–	–	–	–
123	Ilhas Salomão	73	–	47	–	–	–	–	–	–	–	–
124	Namíbia	57	66	44	54	– [g]	–	– [g]	–	–	–	–
125	Botswana	50	35	55	51	– [g]	–	– [g]	–	–	–	–
126	Marrocos	32	36	26	30	48	36 [b]	52	64 [b]	0	11 [b]	111
127	Índia	10	15	7	14	28	21 [b]	71	77 [b]	4	6 [e]	140
128	Vanuatu	77	–	46	–	–	86 [b]	13	8 [b]	20	1 [b]	–
129	Gana	26	70	17	52	–	84	–	16	–	1	49
130	Cambodja	13	61	6	53	–	–	–	–	–	–	–
131	Myanmar	5	–	3	(.) [e]	–	–	–	–	–	–	26
132	Papua-Nova Guiné	49	43 [e]	41	47 [e]	89	98 [b]	10	2 [b]	0	19 [b]	–
133	Suazilândia	74	81	75	69	– [g]	–	– [g]	–	–	–	106
134	Comoros	35	29	14	16	–	–	–	8 [b]	–	1 [b]	59
135	Laos	25	–	11	–	–	–	–	–	–	–	–
136	Butão	32	60 [b]	28	30 [b]	–	60 [e]	–	40 [e]	–	0 [e]	–
137	Lesoto	121	86	17	34	– [g]	–	– [g]	–	–	–	59
138	Sudão	–	16	–	13	–	–	–	–	–	–	107
139	Bangladeche	14	22	6	15	–	–	77	–	1	–	89
140	Congo	46	50	54	84	–	–	–	–	–	–	121
141	Togo	45	50	33	33	89	50	9	50	0	1	87
Desenvolvimento humano baixo												
142	Camarões	17	29	20	32	91	95	9	5	1	(.)	119
143	Nepal	21	32	11	22	–	23 [e]	83	67 [b]	0	0 [b]	–
144	Paquistão	23	19	16	18	21	15	79	85	(.)	(.)	82
145	Zimbabué	23	21	23	22	68	72 [b]	31	28 [b]	0	0 [b]	108
146	Quénia	31	35	26	26	71	79 [b]	29	21 [b]	4	4 [b]	97
147	Uganda	19	26	7	12	–	93	–	7	–	22 [b]	25
148	Iémen	20	37	14	38	–	–	–	–	–	–	–
149	Madagáscar	28	32	17	29	85	48 [e]	14	50 [e]	8	3 [e]	99
150	Haiti	20	33	18	13	15	–	85	–	14	–	44
151	Gâmbia	72	71	60	54	–	82 [b]	–	17 [b]	–	3 [b]	55

14 A estrutura do comércio

Ordem IDH	Importações de bens e serviços (em % do PIB) 1990	2001	Exportações de bens e serviços (em % do PIB) 1990	2001	Exportações primárias (em % das exportações de mercadorias) 1990	2001	Exportações manufacturadas (em % das exportações de mercadorias) 1990	2001	Exportações de alta tecnologia (em % das exportações manufacturadas) 1990	2001	Termos de troca (1980 = 100)[a] 2000
152 Nigéria	29	49	43	48	–	100 [b]	–	(.) [b]	–	1 [b]	55
153 Djibouti	–	63 [b]	–	45 [b]	44	–	8	–	0	–	–
154 Mauritânia	61	51	46	38	–	–	–	–	–	–	146
155 Eritrea	–	76	–	21	–	–	–	–	–	–	–
156 Senegal	30	38	25	30	77	71	23	29	0	5	91
157 Guiné	31	29	31	28	–	72	–	28	–	(.)	–
158 Ruanda	14	26	6	9	–	–	–	–	–	–	175
159 Benim	26	28	14	15	–	94	–	6	–	–	101
160 Tanzânia	37 [h]	24 [h]	13 [h]	16 [h]	–	84 [e]	–	15 [e]	–	6 [e]	44
161 Costa do Marfim	27	32	32	39	–	85 [b]	–	14 [b]	–	3 [b]	84
162 Malawi	33	38	24	26	95	–	5	–	(.)	–	61
163 Zâmbia	37	37	36	27	–	87	–	13	–	1	49
164 Angola	21	62	39	74	100	–	(.)	–	0	–	182
165 Chade	28	53	13	14	–	–	–	–	–	–	68
166 Guiné-Bissau	37	74	10	41	–	–	–	–	–	–	74
167 Congo, Rep. Dem.	29	17	30	18	–	–	–	–	–	–	77
168 República Centro-Africana	28	15	15	12	–	–	–	–	–	–	38
169 Etiópia	12	31	8	15	–	–	–	10 [b]	–	(.) [b]	–
170 Moçambique	36	44	8	22	–	91	–	8	–	(.)	57
171 Burundi	28	18	8	6	–	–	–	(.) [b]	–	0 [b]	43
172 Mali	34	42	17	31	–	–	2	–	0	–	84
173 Burkina Faso	26	26	13	10	–	–	–	–	–	–	153
174 Níger	22	25	15	17	–	95	–	3	–	8	38
175 Serra Leoa	24	37	22	17	–	–	–	–	–	–	99
Países em desenvolvimento	25	32	26	34	–	–	60	73	8	27	–
Países menos desenvolvidos	23	30	14	21	–	–	–	–	–	–	–
Países Árabes	39	29	40	37	–	–	20	19 [e]	1	2 [b]	–
Ásia Oriental e Pacífico	39	49	40	54	–	–	75	86	14	32	–
América Latina e Caraíbas	12	19	14	18	65	40	34	49	4	15	–
Ásia do Sul	15	18	11	17	–	–	71	55 [b]	–	4 [e]	–
África Subsariana	26	33	27	32	–	–	–	33 [b]	–	4 [b]	–
Europa Central. do Leste & CEI	25	40	25	43	–	–	–	55	–	8 [b]	–
OCDE	18	23 [b]	18	23 [b]	20	16	78	81	18	22	–
OCDE de rendimento elevado	18	23 [b]	18	23 [b]	19	16	79	81	18	23	–
Desenvolvimento humano elevado	19	25 [b]	20	24 [b]	20	17	78	81	17	23	–
Desenvolvimento humano médio	19	27	20	29	–	–	48	58	5	19 [b]	–
Desenvolvimento humano baixo	26	30	22	26	–	–	–	29 [b]	–	1 [b]	–
Rendimento elevado	20	24 [b]	20	24 [b]	19	16	79	82	18	24	–
Rendimento médio	19	28	21	30	–	–	47	61	5	22	–
Rendimento baixo	21	28	18	28	–	–	–	52 [b]	–	7 [e]	–
Mundo	20	28	20	29	–	–	73	78	16	23	–

a. O rácio entre o índice do preço de exportação e o índice do preço de importação é calculado em relação ao ano base de 1980. Um valor superior a 100 significa que o preço das exportações subiu em relação ao preço das importações. b. Os dados referem-se a ano 2000. c. Inclui o Luxemburgo. d. Incluído nos dados da Bélgica; e. Os dados referem-se a 1999. f. Os dados referem-se à União Aduaneira Sul-Africana, que inclui o Botswana, Lesoto, Namíbia, África do Sul e Suazilândia. g. Incluído nos dados da África do Sul. h. Os dados referem-se apenas à Tanzânia continental.

Fonte: Colunas 1-4 e 7-10: World Bank 2003c; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano; *colunas 5 e 6:* calculado com base nos dados do comércio de mercadorias e exportações de produtos alimentares, matérias-primas agrícolas, combustíveis, minérios e metais, de World Bank 2003c; *coluna 11:* calculado com base nos dados dos termos de troca, de World Bank 2003c.

15 Fluxos de ajuda dos países membros da CAD

Ordem IDH	Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) líquida, desembolsada: Total (milhões de dól. EUA)[a] 2001	Em % do RNB 1990[d]	Em % do RNB 2001	APD per capita do país doador (dól. EUA 2000) 1990	APD per capita do país doador (dól. EUA 2000) 2001	APD para os países menos desenvolvidos (em % do total)[b] 1990	APD para os países menos desenvolvidos (em % do total)[b] 2001	Donativos líquidos das ONG (em % do RNB)[c] 1990	Donativos líquidos das ONG (em % do RNB)[c] 2001
1 Noruega	1.346	1,17	0,83	285	299	44	33	0,13	0,13
3 Suécia	1.666	0,91	0,81	189	207	39	27	0,06	0,01
4 Austrália	873	0,34	0,25	49	49	18	20	0,02	0,06
5 Holanda	3.172	0,92	0,82	160	195	33	31	0,09	0,06
6 Bélgica	867	0,46	0,37	83	85	41	34	0,03	0,06
7 Estados Unidos	11.429	0,21	0,11	57	39	19	15	0,05	0,04
8 Canadá	1.533	0,44	0,22	83	51	30	15	0,05	0,02
9 Japão	9.847	0,31	0,23	100	89	19	18	(,)	0,01
10 Suíça	908	0,32	0,34	108	123	43	28	0,05	0,07
11 Dinamarca	1.634	0,94	1,03	218	306	39	33	0,02	0,01
12 Irlanda	287	0,16	0,33	16	74	37	50	0,07	0,12
13 Reino Unido	4.579	0,27	0,32	53	80	32	36	0,03	0,02
14 Finlândia	389	0,65	0,32	121	75	38	29	0,03	0,01
15 Luxemburgo	141	0,21	0,82	65	325	39	32	0,00	0,03
16 Áustria	533	0,25	0,29	47	66	27	20	0,02	0,03
17 França	4.198	0,60	0,32	113	72	32	26	0,02	0,00
18 Alemanha	4.990	0,42	0,27	93	62	28	24	0,05	0,04
19 Espanha	1.737	0,20	0,30	21	43	20	11	0,01	0,00
20 Nova Zelândia	112	0,23	0,25	25	30	19	26	0,03	0,03
21 Itália	1.627	0,31	0,15	50	28	41	30	0,00	(,)
23 Portugal	268	0,24	0,25	16	26	70	45	(,)	(,)
24 Grécia	202	–	0,17	–	19	–	11	–	0,00
CAD	52.336 T	0,33	0,22	75	63	28	23	0,03	0,03

Nota: CAD é a Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE).
a. Algumas regiões e países não membros da CAD também fornecem APD. De acordo com a OECD's Development Assistance Committee (2003a), a APD líquida desembolsada em 2001 pela República Checa, Estónia, Islândia, Israel, Coreia do Sul, Kuwait, Polónia, Arábia Saudita, Eslováquia, Turquia e Emiratos Árabes Unidos totalizou 1.176 milhões de dólares. A China também fornece ajuda, mas não revela o montante. b. Inclui fluxos multilaterais imputados, que têm em conta as contribuições através de organizações multilaterais. Estas são calculadas utilizando a distribuição geográfica dos desembolsos para o ano indicado. c. Não inclui os desembolsos das organizações não governamentais (ONG) com origem em fontes oficiais e que já estão incluídos na APD. d. Os dados individualizados dos país (mas não a média da CAD) incluem o perdão das responsabilidades não-APD.
Fonte: Colunas 1-9: OECD, Development Assistance Committee 2003a.

16 Fluxos de ajuda, capital privado e dívida

Ordem IDH		Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) recebida (desembolsos líquidos) [a] Total (Milhões dól. EUA)	Per capita (dól. EUA)	Em % do PIB		Influxos líquidos de investimento directo estrangeiro (em % do PIB) [b]		Outros fluxos privados (em % do PIB) [b, c]		Serviço da dívida total Em % do PIB		Em % das exportações de bens e serviços	
		2001	2001	1990	2001	1990	2001	1990	2001	1990	2001	1990	2001
Desenvolvimento humano elevado													
22	Israel	172,4 [d]	27,9 [d]	2,6	0,2 [d]	0,3	3,0	–	–	–	–	–	–
23	Portugal	–	–	–	–	3,7	5,4	–	–	–	–	–	–
24	Grécia	–	–	–	–	1,2	1,4	–	–	–	–	–	–
25	Chipre	49,7 [d]	63,0 [d]	0,7	0,5 [d]	2,3	1,8	–	–	–	–	–	–
26	Hong Kong, China (RAE)	3,6 [d]	0,5 [d]	0,1	(,) [d]	–	14,1	–	–	–	–	–	–
27	Barbados	-1,2	-4,3	0,2	(,)	0,7	0,6	-0,8	5,6	8,2	2,5	14,6	4,3 [e]
28	Singapura	1,0 [d]	0,2 [d]	(,)	(,) [d]	15,2	10,1	–	–	–	–	–	–
29	Eslovénia	125,6	63,2	–	0,7	–	2,7	–	–	–	–	–	–
30	Coreia do Sul	-111,1 [d]	-2,4 [d]	(,)	(,) [d]	0,3	0,8	0,1	1,4	3,3	6,2	6,3	7,1
31	Brunei	0,4 [d]	1,0 [d]	0,1	–	–	–	–	–	–	–	–	–
32	República Checa	313,9 [d]	30,6 [d]	(,) [d]	0,6 [d]	0,2	8,7	1,9	0,5	3,0	8,4	–	4,4
33	Malta	1,7	4,4	0,2	(,)	2,0	8,1	0,0	2,4	2,0	3,8	0,4	2,6
34	Argentina	151,4	4,0	0,1	0,1	1,3	1,2	-1,4	-2,6	4,4	9,0	34,7	48,6
35	Polónia	965,9 [d]	25,0 [d]	2,2 [d]	0,5 [d]	0,2	3,2	(,)	2,2	1,6	8,7	4,4	11,5
36	Seychelles	13,5	169,7	9,8	2,4	5,5	10,4	-1,7	-0,6	5,9	2,4	7,8	2,1
37	Barém	17,9	25,8	3,2	0,2	–	–	–	–	–	–	–	–
38	Hungria	417,8 [d]	41,9 [d]	0,2 [d]	0,8 [d]	0,9	4,7	-0,9	2,9	12,8	26,4	33,4	8,5
39	Eslováquia	164,3 [d]	30,5 [d]	(,) [d]	0,8 [d]	0,0	7,2	1,8	-5,7	2,1	12,8	–	6,2
40	Uruguai	15,5	4,6	0,6	0,1	0,0	1,7	-2,1	2,6	10,6	8,0	35,2	30,3
41	Estónia	68,5 [d]	50,6 [d]	–	1,2 [d]	–	9,8	–	1,5	–	6,9	(,) [f]	0,9
42	Costa Rica	2,2	0,5	4,0	(,)	2,8	2,8	-2,5	1,1	8,8	4,3	22,0	8,2
43	Chile	57,6	3,7	0,3	0,1	2,2	6,7	5,1	1,9	9,1	10,0	18,1	5,2
44	Catar	1,0 [d]	1,7 [d]	(,)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
45	Lituânia	130,3 [d]	37,4 [d]	–	1,1 [d]	–	3,7	–	0,6	–	16,1	–	5,9
46	Kuwait	3,6 [d]	1,5 [d]	(,)	(,) [d]	–	-0,1	–	–	–	–	–	–
47	Croácia	112,5	25,3	–	0,6	–	7,5	–	3,6	–	14,6	–	13,7
48	Emiratos Árabes Unidos	3,0 [d]	1,0 [d]	(,)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
49	Bahamas	8,5 [d]	27,5 [d]	0,1	–	-0,6	5,2 [e]	–	–	–	–	–	–
50	Letónia	106,2 [d]	45,2 [d]	–	1,4 [d]	–	2,3	–	9,3	–	6,8	(,) [f]	2,9
51	São Cristóvão e Nevis	10,6	253,0	5,1	3,1	30,7	24,2	-0,3	7,9	1,9	6,0	3,4	13,5
52	Cuba	50,7	4,5	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
53	Bielorrúsia	39,2 [d]	3,9 [d]	–	0,3 [d]	–	0,8	–	-0,1	–	1,9	–	2,7
54	Trindade e Tobago	-1,7	-1,3	0,4	(,)	2,2	9,4	-3,5	-0,1	8,9	2,6	15,6	3,8
55	México	74,8	0,7	0,1	(,)	1,0	4,0	2,7	0,5	4,3	7,9	18,3	14,1
Desenvolvimento humano médio													
56	Antígua e Barbuda	8,6	118,9	1,2	1,3	–	–	–	–	–	–	–	–
57	Bulgária	346,0 [d]	43,1 [d]	0,1 [d]	2,6 [d]	(,)	5,1	-0,2	2,6	6,6	10,1	18,6	15,5
58	Malásia	26,7	1,1	1,1	(,)	5,3	0,6	-3,2	0,3	9,8	7,1	10,6	3,6
59	Panamá	28,1	9,3	1,9	0,3	2,6	5,0	-0,1	12,7	6,5	11,6	4,1	11,2
60	Macedónia	247,7	121,7	–	7,2	–	12,9	–	0,7	–	5,7	–	10,3
61	Líbia	10,0 [d]	1,9 [d]	0,1	–	–	–	–	–	–	–	–	–
62	Maurícias	21,7	18,1	3,7	0,5	1,7	-1,1	1,9	-0,6	6,5	4,5	7,3	4,7
63	Federação Russa	1.109,8 [d]	7,7 [d]	(,) [d]	0,4 [d]	0,0	0,8	1,0	-0,3	2,0 [g]	5,6	–	12,0
64	Colômbia	379,8	8,9	0,2	0,5	1,2	2,8	-0,4	1,5	9,7	7,6	34,5	28,1
65	Brasil	348,9	2,0	(,)	0,1	0,2	4,5	-0,1	0,1	1,8	10,8	18,5	28,6
66	Bósnia e Herzegovina	639,2	157,2	–	13,4	–	4,7	–	0,1	–	6,3	–	18,3
67	Belize	21,4	87,1	7,6	2,7	4,3	4,2	1,4	11,3	5,0	12,1	7,0	24,5
68	Dominica	19,9	254,5	11,9	7,6	7,8	4,5	-0,1	4,5	3,5	6,0	6,0	11,9
69	Venezuela	44,7	1,8	0,2	(,)	0,9	2,8	-1,2	-0,6	10,3	6,0	19,6	20,9
70	Samoa Ocidental	43,1	246,6	23,7	16,9	0,0	0,5	0,0	0,0	2,7	2,9	10,6	7,1 [e]

16 Fluxos de ajuda, capital privado e dívida

Ordem IDH		Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) recebida (desembolsos líquidos)[a] Total (Milhões dól. EUA)	Per capita (dól. EUA)	Em % do PIB		Influxos líquidos de investimento directo estrangeiro (em % do PIB)[b]		Outros fluxos privados (em % do PIB)[b, c]		Serviço da dívida total: Em % do PIB		Em % das exportações de bens e serviços	
		2001	2001	1990	2001	1990	2001	1990	2001	1990	2001	1990	2001
71	Santa Lúcia	16,2	110,5	3,1	2,5	11,3	7,7	-0,2	1,1	1,6	3,7	2,1	6,9
72	Roménia	647,7 [d]	28,9 [d]	0,6 [d]	1,7 [d]	0,0	3,0	(,)	3,8	(,)	6,7	0,0	13,7
73	Arábia Saudita	27,1	1,2	(,)	(,)	–	–	–	–	–	–	–	–
74	Tailândia	281,1	4,6	0,9	0,2	2,9	3,3	2,3	-6,0	6,2	17,5	11,4	7,9
75	Ucrânia	519,2 [d]	10,5 [d]	0,3 [d]	1,4 [d]	–	2,1	–	-1,0	–	6,0	–	6,5
76	Cazaquistão	148,2	9,5	–	0,7	–	12,3	–	9,8	–	14,9	–	4,7
77	Suriname	23,2	54,1	19,4	3,1	–	–	–	–	–	–	–	–
78	Jamaica	54,0	20,7	5,9	0,7	3,0	7,9	-1,0	9,9	14,4	8,3	27,0	16,8
79	Omã	1,6	0,6	0,6	–	1,4	0,4 [e]	-3,8	0,1 [e]	7,0	4,4 [e]	12,0	6,8
80	São Vicente e Grenadinas	8,6	73,0	7,8	2,4	3,9	10,1	0,0	-0,1	2,2	3,9	3,1	6,9
81	Fidji	26,0	31,6	3,7	1,5	6,7	-0,2	-1,1	-0,4	7,7	1,5	9,0	1,5
82	Peru	451,2	17,1	1,5	0,8	0,2	2,0	0,1	0,6	1,8	4,1	7,3	20,8
83	Líbano	240,8	68,1	9,1	1,4	0,2	1,5	0,2	15,0	3,5	8,7	3,2	40,5
84	Paraguai	61,4	11,0	1,1	0,9	1,5	1,1	-0,2	-1,3	6,2	5,0	11,5	8,3
85	Filipinas	576,9	7,5	2,9	0,8	1,2	2,5	0,6	0,4	8,1	10,9	25,6	13,3
86	Maldivas	25,0	83,2	9,8	4,3	2,6	2,0	0,5	0,1	4,1	3,7	4,0	4,3
87	Turquemenistão	71,8	15,2	–	1,2	–	2,5	–	-4,7	–	–	0,0 [h]	–
88	Geórgia	289,7	55,5	–	9,2	–	5,1	–	0,4	–	2,5	–	8,1
89	Azerbaijão	226,2	27,5	–	4,1	–	4,1	–	-0,2	–	2,4	–	4,7
90	Jordânia	431,5	83,3	22,1	4,9	0,9	1,1	5,3	-2,4	15,6	7,6	22,1	14,7
91	Tunísia	377,7	39,2	3,2	1,9	0,6	2,3	-1,6	3,3	11,6	6,8	25,6	13,4
92	Guiana	101,8	133,6	42,6	14,6	2,0	8,0	-4,1	-0,1	74,5	6,3	20,6 [f]	8,0
93	Granada	11,5	142,6	6,3	2,9	5,8	8,6	0,1	-1,0	1,5	4,1	3,1	5,4 [e]
94	República Dominicana	105,4	12,4	1,4	0,5	1,9	5,6	(,)	2,5	3,3	2,9	10,7	6,6
95	Albânia	268,9	86,1	0,5	6,5	0,0	5,0	1,5	-0,1	0,1	0,9	0,9	3,1
96	Turquia	166,9	2,4	0,8	0,1	0,5	2,2	0,8	-1,6	4,9	15,2	29,9	24,6
97	Equador	171,0	13,6	1,5	1,0	1,2	7,4	0,5	0,6	10,1	8,6	31,0	22,0
98	Territórios Ocupados Palestina	865,1	261,3	–	21,8	–	–	–	–	–	–	–	–
99	Sri Lanka	330,2	17,6	9,1	2,1	0,5	1,1	0,1	0,4	4,8	4,5	14,8	9,2
100	Arménia	212,2	68,7	–	10,0	–	3,3	–	0,2	–	2,6	–	8,1
101	Usbequistão	153,2	6,1	–	1,4	–	0,6	–	-0,2	–	7,4	–	20,6
102	Quirguistão	188,1	37,7	–	12,3	–	0,3	–	-5,1	–	11,6	–	12,0
103	Cabo Verde	76,5	171,9	31,8	13,0	0,1	0,1	(,)	1,2	1,7	2,4	8,9	7,0
104	China	1.459,9	1,1	0,6	0,1	1,0	3,8	1,3	-0,1	2,0	2,1	10,6	4,2
105	El Salvador	234,5	37,1	7,2	1,7	(,)	1,9	0,1	3,0	4,3	2,8	18,2	7,4
106	Irão	114,8	1,7	0,1	0,1	-0,3	(,)	(,)	0,9	0,5	1,1	1,3	4,1
107	Argélia	182,0	5,9	0,4	0,3	(,)	2,2	-0,7	-1,7	14,2	8,0	63,7	19,5
108	Moldávia	119,2	27,9	–	8,1	–	6,3	–	-1,6	–	12,8	–	15,3
109	Vietname	1.434,5	18,1	2,9	4,4	0,2	4,0	0,0	-1,8	2,7	3,7	–	6,5
110	Síria	152,9	9,0	5,6	0,8	0,6	1,1	-0,1	(,)	9,7	1,4	20,3	2,1
111	África do Sul	428,5	9,6	–	0,4	–	6,3	–	-0,5	–	3,8	0,0	6,8
112	Indonésia	1.500,9	7,0	1,5	1,0	1,0	-2,3	2,0	-2,8	8,7	10,7	25,6	13,8
113	Tajiquistão	159,2	25,9	–	15,1	–	2,1	–	1,6	–	7,6	0,0 [f]	6,3
114	Bolívia	728,5	85,9	11,2	9,1	0,6	8,3	-0,5	-0,3	7,9	6,8	33,5 [i]	16,1 [i]
115	Honduras	677,7	102,4	14,7	10,6	1,4	3,1	1,0	-1,1	12,8	5,3	33,0 [i]	5,7 [i]
116	Guiné Equatorial	13,3	28,3	46,0	0,7	8,4	4,8	0,0	0,0	3,9	0,2	11,5	0,1
117	Mongólia	212,1	83,9	–	20,2	–	6,0	–	-0,1	–	4,3	0,3	7,9
118	Gabão	8,6	6,7	2,2	0,2	1,2	4,6	0,5	-0,7	3,0	10,5	4,8	13,6
119	Guatemala	225,2	19,2	2,6	1,1	0,6	2,2	-0,1	-0,3	2,8	2,2	11,6	8,5
120	Egipto	1.255,2	18,2	12,6	1,3	1,7	0,5	-0,2	1,6	7,1	2,0	25,7	8,8

16 Fluxos de ajuda, capital privado e dívida

Ordem IDH		Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) recebida (desembolsos líquidos) [a]: Total (Milhões dól. EUA) 2001	Per capita (dól. EUA) 2001	Em % do PIB 1990	Em % do PIB 2001	Influxos líquidos de investimento directo estrangeiro (em % do PIB) [b] 1990	2001	Outros fluxos privados (em % do PIB) [b, c] 1990	2001	Serviço da dívida total: Em % do PIB 1990	Em % do PIB 2001	Em % das exportações de bens e serviços 1990	2001
121	Nicarágua	928,3	178,4	32,9	–	0,0	–	2,0	–	1,6	–	2,3 [i]	22,2 [i]
122	São Tomé e Príncipe	37,9	248,2	95,0	80,8	0,0	11,7	-0,2	0,0	4,9	8,5	28,7	21,3
123	Ilhas Salomão	58,8	130,7	21,7	22,2	4,9	-1,9	-1,5	-1,3	5,5	–	11,3	2,7 [e]
124	Namíbia	109,1	56,5	4,4	3,5	–	–	–	–	–	–	–	–
125	Botswana	29,1	16,6	3,9	0,6	2,5	1,1	-0,5	(,)	2,8	1,0	4,4	1,7
126	Marrocos	516,5	17,5	4,1	1,5	0,6	7,8	0,7	-0,1	6,9	7,7	27,9	21,9
127	Índia	1.705,4	1,7	0,4	0,4	0,1	0,7	0,5	(,)	2,6	1,9	29,2	12,6
128	Vanuatu	31,6	156,5	32,6	14,8	8,6	8,5	-0,1	0,0	1,6	0,8	1,6	1,1
129	Gana	651,8	32,5	9,6	12,3	0,3	1,7	-0,3	2,9	6,3	6,0	34,9 [i]	8,9 [i]
130	Cambodja	408,7	30,3	3,7	12,0	0,0	3,3	0,0	0,0	2,7	0,6	3,8 [f]	1,1
131	Myanmar	126,8	2,6	–	–	–	–	–	–	–	–	8,8	2,8
132	Papua-Nova Guiné	203,1	37,2	12,8	6,9	4,8	2,1	1,5	-2,1	17,2	9,1	18,4	7,1
133	Suazilândia	29,3	27,6	6,1	2,3	3,4	1,7	-0,2	1,1	5,3	2,2	5,6	2,5
134	Comoros	27,7	38,1	17,3	12,5	0,2	0,7	0,0	0,0	0,4	1,0	2,4	5,6
135	Laos	243,3	45,0	17,3	13,8	0,7	1,4	0,0	0,0	1,1	2,5	8,5	9,0
136	Butão	59,2	27,9	16,5	11,1	0,6	0,0	-0,9	0,0	1,8	1,2	5,3	3,3
137	Lesoto	54,0	30,1	22,8	6,8	2,7	14,7	(,)	-0,5	3,7	8,6	4,2	12,4
138	Sudão	171,8	5,3	6,2	1,4	0,0	4,6	0,0	0,0	0,4	0,4	4,8	3,2
139	Bangladeche	1.023,9	7,3	7,0	2,2	(,)	0,2	0,2	0,5	2,5	1,4	37,5	9,0
140	Congo	74,8	21,1	7,8	2,7	0,2	2,1	-3,6	0,0	19,0	3,4	32,2	3,3
141	Togo	46,6	9,9	16,0	3,7	1,1	5,3	(,)	0,0	5,3	2,6	11,5	5,9
Desenvolvimento humano baixo													
142	Camarões	397,7	25,8	4,0	4,7	-1,0	0,9	-0,1	-1,1	4,7	4,0	14,7 [i]	9,9 [i]
143	Nepal	388,1	16,1	11,7	7,0	0,2	0,3	-0,4	(,)	1,9	1,6	14,7	6,2
144	Paquistão	1.938,2	13,2	2,8	3,3	0,6	0,7	-0,2	-1,2	4,8	5,0	25,1	21,3
145	Zimbabué	159,0	12,5	3,9	1,8	-0,1	0,1	1,1	-0,4	5,4	1,5	19,4	3,4
146	Quénia	452,6	14,6	13,9	4,0	0,7	(,)	0,8	-0,4	9,3	4,1	28,6	11,4
147	Uganda	782,6	32,3	15,5	13,8	0,0	2,5	0,4	(,)	3,4	0,9	56,9 [i]	9,7 [i]
148	Iémen	425,9	22,8	8,4	4,6	-2,7	-2,2	3,3	-0,1	3,5	3,1	7,1	6,3
149	Madagáscar	353,9	21,5	12,9	7,7	0,7	0,2	-0,5	(,)	7,2	1,5	44,4 [i]	3,4 [i]
150	Haiti	165,8	20,4	5,9	4,4	0,0	0,1	0,0	0,0	1,2	0,7	7,1 [h]	4,5
151	Gâmbia	50,9	37,7	31,3	13,0	0,0	9,1	-2,4	0,0	11,9	2,7	21,8 [i]	13,8 [i]
152	Nigéria	184,8	1,6	0,9	0,4	2,1	2,7	-0,4	-0,4	11,7	6,2	22,3	11,5
153	Djibouti	55,1	80,9	46,4	9,6	(,)	0,6	-0,1	0,0	3,6	1,8	4,4 [f]	5,4 [e]
154	Mauritânia	261,8	96,1	23,3	26,0	0,7	3,0	-0,1	-0,3	14,3	8,9	28,8 [i, j]	16,5 [i, j]
155	Eritrea	280,1	72,8	–	40,7	–	5,0	–	0,0	–	1,0	0,0 [f]	4,5
156	Senegal	418,9	43,5	14,4	9,0	1,0	2,7	-0,3	0,9	5,7	4,6	18,3 [i]	9,3 [i]
157	Guiné	272,3	33,0	10,4	9,1	0,6	0,1	-0,7	(,)	6,0	3,5	19,6 [i]	9,2 [i]
158	Ruanda	290,5	36,0	11,3	17,1	0,3	0,3	-0,1	0,0	0,8	1,1	10,6 [i]	7,6 [i]
159	Benim	273,2	42,8	14,5	11,5	3,4	5,5	(,)	0,0	2,1	2,1	9,2 [i]	10,0 [i]
160	Tanzânia	1.233,4	34,7	27,5	13,2	0,0	2,4	0,1	-0,3	4,2 [k]	1,6 [k]	31,3 [i, k]	7,3 [i, k]
161	Costa do Marfim	187,0	11,6	6,4	1,8	0,4	2,4	0,1	-1,0	11,7	5,9	19,1	8,1
162	Malawi	401,5	34,5	26,8	23,0	1,2	3,3	0,1	0,0	7,1	2,2	28,0 [i]	15,5 [i]
163	Zâmbia	373,5	35,3	14,6	10,3	6,2	2,0	-0,3	1,5	6,2	3,6	14,6 [i]	13,4 [i]
164	Angola	268,4	21,0	2,6	2,8	-3,3	11,8	5,6	-2,3	3,2	19,7	7,1	26,0
165	Chade	179,0	22,1	18,0	11,2	0,5	5,0	(,)	(,)	0,7	1,5	3,8 [i]	10,0 [i]
166	Guiné-Bissau	58,6	41,7	52,7	29,4	0,8	15,1	(,)	0,0	3,4	11,7	22,1 [i]	0,7 [i]

16 Fluxos de ajuda, capital privado e dívida

Ordem IDH		Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) recebida (desembolsos líquidos) [a] Total (Milhões dól. EUA) 2001	Per capita (dól. EUA) 2001	Em % do PIB 1990	Em % do PIB 2001	Influxos líquidos de investimento directo estrangeiro (em % do PIB) [b] 1990	2001	Outros fluxos privados (em % do PIB) [b, c] 1990	2001	Serviço da dívida total: Em % do PIB 1990	2001	Em % das exportações de bens e serviços 1990	2001
167	Congo, Rep. Dem.	250,9	5,0	9,6	4,8	-0,2	0,6	-0,1	0,0	3,7	0,3	12,7	(,)
168	República Centro-Africana	76,0	20,2	16,8	7,9	(,)	0,8	(,)	0,0	2,0	1,4	12,5	11,5
169	Etiópia	1.079,8	16,1	14,8	17,3	0,2	0,3	-0,8	-0,2	3,4	2,9	33,7 [i]	20,6 [i]
170	Moçambique	934,8	51,3	40,7	25,9	0,4	13,3	1,0	-0,8	3,2	2,4	17,3 [i]	2,7 [i]
171	Burundi	130,8	20,4	23,3	19,0	0,1	0,0	-0,5	(,)	3,7	3,3	41,7	36,3
172	Mali	349,9	28,6	19,9	13,2	0,2	3,9	(,)	0,0	2,8	3,0	14,7 [i]	4,5 [i]
173	Burkina Faso	389,0	31,7	12,0	15,6	0,0	1,0	(,)	0,0	1,2	1,5	7,8 [i, j]	11,0 [i, j]
174	Níger	248,6	22,3	16,0	12,7	1,6	0,7	0,4	-0,3	4,0	1,3	6,6 [i]	6,6 [i]
175	Serra Leoa	333,7	73,0	9,4	44,5	5,0	0,5	0,6	0,0	3,3	12,8	10,1 [i]	74,3 [i]
	Países em desenvolvimento	43.811,3 T	9,7	1,6	0,6	0,9	3,0	0,5	(,)	4,3	6,1	15,3	11,0
	Países menos desenvolvidos	13.383,9 T	19,8	11,9	7,5	0,1	2,2	0,5	(,)	3,1	2,9	16,1	9,5
	Países Árabes	5.049,9 T	17,9	3,6	0,8	0,8	1,2	–	–	–	–	13,8	8,6
	Ásia Oriental e Pacífico	7.332,0 T	3,9	–	0,4	1,7	3,6	0,9	-0,3	–	–	12,0	6,4
	América Latina e Caraíbas	5.934,1 T	11,4	0,4	0,2	0,7	3,7	0,5	0,1	4,0	8,4	20,4	19,7
	Ásia do Sul	6.032,1 T	4,2	1,1	0,8	(,)	0,6	0,3	0,1	2,3	2,1	17,9	11,0
	África Subsariana	13.018,7 T	20,6	–	–	–	4,1	–	–	–	–	11,3	9,0
	Europa Central, do Leste & CEI	4.626,5 T	11,3	–	–	0,1	3,2	–	–	–	–	13,7	9,5
	OCDE	–	–	–	–	1,0 [l]	2,3 [l]	–	–	–	–	–	–
	OCDE de rendimento elevado	–	–	–	–	1,0 [l]	2,2 [l]	–	–	–	–	–	–
	Desenvol. humano elevado	630,9 T	1,9	–	–	1,0 [l]	2,4 [l]	–	–	–	–	–	–
	Desenvolv. humano médio	23.263,1 T	5,7	1,3	0,5	0,6	2,6	0,5	-0,1	3,7	5,6	15,3	10,2
	Desenvolv. humano baixo	13.646,1 T	18,4	8,3	5,7	0,4	1,9	0,3	-0,6	6,0	4,7	19,7	12,9
	Rendimento elevado	143,5 T	1,9	–	–	1,0 [l]	2,4 [l]	–	–	–	–	–	–
	Rendimento médio	15.181,2 T	5,7	1,0	0,3	0,7	3,3	0,6	0,1	3,8	6,9	15,0	11,1
	Rendimento baixo	24.823,2 T	9,9	3,5	2,2	0,4	0,8	0,7	-0,6	4,7	4,0	23,4	11,4
	Mundo	51.439,5 T	9,8	–	–	1,0 [l]	2,5 [l]	–	–	–	–	–	–

Nota: Este quadro apresenta dados para países incluídos nas Partes I e II da lista de beneficiários da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE (OECD, Development Assistance Committe 2003b). O denominador utilizado convencionalmente para comparar a ajuda pública ao desenvolvimento e o serviço da dívida total com a dimensão da economia é o rendimento nacional bruto (RNB) e não o PIB (ver as definições de termos estatísticos). Contudo, o PIB é utilizado aqui para permitir comparações ao longo do quadro. Com poucas excepções, os denominadores produzem resultados semelhantes.

a. As receitas da APD são os fluxos APD totais líquidos dos países da CAD, outros países da OCDE, organizações multilaterais e Países Árabes, bem como da Estónia e Israel. Um valor negativo indica que o pagamento dos empréstimos APD excede o montante de APD recebido. Os agregados não incluem a ajuda pública líquida. Ver as definições de termos estatísticos. b. Um valor negativo indica que a saída de capitais do país excede a entrada. c. Outros fluxos privados compreendem fluxos de investimento de carteira (acções) não criadores de dívida, fluxos de carteira criadores de dívida e empréstimos bancários e relacionados com o comércio. Ver as definições de termos estatísticos. d. Os dados referem-se à ajuda pública líquida. Ver as definições de termos estatísticos. e. Os dados referem-se ao ano 2000. f. Os dados referem-se a 2002. g. Os dados referem-se à dívida da antiga União Soviética, assumindo que 100% de toda a dívida externa pendente em Dezembro de 1991 passou a ser uma responsabilidade da Federação Russa. h. Os dados referem-se a 1991. i. Os dados são das análises de sustentabilidade da dívida realizadas como parte da Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE). Os valores actuais estimados para estes países são apenas da dívida pública e pública garantida, e os valores das exportações excluem as remessas de emigrantes. j. Em World Bank (a publicar) serão apresentadas estimativas que reflectem a ajuda no quadro da iniciativa PPAE aumentada. k. Os dados referem-se apenas à Tanzânia continental. l. Os dados utilizados para calcular os agregados incluem países que não estão apresentados no quadro.

Fonte: Coluna 1: OECD, Development Assistance Committee 2003b; os agregados foram calculados para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE); coluna 2: calculado com base nos dados da APD, de OECD, Development Assistance Committee 2003b e nos dados da população, de UN 2003b; os agregados foram calculados pela OCDE para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano; *colunas 3 e 4:* calculado com base nos dados da APD, de OECD, Development Assistance Committee 2003b e nos dados do PIB, de World Bank 2003c; *colunas 5 e 6:* World Bank 2003c; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano; *colunas 7 e 8:* calculado com base nos dados do investimento de carteira (títulos e acções), dos empréstimos bancários e relacionados com o comércio e do PIB, de World Bank 2003c; *colunas 9 e 10:* calculado com base nos dados do serviço da dívida total e do PIB, de World Bank 2003c; *colunas 11 e 12:* World Bank 2003c baseado em dados produzidos conjuntamente pelo Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano.

17 Prioridades na despesa pública

Ordem IDH		Despesa pública de educação (em % do PIB)[a]		Despesa pública de saúde (em % do PIB)[b]		Despesa militar (em % do PIB)[c]		Serviço da dívida total (em % do PIB)[d]	
		1990[e]	1998-2000[f]	1990	2000	1990	2001	1990	2001
Desenvolvimento humano elevado									
1	Noruega	7,1	6,8 [g]	6,4	6,6	2,9	1,8	–	–
2	Islândia	5,4	–	6,8	7,5	0,0	0,0	–	–
3	Suécia	7,4	7,8 [g]	7,6	6,5	2,7	2,0	–	–
4	Austrália	5,1	4,7 [g, h]	5,3	6,0	2,2	1,7	–	–
5	Holanda	6,0	4,8 [g]	5,7	5,5	2,5	1,6	–	–
6	Bélgica	5,0	5,9 [g]	6,6	6,2	2,4	1,3	–	–
7	Estados Unidos	5,2	4,8 [g]	4,7	5,8	5,3	3,1	–	–
8	Canadá	6,5	5,5 [g]	6,8	6,6	2,0	1,2	–	–
9	Japão	–	3,5 [g]	4,6	6,0	0,9	1,0	–	–
10	Suíça	5,1	5,5 [g]	5,7	5,9	1,8	1,1	–	–
11	Dinamarca	–	8,2 [g]	7,0	6,8	2,0	1,6	–	–
12	Irlanda	5,2	4,4	4,8	5,1	1,2	0,7	–	–
13	Reino Unido	4,9	4,5 [g]	5,1	5,9	3,9	2,5	–	–
14	Finlândia	5,6	6,1	6,4	5,0	1,6	1,2	–	–
15	Luxemburgo	3,0	3,7 [g, h]	5,7	5,3	0,9	0,8	–	–
16	Áustria	5,4	5,8 [g]	5,2	5,6	1,0	0,8	–	–
17	França	5,4	5,8 [g]	6,7	7,2	3,5	2,5	–	–
18	Alemanha	–	4,6	5,9	8,0	2,8 [i]	1,5	–	–
19	Espanha	4,4	4,5 [g]	5,2	5,4	1,8	1,2	–	–
20	Nova Zelândia	6,2	6,1 [g]	5,8	6,2	1,9	1,2	–	–
21	Itália	3,1	4,5 [g]	6,3	6,0	(,)	2,0	–	–
22	Israel	6,3	7,3	3,8	8,3	12,2	7,7	–	–
23	Portugal	4,2	5,8 [g]	4,1	5,8	2,7	2,1	–	–
24	Grécia	2,5	3,8	4,7	4,6	4,7	4,6	–	–
25	Chipre	3,5 [j]	5,4 [j]	–	4,3	5,0	3,1	–	–
26	Hong Kong, China (RAE)	–	–	1,6	–	–	–	–	–
27	Barbados	7,8	7,1	5,0	4,1	–	–	8,2	2,5
28	Singapura	–	3,7	1,0	1,2	4,8	5,0	–	–
29	Eslovénia	–	–	–	6,8	–	1,4	–	–
30	Coreia do Sul	3,5	3,8 [g]	1,8	2,6	3,7	2,8	3,3	6,2
31	Brunei	–	4,8	1,6	2,5	6,7 [k]	6,1 [l]	–	–
32	República Checa	–	4,4 [g]	4,8	6,6	–	2,1	3,0	8,4
33	Malta	4,3	4,9 [h]	–	6,0	0,9	0,8	2,0	3,8
34	Argentina	1,1	4,0 [g]	4,2	4,7	1,3	1,4	4,4	9,0
35	Polónia	–	5,0 [g]	4,8	4,2	2,7	1,9	1,6	8,7
36	Seychelles	7,8	7,6 [h]	3,6	4,1	4,0	1,8	5,9	2,4
37	Barém	4,2	3,0	–	2,8	5,1	4,1	–	–
38	Hungria	5,8	5,0 [g]	–	5,1	2,8	1,8	12,8	26,4
39	Eslováquia	5,1	4,2 [g]	5,0	5,3	–	1,9	2,1	12,8
40	Uruguai	3,0	2,8 [g]	2,0	5,1	2,1	1,3	10,6	8,0
41	Estónia	–	7,5	1,9	4,7	–	1,7	–	6,9
42	Costa Rica	4,4	4,4	6,7	4,4	0,0	0,0	8,8	4,3
43	Chile	2,5	4,2 [g]	2,2	3,1	3,7	2,9	9,1	10,0
44	Catar	3,5	3,6 [m]	–	2,5	–	–	–	–
45	Lituânia	4,6	6,4	3,0	4,3	–	1,8	–	16,1
46	Kuwait	4,8	–	4,0	2,6	48,5	11,3	–	–
47	Croácia	–	4,2 [h]	9,5	8,0	–	2,6	–	14,6
48	Emiratos Árabes Unidos	1,9	1,9	0,8	2,5	4,7	2,5	–	–
49	Bahamas	4,0	–	2,8	4,4	–	–	–	–
50	Letónia	3,8	5,9	2,7	3,5	–	1,2	–	6,8

17 Prioridades na despesa pública

Ordem IDH		Despesa pública de educação (em % do PIB) [a]		Despesa pública de saúde (em % do PIB) [b]		Despesa militar (em % do PIB) [c]		Serviço da dívida total (em % do PIB) [d]	
		1990 [e]	1998-2000 [f]	1990	2000	1990	2001	1990	2001
51	São Cristóvão e Nevis	2,7	2,9 [h]	2,7	3,1	–	–	1,9	6,0
52	Cuba	–	8,5	4,9	6,1	–	–	–	–
53	Bielorrúsia	4,9	6,0	2,5	4,7	–	1,4	–	1,9
54	Trindade e Tobago	3,6	4,0 [h]	2,5	2,6	–	–	8,9	2,6
55	México	3,6	4,4 [g]	1,8	2,5	0,4	0,5	4,3	7,9
Desenvolvimento humano médio									
56	Antígua e Barbuda	–	3,2	2,8	3,3	–	–	–	–
57	Bulgária	5,2	3,4	4,1	3,0	3,5	2,7	6,6	10,1
58	Malásia	5,2	6,2 [g]	1,5	1,5	2,6	2,2	9,8	7,1
59	Panamá	4,7	5,9	4,6	5,3	1,4	1,2 [n]	6,5	11,6
60	Macedónia	–	–	9,2	5,1	–	7,0	–	5,7
61	Líbia	–	–	–	1,6	–	–	–	–
62	Maurícias	3,5	3,5	–	1,9	0,3	0,2	6,5	4,5
63	Federação Russa	3,5	4,4	2,5	3,8	12,3 [o]	3,8	2,0 [p]	5,6
64	Colômbia	2,5	–	1,2	5,4	2,2	3,8	9,7	7,6
65	Brasil	–	4,7	3,0	3,4	1,9	1,5	1,8	10,8
66	Bósnia e Herzegovina	–	–	–	3,1	–	9,5	–	6,3
67	Belize	4,7	6,2	2,2	2,1	1,2	–	5,0	12,1
68	Dominica	–	5,1 [h]	3,9	4,3	–	–	3,5	6,0
69	Venezuela	3,0	–	2,5	2,7	1,8 [k]	1,5	10,3	6,0
70	Samoa Ocidental	3,4	4,2 [h]	2,8	3,9	–	–	2,7	2,9
71	Santa Lúcia	–	5,8	2,1	2,7	–	–	1,6	3,7
72	Roménia	2,8	3,5 [h]	2,8	1,9	4,6	2,5	(.)	6,7
73	Arábia Saudita	6,5	9,5	–	4,2	12,8	11,3	–	–
74	Tailândia	3,5	5,4 [g]	0,9	2,1	2,3	1,4	6,2	17,5
75	Ucrânia	5,2	4,4	3,0	2,9	–	2,7	–	6,0
76	Cazaquistão	3,2	–	3,2	2,7	–	1,0	–	14,9
77	Suriname	8,1	–	3,5	5,5	–	–	–	–
78	Jamaica	4,7	6,3 [g]	2,6	2,6	–	–	14,4	8,3
79	Omã	3,1	3,9	2,0	2,3	18,3	12,2	7,0	4,4 [l]
80	São Vicente e Grenadinas	6,4	9,3	4,4	4,1	–	–	2,2	3,9
81	Fidji	4,6	5,2 [h]	2,0	2,5	2,3	2,2	7,7	1,5
82	Peru	2,2	3,3 [g]	1,3	2,8	2,4	1,7	1,8	4,1
83	Líbano	–	3,0	–	–	7,6	5,5	3,5	8,7
84	Paraguai	1,1	5,0	0,7	3,0	1,2	0,9	6,2	5,0
85	Filipinas	2,9	4,2 [g]	1,5	1,6	1,4	1,0	8,1	10,9
86	Maldivas	4,0	3,9 [h]	3,6	6,3	–	–	4,1	3,7
87	Turquemenistão	4,3	–	4,0	4,6	–	3,8 [l]	–	7,6
88	Geórgia	–	–	3,0	0,7	–	0,7	–	2,5
89	Azerbaijão	–	4,2	2,7	0,6	–	2,6	–	2,4
90	Jordânia	8,4	5,0 [g]	3,6	4,2	9,9	8,6	15,6	7,6
91	Tunísia	6,0	6,8 [g]	3,0	–	2,0	1,6	11,6	6,8
92	Guiana	3,4	4,1 [h]	2,9	4,2	0,9	–	74,5	6,3
93	Granada	5,1	4,2 [h]	3,3	3,4	–	–	1,5	4,1
94	República Dominicana	–	2,5	1,6	1,8	–	–	3,3	2,9
95	Albânia	5,8	–	3,3	2,1	5,9	1,2	0,1	0,9
96	Turquia	2,2	3,5 [g]	2,2	3,6	3,5	4,9	4,9	15,2
97	Equador	2,8	1,6	1,5	1,2	1,9	2,1 [n]	10,1	8,6
98	Territórios Ocupados da Palestina	–	–	–	–	–	–	–	–
99	Sri Lanka	2,6	3,1	1,5	1,8	2,1	3,9	4,8	4,5
100	Arménia	7,0	2,9	–	3,2	–	3,1	–	2,6

17 Prioridades na despesa pública

Ordem IDH		Despesa pública de educação (em % do PIB)[a]		Despesa pública de saúde (em % do PIB)[b]		Despesa militar (em % do PIB)[c]		Serviço da dívida total (em % do PIB)[d]	
		1990[e]	1998-2000[f]	1990	2000	1990	2001	1990	2001
101	Usbequistão	–	–	4,6	2,6	–	1,1	–	7,4
102	Quirguistão	8,3	5,4	4,7	2,2	–	1,7	–	11,6
103	Cabo Verde	–	4,4 [h]	–	1,8	–	0,8	1,7	2,4
104	China	2,3	2,1	2,2	1,9	2,7	2,3	2,0	2,1
105	El Salvador	1,9	2,3 [h]	1,4	3,8	2,7	0,8	4,3	2,8
106	Irão	4,1	4,4	1,5	2,5	2,7	4,8	0,5	1,1
107	Argélia	5,3	–	3,0	3,0	1,5	3,5 [l]	14,2	8,0
108	Moldávia	–	4,0	4,4	2,9	–	0,4	–	12,8
109	Vietname	–	–	0,9	1,3	7,9	–	2,7	3,7
110	Síria	4,1	4,1	0,4	1,6	6,9	6,2	9,7	1,4
111	África do Sul	6,2	5,5	3,1	3,7	3,8	1,6	–	3,8
112	Indonésia	1,0	–	0,6	0,6	1,8	1,1	8,7	10,7
113	Tajiquistão	9,7	2,1	4,9	0,9	–	1,2	–	7,6
114	Bolívia	2,3	5,5	2,1	4,9	2,4	1,6	7,9	6,8
115	Honduras	–	4,0 [h]	3,3	4,3	–	–	12,8	5,3
116	Guiné Equatorial	–	0,6	1,0	2,3	–	–	3,9	0,2
117	Mongólia	12,1	2,3	6,4	4,6	5,7	2,3	–	4,3
118	Gabão	–	3,9 [h]	2,0	2,1	–	–	3,0	10,5
119	Guatemala	1,4	1,7	1,8	2,3	1,5	1,0	2,8	2,2
120	Egipto	3,7	–	1,8	1,8	3,9	2,6	7,1	2,0
121	Nicarágua	3,4	5,0	7,0	2,3	2,1	1,1	1,6	–
122	São Tomé e Príncipe	–	–	–	1,6	–	–	4,9	8,5
123	Ilhas Salomão	–	3,6 [h]	5,0	5,6	–	–	5,5	2,7
124	Namíbia	7,6	8,1	3,7	4,2	5,6 [k]	2,8	–	–
125	Botswana	6,7	8,6 [h]	1,7	3,8	4,1	3,5	2,8	1,0
126	Marrocos	5,3	5,5 [h]	0,9	1,3	4,1	4,1	6,9	7,7
127	Índia	3,9	4,1 [g]	0,9	0,9	2,7	2,5	2,6	1,9
128	Vanuatu	4,6	7,3 [h]	2,6	2,4	–	–	1,6	0,8
129	Gana	3,2	4,1 [h]	1,3	2,2	0,4	0,6	6,3	6,0
130	Cambodja	–	1,9	–	2,0	3,1	3,0	2,7	0,6
131	Myanmar	–	0,5	1,0	0,4	3,4	2,3 [l]	–	–
132	Papua-Nova Guiné	–	2,3 [h]	3,1	3,6	2,1	0,8 [l]	17,2	9,1
133	Suazilândia	5,7	1,5	1,9	3,0	1,5	1,5	5,3	2,2
134	Comoros	–	3,8	2,9	3,2	–	–	0,4	1,0
135	Laos	–	2,3	0,0	1,3	–	2,1	1,1	2,5
136	Butão	–	5,2	1,7	3,7	–	–	1,8	1,2
137	Lesoto	6,1	10,1	2,6	5,2	3,9	3,1 [l]	3,7	8,6
138	Sudão	0,9	–	0,7	1,0	3,6	3,0 [l]	0,4	0,4
139	Bangladeche	1,5	2,5	0,7	1,4	1,0	1,3	2,5	1,4
140	Congo	5,0	4,2	1,5	1,5	–	–	19,0	3,4
141	Togo	5,5	4,8	1,4	1,5	3,2	–	5,3	2,6
Desenvolvimento humano baixo									
142	Camarões	3,2	3,2	0,9	1,1	1,5	1,4	4,7	4,0
143	Nepal	2,0	3,7	0,8	0,9	0,9	1,1	1,9	1,6
144	Paquistão	2,6	1,8 [h]	1,1	0,9	5,8	4,5	4,8	5,0
145	Zimbabué	–	10,4 [g, h]	3,2	3,1	4,5	3,2	5,4	1,5
146	Quénia	6,7	6,4	2,4	1,8	2,9	1,8	9,3	4,1
147	Uganda	1,5	2,3 [h]	–	1,5	3,0	2,1	3,4	0,9
148	Iémen	–	10,0	1,1	–	8,5	6,1	3,5	3,1
149	Madagáscar	2,1	3,2	–	2,5	1,2	1,2 [l]	7,2	1,5
150	Haiti	1,4	1,1 [h]	1,2	2,4	–	–	1,2	0,7
151	Gâmbia	3,8	2,7 [h]	2,2	3,4	1,1	1,0	11,9	2,7

17 Prioridades na despesa pública

Ordem IDH		Despesa pública de educação (em % do PIB)[a] 1990[e]	1998-2000[f]	Despesa pública de saúde (em % do PIB)[b] 1990	2000	Despesa militar (em % do PIB)[c] 1990	2001	Serviço da dívida total (em % do PIB)[d] 1990	2001
152	Nigéria	0,9	–	1,0	0,5	0,9	1,1	11,7	6,2
153	Djibouti	–	3,5 [h]	–	–	6,3	–	3,6	1,8
154	Mauritânia	–	3,0 [h]	–	3,4	3,8	2,1 [n]	14,3	8,9
155	Eritrea	–	4,8	–	2,8	–	27,5 [n]	–	1,0
156	Senegal	3,9	3,2 [h]	0,7	2,6	2,0	1,5	5,7	4,6
157	Guiné	–	1,9 [h]	2,0	1,9	2,4 [k]	1,7	6,0	3,5
158	Ruanda	–	2,8 [h]	1,7	2,7	3,7	3,9	0,8	1,1
159	Benim	–	3,2 [h]	1,6	1,6	1,8	–	2,1	2,1
160	Tanzânia	3,2	2,1 [h]	1,6	2,8	2,0 [k]	1,3 [n]	4,2 [q]	1,6 [q]
161	Costa do Marfim	–	4,6	1,5	1,0	1,5	–	11,7	5,9
162	Malawi	3,3	4,1 [h]	–	3,6	1,3	0,8	7,1	2,2
163	Zâmbia	2,4	2,3	2,6	3,5	3,7	0,6 [l]	6,2	3,6
164	Angola	3,9	2,7	1,4	2,0	5,8	3,1	3,2	19,7
165	Chade	–	2,0 [h]	–	2,5	–	1,5	0,7	1,5
166	Guiné-Bissau	–	2,1	1,1	2,6	–	3,1	3,4	11,7
167	Congo, Rep. Dem.	–	–	–	1,1	–	–	3,7	0,3
168	República Centro-Africana	2,2	1,9	–	1,4	1,6 [k]	–	2,0	1,4
169	Etiópia	3,4	4,8	0,9	1,8	8,5	6,2	3,4	2,9
170	Moçambique	3,9	2,4 [h]	3,6	2,7	10,1	2,3	3,2	2,4
171	Burundi	3,4	3,4	1,1	1,6	3,4	8,1	3,7	3,3
172	Mali	–	2,8 [h]	1,6	2,2	2,1	2,0	2,8	3,0
173	Burkina Faso	2,7	–	1,0	3,0	3,0	1,6	1,2	1,5
174	Níger	3,2	2,7 [h]	–	1,8	–	1,1 [l]	4,0	1,3
175	Serra Leoa	–	1,0	–	2,6	0,9	3,6 [l]	3,3	12,8

a. Os dados referem-se à despesa pública total na educação, incluindo despesas corrente e de capital. Ver as definições de termos estatísticos. b. Os dados de alguns países podem diferir ligeiramente dos dados do quadro 6 (de WHO 2003b). c. Devido a limitações nos dados, as comparações da despesa militar, no tempo e entre países, deve ser feito com precaução. Para notas pormenorizadas sobre os dados, ver SIPRI 2001. d. Para os agregados, ver quadro 16. e. Os dados podem não ser comparáveis entre países, devido a diferenças nos métodos de recolha de dados. f. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado. g. Estimativas provisórias do Instituto de Estatística da UNESCO, sujeitas a revisão posterior. h. Os dados referem-se a estimativas do Instituto de Estatística da UNESCO, quando não existem dados nacionais disponíveis. i. Os dados referem-se à República Federal da Alemanha antes da reunificação. j. Os dados referem-se apenas ao Ministério da Educação Grega. k. Os dados referem-se a 1991. l. Os dados referem-se ao ano 2000. m. Os dados correspondem a uma estimativa nacional. n. Os dados referem-se a 1999. o. Os dados referem-se à antiga União Soviética. p. Os dados referem-se à dívida da antiga União Soviética, assumindo que 100% de toda a dívida externa pendente em Dezembro de 1991 passou a ser uma responsabilidade da Federação Russa. q. Os dados referem-se apenas à Tanzânia continental.

Fonte: Coluna 1: calculado com base em dados do PIB e da despesa pública, de UNESCO Institute for Statistics 2003c; *coluna 2:* UNESCO 2003c; *colunas 3 e 4:* World Bank 2003c; *colunas 5 e 6:* SIPRI 2003a; *colunas 7 e 8:* calculado com base em dados do serviço da dívida total e do PIB, de World Bank 2003c.

18 Desemprego nos países da OCDE

Ordem IDH	Pessoas desempregadas (milhares) 2001	Desemprego: Taxa (% da população activa) 2001	Desemprego: Taxa média anual (% da população activa) 1991-2001	Desemprego: Taxa feminina em % da masculina 2001	Desemprego jovem: Taxa (% da população activa com 15-24 anos)[b] 2001	Desemprego jovem: Taxa feminina em % da masculina 2001	Desemprego de longa duração[a] (em % do desemprego total): Feminino 2001	Desemprego de longa duração[a] (em % do desemprego total): Masculino 2001
Desenvolvimento humano elevado								
1 Noruega	83,8	3,5	3,9	96	10,5	97	3,9	6,8
2 Islândia	3,7	2,3	2,8	118	4,8	80	13,8	11,2
3 Suécia	175,7	4,0	4,0	86	11,8	85	20,0	24,2
4 Austrália	664,5	6,7	6,3	91	12,7	90	17,9	24,1
5 Holanda	145,9	2,0	2,7	154	5,8	111	40,4 [c]	47,7 [c]
6 Bélgica	296,4	6,6	6,9	123	15,3	116	50,8	52,5
7 Estados Unidos	6.779,3	4,8	5,8	96	10,6	85	5,7	6,3
8 Canadá	1.172,6	7,2	7,6	90	12,8	76	8,2	10,5
9 Japão	3.396,2	5,0	5,5	95	9,7	82	18,3	32,1
10 Suíça	67,2	1,9	2,7	198	5,6	95	35,5	20,6
11 Dinamarca	121,9	4,3	4,3	132	8,3	127	18,8	26,2
12 Irlanda	70,8	3,9	4,4	92	6,2	91	47,5 [c]	59,5 [c]
13 Reino Unido	1.512,0	5,1	5,2	79	10,5	73	19,5	33,0
14 Finlândia	237,7	9,2	9,3	112	19,9	103	22,6	30,0
15 Luxemburgo	4,9	2,6	3,0	137	6,7	70	23,1 [d]	31,6 [d]
16 Áustria	206,5	4,9	5,6	105	6,0	93	23,0	23,8
17 França	2.321,4	8,7	9,0	151	18,7	135	37,6	37,6
18 Alemanha	3.074,0	7,3	7,8	104	8,4	82	53,1 [e]	50,1 [e]
19 Espanha	1.869,1	10,5	11,2	204	20,8	168	48,6	37,9
20 Nova Zelândia	102,5	5,3	5,1	98	11,8	95	13,4	19,6
21 Itália	2.267,0	9,6	9,2	177	27,0	139	63,1	63,7
23 Portugal	211,8	4,1	4,7	158	9,2	165	39,9	35,7
24 Grécia	456,1	10,4	10,1	228	28,0	170	56,6	47,0
30 Coreia do Sul	819,2	3,7	2,9	73	9,7	67	1,2	2,8
32 República Checa	421,0	8,2	7,4 [f]	146	16,6	108	53,4	52,0
35 Polónia	3.169,8	18,2	19,7 [f]	117	41,0	105	46,2	39,9
38 Hungria	233,3	5,8	5,5 [g]	79	10,8	85	44,1	48,4
39 Eslováquia	508,0	19,3	19,0 [h]	95	39,1	85	47,8	48,4
55 México	496,2	2,5	2,8	117	4,1	138	1,0	1,1
Desenvolvimento humano médio								
96 Turquia	1.902,0	8,5	8,5	90	19,9	88	32,3	20,1
OCDE [i]	32.790,3 T	6,4	6,6 [j]	111	12,4	97	31,4	28,7

a. Os dados referem-se ao desemprego com duração de 12 meses ou mais. b. O conjunto de idades para a população activa pode ser de 16-24 anos em alguns países. c. Os dados referem-se a 1999. d. Os dados são baseados numa pequena amostra e devem ser tratados com precaução. e. Os dados referem-se ao ano 2000. f. Os dados referem-se à taxa média anual em 1993-2001. g. Os dados referem-se à taxa média anual em 1992-2001. h. Os dados referem-se à taxa média anual em 1994-2001. i. Os agregados são de OECD 2002a e 2002b. j. A média da OCDE não inclui a República Checa, Hungria Polónia e Eslováquia.

Fonte: Colunas 1 e 2: OECD 2002a; *coluna 3:* calculado com base em dados das taxas de desemprego, de OECD 2002a; *colunas 4 e 6*: calculado com base nos dados das taxas de desemprego masculino e feminino, de OECD 2002b; *colunas 5, 7 e 8:* OECD 2002b.

Ordem IDH		Consumo de energia tradicional (em % do uso total de energia)	Consumo de electricidade per capita (kilowatt-hora)		PIB por unidade de energia utilizada (dól.PPC por kg de equivalente petróleo)		Emissões de dióxido de carbono: Per capita (tons. métricas)		Emissões de dióxido de carbono: Parte do total mundial (%)	Ratificação dos tratados ambientais[a]: Protocolo de Cartagena sobre Biosegurança	Ratificação dos tratados ambientais[a]: Convenção Quadro sobre Mudança Climática	Ratificação dos tratados ambientais[a]: Protocolo de Quioto à Convenção Quadro sobre Mudança Climática[b]	Ratificação dos tratados ambientais[a]: Convenção sobre a Diversidade Biológica
		1997	1980	2000	1980	2000	1980	1999	1999				
Desenvolvimento humano elevado													
1	Noruega	1,1	18.289	24.422	2,3	5,1	9,5	8,7	0,2	●	●	●	●
2	Islândia	–	12.553	24.779	1,8	2,4	8,2	7,4	(,)	○	●	●	●
3	Suécia	17,9	10.216	14.471	2,0	4,4	8,6	5,3	0,2	●	●	●	●
4	Austrália	4,4	5.393	9.006	2,0	4,3	13,8	18,2	1,5		●	○	●
5	Holanda	1,1	4.057	6.152	2,3	5,7	10,8	8,5	0,6	●	●	●	●
6	Bélgica	1,6	4.402	7.564	2,2	4,4	13,3	10,2	0,4	○	●	●	●
7	Estados Unidos	3,8	8.914	12.331	1,6	4,2	20,4	19,7	23,2		●	○	○
8	Canadá	4,7	12.329	15.620	1,4	3,3	17,1	14,4	1,9	○	●	●	●
9	Japão	1,6	4.395	7.628	3,1	6,1	7,9	9,1	4,9		●	●	●
10	Suíça	6,0	5.579	7.294	4,4	7,5	6,5	5,7	0,2	●	●	○	●
11	Dinamarca	5,9	4.222	6.079	3,0	7,9	12,3	9,3	0,2	●	●	●	●
12	Irlanda	0,2	2.528	5.324	2,3	7,9	7,4	10,8	0,2	○	●	●	●
13	Reino Unido	3,3	4.160	5.601	2,5	6,0	10,3	9,2	2,3	○	●	●	●
14	Finlândia	6,5	7.779	14.588	1,7	3,8	11,9	11,3	0,2	○	●	●	●
15	Luxemburgo	–	9.803	13.050	1,1	6,4	28,9	18,6	(,)	●	●	●	●
16	Áustria	4,7	4.371	6.457	3,4	7,5	6,9	7,6	0,3	●	●	●	●
17	França	5,7	3.881	6.539	2,8	5,4	9,0	6,1	1,5	○	●	●	●
18	Alemanha	1,3	5.005	5.963	2,2	6,1	–	9,7	3,3	○	●	●	●
19	Espanha	1,3	2.401	4.653	3,8	6,4	5,3	6,8	1,2	●	●	●	●
20	Nova Zelândia	0,8	6.269	8.813	2,7	3,7	5,6	8,1	0,1	○	●	●	●
21	Itália	1,0	2.831	4.732	3,9	8,2	6,6	7,3	1,8	○	●	●	●
22	Israel	0,0	2.826	6.188	3,7	6,5	5,4	10,0	0,3		●	○	●
23	Portugal	0,9	1.469	3.834	5,5	7,2	2,8	6,0	0,3	○	●	●	●
24	Grécia	4,5	2.064	4.086	4,7	6,3	5,4	8,2	0,4	○	●	●	●
25	Chipre	–	1.494	3.958	3,3	6,3	5,2	8,0	(,)		●	●	●
26	Hong Kong. China (RAE)	0,7	2.167	5.447	6,2	10,9	3,2	6,2	0,2	–	–	–	–
27	Barbados	–	–	–	–	–	2,7	7,6	(,)	●	●	●	●
28	Singapura	0,0	2.280	6.948	2,2	3,9	12,5	13,7	0,2		●		●
29	Eslovénia	1,5	–	5.290	–	5,0	–	7,3	0,1	●	●	●	●
30	Coreia do Sul	2,4	859	5.607	2,3	3,6	3,3	8,4	1,7	○	●	●	●
31	Brunei	–	1.523	7.263	–	3,0 [c]	35,5	14,2	(,)				
32	República Checa	1,6	3.701	4.807	–	3,6	–	10,6	0,5	●	●	●	●
33	Malta	–	1.363	4.018	2,9	6,7	2,7	8,8	(,)		●	●	●
34	Argentina	4,0	1.170	2.038	4,4	7,2	3,8	3,8	0,6	○	●	●	●
35	Polónia	0,8	2.390	2.511	–	4,0	12,8	8,1	1,3	○	●	●	●
36	Seychelles	–	–	–	–	–	1,5	2,7	(,)	○	●	●	●
37	Barém	–	4.970	8.507	0,9	1,6	23,4	29,4	0,1		●		●
38	Hungria	1,6	2.389	2.909	2,0	4,9	7,7	5,6	0,2	○	●	●	●
39	Eslováquia	0,5	3.817	4.075	–	3,6	–	7,2	0,2	○	●	●	●
40	Uruguai	21,0	948	1.924	4,8	9,4	2,0	2,0	(,)	○	●	●	●
41	Estónia	13,8	–	3.628	–	2,9	–	11,7	0,1	○	●	●	●
42	Costa Rica	54,2	860	1.630	6,6	11,7	1,1	1,6	(,)	○	●	●	●
43	Chile	11,3	876	2.406	3,0	5,6	2,5	4,2	0,3	○	●	●	●
44	Catar	–	9.489	14.994	–	–	56,3	91,5	0,2		●		●
45	Lituânia	6,3	–	1.768	–	3,9	–	3,8	0,1	○	●	●	●
46	Kuwait	0,0	5.793	13.995	1,4	1,8	18,0	24,9	0,2		●		●
47	Croácia	3,2	–	2.695	–	4,9	–	4,8	0,1	●	●	○	●
48	Emiratos Árabes Unidos	–	5.320	10.725	4,9	2,0 [c]	34,8	31,3	0,4		●		●
49	Bahamas	–	–	–	–	–	38,0	6,0	(,)	○	●	●	●
50	Letónia	26,2	–	1.887	19,8	4,6	–	2,8	(,)		●	●	●

19 Energia e ambiente

Ordem IDH		Consumo de energia tradicional (em % do uso total de energia)	Consumo de electricidade per capita (kilowatt-hora)		PIB por unidade de energia utilizada (dól.PPC por kg de equivalente petróleo)		Emissões de dióxido de carbono: Per capita (tons. métricas)		Emissões de dióxido de carbono: Parte do total mundial (%)	Ratificação dos tratados ambientais[a]: Protocolo de Cartagena sobre Biosegurança	Convenção Quadro sobre Mudança Climática	Protocolo de Quioto à Convenção Quadro sobre Mudança Climática[b]	Convenção sobre a Diversidade Biológica
		1997	1980	2000	1980	2000	1980	1999	1999				
51	São Cristóvão e Nevis	–	–	–	–	–	–	2,4	(,)	●	●		●
52	Cuba	30,2	823	1.049	–	–	3,2	2,3	0,1	●	●	●	●
53	Bielorrúsia	0,8	–	2.678	–	3,0	–	5,7	0,2	●	●		●
54	Trindade e Tobago	0,8	1.584	3.692	1,2	1,3	15,4	19,4	0,1	●	●	●	●
55	México	4,5	846	1.655	2,9	5,5	3,7	3,9	1,6	●	●	●	●
Desenvolvimento humano médio													
56	Antígua e Barbuda	–	–	–	–	–	2,3	5,2	(,)	○	●	●	●
57	Bulgária	1,3	3.349	2.962	1,0	2,8	8,5	5,1	0,2	●	●	●	●
58	Malásia	5,5	631	2.628	2,6	4,3	2,0	5,4	0,5	○	●	●	●
59	Panamá	14,4	820	1.331	4,1	6,5	1,8	2,9	(,)	●	●	●	●
60	Macedónia	6,1	–	–	–	–	–	5,6	(,)	○	●		●
61	Líbia	0,9	1.588	3.921	–	–	8,8	8,3	0,2		●		●
62	Maurícias	36,1	–	–	–	–	0,6	2,1	(,)	●	●	●	●
63	Federação Russa	0,8	–	4.181	–	1,6	–	9,8	6,1		●	○	●
64	Colômbia	17,7	561	788	4,7	10,3	1,4	1,5	0,3	○	●	●	●
65	Brasil	28,7	975	1.878	4,2	6,7	1,5	1,8	1,3		●	●	●
66	Bósnia e Herzegovina	10,1	–	1.473	–	5,2	–	1,2	(,)		●		●
67	Belize	–	–	–	–	–	1,3	2,7	(,)		●		●
68	Dominica	–	–	–	–	–	0,5	1,1	(,)		●		●
69	Venezuela	0,7	1.823	2.533	1,6	2,3	6,0	5,3	0,5	●	●		●
70	Samoa Ocidental	–	–	–	–	–	0,6	0,8	(,)	●	●	●	●
71	Santa Lúcia	–	–	–	–	–	1,0	2,1	(,)		●	○	●
72	Roménia	5,7	2.434	1.513	–	3,4	8,6	3,6	0,3	○	●	●	●
73	Arábia Saudita	0,0	1.356	4.912	4,0	2,6	14,0	11,7	1,0		●		●
74	Tailândia	24,6	279	1.448	2,9	5,1	0,9	3,3	0,8		●	●	○
75	Ucrânia	0,5	–	2.293	–	1,4	–	7,5	1,6	●	●	○	●
76	Cazaquistão	0,2	–	2.622	–	2,2	–	7,4	0,5		●	○	●
77	Suriname	–	–	–	–	–	6,7	5,2	(,)		●		●
78	Jamaica	6,0	482	2.328	1,8	2,4	4,0	4,0	(,)	○	●	●	●
79	Omã	–	614	2.952	4,5	3,0	5,3	8,5	0,1		●		●
80	São Vicente e Grenadinas	–	–	–	–	–	0,4	1,4	(,)		●	○	●
81	Fidji	–	–	–	–	–	1,2	0,9	(,)	●	●	●	●
82	Peru	24,6	502	668	4,4	9,5	1,4	1,2	0,1	○	●	●	●
83	Líbano	2,5	789	1.814	–	3,5	2,1	4,0	0,1		●		●
84	Paraguai	49,6	245	838	4,8	7,2	0,5	0,8	(,)	○	●	●	●
85	Filipinas	26,9	355	477	5,3	6,8	0,8	1,0	0,3	○	●	○	●
86	Maldivas	–	–	–	–	–	0,3	1,7	(,)	●	●	●	●
87	Turquemenistão	–	–	1.071	–	1,4	–	6,4	0,1		●	●	●
88	Geórgia	1,0	–	1.212	4,6	4,5	–	1,0	(,)		●	●	●
89	Azerbaijão	0,0	–	1.852	–	1,9	–	4,2	0,1		●	●	●
90	Jordânia	0,0	387	1.236	3,1	3,6	2,2	3,1	0,1	○	●	●	●
91	Tunísia	12,4	379	939	3,8	7,4	1,5	1,8	0,1	●	●	●	●
92	Guiana	–	–	–	–	–	2,3	2,2	(,)		●		●
93	Granada	–	–	–	–	–	0,5	2,2	(,)	○	●	●	●
94	República Dominicana	14,3	433	788	4,1	7,4	1,1	2,8	0,1		●	●	●
95	Albânia	7,3	1.083	1.073	–	6,7	1,8	0,5	(,)		●		●
96	Turquia	3,1	439	1.468	3,2	5,3	1,7	3,1	0,8	○			●
97	Equador	17,5	361	624	2,8	4,9	1,7	1,9	0,1	●	●	●	●
98	Territórios Ocupados da Palestina	–	–	–	–	–	–	–	–				
99	Sri Lanka	46,5	96	293	3,1	7,8	0,2	0,5	(,)	○	●	●	●
100	Arménia	0,0	–	944	–	4,5	–	0,8	(,)		●		●

19 Energia e ambiente

Ordem IDH		Consumo de energia tradicional (em % do uso total de energia)	Consumo de electricidade per capita (kilowatt-hora)		PIB por unidade de energia utilizada (dól.PPC por kg de equivalente petróleo)		Emissões de dióxido de carbono: Per capita (tons. métricas)		Emissões de dióxido de carbono: Parte do total mundial (%)	Ratificação dos tratados ambientais[a]: Protocolo de Cartagena sobre Biosegurança	Convenção Quadro sobre Mudança Climática	Protocolo de Quioto à Convenção Quadro sobre Mudança Climática[b]	Convenção sobre a Diversidade Biológica
		1997	1980	2000	1980	2000	1980	1999	1999				
101	Usbequistão	0,0	–	1.612	–	1,2	–	4,8	0,5		●	●	●
102	Quirguistão	0,0	–	1.606	–	5,4	–	1,0	(,)		●		●
103	Cabo Verde	–	–	–	–	–	0,4	0,3	(,)		●		●
104	China	5,7	253	827	0,7	4,1	1,5	2,3	11,9	○	●	●	●
105	El Salvador	34,5	274	587	5,0	8,1	0,5	0,9	(,)	○	●	●	●
106	Irão	0,7	495	1.474	2,7	3,2	3,0	4,8	1,3	○	●		●
107	Argélia	1,5	265	612	5,5	6,4	3,5	3,0	0,4	○	●		●
108	Moldávia	0,5	–	720	–	3,1	–	1,5	(,)	○	●		●
109	Vietname	37,8	50	286	–	4,2	0,3	0,6	0,2		●	●	●
110	Síria	0,0	354	900	2,6	2,9	2,2	3,4	0,2		●		●
111	África do Sul	43,4	3.213	3.745	3,1	4,4	7,7	7,9	1,4		●	●	●
112	Indonésia	29,3	44	384	2,0	4,2	0,6	1,2	1,0	○	●	○	●
113	Tajiquistão	–	–	2.137	–	2,3	–	0,8	(,)		●		●
114	Bolívia	14,0	226	387	3,0	3,9	0,8	1,4	(,)	●	●	●	●
115	Honduras	54,8	215	499	3,2	6,0	0,6	0,8	(,)	○	●	●	●
116	Guiné Equatorial	–	–	–	–	–	0,3	1,5	(,)		●	●	●
117	Mongólia	4,3	–	–	–	–	4,1	3,2	(,)		●	●	●
118	Gabão	32,9	617	697	1,8	4,7	8,9	3,0	(,)		●		●
119	Guatemala	62,0	240	335	4,6	7,1	0,7	0,9	(,)		●	●	●
120	Egipto	3,2	380	976	3,3	4,8	1,1	2,0	0,5	○	●	○	●
121	Nicarágua	42,2	303	267	4,0	4,6 [c]	0,7	0,8	(,)	●	●	●	●
122	São Tomé e Príncipe	–	–	–	–	–	0,5	0,6	(,)		●		●
123	Ilhas Salomão	–	–	–	–	–	0,4	0,4	(,)		●	○	●
124	Namíbia	–	–	–	–	12,0	–	0,1	(,)	○	●		●
125	Botswana	–	–	–	–	–	1,1	2,4	(,)	●	●		●
126	Marrocos	4,0	223	447	6,4	9,5	0,8	1,3	0,2	○	●	●	●
127	Índia	20,7	130	355	2,2	5,5	0,5	1,1	4,6	●	●	●	●
128	Vanuatu	–	–	–	–	–	0,5	0,4	(,)		●	●	●
129	Gana	78,1	424	288	3,1	5,5	0,2	0,3	(,)		●		●
130	Cambodja	89,3	–	–	–	–	(,)	0,1	(,)		●	●	●
131	Myanmar	60,5	31	69	–	–	0,1	0,2	(,)	○	●		●
132	Papua-Nova Guiné	62,5	–	–	–	–	0,6	0,5	(,)		●	●	●
133	Suazilândia	–	–	–	–	–	0,8	0,4	(,)		●		●
134	Comoros	–	–	–	–	–	0,1	0,1	(,)		●		●
135	Laos	88,7	–	–	–	–	0,1	0,1	(,)		●		●
136	Butão	–	–	–	–	–	(,)	0,5	(,)	●	●	●	●
137	Lesoto	–	–	–	–	–	–	–	–	●	●	●	●
138	Sudão	75,1	34	66	1,6	3,8	0,2	0,1	(,)		●		●
139	Bangladeche	46,0	16	96	5,4	10,8	0,1	0,2	0,1	○	●	●	●
140	Congo	53,0	83	86	0,8	3,2	0,2	0,8	(,)	○	●		●
141	Togo	71,9	–	–	4,9	4,9	0,2	0,3	(,)	○	●		●
Desenvolvimento humano baixo													
142	Camarões	69,2	154	183	2,7	3,8	0,4	0,3	(,)	○	●	●	●
143	Nepal	89,6	11	56	1,5	3,7	(,)	0,1	(,)	○	●		●
144	Paquistão	29,5	125	352	2,1	4,0	0,4	0,7	0,4	○	●		●
145	Zimbabué	25,2	973	845	1,5	3,1	1,3	1,4	0,1	○	●		●
146	Quénia	80,3	92	106	1,0	1,9	0,4	0,3	(,)	●	●		●
147	Uganda	89,7	–	–	–	–	0,1	0,1	(,)	●	●	●	●
148	Iémen	1,4	59	107	–	4,0	–	1,1	0,1		●		●
149	Madagáscar	84,3	–	–	–	–	0,2	0,1	(,)	○	●		●
150	Haiti	74,7	41	37	4,7	7,5	0,1	0,2	(,)	○	●		●
151	Gâmbia	78,6	–	–	–	–	0,2	0,2	(,)	○	●	●	●

19 Energia e ambiente

Ordem IDH		Consumo de energia tradicional (em % do uso total de energia)	Consumo de electricidade per capita (kilowatt-hora)		PIB por unidade de energia utilizada (dól.PPC por kg de equivalente petróleo)		Emissões de dióxido de carbono: Per capita (tons. métricas)		Emissões de dióxido de carbono: Parte do total mundial (%)	Ratificação dos tratados ambientais[a]: Protocolo de Cartagena sobre Biosegurança	Convenção Quadro sobre Mudança Climática	Protocolo de Quioto à Convenção Quadro sobre Mudança Climática[b]	Convenção sobre a Diversidade Biológica
		1997	1980	2000	1980	2000	1980	1999	1999				
152	Nigéria	67,8	68	81	0,8	1,2	1,0	0,3	0,2	○	●		●
153	Djibouti	–	–	–	–	–	1,0	0,6	(,)	●	●	●	●
154	Mauritânia	0,0	–	–	–	–	0,4	1,2	(,)		●		●
155	Eritrea	96,0	–	–	–	–	–	0,1	(,)		●		●
156	Senegal	56,2	96	121	2,2	4,5	0,5	0,4	(,)	○	●	●	●
157	Guiné	74,2	–	–	–	–	0,2	0,2	(,)	○	●	●	●
158	Ruanda	88,3	–	–	–	–	0,1	0,1	(,)	○	●		●
159	Benim	89,2	30	64	1,2	2,5	0,1	0,2	(,)	○	●	●	●
160	Tanzânia	91,4	37	56	–	1,1	0,1	0,1	(,)		●	●	●
161	Costa do Marfim	91,5	–	–	2,7	3,6	0,6	0,8	0,1		●		●
162	Malawi	88,6	–	–	–	–	0,1	0,1	(,)	○	●	●	●
163	Zâmbia	72,7	1.016	556	0,8	1,2	0,6	0,2	(,)		●	○	●
164	Angola	69,7	67	88	–	3,6	0,8	0,8	(,)		●		●
165	Chade	97,6	–	–	–	–	(,)	(,)	(,)	○	●		●
166	Guiné-Bissau	57,1	–	–	–	–	0,7	0,2	(,)		●		●
167	Congo, Rep. Dem.	91,7	148	40	3,8	2,5	0,1	(,)	–		●		●
168	República Centro-Africana	87,5	–	–	–	–	(,)	0,1	(,)	○	●		●
169	Etiópia	95,9	16	22	–	2,6	(,)	0,1	(,)	○	●		●
170	Moçambique	91,4	34	53	0,7	2,5	0,3	0,1	(,)	●	●		●
171	Burundi	94,2	–	–	–	–	(,)	(,)	(,)		●	●	●
172	Mali	88,9	–	–	–	–	0,1	(,)	(,)	●	●	●	●
173	Burkina Faso	87,1	–	–	–	–	0,1	0,1	(,)	○	●		●
174	Níger	80,6	–	–	–	–	0,1	0,1	(,)	○	●	○	●
175	Serra Leoa	86,1	–	–	–	–	0,2	0,1	(,)		●		●
Países em desenvolvimento		16,7	318	810	2,1	4,6	1,3	1,9	36,6	–	–	–	–
Países menos desenvolvidos		75,1	59	77	–	–	0,1	0,2	0,5	–	–	–	–
Países Árabes		5,6	518	1.406	3,6	3,8	3,0	3,7	4,0	–	–	–	–
Ásia Oriental e Pacífico		9,4	253	918	–	–	1,4	2,3	17,9	–	–	–	–
América Latina e Caraíbas		15,7	845	1.528	3,6	6,1	2,4	2,5	5,4	–	–	–	–
Ásia do Sul		20,3	132	376	2,3	5,2	0,5	1,1	6,4	–	–	–	–
África Subsariana		62,9	463	457	–	2,9	1,0	0,8	2,0	–	–	–	–
Europa Central, do Leste & CEI		1,2	–	2.977	–	2,2	–	7,2	12,5	–	–	–	–
OCDE		3,3	4.916	7.336	2,2	4,9	11,0	10,8	51,0	–	–	–	–
OCDE de rendimento elevado		3,4	5.687	8.688	2,1	4,9	12,2	12,3	46,4	–	–	–	–
Desenvolvimento humano elevado		3,3	4.871	7.245	2,2	4,9	10,9	10,8	53,5	–	–	–	–
Desenvolvimento humano médio		10,8	322	939	2,1	4,0	1,3	2,3	38,3	–	–	–	–
Desenvolvimento humano baixo		63,3	116	162	–	4,0	0,4	0,4	1,0	–	–	–	–
Rendimento elevado		3,4	5.637	8.651	2,2	4,9	12,2	12,4	48,2	–	–	–	–
Rendimento médio		7,3	578	1.391	2,0	4,0	2,3	3,2	35,9	–	–	–	–
Rendimento baixo		29,8	106	352	–	2,5	0,5	1,0	10,3	–	–	–	–
Mundo		8,2	1.442	2.156	2,1	4,5	3,4	3,8	100,0 [d]	–	–	–	–

● Ratificação, aceitação, aprovação, adesão ou sucessão. ○ Assinatura.

a. A informação é de 10 de Fevereiro de 2003. O Protocolo de Cartagena sobre Biosegurança foi assinado em Cartagena, em 2000; a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática foi assinada em Nova Iorque, em 1992; o Protocolo de Quioto para a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática foi assinado em Quioto, em 1997; e a Convenção sobre a Diversidade Biológica, no Rio de Janeiro, em 1992. b. Ainda não entrou em vigor. c. Os dados referem-se a 1998. d. Agregado de CDIAC 2003. Os dados referem-se às emissões totais de dióxido de carbono, incluindo as dos países não apresentados nos principais quadros de indicadores, assim como as emissões não incluídas nos totais nacionais, tais como as provenientes de condutas de combustível e da oxidação de produtos hidrocarbonetos não combustíveis.

Fonte: Coluna 1: World Bank 2003c; *colunas 2 e 3:* World Bank 2003c; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano; *colunas 4 e 5:* World Bank 2003c, baseado em dados produzidos conjuntamente pela Agência Internacional da Energia e o Banco Mundial; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano; *colunas 6 e 7:* World Bank 2003c, baseado em dados do Centro de Análise e Informação sobre o Dióxido de Carbono; os agregados foram calculados pelo Banco Mundial para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano; *coluna 8:* calculado com base em dados sobre emissões de dióxido de carbono, de CDIAC 2003; *colunas 9-12:* UN 2003b.

20 Refugiados e armamentos

	Pessoas deslocadas internamente (milhares)	Refugiados [a]		Transferências de armas convencionais (preços de 1990) [b]				Forças armadas totais	
		Por país de asilo (milhares)	Por país de origem (milhares) [d]	Importações (Milhões de dól. EUA)		Exportações		Milhares	Índice (1985 = 100)
						Milhões de dólares	Quota (%) [e]		
Ordem IDH	2001 [a, c]	2001	2001	1992	2002	2002	1998-2002	2001	2001
Desenvolvimento humano elevado									
1 Noruega	–	50	–	317	82	203	0,4	27	72
2 Islândia	–	(.)	–	(.)	–	–	–	–	–
3 Suécia	–	146	–	47	45	120	1,2	34	52
4 Austrália	–	55	–	250	614	30	0,4	51	72
5 Holanda	–	152	–	143	236	260	1,6	50	47
6 Bélgica	–	12	–	64	29	14	0,1	39	43
7 Estados Unidos	–	516	–	198	346	3.941	40,8	1.414	66
8 Canadá	–	129	–	344	359	318	0,8	52	63
9 Japão	–	3	–	1.523	154	–	(.)	240	99
10 Suíça	–	58	–	170	36	11	0,2	4	18
11 Dinamarca	–	73	–	42	7	9	(.)	23	77
12 Irlanda	–	4	–	(.)	20	(.)	(.)	10	76
13 Reino Unido	–	149	–	1.166	575	719	5,2	210	63
14 Finlândia	–	13	–	441	24	12	0,1	32	87
15 Luxemburgo	–	1	–	–	–	–	–	1	129
16 Áustria	–	14	–	2	79	124	0,2	35	63
17 França	–	132	–	387	22	1.617	9,0	260	56
18 Alemanha	–	903	–	969	–	–	5,4	296	62
19 Espanha	–	7	–	187	132	65	0,3	178	56
20 Nova Zelândia	–	5	–	61	17	–	(.)	9	70
21 Itália	–	9	–	42	308	490	1,9	217	56
22 Israel	–	4	–	1.330	226	178	1,0	162	114
23 Portugal	–	(.)	–	6	103	–	–	44	60
24 Grécia	–	7	–	1.994	567	(.)	(.)	178	88
25 Chipre	–	(.)	–	36	(.)	–	–	10	100
26 Hong Kong. China (RAE)	–	1	–	–	–	–	–	–	–
27 Barbados	–	–	–	–	–	–	–	1	61
28 Singapura	–	(.)	–	100	227	2	(.)	61	110
29 Eslovénia	–	2	1	(.)	(.)	–	–	9	–
30 Coreia do Sul	–	(.)	–	497	229	22	0,3	686	115
31 Brunei	–	–	–	(.)	(.)	–	–	7	171
32 República Checa	–	1	1	(.)	53	85	0,4	49	24
33 Malta	–	(.)	–	–	(.)	–	–	2	268
34 Argentina	–	2	–	16	210	(.)	(.)	70	65
35 Polónia	–	1	3	20	258	43	0,3	163	51
36 Seychelles	–	–	–	–	–	–	–	(.)	38
37 Barém	–	(.)	–	35	51	(.)	(.)	11	382
38 Hungria	–	5	1	(.)	(.)	–	(.)	33	32
39 Eslováquia	–	(.)	–	(.)	27	40	0,4	26	–
40 Uruguai	–	(.)	–	37	2	–	(.)	24	75
41 Estónia	–	(.)	–	1	1	–	–	6	–
42 Costa Rica	–	8	–	–	–	–	–	–	–
43 Chile	–	(.)	1	182	56	1	(.)	81	80
44 Catar	–	(.)	–	73	8	–	(.)	12	207
45 Lituânia	–	(.)	–	74	7	3	(.)	14	–
46 Kuwait	–	1	–	897	27	–	0,1	16	129
47 Croácia	23	22	289	24	2	–	(.)	51	–
48 Emiratos Árabes Unidos	–	1	–	204	452	–	(.)	42	97
49 Bahamas	–	(.)	–	(.)	–	–	–	1	172
50 Letónia	–	(.)	–	–	3	–	–	6	–

20 Refugiados e armamentos

Ordem IDH		Pessoas deslocadas internamente (milhares) 2001 [a, c]	Refugiados [a] Por país de asilo (milhares) 2001	Refugiados [a] Por país de origem (milhares) [d] 2001	Transferências de armas convencionais (preços de 1990) [b] Importações (Milhões de dól. EUA) 1992	Importações (Milhões de dól. EUA) 2002	Exportações Milhões de dólares 2002	Exportações Quota (%) [e] 1998-2002	Forças armadas totais Milhares 2001	Forças armadas totais Índice (1985 = 100) 2001
51	São Cristóvão e Nevis	–	–	–	–	–	–	–	–	–
52	Cuba	–	1	19	(.)	–	–	–	46	28
53	Bielorrúsia	–	1	–	(.)	–	(.)	1,2	80	–
54	Trindade e Tobago	–	–	–	–	(.)	–	–	3	129
55	México	–	15	–	12	19	–	–	193	149
Desenvolvimento humano médio										
56	Antígua e Barbuda	–	–	–	–	–	–	–	(.)	170
57	Bulgária	–	3	–	44	–	20	0,3	68	46
58	Malásia	–	50	–	16	213	–	(.)	100	91
59	Panamá	–	1	–	2	–	–	–	–	–
60	Macedónia	16	4	12	(.)	(.)	–	–	12	–
61	Líbia	–	12	–	(.)	(.)	11	(.)	76	104
62	Maurícias	–	(.)	–	–	–	–	–	–	–
63	Federação Russa	443	18	45	86	170	5.941	22,4	988	19
64	Colômbia	720	(.)	18	32	119	–	–	158	239
65	Brasil	–	3	–	66	154	18	(.)	288	104
66	Bósnia e Herzegovina	438	33	450	(.)	–	–	–	20 [f]	–
67	Belize	–	1	–	–	–	–	–	1	175
68	Dominica	–	–	–	–	–	–	–	–	–
69	Venezuela	–	(.)	–	48	50	–	–	82	168
70	Samoa Ocidental	–	–	–	–	–	–	–	–	–
71	Santa Lúcia	–	0	–	–	–	–	–	–	–
72	Roménia	–	2	6	160	186	–	(.)	99	52
73	Arábia Saudita	–	245	–	1.198	478	–	–	125	199
74	Tailândia	–	111	–	395	150	–	–	306	130
75	Ucrânia	–	3	27	–	–	270	2,9	302	–
76	Cazaquistão	–	20	3	(.)	69	(.)	0,2	60	–
77	Suriname	–	0	–	–	–	–	–	2	92
78	Jamaica	–	0	–	–	–	–	–	3	135
79	Omã	–	–	–	20	48	–	–	42	143
80	São Vicente e Grenadinas	–	–	–	–	–	–	–	–	–
81	Fidji	–	0	–	–	–	–	–	4	130
82	Peru	–	1	7	132	4	5	(.)	110	86
83	Líbano	–	3	9	38	–	(.)	(.)	72	413
84	Paraguai	–	(.)	–	1	(.)	–	–	19	129
85	Filipinas	–	(.)	45	59	17	–	–	106	92
86	Maldivas	–	–	–	–	–	–	–	–	–
87	Turquemenistão	–	14	–	–	–	–	–	18	–
88	Geórgia	264	8	18	(.)	(.)	–	0,2	18	–
89	Azerbaijão	573	(.)	269	64	–	–	–	72	–
90	Jordânia	–	1	–	(.)	149	–	(.)	100	143
91	Tunísia	–	(.)	–	32	7	–	–	35	100
92	Guiana	–	0	–	–	(.)	–	–	2	24
93	Granada	–	–	–	–	–	–	–	–	–
94	República Dominicana	–	0	–	(.)	–	–	–	25	110
95	Albânia	–	(.)	8	(.)	(.)	–	–	27	67
96	Turquia	–	3	47	1.347	721	29	0,1	515	82
97	Equador	–	2	–	(.)	1	–	–	60	140
98	Territórios Ocupados da Palestina	–	–	349	–	–	–	–	29 [g]	–
99	Sri Lanka	683	(.)	122	21	9	–	–	158	731
100	Arménia	–	264	7	(.)	–	–	–	45	–

20 Refugiados e armamentos

Ordem IDH		Pessoas deslocadas internamente (milhares) 2001 [a, c]	Refugiados [a] Por país de asilo (milhares) 2001	Refugiados [a] Por país de origem (milhares) [d] 2001	Transferências de armas convencionais (preços de 1990) [b] Importações (Milhões de dól. EUA) 1992	Importações (Milhões de dól. EUA) 2002	Exportações Milhões de dólares 2002	Exportações Quota (%) [e] 1998-2002	Forças armadas totais Milhares 2001	Forças armadas totais Índice (1985 = 100) 2001
101	Usbequistão	–	40	3	–	5	170	0,2	50-55 [h]	–
102	Quirguistão	–	9	1	–	–	–	–	11	–
103	Cabo Verde	–	0	–	–	–	–	–	1	16
104	China	–	295	117	1.163	2.307	818	1,7	2.270	58
105	El Salvador	–	(.)	7	3	–	–	–	17	40
106	Irão	–	1.868	92	386	298	–	(.)	520	85
107	Argélia	–	169	8	16	464	–	–	137	80
108	Moldávia	1	(.)	4	–	–	(.)	(.)	7	–
109	Vietname	–	16	353	(.)	69	–	–	484	47
110	Síria	–	3	5	317	162	–	(.)	319	79
111	África do Sul	–	19	(.)	140	(.)	34	0,1	60	56
112	Indonésia	–	74	9	47	51	70	0,2	297	107
113	Tajiquistão	–	15	56	–	–	–	–	6	–
114	Bolívia	–	(.)	–	24	–	–	–	32	114
115	Honduras	–	(.)	–	(.)	–	–	–	8	50
116	Guiné Equatorial	–	–	–	–	(.)	–	–	1	60
117	Mongólia	–	–	–	(.)	–	–	–	9	28
118	Gabão	–	16	–	(.)	–	–	–	5	196
119	Guatemala	–	1	17	(.)	–	–	–	31	99
120	Egipto	–	7	–	995	638	(.)	(.)	443	100
121	Nicarágua	–	(.)	4	(.)	–	–	–	14	22
122	São Tomé e Príncipe	–	–	–	–	–	–	–	–	–
123	Ilhas Salomão	–	0	–	–	–	–	–	–	–
124	Namíbia	–	31	–	–	11	–	–	9	–
125	Botswana	–	4	–	3	(.)	–	–	9	225
126	Marrocos	–	2	–	30	169	–	–	196	132
127	Índia	–	170	12	871	1.668	(.)	(.)	1.298	103
128	Vanuatu	–	–	–	–	–	–	–	–	–
129	Gana	–	12	15	(.)	(.)	–	–	7	46
130	Cambodja	–	(.)	35	(.)	–	–	–	125	357
131	Myanmar	–	–	146	52	208	–	–	44	24
132	Papua-Nova Guiné	–	5	–	10	–	–	–	3	97
133	Suazilândia	–	1	–	–	(.)	–	–	–	–
134	Comoros	–	(.)	–	–	–	–	–	–	–
135	Laos	–	0	13	(.)	(.)	–	–	29	54
136	Butão	–	–	111	–	–	–	–	–	–
137	Lesoto	–	(.)	–	–	(.)	–	–	2	100
138	Sudão	–	349	490	5	(.)	–	–	117	207
139	Bangladeche	–	22	6	63	21	–	–	137	150
140	Congo	–	119	24	(.)	–	–	–	10	115
141	Togo	–	12	4	(.)	–	–	–	9	263
Desenvolvimento humano baixo										
142	Camarões	–	41	–	3	(.)	–	–	23	316
143	Nepal	–	131	–	–	8	–	–	51	204
144	Paquistão	–	2.199	12	261	1.278	8	(.)	620	128
145	Zimbabué	–	9	–	57	(.)	–	–	36	88
146	Quénia	–	239	3	3	–	–	–	24	178
147	Uganda	–	200	40	(.)	–	–	–	50-60 [h]	275
148	Iémen	–	69	–	(.)	496	–	–	67	104
149	Madagáscar	–	(.)	–	(.)	–	–	–	14	64
150	Haiti	–	–	7	–	–	–	–	–	–
151	Gâmbia	–	8	–	–	–	–	–	1	160

20 Refugiados e armamentos

Ordem IDH		Pessoas deslocadas internamente (milhares) 2001[a, c]	Refugiados[a] Por país de asilo (milhares) 2001	Por país de origem (milhares)[d] 2001	Transferências de armas convencionais (preços de 1990)[b] Importações (Milhões de dól. EUA) 1992	2002	Exportações Milhões de dólares 2002	Quota (%)[e] 1998-2002	Forças armadas totais Milhares 2001	Índice (1985 = 100) 2001
152	Nigéria	–	7	6	56	2	–	–	79	84
153	Djibouti	–	23	(,)	18	(,)	–	–	10	328
154	Mauritânia	–	(,)	30	(,)	–	–	–	16	185
155	Eritrea	–	2	333	(,)	180	–	–	172	–
156	Senegal	–	21	9	(,)	–	–	–	9	93
157	Guiné	–	178	–	(,)	(,)	–	–	10	98
158	Ruanda	–	35	85	2	–	–	–	60-75 [h]	1.298
159	Benim	–	5	–	–	–	–	–	5	101
160	Tanzânia	–	647	–	20	–	–	–	27	67
161	Costa do Marfim	–	126	–	1	7	–	–	17	129
162	Malawi	–	6	–	(,)	–	–	(,)	5	100
163	Zâmbia	–	284	–	(,)	–	–	–	22	133
164	Angola	202	12	471	(,)	5	1	(,)	100	202
165	Chade	–	13	46	(,)	(,)	–	–	30	249
166	Guiné-Bissau	–	7	1	(,)	–	–	–	9	108
167	Congo, Rep. Dem.	3	362	392	2	14	–	–	81	170
168	República Centro-Africana	–	49	29	–	–	–	–	3	111
169	Etiópia	–	153	59	(,)	20	–	–	253	116
170	Moçambique	–	(,)	(,)	(,)	–	–	–	10-11 [h]	66
171	Burundi	20	28	554	–	(,)	–	–	46	875
172	Mali	–	8	(,)	(,)	–	–	–	7	150
173	Burkina Faso	–	(,)	–	(,)	–	–	–	10	255
174	Níger	–	(,)	(,)	(,)	–	–	–	5	241
175	Serra Leoa	–	11	179	1	–	–	–	13-14 [h]	435
Países em desenvolvimento		–	8.716 T	–	–	–	–	–	13.702 T	88
Países menos desenvolvidos		–	2.692 T	–	–	–	–	–	1.578 T	135
Países Árabes		–	1.015 T	–	–	–	–	–	2.236 T	83
Ásia Oriental e Pacífico		–	552 T	–	–	–	–	–	5.613 T	75
América Latina e Caraíbas		–	36 T	–	–	–	–	–	1.267 T	94
Ásia do Sul		–	4.389 T	–	–	–	–	–	2.784 T	110
África Subsariana		–	2.719 T	–	–	–	–	–	1.277 T	151
Europa Central, do Leste & CEI		–	865 T	–	–	–	–	–	2.297 T	35
OCDE		–	2.465 T	–	–	–	–	–	5.068 T	70
OCDE de rendimento elevado		–	2.439 T	–	–	–	–	–	4.088 T	70
Desenvolvimento humano elevado		–	2.506 T	–	–	–	–	–	5.263 T	72
Desenvolvimento humano médio		–	4.061 T	–	–	–	–	–	10.845 T	65
Desenvolvimento humano baixo		–	4.874 T	–	–	–	–	–	1.897 T	150
Rendimento elevado		–	2.449 T	–	–	–	–	–	4.417 T	72
Rendimento médio		–	3.551 T	–	–	–	–	–	9.064 T	57
Rendimento baixo		–	6.024 T	–	–	–	–	–	6.083 T	114
Mundo		–	12.030 T[i]	–	20.454 T[j]	16.492 T[j]	16.496 T[j]	–	19.564 T	71

a. Os dados referem-se ao final de 2001. Não incluem os refugiados da Palestina. b. Os dados são de 25 de Fevereiro de 2003. Os valores apresentados são indicadores de tendências, ou seja, são indicadores apenas do volume das transferências internacionais de armas e não do seu valor financeiro actual. Os relatórios de transferências de armas publicados fornecem informação parcial, porque nem todas as transferências estão totalmente relatadas. As estimativas apresentadas são conservadoras e podem subavaliar as transferências reais de armas convencionais. Os valores nulos são apresentados como (.). c. Os dados referem-se a pessoas que são deslocadas dentro do seu país e a quem o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) concede protecção ou assistência, em geral no seguimento de um pedido especial de um órgão competente das Nações Unidas. d. O país de origem de muitos refugiados não está disponível ou relatado. Estes dados podem, portanto, estar subestimados. e. Calculado utilizando os totais de 1998-2002 para todos os países e actores não estatais com exportações das principais armas convencionais, como definido em SIPRI 2003b. f. Em conformidade com os Acordos de Paz de Dayton (assinado em 14 de Dezembro de 1995), Bósnia e Herzegovina compreende duas entidades: a Federação da Bósnia e Herzegovina e a República Sérvia. As duas entidades estão sujeitas a limites máximos em armas. O total das forças armadas da Federação da Bósnia e Herzegovina é de 13.200 e o da República Sérvia é de 6.600. g. Inclui forças paramilitares. h. O valor médio foi utilizado para calcular os agregados. i. O agregado é de UNHCR 2002. j. O agregado é de SIPRI 2003b. Inclui todos os países e actores não estatais com transferências das principais armas convencionais, como definido em SIPRI 2003b.

Fonte: Colunas 1-3: UNHCR 2002; *colunas 4-6:* SIPRI 2003b; *coluna 7:* calculado com base em dados sobre transferências de armas, de SIPRI 2003b; *coluna 8:* IISS 2002; *coluna 9:* calculado com base em dados sobre as forças armadas, de IISS 2002.

21 Vítimas da criminalidade

	Ano[b]	Pessoas vítimas de crimes (em % da população total)[a]					
		Crimes totais[c]	Crimes de propriedade[d]	Roubo	Assalto sexual[e]	Assalto	Suborno (corrupção)[f]
Nacional							
Austrália	1999	30,1	13,9	1,2	1,0	2,4	0,3
Áustria	1995	18,8	3,1	0,2	1,2	0,8	0,7
Bélgica	1999	21,4	7,7	1,0	0,3	1,2	0,3
Canadá	1999	23,8	10,4	0,9	0,8	2,3	0,4
Dinamarca	1999	23,0	7,6	0,7	0,4	1,4	0,3
England and Wales	1999	26,4	12,2	1,2	0,9	2,8	0,1
Finlândia	1999	19,1	4,4	0,6	1,1	2,1	0,2
França	1999	21,4	8,7	1,1	0,7	1,4	1,3
Itália	1991	24,6	12,7	1,3	0,6	0,2	–
Japão	1999	15,2	3,4	0,1	0,1	0,1	(,)
Malta	1996	23,1	10,9	0,4	0,1	1,1	4,0
Holanda	1999	25,2	7,4	0,8	0,8	1,0	0,4
Nova Zelândia	1991	29,4	14,8	0,7	1,3	2,4	–
Northern Irlanda	1999	15,0	6,2	0,1	0,1	2,1	0,2
Polónia	1999	22,7	9,0	1,8	0,2	1,1	5,1
Portugal	1999	15,5	7,5	1,1	0,2	0,4	1,4
Scotland	1999	23,2	7,6	0,7	0,3	3,0	–
Eslovénia	2000	21,2	7,7	1,1	0,8	1,1	2,1
Suécia	1999	24,7	8,4	0,9	1,1	1,2	0,1
Suíça	1999	18,2	4,5	0,7	0,6	1,0	0,2[g]
Estados Unidos	1999	21,1	10,0	0,6	0,4	1,2	0,2
Cidade principal							
Assunção (Paraguai)	1995	34,4	16,7	6,3	1,7	0,9	13,3
Bacu (Azerbaijão)	1999	8,3	2,4	1,6	0,0	0,4	20,8
Pequim (China)	1991	19,0	2,2	0,5	0,6	0,6	–
Bishlek (Quirguistão)	1995	27,8	11,3	1,6	2,2	2,1	19,3
Bogotá (Colômbia)	1996	54,6	27,0	11,5	4,8	2,5	19,5
Bratislava (Eslováquia)	1996	36,0	20,8	1,2	0,4	0,5	13,5
Bucareste (Roménia)	1999	25,4	10,8	1,8	0,4	0,6	19,2
Budapeste (Hungria)	1999	32,1	15,6	1,8	9,0	0,8	9,8
Buenos Aires (Argentina)	1995	61,1	30,8	6,4	6,4	2,3	30,2
Cairo (Egipto)	1991	28,7	12,1	2,2	1,8	1,1	–
Dar-es-Salam (Tanzânia)	1991	–	23,1	8,2	6,1	1,7	–
Gaborone (Botswana)	1996	31,7	19,7	2,0	0,7	3,2	2,8
Jacarta (Indonésia)	1995	20,9	9,4	0,7	1,3	0,5	29,9
Joanesburgo (África do Sul)	1995	38,0	18,3	4,7	2,7	4,6	6,9
Kampala (Uganda)	1995	40,9	20,6	2,3	5,1	1,7	19,5
Kiev (Ucrânia)	1999	29,1	8,9	2,5	1,2	1,5	16,2
La Paz (Bolívia)	1995	39,8	18,1	5,8	1,5	2,0	24,4
Manila (Filipinas)	1995	10,6	3,3	1,5	0,1	0,1	4,3
Minsk (Bielorrússia)	1999	23,6	11,1	1,4	1,4	1,3	20,6
Moscovo (Federação Russa)	1999	26,3	10,9	2,4	1,2	1,1	16,6
Bombaim (Índia)	1995	31,8	6,7	1,3	3,5	0,8	22,9
Nova Deli (Índia)	1995	30,5	6,1	1,0	1,7	0,8	21,0
Praga (República Checa)	1999	34,1	21,6	0,5	0,9	1,1	5,7
Riga (Letónia)	1999	26,5	9,4	2,8	0,5	1,9	14,3
Rio de Janeiro (Brasil)	1995	44,0	14,7	12,2	7,5	3,4	17,1

21 Vítimas da criminalidade

	Ano[b]	Pessoas vítimas de crimes (em % da população total)[a]					
		Crimes totais[c]	Crimes de propriedade[d]	Roubo	Assalto sexual[e]	Assalto	Suborno (corrupção)[f]
San José (Costa Rica)	1995	40,4	21,7	8,9	3,5	1,7	9,2
Skopje (Macedónia)	1995	21,1	9,4	1,1	0,3	0,7	7,4
Sófia (Bulgária)	1999	27,2	16,1	1,5	0,1	0,6	16,4
Tallinn (Estónia)	1999	41,2	22,5	6,3	3,3	3,7	9,3
Tbilisi (Geórgia)	1999	23,6	11,1	1,8	0,4	0,9	16,6
Tirana (Albánia)	1999	31,7	11,2	2,9	1,2	0,7	59,1
Tunes (Tunísia)	1991	37,5	20,1	5,4	1,5	0,4	–
Ulan-Bator (Mongólia)	1999	41,8	20,0	4,5	1,4	2,1	21,3
Vilnius (Lituânia)	1999	31,0	17,8	3,2	2,0	1,4	22,9
Zagreb (Croácia)	1999	14,3	4,4	0,5	0,8	0,5	9,5

a. Os dados referem-se à vitimação, como vem relatada no Inquérito Internacional sobre Vítimas da Criminalidade. b. Os inquéritos foram realizados em 1992, 1995, 1996/97 e 2000-01. Os dados referem-se ao ano anterior ao do inquérito. c. Os dados referem-se às pessoas vitimadas por um ou mais dos 11 crimes registados no inquérito: roubo, assalto de casas, tentativa de assalto, roubo de carros, vandalismo de carros, roubo de bicicletas, assalto sexual, roubo com carro, roubo de propriedade pessoal, assalto e ameaça, e roubo de motocicletas ou bicicletas motorizadas. d. Inclui roubo de carros, roubo com carros, assalto de casas com entrada e tentativa de assalto. e. Os dados referem-se apenas à população feminina. f. Os dados referem-se a pessoas a quem foram pedidos, ou que se espera que paguem, um suborno por um funcionário do Estado. g. Os dados referem-se a 1995.

Fonte:: Colunas 1-7: UNICRI 2002.

22 Índice de desenvolvimento ajustado ao género

Ordem IDH		Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)		Esperança de vida à nascença (anos) 2001		Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais) 2001		Taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (%) 2000-01 [a]		Rendimento auferido estimado (dól. PPC) 2001 [b]		Ordem do IDH menos ordem IDG [c]
		Ordem	Valor	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	
Desenvolvimento humano alto												
1	Noruega	1	0,941	81,7	75,8	– [d]	– [d]	102 [e, f,]	94 [f]	23.317 [g]	36.043 [g]	0
2	Islândia	2	0,940	81,8	77,5	– [d]	– [d]	96 [f]	87 [f]	23.130	36.799	0
3	Suécia	3	0,940	82,4	77,4	– [d]	– [d]	123 [e, f,]	103 [e, f,]	19.636 [g]	28.817 [g]	0
4	Austrália	4	0,938	81,9	76,3	– [d]	– [d]	117 [e, f,]	112 [e, f,]	20.830	29.945	0
5	Holanda	7	0,934	80,9	75,5	– [d]	– [d]	99 [f]	100 [e, f,]	18.846	35.675	-2
6	Bélgica	8	0,931	81,7	75,4	– [d]	– [d]	111 [e, f, h]	104 [e, f, h]	15.835	35.601	-2
7	Estados Unidos	5	0,935	79,7	74,0	– [d]	– [d]	97 [f]	90 [f]	26.389 [g]	42.540 [g]	2
8	Canadá	6	0,934	81,8	76,5	– [d]	– [d]	96 [f, h]	91 [f, h]	20.990 [g]	33.391 [g]	2
9	Japão	13	0,926	84,7	77,7	– [d]	– [d]	82 [f]	84 [f]	15.617	35.061	-4
10	Suiça	12	0,927	82,2	75,8	– [d]	– [d]	86 [f]	90 [f]	18.782	37.619	-2
11	Dinamarca	9	0,928	78,9	74,0	– [d]	– [d]	102 [e, f,]	95 [f]	24.086	34.011	2
12	Irlanda	16	0,923	79,4	74,1	– [d]	– [d]	93 [i]	89 [i]	18.701 [g]	46.280 [g]	-4
13	Reino Unido	11	0,928	80,4	75,4	– [d]	– [d]	119 [e, f,]	105 [e, f,]	18.180	30.476	2
14	Finlândia	10	0,928	81,3	74,1	– [d]	– [d]	108 [e. i]	99 [i]	20.234	28.831	4
15	Luxemburgo	18	0,920	81,2	74,8	– [d]	– [d]	74 [f, h. j]	72 [f, h. j]	29.569	78.723 [k]	-3
16	Áustria	14	0,924	81,3	75,1	– [d]	– [d]	93 [f]	91 [f]	17.940 [g]	35.923 [g]	2
17	França	17	0,923	82,6	74,9	– [d]	– [d]	93 [f]	90 [f]	18.607	29.657	0
18	Alemanha	15	0,924	81,0	74,9	– [d]	– [d]	93 [i]	95 [i]	18.474	32.557	3
19	Espanha	20	0,912	82,6	75,6	96,9 [d]	98,6 [d]	95 [f]	90 [f]	12.331 [g]	28.275 [g]	-1
20	Nova Zelândia	19	0,914	80,6	75,6	– [d]	– [d]	104 [e, f,]	94 [f]	15.524	22.900	1
21	Itália	21	0,910	81,8	75,4	98,1 [d]	98,9 [d]	84 [f]	81 [f]	15.452 [g]	34.460 [g]	0
22	Israel	22	0,900	80,8	76,9	93,1	97,1	92	88	13.726 [g]	26.011 [g]	0
23	Portugal	23	0,892	79,4	72,3	90,3 [d]	95,0 [d]	97 [f]	90 [f]	12.782	23.940	0
24	Grécia	24	0,886	80,8	75,6	96,1 [d]	98,5 [d]	81 [i]	80 [i]	10.833 [g]	24.235 [g]	0
25	Chipre	25	0,886	80,4	75,8	95,7	98,8	75 [h]	74 [h]	13.513	28.899	0
26	Hong Kong. China (SAR)	26	0,886	82,6	77,1	89,6	96,9	66 [i]	61 [i]	18.028	31.883	0
27	Barbados	27	0,885	79,3	74,3	99,7 [d]	99,7 [d]	94	84	11.852 [g]	19.496 [g]	0
28	Singapura	28	0,880	80,0	75,7	88,7	96,4	75 [i]	76 [i]	14.992	30.262	0
29	Eslovénia	29	0,879	79,5	72,2	99,6 [d]	99,7 [d]	85 [i]	80 [i]	13.152 [g]	21.338 [g]	0
30	Coreia do Sul	30	0,873	79,0	71,4	96,6 [d]	99,2 [d]	84 [f]	97 [f]	9.529	20.578	0
31	Brunei	31	0,867	78,7	74,0	88,1	94,6	84	81	11.716 [g. l]	26.122 [g. l]	0
32	República Checa	32	0,857	78,4	71,7	– [d]	– [d]	77 [f]	76 [f]	10.555	19.113	0
33	Malta	33	0,844	80,4	75,6	93,0	91,5	76 [h]	75 [h]	6.787	19.647	0
34	Argentina	34	0,839	77,4	70,3	96,9	96,9	94 [f, h]	85 [f, h]	6.064 [g]	16.786 [g]	0
35	Polónia	35	0,839	77,8	69,4	99,7 [d]	99,8 [d]	91 [f]	86 [f]	7.253 [g]	11.777 [g]	0
36	Seychelles	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
37	Barém	40	0,829	75,7	72,1	83,2	91,1	84 [m]	78 [m]	7.578	22.305	-4
38	Hungria	36	0,834	75,7	67,3	99,2 [d]	99,5 [d]	83 [f, h]	80 [f, h]	9.183	15.803	1
39	Eslováquia	37	0,834	77,2	69,3	– [d]	– [d]	74 [f]	72 [f]	9.468 [g]	14.595 [g]	1
40	Uruguai	39	0,830	78,6	71,3	98,1	97,2	89 [f]	79 [f]	5.774 [g]	11.190 [g]	0
41	Estónia	38	0,831	76,5	65,9	99,8 [d]	99,8 [d]	93	85	7.993 [g]	12.720 [g]	2
42	Costa Rica	41	0,824	80,3	75,6	95,8	95,6	66	65	5.189	13.589	0
43	Chile	43	0,821	78,8	72,8	95,7	96,1	71 [f]	81 [f]	5.055 [g]	13.409 [g]	-1
44	Catar	–	–	75,0	70,1	83,7	80,8	85	78	–	–	–
45	Lituânia	42	0,823	77,3	67,1	99,5 [d]	99,7 [d]	88	83	6.843	10.326	1
46	Kuwait	45	0,813	78,8	74,7	80,3	84,3	57 [m]	52 [m]	8.605 [g]	25.333 [g]	-1
47	Croácia	44	0,814	77,9	70,0	97,4	99,4 [d]	69 [i]	68 [i]	6.612 [g]	11.929 [g]	1
48	Emirados Árabes Unidos	49	0,802	77,1	73,0	79,8	75,2	74 [f]	64 [f]	6.041 [g. l]	28.223 [g. l]	-3
49	Baamas	46	0,811	70,6	63,8	96,3	94,6	77 [i]	72 [i]	12.783 [g. n]	19.857 [g. n]	1
50	Letónia	47	0,810	75,8	65,0	99,8 [d]	99,8 [d]	91	82	6.470	9.215	1

22 Índice de desenvolvimento ajustado ao género

Ordem IDH		Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)		Esperança de vida à nascença (anos) 2001		Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais) 2001		Taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (%) 2000-01 [a]		Rendimento auferido estimado (dól. PPC) 2001 [b]		Ordem do IDH menos ordem IDG [c]
		Ordem	Valor	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	
51	São Cristóvão e Nevis	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
52	Cuba	–	–	78,5	74,6	96,7	96,9	77	75	–	–	–
53	Bielorrússia	48	0,803	75,0	64,3	99,6 [d]	99,8 [d]	87	84	6.084 [g]	9.358 [g]	1
54	Trindade e Tobago	50	0,796	74,6	68,6	97,8	99,0	68	65	5.645 [g]	12.614 [g]	0
55	México	52	0,790	76,1	70,1	89,5	93,5	74 [f]	74 [f]	4.637	12.358	-1
Desenvolvimento humano médio												
56	Antígua e Barbuda	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
57	Bulgária	51	0,794	74,6	67,4	98,0	99,0 [d]	79	76	5.484	8.378	1
58	Malásia	53	0,784	75,3	70,4	84,0	91,7	74 [f]	71 [f]	5.557 [g]	11.845 [g]	0
59	Panamá	54	0,781	77,1	72,0	91,4	92,7	78 [h]	73 [h]	3.399 [g]	8.056 [g]	0
60	Macedónia	–	–	75,5	71,2	–	–	70	70	–	–	–
61	Líbia	–	–	75,0	70,4	69,3	91,3	91 [f]	87 [f]	–	–	–
62	Maurícias	59	0,770	75,5	68,0	81,7	88,0	68	70	5.273 [g]	14.497 [g]	-4
63	Federação Russa	56	0,774	72,9	60,6	99,4 [d]	99,7 [d]	82 [i]	75 [i]	5.609 [g]	8.795 [g]	0
64	Colômbia	55	0,774	75,0	68,6	91,9	91,9	72	69	4.534 [g]	9.608 [g]	2
65	Brasil	58	0,770	72,3	63,7	87,2	87,4	97 [f]	93 [f]	4.391	10.410	0
66	Bósnia e Herzegovina	–	–	76,5	71,1	–	–	–	–	–	–	–
67	Belize	64	0,756	73,4	70,2	93,3	93,6	76 [f]	75 [f]	2.188 [g]	9.100 [g]	-5
68	Dominica	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
69	Venezuela	60	0,767	76,4	70,6	92,4	93,3	70	65	3.288 [g]	8.021 [g]	0
70	Samoa Ocidental	–	–	73,0	66,5	98,4	98,9	72	70	–	–	–
71	Santa Lúcia	–	–	73,8	70,5	–	–	81 [m]	83 [m]	–	–	–
72	Roménia	57	0,771	74,2	67,0	97,4	99,1 [d]	70	67	4.313 [g]	7.416 [g]	4
73	Arábia Saudita	68	0,743	73,3	70,7	68,2	83,5	57 [h]	60 [h]	4.222 [g]	21.141 [g]	-6
74	Tailândia	61	0,766	73,2	64,9	94,1	97,3	69 [f]	75 [f]	4.875	7.975	2
75	Ucrânia	63	0,761	74,4	64,1	99,5 [d]	99,8 [d]	79 [m]	83 [m]	3.071	5.826	1
76	Cazaquistão	62	0,763	71,5	60,3	99,2 [d]	99,7 [d]	78	77	5.039	8.077	3
77	Suriname	–	–	73,4	68,2	–	–	79 [f]	75 [f]	–	–	–
78	Jamaica	65	0,750	77,5	73,5	91,0	83,4	71 [f, h]	67 [f, h]	2.969 [g]	4.492 [g]	1
79	Omã	71	0,736	74,1	70,8	63,5	80,9	56 [m]	59 [m]	3.919 [g, n]	17.960 [g, n]	-4
80	São Vicente e Grenadinas	–	–	75,3	72,4	–	–	–	–	–	–	–
81	Fidji	67	0,743	71,1	67,7	91,2	95,2	75 [f, m]	77 [f, m]	2.507 [g]	7.113 [g]	1
82	Peru	72	0,734	72,0	66,9	85,7	94,8	78 [f, m]	89 [f, m]	1.903	7.206	-3
83	Líbano	70	0,737	74,8	71,7	81,0	92,4	77	75	1.963 [g]	6.472 [g]	0
84	Paraguai	69	0,739	72,8	68,3	92,5	94,5	64 [i]	64 [i]	2.548	7.832	2
85	Filipinas	66	0,748	71,6	67,6	95,0	95,3	81 [f]	79 [f]	2.838	4.829	6
86	Maldivas	–	–	66,3	67,4	96,9	97,1	79	78	–	–	–
87	Turquemenistão	–	–	70,0	63,3	–	–	81 [i]	81 [i]	–	–	–
88	Geórgia	–	–	77,4	69,2	–	–	70	69	1.507	3.712	–
89	Azerbaijão	–	–	75,2	68,3	–	–	69 [h]	69 [h]	–	–	–
90	Jordânia	75	0,729	72,1	69,3	85,1	95,2	78 [f, h]	76 [f, h]	1.771	5.800	-2
91	Tunísia	76	0,727	74,5	70,5	61,9	82,3	76 [f]	76 [f]	3.377 [g]	9.359 [g]	-2
92	Guiana	74	0,730	66,5	60,1	98,2	99,0	84 [f, h]	85 [f, h]	2.658 [g]	6.844 [g]	1
93	Granada	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
94	República Dominicana	77	0,727	69,3	64,4	84,0	84,0	77 [f]	71 [f]	3.663 [g]	10.278 [g]	-1
95	Albânia	73	0,732	76,5	70,6	77,8	92,5	70	67	2.608 [g]	4.705 [g]	4
96	Turquia	81	0,726	72,8	67,6	77,2	93,7	54 [f, h]	65 [f, h]	3.717 [g]	8.028 [g]	-3
97	Equador	84	0,716	73,2	68,0	90,3	93,4	71 [f]	73 [f]	1.504 [g]	5.040 [g]	-5
98	Territórios Ocupados da Palestina	–	–	73,7	70,5	–	–	78 [h]	76 [h]	–	–	–
99	Sri Lanka	80	0,726	75,5	69,6	89,3	94,5	64 [f, m]	63 [f, m]	2.095	4.189	0
100	Arménia	78	0,727	75,3	68,7	97,8	99,3 [d]	63	57	2.175 [g]	3.152 [g]	3

22 Índice de desenvolvimento ajustado ao género

Ordem IDH		Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)		Esperança de vida à nascença (anos) 2001		Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais) 2001		Taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (%) 2000-01 [a]		Rendimento auferido estimado (dól. PPC) 2001 [b]		Ordem do IDH menos ordem IDG [c]
		Ordem	Valor	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	
101	Usbequistão	79	0,727	72,1	66,4	98,9	99,6 [d]	74 [i]	79 [i]	1.951 [g]	2.976 [g]	3
102	Quirguistão	–	–	71,9	64,2	–	–	80	79	–	–	–
103	Cabo Verde	82	0,719	72,4	66,6	67,0	84,9	79 [f]	80 [f]	3.557 [g]	7.781 [g]	1
104	China	83	0,718	72,9	68,6	78,7	92,5	62 [f, h]	65 [f, h]	3.169 [g]	4.825 [g]	1
105	El Salvador	85	0,707	73,3	67,3	76,6	81,9	63 [m]	63 [m]	2.771	7.846	0
106	Irão	86	0,702	71,3	68,5	70,2	83,8	63	66	2.599 [g]	9.301 [g]	0
107	Argélia	88	0,687	70,7	67,7	58,3	77,1	69 [f]	73 [f]	2.784 [g]	9.329 [g]	-1
108	Moldávia	87	0,697	71,8	64,9	98,4	99,6 [d]	63	60	1.714 [g]	2.626 [g]	1
109	Vietname	89	0,687	71,0	66,3	90,9	94,5	61	67	1.696 [g]	2.447 [g]	0
110	Síria	93	0,668	72,7	70,2	61,6	88,8	61 [i]	65 [i]	1.423 [g]	5.109 [g]	-3
111	África do Sul	90	0,678	54,4	47,7	85,0	86,3	78	78	7.047 [g]	15.712 [g]	1
112	Indonésia	91	0,677	68,2	64,3	82,6	92,1	63 [f]	65 [f]	1.987 [g]	3.893 [g]	1
113	Tajiquistão	92	0,673	71,0	65,6	98,9	99,6 [d]	65	78	891 [g]	1.451 [g]	1
114	Bolívia	94	0,663	65,4	61,3	79,9	92,3	80 [f]	88 [f]	1.427 [g]	3.181 [g]	0
115	Honduras	96	0,656	71,3	66,4	75,7	75,4	61 [f]	64 [f]	1.509 [g]	4.131 [g]	-1
116	Guiné Equatorial	–	–	50,4	47,6	76,0	92,8	49 [h]	68 [h]	–	–	–
117	Mongólia	95	0,659	65,3	61,3	98,3	98,6	69	58	1.398 [g]	2.082 [g]	1
118	Gabão	–	–	57,7	55,6	–	–	81 [f]	85 [f]	–	–	–
119	Guatemala	97	0,638	68,4	62,5	61,8	76,6	54 [f]	61 [f]	2.144 [g]	6.620 [g]	0
120	Egipto	99	0,634	70,4	66,3	44,8	67,2	72 [i]	80 [i]	1.970	5.075	-1
121	Nicarágua	98	0,636	71,5	66,8	67,1	66,5	66 [f, h]	63 [f, h]	1.494 [g, l]	3.415 [g, l]	1
122	São Tomé e Príncipe	–	–	72,4	66,6	–	–	–	–	–	–	–
123	Ilhas Salomão	–	–	70,1	67,5	–	–	–	–	–	–	–
124	Namíbia	100	0,622	49,2	45,5	81,9	83,4	75 [h]	72 [h]	4.833 [g]	9.511 [g]	0
125	Botswana	101	0,611	46,0	43,3	80,6	75,3	81	79	5.888 [g]	9.826 [g]	0
126	Marrocos	102	0,590	69,9	66,2	37,2	62,6	46 [h]	56 [h]	2.057 [g]	5.139 [g]	0
127	Índia	103	0,574	64,0	62,8	46,4	69,0	49 [f, h]	63 [f, h]	1.531 [g]	4.070 [g]	0
128	Vanuatu	–	–	70,1	67,1	–	–	54 [m]	54 [m]	–	–	–
129	Gana	104	0,564	59,3	56,2	64,5	81,1	42	49	1.924 [g]	2.579 [g]	0
130	Cambodja	105	0,551	59,4	55,2	58,2	80,5	49	60	1.621 [g]	2.113 [g]	0
131	Myanmar	–	–	59,8	54,4	81,0	89,1	48	47	–	–	–
132	Papua-Nova Guiné	106	0,544	58,1	56,2	57,7	71,1	39 [m]	43 [m]	1.865 [g]	3.231 [g]	0
133	Suazilândia	107	0,536	39,9	36,5	79,4	81,3	75 [h]	78 [h]	2.395 [g]	6.453 [g]	0
134	Comoros	108	0,521	61,6	58,8	48,8	63,3	36 [h]	44 [h]	1.340 [g]	2.395 [g]	0
135	Laos	109	0,518	55,2	52,7	54,4	76,8	51	63	1.278 [g]	1.962 [g]	0
136	Butão	–	–	63,8	61,3	–	–	–	–	–	–	–
137	Lesoto	110	0,497	41,7	35,4	93,9	73,3	65	61	1.375 [g]	3.620 [g]	0
138	Sudão	116	0,483	56,9	54,0	47,7	70,0	32 [m]	36 [m]	935 [g]	2.992 [g]	-5
139	Bangladeche	112	0,495	60,9	60,1	30,8	49,9	54	54	1.153 [g]	2.044 [g]	0
140	Congo	111	0,496	50,3	46,7	75,9	88,2	53 [f]	61 [f]	695 [g]	1.253 [g]	2
141	Togo	118	0,483	52,0	48,6	44,0	73,4	53 [m]	80 [m]	1.058 [g]	2.254 [g]	-4
Desenvolvimento humano baixo												
142	Camarões	114	0,488	49,4	46,6	65,1	79,9	43 [f, h]	52 [f, h]	1.032 [g]	2.338 [g]	1
143	Nepal	119	0,479	58,9	59,4	25,2	60,5	57	70	867 [g]	1.734 [g]	-3
144	Paquistão	120	0,469	60,3	60,6	28,8	58,2	27 [f]	45 [f]	909 [g]	2.824 [g]	-3
145	Zimbabué	113	0,489	35,4	35,5	85,5	93,3	58 [f, h]	62 [f, h]	1.667 [g]	2.905 [g]	5
146	Quénia	115	0,488	47,9	44,9	77,3	89,5	52	53	930	1.031	4
147	Uganda	117	0,483	45,4	43,9	58,0	78,1	66	75	1.185 [g]	1.799 [g]	3
148	Iémen	127	0,424	60,5	58,3	26,9	68,5	34 [m]	70 [m]	365 [g]	1.201 [g]	-6
149	Madagáscar	121	0,467	54,2	51,9	60,6	74,2	43 [f]	45 [f]	616 [g]	1.046 [g]	1
150	Haiti	122	0,462	49,8	48,5	48,9	52,9	51 [i]	53 [i]	1.339 [g]	2.396 [g]	1
151	Gâmbia	123	0,457	55,2	52,2	30,9	45,0	43 [f]	51 [f]	1.530 [g]	2.581 [g]	1

22 Índice de desenvolvimento ajustado ao género

Ordem IDH		Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)		Esperança de vida à nascença (anos) 2001		Taxa de alfabetização de adultos (% 15 anos e mais) 2001		Taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (%) 2000-01 [a]		Rendimento auferido estimado (dól. PPC) 2001 [b]		Ordem do IDH menos ordem IDG [c]
		Ordem	Valor	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	
152	Nigéria	124	0,450	52,3	51,3	57,7	73,3	41 [i]	49 [i]	505 [g]	1.191 [g]	1
153	Djibouti	–	–	47,3	44,9	55,5	76,1	19 [h]	23 [h]	–	–	–
154	Mauritânia	125	0,445	53,5	50,3	30,7	51,1	40	45	1.429 [g]	2.566 [g]	1
155	Eritreia	126	0,434	54,1	50,9	45,6	68,2	29	38	703	1.361	1
156	Senegal	128	0,420	54,5	50,2	28,7	48,1	34 [f]	41 [f]	1.065 [g]	1.941 [g]	0
157	Guiné	–	–	48,9	48,1	–	–	26 [f]	41 [f]	–	–	–
158	Ruanda	129	0,416	38,7	37,6	61,9	74,5	51 [f]	52 [f]	965 [g]	1.567 [g]	0
159	Benim	131	0,395	53,2	48,6	24,6	53,5	38 [f]	60 [f]	803 [g]	1.163 [g]	-1
160	Tanzânia	130	0,396	45,0	43,0	67,9	84,5	31	31	432 [g]	610 [g]	1
161	Costa do Marfim	134	0,376	42,1	41,2	38,4	60,3	31 [m]	46 [m]	792 [g]	2.160 [g]	-2
162	Malawi	132	0,378	39,1	37,9	47,6	75,0	70 [f]	74 [f]	464 [g]	679 [g]	1
163	Zâmbia	133	0,376	33,4	33,3	72,7	85,8	43	47	554 [g]	1.009 [g]	1
164	Angola	–	–	41,6	38,8	–	–	26 [h]	31 [h]	–	–	–
165	Chadee	135	0,366	45,7	43,5	35,8	53,0	24 [h]	43 [h]	796 [g]	1.350 [g]	0
166	Guiné-Bissau	137	0,353	46,7	43,5	24,7	55,2	34 [h]	52 [h]	636 [g]	1.313 [g]	-1
167	Congo. Rep, Dem,	136	0,353	41,7	39,6	51,8	74,2	24 [f, m]	30 [f, m]	486 [g]	879 [g]	1
168	República Centro-Africana	138	0,352	41,8	39,1	36,6	60,8	20 [i]	29 [i]	987 [g]	1.632 [g]	0
169	Etiópia	139	0,347	46,7	44,6	32,4	48,1	27	41	550 [g]	1.074 [g]	0
170	Moçambique	140	0,341	40,9	37,4	30,0	61,2	32	42	916 [g]	1.382 [g]	0
171	Burundi	141	0,331	41,0	39,9	42,0	56,9	28	35	573 [g]	814 [g]	0
172	Mali	142	0,327	48,9	47,8	16,6	36,7	26 [f]	38 [f]	615 [g]	1.009 [g]	0
173	Burkina Faso	143	0,317	46,4	45,0	14,9	34,9	18 [f]	27 [f]	927 [g]	1.323 [g]	0
174	Níger	144	0,279	45,9	45,3	8,9	24,4	14	21	646 [g]	1.129 [g]	0
175	Serra Leoa	–	–	35,8	33,2	–	–	44	57	–	–	–

a. Os dados referem-se ao ano escolar de 2000-01. Os dados de alguns países podem referir-se a estimativas nacionais ou do Instituto de Estatística da UNESCO. Para pormenores, ver http://www.uis.unesco.org/. Porque os dados são de fonte:s diferentes, as comparações entre países devem ser feitas com precaução. b. Devido à falta de dados sobre o rendimento desagregado por sexos, os rendimentos auferidos femininos e masculinos foram estimados, de forma grosseira, com base nos dados do rácio entre salários não agrícolas femininos e masculinos, das parcelas feminina e masculina da população economicamente activa, da população total feminina e masculina e do PIB per capita (dólares PPC) (ver nota técnica 1). As estimativas são baseadas nos dados do último ano disponível durante 1991-2000, a não ser quando indicado de outro modo. c. As posições do IDH utilizadas nesta coluna são as recalculadas para o universo dos 146 países com valores IDG. Um valor positivo indica que a ordenação do IDG é melhor do que a do IDH e um valor negativo o inverso. d. Com o fim de calcular o IDG, foi utilizado um valor de 99,0%. e. Com o fim de calcular o IDG, foi utilizado um valor de 100,0%. f. Estimativas provisórias do Instituto de Estatística da UNESCO, sujeitas a revisão posterior. g. Não existem dados disponíveis sobre salários. Com o fim de calcular as estimativas dos rendimentos auferidos feminino e masculino, foi utilizada uma estimativa de 75% para o rácio entre os salários não-agrícolas feminino e masculino. h. Os dados referem-se ao ano escolar de 1999-2000. i. Os dados referem-se ao ano escolar de 1999-2000. Foram fornecidos pelo Instituto de Estatística da UNESCO para o Relatório do Desenvolvimento Humano 2001 (ver UNESCO Institute for Statistics 2001). j. O rácio está subestimado, porque muitos estudantes do secundário e do superior prosseguem os seus estudos em países vizinhos. k. Com o fim de calcular o IDG, foi utilizado um valor de 40.000 dólares (PPC). l. Calculado com base no PIB per capita (dólares PPC) de 1998. m. Os dados referem-se ao ano escolar de 1998-99. n. Calculado com base no PIB per capita (dólares PPC) de 2000.

Fonte:: Coluna 1: determinado com base nos valores do IDG da coluna 2; *coluna 2:* calculado com base nos dados das colunas 3-10; para pormenores, ver nota técnica 1; *colunas 3 e 4:* UN 2003d; *colunas 5 e 6:* UNESCO Institute for Statistics 2003a; *colunas 7 e 8:* UNESCO Institute for Statistics 2003b; *colunas 9 e 10:* excepto quando indicado de outro modo, os cálculos foram baseados nos dados do PIB per capita (dólares PPC), de Mundo Bank 2003c; nos dados sobre salários, de ILO 2003b; nos dados sobre a população economicamente activa, de ILO 2002a; e nos dados sobre a população, de UN 2003d; *coluna 11:* determinado com base nas posições IDH recalculadas e nas posições IDG da coluna 1.

Posições IDG para 144 países

1 Noruega
2 Islândia
3 Suécia
4 Austrália
5 Estados Unidos
6 Canadá
7 Holanda
8 Bélgica
9 Dinamarca
10 Finlândia
11 Reino Unido
12 Suíça
13 Japão
14 Áustria
15 Alemanha
16 Irlanda
17 França
18 Luxemburgo
19 Nova Zelândia
20 Espanha
21 Itália
22 Israel
23 Portugal
24 Grécia
25 Chipre
26 Hong Kong, China (RAE)
27 Barbados
28 Singapura
29 Eslovénia
30 Coreia do Sul
31 Brunei
32 República Checa
33 Malta
34 Argentina
35 Polónia
36 Hungria
37 Eslováquia
38 Estónia
39 Uruguai
40 Barém
41 Costa Rica
42 Lituânia
43 Chile
44 Croácia
45 Kuwait
46 Baamas
47 Letónia
48 Bielorrússia
49 Emirados Árabes Unidos
50 Trindade e Tobago
51 Bulgária
52 México
53 Malásia
54 Panamá
55 Colômbia
56 Federação Russa
57 Roménia
58 Brasil
59 Maurícias
60 Venezuela
61 Tailândia
62 Cazaquistão
63 Ucrânia
64 Belize
65 Jamaica
66 Filipinas
67 Fidji
68 Arábia Saudita
69 Paraguai
70 Líbano
71 Omã
72 Peru
73 Albânia
74 Guiana
75 Jordânia
76 Tunísia
77 República Dominicana
78 Arménia
79 Usbequistão
80 Sri Lanka
81 Turquia
82 Cabo Verde
83 China
84 Equador
85 El Salvador
86 Irão
87 Moldávia
88 Argélia
89 Vietname
90 África do Sul
91 Indonésia
92 Tajiquistão
93 Síria
94 Bolívia
95 Mongólia
96 Honduras
97 Guatemala
98 Nicarágua
99 Egipto
100 Namíbia
101 Botswana
102 Marrocos
103 Índia
104 Gana
105 Cambodja
106 Papua-Nova Guiné
107 Suazilândia
108 Comoros
109 Laos
110 Lesoto
111 Congo
112 Bangladeche
113 Zimbabué
114 Camarões
115 Quénia
116 Sudão
117 Uganda
118 Togo
119 Nepal
120 Paquistão
121 Madagáscar
122 Haiti
123 Gâmbia
124 Nigéria
125 Mauritânia
126 Eritreia
127 Iémen
128 Senegal
129 Ruanda
130 Tanzânia
131 Benim
132 Malawi
133 Zâmbia
134 Costa do Marfim
135 Chade
136 Congo, Rep. Dem.
137 Guiné-Bissau
138 Rep. Centro-Africana
139 Etiópia
140 Moçambique
141 Burundi
142 Mali
143 Burkina Faso
144 Níger

Ordem IDH		Medida de participação segundo o género (MPG) Ordem	Medida de participação segundo o género (MPG) Valor	Assentos no parlamento ocupados por mulheres (em % do total)[a]	Legisladoras, funcionárias superiores e gestoras (em % do total)[b]	Trabalhadoras especializadas e técnicas (em % do total)[b]	Rácio entre rendimentos auferidos estimados feminino e masculino[c]
Desenvolvimento humano alto							
1	Noruega	2	0,837	36,4	26	48	0,65
2	Islândia	1	0,847	34,9	31	55	0,63
3	Suécia	3	0,831	45,3	30	49	0,68
4	Austrália	11	0,754	26,5	25	45	0,70
5	Holanda	6	0,794	33,3	26	48	0,53
6	Bélgica	15	0,695	24,9	19 [d]	50 [d]	0,44
7	Estados Unidos	10	0,760	14,0	46 [d]	54 [d]	0,62
8	Canadá	9	0,771	23,6	35	53	0,63
9	Japão	44	0,515	10,0	9 [d]	45 [d]	0,45
10	Suíça	13	0,720	22,4	24	43	0,50
11	Dinamarca	4	0,825	38,0	21	51	0,71
12	Irlanda	16	0,683	14,2	28	49	0,40
13	Reino Unido	17	0,675	17,1	30	43	0,60
14	Finlândia	5	0,801	36,5	28	57	0,70
15	Luxemburgo	–	–	16,7	–	–	–
16	Áustria	7	0,782	30,6	29	48	0,50
17	França	–	–	11,7	–	–	–
18	Alemanha	8	0,776	31,4	27	50	0,57
19	Espanha	14	0,709	26,6	32	45	0,44
20	Nova Zelândia	12	0,750	29,2	38	53	0,68
21	Itália	32	0,561	10,3	19	44	0,45
22	Israel	23	0,612	15,0	27	54	0,53
23	Portugal	21	0,647	19,1	32	50	0,53
24	Grécia	40	0,519	8,7	25	47	0,45
25	Chipre	34	0,542	10,7	18	43	0,47
26	Hong Kong, China (RAE)	–	–	–	25	38	–
27	Barbados	20	0,659	20,4	40 [d]	55 [d]	0,61
28	Singapura	26	0,594	11,8	24	43	0,50
29	Eslovénia	27	0,582	12,2	31	54	0,62
30	Coreia do Sul	63	0,363	5,9	5	34	0,46
31	Brunei	–	–	– [e]	–	–	–
32	República Checa	28	0,579	15,7	26	53	0,55
33	Malta	–	–	9,2	–	–	–
34	Argentina	–	–	31,3	–	–	–
35	Polónia	25	0,594	20,7	32	60	0,62
36	Seychelles	–	–	29,4	–	–	–
37	Barém	–	–	6,3	–	–	–
38	Hungria	41	0,518	9,8	34	61	0,58
39	Eslováquia	24	0,598	19,3	31	61	0,65
40	Uruguai	43	0,516	11,5	37	52	0,52
41	Estónia	33	0,560	17,8	35	70	0,63
42	Costa Rica	19	0,670	35,1	53	28	0,38
43	Chile	52	0,467	10,1	24 [d]	50 [d]	0,38
44	Catar	–	–	– [e]	–	–	–
45	Lituânia	48	0,499	10,6	47	69	0,66
46	Kuwait	–	–	0,0	–	–	–
47	Croácia	36	0,534	16,2	25	50	0,55
48	Emirados Árabes Unidos	65	0,315	0,0	8	25	0,21
49	Baamas	18	0,671	23,2 [f]	31	56	0,64
50	Letónia	30	0,576	21,0	38	68	0,70

23 Medida de participação segundo o género

Ordem IDH		Medida de participação segundo o género (MPG) Ordem	Valor	Assentos no parlamento ocupados por mulheres (em % do total)[a]	Legisladoras, funcionárias superiores e gestoras (em % do total)[b]	Trabalhadoras especializadas e técnicas (em % do total)[b]	Rácio entre rendimentos auferidos estimados feminino e masculino[c]
51	São Cristóvão e Nevis	–	–	13,3	–	–	–
52	Cuba	–	–	36,0	–	–	–
53	Bielorrússia	–	–	18,4	–	–	–
54	Trindade e Tobago	22	0,642	25,4	40	51	0,45
55	México	42	0,516	15,9	25	40	0,38
Desenvolvimento humano médio							
56	Antígua e Barbuda	–	–	8,3	–	–	–
57	Bulgária	–	–	26,3	–	–	–
58	Malásia	45	0,503	14,5	20 [d]	45 [d]	0,47
59	Panamá	50	0,471	9,9	33 [d]	46 [d]	0,42
60	Macedónia	–	–	18,3	–	–	–
61	Líbia	–	–	–	–	–	–
62	Maurícias	–	–	5,7	–	–	–
63	Federação Russa	57	0,440	6,4	37	64	0,64
64	Colômbia	46	0,501	10,8	38 [d]	49 [d]	0,47
65	Brasil	–	–	9,1	–	62 [d]	–
66	Bósnia e Herzegovina	–	–	12,3	–	–	–
67	Belize	47	0,501	13,5 [f]	33	53	0,24
68	Dominica	–	–	18,8	–	–	–
69	Venezuela	56	0,441	9,7	24 [d]	58 [d]	0,41
70	Samoa Ocidental	–	–	6,1	–	–	–
71	Santa Lúcia	–	–	20,7	–	–	–
72	Roménia	53	0,460	9,9	29	57	0,58
73	Arábia Saudita	–	–	– [e]	–	–	–
74	Tailândia	55	0,457	9,6	27 [d]	55 [d]	0,61
75	Ucrânia	61	0,406	5,3	37	63	0,53
76	Cazaquistão	–	–	8,6	–	–	–
77	Suriname	–	–	17,6	28 [d]	51 [d]	–
78	Jamaica	–	–	13,6	–	–	–
79	Omã	–	–	– [e]	–	–	–
80	São Vicente e Grenadinas	–	–	22,7	–	–	–
81	Fidji	–	–	5,7 [f]	–	–	–
82	Peru	39	0,521	18,3	27	44	0,26
83	Líbano	–	–	2,3	–	–	–
84	Paraguai	59	0,412	8,0	23 [d]	54 [d]	0,33
85	Filipinas	35	0,539	17,2	58	62	0,59
86	Maldivas	–	–	6,0	15	40	–
87	Turquemenistão	–	–	26,0	–	–	–
88	Geórgia	62	0,381	7,2	23	60	0,41
89	Azerbaijão	–	–	10,5	–	–	–
90	Jordânia	–	–	3,3	–	–	–
91	Tunísia	–	–	11,5	–	–	–
92	Guiana	–	–	20,0	–	–	–
93	Granada	–	–	17,9	–	–	–
94	República Dominicana	37	0,529	15,4	31	49	0,36
95	Albânia	–	–	5,7	–	–	–
96	Turquia	66	0,290	4,4	8	31	0,46
97	Equador	49	0,489	16,0	25	44	0,30
98	Territórios Ocupados da Palestina	–	–	–	11	32	–
99	Sri Lanka	67	0,272	4,4	4	49	0,50
100	Arménia	–	–	3,1	–	–	–

23 Medida de participação segundo o género

Ordem IDH		Medida de participação segundo o género (MPG) Ordem	Valor	Assentos no parlamento ocupados por mulheres (em % do total)[a]	Legisladoras, funcionárias superiores e gestoras (em % do total)[b]	Trabalhadoras especializadas e técnicas (em % do total)[b]	Rácio entre rendimentos auferidos estimados feminino e masculino[c]
101	Usbequistão	–	–	7,2	–	–	–
102	Quirguistão	–	–	6,7	–	–	–
103	Cabo Verde	–	–	11,1	–	–	–
104	China	–	–	21,8	–	–	–
105	El Salvador	54	0,459	9,5	33	47	0,35
106	Irão	–	–	4,1	–	–	–
107	Argélia	–	–	6,0	–	–	–
108	Moldávia	51	0,468	12,9	37	66	0,65
109	Vietname	–	–	27,3	–	–	–
110	Síria	–	–	10,4	–	–	–
111	África do Sul	–	–	30,0 [g]	–	–	–
112	Indonésia	–	–	8,0	–	–	–
113	Tajiquistão	–	–	12,4	–	–	–
114	Bolívia	38	0,522	17,8	36	40	0,45
115	Honduras	60	0,408	5,5	36 [d]	51 [d]	0,37
116	Guiné Equatorial	–	–	5,0	–	–	–
117	Mongólia	–	–	10,5	–	–	–
118	Gabão	–	–	11,0 [f]	–	–	–
119	Guatemala	–	–	8,8	–	–	–
120	Egipto	68	0,253	2,4	10	29	0,39
121	Nicarágua	–	–	20,7	–	–	–
122	São Tomé e Príncipe	–	–	9,1	–	–	–
123	Ilhas Salomão	–	–	0,0	–	–	–
124	Namíbia	29	0,578	21,4	30	55	0,51
125	Botswana	31	0,564	17,0	35	52	0,60
126	Marrocos	–	–	6,1	–	–	–
127	Índia	–	–	9,3	–	–	–
128	Vanuatu	–	–	1,9	–	–	–
129	Gana	–	–	9,0	–	–	–
130	Cambodja	64	0,347	9,3	14	33	0,77
131	Myanmar	–	–	– [h]	–	–	–
132	Papua-Nova Guiné	–	–	0,9	–	–	–
133	Suazilândia	–	–	6,3	–	–	–
134	Comoros	–	–	– [i]	–	–	–
135	Laos	–	–	22,9	–	–	–
136	Butão	–	–	9,3	–	–	–
137	Lesoto	–	–	17,0	–	–	–
138	Sudão	–	–	9,7	–	–	–
139	Bangladeche	69	0,218	2,0	8 [d]	25 [d]	0,56
140	Congo	–	–	11,1	–	–	–
141	Togo	–	–	7,4	–	–	–
Desenvolvimento humano baixo							
142	Camarões	–	–	8,9	–	–	–
143	Nepal	–	–	7,9 [f]	–	–	–
144	Paquistão	58	0,414	20,6	9 [d]	26 [d]	0,32
145	Zimbabué	–	–	10,0	–	–	–
146	Quénia	–	–	7,1	–	–	–
147	Uganda	–	–	24,7	–	–	–
148	Iémen	70	0,127	0,7	4	15	0,30
149	Madagáscar	–	–	6,4	–	–	–
150	Haiti	–	–	9,1	–	–	–
151	Gâmbia	–	–	13,2	–	–	–

23 Medida de participação segundo o género

Ordem IDH		Medida de participação segundo o género (MPG) Ordem	Valor	Assentos no parlamento ocupados por mulheres (em % do total)[a]	Legisladoras, funcionárias superiores e gestoras (em % do total)[b]	Trabalhadoras especializadas e técnicas (em % do total)[b]	Rácio entre rendimentos auferidos estimados feminino e masculino[c]
152	Nigéria	–	–	3,3	–	–	–
153	Djibouti	–	–	10,8	–	–	–
154	Mauritânia	–	–	3,0 [f]	–	–	–
155	Eritreia	–	–	22,0	–	–	–
156	Senegal	–	–	19,2	–	–	–
157	Guiné	–	–	19,3	–	–	–
158	Ruanda	–	–	25,7	–	–	–
159	Benim	–	–	6,0	–	–	–
160	Tanzânia	–	–	22,3	–	–	–
161	Costa do Marfim	–	–	8,5	–	–	–
162	Malawi	–	–	9,3	–	–	–
163	Zâmbia	–	–	12,0	–	–	–
164	Angola	–	–	15,5	–	–	–
165	Chade	–	–	5,8	–	–	–
166	Guiné-Bissau	–	–	7,8	–	–	–
167	Congo, Rep. Dem.	–	–	– [i]	–	–	–
168	República Centro-Africana	–	–	7,3	–	–	–
169	Etiópia	–	–	7,8	–	–	–
170	Moçambique	–	–	30,0	–	–	–
171	Burundi	–	–	18,5	–	–	–
172	Mali	–	–	10,2	–	–	–
173	Burkina Faso	–	–	11,7	–	–	–
174	Níger	–	–	1,2	–	–	–
175	Serra Leoa	–	–	14,5	–	–	–

a. Os dados são de 1 de Março de 2003. Onde existem câmaras alta e baixa, os dados referem-se à média ponderada da parcela dos assentos das mulheres em ambas as câmaras. b. Os dados referem-se ao último ano disponível durante o período de 1992-2001. As estimativas para os países que aplicaram a recente Classificação Internacional Tipo das Ocupações (CITO-88) não são exactamente comparáveis com as dos países que utilizam a classificação anterior (CITO-68). c. Calculado com base nos dados das colunas 9 e 10 do quadro 22. As estimativas são baseadas nos dados do último ano disponível durante o período de 1991-2001. d. Os dados são baseados na Classificação Internacional Tipo das Ocupações (CITO-68), tal como definido em ILO 2002c. e. O país nunca teve um parlamento. f. As informações sobre as eleições mais recentes não ficaram disponíveis a tempo para publicação; os dados são baseados em eleições anteriores. g. Calculado com base nos 54 lugares permanentes (ou seja, excluindo os 36 delegados especiais rotativos designados ad hoc). h. O parlamento eleito em 1990 nunca foi convocado nem autorizado a reunir e muitos dos seus membros foram detidos ou forçados ao exílio. i. O parlamento foi dissolvido ou suspenso por um período indefinido.

Fonte:: *Coluna 1:* determinado com base nos valores MPG da coluna 2; *coluna 2:* calculado com base nos dados das colunas 3-6; para pormenores, ver nota técnica 1; *coluna 3:* calculado com base nos dados dos assentos parlamentares, de IPU 2003b; *colunas 4 e 5:* calculado com base nos dados das ocupações, de ILO 2003b; *coluna 6:* calculado com base nos dados das colunas 9 e 10 do quadro 22.

Posições MPG para 70 países

1 Islândia
2 Noruega
3 Suécia
4 Dinamarca
5 Finlândia
6 Holanda
7 Áustria
8 Alemanha
9 Canadá
10 Estados Unidos
11 Austrália
12 Nova Zelândia
13 Suíça
14 Espanha
15 Bélgica
16 Irlanda
17 Reino Unido
18 Baamas
19 Costa Rica
20 Barbados
21 Portugal
22 Trindade e Tobago
23 Israel
24 Eslováquia
25 Polónia
26 Singapura
27 Eslovénia
28 República Checa
29 Namíbia
30 Letónia
31 Botswana
32 Itália
33 Estónia
34 Chipre
35 Filipinas
36 Croácia
37 República Dominicana
38 Bolívia
39 Peru
40 Grécia
41 Hungria
42 Uruguai
43 México
44 Japão
45 Malásia
46 Colômbia
47 Belize
48 Lituânia
49 Equador
50 Panamá
51 Chile
52 Moldávia
53 Roménia
54 El Salvador
55 Tailândia
56 Venezuela
57 Federação Russa
58 Paquistão
59 Paraguai
60 Honduras
61 Ucrânia
62 Geórgia
63 Coreia do Sul
64 Cambodja
65 Emirados Árabes Unidos
66 Turquia
67 Sri Lanka
68 Egipto
69 Bangladeche
70 Iémen

Ordem IDH	Alfabetização de adultos: Taxa feminina (% 15 anos e mais) 2001	Alfabetização de adultos: Taxa feminina em % da taxa masculina 2001	Alfabetização de jovens: Taxa feminina (% 15-24 anos) 2001	Alfabetização de jovens: Taxa feminina em % da taxa masculina 2001	Escolarização primária líquida [a, b]: Taxa feminina (%) 2000-01	Escolarização primária líquida [a, b]: Rácio entre fem. e masc. [d] 2000-01	Escolarização secundária líquida [a, b]: Taxa feminina (%) 2000-01	Escolarização secundária líquida [a, b]: Rácio entre fem. e masc. [d] 2000-01	Escolarização superior bruta [b, c]: Taxa feminina (%) 2000-01	Escolarização superior bruta [b, c]: Rácio entre fem. e masc. [d] 2000-01
Desenvolvimento humano alto										
1 Noruega	–	–	–	–	102 [e]	1,00 [e]	95 [e]	1,01 [e]	85 [e]	1,52 [e]
2 Islândia	–	–	–	–	102 [e]	1,00 [e]	86 [e]	1,05 [e]	62 [e]	1,74 [e]
3 Suécia	–	–	–	–	102 [e]	0,99 [e]	98 [e, f]	1,04 [e, f]	85 [e]	1,52 [e]
4 Austrália	–	–	–	–	96 [e]	1,01 [e]	91 [e]	1,03 [e]	70 [e]	1,24 [e]
5 Holanda	–	–	–	–	99 [e]	0,99 [e]	90 [e]	1,00 [e]	57 [e]	1,07 [e]
6 Bélgica	–	–	–	–	100 [e]	1,00 [e]	–	–	61 [e, f]	1,13 [e, f]
7 Estados Unidos	–	–	–	–	96 [e]	1,01 [e]	89 [e]	1,02 [e]	83 [e]	1,32 [e]
8 Canadá	–	–	–	–	99 [e, f]	1,00 [e, f]	98 [e, f]	1,01 [e, f]	69 [e, f]	1,33 [e, f]
9 Japão	–	–	–	–	101 [e]	1,00 [e]	101 [e, f]	1,01 [e, f]	44 [e]	0,85 [e]
10 Suíça	–	–	–	–	99 [e]	0,99 [e]	85 [e]	0,95 [e]	37 [e]	0,78 [e]
11 Dinamarca	–	–	–	–	99 [e, f]	1,00 [e, f]	91 [e, f]	1,03 [e, f]	68 [e]	1,35 [e]
12 Irlanda	–	–	–	–	90 [e, f]	1,00 [e, f]	–	–	53 [e]	1,27 [e]
13 Reino Unido	–	–	–	–	99 [e]	1,00 [e]	95 [e]	1,02 [e]	67 [e]	1,27 [e]
14 Finlândia	–	–	–	–	100 [e]	1,00 [e]	95 [e]	1,02 [e]	–	–
15 Luxemburgo	–	–	–	–	97 [e]	1,01 [e]	81 [e]	1,08 [e]	10 [e, f, g]	1,24 [e, f, g]
16 Áustria	–	–	–	–	92 [e]	1,01 [e]	88 [e]	0,99 [e]	62 [e]	1,14 [e]
17 França	–	–	–	–	100 [e]	1,00 [e]	93 [e]	1,02 [e]	59 [e]	1,23 [e]
18 Alemanha	–	–	–	–	87 [e, f]	1,02 [e, f]	88 [e, f]	1,01 [e, f]	45 [e, h]	0,96 [e, h]
19 Espanha	96,9	98	99,8	100	103 [e]	1,01 [e]	95 [e]	1,03 [e]	64 [e]	1,15 [e]
20 Nova Zelândia	–	–	–	–	99 [e]	1,00 [e]	93 [e]	1,02 [e]	84 [e]	1,52 [e]
21 Itália	98,1	99	99,8	100	100 [e]	1,00 [e]	91 [e]	1,01 [e]	57 [e]	1,32 [e]
22 Israel	93,1	96	99,3	100	101	1,00	89	1,01	62	1,39
23 Portugal	90,3	95	99,8	100	–	–	89 [e]	1,08 [e]	58 [e]	1,37 [e]
24 Grécia	96,1	97	99,8	100	97 [e]	1,00 [e]	89 [e]	1,03 [e]	–	–
25 Chipre	95,7	97	99,8	100	95	1,01	89	1,02	22 [f, i]	1,29 [f, i]
26 Hong Kong, China (RAE)	89,6	92	99,8	101	–	–	–	–	–	–
27 Barbados	99,7	100	99,8	100	105	1,01	84	0,97	55	2,45
28 Singapura	88,7	92	99,8	100	–	–	–	–	–	–
29 Eslovénia	99,6	100	99,8	100	93	0,99	–	–	70	1,35
30 Coreia do Sul	96,6	97	99,8	100	100 [e]	1,01 [e]	91 [e]	1,00 [e]	57 [e]	0,59 [e]
31 Brunei	88,1	93	99,8	101	–	–	–	–	19	1,96
32 República Checa	–	–	–	–	90 [e]	1,00 [e]	–	–	31 [e]	1,05 [e]
33 Malta	93,0	102	99,8	102	100 [f]	1,02 [f]	77 [h]	0,95 [h]	24 [f]	1,22 [f]
34 Argentina	96,9	100	98,8	100	107 [e]	0,99 [e]	82 [e]	1,06 [e]	60 [e, f]	1,64 [e, f]
35 Polónia	99,7	100	99,8	100	98 [e]	1,00 [e]	92 [e]	1,03 [e]	66 [e]	1,44 [e]
36 Seychelles	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
37 Barém	83,2	91	98,7	100	97	1,01	95	1,07	31 [h]	1,59 [h]
38 Hungria	99,2	100	99,8	100	90 [e]	0,99 [e]	88 [e, f]	1,01 [e, f]	45 [e]	1,27 [e]
39 Eslováquia	–	–	–	–	90 [e]	1,01 [e]	75 [e]	1,01 [e]	32 [e]	1,09 [e]
40 Uruguai	98,1	101	99,4	101	91 [e]	1,01 [e]	74 [e]	1,11 [e]	47 [e]	1,83 [e]
41 Estónia	99,8	100	99,8	100	97	0,98	84	1,03	70	1,55
42 Costa Rica	95,8	100	98,6	101	91	1,00	52	1,11	18	1,21
43 Chile	95,7	100	99,1	100	88 [e]	0,99 [e]	64 [e]	0,76 [e]	36 [e]	0,92 [e]
44 Catar	83,7	104	97,3	105	96 [h]	1,01 [h]	82 [h]	1,10 [h]	38	2,97
45 Lituânia	99,5	100	99,8	100	94	0,99	89	1,01	63	1,51
46 Kuwait	80,3	95	93,6	102	65 [f]	0,95 [f]	50 [h]	1,02 [h]	30 [h]	2,31 [h]
47 Croácia	97,4	98	99,8	100	–	–	–	–	–	–
48 Emirados Árabes Unidos	79,8	106	94,7	108	87	1,02	72	1,13	–	–
49 Baamas	96,3	102	98,3	102	79 [f]	0,92 [f]	71 [f]	0,99 [f]	–	–
50 Letónia	99,8	100	99,8	100	92	1,00	77	1,08	79	1,65

24 Desigualdade de género na educação

Ordem IDH		Alfabetização de adultos		Alfabetização de jovens		Escolarização primária líquida [a, b]		Escolarização secundária líquida [a, b]		Escolarização superior bruta [b, c]	
		Taxa feminina (% 15 anos e mais) 2001	Taxa feminina em % da taxa masculina 2001	Taxa feminina (% 15-24 anos) 2001	Taxa feminina em % da taxa masculina 2001	Taxa feminina (%) 2000-01	Rácio entre fem. e masc. [d] 2000-01	Taxa feminina (%) 2000-01	Rácio entre fem. e masc. [d] 2000-01	Taxa feminina (%) 2000-01	Rácio entre fem. e masc. [d] 2000-01
51	São Cristóvão e Nevis	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
52	Cuba	96,7	100	99,8	100	97	0,99	84	1,05	26	1,16
53	Bielorrússia	99,6	100	99,8	100	107	0,99	76	1,01	63	1,29
54	Trindade e Tobago	97,8	99	99,8	100	92	1,00	73	1,07	8	1,53
55	México	89,5	96	96,8	99	104 [e]	1,01 [e]	62 [e]	1,08 [e]	20 [e]	0,96 [e]
Desenvolvimento humano médio											
56	Antígua e Barbuda	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
57	Bulgária	98,0	99	99,6	100	93	0,98	87	0,98	47	1,35
58	Malásia	84,0	92	97,8	100	99 [e]	1,00 [e]	74 [e]	1,11 [e]	29 [e]	1,08 [e]
59	Panamá	91,4	99	96,5	99	100	1,00	65	1,09	44 [f]	1,67 [f]
60	Macedónia	–	–	–	–	92	1,00	80 [f]	0,98 [f]	28	1,32
61	Líbia	69,3	76	93,5	94	–	–	–	–	48	0,96
62	Maurícias	81,7	93	94,5	101	95	1,00	65	1,04	13	1,36
63	Federação Russa	99,4	100	99,8	100	–	–	–	–	–	–
64	Colômbia	91,9	100	97,7	101	88	1,00	59	1,10	24	1,09
65	Brasil	87,2	100	96,9	103	94 [e]	0,93 [e]	74 [e]	1,08 [e]	19 [e]	1,29 [e]
66	Bósnia e Herzegovina	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
67	Belize	93,3	100	98,8	101	102	1,04	66	1,07	–	–
68	Dominica	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
69	Venezuela	92,4	99	98,8	101	89	1,02	55	1,20	34	1,46
70	Samoa Ocidental	98,4	99	99,5	100	95	0,97	71	1,08	11	1,05
71	Santa Lúcia	–	–	–	–	100	1,01	90	1,28	24 [h]	0,87 [h]
72	Roménia	97,4	98	99,7	100	93	0,99	81	1,02	30	1,20
73	Arábia Saudita	68,2	82	91,0	96	56	0,92	50	0,95	25 [f]	1,29 [f]
74	Tailândia	94,1	97	98,4	99	84 [e]	0,97 [e]	–	–	32 [e]	0,82 [e]
75	Ucrânia	99,5	100	99,9	100	71 [h]	0,99 [h]	–	–	46 [h]	1,14 [h]
76	Cazaquistão	99,2	100	99,8	100	88	0,99	82	0,98	34	1,19
77	Suriname	–	–	–	–	90	0,96	46	1,13	–	–
78	Jamaica	91,0	109	97,6	107	95 [e]	1,00 [e]	76 [e]	1,04 [e]	22 [e]	1,89 [e]
79	Omã	63,5	78	96,8	97	64	0,99	60	1,01	10	1,40
80	São Vicente e Grenadinas	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
81	Fidji	91,2	96	99,1	100	100 [h]	1,00 [h]	–	–	–	–
82	Peru	85,7	90	95,5	97	104 [e, f]	1,00 [e, f]	61 [e, h]	0,98 [e, h]	15 [e, h]	0,34 [e, h]
83	Líbano	81,0	88	93,3	96	74	1,00	73 [h]	1,09 [h]	44	1,09
84	Paraguai	92,5	98	97,2	100	92 [e]	1,01 [e]	48 [e]	1,06 [e]	–	–
85	Filipinas	95,0	100	99,0	100	93 [e]	1,01 [e]	57 [e]	1,18 [e]	33 [e]	1,10 [e]
86	Maldivas	96,9	100	99,2	100	99	1,01	33 [f]	1,13 [f]	–	–
87	Turquemenistão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
88	Geórgia	–	–	–	–	95	1,00	73 [h]	1,02 [h]	34	0,99
89	Azerbaijão	–	–	–	–	93 [f]	1,03 [f]	78 [h]	1,01 [h]	21 [f]	0,93 [f]
90	Jordânia	85,1	89	99,4	100	94 [e, f]	1,01 [e, f]	78 [e, f]	1,07 [e, f]	31 [e, f]	1,14 [e, f]
91	Tunísia	61,9	75	89,8	92	99 [e]	0,99 [e]	72 [e]	1,05 [e]	21 [e]	0,97 [e]
92	Guiana	98,2	99	99,8	100	97 [f]	0,97 [f]	–	–	–	–
93	Granada	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
94	República Dominicana	84,0	100	92,2	102	93	1,02	45	1,28	–	–
95	Albânia	77,8	84	96,7	97	97	1,00	75	1,03	19	1,69
96	Turquia	77,2	82	94,4	95	–	–	–	–	12 [e, f]	0,70 [e, f]
97	Equador	90,3	97	97,1	99	100	1,01	49	1,04	–	–
98	Territórios Ocupados da Palestina	–	–	–	–	98	1,02	81	1,08	28	0,96
99	Sri Lanka	89,3	94	96,8	100	97 [e, h]	1,00 [e, h]	–	–	–	–
100	Arménia	97,8	98	99,7	100	70	1,02	65	1,06	22	1,25

24 Desigualdade de género na educação

Ordem IDH	Alfabetização de adultos: Taxa feminina (% 15 anos e mais) 2001	Alfabetização de adultos: Taxa feminina em % da taxa masculina 2001	Alfabetização de jovens: Taxa feminina (% 15-24 anos) 2001	Alfabetização de jovens: Taxa feminina em % da taxa masculina 2001	Escolarização primária líquida [a, b]: Taxa feminina (%) 2000-01	Escolarização primária líquida [a, b]: Rácio entre fem. e masc. [d] 2000-01	Escolarização secundária líquida [a, b]: Taxa feminina (%) 2000-01	Escolarização secundária líquida [a, b]: Rácio entre fem. e masc. [d] 2000-01	Escolarização superior bruta [b, c]: Taxa feminina (%) 2000-01	Escolarização superior bruta [b, c]: Rácio entre fem. e masc. [d] 2000-01
101 Usbequistão	98,9	99	99,6	100	–	–	–	–	–	–
102 Quirguistão	–	–	–	–	81	0,97	–	–	42	1,04
103 Cabo Verde	67,0	79	85,5	93	99 [h]	1,01 [h]	–	–	–	–
104 China	78,7	85	96,9	98	95 [e, f]	1,03 [e, f]	–	–	–	–
105 El Salvador	76,6	93	87,7	98	87 [f]	1,17 [f]	39 [h]	0,99 [h]	19	1,24
106 Irão	70,2	84	91,9	95	73	0,98	–	–	10	0,93
107 Argélia	58,3	76	84,6	90	97	0,97	63	1,05	–	–
108 Moldávia	98,4	99	99,8	100	78	1,00	69	1,03	31	1,29
109 Vietname	90,9	96	95,6	101	92	0,94	–	–	8	0,74
110 Síria	61,6	69	79,7	83	94	0,95	37	0,90	–	–
111 África do Sul	85,0	98	91,5	100	88	0,98	60	1,12	17	1,23
112 Indonésia	82,6	90	97,3	99	92 [e]	0,99 [e]	46 [e, f]	0,96 [e, f]	13 [e]	0,77 [e]
113 Tajiquistão	98,9	99	99,8	100	98	0,92	69	0,84	7	0,32
114 Bolívia	79,9	87	94,0	96	97	1,00	67	0,98	–	–
115 Honduras	75,7	100	87,1	104	88	1,02	–	–	17	1,31
116 Guiné Equatorial	76,0	82	95,7	97	68	0,89	14 [h]	0,36 [h]	2 [f]	0,43 [f]
117 Mongólia	98,3	100	99,4	101	91	1,04	64	1,21	42	1,74
118 Gabão	–	–	–	–	87	0,98	–	–	6 [h]	0,55 [h]
119 Guatemala	61,8	81	73,2	85	82	0,95	25	0,94	–	–
120 Egipto	44,8	67	63,7	83	90 [e]	0,95 [e]	77 [e]	0,96 [e]	–	–
121 Nicarágua	67,1	101	72,6	102	81	1,01	38	1,18	–	–
122 São Tomé e Príncipe	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
123 Ilhas Salomão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
124 Namíbia	81,9	98	93,7	104	84	1,07	44	1,38	7 [f]	1,24 [f]
125 Botswana	80,6	107	92,4	109	86	1,04	74	1,14	4	0,89
126 Marrocos	37,2	59	59,7	78	74	0,91	27 [f]	0,83 [f]	9	0,80
127 Índia	46,4	67	65,8	82	–	–	–	–	8 [e, f]	0,66 [e, f]
128 Vanuatu	–	–	–	–	100	1,10	25 [h]	1,20 [h]	(,) [h]	0,62 [h]
129 Gana	64,5	80	89,4	95	57	0,95	28	0,86	2	0,40
130 Cambodja	58,2	72	75,2	89	90	0,90	12	0,59	2	0,38
131 Myanmar	81,0	91	90,8	99	83	0,99	35	0,95	15	1,75
132 Papua-Nova Guiné	57,7	81	72,1	90	80 [f]	0,91 [f]	18 [f]	0,77 [f]	2 [h]	0,66 [h]
133 Suazilândia	79,4	98	91,6	102	94	1,02	47 [f]	1,17 [f]	5	0,87
134 Comoros	48,8	77	52,0	79	52	0,87	–	–	1 [f]	0,73 [f]
135 Laos	54,4	71	71,8	84	78	0,92	27	0,81	2	0,59
136 Butão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
137 Lesoto	93,9	128	98,6	119	82	1,09	25	1,54	3	1,76
138 Sudão	47,7	68	72,9	87	42 [f]	0,83 [f]	–	–	7 [h]	0,92 [h]
139 Bangladeche	30,8	62	40,4	71	90	1,02	44	1,05	5	0,55
140 Congo	75,9	86	97,0	99	–	–	–	–	1	0,13
141 Togo	44,0	60	65,2	74	83	0,82	14 [h]	0,44 [h]	1 [f]	0,20 [f]
Desenvolvimento humano baixo										
142 Camarões	65,1	82	88,7	96	–	–	–	–	1 [f]	0,17 [f]
143 Nepal	25,2	42	44,4	57	67	0,87	–	–	2	0,27
144 Paquistão	28,8	49	43,1	60	56	0,74	–	–	–	–
145 Zimbabué	85,5	92	96,0	97	80 [e]	1,00 [e]	39 [e]	0,92 [e]	3 [e]	0,60 [e]
146 Quénia	77,3	86	94,7	98	69	1,02	23	0,97	3	0,77
147 Uganda	58,0	74	73,0	85	106	0,94	10 [f]	0,72 [f]	2	0,52
148 Iémen	26,9	39	48,5	58	49	0,58	21 [h]	0,40 [h]	5 [h]	0,28 [h]
149 Madagáscar	60,6	82	77,4	92	68	1,01	12 [h]	1,03 [h]	2	0,84
150 Haiti	48,9	93	65,5	101	–	–	–	–	–	–
151 Gâmbia	30,9	69	50,8	76	66	0,93	29	0,70	–	–

24 Desigualdade de género na educação

Ordem IDH	Alfabetização de adultos: Taxa feminina (% 15 anos e mais) 2001	Alfabetização de adultos: Taxa feminina em % da taxa masculina 2001	Alfabetização de jovens: Taxa feminina (% 15-24 anos) 2001	Alfabetização de jovens: Taxa feminina em % da taxa masculina 2001	Escolarização primária líquida [a, b]: Taxa feminina (%) 2000-01	Escolarização primária líquida [a, b]: Rácio entre fem. e masc. [d] 2000-01	Escolarização secundária líquida [a, b]: Taxa feminina (%) 2000-01	Escolarização secundária líquida [a, b]: Rácio entre fem. e masc. [d] 2000-01	Escolarização superior bruta [b, c]: Taxa feminina (%) 2000-01	Escolarização superior bruta [b, c]: Rácio entre fem. e masc. [d] 2000-01
152 Nigéria	57,7	79	85,4	95	–	–	–	–	–	–
153 Djibouti	55,5	73	80,6	90	28	0,77	–	–	1	0,70
154 Mauritânia	30,7	60	41,2	72	62	0,93	13	0,78	1	0,20
155 Eritreia	45,6	67	61,5	76	38	0,86	19	0,74	(,)	0,15
156 Senegal	28,7	60	43,2	71	60	0,90	–	–	–	–
157 Guiné	–	–	–	–	41	0,79	6 [h]	0,38 [h]	–	–
158 Ruanda	61,9	83	82,6	96	97 [f]	1,00 [f]	–	–	1	0,50
159 Benim	24,6	46	37,3	52	57 [f]	0,69 [f]	11 [f]	0,46 [f]	1 [f]	0,24 [f]
160 Tanzânia	67,9	80	88,6	95	48	1,04	5	0,94	(,)	0,31
161 Costa do Marfim	38,4	64	53,6	75	55	0,75	–	–	4 [h]	0,36 [h]
162 Malawi	47,6	63	61,9	76	104	1,07	23	0,85	(,) [h]	0,39 [h]
163 Zâmbia	72,7	85	86,2	95	65	0,99	18	0,87	2	0,47
164 Angola	–	–	–	–	35	0,91	–	–	1 [f]	0,63 [f]
165 Chade	35,8	67	62,0	83	47	0,67	4 [f]	0,31 [f]	(,) [f]	0,17 [f]
166 Guiné-Bissau	24,7	45	45,5	62	45 [f]	0,71 [f]	–	–	(,) [f]	0,18 [f]
167 Congo, Rep. Dem.	51,8	70	76,4	86	32 [h]	0,95 [h]	9 [h]	0,58 [h]	–	–
168 República Centro-Africana	36,6	60	60,8	79	45	0,70	–	–	1 [f]	0,19 [f]
169 Etiópia	32,4	67	50,2	81	41	0,77	10	0,68	1	0,27
170 Moçambique	30,0	49	47,7	63	50	0,85	8	0,68	(,)	0,79
171 Burundi	42,0	74	63,6	96	49	0,83	–	–	1	0,36
172 Mali	16,6	45	26,0	54	36 [h]	0,71 [h]	–	–	–	–
173 Burkina Faso	14,9	43	24,5	52	29	0,71	6	0,65	–	–
174 Níger	8,9	36	14,5	44	24	0,67	4	0,67	1	0,34
175 Serra Leoa	–	–	–	–	–	–	24	0,83	1	0,40
Países em desenvolvimento	67,1	82	80,9	91	79	0,93	–	–	–	–
Países menos desenvolvidos	43,8	70	59,3	81	57	0,90	–	–	–	–
Países Árabes	48,8	68	69,6	83	73	0,90	–	–	–	–
Ásia Oriental e Pacífico	81,3	88	96,6	98	93	1,01	–	–	–	–
América Latina e Caraíbas	88,2	98	95,4	101	96	0,99	–	–	–	–
Ásia do Sul	44,8	67	62,4	80	72	0,84	–	–	–	–
África Subsariana	54,5	77	73,2	89	56	0,92	–	–	–	–
Europa Central, do Leste & CEI	99,1	99	99,8	100	91	1,02	–	–	–	–
OCDE	–	–	–	–	98	1,00	–	–	–	–
OCDE de rendimento elevado	–	–	–	–	98	1,01	–	–	–	–
Desenvolvimento humano alto	–	–	–	–	98	1,01	–	–	–	–
Desenvolvimento humano médio	71,6	85	84,8	94	85	0,95	–	–	–	–
Desenvolvimento humano baixo	44,4	68	63,9	81	54	0,86	–	–	–	–
Rendimento elevado	–	–	–	–	97	1,01	–	–	–	–
Rendimento médio	81,8	90	94,9	98	93	1,00	–	–	–	–
Rendimento baixo	53,9	75	69,8	85	69	0,87	–	–	–	–
Mundo	–	–	–	–	81	0,94	–	–	–	–

a. A taxa de escolarização líquida é o rácio entre o número de crianças matriculadas com idade oficial para o nível de educação indicado e a população total dessa idade. As taxas de escolarização que excedem 100% reflectem discrepâncias entre estes dois conjuntos de dados. b. Os dados referem-se ao ano escolar de 2000-01. Os dados de alguns países podem corresponder a estimativas nacionais ou do Instituto de Estatística da UNESCO. Para pormenores, ver http://www.uis.unesco.org/. Porque os dados são de fontes diferentes, as comparações entre países devem ser feitas com precaução. c. A escolarização superior é calculada, geralmente, como uma taxa bruta. d. Calculado como o rácio entre as taxas de escolarização feminina e masculina. e. Estimativas provisórias do Instituto de Estatística da UNESCO, sujeitas a revisão posterior. f. Os dados referem-se ao ano escolar de 1998-99. g. A taxa é subestimada, porque muitos estudantes prosseguem os seus estudos nos países vizinhos. h. Os dados referem-se ao ano escolar de 1999-2000. i. Exclui os estudantes turcos.

Fonte: Colunas 1 e 3: UNESCO Institute for Statistics 2003a; *coluna 2:* calculado com base em dados das taxas de alfabetização de adultos, de UNESCO 2003a; *coluna 4:* calculado com base em dados das taxas de alfabetização de jovens, de UNESCO Institute for Statistics 2003a (para dados tal como são apresentados em World Bank 2003c, como o rácio entre a alfabetização feminina e a masculina, ver o quadro 2 de indicadores ODM); *colunas 5 e 6:* UNESCO Institute for Statistics 2002d; os agregados foram calculados pelo Instituto de Estatística da UNESCO para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano; *colunas 7-10:* UNESCO Institute for Statistics 2003d.

25 Desigualdade de género na actividade económica

	Taxa de actividade económica feminina (15 anos e mais)			Emprego por actividade económica (%) Feminhino						Contribuição de trabalhadores familiares	
				Agricultura		Indústria		Serviços		Masc.	
	Taxa (%)	Índice (1990 = 100)	Em % da taxa masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	(em % do total)	(em % do total)
Ordem IDH	2001	2001	2001	1995-2001 [a]	1995-2001 [a]	1995-2001 [a]	1995-2001 [a]	1995-2001 [a]	1995-2001 [a]	1995-2000 [a]	1995-2000 [a]
Desenvolvimento humano alto											
1 Noruega	59,5	109	85	2	6	9	33	88	61	63	38
2 Islândia	66,7	101	83	5	12	15	34	80	53	67	33
3 Suécia	62,6	102	89	1	4	12	38	87	59	54	46
4 Austrália	56,1	107	77	3	6	10	31	86	63	59	41
5 Holanda	45,6	106	67	2	4	9	31	84	63	78	22
6 Bélgica	39,9	106	66	2	3	13	37	86	60	85	15
7 Estados Unidos	59,1	106	82	1	4	12	32	86	64	62	38
8 Canadá	60,3	104	82	2	5	11	32	87	63	69	31
9 Japão	50,9	103	67	6	5	22	38	73	57	82	18
10 Suíça	50,8	104	66	4	5	13	36	83	59	–	–
11 Dinamarca	61,7	100	84	2	5	15	37	83	58	–	–
12 Irlanda	37,5	117	53	2	12	15	38	83	50	59	41
13 Reino Unido	53,0	105	74	1	2	12	36	87	61	66	34
14 Finlândia	56,9	98	87	4	8	14	40	82	52	47	53
15 Luxemburgo	38,1	104	58	–	–	–	–	–	–	–	–
16 Áustria	44,0	102	65	7	6	14	43	79	52	67	33
17 França	48,8	107	77	–	2	13	35	86	63	–	–
18 Alemanha	47,9	100	70	2	3	19	46	79	50	75	25
19 Espanha	37,8	112	57	5	8	14	41	81	51	64	36
20 Nova Zelândia	57,6	109	80	6	11	12	32	81	56	68	32
21 Itália	38,6	107	59	5	6	21	39	74	55	55	45
22 Israel	48,8	114	68	1	3	13	35	86	61	77	23
23 Portugal	51,4	105	72	14	11	24	44	62	45	66	34
24 Grécia	38,2	108	59	20	16	12	29	67	54	69	31
25 Chipre	49,1	103	62	10	11	18	30	71	58	87	13
26 Hong Kong, China (RAE)	50,9	105	65	–	–	12	28	88	71	–	–
27 Barbados	62,0	107	79	3	5	11	31	85	64	–	–
28 Singapura	50,1	99	64	–	–	23	33	77	67	70	30
29 Eslovénia	54,5	98	81	11	11	28	46	61	42	63	37
30 Coreia do Sul	53,6	111	70	13	10	19	34	68	56	88	12
31 Brunei	50,4	112	63	–	–	–	–	–	–	–	–
32 República Checa	61,2	100	83	4	6	28	49	69	48	78	22
33 Malta	26,1	112	37	–	–	–	–	–	–	–	–
34 Argentina	36,2	124	47	–	1	10	34	89	65	64	36
35 Polónia	57,1	100	80	19	19	21	41	60	39	60	40
36 Seychelles	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
37 Barém	33,8	119	39	–	–	–	–	–	–	–	–
38 Hungria	48,5	102	71	4	9	25	42	71	48	67	33
39 Eslováquia	62,7	99	84	5	10	26	49	69	42	68	32
40 Uruguai	48,3	109	67	1	6	14	34	85	61	68	32
41 Estónia	60,7	95	82	7	11	23	40	70	49	59	41
42 Costa Rica	37,4	113	46	4	22	17	27	79	51	41	59
43 Chile	38,1	119	49	5	19	14	31	82	49	–	–
44 Catar	41,6	126	46	–	–	–	–	–	–	–	–
45 Lituânia	57,6	97	80	16	24	40	33	63	43	61	39
46 Kuwait	36,5	96	48	–	–	–	–	–	–	–	–
47 Croácia	48,8	102	73	17	16	22	38	61	46	76	24
48 Emirados Árabes Unidos	31,8	109	37	–	–	–	–	–	–	–	–
49 Baamas	66,8	104	84	1	6	5	24	93	69	–	–
50 Letónia	59,6	95	80	14	17	18	35	69	49	52	48

25 Desigualdade de género na actividade económica

Ordem IDH	Taxa de actividade económica feminina (15 anos e mais)			Emprego por actividade económica (%) Feminhino						Contribuição de trabalhadores familiares	
				Agricultura		Indústria		Serviços		Masc.	
	Taxa (%) 2001	Índice (1990 = 100) 2001	Em % da taxa masc. 2001	Fem. 1995-2001 [a]	Masc. 1995-2001 [a]	Fem. 1995-2001 [a]	Masc. 1995-2001 [a]	Fem. 1995-2001 [a]	Masc. 1995-2001 [a]	(em % do total) 1995-2000 [a]	(em % do total) 1995-2000 [a]
51 São Cristóvão e Nevis	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
52 Cuba	50,2	119	65	–	–	–	–	–	–	–	–
53 Bielorrússia	59,2	98	82	–	–	–	–	–	–	–	–
54 Trindade e Tobago	44,5	114	59	3	11	13	37	83	52	70	30
55 México	39,8	117	48	7	23	22	29	71	47	49	51
Desenvolvimento humano médio											
56 Antígua e Barbuda	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
57 Bulgária	56,4	94	86	–	–	–	–	–	–	–	–
58 Malásia	48,7	109	61	13	21	29	33	58	46	–	–
59 Panamá	43,7	113	55	2	25	10	22	88	52	27	73
60 Macedónia	49,8	103	72	–	–	–	–	–	–	–	–
61 Líbia	25,3	123	34	–	–	–	–	–	–	–	–
62 Maurícias	38,2	110	48	13	15	43	39	45	46	–	–
63 Federação Russa	59,2	98	82	8	15	23	36	69	49	42	58
64 Colômbia	48,5	114	61	–	2	20	30	80	68	69	31
65 Brasil	43,8	98	52	19	26	10	27	71	47	–	–
66 Bósnia e Herzegovina	43,1	99	60	–	–	–	–	–	–	–	–
67 Belize	27,3	114	32	6	37	12	19	81	44	30	70
68 Dominica	–	–	–	14	31	10	24	72	40	–	–
69 Venezuela	43,5	115	54	2	16	13	29	85	55	–	–
70 Samoa Ocidental	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
71 Santa Lúcia	–	–	–	16	27	14	24	71	49	–	–
72 Roménia	50,6	97	76	45	39	22	33	33	29	71	29
73 Arábia Saudita	21,6	145	28	–	–	–	–	–	–	–	–
74 Tailândia	73,1	98	85	47	50	17	20	36	31	66	34
75 Ucrânia	55,5	98	80	–	–	–	–	–	–	64	36
76 Cazaquistão	61,1	101	82	–	–	–	–	–	–	–	–
77 Suriname	36,6	123	49	3	7	10	32	86	56	–	–
78 Jamaica	67,2	101	86	10	30	9	26	81	45	66	34
79 Omã	19,6	154	26	–	–	–	–	–	–	–	–
80 São Vicente e Grenadinas	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
81 Fidji	37,9	143	46	–	–	–	–	–	–	–	–
82 Peru	34,9	119	44	3	8	11	25	86	67	62	38
83 Líbano	29,9	123	39	–	–	–	–	–	–	–	–
84 Paraguai	37,1	110	43	3	7	10	31	87	62	–	–
85 Filipinas	49,7	106	61	27	47	13	18	61	36	–	–
86 Maldivas	65,4	100	80	–	–	–	–	–	–	57	43
87 Turquemenistão	62,3	105	81	–	–	–	–	–	–	–	–
88 Geórgia	55,7	100	78	–	–	–	–	–	–	60	40
89 Azerbaijão	54,8	106	75	–	–	–	–	–	–	–	–
90 Jordânia	27,1	160	35	–	–	–	–	–	–	–	–
91 Tunísia	37,2	113	48	–	–	–	–	–	–	–	–
92 Guiana	41,1	115	50	–	–	–	–	–	–	–	–
93 Granada	–	–	–	10	17	12	32	77	46	–	–
94 República Dominicana	40,4	118	48	3	24	20	27	77	49	23	77
95 Albânia	59,9	103	73	–	–	–	–	–	–	–	–
96 Turquia	50,3	115	62	72	34	10	25	18	41	65	35
97 Equador	33,0	119	39	2	11	14	26	84	63	66	34
98 Territórios Ocupados da Palestina	9,3	148	13	–	–	–	–	–	–	54	46
99 Sri Lanka	43,1	107	55	49	38	22	23	27	37	56	44
100 Arménia	62,4	100	88	–	–	–	–	–	–	–	–

25 Desigualdade de género na actividade económica

Ordem IDH	Taxa de actividade económica feminina (15 anos e mais): Taxa (%) 2001	Índice (1990 = 100) 2001	Em % da taxa masc. 2001	Emprego por actividade económica (%) Feminhino — Agricultura: Fem. 1995-2001[a]	Agricultura: Masc. 1995-2001[a]	Indústria: Fem. 1995-2001[a]	Indústria: Masc. 1995-2001[a]	Serviços: Fem. 1995-2001[a]	Serviços: Masc. 1995-2001[a]	Contribuição de trabalhadores familiares: Masc. (em % do total) 1995-2000[a]	Contribuição de trabalhadores familiares: (em % do total) 1995-2000[a]
101 Usbequistão	62,5	106	85	–	–	–	–	–	–	–	–
102 Quirguistão	61,0	104	84	53	52	8	14	38	34	–	–
103 Cabo Verde	46,4	109	53	–	–	–	–	–	–	–	–
104 China	72,6	98	86	–	–	–	–	–	–	–	–
105 El Salvador	46,5	125	55	6	37	25	24	69	38	42	58
106 Irão	29,5	137	38	–	–	–	–	–	–	–	–
107 Argélia	30,2	158	40	–	–	–	–	–	–	–	–
108 Moldávia	60,3	98	84	–	–	–	–	–	–	62	38
109 Vietname	73,7	96	91	–	–	–	–	–	–	–	–
110 Síria	28,9	122	37	–	–	–	–	–	–	–	–
111 África do Sul	47,2	102	59	–	–	–	–	–	–	–	–
112 Indonésia	55,6	110	68	42	41	16	21	42	39	–	–
113 Tajiquistão	58,1	112	80	–	–	–	–	–	–	–	–
114 Bolívia	48,2	106	58	2	2	16	40	82	58	63	37
115 Honduras	40,8	120	48	9	50	25	21	67	30	40	60
116 Guiné Equatorial	45,7	101	52	–	–	–	–	–	–	–	–
117 Mongólia	73,6	103	88	–	–	–	–	–	–	–	–
118 Gabão	63,2	101	76	–	–	–	–	–	–	–	–
119 Guatemala	36,6	131	42	14	37	19	26	68	38	–	–
120 Egipto	35,4	117	45	35	29	9	25	56	46	43	57
121 Nicarágua	47,7	118	56	–	–	–	–	–	–	–	–
122 São Tomé e Príncipe	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
123 Ilhas Salomão	81,1	97	92	–	–	–	–	–	–	–	–
124 Namíbia	53,7	101	67	39	38	8	19	52	43	–	–
125 Botswana	62,8	96	77	–	–	–	–	–	–	45	55
126 Marrocos	41,6	107	52	6	6	40	32	54	63	22	78
127 Índia	42,2	105	50	–	–	–	–	–	–	–	–
128 Vanuatu	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
129 Gana	80,0	98	98	–	–	–	–	–	–	–	–
130 Cambodja	80,3	98	97	–	–	–	–	–	–	71	29
131 Myanmar	65,8	100	75	–	–	–	–	–	–	–	–
132 Papua-Nova Guiné	67,6	100	79	–	–	–	–	–	–	–	–
133 Suazilândia	41,7	106	52	–	–	–	–	–	–	–	–
134 Comoros	62,4	99	73	–	–	–	–	–	–	–	–
135 Laos	74,5	101	85	–	–	–	–	–	–	–	–
136 Butão	57,1	100	65	–	–	–	–	–	–	–	–
137 Lesoto	47,5	102	56	–	–	–	–	–	–	–	–
138 Sudão	35,1	114	41	–	–	–	–	–	–	–	–
139 Bangladeche	66,4	101	76	78	54	8	11	11	34	81	19
140 Congo	58,4	100	71	–	–	–	–	–	–	–	–
141 Togo	53,5	101	62	–	–	–	–	–	–	–	–
Desenvolvimento humano baixo											
142 Camarões	49,4	105	58	–	–	–	–	–	–	–	–
143 Nepal	56,8	101	66	–	–	–	–	–	–	–	–
144 Paquistão	35,8	125	43	66	41	11	20	23	39	33	67
145 Zimbabué	65,1	98	78	–	–	–	–	–	–	–	–
146 Quénia	74,7	100	85	16	20	10	23	75	57	–	–
147 Uganda	79,4	98	88	–	–	–	–	–	–	–	–
148 Iémen	30,6	109	37	–	–	–	–	–	–	26	74
149 Madagáscar	69,0	99	78	–	–	–	–	–	–	–	–
150 Haiti	55,9	97	70	–	–	–	–	–	–	–	–
151 Gâmbia	69,7	101	78	–	–	–	–	–	–	–	–

25 Desigualdade de género na actividade económica

Ordem IDH		Taxa de actividade económica feminina (15 anos e mais) Taxa (%) 2001	Índice (1990 = 100) 2001	Em % da taxa masc. 2001	Emprego por actividade económica (%) Feminhino — Agricultura Fem. 1995-2001 [a]	Agricultura Masc. 1995-2001 [a]	Indústria Fem. 1995-2001 [a]	Indústria Masc. 1995-2001 [a]	Serviços Fem. 1995-2001 [a]	Serviços Masc. 1995-2001 [a]	Contribuição de trabalhadores familiares Masc. (em % do total) 1995-2000 [a]	(em % do total) 1995-2000 [a]
152	Nigéria	47,7	102	56	2	4	11	30	87	67	–	–
153	Djibouti	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
154	Mauritânia	63,3	98	74	–	–	–	–	–	–	–	–
155	Eritreia	74,6	99	87	–	–	–	–	–	–	–	–
156	Senegal	61,7	101	72	–	–	–	–	–	–	–	–
157	Guiné	77,2	98	89	–	–	–	–	–	–	–	–
158	Ruanda	82,5	99	88	–	–	–	–	–	–	–	–
159	Benim	73,4	96	90	–	–	–	–	–	–	–	–
160	Tanzânia	81,6	98	93	–	–	–	–	–	–	–	–
161	Costa do Marfim	43,9	102	51	–	–	–	–	–	–	–	–
162	Malawi	77,8	98	90	–	–	–	–	–	–	–	–
163	Zâmbia	64,1	98	75	–	–	–	–	–	–	–	–
164	Angola	72,7	98	82	–	–	–	–	–	–	–	–
165	Chade	67,3	101	77	–	–	–	–	–	–	–	–
166	Guiné-Bissau	57,0	100	63	–	–	–	–	–	–	–	–
167	Congo, Rep. Dem.	60.5	97	72	–	–	–	–	–	–	–	–
168	República Centro-Africana	67,5	96	79	–	–	–	–	–	–	–	–
169	Etiópia	57,3	98	67	88	89	2	2	11	9	–	–
170	Moçambique	82,7	99	92	–	–	–	–	–	–	–	–
171	Burundi	81,9	99	89	–	–	–	–	–	–	–	–
172	Mali	69,9	97	79	–	–	–	–	–	–	–	–
173	Burkina Faso	74,8	97	85	–	–	–	–	–	–	–	–
174	Níger	69,4	99	75	–	–	–	–	–	–	–	–
175	Serra Leoa	44,8	106	54	–	–	–	–	–	–	–	–
Países em desenvolvimento		55,7	101	67	–	–	–	–	–	–	–	–
Países menos desenvolvidos		64,2	99	74	–	–	–	–	–	–	–	–
Países Árabes		32,7	117	41	–	–	–	–	–	–	–	–
Ásia Oriental e Pacífico		68,8	99	82	–	–	–	–	–	–	–	–
América Latina e Caraíbas		42,2	109	52	–	–	–	–	–	–	–	–
Ásia do Sul		43,6	106	52	–	–	–	–	–	–	–	–
África Subsariana		62,2	99	73	–	–	–	–	–	–	–	–
Europa Central, do Leste & CEI		57,5	99	81	–	–	–	–	–	–	–	–
OCDE		51,3	106	71	–	–	–	–	–	–	–	–
OCDE de rendimento elevado		52,0	106	73	–	–	–	–	–	–	–	–
Desenvolvimento humano alto		50,7	106	70	–	–	–	–	–	–	–	–
Desenvolvimento humano médio		56,7	100	69	–	–	–	–	–	–	–	–
Desenvolvimento humano baixo		56,7	102	66	–	–	–	–	–	–	–	–
Rendimento elevado		51,9	106	73	–	–	–	–	–	–	–	–
Rendimento médio		59,1	100	73	–	–	–	–	–	–	–	–
Rendimento baixo		51,9	103	62	–	–	–	–	–	–	–	–
Mundo		55,2	102	68	–	–	–	–	–	–	–	–

Nota: Devido a limitações nos dados, as comparações de estatísticas do trabalho, no tempo e entre países, devem ser feitas com precaução. Para notas pormenorizadas sobre os dados, ver ILO 2002a, 2002b e 2003b). As parcelas percentuais do emprego por actividade económica podem não somar 100, devido aos arredondamentos ou à omissão de actividades não classificadas.

a. Os dados referem-se ao ano mais recente disponível durante o período indicado.

Fonte: Colunas 1-3: calculado com base em dados da população economicamente activa e da população total, de ILO 2002a; *colunas 4-9:* ILO 2002b; *colunas 10 e 11:* calculado com base em dados dos trabalhadores que contribuem para a família, de ILO 2003b.

26 Género, carga de trabalho e afectação do tempo

		Carga de trabalho			Afectação do tempo (%)					
		Tempo de trabalho total (minutos por dia)		Tempo de trabalho fem. em % do masc.	Tempo de trabalho total		Tempo gasto por mulheres		Tempo gasto por homens	
	Ano	Feminino	Masculino		Actividades mercantis	Actividades não mercantis	Actividades mercantis	Actividades não mercantis	Actividades mercantis	Actividades não mercantis
Países em desenvolvimento seleccionados										
Áreas urbanas										
Colômbia	1983	399	356	112	49	51	24	76	77	23
Indonésia	1992	398	366	109	60	40	35	65	86	14
Quénia	1986	590	572	103	46	54	41	59	79	21
Nepal	1978	579	554	105	58	42	25	75	67	33
Venezuela	1983	440	416	106	59	41	30	70	87	13
Média [a]	–	481	453	107	54	46	31	69	79	21
Áreas rurais										
Bangladeche	1990	545	496	110	52	48	35	65	70	30
Guatemala	1977	678	579	117	59	41	37	63	84	16
Quénia	1988	676	500	135	56	44	42	58	76	24
Nepal	1978	641	547	117	56	44	46	54	67	33
Terras altas	1978	692	586	118	59	41	52	48	66	34
Montanhas	1978	649	534	122	56	44	48	52	65	35
Encostas rurais	1978	583	520	112	52	48	37	63	70	30
Filipinas	1975-77	546	452	121	73	27	29	71	84	16
Média [a]	–	617	515	120	59	41	38	62	76	24
Nacional [b]										
Índia	2000	457	391	117	61	39	35	65	92	8
Mongólia	2000	545	501	109	61	39	49	51	75	25
África do Sul	2000	332	273	122	51	49	35	65	70	30
Média [a]	–	445	388	116	58	42	40	60	79	21
Países da OCDE seleccionados [c]										
Austrália	1997	435	418	104	46	54	30	70	62	38
Áustria [d]	1992	438	393	111	49	51	31	69	71	29
Canadá	1998	420	429	98	53	47	41	59	65	35
Dinamarca [d]	1987	449	458	98	68	32	58	42	79	21
Finlândia [d]	1987-88	430	410	105	51	49	39	61	64	36
França	1999	391	363	108	46	54	33	67	60	40
Alemanha [d]	1991-92	440	441	100	44	56	30	70	61	39
Hungria	1999	432	445	97	51	49	41	59	60	40
Israel [d]	1991-92	375	377	99	51	49	29	71	74	26
Itália [d]	1988-89	470	367	128	45	55	22	78	77	23
Japão	1996	393	363	108	66	34	43	57	93	7
Coreia do Sul	1999	431	373	116	64	36	45	55	88	12
Letónia	1996	535	481	111	46	54	35	65	58	42
Holanda	1995	308	315	98	48	52	27	73	69	31
Nova Zelândia	1999	420	417	101	46	54	32	68	60	40
Noruega [d]	1990-91	445	412	108	50	50	38	62	64	36
Reino Unido [d]	1985	413	411	100	51	49	37	63	68	32
Estados Unidos [d]	1985	453	428	106	50	50	37	63	63	37
Média [e]	–	423	403	105	52	48	37	64	69	31

Nota: Os dados são estimativas baseadas em inquéritos sobre o uso do tempo disponíveis a tempo para publicação. Os dados sobre o uso do tempo também estão a ser recolhidos noutros países, tais como o Benim, Chade, Cuba, República Dominicana, Equador, Guatemala, Laos, Mali, México, Marrocos, Nepal, Nicarágua, Nigéria, Omã, Filipinas, Tailândia e Vietname. As actividades mercantis referem-se às actividades de produção orientadas para o mercado, tal como definido pelo Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993; os inquéritos anteriores a 1993 não são exactamente comparáveis com os dos anos posteriores.
a. Refere-se à média não ponderada das áreas ou países indicados em cima. b. As classificações das actividades mercantis e não mercantis não são baseadas exactamente no Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993, pelo que as comparações entre áreas e países devem ser feitas com cautela. c. Inclui Israel e Letónia, embora não sejam países membros da OCDE. d. Harvey 1995. e. Refere-se à média não ponderada da selecção dos países da OCDE indicada em cima (ou seja, excluindo Israel e Letónia).
Fonte: Para as áreas urbanas e rurais dos países em desenvolvimento, Goldschmidt-Clermont e Pagnossin Aligisakis 1995 e Harvey 1995; para os estudos nacionais dos países em desenvolvimento, UN 2002a; para os países da OCDE e a Letónia, Harvey 2001, a não ser quando indicado de outro modo.

27 Participação política das mulheres

Ordem IDH		Ano em que as mulheres receberam o direito [a]		Ano da primeira mulher eleita (E) ou nomeada (N) para o parlamento	Mulheres no governo ao nível ministerial (em % do total) [b] 2000	Assentos no parlamento ocupados por mulheres (em % do total) [c]	
		De votar	De se candidatar às eleições			Câmara baixa ou única	Câmara alta ou senado
Desenvolvimento humano alto							
1	Noruega	1907, 1913	1907, 1913	1911 N	42,1	36,4	–
2	Islândia	1915	1915	1922 E	33,3	34,9	–
3	Suécia	1861, 1921	1907, 1921	1921 E	55,0	45,3	–
4	Austrália	1902, 1962	1902, 1962	1943 E	19,5	25,3	28,9
5	Holanda	1919	1917	1918 E	31,0	36,7	26,7
6	Bélgica	1919, 1948	1921, 1948	1921 N	18,5	23,3	28,2
7	Estados Unidos	1920, 1960	1788 [d]	1917 E	31,8	14,3	13,0
8	Canadá	1917, 1950	1920, 1960	1921 E	24,3	20,6	32,4
9	Japão	1945, 1947	1945, 1947	1946 E	5,7	7,3	15,4
10	Suíça	1971	1971	1971 E	28,6	23,0	19,6
11	Dinamarca	1915	1915	1918 E	45,0	38,0	–
12	Irlanda	1918, 1928	1918, 1928	1918 E	18,8	13,3	16,7
13	Reino Unido	1918, 1928	1918, 1928	1918 E	33,3	17,9	16,4
14	Finlândia	1906	1906	1907 E	44,4	36,5	–
15	Luxemburgo	1919	1919	1919 E	28,6	16,7	–
16	Áustria	1918	1918	1919 E	31,3	33,9	21,0
17	França	1944	1944	1945 E	37,9	12,2	10,9
18	Alemanha	1918	1918	1919 E	35,7	32,2	24,6
19	Espanha	1931	1931	1931 E	17,6	28,3	24,3
20	Nova Zelândia	1893	1919	1933 E	44,0	29,2	–
21	Itália	1945	1945	1946 E	17,6	11,5	8,1
22	Israel	1948	1948	1949 E	6,1	15,0	–
23	Portugal	1931, 1976	1931, 1976	1934 E	9,7	19,1	–
24	Grécia	1927, 1952	1927, 1952	1952 E	7,1	8,7	–
25	Chipre	1960	1960	1963 E	–	10,7	–
26	Hong Kong, China (RAE)	–	–	–	–	–	–
27	Barbados	1950	1950	1966 N	14,3	10,7	33,3
28	Singapura	1947	1947	1963 E	5,7	11,8	–
29	Eslovénia	1945	1945	1992 E [e]	15,0	12,2	–
30	Coreia do Sul	1948	1948	1948 E	6,5	5,9	–
31	Brunei	– [f]	– [f]	– [f]	0,0	– [f]	– [f]
32	República Checa	1920	1920	1992 E [e]	–	17,0	12,3
33	Malta	1947	1947	1966 E	5,3	9,2	–
34	Argentina	1947	1947	1951 E	7,3	30,7	33,3
35	Polónia	1918	1918	1919 E	18,7	20,2	23,0
36	Seychelles	1948	1948	1976 E + A	23,1	29,4	–
37	Barém	1973	1973	–	–	0,0	12,5
38	Hungria	1918	1918	1920 E	35,9	9,8	–
39	Eslováquia	1920	1920	1992 E [e]	19,0	19,3	–
40	Uruguai	1932	1932	1942 E	–	12,1	9,7
41	Estónia	1918	1918	1919 E	14,3	17,8	–
42	Costa Rica	1949	1949	1953 E	28,6	35,1	–
43	Chile	1931, 1949	1931, 1949	1951 E	25,6	12,5	4,1
44	Catar	– [f]	– [f]	– [f]	0,0	– [f]	– [f]
45	Lituânia	1921	1921	1920 N	18,9	10,6	–
46	Kuwait	– [f]	– [f]	– [f]	0,0	0,0	–
47	Croácia	1945	1945	1992 E [e]	16,2	20,5	6,2
48	Emirados Árabes Unidos	– [f]	– [f]	– [f]	–	0,0	–
49	Baamas	1961, 1964	1961, 1964	1977 N	16,7	20,0	–
50	Letónia	1918	1918	–	6,7	21,0	–

27 Participação política das mulheres

Ordem IDH		Ano em que as mulheres receberam o direito [a] De votar	De se candidatar às eleições	Ano da primeira mulher eleita (E) ou nomeada (N) para o parlamento	Mulheres no governo ao nível ministerial (em % do total) [b] 2000	Assentos no parlamento ocupados por mulheres (em % do total) [c] Câmara baixa ou única	Câmara alta ou senado
51	São Cristóvão e Nevis	1951	1951	1984 E	0,0	13,3	–
52	Cuba	1934	1934	1940 E	10,7	36,0	–
53	Bielorrússia	1919	1919	1990 E [e]	25,7	10,3	31,1
54	Trindade e Tobago	1946	1946	1962 E + N	8,7	19,4	32,3
55	México	1947	1953	1952 N	11,1	16,0	15,6
Desenvolvimento humano médio							
56	Antígua e Barbuda	1951	1951	1984 N	0,0	5,3	11,8
57	Bulgária	1937	1944	1945 E	18,8	26,3	–
58	Malásia	1957	1957	1959 E	–	10,4	26,1
59	Panamá	1941, 1946	1941, 1946	1946 E	20,0	9,9	–
60	Macedónia	1946	1946	1990 E [e]	10,9	18,3	–
61	Líbia	1964	1964	–	12,5	–	–
62	Maurícias	1956	1956	1976 E	9,1	5,7	–
63	Federação Russa	1918	1918	1993 E [e]	–	7,6	3,4
64	Colômbia	1954	1954	1954 N	47,4	12,0	8,8
65	Brasil	1934	1934	1933 E	0,0	8,6	12,3
66	Bósnia e Herzegovina	–	–	–	–	16,7	0,0
67	Belize	1954	1954	1984 E + N	11,1	6,9	–
68	Dominica	1951	1951	1980 E	0,0	18,8	–
69	Venezuela	1946	1946	1948 E	0,0	9,7	–
70	Samoa Ocidental	1990	1990	1976 N	7,7	6,1	–
71	Santa Lúcia	1924	1924	1979 N	18,2	11,1	36,4
72	Roménia	1929, 1946	1929, 1946	1946 E	20,0	10,7	7,9
73	Arábia Saudita	– [f]	– [f]	– [f]	–	– [f]	– [f]
74	Tailândia	1932	1932	1948 N	5,7	9,2	10,5
75	Ucrânia	1919	1919	1990 E [e]	–	5,3	–
76	Cazaquistão	1924, 1993	1924, 1993	1990 E [e]	17,5	10,4	5,1
77	Suriname	1948	1948	1975 E	–	17,6	–
78	Jamaica	1944	1944	1944 E	12,5	11,7	19,0
79	Omã	– [f]	– [f]	– [f]	–	– [f]	– [f]
80	São Vicente e Grenadinas	1951	1951	1979 E	0,0	22,7	–
81	Fidji	1963	1963	1970 N	20,7	5,7	–
82	Peru	1955	1955	1956 E	16,2	18,3	–
83	Líbano	1952	1952	1991 N	0,0	2,3	–
84	Paraguai	1961	1961	1963 E	–	2,5	17,8
85	Filipinas	1937	1937	1941 E	–	17,8	12,5
86	Maldivas	1932	1932	1979 E	–	6,0	–
87	Turquemenistão	1927	1927	1990 E [e]	–	26,0	–
88	Geórgia	1918, 1921	1918, 1921	1992 E [e]	9,7	7,2	–
89	Azerbaijão	1921	1921	1990 E [e]	2,6	10,5	–
90	Jordânia	1974	1974	1989 N	0,0	1,3	7,5
91	Tunísia	1957, 1959	1957, 1959	1959 E	10,0	11,5	–
92	Guiana	1953	1945	1968 E	–	20,0	–
93	Granada	1951	1951	1976 E + N	25,0	26,7	7,7
94	República Dominicana	1942	1942	1942 E	–	17,3	6,3
95	Albânia	1920	1920	1945 E	15,0	5,7	–
96	Turquia	1930	1934	1935 N	0,0	4,4	–
97	Equador	1929, 1967	1929, 1967	1956 E	20,0	16,0	–
98	Territórios Ocupados Palestina	–	–	–	–	–	–
99	Sri Lanka	1931	1931	1947 E	–	4,4	–
100	Arménia	1921	1921	1990 E [e]	–	3,1	–

27 Participação política das mulheres

Ordem IDH		Ano em que as mulheres receberam o direito [a] De votar	De se candidatar às eleições	Ano da primeira mulher eleita (E) ou nomeada (N) para o parlamento	Mulheres no governo ao nível ministerial (em % do total) [b] 2000	Assentos no parlamento ocupados por mulheres (em % do total) [c] Câmara baixa ou única	Câmara alta ou senado
101	Usbequistão	1938	1938	1990 E [e]	4,4	7,2	–
102	Quirguistão	1918	1918	1990 E [e]	–	10,0	2,2
103	Cabo Verde	1975	1975	1975 E	35,0	11,1	–
104	China	1949	1949	1954 E	5,1	21,8	–
105	El Salvador	1939	1961	1961 E	15,4	9,5	–
106	Irão	1963	1963	1963 E + N	9,4	4,1	–
107	Argélia	1962	1962	1962 N	0,0	6,2	5,6
108	Moldávia	1978, 1993	1978, 1993	1990 E	–	12,9	–
109	Vietname	1946	1946	1976 E	–	27,3	–
110	Síria	1949, 1953	1953	1973 E	11,1	10,4	–
111	África do Sul	1930, 1994	1930, 1994	1933 E	38,1	29,8	31,5 [g]
112	Indonésia	1945	1945	1950 N	5,9	8,0	–
113	Tajiquistão	1924	1924	1990 E [e]	–	12,7	11,8
114	Bolívia	1938, 1952	1938, 1952	1966 E	–	18,5	14,8
115	Honduras	1955	1955	1957 [h]	33,3	5,5	–
116	Guiné Equatorial	1963	1963	1968 E	–	5,0	–
117	Mongólia	1924	1924	1951 E	10,0	10,5	–
118	Gabão	1956	1956	1961 E	12,1	9,2	–
119	Guatemala	1946	1946	1956 E	7,1	8,8	–
120	Egipto	1956	1956	1957 E	6,1	2,4	–
121	Nicarágua	1955	1955	1972 E	23,1	20,7	–
122	São Tomé e Príncipe	1975	1975	1975 E	–	9,1	–
123	Ilhas Salomão	1974	1974	1993 E	–	0,0	–
124	Namíbia	1989	1989	1989 E	16,3	26,4	7,7
125	Botswana	1965	1965	1979 E	26,7	17,0	–
126	Marrocos	1963	1963	1993 E	4,9	10,8	0,4
127	Índia	1950	1950	1952 E	10,1	8,8	10,3
128	Vanuatu	1975, 1980	1975, 1980	1987 E	–	1,9	–
129	Gana	1954	1954	1960 N [h]	8,6	9,0	–
130	Cambodja	1955	1955	1958 E	7,1	7,4	13,1
131	Myanmar	1935	1946	1947 E	–	– [i]	– [i]
132	Papua-Nova Guiné	1964	1963	1977 E	0,0	0,9	–
133	Suazilândia	1968	1968	1972 E + N	12,5	3,1	13,3
134	Comoros	1956	1956	1993 E	–	– [j]	– [j]
135	Laos	1958	1958	1958 E	10,2	22,9	–
136	Butão	1953	1953	1975 E	–	9,3	–
137	Lesoto	1965	1965	1965 N	–	11,7	36,4
138	Sudão	1964	1964	1964 E	5,1	9,7	–
139	Bangladeche	1972	1972	1973 E	9,5	2,0	–
140	Congo	1963	1963	1963 E	–	9,3	15,0
141	Togo	1945	1945	1961 E	7,4	7,4	–
Desenvolvimento humano baixo							
142	Camarões	1946	1946	1960 E	5,8	8,9	–
143	Nepal	1951	1951	1952 N	14,8	5,9	–
144	Paquistão	1947	1947	1973 E	–	21,6	17,0
145	Zimbabué	1957	1978	1980 E + N	36,0	10,0	–
146	Quénia	1919, 1963	1919, 1963	1969 E + N	1,4	7,1	–
147	Uganda	1962	1962	1962 N	27,1	24,7	–
148	Iémen	1967 [k]	1967 [k]	1990 E [h]	–	0,7	–
149	Madagáscar	1959	1959	1965 E	12,5	3,8	11,1
150	Haiti	1950	1950	1961 E	18,2	3,6	25,9
151	Gâmbia	1960	1960	1982 E	30,8	13,2	–

27 Participação política das mulheres

Ordem IDH		Ano em que as mulheres receberam o direito [a] De votar	De se candidatar às eleições	Ano da primeira mulher eleita (E) ou nomeada (N) para o parlamento	Mulheres no governo ao nível ministerial (em % do total) [b] 2000	Assentos no parlamento ocupados por mulheres (em % do total) [c] Câmara baixa ou única	Câmara alta ou senado
152	Nigéria	1958	1958	–	22,6	3,4	2,8
153	Djibouti	1946	1986	2003 E	5,0	10,8	–
154	Mauritânia	1961	1961	1975 E	13,6	–	–
155	Eritreia	1955	1955	1994 E	11,8	22,0	–
156	Senegal	1945	1945	1963 E	15,6	19,2	–
157	Guiné	1958	1958	1963 E	11,1	19,3	–
158	Ruanda	1961	1961	1965 [h]	13,0	25,7	–
159	Benim	1956	1956	1979 E	10,5	6,0	–
160	Tanzânia	1959	1959	–	–	22,3	–
161	Costa do Marfim	1952	1952	1965 E	9,1	8,5	–
162	Malawi	1961	1961	1964 E	11,8	9,3	–
163	Zâmbia	1962	1962	1964 E + N	6,2	12,0	–
164	Angola	1975	1975	1980 E	14,7	15,5	–
165	Chade	1958	1958	1962 E	–	5,8	–
166	Guiné-Bissau	1977	1977	1972 N	8,3	7,8	–
167	Congo, Rep, Dem,	1967	1970	1970 E	–	– [j]	– [j]
168	República Centro-Africana	1986	1986	1987 E	–	7,3	–
169	Etiópia	1955	1955	1957 E	22,2	7,7	8,3
170	Moçambique	1975	1975	1977 E	–	30,0	–
171	Burundi	1961	1961	1982 E	4,5	18,4	18,9
172	Mali	1956	1956	1964 E	33,3	10,2	–
173	Burkina Faso	1958	1958	1978 E	8,6	11,7	–
174	Níger	1948	1948	1989 E	10,0	1,2	–
175	Serra Leoa	1961	1961	–	8,1	14,5	–

a. Os dados referem-se ao ano em que foi reconhecido o direito de votar ou de candidatar às eleições, numa base universal e igual. Onde são apresentados dois anos, o primeiro refere-se ao primeiro reconhecimento parcial do direito de votar ou de candidatar às eleições. b. Os dados foram fornecidos pelos Estados, com base na sua definição do poder executivo nacional, e podem, portanto, incluir mulheres exercendo cargos de ministras ou vice-ministras, ou desempenhando outras funções governamentais, incluindo secretarias parlamentares. c. Os dados são de 1 de Março de 2003. A percentagem foi calculada usando como referência o número total de assentos ocupados actualmente no parlamento. d. Não há informação disponível sobre o ano em que as mulheres receberam o direito de candidatar às eleições. Contudo, a Constituição não menciona a condição sexual em relação a este direito. e. Refere-se ao ano em que foram eleitas mulheres para o actual sistema parlamentar. f. O direito das mulheres de votar e candidatar às eleições não foi reconhecido. Brunei, Omã, Catar e Arábia Saudita nunca tiveram parlamentos. g. Os valores da distribuição dos assentos não incluem os 36 delegados especiais rotativos designados numa base ad hoc; as percentagens apresentadas foram, portanto, calculadas com base nos 54 lugares permanentes. h. Não existem informações ou confirmações disponíveis. i. O parlamento eleito em 1990 nunca foi convocado nem autorizado a reunir e muitos dos seus membros foram detidos ou forçados ao exílio. j. O parlamento foi dissolvido ou suspenso por um período indefinido. k. Refere-se à antiga República Popular Democrática do Iémen.

Fonte: Colunas 1, 2 e 3: IPU 1995 e 2003a; *coluna 4:* IPU 2001; *colunas 5 e 6:* IPU 2003b.

28 Estatuto dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos

INSTRUMENTOS DOS DIREITOS HUMANOS E DO TRABALHO

Ordem IDH	Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial 1965	Convénio Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos 1966	Convénio Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais 1966	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres 1979	Convenção Contra a Tortura e Outras Punições ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes 1984	Convenção sobre os Direitos da Criança 1989
Desenvolvimento humano alto						
1 Noruega	●	●	●	●	●	●
2 Islândia	●	●	●	●	●	●
3 Suécia	●	●	●	●	●	●
4 Austrália	●	●	●	●	●	●
5 Holanda	●	●	●	●	●	●
6 Bélgica	●	●	●	●	●	●
7 Estados Unidos	●	●	○	○	●	○
8 Canadá	●	●	●	●	●	●
9 Japão	●	●	●	●	●	●
10 Suíça	●	●	●	●	●	●
11 Dinamarca	●	●	●	●	●	●
12 Irlanda	●	●	●	●	●	●
13 Reino Unido	●	●	●	●	●	●
14 Finlândia	●	●	●	●	●	●
15 Luxemburgo	●	●	●	●	●	●
16 Áustria	●	●	●	●	●	●
17 França	●	●	●	●	●	●
18 Alemanha	●	●	●	●	●	●
19 Espanha	●	●	●	●	●	●
20 Nova Zelândia	●	●	●	●	●	●
21 Itália	●	●	●	●	●	●
22 Israel	●	●	●	●	●	●
23 Portugal	●	●	●	●	●	●
24 Grécia	●	●	●	●	●	●
25 Chipre	●	●	●	●	●	●
27 Barbados	●	●	●	●		●
28 Singapura				●		●
29 Eslovénia	●	●	●	●	●	●
30 Coreia do Sul	●	●	●	●	●	●
31 Brunei						●
32 República Checa	●	●	●	●	●	●
33 Malta	●	●	●	●	●	●
34 Argentina	●	●	●	●	●	●
35 Polónia	●	●	●	●	●	●
36 Seychelles	●	●	●	●	●	●
37 Barém	●			●	●	●
38 Hungria	●	●	●	●	●	●
39 Eslováquia	●	●	●	●	●	●
40 Uruguai	●	●	●	●	●	●
41 Estónia	●	●	●	●	●	●
42 Costa Rica	●	●	●	●	●	●
43 Chile	●	●	●	●	●	●
44 Catar	●				●	●
45 Lituânia	●	●	●	●	●	●
46 Kuwait	●	●	●	●	●	●
47 Croácia	●	●	●	●	●	●
48 Emirados Árabes Unidos	●					●
49 Baamas	●			●		●
50 Letónia	●	●	●	●	●	●
51 São Cristóvão e Nevis				●		●

28 Estatuto dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos

Ordem IDH	Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial 1965	Convénio Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos 1966	Convénio Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais 1966	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres 1979	Convenção Contra a Tortura e Outras Punições ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes 1984	Convenção sobre os Direitos da Criança 1989
52 Cuba	●			●	●	●
53 Bielorrússia	●	●	●	●	●	●
54 Trindade e Tobago	●	●	●	●		●
55 México	●	●	●	●	●	●
Desenvolvimento humano médio						
56 Antígua e Barbuda	●			●	●	●
57 Bulgária	●	●	●	●	●	●
58 Malásia				●		●
59 Panamá	●	●	●	●	●	●
60 Macedónia	●	●	●	●	●	●
61 Líbia	●	●	●	●	●	●
62 Maurícias	●	●	●	●	●	●
63 Federação Russa	●	●	●	●	●	●
64 Colômbia	●	●	●	●	●	●
65 Brasil	●	●	●	●	●	●
66 Bósnia e Herzegovina	●	●	●	●	●	●
67 Belize	●	●	○	●	●	●
68 Dominica		●	●	●		●
69 Venezuela	●	●	●	●	●	●
70 Samoa Ocidental				●		●
71 Santa Lúcia	●			●		●
72 Roménia	●	●	●	●	●	●
73 Arábia Saudita	●			●	●	●
74 Tailândia	●	●	●	●		●
75 Ucrânia	●	●	●	●	●	●
76 Cazaquistão	●			●	●	●
77 Suriname	●	●	●	●		●
78 Jamaica	●	●	●	●		●
79 Omã	●					●
80 São Vicente e Grenadinas	●	●	●	●	●	●
81 Fidji	●			●		●
82 Peru	●	●	●	●	●	●
83 Líbano	●	●	●	●	●	●
84 Paraguai	○	●	●	●	●	●
85 Filipinas	●	●	●	●	●	●
86 Maldivas	●			●		●
87 Turquemenistão	●	●	●	●	●	●
88 Geórgia	●	●	●	●	●	●
89 Azerbaijão	●	●	●	●	●	●
90 Jordânia	●	●	●	●	●	●
91 Tunísia	●	●	●	●	●	●
92 Guiana	●	●	●	●	●	●
93 Granada	○	●	●	●		●
94 República Dominicana	●	●	●	●	○	●
95 Albânia	●	●	●	●	●	●
96 Turquia	●	○	○	●	●	●
97 Equador	●	●	●	●	●	●
99 Sri Lanka	●	●	●	●	●	●
100 Arménia	●	●	●	●	●	●
101 Usbequistão	●	●	●	●	●	●

28 Estatuto dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos

Ordem IDH	Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial 1965	Convénio Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos 1966	Convénio Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais 1966	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres 1979	Convenção Contra a Tortura e Outras Punições ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes 1984	Convenção sobre os Direitos da Criança 1989
102 Quirguistão	●	●	●	●	●	●
103 Cabo Verde	●	●	●	●	●	●
104 China	●	○	●	●	●	●
105 El Salvador	●	●	●	●	●	●
106 Irão	●	●	●			●
107 Argélia	●	●	●	●	●	●
108 Moldávia	●	●	●	●	●	●
109 Vietname	●	●	●	●		●
110 Síria	●	●	●			●
111 África do Sul	●	●	○	●	●	●
112 Indonésia	●			●	●	●
113 Tajiquistão	●	●	●	●	●	●
114 Bolívia	●	●	●	●	●	●
115 Honduras	●	●	●	●	●	●
116 Guiné Equatorial	●	●	●	●	●	●
117 Mongólia	●	●	●	●	●	●
118 Gabão	●	●	●	●	●	●
119 Guatemala	●	●	●	●	●	●
120 Egipto	●	●	●	●	●	●
121 Nicarágua	●	●	●	●	○	●
122 São Tomé e Príncipe	○	○	○	○	○	●
123 Ilhas Salomão	●		●	●		●
124 Namíbia	●	●	●	●	●	●
125 Botswana	●	●		●	●	●
126 Marrocos	●	●	●	●	●	●
127 Índia	●	●	●	●	○	●
128 Vanuatu				●		●
129 Gana	●	●	●	●	●	●
130 Cambodja	●	●	●	●	●	●
131 Myanmar				●		●
132 Papua-Nova Guiné	●			●		●
133 Suazilândia	●					●
134 Comoros	○			●	○	●
135 Laos	●	○	○	●		●
136 Butão	○			●		●
137 Lesoto	●	●	●	●	●	●
138 Sudão	●	●	●		○	●
139 Bangladeche	●	●	●	●	●	●
140 Congo	●	●	●	●		●
141 Togo	●	●	●	●	●	●
Desenvolvimento humano baixo						
142 Camarões	●	●	●	●	●	●
143 Nepal	●	●	●	●	●	●
144 Paquistão	●			●		●
145 Zimbabué	●	●	●	●		●
146 Quénia	●	●	●	●	●	●
147 Uganda	●	●	●	●	●	●
148 Iémen	●	●	●	●	●	●
149 Madagáscar	●	●	●	●	○	●
150 Haiti	●	●		●		●
151 Gâmbia	●	●	●	●	○	●

28 Estatuto dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos

Ordem IDH		Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial 1965	Convénio Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos 1966	Convénio Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais 1966	Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres 1979	Convenção Contra a Tortura e Outras Punições ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes 1984	Convenção sobre os Direitos da Criança 1989
152	Nigéria	●	●	●	●	●	●
153	Djibouti		●	●	●	●	●
154	Mauritânia	●			●		●
155	Eritreia	●	●	●	●		●
156	Senegal	●	●	●	●	●	●
157	Guiné	●	●	●	●	●	●
158	Ruanda	●	●	●	●		●
159	Benim	●	●	●	●	●	●
160	Tanzânia	●	●	●	●		●
161	Costa do Marfim	●	●	●	●	●	●
162	Malawi	●	●	●	●	●	●
163	Zâmbia	●	●	●	●	●	●
164	Angola		●	●	●		●
165	Chade	●	●	●	●	●	●
166	Guiné-Bissau	○	○	●	●	○	●
167	Congo, Rep. Dem.	●	●	●	●	●	●
168	República Centro-Africana	●	●	●	●		●
169	Etiópia	●	●	●	●	●	●
170	Moçambique	●	●		●	●	●
171	Burundi	●	●	●	●	●	●
172	Mali	●	●	●	●	●	●
173	Burkina Faso	●	●	●	●	●	●
174	Níger	●	●	●	●	●	●
175	Serra Leoa	●	●	●	●	●	●
Outros [a]							
	Afeganistão	●	●	●	○	●	●
	Andorra	○	○		●	○	●
	Ilhas Cook						●
	Santa Sé	●				●	●
	Iraque	●	●	●	●		●
	Quiribáti						●
	Coreia, Rep. Dem.		●	●	●		●
	Libéria	●	○	○	●		●
	Liechtenstein	●	●	●	●	●	●
	Ilhas Marshall						●
	Micronésia						●
	Mónaco	●	●	●		●	●
	Nauru	○	○			○	●
	Niué						●
	Palau						●
	São Marino	●	●	●		○	●
	Sérvia e Montenegro	●	●	●	●	●	●
	Somália	●	●	●		●	○
	Tonga	●					●
	Tuvalu				●		●
Total de Estados participantes [b]		167	149	146	170	132	191
Assinaturas ainda não seguidas de participação		8	8	7	3	12	2

● Ratificação, adesão ou seguimento. ○ Assinatura ainda não seguida de ratificação.

Nota: O quadro inclui países que assinaram ou ratificaram pelo menos um dos seis instrumentos de direitos humanos. A informação é de 12 de Fevereiro de 2003.

a. Países não incluídos no índice de desenvolvimento humano. b. Países que ratificaram, aderiram ou seguiram o instrumento.

Fonte: Colunas 1-6: UN 2003b.

29 Estatuto das convenções sobre direitos fundamentais do trabalho

Ordem IDH		Liberdade de associação e negociação colectiva		Eliminação de trabalho forçado e compulsório		Eliminação da discriminação em relação ao emprego e ocupação		Abolição do trabalho infantil	
		Convenção 87 [a]	Convenção 98 [b]	Convenção 29 [c]	Convenção 105 [d]	Convenção 100 [e]	Convenção 111 [f]	Convenção 138 [g]	Convenção 182 [h]
Desenvolvimento humano alto									
1	Noruega	●	●	●	●	●	●	●	●
2	Islândia	●	●	●	●	●	●	●	●
3	Suécia	●	●	●	●	●	●	●	●
4	Austrália	●	●	●	●	●	●		
5	Holanda	●	●	●	●	●	●	●	●
6	Bélgica	●	●	●	●	●	●	●	●
7	Estados Unidos				●				●
8	Canadá	●			●	●	●		●
9	Japão	●	●	●		●		●	●
10	Suíça	●	●	●	●	●	●	●	●
11	Dinamarca	●	●	●	●	●	●	●	●
12	Irlanda	●	●	●	●	●	●	●	●
13	Reino Unido	●	●	●	●	●	●	●	●
14	Finlândia	●	●	●	●	●	●	●	●
15	Luxemburgo	●	●	●	●	●	●	●	●
16	Áustria	●	●	●	●	●	●	●	●
17	França	●	●	●	●	●	●	●	●
18	Alemanha	●	●	●	●	●	●	●	●
19	Espanha	●	●	●	●	●	●	●	●
20	Nova Zelândia			●	●	●	●		●
21	Itália	●	●	●	●	●	●	●	●
22	Israel	●	●	●	●	●	●	●	
23	Portugal	●	●	●	●	●	●	●	●
24	Grécia	●	●	●	●	●	●	●	●
25	Chipre	●	●	●	●	●	●	●	●
27	Barbados	●	●	●	●	●	●	●	●
28	Singapura		●	●	○	●			●
29	Eslovénia	●	●	●	●	●	●	●	●
30	Coreia do Sul					●	●	●	●
31	Brunei								
32	República Checa	●	●	●	●	●	●		●
33	Malta	●	●	●	●	●	●	●	●
34	Argentina	●	●	●	●	●	●	●	●
35	Polónia	●	●	●	●	●	●	●	●
36	Seychelles	●	●	●	●	●	●	●	●
37	Barém			●	●		●		●
38	Hungria	●	●	●	●	●	●	●	●
39	Eslováquia	●	●	●	●	●	●	●	●
40	Uruguai	●	●	●	●	●	●	●	●
41	Estónia	●	●	●	●	●			●
42	Costa Rica	●	●	●	●	●	●	●	●
43	Chile	●	●	●	●	●	●	●	●
44	Catar			●			●		●
45	Lituânia	●	●	●	●	●	●	●	
46	Kuwait	●		●	●		●	●	●
47	Croácia	●	●	●	●	●	●	●	●
48	Emirados Árabes Unidos			●	●	●	●	●	●
49	Baamas	●	●	●	●	●	●	●	●
50	Letónia	●	●		●	●	●		
51	São Cristóvão e Nevis	●	●	●	●	●	●		●

29 Estatuto das convenções sobre direitos fundamentais do trabalho

Ordem IDH	Liberdade de associação e negociação colectiva		Eliminação de trabalho forçado e compulsório		Eliminação da discriminação em relação ao emprego e ocupação		Abolição do trabalho infantil	
	Convenção 87 [a]	Convenção 98 [b]	Convenção 29 [c]	Convenção 105 [d]	Convenção 100 [e]	Convenção 111 [f]	Convenção 138 [g]	Convenção 182 [h]
52 Cuba	●	●	●	●	●	●	●	
53 Bielorrússia	●	●	●	●	●	●	●	●
54 Trindade e Tobago	●	●	●	●	●	●		
55 México	●		●	●	●	●		●
Desenvolvimento humano médio								
56 Antígua e Barbuda	●	●	●	●		●	●	●
57 Bulgária	●	●	●	●	●	●	●	●
58 Malásia		●	●	○	●		●	●
59 Panamá	●	●	●	●	●	●	●	●
60 Macedónia	●	●	●		●	●	●	●
61 Líbia	●	●	●	●	●	●	●	●
62 Maurícias		●	●	●	●	●	●	●
63 Federação Russa	●	●	●	●	●	●	●	
64 Colômbia	●	●	●	●	●	●	●	
65 Brasil		●	●	●	●	●	●	●
66 Bósnia e Herzegovina	●	●	●	●	●	●	●	●
67 Belize	●	●	●	●	●	●	●	●
68 Dominica	●	●	●	●	●	●	●	●
69 Venezuela	●	●	●	●	●	●	●	
70 Samoa Ocidental								
71 Santa Lúcia	●	●	●	●	●	●		●
72 Roménia	●	●	●	●	●	●	●	●
73 Arábia Saudita			●	●	●	●		●
74 Tailândia			●	●	●			●
75 Ucrânia	●	●	●	●	●	●	●	●
76 Cazaquistão	●	●	●	●	●	●	●	
77 Suriname	●	●	●	●				
78 Jamaica	●	●	●	●	●	●		
79 Omã			●					●
80 São Vicente e Grenadinas	●	●	●	●	●	●		●
81 Fidji	●	●	●	●	●	●	●	●
82 Peru	●	●	●	●	●	●	●	●
83 Líbano		●	●	●	●	●		●
84 Paraguai	●	●	●	●	●	●		●
85 Filipinas	●	●		●	●	●	●	●
86 Maldivas								
87 Turquemenistão	●	●	●	●	●	●		
88 Geórgia	●	●	●	●	●	●	●	●
89 Azerbaijão	●	●	●	●	●	●	●	
90 Jordânia		●	●	●	●	●	●	●
91 Tunísia	●	●	●	●	●	●	●	●
92 Guiana	●	●	●	●	●	●	●	●
93 Granada	●	●	●	●	●			
94 República Dominicana	●	●	●	●	●	●	●	●
95 Albânia	●	●	●	●	●	●	●	●
96 Turquia	●	●	●	●	●	●	●	●
97 Equador	●	●	●	●	●	●	●	●
99 Sri Lanka	●	●	●	●	●	●	●	●
100 Arménia					●	●		
101 Usbequistão		●	●	●	●	●		

29 Estatuto das convenções sobre direitos fundamentais do trabalho

Ordem IDH		Liberdade de associação e negociação colectiva		Eliminação de trabalho forçado e compulsório		Eliminação da discriminação em relação ao emprego e ocupação		Abolição do trabalho infantil	
		Convenção 87 [a]	Convenção 98 [b]	Convenção 29 [c]	Convenção 105 [d]	Convenção 100 [e]	Convenção 111 [f]	Convenção 138 [g]	Convenção 182 [h]
102	Quirguistão	●	●	●	●	●	●	●	
103	Cabo Verde	●	●	●	●	●	●		●
104	China					●		●	●
105	El Salvador			●	●	●	●	●	●
106	Irão			●	●	●	●		●
107	Argélia	●	●	●	●	●	●	●	●
108	Moldávia	●	●	●	●	●	●	●	
109	Vietname					●	●		●
110	Síria	●	●	●	●	●	●	●	
111	África do Sul	●	●	●	●	●	●	●	●
112	Indonésia	●	●	●	●	●	●	●	●
113	Tajiquistão	●	●	●	●	●	●	●	
114	Bolívia	●	●		●	●	●	●	
115	Honduras	●	●	●	●	●	●	●	●
116	Guiné Equatorial	●	●	●	●	●	●	●	●
117	Mongólia	●	●			●	●		●
118	Gabão	●	●	●	●	●	●		●
119	Guatemala	●	●	●	●	●	●	●	●
120	Egipto	●	●	●	●	●	●	●	●
121	Nicarágua	●	●	●	●	●	●	●	●
122	São Tomé e Príncipe	●	●			●	●		
123	Ilhas Salomão			●					
124	Namíbia	●	●	●	●		●	●	●
125	Botswana	●	●	●	●	●	●	●	●
126	Marrocos		●	●	●	●	●	●	●
127	Índia			●	●	●	●		
128	Vanuatu								
129	Gana	●	●	●	●	●	●		●
130	Cambodja	●	●	●	●	●	●	●	
131	Myanmar	●		●					
132	Papua-Nova Guiné	●	●	●	●	●	●	●	●
133	Suazilândia	●	●	●	●	●	●	●	●
134	Comoros	●	●	●	●	●			
135	Laos			●					
136	Butão								
137	Lesoto	●	●	●	●	●	●	●	●
138	Sudão		●	●	●	●	●		
139	Bangladeche	●	●	●	●	●	●		●
140	Congo	●	●	●	●	●	●	●	●
141	Togo	●	●	●	●	●	●	●	●
Desenvolvimento humano baixo									
142	Camarões	●	●	●	●	●	●	●	●
143	Nepal		●	●		●	●	●	●
144	Paquistão	●	●	●	●	●	●		●
145	Zimbabué		●	●	●	●	●	●	●
146	Quénia		●	●	●	●	●	●	●
147	Uganda		●	●	●				●
148	Iémen	●	●	●	●	●	●	●	●
149	Madagáscar	●	●	●		●	●	●	●
150	Haiti	●	●	●	●	●	●		
151	Gâmbia	●	●	●	●	●	●	●	●

29 Estatuto das convenções sobre direitos fundamentais do trabalho

Ordem IDH		Liberdade de associação e negociação colectiva		Eliminação de trabalho forçado e compulsório		Eliminação da discriminação em relação ao emprego e ocupação		Abolição do trabalho infantil	
		Convenção 87 [a]	Convenção 98 [b]	Convenção 29 [c]	Convenção 105 [d]	Convenção 100 [e]	Convenção 111 [f]	Convenção 138 [g]	Convenção 182 [h]
152	Nigéria	●	●	●	●	●	●	●	●
153	Djibouti	●	●	●	●	●			
154	Mauritânia	●	●	●	●	●	●	●	●
155	Eritreia	●	●	●	●	●	●	●	
156	Senegal	●	●	●	●	●	●	●	●
157	Guiné	●	●	●	●	●	●		
158	Ruanda	●	●	●	●	●	●	●	●
159	Benim	●	●	●	●	●	●	●	●
160	Tanzânia	●	●	●	●	●	●	●	●
161	Costa do Marfim	●	●	●	●	●	●		
162	Malawi	●	●	●	●	●	●	●	●
163	Zâmbia	●	●	●	●	●	●	●	●
164	Angola	●	●	●	●	●	●	●	●
165	Chade	●	●	●	●	●	●		●
166	Guiné-Bissau		●	●	●	●	●		
167	Congo, Rep. Dem.	●	●	●	●	●	●	●	●
168	República Centro-Africana	●	●	●	●	●	●	●	●
169	Etiópia	●	●		●	●	●	●	
170	Moçambique	●	●		●	●	●		
171	Burundi	●	●	●	●	●	●	●	●
172	Mali	●	●	●	●	●	●	●	●
173	Burkina Faso	●	●	●	●	●	●	●	●
174	Níger	●	●	●	●	●	●	●	●
175	Serra Leoa	●	●	●	●	●	●		
Outros [i]									
	Afeganistão				●	●			
	Iraque		●	●	●	●	●	●	●
	Quiribáti	●	●	●	●				
	Libéria	●	●	●	●		●		
	São Marino	●	●	●	●	●	●	●	●
	Sérvia e Montenegro	●	●	●		●	●	●	
	Somália			●	●		●		
Ratificações totais		141	152	161	157	160	157	121	131

● Convenção ratificada. ○ Ratificação denunciada.

Nota: O quadro inclui países que ratificaram pelo menos uma das oito convenções sobre direitos fundamentais do trabalho. A informação é de 12 de Fevereiro de 2003.

a. Convenção sobre a Liberdade Sindical e a Protecção do Direito Sindical (1948). b. Convenção sobre o Direito de Organização e de Negociação Colectiva (1949). c. Convenção sobre o Trabalho Forçado (1930). d. Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado (1957). e. Convenção sobre Igualdade de Remuneração (1951). f. Convenção sobre a Discriminação no Emprego e na Profissão (1958). g. Convenção sobre a Idade Mínima (1973). h. Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil (1999). i. Países não incluídos no índice de desenvolvimento humano.

Fonte: Colunas 1-8: ILO 2003a.

30 Indicadores básicos para outros países membros da ONU

	Componentes do índice de desenvolvimento humano										
	Esperança de vida à nascença (anos) 2000-05 [a]	**Taxa de alfabetização de adultos** (% 15 anos e mais) 2001	**Taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior** (%) 2000-01 [b]	**PIB per capita** (dól. PPC) 2001	**População total** (milhares) 2001	**Taxa de fertilidade total** (por mulher) 2000-05 [a]	**Taxa de morta-lidade infantil** (por 1.000 nados-vivos) 2001	**Taxa de morta-lidade de menores de cinco** (por 1.000 nados-vivos) 2001	**Adultos vivendo com HIV/SIDA** (% 15-49 anos) 2001 [c]	**Pessoas subali-mentadas** (em % da população total) 1998/2000 [d]	**População com acesso sustentável a uma fonte de água melhorada** (%) 2000
Afeganistão	43,1	36,0	30	–	22.083	6,8	165	257	–	70	13
Andorra	–	–	–	–	67	–	6	7	–	–	100
Iraque	60,7	39,7	58	–	23.860	4,8	107	133	<0,10	27	85
Quiribáti	–	100,0	–	–	85	–	51	69	–	–	48
Coreia. Rep, Dem,	63,1	100,0	–	–	22.409	2,0	42	55	–	34	100
Libéria	41,4	54,8	16	–	3.099	6,8	157	235	–	39	–
Liechtenstein	–	100,0	–	–	33	–	10	11	–	–	–
Ilhas Marshall	–	91,0	–	–	52	–	54	66	–	–	–
Micronésia	68,6	81,0	–	–	107	3,8	20	24	–	–	–
Mónaco	–	–	–	–	34	–	4	5	–	–	100
Nauru	–	95,0	55	–	12	–	25	30	–	–	–
Palau	–	98,0	–	–	20	–	24	29	–	–	79
São Marino	–	–	–	–	27	–	4	6	–	–	–
Sérvia e Montenegro	73,2	98,0	52	–	10.545	1,7	17	19	0,19	–	98
Somália	47,9	24,0	7	–	9.088	7,3	133	225	1,00	71	–
Timor-Leste	49,5	–	–	–	711	3,8	85	124	–	–	–
Tonga	68,6	99,0	81	–	102	3,7	17	20	–	–	100
Tuvalu	–	98,0	67	–	10	–	38	52	–	–	–

Nota: O quadro apresenta dados para países membros da ONU não incluídos nos principais quadros de indicadores.

a. Os dados referem-se a estimativas para o período indicado. b. Os dados referem-se ao ano escolar de 2000-01. c. Os dados referem-se ao final de 2001. d. Os dados referem-se à média para os anos indicados.

Fonte: Colunas 1, 5 e 6: UN 2003d; *coluna 2:* UNESCO Institute for Statistics 2003a; *coluna 3:* UNESCO Institute for Statistics 2003b; *coluna 4:* World Bank 2003c; *colunas 7 e 8:* UNICEF 2003b; *coluna 9:* UNAIDS 2002; *coluna 10:* UN 2003a, baseado em dados da Organização para a Alimentação e a Agricultura; *coluna 11:* UN 2003a, baseado em dados produzidos conjuntamente pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância e pela Organização Mundial da Saúde.

INDICADORES DOS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO

INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

I. MONITORIZAR O DESENVOLVIMENTO HUMANO: AUMENTAR AS ESCOLHAS DAS PESSOAS. . .

II. . . . PARA VIVEREM UMA VIDA LONGA E SAUDÁVEL . . .

III. . . . ADQUIRIREM CONHECIMENTO . . .

IV. . . . TEREM ACESSO AOS RECURSOS NECESSÁRIOS PARA UM NÍVEL DE VIDA DIGNO . . .

V. . . . ENQUANTO O PRESERVAM PARA AS GERAÇÕES FUTURAS . . .

VI. . . . PROTEGENDO A SEGURANÇA PESSOAL . . .

VII. . . . E ALCANÇANDO A IGUALDADE PARA TODAS AS MULHERES E HOMENS

VIII. INSTRUMENTOS DOS DIREITOS HUMANOS E DO TRABALHO

Nota sobre as estatísticas no Relatório do Desenvolvimento Humano

Este Relatório apresenta habitualmente dois tipos de informações estatísticas: as estatísticas dos quadros de indicadores do desenvolvimento humano, que fornecem uma avaliação global das realizações dos países em diferentes áreas do desenvolvimento humano, e as provas estatísticas, na análise temática dos capítulos, que podem ser baseadas em dados internacionais, nacionais ou subnacionais. O Relatório deste ano, que aborda o tema dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, também inclui indicadores relacionados com esses Objectivos, num conjunto especial de quadros. Estes fornecem uma referência estatística para avaliar o progresso em cada país, tendo em vista os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e as suas metas.

Fontes de dados

O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano é um utilizador, mas não um produtor de estatísticas. Por conseguinte, conta com as agências internacionais de dados, que têm os recursos e os conhecimentos para recolher e compilar dados internacionais sobre indicadores estatísticos específicos.

Quadros de indicadores do desenvolvimento humano

Com o fim de permitir comparações entre países e intertemporais, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano utiliza, na medida do possível, dados comparáveis internacionalmente, produzidos por importantes agências internacionais de dados, ou outras instituições especializadas, para a preparação dos quadros de indicadores do desenvolvimento humano (para informação sobre as principais agências que fornecem dados utilizados no Relatório, ver caixa 1). Mas, existem ainda muitas lacunas nos dados, mesmo em algumas áreas muito básicas do desenvolvimento humano. Embora defenda o aperfeiçoamento dos dados do desenvolvimento humano, como princípio e por razões práticas, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano não reúne dados directamente dos países, nem faz estimativas para preencher as lacunas dos dados no Relatório.

A única excepção é o índice de desenvolvimento humano (IDH). O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano esforça-se por incluir no IDH tantos países membros da ONU quantos possíveis. Para que um país seja incluído, é ideal que estejam disponíveis dados das principais agências internacionais para todas as quatro componentes do índice (as fontes primárias de dados são a Divisão da População das Nações Unidas, para a esperança de vida à nascença, o Instituto de Estatística da UNESCO, para a taxa de alfabetização de adultos e a taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior, e o Banco Mundial, para o PIB per capita [dólares PPC]. Mas, para um número significativo de países, faltam dados relativamente a uma, ou mais, destas componentes. Em resposta ao desejo dos países de serem incluídos no IDH, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano faz todos os esforços, nestes casos, para identificar outras estimativas razoáveis, trabalhando com agências internacionais de dados, Comissões Regionais das Nações Unidas, departamentos nacionais de estatística e os gabinetes nacionais do PNUD. Nalguns casos, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano tentou fazer estimativas, consultando os departamentos ou regionais nacionais de estatística, ou outros especialistas.

Quadros de indicadores dos objectivos de desenvolvimento do milénio

A Divisão de Estatística das Nações Unidas mantém a base mundial de Indicadores do Milénio (http:\\www.millenniumindicators.org), compilada a partir de séries de dados internacionais fornecidas pelas agências internacionais responsáveis. A base de

CAIXA 1

Principais fontes de dados utilizados *no Relatório do Desenvolvimento Humano*

Com a partilha generosa de dados, as seguintes organizações tornaram possível ao *Relatório do Desenvolvimento Humano* publicar as importantes estatísticas de desenvolvimento humano que aparecem nos quadros de indicadores.

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) Esta organização da ONU fornece dados sobre refugiados através da sua publicação *Statistical Yearbook*.

Banco Mundial O Banco Mundial produz e compila dados sobre tendências económicas, bem como um vasto conjunto de outros indicadores. O seu *World Development Indicators* é a fonte primária para vários indicadores no Relatório.

Centro de Análise e Informação sobre o Dióxido de Carbono (CDIAC) O CDIAC, um centro de dados e análise do Departamento de Energia dos Estados Unidos, concentra-se no efeito de estufa e na alteração do clima mundial. É a fonte de dados sobre emissões de dióxido de carbono.

Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED) A CNUCED fornece estatísticas económicas e de comércio através de um conjunto de publicações, incluindo o *World Investment Report*. É a fonte original de dados sobre fluxos de investimento que o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano recebe de outras agências.

Divisão da População das Nações Unidas (UNPOP) Este gabinete especializado das Nações Unidas produz dados internacionais sobre tendências da população. O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseia-se em *World Population Prospects* e *World Urbanization Prospects*, duas das principais publicações de dados da UNPOP, para as estimativas e projecções demográficas.

Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (UNSD) A UNSD fornece um amplo conjunto de produtos e serviços estatísticos. Muitos dos dados de contas nacionais fornecidos ao Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano por outras agências tem origem na UNSD. O Relatório deste ano também se baseia na Base de Indicadores do Milénio, mantido pela UNSD, como a fonte de dados para os quadros de indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Estudo do Rendimento do Luxemburgo (LIS) Um projecto cooperativo de investigação com 25 países membros, o LIS concentra-se nos temas da pobreza e da política. É a fonte das estimativas de privação de rendimento para muitos países da OCDE.

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) A UNICEF acompanha o bem-estar das crianças e fornece uma ampla série de dados. O seu *State of the World's Children* é uma fonte importante de dados para o Relatório.

Fundo Monetário Internacional (FMI) O FMI possui um extenso programa de desenvolvimento e compilação de estatísticas sobre transacções financeiras internacionais e balança de pagamentos. Grande parte dos dados financeiros fornecidos ao Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano através de outras agências é proveniente do FMI.

Instituto Internacional de Estudos Estratégicos (IISS) Um centro independente de investigação, informação e debate sobre os problemas de conflitos, o IISS mantém uma extensa base de dados militar. Os dados sobre as forças armadas são da sua publicação *The Military Balance*.

Instituto Inter-regional de Investigação das Nações Unidas sobre a Criminalidade e a Justiça (UNICRI) Este Instituto da ONU realiza investigação internacional comparada para apoio ao Programa das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e a Justiça Penal. É a fonte de dados sobre vítimas da criminalidade.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) O Instituto de Estatística desta agência especializada da ONU é a fonte de dados sobre assuntos relacionados com a educação. O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano apoia-se em dados das publicações estatísticas da UNESCO, bem como dados recebidos directamente do seu Instituto de Estatísticas.

Organização Internacional do Trabalho (OIT) A OIT mantém um extenso programa de publicações estatísticas, sendo o *Yearbook of Labour Statistics* a sua colecção mais compreensiva de dados sobre a população activa. A OIT é a fonte de dados sobre salários, emprego e ocupações e de informação sobre o estatuto de ratificação das convenções dos direitos do trabalho.

Organização Mundial da Saúde (OMS) Esta agência especializada mantém um largo número de séries estatísticas sobre temas de saúde, a fonte para os indicadores relacionados com a saúde, neste Relatório.

Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) A FAO reúne, analisa e difunde informação e dados sobre a alimentação e a agricultura. É a fonte de dados sobre indicadores de insegurança alimentar.

Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE) A OCDE publica dados sobre uma variedade de tendências sociais e económicas nos seus países membros, bem como fluxos de ajuda. O Relatório deste ano apresenta dados da OCDE sobre ajuda, energia, emprego e educação.

Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/SIDA (ONUSIDA) Este programa conjunto da ONU monitoriza a propagação do HIV/SIDA e fornece actualizações regulares. O seu *Report on the Global HIV/AIDS Epidemic* é a fonte primária de dados sobre HIV/SIDA.

Tratados Multilaterais das Nações Unidas Depositadas junto do Secretário-Geral (Secção de Tratados das Nações Unidas) O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano colige informação sobre o estatuto dos principais instrumentos internacionais de direitos humanos e tratados ambientais, apoiado na base de dados que este gabinete da ONU mantém.

União Internacional das Telecomunicações (UIT) Esta agência especializada da ONU mantém uma extensa colecção de estatísticas sobre informação e comunicações. Os dados sobre tendências nas telecomunicações provêm da sua base de dados *World Telecommunications Indicators*.

União Inter-Parlamentar (UIP) Esta organização fornece dados sobre tendências na participação política e estruturas da democracia. O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseia-se na UIP para os dados relativos a eleições e para a informação sobre a representação política das mulheres.

dados constitui o suporte estatístico para o relatório anual apresentado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas à Assembleia-Geral das Nações Unidas sobre o progresso mundial e regional, tendo em vista os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e as suas metas. Mas, também se alimenta de outros relatórios internacionais que fornecem dados para os indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio dos países, tais como este Relatório e o World Development Indicators, publicação anual do Banco Mundial.

No momento em que este Relatório estava a ser preparado, a Divisão de Estatística das Nações Unidas estava a actualizar a Base de Indicadores do Milénio, enquanto o Banco Mundial completava os seus World Development Indicators 2003 para publicação. Com a partilha generosa dos dados, o Banco Mundial e outras agências internacionais — como a União Inter-Parlamentar, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o HIV/SIDA (ONUSIDA), o Programa das Nações Unidas para o Ambiente e a Organização Mundial da Saúde — permitiram que o Relatório incluísse não apenas os dados existentes na Base de Indicadores do Milénio, mas também estimativas mais recentes para alguns dos indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Estas estimativas, que estão a ser preparadas para incorporação na base de dados, poderão ser mais actualizadas depois de concluídos os dados para este Relatório.

Dados para a analise tematica

As provas estatísticas utilizadas na análise temática do Relatório são, frequentemente, extraídas dos quadros de indicadores. Mas, também se utiliza um conjunto amplo de outras fontes, incluindo documentos comissionados, documentos governamentais, relatórios nacionais de desenvolvimento humano, relatórios de organizações não governamentais, artigos de revista e outras publicações académicas. As estatísticas oficiais são, normalmente, prioritárias. Mas, devido à natureza muito avançada dos assuntos discutidos, podem não existir estatísticas oficiais relevantes, pelo que devem ser utilizadas fontes não oficiais de informação. No entanto, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano está empenhado em confiar nos dados compilados através de investigação académica e científica e em assegurar a imparcialidade das fontes de informação e da sua utilização na análise.

Sempre que nas caixas ou quadros do texto se utilizada informação de outras fontes, que não a dos quadros de indicadores do Relatório, é indicada a fonte e é feita uma citação completa na bibliografia. Além disso, para cada capítulo, uma nota resumida descreve as principais fontes para o capítulo e as notas finais especificam as fontes da informação estatística que não é extraída dos quadros de indicadores.

A necessidade de melhores estatisticas De desenvolvimento humano

Embora os quadros de indicadores do Relatório deste ano apresentem os melhores dados actualmente disponíveis para a medição do desenvolvimento humano, subsistem muitas lacunas e problemas.

Lacunas nos dados

As lacunas existentes nos quadros de indicadores, particularmente nos quadros de indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, demonstram a necessidade premente de melhorias na disponibilidade de estatísticas de desenvolvimento humano relevantes, fidedignas e atempadas. Um exemplo perfeito das lacunas nos dados é o grande número de países excluído do IDH. A intenção é incluir todos os países membros das Nações Unidas, bem como Hong Kong, China (RAE) e os Territórios Ocupados da Palestina. Porém, devido à falta de dados fidedignos, 18 países membros das Nações Unidas estão excluídos do IDH e, portanto, dos principais quadros de indicadores (os indicadores fundamentais que estão disponíveis para estes países são apresentados no quadro 30). De igual modo, o índice de pobreza humana cobre apenas 94 países em desenvolvimento e 17 países OCDE de rendimento elevado, o índice de desenvolvimento ajustado ao género, 144 países, e a medida de participação segundo o género mede 70 países. Para um número significativo de países, os dados para as componentes destes índices não são fiáveis e estão desactualizados e, nalguns casos, têm de ser estimados (para a definição e metodologia dos índices, ver nota técnica 1).

Discrepancias entre estimativas nacionais e internacionais

Quando compilam as séries de dados internacionais, as agências internacionais de dados têm de aplicar, com frequência, padrões adoptados interna-

cionalmente e procedimentos de harmonização para melhorar a comparabilidade entre países. Se os dados internacionais se baseiam em estatísticas nacionais, como geralmente acontece, os dados nacionais podem necessitar de ser ajustados. Quando faltam dados sobre um país, uma agência internacional pode produzir uma estimativa, se puder ser utilizada outra informação relevante. E, devido às dificuldades de coordenação entre agências nacionais e internacionais, as séries de dados internacionais podem não incorporar os dados nacionais mais recentes. Todos estes factores podem conduzir a discrepâncias significativas entre as estimativas nacionais e internacionais.

Este Relatório tem evidenciado, com frequência, estas discrepâncias. E embora o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano advogue a melhoria dos dados internacionais, reconhece também que pode ter um papel activo em tais esforços. Sempre que têm surgido discrepâncias nos dados, o Gabinete tem ajudado a articular as autoridades nacionais e internacionais sobre dados para tratarem dessas discrepâncias. Em muitos casos, isso conduziu a melhores estatísticas no Relatório.

Para uma capacidade estatistica mais forte

Uma parte essencial da solução para as enormes lacunas e deficiências na informação estatística é a construção de uma boa capacidade estatística nos países, um esforço que requer empenho financeiro e político, quer ao nível nacional, quer ao nível internacional (ver caixa 2.1 no capítulo 2). Em contraste com velhas abordagens que favorecem os resultados de curto prazo, as novas estratégias devem centrar-se na sustentabilidade de longo prazo da capacidade estatística. O impulso gerado pelo processo dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio mobilizou toda a comunidade estatística internacional e estão em curso muitas iniciativas. Entre estas, estão os esforços dos grupos de especialistas da Parceria Estatística para o Século XXI — o consórcio PARIS 21— que têm vindo a publicitar a necessidade de melhores estatísticas, encorajando os países a promover planos estratégicos de longo prazo para o desenvolvimento estatístico e a criar novos instrumentos para medir a capacidade estatística.

Uma forma importante de construir a capacidade estatística é através do desenvolvimento de inquéritos às famílias. Mas os censos populacionais também deveriam receber prioridade e recursos adequados (caixa 2). E as agências internacionais de estatística deveriam continuar a ter uma parte activa no desenvolvimento estatístico, através da melhoria, promoção e execução de padrões, métodos e estruturas acordados internacionalmente para as actividades estatísticas. O Instituto de Estatística da

CAIXA 2

Construir capacidade para assegurar a continuidade dos censos populacionais

Um censo populacional é a fonte primária de informação sobre o número de pessoas de um país e as características da população. Vários aspectos o distinguem das fontes de dados baseadas em estudos. Pode obter uma cobertura completa da população. Oferece possibilidades de relacionar as características individuais da população com as das famílias. Providencia pormenores sobre grupos populacionais subnacionais. E numa situação de pós-conflito, em que o sistema estatístico nacional entra frequentemente em colapso, um censo populacional providencia a base para o desenvolvimento de instituições democráticas e boa governação e pode também dar às pessoas a esperança num futuro melhor.

A partir dos dados dos censos, os analistas podem deduzir a maior parte dos indicadores baseados na população, necessários para monitorizar o progresso nacional e subnacional com vista aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. E nenhuma outra fonte de dados permite uma análise desagregada por sexos tão compreensiva dos indicadores baseados na população. Sem um censo actualizado, as lacunas nos dados são inevitáveis. Mesmo a informação básica sobre a dimensão e a composição etária da população não estará disponível, ou não será fiável.

Quase todos os países em desenvolvimento tiveram alguma experiência de realização de censos nas últimas décadas, embora muitos ainda não disponham dos recursos financeiros e humanos para os realizar sem pelo menos alguma assistência externa, financeira ou técnica. Os esforços para criar a capacidade de realização de censos são frequentemente dificultados por sistemas estatísticos nacionais fracos, grandes intervalos entre censos e mudanças rápidas de funcionários.

A elaboração de um censo é a actividade de recolha de dados mais dispendiosa empreendida por um sistema estatístico nacional. Custos crescentes, orçamentos do sector público decrescentes e ajudas cada vez menores têm contribuído para atrasos e adiamentos de censos na ronda de 2000, especialmente na África Subsariana. Sem recursos atempados e adequados, a elaboração de censos vai enfrentar um futuro incerto. Para os sistemas estatísticos nacionais, as parcerias com os principais participantes – sociedade civil, sector privado e organizações bilaterais e multilaterais – são essenciais para assegurar a continuidade dos censos.

Fonte: UNFPA 2003.

CAIXA 3

Um novo instrumento para avaliar e monitorizar a alfabetização

O Programa de Avaliação e Monitorização da Alfabetização, uma iniciativa que está a ser desenvolvida pelo Instituto de Estatística da UNESCO, em cooperação com agências internacionais e técnicos especialistas, irá desenvolver e dirigir um inquérito para medir um conjunto de níveis de alfabetização nos países em desenvolvimento. Tal inquérito é claramente necessário. A maior parte dos dados actuais sobre alfabetização de adultos é demasiado pouco fiável para servir as necessidades dos utilizadores nacionais e internacionais de dados sobre alfabetização. Uma razão para a falta de credibilidade é o facto de os dados se basearem geralmente em declarações próprias sobre alfabetização, ou em indicadores aproximados, tais como níveis de educação.

A medição da alfabetização não é apenas uma questão de dizer quem sabe e quem não sabe ler. São necessários diferentes níveis de capacidades de alfabetização, desde escrever o próprio nome, até compreender as instruções num frasco de medicamentos, ou ler livros. Com a alfabetização no topo da agenda do desenvolvimento, são necessários bons dados para traçar e orientar as acções apropriadas, seja a nível nacional, seja a nível local.

Como será conduzido o programa

O Programa de Avaliação e Monitorização da Alfabetização irá utilizar avaliações para medir a alfabetização das pessoas. Basear-se-á nos avanços recentes da metodologia de avaliação, desenvolvendo-os de forma a garantir a avaliação de todos os níveis de alfabetização, desde a leitura e escrita mais elementares, até ao mais alto nível de competências.

O programa visa desenvolver uma metodologia que vá ao encontro das necessidades nacionais. Iniciar-se-á como um estudo sobre os adultos num pequeno número de países em desenvolvimento. Quando a metodologia estiver afinada, o programa encorajará a sua utilização como inquérito padrão para reunir os dados sobre alfabetização, a nível mundial. Mas o programa vai enfrentar muitos desafios, tais como assegurar que os questionários são compatíveis com as condições linguísticas e socioculturais locais, manter a comparabilidade internacional e garantir a transferência de conhecimentos.

Quais os resultados esperados

O programa vai mostrar como se distribui a alfabetização entre a população, providenciando estimativas de taxas de alfabetização por grupos etários, sexo, nível educacional e outras variáveis. Irá também fornecer uma metodologia de avaliação da alfabetização. E garantirá que os conhecimentos especializados serão partilhados e que os representantes nacionais serão formados, para que os países possam adaptar o inquérito aos seus próprios objectivos. Para mais informação sobre o programa, ver http://www.uis.unesco.org/.

Fonte: UNESCO Institute for Statistics 2003 e.

UNESCO está a desenvolver um Programa de Avaliação e Monitorização da Literacia, um instrumento muito aperfeiçoado para medir a literacia (caixa 3). A Organização Mundial da Saúde tem estado a desenvolver uma medida de esperança de vida saudável (caixa 4). E outras instituições têm vindo a trabalhar em indicadores relacionados com a saúde materna, tentando identificar indicadores de progresso que possam ajudar a informar a política, quando a medição adequada dos indicadores de resultados (tais como a mortalidade materna) é difícil e dispendiosa (caixa 5).

Metodologia

O Relatório deste ano apresenta dados para a maior parte dos indicadores fundamentais, com um desfasamento de apenas dois anos entre o ano de referência dos indicadores e o ano de lançamento do Relatório. Os quadros de indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio incluem 191 países membros da ONU, juntamente com Hong Kong, China (RAE) e os Territórios Ocupados da Palestina. Os principais quadros de indicadores de desenvolvimento humano incluem 175 desses 193 países e áreas — todos aqueles para os quais o IDH pode ser calculado. Devido à falta de dados comparáveis, 18 países membros da ONU não podem ser incluídos no IDH ou, então, nos principais quadros de indicadores. Para esses países, são apresentados indicadores básicos de desenvolvimento humano num quadro separado (quadro 30).

Classificações dos paises

Os países são classificados de quatro formas: segundo o nível de desenvolvimento humano, segundo o rendimento, nos principais agregados mundiais e por regiões (ver as classificações dos países). Estas designações não exprimem, necessariamente, nenhum julgamento sobre o estádio de desenvolvimento de um país ou região particular. O termo país, como é utilizado no texto e nos quadros, refere-se, quando apropriado, a territórios ou áreas.

Classificações de desenvolvimento humano. Todos os países incluídos no IDH são classificados em três grupos, segundo a realização em desenvolvimento humano: desenvolvimento humano elevado (com um IDH igual ou superior a 0,800), desen-

CAIXA 4

Medir a esperança de vida saudável

A Organização Mundial de Saúde publica dados sobre esperança de vida saudável, bem como sobre esperança de vida total, no seu *World Health Report* anual. A esperança de vida saudável traduz os anos vividos com saúde plena. É calculada ajustando a esperança de vida total aos anos vividos com menos saúde, em resultado de doenças e acidentes (Mathers e outros 2001). As estimativas da esperança de vida saudável baseiam-se numa análise da mortalidade em 191 países e da incapacidade derivada de 135 causas, em 17 regiões do mundo, e nas análises de 69 estudos sobre a saúde em 60 países, utilizando novos métodos para melhorar a comparabilidade dos dados que cada um declara. Estas estimativas são menos fiáveis do que as da esperança de vida total, principalmente devido às limitações dos dados e às dificuldades de produzir medidas de incapacidade comparáveis entre países.

A esperança de vida saudável à nascença varia de um baixo valor de 39 anos na África Subsariana, até 66 anos nos países desenvolvidos, com uma média mundial de 56 anos, em 2000 (ver quadro). Na Europa de Leste e na antiga União Soviética, ela decresceu de 62 para 58 anos, entre 1990 e 2000, reflectindo um agravamento na saúde dos adultos. Na África Subsariana, ela diminuiu de 42 para 39 anos, no mesmo período, reflectindo o efeito do HIV/SIDA. Sem o HIV/SIDA, a esperança de vida saudável à nascença na África Subsariana teria sido superior em quase mais seis anos, em 2000. Se a malária e a tuberculose também tivessem sido eliminadas, a esperança de vida teria sido superior em quase mais nove anos.

Enquanto as doenças transmissíveis, tais como o HIV/SIDA, a malária e a tuberculose, continuam a causar uma perda substancial de saúde e de vida nos países em desenvolvimento, particularmente em África, as doenças não transmissíveis e os acidentes contribuem com mais de metade para a totalidade dos anos de vida saudável perdidos, quer nos países em desenvolvimento, quer nos países desenvolvidos.

Esperança de vida saudável à nascença, por região, em 2000

Região	Anos
África	41,4
África do Norte	57,3
África Subsariana	38,7
Ásia[a]	55,5
Ásia Oriental	60,9
Ásia Central e do Sul	51,8
Ásia do Sudeste	55,8
Ásia Ocidental	50,8
América Latina e Caraíbas	58,0
Oceania[b]	49,6
Países em desenvolvimento	53,6
Países desenvolvidos	66,1
Mundo	56,0

a. Exclui o Japão
b. Exclui a Austrália e a Nova Zelândia
Fonte: WHO 2002.

Fonte: WHO 2003f.

volvimento humano médio (0,500-0,799) e desenvolvimento humano baixo (menos de 0,500).

Classificações de rendimento. Todos os países são agrupados pelo rendimento, utilizando a classificação do Banco Mundial: rendimento elevado (rendimento nacional bruto per capita igual ou superior a 9.206 dólares, em 2001), rendimento médio (756-9.205 dólares) e rendimento baixo (745 dólares ou menos).

Principais classificações do mundo. Os três grupos mundiais são os *países em desenvolvimento, Europa Central e do Leste e a CEI e OCDE.* Estes grupos não são mutuamente exclusivos. (Substituir o grupo OCDE pelo grupo OCDE de rendimento elevado, pode dar lugar a grupos mutuamente exclusivos; ver a classificação dos países). A classificação mundo representa o universo dos 193 países cobertos, a não ser quando indicado de outro modo.

Classificações regionais. Os países em desenvolvimento são, depois, classificados nas seguintes regiões: Países Árabes, Ásia Oriental e Pacífico, América Latina e Caraíbas (incluindo o México), Ásia do Sul, Europa do Sul e África Subsariana. Estas classificações regionais são consistentes com as Agências Regionais do PNUD. Uma classificação adicional é a dos *países menos desenvolvidos*, tal como definido pelas Nações Unidas (CNUCED 2001).

Agregados e taxas decrescimento

Agregados. Os agregados para as classificações descritas acima são apresentados no fim da maior parte dos quadros, quando tem significado analítico fazê-lo e quando os dados são suficientes. Os agregados que representam o total da classificação (como a população) são indicados com um T. Devido aos arredondamentos, os totais mundiais nem sempre são iguais à soma dos totais dos subgrupos. Todos os outros agregados são médias ponderadas.

Em geral, um agregado só é apresentado numa classificação quando os dados estão disponíveis para metade dos países e representa pelo menos dois

CAIXA 5

Utilizar indicadores de processo para monitorizar a saúde materna

Durante anos, a taxa de mortalidade materna foi o principal indicador disponível para medir a saúde materna. Na falta de sistemas de registo fundamentais, este indicador requer amplos inquéritos às famílias, mas é de realização dispendiosa, está sujeita a muitos tipos de erros e é particularmente inadequado para monitorizar as mudanças recentes. Mesmo nos países com registos fundamentais, a mortalidade materna pode ser gravemente subestimada devido à má classificação dos óbitos. Além disso, embora este indicador forneça um retrato rápido do problema, não dá indicação do que fazer sobre ele.

Em 1991, a Universidade de Columbia e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) desenvolveram um conjunto de indicadores de processo (publicados posteriormente pela UNICEF, OMS e FNUAP 1997) para enfrentar estes problemas. Enquanto a taxa de mortalidade materna é um indicador de impacte e reflecte o nível de óbitos, os indicadores de processo mostram as alterações nas circunstâncias conhecidas por contribuírem para a mortalidade materna, tal como a não disponibilidade de tratamento médico. Os indicadores de processo são, portanto, úteis para a planificação e monitorização de projectos de prevenção da mortalidade materna (para informação sobre projectos que utilizam estes indicadores, ver http:/www.amdd.hs.columbia.edu).

Os indicadores de processo tornam visível a realidade de muitos serviços de saúde nos países em desenvolvimento, que não oferecem os cuidados que as mulheres necessitam no caso de desenvolverem complicações obstétricas. De cada 100 mulheres grávidas, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (WHO 1994), pelo menos 15 têm probabilidades de desenvolver complicações — quer vivam em Dacca ou em Nova Iorque. Mas, em Nova Iorque as mulheres podem obter o tratamento médico necessário para lhes salvar a vida, tal como antibióticos, transfusões de sangue e cesarianas. Estes procedimentos são normais desde há décadas. E, no entanto, o risco de vida que uma mulher corre durante a gravidez, ou durante o parto, é de 1 em 16, em África, 1 em 65, na Ásia e 1 em 3.700 na América do Norte.

Utilizando os indicadores de processo, os técnicos de planificação podem determinar os serviços mínimos de saúde necessários numa área populacional (a quantidade de cuidados de emergência obstétrica disponível e a distribuição geográfica desses serviços), se as mulheres que necessitam dos serviços estão a usá-los (a quantidade total de nascimentos em serviços de emergência obstétrica, a necessidade de serviços de emergência obstétrica e de cesarianas satisfeita em relação ao total de nascimentos) e se a qualidade é adequada (a taxa de casos fatais). As respostas podem, assim, orientar o investimento para a actualização dos serviços de cuidados de emergência obstétrica.

Comparados com a taxa de mortalidade materna, os indicadores de processo são:

- Menos dispendiosos – não requerem inquéritos mas, pelo contrário, baseiam-se em serviços de registo e em dados disponíveis ou estimativas da população e da taxa de natalidade.
- Mais válidos – dados que podem ser cruzados.
- Mais adequados para promover a acção – realçam as instalações de funcionamento e a cobertura populacional.
- Mais úteis – mostram a mudança relativamente depressa, salientando as necessidades e o progresso.

Fonte: Hijab 2003.

terços do peso disponível nessa classificação. O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano não preenche os dados que faltam para efeitos de agregação. Portanto, os agregados para cada classificação apenas representam os países para os quais existem dados disponíveis, referem-se ao ano ou período indicado e respeitam apenas aos dados das fontes primárias referenciadas, a não ser quando indicado de outro modo. Os agregados não são apresentados quando não existem processos adequados de ponderação.

Os agregados para os índices, taxas de crescimento e indicadores que cobrem mais do que um ponto no tempo são baseados apenas nos países para os quais existem dados para todos os pontos necessários. Para a classificação mundial, que apenas se refere ao universo dos 193 países (a não ser quando indicado de outro modo), os agregados nunca são apresentados quando não existe nenhum agregado para uma ou mais regiões.

Os agregados neste Relatório não se ajustam sempre aos de outras publicações, devido às diferenças na classificação dos países e na metodologia. Quando indicado, os agregados são calculados pela agência de estatísticas que fornece o próprio indicador.

Taxas de crescimento. As taxas de crescimento para vários anos são expressas como taxas anuais médias de variação. Nos cálculos das taxas pelo Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano são utilizados apenas os pontos inicial e final. As taxas de crescimento de ano para ano são expressas como variações percentuais anuais.

Apresentação dos indicadores

Nos quadros de indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, os países e áreas são apresentados através dos principais grupos mundiais e por regiões, para os países em desenvolvimento. Dentro

de cada classificação, os países são apresentados por ordem alfabética.

Nos quadros de indicadores do desenvolvimento humano, os países e áreas estão ordenados por ordem decrescente dos seus valores IDH. Para localizar um país nos quadros, recorre-se à *chave dos países* na aba da contracapa, que lista os países alfabeticamente e com a sua posição no IDH.

Pequenas citações das fontes são apresentadas no fim de cada quadro. Estas correspondem à referência completa nas fontes estatísticas que se seguem aos quadros de indicadores e à nota técnica. Quando apropriado, as definições de indicadores aparecem nas definições dos termos estatísticos. Todas as outras informações relevantes aparecem nas notas no fim de cada quadro.

As fontes de todos os dados utilizados nos quadros de indicadores são apresentadas em pequenas citações no fim de cada quadro. Estas concordam com as referências completas que se encontram nas *referências estatísticas*. Quando uma agência fornece dados que compilou a partir de outra fonte, ambas as fontes são creditadas nas notas dos quadros. Mas, quando uma agência se baseou no trabalho de muitos outros contribuintes, apenas a fonte final é apresentada. As notas sobre as fontes também mostram as componentes de dados originais utilizadas em todos os cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, para assegurar que todos os cálculos podem ser facilmente reproduzidos.

Os indicadores para os quais podem ser dadas definições pequenas e significativas estão incluídos nas *definições de termos estatísticos*. Todas as outras informações relevantes aparecem nas notas do fim de cada quadro.

Na ausência das expressões *anual, taxa anual e taxa de crescimento*, um hífen entre dois anos, tal como em 1995-2000, indica que o dado foi recolhido durante um dos anos referidos. Uma barra entre dois anos, tal como em 1997/99, assinala uma média para os anos indicados. Utilizaram-se os seguintes símbolos:

.. Dados não disponíveis.
(.) Menos de metade da unidade indicada.
< Menor que
– Não aplicável.
T Total.

Os dados para a China não incluem Hong Kong, China (RAE), Macau, China (RAE) ou Taiwan (província da China), a não ser se indicado de outro modo. Na maior parte dos casos, os dados da Eritreia anteriores a 1992 estão incluídos nos dados da Etiópia. Os dados da Indonésia incluem Timor Leste até 1999. Os dados da Jordânia referem-se apenas à Cisjordânia. E os dados da República do Iémen referem-se a este país de 1990 para a frente, enquanto os dados dos anos anteriores são dados agregados da antiga República Democrática Popular do Iémen e da antiga República Árabe do Iémen.

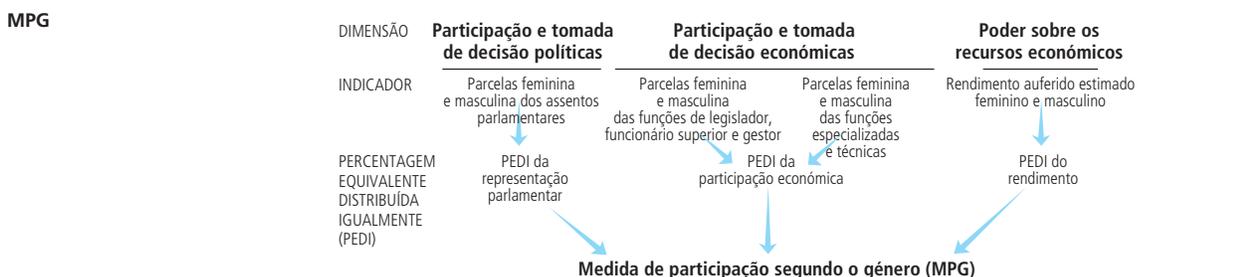
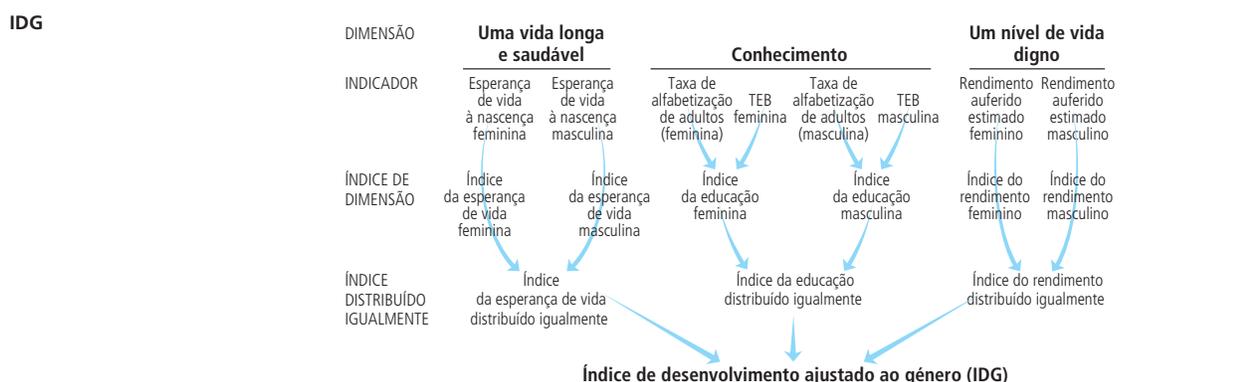
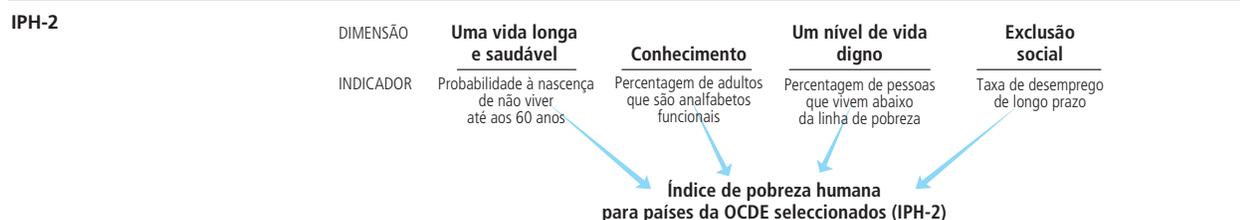
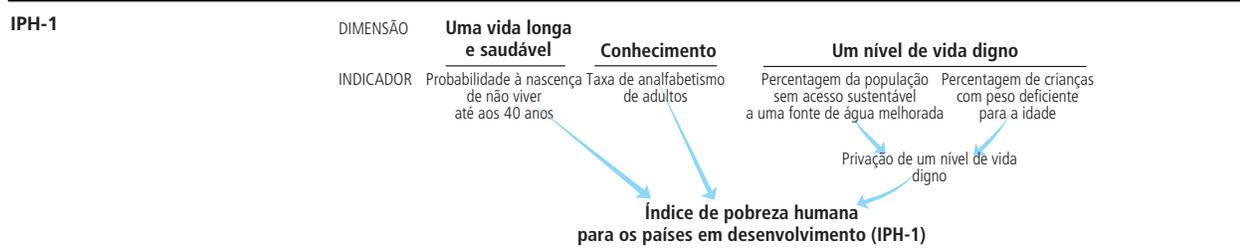
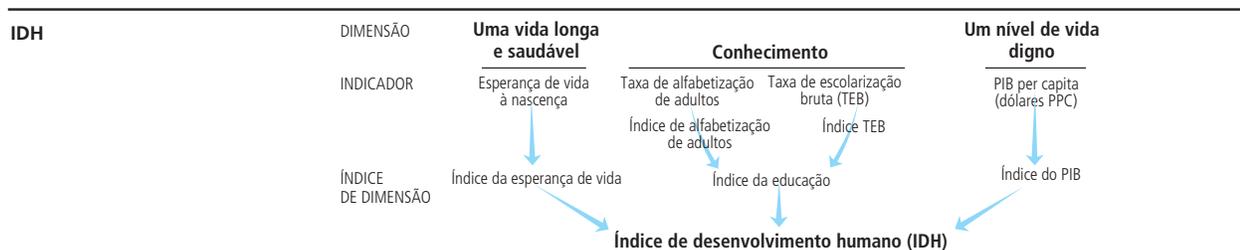
Como resultado das revisões periódicas dos dados pelas agências internacionais, as estatísticas apresentadas nas diferentes edições do Relatório muitas vezes não são comparáveis. Por isso, o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano adverte firmemente contra a construção de análises de tendência baseadas nos dados de diferentes edições.

Do mesmo modo, os valores e posições do IDH não são comparáveis entre edições do Relatório. Para análises de tendência baseadas em dados e metodologia consistentes, indica-se o quadro 2 (Tendências do índice de desenvolvimento humano).

Os dados apresentados nos quadros de indicadores dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio e nos quadros de indicadores do desenvolvimento humano são os que se encontravam disponíveis para o Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano em 16 de Abril de 2003.

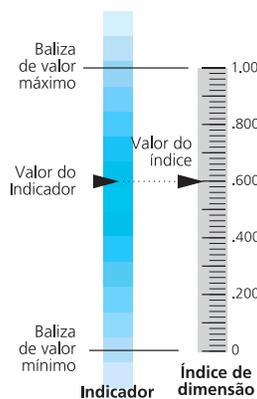
NOTA TÉCNICA 1

CÁLCULO DOS ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

Os diagramas seguintes oferecem uma visão clara do modo como são construídos os cinco índices de desenvolvimento humano utilizados no *Relatório do Desenvolvimento Humano*, realçando tanto as semelhanças como as diferenças. O texto das páginas seguintes fornece uma explicação pormenorizada.

O índice de desenvolvimento humano (IDH)

O IDH é uma medida resumo do desenvolvimento humano. Mede a realização média de um país em três dimensões básicas do desenvolvimento humano:

- Uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença.
- Conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos (com ponderação de dois terços) e pela taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (com ponderação de um terço).
- Um nível de vida digno, medido pelo PIB per capita (dólares PPC).

Antes de calcular o próprio IDH, é necessário criar um índice para cada uma destas três dimensões. Para o cálculo destes indicadores de dimensão – índices de esperança de vida, educação e PIB – são escolhidos valores mínimos e máximos (balizas) para cada indicador primário.

O desempenho em cada dimensão é expresso como um valor entre 0 e 1, utilizando a seguinte fórmula geral:

$$\text{Índice de dimensão} = \frac{\text{valor actual} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

O IDH é, então, calculado como uma média simples dos índices de dimensão. A caixa à direita ilustra o cálculo do IDH para um país amostra.

Balizas para o cálculo do IDH

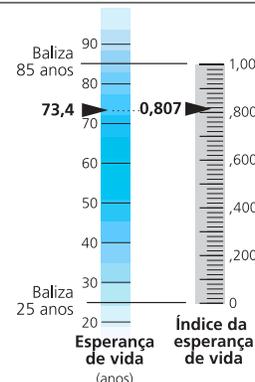
Indicador	Valor máximo	Valor mínimo
Esperança de vida à nascença (anos)	85	25
Taxa de alfabetização de adultos (%)	100	0
Taxa de escolarização bruta combinada (%)	100	0
PIB per capita (dólares PPC)	40.000	100

Cálculo do IDH

Esta ilustração do cálculo do IDH utiliza dados da Albânia.

1. Cálculo do índice da esperança de vida

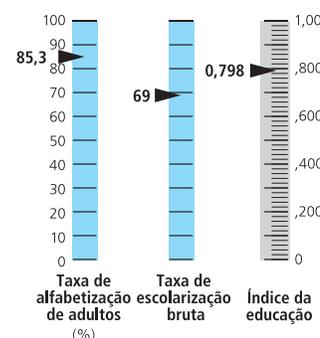
O índice da esperança de vida mede a realização relativa de um país na esperança de vida à nascença. Para a Albânia, com um valor observado de 73,4 anos em 2001, o índice da esperança de vida é 0,807.

$$\text{Índice da esperança de vida} = \frac{73{,}4 - 25}{85 - 25} = \mathbf{0{,}807}$$

2. Cálculo do índice da educação

O índice da educação mede a realização relativa de um país tanto na alfabetização de adultos como na escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior. Primeiro, são calculados os índices da alfabetização de adultos e da escolarização bruta combinada. Depois, estes dois índices são combinados para criar o índice da educação, atribuindo uma ponderação de dois terços à alfabetização de adultos e de um terço à escolarização combinada. Para a Albânia, com uma taxa de alfabetização de adultos de 85,3% em 2001 e uma taxa de escolarização bruta combinada de 69% no ano escolar de 2000-01, o índice da educação é 0,798.

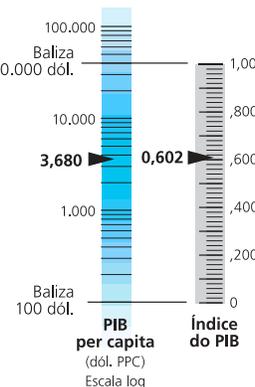
$$\text{Índice alfabetização adultos} = \frac{85{,}3 - 0}{100 - 0} = 0{,}853$$

$$\text{Índice de escolarização bruta} = \frac{69 - 0}{100 - 0} = 0{,}690$$

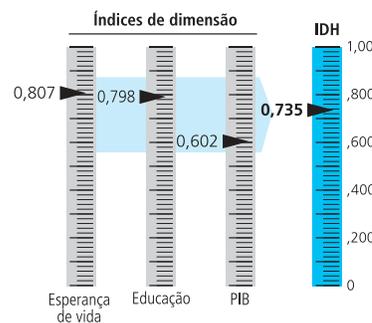
Índice da educação = 2/3 (índice de alfabetização de adultos) + 1/3 (índice de escolarização bruta)
= 2/3 (0,853) + 1/3 (0.690) = **0,798**

3. Cálculo do Índice do PIB

O índice do PIB é calculado utilizando o PIB per capita ajustado (dólares PPC). No IDH, o rendimento entra como um substituto para todas as dimensões do desenvolvimento humano não reflectidas numa vida longa e saudável e no conhecimento. O rendimento é ajustado porque, para alcançar um nível elevado de desenvolvimento humano, não é necessário um rendimento ilimitado. Por isso, utiliza-se o logaritmo do rendimento. Para a Albânia, com um PIB per capita de 3.680 dólares (PPC) em 2001, o índice do PIB é 0,602.

$$\text{Índice do PIB} = \frac{\log(3.680) - \log(100)}{\log(40.000) - \log(100)} = \mathbf{0{,}602}$$

100.000
Baliza 40.000 dól.
10.000
3,680
0,602
1.000
Baliza 100 dól.
1,00
,800
,600
,400
,200
0
PIB per capita (dól. PPC) Escala log
Índice do PIB

4. Cálculo do IDH

Uma vez calculados os índices de dimensão, a determinação do IDH é muito fácil. É uma média simples dos três índices de dimensão.

IDH = 1/3 (índice da esperança de vida) + 1/3 (índice da educação) + 1/3 (índice do PIB)
= 1/3 (0,807) + 1/3 (0,798) + 1/3 (0,602) = **0,735**

The human poverty index for developing countries (HPI-1)

Enquanto o IDH mede a realização média, o IPH-1 mede *privações* em três dimensões básicas do desenvolvimento humano captadas no IDH:

- Uma vida longa e saudável – vulnerabilidade à morte numa idade relativamente prematura, medida pela probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos.
- Conhecimento – exclusão do mundo da leitura e das comunicações, medida pela taxa de analfabetismo de adultos.
- Um nível de vida digno – falta de acesso ao aprovisionamento económico global, medida pela média não ponderada de dois indicadores, a percentagem da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e a percentagem de crianças com peso deficiente para a idade.

O cálculo do IPH-1 é mais directo que o cálculo do IDH. Os indicadores utilizados para medir as privações já estão normalizados entre 0 e 100 (porque são expressos em percentagens), pelo que não há necessidade de criar índices de dimensão como no caso do IDH.

Originalmente, a medida da privação de um nível de vida digno também incluía um indicador de acesso aos serviços de saúde. Mas, porque faltam dados fidedignos sobre o acesso aos serviços de saúde nos anos recentes, a privação de um nível de vida digno é medida, no Relatório deste ano, por dois e não por três indicadores – a percentagem da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e a percentagem de crianças com peso deficiente para a idade.

O índice de pobreza humana para países da OCDE seleccionados (IPH-2)

O IPH-2 mede privações nas mesmas dimensões que o IPH-1 e também capta a exclusão social. Reflecte, assim, privações em quatro dimensões:

- Uma vida longa e saudável – vulnerabilidade à morte numa idade relativamente prematura, medida pela probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos.
- Conhecimento – exclusão do mundo da leitura e das comunicações, medida pela percentagem de adultos (idades entre 16-65 anos) que são funcionalmente analfabetos.
- Um nível de vida digno – medido pela percentagem de pessoas que vivem abaixo da linha de privação de rendimento (50% da mediana do rendimento familiar disponível).
- Exclusão social – medida pela taxa de desemprego de longo prazo (12 meses ou mais).

Cálculo do IPH-1

1. Medida da privação de um nível de vida digno

A privação de um nível de vida digno é medida através de um média não ponderada de dois indicadores.

Média não ponderada = 1/2 (população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada) + 1/2 (crianças com peso deficiente para a idade)

Exemplo de cálculo: República Centro-Africana

População sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada = 30%
Crianças com peso deficiente para a idade = 23%

Média não ponderada = 1/2 (30) + 1/2 (23) = 26,5%

2. Cálculo do IPH-1

A fórmula para o cálculo do IPH-1 é a seguinte:

$$\text{IPH-1} = [1/3\,(P_1^{\alpha} + P_2^{\alpha} + P_3^{\alpha})]^{1/\alpha}$$

Onde:
P_1 = Probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos (vezes 100)
P_2 = Taxa de analfabetismo de adultos
P_3 = Média não ponderada da população sem acesso sustentável a uma fonte de água melhorada e das crianças com peso deficiente para a idade
$\alpha = 3$

Exemplo de cálculo: República Centro-Africana

P_1 = 55,3%
P_2 = 51,8%
P_3 = 26,5%

$$\text{IPH-1} = [1/3\,(55{,}3^3 + 51{,}8^3 + 26{,}5^3)]^{1/3} = \mathbf{47{,}8}$$

Cálculo do IPH-2

A fórmula para o cálculo do IPH-2 é a seguinte:

$$\text{IPH-2} = [1/4\,(P_1^{\alpha} + P_2^{\alpha} + P_3^{\alpha} + P_4^{\alpha})]^{1/\alpha}$$

Onde:
P_1 = Probabilidade à nascença de não viver até aos 60 anos (vezes 100)
P_2 = Adultos que são funcionalmente analfabetos
P_3 = População abaixo da linha de privação de rendimento (50% da mediana do rendimento familiar disponível médio)
P_4 = Taxa de desemprego de longo prazo (duração de 12 meses ou mais)
$\alpha = 3$

Exemplo de cálculo: Reino Unido

P_1 = 8,9%
P_2 = 21,8%
P_3 = 12,5%
P_4 = 1,3%

$$\text{IPH-2} = [1/4\,(8{,}9^3 + 21{,}8^3 + 12{,}5^3 + 1{,}3^3)]^{1/3} = \mathbf{14{,}8}$$

Por que razão $\alpha = 3$ no cálculo do IPH-1 e IPH-2

O valor de α tem um impacte importante sobre o valor do IPH. Se $\alpha = 1$, o IPH é a média das suas dimensões. Quando α cresce, dá-se maior peso à dimensão em que a privação é maior. Assim, à medida que α cresce para infinito, o IPH tenderá para o valor da dimensão em que a privação é máxima (para a República Centro-Africana, o exemplo utilizado para calcular o IPH-1, seria de 53,3%, igual à probabilidade à nascença de não viver até aos 40 anos).

Neste Relatório, o valor 3 é utilizado para dar um peso adicional, mas não excessivo, às áreas de privação mais aguda. Para uma análise pormenorizada da formulação matemática dos IPH, ver "Concepts of Human Development and Poverty: A Multidimensional Perspective", de Sudhir Anand e Amartya Sen, e a nota técnica no *Relatório do Desenvolvimento Humano* 1997 (ver a lista de leituras seleccionadas no fim desta nota técnica).

O índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG)

Enquanto o IDH mede a realização média, o IDG ajusta a realização média para reflectir as *desigualdades* entre homens e mulheres nas seguintes dimensões:

- Uma vida longa e saudável, medida pela esperança de vida à nascença.
- Conhecimento, medido pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior.
- Um nível de vida digno, medido pelo rendimento auferido estimado (dólares PPC).

O cálculo do IDG envolve três passos. Primeiro, os índices feminino e masculino de cada dimensão são calculados, de acordo com a seguinte fórmula geral:

$$\text{Índice de dimensão} = \frac{\text{valor actual} - \text{valor mínimo}}{\text{valor máximo} - \text{valor mínimo}}$$

Segundo, os índices feminino e masculino de cada dimensão são combinados de forma a penalizar as diferenças de realização entre homens e mulheres. O índice resultante, identificado por índice distribuído igualmente, é calculado de acordo com a seguinte fórmula geral:

$$\text{Índice distribuído igualmente} = \{[\text{parcela feminina da população (índice feminino}^{1-\epsilon})] + [\text{parcela masculina da população (índice masculino}^{1-\epsilon})]\}^{1/1-\epsilon}$$

ϵ mede a aversão à desigualdade. No IDG $\epsilon = 2$. Assim, a equação geral transforma-se em:

$$\text{Índice distribuído igualmente} = \{[\text{parcela feminina da população (índice feminino}^{-1})] + [\text{parcela masculina da população (índice masculino}^{-1})]\}^{-1}$$

o que dá a média harmónica dos índices feminino e masculino.

Terceiro, o IDG é calculado através da combinação dos três índices distribuídos igualmente numa média não ponderada.

Balizas para o cálculo do IDG

Indicador	Valor máximo	Valor mínimo
Esperança de vida feminina à nascença (anos)	87,5	27,5
Esperança de vida masculina à nascença (anos)	82,5	22,5
Taxa de alfabetização de adultos (%)	100	0
Taxa de escolarização bruta combinada (%)	100	0
Rendimentos auferidos estimados (dólares PPC)	40.000	100

Nota: Os valores máximo e mínimo (balizas) para a esperança de vida são cinco anos mais elevados para as mulheres, para tomar em consideração o facto de, em média, viverem mais anos.

Cálculo do IDG

A ilustração do cálculo do IDG usa dados da Tailândia.

1. Cálculo do índice da esperança de vida distribuído igualmente

O primeiro passo é o cálculo dos índices separados para as realizações feminina e masculina na esperança de vida, utilizando a fórmula geral dos índices de dimensão.

FEMININO
Esperança de vida à nascença: 73,2 anos

$$\text{Índice esperança vida} = \frac{73{,}2 - 27{,}5}{87{,}5 - 27{,}5} = 0{,}762$$

MASCULINO
Esperança de vida à nascença: 64,9 anos

$$\text{Índice esperança vida} = \frac{64{,}9 - 22{,}5}{82{,}5 - 22{,}5} = 0{,}707$$

A seguir, os índices feminino e masculino são combinados para criar o índice da esperança de vida distribuído igualmente, utilizando a fórmula geral dos índices distribuídos igualmente.

FEMININO
Parcela da população: 0,508
Índice da esperança de vida: 0,762

MASCULINO
Parcela da população: 0,492
Índice da esperança de vida: 0,707

$$\text{Índice da esperança de vida distribuído igualmente} = \{[0{,}508\ (0{,}762^{-1})] + [0{,}492\ (0{,}707^{-1})]\}^{-1} = \mathbf{0{,}734}$$

2. Cálculo do índice da educação distribuído igualmente

Primeiro, os índices para a taxa de alfabetização de adultos e para a taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior são calculados separadamente para mulheres e homens. O cálculo destes índices é directo, porque os indicadores utilizados já estão normalizados entre 0 e 100.

FEMININO
Taxa de alfabetização de adultos: 94,1%
Índice de alfabetização de adultos: 0,941
Taxa de escolarização bruta: 69,3%
Índice de escolarização bruta: 0,693

MASCULINO
Taxa de alfabetização de adultos: 97,3%
Índice de alfabetização de adultos: 0,973
Taxa de escolarização bruta: 74,6%
Índice de escolarização bruta: 0,746

Segundo, o índice da educação, que dá uma ponderação de dois terços ao índice de alfabetização de adultos e de um terço ao índice de escolarização bruta, é calculado separadamente para mulheres e homens.

$$\text{Índice da educação} = 2/3\ (\text{índice de alfabetização de adultos}) + 1/3\ (\text{índice de escolarização bruta})$$

$$\text{Índice da educação feminina} = 2/3\ (0{,}941) + 1/3\ (0{,}693) = 0{,}858$$

$$\text{Índice da educação masculina} = 2/3\ (0{,}973) + 1/3\ (0{,}746) = 0{,}897$$

Finalmente, os índices da educação feminina e masculina são combinados para criar o índice da educação distribuído igualmente:

FEMININO
Parcela da população: 0,508
Índice da educação: 0,858

MASCULINO
Parcela da população: 0,492
Índice da educação: 0,897

$$\text{Índice da educação distribuído igualmente} = \{[0{,}508\ (0{,}858^{-1})] + [0.492\ (0{,}897^{-1})]\}^{-1} = \mathbf{0{,}877}$$

3. Cálculo do índice do rendimento distribuído igualmente

Primeiro, os rendimentos auferidos feminino e masculino (dólares PPC) são estimados (para pormenores sobre o cálculo, ver a adenda a esta nota técnica). Depois, o índice do rendimento é calculado para cada género. Tal como para o IDH, o rendimento é ajustado considerando o logaritmo do rendimento auferido estimado (dólares PPC):

$$\text{Índice do rendimento} = \frac{(\text{valor actual}) - \log(\text{valor mínimo})}{\log(\text{valor máximo}) - \log(\text{valor mínimo})}$$

FEMININO
Rendimento auferido estimado (dólares PPC): 4,875

$$\text{Índice rendimento} = \frac{\log(4.875) - \log(100)}{\log(40.000) - \log(100)} = 0{,}649$$

MASCULINO
Rendimento auferido estimado (dólares PPC): 7.975

$$\text{Índice rendimento} = \frac{\log(7.975) - \log(100)}{\log(40.000) - \log(100)} = 0{,}731$$

O calculo do IDG continua na página seguinte

Cálculo do IDG (continuação)

Segundo, os índices do rendimento feminino e masculino são combinados para criar o índice do rendimento distribuído igualmente:

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,508	Parcela da população: 0,492
Índice do rendimento: 0,649	Índice do rendimento: 0,731

Índice do rendimento distribuído igualmente = $\{[0{,}508\ (0{,}649^{-1})] + [0{,}492\ (0{,}731^{-1})]\}^{-1}$ = **0,687**

4. Cálculo do IDG

O cálculo do IDG é directo. É simplesmente a média não ponderada dos três índices componentes – o índice da esperança de vida distribuído igualmente, o índice da educação distribuído igualmente e o índice do rendimento distribuído igualmente.

IDG = 1/3 (índice da esperança de vida) + 1/3 (índice da educação) + 1/3 (índice do rendimento)
= 1/3 (0,734) + 1/3 (0,877) + 1/3 (0,687) = **0,766**

Por que razão ∈ = 2 no cálculo do IDG

O valor de ∈ é a dimensão da penalização pela desigualdade de género. Quanto maior o valor, mais fortemente a sociedade é penalizada pela existência de desigualdades.

Se ∈ = 0, a desigualdade de género não é penalizada (neste caso, o IDG teria o mesmo valor que o IDH). À medida que ∈ cresce para infinito, dá-se cada vez mais peso ao grupo com menor realização.

O valor 2 é utilizado no cálculo do IDG (tal como no MPG). Este valor penaliza moderadamente a desigualdade de género na realização.

Para uma análise pormenorizada da formulação matemática do IDG, ver "Gender Inequlity in Human Development: Theories and Measurement", de Sudhir Anand e Amartya Sen, "UNDP's Gender-Related Indices: A Critical Review", de Kalpana Bardhan e Stephan Klasen, e as notas técnicas no *Relatório do Desenvolvimento Humano 1995* e no *Relatório do Desenvolvimento Humano 1999* (ver a lista de leituras seleccionadas no fim desta nota técnica).

A medida de participação segundo o género (MPG)

A MPG, centrada mais nas oportunidades das mulheres do que nas suas capacidades, capta a desigualdade de género em três áreas fundamentais:

- Participação política e poder de tomada de decisão, medidos pelas parcelas percentuais de mulheres e homens dos assentos parlamentares.
- Participação económica e poder de tomada de decisão, medidos por dois indicadores – as parcelas percentuais de mulheres e homens nas funções de legislador, funcionário superior e gestor e as parcelas percentuais de mulheres e homens nas funções especializadas e técnicas.
- Poder sobre os recursos económicos, medido pelo rendimento auferido estimado de mulheres e homens (dólares PPC).

Para cada uma destas três dimensões, é calculada uma percentagem equivalente distribuída igualmente (PEDI), como uma média ponderada pela população, de acordo com a seguinte fórmula geral:

$$\text{PEDI} = \{[\text{parcela feminina da população (índice feminino}^{1-\epsilon})] + [\text{parcela masculina da população (índice masculino}^{1-\epsilon})]\}^{1/1-\epsilon}$$

ϵ mede a aversão à desigualdade. Na MPG (tal como no IDG), $\epsilon = 2$, o que penaliza moderadamente a desigualdade. A fórmula passa a ser:

$$\text{PEDI} = \{[\text{parcela feminina da população (índice feminino}^{-1})] + [\text{parcela masculina da população (índice masculino}^{-1})]\}^{-1}$$

Para a participação política e económica e a tomada de decisão, a PEDI é, então, indexada dividindo-a por 50. A razão desta indexação: numa sociedade ideal, que iguala o poder dos dois sexos, as variáveis MPG são iguais a 50% – ou seja, a parcela das mulheres seria igual à dos homens para cada variável.

Finalmente, a MPG é calculada como uma média simples das três PEDI indexadas.

Cálculo da MPG

A ilustração do cálculo da MPG usa dados da Venezuela.

1. Cálculo da PEDI da representação parlamentar

A PEDI para representação parlamentar mede o poder relativo das mulheres em termos da sua participação política. A PEDI é calculada utilizando as parcelas feminina e masculina da população e as parcelas percentuais de mulheres e homens dos assentos parlamentares, de acordo com a fórmula geral:

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,497	Parcela da população: 0,503
Parcela parlamentar: 9,7%	Parcela parlamentar: 90,3%

$$\text{PEDI da representação parlamentar} = \{[0{,}497\ (9{,}7^{-1})] + [0{,}503\ (90{,}3^{-1})]\}^{-1} = 17{,}60$$

Esta PEDI inicial é, então, indexada a um valor ideal de 50%.

$$\text{PEDI indexada da representação parlamentar} = \frac{17{,}60}{50} = \mathbf{0{,}352}$$

2. Cálculo da PEDI da participação económica

Utilizando a fórmula geral, calcula-se uma PEDI para as parcelas percentuais de mulheres e homens nas funções de legislador, funcionário superior e gestor e uma outra para as parcelas percentuais de mulheres e homens nas funções especializadas e técnicas. A média simples das duas medidas dá a PEDI da participação económica.

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,497	Parcela da população: 0,503
Parcela percentual nas funções de legislador, funcionário superior e gestor: 24,3%	Parcela percentual nas funções de legislador, funcionário superior e gestor: 75,7%
Parcela percentual nas funções especializadas e técnicas: 57,6%	Parcela percentual nas funções especializadas e técnicas: 42,4%

$$\text{PEDI das funções de legislador, funcionário superior e gestor} = \{[0{,}497\ (24{,}3^{-1})] + [0{,}503\ (75{,}7^{-1})]\}^{-1} = 36{,}90$$

$$\text{PEDI indexada das funções de legislador, funcionário superior e gestor} = \frac{36{,}90}{50} = 0{,}738$$

$$\text{PEDI das funções especializadas e técnicas} = \{[0{,}497\ (57{,}6^{-1})] + [0{,}503\ (42{,}4^{-1})]\}^{-1} = 48{,}80$$

$$\text{PEDI indexada das funções especializadas e técnicas} = \frac{48{,}80}{50} = 0{,}976$$

As duas PEDI indexadas são médias para calcular a PEDI da participação económica:

$$\text{PEDI da participação económica} = \frac{0{,}738 + 0{,}976}{2} = \mathbf{0{,}857}$$

3. Cálculo da PEDI do rendimento

O rendimento auferido (dólares PPC) é estimado separadamente para mulheres e homens e, depois, indexado às balizas, tanto para o IDH como para o IDG. Mas, para a MPG, o rendimento indexado é baseado em valores não ajustados e não no logaritmo do rendimento auferido estimado. (Para pormenores sobre a estimação do rendimento auferido por homens e mulheres, ver a adenda a esta nota técnica).

FEMININO	MASCULINO
Parcela da população: 0,497	Parcela da população: 0,503
Rendimento auferido estimado (dól. PPC): 3.288	Rendimento auferido estimado (dól. PPC) 8.021
Índice do rendimento $= \frac{3.288 - 100}{40.000 - 100} = 0{,}080$	Índice do rendimento $= \frac{8.021 - 100}{40.000 - 100} = 0{,}199$

Os índices feminino e masculino são, então, combinados para determinar o índice distribuído igualmente:

$$\text{PEDI do rendimento} = \{[0{,}497\ (0{,}080^{-1})] + [0{,}503\ (0{,}199^{-1})]\}^{-1} = \mathbf{0{,}114}$$

4. Cálculo da MPG

Uma vez calculada a PEDI para as três dimensões da MPG, a determinação desta é directa. É uma média simples dos três índices PEDI.

$$\text{MPG} = \frac{0{,}352 + 0{,}857 + 0{,}114}{3} = \mathbf{0{,}441}$$

ADENDA À NOTA TÉCNICA 1

Rendimento auferido feminino e masculino

Apesar da importância dos dados do rendimento desagregados por género, não estão disponíveis medidas directas. Por isso, foram produzidas, para este Relatório, estimativas brutas dos rendimentos auferidos por mulheres e homens.

O rendimento pode ser visto de duas formas: como um recurso para o consumo e como ganhos dos indivíduos. Como medida de uso, é difícil a sua desagregação entre homens e mulheres porque os recursos são partilhados dentro da unidade familiar. Pelo contrário, os ganhos são separáveis porque os diferentes membros da família são remunerados separadamente.

A medida do rendimento utilizada no IDG e na MPG indica a capacidade do indivíduo para obter rendimento. É utilizada no IDG para captar as disparidades entre homens e mulheres no controlo dos recursos e, na MPG, para captar a independência económica das mulheres. (Para questões conceptuais e metodológicas relacionadas com esta abordagem, ver "Gender Inequality in Human Development", de Sudhir Anand e Amartya Sen, e o capítulo 3 e notas técnicas 1 e 2 do *Relatório do Desenvolvimento Humano 1995*; ver a lista de leituras seleccionadas no fim desta nota técnica.)

Os rendimentos auferidos feminino e masculino (dólares PPC) são estimados utilizando os dados seguintes:

- Rácio entre o salário não agrícola feminino e o salário não agrícola masculino.
- Parcelas masculina e feminina da população economicamente activa.
- População feminina e masculina total.
- PIB per capita (dólares PPC).

Símbolos

W_f / W_m = rácio entre o salário não agrícola feminino e o salário não agrícola masculino
EA_f = parcela fem. da população economicamente activa
EA_m = parcela masculina da população economicamente activa
S_f = parcela feminina da remuneração salarial
Y = PIB total (dólares PPC)
N_f = população feminina total
N_m = população masculina total
Y_f = rendimento auferido feminino estimado (dól. PPC)
Y_m = rendimento auferido feminino estimado (dól. PPC)

Nota

Devido aos arredondamentos, os cálculos com base em dados, nesta nota técnica, podem produzir resultados diferentes dos apresentados nos quadros de indicadores.

Estimativa dos rendimentos auferidos feminino e masculino

Esta ilustração da estimação dos rendimentos auferidos feminino e masculino usa dados de 2001 para a Etiópia.

1. Cálculo do PIB total (dólares PPC)

O PIB total (dólares PPC) é calculado multiplicando a população total pelo PIB per capita (dólares PPC).

População total = 67.266 (milhares)
PIB per capita (dólares PPC): 810
PIB total (dólares PPC) = 810 (67.266) = 54.485.460 (milhares)

2. Cálculo da parcela feminina da remuneração salarial

Como os dados sobre salários nas áreas rurais e no sector informal são raros, o Relatório usou salários não agrícolas e assumiu que o rácio entre os salários femininos e os salários masculinos no sector não agrícola é aplicável ao resto da economia. A parcela feminina da remuneração salarial é calculada utilizando o rácio entre o salário não agrícola feminino e o salário não agrícola masculino e as parcelas percentuais feminina e masculina da população economicamente activa. Onde os dados sobre o rácio salarial não estão disponíveis, é utilizado um valor de 75%.

Rácio entre os salários não agrícolas feminino e masculino (W_f/W_m) = 0,75
Parcela percentual feminina da população economicamente activa (EA_f) = 40,9%
Parcela percentual masculina da população economicamente activa (EA_m) = 59,1%

$$\text{Parcela feminina da remuneração salarial } (S_f) = \frac{W_f/W_m\,(EA_f)}{[W_f/W_m\,(EA_f)] + EA_m} = \frac{0{,}75\,(40{,}9)}{[0{,}75\,(40{,}9)] + 59{,}1} = \mathbf{0{,}342}$$

3. Cálculo dos rendimentos auferidos feminino e masculino (dólares PPC)

É necessário assumir a hipótese de que a parcela feminina da remuneração salarial é igual à parcela feminina do PIB.

Parcela feminina da remuneração salarial (S_f) = 0,342
PIB total (dólares PPC) (Y) = 54.485.460 (milhares)
População feminina (N_f) = 33.892 (milhares)

$$\text{Rendimento auferido feminino estimado (dól. PPC) } (Y_f) = \frac{S_f\,(Y)}{N_f} = \frac{0{,}342\,(54.485.460)}{33.892} = \mathbf{550}$$

População masculina (N_m) = 33.374 (milhares)

$$\text{Rend. auferido masc. estimado (dól. PPC) } (Y_m) = \frac{Y - S_f\,(Y)}{N_m} = \frac{54.485.460 - [0{,}342\,(54.485.460)]}{33.374} = \mathbf{1{,}074}$$

Leituras seleccionadas

Anand, Sudhir, and Amartya Sen. 1994. "Human Development Index: Methodology and Measurement." Occasional Paper 12. United Nations Development Programme, Human Development Report Office, New York. *(HDI)*

———. 1995. "Gender Inequality in Human Development: Theories and Measurement." Occasional Paper 19. United Nations Development Programme, Human Development Report Office, New York. *(GDI, GEM)*

———. 1997. "Concepts of Human Development and Poverty: A Multidimensional Perspective." In United Nations Development Programme, *Human Development Report 1997 Papers: Poverty and Human Development.* New York. *(HPI-1, HPI-2)*

Bardhan, Kalpana, and Stephan Klasen. 1999. "UNDP's Gender-Related Indices: A Critical Review." *World Development* 27 (6): 985–1010. *(GDI, GEM)*

United Nations Development Programme. 1995. *Human Development Report 1995.* New York: Oxford University Press. Technical notes 1 and 2 and chapter 3. *(GDI, GEM)*

———. 1997. *Human Development Report 1997.* New York: Oxford University Press. Technical note 1 and chapter 1. *(HPI-1, HPI-2)*

———. 1999. *Human Development Report 1999.* New York: Oxford University Press. Technical note. *(HDI, GDI)*

NOTA TÉCNICA 2

IDENTIFICAÇÃO DE PAÍSES DE PRIORIDADE MÁXIMA E DE PRIORIDADE ELEVADA PARA OS OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO

O *Relatório do Desenvolvimento Humano* deste ano identifica países que são de *prioridade máxima* e de *prioridade elevada* para cada um dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, para os quais existem dados suficientes, baseados na pobreza humana em cada Objectivo e nas tendências dos anos de 1990. Apoiado numa análise Objectivo-por-Objectivo, o Relatório identifica países que são, globalmente, de prioridade máxima e de prioridade elevada.

Avaliação de países que são de prioridade máxima e de prioridade elevada em cada Objectivo

Para cada Objectivo de Desenvolvimento do Milénio, a avaliação de um país é baseada quer nos seus progressos em direcção ao Objectivo – lento ou reversível, moderado, rápido – quer nos seus níveis de pobreza humana no Objectivo – extremo, médio, baixo (quadros de nota técnica 2.1 e 2.2). O progresso é medido em comparação com as metas e utilizando os indicadores definidos nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

Países de prioridade máxima para cada Objectivo
Um país é considerado de prioridade máxima para um Objectivo se revela uma pobreza humana extrema e um progresso lento ou reversível para esse objectivo (figura de nota técnica 2.1).

Países de prioridade elevada para cada Objectivo
Um país é considerado de prioridade elevada para um Objectivo quando:
• Apresenta uma pobreza humana extrema e um progresso moderado em direcção a esse Objectivo.
• Ou apresenta uma pobreza humana média e um progresso lento, ou reversível, para esse Objectivo.

Avaliação de países que são de prioridade máxima e de prioridade elevada em todos os Objectivos

A avaliação global do grau de prioridade baseia-se no número de Objectivos em relação aos quais um país é de prioridade máxima ou de prioridade elevada. (Esta avaliação global inclui dados para a meta do HIV/SIDA, ainda que ela não seja avaliada separadamente).

Países de prioridade máxima em todos os Objectivos
Um país é considerado de prioridade máxima em todos os Objectivos quando:
• É de prioridade máxima em pelo menos três Objectivos.
• Ou é de prioridade máxima em metade ou mais dos Objectivos, em relação aos quais estão disponíveis pelo menos três pontos de dados [no tempo] para esse país.
• Ou, quando os dados estão disponíveis para apenas dois objectivos, é de prioridade máxima para ambos.

Países de prioridade elevada em todos os Objectivos
Um país é considerado de prioridade elevada em todos os Objectivos quando não cai na categoria de prioridade máxima, mas:
• É de prioridade máxima ou elevada em pelo menos três Objectivos.
• Ou é de prioridade máxima em dois Objectivos.
• Ou é de prioridade máxima ou elevada em metade ou mais dos Objectivos, em relação aos quais estão disponíveis pelo menos três pontos de dados para esse país.
• Ou, quando os dados estão disponíveis para apenas dois objectivos, é de prioridade máxima ou elevada para ambos.

Quadro de nota técnica 2.1
Definição do progresso em direcção aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Taxa de progresso	*Definição*
Lento ou reversível	O progresso actual em direcção aos Objectivos *é menos de metade* do progresso requerido para atingir os objectivos, se as tendências correntes prevalecerem até 2015.
Moderado	O progresso actual em direcção aos Objectivos é *mais de metade mas menor que* o progresso aproximado requerido para atingir os objectivos, se as tendências correntes prevalecerem até 2015.
Rápido	O progresso actual em direcção aos Objectivos é *igual ou maior que* o progresso aproximado requerido para atingir os objectivos, se as tendências correntes prevalecerem até 2015.

Nota: O ano definido para atingir a meta é 2015 para todos os Objectivos, excepto para a igualdade de género na educação, que é 2005.

Quadro de nota técnica 2.2
Definição do nível de pobreza humana nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

		Nível de pobreza humana (x = valor do indicador)			
Meta	*Indicador*	*Extremo*	*Médio*	*Baixo*	*Fonte*
Reduzir para metade a proporção das pessoas cujo rendimento é inferior a 1 dólar dia	PIB per capita (dol. PPC)[a]	$x < 3.500$	3.500 $x < 7.000$	x 7.000	Banco Mundial
Reduzir para metade a proporção das pessoas que sofrem de fome	Pessoas subalimentadas (%)	$x > 25$	$10 < x$ 25	x 10	Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO)
Assegurar que as crianças em toda a parte conseguirão concluir um curso completo de ensino primário	Taxa de escolarização primária líquida (%)	$x < 75$	75 $x < 90$	x 90	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
Alcançar a igualdade de género na educação	Rácio entre raparigas e rapazes no ensino primário e secundário (%)	$x < 80$	80 $x < 90$	x 90	UNESCO
Reduzir em dois terços a mortalidade de menores de cinco anos	Taxa de mortalidade de menores de cinco (por 1.000 nados-vivos)	$x > 100$	$30 < x$ 100	x 30	Banco Mundial
Reduzir para metade a proporção das pessoas sem acesso sustentável a água potável	População com acesso sustentável a uma fonte de água adequada (%)	$x < 75$	75 $x < 90$	x 90	Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Organização Mundial da Saúde (OMS)
Reduzir para metade a proporção das pessoas sem acesso a saneamento adequado	População com acesso sustentável a saneamento adequado (%)	$x < 75$	75 $x < 90$	x 90	UNICEF e WHO

a. A taxa de crescimento média anual de PIB per capita é utilizada como a medida de tendência.

Figura de nota técnica 2.1
Identificação de países de prioridade máxima e de prioridade elevada

Cálculo do progresso em direcção a cada Objectivo

O progresso em direcção a cada Objectivo é avaliado comparando o progresso anual actual, se as tendências correntes prevalecerem até 2015, com o progresso anual necessário para atingir a meta, assumindo a hipótese de progresso linear.

Avaliação do progresso actual
A taxa de progresso anual actual é calculada utilizando a fórmula geral:

$$\text{Taxa de progresso anual actual} \quad = \quad \frac{(\,x_{t_1} \quad x_{t_0}\,)\,/\,x_{t_0}}{t_1 \quad t_0}$$

onde t_0 é 1990 ou o ano mais próximo de 1990, para o qual existem dados disponíveis; t_1 é o ano mais recente, para o qual existem dados disponíveis, geralmente 2001; e x_{t_0} e x_{t_1} são os valores do indicador para esses anos. Para taxas de fome, pobreza e mortalidade de menores de cinco anos, para os quais o valor mais desejável é 0, a fórmula aplica-se sem modificação.

Para a taxa de escolarização primária líquida, igualdade de género na educação (rácio das raparigas em relação aos rapazes) e a percentagem da população com acesso a água potável e saneamento, para os quais o valor mais desejável é 100%, o progresso é expresso como "redução de carência", de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Taxa de progresso anual actual} \quad = \quad \frac{(\,x_{t_1} \quad x_{t_0}\,)\,/\,(\,100 \quad x_{t_0}\,)}{t_1 \quad t_0}$$

Avaliação do progresso requerido
A taxa de progresso requerido para atingir a meta em 2015 (em 2005 para a igualdade de género na educação) é determinada pela meta. Os valores para α são: 1/2 para a pobreza e fome, 1/2 para água potável e saneamento, -2/3 para mortalidade de menores de cinco anos e 1 para a escolarização primária e igualdade de género na educação. A taxa anual de progresso requerido é, então, calculada de forma simples, dividindo α pelo número de anos entre t_{MDG}, o ano em que se deve atingir a meta, e t_0, o ano mais próximo de 1990 para o qual existem dados disponíveis:

$$\text{Taxa anual de progresso requerido} \; = \; \frac{\alpha}{t_{MDG} \quad t_0}$$

Determinação do estatuto da prioridade: um exemplo

Esta ilustração da determinação do estatuto da prioridade utiliza dados da taxa de mortalidade de menores de cinco anos do Chade:

Cálculo do progresso
Os dados para a taxa de mortalidade de menores de cinco anos estão disponíveis para 1990 e 2001:
$t_0 = 1990$
$t_1 = 2001$

A taxa de mortalidade de menores de cinco anos 203 por 1.000 nados-vivos para 1990 e 200 para 2001:
$x_{t_0} = 203$
$x_{t_1} = 200$

A redução requerida é de dois terços:
$\alpha = -2/3$

Por conseguinte:

$$\text{Taxa de progresso anual actual} = \frac{(200 - 203) : 203}{2001 - 1990} = -0{,}13\%$$

$$\text{Taxa anual de progresso requerido} = \frac{-2/3}{2015 - 1990} = -2{,}67\%$$

O progresso actual em direcção aos Objectivos é inferior a metade do progresso requerido aproximado para atingir a meta.

Portanto, o Chade está a fazer um progresso lento ou reversível, para o Objectivo de reduzir a mortalidade de menores de cinco anos.

Determinação do nível de pobreza humana
A taxa de mortalidade de menores de cinco anos para o Chade é de 200 por 1.000 nados-vivos, em 2001.

Portanto, o Chade tem um nível extremo de pobreza humana na mortalidade de menores de cinco anos (ver quadro de nota técnica 2.2).

Determinação do estatuto da prioridade para a mortalidade de menores de cinco anos
O Chade tem um nível extremo de pobreza humana na mortalidade de menores de cinco anos e um progresso lento ou reversível.

Portanto, o Chade é classificado como sendo de prioridade máxima no Objectivo de redução da mortalidade de menores de cinco anos.

Determinação do estatuto da prioridade em todos os Objectivos
Dos oito indicadores em que o Chade tem dados, é identificado como de prioridade máxima em cinco e de prioridade elevada em dois.

Portanto, o Chade é classificado, globalmente, como um país de prioridade máxima.

Nota

Para medir o progresso na privação de rendimento, utiliza-se a taxa de crescimento do PIB per capita em 1990-2001. Estima-se que é necessário um crescimento anual médio de 1,4%, em 1990-2015, para atingir a meta da privação de rendimento. Por conseguinte, o limiar para o progresso lento ou reversível é um crescimento anual do rendimento per capita inferior a 0,7%; de 0,7% a 4% para o progresso moderado; e 1,4% ou mais para o progresso rápido.
Para a avaliação global dos países, como sendo de prioridade máxima ou elevada, também se utilizam dados de tendência para a prevalência de HIV/SIDA entre adultos (15 anos ou mais), em 1999 e 2000 (UNAIDS e WHO 2003). Para determinar o nível de pobreza humana em HIV/SIDA, considera-se como extrema, uma taxa de prevalência superior a 3%; como média, uma taxa igual ou inferior a 3%, mas maior que 1%; e como baixa, uma taxa igual ou inferior a 1%. Dado que a meta é parar e começar a inverter a propagação de HIV/SIDA, um crescimento na taxa de prevalência menor que 1 ponto percentual é considerado como progresso lento; um crescimento de 1 ponto percentual ou mais, mas menor que 3, é um progresso moderado; e um crescimento de 3 pontos percentuais ou mais é um progresso lento ou reversível.

Definições de termos estatísticos

Actividades de mercado Definidas de acordo com o Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993, para incluir empregos em estabelecimentos e a produção primária, venda de serviços e outras produções de bens que não são realizados em estabelecimentos. *Ver actividades não mercantis e tempo de trabalho total.*

Actividades não mercantis Definidas de acordo com o Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993, para incluir manutenção familiar (limpeza, lavagem de roupa e a preparação de refeições e arrumação), administração e compras para a própria família; cuidado de crianças, doentes, idosos e deficientes da própria família; e serviços para a comunidade. *Ver actividades de mercado e tempo de trabalho total.*

Agricultura doméstica, apoio dos países da OCDE Transferências de contribuintes e de consumidores através de medidas de política que apoiam a agricultura (líquidas das receitas orçamentais associadas), independentemente dos seus objectivos e impactes sobre a produção agrícola e o rendimento ou sobre o consumo de produtos agrícolas.

Ajuda pública Donativos ou empréstimos que obedecem aos mesmos padrões da ajuda pública ao desenvolvimento (APD), excepto que os seus beneficiários não são qualificados como beneficiários de APD. Estes países estão identificados na Parte II da lista de países beneficiários da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), que inclui os países mais avançados da Europa Central e do Leste, da antiga União Soviética e certos países e territórios em desenvolvimento avançados.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) bilateral não ligada APD de um país para outro, em relação à qual os bens e serviços associados podem ser procurados, total e livremente, em quase todos os países.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) fornecida para ajudar a construir a capacidade de comércio APD dirigida para actividades destinadas a melhorar a capacidade dos países beneficiários na elaboração e execução de uma estratégia de desenvolvimento do comércio e na criação de um ambiente propício para o crescimento do volume e do valor acrescentado das exportações, a diversificação dos produtos de exportação e dos mercados e o crescimento do investimento estrangeiro para gerar empregos e comércio; estimular o comércio através de empresas domésticas e encorajar o investimento em indústrias orientadas para o comércio; ou participar e beneficiar das instituições, negociações e processos que moldam as políticas nacionais de comércio e as regras e práticas do comércio internacional.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD), líquida Desembolso de empréstimos feitos em termos concessionais (líquidos de reembolsos) e donativos das agências oficiais dos membros da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), das organizações multilaterais e de países não membros da CAD, para promover o desenvolvimento económico e o bem-estar em países e territórios da Parte I da lista da CAD dos beneficiários da ajuda. Inclui empréstimos com um elemento de concessão de pelo menos 25% (calculado a uma taxa de desconto de 10%).

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) para serviços sociais básicos APD dirigida para os serviços sociais básicos, que incluem educação básica (educação infantil, ensino primário e qualificações básicas da vida para jovens e adultos), saúde básica (incluindo cuidados básicos de saúde, infra-estruturas básicas de saúde, nutrição básica, controlo das doenças contagiosas, educação sanitária e desenvolvimento da saúde pessoal) e políticas e programas de população e saúde reprodutiva (política e gestão administrativa da população, cuidados de saúde reprodutiva, planeamento familiar, controlo das doenças sexualmente transmissíveis, incluindo HIV/SIDA, e desenvolvimento pessoal para a saúde populacional e reprodutiva). A ajuda para abastecimento de água e saneamento só é incluída se tiver um enfoque sobre a pobreza.

Ajuda pública ao desenvolvimento (APD) para os países menos desenvolvidos *Ver ajuda pública ao desenvolvimento (APD), líquida* e as classificações de países para os países menos desenvolvidos.

Alfabetização de adultos, taxa Percentagem da população com 15 anos ou mais que pode, com com-

preensão, ler e escrever um texto pequeno e simples sobre o seu quotidiano.

Alfabetização de jovens, taxa Percentagem da população com idade entre 15 e 24 anos que pode, com compreensão, ler e escrever um texto pequeno e simples sobre o seu quotidiano.

Altura deficiente para a idade, crianças menores de cinco anos Inclui raquitismo moderado ou grave, definido como inferior a dois desvios padrões da mediana da altura por idade da população de referência.

Analfabetismo de adultos, taxa Calculado como 100 menos a taxa de alfabetização de adultos. *Ver alfabetização de adultos, taxa.*

Analfabetismo funcional Proporção da população adulta (16-65 anos) com resultados ao nível 1 da escala de literacia de prosa do Inquérito Internacional sobre Literacia de Adultos. A maior parte das tarefas, a este nível, requer que o leitor localize uma informação no texto que seja idêntica ou sinónima da informação dada na directiva.

Área protegida, rácio em relação à superfície terrestre Refere-se às áreas protegidas, total ou parcialmente, de pelos menos 1.000 hectares, que foram definidas como parques nacionais, monumentos naturais, reservas naturais ou santuários de vida selvagem, paisagens e marinhas protegidas, ou reservas científicas com acesso público limitado. Os dados não incluem sítios protegidos por lei local ou provincial.

Armas convencionais, transferência Refere-se à transferência voluntária, pelo fornecedor, de armas com objectivo militar e destinadas às forças armadas, paramilitares, ou agências de informação de outro país (exclui, portanto, as armas capturadas ou obtidas através de desertores). Inclui as principais armas convencionais ou sistemas, em seis categorias: navios, aeronaves, mísseis, artilharia, veículos blindados e sistemas de direcção e radar (excluem-se camiões, serviços, munições, armas pequenas, artigos de apoio, componentes e tecnologia componente, ou artilharia naval com menos de 100 milímetros de calibre).

Assentos no parlamento ocupados por mulheres Referem-se aos lugares ocupados por mulheres numa câmara baixa ou única e numa câmara alta ou senado, onde for relevante.

Ciências, matemática e engenharia, estudantes do superior em A parcela dos estudantes do ensino superior inscritos em ciências naturais; engenharia; matemática e ciências de computadores; arquitectura e planeamento urbano; transportes e comunicações; programas de comércio, artesanato e indústria; agricultura, silvicultura e pesca. *Ver níveis de educação.*

Cientistas e engenheiros em I&D Pessoas formadas para trabalhar em qualquer área científica, que estão integradas em actividades especializadas de investigação e desenvolvimento (I&D). Muitas dessas actividades requerem a conclusão do ensino superior.

Clorofluorcarbonos, consumo de ozono destruído A soma da produção e importação menos exportação de clorofluorcarbonos (CFC), controlado pelo Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozono. CFC são componentes sintéticos utilizados anteriormente como refrigerantes e propulsores de aerossol e conhecidos como prejudiciais para a camada de ozono da atmosfera. Os CFC medidos pelo Protocolo de Montreal são os que se encontram em produtos de aerossol, extintores de incêndio portáteis, unidades de ar condicionado de veículos, tábuas isoladoras, coberturas de painéis e chaminés; e equipamentos de refrigeração doméstica e comercial, de ar condicionado e de bombas de calor.

Combustíveis sólidos, população que usa Parcela da população que usa combustíveis sólidos, incluindo combustíveis tradicionais, tais como lenha, carvão, bagaço (resíduos de cana de açúcar) e resíduos animais e vegetais.

Consumo de combustível tradicional Consumo estimado de lenha, carvão, bagaço (resíduos de cana de açúcar) e resíduos animais e vegetais. O uso total de energia compreende o uso de energia comercial e o de combustível tradicional.

Computadores pessoais, uso Computadores autónomos em uso, concebidos para serem operados por utilizadores singulares separadamente.

Consumo de cigarros por adulto Soma da produção e importação menos exportação de cigarros, dividido pela população com idade igual ou superior a 15 anos.

Contraceptivos, utilização Percentagem de mulheres casadas (incluindo em união), entre 15 e 49 anos, que utilizam, ou cujos maridos utilizam, qualquer forma de contracepção, tanto moderna como tradicional.

Crianças que atingem o 5.º ano Percentagem das crianças que, tendo começado o ensino primário, eventualmente atingirão o 5.º ano (4.º ano, se a duração do ensino primário for de quatro anos). As estimativas baseiam-se no método do coorte recons-

truído, que utiliza dados sobre matrículas e repetentes para dois anos consecutivos.

Criminalidade, pessoas vitimadas Percentagem da população que entende que foi vitimada por certo tipo de crime no ano anterior, baseado nas respostas ao Inquérito Internacional sobre Vítimas da Criminalidade.

Desemprego Refere-se a todas as pessoas acima de uma idade definida que não têm emprego remunerado, nem são trabalhadores independentes, mas que se encontram disponíveis para trabalhar e deram os passos necessários para encontrar emprego remunerado ou para trabalharem como independentes.

Desemprego de longo prazo Desemprego com duração de 12 meses ou mais. *Ver desemprego.*

Desemprego jovem Refere-se ao desemprego entre os 15 (ou 16) e os 24 anos, dependendo das definições nacionais. *Ver desemprego.*

Desemprego, taxa O desemprego dividido pela população activa (os que estão empregados mais os que estão desempregados).

Dívida, alívio, compromisso no quadro da iniciativa PPAE Perdão de empréstimos como componente da ajuda pública ao desenvolvimento, no quadro da Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE). A iniciativa é a primeira aproximação compreensiva para reduzir a dívida externa dos países altamente endividados mais pobres do mundo, num total de 42.

Divida, serviço total Soma dos principais reembolsos e juros pagos correntemente em moeda estrangeira, bens ou serviços sobre a dívida de longo prazo (com uma maturidade de mais de um ano), juros pagos sobre a dívida de curto prazo e reembolsos ao Fundo Monetário Internacional.

Donativos das ONG, líquidos Transferências de recursos por organizações não governamentais nacionais (agências privadas sem fins lucrativos) para países em desenvolvimento ou territórios identificados na Parte I da lista de países beneficiários da Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD). São calculadas como fluxos líquidos enviados pelas ONG menos as transferências de recursos que estas recebem do sector oficial (que já estão contabilizados na ajuda pública ao desenvolvimento).

Educação, despesa pública Inclui as despesas de capital (gastos na construção, manutenção, principais reparações e compra de equipamento pesado ou veículos) e despesas correntes (gastos em bens e serviços que são consumidos durante o ano corrente e que devem ser renovados no ano seguinte). Cobrem as despesas como os salários e benefícios dos funcionários, serviços contratados ou adquiridos, livros e materiais de ensino, serviços sociais, mobiliário e equipamento, reparações menores, combustíveis, seguros, rendas, telecomunicações e viagens. *Ver educação, níveis.*

Educação, índice Um dos três índices utilizados na construção do índice de desenvolvimento humano. Baseia-se na taxa de alfabetização de adultos e na taxa de escolarização bruta combinada dos ensinos primário, secundário e superior. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice da educação, ver nota técnica 1.

Educação, níveis A educação é classificada em primária, secundária e superior, de acordo com a Classificação Internacional Tipo da Educação (CITED). *Ensino pré-primário* (CITED, nível 0): é dispensado em escolas como jardins-de-infância, escolas maternais e infantis e destina-se às crianças que não têm idade suficiente para se matricularem no primeiro nível. *Ensino primário* (CITED, nível 1): fornece os elementos básicos da educação, em escolas como as elementares ou primárias. *Ensino secundário* (CITED, níveis 2 e 3): é baseado em quatro anos, pelo menos, de instrução prévia no primeiro nível e ministra a instrução geral ou especializada, ou ambas, dispensada em instituições como escolas intermédias, secundárias, liceus, escolas de formação de professores a este nível e escolas técnicas e profissionais. *Ensino superior* (CITED, níveis 5-7): refere-se à educação em instituições como universidades, escolas superiores de educação ou escolas profissionais superiores – exigindo como condição mínima de admissão a conclusão, com sucesso, da educação do 2.º nível ou a prova de aquisição de um nível equivalente de conhecimentos.

Electricidade, consumo per capita Refere-se à produção bruta, per capita, que inclui o consumo de estações auxiliares e quaisquer perdas nos transformadores considerados partes integrantes das estações. Também inclui a produção total de energia eléctrica pelas estações de bombeamento, sem dedução da energia eléctrica consumida pelas bombas.

Emissões de dióxido de carbono Emissões de dióxido de carbono antropogenético (origem humana) provenientes da combustão de combustíveis fósseis e da produção de cimento. As emissões são calculadas a partir de dados do consumo de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, da combustão fulgurante da gasolina e da produção de cimento.

Emprego por actividade económica Emprego na indústria, agricultura ou serviços, segundo a definição do sistema de Classificação Internacional Tipo da

Indústria (CITI) (revisões 2 e 3). *Indústria* refere-se às actividades de mineração, extracção de pedras, manufactura, construção e serviços públicos (gás, água e electricidade). *Agricultura* refere-se às actividades agrícolas, de caça, silvicultura e pesca. *Serviços* referem-se ao comércio por grosso e a retalho; restaurantes e hotéis; transportes, armazenagem e comunicações; finanças, seguros, imobiliário e serviços comerciais; e aos serviços pessoais, sociais e comunitários.

Energia utilizada, PIB por unidade Rácio entre o PIB (dólares PPC) e a energia comercial utilizada, medido em quilogramas de equivalente petróleo. Este rácio fornece uma medida da eficiência da energia, mostrando estimativas comparáveis e consistentes do PIB real entre países relativamente aos inputs físicos (unidades de utilização de energia). *Ver PIB (produto interno bruto) e PPC (paridade do poder de compra).*

Escolarização, taxa bruta Número de estudantes matriculados num nível de educação, independentemente da idade, em percentagem da população correspondente ao grupo de idades para esse nível. *Ver educação, níveis.*

Escolarização, taxa líquida Número de estudantes matriculados num nível de educação, que tem a idade escolar oficial para esse nível, em percentagem da população que tem idade escolar oficial para esse nível. A taxa de escolarização bruta pode ser maior do que 100%, devido à repetência e à matrícula de alunos com idade inferior ou superior à idade oficial para o nível de ensino. *Ver educação, níveis.*

Esperança de vida, índice Um dos três índices utilizados na construção do índice de desenvolvimento humano. Para pormenores sobre o processo de cálculo do índice da educação, ver nota técnica 1.

Esperança de vida à nascença Número de anos que viveria uma criança recém-nascida se os padrões de mortalidade prevalecentes no tempo do seu nascimento se mantivessem os mesmos ao longo da sua vida.

Exportações de alta tecnologia Exportações de produtos com uma alta intensidade de investigação e desenvolvimento. Incluem produtos de alta tecnologia tais como equipamentos aeroespaciais, computadores, produtos farmacêuticos, instrumentos científicos e máquinas eléctricas.

Exportações de bens e serviços Valor de todos os bens e outros serviços de mercado fornecidos ao resto do mundo. Inclui o valor das mercadorias, fretes, seguros, transportes, viagens, royalties, direitos de licenças e outros serviços tais como os serviços financeiros, de comunicação, construção, informação, negócios, pessoal e governamentais. Excluem-se os rendimentos do trabalho e da propriedade e pagamentos de transferências.

Exportações de produtos manufacturados Definidas de acordo com a Classificação Tipo do Comércio Internacional para incluir exportações de produtos químicos, produtos manufacturados básicos, máquinas e material de transporte e outros produtos manufacturados diversos.

Exportações primárias Definido segundo a Classificação Tipo do Comércio Internacional para incluir exportações de produtos alimentares, produtos agrícolas e matérias-primas, combustíveis, minérios e metais.

Fertilidade total, taxa Número de filhos que cada mulher teria se tivesse que viver no fim da sua idade fértil e se desse à luz em cada idade de acordo as taxas de fertilidade prevalecentes em cada idade específica.

Fluxos privados, outros Uma categoria que combina fluxos de investimento de carteira não criadores de dívida (a soma de capitais do país, receitas de depósitos e compras directas de acções por investidores estrangeiros), fluxos de carteira criadores de dívida (obrigações emitidas compradas por investidores estrangeiros) e empréstimos bancários e relacionados com o comércio (empréstimos de bancos comerciais e outros créditos comerciais).

Fonte de água adequada, população sem acesso sustentável Calculado como 100 menos a percentagem da população com acesso a uma fonte de água adequada. Fontes não adequadas incluem vendedores, água engarrafada, camiões cisterna e poços e nascentes não protegidas. *Ver fontes de água adequada, população com acesso sustentável.*

Fontes de água adequada, população com acesso sustentável A proporção da população com acesso razoável a qualquer um dos tipos seguintes de abastecimento de água potável: água canalizada, torneira pública, poço com bomba, depósito protegido, nascente protegida ou água da chuva. O acesso razoável é definido como a disponibilidade de pelo menos 20 litros por pessoa e dia, a partir de uma fonte no espaço de um quilómetro da habitação do utilizador.

Forças armadas totais Forças estratégicas, terrestres, navais, aéreas, administrativas, de comãdo e de apoio. Também incluem forças paramilitares como a polícia, guarda alfandegária ou de fronteira, quando têm formação em estratégias militares.

Hiato da pobreza, rácio Distância média abaixo da linha de pobreza de 1 dólar (PPC de 1993) por dia, expressa como percentagem dessa linha. Esta média é estabelecida sobre toda a população, contando os não pobres como tendo um hiato de pobreza igual a zero. Esta medida reflecte tanto a profundidade como a incidência da pobreza.

HIV/SIDA, pessoas que vivem com Número estimado de pessoas que vivem com HIV/SIDA, no fim do ano indicado.

HIV/SIDA, prevalência entre mulheres grávidas A percentagem de mulheres grávidas no grupo de idades determinado que está infectada com HIV.

Importação de bens e serviços Valor de todos os bens e outros serviços de mercado recebidos do resto do mundo. Inclui o valor das mercadorias, fretes, seguros, transportes, viagens, royalties, direitos de licenças e outros serviços tais como os serviços financeiros, de comunicação, construção, informação, negócios, pessoal e governamentais. Excluem-se os rendimentos do trabalho e da propriedade e pagamentos de transferências.

Importações dos países em desenvolvimento admitidas sem tarifas Valor das exportações de bens e serviços (excluindo armas) provenientes dos países em desenvolvimento que são admitidas sem uma tarifa.

Índice de desenvolvimento ajustado ao género (IDG) Índice composto que mede a realização média nas três dimensões básicas captadas no índice de desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno – ajustado para reflectir as desigualdades entre homens e mulheres. Para pormenores sobre o modo de cálculo do índice, ver nota técnica 1.

Índice de desenvolvimento humano (IDH) Medida composta que mede a realização média em três dimensões básicas do desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno. Para pormenores sobre o modo de calculo do índice, ver a nota técnica 1.

Índice de Gini Mede a extensão até à qual a distribuição do rendimento (ou consumo) entre indivíduos e famílias, num país, desvia de uma distribuição perfeitamente igual. Uma curva de Lorenz relaciona percentagens acumuladas do rendimento total recebido com quantidades acumuladas de beneficiários, partindo dos indivíduos ou famílias mais pobres. O índice de Gini mede a área entre a curva de Lorenz e uma linha hipotética de igualdade absoluta, exprimindo uma percentagem da área máxima debaixo da linha. O valor 0 representa a igualdade perfeita e o valor 100 a desigualdade perfeita.

Índice de pobreza humana (IPH-1) para países em desenvolvimento Índice composto que mede a privação nas três dimensões básicas captadas no índice de desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, conhecimento e nível de vida. Para pormenores sobre o modo de calculo do índice, ver a nota técnica 1.

Índice de pobreza humana (IPH-2) para países seleccionados da OCDE Índice composto que mede a privação nas três dimensões básicas captadas no índice de desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, conhecimento e nível de vida – e que ainda capta a exclusão social. Para pormenores sobre o modo de calculo do índice, ver a nota técnica 1.

Índice de preços no consumidor Reflecte variações de custo no consumidor médio quando este adquire um cabaz de bens e serviços, o qual pode ser fixo ou variar em intervalos determinados.

Instalações sanitárias adequadas, população com acesso Percentagem da população com acesso a instalações adequadas de descarga das excreções, tais como a ligação a um sistema de esgotos ou a um reservatório séptico, uma retrete com autoclismo, uma retrete simples com fossa, ou uma retrete com fossa adequada. Um sistema de descarga das excreções é considerado adequado se é privado ou partilhado (mas não público) e se separa, higienicamente, as excreções do contacto humano.

Insuficiência de peso, crianças nascidas com Percentagem de crianças que nascem com um peso inferior a 2.500 gramas.

Internet, utilizadores Pessoas com acesso à rede mundial de informática *world wide web*.

Investigação e desenvolvimento, despesas de Despesas corrente e de capital (incluindo despesas gerais) na actividade criativa e sistemática destinada a aumentar o stock de conhecimento. Incluem-se a investigação fundamental e aplicada e os trabalhos de desenvolvimento experimental que conduzem a novos inventos, produtos ou processos.

Investimento directo estrangeiro, fluxos líquidos Fluxos líquidos de investimento para adquirir uma posição de gestão permanente (10% ou mais de acções com poder de voto) numa empresa que opera numa economia distinta da do investidor. É a soma das acções, reinvestimento de ganhos, outros capitais de longo prazo e capitais de curto prazo.

Legisladoras, funcionárias superiores e gestoras Parcela das mulheres em funções definidas de acordo com a Classificação Internacional Tipo das Ocupações (CITO-88), incluindo legisladoras, funcionárias públicas superiores, chefes tradicionais e chefes de aldeia, funcionárias superiores de organizações de interesse particular, gestoras de empresas, directoras e directoras executivas, gestoras de departamentos de produção e operações e de outros departamentos e gestoras gerais.

Linha de privação de rendimento, pessoas abaixo Percentagem da população que vive abaixo de uma determinada linha de pobreza:

- 1 dólar por dia – a preços internacionais de 1985 (equivalente a 1,08 dólares, a preços internacionais de 1993), ajustado à paridade do poder de compra.
- 2 dólares por dia – a preços internacionais de 1985 (equivalente a 2,15 dólares, a preços internacionais de 1993), ajustado à paridade do poder de compra.
- 4 dólares por dia – a preços internacionais de 1990, ajustado à paridade do poder de compra.
- 11 dólares por dia (por pessoa numa família de três) – a preços internacionais de 1994, ajustado à paridade do poder de compra.
- Linha de pobreza nacional – a linha de pobreza considerada pelas autoridades como apropriada para o país. As estimativas nacionais são baseadas nas estimativas de subgrupos ponderados pela população, dos inquéritos às famílias.
- 50% da mediana do rendimento – 50% da mediana do rendimento familiar disponível.

Ver PPC (paridade do poder de compra).

Malária, casos Número total de casos de malária relatados à Organização Mundial da Saúde pelos países em que a malária é endémica. Muitos países relatam apenas casos confirmados laboratorialmente, mas muitos outros da África Subsariana também relatam casos diagnosticados clinicamente.

Malária, prevenção (crianças menores de cinco) Percentagem de crianças menores de cinco anos que dormem em mosquiteiros tratados com insecticida.

Malária, taxa de mortalidade relacionada Número total de óbitos causados pela malária, por 100.000 pessoas.

Malária, tratamento (crianças menores de cinco com febre) Percentagem de crianças menores de cinco anos que estavam doentes com febre nas duas semanas anteriores ao inquérito e que receberam medicamentos antimaláricos.

Medicamentos essenciais e a preço comportável, população com acesso sustentável Percentagem estimada da população que tem acesso a um mínimo de 20 dos medicamentos mais essenciais – aqueles que satisfazem as necessidades de cuidados de saúde da maior parte da população –, continuamente e a preços comportáveis, nas instalações de saúde públicas ou privadas, ou em farmácias, num percurso até uma hora da residência.

Médicos Abrange os diplomados de uma faculdade ou escola de medicina que trabalham em qualquer campo médico (incluindo o ensino, investigação e administração).

Medida de participação segundo o género (MPG) Índice composto que mede a desigualdade de género em três dimensões básicas do poder – participação económica e tomada de decisão, participação política e tomada de decisão e poder sobre os recursos económicos. Para pormenores sobre o modo de cálculo do índice, ver nota técnica 1.

Militar, despesa Todas as despesas do Ministério da Defesa e outros departamentos no recrutamento e formação do pessoal militar, assim como na construção e compra de materiais militares e equipamento. A ajuda militar está incluída nas despesas do país doador.

Mortalidade de menores de cinco, taxa A probabilidade de morrer entre o nascimento e os cinco anos exactos de idade, expressa por 1.000 nados-vivos.

Mortalidade infantil, taxa A probabilidade de morrer entre o nascimento e um ano exacto de idade, expresso por 1.000 nados-vivos.

Mortalidade materna, taxa Número anual de óbitos de mulheres por causas relacionadas com a gravidez, por 100.000 nados-vivos.

Mulheres no governo ao nível ministerial Estabelecido de acordo com a definição de cada país do executivo nacional, pode incluir mulheres exercendo cargos de ministras ou vice-ministras, ou desempenhando outras funções governamentais, incluindo secretarias parlamentares.

Ocupação segura, pessoas com acesso Famílias que são proprietárias ou que estão a comprar as suas casas, estão em arrendamento privado, ou estão em habitação social ou em sublocação.

Órfãos, taxa de frequência escolar Proporção de crianças com idade entre 10 e 14 anos que perderam ambos os pais naturais e que frequentam correntemente a escola, tal como registado nos inquéritos familiares. É apresentado como uma percentagem da

proporção das crianças não órfãos da mesma idade, que vivem pelo menos com um dos pais e frequentam a escola.

Partos assistidos por técnicos de saúde Percentagem de partos assistidos por técnicos (incluindo médicos, enfermeiras ou parteiras) preparados para fornecer os cuidados necessários, supervisão e conselhos às mulheres durante a gravidez, dores de parto e período pós-parto, para poderem conduzir o parto, elas próprias, e cuidar dos recém-nascidos.

Patentes concedidas a residentes Referem-se aos documentos emitidos por um gabinete público, que descrevem uma invenção e criam uma situação legal, em que a invenção patenteada pode ser explorada normalmente (produzida, utilizada, vendida ou importada) apenas pelo patenteado, ou com sua autorização. A protecção das invenções é limitada, geralmente, até 20 anos da data de apresentação do pedido de concessão da patente.

Peso deficiente para a idade, crianças menores de cinco anos Inclui deficiência de peso moderada, definida como inferior a dois desvios padrões da mediana do peso por idade da população de referência e deficiência de peso grave, definida como inferior a três desvios padrões da mediana do peso.

Pessoas deslocadas internamente Pessoas que estão deslocadas dentro do seu próprio país e a quem o Alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) concede protecção ou assistência, ou ambos, na sequência de um pedido especial de um órgão competente da ONU.

Pessoas subalimentadas Pessoas cujo consumo alimentar é cronicamente insuficiente para obter os requisitos energéticos mínimos.

PIB (Dólares EUA) PIB convertido em dólares utilizando a taxa de câmbio oficial média publicada pelo Fundo Monetário Internacional. Utiliza-se um factor de conversão alternativo quando se considera que a taxa de câmbio oficial diverge, por uma margem excepcionalmente grande, da taxa efectivamente utilizada nas transacções de divisas e de produtos de comércio. *Ver PIB (produto interno bruto).*

PIB (produto interno bruto) A soma do valor acrescentado por todos os produtores residentes na economia mais os impostos da produção (menos subsídios) não incluídos na valorização do produto. É calculado sem incluir as deduções para a depreciação do capital físico ou para o esgotamento e destruição dos recursos naturais. O valor acrescentado é o produto líquido de uma indústria depois de adicionar todos os produtos finais e subtrair todos os produtos intermédios utilizados.

PIB, índice do Um dos três índices utilizados na construção do índice de desenvolvimento humano. É baseado no PIB per capita (dólares PPC). Para pormenores sobre o modo de cálculo do índice, ver nota técnica 1.

PIB per capita (dólares EUA) PIB (dólares EUA) dividido pela população média do ano. *Ver PIB (dólares EUA).*

PIB per capita (dólares PPC) *Ver PIB (produto interno bruto) e PPC (paridade do poder de compra).*

PIB per capita, taxa de crescimento anual Taxa de crescimento anual calculada a partir do PIB per capita em preços constantes, em unidades monetárias locais.

População activa [força de trabalho] Todos os empregados (incluindo pessoas acima de uma idade determinada que, durante o período em referência, estiveram num emprego remunerado, com uma ocupação, auto-empregados, ou com um trabalho mas sem uma ocupação) e desempregados (incluindo pessoas acima de uma idade determinada que, durante o período em referência, estiveram sem trabalho, disponíveis normalmente para trabalhar e à procura de trabalho).

População, taxa de crescimento anual Refere-se à taxa de crescimento exponencial anual no período indicado. *Ver população total.*

População total Refere-se à população de facto, que inclui toda a população presente numa dada região e num dado tempo.

População urbana População a meio do ano em áreas classificadas como urbanas, de acordo com o critério utilizado por cada país, tal como relatado às Nações Unidas. *Ver população total.*

PPAE, ponto de conclusão A data em que um país incluído na Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Altamente Endividados (PPAE) completa, com sucesso, as reformas estruturais fundamentais acordadas no ponto de decisão PPAE, incluindo o desenvolvimento e execução de uma estratégia de redução da pobreza. O país recebe, então, o volume do seu alívio da dívida sob a iniciativa PPAE, sem novas condicionantes de política.

PPAE, ponto de decisão A data em que um país pobre altamente endividado, com um percurso reconhecido de bom desempenho no quadro de pro-

gramas de ajustamento apoiados pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, se compromete, no quadro da Iniciativa da Dívida para os Países Pobres Altamente Endividados, a empreender reformas adicionais e a desenvolver e executar uma estratégia de redução da pobreza.

PPC (paridade de poder de compra) Uma taxa de câmbio que toma em consideração as diferenças de preços entre países, permitindo comparações internacionais do produto e rendimentos reais. À taxa dólares PPC (como se usa neste Relatório), 1 dólar PPC tem o mesmo poder de compra na economia doméstica que 1 dólar EUA tem nos Estados Unidos.

Probabilidade à nascença de não viver até uma idade específica Calculado como 1 menos a probabilidade de viver até uma idade específica para uma dada coorte. *Ver probabilidade à nascença de atingir uma idade específica*.

Probabilidade à nascença de viver até uma idade específica Probabilidade de uma criança recém-nascida viver até uma determinada idade, se estiver sujeita aos padrões prevalecentes das taxas de mortalidade específicas.

Refugiados Pessoas que fugiram do seu país devido a um receio bem fundamentado de perseguição por razões de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertença a determinado grupo social e que não podem ou não querem regressar. *País de asilo* é o país onde um refugiado preencheu um pedido de asilo, mas ainda não recebeu uma decisão ou, diferentemente, se registou como estando à procura de asilo. *País de origem* refere-se à nacionalidade do requerente ou país de que é cidadão.

Rendimento auferido (dólares PPC) estimado (feminino e masculino) Cálculo grosseiro, com base no rácio entre os salários não agrícolas feminino e masculino, parcelas feminina e masculina da população economicamente activa, população feminina e masculina total e PIB per capita (dólares PPC). Para pormenores sobre o processo de estimação, ver nota técnica 1.

Rendimento auferido, rácio feminino-masculino estimado Rácio entre o rendimento auferido estimado feminino e o rendimento auferido estimado masculino. *Ver rendimento auferido (dólares PPC) estimado (feminino e masculino)*.

Rendimento ou consumo, nacional, parcela dos 20% mais pobres A parcela do rendimento ou consumo de que beneficiam os 20% mais pobres da população. Os dados sobre o rendimento pessoal ou familiar são provenientes de inquéritos às famílias nacionalmente representativos.

Rendimento ou consumo, parcelas As parcelas de rendimento ou consumo de que beneficiam os subgrupos da população indicados por decis e quintis, baseados em inquéritos nacionais às famílias que cobrem vários anos. Os inquéritos sobre o consumo produzem resultados que mostram níveis mais baixos de desigualdade entre pobres e ricos do que os inquéritos sobre o rendimento, porque as pessoas pobres consomem, normalmente, a maior parte do seu rendimento. Porque os dados são provenientes de inquéritos que cobrem anos diferentes e utilizam metodologias diferentes, as comparações entre países devem ser feitas com precaução.

RNB (rendimento nacional bruto) A soma do valor acrescentado por todos os produtores residentes na economia mais os impostos da produção (menos subsídios) não incluídos na valorização do produto mais as receitas líquidas do rendimento primário (rendimento dos empregados e da propriedade) provenientes do estrangeiro. O valor acrescentado é o produto líquido de uma indústria depois de adicionar todos os produtos finais e subtrair todos os produtos intermédios utilizados. Os dados são apresentados em dólares EUA correntes, utilizando o método Atlas do Banco Mundial.

Royalties e direitos de licenças Receitas que os residentes recebem de não residentes pela utilização autorizada de activos intangíveis, não produzidos, não financeiros e direitos de propriedade (tais como patentes, marcas registadas, copyrights, franchising, e processos industriais) e pelo uso, através de acordos de concessão de licença, de originais produzidos e protótipos (tais como filmes e manuscritos). Os dados são baseados na balança de pagamentos.

Saúde, despesa per capita (dólares PPC) Soma das despesas pública e privada de saúde (em dólares PPC), dividida pela população. A despesa de saúde inclui a provisão dos serviços de saúde (preventivos e curativos), actividades de planeamento familiar, actividades de nutrição e ajuda de emergência indicada para a saúde, mas exclui a provisão de água e saneamento. *Ver saúde, despesa privada; saúde, despesa pública; e PPC (paridade do poder de compra)*.

Saúde, despesa privada Despesa directa das famílias (reembolsável), seguros privados, gastos das organizações não lucrativas que servem as famílias e pagamentos directos de serviços pelas empresas privadas. Em conjunto com a despesa pública de saúde, soma a despesa de saúde total. *Ver saúde, despesa per capita (dólares PPC) e saúde, despesa pública*.

Saúde, despesa pública Despesa corrente e de capital dos orçamentos da administração (central e local), empréstimos externos e donativos (incluindo os donativos de agências internacionais e organizações não governamentais), e fundos sociais (ou obrigatórios) de seguros de saúde. Em conjunto com a despesa privada de saúde, soma a despesa de saúde total. Ver saúde, despesa per capita (dólares PPC) e saúde, despesa privada.

Tarifas sobre produtos agrícolas, têxteis e vestuário provenientes dos países em desenvolvimento, média A média simples de todas as taxas tarifárias ad valorem aplicadas às importações de produtos agrícolas (produtos vegetais e animais, incluindo colheitas, mas excluindo e produtos de madeira e da pesca), têxteis e vestuário (incluindo fibras naturais e artificiais e tecidos e artigos de vestuário derivados) provenientes dos países em desenvolvimento. As tarifas utilizadas são as taxas ad valorem disponíveis, incluindo as taxas de nação mais favorecida (NMF) e as não NMF (largamente preferenciais).

Taxa de actividade económica parcela da população com idade de 15 anos ou mais que oferece, ou está disponível para oferecer, trabalho para a produção de bens e serviços económicos.

Telefones por cabo Linhas telefónicas que ligam os equipamentos dos consumidores à rede pública de distribuição de telefone.

Telemóveis, assinantes Pessoas que assinam um serviço automático de telefone móvel público, que fornece acesso à rede pública de distribuição de telefone através de tecnologia celular. Os sistemas podem ser analógicos ou digitais.

Tempo de trabalho total Tempo gasto em actividades mercantis e não mercantis, tal como definido pelo Sistema de Contas Nacionais da ONU, revisão de 1993. *Ver actividades de mercado e actividades não mercantis*.

Terapia de reidratação oral, taxa de utilização Percentagem de todos os casos de diarreia em crianças menores de cinco anos, em que as crianças recebem fluidos crescentes e alimentação continuada.

Termos de troca Rácio entre o índice de preços das exportações e o índice de preços das importações, medido em relação a um ano base. Um valor superior a 100 significa que os preços das exportações subiram em relação aos preços das importações.

Terras cobertas por florestas Florestas e outras terras arborizadas, como parcelas da área terrestre, tal como definido em *Global Forest Resources Assessment 2000*, da Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO 2001).

Trabalhador familiar, contribuição Definido, de acordo com a Classificação Internacional segundo o Estatuto no Emprego (CIEE), como uma pessoa que trabalha, sem remuneração, numa empresa económica dirigida por um familiar que vive na mesma casa.

Trabalhadoras especializadas e técnicas Parcela das mulheres em funções definidas de acordo com a Classificação Internacional Tipo das Ocupações (CITO-88), incluindo profissionais de medicina, matemática e ciências de engenharia (e especializações associadas); ciências da vida e profissionais de saúde (e especializações associadas), profissionais do ensino (e especializações associadas) e outras profissionais e especializações associadas.

Tuberculose, casos Número total de casos de tuberculose notificados à Organização Mundial da Saúde. Um caso de tuberculose é definido como um paciente a quem a tuberculose foi confirmada bacteriologicamente ou diagnosticada por um clínico.

Tuberculose, casos detectados com base na TODB A percentagem dos casos de novas infecções de tuberculose (diagnosticados num dado período) detectados com base na terapia directamente observada, a detecção de casos de tratamento breve (TODB) e tratamento estratégico.

Tuberculose, casos curados com base na TODB A percentagem dos casos de novas infecções de tuberculose curados com base na terapia directamente observada, a detecção de casos de tratamento breve (TODB) e tratamento estratégico.

Tuberculose, taxa de mortalidade relacionada O número total de óbitos causados pela tuberculose, por 100.000 pessoas. Os dados são compilados a partir de relatórios fornecidos no registo dos óbitos.

Vacinação, crianças de um ano totalmente vacinadas contra o sarampo e a tuberculose Crianças de um ano injectadas com um antigénio ou um soro contendo anticorpos específicos contra o sarampo ou tuberculose.

Referências estatísticas

Aten, Bettina, Alan Heston and Robert Summers. 2001. “Penn World Tables 6.0.” University of Pennsylvania, Center for International Comparisons, Philadelphia.

———. 2002. “Penn World Tables 6.1.” University of Pennsylvania, Center for International Comparisons, Philadelphia.

Birzeit University. 2002. *Palestine Human Development Report 2002.* Ramallah, Territórios da Palestina Ocupados.

CDIAC (Carbon Dioxide Information Analysis Center). 2003. *Trends: A Compendium of Data on Global Change.* [http://cdiac.esd.ornl.gov/trends/trends.htm]. March 2003.

FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations). 2001. *Global Forest Resources Assessment 2000.* Rome.

Goldschmidt-Clermont, Luisella, and Elisabetta Pagnossin Aligisakis. 1995. “Measures of Unrecorded Economic Activities in Fourteen Countries.” Background paper for *Human Development Report 1995.* United Nations Development Programme, Human Development Report Office, New York.

Harvey, Andrew S. 1995. “Market and Non-Market Productive Activity in Less Developed and Developing Countries: Lessons from Time Use.” Background paper for *Human Development Report 1995.* United Nations Development Programme, Human Development Report Office, New York.

———. 2001. “National Time Use Data on Market and Non-Market Work by Both Women and Men.” Background paper for *Human Development Report 2001.* United Nations Development Programme, Human Development Report Office, New York.

Hijab, Nadia. 2003. “Using Process Indicators to Monitor Maternal Health.” Background note for *Human Development Report.* United Nations Development Programme, Human Development Report Office, New York.

IISS (International Institute for Strategic Studies). 2002. *The Military Balance 2002–2003.* Oxford: Oxford University Press.

ILO (International Labour Organization). 2002a. *Estimates and Projections of the Economically Active Population, 1950–2010.* 4th ed., rev. 2. Database. Geneva.

———. 2002b. *Key Indicators of the Labour Market 2001–2002.* [http://kilm.ilo.org/kilm/]. March 2003.

———. 2002c. *Yearbook of Labour Statistics*. Geneva.

———. 2003a. *ILO Database on International Labour Standards (ILOLEX).* [http://ilolex.ilo.ch:1567/english/index.htm]. February 2003.

———. 2003b. *Laboursta Database*. [http://laborsta.ilo.org]. March 2003.

IPU (Inter-Parliamentary Union). 1995. *Women in Parliaments 1945–1995: A World Statistical Survey*. Geneva.

———. 2001. Correspondence on women in government at the ministerial level. March. Geneva.

———. 2003a. Correspondence on year women received the right to vote and to stand for election and year first womã was elected or appointed to parliament. March. Geneva.

———. 2003b. *Parline Database and World Classification of Women in National Parliaments*. [http://www.ipu.org]. March 2003.

ITU (International Telecommunication Union). 2003a. Correspondence on telephone mainlines, cellular subscribers, Internet users and personal computers. April. Geneva.

———. 2003b. *World Telecommunication Indicators*. Database. Geneva.

LIS (Luxemburgo Income Study). 2002. “Population below Income Poverty Line.” [http://lisweb.ceps.lu/keyfigures/povertytable.htm]. February 2002.

———. 2003. “Relative Poverty Rates for the Total Population, Children and the Elderly.” [http://www.lisproject.org/keyfigures/povertytable.htm]. March 2003.

Mathers, Colin D., Ritu Sadana, Joshua A. Salomon, Christopher J. L. Murray and Alan D. Lopez. 2001. “Healthy Life Expectancy in 191 Countries, 1999.” *Lancet* 357 (9269): 1685–91.

Milanovic, Branko. 2002. Correspondence on income, inequality and poverty during the transition from planned to market economy. March. World Bank, Washington, DC.

OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development). 2002a. *Economic Outlook*. 2 (72). Paris.

———. 2002b. *Employment Outlook 2002.* Paris.

OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development), Development Assistance Committee. 2003a. Correspondence on official development assistance disbursed. February. Paris.

———. 2003b. *DAC Online*. Database. Paris.

OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development) and Statistics Canadá. 2000. *Literacy in the Information Age: Final Report on the International Adult Literacy Survey*. Paris.

SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute). 2001. *SIPRI Yearbook: Armaments, Disarmament and International Security*. Oxford: Oxford University Press.

———. 2003a. Correspondence on military expenditure. March. Stockholm.

———. 2003b. *SIPRI Arms Transfers*. Database. February. Stockholm.

Smeeding, Timothy M. 1997. “Financial Poverty in Developed Countries: The Evidence from the Luxemburgo Income Study.” In United Nations Development Programme, *Human Development Report 1997 Papers: Poverty and Human Development*. New York.

Smeeding, Timothy M., Lee Rainwater and Gary Burtless. 2002. “Estados Unidos Poverty in a Cross-National Context.” In Sheldon H. Danziger and Robert H. Haveman, eds., *Understanding Poverty*. New York: Russell Sage Foundation; and Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

UN (United Nations). 2002a. Correspondence on time use surveys. February. Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division, New York.

———. 2002b. *World Urbanization Prospects: The 2001 Revision*. Department of Economic and Social Affairs, Population Division, New York.

———. 2003a. *Millennium Indicators Database*. Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division, New York. [http://millenniumindicators.un.org]. March 2003.

———. 2003b. “Multilateral Treaties Deposited with the Secretary-General.” [http://untreaty.un.org]. February 2003.

———. 2003c. *United Nations Population Division Database on Contraceptive Use.* March. Department of Economic and Social Affairs, Population Division, New York.

———. 2003d. *World Population Prospects 1950–2050: The 2002 Revision*. Database. Department of Economic and Social Affairs, Population Division, New York.
UNAIDS (Joint United Nations Programme on HIV/AIDS) and WHO (World Health Organization). 2003. Correspondence on adult HIV/AIDS prevalence rates. March. Geneva.
UNAIDS (Joint United Nations Programme on HIV/AIDS). 2002. *Report on the Global HIV/AIDS Epidemic 2002.* Geneva.
UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). 2001. "Third United Nations Conference on the Least Developed Countries." [http://www.unctad.org/conference/]. April 2002.
UNDP (United Nations Development Programme). 2002. *Bósnia e Herzegovina Human Development Report 2002.* Sarajevo.
UNEP (United Nations Environment Programme) World Conservation Monitoring Centre and IUCN (The World Conservation Union) World Commission on Protected Areas. 2003. *World Database on Protected Areas*. [http://sea.unep-wcmc.org/wdbpa/UN.cfm]. April 2003.
UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization). 1997. *International Standard Classification of Education 1997.* [http://portal.unesco.org/uis/TEMPLATE/pdf/isced/ISCED_A.pdf]. March 2003.
———. 1999. *Statistical Yearbook 1999.* Paris.
UNESCO Institute for Statistics. 2001. Correspondence on combined gross enrolment ratio. March. Paris.
———. 2003a. Correspondence on adult and youth literacy rates. January. Montreal.
———. 2003b. Correspondence on combined gross enrolment ratios. March. Montreal.
———. 2003c. Correspondence on education expenditure. February. Montreal.
———. 2003d. Correspondence on gross and net enrolment ratios and children reaching grade 5. February. Montreal.
———. 2003e. "Literacy Assessment and Monitoring Programme." Background note for *Human Development Report.* United Nations Development Programme, Human Development Report Office, New York.
UNFPA (United Nations Population Fund). 2003. "Building Capacity to Ensure the Continuity of Population Censuses." Background note for *Human Development Report.* United Nations Development Programme, Human Development Report Office, New York.
UNHCR (United Nations High Commissioner for Refugees). 2002. *Statistical Yearbook 2001.* Geneva.
UNICEF (United Nations Children's Fund). 2000. *The State of the World's Children 2001.* New York: Oxford University Press.
———. 2003a. Correspondence on infant and under-five mortality rates. January. New York.
———. 2003b. *The State of the World's Children 2003.* New York: Oxford University Press.
UNICEF (United Nations Children's Fund), WHO (World Health Organization) and UNFPA (United Nations Population Fund). 1997. *Guidelines for Monitoring the Availability and Use of Obstetric Services*. New York.
UNICRI (United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute). 2002. Correspondence on crime victims. March. Turin.
WHO (World Health Organization). 1994. *Indicators to Monitor Maternal Health Goals: Report of a Technical Working Group, Geneva, 8–12 November 1993.* Geneva.
———. 2002. *World Health Report 2002: Reducing Risks, Promoting Healthy Life*. Geneva.
———. 2003a. Correspondence on cigarette consumption. March. Geneva.
———. 2003b. Correspondence on health expenditure. March. Geneva.
———. 2003c. Correspondence on health personnel. March. Geneva.
———. 2003d. Correspondence on immunization against tuberculosis and measles. March. Geneva.
———. 2003e. *Global Tuberculosis Control: WHO Report 2003.* [http://www.who.int/gtb/publications/globrep/]. March 2003.
———. 2003f. "Measuring Healthy Life Expectancy." Background note for *Human Development Report.* United Nations Development Programme, Human Development Report Office, New York.
———. Forthcoming. *World Health Report 2003.* Geneva.
WIPO (World Intellectual Property Organization). 2003. *Intellectual Property Statistics*. Publication B. Geneva.
World Bank. 2002. *World Development Indicators 2002.* CD-ROM. Washington, DC.
———. 2003a. Correspondence on GDP per capita annual growth rates. March. Washington, DC.
———. 2003b. "HIPC Initiative: Status of Country Cases Considered under the Initiative, March 2003." [http://www.worldbank.org/hipc/progress-to-date/status_table_Mar03.pdf]. March 2003.
———. 2003c. *World Development Indicators 2003.* CD-ROM. Washington, DC.
———. Forthcoming. *Global Development Finance 2004.* Washington, DC.

Classificação dos países

Países nos agregados de desenvolvimento humano [a]

Desenvolvimento humano elevado (IDH 0,800 e acima)

Argentina
Austrália
Áustria
Baamas
Barém
Barbados
Bielorrússia
Bélgica
Brunei
Canadá
Chile
Costa Rica
Croácia
Cuba
Chipre
República Checa
Dinamarca
Estónia
Finlândia
França
Alemanha
Grécia
Hong Kong, China (RAE)
Hungria
Islândia
Irlanda
Israel
Itália
Japão
Coreia do Sul
Kuwait
Letónia
Lituânia
Luxemburgo
Malta
México
Holanda
Nova Zelândia
Noruega
Polónia
Portugal
Catar
São Cristóvão e Nevis
Seychelles
Singapura
Eslováquia
Eslovénia
Espanha
Suécia
Suíça
Trindade e Tobago
Emirados Árabes Unidos
Reino Unido
Estados Unidos
Uruguai
(55 países e áreas)

Desenvolvimento humano médio (IDH 0,500 a 0,799)

Albânia
Argélia
Antígua e Barbuda
Arménia
Azerbaijão
Bangladeche
Belize
Butão
Bolívia
Bósnia e Herzegovina
Botswana
Brasil
Bulgária
Cambodja
Cabo Verde
China
Colômbia
Comoros
Congo
Dominica
República Dominicana
Equador
Egipto
El Salvador
Guiné Equatorial
Fidji
Gabão
Geórgia
Gana
Granada
Guatemala
Guiana
Honduras
Índia
Indonésia
Irão
Jamaica
Jordânia
Cazaquistão
Quirguistão
Laos
Líbano
Lesoto
Líbia
Macedónia
Malásia
Maldivas
Maurícias
Moldávia
Mongólia
Marrocos
Myanmar
Namíbia
Nicarágua
Territórios da Palestina Ocupados
Omã
Panamá
Papua-Nova Guiné
Paraguai
Peru
Filipinas
Roménia
Federação Russa
Santa Lúcia
São Vicente e Grenadinas
Samoa Ocidental
São Tomé e Príncipe
Arábia Saudita
Ilhas Salomão
África do Sul
Sri Lanka
Sudão
Suriname
Suazilândia
Síria
Tajiquistão
Tailândia
Togo
Tunísia
Turquia
Turquemenistão
Ucrânia
Usbequistão
Vanuatu
Venezuela
Vietname
(86 países e áreas)

Desenvolvimento humano baixo (IDH abaixo de 0,500)

Angola
Benim
Burkina Faso
Burundi
Camarões
República Centro-Africana
Chadee
Congo, Rep. Dem.
Costa do Marfim
Djibouti
Eritreia
Etiópia
Gâmbia
Guiné
Guiné-Bissau
Haiti
Quénia
Madagáscar
Malawi
Mali
Mauritânia
Moçambique
Nepal
Níger
Nigéria
Paquistão
Ruanda
Senegal
Serra Leoa
Tanzânia
Uganda
Iémen
Zâmbia
Zimbabué
(34 países e áreas)

a. Exclui os seguintes países membros das Nações Unidas para os quais não é possível calcular o IDH: Afeganistão, Andorra, Iraqueueue, Quiribáti, Coreia do Norte, Libéria, Listenstaine, Ilhas Marshall, Micronésia, Mónaco, Nauru, Palau, São Marinho, Sérvia e Montenegro, Somália, Timor Leste, Tonga e Tuvalu.

Países nos grupos de rendimento[a]

Rendimento elevado (RNB per capita de 9.206 dól. ou mais em 2001

Andorra
Austrália
Áustria
Baamas
Barém
Bélgica
Brunei
Canadá
Chipre
Dinamarca
Finlândia
França
Alemanha
Grécia
Hong Kong, China (RAE)
Islândia
Irlanda
Israel
Itália
Japão
Coreia do Sul
Kuwait
Liechtenstein
Luxemburgo
Monaco
Holanda
Nova Zelândia
Noruega
Portugal
Catar
San Marino
Singapura
Eslovénia
Espanha
Suécia
Suíça
Emirados Árabes Unidos
Reino Unido
Estados Unidos
(39 países e áreas)

Rendimento médio (RNB per capita de 746-9.205 dólares em 2001)

Albânia
Argélia
Antígua e Barbuda
Argentina
Barbados
Bielorrússia
Belize
Bolívia
Bósnia e Herzegovina
Botswana
Brasil
Bulgária
Cabo Verde
Chile
China
Colômbia
Costa Rica
Croácia
Cuba
República Checa
Djibouti
Dominica
República Dominicana
Equador
Egipto
El Salvador
Estónia
Fidji
Gabão
Granada
Guatemala
Guiana
Honduras
Hungria
Irão
Iraque
Jamaica
Jordânia
Cazaquistão
Quiribáti
Letónia
Líbano
Líbia
Lituânia
Macedónia
Malásia
Maldivas
Malta
Ilhas Marshall
Maurícias
México
Micronésia
Marrocos
Namíbia
Territórios da Palestina Ocupados
Omã
Palau
Panamá
Paraguai
Peru
Filipinas
Polónia
Roménia
Federação Russa
São Cristóvão e Nevis
Santa Lúcia
São Vicente e Grenadinas
Samoa Ocidental
Arábia Saudita
Serbia and Montenegro
Seychelles
Eslováquia
África do Sul
Sri Lanka
Suriname
Suazilândia
Síria
Tailândia
Tonga
Trindade e Tobago
Tunísia
Turquia
Turquemenistão
Uruguai
Vanuatu
Venezuela
(86 países e áreas)

Rendimento baixo (RNB per capita de 745 dólares ou menos em 2001)

Afeganistão
Angola
Arménia
Azerbaijão
Bangladeche
Benim
Butão
Burkina Faso
Burundi
Cambodja
Camarões
República Centro-Africana
Chade
Comoros
Congo
Congo, Rep. Dem.
Costa do Marfim
Guiné Equatorial
Eritreia
Etiópia
Gâmbia
Geórgia
Gana
Guiné
Guiné-Bissau
Haiti
Índia
Indonésia
Quénia
Coreia do Norte
Quirguistão
Laos
Lesoto
Libéria
Madagáscar
Malawi
Mali
Mauritânia
Moldávia
Mongólia
Moçambique
Myanmar
Nepal
Nicarágua
Níger
Nigéria
Paquistão
Papua-Nova Guiné
Ruanda
São Tomé e Príncipe
Senegal
Serra Leoa
Ilhas Salomão
Somália
Sudão
Tajiquistão
Tanzânia
Timor-Leste
Togo
Uganda
Ucrânia
Usbequistão
Vietname
Iémen
Zâmbia
Zimbabué
(66 países e áreas)

a. Classificação do Banco Mundial (com efeito desde 1 de Julho de 2001) baseada no rendimento nacional bruto (RNB) per capita. Exclui Nauru e Tuvalu, devido a falta de dados.

Países nos principais grupos mundiais

Países em desenvolvimento

Afeganistão
Argélia
Angola
Antígua e Barbuda
Argentina
Baamas
Barém
Bangladeche
Barbados
Belize
Benim
Butão
Bolívia
Botswana
Brasil
Brunei
Burkina Faso
Burundi
Cambodja
Camarões
Cabo Verde
República Centro-Africana
Chade
Chile
China
Colômbia
Comoros
Congo
Congo, Rep. Dem.
Costa Rica
Costa do Marfim
Cuba
Chipre
Djibouti
Dominica
República Dominicana
Equador
Egipto
El Salvador
Guiné Equatorial
Eritreia
Etiópia
Fidji
Gabão
Gâmbia
Gana
Granada
Guatemala
Guiné
Guiné-Bissau
Guiana
Haiti
Honduras
Hong Kong, China (RAE)
Índia
Indonésia
Irão
Iraque
Jamaica
Jordânia
Quénia
Quiribáti
Coreia do Norte
Coreia do Sul
Kuwait
Laos
Líbano
Lesoto
Libéria
Líbia
Madagáscar
Malawi
Malásia
Maldivas
Mali
Ilhas Marshall
Mauritânia
Maurícias
México
Micronésia
Mongólia
Marrocos
Moçambique
Myanmar
Namíbia
Nauru
Nepal
Nicarágua
Níger
Nigéria
Territórios da Palestina Ocupados
Omã
Paquistão
Palau
Panamá
Papua-Nova Guiné
Paraguai
Peru
Filipinas
Catar
Ruanda
São Cristóvão e Nevis
Santa Lúcia
São Vicente e Grenadinas
Samoa Ocidental
São Tomé e Príncipe
Arábia Saudita
Senegal
Seychelles
Serra Leoa
Singapura
Ilhas Salomão
Somália
África do Sul
Sri Lanka
Sudão
Suriname
Suazilândia
Síria
Tanzânia
Tailândia
Timor-Leste
Togo
Tonga
Trindade e Tobago
Tunísia
Turquia
Tuvalu
Uganda
Emirados Árabes Unidos
Uruguai
Vanuatu
Venezuela
Vietname
Iémen
Zâmbia
Zimbabué
(137 países e áreas)

Países menos desenvolvidos
Afeganistão
Angola
Bangladeche
Benim
Butão
Burkina Faso
Burundi
Cambodja
Cabo Verde
Rep. Centro-Africana
Chade
Comoros
Congo, Rep. Dem.
Djibouti
Guiné Equatorial
Eritreia
Etiópia
Gâmbia
Guiné
Guiné-Bissau
Haiti
Quiribáti
Laos
Lesoto
Libéria
Madagáscar
Malawi
Maldivas
Mali
Mauritânia
Moçambique
Myanmar
Nepal
Níger
Ruanda
Samoa Ocidental
São Tomé e Príncipe
Senegal
Serra Leoa
Ilhas Salomão
Somália
Sudão
Tanzânia
Togo
Tuvalu
Uganda
Vanuatu
Iémen
Zâmbia
(49 países e áreas)

Europa do Leste e Comunidade de Estados Independentes (CEI)

Albânia
Arménia
Azerbaijão
Bielorrússia
Bósnia e Herzegovina
Bulgária
Croácia
República Checa
Estónia
Geórgia
Hungria
Cazaquistão
Quirguistão
Letónia
Lituânia
Macedónia
Moldávia
Polónia
Roménia
Federação Russa
Serbia and Montenegro
Eslováquia
Eslovénia
Tajiquistão
Turquemenistão
Ucrânia
Usbequistão
(27 países e áreas)

OCDE

Austrália
Áustria
Bélgica
Canadá
República Checa
Dinamarca
Finlândia
França
Alemanha
Grécia
Hungria
Islândia
Irlanda
Itália
Japão
Coreia do Sul
Luxemburgo
México
Holanda
Nova Zelândia
Noruega
Polónia
Portugal
Eslováquia
Espanha
Suécia
Suíça
Turquia
Reino Unido
Estados Unidos
(30 países e áreas)

Países de rendimento elevado da OCDE[a]
Austrália
Áustria
Bélgica
Canadá
Dinamarca
Finlândia
França
Alemanha
Grécia
Islândia
Irlanda
Itália
Japão
Coreia do Sul
Luxemburgo
Holanda
Nova Zelândia
Noruega
Portugal
Espanha
Suécia
Suíça
Reino Unido
Estados Unidos
(24 países e áreas)

a. a. Exclui a República Checa, Hungria, México, Polónia, Eslováquia e Turquia.

Países em desenvolvimento nos grupos regionais

Países Árabes

Argélia
Barém
Djibouti
Egipto
Iraque
Jordânia
Kuwait
Líbano
Líbia
Marrocos
Territórios da Palestina Ocupados
Omã
Catar
Arábia Saudita
Somália
Sudão
Síria
Tunísia
Emirados Árabes Unidos
Iémen
(20 países e áreas)

Ásia e Pacífico

Ásia Oriental e Pacífico
Brunei
Cambodja
China
Fidji
Hong Kong, China (RAE)
Indonésia
Quiribáti
Coreia do Norte
Coreia do Sul
Laos
Malásia
Ilhas Marshall
Micronésia
Mongólia
Myanmar
Nauru
Palau
Papua-Nova Guiné
Filipinas
Samoa Ocidental
Singapura
Ilhas Salomão
Tailândia
Timor-Leste
Tonga
Tuvalu
Vanuatu
Vietname
(28 países e áreas)

Ásia do Sul
Afeganistão
Bangladeche
Butão
Índia
Irão
Maldivas
Nepal
Paquistão
Sri Lanka
(9 países e áreas)

América Latina e Caraíbas (incluindo o México)

Antígua e Barbuda
Argentina
Baamas
Barbados
Belize
Bolívia
Brasil
Chile
Colômbia
Costa Rica
Cuba
Dominica
República Dominicana
Equador
El Salvador
Granada
Guatemala
Guiana
Haiti
Honduras
Jamaica
México
Nicarágua
Panamá
Paraguai
Peru
São Cristóvão e Nevis
Santa Lúcia
São Vicente e Grenadinas
Suriname
Trindade e Tobago
Uruguai
Venezuela
(33 países e áreas)

Europa do Sul

Chipre
Turquia
(2 países e áreas)

África Subsariana

Angola
Benim
Botswana
Burkina Faso
Burundi
Camarões
Cabo Verde
República Centro-Africana
Chade
Comoros
Congo
Congo, Rep. Dem.
Costa do Marfim
Guiné Equatorial
Eritreia
Etiópia
Gabão
Gâmbia
Gana
Guiné
Guiné-Bissau
Quénia
Lesoto
Libéria
Madagáscar
Malawi
Mali
Mauritânia
Maurícias
Moçambique
Namíbia
Níger
Nigéria
Ruanda
São Tomé e Príncipe
Senegal
Seychelles
Serra Leoa
África do Sul
Suazilândia
Tanzânia
Togo
Uganda
Zâmbia
Zimbabué
(45 países e áreas)

ÍNDICE DOS INDICADORES

ÍNDICE DOS INDICADORES